ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 165

Brasília - DF, sexta-feira, 26 de agosto de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 9
Ministério da Cultura 12
Ministério da Defesa 15
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 17
Ministério da Justiça e Cidadania 82
Ministério da Saúde 87
Ministério das Relações Exteriores 104
Ministério de Minas e Energia 106
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 124
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 124
Ministério do Esporte 124
Ministério do Meio Ambiente 124
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 125
Ministério do Trabalho 126
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 129
Tribunal de Contas da União 130
Poder Legislativo 139
Poder Judiciário 139
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 286

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141, DE 2016 (*)

Aprova o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Parágrafo Único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de agosto de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12/8/2016.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 142, DE 2016 (*)

Aprova o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo Complementar, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de agosto de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 25/8/2016.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.841, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, em cumprimento ao Decreto nº 8.785, de 10 de junho de 2016:

I - do JBRJ para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) um DAS 101.4;

b) um DAS 102.4; e

c) um DAS 102.3; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o JBRJ:

a) um DAS 101.3; e

b) um DAS 102.2.

Art. 3º Ficam remanejadas, em cumprimento à Medida Provisória nº 731, de 10 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o JBRJ as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - uma FCPE 101.3;

II - cinco FCPE 101.1;

III - três FCPE 102.2; e

IV - cinco FCPE 102.1.

Parágrafo único. Ficam extintos quatorze cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, conforme demonstrado no Anexo IV.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do JBRJ deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Presidente do JBRJ fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º O Presidente do JBRJ deverá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental da autarquia, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de noventa dias, contado da entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do JBRJ.

Art. 7º O Presidente do JBRJ poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo II e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor vinte e oito dias após a data de sua publicação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º Fica revogado o Decreto nº 6.645, de 18 de novembro de 2008.

Brasília, 25 de agosto de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
José Sarney Filho

ANEXO I
ESTRUTURA REGIMENTAL DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO - JBRJ

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º O Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, autarquia federal criada pela Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, tem como finalidade promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do País, visando ao conhecimento e à conservação da biodiversidade, e manter as coleções científicas sob sua responsabilidade, competindo-lhe, em especial, em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente fixadas pelo Ministério do Meio Ambiente:

I - subsidiar o Ministério do Meio Ambiente na elaboração e na implementação da Política Nacional de Biodiversidade e de Acesso a Recursos Genéticos;

II - criar e manter programas de apoio à implantação, à estruturação e ao desenvolvimento de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal;

III - manter a operacionalização e o controle do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos;

IV - desenvolver e difundir programas de pesquisa científica, visando à conservação da flora nacional e estimular o desenvolvimento tecnológico das atividades de interesse da botânica e de áreas correlatas;

V - manter e ampliar coleções nacionais de referência, representativas da flora nativa e exótica, em estruturas adequadas, carpoteca, xiloteca, herbário, coleção de plantas vivas;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

VI - manter e ampliar o acervo bibliográfico, especializado nas áreas de botânica, meio ambiente e áreas afins;

VII - estimular e manter programas de formação e capacitação de recursos humanos nos campos da botânica, ecologia, educação ambiental e gestão de jardins botânicos;

VIII - manter banco de germoplasma e promover a divulgação anual do **index seminum** no Diário Oficial da União;

IX - manter unidades associadas representativas dos diversos ecossistemas brasileiros; e

X - analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, objetivando a cooperação no campo das atividades de pesquisa e acompanhar a sua execução, ouvido o Ministério do Meio Ambiente.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O JBRJ tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:

a) Gabinete; e

b) Assessoria de Assuntos Estratégicos;

II - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna; e

c) Diretoria de Gestão; e

III - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Pesquisa Científica;

b) Diretoria de Conhecimento, Ambiente e Tecnologia; e

c) Escola Nacional de Botânica Tropical.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 3º O JBRJ será dirigido por um Presidente e quatro Diretores.

§ 1º O Presidente e os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º Os cargos em comissão de Diretor serão providos, preferencialmente, por servidores do Quadro de Pessoal do JBRJ que tenham qualificação e formação profissional compatíveis com o cargo a ser exercido.

Art. 4º O Presidente do JBRJ será substituído em seus impedimentos e afastamentos legais ou regulamentares por um dos Diretores por ele designado, com anuência prévia do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 5º A nomeação do Procurador-Chefe será precedida de indicação do Advogado-Geral da União, conforme disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

Art. 6º A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe deverão ser submetidas pelo Presidente do JBRJ para a aprovação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Art. 7º Os demais cargos em comissão e funções gratificadas serão providos na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO IV
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente

Art. 8º Ao Gabinete compete:

I - assessorar o Presidente do JBRJ em sua representação social e política e no exame e encaminhamento de assuntos submetidos a sua apreciação;

II - planejar, coordenar e executar as atividades de comunicação social, apoio parlamentar e internacional e a publicação, a divulgação e o acompanhamento das matérias de interesse do JBRJ;

III - receber, analisar, encaminhar e responder às denúncias, reclamações e sugestões da sociedade referentes às ações do JBRJ; e

IV - planejar, promover, implementar e coordenar a realização das atividades culturais e dos eventos, e a utilização dos espaços públicos do JBRJ.

Art. 9º À Assessoria de Assuntos Estratégicos compete planejar, acompanhar, avaliar e supervisionar as atividades relacionadas à articulação, às parcerias, ao desenvolvimento institucional e às demais ações estratégicas do JBRJ e, especificamente:

I - promover a articulação com órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e organizações não governamentais, visando à implementação das políticas, dos projetos e das ações sob a responsabilidade do JBRJ;

II - negociar e formular orientações estratégicas institucionais do JBRJ; e

III - coordenar e implementar as ações de parcerias, captação de recursos de fontes nacionais e internacionais.

Seção II
Dos órgãos seccionais

Art. 10. À Procuradoria Federal junto ao JBRJ, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente o JBRJ, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal,

II - orientar a execução da representação judicial do JBRJ, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria;

III - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do JBRJ e aplicar, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do JBRJ, para inscrição em dívida ativa e cobrança;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados dos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e

VI - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.

Art. 11. À Auditoria Interna compete:

I - assistir o Presidente, os Diretores e demais dirigentes, na avaliação do cumprimento dos objetivos institucionais e na tomada de decisões do JBRJ, verificando a conformidade em relação às normas vigentes dos procedimentos e ações de caráter técnico-operacional;

II - orientar, fiscalizar, acompanhar e avaliar os resultados quanto à legalidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do JBRJ;

III - promover e estimular as práticas de auditoria voltadas para orientações técnicas e gerenciais de natureza preventiva, zelando pela adequada aplicação dos instrumentos normativos, administrativos e legais;

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual do JBRJ e as tomadas de contas especiais;

V - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União na área de sua competência; e

VI - analisar a pertinência de denúncias relativas à atuação dos dirigentes e servidores do JBRJ, promovendo a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

Art. 12. À Diretoria de Gestão compete planejar, organizar, coordenar e controlar a execução das atividades inerentes aos sistemas federais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de recursos humanos, de serviços gerais, de administração dos recursos de tecnologia da informação e de gestão de documentos e arquivos, no âmbito do JBRJ, e, especificamente:

I - promover e coordenar a:

a) elaboração do plano plurianual e da proposta orçamentária do JBRJ;

b) elaboração e consolidação do planejamento estratégico e do plano de trabalho anual do JBRJ, acompanhando e avaliando a sua execução;

c) arrecadação das receitas do JBRJ;

d) elaboração e acompanhamento de convênios e termos de cooperação técnica com entidades nacionais e internacionais; e

e) implementação das atividades de organização e modernização administrativa; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

II - gerenciar as atividades relativas a:

a) administração e desenvolvimento de pessoas;

b) tecnologia da informação;

c) recursos materiais, patrimônio, compras, contratos administrativos, transportes e demais atividades inerentes a serviços gerais;

d) serviços de manutenção e obras, em geral, e de conservação, restauração patrimonial; e

e) segurança patrimonial.

Seção III
Dos órgãos específicos singulares

Art. 13. À Diretoria de Pesquisa Científica compete planejar, promover, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de pesquisas científicas de interesse do JBRJ e, especificamente:

I - coordenar a revisão periódica da lista das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção;

II - elaborar planos de ação orientados para a conservação e a recuperação de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção;

III - coordenar a implementação de ações de conservação **ex situ** de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção;

IV - realizar inventários em áreas prioritárias para conservação;

V - coordenar a elaboração e a revisão periódica do catálogo de espécies da flora brasileira;

VI - elaborar e implementar a política de dados científicos do JBRJ e estabelecer os critérios e as normas para o acesso às bases de dados;

VII - orientar e coordenar as atividades da rede laboratorial de pesquisas científicas na sua área de atuação;

VIII - promover, implementar e coordenar as atividades de pesquisas relativas à conservação **in situ** e **ex situ** da flora brasileira;

IX - realizar a identificação taxonômica da coleção viva do JBRJ;

X - orientar a execução de projetos e atividades referentes à publicação científica, à atualização, à ampliação, à organização e à disseminação da documentação e audiovisual;

XI - coordenar as coleções científicas relativas ao herbário, ao banco de germoplasma, ao banco de DNA, à xiloteca, à carpoteca e aos acervos bibliográficos;

XII - subsidiar o Ministério do Meio Ambiente na elaboração e na implementação da Política Nacional de Biodiversidade e de Acesso a Recursos Genéticos;

XIII - criar e manter programas de apoio à implantação, à estruturação e ao desenvolvimento de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal; e

XIV - manter a operacionalização e o controle do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos.

Art. 14. À Diretoria de Conhecimento, Ambiente e Tecnologia compete planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de:

I - elaboração das políticas relacionadas ao registro, à introdução, à reposição, à remoção e ao intercâmbio de espécies de coleções vivas, em consonância com as normas vigentes;

II - conservação e manejo das coleções de plantas vivas do arboreto e de propagação das espécies vegetais no horto florestal;

III - conservação, manutenção, recuperação e manejo do arboreto e das demais áreas verdes;

IV - fitossanidade, paisagismo, irrigação, drenagem, manejo arbóreo, fertilidade do solo, nutrição de plantas e compostagem;

V - preservação dos bens tombados e do patrimônio cultural do JBRJ;

VI - atendimento ao público e de interpretação ambiental;

VII - educação ambiental;

VIII - manutenção e ampliação dos acervos institucionais sob a sua guarda;

IX - difusão histórico-cultural do patrimônio do JBRJ;

X - pesquisas do campo de sua atuação;

XI - rede laboratorial e da infraestrutura de apoio, em sua área de atuação; e

XII - museologia e museografia relacionadas às questões ambientais.

Art. 15. À Escola Nacional de Botânica Tropical compete planejar, coordenar, supervisionar, promover e avaliar as atividades de ensino para a formação e a capacitação de recursos humanos em botânica, ecologia, meio ambiente, gestão de jardins botânicos e áreas correlatas, em articulação com os demais órgãos do JBRJ e, especificamente:

I - subsidiar na formulação de políticas de formação de pessoal;

II - realizar e divulgar cursos de pós-graduação **stricto sensu**;

III - realizar e divulgar atividades de ensino de extensão acadêmica, técnico, cultural ou artístico não capitulados no âmbito da pós-graduação **stricto sensu**; e

IV - promover e divulgar a responsabilidade socioambiental da instituição.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 16. Ao Presidente incumbe:

I - representar o JBRJ, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por meio da Procuradoria Federal junto ao JBRJ;

II - planejar, dirigir, coordenar, controlar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades do JBRJ, zelando pelo fiel cumprimento das políticas e das diretrizes definidas pelo Ministério do Meio Ambiente e dos planos, dos programas e dos projetos respectivos;

III - firmar, em nome do JBRJ, acordos de cooperação técnica, acordos judiciais e extrajudiciais, contratos, convênios, termos de fomento, termos de colaboração, ajustes, termos de ajustamento de conduta e instrumentos similares;

IV - editar atos normativos internos e zelar pelo seu fiel cumprimento;

V - ratificar os atos de dispensa ou de declaração de inexigibilidade das licitações, nos casos previstos em lei;

VI - ordenar despesas; e

VII - praticar os atos administrativos necessários à consecução das finalidades do JBRJ.

Art. 17. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, ao Chefe de Assessoria e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das suas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente do JBRJ.

CAPÍTULO VI
DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 18. Constituem patrimônio do JBRJ os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe forem conferidos ou os que venha a adquirir ou incorporar.

Art. 19. Constituem receitas do JBRJ:

I - dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento Geral da União;

II - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IV - produtos da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública, de emolumentos administrativos e de taxas de inscrições em concursos;

V - retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VI - rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que lhe sejam afetas ou da exploração de imóveis sob a sua jurisdição;

VII - receitas provenientes de empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições e dotações de fontes internas e externas; e

VIII - recursos de transferência de outros órgãos da administração pública.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. O regimento interno do JBRJ definirá o detalhamento dos órgãos integrantes de sua estrutura organizacional, as competências de suas unidades e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 21. O JBRJ atuará em articulação com os órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, para consecução de seus objetivos, em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente emanadas do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 22. Ato do Presidente do JBRJ poderá criar comitês técnicos setoriais ou temáticos, com o objetivo de integrar e apoiar seus processos internos, quando necessário.

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação da Estrutura Regimental do JBRJ serão dirimidos pelo Presidente do JBRJ e referendados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO - JBRJ:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FG/FCPE
	1	Presidente	DAS 101.6
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1		FG-1
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	DAS 101.4
	1		FG-1
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	DAS 101.4
DIRETORIA DE GESTÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	5	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
	8		FG-1
DIRETORIA DE PESQUISA CIENTÍFICA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral do Centro Nacional de Conservação da Flora	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	4		FG-1
DIRETORIA DE CONHECIMENTO, AMBIENTE E TECNOLOGIA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
	4		FG-1
ESCOLA NACIONAL DE BOTÂNICA TROPICAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	2		FG-1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	4	20,16	4	20,16
DAS 101.4	3,84	6	23,04	5	19,20
DAS 101.3	2,10	7	14,70	7	14,70
DAS 101.1	1,00	6	6,00	1	1,00
DAS 102.4	3,84	1	3,84	-	0,00
DAS 102.3	2,10	4	8,40	3	6,30
DAS 102.2	1,27	2	2,54	-	0,00
DAS 102.1	1,00	7	7,00	2	2,00
SUBTOTAL 1		**38**	**91,95**	**23**	**69,63**
FCPE-101.4	2,30	-	-	-	-
FCPE-101.3	1,26	-	-	1	1,26
FCPE-101.2	0,76	-	-	-	-
FCPE-101.1	0,60	-	-	5	3,00
FCPE-102.4	2,30	-	-	-	-
FCPE-102.3	1,26	-	-	-	-
FCPE-102.2	0,76	-	-	3	2,28
FCPE-102.1	0,60	-	-	5	3,00
SUBTOTAL 2		-	-	**14**	**9,54**
FG-1	0,20	20	4,00	20	4,00
SUBTOTAL 3		**20**	**4,00**	**20**	**4,00**
TOTAL		**58**	**95,95**	**57**	**83,17**

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO POR FORÇA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016, E SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REDUZIDO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E ENTIDADES VINCULADAS

a) CARGOS EM COMISSÃO:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO JBRJ PARA A SEGES (a)		DA SEGES PARA O JBRJ (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.4	3,84	1	3,84		
DAS 101.3	2,10			1	2,10
DAS 102.4	3,84	1	3,84		
DAS 102.3	2,10	1	2,10		
DAS 102.2	1,27			1	1,27
SUBTOTAL		**3**	**9,78**	**2**	**3,37**
SALDO DO REMANEJAMENTO (a - b = c)				**1**	**6,41**
VALOR TOTAL DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MMA E VINCULADAS CONFORME DECRETO Nº 8.785, DE 2016 (d)					**128,46**
SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO NO ÂMBITO DO MMA E VINCULADAS (d - c)					**122,05**

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR-DAS EXTINTOS DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO - JBRJ, EM CUMPRIMENTO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 731, DE 10 DE JUNHO 2016

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-3	2,10	1	2,10
DAS-2	1,27	3	3,81
DAS-1	1,00	10	10,00
TOTAL		**14**	**15,91**

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

PORTARIA Nº 13, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009 e inciso VI do art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no D.O.U de 16/01/2009 e, ainda, considerando os termos constantes da RESOLUÇÃO/INCRA/CDR/SR(28)DFE/Nº 05 /2016, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º - Anuir a deliberação do Comitê de Decisão Regional, que aprovou o valor de R$ R$ 858.054,48 (oitocentos e cinquenta e oito mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao valor indenizatórios das benfeitorias implantadas de boa-fé pelos Srs. Shigeki Onoyama e sua mulher Marina Tocie Onoyama, Tomijiro Tada e sua mulher Nair Kazue Moniwa Tada no imóvel rural denominado "Fazenda Porteira ou Santa Cruz", localizado dentro dos limites do Projeto de Assentamento Barreirinho, objeto do decreto de desapropriação nº 96.417 de 26/07/1988, localizado no município de Unaí, Estado de Minas Gerais

Art. 2º E por tratar-se de caso "sui generis", em razão de seu alcance financeiro e de sua peculiaridade (indenização administrativa de benfeitorias de posseiros em imóvel desapropriado para fins de reforma agrária), encaminhar a presente proposta à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT para submissão ao Conselho de Diretores (CD) desta Autarquia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-DFE, criado pela alínea "b", inciso I do art. 3º da Estrutura Regimental do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União nº 68 de 09/04/09, constituído e organizado na forma do disposto do art. 7° da Estrutura Regimental, com competência e atribuições na forma do inciso II dos artigos 9° da Estrutura Regimental e do inciso II do art. 13° do Regimento Interno da Autarquia, e tendo em vista a decisão adotada em sua reunião realizada no dia 23 de agosto de 2016, na sede Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno, e;

Considerando Processo nº 54700.000030/2012-08, referente proposta de acordo administrativo para indenização das benfeitorias implantadas pelos Srs. Shigeki Onoyama e sua mulher Marina Tocie Onoyama, Tomijiro Tada e sua mulher Nair Kazue Moniwa Tada no imóvel rural denominado "Fazenda Porteira ou Santa Cruz", localizado dentro do Projeto de Assentamento Barreirinho, objeto do decreto de desapropriação nº 96.417 de 26/07/1988, localizado no município de Unaí, Estado de Minas Gerais;

Considerando Relatório Técnico de Vistoria (fls. 393/420) realizado entre os dias 20/04 a 14/05/1986, onde relata a existência de várias posses no referido imóvel, incluindo a dos requerentes os Srs. Shigeki Onoyama e sua mulher Marina Tocie Onoyama, Tomijiro Tada e sua mulher Nair Kazue Moniwa Tada, os quais já aguardavam a titulação pela RURALMINAS;

Considerando que na Ação Discriminatória nº 93.00.22194-9 (Fundação Rural Mineira - RURALMINAS X Espólio de Ursulino Brochado e outros) foi julgado improcedente e a sentença transitou em julgado, assim, a propriedade do imóvel em questão foi considerada privada, ou seja, a sua titularidade foi atribuída ao Espólio de Ursulino Brochado;

Considerando Relatório de Vistoria e Avaliação (fls. 194/202) realizada no período de 04/07 a 18/07/2002, onde foi identificado que os requerentes possuíram benfeitorias dentro da "Fazenda Barreirinho", objeto do decreto de desapropriação nº 96.417 de 26/07/1988, e que na ocasião foram orçados em R$ 531.471,20 (quinhentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte centavos);

Considerando que, conforme Informação Técnica/Incra/SR-28/T nº 02/2016 (fls. 339/340), em seu item "c", informa que os requerentes foram ameaçados e obrigados a desocuparem a área no momento de ocupação pelos "Sem Terras" em 2012 e 2014, e no item "b" afirmando que as benfeitorias levantadas e orçadas em 15 de agosto de 2002 por técnicos desta autarquia, fls. 194/2020, estariam dentro da área de posse, só que hoje algumas dessas benfeitorias não existem mais, pois foram furtadas e/ou degradadas com o tempo, por exemplo: caixas d'água, tanques, bebedouros, curral de aroeira, algumas edificações, e no caso as benfeitorias reprodutivas, pastagens plantadas;

Considerando Informação Técnica/Incra/SR-28/T nº 20/2013 (fls. 225/226), na qual informa que a reavaliação das benfeitorias da posse Srª Marina Tocie Onoyama, tecnicamente não seria adequada em razão do estado de conservação e funcionalidade das mesmas, pois já se passaram 11 anos da data em que estas foram avaliadas, além disso, vários outros fatores técnicos agronômicos, tecnológicos e de mercado também variaram no tempo, concluindo pela atualização monetária dos valores orçados à época;

Considerando, em razão da impossibilidade da reavaliação dessas benfeitorias, a presente proposta foi encaminhada ao setor contábil da Procuradoria Regional para a atualização monetária dos valores encontrados à época da avaliação, qual seja, R$ 531.471,20 (quinhentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte centavos), cujo montante atualizado em 16 de setembro de 2013 foi de R$ 858.054,48 (oitocentos e cinquenta e oito mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos);

Considerando Informação INCRA/SR/28/DFE/DIVISÃO DE OBTENÇÃO (fls. 240/242), na qual foi favorável ao pagamento dos valores atualizados, submetendo o mesmo para a apreciação da Procuradoria Regional para manifestar sobre a legalidade do ato e demais procedimentos cabíveis, e se for esse entendimento sugere que seja encaminhada a presente proposta à este Conselho de Decisão Regional;

Considerando Despacho/SR-28/DFE/INCRA/PFE/R/Nº 117/2016 (421/427), a Procuradoria Regional, por sua vez, cita que a atualização do valor da avaliação administrativa das benfeitorias (15/08/2002) foi feita com base nos índices aplicados pelo Conselho da Justiça Federal, utilizados para atualizar valores objeto de sentença condenatória proferida pela Justiça Federal, o que não é o caso em questão, e que esta Autarquia pode ou não utilizá-la para estabelecer o valor a ser acordado, e que, de acordo com o histórico da posse dos requerentes, entende que as benfeitorias cuja indenização se pretende, foram implantadas de boa-fé, concluindo que, de acordo o artigo 1219 do Código Civil, o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis, finalizando que, em razão de seu alcance financeiro e de sua peculiaridade (indenização administrativa de benfeitorias de posseiros em imóvel desapropriado para fins de reforma agrária), desafia deliberação do Comitê de Decisão Regional (CDR) e do Conselho de Diretores (CD), assim, o feito, deve ser encaminhado à sede desta Autarquia, para pronunciamento de seu colegiado máximo (CD);

Considerando que o Juízo da 3º Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos do Mandado de Segurança nº 1001427-73.2016.4.01.3400 (MARINA TOCIE ONOYAMA E TOMIJIRO TADA X SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA), onde determina a análise do requerimento administrativo formulado pelos impetrantes no prazo de 60 (sessenta) dias;

Considerando por fim, que a presente proposta de acordo administrativo foi analisada tanto pela parte técnica bem como a parte jurídica, onde não se constatou nenhuma objeção quanto ao acordo administrativo a ser realizado, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ R$ 858.054,48 (oitocentos e cinquenta e oito mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao valor indenizatórios das benfeitorias implantadas de boa-fé pelos Srs. Shigeki Onoyama e sua mulher Marina Tocie Onoyama, Tomijiro Tada e sua mulher Nair Kazue Moniwa Tada no imóvel rural denominado "Fazenda Porteira ou Santa Cruz", localizado dentro dos limites do Projeto de Assentamento Barreirinho, objeto do decreto de desapropriação nº 96.417 de 26/07/1988, localizado no município de Unaí, Estado de Minas Gerais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º E por tratar-se de caso "sui generis", em razão de seu alcance financeiro e de sua peculiaridade (indenização administrativa de benfeitorias de posseiros em imóvel desapropriado para fins de reforma agrária), encaminhar a presente proposta à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT para submissão ao Conselho de Diretores (CD) desta Autarquia.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA
Coordenador

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 125, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, do Decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016, e pela Portaria da Casa Civil n° 1.390, de 8 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 379, de 4 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2015, Seção 1, página 58.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO

PORTARIA Nº 126, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, do Decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016, e pela Portaria da Casa Civil n° 1.390, de 8 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 147, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, Seção 1, páginas 183 e 184.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO

PORTARIA Nº 127, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, do Decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016, e pela Portaria da Casa Civil n° 1.390, de 8 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 08, de 5 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 6 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 54.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 09, de 5 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 6 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 54.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Constitui Grupo de Trabalho interinstitucional, suspende os efeitos da Portaria Conjunta AGU/PGBC/PGF nº 2, de 2 de março de 2016 e dá outras providências.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, o **PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o art. 32, inciso XVIII, alínea "b", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, do Presidente do Banco Central do Brasil, e o art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolvem:

Art. 1º Fica constituído Grupo de Trabalho para analisar, discutir e reavaliar os dispositivos da Portaria Conjunta AGU/PGBC/PGF nº 2, de 2 de março de 2016, e propor as alterações que entender cabíveis, no prazo de 90 dias, contado da designação dos membros.

Parágrafo único. A proposta final apresentada pelo Grupo de Trabalho será avaliada pelo Advogado-Geral da União, pelo Procurador-Geral do Banco Central e pelo Procurador-Geral Federal que, em conjunto, decidirão sobre a conveniência e a oportunidade das alterações apresentadas.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será constituído por:

I - dois membros indicados pelo Corregedor-Geral da Advocacia da União;

II - dois membros indicados pelo Procurador-Geral Federal; e

III - dois membros indicados pelo Procurador-Geral do Banco Central.

§ 1º A Coordenação dos trabalhos ficará sob a responsabilidade de um dos membros indicados pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

§ 2º Caberá ao Corregedor-Geral da Advocacia da União designar os membros indicados na forma deste artigo.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Advogado-Geral da União.

Art. 4º Ficam suspensos os efeitos da Portaria Conjunta AGU/PGBC/PGF nº 2, de 2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÁBIO MEDINA OSÓRIO
Advogado-Geral da União

CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER
Procurador-Geral do Banco Central

RONALDO GUIMARÃES GALLO
Procurador-Geral Federal

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, e o que consta do Processo SEI nº 21000.029123/2016-78, resolve:

Art. 1º Estabelecer o Plano de Contingência do Fogo Bacteriano (Erwinia amylovora) das rosáceas.

§ 1º O Plano de Contingência para a Erwinia amylovora estabelecerá os procedimentos operacionais para aplicação de medidas preventivas e emergenciais para erradicação de focos e contenção da praga.

CAPÍTULO I

DO GRUPO NACIONAL DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA PARA A ERWINIA AMYLOVORA

Art. 2º Instituir o Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, de caráter consultivo, visando identificar, propor e articular a implementação de ações preventivas de vigilância fitossanitária relacionadas com a introdução da Erwinia amylovora no Brasil.

§ 1º O Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária para a Erwinia amylovora será coordenado pela área competente do Departamento de Sanidade Vegetal - DSV, e integrado por representantes, titulares e suplentes, das Superintendências Federais de Agricultura dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

§ 2º A Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA poderá convidar representantes de entidades públicas federais, estaduais, da pesquisa, e da iniciativa privada, vinculadas à produção agropecuária para compor o Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária para a Erwinia amylovora, cujas atividades não remuneradas serão consideradas de relevante interesse público.

§ 3º O Grupo Nacional a que se refere o caput poderá indicar, um coordenador técnico, que subsidiará tecnicamente as ações de prevenção e vigilância de Erwinia amylovora.

Art. 3º Compete ao Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária para Erwinia amylovora:

I - propor medidas de Defesa Sanitária Vegetal visando aprimorar ações determinadas no Plano de Contingência;

II - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades previstas no Plano de Contingência da praga;

III - propor ações de educação sanitária relativas à natureza da praga e suas formas de disseminação, principalmente em pontos de ingresso como portos, aeroportos e postos de fronteiras;

IV - propor o cronograma de atividades;

V - propor medidas para erradicação em caso de detecção de Erwinia amylovora;

VI - articular-se com os órgãos do governo federal, governos estaduais e municipais no sentido de viabilizar atividades contidas no Plano de Contingência;

VII - propor a revisão do Plano de Contingência, sempre que necessário.

VIII - apontar a necessidade de pesquisas referentes à praga Erwinia amylovora.

CAPÍTULO II

DAS AÇÕES FITOSSANITÁRIAS PARA PREVENÇÃO DE ERWINIA AMYLOVORA

Art. 4º As ações fitossanitárias que envolvem a prevenção e o controle, que abrange a contenção, a supressão e a erradicação, de Erwinia amylovora serão executadas nas Unidades da Federação, de acordo com o nível de risco de introdução da praga.

Art. 5º Considerando os riscos de introdução de Erwinia amylovora na importação de hospedeiros da praga, originários de países de ocorrência comprovada, as vias de ingresso são classificadas em:

I - alto risco: importação de material propagativo, exceto material in vitro;

II - médio risco: frutas in natura; e

III - baixo risco: embalagens utilizadas no transporte de hospedeiros da praga.

Art. 6º As Superintendências Federais de Agricultura - SFAs deverão realizar anualmente, levantamentos para detecção de Erwinia amylovora.

§ 1º Os levantamentos de detecção se darão por meio de inspeções em plantas de rosáceas, especialmente em macieiras e pereiras, a critério do grupo nacional de emergência fitossanitária, preferencialmente durante o período de floração.

§ 2º A metodologia do levantamento de detecção está baseada nas Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias - NIMF nº 6 - Diretrizes para Vigilância.

§ 3º As Unidades de Produção inspecionadas deverão ser cadastradas e georreferenciadas.

Art. 7º O Departamento de Sanidade Vegetal deverá estabelecer ações conjuntas com a Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária Internacional no sentido de:

I - fortalecer as ações de fiscalização e controle de trânsito em portos, aeroportos e postos de fronteira visando à inspeção de produtos agrícolas e artigos regulamentados que constituam risco de introdução e provenientes de locais onde há ocorrência da Erwinia amylovora, transportados como carga ou bagagem de passageiros; e

II - nas Unidades da Federação de alto risco divulgar informações junto à Autoridade Aduaneira no Órgão Central e Alfândegas/ Recintos dos portos, aeroportos e postos de fronteiras sobre a natureza da praga e suas formas de disseminação, no sentido de fortalecer a fiscalização e estabelecer ações conjuntas que objetivem o pleno cumprimento desta Instrução Normativa.

Art. 8º O MAPA promoverá a publicação e divulgação de Alerta Quarentenário ou Alerta Fitossanitário relacionado à Erwinia amylovora.

Art. 9º O MAPA fará gestão junto aos órgãos públicos que regulamentam o transporte aéreo, marítimo, fluvial e rodoviário do País, para que informem aos seus usuários da proibição do transporte de vegetais e seus produtos, sem a documentação exigida para a praga Erwinia amylovora.

Art. 10 O MAPA implementará ações de educação fitossanitária junto a produtores, técnicos e responsáveis técnicos.

Art. 11 O MAPA promoverá treinamento para Fiscais Federais Agropecuários, a fim de capacitá-los no reconhecimento da Erwinia amylovora.

CAPÍTULO III

DAS AÇÕES FITOSSANITÁRIAS EM CASOS DE SUSPEITA DE FOCO DE ERWINIA AMYLOVORA

Art. 12 A comunicação de suspeição de ocorrência de Erwinia amylovora deverá ser feita imediatamente ao Departamento de Sanidade Vegetal, pela Superintendência Federal de Agricultura, do Estado onde ocorreu a detecção.

Art. 13 As suspeições de ocorrência de Erwinia amylovora deverão ser investigadas por Fiscal Federal Agropecuário da Unidade da Federação.

Art. 14 O material suspeito da ocorrência de Erwinia amylovora deverá ser coletado por Fiscal Federal Agropecuário da Unidade da Federação de ocorrência, obedecendo aos seguintes procedimentos:

I - manipular o material com luvas descartáveis;

II - retirar três amostras de material com sintomas podendo ser: flores, ramos ou brotações, folhas, frutos ou tecidos subcorticais. As amostras deverão ser acondicionadas em temperaturas de 4 a 8°C até o momento da análise laboratorial;

III - desinfestar com hipoclorito de sódio a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) os frascos e embalagens contendo as amostras.

§ 1º O Fiscal Federal Agropecuário, ao sair das áreas inspecionadas, deverá realizar a higiene pessoal com sabão neutro e trocar o vestuário (roupas e calçados), acondicionando-o em sacos plásticos impermeáveis, devendo, posteriormente, desinfestá-lo com hipoclorito de sódio a 2,5% (dois vírgula cinco por cento).

§ 2º Todos os equipamentos utilizados (máquinas fotográficas, GPS, pinças, canivetes e outros) deverão ser previamente desinfestados com álcool etílico a 70% (setenta por cento) e acondicionados em embalagens plásticas.

§ 3º Os veículos devem ser desinfestados no momento da saída da área sob suspeição.

Art. 15 As amostras do material suspeito da praga Erwinia amylovora deverão ser encaminhadas, imediatamente, a um laboratório pertencente à Rede Nacional de Laboratórios do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, para análise e identificação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 16 Diante de suspeita de ocorrência de Erwinia amylovora em áreas de produção, a propriedade deverá ser interditada, suspendendo de imediato a movimentação de produtos, subprodutos e artigos regulamentados existentes na propriedade, até o resultado do laudo laboratorial de que trata o art.15.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS A SEREM ADOTADOS EM CASO DE DETECÇÃO DE FOCO DE ERWINIA AMYLOVORA

Seção I

Da Emergência Fitossanitária

Art. 17 A Superintendência Federal de Agricultura na Unidade da Federação de ocorrência do foco constituirá uma Equipe de Emergência Fitossanitária para a praga.

Parágrafo único. A equipe de emergência fitossanitária coordenará e executará todas as operações relacionadas com a emergência no campo e estratégias de atuação adotadas.

Art. 18 Para garantir a eficácia das ações implementadas pela equipe de emergência fitossanitária, de que trata o art. 17, seus membros serão submetidos a treinamentos técnicos e operacionais periódicos, na forma de simulações de ocorrência de focos de Erwinia amylovora.

Seção II

Das medidas de emergência

Art. 19 No caso de resultado positivo para Erwinia amylovora, deverão ser aplicadas as seguintes medidas emergenciais:

I - caracterização, delimitação e implementação das ações de controle e erradicação da praga na área foco, por meio de:

a) Georreferenciamento da área;

b) Informações das espécies cultivadas, densidade de plantas hospedeiras e origem das mudas;

c) mapeamento de todas as plantas hospedeiras da área foco;

d) Interdição da área contendo plantas infectadas ou focos de infecção e controlar o trânsito de pessoas e animais;

e) Imediata incineração de plantas infectadas e de plantas sadias circunvizinhas em um raio de 30 (trinta) metros ou outro número que venha ser referendado pela pesquisa;

Realização de levantamento de delimitação nas propriedades circunvizinhas do foco;

f) Eliminação de outras plantas hospedeiras que se encontram próximas dos focos da doença através da incineração;

g) Aplicação de produtos com ação bactericida na propriedade foco.

Seção III

do Trânsito Interestadual

Art. 20 O MAPA regulamentará o trânsito de vegetais e suas partes, das espécies hospedeiras da Erwinia amylovora, oriundas de Unidades da Federação onde seja constatada a presença da praga.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 A execução do plano de contingência para a Cydia pomonella será feita pelo MAPA em integração com os órgãos estaduais de defesa agropecuária, podendo, para tanto, firmar convênio.

Art. 22 O Manual de procedimentos do Plano de Contingência para a Erwinia amylovora será disponibilizado no sítio eletrônico do MAPA, na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: www.agricultura.gov.br

Art. 23 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 87, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.038181/2016-92, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do Laboratório Veterinário Dr. Adriano Pires, nome empresarial A. Pires - ME, CNPJ nº 07.703.668/0001-44, localizado na Rua Sergipe, nº 294 N, Bairro Centro, CEP: 78.575-000, Juara/MT, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 88, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.038176/2016-80, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do LabCentro - Análises em Alimentos e Ambiental Ltda. - EPP, CNPJ nº 03.883.103/0001-35, localizado na Rua Tibagi, nº 3566, Bairro Vila Marin, CEP: 15.500-007, Votuporanga/SP, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 89, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.041322/2016-54, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório de Tecnologia de Bebidas - LATEB, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, CNPJ nº 03.774.688/0053-86, localizado na Rua Júlio Preti, nº 270, Bairro Tranquilo Bejamin Guzzi, CEP: 89.570-000, Pinheiro Preto/SC, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 90, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17 e 53, do Anexo I, do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, no inciso IV, do Art. 160, da Portaria MAPA nº 99, de 12 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994; no Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Lei n° 7.678, 08 de novembro de 1988; e o que consta do Documento nº 21000.021160/2016-38, resolve:

Art. 1° Submeter à consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o Projeto de Instrução Normativa e Anexo que estabelecem os requisitos e procedimentos administrativos para o controle do envelhecimento de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho em recipientes de madeira.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa e o Formulário para Envio de Sugestões e Comentários encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.agricultura.gov.br, link legislação, submenu Portarias em Consulta Pública.

Art. 2º As sugestões advindas da consulta pública de que trata o art. 1° desta Portaria, uma vez tecnicamente fundamentadas, deverão observar o modelo constante do Anexo desta Portaria e serem encaminhadas para o endereço eletrônico: envelhecimento.bebidas@agricultura.gov.br, ou por escrito ao seguinte endereço: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas, Setor de Administração Federal Sul, Anexo do MAPA, Ala B, Sala 333, Brasília/DF, CEP 70.043-900.

Art. 3° Findo o prazo estabelecido no caput do art. 1º desta Portaria, a Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA, avaliará as sugestões recebidas e procederá às adequações pertinentes para posterior publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

ANEXO I

Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:

Nome Completo (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):			
Endereço (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):			
Cidade:			UF:
Telefone: ( )	Fax: ( )	E-mail:	
Segmento de atuação:			
Texto publicado na Consulta Pública:		Sugestão de inclusão, exclusão ou nova redação para o texto publicado na Consulta Pública (destacado ao lado):	
Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:			
Texto publicado na Consulta Pública:		Sugestão de inclusão, exclusão ou nova redação para o texto publicado na Consulta Pública (destacado ao lado):	
Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:			

PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA N° XXXX, DE XX DE XXXXXXX DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009; no Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Lei n° 7.678, 08 de novembro de 1988; e o que consta do Processo nº 21000.021160/2016-38, resolve:

Art. 1° Aprovar os procedimentos de controle do envelhecimento de produtos aptos a serem submetidos a este processo tecnológico.

§ 1° Para fins desta Instrução Normativa considera-se produto a bebida alcoólica e os demais produtos alcoólicos abrangidos pela Lei nº 7.678, de 08 de novembro de 1988 ou pela Lei nº 8.918, de 04 de setembro de 1994.

§ 2° Somente é apto ao envelhecimento o produto cujo padrão de identidade e qualidade estabeleça este processo tecnológico.

§ 3° O controle do envelhecimento de que trata o caput deste artigo é aplicável para efeito de produção, de padronização, de envasilhamento, de acondicionamento, de estoque e de comercialização que se realize em território nacional, ressalvado o produto importado já envasilhado em recipiente destinado ao consumidor final.

§ 4° O controle de envelhecimento de que trata o caput deste artigo, a ser aplicado pela fiscalização federal agropecuária do MAPA, será viabilizado por meio do sistema informatizado a ser disponibilizado no sítio do MAPA na rede mundial de computadores, sem prejuízo dos demais procedimentos de inspeção e fiscalização.

Art. 2° Os procedimentos gerais de envelhecimento estabelecidos nesta Instrução Normativa devem ser observados e aplicados em sua integralidade por todo e qualquer estabelecimento que se habilite a envelhecer produto, salvo disposição legal específica estabelecida - no âmbito da Lei n° 8.918, de 1994 ou da Lei n° 7.678, de 1988 - em:

I - padrão de identidade e qualidade;

II - complementação de padrão de identidade e qualidade; ou

III - regulamentação sobre práticas ou processos tecnológicas.

§ 1° O estabelecimento previsto no caput, bem como seus respectivos produtos, devem estar registrados junto ao MAPA.

§ 2° Para fins dos registros de que trata o § 1° deste artigo, deve ser observado o disposto na Instrução Normativa MAPA n° 17 de 23 de junho de 2015.

§ 3° O estabelecimento previsto no caput deve tomar ciência e, quando for o caso, adotar as providências requisitadas por meio de intimação ou notificação encaminhada via sistema eletrônico, postal ou protocolizada junto à Superintendência Federal de Agricultura da Unidade da Federação na qual o estabelecimento está registrado.

Art. 3° É considerado produto envelhecido aquele 100% (cem por cento) envelhecido por período não inferior a um ano.

Art. 4º O descumprimento dos termos desta Instrução Normativa constitui infração sujeita aos dispositivos da Lei n° 8.918, de 1994, da Lei n° 7.678, de 1988, de seus decretos regulamentadores e das demais disposições legais aplicáveis.

Art. 5° A emissão e renovação de certificado de registro de produto envelhecido somente podem ser concedidas para os estabelecimentos que atendam ao disposto na presente Instrução Normativa.

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6° Para fins de execução desta Instrução Normativa, considera-se:

I - características do lote: informações que caracterizam o lote, tais como, volume, graduação alcoólica, idade de envelhecimento, identificação, situação, local de guarda e tipo de madeira dos recipientes;

II - componentes do lote: conjunto dos ingredientes passíveis de utilização devidamente homogeneizados para a composição dos lotes definidos nos incisos V, VI, VII e VIII deste artigo, de acordo com os requisitos expressos nos padrões de identidade e qualidade, bem como em suas complementações;

III - envelhecimento: o processo no qual se desenvolvem, naturalmente, em recipientes de madeira e de capacidade volumétrica apropriadas, reações físico-químicas que conferem ao produto características sensoriais que não possuíam anteriormente;

IV - identificação do lote: sequência única de números, de letras ou da combinação destes responsáveis pela identificação do lote;

V - lote em envelhecimento: volume de produto com homogeneidade de componentes e características, cuja contagem do tempo de envelhecimento se encontra em evolução;

VI - lote envelhecido homogeneizado: aquele resultante do processo de envelhecimento e obtido da homogeneização do conteúdo dos recipientes de um mesmo lote ou da mistura do conteúdo dos recipientes de diferentes lotes, cuja contagem do tempo de envelhecimento se encontra interrompida e que não tenha sido padronizado para o envasilhamento;

VII - lote envelhecido homogeneizado e padronizado: o produto envelhecido homogeneizado que tenha sido padronizado por estabelecimento produtor ou padronizador para o envasilhamento e cuja contagem do tempo de envelhecimento se encontra interrompida;

VIII - lote envelhecido envasilhado: o produto envelhecido homogeneizado e padronizado envasilhado em recipiente destinado ao consumidor final;

IX - mapa de localização: o dossiê representativo contendo croqui da disposição espacial das instalações e recipientes indicando o local destinado à estocagem do lote;

X - produto envelhecido em barril exclusivo (single barrel): aquele resultante do processo de envelhecimento, por um período mínimo de cinco anos, de um lote constituído de um único barril, podendo ser adicionado unicamente de água, quando a legislação permitir, para padronização da graduação alcoólica do produto final;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XI - tempo de envelhecimento ou idade de envelhecimento: o período não inferior a um ano no qual o produto é submetido ao processo de envelhecimento sob controle da fiscalização federal agropecuária do MAPA.

Parágrafo único. Ao produto definido no inciso X é vedado o uso de corantes de qualquer tipo, extratos, lascas de madeiras ou outras substâncias para correção ou modificação da coloração original do produto envelhecido ou em envelhecimento.

Capítulo II

DOS PRÉ-REQUISITOS E DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO

Seção I

Dos Pré-Requisitos para os Estabelecimentos

Art. 7° O envelhecimento do produto de que trata esta Instrução Normativa somente pode ser realizado por estabelecimento que esteja registrado no MAPA para desenvolver pelo menos uma das seguintes atividades: produtor, padronizador ou atacadista.

Art. 8° Para o envelhecimento do produto são necessários:

I - recipiente de madeira adequado à finalidade de envelhecimento com capacidade volumétrica individual máxima de setecentos litros, construído com madeira oriunda exclusivamente de uma ou mais espécies de plantas listadas no anexo II desta Instrução Normativa; e

II - tanque para homogeneização, identificado e graduado volumetricamente, em material que não confira alteração sensorial ou físico-química ao produto envelhecido homogeneizado;

Parágrafo Único. A graduação volumétrica dos tanques para homogeneização pode ser substituída por outros meios de volumetria desde que prontamente disponíveis e aferíveis pela fiscalização federal agropecuária do MAPA.

Seção II

Dos Pré-Requisitos do Produto Destinado ao Envelhecimento

Art. 9° O produto destinado ao envelhecimento deve atender obrigatoriamente ao respectivo padrão de identidade e qualidade.

§ 1° É permitido o corte do produto previsto no caput com bebida ou produto de igual natureza na proporção necessária para conduzir os parâmetros analíticos até os limites admitidos pela legislação específica.

§ 2° O estabelecimento deve realizar análise físico-química prévia do produto a ser envelhecido, em concordância com as exigências oficiais, e manter os resultados no local do envelhecimento à pronta disposição da fiscalização federal agropecuária do MAPA.

§ 3° Sem prejuízo das demais sanções administrativas, o descumprimento do disposto no caput deste artigo constitui infração, conforme previsto no Decreto n° 6.871, de 2009; e no Decreto n° 8.198, de 2014.

Seção III

Da Operacionalização

Art. 10. A contagem do tempo de envelhecimento do lote inicia-se na data da declaração da composição de novo lote no sistema informatizado, que só pode ser feita depois que a totalidade dos recipientes de madeira se encontrarem completamente abastecidos com o produto a ser envelhecido e devidamente estocados em local previsto no mapa de localização.

Art. 11. Durante o processo de envelhecimento somente é permitida a trasfega do produto nas seguintes situações:

I - perda de conteúdo por dano ao recipiente de madeira, situação na qual o produto remanescente será transferido para outro recipiente de especificação similar ou para a recomposição do volume dos demais recipientes do mesmo lote;

II - perda de conteúdo inerente ao processo, situação na qual o produto remanescente no recipiente de madeira será transferido para a recomposição do volume dos demais recipientes do mesmo lote;

III - venda ou transferência do lote;

IV - composição de novo lote;

V - inventário, auditoria ou fiscalização; e

VI - outras situações, desde que justificadas tecnicamente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao produto envelhecido em barril exclusivo (single barrel), ressalvada a situação prevista no inciso III deste artigo.

Art. 12. Findo o prazo desejado para o envelhecimento, os recipientes de madeira abertos terão os seus conteúdos inteiramente transferidos para o tanque de homogeneização, cujo volume, uma vez homogeneizado ou homogeneizado e padronizado, constituirá um novo lote.

§ 1° Uma vez feita a transferência para o tanque de homogeneização a contagem de tempo de envelhecimento dos recipientes abertos do lote é interrompida.

§ 2° O estabelecimento deve realizar análise físico-química do lote do produto envelhecido, homogeneizado e padronizado, em concordância com as exigências oficiais, e manter os resultados no estabelecimento onde se desenvolve a atividade de envelhecimento à pronta disposição da fiscalização federal agropecuária do MAPA.

Seção IV

Do Gerenciamento dos Registros

Art. 13. Os documentos e registros das informações relativos aos procedimentos e requisitos previstos nesta Instrução Normativa devem estar disponíveis no estabelecimento onde se desenvolve a atividade de envelhecimento para fins de controle pela fiscalização federal agropecuária do MAPA.

Art. 14. Todas as informações e operações pertinentes ao disposto nesta Instrução Normativa devem ser declaradas conforme sistema informatizado disponível no sítio eletrônico do MAPA na rede mundial de computadores.

§ 1° As declarações são dos seguintes tipos:

I - composição de novo lote: declaração do cadastro de um novo lote criado a partir de lotes envelhecidos ou não, elaborados no estabelecimento ou comprados de terceiros, devendo ser informados os componentes do novo lote e suas características;

II - atualização de lote: declaração da modificação em uma das características de um lote previamente cadastrado, devendo ser informado o motivo, a data e a característica modificada;

III - venda ou transferência de lote para estabelecimentos: declaração da venda ou da transferência total ou parcial de um ou mais lotes previamente cadastrados no sistema informatizado, devendo ser informados os dados do documento fiscal de comercialização do estabelecimento comprador e do produto vendido;

IV - destinação de lote envelhecido envasilhado para o consumidor final: declaração da destinação total ou parcial de um ou mais lotes envelhecidos envasilhados previamente cadastrados no sistema informatizado para consumidor final; e

V - cancelamento de lote: declaração sobre o cancelamento do cadastro de um lote, devendo ser informado o motivo do cancelamento.

§ 2° A destinação total ou parcial de lote de produto envelhecido para composição de produto não envelhecido deve ser informada por meio da declaração prevista no inciso II do parágrafo anterior.

§ 3° As declarações de que trata o caput deste artigo devem ser feitas no prazo de:

I - um dia para estabelecimento com capacidade de produção anual máxima superior a vinte mil litros; e

II - sete dias para estabelecimento com capacidade de produção anual máxima inferior ou igual a vinte mil litros.

§ 4° A declaração das informações relativas às análises laboratoriais dos lotes, previstas no § 2° do art. 9° e no § 2° do art. 12, ambos desta Instrução Normativa, é obrigatória, devendo ser inserida no sistema informatizado no prazo máximo de sessenta dias após a declaração inicial do lote para envelhecimento ou após a homogeneização e padronização do lote envelhecido, conforme o caso.

§ 5° Sem prejuízo das demais sanções administrativas, o descumprimento do prazo determinado no parágrafo anterior deste artigo constitui infração, conforme previsto no Decreto n° 6.871, de 2009; e no Decreto n° 8.198, de 2014.

§ 6° Sem prejuízo das demais sanções administrativas, o descumprimento dos prazos previstos nos incisos I e II do § 3° deste artigo constitui infração, conforme previsto no Decreto n° 6.871, de 2009; e no Decreto n° 8.198, de 2014.

Art. 15. A identificação do lote do produto envelhecido ou em envelhecimento deve ser única e exclusiva e composta por, no máximo, trinta e cinco caracteres, incluídos os espaços.

Capítulo III

DA ROTULAGEM, DO CONTROLE E DA MOVIMENTAÇÃO

Art. 16. A contagem do tempo de envelhecimento do lote é feita em anos, devendo ser expressa em números inteiros, desconsideradas as suas frações e arredondados os numerais para o número inteiro imediatamente inferior.

Parágrafo único. O tempo de envelhecimento do lote composto a partir da homogeneização e padronização de diferentes lotes deve ser igual ao menor tempo de envelhecimento dos lotes utilizados.

Art. 17. No rótulo do produto envelhecido envasilhado pode constar o tempo de envelhecimento, de acordo com o estabelecido no art. 16, sem prejuízo dos demais dispositivos legais.

Art. 18. A comercialização ou transferência do produto a granel, envelhecido homogeneizado e padronizado, somente é permitida ao estabelecimento que realizou a padronização do produto envelhecido.

Parágrafo único. O produto previsto no caput deste artigo é destinado exclusivamente para o envasilhamento, sendo vedada nova padronização.

Art. 19. Para fins de exportação que exija certificação relativa ao tempo de envelhecimento pelo MAPA, o formulário previsto no Anexo I deve ser preenchido pelo interessado e submetido ao MAPA para apreciação e possível anuência juntamente com a solicitação de emissão dos documentos previstos no art. 41 da Instrução Normativa MAPA n° 54, de 18 de novembro de 2009 e no art. 42 da Instrução Normativa MAPA n° 55, de 18 de novembro de 2009.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 20. A aplicação dos dispositivos desta Instrução Normativa fica condicionada à disponibilização do sistema informatizado a ser devidamente comunicada por meio de publicação no Diário Oficial da União.

Art. 21. As Coordenações-Gerais de Vinhos e Bebidas (CGVB) e de Tecnologia da Informação (CGTI) do MAPA têm o prazo de doze meses, a contar da data de publicação desta Instrução Normativa, para desenvolver, implementar e disponibilizar o sistema informatizado de que trata artigo anterior.

§ 1° Após cumprimento do disposto no caput deste artigo, fica estabelecido:

I - o prazo de 90 (noventa) dias para que os estabelecimentos que já possuem registros vigentes de produtos envelhecidos cadastrem as informações no sistema informatizado;

II - o prazo de 90 (noventa) dias para que os estabelecimentos que já possuem produtos envelhecidos sem previsão de registro (álcool etílico potável, destilado alcoólico simples e Raw grain whisky) cadastrem as informações no sistema informatizado.

III - o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para que os estabelecimentos abrangidos por esta Instrução Normativa e que já desenvolvam processos afins ao envelhecimento se adequem ao seu devido cumprimento;

IV - o prazo de 60 (sessenta) dias para que os estabelecimentos previstos no inciso III deste artigo cadastrem no sistema informatizado o Manual de Boas Práticas de Fabricação.

§ 2° Os estabelecimentos previstos nos incisos I e II do § 1° deste artigo ficam dispensados de apresentar as informações relativas às análises laboratoriais dos lotes.

Art. 22. Ficam revogadas as Portarias MA n° 237 e 238, de 30 de abril de 1975.

Art. 23. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO BORGES MAGGI

ANEXO I

CERTIFICADO DE ENVELHECIMENTO PARA EXPORTAÇÃO

O estabelecimento _____, registrado no MAPA sob o nº _____, CNPJ ou CPF _____, situado no endereço _____, município _____, UF _____ e CEP_____, declara que o(s) produto(s) mencionado(s) no quadro abaixo foi(foram) submetido(s) a processo de envelhecimento e requisita a respectiva certificação.

DADOS DO(S) PRODUTO(S)

Lote	Denominação	Marca comercial	Embalagem(quantidade e tipo)	Quantidade total (L)	Tempo de envelhecimento (anos)

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Data do embarque:	2. Data provável do desembarque:	3. Meio de transporte:
4. País de destino:		

_____, ___ de _____ de _____

(Local e data)

_____

(Nome, assinatura e função)

Certifico que as informações acima são verificáveis e que as mesmas podem ser rastreadas por meio de documentação / registros que estão sob a responsabilidade do requerente.

Local e data*:	Assinatura, nome e cargo do FFA*:	Carimbo Institucional*:

* Campos a serem preenchidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO II

Espécies autorizadas, para fins desta Instrução Normativa, na constituição de recipientes de madeira.

Nomes Botânicos	Nomes populares
Amburana cearenses	Amburana, amburana, amburana-de-cheiro, cerejeira-rajada, cumaré, cumaru-de-cheiro, emburana, imburana, imburanda-de-cheiro, louro-ingá, umburana
Pterogyne nitens	Amendoim, Carne de vaca
Myroxylon peruiferum	Bálsamo
Mycrocarpus frondosus	Cabreúva
Quercus alba	Carvalho branco americano
Quercus petraea	Carvalho francês
Quercus robur	Carvalho europeu
Cordia goeldiana	Freijó
Cordia trichotoma	Louro pardo, louro amarelo
Machaerium stipetalum	Marmeleira do Mato
Platycyamus regnelli	Folha de bolo, Pereira
Plathymenia foliosa	Vinhático amarelo
Apuleia leiocarpa	Garapa
Tabebuia avellanedae	Ipê Roxo
Platonia insignis	Bacuri
Tabebuia vellosoi	Ipê amarelo, Ipê tabaco
Guazuma ulmifolia	Mutamba, Araticum bravo
Tabebuia alba	Ipê da serra, Ipê amarelo da serra
Voucapoua americana	Acapu
Dicorynia paraenses	Angélica
Andira stipulacea	Angelim Coco
Centrolobium tomentosa	Araribá
Erythroxilum pulchrum	Arco de pipa

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA

Erythroxilum fraugulaefolium	Arco de pipa miúdo
Astronium fraxinifolium brasiliense	Gonçalo-alves
Tecoma ocracea	Ipê amarelo
Rhizophora mangle	Mangue-vermelho
Silvia navalium	Tapinhoam
Euplassa cantreirae	Carvalho brasileiro
Astronium lecointei	Muiracatiara
Caryoci villosum	Piquiá
Callophyllum brasiliense	Guanandi
Grevillea robusta	Grevilea

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Nº 275 - Cancelar a pedido da interessada a habilitação concedida a médica veterinária TAMARA REGINA VIMIEIRO, CRMV/SC Nº6457, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo nº 21050.000394/2015-75, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria nº 36 de 18/02/2015.

Nº 276 - Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário JACKSON BAIA LOPES, CRMV/SC Nº5265, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo nº 21050.002102/2013-77, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria nº 289 de 06/08/2013.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

JACIR MASSI



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 21 de julho de 2016

Nº 1.137 - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 473/2016-SEI-MC, constante do processo 53900.056060/2015-94, conforme fundamentos apresentados na Nota Informativa 745 e na Nota Técnica 14424, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cascavel/CE, por meio do canal 16E, constante do Edital nº 94, de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ - UNIFOR -, bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas/desconsideradas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015.

A entidade vencedora deverá submeter à aprovação deste Ministério, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO	IES CONVENIADA	IGC
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ -UNIFOR.	II	53900.011135/2016-99	1º Lugar	Habilitada	Instituição de Ensino Superior, sem sede na localidade.		2,5582
FACULDADES PROMOVE DE BELO HORIZONTE	II	53900.010747/2016-64	-	Inabilitada	Instituição de Ensino Superior constituída na forma de associação privada, incompatível com o serviço de radiodifusão educativa.	-	2,8576
CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIALTDA	II	53900.010903/2016-97	-	Inabilitada	Instituição de Ensino Superior constituída na forma de sociedade anônima (caráter comercial), incompatível com o serviço de radiodifusão educativa.	-	2,6889
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ICS	II	53900.010834/2016-11	-	Desconsiderada	Instituição de Ensino Superior constituída na forma de associação privada, incompatível com o serviço de radiodifusão educativa.	-	2,4584
CESUAP - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE APUCARANA	II	53900.010804/2016-13	-	Desconsiderada	Instituição de Ensino Superior constituída na forma de associação privada, incompatível com o serviço de radiodifusão educativa.		2,365
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DEMATTOS -FASERRA	II	53900.010317/2016-42	-	Inabilitada (verificação em sede de recursal)	Instituição de Ensino Superior constituída na forma de associação privada, incompatível com o serviço de radiodifusão educativa.	-	Sem IGC
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	III	53900.008477/2016-21	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e maior IGC.	Universidade Federal de Sergipe	3,0186
FUNDAÇÃO ZECA JATOBÁ	III	53900.007709/2016-24	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e segundo maior IGC.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	2,8012
FUNDAÇÃO CULTURAL LUÍS PAULA NUNES	III	53900.010672/2016-11	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e terceiro maior IGC.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará -IFCE	2,7136
FUNDAÇÃO CULTURAL PASSOS ARRUDA	III	53900.011156/2016-12	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e terceiro maior IGC.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará -IFCE	2,7136
FUNDAÇÃO CULTURAL AGENORZANON	III	53900.010715/2016	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e quarto maior IGC.	Associação de Ensino Superior de Campo Grande Ltda-ME	2,4865
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL VALE DO RIO DOCE -FUNVALE	III	53900.010685/2016-91	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e quarto maior IGC.	Associação de Ensino Superior de Campo Grande Ltda-ME	2,4865
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE CONGONHAS	III	53900.010475/2016-01	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e quarto maior IGC.	Universidade Salgado de Oliveira (Universo)	2,4492
FUNDAÇÃO BRITO JUNIORDE RÁDIO E TV EDUCATIVA	III	53900.007662/2016-07	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e quinto maior IGC.	Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel do Estado de São Paulo - IMES	2,3763
FUNDAÇÃO DE INCENTIVO À PESQUISA -FUNPESQ	III	53900.010811/2016-15	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e sexto maior IGC.	CESUAP - Centro de Ensino Superior de Apucarana	2,365
FUNDAÇÃO CULTURAL FRANCISCA DE SOUSA LIMA	III	53900.006380/2016-84	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e sétimo maior IGC.	Faculdade Terra Nordeste - FATENE	2,1302
FUNDAÇÃO FRANCISCO RODRIGUES SANCHO	III	53900.009961/2016-78	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e oitavo IGC.	Faculdade Vale do Jaguaribe Ltda- FVJ	2,098
FUNDAÇÃOMAURÍZIOVANINI	III	53900.011159/2016-48	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e nono maior IGC.	Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina - FACET	1,9943
FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL RECUPERANDO VIDAS	III	53900.010981/2016-91	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade e décimo maior IGC.	Faculdade Metropolitana da Grande Recife -FMGR	1,4726
FUNDAÇÃO ATOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA	III	53900.007742/2016-54	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade.	Instituto de Ensino Superior Teológico Cristão - IESTEC	Sem IGC
FUNDAÇÃO RUY BAROMEU	III	53900.009899/2016-14	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade.	Faculdade Novo Milênio (mantenedora: Fundação Novo Milênio)	Sem IGC (a mantenedora não está credenciada no MEC)
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	III	53900.011106/2016-27	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade.	Universidade Evangélica do Brasil	Sem IGC (IES não credenciada no MEC)
FUNDAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURA E CIDADANIA PE. ALÍPIO RODRIGUES	III	53900.010300/2016-95	-	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de direito privado, sem sede na localidade.	Universidade PaulistaUNIP - Polo de Limoeiro do Norte.	Sem IGC (a entidade responsável pelo polo daUNIP, em limoeiro do Norte, não está credenciada no MEC)

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Instituição de Educação Superior conforme art. 14, inciso II da Portaria nº 4.335/2015; III - Pessoa Jurídica de Natureza Privada, conforme art. 14, inciso III da Portaria nº 4.335/2015.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHOS DO GERENTE

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:

N.º do Processo	Responsável	CPF/CNPJ	Enquadramento Legal	Decisão Final	Valor (R$)
53504.013230/2015-19	MHDSILVA Assistência Técnica informática Ltda - ME	17.691.560-0001-32	Art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	1.446,43
53504.017830/2008-27	Tim Celular S/A	04.206.050/0001-80	Art. 127, X, da Lei nº 9472/1997 e art. 28, I, III e IV do Regulamento aprovado pela Resolução nº 441/2006	Multa	1.010.670,93
53504.016290/2013-21	Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá	01.211.100/0001-20	Arts. 3º, inciso I, e 5º do Regulamento aprovado pela Resolução nº 571/2011 e art. 40, inciso XXII, do Decreto nº 2615/1998	Multa	3.705,00
53504.007565/2013-36	Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda - ME	02.515.652/0001-94	Art. 55, Inciso III, alínea "a", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	3.030,00
53504.011177/2013-50	Abril Radiodifusão S.A.	03.555.171/0001-75	Itens 7.3, 9.1.1, 9.3.1, 9.3.5 e 12.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001 e arts. 78 e 82 do regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	4.845,00
53504.012918/2015-81	Giga TV Ltda - EPP	07.070.704/0001-80	Art. 21 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 614/2013, art. 40 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 e ar. 162 da Lei nº 9472/1997	Multa	4.290,56
53504.016616/2013-11	Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda	60.509.239/0001-13	Item 9.1.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001	Multa	997,50
53504.012671/2015-01	Louvetel Radiocomunicação Comercial Ltda - ME	04.238.282/0001-10	Art. 55, inciso IV, alínea "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	2.000,00
53504.020548/2013-94	Girafa Comércio Eletrônico Ltda	09.055.134/0001-84	Art. 55, inciso IV, alínea, "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	1.620,00

Nos termos do art. 82, VIII, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publica-se o não conhecimento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

Processo	Despacho nº	Nome	CPF /CNPJ	Data
53504.004287/2014-16	56/2016	Associação e Movimento Comunitário Fortaleza	02.462.694/0001-04	17/05/2016
53504.007748/2013-51	108/2016	Ministério do Espírito Santo	04.717.700/0001-52	28/06/2016
53504.020548/2013-94	10612/2015	Girafa Comércio Eletrônico Ltda	09.055.134/0001-84	30/12/2015

SANDRO ALMEIDA RAMOS

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos) (PROCESSOS): 53528.004526/2015; 53560.006045/2014; 53551.000330/2015-10; 53528.001380/2016-92; 53528.003207/2012-03; 53528.001061/2016-87; 53528.001054/2016-85; 53528.004418/2015-06; 53528.201413/2015-11; 53528.201348/2015-24; 53528.201338/2015-99; 53528.201326/2015-64; 53528.201180/2015-64; 53528.201164/2015-64; 53528.004435/2015-35; 53528.004534/2015-17; 53528.201059/2015-25; 53528.201054/2015-01; 53528.004524/2015-81; 53528.004529/2015-12; 53528.004525/2015-26; 53528.004570/2015-81; 53528.004503/2015-66; 53528.004540/2015-74; 53528.004535/2015-61; 53528.200887/2015-46; 53528.200882/2015-13; 53528.200881/2015-79; 53528.200880/2015-24; 53528.004539/2015-40; 53528.006861/2012-61; 53528.200800/2015-31; 53528.005421/2013-77; 53528.004502/2015-11; 53528.200584/2015-23; 53528.200575/2015-32; 53528.200568/2015-31; 53528.200547/2015-15; 53528.200533/2015-00; e 53528.200318/2015-09.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA.

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

DESPACHOS DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados da Bahia e Sergipe, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos): 53554.004805/2015; 53554.001661/2015; 53554.200633/2015; 53554.002990/2015; 53554.002489/2015; 53554.005725/2015; 53554.005593/2015; 53554.201141/2015; 53554.005852/2015; 53557.200250/2015; 53554.008542/2015; 53554.008498/2015; 53554.005624/2015; 53557.002054/2015; 53554.005819/2015; 53554.005595/2015; 53557.002077/2015; 53557.200247/2015; 53554.002964/2015; 53554.005629/2015; 53554.004312/2015; 53554.005308/2015; 53557.200233/2015; 53554.008470/2015; 53554.000668/2013; 53554.002952/2015; 53554.200744/2015.

HERMANO BARROS TERCIUS

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 3.236, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) RADIO OESTE DA PARAIBA LTDA, CNPJ nº 12.682.373/0001-79 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas em Cajazeiras/PB.

SERGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.209, DE 12 DE JULHO DE 2016

Processo nº 53500.008110/2016 Expedir autorização à FUSÃO TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.063.333/0001-28, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional..

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.764, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53500.016596/2016 Expedir autorização à ROBERTA ROSSATTO FRANCISCO - ME, CNPJ/MF nº 13.811.554/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional..

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 2 DE AGOSTO DE 2016

Nº 2.801 - Processo nº 53504.004057/2016 Expedir autorização à KOSTAL ELETROMECÂNICA LTDA, CNPJ/MF nº 60852274000483, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço o município de Cravinhos/SP.

Nº 2.810 - Processo nº 53500.003566/2016 Expedir autorização à BENCHIMOL IRMÃO & CIA LTDA, CNPJ/MF nº 04565289000147, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço os municípios de Manaus/AM, Porto Velho/RO e Rio Branco AC.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.967, DE 8 DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53500.008116/2016 Expedir autorização à W2 TELECOM SERVIÇOS DE INTERNET EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 13.448.024/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.035, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53500.009918/2016 Expedir autorização à E L QUEIROZ SERVICOS DE INTERNET - ME, CNPJ/MF nº 21.875.630/0001-80, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 11 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.039 - Processo nº 53500.017796/2016. Expedir autorização à DILMA BATISTA DA SILVA PIRES - ME, CNPJ/MF nº 23.972.702/0001-32, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.040 - Processo nº 53500.018648/2016 Expedir autorização à JHL - TELECOM SOLUCOES EM TI E TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.993.895/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.042 Processo nº 53500.018301/2016 Expedir autorização à R DOS SANTOS SILVA TELECOMUNICACOES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 24.626.191/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.046 - Processo nº 53500.019182/2016 Expedir autorização à MI NET TELECOM EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 25.024.980/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional..

Nº 3.047 - Processo nº 53500.017808/2016 Expedir autorização à NAVI TI TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 20.924.974/0001-79, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 3.063 - Processo nº 53500.002821/2016 Expedir autorização à Espaço Livre Informática LTDA ME, CNPJ/MF nº 00.242.913/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.297, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Autorizar a(o) Embaixada do Reino da Bélgica a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 06/09/2016 a 15/09/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.316 - Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 28/08/2016 a 28/08/2016.

Nº 3.319 Autorizar EMPRESA PAULISTA DE TELEVISAO S/A, CNPJ Nº 46.242.004/0001-87 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Campinas/SP, Valinhos/SP, no período de 26/08/2016 a 29/09/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR

Em 25 de agosto de 2016

645ª Relação de Revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90.

Entidade	Credenciamento	CNPJ
Fundação Universitária de Cardiologia	900.0324/1992	92.898.550/0001-98

HUGO PAULO N. L. VIEIRA

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 5 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Retificar o valor da multa aplicada à Entidade abaixo, por meio da Portaria DEAA n° 203, de 18 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 19 de fevereiro de 2014, de R$ 6.896,31 (seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos) para R$ 3.448,16 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor retificado (R$)	Portaria
53508.006052/2012	Rádio Petrópolis FM Ltda	FM	Petrópolis	RJ	Multa	3.448,16	Portaria DEAA n° 2690, de 05/07/16

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.047463/2012	Fundação Rádio Educativa São Sebastião	FM	Rio de Janeiro	RJ	Multa	2.398,89	Art. 28, inciso 12, alínea "i" do RSR e art. 6º da Portaria Interministerial nº 651/1999.	Portaria DEAA n° 2219, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047688/2012	Emissoras Rádio Marajoara Ltda	OT	Belém	PA	Multa	6.397,04	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.	Portaria DEAA n° 2225, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.042949/2012	EBC - Empresa Brasileira De Comunicações S/A	FME	Tabatinga	AM	Multa	1.142,33	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações c/c parágrafo único do art. 4º da Portaria MC nº 112/2013.	Portaria DEAA n° 2230, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.035633/2012	Rádio Difusora do Amazonas Ltda	OT	Manaus	AM	Multa	2.878,67	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.	Portaria DEAA n° 2215, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047746/2012	Radio Cidade Morena FM Ltda	FM	Belém	PA	Multa	8.955,85	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações (duas vezes).	Portaria DEAA n° 2275, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047713/2012	Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão	FM	Porto Alegre	RS	Multa	1.256,56	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.	Portaria DEAA n° 2260, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.024537/2012	Fundação Educacional e Cultural Professora Néria Coelho Guimarães	FME	Guanhães	MG	Multa	10.023,93	Art. 3º e 6º da Portaria Interministerial nº 651/99 e art. 28, inciso 12, alínea "g", do RSR.	Portaria DEAA n° 2341, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047741/2012	Fundação Pastoral Inter Mirífica	FME	Porto Alegre	RS	Multa	1.256,56	Art. 6º da Portaria Interministerial nº 651/1999.	Portaria DEAA n° 2304, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.035209/2012	Rádio e TV Tropical Ltda	FM	Manaus	AM	Multa	11.514,67	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações c/c parágrafo único do art. 4º da Portaria MC nº 112/2013.	Portaria DEAA n° 2337, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.022612/2012	Associação Comunitária de Comunicação e Cultural Um Novo Dia de Luís Alves	FM	Luís Alves	SC	Multa	4.797,78	Art. 32 do Código Brasileiro de Telecomunicação c/c art. 42 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.	Portaria DEAA n° 1132, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.018648/2012	Rádio 90,7 FM	FM	Santa Maria do Suaçuí	MG	Multa	4.112,38	Art. 32 do Código Brasileiro de Telecomunicação c/c art. 42 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.	Portaria DEAA n° 1203, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.048984/2012	Associação Comunitária Alvorada FM	FM	Juarez Távora	PB	Multa	4.112,38	Art. 32 do Código Brasileiro de Telecomunicação c/c art. 42 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.	Portaria DEAA n° 1166, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.035210/2012	Rádio Difusora do Amazonas Ltda	FM	Manaus	AM	Multa	5.757,33	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações c/c parágrafo único do art. 4º da Portaria MC nº 112/2013.	Portaria DEAA n° 2174, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047406/2012	Rede Goiânia de Rádio E Televisão Ltda	TV	Goiânia	GO	Multa	11.194,82	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações c/c parágrafo único do art. 4º da Portaria MC nº 112/2013.	Portaria DEAA n° 2163, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047965/2012	Rádio Contemporânea Ltda	OM	Rio de Janeiro	RJ	Multa	10.395,19	Art. 28, inciso 12, alínea "i" do RSR e art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.	Portaria DEAA n° 2007, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047947/2012	Radiodifusão Verde Amarela Ltda	OM	Rio de Janeiro	RJ	Multa	12.337,14	Art. 28, inciso 12, alínea "i" do RSR.	Portaria DEAA n° 2041, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.038309/2012	Associação Cultural e Comunitária de Sete Lagoas	RTV	Sete Lagoas	MG	Multa	4.797,78	Art. 27 e art. 31 (por três vezes) do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DEAA n° 2108, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.035545/2012	Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda	OM	Curitiba	PR	Multa	9.595,56	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.	Portaria DEAA n° 1997, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047928/2012	Associação Comunitária de Rádio Transa Rio	RADCOM	Rio de Janeiro	RJ	Multa	1.256,56	Art. 40, inciso XXIX, do Decreto n° 2.615/1998 e art. 55 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.	Portaria DEAA n° 1442, de 05/07/16	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.032073/2012	Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz	RADCOM	Itabira	MG	Multa	435,37	Art. 40, inciso VI, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DEAA n° 1522, de 05/07/16	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

OCTAVIO PENNA PIERANTI

PORTARIA Nº 2.372, DE 26 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Embasamento da Portaria de Multa
53000.035592/2012	Fundação Dom Avelar Brandão Vilela	OM	Salvador	BA	Multa	8.910,16	Art. 28, inciso 12, alínea "i" do RSR e art. 62 da Lei 4.117/62.	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2043, de 05/07/2016, do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, publicada no D.O.U de 23 de agosto de 2016 - Seção 1 - pág. 6, onde se lê: 53000.04998/2012, leia-se: 53000.042998/2012.

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 4 de agosto de 2016

Nº 1.393 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.050079/2015-27, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO ALTO DO VALE LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Lajeado-RS, utilizando a frequência 1.540 kHz (um mil quinhentos e quarenta), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 26041/2015/SEI-MC.

Em 5 de agosto de 2016

Nº 1.437 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.038601/2016-83, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Alto Rio Doce - MG, utilizando o canal nº 206 (duzentos e seis), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 15324/2016/SEI-MCTIC.

Em 16 de agosto de 2016

Nº 1.597 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.043283/2016-72, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO AURIFLAMA DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Auriflama-SP, utilizando o canal n.º 241 (duzentos e quarenta e um), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 20460/2016/SEI-MCTIC.

Em 17 de agosto de 2016

Nº 1.381 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo nº 53900.022878/2016-94, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos do SISTEMA CLUBE DO PARÁ DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionário do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de MARABÁ-PA, utilizando o canal digital 36 (trinta e seis), nos termos da Nota Técnica nº 18737/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.427 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo nº 53900.024323/2016-87, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO CANAL 20, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de CASCAVEL-PR, utilizando o canal digital 18 (dezoito), nos termos da Nota Técnica nº 19305/2016/SEI-MCTIC.

Em 18 de agosto de 2016

Nº 1.616 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.064041/2013-13, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RAULAND BELÉM SOM LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de BELÉM, estado do PARÁ, utilizando o canal digital nº 15 (quinze), classe A, nos termos da Nota Técnica nº 20723/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.617 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.052162/2012-31, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da CENTRAL RONDONIENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de GUAJARÁ MIRIM, estado de RONDÔNIA, utilizando o canal digital nº 26 (vinte e seis), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 20711/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.625 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.007604/2016-75, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos do CENTRO NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA,autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de PARAÍSO DO TOCANTINS, estado do TOCANTINS, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 20773/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO(*)
Em 24 de agosto de 2016

Nº 27 - Processo/MinC nº 01545.000838/2007-93. PRONAC nº 07-8352

Nos termos do § 1º, do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Fernando Henrique de Oliveira Iazzetta, CPF nº 086.336.868-99, nos autos do Processo nº 01545.000838/2007-93 e NEGO PROVIMENTO, adotando as razões contidas no Laudo de Análise de Recurso nº 0289/2016/G03/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARCELO CALERO FARIA GARCIA

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 164, de 25-8-2016, Seção 1, página 29, com incorreção no original.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2016

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezesseis, reuniram-se os membros da Comissão de Análise e Pontuação da Chamada Pública BRDE/FSA - PRODAV 07/2016 - Desempenho Artístico - processo nº. 01416.001391/2016-36, nomeados pela Portaria nº. 28-E, de 27 de junho de 2016, na Agência Nacional do Cinema - ANCINE, localizada na Avenida Graça Aranha, 35, Centro - Rio de Janeiro, com o objetivo de examinar a documentação apresentada pelas empresas produtoras inscritas na referida Chamada. Presentes os membros da Comissão: Elizabeth Maria Mendonça Real, matrícula nº 2120192 (presidente); Aimê Moura, matrícula nº 1453643 (substituta da presidente); Camila Sampaio Nogueira Batista, matrícula nº 1988088, Elaine Trancoso Santos Borges, matrícula nº 1810469 e Fernando Lucas Prudente Martins, matrícula nº 0250163. Foram recebidos 27 (vinte e sete) envelopes e verificou-se que todas as inscrições cumpriram o item 4.2 do Edital.

Os trabalhos foram encerrados às onze horas do dia 25/08/2016.

O resultado da análise segue nas tabelas abaixo. Foram consideradas as pontuações obtidas pela participação devidamente comprovada da obra, seja para mostra competitiva (principal ou paralela), seja para mostra não competitiva, conforme os critérios expostos no item 5.3 da Chamada Pública e festivais listados em seu anexo III. Festivais não apontados pela empresa na Lista de Festivais e Congêneres foram desconsiderados, independentemente de ter sido encaminhada comprovação de participação, conforme disposto no item 5.3.7 da Chamada Pública PRODAV 07/2016.

Do resultado preliminar da pontuação e dos atos de deferimento ou indeferimento da inscrição pela Comissão, caberá recurso pela empresa inscrita no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do resultado no Diário Oficial da União. Às razões de indeferimento poderão ser conhecidas junto à ANCINE.

1 Inscrições deferidas:

	Produtora		Projeto	Pontuação
1	Ale Abreu Produções Ltda.	SP	O MENINO E O MUNDO	86,5
Especial	Oscar	EUA	Competitiva	12
AA	Festival Internacional de Animação - Annecy	França	Melhor diretor / filme	16
A	BAFICI	Argentina	Competitiva	4
A	Anima Mundi	Brasil	Não competitiva	2
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Competitiva	4
A	Ottawa International Animation Festival	Canadá	Competitiva	4
A	Zagreb World Festival of Animated Films - Animafest Zagreb	Croácia	Melhor diretor / filme	8
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Melhor diretor / filme	8
A	Encontros de Cinema da América Latina de Toulouse	França	Não competitiva	2
B	Festival Internacional de Cinema de Munique (Filmfest München)	Alemanha	Competitiva	2
B	Mostra de Cinema de Tiradentes (Minas Gerais)	Brasil	Não competitiva	1
B	Festival Internacional de Cinema Latino de Los Angeles	EUA	Não competitiva	1
B	SIFF - Seattle International Film Festival	EUA	Não competitiva	1
C	Festival Internacional de Cine "Nueva Mirada" para Infancia e la Juventud (Argentina)	Argentina	Competitiva	1,5
C	Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental - FICA	Brasil	Melhor diretor / filme	3
C	Festival Paulínia de Cinema	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Festival de Cinema de Shangai	China	Competitiva	1,5
C	Festival Internacional de Cinema do Cairo	Egito	Competitiva	1,5
C	Chicago Latino Film Festival	EUA	Competitiva	1,5
C	Cine Las Americas International Film Festival	EUA	Competitiva	1,5
C	New York International Children's Film Festival	EUA	Competitiva	1,5
C	Chicago Children - Festival de Cinema Infantil de Chicago	EUA	Competitiva	1,5
C	Festival de Cinema Brésilien de Paris	França	Não competitiva	0,5
C	CINANIMA	Portugal	Melhor diretor / filme	3
2	Desvia Produções Artísticas e Audiovisuais Ltda.	PE	VENTOS DE AGOSTO	78
AA	Donostia - Festival Internacional de Cinema de San Sebastián	Espanha	Competitiva	8
AA	Festival Internacional de Cinema de Roterdã	Holanda	Competitiva	8
AA	Festival de Cinema de Locarno	Suíça	Competitiva	8
AA	Festival de Cinema de Locarno	Suíça	Outros prêmios	2
A	Festival Internacional de Mar Del Plata	Argentina	Competitiva	4
A	Festival de Brasília	Brasil	Competitiva	4
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Competitiva	4
A	Los Angeles AFI Fest	EUA	Competitiva	4
A	BFI - Festival de Cinema de Londres	Inglaterra	Não competitiva	2
B	Vancouver International Film Festival	Canadá	Competitiva	2
B	Festival de Nouveau Cinéma	Canadá	Não competitiva	1
B	Festival Internacional de Viña del Mar	Chile	Competitiva	2
B	Festival Internacional de Cinema de Chicago	EUA	Não competitiva	1
B	Palm Springs	EUA	Competitiva	2
B	INDIELISBOA - Festival Internacional de Cinema Independente	Portugal	Não competitiva	1
B	Festival de Cinema Luso Brasileiro de Santa Maria da Feira	Portugal	Competitiva	2
B	Festival Internacional de Cinema do Uruguai	Uruguai	Competitiva	2
C	Cine Esquema Novo - Festival de Cinema de Porto Alegre	Brasil	Competitiva	1,5
C	Janela Internacional do Cinema	Brasil	Melhor diretor / filme	3
C	Panorama Internacional Coisa de Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Semana dos Realizadores	Brasil	Competitiva	1,5
C	Hong Kong International Film Festival	China	Competitiva	1,5
C	Hamptons International Film Festival	EUA	Competitiva	1,5
C	Black Nights Film Festival	Estônia	Não competitiva	0,5
C	Festival Internacional de Cinema de Amiens	França	Melhor diretor / filme	3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

C	Festival de Cinema Brésilien de Paris	França	Competitiva	1,5
C	Thessaloniki International Film Festival	Grécia	Competitiva	1,5
3	Gullane Entretenimento S.A.	SP	O LOBO ATRÁS DA PORTA	53
AA	Festival Internacional de Cinema de Toronto	Canadá	Não competitiva	3
AA	Donostia - Festival Internacional de Cinema de San Sebastián	Espanha	Competitiva	8
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Melhor diretor / filme	8
A	Festival Internacional de Cinema de Miami	EUA	Melhor diretor / filme	8
A	Encontros de Cinema da América Latina de Toulouse	França	Competitiva	4
A	Festival Internacional de Cinema de Guadalajara	México	Melhor diretor / filme	8
B	Festival Internacional de Cinema de Munique (Filmfest München)	Alemanha	Competitiva	2
B	South by Southwest - Festival de Cinema e Música de Austin	EUA	Competitiva	2
C	Janela Internacional do Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Panorama Internacional Coisa de Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Festival de Cinema Brésilien de Paris	França	Competitiva	1,5
C	Zurich Film Festival	Suíça	Competitiva	1,5
4	Cinco em Ponto Ltda.	MG	O HOMEM DAS MULTIDÕES	50
Especial	Festival Internacional de Cinema de Berlim	Alemanha	Competitiva	12
A	BAFICI	Argentina	Não competitiva	2
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Melhor diretor / filme	8
A	Festival Internacional de Cinema de Miami	EUA	Competitiva	4
A	Encontros de Cinema da América Latina de Toulouse	França	Melhor diretor / filme	8
A	Festival Internacional de Cinema de Guadalajara	México	Competitiva	4
B	Festival de Cinema de Cartagena	Colômbia	Competitiva	2
B	Festival de Cinema Luso Brasileiro de Santa Maria da Feira	Portugal	Competitiva	2
C	Janela Internacional do Cinema	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Panorama Internacional Coisa de Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Jeonju Internacional Film Festival	Coreia do Sul	Não competitiva	0,5
C	IFFK - International Film Festival of Kerala	Índia	Competitiva	1,5
5	Dezenove Som e Imagens Produções Ltda.	SP	AVANTI POPOLO	50
AA	Festival Internacional de Cinema de Roterdã	Holanda	Competitiva	8
A	BAFICI	Argentina	Não competitiva	2
A	Festival de Brasília	Brasil	Melhor diretor / filme	8
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival Internacional de Documentários de Marselha	França	Não competitiva	2
A	Festival de Cinema de Roma	Itália	Melhor diretor / filme	8
B	Festival Internacional de Cinema de Viena	Áustria	Não competitiva	1
B	Festival de Nouveau Cinéma	Canadá	Não competitiva	1
B	Festival Internacional de Viña del Mar	Chile	Competitiva	2
B	Festival Internacional de Cinema de Edimburgo	Escócia	Não competitiva	1
B	INDIELISBOA - Festival Internacional de Cinema Independente	Portugal	Não competitiva	1
B	Festival Internacional de Cinema do Uruguai	Uruguai	Não competitiva	1
C	Forumdoc.bh - Festival do Filme Documentário e Etnográfico	Brasil	Competitiva	1,5
C	Janela Internacional do Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Panorama Internacional Coisa de Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Semana dos Realizadores	Brasil	Melhor diretor / filme	3
C	Festival Internacional de Cinema de Amiens	França	Não competitiva	0,5
C	FICUNAM	México	Melhor diretor / filme	3
6	Bananeira Filmes Ltda.	RJ	LA PLAYA	49
Especial	Festival de Cannes	França	Competitiva	12
AA	Donostia - Festival Internacional de Cinema de San Sebastián	Espanha	Competitiva	8
AA	Festival Internacional de Cinema de Roterdã	Holanda	Competitiva	8
A	Festival do Rio	Brasil	Não competitiva	2
A	Festival Internacional de Cinema de Pusan	Coreia do Sul	Não competitiva	2
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Competitiva	4
A	Festival de Cinema e Cultura da América Latina de Biarritz	França	Competitiva	4
B	Festival Internacional de Cinema de Chicago	EUA	Competitiva	2
B	Palm Springs	EUA	Competitiva	2
B	SIFF - Seattle International Film Festival	EUA	Não competitiva	1
B	Festival Trois Continents (Nantes)	França	Não competitiva	1
C	ALUCINE - Toronto Latin Media Festival	Canadá	Não competitiva	0,5
C	Mumbai International Film Festival	Índia	Não competitiva	0,5
C	St Petersburg International Film Festival	Rússia	Competitiva	1,5
C	Festival Internacional de Cinema de Estocolmo	Suécia	Não competitiva	0,5
7	Lacuna Filmes Ltda.	SP	HOJE EU QUERO VOLTAR SOZINHO	47,5
Especial	Festival Internacional de Cinema de Berlim	Alemanha	Competitiva	12
Especial	Festival Internacional de Cinema de Berlim	Alemanha	Outros Prêmios	4
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Não competitiva	2
A	Encontros de Cinema da América Latina de Toulouse	França	Não competitiva	2
A	BFI - Festival de Cinema de Londres	Inglaterra	Não competitiva	2
A	Festival Internacional de Cinema de Guadalajara	México	Competitiva	4
B	Festival de Cinema de Cartagena	Colômbia	Competitiva	2
B	Festival de Cinema Ibero-americano de Huelva	Espanha	Melhor diretor / filme	4
B	Festival Internacional de Cinema de Chicago	EUA	Competitiva	2
B	Palm Springs	EUA	Competitiva	2
B	SIFF - Seattle International Film Festival	EUA	Não competitiva	1
C	Film Festival Ghent	Bélgica	Competitiva	1,5
C	Festival du Film Brésilien de Montreal	Canadá	Não competitiva	0,5
C	Vancouver Queer Film Festival	Canadá	Competitiva	1,5
C	Frameline - Festival Internacional de Cinema LGBT de São Francisco	EUA	Competitiva	1,5
C	Festival de Cinema Brésilien de Paris	França	Não competitiva	0,5
C	Athens International Film Festival	Grécia	Competitiva	1,5
C	Queer Lisboa - Festival Internacional de Cinema Queer	Portugal	Não competitiva	0,5
C	Festival Internacional de Cinema de Estocolmo	Suécia	Não competitiva	0,5
C	Festival de Cinema de Istambul	Turquia	Não competitiva	0,5
C	Molodist - Festival Internacional de Cinema de Kiev	Ucrânia	Competitiva	1,5
C	Llamale H - Festival Internacional de Cine Sobre Diversidad Sexual y de Género	Uruguai	Não competitiva	0,5
8	Tokyo Filmes Ltda.	RS	CASTANHA	39,5
Especial	Festival Internacional de Cinema de Berlim	Alemanha	Competitiva	12
A	BAFICI	Argentina	Competitiva	4
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Competitiva	4
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Competitiva	4
B	Festival Internacional de Cinema de Edimburgo	Escócia	Competitiva	2
B	Art of the Real	EUA	Não competitiva	1
C	Panorama Internacional Coisa de Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Festival Paulínia de Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Hong Kong International Film Festival	China	Competitiva	1,5
C	Cine Las Americas International Film Festival	EUA	Não competitiva	0,5
C	Frameline - Festival Internacional de Cinema LGBT de São Francisco	EUA	Não competitiva	0,5
C	Festival de Cinema Brésilien de Paris	França	Competitiva	1,5
C	Queer Lisboa - Festival Internacional de Cinema Queer	Portugal	Competitiva	1,5
9	Coração da Selva Transmídia S.A.	SP	PRAIA DO FUTURO	32
Especial	Festival Internacional de Cinema de Berlim	Alemanha	Competitiva	12
AA	Donostia - Festival Internacional de Cinema de San Sebastián	Espanha	Competitiva	8
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Competitiva	4
B	SFF - Sydney Film Festival	EUA	Competitiva	2
B	Festival Internacional de Cinema de Chicago	EUA	Competitiva	2
B	SIFF - Seattle International Film Festival	EUA	Não competitiva	1
C	Festival Internacional de Melbourne	Austrália	Competitiva	1,5
C	Black Nights Film Festival	Estônia	Não competitiva	0,5
C	IFFK - International Film Festival of Kerala	Índia	Não competitiva	0,5
C	Festival Internacional de Cinema de Estocolmo	Suécia	Não competitiva	0,5
10	Big Bonsai Brasilis Produções Artísticas Culturais e Cinematográficas Ltda.	SP	DOMINGUINHOS	27
AA	IDFA - Festival Internacional de Documentários de Amsterdam	Holanda	Competitiva	8
A	BAFICI	Argentina	Não competitiva	2
A	É Tudo Verdade	Brasil	Competitiva	4
A	Encontros de Cinema da América Latina de Toulouse	França	Não competitiva	2
B	Festival Internacional de Documentários e Animação de Leipzig	Alemanha	Não competitiva	1
B	Vancouver International Film Festival	Canadá	Competitiva	2
B	South by Southwest - Festival de Cinema e Música de Austin	EUA	Competitiva	2
B	Festival Dei Popoli - Festival Internacional de Documentário	Itália	Não competitiva	1
B	Festival de Cinema de Cracóvia	Polônia	Competitiva	2
B	DOCLISBOA - Festival Internacional de Cinema	Portugal	Não competitiva	1
B	Festival de Cinema Luso Brasileiro de Santa Maria da Feira	Portugal	Não competitiva	1
B	Festival Internacional de Cinema de Moscou	Rússia	Não competitiva	1
11	Olhos de Cão Produções Cinematográficas Ltda.	SP	RIOCORRENTE	25,5
AA	Festival Internacional de Cinema de Roterdã	Holanda	Competitiva	8
A	Festival Internacional de Cinema de Durban	África do Sul	Competitiva	4
A	Festival de Brasília	Brasil	Competitiva	4
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
B	Mostra de Cinema de Tiradentes (Minas Gerais)	Brasil	Não competitiva	1
B	Festival de Cinema de Bogotá	Colômbia	Competitiva	2
C	Forumdoc.bh - Festival do Filme Documentário e Etnográfico	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Olhar de Cinema - Festival Internacional de Curitiba	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Semana dos Realizadores	Brasil	Competitiva	1,5
12	Gullane Entretenimento S.A.	SP	AMAZÔNIA PLANETA VERDE	18,5
Especial	Mostra Internacional de Arte Cinematográfica de Veneza	Itália	Não competitiva	4
AA	Festival Internacional de Cinema de Toronto	Canadá	Competitiva	8
A	Festival Internacional de Cinema de Durban	África do Sul	Não competitiva	2
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Não competitiva	2
A	Festival do Rio	Brasil	Não competitiva	2
C	New York International Children's Film Festival	EUA	Não competitiva	0,5
13	O2 Cinema Ltda.	SP	ENTRE NÓS	14
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Competitiva	4
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Não competitiva	2
A	Festival de Cinema de Roma	Itália	Competitiva	4

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14	Accorde Filmes Ltda.	RS	A OESTE DO FIM DO MUNDO	11,5
A	Festival de Gramado	Brasil	Competitiva	4
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
B	Festival Internacional de Cinema de Punta Del Este	Uruguai	Não competitiva	1
B	Festival Internacional de Cinema do Uruguai	Uruguai	Não competitiva	1
C	Chicago Latino Film Festival	EUA	Competitiva	1,5
15	Camisa Listrada Ltda.	RJ	O MENINO NO ESPELHO	9,5
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Não competitiva	2
B	Cine PE - Festival Audiovisual do Recife	Brasil	Competitiva	2
B	Mostra de Cinema de Tiradentes (Minas Gerais)	Brasil	Não competitiva	1
C	LUCAS Internationales KinderFilmFestival	Alemanha	Competitiva	1,5
C	RECINE - Festival Internacional de Cinema de Arquivo	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Chicago Children - Festival de Cinema Infantil de Chicago	EUA	Competitiva	1,5
C	CINEKID	Holanda	Não competitiva	0,5
C	FESTIN Lisboa	Portugal	Não competitiva	0,5
16	TV Zero Cinema Ltda.	RJ	A FARRA DO CIRCO	9,5
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Competitiva	4
C	RECINE - Festival Internacional de Cinema de Arquivo	Brasil	Competitiva	1,5
17	TV Zero Cinema Ltda.	RJ	DEMOCRACIA EM PRETO E BRANCO	9,5
A	É Tudo Verdade	Brasil	Competitiva	4
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Competitiva	4
C	RECINE - Festival Internacional de Cinema de Arquivo	Brasil	Competitiva	1,5
18	O2 Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.	SP	TRASH	6
A	Festival do Rio	Brasil	Não competitiva	2
A	Festival de Cinema de Roma	Itália	Competitiva	4
19	Heco Produções Ltda.	SP	SEM PENA	5,5
A	Festival de Brasília	Brasil	Competitiva	4
C	FESTIN Lisboa	Portugal	Competitiva	1,5
20	Gullane Entretenimento S.A.	SP	BRINCANTE	4
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Não competitiva	2
A	Festival do Rio	Brasil	Não competitiva	2

2. Inscrições indeferidas:

	Produtora		Projeto	Pontuação
1	Tangerina Entretenimento Ltda.	SP	DE MENOR	36
AA	Donostia - Festival Internacional de Cinema de San Sebastián	Espanha	Competitiva	8
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Melhor diretor / filme	8
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Competitiva	4
A	Encontros de Cinema da América Latina de Toulouse	França	Não competitiva	2
A	Festival de Cinema e Cultura da América Latina de Biarritz	França	Competitiva	4
B	Mostra de Cinema de Tiradentes (Minas Gerais)	Brasil	Competitiva	2
B	Festival Internacional de Cinema de Punta Del Este	Uruguai	Não competitiva	1
C	Chicago Latino Film Festival	EUA	Competitiva	1,5
C	Festival de Cinema Brésilien de Paris	França	Competitiva	1,5
2	AC Cavalcante Serviços Ltda.	PE	A HISTÓRIA DA ETERNIDADE	28
AA	Festival Internacional de Cinema de Roterdã	Holanda	Competitiva	8
A	Festival Internacional de Cinema de Durban	África do Sul	Não competitiva	2
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Competitiva	4
B	Festival Internacional de Cinema do Uruguai	Uruguai	Não competitiva	1
C	Janela Internacional do Cinema	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Mostra do Filme Livre	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Panorama Internacional Coisa de Cinema	Brasil	Competitiva	1,5
C	Festival Paulínia de Cinema	Brasil	Melhor diretor / filme	3
C	Semana dos Realizadores	Brasil	Não competitiva	0,5
C	FESTIN Lisboa	Portugal	Melhor diretor / filme	3
3	Cavídeo Produções Comércio de Locações de Filmes Ltda.	RJ	CIDADE DE DEUS - 10 ANOS DEPOIS	25
A	Festival Internacional de Cinema de Durban	África do Sul	Não competitiva	2
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Competitiva	4
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Não competitiva	2
A	Festival Internacional de Cinema de Miami	EUA	Competitiva	4
B	Cine PE - Festival Audiovisual do Recife	Brasil	Não competitiva	1
B	Mostra de Cinema de Tiradentes (Minas Gerais)	Brasil	Competitiva	2
C	Mostra do Filme Livre	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Panorama Internacional Coisa de Cinema	Brasil	Não competitiva	0,5
C	Festival de Cinema Brasileiro de Nova York	EUA	Competitiva	1,5
C	Festival de Cinema Brasileiro de Miami	EUA	Competitiva	1,5
C	Festival de Cinema Brésilien de Paris	França	Não competitiva	0,5
C	FESTIN Lisboa	Portugal	Competitiva	1,5
4	Companhia Cinematográfica Filmi di Luizzi Produções Artísticas Ltda.	RJ	TIM LOPES - HISTÓRIAS DE ARCANJO	18
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Melhor diretor / filme	8
A	Festival de Cinema e Cultura da América Latina de Biarritz	França	Competitiva	4
C	Festival de Cinema Brésilien de Paris	França	Competitiva	1,5
C	FESTIN Lisboa	Portugal	Não competitiva	0,5
5	Mercado Cultural Ltda.	DF	O OUTRO LADO DO PARAÍSO	16
A	Festival de Gramado	Brasil	Competitiva	4
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Não competitiva	2
A	Festival do Rio	Brasil	Competitiva	4
A	Festival Internacional do Novo Cinema Latino-americano (Festival de Havana)	Cuba	Não competitiva	2
A	Festival Internacional de Cinema de Guadalajara	México	Competitiva	4
6	BSB Serviços Cinegroup Ltda.	DF	ESSE VIVER NINGUÉM ME TIRA	8
A	Festival de Gramado	Brasil	Competitiva	4
A	Festival do Rio	Brasil	Competitiva	4
7	Amberg Filmes Ltda.	SP	MENINOS DE KICHUTE	4
A	Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Brasil	Competitiva	4

Encerrado o trabalho de exame da documentação, segue a presente Ata, assinada pelos integrantes da Comissão.

Em 25 de agosto de 2016.
CAMILA SAMPAIO NOGUEIRA BATISTA
Titular

AIMÊ MOURA
Titular

ELAINE TRANCOSO SANTOS BORGES
Titular

FERNANDO LUCAS PRUDENTE MARTINS
Titular

ELIZABETH MARIA MENDONÇA REAL
Presidente

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 227, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08 de abril de 2004, resolve instituir o Prêmio Funarte de Composição Clássica.

O edital está disponível no D.O.U, seção 3, e na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br.

HUMBERTO FERREIRA BRAGA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 521, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
160326 - Humor em pedaços
Edward Procópio
CNPJ/CPF: 850.052.666-15
Processo: 01400004864201626
Cidade: Montes Claros - MG;
Valor Aprovado: R$ 295.900,00
Prazo de Captação: 26/08/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto "Humor em pedaços" pretende criar um evento humorístico na cidade de Montes Claros - MG em que vários artistas poderão ter espaço de se apresentar e mostrar sua arte. O evento provavelmente será realizado nos dias 16 e 17 de Julho de 2016 e contará com 3 apresentações teatrais humorísticas, ainda a definir, por dia.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
160850 - ARAXA JAZZ
JP CULTURAL PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 21.375.117/0001-20
Processo: 01400007201201663
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 323.860,00
Prazo de Captação: 26/08/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar em Araxá - MG, durante dois dias festival de jazz, com a participação de nomes expressivos do nosso estado. Serão 3 apresentações por dia, totalizando 6 apresentações. As apresentações ocorrerão em Praça Pública, sem cobrança de ingressos. Serão convidados artistas locais para divulgar seus trabalhos.
160467 - PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA DO IX FESTIVAL INTERNACIONAL DE CULTURA E GASTRONOMIA DE ARAXÁ
Fundação Cultural Acia
CNPJ/CPF: 10.548.421/0001-05
Processo: 01400006664201616
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.181.586,80
Prazo de Captação: 26/08/2016 à 30/10/2016
Resumo do Projeto: Este projeto realizará a Programação Artística do IX Festival Internacional de Cultura e Gastronomia de Araxá, que obteve o apoio do Ministério da Cultura em suas cinco últimas edições. Ao todo serão realizadas 25 ações culturais, sendo 24 apresentações artísticas com a música instrumental e as artes cênicas,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

além de uma exposição de artes plásticas. Haverá atividades gratuitas e a preços populares, além de acessibilidade completa para Portadores de Necessidades Especiais.

161420 - XVII BAUERNFEST DE PETRÓPOLIS
COMPANHIA DE PROMOCOES E EVENTOS K S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Processo: 01400021521201626
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 795.744,00
Prazo de Captação: 26/08/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Bauernfest é uma festa do Colono Alemão com repercusão local , regional e nacional. Este evento é tradiconal da cidade de Petrópolis e atrai um público em torno de 120 mil pessoas em 10 dias de festa, sendo este ano a sua 27° EDIÇÃO. O evento, mostrará durante os 10 dias de festa, uma vasta programação com música instrumental, danças folclóricas e contação de histórias. Neste clima a cidade se vestirá com as cores germânicas para comemorar as tradições daqueles que ajudaram a construir uma das cidades históricas mais importantes do nosso país, a Petrópolis Imperial.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
1010904 - RESTAURO E REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA UNISUL.
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
CNPJ/CPF: 86.445.293/0001-36
Processo: 01400021479201058
Cidade: Tubarão - SC;
Valor Aprovado: R$ 4.086.719,00
Prazo de Captação: 26/08/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Restaurar e redimensionar a função do prédio sede da Unisul, atualmente considerado patrimônio histórico da cidade de Tubarão, tornando-o um centro de referência cultural para a região sul.

PORTARIA N° 522, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
15 2131 - RAINHAS DO ORINOCO
CIA MELODRAMATICA BRASILEIRA PROD ART LTDA ME
CNPJ/CPF: 41.883.281/0001-55
MG - Carmo do Rio Claro
Período de captação: 01/08/2016 a 31/12/2016
15 4594 - Festival Internacional de Dança
Dueto Produções e Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/08/2016 a 31/12/2016

PORTARIA Nº 523, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 151066 - Circuito de Elefantes Florianópolis 2015, publicado na portaria nº 376/15 de 01/07/2015, no de D.O.U. em 02/07/2015, para Circuito de Elefantes Brasil.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 263/MB, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Declara o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), previstas para o preparo e o emprego da Marinha do Brasil (MB).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Normativa nº 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa, resolve:

Art. 1º Declarar, para o fim previsto na alínea f do inciso XIV do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito do CTMSP - sendo dele parte integrante o Centro Experimental ARAMAR (CEA) -, previstas para o preparo e o emprego da MB, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, conforme o disposto no inciso VI do art. 4º da Portaria Normativa nº 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa.

Art. 2º Declarar que o CTMSP é responsável pelas atividades do Programa Nuclear da Marinha (PNM), o que o torna de suma importância estratégica para o País, por estar inserido na Estratégia Nacional de Defesa e contribuir para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento. O CTMSP possui, permanentemente, a seu cargo, dentre outras, as seguintes atividades:

I - O CEA, complexo de alta tecnologia que tem como propósito apoiar as atividades experimentais realizadas pelo CTMSP, no qual abriga as unidades piloto de demonstração industrial do ciclo do combustível nuclear; o Laboratório de Geração Nucleoelétrica (LABGENE) como protótipo da planta de propulsão do submarino nacional com propulsão nuclear (SN-BR); instalações de apoio; oficinas especializadas; e laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e comprovação experimental;

II - O Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR), cuja missão é prover segurança física às instalações do CEA e executar ações de controle de emergências de natureza Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, potenciais ou reais, prioritariamente na área daquele Centro, contribuindo para a manutenção da integridade física do pessoal e das instalações, bem como para a atenuação das consequências internas e externas de uma emergência;

III - Desenvolvimento de pesquisas específicas, voltadas à consecução dos sistemas nucleares do SN-BR, garantindo a autonomia nacional crescente, mediante contínua nacionalização de seus meios;

IV - Fabricação, testes e qualificação de diversos componentes relacionados ao sistema de propulsão nuclear e ao combustível, a serem instalados no SN-BR e nas respectivas instalações de apoio da MB;

V - Realização de testes de compatibilidade eletromagnética, e de ensaios hidrodinâmicos de desempenho de modelos físicos, em escala, de cascos de embarcações e propulsores navais, visando ao aperfeiçoamento de projetos de submarinos e navios de superfície desenvolvidos pela MB, sobretudo no que concerne à segurança e à operação;

VI - Gerenciamento do ciclo do combustível nuclear para o SN-BR; e

VII - Formação, adestramento e instrução das tripulações e pessoal de apoio e manutenção, atrelados ao SN-BR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 267/MB, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Extingue o Grupo de Fiscalização da Construção, Apoio Técnico e Administrativo (GFCATA) do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo) "Vital de Oliveira" e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V do Anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Extinguir, em caráter definitivo, o GFCATA do NPqHo "Vital de Oliveira".

Art. 2º O Diretor-Geral do Material da Marinha e o Diretor-Geral do Pessoal da Marinha estão autorizados a baixar os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 268/MB, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Extingue o Grupo de Fiscalização e Apoio (GFA) do Navio Doca Multipropósito (NDM) "Bahia" e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V do Anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Extinguir, em caráter definitivo, o GFA do NDM "Bahia".

Art. 2º O Diretor-Geral do Material da Marinha e o Diretor-Geral do Pessoal da Marinha estão autorizados a baixar os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 269/MB, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Estabelece diretrizes para a realização de viagens ao exterior de forças, navios, unidades aéreas, de fuzileiros navais e de operações especiais.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4° e 19 da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, o art. 26, inciso I, do Anexo I, do Decreto n° 5.417, de 13 de abril de 2005 e o art. 1°, alínea a, do Decreto n° 87.215, de 24 de maio de 1982, resolve:

Art. 1° As viagens ao exterior de forças, navios, unidades aéreas, de fuzileiros navais e de operações especiais, em tempo de paz, serão classificadas, para fins de planejamento e adoção de procedimentos específicos, conforme a seguir:

I - quanto ao propósito da viagem:
a) adestramento conjunto com outras Marinhas;
b) adestramento fora das águas jurisdicionais brasileiras, com visita a portos estrangeiros;
c) participação em contingente brasileiro de força de paz;
d) instrução de guardas-marinha;
e) ação de presença;
f) apoio ao programa antártico brasileiro;
g) transporte de material e pessoal;
h) atividade de pesquisa;
i) representação;
j) atividade comercial;
k) combinação de um ou mais enquadramentos supracitados; e
1) outros a especificar.

II - quanto ao caráter das visitas de navios a portos estrangeiros:
a) oficial;
b) não oficial;
c) operativa; e
d) comercial.

Art. 2° As viagens ao exterior obedecerão a uma programação anual, aprovada pelo Comandante da Marinha (CM).

Art. 3° A proposta de programação de viagens ao exterior será elaborada pelo ComOpNav e DGN e avaliada pelo EMA, que submeterá a versão definitiva à apreciação e aprovação do CM.

§ 1° O EMA, ouvido oportunamente o Ministério das Relações Exteriores (MRE), deverá apresentar ao ComOpNav, até 31 de julho do ano anterior, a seleção prioritária de países, territórios e dependências de interesse.

§ 2° As propostas de viagens ao exterior serão encaminhadas ao CM até o dia 31 de outubro do ano anterior.

§ 3° A proposta de programação de viagens ao exterior preverá, sempre que possível, o embarque de observadores da Força de Fuzileiros da Esquadra ou dos Grupamentos de Fuzileiros Navais, a participação de funcionários civis da MB e de representantes das outras Forças Armadas e órgãos governamentais, em especial do MRE.

Art. 4° A proposta de viagens ao exterior deverá considerar:

I - a seleção apresentada pelo EMA, conforme o § 1° do art. 3°;

II - exercícios de adestramento em operações navais e de fuzileiros navais com Marinhas estrangeiras, no exterior, julgados úteis ao aprimoramento do adestramento da MB;

III - previsão de atuação em prol das forças de paz; e

IV - outras operações de interesse da MB e do País.

Art. 5° Na proposta de programação de viagens ao exterior, constarão as seguintes informações:

I - título da operação;
II - unidades participantes;
III - portos a serem visitados;
IV - previsão de dias de exterior;
V - período da viagem;
VI - despesas estimadas com CLG, manobras militares, representação e pagamento de pessoal;
VII - classificação da viagem e das visitas a portos;
VIII - previsão de embarque de observadores e de convidados; e
IX - responsável pela diretiva.

Art. 6° No caso específico de Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM), o ComOpNav proporá, pelo menos, dois roteiros para avaliação do EMA e escolha do CM. Dadas as características especiais dessa viagem, os roteiros propostos poderão incluir portos de países não inicialmente selecionados pelo EMA.

Art. 7° Para as VIGM, serão convidados guardas-marinha estrangeiros, por proposta do EMA ao CM.

Art. 8° As alterações na programação aprovada pelo CM, relativas a calendário e meios operativos, que não impliquem aumento do custo da viagem, serão autorizadas pelo ComOpNav ou DGN, conforme o caso.

Art. 9° As alterações decorrentes de cancelamento ou de inclusão de países, bem como aquelas que impliquem aumento do custo, serão submetidas à aprovação do CM.

Art. 10 As alterações decorrentes da inclusão de novas viagens serão submetidas à aprovação do CM.

Art. 11 Caberá ao ComOpNav ou à DGN informar ao MRE, com a antecedência necessária, os dados essenciais sobre as viagens, para as comunicações diplomáticas pertinentes.

Art. 12 As viagens ao exterior, para efeito da remuneração de pessoal, serão enquadradas pelo CM.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 13 As viagens de caráter comercial serão submetidas, caso a caso, à apreciação do CM, que as autorizará e classificará. Nessas viagens, os navios adotarão, quando couber, o "status" de Navio de Estado.

Art. 14 Os casos excepcionais deverão ser trazidos à apreciação do CM.

Art. 15 O Chefe do Estado-Maior da Armada, no uso de suas atribuições, baixará os atos necessários à execução desta Portaria.

Art. 16 Esta portaria entra em vigor na presente data.

Art. 17 Revoga-se a Portaria n° 124/MB, de 29 de abril de 2002.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERR

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1.463/SECMA/MD, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O CHEFE DE LOGÍSTICA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e considerando o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa TOPOCART Topografia Engenharia e Aerolevantamentos S/S Ltda., com sede social no SIA Trecho 8, Lotes 50/60, Brasília/DF, CEP: 71.205-080, inscrita no CNPJ sob o nº 26.994.285/0001-17, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "a".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 24 de agosto de 2021.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 2405/MD, de 23 de agosto de 2011.

LUIZ HENRIQUE CAROLI
Almirante de Esquadra

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 981, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Revoga a Portaria MEC nº 369, de 5 de maio de 2016, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 9º, incisos V e VI, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e

CONSIDERANDO:

Que as revisões da Base Nacional Comum Curricular - BNCC ainda estão em curso; e

Que a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SINAEB deve se pautar nas recomendações e orientações emanadas desse processo, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria MEC nº 369, de 5 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 86, de 6 de maio de 2016, Seção 1, pág. 26, que instituiu o SINAEB.

Art. 2º Ficam mantidas as avaliações da educação básica já realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 982, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Institui a Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina - ANASEM.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e

CONSIDERANDO:

O objetivo do Ministério da Educação - MEC de estabelecer um processo de avaliação para aferir a qualidade dos cursos de Medicina; e

A necessidade de aferir as habilidades e competências dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina ao longo de sua formação médica, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina - ANASEM, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação em Medicina por meio de instrumentos e métodos que considerem os conhecimentos, as habilidades e as atitudes previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina.

Art. 2º A ANASEM será implementada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Parágrafo único. O Inep constituirá um Comitê Técnico de Avaliação da Formação Médica para o ANASEM, em portaria específica a ser publicada, para fins do estabelecimento das diretrizes da prova, da construção de matriz e do instrumento de avaliação, da análise e do deferimento de recursos de prova, além da verificação dos resultados do processo avaliativo.

Art. 3º Os processos relacionados à ANASEM serão realizados de forma articulada aos do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos no Exterior - REVALIDA.

Art. 4º A ANASEM será aplicada aos estudantes dos 2º, 4º e 6º anos dos cursos de Medicina devidamente autorizados pelo MEC ou pelos Conselhos Estaduais da Educação.

Parágrafo único. A habilitação dos estudantes de 2º, 4º e 6º anos será estabelecida por portaria específica que regulamentará as normas de aplicação da ANASEM.

Art. 5º A ANASEM constitui componente curricular obrigatório e a situação de sua regularidade deve ser inserida no histórico escolar do estudante, sendo condição para a diplomação, em consonância ao disposto no art. 9º da Lei nº 12.871, de 2013.

§ 1º Aos estudantes dos 2º e 4º anos que se ausentarem, desde que apresentem justificativa adequada, será oferecida nova oportunidade no ANASEM subsequente. Aos estudantes do 6º ano que se ausentarem, desde que apresentem justificativa adequada, será oferecida nova oportunidade de avaliação trinta dias após a data do exame.

§ 2º A ausência de inscrição e/ou participação dos estudantes e/ou cursos na avaliação ensejará na aplicação de penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente.

§ 3º Os resultados da avaliação servirão de referencial de qualidade do ensino médico e poderão se constituir em modalidade única ou complementar aos processos de seleção para Residência Médica.

Art. 6º A responsabilidade pela inscrição na ANASEM compete às Instituições de Ensino Superior - IES, conforme orientações técnicas a serem disponibilizadas pelo Inep.

Parágrafo único. É responsabilidade da IES divulgar amplamente, junto ao seu corpo discente, a lista dos estudantes inscritos.

Art. 7º Fica revogada a Portaria MEC nº 168, de 1º de abril de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 25 de agosto de 2016

Processo nº: 23123.001023/2016-16
Interessado: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
Assunto: Relatório Final da Comissão de Sindicância.

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, com fulcro no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aprovo o Parecer nº 671/2016/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério - CONJUR-MEC, cujos fundamentos adoto, e decido:

I - Não acolher o Relatório Final da Comissão de Sindicância; e

II - Firmar o entendimento de que o Ministro de Estado da Educação não detém atribuição legal para atuar no feito. Compete a EBSERH a adoção da providência do caso em comento.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 172/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 538 de 25 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 26 de agosto de 2014, que autorizou a implantação do curso de Medicina (bacharelado) ministrado pela Faculdade Barão do Rio Branco, localizada na BR 364, KM 2, nº 200, Alameda Hungria, bairro Jardim Europa II, no município do Rio Branco, no estado do Acre, mantida pela União Educacional do Norte Ltda., sediada no mesmo endereço, e reduziu o número de vagas pleiteado de cento e vinte para oitenta e uma vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23001.000001/2015-34.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 174/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 722, de 27 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2014, a qual indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Logística, tecnológico, que seria ministrado pela Faculdade Saberes, localizada na Avenida Cezar Helal, Ed. São Jorge, 2º e 3º pavimentos, bairro Praia do Suá, no município de Vitória, no estado do Espírito Santo, mantida pela Saberes Instituto de Ensino Ltda., com sede no mesmo endereço, conforme consta do Processo nº 23001.000080/2015-83.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 180/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES/MEC nº 612, de 30 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2014, a qual indeferiu pedido de autorização do curso de Fisioterapia (bacharelado) que seria ministrado pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho - ICF, localizado na rua Napoleão Lima, nº 1.175, bairro Jóquei Clube, no município de Teresina, estado do Piauí, mantido pela Sociedade Piauiense de Ensino Superior Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000037/2015-18.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 217/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 237, de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2014, a qual indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do Curso de Medicina Veterinária (bacharelado), que seria ministrado pela Faculdade Anglo-Americano de Passo Fundo, localizada na Avenida Rui Barbosa, nº 103, Quadra 138, Bairro Vila Petrópolis, Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional de Passo Fundo Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000135/2014-74.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 218/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 726, de 19 de dezembro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2013, a qual indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Odontologia (bacharelado), que seria ministrado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna - FTC, localizada na Praça José Bastos, nº 55, bairro Centro, no Município de Itabuna, Estado da Bahia, mantida pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda., com sede na Praça da Inglaterra, nº 02, bairro Comércio, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, conforme consta do Processo nº 23123.000203/2014-19.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 220/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, revogando a decisão expressa pela Portaria SERES nº 539, de 25 de agosto de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2014, e, por conseguinte, determinando a continuidade da tramitação regular do processo de autorização para o funcionamento do curso de Engenharia de Produção (bacharelado) pela Faculdade Anglo-Americano de Caxias do Sul, com sede no município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, com a realização da avaliação in loco, conforme consta do Processo nº 23001.000024/2015-49.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 311/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 263, de 24 de abril de 2014, a qual indeferiu o pedido de autorização do curso de Medicina, bacharelado, que seria ministrado pelo Instituto Macapaense de Ensino Superior, mantido pelo Instituto Macapaense de Ensino Superior S.S. Ltda., ambos localizados na Rua Jovino Dinoá, nº 2.085, Centro, no município de Macapá, estado do Amapá, conforme consta do Processo nº 23001.000138/2014-16.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 553/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié, mantida pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda., ambos localizados no munícipio de Jequié, no estado da Bahia, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES expressa na Portaria SERES/MEC nº 269, de 2 de maio de 2014, que indeferiu pedido de autorização do curso de graduação em Odontologia (bacharelado), conforme consta do Processo nº 23001.000141/2014-21.

MENDONÇA FILHO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MEC nº 934 de 19 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 161, de 22 de agosto de 2016, Seção 1, páginas 15 a 19, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições:

Onde se lê: "PORTARIA Nº 934, DE 19 DE AGOSTO DE 2016",

Leia-se: "PORTARIA Nº 952, DE 19 DE AGOSTO DE 2016".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 25 DE AGOSTO DE 2016

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, resolve:

Nº 788 - aplicar à empresa DANIEL DA SILVA GOMES 08024839415, CNPJ nº 22.430.242/0001-58, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 13 (treze) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2015NE802913, bem como com sua rescisão, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 16.1, 16.1.6, 16.2 e 16.2.2 do Edital de Pregão nº 295/2015, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF, nos termos do subitem 16.6. (Processo 012763/2015)

Nº 789 - aplicar à empresa DIOGOLAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS EIRELI-ME, CNPJ nº 05.435.021/0001-53, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos contratos representados pelas Notas de Empenho nºs 2015NE801960 e 2015NE801961, bem como com sua rescisão, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.1, 15.1.6, 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão nº 584/2014, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF, nos termos do subitem 15.6. (Processo 017040/2014)

Nº 790 - aplicar à empresa TEHA TRADE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME , CNPJ nº 05.533.684/0001-00, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos contratos representados pelas Notas de Empenho nºs 2015NE803230 e 2015NE803232, bem como com sua rescisão, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 20.1, 20.1.6, 20.2 e 20.2.2 do Edital de Pregão para Registro de Preços nº 524/2014, Ata de Registro de Preços nº 40/2015, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF, além do cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem 20.6 do referido Edital. (Processo 015264/2014)

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 411, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente toda a responsabilidade formal a respeito dos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
201504400	Instituto Galileo de Ensino Superior (15508)	Centro de Ensino Unificado do Piauí - CEUPI	Avenida Pedro Almeida nº 215 - Zona Leste Bairro: São Cristóvão - Teresina/PI	Instituto de Ciência e Tecnologia Ltda - ME (13283) CNPJ nº 10.643.944/0001-30	Instituto Euro Americano de Educação Ciência Tecnologia (770) CNPJ nº 37.174.034/0001-02

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.350, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 01/2016, publicado no DOU de 25/02/2016.

Unidade: FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Departamento: EDUCAÇÃO I
Área de Conhecimento: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.043662/16-81
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord. Classif. Geral
1º Thais Seltzer Goldstein
Área de Conhecimento: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.043732/16-09
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord. Classif. Geral
1º Alessandra Carbonero Lima
2º Evaniel Bras dos Santos
Área de Conhecimento: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.043557/16-41
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord. Classif. .Geral
1º Kelly Ludkiewicz Alves
2º Karen Fernanda da Silva Bortoloti
3º Pablo Antonio Iglesias Magalhães
Unidade: FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento: FILOSOFIA
Área de Conhecimento: Filosofia Contemporânea
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.043327/16-82
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord. Classif. Geral
1º Vinícius dos Santos
2º Pablo Enrique Abraham Zunino

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 131, DE 1º DE ABRIL DE 2016

O Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor e tendo em vista do que consta nos autos do Processo n.º23075.114414/2016-12 que aponta irregularidade decorrente do Pregão Eletrônico n.º106/2015, e resolve:

Aplicar à empresa MASTER AUCTION TRANSPORTE E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS EIRELI-ME, CNPJ n.º 05.046.360/0001-48, Aplicar a pena de impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria no DOU e o registro das sanções no SICAF. Com fulcro no Artigo 7º, da LEI n.º10.520/2002 e IN MARE nº05/95 e do §1º do Art. 109 da Lei 8.666/93.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.513, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Altera disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de agosto de 2016, de acordo com os arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 11, parágrafo único, do Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966, resolveu:

Art. 1º O item 14 da Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte redação:

"14 - .....

a) os itens financiados se destinem a fomentar a diversificação das atividades geradoras de renda da unidade familiar produtora de fumo, vedado o financiamento para construção, reforma e manutenção das estufas para secagem do fumo ou de uso misto, para a secagem do fumo e de outros produtos;

b) .....

I - 20% (vinte por cento) no ano agrícola 2016/2017;

II - 25% (vinte e cinco por cento) no ano agrícola 2017/2018;

III - 30% (trinta por cento) no ano agrícola 2018/2019;

IV - 40% (quarenta por cento) no ano agrícola 2019/2020; e

V - 50% (cinquenta por cento) no ano agrícola 2020/2021." (NR)

Art. 2º O item 2 da Seção 4 (Créditos de Custeio) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"2 - .....

.....

c) taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para aquisição de animais destinados a recria e engorda e demais culturas e criações;

.....

f) o financiamento para aquisição de animais destinados a recria e engorda deve observar o limite de crédito por beneficiário a cada ano agrícola, em todo SNCR, de até R$20.000,00 (vinte mil reais)." (NR)

Art. 3º O preço da Erva-Mate constante da "Tabela 2. Preços garantidores vigentes para as operações de custeio e de investimento com vencimento de 10/7/2016 até 9/7/2017", constante do "Anexo I - Tabelas de preços de garantia para produtos amparados pelo PGPAF" da Seção 15 (Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar - PGPAF) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar da seguinte forma:

"Produtos	Regiões e Estados	Unidade	Preço Garantidor (R$)
Erva-mate	Sul	sc (15kg)	10,20" (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados o inciso I da alínea "a" e o inciso I da alínea "e" do item 5 da Seção 5 (Créditos de Investimento - Pronaf Mais Alimentos) do Capítulo 10 do MCR.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 4.514, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Ajusta as normas gerais do crédito rural.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de agosto de 2016, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º O item 2 da Seção 6 (Normas Transitórias) do Capítulo 3 (Operações) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte redação:

"2 - Admite-se, até 30/6/2017, a contratação de crédito de custeio com prazo de reembolso de até 2 (dois) anos, quando os

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

recursos forem direcionados exclusivamente a suinocultores para retenção de matrizes suínas." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 4.515, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Resolução nº 4.507, de 28 de julho de 2016, que define condições para refinanciamento de operações contratadas por produtores rurais ao amparo do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de agosto de 2016, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e do art. 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 4.507, de 28 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - beneficiários: pessoas físicas, empresários individuais, empresas individuais de responsabilidade limitada e sociedades empresárias, desde que sejam produtores rurais e o investimento se destine ao setor agropecuário, bem como as sociedades cooperativas e associações de produtores rurais para investimento que se destine ao setor agropecuário;

.....

§ 8º As pessoas físicas e os empresários individuais de que trata o inciso I devem ter residência e domicílio no Brasil, e as sociedades de que trata o referido inciso devem ter sede e administração no Brasil." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 4.516, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às instituições em regime de liquidação extrajudicial.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de agosto de 2016, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei, e tendo em vista o disposto no art. 61 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolveu:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em regime de liquidação extrajudicial devem utilizar, em sua escrituração, os critérios estabelecidos nesta Resolução e na respectiva regulamentação complementar e, quando não conflitantes com esses, os critérios gerais previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica às administradoras de consórcio, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições legais.

Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem elaborar demonstrações financeiras de abertura do regime de liquidação extrajudicial relativas à data de sua decretação.

Art. 3º Na elaboração das demonstrações financeiras de abertura e das demais demonstrações elaboradas durante a manutenção do regime de liquidação extrajudicial, as instituições mencionadas no art. 1º devem observar aos seguintes critérios contábeis:

I - os ativos devem ser mensurados pelo menor valor entre:

a) o valor contábil líquido, assim considerado o valor pelo qual o ativo está registrado, deduzido de eventuais provisões para perdas e da respectiva depreciação ou amortização acumuladas; ou

b) o valor líquido provável de realização, assim considerado o valor de mercado de venda, deduzido do valor estimado das despesas necessárias à alienação do ativo;

II - os valores registrados no ativo relativos a bens intangíveis, a despesas pagas antecipadamente que não sejam passíveis de ressarcimento e a ativos cujo fundamento econômico dependa da existência de resultados positivos futuros, devem ser baixados imediatamente após a decretação do regime de liquidação extrajudicial, tendo como contrapartida a adequada conta de Patrimônio Líquido;

III - os passivos exigíveis devem ser registrados pelo valor atualizado da obrigação a ser liquidada, pro rata temporis, até a data das demonstrações financeiras de abertura, com observância das respectivas condições contratuais;

IV - nas demonstrações financeiras seguintes às demonstrações financeiras de abertura, os passivos exigíveis devem ser atualizados pelos índices previstos na legislação aplicável ao regime de liquidação extrajudicial, mantendo-se controle destacado das atualizações;

V - as provisões passivas, inclusive as relativas a contingências, devem ser constituídas e atualizadas, a fim de que representem a melhor estimativa do valor provável de desembolso futuro, considerada a situação de descontinuidade da instituição; e

VI - nas demonstrações financeiras de abertura, as contas de resultado devem ser encerradas, em contrapartida à adequada conta do Patrimônio Líquido.

§ 1º Os bens registrados no ativo imobilizado que continuarem em uso pela entidade durante o regime de liquidação extrajudicial devem ser submetidos a teste de redução ao valor recuperável a partir do exercício social seguinte ao da decretação do regime.

§ 2º No caso de provisões associadas a depósitos judiciais ou extrajudiciais, o montante provisionado deve corresponder, no mínimo, ao valor dos respectivos depósitos.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica quando houver passivo registrado em conta específica pelo valor integral do depósito relativo à obrigação constituída.

Art. 4º Nos casos em que a contabilidade da entidade em liquidação extrajudicial não ofereça condições de segurança e confiabilidade para a adequada verificação de sua situação patrimonial, econômica e financeira, o liquidante deve elaborar as demonstrações financeiras especiais de abertura da liquidação com base em inventário geral de bens, direitos e obrigações.

Art. 5º As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas:

I - da elaboração, remessa e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas dos conglomerados financeiro e prudencial; e

II - da publicação dos balancetes patrimoniais mensais.

Art. 6º O Banco Central do Brasil poderá, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, determinar nova elaboração e remessa das demonstrações financeiras de que trata esta Resolução, com as correções que se fizerem necessárias, para a adequada expressão da realidade econômica e financeira da entidade.

Art. 7º O Banco Central do Brasil disciplinará os procedimentos complementares necessários para a elaboração, remessa e divulgação das demonstrações financeiras de que trata esta Resolução, podendo, inclusive, dispor sobre o prazo, a forma e as condições.

Art. 8º Os procedimentos estabelecidos por esta Resolução devem ser aplicados:

I - de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2017, para as instituições que já se encontrem em regime de liquidação extrajudicial na data de publicação desta Resolução; e

II - a partir da data da decretação do regime de liquidação extrajudicial nas demais situações.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 4.517, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial ao Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de agosto de 2016, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei, e tendo em vista o disposto no art. 61 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolveu:

Art. 1º O art. 5º da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º As participações societárias das instituições referidas no art. 1º em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

§ 1º O procedimento contábil estabelecido no caput deve ser aplicado prospectivamente aos documentos e demonstrações elaborados a partir da data-base de janeiro de 2017.

§ 2º As instituições que tenham alteração de políticas contábeis em função do disposto no caput ficam dispensadas da apresentação comparativa das demonstrações do conglomerado prudencial referentes aos períodos do ano de 2017 relativamente aos períodos anteriores." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 4.518, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Resolução nº 4.284, de 5 de novembro de 2013, e altera e consolida as normas que dispõem sobre o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de agosto de 2016, com base nos arts. 3º, inciso VI, e 4º, inciso VIII, da referida Lei, no art. 12, inciso IV, da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, e tendo em conta o disposto no § 1º, inciso XIII, do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, resolveu:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 4.284, de 5 de novembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam alterados e consolidados, nos termos dos Anexos I e II a esta Resolução, o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

Parágrafo único. A entidade referida neste artigo:

I - é considerada instituição financeira, para os efeitos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

II - poderá ter acesso às informações de que trata a Resolução nº 3.658, de 17 de dezembro de 2008, não sendo aplicável a ela o disposto no art. 8º, inciso I, da referida Resolução." (NR)

"Art. 2º A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao FGCoop é de 0,0125% (cento e vinte e cinco décimos de milésimos por cento) do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos relacionados no art. 2º, incisos I a X, do Anexo II, ainda que os créditos correspondentes não sejam cobertos pela garantia ordinária." (NR)

"Art. 3º .....

I - o valor das contribuições deve ser calculado com base nos saldos do último dia de cada mês das contas referidas no art. 2º;

.....

Parágrafo único. .....

I - as contas cujos saldos nas demonstrações contábeis das instituições associadas devem servir de base de cálculo das contribuições;

....." (NR)

Art. 2º O Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que compõem os Anexos I e II à Resolução nº 4.284, de 2013, passam a vigorar com alterações, conforme versões consolidadas nos termos dos Anexos I e II a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco

ANEXO I

ESTATUTO DO FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO (FGCoop)

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DO OBJETO, DA FINALIDADE, DA SEDE E DO PRAZO

Art. 1º O Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo único. O FGCoop não exerce qualquer função pública, inclusive por delegação.

Art. 2º O FGCoop tem por finalidades:

I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento;

II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e

III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista.

Parágrafo único. É vedado ao FGCoop ressarcir, mesmo que parcialmente, crédito de cooperados e de clientes de instituições que não sejam suas associadas e créditos de associadas representantes, respeitado o disposto no Regulamento.

Art. 3º O FGCoop tem por objeto prestar garantia sobre instrumentos financeiros emitidos ou captados pelas instituições associadas referidas no art. 10 deste Estatuto, nas situações de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada.

Parágrafo único. O FGCoop, por efetuar o pagamento de dívidas de instituições associadas, tem o direito de reembolsar-se do que pagou nos termos do art. 346, inciso III, do Código Civil.

Art. 4º Integra também o objeto do FGCoop, consideradas as finalidades previstas nos incisos II e III do art. 2º, a contratação de operações de assistência ou de suporte financeiro, incluindo operações de assistência de liquidez com as instituições associadas, diretamente ou por intermédio de central ou de confederação.

§ 1º É vedado ao FGCoop realizar operações de assistência e suporte financeiro com:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - associadas representantes; e

II - instituições que não sejam associadas ao Fundo.

§ 2º A contratação de operações de assistência ou de suporte financeiro de que trata este artigo somente poderá ser realizada quando o patrimônio do FGCoop for suficiente para garantir, no mínimo, 1% (um por cento) dos saldos das contas utilizadas para registro dos instrumentos financeiros objeto da garantia de que trata o art. 2º do seu Regulamento, no conjunto das cooperativas singulares e dos bancos cooperativos que integram o SNCC.

§ 3º As operações de que trata este artigo observarão os seguintes limites em relação ao patrimônio líquido acrescido das obrigações decorrentes da antecipação de contribuições ordinárias pelas instituições associadas constantes do balancete mensal ou do balanço do exercício do FGCoop:

I - até 5% (cinco por cento): para o conjunto das operações realizadas com cada instituição associada;

II - até 15% (quinze por cento): para o conjunto das operações realizadas com instituições associadas vinculadas a um mesmo sistema cooperativo organizado em 2 (dois) níveis;

III - até 25% (vinte e cinco por cento): para o conjunto das operações realizadas com instituições associadas vinculadas a um mesmo sistema cooperativo organizado em 3 (três) níveis, inclusive o banco cooperativo, se houver; e

IV - até 50% (cinquenta por cento): para o conjunto das operações de que trata este artigo.

§ 4º Diante de situação conjuntural adversa, reconhecida pelo Banco Central do Brasil (BC), e no intuito de preservar a higidez e a estabilidade do SNCC, os limites previstos no § 3º deste artigo e no art. 5º, caput, poderão ser excepcionalmente ultrapassados, conforme decisão do Conselho de Administração do FGCoop.

§ 5º As condições das operações referidas neste artigo relativas a prazo, taxas de juros e garantias serão fixadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com os riscos associados a cada operação.

Art. 5º Observados os critérios, os limites, os requisitos de diversificação, o formato operacional, as vedações e as demais condições fixadas no Regulamento ou em regramento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, o FGCoop poderá aplicar recursos até o limite global de 10% (dez por cento) do seu patrimônio, acrescido das obrigações passivas decorrentes da antecipação de contribuições ordinárias pelas instituições associadas, constantes do balancete mensal ou do balanço do exercício do FGCoop, na aquisição de direitos creditórios de instituições associadas.

§ 1º O FGCoop poderá alienar os ativos adquiridos em decorrência das operações referidas no caput.

§ 2º É vedado ao FGCoop aplicar recursos na aquisição de:

I - bens imóveis, exceto:

a) quando recebidos em liquidação de crédito de sua titularidade, após o que devem ser alienados;

b) para uso próprio; e

II - títulos de renda variável.

Art. 6º O FGCoop não poderá recusar o pagamento das garantias prestadas sob o fundamento de inadimplemento das contribuições por parte da instituição associada.

Parágrafo único. Havendo indícios da existência de adoção de procedimentos com o objetivo de obtenção de ressarcimento além do limite individual estabelecido ou de operações que revelem indícios de fraude ou de tentativa, por qualquer meio, de exceder os valores máximos de cobertura, o pagamento das garantias será suspenso, podendo, após a análise devida em procedimento interno do FGCoop, ser recusado, cabendo aos interessados demonstrar a lisura dos procedimentos.

Art. 7º O FGCoop tem foro e sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 8º O prazo de duração do FGCoop é indeterminado.

CAPÍTULO II

DAS RECEITAS E DO PATRIMÔNIO

Art. 9º Constituem receitas do FGCoop:

I - contribuições ordinárias e extraordinárias das instituições associadas;

II - taxas de serviços decorrentes da emissão de cheques sem provisão de fundos recolhidos de forma direta ou indireta pelas instituições associadas;

III - rendimentos de aplicação dos recursos do FGCoop;

IV - recuperações de direitos creditórios nas quais o FGCoop houver se sub-rogado, em virtude de pagamento de dívidas de instituições associadas relativas a créditos garantidos;

V - resultado líquido dos serviços prestados pelo FGCoop;

VI - remuneração e encargos correspondentes ao recebimento dos valores devidos em função da realização das operações de que tratam os arts. 4º e 5º; e

VII - receitas de outras origens, inclusive recursos recebidos do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

§ 1º A responsabilidade das instituições associadas é limitada às contribuições que estão obrigadas a fazer, observadas as condições fixadas no Regulamento do FGCoop, não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais do Fundo.

§ 2º Se as circunstâncias indicarem, em qualquer momento, que o patrimônio do FGCoop necessita de receitas adicionais para fazer face a suas obrigações, serão utilizados, na seguinte ordem, recursos provenientes de:

I - adiantamento, pelas instituições associadas, de contribuições mensais ordinárias;

II - operações de crédito com instituições privadas, oficiais ou multilaterais;

III - contribuições extraordinárias das instituições associadas, estabelecidas na forma deste artigo e do art. 31, inciso II, deste Estatuto; e

IV - outras fontes de recursos, por proposta da administração do FGCoop e mediante prévia autorização do BC.

§ 3º Não haverá devolução, em hipótese alguma, das contribuições realizadas pelas instituições associadas ao FGCoop.

§ 4º As receitas auferidas pelo FGCoop integram seu patrimônio.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

Art. 10. São instituições associadas ao FGCoop as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e os bancos cooperativos.

Parágrafo único. Serão associadas representantes as confederações e as centrais constituídas pelas cooperativas de crédito, com o propósito exclusivo de representar as cooperativas singulares, nos termos previstos no presente Estatuto, não tendo aquelas direito a qualquer tipo de garantia, assistência ou suporte financeiro prestados pelo FGCoop.

Art. 11. O FGCoop contará com número ilimitado de instituições associadas.

§ 1º Considera-se justa causa, para fins de exclusão do quadro de instituições associadas do FGCoop:

I - a ocorrência de qualquer das situações dispostas no art. 3º;

II - no caso de banco cooperativo, a mudança de objeto social que vise transformá-lo em instituição, entidade ou empresa não financeira ou não captadora de depósitos; e

III - no caso de cooperativa de crédito singular, a mudança de categoria operacional, nos termos previstos em regulamentação do BC, em virtude da qual deixe de atender ao disposto no art. 10.

§ 2º Fica facultado à instituição associada o oferecimento de defesa ao Conselho de Administração, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação da sua exclusão do quadro de associados do FGCoop.

§ 3º Da decisão do Conselho de Administração caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação da decisão, sem efeito suspensivo, à Assembleia Geral.

Art. 12. São direitos das instituições associadas:

I - usufruir dos serviços, garantias e ações desenvolvidas pelo FGCoop, desde que preenchidos os requisitos e as condições fixadas no presente Estatuto e no seu Regulamento;

II - tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem, ressalvadas as vedações legais e estatutárias, e respeitado o disposto no art. 15 deste Estatuto;

III - propor, ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, medidas de interesse do FGCoop ou das próprias instituições associadas; e

IV - desligar-se do quadro de instituições associadas ao FGCoop, quando não mais exercer o objeto social das instituições financeiras relacionadas no art. 10.

Art. 13. São deveres das instituições associadas:

I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regulamento e o Regimento Interno;

II - comparecer e votar nas Assembleias Gerais, observado o disposto no art. 15;

III - respeitar e cumprir as decisões dos órgãos de administração do FGCoop;

IV - honrar pontualmente com as contribuições, conforme critérios estabelecidos; e

V - disponibilizar ao FGCoop:

a) até 30 de abril e 30 de setembro de cada ano, e sempre que solicitado, cópia das demonstrações financeiras semestrais e dos relatórios de auditoria;

b) as informações consolidadas, para fins estatísticos, sobre os instrumentos financeiros objeto de garantia pelo FGCoop, elaboradas de acordo com a regulamentação em vigor; e

c) outras informações solicitadas pelo Fundo para cumprimento de suas finalidades.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DO FGCOOP E DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 14. São órgãos do FGCoop:

I - a Assembleia Geral;

II - o Conselho de Administração;

III - a Diretoria Executiva; e

IV - o Conselho Fiscal.

Parágrafo único. Os integrantes dos órgãos do FGCoop não respondem, subsidiária ou solidariamente, pelas obrigações sociais do FGCoop, nos termos do inciso V do art. 46 do Código Civil Brasileiro.

Art. 15. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo do FGCoop, e as instituições associadas serão nela representadas da seguinte forma:

I - as cooperativas singulares de crédito, integrantes de sistemas cooperativos organizados em 2 (dois) ou 3 (três) níveis, conforme o caso, por sua central ou confederação, respectivamente;

II - os bancos cooperativos, pela respectiva confederação do sistema cooperativo ao qual está vinculado; e

III - as cooperativas singulares não filiadas a centrais, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Art. 16. O exercício do direito de voto na Assembleia Geral do FGCoop constitui prerrogativa de todas as instituições associadas adimplentes, representadas na forma do art. 15, observadas as seguintes regras:

I - os representantes legais ou os procuradores com poderes específicos das associadas representantes terão direito de voto correspondente ao somatório das unidades de voto das respectivas instituições associadas representadas; e

II - cada real desembolsado na última contribuição ordinária antes da respectiva Assembleia Geral, desprezados os centavos, conferirá à instituição associada uma unidade de voto.

Art. 17. Até 30 de abril de cada ano, as instituições associadas, representadas na forma do art. 15, devem reunir-se em Assembleia Geral Ordinária para:

I - apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras destes, à vista do relatório da auditoria independente e do parecer do Conselho Fiscal;

II - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e

III - designar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Art. 18. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada para deliberar sobre outros assuntos de interesse do FGCoop, inclusive para eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal na hipótese de vacância de cargos, caso em que os eleitos deverão completar o prazo dos mandatos vagos.

Art. 19. A Assembleia Geral será convocada no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência, mediante publicação no Diário Oficial da União, sempre com a indicação da ordem do dia, e remessa de forma eletrônica de cópia da publicação às instituições associadas, bem como às entidades que as representam:

I - pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua iniciativa ou a pedido de 3 (três) ou mais de seus membros;

II - por 3 (três) ou mais membros do Conselho de Administração signatários do pedido ao Presidente do Conselho de Administração, caso este não promova a publicação do aviso de convocação dentro de 10 (dez) dias, contados do recebimento do pedido;

III - no mínimo, 2/3 (dois terços) das unidades de voto das instituições associadas representadas na forma do art. 15 do presente Estatuto; ou

IV - por 1/5 (um quinto) das instituições associadas.

Art. 20. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente do Conselho, a Assembleia Geral será instalada por qualquer dos conselheiros, cabendo às instituições associadas representadas eleger o Presidente da Assembleia.

Art. 21. Observado o disposto no art. 20, a Assembleia Geral será instalada com qualquer número de instituições associadas representadas, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples das unidades de voto, observados os critérios dos arts. 15 e 16 deste Estatuto.

Art. 22. Aplicam-se, às deliberações que tiverem por objeto a reforma deste Estatuto ou do Regulamento do FGCoop, ou a eleição e a destituição de membro do Conselho de Administração e destituição de membro da Diretoria Executiva, os seguintes quóruns:

I - instalação em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das unidades de voto das instituições associadas, representadas na forma do art. 15 do presente Estatuto, e, nas convocações seguintes, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) das unidades de voto das instituições associadas, representadas na forma do art. 15 do presente Estatuto; e

II - deliberação mediante, no mínimo, 3/4 (três quartos) das unidades de voto das instituições associadas representadas na Assembleia.

Parágrafo único. Aprovada a reforma do Estatuto ou do Regulamento pela Assembleia Geral, a respectiva proposta deverá ser encaminhada ao BC, para exame e submissão ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DO FGCOOP

Art. 23. O FGCoop será administrado pelo Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, observados os critérios dos arts. 15 e 16, e pela Diretoria Executiva, designada pelo Conselho de Administração, após eleito.

Art. 24. O Conselho de Administração será constituído por 6 (seis) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um Presidente e um Vice-Presidente, todos pessoas naturais residentes no País, eleitos em Assembleia Geral, observadas as seguintes disposições:

I - cada sistema cooperativo organizado em 3 (três) níveis terá um representante efetivo e um suplente;

II - o conjunto dos sistemas cooperativos organizados em 2 (dois) níveis terá 1 (um) representante efetivo e 1 (um) suplente;

III - a OCB terá 1 (um) representante efetivo e 1 (um) suplente como representantes das associadas não filiadas a centrais; e

IV - no caso de renúncia, de vacância ou de impedimento de membro do Conselho, assumirá a vaga o respectivo suplente até o término do mandato.

Parágrafo único. O candidato a membro do Conselho de Administração será indicado à Assembleia pelas entidades mencionadas nos incisos I a III do caput.

Art. 25. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

§ 1º O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração serão dispensados de prestação de garantia de gestão.

Art. 26. São hipóteses de vacância do cargo de Conselheiro de Administração:

I - deixar de participar de 3 (três) reuniões consecutivas, sem causa justificada; ou

II - deixar de ser um membro indicado pelo respectivo sistema cooperativo organizado ou pela OCB, conforme o caso, na forma do parágrafo único do art. 24.

Art. 27. O Conselho de Administração reunir-se-á na periodicidade definida no Regimento Interno, por convocação do Presidente ou a pedido de 3 (três) ou mais de seus membros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Caso o Presidente, dentro de 7 (sete) dias do recebimento do pedido de convocação, não expedir o respectivo aviso, 3 (três) ou mais membros do Conselho de Administração que tiverem pedido a reunião poderão remetê-lo.

§ 2º O aviso de convocação deve indicar a ordem do dia e ser entregue, mediante recibo, aos membros do Conselho de Administração, com 10 (dez) dias, no mínimo, de antecedência.

§ 3º A antecedência referida no § 2º é dispensada quando a reunião contar com a presença ou a representação da totalidade dos membros do Conselho de Administração ou, ainda, alternativamente, com atestado por escrito daqueles membros, concordando com a realização da reunião.

§ 4º A reunião do Conselho de Administração somente pode ocorrer com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) dos seus membros, e as deliberações devem ser tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate na votação.

§ 5º Na impossibilidade de comparecimento do Conselheiro de Administração efetivo na reunião do Conselho, este poderá ser substituído pelo respectivo suplente.

§ 6º Das reuniões do Conselho de Administração, devem ser lavradas atas no livro próprio e, após aprovação pelos presentes, assinadas pelo Presidente do Conselho de Administração e pela pessoa designada para secretariar os trabalhos.

Art. 28. O FGCoop poderá ter comitês técnicos de assessoramento, cujos membros, inclusive o coordenador, serão indicados e terão suas atribuições e sua remuneração fixadas pelo Conselho de Administração.

Art. 29. A Diretoria Executiva será composta por até 3 (três) Diretores, sendo um deles o Diretor Executivo e os demais sem designação específica, eleitos pela maioria dos membros do Conselho de Administração para um mandato de 3 (três) anos, em reunião especialmente convocada para esse fim, permitida a reeleição, observados os seguintes requisitos para o exercício do cargo:

I - não ser membro de órgão de administração e de fiscalização das associadas representantes e das instituições associadas ao FGCoop;

II - ter reputação ilibada;

III - ter a qualificação técnica necessária para o exercício do cargo;

IV - não exercer cargo político-partidário; e

V - não ser empregado ou prestador de serviços de instituição associada em caráter não eventual.

Parágrafo único. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Art. 30. Os membros eleitos para os órgãos de administração devem ter seus nomes submetidos ao BC, que os aprovará se atenderem aos requisitos previstos na regulamentação em vigor para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pela referida Autarquia.

Parágrafo único. Aprovados os respectivos nomes, os membros dos órgãos de administração devem tomar posse em até 30 (trinta) dias, firmando previamente carta de compromisso de confidencialidade dirigida ao BC.

Art. 31. Compete ao Conselho de Administração:

I - fixar o percentual da contribuição ordinária das instituições associadas ao FGCoop, podendo adotar alíquotas diferenciadas para as instituições associadas, em razão da filiação ou não a sistema cooperativo, ou participação ou não da instituição associada em sistema de garantias recíprocas e de centralização financeira, mediante solicitação específica, devidamente fundamentada, apresentada ao BC, para exame e submissão à prévia autorização do CMN, observado o percentual máximo por ele estabelecido;

II - fixar as condições das contribuições extraordinárias que as instituições associadas devem efetuar para custeio da garantia a ser prestada pelo FGCoop na hipótese de que trata o art. 9º, § 2º, inciso III, deste Estatuto, observado que tais contribuições estão limitadas a 50% (cinquenta por cento) da alíquota em vigor para as contribuições ordinárias, podendo adotar alíquotas diferenciadas para as instituições associadas em razão da filiação ou não a sistema cooperativo ou participação ou não da instituição associada em sistema de garantias recíprocas e de centralização financeira;

III - definir a orientação geral dos serviços do FGCoop, especialmente as políticas e as normas a serem observadas no cumprimento de suas finalidades sociais e na aplicação de seus recursos, estabelecendo os requisitos de composição e de diversificação de riscos da carteira, podendo, inclusive, contratar sua administração com terceiros, observado o disposto nos arts. 4º e 5º deste Estatuto;

IV - aprovar o Regimento Interno e definir competências para deliberação e prática de atos compreendidos no objeto do FGCoop;

V - eleger os membros da Diretoria Executiva;

VI - aprovar o orçamento de custeio e de investimentos do FGCoop;

VII - apresentar ao BC, para exame e submissão à prévia autorização do CMN, proposta, devidamente fundamentada, de alteração do percentual da contribuição mensal ordinária;

VIII - definir a remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

IX - deliberar sobre os atos e operações que, de acordo com este Estatuto, o Regulamento e o Regimento Interno, sejam de sua competência, inclusive alienação de bens do ativo permanente e de ativos adquiridos em decorrência de cumprimento do seu objeto social;

X - deliberar sobre a contratação de auditoria independente;

XI - designar o coordenador e definir as atribuições e a remuneração dos membros dos comitês técnicos;

XII - examinar o balancete mensal e manifestar-se sobre o relatório e as demonstrações financeiras do FGCoop;

XIII - autorizar previamente e fixar as condições das operações previstas nos arts. 4º e 5º deste Estatuto, observada a regra de vigência estabelecida no art. 4º, § 2º, deste Estatuto;

XIV - acompanhar e monitorar os principais indicadores de risco das instituições associadas, prestando e solicitando informações, diretamente ou por meio da respectiva central ou confederação, a respeito do seu adequado enquadramento nesses indicadores;

XV - deliberar sobre a contratação de seguro ou de outro tipo de proteção existente no mercado para proporcionar garantia aos membros de órgãos do FGCoop de que tratam os incisos II, III e IV do art. 14, contra eventuais reclamações formuladas por terceiros em decorrência de atos praticados no exercício do mandato, ainda que já encerrado; e

XVI - deliberar sobre os casos omissos.

Art. 32. Compete à Diretoria Executiva, além da prática dos atos ordinários de gestão:

I - a representação ativa e passiva do FGCoop, em juízo ou fora dele; e

II - a administração do FGCoop, de acordo com o Estatuto, o Regulamento e o Regimento Interno.

§ 1º A representação em juízo para receber citação, intimação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos caberá ao Diretor Executivo, que poderá indicar, para fazê-lo em seu lugar, outro Diretor ou Procurador com poderes especiais.

§ 2º É vedado à Diretoria Executiva assumir obrigações ou prestar garantias em nome do FGCoop em operações estranhas ao objeto social deste.

Art. 33. O FGCoop somente pode assumir obrigações mediante assinatura:

I - conjunta de 2 (dois) Diretores; ou

II - conjunta de 1 (um) Diretor e 1 (um) Procurador com mandato específico concedido pelo Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por 2 (dois) Diretores.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 34. O exercício social do FGCoop coincide com o ano-calendário.

§ 1º Ao fim de cada semestre, a Diretoria Executiva deve fazer elaborar demonstrações financeiras semestrais.

§ 2º Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva deve elaborar balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e relatório sobre as atividades, o resultado do período e a situação do superávit acumulado ao fim do exercício, com vistas à respectiva apreciação pelo Conselho de Administração.

§ 3º As demonstrações financeiras semestrais e anuais do FGCoop devem ser examinadas por auditoria independente, publicadas no Diário Oficial da União e divulgadas no sítio do FGCoop na internet.

Art. 35. O resultado anualmente apurado pelo FGCoop deve ser registrado em superávit acumulado.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 36. O FGCoop terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Cada uma das entidades mencionadas nos incisos I a III do art. 24 deste Estatuto terá o direito de indicar à Assembleia Geral 1 (um) membro do Conselho Fiscal.

Art. 37. Compete ao Conselho Fiscal examinar os balancetes e as demonstrações financeiras do FGCoop e os relatórios da administração e da auditoria independente, emitindo sobre essas peças parecer para apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 38. O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição.

§ 1º Aplica-se aos membros do Conselho Fiscal o disposto nos incisos I e II do art. 26 e no art. 30 deste Estatuto.

§ 2º Na impossibilidade de comparecimento do Conselheiro Fiscal efetivo na reunião do Conselho, este será substituído pelo suplente por ordem decrescente de idade.

Art. 39. O FGCoop entrará em liquidação, nos casos previstos em lei ou por determinação do CMN, mediante deliberação da Assembleia Geral, competindo ao Conselho de Administração nomear o liquidante, ouvido o BC.

Art. 40. Na hipótese de dissolução do FGCoop, seu patrimônio líquido será destinado à entidade de fins não econômicos, constituída pelo conjunto das cooperativas de crédito captadoras de depósitos e dos bancos cooperativos, destinada a administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra essas instituições. Não existindo tal entidade, o que remanescer do seu patrimônio será devolvido às instituições associadas, por deliberação em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente.

ANEXO II

REGULAMENTO DO FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO (FGCoop)

CAPÍTULO I

DA GARANTIA ORDINÁRIA

Art. 1º São beneficiários da garantia ordinária prestada pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) às instituições associadas, referidas no caput do art. 10 do Estatuto do FGCoop, os investidores e depositantes de tais instituições.

Art. 2º São objeto da garantia ordinária proporcionada pelo FGCoop os seguintes instrumentos financeiros:

I - depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;

II - depósitos de poupança;

III - depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;

IV - depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques, destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;

V - letras de câmbio;

VI - letras imobiliárias;

VII - letras hipotecárias;

VIII - letras de crédito imobiliário;

IX - letras de crédito do agronegócio; e

X - operações compromissadas que têm como objeto títulos emitidos, após 8 de março de 2012, por empresa ligada.

§ 1º Não são cobertos pela garantia ordinária:

I - os saldos de quotas-partes de capital de titularidade de associados de cooperativas singulares de crédito filiadas ao Fundo;

II - os depósitos, empréstimos ou quaisquer outros recursos captados ou levantados no exterior;

III - as operações relacionadas a programas de interesse governamental instituídos por lei;

IV - os depósitos judiciais;

V - qualquer instrumento financeiro que contenha cláusula de subordinação, autorizado ou não pelo Banco Central do Brasil (BC) a integrar o patrimônio de referência das cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC);

VI - os depósitos e quaisquer outros créditos de titularidade de:

a) associadas representantes, nos termos do parágrafo único do art. 10 do Estatuto do FGCoop, exceto os depósitos à vista e a prazo mantidos nos bancos cooperativos, até o limite previsto no § 4º deste artigo; e

b) cooperados e clientes de instituições que não sejam associadas ao FGCoop; e

VII - os créditos:

a) de titularidade de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC, de entidades de previdência complementar, de sociedades seguradoras, de sociedades de capitalização, de clubes de investimento e de fundos de investimento; e

b) representados por cotas de fundos de investimento ou que representem quaisquer participações nas entidades referidas na alínea "a" ou nos instrumentos financeiros de sua titularidade.

§ 2º Não terão direito à garantia prevista neste artigo:

I - os créditos de titularidade dos membros dos órgãos de administração da instituição associada que estiverem no exercício da função à data da decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial, tenham-na exercido nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à decretação ou estejam com os seus bens indisponíveis em razão da decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial, respeitado o disposto na legislação em vigor;

II - os créditos de titularidade dos membros do Conselho Fiscal que estiverem no exercício da função à data da decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial ou a tenham exercido nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à decretação, até que seja apurada a sua responsabilidade pela ocorrência da situação motivadora da prestação de garantia; e

III - os créditos de titularidade de sociedades de cujo capital participem os membros dos órgãos de administração ou do Conselho Fiscal referidos nos incisos anteriores.

§ 3º Do valor do crédito garantido, apurado na forma deste Regulamento, será deduzido o montante individual relativo ao rateio das perdas, na forma deliberada em Assembleia Geral da instituição associada ao FGCoop da qual o credor faça parte.

§ 4º O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada ao Fundo será garantido até o valor de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

§ 5º Para efeito da determinação do valor garantido dos créditos de cada pessoa, devem ser observados os seguintes critérios:

I - titular do crédito é aquele em cujo nome o instrumento financeiro estiver registrado na escrituração da instituição associada ou aquele designado em título por ela emitido ou aceito;

II - devem ser somados todos os créditos de cada credor identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)/Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) contra a mesma instituição associada ao Fundo;

III - na hipótese de aplicação em título de crédito relacionado nos incisos do caput, cuja negociação seja intermediada por instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN), a titularidade dos créditos contra as instituições associadas ao FGCoop deve ser comprovada, pelo cliente da instituição intermediária na operação, mediante a apresentação da nota de negociação do título na forma da legislação em vigor;

IV - os instrumentos financeiros titulados por associações, condomínios e entidades assemelhadas, sem personalidade jurídica, serão garantidos até o valor referido no § 4º deste artigo, na totalidade de seus haveres na instituição associada; e

V - nas contas conjuntas, a garantia está limitada ao valor referido no § 4º deste artigo, ou ao saldo da conta, quando inferior a esse limite, dividido pelo número de titulares, sendo o crédito do valor garantido feito de forma individual.

§ 6º No caso previsto no § 5º, inciso III, a instituição intermediária da operação deve apresentar ao interventor ou ao liquidante a relação de seus clientes contendo os valores aplicados, a data e as demais características da aplicação em títulos de responsabilidade de emissor sob intervenção ou sob liquidação extrajudicial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 7º No caso de créditos de que trata o § 5º, inciso IV, a garantia do FGCoop não se estende aos associados, aos condôminos ou a quaisquer participantes daquelas entidades.

Art. 3º Quando as disponibilidades do FGCoop atingirem 2% (dois por cento) do total dos saldos das contas cobertas pela garantia, no conjunto das cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e dos bancos cooperativos que integram o SNCC, o Conselho de Administração, por proposta fundamentada da Diretoria Executiva, apresentada ao BC, para exame e submissão à prévia autorização do Conselho Monetário Nacional, pode deliberar a suspensão temporária das contribuições das instituições associadas para o Fundo.

§ 1º Para efeito da quantificação das disponibilidades do FGCoop, devem ser considerados apenas os saldos disponíveis em caixa e em aplicações financeiras líquidas.

§ 2º Consideram-se aplicações financeiras líquidas, para efeito do § 1º, aquelas registradas no ativo circulante do balanço do exercício e dos balancetes mensais.

Art. 4º Ocorridas as situações previstas no art. 3º do Estatuto, a informação sobre os valores correspondentes ao pagamento da garantia será fornecida diretamente ao FGCoop pelo representante legal da instituição associada, cabendo ao FGCoop a designação da instituição financeira encarregada dos pagamentos.

Art. 5º O pagamento dos créditos relativos aos instrumentos financeiros garantidos será iniciado em até 30 (trinta) dias após o recebimento, pelo FGCoop, da informação de que trata o art. 4º deste Regulamento.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º O recebimento dos créditos contra instituições associadas por meio de procurações deverá ser previamente justificado e aprovado pelo FGCoop.

PORTARIA Nº 90.263, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Designa substituto eventual para o cargo de Presidente, nos casos em que não haja designação para período específico.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso da competência conferida pelo inciso IX do art. 12 do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 8.712, de 15 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Na ausência de designação de substituto para período específico, substituirá o Presidente, nos seus afastamentos ou impedimentos legais ou regulamentares, o Diretor com mais tempo no exercício do cargo.

§ 1º Havendo, na hipótese prevista no caput, mais de um Diretor com o mesmo tempo de exercício no cargo, substituirá o Presidente aquele que tiver maior idade.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos de vacância do cargo de Presidente, até que seja nomeado novo titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.809, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 10 de agosto de 2016, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e nos arts. 3º, § 2º, e 15 da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, resolve:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

DO OBJETO E DO ESCOPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Circular estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

TÍTULO II

DO RECONHECIMENTO DE INSTRUMENTOS MITIGADORES E DAS FORMAS DE MITIGAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para fins do cálculo da parcela RWA_{CPAD}, é reconhecida a mitigação do risco de crédito por meio dos seguintes instrumentos, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta Circular:

I - colateral financeiro;

II - acordo bilateral para compensação e liquidação de obrigações;

III - garantia fidejussória; e

IV - derivativo de crédito.

§ 1º O uso do instrumento mitigador deve ser formalizado em instrumento contratual e estar condicionado ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - o contrato que ampara a cobertura da exposição pelo instrumento deve ter sustentação legal em todos os foros relevantes, inclusive em outros países nos quais deva ou possa produzir efeitos;

II - o exercício tempestivo dos direitos previstos no contrato deve ser assegurado mediante a adoção de procedimentos formalizados;

III - os riscos de degradação do instrumento mitigador devem ser monitorados e controlados;

IV - a segregação entre os ativos da entidade custodiante e os instrumentos nela custodiados deve ser comprovada, no caso de utilização de colateral financeiro;

V - a capacidade de adequado controle dos riscos legal, operacional, de liquidez, de mercado e demais riscos residuais resultantes da utilização do instrumento deve ser demonstrada;

VI - o instrumento não pode ser provido por entidade ligada, com a qual sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas;

VII - todos os direitos e obrigações decorrentes do uso do instrumento devem estar previstos no contrato, salvo os que decorram diretamente da lei;

VIII - os termos do instrumento devem possibilitar a adoção de todas as medidas e procedimentos necessários para a tempestiva execução do contrato, inclusive a liquidação ou transferência de titularidade do colateral financeiro que mitiga a exposição, na ocorrência de descumprimento da contraparte; e

IX - o risco de crédito associado ao instrumento ou o valor do colateral financeiro não devem apresentar correlação positiva relevante com o risco de crédito da exposição.

§ 2º O instrumento mitigador deve estar associado a uma única exposição específica, salvo nos seguintes casos:

I - utilização de acordo bilateral de compensação e liquidação de obrigações;

II - associação exclusiva do instrumento a um conjunto de exposições em que o descumprimento de uma exposição pertencente ao conjunto implique diretamente o descumprimento das demais exposições; ou

III - utilização de garantia fidejussória ou derivativo de crédito associados a mais de uma exposição, desde que a execução do instrumento mitigador para uma ou mais exposições não comprometa a mitigação do risco de crédito das demais.

§ 3º Caso mais de um instrumento mitigador esteja associado a uma mesma exposição específica, o cálculo da parcela RWA_{CPAD} deve observar a divisão da exposição em parcelas proporcionais à cobertura dos respectivos mitigadores.

§ 4º Com vista ao cálculo da parcela RWA_{CPAD}, a marcação a mercado diária, quando prevista na apuração da mitigação do risco de crédito, deve ser realizada de forma consistente e passível de verificação, ainda que não adotada para fins contábeis.

§ 5º Para os efeitos desta Circular, é utilizada a definição de descumprimento prevista no art. 15 da Circular nº 3.648, de 4 de março de 2013.

CAPÍTULO II

DOS COLATERAIS FINANCEIROS

Art. 3º No uso de colateral financeiro para mitigação do risco de crédito, a instituição deve optar entre a Abordagem Simples e a Abordagem Abrangente, descritas respectivamente nos arts. 5º e 8º, sendo obrigatório o uso da abordagem escolhida em todas as exposições mitigadas por colateral financeiro.

§ 1º A opção pela Abordagem Simples ou pela Abrangente deve ocorrer no exercício social em que vigorará e ser aplicada a partir do início desse exercício.

§ 2º Não podem optar pela Abordagem Abrangente as sociedades de crédito imobiliário.

§ 3º O colateral financeiro pode ser oferecido pela contraparte ou por terceiros em favor dessa contraparte.

Art. 4º Para os efeitos desta Circular, são reconhecidos como colaterais financeiros os seguintes instrumentos financeiros:

I - depósitos à vista, depósitos de poupança e em ouro, mantidos na própria instituição e notas de crédito vinculadas (credit linked notes);

II - depósitos a prazo, letras financeiras, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, letras de arrendamento mercantil e certificados de operações estruturadas (COE), quando esses instrumentos forem de emissão própria e mantidos na própria instituição ou custodiados em seu favor por terceiros;

III - títulos públicos federais;

IV - títulos emitidos por governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais de que trata o art. 19, inciso VII, da Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013;

V - títulos de crédito, emitidos por entidades listadas no art. 19, inciso V, da Circular nº 3.644, de 2013;

VI - títulos de crédito emitidos por entidades não financeiras que possuam:

a) ações em índices relevantes de bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão governamental; e

b) adequada capacidade de honrar suas obrigações financeiras nos termos pactuados;

VII - títulos de crédito emitidos pelas instituições financeiras de que trata o art. 23, incisos I e II, da Circular nº 3.644, de 2013, que atendam aos seguintes requisitos:

a) não possuir cláusula de subordinação; e

b) ser emitido por instituição financeira que:

1. possua adequada capacidade de honrar suas obrigações financeiras nos termos pactuados; e

2. atenda aos requerimentos mínimos de capital e aos demais limites operacionais estabelecidos na regulamentação;

VIII - ações incluídas em índices relevantes de bolsa de valores reconhecida pela autoridade supervisora ou títulos nelas conversíveis;

IX - títulos de securitização de classe sênior, sem retenção substancial de riscos, em que seja possível a identificação dos ativos subjacentes e que possuam Fator de Ponderação de Risco (FPR) médio ponderado inferior a 100%; e

X - cotas de fundo de investimento que possuam seus valores divulgados diariamente, observado o disposto nos §§ 5º e 6º deste artigo.

§ 1º Os colaterais financeiros de que trata o caput:

I - devem ser marcados a mercado; e

II - somente podem ser movimentados por ordem da instituição credora.

§ 2º Não são reconhecidos como colaterais financeiros os títulos de securitização de classe sênior associados à ressecuritização, conforme definida no art. 115, inciso XXV, da Circular nº 3.648, de 2013.

§ 3º As notas de crédito vinculadas mencionadas no inciso I do caput devem ser de emissão própria, ter sido integralizadas em espécie e atender a todas as disposições aplicáveis aos derivativos de crédito mencionadas nos arts. 19, 20 e 24.

§ 4º No uso do COE como colateral financeiro, deve ser considerado seu valor de mercado, limitado à parcela relativa ao valor nominal protegido, de que trata a Resolução nº 4.263, de 5 de setembro de 2013.

§ 5º No uso de cotas de fundo de investimento como colateral financeiro:

I - no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) dos ativos do fundo devem ser compostos pelos colaterais financeiros de que tratam os incisos I a IX do caput e por instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de hedge de seus ativos; e

II - apenas a parcela do valor da cota composta pelos instrumentos de que trata o inciso I deve ser reconhecida na mitigação do risco.

§ 6º Não são reconhecidas como colaterais financeiros as cotas de fundo de investimento em que o ativo seja composto por instrumento financeiro derivativo, observado o disposto no inciso I do § 5º.

§ 7º Os colaterais financeiros listados nos incisos II a X do caput, para serem admitidos como instrumento mitigador do risco de crédito, devem:

I - ser objeto de registro ou depósito centralizado em entidade que exerça atividades de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros ou valores mobiliários, autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários; ou

II - na hipótese de serem custodiados no exterior, ter informações mantidas em infraestrutura do mercado financeiro regulada e supervisionada por autoridade competente em sua jurisdição.

§ 8º Os procedimentos previstos no § 7º devem assegurar a identificação das características de emissão, dos detentores de direitos sobre o colateral e dos tipos de ônus e gravames constituídos.

Seção I

Da Abordagem Simples

Art. 5º Na Abordagem Simples, deve ser aplicado:

I - FPR específico à parcela da exposição coberta por colateral financeiro; e

II - FPR original atribuído à exposição, segundo a Circular nº 3.644, de 2013, à parcela não coberta por colateral financeiro.

§ 1º O FPR específico a ser aplicado à parcela de exposição coberta pelo colateral financeiro deve corresponder:

I - ao FPR definido nesta Circular; ou

II - na ausência do FPR definido nesta Circular, ao FPR definido pela Circular nº 3.644, de 2013, para uma exposição de mesma natureza do colateral.

§ 2º O FPR aplicado à parcela da exposição coberta pelo colateral financeiro não pode ser inferior a 20%, ressalvadas as exceções previstas nos arts. 6º, 7º, 10 e 11.

§ 3º O prazo efetivo de vencimento residual do colateral financeiro deve ser igual ou superior ao prazo efetivo de vencimento residual da exposição objeto da mitigação.

§ 4º À parcela da exposição coberta pelo colateral financeiro de que trata o art. 4º, incisos IX e X, deve ser aplicado o FPR médio ponderado das exposições que compõem o colateral, respeitadas as disposições dos arts. 17 e 18 da Circular nº 3.644, de 2013.

Art. 6º À parcela de exposição coberta pelos colaterais financeiros de que trata o art. 4º, incisos I, II, III, IV e V, observado o disposto no art. 7º, deve ser aplicado:

I - FPR de 0% (zero por cento), caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro; ou

II - FPR de 20% (vinte por cento), caso haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro.

Parágrafo único. Para aplicação do FPR de 0% (zero por cento) mencionado no inciso I do caput, os colaterais financeiros de que trata o art. 4º, incisos III, IV e V devem ter seu valor de mercado reduzido em 20% (vinte por cento).

Art. 7º À parcela de exposição coberta pelos colaterais financeiros de que trata o art. 4º, incisos III, IV e V, a qual seja resultante de operação com instrumento financeiro derivativo realizada no mercado de balcão marcada a mercado diariamente, dever ser aplicado:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - FPR de 10% (dez por cento), caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro; ou

II - FPR de 20% (vinte por cento), caso haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro.

Seção II

Da Abordagem Abrangente

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 8º Na Abordagem Abrangente, deve ser calculado o valor da exposição considerando os efeitos da mitigação do risco de crédito por meio de colateral financeiro, para posterior aplicação do FPR definido pela Circular nº 3.644, de 2013, correspondente às características originais da exposição.

Subseção II

Do Cálculo da Exposição

Art. 9º Na Abordagem Abrangente, o valor da exposição, considerado o efeito da mitigação do risco de crédito, deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

$E^* = \max \{0, [E \times (1 + He) - C \times (1 - Hc - Hfx) \times FP]\}$, em que:

I - E^* = exposição efetiva, considerados os efeitos da mitigação do risco de crédito;

II - E = valor da exposição apurado conforme a Circular nº 3.644, de 2013, desconsiderada a mitigação do risco de crédito;

III - C = valor do colateral financeiro;

IV - He = fator de ajuste padronizado associado à exposição;

V - Hc = fator de ajuste padronizado associado à natureza do colateral financeiro utilizado;

VI - Hfx = fator de ajuste padronizado associado ao descasamento de moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o colateral financeiro utilizado; e

VII - FP = fator de ajuste de prazo definido no art. 26, observado o disposto no art. 25.

§ 1º O valor do fator de ajuste padronizado Hfx, observado o disposto nos §§ 4º e 5º, deste artigo, deve ser de:

I - 8% (oito por cento), se existir descasamento entre as moedas a que estão denominados ou indexados a exposição e o colateral financeiro; ou

II - 0% (zero por cento), na ausência do descasamento de que trata o inciso I.

§ 2º O valor do fator de ajuste padronizado Hc, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, deve ser definido da seguinte forma:

I - para os colaterais financeiros de que trata o art. 4º, incisos I e II, o valor do fator de ajuste padronizado é de 0% (zero por cento);

II - para os colaterais financeiros de que trata o art. 4º, incisos III, IV e V, o valor do fator de ajuste padronizado é de:

a) 0,5% (meio por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for inferior ou igual a 1 (um) ano;

b) 2% (dois por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for inferior ou igual a 5 (cinco) anos; e

c) 4% (quatro por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for superior a 5 (cinco) anos;

III - para os colaterais financeiros de que trata o art. 4º, inciso VI, o valor do fator de ajuste padronizado é de:

a) 15% (quinze por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for inferior ou igual a 10 (dez) anos; e

b) 20% (vinte por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for superior a 10 (dez) anos;

IV - para os colaterais financeiros de que trata o art. 4º, inciso VII, o valor do fator de ajuste padronizado é de:

a) 2% (dois por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for inferior ou igual a 1 (um) ano;

b) 4% (quatro por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for inferior ou igual a 3 (três) anos;

c) 6% (seis por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for inferior ou igual a 5 (cinco) anos;

d) 12% (doze por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for inferior ou igual a 10 (dez) anos; e

e) 20% (vinte por cento), quando o prazo efetivo de vencimento residual for superior a 10 (dez) anos;

V - para os colaterais financeiros de que trata o art. 4º, inciso VIII, o valor do fator de ajuste padronizado é de 20% (vinte por cento); e

VI - para os colaterais financeiros de que trata o art. 4º, inciso IX, o valor do fator de ajuste padronizado é de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º O fator de ajuste padronizado He deve corresponder:

I - ao valor atribuído ao fator de ajuste padronizado Hc definido no § 2º, para exposições a ativos listados como colateral financeiro no art. 4º, observado o disposto nos incisos IV e V deste parágrafo;

II - a 25% (vinte e cinco por cento), para exposições relativas a títulos, valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, cotas de fundo de investimento ou operações estruturadas, não listados no art. 4º;

III - a 0% (zero por cento), para as exposições não relacionadas a títulos, valores mobiliários, e instrumentos financeiros derivativos, cotas de fundos de investimento e operações estruturadas;

IV - à média dos fatores padronizados He ponderados pelas participações relativas de cada tipo de ativo detido pelo fundo, para exposição à cota de fundo listada como colateral financeiro no art. 4º, caso seja possível a identificação dos ativos integrantes da carteira do fundo de investimento, nos termos do art. 17, §§ 1º e 2º, da Circular nº 3.644, de 2013; ou

V - ao maior fator de ajuste padronizado aplicável aos ativos passíveis de aquisição segundo o regulamento do fundo, para exposição à cota de fundo listada como colateral financeiro no art. 4º, caso não seja possível a identificação dos ativos integrantes da carteira do fundo de investimento.

§ 4º Para os colaterais financeiros de que trata o inciso X do art. 4º, os fatores de ajuste Hc e Hfx devem corresponder:

I - à média dos fatores padronizados Hc e Hfx ponderados pelas participações relativas de cada tipo de ativo detido pelo fundo, caso seja possível a identificação dos ativos integrantes da carteira do fundo de investimento, nos termos do art. 17, §§ 1º e 2º, da Circular nº 3.644, de 2013; ou

II - ao maior resultado para a soma de Hc e Hfx aplicável ao ativo passível de aquisição segundo o regulamento do fundo.

§ 5º Quando o instrumento mitigador do risco de crédito consistir em um conjunto de colaterais financeiros, os fatores de ajuste Hc e Hfx devem corresponder à média dos fatores de ajuste padronizados Hc e Hfx, respectivamente, ponderados pelas participações relativas de cada tipo de colateral financeiro no conjunto.

Seção III

Das operações compromissadas e de empréstimo de ativos

Subseção I

FPR de 0% e de 10%

Art. 10. Nas operações compromissadas e de empréstimo de ativos, para a parcela da exposição coberta por colateral financeiro, é facultada a aplicação do FPR de 0% (zero por cento), na Abordagem Simples, e de fatores de ajuste padronizados correspondentes a 0% (zero por cento), na Abordagem Abrangente, quando atendidos os seguintes requisitos:

I - a contraparte deve ser participante relevante de mercado;

II - a exposição deve estar em moeda ou título que receba FPR de 0% (zero por cento), segundo o disposto na Circular nº 3.644, de 2013;

III - o respectivo colateral financeiro deve estar previsto no art. 4º, incisos I a V;

IV - não deve existir descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro;

V - o prazo original da operação deve ser de um dia ou a exposição e o colateral financeiro devem ser marcados a mercado diariamente;

VI - se realizada no Brasil, a operação deve estar registrada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) ou em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e

VII - se realizada no exterior, a operação deve atender aos seguintes requisitos:

a) na hipótese de falha na recomposição de margem da contraparte, o prazo entre a falha e a liquidação do colateral financeiro deve ser inferior a 4 (quatro) dias úteis;

b) sua liquidação deve ser realizada em sistema de liquidação adequado para a natureza da transação;

c) ser regida por regras que estabelecem seu imediato término em caso de falha da contraparte no cumprimento das obrigações pactuadas;

d) a instituição deve ter a faculdade e o direito legal de apropriar-se do colateral financeiro e de liquidá-lo em seu benefício na ocorrência de qualquer evento de descumprimento;

e) seguir padrões de mercado e as regras aplicáveis, respectivamente, às operações compromissadas e de empréstimo de ativos; e

f) a exposição deve estar sujeita a ajuste diário de margem.

§ 1º Para fins do disposto no caput, são considerados participantes relevantes de mercado:

I - governos centrais e seus respectivos bancos centrais;

II - instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como as instituições financeiras sediadas nas jurisdições de que trata o art. 19, inciso VII, da Circular nº 3.644, de 2013;

III - fundos de investimento financeiro domiciliados no Brasil;

IV - fundos de investimento financeiro sediados nas jurisdições de que trata o art. 19, inciso VII, da Circular nº 3.644, de 2013 sujeitos a regulação e supervisão governamental, bem como a requerimentos de capital ou a limites de alavancagem;

V - fundos de pensão no Brasil ou sediados nas jurisdições de que trata o art. 19, inciso VII, da Circular nº 3.644, de 2013, sujeitos à regulação e à supervisão governamental; e

VI - entidades de que trata o art. 20, da Circular nº 3.644, de 2013.

§ 2º Nas operações compromissadas e de empréstimo de ativos, o colateral financeiro corresponde:

I - ao ativo objeto negociado nas operações de compra com compromisso de revenda ou recebido por empréstimo; e

II - aos recursos financeiros recebidos nas operações compromissadas de venda com compromisso de recompra ou na cessão por empréstimo.

§ 3º Na Abordagem Simples, se atendidos os requisitos de que tratam os incisos II a VII do caput, não se aplica o redutor de 20% (vinte por cento), previsto no parágrafo único do art. 6º, sobre o valor do colateral financeiro utilizado na operação compromissada ou de empréstimo de ativos.

Art. 11. Nas operações compromissadas e de empréstimo de ativos, para a parcela da exposição coberta por colateral financeiro, deve ser aplicado FPR de 10% (dez por cento), na Abordagem Simples, quando atendidos os requisitos constantes dos incisos II a VII do caput do art. 10.

Subseção II

Das demais operações compromissadas e de empréstimo de ativos

Art. 12. O uso de colaterais financeiros, na mitigação de risco de crédito das operações compromissadas e de empréstimo de ativo não abrangidas pelos arts. 10 e 11, deve observar o disposto nos arts. 5º a 9º desta Circular.

CAPÍTULO III

DOS ACORDOS BILATERAIS PARA COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 13. Os acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações são elegíveis para utilização como instrumentos de mitigação do risco de crédito, desde que atendam aos seguintes requisitos adicionais aos previstos no § 1º do art. 2º:

I - a parte adimplente deve ter o direito de encerrar de maneira imediata as operações amparadas pelo acordo, no caso de ocorrência de descumprimento; e

II - a instituição deve monitorar e controlar as exposições relevantes, considerando a exposição líquida após a mitigação do risco.

Art. 14. No uso de acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações como mitigador, o cálculo do valor da exposição efetiva (E^*) deve ser realizado com base na fórmula constante do caput do art. 9º, em que:

I - o somatório dos direitos deve ser tratado como exposição e o somatório das obrigações, como colateral financeiro;

II - os fatores de ajuste He e Hc devem corresponder a zero;

III - o fator de ajuste padronizado Hfx deve ser de 8% (oito por cento), se existir descasamento de moeda, ou de 0%, se não existir; e

IV - o fator de ajuste de prazo FP deve ser igual a 1 (um).

§ 1º Na apuração do somatório de que trata o inciso I do caput, o valor de cada direito deve considerar o ajuste de prazo de que trata o art. 26, observado o disposto no art. 25, se considerado o efeito de instrumento mitigador a ele associado.

§ 2º O fator de ajuste padronizado Hfx de que trata o inciso III do caput deve ser aplicado somente à parcela das obrigações que apresentarem descasamento de moeda.

Art. 15. A apuração e compensação de direitos e obrigações devem ser realizadas considerando as seguintes categorias:

I - operações compromissadas e de empréstimos de ativos;

II - derivativos; e

III - demais direitos e obrigações.

§ 1º Após compensados os direitos e obrigações de cada categoria na forma estabelecida no art. 14, deve ser apurado um único montante líquido entre as contrapartes envolvidas no acordo.

§ 2º Para optantes da Abordagem Abrangente, o valor a ser apurado para a categoria operações compromissadas e de empréstimo de ativos deve observar o disposto no art. 16.

§ 3º Deve ser aplicado o FPR definido pela Circular nº 3.644, de 2013, correspondente à contraparte, se a compensação prevista no § 1º resultar em exposição.

Seção II

Das operações compromissadas e de empréstimo de ativos, cobertas na Abordagem Abrangente por acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações

Art. 16. No uso de acordos bilaterais na compensação e liquidação de operações compromissadas e de empréstimos de ativos na Abordagem Abrangente, o valor da exposição efetiva (E^*), considerada a mitigação do risco de crédito, deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

$$E^* = \sum E - \sum \left(C \times FP\right) + \sum \left(ES \times HS\right) + \sum \left(E\hat{f}x \times H\hat{f}x\right); \text{ em que:}$$

CONFIDENCIAL
PROIBIDA POR TERCEIROS

I - E = valor da exposição, desconsiderada a mitigação do risco de crédito;

II - C = valor do colateral financeiro;

III - FP = fator de ajuste de prazo, definido no art. 26, observado o disposto no art. 25;

IV - ES = módulo da posição líquida em determinada operação compromissada ou de empréstimo de ativo;

V - HS = fator de ajuste padronizado para a operação relativa a ES, conforme os critérios definidos no art. 9º, §§ 2º a 4º;

VI - Efx = valor absoluto da exposição resultante da diferença entre o total das posições compradas e o total das posições vendidas em moedas distintas da moeda de liquidação do acordo de compensação; e

VII - Hfx = fator de ajuste padronizado definido no art. 9º, inciso VI e § 1º.

§ 1º No caso de compensação entre exposições classificadas na carteira de negociação e exposições não classificadas na carteira de negociação, devem ser atendidas as seguintes condições:

I - marcação a mercado diária de todas as exposições sujeitas à compensação; e

II - utilização de colaterais financeiros.

§ 2º O fator de ajuste HS deve corresponder a zero se atendidos os requisitos de que trata o caput do art. 10.

CAPÍTULO IV

DAS GARANTIAS FIDEJUSSÓRIAS E DOS DERIVATIVOS DE CRÉDITO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 17. A utilização de garantias fidejussórias e de derivativos de crédito na mitigação do risco de crédito faculta a aplicação do FPR do garantidor ou da contraparte receptora do risco à parcela da exposição mitigada.

Art. 18. São reconhecidos como instrumento mitigador do risco de crédito a garantia fidejussória ou o derivativo de crédito providos por:

I - governos centrais e respectivos bancos centrais;

II - entidades mencionadas no art. 19, inciso V, da Circular nº 3.644, de 2013;

III - instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como as instituições financeiras sediadas nas jurisdições de que trata o art. 19, inciso VII, da Circular nº 3.644, de 2013; ou

IV - entidades privadas sujeitas ao FPR de 85% (oitenta e cinco por cento) nos termos do art. 24-A da Circular nº 3.644, de 2013.

§ 1º Nas exposições decorrentes de aplicação em títulos de securitização, entidades de propósito específico não são reconhecidas como provedores de mitigação.

§ 2º Caso uma garantia fidejussória esteja garantindo integralmente outro instrumento mitigador do risco de crédito, ou nele esteja embutida, é facultada a aplicação do menor FPR associado à garantia ou ao instrumento, se atendidas as demais disposições desta Circular.

Art. 19. Para fins do reconhecimento como instrumento mitigador do risco de crédito, as garantias fidejussórias e os derivativos de crédito são elegíveis como instrumentos de mitigação do risco de crédito, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I - representem obrigações pessoais e intransferíveis de provedor de proteção;

II - sejam formalizadas por meio de contratos que não podem ser resilidos unilateralmente, por qualquer das partes;

III - não permitam a desoneração unilateral do provedor da proteção em relação à obrigação assumida; e

IV - vedem a elevação dos custos da proteção em decorrência de deterioração da qualidade do crédito da exposição objeto do instrumento de mitigação do risco de crédito.

Art. 20. Para os instrumentos de mitigação do risco de crédito de que trata o art. 17, o valor do instrumento (GA) deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

GA = G x (1 - Hfx) x FP, em que:

I - G = valor nominal do instrumento de mitigação do risco de crédito;

II - Hfx = fator de ajuste padronizado definido no art. 9º, inciso VI e § 1º; e

III - FP = fator de ajuste de prazo, definido no art. 26, observado o disposto no art. 25.

Parágrafo único. Em havendo o acordo previsto no art. 13, o cálculo definido no caput deve ser realizado anteriormente à compensação.

Seção II

Da Garantia Fidejussória

Art. 21. São consideradas garantias fidejussórias o aval, a fiança ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal, e a coobrigação em cessão de créditos.

Art. 22. As garantias fidejussórias devem assegurar o direito de recebimento tempestivo de pagamentos devidos pelo garantidor independentemente da adoção de medidas legais adicionais.

Seção III

Do Derivativo de Crédito

Art. 23. Somente são reconhecidas como instrumentos mitigadores as operações de derivativos de crédito nas seguintes modalidades:

I - swap de crédito, quando a contraparte receptora do risco for remunerada com base em taxa de proteção; e

II - swap de taxa de retorno total, quando a contraparte receptora do risco for remunerada com base no fluxo de recebimento de encargos e de contraprestações vinculados ao ativo subjacente.

Art. 24. É reconhecido como instrumento mitigador do risco de crédito o derivativo de crédito em que a instituição atue como contraparte transferidora do risco, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - o elenco dos eventos de crédito que ensejam a ativação da proteção deve incluir, no mínimo:

a) não pagamento da quantia devida, nos termos contratuais pactuados, ressalvados eventuais períodos de atraso de pagamento que não caracterizem o descumprimento;

b) falência, insolvência ou impossibilidade do devedor de pagar sua dívida; e

c) renegociação da dívida decorrente de perdão ou postergação de principal, juros e taxas, que resultem em perdas;

II - o contrato não pode expirar antes dos prazos requeridos para caracterização do descumprimento da exposição objeto do instrumento de mitigação do risco de crédito;

III - as estimativas de perda devem ser apuradas por meio de processo robusto de avaliação, no caso de não haver entrega do ativo associado ao risco de crédito ou à exposição para a qual foi adquirida a proteção;

IV - caso o pagamento seja condicionado à entrega do ativo associado ao risco de crédito ou à exposição para a qual foi adquirida a proteção, essa entrega deve ser realizada independentemente da anuência do devedor associado à exposição para a qual foi adquirida a proteção;

V - as partes responsáveis pela determinação da ocorrência do evento de crédito devem ser claramente identificadas; e

VI - o comprador de proteção deve ter o direito de informar a ocorrência de evento de crédito ao vendedor.

§ 1º A exposição utilizada como referência para apuração do valor de liquidação do derivativo de crédito na ocorrência de descumprimento deve ser a mesma exposição sujeita ao instrumento de mitigação do risco de crédito, salvo quando atendidos os seguintes requisitos:

I - a exposição de referência tem classificação de crédito pari passu à exposição sujeita ao instrumento de mitigação do risco de crédito ou grau de subordinação inferior;

II - ambas as exposições estão associadas à mesma contraparte; e

III - há dispositivos legais ou contratuais que permitam:

a) a declaração do descumprimento da exposição sujeita ao instrumento de mitigação do risco de crédito quando do descumprimento da exposição de referência do derivativo de crédito e vice-versa; ou

b) a antecipação do vencimento da exposição sujeita ao instrumento de mitigação do risco de crédito na ocorrência do descumprimento da exposição de referência do derivativo de crédito.

§ 2º Os requisitos mencionados no § 1º aplicam-se também à exposição utilizada para a determinação do descumprimento do derivativo de crédito.

TÍTULO III

DOS PRAZOS

CAPÍTULO ÚNICO

DA FORMA DE CÁLCULO

Art. 25. Os prazos efetivos de vencimento do instrumento de mitigação do risco de crédito e da exposição objeto de mitigação devem ser apurados de maneira conservadora.

§ 1º Para a exposição coberta por instrumento mitigador do risco de crédito, o prazo efetivo deve ser o maior período possível para completa liquidação da obrigação pela contraparte, incluindo qualquer período de carência.

§ 2º O prazo efetivo de vencimento do instrumento de mitigação do risco de crédito deve ser o mais curto entre todos aqueles previstos contratualmente, inclusive considerando a existência de opcionalidades.

§ 3º O prazo efetivo de vencimento residual do instrumento de mitigação do risco de crédito deve ser igual ou superior ao prazo efetivo de vencimento residual da exposição objeto da mitigação nos seguintes casos:

I - no uso da Abordagem Simples;

II - no caso de o instrumento de mitigação do risco de crédito apresentar prazo efetivo de vencimento original inferior a 1 (um) ano; ou

III - no caso de o instrumento de mitigação do risco de crédito apresentar prazo efetivo de vencimento residual inferior a 3 (três) meses.

Art. 26. Para todas as formas de mitigação do risco de crédito previstas no caput do art. 2º, respeitado o disposto no art. 25, § 3º, caso o prazo efetivo de vencimento residual do instrumento de mitigação do risco de crédito seja inferior ao prazo efetivo de vencimento residual da exposição, o fator de ajuste de prazo (FP) deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

FP = (t - 0,25) / (T - 0,25), em que:

I - t = min (T, prazo efetivo residual do instrumento de mitigação do risco de crédito em anos); e

II - T = min (5, prazo efetivo residual da exposição em anos).

Parágrafo único. Para os demais casos não previstos no caput, FP deve ser igual a 1 (um).

TÍTULO IV

DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 27. Deve ser aplicado FPR de 0% (zero por cento) à parcela de exposição coberta pelos seguintes instrumentos de mitigação do risco de crédito:

I - garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil;

II - garantia prestada por fundos ou quaisquer outros mecanismos de cobertura do risco de crédito instituídos pela Constituição Federal ou lei federal, por lei do Distrito Federal, estadual ou municipal, ou criados por organismos oficiais ou privados, desde que os recursos garantidores das operações estejam disponíveis ou aplicados em ativos de liquidez imediata e segregados em montante equivalente ao das garantias prestadas pelos referidos fundos ou mecanismos, de modo a cobrir, de imediato, eventual inadimplência por parte do respectivo tomador;

III - garantia prestada pelo Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC), criado pela Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, a operações de financiamento realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou por intermédio de instituições financeiras repassadoras; e

IV - garantia constituída por recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previstos no art. 159 da Constituição Federal.

§ 1º As condições de liquidez e segregação estabelecidas no inciso II do caput não se aplicam aos fundos instituídos pela Constituição Federal ou lei federal que contem com aporte de recursos da União.

§ 2º A aceitação do instrumento de mitigação de que trata o inciso IV do caput é condicionada ao atendimento das disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 28. Deve ser aplicado FPR de 20% (vinte por cento) à parcela de exposição coberta por garantia prestada por empresas públicas com as seguintes características, cumulativamente:

I - sejam controladas diretamente pela União;

II - tenham como objeto principal a concessão de garantias contra riscos e a administração e gestão de fundos com as características elencadas no art. 30, inciso II;

III - limitem o montante das garantias prestadas ajustadas ao risco a, no máximo, cinco vezes o seu patrimônio líquido, de forma a resguardar seu patrimônio, mesmo em situações de elevada inadimplência; e

IV - não prevejam limitação para a cobertura da inadimplência suportada por seu patrimônio (stop-loss).

Art. 29. Deve ser aplicado FPR de 20% (vinte por cento) à parcela de exposição de banco cooperativo ou de cooperativa de crédito coberta por garantia fidejussória prestada por cooperativa de crédito ou banco cooperativo pertencentes ao mesmo sistema cooperativo.

Art. 30. Deve ser aplicado FPR de 50% (cinquenta por cento) à parcela de exposição coberta pelas seguintes garantias:

I - garantia prestada por fundos com as seguintes características, cumulativamente:

a) tenham por finalidade, alternativa ou cumulativamente, garantir o risco em operações de crédito, direta ou indiretamente;

b) sejam constituídos, administrados, geridos e representados judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, pela União, exceto aqueles enquadrados no art. 28;

c) limitem o montante das garantias prestadas (alavancagem limitada), de forma a resguardar o patrimônio do fundo, mesmo em situações de elevada inadimplência; e

d) caso prevejam limitação para a cobertura da inadimplência suportada pelo fundo (stop-loss), estabeleçam os respectivos limites de maneira a permitir a efetiva mitigação do risco de crédito das operações garantidas;

II - garantia prestada por fundos com as seguintes características, cumulativamente:

a) tenham por finalidade, alternativa ou cumulativamente, garantir o risco em operações de crédito, direta ou indiretamente;

b) sejam constituídos, administrados, geridos e representados judicial e extrajudicialmente por empresa pública, controlada diretamente pela União e que tenha como objeto principal a concessão de garantias contra riscos e a administração e gestão de fundos garantidores;

c) limitem o montante das garantias prestadas ajustadas ao risco a, no máximo, cinco vezes o seu patrimônio líquido, de forma a resguardar seu patrimônio, mesmo em situações de elevada inadimplência; e

d) não prevejam limitação para a cobertura da inadimplência suportada pelo fundo (stop-loss); e

III - repasse de descontos em folha de pagamento ou em benefícios de aposentadoria e pensão por morte, realizado por instituições governamentais federais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário ou pelo Ministério Público da União, vinculado a operações de crédito consignado.

Art. 31. Os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional recebidos como colateral financeiro em operações de crédito renegociadas ao amparo da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, enquanto não estiverem sujeitos à negociação nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso IV do Anexo à mencionada resolução, estão dispensados de marcação a mercado e da aplicação de qualquer redutor ou ajuste padronizado, para fins de seu reconhecimento como instrumento mitigador do risco de crédito.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Esta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 33. Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 2017, os arts. 36 a 39 da Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CIRCULAR Nº 3.810, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Circular nº 3.648, de 4 de março de 2013, que estabelece os requisitos mínimos para o cálculo da parcela relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante sistemas internos de classificação do risco de crédito (abordagens IRB) (RWA_{CIRB}), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 10 de agosto de 2016, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e nos arts. 3º, § 2º, e 15 da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, resolve:

Art. 1º Os arts. 4º, 7º, 9º, 39, 40, 62, 69, 74, 80, 83, 87, 88, 89, 91, 100, 101, 106, 107, 118, 139 e 162 da Circular nº 3.648, de 4 de março de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

§ 1º .....

.....

III - decorrentes de operações interdependências e demais operações realizadas com instituições que integrem o conglomerado prudencial;

IV - relativas aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Patrimônio de Referência (PR), conforme definido nos arts. 5º a 7º da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, brutos dos passivos fiscais diferidos a eles associados subtraídos no cálculo do PR;

V - relativas ao risco do ativo objeto decorrente de aplicações em ações e mercadorias (commodities), se cobertas pela parcela relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD}) ou pela parcela relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante modelo interno autorizado pelo Banco Central do Brasil (RWA_{MINT}) do montante RWA, de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013;

.....

XIII - relativas a exposições decorrentes de operações a serem liquidadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, nas quais uma entidade interponha-se como contraparte central; e

XIV - relativas a operações ativas vinculadas, realizadas segundo o disposto na Resolução nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002.

....." (NR)

"Art. 7º .....

.....

III - .....

a) as exposições a pessoas naturais e a pessoas jurídicas com receita bruta anual inferior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), geridas de forma não individualizada por meio de grupos homogêneos de risco, que assumam a forma de instrumentos financeiros tipicamente voltados para o varejo; e

....." (NR)

"Art. 9º .....

I - "exposições a pessoas naturais não enquadradas na categoria "varejo" e a pequenas e médias empresas (SME)", compreendendo as exposições a pessoas jurídicas de direito privado integrantes de grupo econômico com receita bruta anual consolidada inferior a R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

....." (NR)

"Art. 39. Para as exposições classificadas nas categorias "atacado", "entidades soberanas" e "instituições financeiras", o fator K de que trata o inciso II, do art. 34, deve corresponder ao resultado da seguinte fórmula:

$$K = \left\{LGD \times N\left[\frac{N^{-1}(PD)+\sqrt{R}\times N^{-1}(0{,}999)}{\sqrt{1-R}}\right] - PD \times LGD\right\} \times \frac{1+(M-2{,}5)\times b}{1-1{,}5\times b}$$, em que:

.....

§ 2º .....

$$R = 0{,}12 \times \frac{\left(1-e^{(-50\times PD)}\right)}{\left(1-e^{(-50)}\right)} + 0{,}24 \times \left[1-\frac{\left(1-e^{(-50\times PD)}\right)}{\left(1-e^{(-50)}\right)}\right] - 0{,}04 \times \left(1-\frac{(S-15)}{45}\right)$$, em que:

I - S = receita bruta anual do grupo econômico do qual a pessoa jurídica faz parte, em milhões de reais, limitada ao valor mínimo de 15 (quinze inteiros) e valor máximo de 60 (sessenta inteiros), sendo o valor de S igual a 15 (quinze inteiros) para exposições a pessoas naturais e a pessoas jurídicas de direito privado integrantes de grupo econômico com receita bruta anual consolidada inferior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e

....." (NR)

"Art. 40. .....

.....

§ 5º .....

I - F = fator mencionado no art. 34, inciso IV; e

....." (NR)

"Art. 62. As garantias fidejussórias e os derivativos de crédito associados aos recebíveis devem receber o tratamento estabelecido nos arts. 87 a 107.

....." (NR)

"Art. 69. O parâmetro PD poderá ser ajustado com base na existência de garantias fidejussórias, de acordo com os critérios previstos nos arts. 87 a 107." (NR)

"Art. 74. .....

I - 85% (oitenta e cinco por cento), para exposições a pessoas naturais e empresas com faturamento inferior ou igual a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) não enquadradas na categoria "varejo";

II - 70% (setenta por cento), para exposições a empresas com faturamento superior ou igual a R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

III - o resultado da seguinte fórmula, para exposições a empresas com faturamento superior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e inferior a R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais):

LGD = 0,70 + 0,15 x [1 - (S - 15) / 45], em que S é igual ao valor da receita bruta anual da pessoa jurídica em milhões de reais, limitado ao mínimo de 15 (quinze inteiros) e ao máximo de 60 (sessenta inteiros); e

....." (NR)

"Art. 80. .....

.....

§ 3º .....

I - a exposição de referência utilizada para apuração do valor de liquidação do derivativo de crédito, na ocorrência de descumprimento, deve ser a mesma exposição sujeita ao instrumento de mitigação do risco de crédito, salvo quando atendidos os requisitos previstos no art. 24, § 1º, da Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016;

II - a exposição utilizada para determinação do descumprimento do derivativo de crédito deve ser idêntica à exposição sujeita ao instrumento de mitigação do risco de crédito, salvo no caso previsto no art. 24, § 2º, da Circular nº 3.809, de 2016;

....." (NR)

"Art. 83. .....

.....

III - os previstos nos incisos I a III do art. 11 da Circular nº 3.644, de 2013, para aval, fiança, coobrigação e outras garantias fidejussórias do cumprimento de obrigações financeiras de terceiros.

§ 1º Para utilizar o FCC de 0% (zero por cento), a instituição deve demonstrar capacidade de monitorar ativamente as condições financeiras do tomador e a possibilidade de cancelamento imediato do limite de crédito oferecido, diante de evidente deterioração dessas condições, para limites canceláveis incondicional e unilateralmente.

§ 2º O valor da exposição relativa à prestação de garantia, de que trata o inciso III, relacionada a uma operação não contabilizada no Balanço Patrimonial deve corresponder ao valor da garantia prestada, deduzida eventual parcela já honrada, multiplicado pelo menor dos FCCs aplicáveis à garantia ou à operação garantida." (NR)

"Art. 87. .....

.....

§ 2º O uso da faculdade prevista no caput é condicionado ao atendimento dos requisitos estabelecidos no art. 2º, § 1º, da Circular nº 3.809, de 2016.

§ 3º O instrumento de mitigação do risco de crédito deve estar associado a uma operação específica, salvo nos casos previstos no art. 2º, § 2º, da Circular nº 3.809, de 2016.

....." (NR)

"Art. 88. São considerados colaterais financeiros aqueles reconhecidos no art. 4º da Circular nº 3.809, de 2016." (NR)

"Art. 89. No caso de utilização de colateral financeiro como instrumento de mitigação do risco de crédito, o valor da exposição, considerada a mitigação do risco de crédito, deve ser calculado conforme as disposições do art. 9º da Circular nº 3.809, de 2016.

.....

§ 12. Para os efeitos do previsto no caput, o parâmetro E, definido no art. 9º, inciso II, da Circular nº 3.809, de 2016, deve corresponder ao valor corrente da exposição, não considerada a mitigação do risco de crédito." (NR)

"Art. 91. Para as exposições relativas a operações compromissadas, é facultada aplicação do tratamento para a Abordagem Abrangente previsto no art. 10 da Circular nº 3.809, de 2016, desde que atendidas todas as disposições nele estabelecidas." (NR)

"Art. 100. Os acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações são elegíveis para utilização como instrumentos de mitigação do risco de crédito, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 13 da Circular nº 3.809, de 2016.

§ 1º .....

I - E* = valor da exposição efetiva, calculado com base no disposto nos arts. 14, 15 e 16 da Circular nº 3.809, de 2016, ressalvado o cálculo do parâmetro E, que deve observar o disposto no inciso II deste parágrafo;

....." (NR)

"Art. 101. As garantias fidejussórias e os derivativos de crédito são elegíveis como instrumentos de mitigação do risco de crédito, desde que atendam aos requisitos estabelecidos nos arts. 19, 22, 23 e 24 da Circular nº 3.809, de 2016, conforme o caso.

Parágrafo único. Deve ser aplicado às garantias elencadas nos arts. 27, 28, 29 e 30 da Circular nº 3.809, de 2016, o mesmo tratamento previsto nos arts. 105 a 107 aplicado às garantias fidejussórias." (NR)

"Art. 106. Para os instrumentos de mitigação do risco de crédito de que trata o art. 101, no caso de a obrigação subjacente ser referenciada em moeda distinta da moeda de referência do instrumento utilizado, o valor do instrumento deve ser ajustado conforme o art. 20 da Circular nº 3.809, de 2016." (NR)

"Art. 107. As disposições contidas nos arts. 25 e 26 da Circular nº 3.809, de 2016, devem ser aplicadas aos prazos efetivos de vencimento do instrumento de mitigação do risco de crédito e da exposição objeto de mitigação.

§ 4º O disposto no caput não se aplica quando o instrumento de mitigação do risco de crédito consistir em recebíveis financeiros com prazo efetivo inferior a 1 (um) ano, conforme definidos no art. 96, cujos recursos financeiros permaneçam sob a guarda da instituição até que haja a reposição de novos recebíveis ou a quitação do crédito." (NR)

"Art. 118. Em processo de securitização sintética, é facultado o reconhecimento de instrumentos de mitigação do risco de crédito segundo o previsto nos arts. 87 a 107 para os respectivos ativos subjacentes, desde que atendidos os seguintes requisitos:

.....

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência de descasamento de prazos em processo de securitização sintética, a contraparte originadora deve observar o disposto no art. 107." (NR)

"Art. 139. A utilização das abordagens SF ou RBA implica o tratamento dos instrumentos de mitigação do risco de crédito segundo o disposto nos arts. 87 a 107.

....." (NR)

"Art. 162. .....

.....

§ 3º .....

I - .....

.....

c) utilização prévia, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, da abordagem IRB especificada para classificação de risco e estimação de parâmetros de risco, segundo o disposto no art. 159 para, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das exposições do escopo de aplicação ponderadas pelos respectivos FPRs; e

....." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogados o art. 87, § 2º, incisos I a IX, e § 3º, incisos I e II, o art. 88, incisos I a VIII, o art. 89, incisos I a VI do caput e §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 10, o art. 91, incisos I a VI do caput e parágrafo único, o art. 100, incisos I a V do caput e § 1º, incisos III a VII, o art. 101, incisos I a III, os arts. 102 a 104, o art. 106, incisos I e II do caput e o parágrafo único, o art. 107, §§ 1º, 2º e 3º, e o art. 108 da Circular nº 3.648, de 4 de março de 2013.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

BANCO DO BRASIL S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE DE JUNHO DE 2016

Em vinte de junho de dois mil e dezesseis, às dez horas, na Avenida Paulista, 2163, 19º andar, São Paulo (SP), sob a presidência do Sr. Fabrício da Soller (por videoconferência), realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8), com a participação dos Conselheiros Beny Parnes, Juliana Publio Donato de Oliveira, Luiz Serafim Spínola Santos, Paulo Rogério Caffarelli e, por videoconferência, Francisco Gaetani e Miguel Ragone de Mattos. Estiveram presentes também os Srs. Antonio Pedro da Silva Machado, Diretor Jurídico, Luís Aniceto Silva Cavicchioli, Diretor de Estratégia da Marca, Rudinei dos Santos, Auditor Geral, Antonio Carlos Correia, Egidio Otmar Ames e Elvio Lima Gaspar, do Comitê de Auditoria. Tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. Manoel Carlos de Castro Pires em 17.06.2016, o Colegiado decidiu nomear o Sr. Eduardo Refinetti Guardia como membro do Conselho e elegê-lo como Presidente do Conselho de Administração, a seguir qualificado, indicado pelo Ministério da Fazenda para completar o mandato 2015/2017 nos termos do artigo 20 do Estatuto Social, com registro de voto contrário da Conselheira Juliana Publio Donato de Oliveira, esclarecido que o nomeado atende às exigências legais e estatutárias e entrou imediatamente no exercício de suas funções: Eduardo Refinetti Guardia, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.666.638-40, portador da Carteira de Identidade nº 11.329.884-5, expedida em 19.09.2005 pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 4º andar - Brasília (DF). (...). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, José Avelar Matias Lopes, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.), Eduardo Refinetti Guardia, Beny Parnes, Fabrício da Soller, Francisco Gaetani, Juliana Publio Donato de Oliveira, Luiz Serafim Spinola Santos, Miguel Ragone de Mattos e Paulo Rogério Caffarelli. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO Nº 28 PÁGINAS 197 A 200. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF - 8.350.709-4 - Priscila Guerra Barbosa da Silva - Analista. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 16.08.2016 sob o número 20160656613 - Érika P. dos S. Pavelkonski - Presidente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 1º SEMESTRE DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao primeiro semestre de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1S16

INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 2016, a CAIXA continuou com sua atuação em segmentos estratégicos visando contribuir para o desenvolvimento da economia nacional, operacionalização de políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais, além de ser importante vetor para o investimento em infraestrutura e retomada do dinamismo da economia do País.

No período, as atividades da Instituição foram responsáveis por injetar R$ 339,5 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Por meio da concessão de crédito habitacional, financiamento da produção e do consumo e do desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, a CAIXA reforça sua vocação de acreditar na capacidade de superação do País, em face a cenários adversos, o que se percebe pelo aumento de 6,7% no saldo da carteira de crédito em 12 meses, que totalizou R$ 691,6 bilhões em junho de 2016.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, destaca-se a contratação de 180,9 mil novas unidades habitacionais no primeiro semestre, o que contribuiu para, a um só tempo, realizar o sonho da casa própria de muitas famílias brasileiras e estimular a economia por meio da construção civil.

Em relação à execução dos programas governamentais, a CAIXA continuou sua busca por promover o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira. Nesse contexto, destaca-se o pagamento, no primeiro semestre de 2016, de R$ 13,6 bilhões em benefícios sociais e R$ 118,8 bilhões em benefícios aos trabalhadores. O principal programa de transferência de renda, o Bolsa Família, pagou R$ 12,9 bilhões em benefícios, sendo fundamental para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar tendo em vista os requisitos estabelecidos pelo Programa.

No primeiro semestre de 2016, a Caixa Econômica Federal alcançou lucro líquido de R$ 2,4 bilhões. No segundo trimestre, o lucro foi de R$ 1,6 bilhão, com aumento de 92,1% em relação ao trimestre anterior, tendo como principais destaques o aumento das receitas com prestação de serviços e o controle das despesas administrativas. Ao final do semestre, a CAIXA possuía mais de R$ 2,1 trilhões em ativos administrados, com destaque para seus ativos próprios, que alcançaram R$ 1,2 trilhão, avanço de 8,4%.

Este relatório apresenta os resultados obtidos pela CAIXA no primeiro semestre de 2016, cuja análise referenda seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justifica o reconhecimento conquistado junto à sociedade como uma das empresas que mais contribui para o crescimento do País e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

A CAIXA entende que o fortalecimento da relação com seus clientes e a melhoria contínua em seus serviços são fundamentais para sua atuação. Nesse sentido, visando à excelência no atendimento, a Instituição investe continuamente na melhoria de seus produtos, serviços e canais.

No primeiro semestre de 2016, a base de clientes da Instituição alcançou 85,1 milhões de correntistas e poupadores, o que representa, em 12 meses, evolução de 5,2%. A carteira de clientes pessoas físicas atingiu 82,9 milhões e a de pessoas jurídicas totalizou 2,2 milhões.

No ambiente virtual, a CAIXA investe no aperfeiçoamento constante dos aplicativos, que oferecem aos seus clientes acesso à conta via smartphones e Internet Banking CAIXA (inclusive tablets), alcançando no período, uma base com 3,9 milhões e 15,7 milhões de usuários, respectivamente.

Esses investimentos proporcionaram rápida adaptação dos clientes ao uso dessas ferramentas. Por meio do aplicativo mobile banking da CAIXA, o cliente pode realizar diversos tipos de serviços, entre eles: consulta de saldo e fatura de cartões; pagamentos, investimentos, transferências, contratações, simulações e apostas na Mega-Sena.

A quantidade de usuários cadastrados para acesso via smartphones aumentou 57,2% em relação ao primeiro semestre de 2015, e a de usuários para acesso via Internet Banking CAIXA cresceu 20,2%, na mesma comparação.

A quantidade de transações nesses canais aumentou 18,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 488 milhões, o que corresponde a 23,9% do total de transações realizadas no período.

Além desses canais, a CAIXA disponibiliza uma rede de tendimento com 61,3 mil pontos. São 4,2 mil agências e pontos de tendimento; 25,5 mil correspondentes CAIXA Aqui e Lotéricos; 31,5 mil ATM's distribuídos pelo País e 2 agências-barco.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No primeiro semestre de 2016, a CAIXA auferiu lucro líquido de R$ 2,4 bilhões. Impactaram no alcance desse resultado o aumento de 12,4% nas receitas de operações de crédito e 9,5% na receita de prestação de serviços e tarifas.

As ações com o objetivo de racionalizar gastos e aumentar a eficiência operacional continuaram a produzir resultados, fazendo com que as despesas com pessoal e outras despesas administrativas apresentassem evolução de, respectivamente, 4,5% e 4,2% em relação ao primeiro semestre de 2015, significativamente abaixo da inflação acumulada nos últimos doze meses, de 8,84%.

As receitas totais somaram R$ 88,1 bilhões no primeiro semestre, crescimentos de 8,2% em 12 meses, com destaque para as receitas de prestação de serviços que atingiram R$ 10,9 bilhões no período, evolução de 9,5% em 12 meses.

Os ativos da CAIXA totalizaram R$ 1,2 trilhão, evolução de 8,4% em doze meses. A carteira de crédito ampliada representa 57,0% desse total, totalizando R$ 691,6 bilhões, enquanto os títulos e valores mobiliários, com R$ 181,2 bilhões, correspondem a 14,9%.

Patrimoniais (em R$ bilhões)	1S14	1S15	1S16
Ativos Caixa	963	1.119	1.213
Carteira de Crédito Ampliada	552	648	692
Poupança	221	232	239
Recursos Administrados (de terceiros)	694	774	837

Os ativos administrados pela CAIXA somaram R$ 2,1 trilhões, com destaque para o FGTS, com saldo de R$ 483,7 bilhões, e os Fundos de Investimento, com saldo de R$ 268,8 bilhões, evoluções respectivas de 10,5% e 6,8%, em 12 meses.

Os depósitos à vista apresentam um saldo de R$ 26,6 bilhões e os depósitos a prazo totalizam R$ 185,4 bilhões, crescimento de 20,1% em relação ao ano anterior. A poupança, com crescimento de 2,8% em 12 meses, totalizou saldo de R$ 238,7 bilhões em junho de 2016.

As letras imobiliárias e hipotecárias totalizaram R$ 109,7 bilhões, evolução de 3,7% em 12 meses.

O patrimônio líquido da CAIXA totalizou saldo de R$ 62,3 bilhões, incluindo R$ 36,5 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III.

Em junho de 2016, o retorno sobre o patrimônio líquido médio acumulado em doze meses foi de 9,8%, o índice de Basileia atingiu 12,8%, 1,8 p.p. acima do valor mínimo exigido de 11,0%.

Indicadores (em %)	1S14	1S15	1S16
Retorno sobre Ativo Médio (acum. 12m)	0,8	0,7	0,5
Retorno sobre o PL Médio (acum. 12m)*	22,1	12,5	9,8
Índice de Solvabilidade – Basileia	13,3	14,0	12,8
Endividamento Setor Público	28,1	30,3	36,3
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	63,2	64,8	67,8
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	102,0	103,2	107,3
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	58,2	52,3	53,5

O índice de cobertura das despesas administrativas melhorou 3,0 p.p. em 12 meses, atingindo 67,8% e a cobertura de despesas de pessoal aumentou para 107,3%, crescendo 4,1 p.p em relação ao primeiro semestre 2015. A melhoria desses índices decorre das ações de melhorias implementadas para otimização das despesas da CAIXA.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No primeiro semestre de 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários totalizou saldo de R$ 181,2 bilhões, evolução de 6,0% em 12 meses. Do total, R$ 164,4 bilhões são representados por títulos públicos federais e R$ 15,7 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos alcançou R$ 20,5 bilhões, 5,8% superior ao primeiro semestre de 2015.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R$ 51,7 bilhões, no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLIADA

Em junho de 2016, a carteira de crédito ampliada da CAIXA totalizou saldo de R$ 691,6 bilhões, evolução de 6,7% em relação ao ano anterior. A carteira de crédito comercial totalizou saldo de R$ 195,5 bilhões, estável em relação a junho de 2015.

As operações com pessoas físicas atingiram o saldo de R$ 103,4 bilhões, evolução de 3,8% em 12 meses. Entre os produtos desse segmento, destaca-se o crédito consignado com saldo de R$ 61,4 bilhões, crescimento de 10,4% em relação ao primeiro semestre de 2015. A participação da CAIXA nesse mercado foi de 21,6%, no final do semestre.

O segmento PJ totalizou saldo de R$ 92,1 bilhões em junho de 2016, redução de 3,9% em 12 meses, mesmo comportamento observado no Sistema Financeiro Nacional.

As operações de infraestrutura apresentaram evolução de 20,0% em 12 meses, totalizando saldo de R$ 75,9 bilhões no primeiro semestre de 2016.

A carteira de crédito imobiliário totalizou saldo de R$ 393,7 bilhões em junho de 2016, evolução de 7,2% em 12 meses, a CAIXA permanece na liderança desse mercado com 66,7% de participação, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.

As contratações da carteira de crédito habitacional somaram R$ 38,1 bilhões no semestre, dos quais R$ 29,9 bilhões com recursos do FGTS, incluindo subsídios, R$ 7,1 bilhões com recursos do CAIXA/SBPE e R$ 1,1 bilhão contratados com outros recursos.

Para o Programa Minha Casa Minha Vida, no primeiro semestre de 2016, foram contratados pela CAIXA R$ 19,9 bilhões, o equivalente a 180,9 mil novas unidades habitacionais. Dessas novas moradias, 15,5% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa, que contempla os beneficiários com renda de até R$ 1,8 mil.

O Crédito Rural CAIXA atingiu saldo de R$ 6,2 bilhões em junho de 2016, com destaque para a modalidade disponível para Pessoa Física, que apresentou 6,9% de aumento em 12 meses.

Para facilitar o acesso a essa linha de crédito, a Empresa leva às principais feiras e eventos do setor o Caminhão do Agronegócio da CAIXA, agência volante na qual o produtor pode, inclusive, contratar o Custeio Fácil CAIXA, e ter acesso a diversas informações e produtos.

No primeiro semestre de 2016, a qualidade da carteira de crédito continuou elevada, com aproximadamente 89,8% do seu total classificada nos ratings de AA-C, mantendo o perfil histórico da qualidade da carteira.

O índice de inadimplência total acima de 90 dias foi de 3,20% no final do segundo trimestre, o que significa uma melhora de 0,31 p.p em relação ao primeiro trimestre de 2016 e se mantém abaixo da média do mercado de 3,51%. Esses efeitos decorrem de evolução do modelo de risco e das políticas de concessão e recuperação de crédito, mesmo diante de um cenário econômico desafiador.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais apresentaram saldo de R$ 932,9 bilhões ao final de junho de 2016, evolução de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos alcançaram o saldo de R$ 462,4 bilhões, crescimento de 8,6% em 12 meses. A poupança, com R$ 238,7 bilhões de saldo, cresceu 2,8% em relação a junho de 2015.

No primeiro semestre, as contas de poupança totalizaram 66,5 milhões, evolução de 9,9% em relação ao mesmo período de 2015.

A base de contas correntes totalizou 24,8 milhões, assim distribuídas: 22,6 milhões de contas Pessoa Física (incluindo contas simplificadas – CAIXA Fácil) e 2,2 milhões de contas Pessoa Jurídica.

Os depósitos à vista totalizaram R$ 26,6 bilhões e os depósitos a prazo somaram R$ 185,4 bilhões, com crescimento de 20,1% em relação ao mesmo período de 2015. Destaque para o CDB que alcançou R$ 118,9 bilhões, evolução de 22,5% em 12 meses.

Os depósitos judiciais obtiveram acréscimo de R$ 9,3 bilhões em 12 meses, apresentando saldo de R$ 66,6 bilhões. Os demais depósitos somaram R$ 11,7 bilhões de saldo.

O saldo de letras totalizou R$ 151,1 bilhões, aumento de 1,0%, se comparado ao mesmo período de 2015. Destaque para as letras imobiliárias e hipotecárias que evoluíram 3,7% em doze meses, atingindo saldo de R$ 109,7 bilhões ao final de junho.

As Letras Financeiras, por sua vez, somaram R$ 40,7 bilhões, e as captações internacionais totalizaram R$ 12,9 bilhões de saldo, avanço de 2,0% em 12 meses.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O patrimônio líquido dos fundos de investimentos e carteiras administradas alcançou o saldo de R$ 573,6 bilhões no período, incluindo FI de FIC e FI FGTS, evolução de 11,0% em 12 meses.

O saldo dos fundos não rede totalizou R$ 167,3 bilhões, e os fundos de rede, R$ 132,4 bilhões, crescimento de 15,2% em 12 meses.

Os fundos de investimentos, no final de junho de 2016, totalizaram o saldo de R$ 268,8 bilhões, evolução de 6,8% em 12 meses.

Segundo a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais, a CAIXA administrava, ao final de junho, 8,3% do ativo total dos fundos de mercado, ocupando a quarta posição dentre os gestores de recursos.

No final do primeiro semestre de 2016, a CAIXA administrava 438 produtos de investimento, sendo 413 Fundos de Investimento, dos quais 36 FI de FIC, e 25 Carteiras Administradas.

CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

Os clientes dos cartões CAIXA realizaram 814,6 milhões de transações durante o primeiro semestre de 2016, representando um volume financeiro de R$ 60,1 bilhões. A evolução das transações foi de 12,7%, enquanto o valor movimentado apresentou crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A base de cartões de débito atingiu 97,0 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA Electron e Elo, aumento de 4,1% em relação ao mesmo período de 2015. Foram realizadas 652,2 milhões de transações no semestre, aumento de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já o volume financeiro totalizou R$ 41,2 bilhões, aumento de 16,4% em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

A base de cartões de crédito totalizou 6,3 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA e ELO. Foram realizadas 162,3 milhões de transações no primeiro semestre, representando um volume financeiro de R$ 18,9 bilhões. Nesse período, a CAIXA buscou reforçar sua presença no segmento, por meio de promoções para os clientes dos Cartões CAIXA.

Um exemplo foi a parceria entre CAIXA, Cielo e Elo, resultando na promoção "Dia dos Namorados", que distribuiu prêmios para clientes CAIXA que fizessem compras com seus cartões em shoppings espalhados pelo País.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Durante o primeiro semestre de 2016, foram realizadas 4,1 bilhões de transações bancárias, evolução de 3,1% em relação ao registrado no primeiro semestre de 2015.

Do total de transações, 261,9 milhões foram realizadas via celulares e smartphones, crescimento de 74,4% em 12 meses.

O aumento das transações refletiu na evolução de 9,5% nas receitas de prestação de serviços e tarifas em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R$ 10,9 bilhões no primeiro semestre de 2016.

Visando oferecer novas soluções para seus clientes, a CAIXA lançou, no final de junho, um novo processo on-line, simples e dinâmico, para negociação de dívidas.

Por meio do portal da CAIXA, o cliente pode obter informações e negociar contratos de empréstimos e financiamentos, habitação e cartão de crédito em atraso, de forma fácil e ágil.

Ainda, atenta às novas possibilidades de relacionamento com seus clientes, a CAIXA lançou campanha piloto de renegociação de dívidas pelas redes sociais. O projeto, iniciado no final de maio e com duração de uma semana, previa a renegociação de contratos comerciais, habitacionais e de cartões de crédito.

A campanha contou com publicações informativas nos canais oficiais da CAIXA no Twitter e no Facebook, com orientações aos clientes sobre a disponibilidade daqueles canais para renegociar seus contratos.

SERVIÇOS DE GOVERNO

A CAIXA, como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. No primeiro semestre de 2016, foram pagos cerca de 83,3 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R$ 13,6 bilhões.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou cerca de 79,8 milhões de benefícios no semestre. O valor pago, nesse período totalizou R$ 12,9 bilhões.

Visando a facilitar a vida dos beneficiários, a CAIXA lançou uma nova opção para receber os pagamentos do programa de transferência de renda. O benefício passou a ser passível de depósito direto em conta Poupança CAIXA Fácil, que pode ser aberta sem custos em lotéricas e correspondentes CAIXA Aqui. Dessa forma, o beneficiário não precisa mais sacar todo o valor de uma única vez, além de poder pagar contas e fazer compras em estabelecimentos comerciais usando o cartão de débito.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, no primeiro semestre de 2016, a Instituição foi responsável por realizar 83,1 milhões de pagamentos de benefícios, que totalizaram R$ 118,8 bilhões no período, entre eles o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, correspondendo a R$ 28,4 bilhões.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 32,5 milhões de pagamentos, somando R$ 37,1 bilhões no primeiro semestre.

A arrecadação do FGTS atingiu R$ 59,7 bilhões no primeiro semestre de 2016 e os saques, R$ 53,2 bilhões. Em junho de 2016, o Fundo era composto por 150,1 milhões de contas.

Em março, foi lançado o aplicativo CAIXA Trabalhador, ferramenta desenvolvida pela Instituição que oferece opção de consultas de informações sobre o PIS, Abono Salarial e o Seguro-Desemprego.

Esse aplicativo melhora significativamente a comunicação com os beneficiários de programas sociais, uma vez que disponibilizam acesso rápido e simples a informações de interesse dos trabalhadores.

A CAIXA também lançou o Aplicativo FGTS, uma ferramenta para o trabalhador verificar o extrato do Fundo, disponível gratuitamente para download em celulares com sistemas operacionais Android, iOS e Windows Phone.

Os dois aplicativos representam investimentos em soluções que possibilitam ao trabalhador acompanhar a regularidade de depósitos na conta e fiscalizar seus direitos como o FGTS, PIS, Abono Salarial e Seguro-Desemprego.

LOTERIAS

As Loterias CAIXA contam com a certificação WLA-SCS:2012, uma norma internacional de padrão de controle de segurança da informação do setor de loterias, publicada em 2012 pela WLA. Essa Norma avalia uma base de gestão de segurança de informação, incluindo a ISO 27001, com controles de segurança adicionais específicos de loterias, que representam as melhores práticas atuais.

Essa certificação é o reconhecimento da adoção, pela CAIXA Loterias, das melhores práticas de governança e gestão da segurança da informação, de risco e de continuidade de negócios, na operação das loterias federais, garantindo à CAIXA a conformidade dos seus processos com requisitos legais, a credibilidade de sua imagem como operadora de jogos e a confiança de apostadores e demais partes interessadas.

No primeiro semestre de 2016, a arrecadação das Loterias da CAIXA foi de R$ 5,9 bilhões, ante R$ 6,1 bilhões registrado no mesmo período do ano anterior. A Mega-Sena foi o produto mais demandado pelos apostadores, correspondendo a 36,4% do total arrecadado pelas Loterias da CAIXA no primeiro semestre de 2016.

Destinação das Loterias (em R$ milhões)	1S14	1S15	1S16
Destinação Social	2.123	2.231	2.210
Prêmios	2.064	2.187	2.084
Tributos	516	520	506
Despesas de Custeio e Manutenção	1.123	1.171	1.134
Arrecadação Total	5.826	6.110	5.934

Uma inovação foi a implantação, em junho, da faixa de premiação de 3 acertos (terno) para a modalidade Dupla Sena, aumentando a possibilidade de ganhar e democratizando ainda mais as premiações. A quina também passou por modificação em relação ao pagamento de prêmios na faixa de dois acertos (duque).

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social. Dos valores arrecadados do portfólio de produtos das Loterias, cerca de R$ 2,2 bilhões foram transferidos, no primeiro semestre, aos programas sociais do governo federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formada pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados da integração junto às suas participações. A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de investimentos e as contratações no âmbito do Conglomerado, abrangendo o relacionamento comercial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado e buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, a mercados considerados estratégicos e a serviços que possibilitem atingir seus objetivos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Composição da Carteira de Participações (em R$ milhões)	1S15	2S15	1S16
CAIXA Seguros Holding	2.400	2.635	2.728
Banco PAN	890	1.183	1.078
Capgemini	211	178	143
Elo Serviços	19	19	23
Cia. Bras. de Securitização – CIBRASEC	7	7	7
Crescer	-	-	0,1
Branes	2	2	2
NEWCO – S/A	0,3	-	-
BIAPE	0,1	0,2	0,2
FGO – Fundo Garantia de Operações	212	76	157
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	236	263	265
Fundo de Investimento em Participações	32	32	32
TECBAN	107	107	107
PAN Corretora	27	29	32
PAN Seguros	337	354	375
Outros Investimentos*	44	5	7
Total	**4.523**	**4.890**	**4.955**

* Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes parcerias de caráter estratégico comercial:
• Banco Pan (consignado, veículos, habitação segmento alta renda e seguros);
• CAIXA Seguros (seguros, capitalização, previdência e saúde);
• Elo, Vale Presente e CIELO: voltadas para o mercado de cartões;
• CAIXA Crescer (microfinanças);
• Parcerias com perfil de suporte às operações da CAIXA, como a Capgemini (TI) e a TecBan (rede de atendimento);
• Branes (suporte na captura e tratamento de operações de crédito);
• Habitar (rede de correspondentes para habitação).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética, os Regimes de Alçadas e as Políticas de Atuação da CAIXA.
A governança corporativa da Instituição está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.
A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e à fiscalização da gestão dos administradores da Instituição, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.
Como parte de seu sistema de governança, a Empresa dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas diversas instâncias de gestão. Além das regras relativas a não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos da Administração.
No primeiro semestre de 2016, uma das ações relacionadas à governança foi a constituição do Comitê de Risco Operacional e Segurança Bancária e de Comissões temáticas relacionadas ao assunto, com a finalidade de fortalecer a governança corporativa do processo de segurança bancária e de risco operacional.
Está disponível na página da CAIXA na Internet o Manual de Governança Corporativa, que contém informações importantes sobre a governança da Instituição, a exemplo do conglomerado e da estrutura de governança – modelo, órgãos colegiados, dirigentes e atribuições específicas, documentos e instrumentos utilizados.
Essa ação busca promover melhorias nas práticas adotadas pela CAIXA, além de contribuir para a consolidação do seu modelo de governança.
O Manual de Governança Corporativa está disponível na página:
http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/caixa_governanca_corporativa2407.pdf

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Por meio de parcerias e oferta de produtos e serviços, a atuação internacional da CAIXA permanece alinhada às diretrizes do Governo Federal de apoiar brasileiros residentes no exterior e instituições de diversas nações. No primeiro semestre de 2016, no segmento de comércio exterior, a CAIXA contratou o total de R$ 4,6 bilhões em operações de câmbio e capital de giro para financiamento à exportação. No período, destaca-se o incremento de 83,0% na contratação de operação de ACC/ACE em relação ao primeiro semestre de 2015, o que reflete o empenho da Instituição em oferecer produtos e serviços que contribuem para o aumento da participação das empresas brasileiras no comércio internacional.
É disponibilizado pela Empresa o Programa de Remessas Internacionais, por meio do qual clientes residentes no exterior podem enviar recursos ao Brasil. No primeiro semestre de 2016, o Programa captou R$ 511,8 milhões por meio dos bancos correspondentes e dos bancos parceiros, o que representa um crescimento de 42,0% em relação ao mesmo período de 2015.
A CAIXA mantém estreita parceria com organizações e instituições financeiras internacionais, o que se reflete em mais oportunidades comerciais e gera impactos positivos aos volumes de captação.
A CAIXA possui hoje mais de 100 bancos de relacionamento no exterior e, a despeito do cenário econômico adverso, a Empresa captou USD 722,5 milhões por meio das atividades de correspondent banking no primeiro semestre de 2016. Esse montante permitiu a manutenção do financiamento das operações de comércio exterior aos clientes CAIXA.
Com intuito de apoiar a comunidade brasileira no exterior, a CAIXA participou da V Conferência Brasileiros no Mundo – evento bienal que objetiva estabelecer um canal institucionalizado de comunicação entre o governo brasileiro e suas comunidades emigradas. No evento, foram debatidos assuntos pertinentes às necessidades dessas comunidades, quais sejam: remessas de valores, investimentos, trabalho, empreendedorismo, cultura e educação.
Ainda nesse contexto, por meio do seus Escritórios de Representação Internacional, a CAIXA prestou suporte aos clientes das comunidades brasileira nos países de instalação, bem como realizou reuniões com instituições financeiras a fim de identificar novas oportunidades e fomentar parcerias para envio de remessas ao Brasil. As unidades no exterior buscaram fortalecer, também, a parceria com as representações brasileiras de forma a prestar apoio à realização de eventos esportivos, culturais e educacionais voltados à comunidade de emigrantes.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos – SCI da CAIXA é composto por políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para que alcance seus objetivos, mantenha e forneça informações gerenciais e financeiras, realize suas atividades de acordo com leis e normas externas a elas aplicáveis, bem como a políticas, normas internas e procedimentos estabelecidos e reduza o risco de danos à sua imagem.
A Política de Controles Internos e Compliance da Instituição tem o objetivo de promover condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da CAIXA, de modo a garantir, com razoável certeza, o alcance dos objetivos da Empresa. Está estruturada de acordo com os cinco componentes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Atividades de Monitoramento.
No que tange às atividades de Compliance, destacam-se a prevenção à lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento ao terrorismo e à corrupção, cujas diretrizes estão consolidadas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo; no Monitoramento da adequação da CAIXA às Normas Externas e do cumprimento de atividades mandatórias; e nos procedimentos de conformidade sobre o desenvolvimento, no lançamento, na revisão e na retirada de produtos e serviços.
O Monitoramento do Sistema de Controles Internos teve sua estrutura revista pelo Conselho Diretor e a Estrutura do Monitoramento passou a ser composta por: Monitoramento Estratégico; Monitoramento Tático; e Monitoramento Operacional.
O Monitoramento passa a contemplar a metodologia sugerida pelo COSO no documento Guidance on Monitoring Internal Control Systems, publicado em 2009. O resultado desse Monitoramento é submetido à apreciação do Conselho Diretor e Conselho de Administração, ficando à disposição dos órgãos de supervisão, fiscalização e controle.
Do ponto de vista da gestão de riscos operacionais, a CAIXA está em fase de implantação do conceito de Linhas de Defesa, que denomina a estrutura de enfrentamento aos riscos nos processos e atividades da Empresa, contemplando:
• 1ª Linha de Defesa – representa o primeiro enfrentamento aos riscos, aquele realizado pelos gestores durante a execução das atividades;
• 2ª Linha de Defesa – executada por estrutura especializada e dedicada, de acordo com o tema. Via de regra atua monitorando a 1ª LD, sendo, portanto, uma atuação reativa, focada nos riscos mais relevantes, geralmente por amostragem qualificada (maiores valores, maiores exposições), dentro da premissa da relação custo x benefício do controle.
Por ser reativa, sua responsabilidade é muito mais de detectar desvios e encaminhar a correção ou melhoria de controle necessária para evitar novas ocorrências. É responsável, também, por avaliar se a atuação da 1ª LD é efetiva no combate aos riscos existentes. Especialmente executada pelas Áreas de Controle, Compliance e Riscos, pode ter atuação, em atividades específicas, também das áreas de segurança, financeira, jurídica e trabalhista, dentre outras;
• 3ª Linha de Defesa – atuação de auditoria; responsável por avaliar de forma ampla e independente os processos da Instituição, executados tanto pela 1ª quanto pela 2ª LD, inclusive sua efetividade.
O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos, desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição, encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do sistema e a elaboração dos relatórios de controles internos para atendimento à Resolução CMN nº 2.554/1998, à Circular BACEN nº 3.467/2009, bem como à Instrução CVM nº 505/2011.
Com o objetivo de "estabelecer regras de prevenção e correição para mitigar o risco de envolvimento dos colaboradores, fornecedores e parceiros do conglomerado CAIXA em atos de corrupção, em atendimento às disposições legais vigentes", em 09 de junho de 2016, foi publicada a Política Anticorrupção.
A referida Política foi estruturada de acordo com as características e riscos das atividades da CAIXA e aplicada a atitudes e comportamentos de seus dirigentes, empregados, terceirizados, contratados, fornecedores e parceiros para inibir a prática de atos de corrupção na forma ativa ou passiva, com princípios, diretrizes, indicadores e responsabilidades claramente definidas.

GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégia, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.
O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.
A Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado são revisadas, no mínimo, anualmente, assim como os limites de exposição e os de capital, visando ao alinhamento à estratégia, aos fatores macroeconômicos, ao ambiente de negócios e à capacidade de assumir risco da instituição, sendo suas revisões claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.
As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.
O controle do risco da carteira de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.
Com base no acompanhamento, observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.
No primeiro semestre de 2016, foram concluídas diversas ações que permitiram a melhoria na gestão do risco de crédito da CAIXA, quais sejam:
• Elaboração de informes para a alta administração referentes às operações renegociadas e impactos do volume inadimplente além de sua composição, a fim de auxiliar a subsidiar informações para a campanha de Adimplência da CAIXA;
• Implantação de rotina sistemática para divulgação tempestiva quanto aos riscos incorridos;
• Aumento da granularidade e segmentações das análises realizadas nos relatórios de risco, possibilitando, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros;
• Desenvolvimento e revisão dos diversos modelos de risco da Carteira de Crédito da CAIXA.
A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores, no sítio: http:// www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui Política de Responsabilidade Socioambiental CAIXA normatizada nos termos da Resolução BACEN nº 4.327/2014.
Visando garantir a promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania, a Empresa apoia projetos socioambientais por meio de incentivo financeiro. Um dos instrumentos que viabilizam essa indução de práticas responsáveis é o Fundo Socioambiental CAIXA – FSA, ao qual são destinados recursos correspondentes a até 2% do lucro líquido da CAIXA. No primeiro semestre de 2016, o FSA CAIXA desembolsou R$ 12,4 milhões, distribuídos em 11 projetos.
Dentre os projetos contemplados com recursos FSA estão os que propõem soluções para o desenvolvimento local, a integração das políticas públicas e a melhor adequação dos espaços em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, por meio da metodologia Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios – DIST. O DIST atua em territórios específicos com o objetivo de estimular o desenvolvimento integrado e a sustentabilidade nas dimensões econômica, social, ambiental, política, cultural e institucional das comunidades atendidas. Com o emprego da metodologia DIST, a CAIXA atende de forma diferenciada a cadeia de valor clientes e contribui para o alcance da missão da Empresa ao viabilizar o desenvolvimento regional sustentável.
Nesse sentido, são implementadas ações que visam fomentar e fortalecer a governança local dos territórios, dinamizar a economia local, promover e incentivar ações socioculturais voltadas para a educação e geração de renda, a gestão ambiental do território, além da melhoria das relações sociais.
Além disso, a CAIXA, como empresa pública, parceira do Governo Federal, tem como compromisso contribuir com ações voltadas ao combate das mudanças climáticas e o inventário de emissões de GEE, por meio da utilização de ferramenta de mensuração do Programa Brasileiro GHG – Protocol.
Esse programa foi desenvolvido pelo World Resources Institute – WRI em parceria com o World Business Council for Sustainable Development – WBCSD. A ferramenta oferece diretrizes para contabilização de GEE, com caráter modular, flexível e neutralidade em termos de políticas ou programas. A metodologia do GHG Protocol é compatível com as normas ISO e com as metodologias de quantificação do IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), uma congregação de cientistas de todo o mundo que estuda as mudanças climáticas.
A CAIXA recebeu selo ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, por três vezes consecutivas, por apresentar um inventário de emissões de GEE completo, com dados confiáveis e auditado externamente.

GESTÃO DE PESSOAS

O atual modelo de gestão de pessoas tem como objetivo consolidar uma cultura organizacional baseada na gestão proativa de talentos e por competência. A ideia é dar ênfase à meritocracia, à inovação, à eficiência e à melhoria contínua, promovendo identificação dos empregados com os valores e a missão da CAIXA, engajamento das lideranças e excelência no relacionamento com clientes e sociedade.
Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, de criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Durante o primeiro semestre de 2016, a CAIXA investiu R$ 17,8 milhões em programas de capacitação e elevação de escolaridade.
Visando ampliar ainda mais a perspectiva educacional de seus empregados, a CAIXA lançou o aplicativo da Universidade CAIXA – UC. A iniciativa permite o acesso a qualquer tempo, disponibilizando informações e conteúdos relevantes para a formação e aprimoramento profissional.
A grande novidade é a condição de acesso para qualquer usuário da internet na área pública, tornando a UC uma fomentadora de conteúdos voltados para a qualificação profissional, educacional e financeira.
Ao final do primeiro semestre de 2016, o quadro de pessoal da CAIXA, era composto por 95,7 mil empregados concursados e 14,9 mil estagiários e aprendizes. A folha de pessoal somou R$ 10,1 bilhões no primeiro semestre de 2016, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R$ 1,1 bilhão, além das remunerações dos empregados somadas aos encargos.
Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF. No primeiro semestre de 2016, a Fundação alcançou a participação de cerca de 96,8% do quadro de empregados ativos no período, com 136,1 mil associados no total. Desse número, 95,1 mil são ativos, 33,7 mil aposentados e 7,3 mil pensionistas.
Em maio, a Fitch Ratings atribuiu à FUNCEF a classificação de "Elevado Padrão" no quesito gestores de recursos em escala internacional. A Fundação é o primeiro fundo de pensão brasileiro que teve seu processo de gestão de ativos avaliado por uma agência internacional de classificação de risco.
De acordo com a agência, a Fundação é beneficiada por um processo disciplinado de investimentos, aliado a uma abordagem de risco conservadora e a rigorosos controles.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A CAIXA investe em melhoria, inovação e aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. No primeiro semestre de 2016, foram aplicados R$ 435,7 milhões em novas plataformas, expansão, aumento de capacidade, melhorias no desempenho e disponibilidade, manutenção e atualização do parque tecnológico.
Destaque ao terceiro aniversário do Datacenter, o qual apresentou, nesse período, um índice de disponibilidade predial de 100%. Corroborando a sua premissa fundamental, qual seja, dotar a CAIXA de solução de infraestrutura tecnológica que garanta alta disponibilidade do ambiente operacional, dentro dos padrões de mercado, melhores práticas e atendimento às exigências dos órgãos controladores e reguladores.

APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A CAIXA, importante incentivadora do esporte brasileiro, atua em sintonia com as diretrizes do Governo Federal, e contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.
No primeiro semestre de 2016, foram investidos cerca de R$ 34,6 milhões em projetos culturais aprovados, incluindo os programas de ocupação cultural de seus espaços, artesanato, festivais, patrimônio, além de projetos em parceira com órgãos governamentais e eventos ligados à cultura popular.
Além disso, a CAIXA se destaca como importante patrocinadora do esporte brasileiro, investindo em modalidades de destaque no cenário nacional e internacional como o patrocínio ao Novo Basquete Brasil – NBB pela Liga Nacional de Basquete – LNB, e ao basquete feminino, pela Liga de Basquete Feminino – LBF, ambos pelo período de quatro anos.
A Instituição também atua no futebol, patrocinando clubes, arenas e campeonatos. No segmento esportivo, o valor investido no primeiro semestre de 2016 foi de R$ 120,8 milhões.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

No primeiro semestre de 2016, destacam-se os seguintes prêmios e reconhecimentos recebidos pela CAIXA:
• 1º lugar como a Poupança Mais Confiável, no Prêmio Marca Mais do Estadão e 2º lugar como o Banco com taxas mais justas, solidez e melhor padrão de atendimento, no Prêmio Marca Mais do Estadão, uma pesquisa exclusiva em parceria com a Troiano Branding, que premia as marcas mais engajadoras nas 30 principais categorias de mercado;
• Premiada em 2 categorias: melhor financiamento habitacional e melhor crédito pessoal, na Folha de São Paulo – Revista O Melhor de São Paulo Serviços. Desenvolvido e coordenado pelo DATAFOLHA, esta pesquisa identifica a percepção da população paulistana em relação aos principais serviços da cidade;
• Destaque no ranking top asset em 16 categorias de fundos, dos quais:
- Maior Gestora de RPPS;
- Maior Gestora de FIPs;
- Maior Gestora de Fundos de Governos e Poder Público;
- Maior Gestora de carteiras administradas.
• Destaque entre os melhores gestores de fundos de investimentos do Brasil com oito fundos classificados como excelentes – ranking os melhores fundos institucionais;
• Líder na gestão de recursos do RPPS – Ranking de recursos administrados em fundos de investimento por gestão realizado pela ANBIMA;
• Menção Honrosa da WEPs Brasil 2016, da sigla em inglês de Women's Empowerment Principles (Princípios de Empoderamento da Mulher em tradução livre). Na segunda edição do evento houve 137 participantes e a CAIXA foi uma das 49 empresas finalistas;
• Pesquisa realizada para a revista Consumidor Moderno identificou, pelo segundo ano consecutivo, a CAIXA como a marca mais amada do Brasil na categoria Bancos. O estudo foi realizado pela Officina Sophia e traz uma abordagem inédita no mercado sobre o amor de marca pelos consumidores.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO	Individual			Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
CIRCULANTE	**583.732.967**	**593.208.593**	**538.268.036**	**584.754.810**	**593.580.550**	**539.772.848**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**9.650.474**	**11.510.594**	**12.848.323**	**9.650.474**	**11.510.594**	**12.848.524**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**149.619.035**	**153.488.590**	**125.713.522**	**149.619.035**	**153.488.590**	**125.713.522**
Aplicações no mercado aberto	138.125.024	143.111.942	117.549.929	138.125.024	143.111.942	117.549.929
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.494.077	10.376.868	8.163.694	11.494.077	10.376.868	8.163.694
Provisões para perdas	(66)	(220)	(101)	(66)	(220)	(101)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**135.673.485**	**130.835.015**	**123.689.855**	**136.635.493**	**131.584.306**	**124.657.116**
Carteira própria - livre	83.363.979	57.503.512	43.051.875	84.325.987	58.252.803	44.019.136
Vinculados a compromissos de recompra	43.118.080	61.308.900	71.466.702	43.118.080	61.308.900	71.466.702
Instrumentos financeiros derivativos	109.081	715.707	353.851	109.081	715.707	353.851
Vinculados ao Banco Central	675		1.100	675		1.100
Vinculados a prestação de garantias	4.622.731	11.276.896	8.816.324	4.622.731	11.276.896	8.816.324
Carteira de livre movimentação	4.458.939			4.458.939		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**109.474.698**	**106.684.916**	**98.192.610**	**109.474.698**	**106.684.916**	**98.192.610**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.328.945	19.846	1.496.605	1.328.945	19.846	1.496.605
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	107.286.065	106.116.550	95.768.498	107.286.065	106.116.550	95.768.498
Correspondentes	859.688	548.520	927.507	859.688	548.520	927.507
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**66.193**	**479.552**	**80.940**	**66.193**	**479.552**	**80.940**
Recursos em trânsito de terceiros	332	687	259	332	687	259
Transferências internas de recursos	65.861	478.865	80.681	65.861	478.865	80.681
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**142.394.074**	**144.504.493**	**138.009.940**	**142.394.074**	**144.504.493**	**138.009.940**
Setor público	9.101.670	8.772.424	5.606.942	9.101.670	8.772.424	5.606.942
Setor privado	153.881.409	155.052.519	147.400.576	153.881.409	155.052.519	147.400.576
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.210.642	764.730	705.386	1.210.642	764.730	705.386
Provisão para operações de créditos	(21.799.647)	(20.085.180)	(15.702.964)	(21.799.647)	(20.085.180)	(15.702.964)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**33.025.723**	**43.128.713**	**37.767.457**	**33.085.558**	**42.751.379**	**38.304.807**
Créditos por avais e fianças honrados	35.029	30.749	32.817	35.029	30.749	32.817
Carteira de câmbio	5.518.696	5.473.711	4.183.607	5.518.696	5.473.711	4.183.607
Rendas a receber	2.907.937	2.708.679	3.466.239	2.954.648	2.833.916	3.984.602
Negociação e intermediação de valores	37.210	48.313	55.104	37.210	48.313	55.104
Créditos específicos	855.599	836.716	781.382	855.599	836.716	781.382
Diversos	24.126.321	34.414.799	29.560.549	24.139.445	33.912.228	29.579.536
Provisão para outros créditos	(455.069)	(384.254)	(312.241)	(455.069)	(384.254)	(312.241)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**3.829.285**	**2.576.720**	**1.965.389**	**3.829.285**	**2.576.720**	**1.965.389**
Outros valores e bens	3.901.869	2.689.411	1.957.092	3.901.869	2.689.411	1.957.092
Provisões para perdas	(163.896)	(133.958)	(94.693)	(163.896)	(133.958)	(94.693)
Despesas antecipadas	91.312	21.267	102.990	91.312	21.267	102.990
NÃO CIRCULANTE	**630.301.313**	**610.547.451**	**580.791.934**	**628.706.705**	**609.700.290**	**579.389.325**
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**44.586.725**	**50.393.554**	**46.282.014**	**44.586.725**	**50.393.554**	**46.282.014**
Carteira própria - livre	8.799.473	10.151.228	10.670.844	8.799.473	10.151.228	10.670.844
Vinculados a compromissos de recompra	34.786.577	36.843.514	33.900.020	34.786.577	36.843.514	33.900.020
Instrumentos financeiros derivativos	997.657	3.395.414	1.708.323	997.657	3.395.414	1.708.323
Vinculados ao Banco Central		820	-		820	-
Vinculados a prestação de garantias	3.018	2.578	2.627	3.018	2.578	2.627
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**27.314.616**	**26.162.028**	**26.320.106**	**27.314.616**	**26.162.028**	**26.320.106**
Créditos vinculados – SELIC (Nota 7 (b))	27.314.616	26.162.028	26.320.106	27.314.616	26.162.028	26.320.106
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**500.962.192**	**489.367.963**	**470.286.774**	**500.962.192**	**489.367.963**	**470.286.774**
Setor público	47.485.639	44.216.680	44.499.369	47.485.639	44.216.680	44.499.369
Setor privado	460.839.723	453.946.351	434.871.276	460.839.723	453.946.351	434.871.276
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	7.123.604	4.596.632	4.270.540	7.123.604	4.596.632	4.270.540
Provisão para operações de créditos	(14.486.774)	(13.391.700)	(13.354.411)	(14.486.774)	(13.391.700)	(13.354.411)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**43.982.800**	**31.774.297**	**25.039.690**	**43.982.800**	**31.774.297**	**25.039.690**
Diversos	44.010.025	31.794.014	25.084.052	44.010.025	31.794.014	25.084.052
Provisão para outros créditos	(27.225)	(19.717)	(44.362)	(27.225)	(19.717)	(44.362)
PERMANENTE	**13.454.980**	**12.849.609**	**12.863.350**	**11.860.372**	**12.002.448**	**11.460.741**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**6.549.970**	**5.737.307**	**5.925.498**	**4.955.362**	**4.890.146**	**4.522.889**
Participações em coligadas e controladas	6.120.794	5.391.642	5.471.074	4.526.220	4.544.514	4.068.465
No País	6.120.685	5.391.404	5.470.874	4.526.111	4.544.276	4.068.265
No exterior	109	238	200	109	238	200
Outros investimentos	703.970	701.529	674.391	703.970	701.529	674.391
Provisão para perdas	(274.794)	(355.864)	(219.967)	(274.828)	(355.897)	(219.967)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**3.697.550**	**3.864.762**	**3.848.643**	**3.697.550**	**3.864.762**	**3.848.643**
Imóveis de uso	1.843.002	1.590.668	1.408.414	1.843.002	1.590.668	1.408.414
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	715.978	728.363	710.140	715.978	728.363
Outras imobilizações de uso	7.466.488	7.295.520	7.029.549	7.466.488	7.295.520	7.029.549
Depreciações acumuladas	(6.322.080)	(5.737.404)	(5.317.683)	(6.322.080)	(5.737.404)	(5.317.683)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**3.207.460**	**3.247.540**	**3.089.209**	**3.207.460**	**3.247.540**	**3.089.209**
Ativos intangíveis	4.860.824	4.650.554	4.427.576	4.860.824	4.650.554	4.427.376
Amortizações acumuladas	(1.653.364)	(1.403.014)	(1.338.167)	(1.653.364)	(1.403.014)	(1.338.167)
TOTAL	**1.214.034.280**	**1.203.756.044**	**1.119.059.970**	**1.213.461.515**	**1.203.280.840**	**1.119.162.173**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual			Consolidado		
	30/06/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	30/06/2015 (Nota 3 (t))	30/06/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	30/06/2015 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	**685.138.153**	**710.317.000**	**642.137.593**	**685.390.729**	**710.435.903**	**641.733.882**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**362.802.983**	**367.198.577**	**345.702.542**	**362.802.878**	**367.127.623**	**344.596.723**
Depósitos à vista	26.577.394	27.415.004	27.879.676	26.577.289	27.414.590	27.829.676
Depósitos de poupança	238.702.276	241.362.624	232.117.335	238.702.276	241.362.621	232.117.335
Depósitos interfinanceiros	483.936	2.053.259	1.936.147	483.936	2.053.259	1.936.147
Depósitos a prazo	86.160.376	81.827.679	74.643.763	86.160.376	81.757.130	73.537.944
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.878.942	14.540.011	9.125.621	10.878.942	14.540.011	9.125.621
Outros depósitos	59			59		
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**171.416.658**	**186.700.744**	**174.400.808**	**171.306.429**	**186.597.458**	**174.301.247**
Carteira própria	62.642.857	87.224.622	102.341.938	62.532.628	87.121.336	102.242.377
Carteira de terceiros	108.773.801	99.476.122	72.058.870	108.773.801	99.476.122	72.058.870
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**87.385.233**	**91.697.612**	**62.918.178**	**87.385.233**	**91.697.612**	**62.918.178**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	87.222.086	91.498.789	62.760.287	87.222.086	91.498.789	62.760.287
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	163.147	198.823	157.891	163.147	198.823	157.891
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**2.066.877**	**378.120**	**2.166.171**	**2.066.877**	**378.120**	**2.166.171**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.056.366	360.696	2.157.545	2.056.366	360.696	2.157.545
Correspondentes	10.511	17.424	8.626	10.511	17.424	8.626
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**737.329**	**1.598.196**	**685.398**	**737.329**	**1.598.196**	**685.398**
Recursos em trânsito de terceiros	714.415	1.597.614	613.642	714.415	1.597.614	613.642
Transferências internas de recursos	22.914	582	71.756	22.914	582	71.756
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**5.484.889**	**7.435.182**	**6.872.091**	**5.484.889**	**7.435.182**	**6.872.091**
Empréstimos no exterior	5.484.889	7.435.182	6.872.091	5.484.889	7.435.182	6.872.091
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS – INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**1.523.499**	**1.348.518**	**1.462.525**	**1.523.499**	**1.348.518**	**1.462.525**
TESOURO NACIONAL – PIS	303.553	310.418	359.057	303.553	310.418	359.057
BNDES	1.095.257	872.763	783.297	1.095.257	872.763	783.297
FGTS	122.710	163.305	318.086	122.710	163.305	318.086
Outras	1.979	2.032	2.085	1.979	2.032	2.085
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**892.238**	**157.782**	**73.939**	**892.238**	**157.782**	**73.939**
Instrumentos financeiros derivativos	892.238	157.782	73.939	892.238	157.782	73.939
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**52.828.447**	**53.802.278**	**47.855.941**	**53.191.357**	**54.095.412**	**48.656.610**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.080.750	353.726	1.480.557	1.080.750	353.726	1.480.557
Carteira de câmbio	1.470.829	104.235	264.984	1.470.829	104.235	264.984
Sociais e estatutárias	1.546.995	2.933.541	1.242.557	1.546.995	2.933.541	1.652.623
Fiscais e previdenciárias	1.600.413	2.818.670	1.839.797	1.751.247	3.105.411	2.229.793
Negociação e intermediação de valores	10.443	3.073	117.016	10.443	3.073	117.016
Recursos para destinação específica	11.322.691	12.222.859	9.554.544	11.322.691	12.222.859	9.554.544
Obrigações de operações com loterias	652.627	1.407.542	891.360	652.627	1.407.542	891.360
Obrigações por fundos e programas sociais	8.297.918	9.305.546	7.638.044	8.297.918	9.305.546	7.638.044
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	2.372.149	1.509.771	1.025.140	2.372.149	1.509.771	1.025.140
Instrumentos híbridos de capital e dívida	481.604	1.360.114	741.048	481.604	1.360.114	741.048
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	876.818	875.930	876.818	881.776	875.930	876.818
Diversas	34.637.901	33.121.627	31.738.620	34.642.019	33.128.020	31.739.227
NÃO CIRCULANTE	**503.000.834**	**466.832.158**	**450.485.457**	**465.721.848**	**430.141.494**	**414.905.805**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**100.393.381**	**88.128.608**	**80.784.042**	**99.575.998**	**87.534.510**	**81.290.956**
Depósitos interfinanceiros	350.285	373.368	487.576	350.285	373.368	487.576
Depósitos a prazo	100.043.096	87.755.240	80.296.466	99.225.713	87.161.142	80.803.380
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**17.732.888**	**7.663.763**	**1.882.657**	**17.732.888**	**7.663.763**	**1.882.657**
Carteira própria	13.919.833	7.663.763	1.882.657	13.919.833	7.663.763	1.882.657
Carteira de livre movimentação	3.813.055			3.813.055		
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**76.597.512**	**77.692.747**	**99.365.563**	**76.597.512**	**77.692.747**	**99.365.563**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	63.856.507	62.188.626	86.868.650	63.856.507	62.188.626	86.868.650
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	12.741.005	15.504.121	12.496.913	12.741.005	15.504.121	12.496.913
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**312.346**	**6.902.375**	**2.825.578**	**312.346**	**6.902.375**	**2.825.578**
Empréstimos no exterior	312.346	6.902.375	2.825.578	312.346	6.902.375	2.825.578
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS – INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**222.723.779**	**206.333.649**	**189.270.657**	**222.723.779**	**206.333.649**	**189.270.657**
TESOURO NACIONAL - PIS	563.091	367.746	351.319	563.091	367.746	351.319
BNDES	30.490.892	31.505.048	30.583.839	30.490.892	31.505.048	30.583.839
FGTS	189.236.352	172.046.779	156.173.663	189.236.352	172.046.779	156.173.663
Outras	2.433.444	2.414.076	2.161.836	2.433.444	2.414.076	2.161.836
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	**53.420**	**59.184**		**53.420**	**59.184**	
Repasses do exterior	53.420	59.184		53.420	59.184	
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**85.187.503**	**80.041.832**	**76.356.960**	**48.725.005**	**43.055.266**	**40.270.394**
Fiscais e previdenciárias	121.815	127.238	136.666	121.815	127.238	136.666
Instrumentos híbridos de capital e dívida	441.437	430.152	247.234	441.437	430.152	247.234
Dívidas subordinadas	11.138.061			11.138.061		
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	48.431.786	59.330.057	55.765.082	11.970.183	23.243.491	19.678.516
Diversas	25.054.409	20.154.385	20.207.978	25.054.409	20.154.385	20.207.978
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**25.895.293**	**26.616.877**	**26.486.920**	**62.348.938**	**62.703.443**	**62.521.496**
Capital social	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
Capital de domiciliados no País	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal				36.453.645	36.086.566	36.086.566
Reservas de capital			167			167
Reserva de reavaliação	389.873	400.384	400.031	389.873	400.384	400.031
Reservas de lucros	9.535.917	9.269.290	6.221.877	9.535.917	9.269.290	6.221.877
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.590.349)	(5.107.599)	(3.839.032)	(6.590.349)	(5.107.599)	(3.839.032)
Lucros/Prejuízos Acumulados	505.050		1.599.075	505.050		1.599.075
TOTAL	**1.214.034.280**	**1.203.756.044**	**1.119.059.970**	**1.213.461.515**	**1.203.280.840**	**1.119.162.173**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2016		2015 (Nota 3 (t))		2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**37.035.074**	**72.905.820**	**31.898.919**	**66.239.457**	**37.036.939**	**72.914.724**	**31.912.101**	**66.269.902**
Operações de crédito (Nota 8 (e))	23.331.124	45.826.506	21.174.095	40.759.197	23.331.124	45.826.506	21.174.095	40.759.197
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	13.204.381	28.281.270	8.368.498	17.346.082	13.206.246	28.290.174	8.381.680	17.376.527
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(2.839.044)	(7.762.951)	(371.461)	2.018.629	(2.839.044)	(7.762.951)	(371.461)	2.018.629
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))				935.860				935.860
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.318.873	6.526.308	2.707.160	5.140.712	3.318.873	6.526.308	2.707.160	5.140.712
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	19.740	34.687	20.627	38.977	19.740	34.687	20.627	38.977
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(33.921.613)**	**(66.410.591)**	**(26.664.215)**	**(55.685.294)**	**(31.777.897)**	**(61.952.099)**	**(26.646.702)**	**(55.656.827)**
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(22.672.013)	(44.653.057)	(17.231.794)	(36.851.232)	(21.064.839)	(41.782.820)	(17.214.281)	(36.822.765)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(4.176.357)	(8.240.139)	(2.965.187)	(7.733.729)	(3.560.004)	(6.423.495)	(2.965.187)	(7.733.729)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(598.838)	(1.186.227)	(540.953)		(678.649)	(1.414.616)	(540.953)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(215.639)	(2.263.810)	(1.370.809)	(1.517.406)	(215.639)	(2.263.810)	(1.370.809)	(1.517.406)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(6.258.766)	(10.067.358)	(4.555.472)	(9.582.927)	(6.258.766)	(10.067.358)	(4.555.472)	(9.582.927)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**3.113.461**	**6.495.229**	**5.234.704**	**10.554.163**	**5.259.042**	**10.962.625**	**5.265.399**	**10.613.075**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(2.932.217)**	**(6.250.729)**	**(4.944.534)**	**(9.841.642)**	**(4.869.202)**	**(10.187.524)**	**(4.634.757)**	**(9.176.862)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	4.364.698	8.499.589	4.016.554	7.948.591	4.364.698	8.499.589	4.016.554	7.948.591
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.212.966	2.370.779	1.025.981	1.980.055	1.212.966	2.370.779	1.025.981	1.980.055
Despesas de pessoal (Nota 24)	(5.038.805)	(10.057.680)	(4.680.478)	(9.623.211)	(5.040.430)	(10.060.599)	(4.681.190)	(9.624.641)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.983.712)	(5.860.359)	(2.911.236)	(5.628.859)	(2.985.551)	(5.864.571)	(2.911.589)	(5.630.459)
Despesas tributárias (Nota 29)	(899.954)	(1.821.396)	(897.907)	(1.702.730)	(910.448)	(1.843.407)	(904.101)	(1.710.658)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11 (b))	191.992	424.923	150.862	341.721	122.312	275.285	145.765	310.648
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.156.178	8.494.793	2.462.185	4.925.562	2.053.670	4.060.195	2.471.733	4.945.781
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.935.580)	(8.301.378)	(4.110.495)	(8.082.771)	(3.686.419)	(7.624.795)	(3.797.910)	(7.396.179)
RESULTADO OPERACIONAL	**181.244**	**244.500**	**290.170**	**712.521**	**389.840**	**775.101**	**630.642**	**1.436.213**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(51.185)**	**(114.148)**	**(130.367)**	**(252.704)**	**(51.185)**	**(114.148)**	**(130.367)**	**(252.704)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**130.059**	**130.352**	**159.803**	**459.817**	**338.655**	**660.953**	**500.275**	**1.183.509**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	**1.556.615**	**2.250.343**	**1.706.853**	**2.771.760**	**1.520.690**	**2.175.406**	**1.678.994**	**2.734.688**
Tributos correntes	385.550	(50.777)	(135.721)	(656.186)	349.612	(125.734)	(163.586)	(693.272)
Ativo fiscal diferido	1.295.349	1.039.053	1.744.736	3.333.159	1.295.362	1.039.073	1.744.742	3.333.173
Passivo fiscal diferido	(124.284)	1.262.067	97.838	94.787	(124.284)	1.262.067	97.838	94.787
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(249.622)**	**(388.849)**	**(244.305)**	**(434.971)**	**(249.622)**	**(388.849)**	**(244.305)**	**(434.971)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.437.052**	**1.991.846**	**1.622.351**	**2.796.606**	**1.609.723**	**2.447.510**	**1.934.964**	**3.483.226**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

INDIVIDUAL

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 3 (f))	22.054.802	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		26.222.765
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(725.339)		(725.339)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(5.032)	(5.032)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(15.780)				15.780	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(1.043.352)			(1.043.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							2.796.606	2.796.606
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				139.830			(139.830)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(816.147)	(816.147)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	22.054.802	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.599.075	26.436.920
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)		26.616.877
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.482.750)		(1.482.750)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(5.548)	(5.548)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(14.425)				14.425	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.508)					(1.508)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(55.296)			(55.296)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.991.846	1.991.846
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				99.593			(99.593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					222.330		(222.330)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.173.750)	(1.173.750)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	22.054.802		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	505.050	25.895.293
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	22.054.802	167	398.783	2.325.326	3.504.419	(2.595.198)	782.212	26.470.511
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.243.834)		(1.243.834)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(1.150)	(1.150)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(6.171)				6.171	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.622.351	1.622.351
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				139.830			(139.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(418.377)	(418.377)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	22.054.802	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.599.075	26.436.920
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	22.054.802		395.306	2.617.409	6.596.585	(4.768.274)	(27.079)	26.368.149
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.822.075)		(1.822.075)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			3.372					3.372
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(3.285)	(3.285)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(7.297)				7.297	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.508)					(1.508)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.437.052	1.437.052
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				99.593			(99.593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					222.330		(222.330)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(586.112)	(586.112)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	22.054.802		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	505.050	25.895.293

CONSOLIDADO

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIACAO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(725.339)		(725.339)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.032)	(5.032)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(15.780)				15.780	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.352)			(1.043.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.483.226	3.483.226
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(816.147)	(816.147)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(686.620)	(686.620)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.599.075	62.523.486
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)		62.703.443
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.482.750)		(1.482.750)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.548)	(5.548)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(14.425)				14.425	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.508)					(1.508)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(55.296)			(55.296)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079							367.079
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								2.447.510	2.447.510
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					99.593			(99.593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						222.330		(222.330)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.173.750)	(1.173.750)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(455.664)	(455.664)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	22.054.802	36.453.645		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	505.050	62.348.938
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	22.054.802	35.867.958	167	398.783	2.325.326	3.504.419	(2.595.198)	782.212	62.338.469
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.243.834)		(1.243.834)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(1.150)	(1.150)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.171)				6.171	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.934.964	1.934.964
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(418.377)	(418.377)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(312.613)	(312.613)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.599.075	62.523.486
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	22.054.802	36.086.566		395.306	2.617.409	6.596.585	(4.768.274)	(27.079)	62.954.715
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.822.075)		(1.822.075)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				3.372					3.372
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(3.285)	(3.285)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7.297)				7.297	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.508)					(1.508)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079							367.079
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.609.723	1.609.723
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					99.593			(99.593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						222.330		(222.330)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(586.412)	(586.412)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(172.671)	(172.671)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	22.054.802	36.453.645		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	505.050	62.348.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**8.273.311**	**15.097.187**	**5.668.381**	**12.111.875**	**8.237.962**	**15.844.614**	**6.193.936**	**12.177.927**
Lucro Líquido	1.437.052	1.991.846	1.248.343	2.796.606	1.609.723	2.447.510	1.934.963	3.483.226
Ajustes ao Lucro Líquido:	6.836.259	13.105.341	4.420.038	9.315.269	6.628.239	13.397.104	4.258.973	8.694.701
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	247.081	2.537.249	718.623	347.829	247.081	2.537.249	718.623	347.829
(Ganho)/Perda em Investimentos	(287.894)	(387.740)	(231.513)	(58.784)	(109.917)	210.069	(85.057)	(23.791)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	3.862		(3.512)	(4.193)	3.862		(3.512)	(4.193)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(16.025)	(31.288)	(812)	(55)	(16.025)	(31.288)	(812)	(55)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.258.766	10.067.358	4.555.472	9.582.927	6.258.766	10.067.358	4.555.472	9.582.927
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	545.511	1.091.021	369.318	738.636	545.511	1.091.021	369.318	738.636
Depreciações e Amortizações	439.382	882.981	423.683	802.751	439.382	882.981	423.683	802.751
Impostos Diferidos	(1.171.065)	(2.301.120)	(1.842.574)	(3.427.946)	(1.171.078)	(2.301.140)	(1.842.580)	(3.427.960)
Despesas com provisões para causas judiciais	268.853	779.405	344.018	837.072	268.853	779.405	344.018	837.072
Resultado de Participação em Coligadas	(191.992)	(424.923)	(150.862)	(341.721)	(122.312)	(275.285)	(145.765)	(310.648)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	739.780	892.398	238.197	809.332	284.116	436.734	(74.415)	122.712
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos				29.421				29.421
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**(57.482.727)**	**(29.638.363)**	**15.706.657**	**(3.149.761)**	**(55.346.851)**	**(30.540.152)**	**14.811.997**	**(3.528.019)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.180.636)	(947.337)	(1.360.659)	(1.629.776)	1.109.206	(947.337)	(1.264.024)	(1.535.789)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(11.205.889)	(14.222.083)	1.572.689	(2.506.510)	(11.205.889)	(14.222.083)	1.572.689	(2.506.510)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(340.228)	(1.169.515)	885.348	(2.423.366)	(340.228)	(1.169.515)	885.348	(2.423.366)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(381.789)	(1.084.098)	(450.010)	(1.233.210)	(381.789)	(1.084.098)	(450.010)	(1.233.210)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(92.230)	(447.508)	(151.447)	(367.302)	(92.230)	(447.508)	(151.447)	(367.302)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(11.268.157)	(19.398.723)	(23.588.565)	(47.100.800)	(11.268.157)	(19.398.723)	(23.588.565)	(47.100.800)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(4.710.707)	43.162	(2.318.436)	264.711	(4.730.060)	(393.987)	(2.812.696)	(82.521)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(793.275)	(1.221.277)	(236.271)	(407.150)	(793.275)	(1.221.277)	(236.271)	(407.150)
(Redução) Aumento em Depósitos	12.177.627	7.869.179	5.755.732	7.147.828	12.078.546	7.716.743	5.458.150	6.841.940
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(55.255.614)	(5.214.961)	14.601.476	3.513.581	(55.259.198)	(5.221.904)	14.501.915	3.414.020
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(1.052.938)	(5.407.614)	8.695.150	24.534.664	(1.052.938)	(5.407.614)	8.695.150	24.534.664
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	632.154	734.456	27.870	20.221	632.154	734.456	27.870	20.221
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.015.479	8.019.025	8.025.992	17.549.214	9.015.479	8.019.025	8.025.992	17.549.214
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	6.973.476	2.808.931	4.508.532	(202.934)	6.941.528	2.503.670	4.408.640	77.502
Imposto de renda e contribuição social pagos			(260.744)	(308.932)			(260.744)	(308.932)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(49.209.416)**	**(14.541.176)**	**21.375.038**	**8.962.114**	**(47.108.889)**	**(14.695.538)**	**21.005.933**	**8.649.908**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(703.040)	(1.342.940)	(3.066.243)	(3.371.877)	(880.805)	(1.555.657)	(2.915.545)	(3.278.078)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	9.085.698	12.513.383	2.606.481	1.764.847	9.085.698	12.513.383	2.606.481	1.764.847
Alienação de Imobilizado de Uso	(1.629)	5.816	6.035	14.066	(1.629)	5.816	6.035	14.066
Aquisição de Imobilizado de Uso	(137.624)	(305.058)	(313.445)	(573.574)	(137.624)	(305.058)	(313.445)	(573.574)
Baixa de Intangível	16.895	31.721	8.331	11.467	16.895	31.721	8.331	11.467
Aquisição de Intangível	(142.184)	(408.168)	(148.694)	(287.883)	(142.184)	(408.168)	(148.694)	(287.883)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**8.118.116**	**10.494.754**	**(907.535)**	**(2.442.954)**	**7.940.351**	**10.282.037**	**(756.837)**	**(2.349.155)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Incorporação de remuneração de IHCD					367.079	367.079	218.608	218.608
Dividendos complementares dos exercícios de 2014 e 2015		(55.296)		(1.072.773)		(55.296)		(1.072.773)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(586.413)	(1.173.750)	(418.377)	(816.147)	(586.413)	(1.173.750)	(418.377)	(816.147)
Remuneração IHCD pago	(1.401.544)	(1.401.544)	(1.448.100)	(1.448.100)	(1.401.544)	(1.401.544)	(1.448.100)	(1.448.100)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(1.987.957)**	**(2.630.590)**	**(1.866.477)**	**(3.337.020)**	**(1.620.878)**	**(2.263.511)**	**(1.647.869)**	**(3.118.412)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(43.079.257)**	**(6.677.012)**	**18.601.026**	**3.182.140**	**(40.789.416)**	**(6.677.012)**	**18.601.227**	**3.182.341**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do Período	189.299.766	152.897.521	111.797.226	127.216.112	187.009.925	152.897.521	111.797.226	127.216.112
Caixa e Equivalentes no fim do período	146.220.509	146.220.509	130.398.252	130.398.252	146.220.509	146.220.509	130.398.453	130.398.453
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(43.079.257)**	**(6.677.012)**	**18.601.026**	**3.182.140**	**(40.789.416)**	**(6.677.012)**	**18.601.227**	**3.182.341**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2016				2015 (Nota 3 (t))				2016				2015 (Nota 3 (t))			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**39.860.126**		**80.903.248**		**34.176.846**		**71.258.034**		**37.679.674**		**76.249.165**		**34.199.576**		**71.308.697**	
Intermediação financeira	36.436.235		71.719.593		31.357.966		66.239.457		36.358.290		71.500.108		31.371.148		66.269.902	
Prestação de serviços com tarifas	5.577.664		10.870.368		5.042.535		9.928.646		5.577.664		10.870.368		5.042.535		9.928.646	
Provisão para devedores duvidosos constituição	(6.258.766)		(10.067.358)		(4.555.472)		(9.582.927)		(6.258.766)		(10.067.358)		(4.555.472)		(9.582.927)	
Outras	4.104.993		8.380.645		2.331.817		4.672.858		2.002.486		3.946.047		2.341.365		4.693.076	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**27.064.010**		**55.157.007**		**21.567.790**		**46.102.367**		**24.840.482**		**50.470.125**		**21.550.277**		**46.073.900**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**6.100.250**		**12.519.657**		**6.236.872**		**12.176.092**		**5.569.935**		**11.847.286**		**5.924.640**		**11.491.099**	
Materiais, energia e outros	641.167		1.242.803		621.930		1.203.682		641.390		1.243.086		621.955		1.203.737	
Processamento de dados e comunicações	528.323		1.096.071		556.968		1.012.327		528.435		1.096.183		556.968		1.012.327	
Propaganda, publicidade e promoções	193.679		340.775		171.597		323.772		193.680		340.775		171.597		323.772	
Serviços de terceiros e especializados	575.932		1.132.591		583.806		1.163.011		577.433		1.136.402		584.134		1.164.556	
Serviços de vigilância e segurança	225.568		406.039		192.076		390.529		225.571		406.045		192.076		390.529	
Outras	3.935.581		8.301.378		4.110.495		8.082.771		3.403.426		7.624.795		3.797.910		7.396.178	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	531.962		1.009.071		521.862		980.386		531.962		1.009.071		521.862		980.386	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	534.107		1.039.278		565.080		1.147.926		534.107		1.039.278		565.080		1.147.926	
- Descontos de operações de crédito	65.619		122.858		328.999		460.083		65.619		122.858		328.999		460.083	
- Despesas com cartão de crédito/débito	149.758		492.024		330.766		669.165		149.758		492.024		330.766		669.165	
- Benefício pós-emprego	545.511		1.091.021		369.318		738.636		545.511		1.091.021		369.318		738.636	
- Provisões operacionais diversas	1.202.191		2.659.311		1.131.215		2.652.421		746.527		2.203.647		818.603		1.965.801	
- Demais	906.433		1.887.815		863.255		1.434.154		829.942		1.666.896		863.282		1.434.181	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**6.695.866**		**13.226.584**		**6.372.184**		**12.979.575**		**7.269.257**		**13.931.754**		**6.724.659**		**13.743.698**	
5. RETENÇÕES	**439.381**		**882.980**		**423.683**		**802.751**		**439.381**		**882.980**		**423.683**		**802.751**	
Depreciação, amortização e exaustão	439.381		882.980		423.683		802.751		439.381		882.980		423.683		802.751	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**6.256.485**		**12.343.604**		**5.948.501**		**12.176.824**		**6.829.876**		**13.048.774**		**6.300.976**		**12.940.947**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**191.992**		**424.923**		**150.862**		**341.721**		**122.312**		**275.285**		**145.765**		**310.648**	
Resultado da equivalência patrimonial	191.992		424.923		150.862		341.721		122.312		275.285		145.765		310.648	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**6.448.477**		**12.768.527**		**6.099.363**		**12.518.545**		**6.952.188**		**13.324.059**		**6.446.741**		**13.251.595**	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**6.448.477**	**100**	**12.768.527**	**100**	**6.099.363**	**100**	**12.518.545**	**100**	**6.952.188**	**100**	**13.324.059**	**100**	**6.446.741**	**100**	**13.251.595**	**100**
Pessoal	4.611.096	72	9.098.010	71	4.287.794	70	8.761.156	70	4.895.715	70	9.100.929	68	4.288.508	67	8.762.586	66
- Remuneração direta	3.466.777		6.889.323		3.194.873		6.536.427		3.751.406		6.892.051		3.195.549		6.537.771	
- Benefícios	921.082		1.760.417		887.297		1.805.573		920.961		1.760.417		887.297		1.805.573	
- FGTS	223.237		448.270		205.624		419.156		223.348		448.461		205.662		419.242	
Impostos, taxas e contribuições	20.666	0	919.571	7	(171.958)	(3)	227.996	2	67.087	1	1.016.520	8	(137.906)	(2)	272.996	2
- Federais	(150.972)		536.779		(354.115)		(148.875)		(104.594)		633.685		(320.063)		(103.875)	
- Estaduais	379		437		454		591		379		437		454		591	
- Municipais	171.259		382.355		181.703		376.280		171.302		382.398		181.703		376.280	
Remuneração de capitais de terceiros	379.662	6	759.100	6	361.176	6	732.787	6	379.662	5	759.100	6	361.176	6	732.787	6
- Aluguéis	379.662		759.100		361.176		732.787		379.662		759.100		361.176		732.787	
Remuneração de capitais próprios	586.412	9	1.173.750	9	418.377	7	816.147	7	759.083	11	1.629.414	12	730.989	11	1.502.767	11
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	586.412		1.173.750		418.377		816.147		586.412		1.173.750		418.377		816.147	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital									172.671		455.664		312.612		686.620	
Lucros retidos	850.641	13	818.096	6	1.203.974	20	1.980.459	16	850.641	12	818.096	6	1.203.974	19	1.980.459	15

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei nº 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S.A., CAIXA Seguridade S.A. e CAIXA Securitária.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S.A., na CAIXA Seguros Holding S.A., na Pan Seguros S.A. e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sêniors e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis de 30 de junho de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 09 de agosto de 2016 e pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável *impairment* de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade, que possui a subsidiária CAIXA Securitária. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "A Origem", a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação "A Origem".

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

rincipais práticas contábeis

is práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão seguir:

são de moeda estrangeira

trações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens as demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mes- funcional.

ies em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda m vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patri- nhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do

ão do resultado

nidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na o seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independente- ecebimento ou pagamento.

es com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora ivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas s são atualizadas até a data do balanço.

e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou s a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

equivalentes de caixa

reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibi- moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em nterfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis venci- iguais a 90 dias.

em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e das estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data nto das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela z, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com ncimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança to.

ção de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

ões interfinanceiras de liquidez

es interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos s auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalori- do aplicável.

e renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com com- e recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo o contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre egime de competência *pro rata die* em função da fluência do prazo das operações.

mentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra omisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é a pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para rações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas desta- ivo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.

rações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da itiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo rcado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- ***Hedge de Risco de Mercado:*** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- ***Hedge de Fluxo de Caixa:*** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro[1]	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

[1] Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em "Outros Créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância, a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (impairment), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica "depreciação e amortização", em outras despesas administrativas e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – software e de até 5 anos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros *impairment*

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida.

Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.

A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta "outros ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local, apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).
Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.
O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

(t) Reapresentação de saldos comparativos

(i) Mudança de prática contábil – Reclassificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida

Os saldos de abertura de 31/12/2014 na Demonstração Individual das Mutações do Patrimônio Líquido, apresentados para fins de comparação, foram ajustados em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais elaboradas a partir de 30/06/2015.
As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para a sua apresentação, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional. A Administração da CAIXA entende que as demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.
Os efeitos patrimoniais decorrentes desta orientação do Banco Central estão demonstrados a seguir:

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
ATIVO			
Total do Ativo	**1.064.674.796**		**1.064.674.796**
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	**620.999.102**	**-**	**620.999.102**
Não Circulante	**381.584.971**	**35.867.958**	**417.452.929**
Outras obrigações	**29.294.080**	**35.867.958**	**65.162.038**
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.325.625	35.867.958	55.193.583
Patrimônio líquido	**62.090.723**	**(35.867.958)**	**26.222.765**
Instrumento elegível ao capital principal	35.867.958	(35.867.958)	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.064.674.796**	**-**	**1.064.674.796**

(ii) Mudança de prática contábil – Segregação dos passivos contingentes em circulante e não circulante

Até 31/12/2015, diante da impossibilidade de apuração da estimativa de realização dos valores provisionados como passivos contingentes, com razoável segurança, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante, em convergência ao princípio da prudência contábil.
A partir de 01/01/2016, os processos que apuram a estimativa de ações cíveis e trabalhistas com risco de perda classificada como provável permitiram uma apuração da estimativa de realização destes passivos e possibilitaram a sua segregação em passivos circulantes e não circulantes.
Os efeitos no Balanço Patrimonial decorrentes da segregação dos passivos contingentes, em circulante e não circulante estão demonstrados a seguir:

INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	**646.418.845**	**(4.281.252)**	**642.137.593**
Outras obrigações	**52.137.193**	**(4.281.252)**	**47.855.941**
Diversas	36.019.872	(4.281.252)	31.738.620
Não Circulante	**446.204.205**	**4.281.252**	**450.485.457**
Outras obrigações	**72.075.708**	**4.281.252**	**76.356.960**
Diversas	15.926.726	4.281.252	20.207.978
Patrimônio Líquido	**26.436.920**	-	**26.436.920**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.119.059.970**	-	**1.119.059.970**

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	**715.221.526**	**(4.904.517)**	**710.317.009**
Outras obrigações	**58.706.795**	**(4.904.517)**	**53.802.278**
Diversas	38.026.144	(4.904.517)	33.121.627
Não Circulante	**461.917.641**	**4.904.517**	**466.822.158**
Outras obrigações	**75.137.315**	**4.904.517**	**80.041.832**
Diversas	15.249.868	4.904.517	20.154.385
Patrimônio Líquido	**26.616.877**	-	**26.616.877**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.203.756.044**	-	**1.203.756.044**

CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	**646.014.134**	**(4.281.252)**	**641.732.882**
Outras obrigações	**52.937.862**	**(4.281.252)**	**48.656.610**
Diversas	36.020.479	(4.281.252)	31.739.227
Não Circulante	**410.624.553**	**4.281.252**	**414.905.805**
Outras obrigações	**35.989.142**	**4.281.252**	**40.270.394**
Diversas	15.926.726	4.281.252	20.207.978
Patrimônio Líquido	**62.523.486**	-	**62.523.486**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.119.162.173**	-	**1.119.162.173**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	**715.340.420**	**(4.904.517)**	**710.435.903**
Outras obrigações	**58.999.929**	**(4.904.517)**	**54.095.412**
Diversas	38.032.537	(4.904.517)	33.128.020
Não Circulante	**425.236.977**	**4.904.517**	**430.141.494**
Outras obrigações	**39.050.749**	**4.904.517**	**43.955.266**
Diversas	15.249.868	4.904.517	20.154.385
Patrimônio Líquido	**62.703.443**	-	**62.703.443**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.203.280.840**	-	**1.203.280.840**

(iii) Mudança de prática contábil – Reclassificação de despesas de títulos e valores mobiliários no exterior

Considerando a autorização do Banco Central do Brasil para utilização de rubrica específica para o registro de despesas de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, a CAIXA procedeu a reclassificação dos montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis.

Esta mudança de prática contábil produziu efeitos apenas na Demonstração de Resultado do Exercício e na Demonstração do Valor Adicionado.

Os efeitos nas demonstrações de resultado decorrentes das reclassificações das despesas de títulos e valores mobiliários no exterior estão demonstrados a seguir:

INDIVIDUAL			
Descrição	1º semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	**65.303.597**	**935.860**	**66.239.457**
Resultado de câmbio[1]	-	935.860	935.860
Despesas da intermediação financeira	**(55.014.426)**	**(670.868)**	**(55.685.294)**
Operações de captação no mercado	(34.381.375)	(2.469.857)	(36.851.232)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(7.575.090)	(158.639)	(7.733.729)
Resultado de câmbio[1]	(1.957.628)	1.957.628	-
Resultado bruto da intermediação financeira	**10.289.171**	**264.992**	**10.554.163**
Outras receitas/despesas operacionais	**(9.576.650)**	**(264.992)**	**(9.841.642)**
Outras receitas operacionais	5.469.096	(543.534)	4.925.562
Outras despesas operacionais	(8.361.313)	278.542	(8.082.771)
Resultado operacional	**712.521**	-	**712.521**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**459.817**	-	**459.817**
Imposto de renda e contribuição social	**2.771.760**	-	**2.771.760**
Participações dos empregados no lucro	**(434.971)**	-	**(434.971)**
Lucro líquido do período	**2.796.606**	-	**2.796.606**

[1] O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de "Despesas da intermediação financeira" para "Receitas da intermediação financeira", em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de (935.860) em decorrência da reclassificação do montante de despesas de 2.893.488 (2.191.315 reclassificado para Operações de captação no mercado + 702.173 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

INDIVIDUAL			
Descrição	2º trimestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	**32.114.638**	**(215.719)**	**31.898.919**
Resultado de câmbio[1]	215.719	(215.719)	-
Despesas da intermediação financeira	**(27.163.730)**	**499.515**	**(26.664.215)**
Operações de captação no mercado	(17.521.435)	289.641	(17.231.794)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(3.716.014)	750.827	(2.965.187)
Resultado de câmbio[1]	-	(540.953)	(540.953)
Resultado bruto da intermediação financeira	**4.950.908**	**283.796**	**5.234.704**
Outras receitas/despesas operacionais	**(4.660.738)**	**(283.796)**	**(4.944.534)**
Outras receitas operacionais	3.004.649	(542.464)	2.462.185
Outras despesas operacionais	(4.369.163)	258.668	(4.110.495)
Resultado operacional	**290.170**	-	**290.170**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**159.803**	-	**159.803**
Imposto de renda e contribuição social	**1.706.853**	-	**1.706.853**
Participações dos empregados no lucro	**(244.305)**	-	**(244.305)**
Lucro líquido do período	**1.622.351**	-	**1.622.351**

[1] O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de "Receitas da intermediação financeira" para "Despesas da intermediação financeira", em função de ter apresentado resultado negativo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de (540.953) em decorrência da reclassificação do montante de receitas de 756.672 (548.309 reclassificado para Operações de captação no mercado + 208.363 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	**32.127.820**	**(215.719)**	**31.912.101**
Resultado de câmbio[1]	215.719	(215.719)	-
Despesas da intermediação financeira	**(27.146.217)**	**499.515**	**(26.646.702)**
Operações de captação no mercado	(17.503.922)	289.641	(17.214.281)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(3.716.014)	750.827	(2.965.187)
Resultado de câmbio[1]	-	(540.953)	(540.953)
Resultado bruto da intermediação financeira	**4.981.603**	**283.796**	**5.265.399**
Outras receitas/despesas operacionais	**(4.350.961)**	**(283.796)**	**(4.634.757)**
Outras receitas operacionais	3.014.197	(542.464)	2.471.733
Outras despesas operacionais	(4.056.578)	258.668	(3.797.910)
Resultado operacional	**630.642**	-	**630.642**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**500.275**	-	**500.275**
Imposto de renda e contribuição social	**1.678.994**	-	**1.678.994**
Participações dos empregados no lucro	**(244.305)**	-	**(244.305)**
Lucro líquido do período	**1.934.964**	-	**1.934.964**

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de "Receitas da intermediação financeira" para "Despesas da intermediação financeira", em função de ter apresentado resultado negativo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de (540.953) em decorrência da reclassificação do montante de receitas de 756.672 (548.309 reclassificado para Operações de captação no mercado + 208.363 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDADO			
Descrição	1º semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	**65.334.042**	**935.860**	**66.269.902**
Resultado de câmbio(1)	-	935.860	935.860
Despesas da intermediação financeira	**(54.985.959)**	**(670.868)**	**(55.656.827)**
Operações de captação no mercado	(34.352.908)	(2.469.857)	(36.822.765)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(7.575.090)	(158.639)	(7.733.729)
Resultado de câmbio(1)	(1.957.628)	1.957.628	-
Resultado bruto da intermediação financeira	**10.348.083**	**264.992**	**10.613.075**
Outras receitas/despesas operacionais	**(8.911.870)**	**(264.992)**	**(9.176.862)**
Outras receitas operacionais	5.489.315	(543.534)	4.945.781
Outras despesas operacionais	(7.674.721)	278.542	(7.396.179)
Resultado operacional	**1.436.213**	-	**1.436.213**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**1.183.509**	-	**1.183.509**
Imposto de renda e contribuição social	**2.734.688**	-	**2.734.688**
Participações dos empregados no lucro	**(434.971)**	-	**(434.971)**
Lucro líquido do período	**3.483.226**	-	**3.483.226**

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de "Despesas da intermediação financeira" para "Receitas da intermediação financeira", em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de (935.860) em decorrência da reclassificação do montante de despesas de 2.893.488 (2.191.315 reclassificado para Operações de captação no mercado | 702.173 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses

Os efeitos na Demonstração Consolidada do Valor Adicionado decorrentes das reclassificações das despesas de títulos e valores mobiliários no exterior estão demonstrados a seguir:

INDIVIDUAL			
Descrição	2º trimestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. RECEITAS	**35.475.982**	**(1.299.136)**	**34.176.846**
Intermediação financeira	32.114.638	(756.672)	31.357.966
Outras	2.874.282	(542.464)	2.331.818
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**22.608.258**	**(1.040.468)**	**21.567.790**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**6.495.540**	**(258.668)**	**6.236.872**
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**6.372.184**	-	**6.372.184**
5. RETENÇÕES	**423.683**	-	**423.683**
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**5.948.501**	-	**5.948.501**
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**150.862**	-	**150.862**
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**6.099.363**	-	**6.099.363**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**6.099.363**	-	**6.099.363**

INDIVIDUAL			
Descrição	1º semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. RECEITAS	**70.865.708**	**392.326**	**71.258.034**
Intermediação financeira	65.303.597	935.860	66.239.457
Outras	5.216.392	(543.534)	4.672.858
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**45.431.499**	**670.868**	**46.102.367**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**12.454.634**	**(278.542)**	**12.176.092**
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**12.979.575**	-	**12.979.575**
5. RETENÇÕES	**802.751**	-	**802.751**
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**12.176.824**	-	**12.176.824**
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**341.721**	-	**341.721**
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**12.518.545**	-	**12.518.545**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**12.518.545**	-	**12.518.545**

CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. RECEITAS	**35.498.712**	**(1.299.135)**	**34.199.577**
Intermediação financeira	32.127.820	(756.672)	31.371.148
Outras	2.883.829	(542.464)	2.341.365
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**22.590.745**	**(1.040.468)**	**21.550.277**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**6.183.308**	**(258.668)**	**5.924.640**
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**6.724.659**	-	**6.724.659**
5. RETENÇÕES	**423.683**	-	**423.683**
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**6.300.976**	-	**6.300.976**
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**145.765**	-	**145.765**
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**6.446.741**	-	**6.446.741**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**6.446.741**	-	**6.446.741**

CONSOLIDADO			
Descrição	1º semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. RECEITAS	**70.916.372**	**392.326**	**71.308.698**
Intermediação financeira	65.334.042	935.860	66.269.902
Outras	5.236.611	(543.534)	4.693.077
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**45.403.032**	**670.868**	**46.073.900**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**11.769.642**	**(278.542)**	**11.491.100**
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**13.743.698**	-	**13.743.698**
5. RETENÇÕES	**802.751**	-	**802.751**
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**12.940.947**	-	**12.940.947**
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**310.648**	-	**310.648**
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**13.251.595**	-	**13.251.595**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**13.251.595**	-	**13.251.595**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que, em 30/06/2015, apresenta o montante de R$ 7.691.841 na demonstração consolidada.

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Total de disponibilidades (caixa)	**9.650.474**	**11.510.594**	**12.848.323**
Disponibilidade em moeda nacional	7.291.034	8.792.280	7.691.640
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.359.440	2.718.314	5.156.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez(1)	**136.570.035**	**141.386.927**	**117.549.929**
Total	**146.220.509**	**152.897.521**	**130.398.252**

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Aplicações no mercado aberto – posição bancada	**27.804.638**	**1.025.517**	**28.830.155**	**43.518.292**	**45.463.206**
Letras financeiras do tesouro	8.297	-	8.297	99.997	202.992
Letras do tesouro nacional	9.029.472	1.025.517	10.054.989	9.937.518	33.554.284
Notas do tesouro nacional	18.766.869	-	18.766.869	33.480.777	11.705.930
Aplicações no mercado aberto – posição financiada	**109.294.869**	-	**109.294.869**	**99.593.650**	**72.086.723**
Letras do tesouro nacional	2.671.529	-	2.671.529	30.911.806	6.270.687
Notas do tesouro nacional	106.623.340	-	106.623.340	68.681.844	65.816.036
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**11.489.000**	**5.011**	**11.494.011**	**10.376.648**	**8.163.593**
Depósitos interfinanceiros	11.246.503	5.011	11.251.514	9.691.077	5.663.547
Depósitos interfinanceiros – crédito rural(1)	242.563	-	242.563	685.791	2.500.147
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(66)	-	(66)	(220)	(101)
Total – ativo circulante	**148.588.507**	**1.030.528**	**149.619.035**	**153.488.590**	**125.713.522**

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	**6.849.929**	**13.073.246**	**3.423.795**	**7.783.884**
Posição bancada	1.638.913	2.988.631	911.189	1.911.885
Posição financiada	5.211.016	10.084.615	2.512.606	5.871.999
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**377.743**	**721.951**	**207.847**	**382.708**
Total	**7.227.672**	**13.795.197**	**3.631.642**	**8.166.592**

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

INDIVIDUAL							
		Vinculados					
Descrição	Carteira Própria – Livre	Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Carteira de Livre Movimentação	Banco Central	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
Títulos públicos – Brasil	**84.003.963**	**71.305.101**	**4.625.749**	**4.458.939**	**675**	-	**164.394.427**
Letras financeiras do tesouro	2.518.728	10.040.749	-	-	-	-	12.559.477
Letras do tesouro nacional	69.647.162	28.773.915	4.622.731	4.458.939	675	-	107.503.422
Notas do tesouro nacional	11.546.042	32.490.437	3.018	-	-	-	44.039.497
Tesouro nacional/ securitização	292.031	-	-	-	-	-	292.031
Títulos – empresas	**8.159.489**	**6.599.556**	-	-	-	-	**14.759.045**
Debêntures(1)	633.646	6.158.905	-	-	-	-	6.792.551
Nota promissória	519.911	-	-	-	-	-	519.911
Letras de crédito imobiliário	88.518	-	-	-	-	-	88.518
Letras financeiras	152.431	-	-	-	-	-	152.431
Cotas de fundos	154.014	-	-	-	-	-	154.014
Certificado de recebíveis imobiliários	902.792	440.651	-	-	-	-	1.343.443
Ações	5.708.177	-	-	-	-	-	5.708.177
Outros	-	-	-	-	-	**1.106.738**	**1.106.738**
Total em 30/06/2016	**92.163.452**	**77.904.657**	**4.625.749**	**4.458.939**	**675**	**1.106.738**	**180.260.210**
Total em 31/12/2015	**67.654.740**	**98.152.414**	**11.279.474**	-	**820**	**4.141.121**	**181.228.569**
Total em 30/06/2015	**53.722.719**	**105.366.722**	**8.818.951**	-	**1.100**	**2.062.377**	**169.971.869**

(1) Inclui baixa de debênture de empresa de Telecomunicações com a reclassificação deste valor para "Outros créditos sem característica de concessão de crédito

CONSOLIDADO							
		Vinculados					
Descrição	Carteira Própria – Livre	Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Carteira de Livre Movimentação	Banco Central	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
Títulos públicos – Brasil	**84.003.963**	**71.305.101**	**4.625.749**	**4.458.939**	**675**	-	**164.394.427**
Letras financeiras do tesouro	2.518.728	10.040.749	-	-	-	-	12.559.477
Letras do tesouro nacional	69.647.162	28.773.915	4.622.731	4.458.939	675	-	107.503.422
Notas do tesouro nacional	11.546.042	32.490.437	3.018	-	-	-	44.039.497
Tesouro nacional/securitização	292.031	-	-	-	-	-	292.031
Títulos – empresas	**9.121.497**	**6.599.556**	-	-	-	-	**15.721.053**
Debêntures	633.646	6.158.905	-	-	-	-	6.792.551
Nota promissória	519.911	-	-	-	-	-	519.911
Letras de crédito imobiliário	88.518	-	-	-	-	-	88.518
Letras financeiras	152.431	-	-	-	-	-	152.431
Cotas de fundos	241.207	-	-	-	-	-	241.207
Certificado de recebíveis imobiliários	902.792	440.651	-	-	-	-	1.343.443
Ações	6.582.992	-	-	-	-	-	6.582.992
Outros	-	-	-	-	-	**1.106.738**	**1.106.738**
Total em 30/06/2016	**93.125.460**	**77.904.657**	**4.625.749**	**4.458.939**	**675**	**1.106.738**	**181.222.218**
Total em 31/12/2015	**68.404.031**	**98.152.414**	**11.279.474**	-	**820**	**4.141.121**	**181.977.860**
Total em 30/06/2015	**54.689.980**	**105.366.722**	**8.818.951**	-	**1.100**	**2.062.377**	**170.939.130**

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 30/06/2016										
Descrição	Custo	Ajuste Resultado(1)	Ajuste Patrimônio Líquido(2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos – Brasil	**163.975.606**	**473.525**	**(54.704)**	**164.394.427**	**164.574.238**	-	**19.643.935**	**8.130.971**	**26.478.778**	**110.140.743**
Letras financeiras do tesouro	12.566.283	(6.906)	-	12.559.477	12.559.660	-	-	-	-	12.559.477
Letras do tesouro nacional	107.000.360	503.062	-	107.503.422	107.488.895	-	19.643.935	8.130.971	8.998.153	70.730.363
Notas do tesouro nacional	44.060.105	(22.631)	2.023	44.039.497	44.233.652	-	-	-	17.480.625	26.558.872
Tesouro nacional/securitização	348.758	-	(56.727)	292.031	292.031	-	-	-	-	292.031
Títulos – empresas	**17.435.872**	**23.609**	**(2.700.436)**	**14.759.045**	**14.750.159**	**5.862.191**	**8.609**	**708.801**	**124.472**	**8.054.972**
Debêntures	6.716.670	23.597	52.284	6.792.551	6.792.551	-	8.609	-	72.413	6.711.529
Nota promissória	519.288	-	623	519.911	519.911	-	-	519.911	-	-
Letras de crédito imobiliário	88.460	-	58	88.518	88.518	-	-	88.518	-	-
Letras financeiras	152.342	-	89	152.431	152.431	-	-	100.372	52.059	-
Cotas de fundos	154.014	-	-	154.014	154.014	154.014	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	1.395.357	12	(51.926)	1.343.443	1.334.557	-	-	-	-	1.343.443
Ações	8.409.741	-	(2.701.564)	5.708.177	5.708.177	5.708.177	-	-	-	-
Total – TVM	**181.411.478**	**497.134**	**(2.755.140)**	**179.153.472**	**179.324.397**	**5.862.191**	**19.652.544**	**8.839.772**	**26.603.250**	**118.195.715**
Para negociação(3)	112.702.393	497.134	-	113.199.527	113.199.527	12.022	16.863.995	5.237.829	16.479.034	74.606.647
Disponíveis para venda	17.010.262	-	(2.755.140)	14.255.122	14.255.122	5.850.169	8.609	708.801	124.472	7.563.071
Mantidos até o vencimento(4)	51.698.823	-	-	51.698.823	51.869.748	-	2.779.940	2.893.142	9.999.744	36.025.997
Instrumentos financeiros derivativos	**1.106.738**	-	-	**1.106.738**	**1.106.738**	-	**1.056**	**68.795**	**39.230**	**997.657**
Total – TVM e Derivativos	**182.518.216**	**497.134**	**(2.755.140)**	**180.260.210**	**180.431.135**	**5.862.191**	**19.653.600**	**8.908.567**	**26.642.480**	**119.193.372**

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado.

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.944.864) em 30/06/2016; 31/12/2015 – (1.790.057) e 30/06/2015 – (114.994); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

CONSOLIDADO										
Posição em 30/06/2016										
Descrição	Custo	Ajuste Resultado(1)	Ajuste Patrimônio Líquido(2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**163.975.606**	**473.525**	**(54.704)**	**164.394.427**	**164.574.238**	-	**19.643.935**	**8.130.971**	**26.478.778**	**110.140.743**
Letras financeiras do tesouro	12.566.283	(6.906)	-	12.559.477	12.559.660	-	-	-	-	12.559.477
Letras do tesouro nacional	107.000.360	503.062	-	107.503.422	107.488.895	-	19.643.935	8.130.971	8.998.153	70.730.363
Notas do tesouro nacional	44.060.105	(22.631)	2.023	44.039.497	44.233.652	-	-	-	17.480.625	26.558.872
Tesouro nacional/securitização	348.758	-	(56.727)	292.031	292.031	-	-	-	-	292.031
Títulos – empresas	**17.588.800**	**23.609**	**(1.891.446)**	**15.721.053**	**15.712.167**	**6.824.199**	**8.609**	**708.801**	**124.472**	**8.054.972**
Debêntures	6.716.670	23.597	52.284	6.792.551	6.792.551	-	8.609	-	72.413	6.711.529
Nota promissória	519.288	-	623	519.911	519.911	-	-	519.911	-	-
Letras de crédito imobiliário	88.460	-	58	88.518	88.518	-	-	88.518	-	-
Letras financeiras	152.342	-	89	152.431	152.431	-	-	100.372	52.059	-
Cotas de fundos	241.207	-	-	241.207	241.207	241.207	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	1.395.357	12	(51.926)	1.343.443	1.334.557	-	-	-	-	1.343.443
Ações	8.475.566	-	(1.892.574)	6.582.992	6.582.992	6.582.992	-	-	-	-
Total – TVM	**181.564.406**	**497.134**	**(1.946.150)**	**180.115.480**	**180.286.405**	**6.824.199**	**19.652.544**	**8.839.772**	**26.603.250**	**118.195.715**
Para negociação(3)	112.702.393	497.134	-	113.199.527	113.199.527	12.022	16.863.995	5.237.829	16.479.034	74.606.647
Disponíveis para venda	17.168.280	-	(1.946.150)	15.217.130	15.217.130	6.812.177	8.609	708.801	124.472	7.563.071
Mantidos até o vencimento(4)	51.698.823	-	-	51.698.823	51.869.748	-	2.779.940	2.893.142	9.999.744	36.025.997
Instrumentos financeiros derivativos	**1.106.738**	-	-	**1.106.738**	**1.106.738**	-	**1.056**	**68.795**	**39.230**	**997.657**
Total – TVM e Derivativos	**182.671.234**	**497.134**	**(1.946.150)**	**181.222.218**	**181.393.143**	**6.824.199**	**19.653.600**	**8.908.567**	**26.642.480**	**119.193.372**

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (635.871); - 31/12/2015 – (1.133.284) e 30/06/2015 – (543.021) líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(c.1) Categoria I – Títulos para negociação

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO													
	30/06/2016								31/12/2015			30/06/2015		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	16.863.995	5.237.829	16.479.034	73.767.291	111.874.624	473.525	112.348.149	101.345.789	(3.688.457)	97.657.332	103.235.358	(1.481.880)	101.753.478
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.116.161	7.123.057	(6.906)	7.116.161	3.472.622	3.028	3.475.650	2.754.107	2.691	2.756.798
Letras do tesouro nacional	-	16.863.995	5.237.829	8.761.611	66.238.381	96.601.788	503.302	97.105.816	89.281.995	(3.576.552)	85.905.422	92.835.605	(1.441.335)	91.394.310
Notas do tesouro nacional	-	-	-	7.717.309	412.749	8.149.773	(22.691)	8.127.142	8.591.181	(334.933)	8.276.251	7.645.606	(43.236)	7.602.370
Títulos - empresas	12.022	-	-	-	839.356	827.709	23.009	851.378	898.214	(75.227)	822.987	969.088	(22.688)	946.400
Debêntures	-	-	-	-	838.629	815.632	23.997	838.629	881.980	(75.224)	806.756	949.792	(22.695)	927.097
Cotas de fundos	12.022	-	-	-	-	12.022	-	12.022	15.128	-	15.128	17.965	-	17.965
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	727	715	12	727	1.106	(3)	1.103	1.331	7	1.338
Total	12.022	16.863.995	5.237.829	16.479.034	74.606.647	112.702.395	497.134	113.199.527	102.243.994	(3.763.684)	98.480.310	104.204.446	(1.504.568)	102.699.878

(c.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda

Descrição	INDIVIDUAL													
	30/06/2016								31/12/2015			30/06/2015		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	415.793	470.497	(54.704)	415.793	446.563	(78.263)	368.300	15.171	(484)	14.687
Nota tesouro nacional	-	-	-	-	123.762	121.739	2.023	123.762	84.311	1.955	86.266	5.065	2.428	7.493
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	292.031	348.758	(56.727)	292.031	362.252	(80.216)	282.036	10.106	(2.912)	7.194
Títulos – empresas	5.850.169	8.609	708.801	124.472	7.147.278	16.530.765	(2.700.436)	13.830.329	17.362.881	(3.336.249)	14.026.632	17.553.310	118.350	17.671.660
Debêntures	-	8.609	-	72.413	5.872.900	5.901.638	52.284	5.953.922	6.816.024	(46.712)	6.769.312	6.865.721	(6.897)	6.858.824
Nota promissória	-	-	519.911	-	-	519.288	623	519.911	800.112	12.681	812.793	296.784	2.678	299.462
Letras de crédito imobiliário	-	-	88.518	-	-	88.460	58	88.518	82.755	118	82.873	77.280	47	77.327
Letras financeiras	-	-	100.372	52.059	-	152.342	89	152.431	142.286	290	142.576	221.180	74	221.254
Cotas de fundos	141.992	-	-	-	-	141.992	-	141.992	146.583	-	146.583	134.697	-	134.697
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.274.378	1.326.301	(51.926)	1.274.378	930.417	(89.645)	840.772	771.938	38.413	810.351
Ações[2]	5.708.177	-	-	-	-	8.409.741	(2.701.564)	5.708.177	8.444.704	(3.212.921)	5.231.783	9.185.710	84.035	9.269.745
Total	5.850.169	8.609	708.801	124.472	7.563.071	17.010.262	(2.755.140)	14.255.122	17.809.444	(3.414.512)	14.394.932	17.568.481	117.866	17.686.347

(1) Ajuste a Valor de Mercado. O efeito de marcação a mercado registrado no Patrimônio Líquido é de (1.441.864) em 30/06/2016; 31/12/2015 – (1.799.657); 30/06/2015 – (114.997); líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, no 1º semestre de 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R$ 31.963.

Descrição	CONSOLIDADO													
	30/06/2016								31/12/2015			30/06/2015		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	415.793	470.497	(54.704)	415.793	446.563	(78.263)	368.300	15.171	(484)	14.687
Nota tesouro nacional	-	-	-	-	123.762	121.739	2.023	123.762	84.311	1.955	86.266	5.065	2.428	7.493
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	292.031	348.758	(56.727)	292.031	362.252	(80.216)	282.036	10.106	(2.912)	7.194
Títulos – empresas	6.812.177	8.609	708.801	124.472	7.147.278	16.092.783	(1.891.446)	14.801.337	17.454.799	(2.678.876)	14.775.923	17.642.943	995.978	18.638.921
Debêntures	-	8.609	-	72.413	5.872.900	5.901.638	52.284	5.953.922	6.816.024	(46.712)	6.769.312	6.865.721	(6.897)	6.858.824
Nota promissória	-	-	519.911	-	-	519.288	623	519.911	800.112	12.681	812.793	296.784	2.678	299.462
Letras de crédito imobiliário	-	-	88.518	-	-	88.460	58	88.518	82.755	118	82.873	77.280	47	77.327
Letras financeiras	-	-	100.372	52.059	-	152.342	89	152.431	142.286	290	142.576	221.180	74	221.254
Cotas de fundos	228.185	-	-	-	-	228.185	-	228.185	172.676	-	172.676	138.505	-	138.505
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.274.378	1.326.301	(51.926)	1.274.378	930.417	(89.645)	840.772	771.938	38.413	810.351
Ações[2]	6.583.992	-	-	-	-	8.475.566	(1.892.574)	6.582.992	8.510.529	(2.555.548)	5.954.981	9.251.535	961.663	10.213.198
Total	6.812.177	8.609	708.801	124.472	7.563.071	17.163.280	(1.946.150)	15.217.130	17.901.362	(2.757.139)	15.144.223	17.658.114	995.494	18.653.608

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM de controlado. O efeito da marcação a mercado registrado no Patrimônio Líquido é de (635.874) em 30/06/2016; 31/12/2015 – (1.135.384); 30/06/2015 543.021; líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, no 1º semestre de 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R$ 34.963.

(c.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	30/06/2016						31/12/2015		30/06/2015	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	2.779.940	2.893.142	9.999.744	35.957.659	51.630.485	51.810.296	64.140.525	60.311.350	47.434.829	47.237.222
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	5.443.316	5.443.316	5.443.499	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	2.779.940	2.893.142	233.512	4.491.982	10.398.576	10.384.049	29.688.560	29.339.432	14.829.118	14.650.768
Notas do tesouro nacional	-	-	9.766.232	26.022.361	35.788.593	35.982.748	34.451.965	30.971.918	32.605.711	32.586.454
Títulos – empresas	-	-	-	68.338	68.338	59.452	71.681	57.460	88.438	78.137
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	68.338	68.338	59.452	71.681	57.460	88.438	78.137
Total	2.779.940	2.893.142	9.999.744	36.025.997	51.698.823	51.869.748	64.212.206	60.368.810	47.523.267	47.315.359

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2016		2015		2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.996.943	9.961.850	2.573.541	4.810.536	3.996.943	9.961.850	2.573.541	4.810.536
Ativos financeiros disponíveis para venda	434.811	752.893	421.720	747.542	436.676	761.797	434.902	777.987
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.544.178	3.774.125	1.741.585	3.621.581	1.544.178	3.774.125	1.741.585	3.621.581
Outros	777	(2.795)	10	(169)	777	(2.795)	10	(169)
Total	5.976.709	14.486.073	4.736.856	9.179.490	5.978.574	14.494.977	4.750.038	9.209.935

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Estruturas	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO – HEDGE CONTÁBIL								
	30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado[2]	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil
Emissões Externas	8.251.681	271.313	11.236.729	8.461.493	3.131.123	13.523.638	5.169.942	1.545.993	7.878.741
Empréstimos 4.131	1.975.679	(76.637)	2.263.343	8.051.087	943.617	9.421.628	-	-	-
Letras Financeiras	1.010.660	19.824	1.420.366	1.010.660	(91.401)	1.311.694	930.660	(5.145)	1.142.758
Total	11.238.020	214.500	14.920.438	17.523.240	3.983.339	24.256.960	6.100.602	1.540.848	9.021.499

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO ESTRUTURA TEMPORAL								
Vencimento	30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015	
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras
2015	-	-	-	-	-	-	111.125	-
2016	203.419	503.917	-	413.232	2.063.749	-	213.509	-
2017	2.161.629	1.471.761	175.000	2.161.629	3.075.832	175.000	1.975.238	95.000
2018	958.578	-	16.500	958.578	2.911.506	16.500	145.126	16.500
2019	4.147.737	-	10.150	4.147.736	-	10.150	1.944.625	10.150
2020	30.805	-	11.360	30.805	-	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	-	25.000	29.717	25.000
2022	719.797	-	-	719.797	-	-	719.797	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200	-	7.200
Total	**8.251.682**	**1.975.678**	**1.010.660**	**8.461.494**	**8.051.087**	**1.010.660**	**5.169.942**	**930.660**

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	Conta de Compensação/Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./PL)	Valor Patrimonial		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Contratos de Futuros								
Compromissos de venda	**102.438.687**	**70.294.595**	**91.889.130**	-	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	102.438.687	70.292.013	91.795.047	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	2.582	94.083	-	-	-	-	-
Contratos de Swaps								
Posição ativa	**11.238.020**	**17.523.240**	**11.378.741**	**1.458.688**	**(351.950)**	**1.106.738**	**4.141.121**	**2.062.377**
Índices	1.010.660	1.010.660	930.695	68.824	(43.198)	25.626	2.481	10.978
Moeda estrangeira	10.227.360	16.512.580	10.448.046	1.389.864	(308.752)	1.081.112	4.138.640	2.051.399
Posição passiva	**11.238.020**	**17.523.240**	**11.378.741**	**729.281**	**162.957**	**892.238**	**157.782**	**73.939**
Índices	1.010.660	1.010.660	930.695	-	5.802	5.802	93.882	16.244
Moeda estrangeira	10.227.360	16.512.580	10.448.046	729.281	157.155	886.436	63.900	57.695

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Descrição	30/06/2016							31/12/2015	30/06/2015
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ a Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição ativa:									
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	**1.458.688**	**(351.950)**	**1.106.738**	**1.056**	**68.795**	**39.230**	**997.657**	**4.141.121**	**2.062.377**
BM&FBOVESPA	68.824	(43.198)	25.626	-	-	3.000	22.626	2.481	10.978
Inst. Financeiras	1.389.864	(308.752)	1.081.112	1.056	68.795	36.230	975.031	4.138.640	2.051.399
Posição Passiva:									
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	**729.281**	**162.957**	**892.238**	**11.080**	**14.775**	**113.296**	**753.087**	**157.782**	**73.939**
BM&FBOVESPA	-	5.802	5.802	-	-	-	5.802	93.882	16.122
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	122
Inst. Financeiras	729.281	157.155	886.436	11.080	14.775	113.296	747.285	63.900	57.695

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	30/06/2016					31/12/2015	30/06/2015	
	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
	Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos Futuros	15.311.968	5.246.522	17.269.228	64.610.969	102.438.687	70.294.595	91.889.130	
Contratos de Swaps	75.234	632.103	1.449.412	9.081.271	11.238.020	17.523.240	11.378.741	

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Swap	(1.877.475)	(3.836.080)	(589.889)	1.391.143
Futuro	(961.569)	(3.926.871)	218.428	627.486
Total realizado	**(2.839.044)**	**(7.762.951)**	**(371.461)**	**2.018.629**

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Títulos públicos	**4.626.424**	**11.280.294**	**8.820.051**
Notas do tesouro nacional	3.018	2.578	2.627
Letras do tesouro nacional	4.623.406	11.277.716	8.817.424

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.557.655	4.970.101	3.960.386
Compulsório sobre depósito de poupança[1]	TR + 6,17% a.a.	49.271.143	53.926.379	56.536.023
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	27.166.427	22.343.773	11.774.385
Compulsório adicional	Taxa SELIC	26.290.840	24.876.297	23.497.704
Total		**107.286.065**	**106.116.550**	**95.768.498**

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH – Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
FGTS a ressarcir	**96.567**	**91.941**	**90.116**
FCVS a receber	**30.157.637**	**28.867.828**	**28.870.978**
Não habilitados[1]	1.563.583	1.686.271	1.903.472
Habilitados e não homologados[2]	10.158.131	9.707.114	9.572.767
Habilitados e homologados[3]	18.435.923	17.474.443	17.394.739
Provisão FCVS a receber	**(2.939.588)**	**(2.797.741)**	**(2.640.988)**
Total (líquido de provisão)	**27.314.616**	**26.162.028**	**26.320.106**

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	2.739.835	5.344.611	2.139.079	4.109.439
Créditos vinculados ao SFH	579.038	1.181.697	568.081	1.031.273
Total	**3.318.873**	**6.526.308**	**2.707.160**	**5.140.712**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Operações de crédito	**327.898.904**	**97.287.145**	**111.663.889**	**73.142.860**	**31.901.820**	**9.073.192**	**4.640.880**	**3.781.518**	**20.343.559**	**679.042.687**	**667.340.356**	**637.354.089**
Empréstimos e títulos descontados	23.436.249	23.518.571	44.282.868	30.140.546	9.366.624	4.112.105	2.681.650	2.181.648	12.092.283	151.823.455	163.744.084	151.424.851
Financiamentos	10.594.765	10.445.566	3.120.484	3.134.372	1.572.340	505.242	349.653	295.025	1.650.878	34.575.725	35.920.877	44.880.724
Financiamentos rurais e agroindustriais	930.873	1.511.482	2.018.175	1.139.757	239.208	27.053	35.177	26.218	228.807	6.154.749	7.488.834	6.410.167
Financiamentos imobiliários	240.746.578	24.648.446	56.799.824	33.942.640	18.756.278	2.188.356	1.393.741	1.042.191	4.641.254	393.252.208	384.175.885	366.642.407
Financiamentos de infraestrutura	48.206.175	10.570.842	5.207.143	5.557.311	1.922.534	2.220.289	170.316	231.200	1.612.593	75.702.304	70.658.301	63.040.013
Cessão de créditos	1.071.263	6.792.738	242.595	127.374	43.856	20.137	11.923	7.035	17.744	8.334.245	5.361.361	4.075.927
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**3.241.647**	**5.896.468**	**1.066.828**	**966.860**	**278.306**	**156.633**	**42.792**	**26.554**	**259.351**	**11.935.439**	**12.137.251**	**10.730.058**
Cartão de crédito	900.114	4.282.420	454.910	293.569	161.397	37.292	25.621	17.218	126.783	6.310.724	7.028.676	6.344.167
Adiantamento de contratos de câmbio[1]	2.225.129	902.762	518.867	617.374	45.431	19.552	10.218	7.569	111.399	4.559.301	4.517.270	3.530.850
Créditos adquiridos[2]	-	705.786	87.740	46.518	55.727	93.075	-	-	-	988.856	530.572	791.961
Diversos	7.404	5.500	4.311	9.399	15.751	6.714	6.953	1.767	21.169	76.558	60.732	63.080
Total	**331.140.551**	**103.183.613**	**112.730.717**	**74.109.720**	**32.180.126**	**9.229.825**	**4.683.672**	**3.807.872**	**20.602.910**	**691.978.126**	**679.486.587**	**648.093.147**
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	**(53.440)**	**(544.675)**	**(1.339.294)**	**(2.603.448)**	**(3.718.473)**	**(2.994.624)**	**(2.346.339)**	**(2.665.512)**	**(20.502.910)**	**(36.768.715)**	**(33.880.851)**	**(29.413.978)**
Total líq. de provisões	**331.087.111**	**102.638.938**	**111.391.423**	**71.506.272**	**28.461.653**	**6.235.201**	**2.346.333**	**1.142.360**	**-**	**654.809.411**	**645.605.736**	**618.679.169**

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".
(2) Créditos adquiridos com a obrigação dos Bancos BAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Provisão regulamentar	**-**	**(515.918)**	**(1.127.307)**	**(2.222.294)**	**(3.218.015)**	**(2.768.950)**	**(2.346.339)**	**(2.665.512)**	**(20.502.910)**	**(35.368.245)**	**(32.886.035)**	**(29.166.503)**
Operações de crédito	**-**	**(486.437)**	**(1.116.639)**	**(2.194.288)**	**(3.190.182)**	**(2.721.959)**	**(2.324.942)**	**(2.646.924)**	**(20.243.559)**	**(34.924.930)**	**(32.496.349)**	**(28.812.504)**
Empréstimos e títulos descontados	-	(166.592)	(442.829)	(804.246)	(836.662)	(1.233.632)	(1.345.830)	(1.527.154)	(12.062.283)	(18.645.328)	(17.658.759)	(16.562.785)
Financiamentos	-	(22.228)	(21.205)	(94.031)	(157.224)	(151.572)	(174.532)	(205.118)	(1.650.878)	(2.516.789)	(2.446.780)	(2.208.976)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(7.557)	(20.182)	(34.192)	(23.921)	(8.119)	(16.588)	(18.355)	(228.807)	(357.720)	(377.704)	(270.822)
Financiamentos imobiliários	-	(173.242)	(567.925)	(991.279)	(1.875.628)	(635.507)	(696.871)	(729.534)	(4.641.254)	(10.332.241)	(10.124.950)	(10.944.506)
Financiamentos de infraestrutura	-	(52.855)	(52.971)	(166.719)	(192.353)	(665.087)	(85.158)	(161.840)	(1.612.593)	(2.988.476)	(1.856.743)	(699.223)
Cessão de créditos	-	(33.963)	(2.425)	(3.821)	(4.384)	(5.041)	(5.962)	(4.925)	(17.744)	(78.266)	(54.465)	(46.182)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**-**	**(29.481)**	**(10.668)**	**(29.006)**	**(27.831)**	**(46.991)**	**(21.397)**	**(18.588)**	**(259.351)**	**(443.313)**	**(386.684)**	**(353.969)**
Cartão de crédito	-	(21.411)	(4.549)	(8.879)	(16.140)	(11.188)	(12.811)	(12.055)	(126.783)	(213.814)	(235.185)	(204.469)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(4.514)	(5.159)	(18.521)	(4.543)	(5.866)	(5.109)	(5.268)	(125.582)	(174.652)	(98.670)	(86.774)
Créditos adquiridos	-	(3.529)	(877)	(1.396)	(5.573)	(27.922)	-	-	-	(39.298)	(40.445)	(37.918)
Diversos	-	(27)	(45)	(210)	(1.575)	(2.014)	(3.477)	(1.237)	(6.986)	(15.569)	(12.386)	(24.808)
Provisão complementar[1]	**(53.440)**	**(28.757)**	**(211.987)**	**(380.154)**	**(500.460)**	**(225.674)**	**-**	**-**	**-**	**(1.400.472)**	**(994.816)**	**(247.475)**
Operações de crédito	**(49.170)**	**(27.428)**	**(205.747)**	**(368.652)**	**(487.168)**	**(223.346)**	**-**	**-**	**-**	**(1.361.491)**	**(977.551)**	**(244.871)**
Empréstimos e títulos descontados	(27.675)	(13.715)	(102.900)	(255.855)	(327.788)	(155.362)	-	-	-	(883.297)	(696.880)	(202.955)
Financiamentos	(11.393)	(3.880)	(22.657)	(57.278)	(102.921)	(67.983)	-	-	-	(265.912)	(196.170)	(38.511)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(1.789)	(1.194)	(7.488)	(17.554)	(23.402)	-	-	-	-	(51.407)	(20.955)	(2.165)
Financiamentos imobiliários	(5.335)	(8.352)	(69.965)	(37.963)	(33.037)	-	-	-	-	(153.775)	(57.516)	(1.262)
Financiamentos de infraestrutura	(3.177)	(287)	(3.629)	-	-	-	-	-	-	(7.160)	-	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**(4.270)**	**(1.329)**	**(6.240)**	**(11.502)**	**(13.292)**	**(2.328)**	**-**	**-**	**-**	**(38.961)**	**(17.267)**	**(2.604)**
Cartão de crédito	(618)	(106)	(869)	(2.850)	(2.370)	(2.202)	-	-	-	(8.716)	(9.851)	(1.875)
Adiantamento de contratos de câmbio	(644)	(122)	(2.201)	(4.292)	(1.274)	(125)	-	-	-	(8.658)	(6.479)	(706)
Diversos	(3.008)	(1.101)	(3.170)	(4.360)	(9.648)	-	-	-	-	(21.907)	(957)	(23)
Total Provisão	**(53.440)**	**(544.675)**	**(1.339.294)**	**(2.603.448)**	**(3.718.473)**	**(2.994.624)**	**(2.346.339)**	**(2.665.512)**	**(20.502.910)**	**(36.768.715)**	**(33.880.851)**	**(29.413.978)**

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Parcelas vincendas	**330.967.343**	**102.674.427**	**100.840.779**	**61.181.089**	**20.504.013**	**5.064.258**	**1.297.763**	**766.120**	**5.788.040**	**629.083.832**	**619.065.105**	**595.079.212**
01 a 30 dias	8.227.476	7.856.632	3.760.276	2.719.144	1.092.887	238.596	136.192	88.261	557.698	24.677.182	23.603.731	21.458.766
31 a 60 dias	3.813.347	3.976.566	2.580.641	1.692.743	582.640	127.724	52.873	33.672	211.732	13.071.358	13.514.034	13.573.855
61 a 90 dias	3.588.144	3.342.930	2.764.283	1.819.215	581.802	116.556	46.032	29.161	267.598	12.596.121	12.465.708	12.470.360
91 a 180 dias	14.963.064	9.201.257	7.154.267	4.435.431	1.585.824	430.499	120.252	79.606	533.205	38.203.405	36.959.435	35.821.519
181 a 360 dias	20.938.289	11.183.462	12.242.742	8.154.413	2.098.970	521.998	197.298	102.222	804.271	56.243.665	50.308.993	54.144.380
Acima de 360 dias	279.737.032	67.313.780	72.338.670	42.360.143	14.611.890	3.628.885	775.126	433.198	3.413.146	484.612.280	472.273.202	457.960.132
Parcelas vencidas	**173.208**	**509.186**	**206.458**	**310.744**	**195.624**	**47.252**	**28.575**	**16.636**	**96.159**	**1.643.842**	**1.497.222**	**1.592.220**
01 a 14 dias	112.975	471.376	218.454	212.515	162.131	36.201	22.882	15.235	86.302	1.338.271	1.233.339	1.592.220
15 a 30 dias	60.233	37.810	48.004	98.229	33.493	11.051	5.693	1.401	9.857	305.571	263.883	-
Total	**331.140.551**	**103.183.613**	**101.107.237**	**61.491.833**	**20.699.637**	**5.111.510**	**1.326.338**	**782.756**	**5.884.199**	**630.727.674**	**620.562.327**	**596.662.432**

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Parcelas vencidas	**-**	**-**	**761.799**	**1.468.134**	**2.185.279**	**1.799.611**	**2.047.934**	**1.859.650**	**11.673.042**	**21.795.449**	**20.260.807**	**17.559.009**
01 a 30 dias	-	-	519.733	283.771	256.721	74.376	63.066	32.687	142.341	1.472.695	1.074.802	1.678.063
31 a 60 dias	-	-	142.066	688.905	396.226	122.345	73.717	44.916	1.776.183	3.153.359	1.441.634	1.553.827
61 a 90 dias	-	-	-	339.474	1.071.249	343.085	167.689	122.731	516.712	2.560.940	2.856.063	3.332.481
91 a 180 dias	-	-	-	156.983	550.988	890.827	1.243.566	1.104.295	1.565.556	5.481.815	6.431.632	5.683.473
181 a 360 dias	-	-	-	-	93	398.978	499.896	564.921	5.472.582	7.936.572	7.914.252	5.029.240
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.199.268	1.199.268	842.224	275.924
Parcelas vincendas	**-**	**-**	**10.861.681**	**11.149.873**	**9.295.210**	**2.318.704**	**1.318.400**	**1.165.466**	**2.945.669**	**39.055.003**	**38.663.053**	**33.880.706**
01 a 30 dias	-	-	192.562	271.440	166.522	63.975	46.033	23.087	80.792	844.411	789.011	748.143
31 a 60 dias	-	-	170.691	191.703	135.907	54.610	44.448	21.913	74.424	693.506	708.886	635.839
61 a 90 dias	-	-	166.956	187.184	133.866	50.479	43.516	21.478	72.341	675.950	696.869	624.748
91 a 180 dias	-	-	573.140	532.178	385.390	145.525	118.037	61.403	208.935	1.924.608	1.979.634	1.773.346
181 a 360 dias	-	-	852.635	952.632	708.955	264.358	123.318	111.637	370.592	3.384.087	3.593.324	3.144.468
Acima de 360 dias	-	-	9.005.787	9.014.736	7.764.440	1.739.757	943.048	925.948	2.138.635	31.532.331	30.899.259	26.953.162
Total	**-**	**-**	**11.623.480**	**12.618.007**	**11.480.489**	**4.118.315**	**3.366.334**	**3.025.116**	**14.618.711**	**60.850.452**	**58.924.260**	**51.439.715**

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
SETOR PÚBLICO	**56.587.309**	**53.154.586**	**50.283.499**
Administração direta	29.879.522	28.015.215	26.390.211
Administração indireta – petroquímico	11.310.632	11.308.664	11.286.643
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.259.558	4.169.113	3.939.207
Administração indireta – outros	11.137.597	9.661.594	8.667.438
SETOR PRIVADO	**634.990.817**	**626.332.001**	**597.809.648**
PESSOA JURÍDICA	136.500.420	139.077.776	131.310.839
Comércio varejista	21.995.443	24.428.543	25.434.019
Construção civil	16.599.037	17.291.122	16.147.632
Siderurgia e metalurgia	9.643.382	9.630.222	9.678.523
Energia elétrica	15.677.240	12.167.623	10.950.261
Serviços financeiros	7.462.523	8.457.686	6.241.552
Outras indústrias	7.383.270	7.726.781	8.447.360
Transporte	10.248.628	10.192.010	9.470.022
Agronegócio e extrativismo	4.172.352	5.330.556	5.212.164
Comércio atacadista	7.013.417	7.105.384	7.214.753
Saúde	3.997.954	4.026.272	3.823.247
Saneamento e infraestrutura	6.144.954	5.684.020	4.741.023
Petroquímico	1.846.210	2.497.286	2.294.274
Têxtil	2.092.811	2.047.543	2.283.760
Comunicação	1.483.904	1.538.300	1.558.530
Alimentação	2.204.703	2.321.937	1.943.396
Serviços pessoais	318.969	346.073	370.061
Outros serviços	18.215.623	18.286.418	15.500.262
PESSOA FÍSICA	498.490.397	487.254.225	466.498.809
Total	**691.578.126**	**679.486.587**	**648.093.147**

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º trimestre	**1º semestre**	**2º trimestre**	**1º semestre**
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	12.137.713	23.829.952	11.324.507	21.615.568
Financiamentos rurais e agroindustriais	109.506	227.955	76.818	164.764
Financiamentos imobiliários	9.373.996	18.424.694	8.345.474	15.883.419
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.706.887	3.337.957	1.425.476	3.092.004
Outros créditos	3.022	5.948	1.820	3.442
Total	**23.331.124**	**45.826.506**	**21.174.095**	**40.759.197**

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada à estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(f.1) Carteiras cedidas

No primeiro semestre de 2016, foram realizadas cessões onerosas de crédito conforme quadro abaixo:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**Créditos ativos**	**Crédito baixados prejuízo**	**Valor total da cessão**	**Valor recebido**
RCB Planejamento Financeiro LTDA.	1.033.898	238.500	1.272.397	65.797
Omni Financeira	980.277	425.838	1.406.115	72.690
Total	**2.014.175**	**664.338**	**2.678.512**	**138.487**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Resultado com cessão de carteiras				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	**212.310**	**2.394.962**	**1.543.226**	**1.755.297**
Valor recuperado prejuízo[1]	**-**	**34.372**	**178.847**	**241.858**
Ativos S.A.	-	-	29.009	29.009
EMGEA	-	-	-	-
Omni S.A.	-	22.058	-	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA.	-	12.314	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	-	-	149.838	212.849
Reversão de provisão[1]	**-**	**2.014.038**	**1.240.391**	**1.267.969**
Ativos S.A.	-	-	338.066	338.066
EMGEA	-	-	-	-
Omni S.A.	-	980.140	-	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA.	-	1.033.898	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	-	-	902.325	929.903
Receitas vinculadas a cessões[2]	**212.310**	**346.552**	**123.988**	**245.470**
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	212.310	346.552	123.988	245.470
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	**(215.639)**	**(2.259.543)**	**(1.370.809)**	**(1.517.406)**
Despesas vinculadas a cessões[2]	**(215.639)**	**(349.382)**	**(123.779)**	**(244.116)**
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	(215.639)	(349.382)	(123.779)	(244.116)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. a cessão[1]	**-**	**(1.910.161)**	**(1.247.030)**	**(1.273.290)**
Ativos S.A.	-	-	(340.771)	(340.771)
EMGEA	-	-	-	-
Omni S.A.	-	(929.508)	-	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA.	-	(980.653)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	-	-	(906.259)	(932.519)
Despesas provisão carteiras cedidas[2]	**(23.206)**	**(28.143)**	**(3.882)**	**(35.307)**
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	(23.206)	(28.143)	(3.882)	(35.307)
Resultado	**(26.535)**	**107.276**	**168.535**	**202.584**

[1] Cessão de créditos, sem coobrigação.

[2] Cessão de créditos, com coobrigação.

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.2) Carteiras adquiridas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Resultado com carteiras adquiridas				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Modalidade com coobrigação[1]	**20.430**	**36.078**	**21.827**	**41.416**
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	20.430	36.078	22.561	43.793
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	-	-	(734)	(2.377)
Modalidade sem coobrigação[2]	**937.784**	**1.806.461**	**654.968**	**1.211.837**
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	937.790	1.806.477	655.415	1.211.915
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(6)	(16)	(447)	(78)
Resultado	**958.214**	**1.842.539**	**676.795**	**1.253.253**

[1] Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB, Banco PAN e Dayccval.

[2] Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	30/06/2016	%	31/12/2015	%	30/06/2015	%
Principal devedor	11.310.632	1,64	11.308.664	1,66	11.286.643	1,74
10 maiores devedores	48.483.126	7,01	47.803.402	7,04	44.947.581	6,94
20 maiores devedores	68.182.526	9,86	66.334.889	9,76	60.195.808	9,29
50 maiores devedores	93.585.800	13,53	89.689.691	13,20	81.893.182	12,64
100 maiores devedores	108.720.796	15,72	104.434.440	15,37	95.450.917	14,73

(h) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações renegociadas	**3.820.720**	**7.876.937**	**2.906.256**	**5.611.756**
Operações comerciais	3.584.357	7.199.115	2.806.526	5.349.089
Operações habitacionais	236.363	677.822	99.730	262.667
Operações recuperadas	**445.495**	**1.220.722**	**744.442**	**1.052.477**
Operações comerciais	282.041	885.537	498.808	789.581
Operações habitacionais	163.454	335.185	245.634	262.896

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Individual / Consolidado)

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	**(34.703.598)**	**(33.880.851)**	**(28.396.626)**	**(26.806.599)**
Constituição de provisão no período	(9.752.720)	(15.594.983)	(12.278.544)	(17.354.560)
Reversão de provisão no período	3.493.954	5.527.625	7.723.072	7.771.633
Transferência para prejuízo	4.193.649	7.179.494	3.538.120	6.975.548
Saldo final	**(36.768.715)**	**(36.768.715)**	**(29.413.978)**	**(29.413.978)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL 30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Créditos por avais e fianças honrados	35.029	30.749	32.817
Carteira de câmbio – Nota 9 (c)	5.518.696	5.473.711	4.183.607
Rendas a receber	2.907.937	2.708.679	3.466.239
Dividendos e JCP a receber	17.759	127.028	-
Convênios setor privado	86.242	106.535	116.193
Convênios setor público	501.582	499.310	763.953
Administração de fundos de investimento	73.859	61.192	49.534
Administração de fundos e programas sociais	2.210.568	1.901.374	2.523.319
Outras rendas a receber	17.927	13.240	13.240
Negociação e intermediação de valores	37.210	48.313	55.104
Créditos específicos	855.599	836.716	781.382
Diversos – Nota 9 (b)	68.136.346	66.208.813	54.644.601
Provisão para outros créditos	(482.294)	(403.971)	(356.603)
Total	**77.008.523**	**74.903.010**	**62.807.147**
Ativo circulante	33.025.723	43.128.713	37.767.457
Ativo não circulante	43.982.800	31.774.297	25.039.690

Descrição	CONSOLIDADO 30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Créditos por avais e fianças honrados	35.029	30.749	32.817
Carteira de câmbio – nota 9 (c)	5.518.696	5.473.711	4.183.607
Rendas a receber	2.954.648	2.833.916	3.984.602
Dividendos e JCP a receber	41.907	217.944	518.363
Convênios setor privado	86.242	106.535	116.193
Convênios setor público	501.582	499.310	763.953
Administração de fundos de investimento	73.859	61.192	49.534
Administração de fundos e programas sociais	2.210.568	1.901.374	2.523.319
Outras rendas a receber	40.490	47.561	13.240
Negociação e intermediação de valores	37.210	48.313	55.104
Créditos específicos	855.599	836.716	781.382
Diversos – nota 9 (b)	68.149.470	65.706.242	54.663.588
Provisão para outros créditos	(482.294)	(403.971)	(356.603)
Total	**77.068.358**	**74.525.676**	**63.344.497**
Ativo circulante	33.085.558	42.751.379	38.304.807
Ativo não circulante	43.982.800	31.774.297	25.039.690

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	INDIVIDUAL 30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	CONSOLIDADO 30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Créditos tributários (Nota 20)	37.900.217	35.903.344	29.096.845	37.900.318	35.903.427	29.096.898
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	14.495.993	13.711.179	13.017.473	14.495.993	13.711.179	13.017.473
Adiantamentos e antecipações salariais	563.473	208.821	507.991	563.473	208.821	507.991
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	2.414.154	-	-	2.414.154	-
Impostos e contribuições a compensar	1.114.761	1.136.886	682.410	1.123.346	1.136.939	705.010
Cartão de crédito[1]	6.500.136	7.240.589	6.458.121	6.500.136	7.240.589	6.458.121
Prêmio em aquisição de carteiras	1.639.642	1.512.617	1.411.733	1.639.642	1.512.617	1.411.733
Seguros a receber	350.762	195.466	127.176	350.762	195.466	127.176
Créditos adquiridos	988.856	530.574	791.661	988.856	530.574	791.661
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	95.215	138.843	177.643	95.118	138.843	177.643
Valores a receber royalties	601.458	277.384	100.457	601.458	277.384	100.457
Valores a receber – FND	489.528	451.485	434.708	489.528	451.485	434.708
Valores a receber – correspondentes bancários	101.024	107.097	131.324	101.024	107.097	131.324
Valores a receber resgate de bônus	110.145	105.906	101.617	110.145	105.906	101.617
Valores a receber – convênios de arrecadação e pagamentos	6.962	8.372	37.798	6.962	8.372	37.798
Valores a receber créditos administrados	19.493	25.243	26.098	19.493	25.243	26.098
Valores a receber – planos de saúde autogestão	96.686	13.805	12.847	96.686	13.805	12.847
Valores a receber cessão de créditos	32.503	30.896	-	32.503	30.896	-
Valores a receber – sociedades ligadas	-	500.000	-	-	-	-
Valores a receber – avais e fianças honrados	187.304	181.918	103.577	187.304	181.918	103.577
Valores a apropriar[2]	1.803.917	2.280.882	2.116.422	1.803.956	2.280.882	2.116.430
Outros devedores[3]	2.449.358	644.439	719.787	2.453.854	641.732	716.113
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)
Total	**68.136.346**	**66.208.813**	**54.644.601**	**68.149.470**	**65.706.242**	**54.663.588**
Ativo circulante	24.126.321	34.414.799	29.560.549	24.139.445	33.912.228	29.579.536
Ativo não circulante	44.010.025	31.794.014	25.084.052	44.010.025	31.794.014	25.084.052

(1) Inclui R$ 6.310.724 (31/12/2015 – 7.028.676, 30/06/2015 –6.344.167) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(3) Em 30/06/2016, o saldo desta rubrica inclui R$ 1.745.677, líquido de imparidade de R$ 131.395, decorrente de reclassificação do grupo de "títulos e valores mobiliários" para "outros créditos" do saldo líquido de debêntures vencidas de emissão de empresa do setor de telecomunicações, que tiveram vencimento antecipado para 28 de junho de 2016 em função de solicitação de recuperação judicial. A Administração da CAIXA não tem evidência de imparidade superior ao já reconhecido em decorrência do processo de renegociação do endividamento da emissora das debêntures.

(c) Carteira de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Ativo - outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	34.589	26.236	48.205
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	5.429.919	5.368.387	4.100.532
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – ACC/ACE	59.047	80.092	41.230
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(4.859)	(1.004)	(6.360)
Ativo circulante	**5.518.696**	**5.473.711**	**4.183.607**
Passivo – outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	848.165	52.011	145.693
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	5.122.918	4.489.402	3.617.911
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio – ACC/ACE	(4.500.254)	(4.437.178)	(3.498.620)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	**1.470.829**	**104.235**	**264.984**

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL 2016 2º trimestre	2016 1º semestre	2015 2º trimestre (Nota 3 (t))	2015 1º semestre (Nota 3 (t))
Receitas	**300.705**	**431.489**	**6.588.168**	**13.405.218**
Disponibilidade em moeda estrangeira	252.487	343.389	6.561.645	13.354.308
Outras	48.218	88.100	26.523	50.910
Despesas	**(899.543)**	**(1.617.716)**	**(7.129.121)**	**(12.469.358)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(899.357)	(1.617.231)	(7.129.031)	(12.469.079)
Outras	(186)	(485)	(90)	(279)
Resultado de câmbio	**(598.838)**	**(1.186.227)**	**(540.953)**	**935.860**

Descrição	CONSOLIDADO 2016 2º trimestre	2016 1º semestre	2015 2º trimestre	2015 1º semestre
Receitas	**220.894**	**203.100**	**6.588.168**	**13.405.218**
Disponibilidade em moeda estrangeira	172.676	115.000	6.561.645	13.354.308
Outras	48.218	88.100	26.523	50.910
Despesas	**(899.543)**	**(1.617.716)**	**(7.129.121)**	**(12.469.358)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(899.357)	(1.617.231)	(7.129.031)	(12.469.079)
Outras	(186)	(485)	(90)	(279)
Resultado de câmbio	**(678.649)**	**(1.414.616)**	**(540.953)**	**935.860**

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados (30/06/2016 e 30/06/2015);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Bens não de uso próprio	**3.864.270**	**2.654.566**	**1.924.459**
Imóveis patrimoniais não de uso	634.336	403.467	269.660
Imóveis adjudicados/arrematados	3.229.934	2.251.099	1.654.799
Despesas antecipadas	**91.312**	**21.267**	**102.990**
Material de consumo	**37.599**	**34.845**	**32.633**
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	**(163.896)**	**(133.958)**	**(94.693)**
Total	**3.829.285**	**2.576.720**	**1.965.389**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	**(137.858)**	**(133.958)**	**(93.048)**	**(90.591)**
Constituição	(40.437)	(61.405)	(3.700)	(12.493)
Baixas	14.399	31.467	2.055	8.391
Saldo final	**(163.896)**	**(163.896)**	**(94.693)**	**(94.693)**

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de Participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N	Cap. volante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	23,75	21,69
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	40.783.190	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de Participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N	Cap. volante	Cap. social
CAIXA Securitária[1]	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21

(1) A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

(b) Composição do Investimento

Descrição	INDIVIDUAL						
	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
				2016		2015	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CAIXAPAR	2.790.764	2.335.522	2.219.361	(62.047)	(107.622)	(306.417)	(115.549)
CAIXA Seguridade S.A.	3.329.633	3.055.882	3.251.513	254.264	532.777	457.720	457.720
CAIXA Instantânea S.A.	8	-	-	(92)	(92)	-	-
NEWCO - S.A.	280	-	-	-	-	-	-
Câmara Interban. de Pagamento CIP	2.967	2.967	2.967	-	-	-	-
BIAPE	109	238	200	(133)	(140)	(441)	(450)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	157.142	76.069	211.957	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	265.208	262.766	235.629	-	-	-	-
Outros Investimentos[2]	3.859	3.863	3.871	-	-	-	-
Total	**6.549.970**	**5.737.307**	**5.925.498**	**191.992**	**424.923**	**150.862**	**341.721**

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Descrição	CONSOLIDADO						
	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
				2016		2015	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CAIXA Seguros Holding	2.727.983	2.635.360	2.399.648	186.718	390.103	186.967	420.002
Banco PAN	1.077.538	1.183.161	890.254	(56.297)	(104.018)	(68.293)	(129.217)
Capgemini	143.167	177.957	211.339	(19.557)	(34.787)	(17.442)	(25.552)
Elo Serviços	22.597	18.542	18.749	2.116	4.056	2.045	3.818
Cia. Bras. de Securitização – CIBRASEC	6.861	6.956	6.832	79	126	103	125
Crescer	-	-	100	(1.904)	(3.076)	(3.686)	(1.279)
Branes	1.853	1.841	1.834	11	12	34	(6)
NEWCO – S.A.	280	-	-	-	-	-	-
BIAPE	109	238	200	(133)	(140)	(441)	(450)
FGO – Fundo Garantia de Operações	157.142	76.069	211.957	-	-	-	-
FGHAB Fundo Garantidor Habitação Popular	265.208	262.766	235.629	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.127	32.428	32.465	(324)	(505)	(152)	(6.594)
TECBAN	106.755	107.004	106.636	(21)	(249)	45.990	47.660
PAN Corretora	32.109	29.381	26.610	1.467	2.727	640	2.141
PAN Seguros	374.808	353.709	336.528	10.157	21.036	-	-
Outros Investimentos[1]	6.825	4.734	44.108	-	-	-	-
Total	**4.955.362**	**4.890.146**	**4.522.889**	**122.312**	**275.285**	**145.765**	**310.648**

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(c) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo anterior	**171.685**	**180.531**	**214.519**	**226.159**
Amortizações	(8.844)	(17.690)	(11.640)	(23.280)
Saldo atual	**162.841**	**162.841**	**202.879**	**202.879**

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 15,39% (31/12/2015 – 14,34%, 30/06/2015 – 15,34%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	**1.843.002**	**(782.879)**	**1.060.123**	**1.590.668**	**(518.560)**	**1.072.108**	**988.844**
Edificações	1.781.998	(782.879)	999.119	1.529.447	(518.560)	1.010.887	927.212
Terrenos	61.004	-	61.004	61.221	-	61.221	61.632
Reavaliações de imóveis de uso	**710.140**	**(201.135)**	**509.005**	**715.978**	**(192.466)**	**523.512**	**539.310**
Edificações	519.239	(201.135)	318.104	524.127	(192.466)	331.661	345.270
Terrenos	190.901	-	190.901	191.851	-	191.851	194.040
Outras imobilizações de uso	**7.466.488**	**(5.338.066)**	**2.128.422**	**7.295.520**	**(5.026.378)**	**2.269.142**	**2.320.489**
Imobilizações em curso	23.840	-	23.840	23.881	-	23.881	31.159
Inst., móveis e equip. de uso	1.654.530	(892.661)	761.869	1.606.314	(849.561)	756.753	723.565
Sistema de comunicação	91.452	(78.497)	12.955	91.424	(77.158)	14.266	15.777
Sistema de proc. de dados	5.261.376	(4.044.386)	1.216.990	5.154.717	(3.799.290)	1.355.427	1.440.824
Sistema de transporte e segurança	435.290	(322.522)	112.768	419.184	(300.369)	118.815	109.164
Total	**10.019.630**	**(6.322.080)**	**3.697.550**	**9.602.166**	**(5.737.404)**	**3.864.762**	**3.848.643**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2015	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2016	30/06/2015
Imóveis de uso	**1.072.108**	**53**	**127.721**	**(390)**	**(139.369)**	**1.060.123**	**988.844**
Edificações	1.010.887	53	127.721	(173)	(139.369)	999.119	927.212
Terrenos	61.221	-	-	(217)	-	61.004	61.632
Reaval. de imóveis de uso	**523.512**	-	-	**(3.864)**	**(10.643)**	**509.005**	**539.310**
Edificações	331.661	-	-	(2.914)	(10.643)	318.104	345.270
Terrenos	191.851	-	-	(950)	-	190.901	194.040
Outras imobilizações de uso	**2.269.142**	**(152)**	**177.337**	**(1.463)**	**(316.442)**	**2.128.422**	**2.320.489**
Imobilizações em curso	23.881	(151)	110	-	-	23.840	31.159
Inst., móveis e equip. de uso	756.753	(1.556)	51.922	(19)	(45.231)	761.869	723.565
Sistema de comunicação	14.266	4	32	(4)	(1.343)	12.955	15.777
Sistema de proc. de dados	1.355.427	1.501	109.208	(1.440)	(247.706)	1.216.990	1.440.824
Sist. de transp./segurança	118.815	50	16.065	-	(22.162)	112.768	109.164
Total	**3.864.762**	**(99)**	**305.058**	**(5.717)**	**(466.454)**	**3.697.550**	**3.848.643**

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	30/06/2016				31/12/2015				30/06/2015
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.024.435	(1.186.152)	(1.441)	1.836.842	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154	1.863.509
Outros ativos intangíveis	366.655	(65.372)	-	301.283	366.655	(57.614)	-	309.041	316.799
Projetos logiciais									
Software	1.471.175	(401.840)	-	1.069.335	1.384.938	(352.593)	-	1.032.345	908.901
Total	**4.862.265**	**(1.653.364)**	**(1.441)**	**3.207.460**	**4.657.358**	**(1.403.014)**	**(6.804)**	**3.247.540**	**3.089.209**

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2015	30/06/2016				30/06/2015
	Líquido	Movimentação			Líquido	Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	1.906.154	282.728	(31.721)	(320.319)	1.836.842	1.863.509
Outros ativos intangíveis	309.041	-	-	(7.758)	301.283	316.799
Projetos logiciais – Software	1.032.345	125.440	-	(88.450)	1.069.335	908.901
Total	**3.247.540**	**408.168**	**(31.721)**	**(416.527)**	**3.207.460**	**3.089.209**

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2016	30/06/2015
Depósitos à vista – sem remuneração	26.577.394	27.415.004	27.879.676	26.577.289	27.414.590	27.879.676
Pessoas físicas	12.058.886	12.800.437	12.037.318	12.058.886	12.800.437	12.037.318
Pessoas jurídicas	10.635.746	10.704.274	12.128.760	10.635.641	10.703.860	12.128.760
Vinculados	2.190.669	2.071.944	2.038.283	2.190.669	2.071.944	2.038.283
Governo	931.256	1.343.474	971.399	931.256	1.343.474	971.399
Moedas estrangeiras	73.798	54.540	98.298	73.798	54.540	98.298
Instituições do sistema financeiro	19.838	36.620	60.888	19.838	36.620	60.888
Entidades públicas	445.904	215.008	468.868	445.904	215.008	468.868
Contas encerradas	21.545	18.195	-	21.545	18.195	-
Outros	199.752	170.512	75.862	199.752	170.512	75.862
Depósitos de poupança – remuneração pós-fixada	238.702.276	241.362.624	232.117.335	238.702.276	241.362.624	232.117.335
Pessoas físicas	235.393.816	237.999.158	229.912.439	235.393.816	237.999.158	229.912.439
Pessoas jurídicas	2.390.235	2.482.363	2.202.492	2.390.235	2.482.363	2.202.492
Vinculados	2.241	2.323	2.404	2.241	2.323	2.404
Contas encerradas	915.984	878.780	-	915.984	878.780	-
Depósitos interfinanceiros	834.221	2.426.627	2.423.723	834.221	2.426.627	2.423.723
Depósitos a prazo	186.203.472	169.582.919	154.940.229	185.386.089	168.918.281	154.341.324
Remuneração prefixada	89.232.115	80.820.783	74.567.351	88.414.732	80.156.145	73.968.446
Depósitos a prazo em moeda nacional	89.232.115	80.820.783	74.567.351	88.414.732	80.156.145	73.968.446
Remuneração pós-fixada	96.971.357	88.762.136	80.372.878	96.971.357	88.762.136	80.372.878
Depósitos a prazo em moeda nacional	30.381.807	26.730.337	23.038.633	30.381.807	26.730.337	23.038.633
Depósitos judiciais com remuneração	66.589.550	62.031.799	57.334.245	66.589.550	62.031.799	57.334.245
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.878.942	14.540.011	9.125.621	10.878.942	14.540.011	9.125.621
Sem remuneração	255.538	271.022	279.354	255.538	271.022	279.354
Remuneração prefixada	590.071	557.968	525.978	590.071	557.968	525.978
Remuneração pós-fixada	10.033.333	13.711.021	8.320.289	10.033.333	13.711.021	8.320.289
Outros	59	-	-	59	-	-
Total	**463.196.364**	**455.327.185**	**426.486.584**	**462.378.876**	**454.662.133**	**425.887.679**
Passivo circulante	362.802.983	367.198.577	345.702.542	362.802.878	367.127.623	344.596.723
Passivo não circulante	100.393.381	88.128.608	80.784.042	99.575.998	87.534.510	81.290.956

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL							CONSOLIDADO		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de dias	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Depósitos à vista	26.577.394	-	-	-	26.577.394	27.415.004	27.879.676	26.577.289	27.414.590	27.879.676
Depósitos de poupança	238.702.276	-	-	-	238.702.276	241.362.624	232.117.335	238.702.276	241.362.624	232.117.335
Depósitos interfinanceiros	-	314.572	169.365	350.284	834.221	2.426.627	2.423.723	834.221	2.426.627	2.423.723
Depósitos a prazo	66.600.986	4.175.812	15.383.578	100.043.096	186.203.472	169.582.919	154.940.229	185.386.089	168.918.281	154.341.324
CDB	11.436	4.175.812	15.383.578	100.043.096	119.613.922	107.537.534	97.590.969	118.796.539	106.872.896	96.992.061
Depósitos judiciais	66.589.550	-	-	-	66.589.550	62.031.799	57.334.245	66.589.550	62.031.799	57.334.245
Outros	-	-	-	-	-	13.586	15.015	-	13.586	15.015
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.878.942	-	-	-	10.878.942	14.540.011	9.125.621	10.878.942	14.540.011	9.125.621
Outros	59	-	-	-	59	-	-	59	-	-
Total	**342.759.657**	**4.490.384**	**15.552.943**	**100.393.380**	**463.196.364**	**455.327.185**	**426.486.584**	**462.378.876**	**454.662.133**	**425.887.679**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(c) Despesas de captações com depósitos

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de poupança	(4.545.392)	(9.042.566)	(4.223.089)	(8.171.658)
Depósitos interfinanceiros	(27.954)	(82.264)	(65.920)	(132.368)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.834.882)	(7.449.526)	(2.834.510)	(5.387.674)
Depósitos judiciais	(1.085.433)	(2.118.481)	(878.679)	(1.640.293)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(440.571)	(895.809)	(331.075)	(646.988)
Outras captações	(183.987)	(369.062)	(170.824)	(339.282)
Total	**(10.118.219)**	**(19.957.708)**	**(8.504.097)**	**(16.318.263)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de poupança	(4.545.392)	(9.042.566)	(4.223.089)	(8.171.658)
Depósitos interfinanceiros	(27.954)	(82.264)	(65.920)	(132.368)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.808.164)	(7.400.120)	(2.819.922)	(5.364.780)
Depósitos judiciais	(1.085.433)	(2.118.481)	(878.679)	(1.640.293)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(440.571)	(895.809)	(331.075)	(646.988)
Outras captações	(183.987)	(369.062)	(170.824)	(339.282)
Total	**(10.091.501)**	**(19.908.302)**	**(8.489.509)**	**(16.295.369)**

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.780.630	8.569.202	3.431.982
Depósitos – Especiais com remuneração	2.149.877	2.064.505	1.931.795
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (d.2)	1.412.588	1.553.768	1.494.339
Depósitos – FISANE	10.103	9.722	9.336
Depósitos – PRODEC	58.319	56.088	53.883
Programa de Integração Social – PIS	22.031	150.246	106.441
Fundo Garantia Safra – FGS	220.020	22.768	54.162
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	60.026	104.815	51.827
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	476.565	426.318	389.289
Depósitos – Pró-frota Pesqueira	8.515	8.107	8.170
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	6.544	8.050	7.311
Depósitos – PREVHAB	745.625	701.267	658.159
Saúde CAIXA	255.538	271.022	279.354
Outros	672.561	594.133	649.573
Total	**10.878.942**	**14.540.011**	**9.125.621**

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2016		2015	
		2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos – FGTS	Selic	(226.115)	(468.283)	(182.922)	(366.461)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(27.761)	(57.322)	(23.892)	(51.310)
Depósitos – FISANE	TR	(195)	(381)	(172)	(326)
Depósitos PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.141)	(2.231)	(974)	(1.836)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(44.167)	(85.873)	(24.156)	(41.008)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(5.166)	(5.869)	(956)	(1.405)
Depósitos FAR	Selic	(9.299)	(31.391)	2.124	(1.797)
Depósitos FDS	Selic fator dia	(16.512)	(30.838)	(12.509)	(23.393)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(13.002)	(25.172)	(10.174)	(19.322)
Depósitos – FAS	TR	(36)	(71)	(20)	(45)
Depósitos PREVHAB	Selic	(24.285)	(47.091)	(19.401)	(37.004)
Depósitos – Caução	TR	(3.999)	(7.576)	(3.007)	(5.076)
Depósitos – FCA	Extra – mercado	(16.085)	(30.308)	(11.759)	(23.267)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(10.880)	(22.890)	(13.700)	(28.183)
Outros		(41.928)	(80.513)	(29.557)	(46.555)
Total		**(440.571)**	**(895.809)**	**(331.075)**	**(646.988)**

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, *pro-rata die*, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
		Devolução de Recursos do Fat		30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015	
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				135.390	1.202.447	1.337.837	159.585	1.319.488	1.479.073	118.453	1.301.309	1.419.762
Progeo urbano				72.888	950.101	1.022.989	95.290	1.021.184	1.117.474	54.824	961.377	1.015.701
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	72.888	950.101	1.022.989	95.290	1.021.184	1.117.474	54.824	961.377	1.015.701
FAT infraestrutura				62.194	247.988	310.182	62.920	293.584	356.504	63.743	336.665	400.408
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	62.194	247.988	310.182	62.920	293.584	356.504	63.743	336.665	400.408
FAT – PNMPO				308	4.358	4.666	375	4.720	5.095	386	3.267	3.653
FAT microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	308	4.358	4.666	375	4.720	5.095	386	3.267	3.653
Linhas de crédito especiais				460	74.291	74.751	417	74.278	74.695	370	74.207	74.577
FAT vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	460	74.291	74.751	417	74.278	74.695	370	74.207	74.577
Total				**135.850**	**1.276.738**	**1.412.588**	**160.002**	**1.393.766**	**1.553.768**	**118.823**	**1.375.516**	**1.494.339**

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Carteira própria[1]	**76.562.690**	**94.888.385**	**104.224.595**	**76.452.461**	**94.785.099**	**104.125.034**
Letras financeiras do tesouro	10.012.195	42.991	40.227	10.012.195	42.991	40.227
Letras do tesouro nacional	28.003.071	64.294.891	73.206.834	28.003.071	64.294.891	73.206.834
Notas do tesouro nacional	31.859.347	22.793.051	23.206.649	31.749.118	22.689.765	23.107.088
Debêntures	6.233.244	7.285.266	7.368.736	6.233.244	7.285.266	7.368.736
Certificados de recebíveis imobiliários	454.833	472.186	402.149	454.833	472.186	402.149
Carteira de terceiros	**108.773.801**	**99.476.122**	**72.058.870**	**108.773.801**	**99.476.122**	**72.058.870**
Letras do tesouro nacional	2.671.529	30.798.362	6.259.077	2.671.529	30.798.362	6.259.077
Notas do tesouro nacional	106.102.272	68.677.760	65.799.793	106.102.272	68.677.760	65.799.793
Livre movimentação	**3.813.055**	**-**	**-**	**3.813.055**	**-**	**-**
Letras do tesouro nacional	3.813.055	-	-	3.813.055	-	-
Total	**189.149.546**	**194.364.507**	**176.283.465**	**189.039.317**	**194.261.221**	**176.183.904**
Passivo circulante	171.416.658	186.700.744	174.400.808	171.306.429	186.597.458	174.301.247
Passivo não circulante	17.732.888	7.663.763	1.882.657	17.732.888	7.663.763	1.882.657

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(2.649.886)	(5.518.951)	(2.469.957)	(4.709.807)
Carteira de terceiros	(5.113.013)	(9.711.615)	(2.359.551)	(5.584.688)
Carteira de livre movimentação	(114.768)	(115.388)	(19.091)	(19.740)
Total	**(7.877.667)**	**(15.345.954)**	**(4.848.599)**	**(10.314.235)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(2.646.302)	(5.512.009)	(2.467.032)	(4.704.234)
Carteira de terceiros	(5.113.013)	(9.711.615)	(2.359.551)	(5.584.688)
Carteira de livre movimentação	(114.768)	(115.388)	(19.091)	(19.740)
Total	**(7.874.083)**	**(15.339.012)**	**(4.845.674)**	**(10.308.662)**

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	690.835	690.835	687.723	615.874
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	14.989	14.989	15.029	13.680
Letra hipotecária	TR	-	-	-	-	-	-	165
Letra imobiliária	IGP-M	-	-	10.541	-	10.541	9.962	9.401
Letra imobiliária	CDI	16.824.129	18.950.217	25.853.448	47.355.053	108.982.847	111.221.734	105.109.961
Letra financeira	CDI	15.765.918	5.221.308	3.931.526	14.650.826	39.569.578	39.670.266	40.952.453
Letra financeira	IPCA	-	-	127.547	1.011.694	1.139.241	1.052.891	902.242
Letra de crédito do agronegócio	CDI	71.275	196.032	270.146	133.109	670.562	1.029.810	2.025.161
Total		**32.661.322**	**24.367.557**	**30.193.208**	**63.856.506**	**151.078.593**	**153.687.415**	**149.628.937**
Passivo circulante						87.222.086	91.498.789	62.760.287
Passivo não circulante						63.856.507	62.188.626	86.868.650

(b) Despesas com recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Letras imobiliárias	(3.227.950)	(6.449.368)	(2.742.417)	(5.087.176)
Letras hipotecárias	(37.477)	(76.113)	(30.732)	(59.714)
Letras financeiras	(1.384.500)	(2.767.761)	(1.338.451)	(2.498.136)
Letras de crédito do agronegócio	(26.200)	(56.153)	(57.139)	(103.851)
Total	**(4.676.127)**	**(9.349.395)**	**(4.168.739)**	**(7.748.877)**

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir e 1 subordinada, apresenta na Nota 18 (d1).

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Título	Moeda	Valor emitido	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	30/06/2016(1)	31/12/2015(1)	30/06/2015(1)
1ª série	US$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.191.415	3.865.055	3.118.305
2ª série	US$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.489.682	1.812.940	1.560.570
3ª série	US$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.079.078	4.947.455	3.917.126
4ª série	US$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.143.977	5.077.494	4.058.803
Total						**12.904.152**	**15.702.944**	**12.654.804**

(1) Valores em milhares de R$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Despesa de TVM no exterior – sem subordinação	1.392.820	2.485.935	256.883	(2.174.239)
Despesa de TVM no exterior – com subordinação	184.052	327.954	32.758	(295.618)
Total	**1.576.872**	**2.813.889**	**289.641**	**(2.469.857)**

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Repasses no País	**224.247.278**	**207.682.167**	**190.733.182**
FGTS	189.359.062	172.210.084	156.491.749
BNDES	31.586.149	32.377.811	31.367.136
Tesouro Nacional – PIS	866.644	678.164	710.376
Fundo Marinha Mercante	2.178.131	2.228.930	2.088.838
Outras instituições	257.292	187.178	75.083
Repasses no exterior	**53.420**	**59.184**	**-**
Empréstimos no exterior	**5.797.235**	**14.337.557**	**9.697.669**
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.616.509	4.726.401	3.505.252
Demais linhas de crédito	2.180.726	9.611.156	6.192.417
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**230.097.933**	**222.078.908**	**200.430.851**
Passivo circulante	7.008.388	8.783.700	8.334.616
Passivo não circulante	223.089.545	213.295.208	192.096.235

(a) Repasses no País

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,09 % a.a. (habitação, 4,97 % a.a., infraestrutura, 5,67 % a.a. e saneamento, 6,29 % a.a.) e prazo médio de retorno de 232 meses (habitação 240 meses, infraestrutura 198 meses e saneamento 160 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto substancialmente por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas à taxa de juros de até 2,99% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,38% ao ano e à variação cambial do dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Repasses no País	**(4.176.357)**	**(8.240.139)**	**(3.518.192)**	**(6.875.103)**
FGTS	(3.643.136)	(7.121.995)	(2.922.086)	(5.554.626)
BNDES	(544.153)	(1.107.733)	(449.060)	(880.942)
Tesouro Nacional – PIS	(12.092)	(24.453)	(12.681)	(25.356)
Fundo Marinha Mercante	46.119	57.780	(119.142)	(380.895)
Outras instituições	(23.095)	(43.738)	(15.223)	(33.284)
Repasses no exterior	**-**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos no exterior	**-**	**-**	**553.005**	**(858.626)**
Total	**(4.176.357)**	**(8.240.139)**	**(2.965.187)**	**(7.733.729)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Repasses no País	**(4.176.357)**	**(8.240.139)**	**(3.518.192)**	**(6.875.103)**
FGTS	(3.643.136)	(7.121.995)	(2.922.086)	(5.554.626)
BNDES	(544.153)	(1.107.733)	(449.060)	(880.942)
Tesouro Nacional – PIS	(12.092)	(24.453)	(12.681)	(25.356)
Fundo Marinha Mercante	46.119	57.780	(119.142)	(380.895)
Outras instituições	(23.095)	(43.738)	(15.223)	(33.284)
Repasses no exterior	**5.665**	**12.432**	**-**	**-**
Empréstimos no exterior	**610.688**	**1.804.212**	**553.005**	**(858.626)**
Total	**(3.560.004)**	**(6.423.495)**	**(2.965.187)**	**(7.733.729)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015 (Nota 3 (t))**	**30/06/2015 (Nota 3 (t))**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.080.750	353.726	1.480.557
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	1.470.829	104.235	264.984
Sociais e estatutárias	1.546.995	2.933.544	1.242.557
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.522.228	2.945.908	1.976.463
Negociação e intermediação de valores	10.443	3.073	117.016
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	11.322.694	12.222.859	9.554.544
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	923.041	1.799.266	988.282
Dívida Subordinada	11.138.061	-	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	49.308.604	60.205.487	56.641.900
Diversas (Nota 18 (e))	59.692.310	53.276.012	51.946.598
Total	**138.015.955**	**133.844.110**	**124.212.901**
Passivo circulante	52.828.447	53.802.278	47.855.941
Passivo não circulante	85.187.508	80.041.832	76.356.960

CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015 (Nota 3 (t))**	**30/06/2015 (Nota 3 (t))**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.080.750	353.726	1.480.557
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	1.470.829	104.235	264.984
Sociais e estatutárias	1.546.995	2.933.544	1.652.623
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.873.062	3.232.649	2.366.459
Negociação e intermediação de valores	10.443	3.073	117.016
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	11.322.694	12.222.859	9.554.544
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	923.041	1.799.266	988.282
Dívida Subordinada	11.138.061	-	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	12.854.959	24.118.921	20.555.334
Diversas (Nota 18 (e))	59.696.428	53.282.405	51.947.205
Total	**101.917.262**	**98.050.678**	**88.927.004**
Passivo circulante	53.191.357	54.095.412	48.656.610
Passivo não circulante	48.725.905	43.955.266	40.270.394

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Tributos sobre salários a recolher	440.255	438.765	407.846
Tributos sobre serviços a recolher	316.409	415.575	280.620
Tributos sobre lucros a recolher	260.484	161.717	365.831
Imposto de renda	-	-	6
Contribuição social	-	-	-
COFINS	224.442	142.775	330.438
PASEP	36.042	18.942	35.387
Tributos diferidos	358.235	1.762.500	766.722
Reavaliação – edificações	121.815	127.238	136.665
Ajustes ao valor mercado – títulos para negociação	236.420	-	-
Ajustes ao valor de mercado – títulos disponíveis para venda	-	-	86.009
Contratos futuros	-	1.635.262	521.445
Tarifas a receber da União	-	-	22.603
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	146.845	167.351	155.444
Total	**1.522.228**	**2.945.908**	**1.976.463**
Passivo circulante	1.400.413	2.818.670	1.839.797
Passivo não circulante	121.815	127.238	136.666

CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Tributos sobre salários a recolher	440.315	438.803	407.846
Tributos sobre serviços a recolher	316.417	415.575	280.620
Tributos sobre lucros a recolher	286.399	184.376	403.448
Imposto de renda	15.777	14.413	27.291
Contribuição social	6.358	3.647	9.811
COFINS	227.569	146.571	330.866
PASEP	36.695	19.745	35.480
Tributos diferidos	683.086	2.026.544	1.119.101
Reavaliação – edificações	121.815	127.238	136.665
Ajustes ao valor mercado – títulos para negociação	236.420	-	-
Ajustes ao valor mercado – títulos disponíveis p/ venda	324.851	264.045	438.388
Contratos futuros	-	1.635.261	521.445
Tarifas a receber da União	-	-	22.603
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	146.845	167.351	155.444
Total	**1.873.062**	**3.232.649**	**2.366.459**
Passivo circulante	1.751.247	3.105.411	2.229.793
Passivo não circulante	121.815	127.238	136.666

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Fundos e programas sociais	8.297.918	9.305.546	7.638.044
FGTS	3.419.139	4.777.286	3.641.168
Minha Casa Minha Vida	4.265.322	3.919.855	3.456.762
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	298.207	295.477	291.534
Programas de transferência de renda	199.022	195.751	140.929
Outros fundos e programas	116.228	117.177	107.651
Fundos financeiros e de desenvolvimento	2.372.149	1.509.771	1.025.140
PIS	1.373.541	1.258.833	842.089
FAT	997.151	249.494	181.624
FINSOCIAL	1.457	1.444	1.427
Operações com loterias	652.627	1.407.542	891.360
Total	**11.322.694**	**12.222.859**	**9.554.544**

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital

(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (call) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem reset de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual write off de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 30/06/2016	Saldo devedor 31/12/2015	Saldo devedor 30/06/2015
Obrigações de Empréstimos – Recursos do FGTS									
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.608.717	(2.840.712)	-	3.207.722	3.611.408	4.003.980
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.152.351	-	-	4.152.351	3.995.860	3.842.073
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	795.359	-	-	3.795.359	3.668.116	3.542.304
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	360.218	-	-	3.360.218	3.246.532	3.134.178
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	413.720	-	-	4.413.720	4.271.464	4.130.529
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	157.950	-	-	3.157.950	3.056.866	-
Letra Financeira elegível – Nível II									
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	3.176	-	-	13.176	12.265	11.398
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	5.321	-	-	22.721	21.153	19.655
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	363	-	-	1.863	1.735	1.612
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	73.667	-	(10.995)	262.672	251.919	234.111
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	293	-	(13)	1.480	1.379	1.281
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	288	-	(29)	1.459	1.374	1.277
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	594	-	(107)	2.887	2.762	2.571
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	284	-	(62)	1.422	1.369	1.275
TVM no exterior elegível – Nível II									
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	576.926	-	(85.356)	1.598.020	1.974.719	1.629.090
Total			20.781.067	6.149.227	(2.840.712)	(96.562)	23.993.020	24.118.921	20.555.334

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu "Sobre a Caixa".

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24/05/2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13/10/2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20/09/2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R$ 6.800.000 e R$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias nos 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R$ 3.000.000 e nº 869 de R$ 5.000.000).

Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014 o BACEN considerou os contratos nos 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Composição dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital:

INDIVIDUAL			
Discriminação	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
IHCD - elegíveis a capital principal[1]	36.453.645	36.086.566	36.086.566
Contrato 348	7.593.569	7.411.895	7.411.895
Contrato 504	7.749.478	7.564.073	7.564.073
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
IHCD – não elegíveis a capital principal[2]	923.041	1.799.266	988.282
Total	**37.376.686**	**37.885.832**	**37.074.848**

(1) Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas - Nota 19 (a).

(2) Composto por Juros Remuneratórios a pagar e Atualização Monetária não incorporada.

Na demonstração consolidada, os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital, perfazendo um montante de R$ 923.041 em 30/06/2016 (31/12/2015 – R$ 1.799.266; 30/06/2015 – R$ 988.282).

(c) Diversas

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	20.062.102	15.744.858	16.397.054
Saúde CAIXA	14.696.873	12.068.398	12.097.849
Auxílio e cesta alimentação	1.236.705	1.097.455	1.055.997
Planos de benefícios – Previdência privada	4.128.524	2.579.005	3.243.208
Provisões para pagamentos a efetuar	5.017.657	4.428.203	4.596.447
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	12.721.384	14.655.218	13.814.308
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	4.309.962	3.860.506	3.314.772
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	3.045.299	3.030.517	2.638.349
Financiamentos imobiliários a liberar	3.402.778	3.777.476	4.657.126
Recursos vinculados a operações de crédito[1]	862	1.306	1.263
Recursos vinculados a cessão de crédito[2]	8.380.352	5.392.832	5.000.297
Obrigações por convênios	639.573	710.351	618.988
Obrigações por contribuições ao SFH	28.680	28.211	70.228
Recursos do FGTS para amortizações	876.293	682.954	587.388
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.205.508	960.289	236.471
Credores diversos exterior	1.860	3.291	13.907
Total	**59.692.310**	**53.276.012**	**51.946.598**

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	20.062.102	15.744.858	16.397.054
Saúde CAIXA	14.696.873	12.068.398	12.097.849
Auxílio e cesta alimentação	1.236.705	1.097.455	1.055.997
Planos de benefícios – Previdência privada	4.128.524	2.579.005	3.243.208
Provisões para pagamentos a efetuar	5.018.867	4.429.195	4.597.054
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	12.721.384	14.655.218	13.814.308
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	4.309.962	3.860.506	3.314.772
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	3.045.299	3.030.517	2.638.349
Financiamentos imobiliários a liberar	3.402.778	3.777.476	4.657.126
Recursos vinculados a operações de crédito[1]	862	1.306	1.263
Recursos vinculados a cessão de crédito[2]	8.380.352	5.392.832	5.000.297
Obrigações por convênios	639.573	710.351	618.988
Obrigações por contribuições ao SFH	28.680	28.211	70.228
Recursos do FGTS para amortizações	876.293	682.954	587.388
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.208.416	965.690	236.471
Credores diversos exterior	1.860	3.291	13.907
Total	**59.696.428**	**53.282.405**	**51.947.205**

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Cartões de crédito	6.283.228	7.126.843	6.658.538
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)[1]	45.529	40.909	34.168
Fornecedores	878.558	952.810	894.817
Aquisição de folhas de pagamento – valores a liberar	472.595	477.028	505.490
Crédito comercial – repasses	110.212	187.549	125.165
Crédito imobiliário – repasses	666.708	863.872	688.240
Obrigações com a União – repasses	48.031	45.777	43.518
Outros credores – poupança simplificada	500.118	500.121	500.178
Contas a pagar	121.473	141.894	206.678
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	61.156	59.673	57.068
Valores a restituir – penhor	90.927	91.445	96.279
Valores a apropriar[2]	2.905.190	3.953.131	3.731.644
Outros credores diversos	537.659	214.166	272.525
Total	**12.721.384**	**14.655.218**	**13.814.308**

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.
(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL	**25.895.293**	**26.616.877**	**26.436.920**
IHCD – Elegíveis a Capital	36.453.645	36.086.566	36.086.566
Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO	**62.348.938**	**62.703.443**	**62.523.486**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).
Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.
Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.
Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação.
Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior. Em abril de 2016 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2015.

(b) Capital social
O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)
Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 12,78% (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros
As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.
As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.
A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Reservas de reavaliação	389.873	400.384	400.031
Reservas de lucros	9.535.917	9.269.290	6.221.877
Reserva legal	2.717.002	2.617.409	2.465.156
Reserva estatutária – loterias	3.004.699	2.782.368	2.411.955
Reservas margem operacional	3.814.216	3.869.513	1.344.766

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5 p.p. acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.
Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.
Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado,

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R$ 1.173.751 (30/06/2015 – R$ 816.147) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R$ 528.188 no 1º semestre de 2016 (R$ 326.459 no 1º semestre de 2015).

Em atendimento à Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado da CAIXA e considerando a aprovação pelos Conselhos Diretor e de Administração, com opinamento favorável do Conselho Fiscal, a CAIXA realizou no 1º semestre de 2016 o pagamento de dividendos remanescentes da competência 2015 no valor de R$ 55.296.

O valor foi atualizado pela SELIC de 31/12/2015 até 31/03/2016 – data do efetivo pagamento – em conformidade com o Decreto nº 2.673/98, correspondendo à transferência em espécie do montante de R$ 57.097.

Assim, o pagamento realizado complementa as antecipações de dividendos e JCP realizadas ao longo do exercício de 2015, no montante de R$ 2.414.154, para atingimento de 50% do Lucro Líquido Ajustado do período, sendo R$ 2.469.450 o volume total passível de distribuição para a competência de 2015.

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tributos Correntes	**385.550**	**(50.777)**	**(135.721)**	**(656.186)**
Tributos Diferidos	**1.171.065**	**2.301.120**	**1.842.574**	**3.427.946**
Passivo Fiscal Diferido	**(124.284)**	**1.262.067**	**97.838**	**94.787**
Ativo Fiscal Diferido	**1.295.349**	**1.039.053**	**1.744.736**	**3.333.159**
Diferenças Temporárias – constituição / realização	1.131.908	1.069.383	1.808.093	3.627.445
Prejuízo Fiscal / Base Negativa[1]	86.963	(16.876)	(38.083)	(182.380)
CSLL – MP 2.158-35/01	76.478	(13.454)	(25.274)	(111.906)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**1.556.615**	**2.250.343**	**1.706.853**	**2.771.760**

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tributos Correntes	**349.612**	**(125.734)**	**(163.586)**	**(693.272)**
Tributos Diferidos	**1.171.078**	**2.301.140**	**1.842.580**	**3.427.960**
Passivo Fiscal Diferido	**(124.284)**	**1.262.067**	**97.838**	**94.787**
Ativo Fiscal Diferido	**1.295.362**	**1.039.073**	**1.744.742**	**3.333.173**
Diferenças Temporárias – constituição / realização	1.131.921	1.069.403	1.808.099	3.627.459
Prejuízo Fiscal / Base Negativa[1]	86.963	(16.876)	(38.083)	(182.380)
CSLL – MP 2.158-35/01	76.478	(13.454)	(25.274)	(111.906)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**1.520.690**	**2.175.406**	**1.678.994**	**2.734.688**

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado antes dos tributos e participações	**130.059**	**130.352**	**159.803**	**459.817**
Encargo IRPJ e CSLL	(58.520)	(58.646)	(63.915)	(183.915)
Efeitos tributários adições e exclusões	227.117	(745.610)	(412.340)	(1.217.469)
Juros sobre o capital próprio	263.886	528.188	167.352	326.459
Outros	(46.933)	225.291	173.182	418.739
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**385.550**	**(50.777)**	**(135.721)**	**(656.186)**

CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado antes dos tributos e participações	**338.655**	**660.953**	**500.275**	**1.183.509**
Encargo IRPJ e CSLL	(152.390)	(297.417)	(200.109)	(473.397)
Efeitos tributários adições e exclusões	312.160	(554.286)	(320.815)	(1.101.697)
Juros sobre o capital próprio	263.886	528.188	167.352	326.459
Participação em coligadas e controladas	87.315	140.680	72.602	148.202
Outros	(161.359)	57.101	117.384	407.161
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**349.612**	**(125.734)**	**(163.586)**	**(693.272)**

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	213.304	1.513.445	541.442	463.230	1.678.516	812.234
Outros	121.815	129.429	136.666	121.815	127.238	136.978
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**335.119**	**1.642.874**	**678.108**	**585.045**	**1.805.754**	**949.212**

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Despesa diferida/ marcação a mercado	23.116	164.016	88.615	98.041	220.791	169.796
Outros	-	-	-	1.011	-	94
PASEP e COFINS do Período	**23.116**	**164.016**	**88.615**	**99.052**	**220.791**	**169.890**

(d) Ativo fiscal diferido

INDIVIDUAL

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL

Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016	30/06/2015
Diferenças temporárias:	**30.137.072**	**16.499.862**	**(15.430.479)**	**31.206.455**	**24.640.054**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.891.975	7.581.328	(6.387.644)	20.085.659	15.422.168
Passivos atuariais	3.816.802	1.035.835	(686.364)	4.166.273	3.218.232
Provisões trabalhistas	1.737.228	2.074.229	(1.940.215)	1.871.242	1.325.909
Provisões cíveis	1.379.550	1.579.746	(1.588.135)	1.371.161	1.154.950
Provisões fiscais	57.078	56.986	(67.410)	46.654	46.895
Ajuste a valor de mercado de tit. p/ negociação	1.634.479	300.122	(1.622.037)	312.564	750.266
Provisão para desvalorização – bens não de uso	34.106	64.761	(51.288)	47.579	14.611
Outros	2.585.854	3.806.855	(3.087.386)	3.305.323	2.707.023
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	**1.614.526**	**-**	**(30.330)**	**1.584.196**	**1.385.746**
Prejuízo fiscal a realizar	1.514.904	-	(16.876)	1.498.028	1.373.710
CSLL - MP 2.158-35/01[1]	99.622	-	(13.454)	86.168	12.036
Total dos créditos com impacto no resultado	**31.751.598**	**16.499.862**	**(15.460.809)**	**32.790.651**	**26.025.800**
Ajuste a valor de mercado – títulos disp. p/ venda	1.465.081	-	(282.919)	1.182.162	-
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	1.370.963	-	3.723.843	2.936.521
Total dos créditos com impacto no PL	**3.817.961**	**1.370.963**	**(282.919)**	**4.906.005**	**2.936.521**
Total dos créditos tributários	**35.569.559**	**17.870.825**	**(15.743.728)**	**37.696.656**	**28.962.321**
Total dos créditos não constituídos	**1.011.134**	**135.119**	**-**	**1.146.253**	**939.779**

(1) Inclui o montante de R$ 2.374.879 mil, relativo à majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDADO

Composição dos Créditos Tributários – IRPJ/CSLL

Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016	30/06/2015
Diferenças temporárias:	**30.137.155**	**16.499.882**	**(15.430.481)**	**31.206.556**	**24.640.107**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.891.975	7.581.328	(6.387.644)	20.085.659	15.422.168
Passivos atuariais	3.816.802	1.035.835	(686.364)	4.166.273	3.218.232
Provisões trabalhistas	1.737.228	2.074.229	(1.940.215)	1.871.242	1.325.909
Provisões cíveis	1.379.550	1.579.746	(1.588.135)	1.371.161	1.154.950
Provisões fiscais	57.078	56.986	(67.410)	46.654	46.895
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	1.634.479	300.122	(1.622.037)	312.564	750.266
Provisão para desvalorização bens não de uso	34.106	64.761	(51.288)	47.579	14.611
Outros	2.585.937	3.806.875	(3.087.388)	3.305.424	2.707.076
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	**1.614.526**	-	**(30.330)**	**1.584.196**	**1.385.746**
Prejuízo fiscal a realizar	1.514.904	-	(16.876)	1.498.028	1.373.710
CSLL – MP 2.158-35/01[1]	99.622	-	(13.454)	86.168	12.036
Total dos créditos com impacto no resultado	**31.751.681**	**16.499.882**	**(15.460.811)**	**32.790.752**	**26.025.853**
Ajuste a valor de mercado – títulos disp. p/ venda	1.465.081	-	(282.919)	1.182.162	-
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	1.370.963	-	3.723.843	2.936.521
Total dos créditos com impacto no PL	**3.817.961**	**1.370.963**	**(282.919)**	**4.906.005**	**2.936.521**
Total dos créditos tributários	**35.569.642**	**17.870.845**	**(15.743.730)**	**37.696.757**	**28.962.374**
Total dos créditos não constituídos	**1.011.134**	**135.119**	-	**1.146.253**	**939.779**

(1) Inclui o montante de R$ 2.374.879 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Composição dos Créditos Tributários – PASEP/COFINS

Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016	30/06/2015
Total dos créditos com impacto no resultado	**175.011**	**42.921**	**(142.485)**	**75.447**	**134.524**
Ajuste a mercado	175.011	-	(142.485)	32.526	88.569
Despesas de Captação não Incorridas – IIICD	-	42.921	-	42.921	45.955
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	**158.774**	-	**(30.660)**	**128.114**	-
Ajuste a valor de mercado tít. disp. para venda	158.774	-	(30.660)	128.114	-
Total	**333.785**	**42.921**	**(173.145)**	**203.561**	**134.524**

(c) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 30/06/2016 estão representados a seguir:

INDIVIDUAL

VALOR CONTÁBIL

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal/ CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2016	1.584.196	6.396.123	7.980.319
2017	-	9.701.526	9.701.526
2018	-	8.626.787	8.626.787
2019	-	1.259.717	1.259.717
2020	-	2.243.770	2.243.770
2021	-	686.851	686.851
2022 a 2025	-	7.401.247	7.401.247
Total	**1.584.196**	**36.316.021**	**37.900.217**
Valor Presente	1.567.099	29.429.002	30.996.101

CONSOLIDADO

VALOR CONTÁBIL

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal
2016	1.584.196	6.396.123	7.980.319
2017	-	9.701.526	9.701.526
2018	-	8.626.787	8.626.787
2019	-	1.259.717	1.259.717
2020	-	2.243.770	2.243.770
2021	-	686.851	686.851
2022 a 2025	-	7.401.348	7.401.348
Total	**1.584.196**	**36.316.122**	**37.900.318**
Valor Presente	1.567.099	29.429.106	30.996.205

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	23.331.124	45.826.506	21.174.095	40.759.197
Operações compromissadas	6.849.929	13.073.246	3.423.795	7.783.884
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.996.943	9.961.850	2.573.541	4.810.536
Ativos financeiros disponíveis para venda	434.811	752.893	421.720	747.542
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.544.178	3.774.125	1.741.585	3.621.581
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(2.839.044)	(7.762.951)	(371.461)	2.018.629
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.739.835	5.344.611	2.139.079	4.109.439
Créditos vinculados ao SFH	579.038	1.181.697	568.081	1.031.273
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	935.860
Outras	398.260	753.843	228.484	421.516
Total	**37.035.074**	**72.905.820**	**31.898.919**	**66.239.457**

CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	23.331.124	45.826.506	21.174.095	40.759.197
Operações compromissadas	6.849.929	13.073.246	3.423.795	7.783.884
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.996.943	9.961.850	2.573.541	4.810.536
Ativos financeiros disponíveis para venda	436.676	761.797	434.902	777.987
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.544.178	3.774.125	1.741.585	3.621.581
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(2.839.044)	(7.762.951)	(371.461)	2.018.629
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.739.835	5.344.611	2.139.079	4.109.439
Créditos vinculados ao SFH	579.038	1.181.697	568.081	1.031.273
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	935.860
Outras	398.260	753.843	228.484	421.516
Total	**37.036.939**	**72.914.724**	**31.912.101**	**66.269.902**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(14.325.820)	(28.329.029)	(12.275.841)	(23.287.784)
Operações com instituições financeiras	(27.954)	(82.264)	(65.920)	(132.368)
Operações compromissadas	(7.877.668)	(15.345.955)	(4.848.598)	(10.314.235)
TVM no exterior	-	-	289.641	(2.469.857)
Empréstimos, cessões e repasses	(4.176.357)	(8.240.139)	(2.965.187)	(7.733.729)
Resultado de operações de câmbio	(598.838)	(1.186.227)	(540.953)	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(440.571)	(895.809)	(331.075)	(646.988)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.258.766)	(10.067.358)	(4.555.473)	(9.582.927)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(215.639)	(2.263.810)	(1.370.809)	(1.517.406)
Total	**(33.921.613)**	**(66.410.591)**	**(26.664.215)**	**(55.685.294)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(14.299.103)	(28.279.624)	(12.261.253)	(23.264.890)
Operações com instituições financeiras	(27.954)	(82.264)	(65.920)	(132.368)
Operações compromissadas	(7.874.083)	(15.339.012)	(4.845.673)	(10.308.662)
TVM no exterior	1.576.872	2.813.889	289.641	(2.469.857)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.560.004)	(6.423.495)	(2.965.187)	(7.733.729)
Resultado de operações de câmbio	(678.649)	(1.414.616)	(540.953)	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(440.571)	(895.809)	(331.075)	(646.988)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.258.766)	(10.067.358)	(4.555.473)	(9.582.927)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(215.639)	(2.263.810)	(1.370.809)	(1.517.406)
Total	**(31.777.897)**	**(61.952.099)**	**(26.646.702)**	**(55.656.827)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.741.363	3.423.217	1.631.529	3.193.974
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.205.389	2.385.025	1.085.410	2.143.666
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	35.156	71.979	32.397	63.949
Programa de Integração Social (PIS)	18.380	65.467	12.159	22.410
Loterias Federais	310.051	573.567	326.779	594.386
Financiamento Estudantil – (FIES)	126.483	242.484	95.497	208.792
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	15.351	31.225	16.548	33.599
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	17.372	27.747	48.325	96.082
Seguro-desemprego	11.645	23.822	13.704	29.662
Outros	1.536	1.901	710	1.428
Rendas de cartões	372.687	788.820	382.869	762.740
Operações de crédito e garantias prestadas	497.193	944.276	485.552	980.594
Cobrança	233.960	417.548	171.293	334.615
Arrecadações	699.777	1.327.543	592.937	1.184.867
Fundos de investimentos e carteiras administradas	393.800	770.885	358.874	704.669
Conta-corrente	102.256	210.695	64.209	128.419
Programa de Transferência de Renda	100.805	204.663	85.035	170.045
Prestados a ligadas – Fundos de Investimentos	9.881	19.249	8.948	17.984
Prestados a ligadas	122.248	205.196	151.591	291.135
Outros serviços	90.728	187.497	83.717	179.549
Total	**4.364.698**	**8.499.589**	**4.016.554**	**7.948.591**

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de cartões	154.634	307.429	152.545	306.404
Operações de crédito e cadastro	287.044	557.999	263.364	503.772
Pacote de serviços	516.594	1.030.382	449.028	852.042
Contas de depósito	147.881	283.661	105.195	209.564
Transferência de recursos	60.695	117.245	49.810	97.602
Outras	46.118	74.063	6.039	10.671
Total	**1.212.966**	**2.370.779**	**1.025.981**	**1.980.055**

Nota 24 – Despesas com pessoal

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Proventos	(3.217.155)	(6.500.475)	(2.950.570)	(6.101.456)
Salários e proventos	(2.842.143)	(5.878.059)	(2.672.089)	(5.596.360)
Indenizações trabalhistas	(375.012)	(622.416)	(278.481)	(505.096)
Benefícios	(580.855)	(1.105.218)	(601.594)	(1.194.645)
Encargos sociais:	(1.201.924)	(2.378.410)	(1.085.859)	(2.247.101)
FGTS	(223.236)	(448.270)	(205.624)	(419.156)
Previdência social	(677.330)	(1.348.518)	(636.988)	(1.297.026)
Previdência complementar	(238.914)	(454.150)	(181.194)	(404.865)
Outros encargos	(62.444)	(127.472)	(62.053)	(126.054)
Outros	(38.871)	(73.577)	(42.455)	(80.009)
Total	**(5.038.805)**	**(10.057.680)**	**(4.680.478)**	**(9.623.211)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Proventos	(3.218.145)	(6.502.284)	(2.951.080)	(6.102.425)
Salários e proventos	(2.843.133)	(5.879.868)	(2.672.599)	(5.597.329)
Indenizações trabalhistas	(375.012)	(622.416)	(278.481)	(505.096)
Benefícios	(580.855)	(1.105.218)	(601.594)	(1.194.645)
Encargos sociais:	(1.202.349)	(2.379.245)	(1.086.021)	(2.247.487)
FGTS	(223.307)	(448.420)	(205.662)	(419.242)
Previdência social	(677.585)	(1.349.046)	(637.096)	(1.297.260)
Previdência complementar	(238.995)	(454.267)	(181.198)	(404.906)
Outros encargos	(62.462)	(127.512)	(62.065)	(126.079)
Outros	(39.081)	(73.852)	(42.495)	(80.084)
Total	**(5.040.430)**	**(10.060.599)**	**(4.681.190)**	**(9.624.641)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(144.900)	(295.058)	(183.792)	(314.697)
Manutenção e conservação de bens	(225.919)	(441.122)	(233.741)	(439.741)
Água e energia	(137.668)	(270.803)	(117.116)	(223.484)
Aluguéis e arrendamento de bens	(379.663)	(759.100)	(361.176)	(732.787)
Despesas de material	(32.941)	(68.190)	(46.508)	(104.058)
Processamento de dados	(383.424)	(801.013)	(373.176)	(697.630)
Promoções e relações públicas	(83.464)	(177.056)	(92.722)	(182.386)
Propaganda e publicidade	(110.214)	(163.719)	(78.875)	(141.386)
Serviços do sistema financeiro	(136.669)	(272.488)	(128.687)	(248.864)
Serviços de terceiros	(438.149)	(871.058)	(412.378)	(832.237)
Serviços especializados	(137.783)	(261.533)	(171.427)	(330.774)
Serviços de vigilância e segurança	(225.568)	(406.039)	(192.076)	(390.529)
Amortização	(210.791)	(416.527)	(183.584)	(333.653)
Depreciação	(228.589)	(466.454)	(240.098)	(469.098)
Outras administrativas	(107.970)	(190.199)	(95.880)	(187.535)
Total	**(2.983.712)**	**(5.860.359)**	**(2.911.236)**	**(5.628.859)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(145.012)	(295.170)	(183.792)	(314.697)
Manutenção e conservação de bens	(225.929)	(441.140)	(233.741)	(439.741)
Água e energia	(137.668)	(270.803)	(117.116)	(223.484)
Aluguéis e arrendamento de bens	(379.663)	(759.100)	(361.176)	(732.787)
Despesas de material	(32.941)	(68.190)	(46.508)	(104.058)
Processamento de dados	(383.424)	(801.013)	(373.176)	(697.630)
Promoções e relações públicas	(83.464)	(177.056)	(92.722)	(182.386)
Propaganda e publicidade	(110.214)	(163.719)	(78.875)	(141.386)
Serviços do sistema financeiro	(136.669)	(272.488)	(128.687)	(248.864)
Serviços de terceiros	(438.149)	(871.058)	(412.378)	(832.237)
Serviços especializados	(139.285)	(265.343)	(171.757)	(332.319)
Serviços de vigilância e segurança	(225.571)	(406.045)	(192.076)	(390.529)
Amortização	(210.791)	(416.527)	(183.584)	(333.653)
Depreciação	(228.589)	(466.454)	(240.098)	(469.098)
Outras administrativas	(108.182)	(190.465)	(95.903)	(187.590)
Total	**(2.985.551)**	**(5.864.571)**	**(2.911.589)**	**(5.630.459)**

Nota 26 – Outras receitas operacionais

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações[1][2]	5.769	7.754	173.415	192.865
Comissões e taxas s/ operações – agente financ. FGTS	929.306	1.653.782	978.936	1.868.092
Recuperação de despesas	400.508	756.755	351.668	670.812
Reversão de outras provisões operacionais	156.393	512.923	448.716	934.671
Atualização de depósitos em garantia	241.101	477.958	208.178	407.298
Rendas de créditos especificos	25.855	50.183	21.104	39.732
Receita de deságio na aquisição de royalties	24.817	33.027	2.198	3.045
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS[3]	-	58	15.010	109.137
Atualização monetária sobre operações diversas[2]	72.401	123.317	99.580	352.477
Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas[4]	2.193.222	4.630.533	-	-
Outras receitas operacionais	106.806	248.503	163.380	347.433
Total	**4.156.178**	**8.494.793**	**2.462.185**	**4.925.562**

(1) Em 2015, reclassificação de R$ 542.464 no 1º trimestre e de R$ 543.534 no 1º semestre para a Nota de Despesas de intermediação financeira, item "Empréstimos, cessões e repasses" (Nota 3 (t)).

(2) Em 2015, reclassificação de R$ 98.746 no 1º trimestre e de R$ 228.929 no 1º semestre do item "Comissões e taxas s/ operações" para o item "Atualização monetária sobre operações diversas".

(3) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

(4) Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações[1][2]	75.150	165.705	173.415	192.865
Comissões e taxas s/ operações – agente financ. FGTS	929.306	1.653.782	978.936	1.868.092
Recuperação de despesas	394.906	747.453	349.741	667.031
Reversão de outras provisões operacionais	156.393	512.923	448.716	934.671
Atualização de depósitos em garantia	241.101	477.958	208.178	407.298
Rendas de créditos especificos	25.855	50.183	21.104	39.732
Receita de deságio na aquisição de royalties	24.817	33.027	2.198	3.045
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS[3]	-	58	15.010	109.137
Atualização monetária sobre operações diversas[2]	72.401	123.317	99.580	352.477
Outras receitas operacionais	133.741	295.789	174.855	371.433
Total	**2.053.670**	**4.060.195**	**2.471.733**	**4.945.781**

(1) Em 2015, reclassificação de R$ 542.464 no 1º trimestre e de R$ 543.534 no 1º semestre para a Nota de Despesas de intermediação financeira, item "Empréstimos, cessões e repasses" (Nota 3 (t)).

(2) Em 2015, reclassificação de R$ 98.746 no 1º trimestre e de R$ 228.929 no 1º semestre do item "Comissões e taxas s/ operações" para o item "Atualização monetária sobre operações diversas".

(3) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FCVS a receber – provisão/perdas	(115.320)	(265.839)	(57.583)	(107.493)
Obrigações com fundos e programas	(300.590)	(556.066)	(303.042)	(547.455)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(456.786)	(892.398)	(238.197)	(809.332)
Despesas com cartão	(149.758)	(492.024)	(330.765)	(669.165)
Despesas com loterias	(59.757)	(110.669)	(56.650)	(112.898)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(534.107)	(1.039.278)	(565.080)	(1.147.926)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(122.555)	(239.441)	(125.028)	(253.049)
Serviços automatizados	(117.999)	(207.088)	(84.708)	(160.302)
Alavancagem de negócios	(192.770)	(340.559)	(130.040)	(247.307)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(129.548)	(238.519)	(160.164)	(329.211)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(106.845)	(211.503)	(99.782)	(182.533)
Descontos de operações de crédito	(65.619)	(122.858)	(328.998)	(460.083)
Desp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(3.070)	(5.602)	(218.442)	(225.158)
Desp. provisões operacionais	(206.466)	(423.304)	(307.887)	(537.785)
Provisão para causas judiciais	(268.853)	(779.405)	(344.019)	(837.072)
Condenações judiciais	(25.218)	(59.845)	(23.366)	(31.528)
Benefícios sociais	(49.060)	(102.895)	(37.142)	(66.984)
Benefício pós-emprego	(545.510)	(1.091.021)	(369.318)	(738.636)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(152.578)	(488.035)	(1.800)	(1.595)
Variações cambiais de natureza inversa – operações ativas[1]	(79.811)	(228.389)	-	-
Outras	(253.360)	(406.640)	(328.484)	(617.259)
Total	**(3.935.580)**	**(8.301.378)**	**(4.110.495)**	**(8.082.771)**

(1) Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza devedora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de receita. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Descrição	CONSOLIDADO 2016 2º trimestre	2016 1º semestre	2015 (Nota 3 (t)) 2º trimestre	2015 (Nota 3 (t)) 1º semestre
FCVS a receber – provisão/perdas	(115.320)	(265.839)	(57.583)	(107.493)
Obrigações com fundos e programas	(300.590)	(556.066)	(303.042)	(547.455)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(284.116)	(436.734)	74.415	(122.712)
Despesas com cartão	(149.758)	(492.024)	(330.765)	(669.165)
Despesas com loterias	(59.757)	(110.669)	(56.650)	(112.898)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(534.107)	(1.039.278)	(565.080)	(1.147.926)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(122.555)	(239.441)	(125.028)	(253.049)
Serviços automatizados	(117.999)	(207.088)	(84.708)	(160.302)
Alavancagem de negócios	(192.770)	(340.559)	(130.040)	(247.307)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(129.548)	(238.519)	(160.164)	(329.211)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(106.845)	(211.503)	(99.782)	(182.533)
Descontos de operações de crédito	(65.619)	(122.858)	(328.998)	(460.083)
Desp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(3.070)	(5.602)	(218.442)	(225.158)
Desp. Provisões operacionais	(206.466)	(423.304)	(307.887)	(537.785)
Provisão para causas judiciais	(268.853)	(779.405)	(344.019)	(837.072)
Condenações judiciais	(25.218)	(59.845)	(23.366)	(31.528)
Benefícios sociais	(49.060)	(102.895)	(37.142)	(66.984)
Benefício pós-emprego	(545.510)	(1.091.021)	(369.318)	(738.636)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(152.578)	(488.035)	(1.800)	(1.595)
Outras	(256.680)	(414.110)	(328.511)	(617.287)
Total	**(3.686.419)**	**(7.624.795)**	**(3.797.910)**	**(7.396.179)**

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 2016 2º trimestre	2016 1º semestre	2015 2º trimestre	2015 1º semestre
Receitas não operacionais	**154.018**	**290.421**	**75.443**	**122.946**
Lucro na alienação de valores e bens	23.769	45.111	22.879	36.359
Alienação de bens imóveis	13.474	28.679	5.688	13.590
Sobras de caixa não reclamadas	14.238	27.412	13.645	26.042
Multas e penalidades	10.387	16.117	4.770	11.052
Ganhos de capital c/ ajuste de valores pendentes	685	961	22.869	22.997
Recuperação de perdas com fraudes	4.401	6.820	3.250	7.612
Reversão de impairment sobre investimentos permanentes[1]	84.482	159.725	5	10
Outras rendas não operacionais	2.582	5.596	2.337	5.284
Despesas não operacionais	**(205.203)**	**(404.569)**	**(205.810)**	**(375.650)**
Desvalorização de outros valores e bens	(36.713)	(52.091)	(5.765)	(13.364)
Indenizações por perdas e danos	(83.071)	(143.962)	(69.014)	(111.165)
Perdas em imóveis	(16.195)	(29.835)	(18.343)	(29.825)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(29.633)	(59.431)	(53.253)	(108.059)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.235)	(8.888)	(7.555)	(15.414)
Perdas em cartões de crédito	-	(4.398)	(24.288)	(51.767)
Perdas em investimentos permanentes avaliados p/ custo[1]	(22.744)	(78.655)	(17.390)	(29.989)
Outras despesas não operacionais	(12.612)	(27.309)	(10.202)	(16.067)
Total	**(51.185)**	**(114.148)**	**(130.367)**	**(252.704)**

[1] Constituição e reversão de impairment de investimentos avaliados pelo custo

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL 2016 2º trimestre	2016 1º semestre	2015 2º trimestre	2015 1º semestre
Contribuição COFINS	(617.099)	(1.222.907)	(611.767)	(1.129.928)
PIS/PASEP	(101.772)	(202.909)	(99.412)	(183.613)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(160.423)	(307.654)	(168.709)	(311.672)
Despesas com IPTU	(7.738)	(65.181)	(10.250)	(56.587)
Outras	(12.922)	(22.745)	(7.769)	(20.930)
Total	**(899.954)**	**(1.821.396)**	**(897.907)**	**(1.702.730)**

Descrição	CONSOLIDADO 2016 2º trimestre	2016 1º semestre	2015 2º trimestre	2015 1º semestre
Contribuição COFINS	(625.744)	(1.241.064)	(616.856)	(1.136.441)
PIS/PASEP	(103.579)	(206.721)	(100.517)	(185.028)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(160.423)	(307.654)	(168.709)	(311.672)
Despesas com IPTU	(7.738)	(65.181)	(10.250)	(56.587)
Outras	(12.964)	(22.787)	(7.769)	(20.930)
Total	**(910.448)**	**(1.843.407)**	**(904.101)**	**(1.710.658)**

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 31/12/2015	Movimentação em 2016 Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	30/06/2016	30/06/2015
Fiscais (Nota 18 (b))	**167.351**	**6.379**	**3.944**	**1.524**	**(12.645)**	**(19.708)**	**146.845**	**155.444**
INSS	11.843	-	154	-	-	-	11.997	11.684
IPTU	30.153	425	823	62	-	(8.172)	23.291	27.901
ISS	97.665	5.372	1.986	349	(11.933)	(5.619)	87.820	89.461
Outros	27.690	582	981	1.113	(712)	(5.917)	23.737	26.398
Demandas cíveis (Nota 18 (e))	**3.030.517**	**450.324**	**53.606**	**203.631**	**(194.766)**	**(498.013)**	**3.045.299**	**2.638.349**
Feitos diversos	762.321	224.474	15.406	12.940	(13.851)	(270.874)	730.416	744.568
Poupança - Planos econômicos	1.276.722	14.174	2.747	174.978	(108.986)	(130.543)	1.229.092	1.001.416
Habitacional	105.272	127.757	2.768	15.713	-	(42.842)	208.668	105.423
Contingenciamento do FGTS	886.202	83.919	32.685	-	(71.929)	(53.754)	877.123	786.942
Demandas trabalhistas (Nota 18 (e))	**3.860.506**	**311.076**	**93.807**	**1.044.582**	**(336.853)**	**(663.156)**	**4.309.962**	**3.314.772**
Total	**7.058.374**	**767.779**	**151.357**	**1.249.737**	**(544.264)**	**(1.180.877)**	**7.502.106**	**6.108.565**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 30/06/2016, correspondem ao total de R$ 1.518.335 (31/12/2015 – R$ 1.496.712; 30/06/2015 – R$ 1.480.811), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 11.997 (31/12/2015 – R$ 11.843; 30/06/2015 – R$ 11.684).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 30/06/2016, corresponde ao montante de R$ 634.380 (31/12/2015 – R$ 506.743; 30/06/2015 – R$ 506.808).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 30/06/2016, o valor da provisão constituída é de R$ 87.820 (31/12/2015 – R$ 97.665; 30/06/2015 – R$ 89.461).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos decorrentes de lançamentos de ofício por insuficiência de recolhimentos correspondentes a compensações não homologadas que, em 30/06/2016, totalizam R$ 8.120 (31/12/2015 – 7.795; 30/06/2015 – R$ 7.632), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30/06/2016, constavam 58.662 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 55.416 "não relevantes" e 3.246 "relevantes".

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30/06/2016, constavam 338.199 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 336.929 "não relevantes" e 1.270 "relevantes".

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30/06/2016, foi provisionado R$ 1.229.092 para estes processos (31/12/2015 – R$ 1.276.722; 30/06/2015 – R$ 1.001.416).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 30/06/2016, para estes processos foi de R$ 877.123 (31/12/2015 – R$ 886.202; 30/06/2015 – R$ 786.942).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2016, a CAIXA realizou 29.731 acordos processuais (74% referentes a ações indenizatórias e 26% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas; do contrário, poderia inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Demandas fiscais	5.776.733	5.631.847	5.512.011
Demandas cíveis	1.989.820	1.454.784	1.402.959
Total	**7.766.553**	**7.086.631**	**6.914.970**

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 5.776.733, em 30/06/2016 (31/12/2015 - R$ 5.631.847; 30/06/2015 – R$ 5.512.011), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R$ 86.266, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R$ 82.772; 30/06/2015 – R$ 79.314), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 4.695.766, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R$ 4.621.164; 30/06/2015 – R$ 4.545.538), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 211.018, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R$ 206.921; 30/06/2015 – R$ 202.767), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R$ 160.791, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R$ 155.923; 30/06/2015 – R$ 150.988), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R$ 240.248, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R$ 233.211; 30/06/2015 – R$ 224.441), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R$ 1.989.820 (31/12/2015 – R$ 1.454.784; 30/06/2015 – R$ 1.402.959) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Demandas fiscais	10.391.292	9.997.452	9.598.952
Demandas cíveis	922.238	917.780	742.739
Demandas trabalhistas	3.182.463	2.795.947	2.675.782
Total	**14.495.993**	**13.711.179**	**13.017.473**

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	**Relacionamento**
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR(1)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade(1)	
CAIXA Instantânea(1)	
CAIXA Seguros Holding S.A.(2)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. – TECBAN	
Cia Brasileira de Securitização – CIBRASEC	Coligada Indireta
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.

(2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em junho/2016, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TecBan era de R$ 1.292.776. A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31 de março de 2016, totalizavam aproximadamente R$ 2,8 bilhões. Parte representativa desse montante é constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA concluiu as tratativas e fechou entendimento com a Secretaria do Tesouro Nacional, cujo processo para o recebimento encontra-se em fase de validação e para os quais existe previsão orçamentária da União para quitação.

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2016				31/12/2015				30/06/2015			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades(1)	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades(1)	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades(1)
ATIVO	2.997.005	28.756	28.016.301	-	2.697.966	633.146	25.190.678	-	4.524.925	3.674	18.576.086	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	11.105.714	-	-	-	9.691.758	-	-	-	5.663.446	-
Rendas a receber(2)	2.081.141	17.751	19.090	-	1.830.660	127.028	25.299	-	2.797.296	-	5.636	-
Operações de crédito – Setor Público	25.107	-	-	-	26.732	-	-	-	935.712	-	-	-
Operações de crédito – Setor Privado	-	-	16.873.923	-	-	-	15.473.621	-	-	-	12.907.004	-
Outros créditos	890.757	7.994	-	-	840.574	506.118	-	-	791.917	3.674	-	-
Outros valores e bens	-	-	17.574	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO	37.655.504	927.718	1.661.881	3.354.443	37.204.591	768.329	1.158.220	1.630	35.791.853	698.465	976.165	-
Depósitos	475.125	87.489	44.294	1.805	244.556	663.053	718	1.630	460.831	398.905	21.891	-
Captações no mercado aberto	-	110.229	320.167	-	-	103.286	-	-	-	99.580	700.354	-
Repasses do País – instituições oficiais(3)	34.632.504	-	-	-	35.286.937	-	-	-	34.168.435	-	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais(4)	127.651	-	-	-	118.650	-	-	-	64.911	-	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento(4)	2.372.149	-	-	-	1.509.771	-	-	-	1.025.140	-	-	-
Obrigações diversas	47.675	-	1.297.426	3.352.638	44.677	-	1.157.502	-	42.536	-	253.920	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

(2) Valor do grupo Controladora alterado em decorrência da atualização da especificação. O valor divulgado em 30/06/2015 foi de R$ 1.845.890.

(3) Foi apresentado em 30/06/2015 no grupo Controladora o valor de R$ 34.155.697, referente ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Programa de Integração Social (PIS), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Fundo Marinha Mercante (FMM). O valor divulgado em 2015 de R$ 2.758 refere-se apenas à União.

(4) Valores do grupo Controladora não apresentados em 30/06/2015.

CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades(1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
ATIVO	2.997.005	28.016.301	-	2.697.966	25.190.678	-	4.524.925	18.576.086	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	11.105.714	-	-	9.691.758	-	-	5.663.446	-
Rendas a receber(2)	2.081.141	19.090	-	1.830.660	25.299	-	2.797.296	5.636	-
Operações de crédito - Setor Público	25.107	-	-	26.732	-	-	935.712	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	16.873.923	-	-	15.473.621	-	-	12.907.004	-
Outros créditos	890.757	-	-	840.574	-	-	791.917	-	-
Outros valores e bens	-	17.574	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO	37.655.504	1.661.881	3.354.443	37.204.591	1.158.220	1.630	35.791.853	976.165	-
Depósitos	475.125	44.294	1.805	244.556	718	1.630	460.831	21.891	-
Captações no mercado aberto	-	320.167	-	-	-	-	-	700.354	-
Repasses do País – instituições oficiais(3)	34.632.904	-	-	35.286.937	-	-	34.168.435	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais(4)	127.651	-	-	118.650	-	-	64.911	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento(4)	2.372.149	-	-	1.509.771	-	-	1.025.140	-	-
Obrigações diversas	47.675	1.297.420	3.352.638	44.677	1.157.502	-	42.536	253.920	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

(2) Valor do grupo Controladora alterado em decorrência da atualização da especificação. O valor divulgado em 30/06/2015 foi de R$ 1.845.890.

(3) Foi apresentado em 30/06/2015 no grupo Controladora o valor de R$ 34.155.697, referente ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Programa de Integração Social (PIS), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Fundo Marinha Mercante (FMM). O valor divulgado em 2015 de R$ 2.758 refere-se apenas à União.

(4) Valores do grupo Controladora não apresentados em 30/06/2015.

Os quadros a seguir apresentam os saldos que compõem o resultado decorrente de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

INDIVIDUAL

Descrição	2º trimestre – 2016				2º trimestre – 2015			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades(1)	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades(1)
RECEITAS	**43.390**	**6.174**	**499.118**	-	**69.637**	**8.160**	**368.231**	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	377.131	-	-	-	207.692	-
Rendas prestação serviços	17.534	-	121.987	-	48.533	-	160.539	-
Outras receitas operacionais	25.856	6.174	-	-	21.104	8.160	-	-
DESPESAS	**(1.194)**	**(30.303)**	**(301.813)**	**(336.168)**	**(1.365)**	**(17.513)**	**(152.135)**	**(197.315)**
Operações de captação no mercado	-	(30.303)	(933)	-	-	(17.513)	-	-
Pessoal(2)	-	-	-	(238.914)	-	-	-	(181.194)
Administrativas	-	-	-	(16.838)	-	-	-	(16.121)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	(80.416)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(1.194)	-	(300.880)	-	(1.365)	-	(152.135)	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

(2) Valor do grupo Outras Entidades não apresentado em 30/06/2015.

INDIVIDUAL

Descrição	1º semestre – 2016				1º semestre – 2015			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades(1)	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades(1)
RECEITAS	**78.251**	**10.400**	**925.741**	-	**136.246**	**15.474**	**690.022**	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	721.063	-	-	-	380.903	-
Rendas prestação serviços	28.068	-	204.678	-	96.514	-	309.119	-
Outras receitas operacionais	50.183	10.400	-	-	39.732	15.474	-	-
DESPESAS	**(2.350)**	**(56.348)**	**(597.281)**	**(568.044)**	**(2.031)**	**(28.467)**	**(246.757)**	**(437.116)**
Operações de captação no mercado	-	(56.348)	(1.192)	-	-	(28.467)	-	-
Pessoal(2)	-	-	-	(454.150)	-	-	-	(404.865)
Administrativas	-	-	-	(33.478)	-	-	-	(32.251)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	(80.416)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2.350)	-	(596.089)	-	(2.031)	-	(246.757)	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

(2) Valor do grupo Outras Entidades não apresentado em 30/06/2015.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Descrição	CONSOLIDADO					
	2º trimestre – 2016			2º trimestre – 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades[1]	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades[1]
RECEITAS	**43.390**	**654.191**	-	**69.637**	**368.231**	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	377.131	-	-	207.692	-
Rendas prestação serviços	17.534	121.987	-	48.533	160.539	-
Outras receitas operacionais	25.856	155.073	-	21.104	-	-
DESPESAS	**(1.194)**	**(301.813)**	**(336.249)**	**(1.365)**	**(152.135)**	**(197.319)**
Operações de captação no mercado	-	(933)	-	-	-	-
Pessoal[2]	-	-	(238.995)	-	-	(181.198)
Administrativas	-	-	(16.838)	-	-	(16.121)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(80.416)	-	-	-
Outras despesas operacionais	(1.194)	(300.880)	-	(1.365)	(152.135)	-

[1] Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

[2] Valor do grupo Outras Entidades não apresentado em 30/06/2015.

Descrição	CONSOLIDADO					
	1º semestre – 2016			1º semestre – 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades[1]	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades[1]
RECEITAS:	**78.251**	**925.741**	-	**136.246**	**690.022**	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	721.063	-	-	380.903	-
Rendas prestação serviços	28.068	204.678	-	96.514	309.119	-
Outras receitas operacionais	50.183	-	-	39.732	-	-
DESPESAS:	**(2.350)**	**(597.281)**	**(568.044)**	**(2.031)**	**(246.757)**	**(437.116)**
Operações de captação no mercado	-	(1.192)	-	-	-	-
Pessoal[2]	-	-	(454.150)	-	-	(404.865)
Administrativas	-	-	(33.478)	-	-	(32.251)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(80.416)	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2.350)	(596.089)	-	(2.031)	(246.757)	-

[1] Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

[2] Valor do grupo Outras Entidades não apresentado em 30/06/2015.

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	**12.927**	**20.216**	**12.950**	**20.248**
Proventos	9.721	15.068	9.723	15.069
Encargos Sociais	3.206	5.148	3.227	5.179

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	30/06/2016 (valores em R$)		31/12/2015 (valores em R$)		30/06/2015 (valores em R$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	53.266,87	36.886,00	53.266,87	36.901,00	50.973,08	33.532,00
Salário médio	42.982,42	8.218,57	42.982,42	8.101,39	41.131,48	7.244,59
Menor salário	39.685,01	2.429,00	39.685,01	2.429,00	37.976,06	2.208,00
Benefícios	5.500,35	2.796,05	4.747,86	2.404,27	4.131,00	2.376,00

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial" que apresenta o montante de R$ 3.067.175 (R$ 2.500.687 – 31/12/2015 – R$ 2.753.917 – 30/06/2015) na demonstração consolidada.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	INDIVIDUAL		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Benefícios de curto prazo	**3.439.531**	**3.019.366**	**3.179.824**
Natureza salarial	3.066.286	2.499.975	2.753.414
Participação dos empregados no lucro	373.245	519.391	426.410
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	**20.062.102**	**15.744.858**	**16.397.054**
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	14.696.873	12.068.398	12.097.849
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.236.705	1.097.455	1.055.997
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (g.4))	4.128.524	2.579.005	3.243.208
Total	**23.501.633**	**18.764.224**	**19.576.878**

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15/07/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação.

Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

A Fundação conta ainda com grupos e comissões internos criados com objetivos específicos e instaurados por meio de Portaria da Presidência da FUNCEF (PRESI).

Quantos aos planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Dentre outros riscos, a CAIXA está exposta ao risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora dos Planos de Previdência administrados pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano) e dos planos Saúde Caixa, auxílio/cesta alimentação e assistidos PREVHAB, sob gestão direta da própria CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.
Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido à sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos
Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês Asset Liability Management (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.
Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são gerados 50 fluxos do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:
- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios
A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um dos planos, inclusive os administrados pela FUNCEF:

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS
O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.
O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado por meio de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais coparticipação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de coparticipação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.
O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.
Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31/12/2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.
O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 14.696.873 (31/12/2015 – R$ 12.068.398 – 30/06/2015 – R$ 12.097.849).

(g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação
A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.
Os valores mensais do Auxílio-Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2015 a agosto de 2016 o valor do Auxílio-Alimentação/Refeição é de R$ 652,08 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio Cesta-Alimentação referente a setembro de 2015 a agosto de 2016 é de R$ 491,52 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.
O Auxilio Alimentação e Cesta Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. No primeiro semestre de 2016, foram concedidos 433 novos benefícios e em 2015 foram 1.106.
O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R$ 1.236.705 (31/12/2015 – R$ 1.097.455 – 30/06/2015 – R$ 1.055.997).

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB
Por força do Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.
Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.
Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.
Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.
O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.
A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.
O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:
- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:
- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPC nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar n° 108 e 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 31/12/2015, resulta em R$ 1.132.946 sendo que o prazo de amortização totaliza 17,4 anos ou 208 meses.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado o montante de R$ 2.307.318 (posição 31/12/2015), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33, é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Não houve variação expressiva na quantidade de beneficiários para o período de 30/06/2016, dada a baixa volatilidade de entradas e saídas de participantes.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2015			30/06/2015		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (Incluindo Dependentes)	93.523	60.939	154.462	96.120	56.335	152.455
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	15.101	15.101	-	14.501	14.501
Assistidos PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	65	65	-	66	66
REG/REPLAN	25.127	38.513	63.640	28.227	35.129	63.356
REB	7.265	705	7.970	7.420	654	8.074
Novo Plano	88.028	4.865	92.893	90.411	3.907	94.318

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

contribuições futuras, caso existam. Em 30/06/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.
Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.
O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,50% para 2017, 5,00% para 2018, 4,50% para 2019, 4,00% para 2020, 3,50% para 2021, 3,00% para 2022, 2,50% para 2023, 2,00% para 2024 e 1,50% a partir de 2025 inclusive.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	Saúde CAIXA[1]			Auxílio e Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Taxa anual de juros[2]	11,8	13,91	11,72	11,66	14,22	11,99	11,68	14,42	12,12
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	5,43	N/A	N/A	5,43	5,18	6,47	5,43
Taxa de inflação média anual	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11,68	14,42	12,12
Taxa de rotatividade[2]	1,08	1,08	1,21	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	N/A	CSO - 58	CSO - 58	N/A	CSO - 58	CSO - 58	N/A
Entrada em aposentadoria	H – 55; M – 52	H – 55; M – 52	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,18%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
(2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
(3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023, 1,50% para 2024 e 1,00% a partir de 2025 inclusive.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	REGREPLAN		REGREPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Taxa anual de juros[1]	11,66	11,67	14,27	11,98	11,67	14,37	12,06	11,68	14,27	11,98
Aumento anual dos salários (projeção)	5,18	7,7	N/A	9,03	9,23	10,87	10,2	8,51	9,85	8,14
Aumento anual dos benef. (projeção)	5,18	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Taxa de inflação média anual	5,18	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,66	11,67	14,27	11,98	11,67	14,37	12,06	11,68	14,27	11,98
Taxa de rotatividade[2]	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	II – 53 M – 48	II – 55 M – 52	II – 53 M – 48	II – 53 M – 48	100% - Iª elegibilidade	100% - Iª elegibilidade	100% - Iª elegibilidade	II – 55 M – 52	II – 55 M – 52	II – 55 M - 52

(1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,18%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
(2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos, são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA[1] no início do período	(12.068.398)	(12.097.849)	(9.546.949)	(1.097.455)	(861.146)	(861.147)	(41.116)	(39.944)	(39.944)
Custo do serviço corrente	(89.355)	(94.741)	(102.210)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(825.764)	(703.158)	(588.869)	(82.021)	(122.223)	(57.711)	(2.813)	(5.691)	(3.042)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(1.898.873)	636.355	(2.155.886)	(114.014)	(219.016)	(186.276)	(3.198)	10.131	5.894
Ajuste de experiência	(392.145)	1.151.246	(193.209)	(16.513)	(309.166)	(182.301)	900	5.988	5.582
Alterações premissas demográficas	-	(31.196)	(429.584)	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(1.506.528)	(483.695)	(1.483.093)	(97.501)	90.150	(3.975)	(4.098)	4.143	312
Benefícios pagos pelo plano	185.517	191.295	155.665	86.785	104.030	49.139	2.316	4.388	2.305
VPOA[1] no final do período	**(14.696.873)**	**(12.068.398)**	**(12.097.849)**	**(1.236.705)**	**(1.097.455)**	**(1.055.997)**	**(44.811)**	**(41.116)**	**(44.787)**

VPOA[1] – Valor Presente da Obrigação Atuarial

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	REGREPLAN		REGREPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA[1] no início do período	(38.512.812)	(3.901.853)	(41.801.945)	(41.801.945)	(277.605)	(276.926)	(254.556)	(861.104)	(721.415)	(581.419)
Custo do serviço corrente	-	4.272	(83.659)	(74.255)	(601)	(1.501)	(1.217)	(8.300)	(11.737)	(9.039)
Custo de juros	(2.639.094)	(268.292)	(5.300.051)	(2.586.749)	(17.394)	(16.381)	(15.670)	(59.472)	(42.705)	(36.316)
Contribuições esperadas de participantes	(35.835)	(9.648)	(30.704)	(11.311)	(333)	(172)	(9)	-	-	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(3.258.609)	(306.847)	1.816.641	(3.022.067)	(21.000)	6.707	(14.981)	(207.018)	(102.102)	(108.537)
Ajuste de experiência	83.512	200.305	(2.927.808)	(3.077.081)	10.045	(27.901)	(20.452)	(18.628)	(218.026)	(126.845)
Alterações premissas demográficas	-	-	190.935	124.178	-	-	3.003	-	(2.610)	19.690
Alterações premissas financeiras	(3.341.921)	(507.152)	4.553.854	(69.164)	(31.045)	34.608	2.448	(188.190)	118.534	(1.384)
Benefícios pagos pelo plano	1.203.003	96.638	2.985.053	1.381.678	12.058	10.668	9.307	20.263	10.875	13.956
VPOA[1] no final do período	**(43.237.347)**	**(4.385.730)**	**(42.414.665)**	**(46.114.649)**	**(304.965)**	**(277.605)**	**(276.926)**	**(1.115.631)**	**(861.104)**	**(721.415)**

VPOA[1] – Valor Presente da Obrigação Atuarial

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-Alimentação	EX-PREVHAB	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016
Pagamentos esperados no exercício do ano fiscal 30/06/2017	426.640	117.936	4.215	3.089.135	255.224	22.705
Pagamentos esperados no exercício do ano fiscal 30/06/2018	450.795	108.235	4.079	2.952.780	253.733	21.244
Pagamentos esperados no exercício do ano fiscal 30/06/2019	472.097	99.240	4.250	2.805.947	249.962	19.862
Pagamentos esperados no exercício do ano fiscal 30/06/2020	488.849	90.892	3.849	2.662.656	244.661	18.559
Pagamentos esperados no exercício do ano fiscal 30/06/2021 ou posterior	12.858.492	820.402	27.820	31.726.829	5.384.050	222.595
Total	**14.696.873**	**1.236.705**	**44.811**	**43.237.347**	**6.385.730**	**304.965**
Duration do passivo atuarial na data base 30/06/2016	27,86 anos	12,82 anos	8,34 anos	11,6 anos	13,3 anos	9,67 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.
Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.
A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
				Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VJAP[1] no início do período	41.116	44.787	48.944	35.898.176	3.988.451	39.189.888	39.189.888	253.693	271.937	265.803	344.443	370.040	295.514
Receita de juros	2.813	2.630	3.042	2.399.974	277.282	4.768.136	2.421.034	15.682	16.092	15.293	23.833	21.971	17.118
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	3.198	(4.238)	(3.894)	554.062	75.008	(3.165.071)	(292.217)	32.442	(27.954)	1.226	282.709	(53.225)	77.468
Contribuições do empregador	-	-	-	2.456	11.459	48.922	36.237	353	465	163	24.139	22.529	9.896
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	35.835	9.648	30.704	11.311	333	172	9	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(2.316)	(2.083)	(2.203)	(1.209.063)	(96.638)	(2.985.053)	(1.381.678)	(12.058)	(10.668)	(9.307)	(20.263)	(10.875)	(13.956)
VJAP[1] no final do período	**44.811**	**41.116**	**44.787**	**35.591.500**	**4.265.300**	**37.886.526**	**39.984.575**	**307.445**	**250.093**	**271.987**	**624.861**	**344.443**	**370.040**

(1) JAPI - Valor Justo dos ativos do plano

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN saldado			REG/REPLAN não saldado			REB			NOVO PLANO		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	54,27%	51,65%	47,50%	51,83%	51,65%	46,74%	56,96%	52,25%	47,95%	98,12%	63,48%	56,78%
Renda Variável	-	-	-	21,61%	23,70%	27,83%	23,59%	23,70%	28,55%	23,01%	25,50%	27,55%	17,68%	18,14%	21,13%
Investimentos Estruturados	-	-	-	9,59%	9,31%	10,46%	8,92%	9,31%	12,52%	6,81%	7,89%	9,79%	4,21%	-	10,97%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	11,55%	11,99%	11,10%	11,08%	11,99%	10,59%	4,14%	4,54%	4,45%	0,65%	0,73%	0,75%
Operações com Participantes	-	-	-	3,02%	3,27%	3,10%	1,68%	3,27%	1,60%	9,08%	10,37%	10,26%	9,25%	-	11,01%
Outros Investimentos	-	-	-	0,01%	0,02%	0,02%	0%	0,02%	0,01%	0%	0,01%	0,01%	0%	17,69%	0%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
Caderneta de Poupança – Carteira Própria	-	-	-	114.262	15.327	3.559	16.124
Fundos de Investimentos Carteira Própria	-	-	-	20.317.189	2.176.934	685.844	4.636.332
Imóveis Locados à CAIXA	-	-	-	4.714.497	505	65	64
Total	-	-	-	25.145.948	2.192.766	699.468	4.652.520

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio-Cesta-Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA[1] no final do período	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	(44.812)	(41.116)	(44.787)
VJAP[2] no final do período	-	-	-	-	-	-	44.812	41.116	44.787
Superávit/ (déficit) do plano	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[3]	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo[4]	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	-	-	-

VPOA[1] – Valor Presente da Obrigação Atuarial

VJAP[2] – Valor Justo dos Ativos do Plano

[3] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

[4] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

Descrição	REGREPLAN		REGREPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA[1] no final do período	(43.237.347)	(4.385.730)	(42.414.665)	(47.623.077)	(304.965)	(277.605)	(276.926)	(1.115.631)	(861.104)	(721.415)
VJAP[2] no final do período	35.591.500	4.265.300	37.886.627	39.856.800	307.615	250.893	271.957	624.861	344.443	370.040
Superávit/ (déficit) do plano	(7.645.847)	(120.430)	(4.528.038)	(7.766.277)	2.650	(26.712)	(4.969)	(490.770)	(516.661)	(351.375)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[3]	3.822.923	60.215	2.307.318	3.883.139	-	13.356	2.485	245.385	258.331	175.687
Efeito do teto do Ativo[4]	-	-	(86.598)	-	(2.650)	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	**(3.822.923)**	**(60.215)**	**(2.307.318)**	**(3.883.139)**	**-**	**(13.356)**	**(2.485)**	**(245.385)**	**(258.331)**	**(175.687)**

VPOA[1] – Valor Presente da Obrigação Atuarial

VJAP[2] – Valor Justo dos Ativos do Plano

[3] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

[4] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(12.068.398)	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.097.455)	(1.055.997)	(861.147)	-	-	-
Custo do serviço	(89.355)	(94.741)	(162.210)	-	-	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(825.761)	(703.458)	(588.469)	(82.021)	(64.512)	(57.711)	-	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	185.517	191.295	155.665	56.785	55.794	49.137	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.898.873)	636.355	(2.155.886)	(114.014)	(32.740)	(186.276)	-	-	-
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	**(14.696.873)**	**(12.068.398)**	**(12.097.849)**	**(1.236.705)**	**(1.097.455)**	**(1.055.997)**	**-**	**-**	**-**

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(2.307.318)	-	(1.306.029)	(1.306.029)	(13.356)	(2.485)	-	(258.331)	(175.687)	(150.953)
Custo do serviço	-	4.272	(83.658)	(74.254)	(691)	(1.501)	(1.217)	(8.299)	(11.757)	(9.099)
Juros líquidos sobre (Passivo)/ Ativo líquido	(164.500)	-	(265.958)	(82.857)	(856)	(115)	-	(17.820)	(10.367)	(9.599)
Contribuições da empresa	2.456	11.459	98.022	36.337	353	405	163	24.139	22.529	9.856
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.353.501)	(75.046)	(699.935)	(1.538.223)	14.350	(9.630)	(1.451)	14.926	(83.049)	(13.932)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	**(3.822.923)**	**(60.215)**	**(2.307.318)**	**(3.065.036)**	**-**	**(13.356)**	**(2.485)**	**(245.385)**	**(258.331)**	**(175.687)**

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados:

(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e Cesta-Alimentação		
	2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente líquido	(80.355)	67.469	(162.210)	-	-	-
Custo de juros líquidos	(825.764)	(114.988)	(588.470)	(82.021)	(6.801)	(57.711)
Total da (despesa)/receita a reconhecer no próximo período	**(915.119)**	**(47.519)**	**(750.680)**	**(82.021)**	**(6.801)**	**(57.711)**

(Despesa) / Receita esperados – CPC 33 (R1)

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	2016		2015		2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente líquido	-	4.272	(9.404)	(74.255)	(691)	(284)	(1.217)	(8.299)	(2.658)	(9.099)
Custo de juros líquidos	(164.500)	-	(183.100)	(82.857)	(856)	(115)	-	(17.820)	(768)	(9.599)
Total da (despesa)/receita a reconhecer no próximo período	**(164.500)**	**4.272**	**(192.504)**	**(157.112)**	**(1.547)**	**(429)**	**(1.217)**	**(26.119)**	**(3.426)**	**(18.698)**

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e Cesta Alimentação		
	2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	213.320	202.217	180.324	58.968	62.711	49.738
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	**213.320**	**202.217**	**180.324**	**58.968**	**62.711**	**49.738**

Descrição	REG/REPLAN			REB			NOVO PLANO		
	2016	2015		2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	31.002	36.719	14.411	186	433	172	12.695	24.090	10.433
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	**31.002**	**36.719**	**14.411**	**186**	**433**	**172**	**12.695**	**24.090**	**10.433**

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		30/06/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(913.065)	(845.179)	(865.136)	(804.243)	N/A	N/A	(1.034.883)	(835.015)	(825.764)
Valor presente das obrigações	(15.248.672)	(14.135.440)	(14.150.769)	(15.277.013)	N/A	N/A	(17.333.280)	(13.944.496)	(14.696.873)
Auxílio e Cesta-Alimentação									
Custo dos juros	(73.897)	(77.148)	(75.833)	(75.221)	N/A	N/A	N/A	N/A	(75.352)
Valor presente das obrigações	(1.208.662)	(1.264.427)	(1.214.571)	(1.259.644)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.236.705)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(4.895)	(5.351)	(5.119)	(5.103)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.494)
Valor presente das obrigações	(42.958)	(46.860)	(43.950)	(45.692)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.812)
REG/REPLAN saldado									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Custo dos juros	(4.744.012)	(5.185.006)	(4.925.191)	(4.978.032)	N/A	N/A	N/A	N/A	(161.560)
Valor presente das obrigações	(41.418.756)	(45.213.709)	(42.115.969)	(41.391.219)	N/A	N/A	N/A	N/A	(43.237.347)
REG/REPLAN não saldado									
Custo dos serviços	(8.731)	(11.062)	(4.531)	(10.640)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.272)
Custo dos juros	(483.420)	(527.987)	(500.230)	(508.788)	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Valor presente das obrigações	(4.204.206)	(4.586.200)	(4.258.448)	(4.517.114)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.385.730)
REB									
Custo dos serviços	(292.081)	(2.522)	(1.172)	(2.459)	N/A	N/A	N/A	N/A	(691)
Custo dos juros	(33.426)	(36.525)	(34.686)	(34.914)	N/A	N/A	N/A	N/A	(856)
Valor presente das obrigações	(292.349)	(318.905)	(298.441)	(311.646)	N/A	N/A	N/A	N/A	(304.965)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(26.788)	(29.226)	(13.596)	(28.724)	N/A	N/A	N/A	N/A	(8.299)
Custo dos juros	(123.078)	(134.405)	(127.631)	(129.340)	N/A	N/A	N/A	N/A	(17.820)
Valor presente das obrigações	(1.069.481)	(1.166.626)	(1.085.554)	(1.146.611)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.115.631)

CCTR – Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		IICCTR		31/12/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.350)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
Auxílio e Cesta-Alimentação									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
EX-PREVIIAB									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
REG/REPLAN saldado									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.850)
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(245.623)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.815)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
REG/REPLAN não saldado									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(305.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.334)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.852)
REB									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(145)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(19.965)
Valor presente das obrigações	(900.465)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.104)

CCTR – Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biometrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		IICCTR		30/06/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros para o próximo semestre	(674.541)	(732.098)	(692.218)	(715.136)	N/A	N/A	(831.349)	(596.552)	(703.458)
Valor presente das obrigações	(11.596.286)	(12.595.421)	(11.659.146)	(12.563.323)	N/A	N/A	(14.281.699)	(10.272.197)	(12.097.849)
Auxílio e Cesta-Alimentação									
Custo dos juros para o próximo semestre	(63.498)	(66.317)	(64.696)	(66.023)	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.512)
Valor presente das obrigações	(1.039.006)	(1.086.237)	(1.036.846)	(1.076.192)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.055.997)
Assistidos PREVIIAB									
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.592)	(2.724)	(2.654)	(2.645)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.650)
Valor presente das obrigações	(43.812)	(46.026)	(43.959)	(45.613)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.787)
REG/REPLAN									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(3.662)	(10.377)	(6.496)	(7.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.404)
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.692.272)	(2.728.154)	(2.705.588)	(2.720.848)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.713.302)
Valor presente das obrigações	(45.775.217)	(46.313.322)	(45.046.783)	(47.192.968)	N/A	N/A	N/A	N/A	(46.114.648)
REB									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(1.589)	(1.575)	(1.486)	(1.698)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.501)
Custo dos juros para o próximo semestre	(16.088)	(16.644)	(16.268)	(16.501)	N/A	N/A	N/A	N/A	(16.381)
Valor presente das obrigações	(272.146)	(281.341)	(269.632)	(284.783)	N/A	N/A	N/A	N/A	(276.926)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(12.547)	(11.044)	(11.078)	(12.483)	N/A	N/A	N/A	N/A	(11.757)
Custo dos juros para o próximo semestre	(36.887)	(35.493)	(35.396)	(36.846)	N/A	N/A	N/A	N/A	(42.705)
Valor presente das obrigações	(622.029)	(598.347)	(584.841)	(634.252)	N/A	N/A	N/A	N/A	(721.415)

IICCTR – Taxa de Crescimento dos Custos Medicos.

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de benefício definido

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
REG/REPLAN	9.820	21.528	10.053
Total	**9.820**	**21.528**	**10.053**

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Causas judiciais	4.229	3.390	2.116
Total	**4.229**	**3.390**	**2.116**

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento, a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas por meio de objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da exigência de capital regulamentar que em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
Patrimônio de Referência – PR	**72.076.198**	**78.962.391**	**77.543.602**
Nível I	**49.394.585**	**55.537.056**	**57.802.919**
Capital Principal – CP	49.394.585	55.537.056	57.802.919
Patrimônio líquido[1]	25.895.293	26.616.877	26.436.920
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.453.645	36.086.566	36.086.566
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(2.774.878)	(1.646.635)	(198.111)
Ajustes prudenciais	(10.179.474)	(5.519.752)	(4.522.456)
Capital Complementar – CC	-	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	-
Nível II	**22.681.614**	**23.425.335**	**19.740.683**
Instrumentos de dívida subordinada	22.087.321	21.850.246	18.653.065
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	-	(722.282)	(800.796)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	(1.283.089)	-	-
Notas subordinadas	1.570.391	2.014.328	1.619.165
Letras financeiras	318.600	293.957	273.180
Letras financeiras (dedução 20%)	(2.635)	(2.453)	(3.931)
Letras financeiras (dedução 40%)	(8.974)	(8.461)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**563.833.655**	**547.136.671**	**554.171.966**
Risco de crédito – RWACPAD	508.456.278	504.257.301	517.010.889
Risco de mercado – carteira de negociação – RWAMPAD	11.221.034	2.529.614	3.567.837
Taxa de juros – RWAJUR	3.069.118	1.715.595	1.756.766
Commodities – RWACOM	2.018.876	-	-
Ações – RWAACS	-	-	-
Câmbio – RWACAM	6.133.040	814.019	1.811.071
Risco operacional – RWAOPAD	44.156.342	40.349.756	33.593.240
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR RWA*Fator F)	**55.678.573**	**60.185.033**	**60.958.916**
Risco de mercado – carteira de não negociação – RBAN	**8.746.152**	**8.226.904**	**8.381.101**
Margem de capital (PR – PRMR – RBAN)	**7.651.473**	**10.550.454**	**8.203.585**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**8,76%**	**10,15%**	**10,43%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**8,76%**	**10,15%**	**10,43%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**12,78%**	**14,43%**	**13,99%**
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	**9,875%**	**11,00%**	**11,00%**

[1] Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

***Value at Risk* – VaR**

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico;
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade[1]

Fatores de Risco	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
PRE	19.956	23.523	16.249
Cupom IPCA	134	12.285	49
Cupom SELIC	(9)	(1)	(2)
Cupom TR	-	1	-
VaR com ED	20.081	35.808	16.296

[1] Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II – disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência – PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado									
Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS									
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.494.011	10.376.648	8.163.593	11.494.084	10.376.993	8.163.008	73	345	(585)
Aplicações em operações compromissadas	138.125.024	143.111.942	117.549.929	138.125.024	143.111.942	117.549.929	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	179.153.472	177.087.448	167.909.490	179.324.397	173.241.049	167.701.582	170.925	(3.843.399)	(207.908)
Títulos para negociação	113.199.527	98.480.310	102.699.876	113.199.527	98.480.310	102.699.876	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	14.255.122	14.391.931	17.686.347	14.255.122	14.391.931	17.686.347	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	51.698.823	64.212.207	47.523.267	51.869.748	60.368.808	47.315.359	170.925	(3.843.399)	(207.908)
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	672.537.552	662.119.119	632.895.702	642.332.367	588.297.509	591.324.230	(30.205.185)	(73.821.610)	(41.571.472)
Comercial	196.199.188	199.661.957	196.285.575	211.203.556	213.447.169	207.696.623	15.004.368	13.782.212	11.411.048
Habitação	393.252.209	384.175.883	366.642.407	358.108.496	317.248.681	331.051.767	(35.143.713)	(66.927.202)	(35.590.640)
Infraestrutura/ desenvolvimento	75.702.304	70.658.301	63.010.013	65.636.461	49.981.681	45.648.133	(10.065.840)	(20.676.620)	(17.361.880)
Outros créditos	7.383.851	7.619.978	6.927.707	7.383.851	7.619.978	6.927.707	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS									
Captações de recursos	283.596.667	276.941.479	259.889.721	292.341.577	281.422.870	258.687.069	8.744.910	4.481.391	(1.202.655)
CDB/RDB	119.613.922	107.551.120	97.605.984	121.184.263	108.017.121	97.860.395	1.570.341	466.001	254.411
LCI LH	151.078.593	153.687.415	149.628.937	157.696.797	156.956.988	147.469.045	6.618.204	3.269.573	(2.159.892)
Obrigações por TVM no exterior	12.904.152	15.702.944	12.654.803	13.460.517	16.448.761	13.357.629	556.365	745.817	702.826
Captação em operações compromissadas	189.149.546	194.364.507	176.283.465	189.149.546	194.364.365	177.213.692	-	(142)	930.227
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	225.419.854	217.538.099	198.618.443	156.094.505	140.358.592	137.886.656	(69.325.349)	(77.179.507)	(60.731.787)
Exterior	5.797.235	14.337.557	9.697.669	6.625.709	14.382.740	9.683.198	828.474	45.183	(14.471)
Tesouro	47.675	44.677	42.536	48.010	46.530	43.857	335	1.853	1.321
FGTS[1]	189.359.062	172.210.084	156.491.749	131.458.024	108.847.521	110.801.191	(57.901.038)	(63.362.563)	(45.090.558)
BNDES	29.188.228	29.823.211	31.367.136	17.087.692	16.229.536	16.541.605	(12.100.536)	(13.593.675)	(14.825.531)
Depósitos não remunerados	1.027.654	1.122.570	1.019.353	875.070	852.265	816.805	(152.584)	(270.305)	(202.548)
Instrumento híbrido de capital e dívida	12.854.959	24.118.920	20.555.333	9.184.453	14.500.124	14.775.563	(3.670.506)	(9.618.796)	(5.779.770)

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA;

b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/06/2016 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(251.166)	(5.982.208)	(11.374.231)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(30.451)	(722.586)	(1.366.872)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(115.451)	(2.583.011)	(4.610.695)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(770)	(19.726)	(40.810)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I – A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II – A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA, este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos;
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público-alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, em que se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A Gestão da Continuidade dos Negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós-crise.

Na CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Nota 34 – Outras informações

(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2016**	**31/12/2015**	**30/06/2015**
PIS[1]	29.785.044	29.196.805	30.908.276
FGTS[1]	99.195.322	94.024.286	87.669.243
FAR[1]	37.808.059	37.916.332	35.945.312
FDS[1]	1.211.170	1.187.745	1.153.987
FGS	920.478	799.085	578.933
FGHAB[1]	2.054.832	1.705.304	1.630.930
FGCN	50.722	4.421.909	4.766.970
Outros[1]	28.387	28.284	105.499
Total	**171.054.014**	**169.279.750**	**162.759.150**
FCVS	(102.064.188)	(98.282.812)	(99.874.914)

(1) Posição de 31/05/2016.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.554 (31/12/2015 – R$ 69.554 e 30/06/2015 – R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R$ 21.142.

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R$ 223.613 (31/12/2015 – R$ 217.539 e 30/06/2015 – R$ 211.587).

Nota 35 – Eventos Subsequentes

O Decreto nº 8.830 de 04 de agosto de 2016, altera o estatuto da CAIXA aumentando o seu Capital Social para R$ 24.837.171, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária de Loterias acumulado até 31/12/2015 no valor de R$ 2.782.369.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Fabio Soares da Silva
Vice-presidente interino
Portaria nº 532/2016

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Lucas José Palomero
Vice-presidente interino
Portaria nº 686/2016

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Nelson Antônio de Souza
Vice-presidente

Paulo José Galli
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e independente.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site http://www.caixa.gov.br, o Comitê assessora, no que couber, o Conselho de Administração, recomendando, sempre que julgado necessário, a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. Para tanto desincumbiu, com independência, as atribuições e responsabilidades que lhe são conferidas pela Resolução CMN nº 3.198, de 27/05/2004, orientado pelo Plano de Trabalho para o exercício de 2016, aprovado por aquele Conselho.

Ao longo do primeiro semestre de 2016, o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor, individualmente, e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração. Realizou encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, emprestando ênfase, por força da natureza de suas atividades, aos debates e análises com as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Revisou, além disso, as demonstrações contábeis, respectivas notas explicativas e relatórios da administração e do auditor independente.

O Comitê também acompanhou o resultado de inspeções e apontamentos feitos pelos órgãos reguladores/supervisores, bem como sobre os procedimentos de regularização, mantendo, quando solicitado, reuniões específicas com seus representantes.

Em todos os encontros anteriormente mencionados, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações corretivas e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu planos e ações, e formulou apontamentos. Informou-se sobre o estágio das recomendações ou determinações emanadas das diversas instâncias de controle, cuidando de conferir a consistência e a efetividade das respectivas soluções.

Manteve-se em sintonia com os contextos regulatórios e econômicos e suas implicações para a CAIXA e atentou para os reflexos das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da Empresa, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, de riscos e de auditoria.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um acervo de informações que constituiu a base de suas avaliações. Assim, analisados os elementos colecionados, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ressaltada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao porte e à complexidade operacional da Empresa;

ii) a auditoria interna mostrou-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;

iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência;

iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, foram elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 30/06/2016.

Brasília (DF), 10 de Agosto de 2016.

Reinaldo Busch Alves Carneiro
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo Jose Vollet
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal – CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") e as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Caixa Econômica Federal – CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 30 de junho de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2016, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 27.218 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 11.722 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R$ 2.940 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 18.436 milhões, em 30 de junho de 2016, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei nº 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2016, a CAIXA (individual e consolidado) possui R$ 37.900 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, líquido de provisão para realização desses créditos no valor de R$ 1.146 milhões. O valor registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de junho de 2016, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 3.157 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "A Origem", a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação "A Origem" ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis da CAIXA. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis, que descreve que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

valores correspondentes referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao 2º trimestre de 2016

Os valores referentes às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao 2º trimestre de 2016, que estão sendo apresentadas pela Administração da CAIXA como informações suplementares, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificações, contendo as mesmas ênfases acima descritas, datado de 10 de agosto de 2016.

São Paulo, 10 de agosto de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC – 1SP172167/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 018/2016, DA ATA N° 710, DE 10/08/2016

Assunto: **Balancete Mensal de Junho de 2016, Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Primeiro Semestre de 2016.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, **examinou** o Balancete Mensal de Junho de 2016, as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Primeiro Semestre de 2016, e, tomando por base a manifestação da Auditoria Interna e o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., é de opinião que devem ser observadas, integralmente, as recomendações da Auditoria Interna e as ênfases da Auditoria Independente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA, e nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Brasília, 10 de agosto de 2016.

Cristiano Neuenschwander Lins de Morais
Conselheiro

Manuel Augusto Alves Silva
Conselheiro

Maíra Souza Gomes
Conselheira

Márcia Fernanda de Oliveira Tapajós
Conselheira

Leonardo Silveira do Nascimento
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea "f", do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório da Auditoria Interna e o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., aprovou as Demonstrações Contábeis Individuais, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao primeiro semestre de 2016.

Brasília, 10 de agosto de 2016.

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Conselheira

Cláudio Xavier Seefelder Filho
Conselheiro

Fernando Ferraz Rêgo Neiva
Conselheiro
Representante dos Empregados

Gilberto Occhi
Conselheiro

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR-RELATOR
Em 24 de agosto de 2016

Processo Administrativo Sancionador Nº CVM RJ2013/11703
Reg. Col. 9211/2014
Assunto:Pedido de adiamento de depoimento pessoal de acusado
Diretor Relator:Gustavo Borba

Joseph Ash	Caio Gabra - OAB/RJ 196.383
Thomas W. Ebbern	Caio Gabra - OAB/RJ 196.383
Peter O'Brien	Caio Gabra - OAB/RJ 196.383

Despacho: "[...] os acusados Joseph Ash e Thomas W. Ebbern renunciaram aos seus respectivos depoimentos pessoais anteriormente requeridos, ficando, de plano, superada a questão em virtude da renúncia manifestada. [...] diante da ausência de apresentação de razões concretas e substanciais que embasem seu pleito, indefiro o pedido de adiamento do depoimento pessoal de Peter L. O'Brien, que, assim, perde essa oportunidade processual.[...] os acusados poderão [...] apresentar depoimentos escritos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação dessa decisão".

O inteiro teor do despacho está disponível nos autos do PAS em referência e na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).

GUSTAVO BORBA

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

Processo Administrativo Sancionador CVM nº SP2012/228 - Arouch Invest Empreendimentos e Serviços S/C Ltda.
Data:13.09.2016 - terça-feira
Horário: 15h
Relator: Diretor Pablo Renteria
Procuradora: Milla Aguiar
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: intermediação irregular no mercado de valores mobiliários (art. 16, inciso III e parágrafo único, da Lei nº 6.385/76, combinado com o art. 3º da Instrução CVM nº 434/06) emissão irregular de cheques para liquidação de operações cursadas em bolsa, ou para pagamento de clientes (art. 19, inciso II, da Instrução CVM nº 387/03).

Acusados	Advogados
Alexandre Marcel	Isabel Fernanda Castello Branco Gadelha OAB/RJ nº 148.682
Estratégia Investimentos S.A. CVC.	Isabel Fernanda Castello Branco Gadelha OAB/RJ nº 148.682
Álvaro José Galliez Novis	José Roberto de Albuquerque Sampaio OAB/RJ nº 69.747
Hoya CVC Ltda.	José Roberto de Albuquerque Sampaio OAB/RJ nº 69.747
Arouch Invest Empreendimentos e Serviços S/C Ltda.	Adriano Pereira de Almeida OAB/SP nº 260.894
Luiz Ildefonso Augusto da Silva	Adriano Pereira de Almeida OAB/SP nº 260.894
Ellen Cristiane da Silva Pereira	Sueli Maria Scandiuzzi OAB/SP nº 323.608

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2016.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de agosto de 2016

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2016/4711
BRAZAL - BRASIL ALIMENTOS S.A.
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de Hélio Luiz Fiuza Lima, Raphael de Melo Távora Vargas Franco Netto, Nanci Turíbio Guimarães João Pedro Campos de Andrade Figueira, José Ricardo Tostes Nunes Martins, Carlos de Carvalho Neto, Lucas Zanchetta Ribeiro, Altemir Gregolin, Sérgio Augusto Martino Meniconi e Carlos Leslie Almiron Hazell, pelo descumprimento do art. 132 c/c o art. 142, inciso IV, da Lei nº 6.404/76; de José Ricardo Tostes Nunes Martins, Raphael de Melo Távora Vargas Franco Netto, Luis Carlos Furlan, Hélio Fiuza Lima, Lucas Zanchetta Ribeiro, Gualtiero Schlichting Piccolli, Giovani Laste, Giuliano Barbato Wolf, Charles René Lebarbenchon e Carlos Eduardo de Grossi Pereira, pelo descumprimento do art. 176, caput, da Lei nº 6.404/76 e art. 13 c/c oart. 21, incisos II, III, IV e V da Instrução CVM nº 480/09; e de Raphael de Melo Távora Vargas Franco Netto, pelo descumprimento do art. 21, incisos I e X da Instrução CVM nº 480/2009.
Assunto: Pedidos de prorrogação de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
ALTEMIR GREGOLIN	Não constituiu Advogado
CARLOS EDUARDO DE GROSSI PEREIRA	Antonio Augusto Grellert OAB/PR nº 38.282
CARLOS LESLIE ALMIRON HAZELL	Não constituiu Advogado
CHARLES RENÉ LEBARBENCHON	Não constituiu Advogado
GIOVANI LASTE	Não constituiu Advogado
GIULIANO BARBATO WOLF	Não constituiu Advogado
GUALTIERO SCHLICHTING PICCOLI	Não constituiu Advogado
HELIO LUIZ FIUZA LIMA	Não constituiu Advogado
JOÃO PEDRO CAMPOS DE ANDRADE FIGUEIRA	Não constituiu Advogado
JOSÉ RICARDO TOSTES NUNES MARTINS	Rodrigo Dunshee de Abranches OAB/RJ nº 70.914
LUCAS ZANCHETTA RIBEIRO	Não constituiu Advogado
LUIZ CARLOS FURLAN	Não constituiu Advogado
NANCI TURIBIO GUIMARÃES	Bruno Lopes de Almeida OAB/RJ nº 180.245
RAPHAEL DE MELO TAVORA VARGAS FRANCO NETO	Antonio Augusto Grellert OAB/PR nº 38.282
SERGIO AUGUSTO MARTINO MENICONI	Não constituiu Advogado

Trata-se de pedidos de prorrogação de prazo formulados por JOSÉ RICARDO TOSTES NUNES MARTINS e RAPHAEL DE MELO TAVORA VARGAS FRANCO NETO, acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro os pedidos e fixo nova data para apresentação de defesas em 18/11/2016, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 25 de agosto de 2016

Habilitação para exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 142 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
NEW WEB REP. INFORMÁTICA LTDA	03.073.531/0001-00	R. Demosthenes Nunes Vieira, 56 - Alto Laje Cariacica - ES CEP: 29.151-260

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 143 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

Empresa Desenvolvedora	CNPJ	Especificações do Laudo
Lider Automação Ltda ME	11.345.254/0001-68	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1352016, nome: LiderPDV, versão: 5.0.0.0, código MD5: 313B66613AE325525B4CE73C9604425C * FRENTE
Maivon Informatica Ltda	03.353.914/0001-24	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1262016, nome: MI1, versão: 02.03, código MD5: A3FAA43D3F4F540A9189A82D66ED2498 * MI1
J A Rodrigues Porto	03.703.802/0001-56	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0952016R1, nome: GERCOMWIN, versão: 3.6, código MD5: 296B8475207688F70F10B3ABFE36A081 *GERCOMWIN
EC5 Informática Ltda	09.178.730/0001-51	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1502016, nome: EC5, versão: 13.040101W, código MD5: 3571FF3873F2C60734A5EE745CDDAD9A *EC5APP
EC5 Informática Ltda	09.178.730/0001-51	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1512016, nome: EC5, versão: 13.040101L, código MD5: A026FDF509B6FE16298B0529065AFA48 *EC5PDV
Dia Brasil Sociedade Ltda	03.476.811/0001-51	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1452016, nome: DIAPOS, versão: 02.03, código MD5: DC6FFB8A497F7E196FCCEE0E617C90C2 *VENTAS
Destinform Sistemas S/S Ltda	57.719.601/0001-76	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1412016, nome: MWFRENTE, versão: 2.4.0.0, código MD5: 8C456B100B49CABDAC972A5837D9EAD4 *MWFRENTE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Hos Sistemas De Informática Ltda	00.115.150/0001-40	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0162016, nome: MRCHFARMA_FC,versão: 5.3000.0.0, código MD5: ee90600cc7fc06e5bf2ac62b0214013a *MercFarma_FC
Cervantes Tecnologia Ltda - Me	08.833.101/0001-55	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0172016, nome: Link PAF, versão: 1.0.0.290, código MD5: 4c93ea55a1e95d0a892b8218a719d1af *Link Paf

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 144 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Ammo Varejo LTDA	03.494.776/0001-01	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1332016, nome: SGV Sistema Gerenciador de Vendas, versão: 3.10, código MD5: 7D4FCE2D5F9196B459F2F2550360DBA4 *SGV_CAIXA
Bematech S.A	82.373.077/0001-71	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1432016, nome: BEMATECH VAREJO, versão: 2016.7, código MD5: 43D846CB34DFDC41F35864D6E1FC32B2 *IPDVLIB
Bee Tecnologia Ltda - ME	10.428.002/0001-30	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL1402016, nome: BEE FCX, versão: 2.0.0.0, código MD5: BF14ECCF67D7B44791053F41D678BF65 * BEEFCXH

2. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Altasoft Desenvolvimento de Sistemas Ltda Me	01.370.289/0001-01	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNO2302016, nome: Altasoft Caixa Facil PAF, versão: 1.8.0.0, código MD5: 9206C706404A30393DEF339AE776DC82

3. FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU -FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
RC.NET Consultoria e Serviços Em Informática Ltda ME	07.152.621/0001-30	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0612016, nome: RCPAF, versão: 4.1.5, código MD5: 595B9901E0D6CC94DE1C14B8262B5828 PDV
Mario Augusto Soares Silva ME	07.840.348/0001-36	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0652016, nome: LitCash, versão: 2.0.0.5, código MD5: E1319D12E78B77525E2C7D0EC9DEA25C LitCash
Próton Sistemas Ltda.	04.266.874/0001-46	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0722016, nome: PROTON PDV, versão: 11.0, código MD5: 3f9b8a2336386d78bd29b1aa4f80e198 ProtonPDV

4. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Citel Análise e Programação de Sistemas LTDA	51.212.892/0001-25	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0212016, nome: PDVCITEL, versão: 3.0.0.0, código MD5: 89672B2024D37F52D015FFC4890DF430
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0222016, nome: SPRESSCOM, versão: 2.5.3, código MD5: 0e8a60f976868c3d4591f69bfb4ffcc9
VAREJONLINE TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA.	23.479.438/0001-08	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0232016, nome: PDV VAREJONLINE , versão: 4.2., código MD5: 9428C1CC03CA43DA67A2DE36A7598FB0

5. Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Ético Software LTDA ME	17.481.373/0001-24	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNP1692016, nome Etico PDV, versão: 1.8.0, código MD5: 4F26DAA945DB6D8E0502471CBF5C6978 * EticoPDVNFCe.jar

6. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SG SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA	80.345.267/0001-50	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: IFL0142016, nome: GETPDV, versão: 4.0, código MD5: 5DD3A2D518D7BFD0A00742E33CD734F5
SG SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA	80.345.267/0001-50	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: IFL0152016, nome: SGPDV, versão: 4.0, código MD5: FC93CA4E4C3FE390846051F19F90384A

7. Universidade Católica Dom Bosco - UDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
HAR-SOFTWARE INFORMATICA LTDA - ME	11.019.568/0001-70	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UDB0092016, nome: GERENTE STATUS, versão: 4.0, código MD5: 3321004C0302740143EBAF1E12D24BC6

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 8, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre o alcance da revogação dos §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso II do caput do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), e nos §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, declara:

Art. 1º A multa isolada prevista nos §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, revogados pela Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014, e pela Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015, não se aplica, em razão da retroatividade benigna prevista na alínea "a" do inciso II do caput do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), aos pedidos de ressarcimento pendentes de decisão.

Parágrafo único. A inaplicabilidade prevista no caput alcança também os pedidos de ressarcimento já indeferidos, mas ainda pendentes de lançamento da multa isolada.

Art. 2º A retroatividade benigna mencionada no caput do art. 1º aplica-se aos débitos referentes:

I - às multas ainda não extintas na forma prevista no art. 156 do CTN; e

II - às parcelas não liquidadas das multas objeto de acordos de parcelamento.

Art. 3º A retroatividade a que se refere o caput do art. 1º não implica restituição dos valores das multas já extintas por qualquer forma.

Art. 4º Ficam modificadas as conclusões em contrário constantes em Soluções de Consulta ou em Soluções de Divergência emitidas antes da publicação deste Ato Declaratório Interpretativo, independentemente de comunicação aos consulentes.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 9, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Aprova a versão "Dercat - Perguntas e Respostas 1.2" que dispõe sobre a aplicação do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016 e na Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 11 de março de 2016, declara:

Art. 1º Fica aprovada a versão "Dercat - Perguntas e Respostas 1.2", que complementa e acrescenta as Notas 2 e 3 na resposta à Pergunta de nº 8, e complementa a resposta à Pergunta de nº 41 da "Dercat - Perguntas e Respostas 1.1".

Art. 2º A "Dercat - Perguntas e Respostas 1.2" estará disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço http://rfb.gov.br.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

PORTARIA Nº 1.284, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Regula o registro de restrições da Secretaria da Receita Federal do Brasil no Registro Nacional de Veículos Automotores.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 45 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 104 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e nos arts. 24 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regula o registro de restrições da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), relativas à apreensão, pena de perdimento e destinação de veículos.

Art. 2º A unidade administrativa da RFB responsável pelos procedimentos a que se refere o art. 1º deverá registrar, no módulo "Restrições RFB" do Renavam, restrição indicativa de apreensão, pena de perdimento e destinação de veículo emplacado no Brasil.

Parágrafo único. Sempre que possível, a restrição deverá ser registrada na data da ocorrência do procedimento pela respectiva área competente.

Art. 3º No registro da restrição "apreensão" deverá ser informada a data da apreensão.

Art. 4º No registro da restrição "perdimento" deverão ser informados:

I - o número do processo fiscal;

II - a data da aplicação da pena de perdimento; e

III - a identificação e a data da vistoria, quando realizada para esclarecer dúvida acerca da correta identificação do veículo no Renavam.

Parágrafo único. Compreende-se por vistoria:

I - a perícia realizada por órgãos policiais; ou

II - o laudo técnico ou outro documento similar emitido por órgãos e entidades executivos de trânsito das Unidades da Federação (UF), ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, habilitada pelos órgãos e entidades executivos de trânsito das UF para a realização de vistoria de identificação veicular.

Art. 5º No registro da restrição "destinação" deverão ser informados:

I - a identificação e a data do documento de destinação;

II - a identificação do destinatário, assim compreendida a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do beneficiário da doação ou da incorporação, ou a inscrição no CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do arrematante em leilão;

III - a data da entrega do veículo ao destinatário;

IV - a situação do veículo destinado, se para circulação ou para sucata; e

V - o endereço do destinatário.

§ 1º A destinação do veículo na situação de sucata, ou a sua destruição ou inutilização pela RFB deverá ser realizada com observância dos requisitos mínimos para a efetivação da baixa do seu registro, conforme estabelecido na legislação de trânsito.

§ 2º No caso de destruição ou inutilização do veículo pela RFB, deverá ser informada a data do procedimento.

Art. 6º Na hipótese de motivo que fundamente a exclusão da restrição da RFB, esta deverá ser imediatamente cancelada mediante a devida justificativa.

Art. 7º O disposto nesta Portaria aplica-se a veículos que ainda não tenham sido entregues ao destinatário.

Parágrafo único. A unidade administrativa da RFB a que se refere o art. 2º poderá registrar restrições relativas a veículo que já tenha sido entregue e ainda não tenha sido transferido para o novo proprietário, quando necessário para atender a situação excepcional.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 9º Ficam revogados os arts. 2º e 5º da Portaria RFB nº 1.711, de 24 de setembro de 2010.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Aprova formulário "Termo Declaratório de Ausência do País".

O COORDENADOR-GERAL DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 65 e o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Portaria RFB nº 941, de 9 de julho de 2015, declara:

Art. 1º Fica instituído, por meio deste Ato Declaratório Executivo, com o intuito de facilitar a apresentação de informações pelo interessado, o formulário digital abaixo:

Termo Declaratório de Ausência do País.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Informa os procedimentos relativos à entrega de documentos pelo inventariante que se encontra no exterior, e que esteja impedido de comparecer a uma unidade de atendimento da Receita Federal do Brasil, com vistas a habilitá-lo, em nome do espólio, a apresentar a Declaração de Regularização Cambial e Tributária (Dercat), disponibilizada no Atendimento Virtual (e-CAC), no sítio da Receita Federal na Internet.

O COORDENADOR-GERAL DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 65 e o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Para a apresentação, em nome do espólio, da Declaração de Regularização Cambial e Tributária (Dercat), o inventariante que se encontra no exterior, e que esteja impedido de comparecer a uma unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, deverá adotar os procedimentos abaixo descritos para a outorga de poderes, com o objetivo de atuar em nome do espólio no Atendimento Virtual (e-CAC), no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na internet:

I - providenciar em formato digital, tipo "Portable Document Format" - PDF: (a) cópia do documento oficial de identificação do inventariante; (b) termo de compromisso do inventariante ou outro documento comprobatório da condição de inventariante; (c) termo declaratório de ausência do País disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal na Internet, localizado no espaço "Formulários", no campo "Outros Assuntos"; (d) Procuração disponível no sitio da Receita Federal na Internet, localizada no espaço "onde encontro", no campo "Procuração-Solicitação para a RFB".

II - providenciar assinatura digital dos documentos, utilizando o programa "Assinador Livre (TJ/RJ)", disponível no sitio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no espaço " Onde Encontro", no campo "Entrega de Documentos Digitais", selecionando "Programas para Entrega de Documentação Digital";

III - verificar se o conjunto dos arquivos possui tamanho máximo de 10 megabytes (10240 kilobytes);

IV - encaminhar para a caixa corporativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no endereço dercat-procuracao@rfb.gov.br, os documentos relacionados no item I, devidamente assinados e em observância ao disposto nos itens II e III.

Art. 2º A conferência da documentação e a validação da procuração solicitada será realizada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Brasília .

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 111, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
EMENTA: DOAÇÃO BEM IMÓVEL. SÓCIO. ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. TRIBUTAÇÃO.

A doação de bens do sócio à pessoa jurídica, sem que corresponda a uma integralização de capital, configura acréscimo patrimonial para a pessoa jurídica, o qual se sujeita à incidência do Imposto sobre a Renda.

No caso de tributação com base no lucro real, o valor do bem recebido em doação integrará o resultado não operacional da empresa.

No caso de tributação com base no lucro presumido, o valor da doação não integrará a receita bruta, mas deverá ser acrescido à base de cálculo do IRPJ, sendo tributado como outras receitas e ganho de capital.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.406, de 2002, art. 538; Lei nº 5.172, 1966, art. 43; Decreto-lei 1.598, de 1977, art. 38; Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 392, 443 e 521; Parecer Normativo CST nº 113, de 1979; Solução de Consulta Cosit nº 336, de 2014.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 112, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
EMENTA: CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO. LUCRO PRESUMIDO. REGIME DE CAIXA.

O percentual de presunção a ser aplicado para determinação da base de cálculo do Lucro Presumido, nos termos da alínea "e" do inc. III do § 1º do art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, combinados com o art. 25 da Lei nº 9.430, de 1996, todos com redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014, será de 32% (trinta e dois por cento) para o cálculo do IRPJ, para as atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, vinculados a contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais.

A construção da infraestrutura é etapa diversa e autônoma, remunerada com receita a ser paga com ativo financeiro, sendo a concessionária tida por prestadora de tal serviço, não imiscuída à fase de operação do empreendimento (que será remunerada pelos serviços de operação). Por força do § 2º do art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, para o caso de outras atividades, serão aplicados seus correspondentes percentuais de presunção.

Em face de inexistência de disposição legal em contrário, o Lucro Presumido/regime de caixa deve se dar com base na receita bruta (RAP) efetivamente recebida, com supedâneo no art. 129 da IN RFB nº 1.515, de 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.430, de 1996, art. 25; Lei nº 9.249, de 1995, alínea "e", inciso III, § 1º, art. 15, introduzida pela Lei nº 12.973, de 2014; art. 36 da Lei nº 12.973, de 2014; Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 2014, alínea "e", inciso IV, § 2º, e § 18, ambos do art. 4º, e arts. 81, 83, 122 e 129.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
EMENTA: CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO. LUCRO PRESUMIDO. REGIME DE CAIXA.

O percentual de presunção a ser aplicado para determinação da base de cálculo do Lucro Presumido, nos termos da alínea "e" do inc. III do § 1º do art. 15 e do caput do art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, combinados com o art. 25 da Lei nº 9.430, de 1996, todos com redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014, será de 32% (trinta e dois por cento) para o cálculo da CSLL, para as atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, vinculados a contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais.

A construção da infraestrutura é etapa diversa e autônoma, remunerada com receita a ser paga com ativo financeiro, sendo a concessionária tida por prestadora de tal serviço, não imiscuída à fase de operação do empreendimento (que será remunerada pelos serviços de operação). Por força do § 2º do art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, para o caso de outras atividades, serão aplicados seus correspondentes percentuais de presunção.

Em face de inexistência de disposição legal em contrário, o Lucro Presumido/regime de caixa deve se dar com base na receita bruta (RAP) efetivamente recebida, com supedâneo no art. 129 da IN RFB nº 1.515, de 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.430, de 1996, art. 25; Lei nº 9.249, de 1995, alínea "e", inciso III, § 1º, art. 15, introduzida pela Lei nº 12.973, de 2014, e art. 20; Lei 12.973, de 2014, art. 36; Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 2014, alínea "e", inciso IV, § 2º, e § 18, ambos do art. 4º, e arts. 81, 83, 122 e 129.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep
EMENTA: CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO. LUCRO PRESUMIDO. REGIME DE CAIXA.

A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, apurada pelo regime de caixa, será formada pela receita bruta efetivamente recebida, sendo inaplicável o § 1º do art. 150 da IN RFB nº 1.515, de 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 20; Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 2014, arts 129 e 150, § 1º.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
EMENTA: CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO. LUCRO PRESUMIDO. REGIME DE CAIXA.

A base de cálculo da Cofins, apurada pelo regime de caixa, será formada pela receita bruta efetivamente recebida, sendo inaplicável o § 1º do art. 150 da IN RFB nº 1.515, de 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 20; Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 2014, arts 129 e 150, § 1º.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal
EMENTA: É ineficaz a consulta, não produzindo efeitos, quando não versar sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária, mas sobre questões de cunho procedimental.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, inciso I, c/c art. 46. Ineficácia parcial.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 117, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
EMENTA: CONTRIBUIÇÃO DE 15% SOBRE NOTA FISCAL OU FATURA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMITIDAS PELAS COOPERATIVAS DE TRABALHO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 595.838/SP. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. GFIP.

A empresa tomadora de serviços de cooperados, por intermédio de cooperativa de trabalho, não mais se encontra obrigada a declarar em GFIP o valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços emitidas pelas cooperativas de trabalho, uma vez que esses valores constituem a base de cálculo das contribuições previdenciárias previstas no art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 1991, que foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 595.838/SP, ao qual foi atribuído repercussão geral nos termos do art. 543-B do CPC, e em virtude da suspensão da executoriedade do referido dispositivo pela Resolução nº 10, de 2016, do Senado Federal, e em face do disposto na NOTA/PGFN/CASTF/Nº 174, de 2015, no Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 2015, e no Ato Declaratório Executivo Codac nº 14, de 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS Lei 8.212, de 1991, art. 12, V, alínea "g", art. 22, III e IV, art. 32, IV, § 2º; Lei 9.876, de 1999, art. 1º; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, §§ 4º, 5º e 7º; Lei nº 10.666, de 2003, art. 4º, § 1º; Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, art. 201, II, III, e § 19, art. 225, IV, § 1º; Resolução do Senado Federal nº 10, de 2016; Instrução Normativa RFB nº 971, de 1999, art. 9º, XVI, art. 456, I, art. 460, I; Nota/PGFN/CASTF/Nº 174, de 2015, Nota PGFN/CRJ nº 604, de 2015, Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 2015, Ato Declaratório Executivo Codac nº 14, de 2015: Manual da GFIP, aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 880, de 2008, Capítulo III, item 2.8.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 118, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
EMENTA: MOLÉSTIA GRAVE. ISENÇÃO

Estão isentos do Imposto sobre a Renda os rendimentos recebidos por pessoa física residente no Brasil, portador de moléstia grave listada em lei, a título de pensão, proventos de aposentadoria, reforma e complementação de aposentadoria, ainda que tais valores sejam percebidos de fonte situada no exterior, devendo a moléstia ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
DISPOSITIVOS LEGAIS Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), arts. 43, 98 e 111; Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 6º, XIV e XXI, e 8º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), art. 39; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 6º.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
EMENTA: O processo administrativo de consulta se presta a dirimir dúvidas relativas à interpretação da legislação tributária, não alcançando questões de natureza procedimental.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB Nº 1.396, de 2013, ementa e art. 18, inciso XIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza a utilização do procedimento previsto no § 5º do artigo 19 da Instrução Normativa RFB nº 1600, de 14 de dezembro de 2015, para a admissão temporária dos bens destinados ao evento esportivo XXIV Rally dos Sertões 2016

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o § 6º do artigo 19 da IN RFB nº 1600, de 14/12/2015, e tendo em vista o constante no e-processo nº 10010.025925/0816-78, declara:

Art. 1º Fica a empresa SAX LOGÍSTICA DE SHOWS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.864.827/0001-02, autorizada a utilizar os formulários de que tratam os artigos 4º e 31 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, para os despachos aduaneiros de admissão temporária e reexportação dos bens relativos ao BL MAERSK LINE 956870153, destinados ao evento esportivo XXIV Rally dos Sertões 2016, a ser realizado no período de 03 a 10 de setembro de 2016, com início na cidade de Goiânia/GO e final na cidade de Palmas/TO.

Art. 2º A operação de que trata o art. 1º fica condicionada a liberação por parte de outros órgãos da Administração Pública, no caso das mercadorias sujeitas a seu controle, ficando a empresa responsável pelo cumprimento das exigências e formalidades estabelecidas na legislação de regência do regime.

Art. 3º Este ato entra em vigor da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ OLESKOVICZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 401, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721198/2016-31, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Mitsubishi, modelo Pajero Full, ano 2005, cor preta, chassi JMYLYV77W5JA00319, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 05/0613221-2, de 13/06/20115, pela Alfândega do Porto de Vitória, de propriedade da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília, CNPJ 03.874.311/0001-78

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 404, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721197/2016-96, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca GM, modelo Suburban 2500, ano 2009, cor azul, chassi 1GNGK46K59R195344, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/1930776-9, de 11/10/2011, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, de propriedade da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília, CNPJ 03.874.311/0001-78

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 405, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721196/2016-41, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Mitsubishi, modelo Pajero GLS, ano 2006, cor preta, chassi JMYLYV77W7JA00133, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 06/1100980-8, de 14/09/2006, pela Alfândega do Porto de Vitória, de propriedade da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília, CNPJ 03.874.311/0001-78

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 8, de 7 DE MARÇO DE 2016, publicado no DOU de 08/03/2016, Seção 1, página 12:

No art. 2º,

Onde se lê: "O presente Ato aplica-se exclusivamente ao projeto descrito no artigo acima".

Leia-se: "O presente Ato aplica-se exclusivamente ao projeto descrito no artigo acima, com prazo estimado para execução da obra de 07/10/2014 a 07/10/2016".

No art 3º.

Onde se lê: "A habilitação ao REIDI declarada neste Ato aplica-se exclusivamente ao período de 07/10/2014 a 07/10/2016 do projeto especificado no artigo primeiro".

Leia-se: "O benefício de que tratam os arts. 3º e 4º da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.013, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário
EMENTA: CONCESSIONÁRIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA. VALORES REGISTRADOS NA CONTA CVA. TRIBUTAÇÃO.

As receitas reconhecidas em contrapartida aos valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) integram a base de cálculo dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e devem ser oferecidas à tributação no período de apuração em que forem verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil da concessionária. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 101, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 150; Código Tributário Nacional (CTN), arts. 43 e 114; Lei nº 6.404, arts. 177 e 187; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977; Lei nº 8.897, de 1995; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 251 e 274; Lei nº 9.718, de 1998; Portaria Interministerial MF/MME nº 25, de 2002; Pronunciamento Técnico CPC nº 30, de 2012; Orientação Técnica OCPC nº 08, de 2014; Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SER/ANEEL; Ato Declaratório Executivo Cosit nº 20, de 2015.

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal
EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta formulada em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida;

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa SRF nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, II.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe da Divisão

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO/RO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, considerando o item 07, letra B da IN SRF nº 80, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09 e tendo em vista o que consta dos processos 10240.720536/2016-41; 10240.720890/2016-76; e 10240.720940/2016-15. declara:

Art. 1º Perdidas em favor da Fazenda Pública Nacional, as mercadorias discriminadas nos Autos de Infração e Termos de Apreensão e Guarda Fiscal de números 0250100/NUANA000020/2016; 250100/NUANA000032/2016; 0250100/NUANA000033/2016. Dos processos em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SALVADOR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluído do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º, da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Salvador - 5ª R.F, na Rua Alceu Amoroso Lima, nº 862, 9º andar, Caminho das Árvores, CEP 41820-770, Salvador - Bahia.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. anterior, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas.

34.169.334/0001-05	16.362.238/0001-05	33.867.664/0001-01

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 105, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 40 inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06/05/2016 DOU 09/05/2016, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10680.721169/2016-11, declara:

Art. 1º - Inapta a inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica da empresa SEBASTIAO BARBOSA DOS SANTOS EIRELI - ME, CNPJ 06.240.209/0001-09, por não sido localizada no endereço indicado no CNPJ.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes nos artigos 45e 47, da supracitada Instrução Normativa.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 106, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 40 inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06/05/2016 DOU 09/05/2016, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 15504.726477/2016-91, declara:

Art. 1º - Inapta a inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica da empresa VIGLIS VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ 11.018.334/0001-09, por não sido localizada no endereço indicado no CNPJ.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes nos artigos 45 e 47, da supracitada Instrução Normativa.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Concede habilitação ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere o inciso VII do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 7° a 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, e considerando ainda o que consta do dossiê de atendimento nº 10100.004374/0716-37, resolve:

Art. 1º Declarar habilitada ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), a pessoa jurídica IAS INDÚSTRIA DE AVIAÇÃO E SERVIÇOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 05.116.872/0001-33, de acordo com o artigo 8º da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, e com a Instrução Normativa RFB nº 1.454/2014.

Art. 2º Os benefícios decorrentes desta habilitação, poderão ser usufruídos nas operações realizadas entre a data da publicação do ADE no Diário Oficial da União e 22 de março de 2032.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRED SENA IMBRIANI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.026936/0716-11, com fulcro nos artigos 4º, I, 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, I, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a própria operadora STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA., CNPJ nº 04.028.583/0001-10, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até as datas especificadas no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato revoga e substitui o de nº 30 de 06 de abril de 2015, bem como entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO DE CAMPOS MACHADO

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.026936/0716-11			
Nº DO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
04.028.583/0001-10	Campo em exploração Bacia Sedimentar de Campos: BM C-7	48610.003887/2000 BM-C-7	31.12.2020

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.026936/0716-11			
Nº DO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
04.028.583/0001-10	Campo em exploração Bacia Sedimentar de Campos: Blocos C-M-529	48610.001365/0008-65 BM-C-47	12.03.2014/31.12.2020 (nova habilitação com efeitos a partir de 20.06.2013)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso das atribuições previstas no art 224 e inciso VI do art 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203 de 14 de maio de 2012, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de identificação de aparelhagem médica nesta Unidade, resolve:

Art 1º - Designar ad hoc, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.020, de 31/03/2010, o Sr GUSTAVO ROMÃO DE ALMEIDA PRADO , CPF Nº 273.123.538-19, como credenciado para a prestação de serviço de perícia em mercadoria utilizada em medicina, a título precário e sem vínculo empregatício, nas mercadorias objeto da Declaração de Importação - DI nº 16/1261170-6 de 16/08/2016.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224, VII, combinado com o art. 302, IX, todos pertencentes ao Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, e, tendo em vista o art. 51, I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no processo administrativo nº 13839.004152/2010-51, resolve:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 157.620 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte) selos de controle (Tipo/Cor) "Bebidas Alcoólicas/Vermelha" e 31.680 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta) selos de controle (Tipo/Cor) "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedidos protocolados em 16/08/2016, ao contribuinte PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 33.856.394/0018-81, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/060 - ADE nº 22, de 14 de abril de 2011, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
Vodca Absolut	Caixas com 12 garrafas de 1.000 ml de vodca, de graduação alcoólica de 40%	88.320	7.360
Vodca Absolut	Caixas com 12 garrafas de 750 ml de vodca, de graduação alcoólica de 40%	69.300	5.775
Whiskey Jameson	Caixas com 12 garrafas de 1.000 ml de uísque, de graduação alcoólica de 40%	13.200	1.100
Whiskey Jameson	Caixas com 12 garrafas de 750 ml de uísque, de graduação alcoólica de 40%	18.480	1.540

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PORTARIA Nº 40, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - Inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despacho decisório exarado nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
00.158.599/0001-96	LBM RIO PRETO COBRANCAS LTDA - EPP	10850.722639/2016-68	01/09/2016
71.697.684/0001-70	PROJESP ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA - ME	10850.722640/2016-92	01/09/2016
67.062.372/0001-13	VIC VIAN CALCADOS LTDA - ME	10850.722641/2016-37	01/09/2016
47.846.043/0001-56	VANIN & VANIN LTDA - ME	10850.722642/2016-81	01/09/2016
55.580.310/0001-14	JOSE ELIAS MORAIS - ME	10850.722643/2016-26	01/09/2016
62.137.971/0001-35	ADELIS PAULA DOS SANTOS - ME	10850.722644/2016-71	01/09/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO LUIZ ALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 159, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 11516.000145/2013-40 de 04 de julho de 2013, declara:

Art. 1º Está inscrita no Registro especial a que estão sujeitos os produtores, os engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e os importadores de bebidas alcoólicas sob o nº 09201/119 o estabelecimento da Pessoa Jurídica COOPERATIVA FAMILIAR AGROINDUSTRIAL SUL CATARINENSE - COOFASUL, CNPJ nº 07.231.446/0001-76, situada na Estrada Geral de Rio Barro Vermelho, nº 1101, galpão, bairro De Villa, Urussanga/SC, CEP 88.840-000.

Art.2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a estandardizar, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Registro do Produto no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento Nº SC	Marca Comercial	Capacidade do Recipiente (ml)	Tipo Recipiente	Classificação Fiscal
Cachaça	22366 00001-3	Velho Pinho	50 160 500 700	Não-Retornável	2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03
Cachaça	22366 00002-1	Coofasul	50 160 500 700	Não-Retornável	2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03
Cachaça	22366 0003-0	Cafundó da Serra	50 160 500 700	Não-Retornável	2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03
Cachaça	000358-1.000004	Imigrante Prata	50 160 500 700	Não-Retornável	2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03
Cachaça	000358.1.000008	Imigrante Ouro	50 160 500 700	Não-Retornável	2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03 2208.40.00.03

Art. 3º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/FNS nº 125, de 10 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de julho de 2013.

Art. 4º A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA HELENA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA HELENA/PR, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	Nº PROCESSO
CLEBERTON FORMULO	081.737.869-33	10955.720029/2016-51

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudante de Despachante Aduaneiro, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE DEMARCHI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Atualiza relação dos produtos constantes do Registro Especial - Bebidas Alcoólicas nº 10107/0014.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Está inscrito no Registro Especial - Bebidas Alcoólicas, sob o nº 10107/0014, na atividade de engarrafador, o estabelecimento de CNPJ nº 89.719.173/0001-78 da empresa H WEBER CIA LTDA, situada na localidade de Picada 48 Alta, no município de Ivoti - RS.

Art. 2º O estabelecimento supra identificado está autorizado a engarrafar os produtos discriminados a seguir:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECEPIENTE
Aguardente	48 Alta	600 e 900 ml
Aguardente Composta (7 sabores diferentes)	48 Alta	900 ml
Aguardente Composta	Da Chica	500 ml
Aguardente Composta	Weber Haus	50 ml (7 sabores diferentes) 500 ml (8 sabores diferentes)
Batidas (4 sabores diferentes)	Lundu	700 e 750 ml
Bebidas Alcoólicas Mistas (12 sabores diferentes)	Da Chica	50 e 500 ml
Bebidas Alcoólicas Mistas (9 sabores diferentes)	Lundu	700 e 750 ml
Bebidas Alcoólicas Mistas (7 sabores diferentes)	Weber Haus	500 ml
Cachaça	Da Chica	500 ml
Cachaça	Lundu	1000 ml
Cachaça	Lundu Gold	1000 ml
Cachaça	Alambiques Gaúchos Prata	700 ml
Cachaça Branca	Bhar Moema	700 ml
Cachaça Envelhecida	Bhar Moema	700 ml
Cachaça Envelhecida	Da Chica	500 ml
Cachaça Envelhecida	Fogo de Chão	1000 ml
Cachaça Envelhecida	São Miguel	700 ml
Cachaça Envelhecida	Weber Haus	700 ml
Cachaça Prata	Fogo de Chão	1000 ml
Cachaça Prata	Weber Haus	50, 160, 670, 700 e 1000 ml
Cachaça Prata Orgânica	Weber Haus	700, 750 e 1000 ml
Cachaça Premium	Weber Haus	50, 160, 670 e 700 ml

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cachaça Premium	Alambiques Gaúchos	700 ml
Cachaça Extra Premium	Da Chica	500, 700 e 750 ml
Cachaça Extra Premium	Weber Haus	160 e 700 ml
Cachaça Extra Premium - 6 anos	Weber Haus Lote 48	700 e 750 ml
Cachaça Extra Premium - 12 anos	Weber Haus Lote 48	700 e 750 ml
Cachaça Premium Orgânica	Weber Haus	700 e 750 ml
Caipirinha	Lundu	200, 700 e 750 ml
Coquetel Fermentado de Maçã e Suco (4 sabores diferentes)	49 Pipas	900 ml
Licor	Weber Haus	375 ml (10 sabores diferentes) 50 e 160 ml (2 sabores diferentes) 500 ml (5 sabores diferentes)
Licor (2 sabores diferentes)	Scutellata	375 ml
Licor com Amburana	Weber Haus	500 ml
Cachaça Envelhecida em Barris de Amburana	Weber Haus	50, 670 e 750 ml
Cachaça Extra Premium	Fogo de Chão	700 e 750 ml
Cachaça Envelhecida	Rota Romântica	160 e 670 ml
Cachaça Envelhecida	Weber Haus Sassafrás	670 ml
Cachaça	Brazilian Passion	750 ml
Cachaça	Velho Pescador Prata	750 ml
Cachaça Envelhecida	Velho Pescador	750 ml
Cachaça Extra Premium	Velho Pescador	700 ml
Cachaça Envelhecida	Santa Marta	670 ml
Cachaça Premium Black	Weber Haus	750 ml
Cachaça	Santa Marta Prata	670 ml
Cachaça Premium	30 Luas	500 ml
Cachaça	Mais Amor	1000 ml
Cachaça Premium	Playboy	700 e 750 ml
Cachaça	Playboy	700 e 750 ml
Cachaça Orgânica	Yaguara	200 e 1000 ml
Cachaça	Yaguara	200, 700, 750 e 1000 ml
Cachaça Envelhecida	Yaguara	700 e 750 ml
Cachaça Prata	Da Chica	1000 ml
Cachaça Prata	Latina	1000 ml

Art. 3º O presente registro poderá ser cancelado a qualquer tempo em caso de desatendimento ou inobservância, pelo estabelecimento, dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/NHO Nº 35, de 04 de dezembro de 2015.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRCIO NESTOR DE LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DELIBERAÇÃO Nº 181, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Deliberação SUSEP Nº 140, de 13 de dezembro de 2010.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em 19 de agosto de 2016, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do art. 73 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 338, de 9 de maio de 2016, resolveu:

Art. 1.º Alterar o Art.6º da Deliberação SUSEP Nº 140, de 13 de dezembro de 2010, publicada DOU nº 238, Seção 1, pag. 61, de 14 de dezembro de 2010 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O CTIC será composto pelo Diretor da Diretoria de Administração, pelo Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGETI, e pelos integrantes, a serem designados por ato Superintendente:

I - 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Administração e Finanças - CGEAF, da Diretoria de Administração;

II - 1 (um) representante da Diretoria Organização do Sistema de Seguros Privados - DIORG;

III - 1 (um) representante da Diretoria de Supervisão de Conduta - DICON;

IV - 1 (um) representante da Diretoria de Supervisão de Solvência - DISOL;

Parágrafo único. A Presidência do CTIC ficará a cargo do Diretor da Diretoria de Administração da SUSEP".

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 6.637, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do Processo Susep 15414.001776/2015-47, resolve:

Art. 1° Homologar a transferência de controle acionário indireto da HSBC Seguros (Brasil) S.A., CNPJ 76.538.446/0001-36, HSBC Empresa de Capitalização (Brasil) S.A., CNPJ 33.425.075/0001-73 e HSBC Vida e Previdência (Brasil) S.A., CNPJ 05.607.477/0001-76, do HSBC LATIN AMERICA HOLDINGS (UK) LIMITED para o BANCO BRADESCO S.A., CNPJ/MF 60.746.948/0001-12, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 31 de julho de 2016 e o Instrumento Particular de Alteração do Contrato da HSBC Serviços e Participações Ltda, CNPJ 62.448.162/0001-44 - trigésima sexta Alteração de 1º de julho de 2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 55, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto-Lei no 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do processo Susep 15414.001642/2016-15, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos conselheiros de administração de CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 01.599.296/0001-71, com sede na cidade de Brasília - DF, na reunião do conselho de administração realizada em 4 de maio de 2016:

I - Eleição dos membros do conselho consultivo financeiro; e

II - Destituição e eleição de diretores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 56, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001412/2016-48, resolve:

Art.1° Aprovar a eleição de administradores de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 87.376.109/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus acionistas nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DE PAULA

PORTARIA Nº 57, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de AIG RESSEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 13.525.547/0001-52, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus acionistas na assembleia geral ordinária realizada em 30 de março de 2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 58, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001624/2016-25, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP, CNPJ n. 62.088.042/0001-83, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de abril de 2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 59, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001630/2016-82, reolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 16.551.758/0001-58, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 2 de maio de 2016:

I - Eleição de administrador; e

II - Consolidação do estatuto social.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 60, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo SUSEP 15414.001992/2016-73, reolve:

Art.1° Aprovar a renúncia e eleição de administradores de STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 17.341.270/0001-69, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 1° de junho de 2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Justiça e Cidadania

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 24 de agosto de 2016

Nº 1.027 - Ato de Concentração nº 08700.005524/2016-87. Requerentes: HNA Group Co., Ltd. e Gategroup Holding AG. Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Luciana Martorano e outros. Decido pelo não conhecimento.

Nº 1.029 - Processo Administrativo nº 08700.009879/2015-64 (relacionado ao apartado de acesso restrito nº 08700.004397/2015-18). Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Representados: Luiz Antônio Amin, Juvino Luiz Capello, Scherly Magnabosco Mascarello, Jonas Reimer, Lineu Barbosa, Fernando Cesar Garcia, Wilson Roberto Leal de Lima, Eduardo Poffo, Reinaldo Geraldi, Daniel Contini Dallmann, João de Ávila Sousa, Marcelo Messias de Lima Pereira, Eduardo Schmidt Bauer, José Edmundo Krug, Jorge Zandoná, Elias Antonio Piva, Jacqueline Ceolim, Emerson Ceolim, Manoel Martins Henriques, Regina Aparecida Magnabosco, Sandro Paulo Tonial, José Augusto Prima de Figueiredo Lima, Israel Patrício, Paulo Antônio Vieira Pasetti, Tiago Carlos Reis, Edianez Bogo Floriano, Sergio Victor Olbrich, Joel D´Agostini, Alencar Felício Reis, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Cyntia de Castro de Carvalho Lima, Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Santa Catarina, Auto Posto Amin Ltda, Posto Continental Ltda, Estação Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-30), Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-11), Postoville Ltda, Posto Aldi Ltda, Auto Posto Mercado Ltda, Auto Posto Olinda Ltda-ME, Posto Getulio Ltda, Auto Posto JC Ltda, Auto Posto JC Ltda (APA), Auto Posto Geraldi Ltda, Posto Padre Reus Ltda, Posto Graciosa Ltda, Posto Fátima Ltda, Posto Jariva Ltda, Posto Bemer Ltda, Auto Posto Pirai Ltda, Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0001-74), Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0007-6), Posto Guaíra Ltda, Posto de Combustíveis Valência Ltda, Posto Monza Ltda, Auto Posto Maranello Ltda, Auto Posto Modena Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda (Posto Brasville), Auto Posto São Benedito Ltda, Posto JA Ltda, Posto Z11 Ltda, AM Combustíveis Ltda, Posto Z10 Ltda, Posto LC Ltda, Posto Zandona Ltda, 3Auto Posto Ceolim Ltda, Auto Posto Prudente - Portico Ltda, Auto Posto Prudente Ltda, América Comercio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Binário Ltda, Auto Posto Estrela Prateada Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Serra da Estrela Ltda, Auto Posto Floresta Ltda, Posto Aliança Ltda, Ipiranga Produtos de Petróleo S/A, Rejaile Distribuidora de Petróleo Ltda e Alesat Combustíveis S.A. Advogados: Alessandro Gruner, João Eduardo Demathé, Demetrio Frederico Riffel Jorge, Gabriela Wentz Vieira, Lauro Celidônio Gomes dos Reis Neto, Carlos Francisco de Magalhães, Hermes Nereu Oliveira, Elton Abreu Cobra, Marcelo Machini, Leonardo Canabrava Turra, Leonardo Oliveira Callado, Carlos Janilson Rego de Freitas, Aline Palhares, Paulo Teixeira Morínigo, Amazonas Francisco do Amaral, Renato Oliveira de Azevedo, Danielly Carvalho Pacheco, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Sandro Paulo Tonial, Caroline Carlesso, Beno Brandão e outros. Acolho a Nota Técnica nº 67/2016/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Assim, decido: i) pelo deferimento do pedido de reconsideração da preliminar de ilegitimidade passiva do Posto Graciosa V (CNPJ 84.708.437/0007-60), excluindo-o do polo passivo deste Processo Administrativo; ii) pelo indeferimento do pedido de reconsideração das preliminares de (a) ilegitimidade passiva de Am Combustíveis e Posto Z11; (b) de atipicidade da conduta de Joel D´Agostini e Posto Aliança; de (c) inadmissibilidade das provas emprestadas do juízo criminal; e (d) de necessidade de definição de mercado relevante; iii) pelo indeferimento do pedido de reconsideração da decisão que não acolheu o pedido de produção de provas periciais econômicas, contábeis e fotográficas e que permitiu a possibilidade de substituição da oitiva por declarações escritas das testemunhas arroladas pelos Representados; iv) pelo indeferimento do pedido de desentranhamento dos áudios das gravações ambientais não mencionados na Nota Técnica de Instauração; v) pela intimação dos Representados Fernando Garcia, Israel Patrício e João de Ávila Sousa para prestação de esclarecimentos em audiências cujo endereço, data e horários de realização estão indicados no item II.4 da Nota Técnica nº 67/2016, advertindo-os que o seu não comparecimento injustificado implicará na aplicação de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 41 da Lei 12.529/11; vi) pela intimação das testemunhas arroladas no item II.4 da Nota Técnica nº 67/2016 para que compareçam no local, data e horários especificados no mesmo item II.4 da Nota Técnica nº 67/2016, advertindo-as que o seu não comparecimento injustificado implicará na aplicação de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 41 da Lei 12.529/11; e vii) pela intimação dos Representados da realização de tomada de depoimentos e oitivas de testemunhas no endereço, data e horários indicados no item II.4 da Nota Técnica nº 67/2016, para que delas participem, caso queiram.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

RETIFICAÇÃO

No Despacho SG nº 1025/2016, publicado no DOU nº 163, de 24 de agosto de 2016, Seção 1, página 21, referente ao Ato de Concentração nº 08700.003925/2016-01. Requerentes: Nippon Yusen Kabushiki Kaisha, Ezra Holdings Limited, Chiyoda Corporation e Emas Chiyoda Subsea Limited. Advogados: Mariana Tavares de Araujo, Ana Paula Martinez e outros. Onde se lê: "Ato de Concentração nº 08700.003925/2016-01" leia-se: "Ato de Concentração nº 08700.005939/2016-51"

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.527, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17934 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOPERATIVA DE CONSUMO COOPERCICA, CNPJ nº 50.974.732/0001-50 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.530, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/30264 - DPF/BRU/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIMED COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 44.463.156/0001-84 para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1692/2016 (CNPJ nº 44.463.156/0001-84) e nº 1693/2016 (CNPJ nº 44.463.156/0023-90).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.538, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/39110 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDAÇÃO DO ABC - HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITÁRIO DE SBC, CNPJ nº 57.571.275/0005-26 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.546, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/47532 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE HEBRAICO BRASILEIRA RENASCENCA, CNPJ nº 61.166.369/0001-63 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.744, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50971 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

Conceder autorização, à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0009-80, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.773, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/44262 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SÃO PAULO, CNPJ nº 60.502.242/0001-05 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.807, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/43579 - DPF/LGE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PORTUGAS DISCO CLUBE LTDA, CNPJ nº 00.997.394/0001-02 para atuar em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.822, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/52288 - DPF/SCS/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PARA VIGILANTES SNIPPER LTDA, CNPJ nº 06.211.012/0001-41, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.865, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/52643 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa CEFAT - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 01.141.037/0001-00, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
1 (uma) Pistola calibre .380
2 (dois) Revólveres calibre 38
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Estojos calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
4830 (quatro mil e oitocentas e trinta) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Estojos calibre .380
4830 (quatro mil e oitocentos e trinta) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.869, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/36695 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

Conceder autorização à empresa SECOPI - SEGURANÇA COMERCIAL DO PIAUI LTDA, CNPJ nº 12.062.071/0001-06, sediada no Piauí, para adquirir:

Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0001-96:
15 (quinze) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.874, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/53354 - DPF/BRU/SP, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Conceder autorização à empresa MINER SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 24.252.092/0001-65, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.885, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/29417 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OMNI EMPRESA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 72.649.734/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1843/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.886, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/37024 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELITE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.713.185/0001-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1846/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.899, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/54532 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa SJT SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.712.329/0002-33, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Revólveres calibre 38
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.907, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/48470 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BLACK WATER SECURITY BRAZIL EIRELI, CNPJ nº 12.888.032/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1859/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 170, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA, nomeado através da Portaria nº 416 de 11/12/2014, publicada no D.O.U em 12/12/2014 usando das atribuições que lhe confere o art. 107 do anexo da Portaria nº 1.375, de 02/08/2007, do Senhor Ministro da Justiça, publicada no D.O.U. de 06/08/2007, CONSIDERANDO os autos do procedimento administrativo de apuração de descumprimento obrigacional nº 08655.006286/2013-77, a Decisão Administrativa nº 18/2016 e o Despacho Decisório nº 126/2016, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa contratada OCEANUM EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP (CNPJ: 12.092.312/0001-51), as penalidades de:

I. MULTA, com fulcro no subitem 20.2.a, de 0,2% (dois décimo por cento) do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2013, sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do licitante. Os itens prejudicados foram o 01 (valor estimado em R$ 863.648,92 - oitocentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos), 02 (valor estimado em R$ 24.444,92 - vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais reais e noventa e dois centavos) e 03 (valor estimado em R$ 23.268,44 - vinte e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo, dessa forma, o total da multa de R$ 1.822,72 (mil oitocentos e vinte e dois reais e setenta e dois reais).

II. IMPEDIMENTO DE LICITAR COM A UNIÃO POR 02 (DOIS) MESES, com fulcro no subitem 20.2.b do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFERSON ALMEIDA MORAES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIAS DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 180 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

DANELLE ARIADNA BARRIENTOS VIDAL, natural do Peru, nascida em 16 de setembro de 2005, filha de Jimmy Henry Barrientos Torrejon e de Mayra Andrea Vidal Chong, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo: 08461.007104/2016-03);

HANNA SOFIA LOACKER, natural da Alemanha, nascida em 25 de abril de 1998, filha de Robert Loacker e de Maria Del Carmen Castro de Loacker, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08506.013864/2016-88);

HASSAN EL BANDAR, natural do Líbano, nascido em 03 de março de 2010, filho de Fahed Al Bandar e de Dalal Baydoun, residente no Estado do Paraná (Processo: 08389.020874/2015-72);

KAYS EMAD MOHAMED ALDAHMANI, natural da Líbia, nascido em 20 de março de 2007, filho de Emad Mah Abubaker Dahmani e de Eman Salem Omar Elzubidi, residente no Distrito Federal (Processo: 08280.026964/2015-85);

NNAMDI JOEL IDAM, natural da Nigéria, nascido em 16 de janeiro de 2008, filho de Ikenna George Idam e de Bridget Uhunoma Idam, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo: 08461.007281/2016-81);

RYAN ADAM AL AFGHANI, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 21 de agosto de 2011, filho de Emad Eddin Al Afghani e de Mafaz Nazzal, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.054406/2016-17);

SARAH VAN DEN BERGE, natural da Bélgica, nascida em 01 de setembro de 1999, filha de Stefan Luc Christian Van Den Berge e de Tania Agnes Bruinje, residente Santa Catarina (Processo: 08495.004329/2016-11);

TAMER EL OKDI, natural do Líbano, nascido em 05 de janeiro de 2011, filho de Chadi El Okde e de Heba Karam Al Deen, residente no Estado do Paraná (Processo: 08389.028962/2015-12);

TAYM ALNASSAN MUSTAFA, natural da Arábia Saudita, nascido em 14 de novembro de 2010, filho de Osama Mustafa e de Fatima Alnassan, residente no Distrito Federal (Processo: 08280.015480/2016-91) e

VICTORIA NZIMBU MAMBU, natural da Angola, nascida em 18 de março de 2009, filha de Roberto Mambu e de Maria Nsimba Mambu, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.055083/2016-71).

Nº 181 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALENA NIKOLAEVNA GAMM - V655726-G, natural da Rússia, nascida em 20 de fevereiro de 1986, filha de Nikolay Nikolaevitch Melnikov e de Marina Vladimirovna Gamm, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.005783/2015-05);

ALINA ERAKOVA MONTEIRO PONTE - V825270-0, natural da Rússia, nascida em 25 de janeiro de 1989, filha de Victor Pavlovich Erakov e de Natalia Yurievna Erakova, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.001182/2016-64);

ANALIA ESTER LOPEZ CAMPEZANO - V576625-C, natural da Argentina, nascida em 08 de dezembro de 1982, filha de Nicolas Lopez e de Maria Ester Herrera, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.007511/2014-87);

DANIEL ERNESTO DE LOS SANTOS NOVO - V432938-5, natural do Uruguai, nascido em 17 de abril de 1970, filho de Francisco de los Santos e de Elsa Novo, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.004822/2014-61);

DOMINIQUE EDMOND PIERRE SIGNORA - V192434-I, natural da França, nascido em 17 de setembro de 1967, filho de Roselyne Simone Christiane David e de Andrea Valentino Signora, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108090/2015-00);

ISTABRAQ FALAH ALRUBAIE - V488118-K, natural do Iraque, nascida em 05 de março de 1981, filha de Falah Alrubaie e de Salima Abdul Aziz, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.007231/2014-75);

MAHA ALI ASSI - Y341440-K, natural do Líbano, nascida em 21 de setembro de 1981, filha de Ali Assi e de Naime Barakat, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.015814/2015-38);

PAVEL CAMACHO SHURAVIN - V443901-H, natural da Bolívia, nascido em 04 de abril de 1978, filho de Israel Camacho Bustamante e de Ludmila Ivanovna Shuravin, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.007608/2016-25);

ROSAMEL MELITA MUNOZ RIOFANO - V151917-R, natural do Peru, nascida em 21 de março de 1965, filha de Jacinto Munoz Jimenez e de Julia Riofano Guerra, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08707.006611/2015-19);

ROXANA ISABEL CARDOZO GONZALES - V218727-E, natural do Peru, nascida em 16 de fevereiro de 1969, filha de Alvaro Cardozo Sanda e de Juana Isabel Gonzales Tunjar, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08792.003434/2015-99);

RUBEN JACINTO BARRERA LABRADA - V932920-Q, natural de Cuba, nascido em 11 de setembro de 1951, filho de Clemetico Barrera Perez e de Delia Labrada Avila, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08310.003563/2015-52); e

SEMEN GRINBERG - V388960-X, natural de Rússia, nascido em 15 de maio de 1975, filho de Efim Grinberg e de Railya Shakirzyanova, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.047172/2015-62).

GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE
Em 30 de junho de 2015

DECLARA que EULÁLIA MARQUES MÓNICO BERNARDES, incluída na presente Portaria de Igualdade nº 82, de 27 de Janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 28 de Janeiro de 2005, após a Divórcio Consensual, voltou a usar o nome de solteira, EULÁLIA MARQUES MÓNICO, conforme sentença proferida pelo MM. Juíz de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional I, Santana, Comarca da Capital Estado de São Paulo, datado de 19 de Setembro de 2006, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do 22º Subdistrito-Tucuruvi, Comarca do Estado de São Paulo, registrada no livro B-263, folhas nº 278, sob nº 40.402. Processo nº 08505.039031/2003-32.

Em 9 de julho de 2015

DECLARA que ADALCINA ADELAIDE GUERRA LEAL, incluída na presente Portaria de Igualdade de Direitos Políticos, nº 56-B, de 19 de Fevereiro de 1974, passou a assinar ADALCINA ADELAIDE GUERRA LEAL IGLESIAS, por haver contraído matrimônio com JOSÉ IGLESIAS PEREZ NETO, aos 18 de Dezembro de 1980, conforme Certidão de Casamento expedida pela República Federativa do Brasil, Registro Civil das Pessoas Naturais de Santos, 1º Subdistrito, Comarca de Santos, Estado de São Paulo, registrada no livro B-32, folhas 98, sob o nº 9105. Processo nº 1.138/74. Processo nº 08018.002000/2015-51

Em 21 de julho de 2015

DECLARA que SILVINA MARIA DIAS RIBEIRO, incluída na presente Portaria de Igualdade de Direitos Políticos, nº 64 de 22 de fevereiro de 1991, passou a assinar SILVINA MARIA DIAS RIBEIRO FERREIRA JULIO, por haver contraído matrimônio com WLADIMIR TADEU FERREIRA JULIO, aos 11 de Setembro de 1992, conforme Certidão de Casamento expedida pela República Federativa do Brasil, Registro Civil do 1º Subdistrito Sede, Estado de São Paulo, registrada no livro B-104, folhas 107, sob o nº 11.520. Processo nº 898/90-8502. Processo nº 08000.020530/2015-71

Em 14 de julho de 2016

CERTIFICO que da pasta de Decretos Coletivos de Naturalização consta o seguinte registro: "O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da faculdade que lhe confere o artigo 7º, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, alterada pela Lei nº 3.192, de 04 de julho de 1957, RESOLVE, conceder a naturalização, pelo Decreto Coletivo nº 041, de 07 de julho de 1958, na conformidade do item IV do artigo lº da Lei 818, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a PASCHOAL COLUCCI, natural da Itália, nascido a 17 de outubro de 1921, filho de VICENTE COLUCCI e de DOMINGAS PALLADINO COLUCCI,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

residente no Estado de São Paulo". CERTIFICO ainda que a correta grafia do nome de PASCHOAL COLUCCI e seus genitores, incluídos na presente 2ª via, é PASQUALE COLUCCI, filho de VICENZO COLUCCI e de DOMENICA PALADINO, conforme certidão de óbito, expedida pela República Federativa do Brasil, Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas da Sede da Comarca-Bragança Paulista, Estado de São Paulo, livro nº 159, folhas 081, sob o nº 46641. Processo nº 10294/58. Processo nº: 08000.029217/2016-89

Em 21 de julho de 2016

DECLARA que SILVINA MARIA DIAS RIBEIRO, incluída na presente Portaria de Igualdade de Direitos Políticos, nº 64 de 22 de fevereiro de 1991, passou a assinar SILVINA MARIA DIAS RIBEIRO FERREIRA JULIO, por haver contraído matrimônio com WLADIMIR TADEU FERREIRA JULIO, aos 11 de Setembro de 1992, conforme Certidão de Casamento expedida pela República Federativa do Brasil, Registro Civil do 1º Subdistrito Sede, Estado de São Paulo, registrada no livro B-104, folhas 107, sob o nº 11.520. Processo nº 898/90-8502. Processo nº 08000.020530/2015-71

Em 25 de julho de 2016

CERTIFICO que consta desta Divisão de Processos Migratórios, o seguinte registro: "Portaria nº 216, de 20 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2015, O MINISTRO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 111 da Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980, com a redação dada pela Lei nº 6.964, de 09 de dezembro de 1981, RESOLVE: conceder naturalização, na conformidade do art. 12, II, a, da Constituição Federal, a GONZALO MIGUEL CANALES RODRIGUEZ, natural do Chile, nascido em 08 de setembro de 1982, filho de GASTON ALBERTO CANALES MIRANDA e de PATICIA DEL CARMEN RODRIGUEZ CEVERICH, residente no Distrito Federal, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e Leis do Brasil". CERTIFICO ainda que onde se lê a grafia do nome PATICIA DEL CARMEN RODRIGUEZ CEVERICH, incluído na presente 2ª via, leia-se PATRICIA DEL CARMEN RODRIGUEZ CEVERICH, e não conforme constou. Processo nº: 08000.029226/2016-70

Em 3 de agosto de 2016

DECLARA que a exata grafia da genitora de JOAQUIM JOÃO CAETANO MENEZES, incluída na presente Portaria de Naturalização nº 273-Gb, de 28 de setembro de 1971, é MARIA CAETANO NOIVO MENEZES, e não conforme constou. Processo nº: 08000.032361/2016-01

DECLARA que ZYRON ZIA LOPEZ, incluído na Portaria de Naturalização nº 87, de 15 de maio de 2015, é natural da Sérvia, e não conforme constou. Processo nº 08491.0044982013-30

Em 11 de agosto de 2016

DECLARA que os nomes dos genitores de ISABEL YI CHING WONG, incluídos na Portaria de Naturalização nº 167, de 03 de julho de 2014, são YANI WONG e ANA CHENG WONG, e não conforme constou. Processo nº: 08354.004108/2013-04

Em 17 de agosto de 2016

DECLARA que IDA BERGER VIEIRA, incluída Portaria de Naturalização, nº 212 de 13 de novembro de 1970, voltou a usar seu nome de solteira IDA BERGER, em virtude do desquite amigável, por sentença proferida aos 31 de outubro 1973, pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família, averbada na certidão de casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, Comarca de Goiânia-GO, registrada no livro nº 142. Fls. 41, sob o nº 8380. DECLARA,ainda que, IDA BERGER, passou a assinar IDA BERGER TEDESCO, por haver contraído matrimônio com NILTON TEDESCO REIS, aos 30 de julho de 1981, conforme certidão expedida pelo 3º Registro Civil e Tabelionato de Notas, Comarca da Capital do Estado de Goiás, registrada às fls. 13, livro nº 171, sob n.º 2586. Processo nº 08018.001539/2016-74

DECLARA que, MARIA IDA SOUSA DA SILVA, incluída na Portaria de Naturalização nº 187-GB, de 16 de julho de 1971, passou a assinar MARIA IDA DA SILVA SANTIAGO, por haver contraído matrimônio com ANICETO DE PINHO SANTIAGO, aos 12 de julho de 1975, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Circunscrição Freguesia de São Cristóvão do Estado da Guanabara -RJ, registrada no livro nº BR-11, folhas 233, sob nº 3226. Processo nº 08018.001428/2016-68.

DECLARA que, ALEXANDRA STERIAN, incluída na Portaria de Naturalização nº 372 de 16 de abril de 1979, continua a usar o nome de solteira, ALEXANDRA STERIAN, por haver contraído matrimônio com AUGUSTO JOSÉ BRAGA DE ANDRADE, aos 05 de abril de 2003, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito de Jardim América, Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no livro nº 62, folhas 04, sob o nº 14297. Processo nº 08018.000251/2016-82

DECLARA que onde se lê a data de nascimento 16 de julho de 1985 de KATIA VIVIANA AGUILAR VILDOSO, e a grafia do nome dos seus genitores, incluído na Portaria de Naturalização nº 127, de 30 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2016, leia - se 19 de julho de 1965, filha de Carlos Rafael Aguilar e de Olga Marcela Vildoso de Aguilar, e não conforme constou. Processo nº 08354001761201575

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08505044281201617, ADEWALE ALANI OYESILE, com fulcro no Art. 112, inc.VII, da Lei 6.815/80, alterada pela Lei 6.964/81, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016.

Processo: 08441.002570/2016-22, HAYTHAM ABDUL RAHMAN KHALAF, carece de amparo legal.

Processo: 08270011846201672, RUI MANUEL FERNANDES CORREIA, por não ter sido localizado no endereço declarado nos autos.

Processo: 08505035156201616, FIDEL MOURA INTEQUE, por não ter sido localizado no endereço declarado nos autos.

Processo: 08505035161201611, MOHAMAD AHMAD ZEINEDDINE, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08505035162201665, JONAS OBINNA EJIOFOR, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08354009955201519, GREGORIO NAJERA BANDERA, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08296002751201599, FAYED ABDELATIF ABDELMAGIED ABDELHADY, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08000.007073/2016-18, MICHIKO MAEDA, não residir no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos anteriores ao pleito.

Em 18 de agosto de 2016

Processo: 08494002980201577, YSIDRO SUCASACA HUARACHE, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08240024121201359, NIZAR MOHAMAD ABDELHAMEED MWAS, não foi localizado no endereço declarado nos autos.

Em 22 de agosto de 2016

Processo: 08389015847201588, IBRAHIM AHMAD BAZZOUN, não ter comprovado residir no território nacional há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos.

Em 17 de agosto de 2016

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino a manutenção do arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08505.108.024/2015-21, OLAWALE MOSES TOFADE, o não conhecimento do pedido de reconsideração e, por conseguinte a manutenção do arquivamento do processo em epígrafe.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os pedidos de permanência definitiva nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados;

Processo Nº 08505.023620/2005-61 - YUAN TSUNG FU
Processo Nº 08460.008081/2016-56 - HASINAT KOSTANI
Processo Nº 08505.124765/2015-50 - HAIBIN CAI
Processo Nº 08505.065263/2016-61 - BEI CAO
Processo Nº 08505.065302/2016-20 - YESIKA COARITE APAZA
Processo Nº 08354.004568/2016-77 - MELISSA CONTE
Processo Nº 08212.004612/2015-82 - ANA MARIA BAY
Processo Nº 08505.044414/2016-47 - ZHURU LIN
Processo Nº 08505.044251/2016-01 - EMILE CAMILO BRUNO MARIE BONDUELLE
Processo Nº 08505.044252/2016-47 - SALOME BLACA MARIE BONDUELLE
Processo Nº 08505.044253/2016-91 - ANA MARIA DAZA NAMEN BONDUELLE
Processo Nº 08505.016846/2016-68 - RAYA ABDALLAH MAJZOUB
Processo Nº 08705.001569/2015-51 - SACHIYO NAGASHIMA
Processo Nº 08280.011123/2015-73 - GEORGES SALAMEH

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08376.001492/2016-70 - HUILMAN SANCA SANCA
Processo Nº 08709.006346/2016-21 - RODRIGO ARANIBAR RIVERO
Processo Nº 08436.006097/2016-21 - LAWRENCE NICOLAS DIANE
Processo Nº 08102.005361/2016-81 - VICTORIA PANERO
Processo Nº 08460.023098/2016-33 - LEONARDO ERNESTO MOBILIO FONOLLOSA
Processo Nº 08102.003999/2016-88 - DUBAN ANDRES GARCIA MONTOYA

DEFIRO os pedidos de residência permanente nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionados:

Processo Nº 08495.004995/2016-41 - MAXIMILIANO LUCAS MARTUMANIAN
Processo Nº 08492.011276/2016-25 - TERESA MIRIAM AGUIRRE
Processo Nº 08492.009345/2016-11 - ESTELA ANGELICA PEPE
Processo Nº 08492.009346/2016-66 - NICOLAS PATRICIO TEIXIDOR
Processo Nº 08492.009347/2016-19 - LUCIANA BELEN TEIXIDOR
Processo Nº 08505.051311/2015-52 - GABRIELA INES NADAL e JOSEFINA MARIA ANDRI
Processo Nº 08495.002419/2015-88 - SILVINA BEATRIZ PADULA
Processo Nº 08492.009348/2016-55 - DANIEL GUILLERMO TEIXIDOR

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos do art. 7º da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, para a nacional portuguesa INES MARGARIDA DOS SANTOS DA PONTE, vinculado ao prazo do chamante, o Sr. NUNO DUARTE FERNANDES BATISTA, até 15/10/2017.

Processo Nº 08506.010285/2016-83 - INES MARGARIDA DOS SANTOS DA PONTE

DEFIRO o presente pedido de residencia temporária, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, com prazo de estada vinculado ao do chamante Sr. GIANLUCA DI FLORIO, até 01/08/2018.

Processo Nº 08354.003286/2016-52 - GIANLUCA DI FLORIO, ANGELO DI FLORIO

Defiro o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ficando o prazo da requerente vinculado ao do chamante, Sr. DAVID EMANUEL ALMEIDA PISSARA.

Processo Nº 08102.003713/2016-64 - CATARINA ALEXANDRA FIGUEIREDO RODRIGUES

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião de familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ficando o prazo da requerente vinculado ao do chamante, Sr. DONAL GERARD OROURKE, até 16/08/2017.

Processo Nº 08505.044090/2016-47 - LORRAINE MARY MC GOVERN

Defiro o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ficando o prazo da requerente vinculado ao do chamante, Sr. ROBERTO MONZON GONZALEZ, até validade até 11/12/2016.

Processo Nº 08460.013672/2016-45 - SOFIA MONZON RODRIGUEZ

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ficando o prazo da requerente vinculado ao do chamante, Sr. ROBERTO MONZON GONZALEZ, até validade até 11/12/2016.

Processo Nº 08460.013656/2016-52 - JENNIFER RODRIGUEZ GONZALEZ

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao prazo da chamante, Sra. MARTHA LILIANA MANTILLA MONSALVE, com validade até 28/02/2017.

Processo Nº 08707.001296/2016-14 - TELMA CAMILA FORERO MANTILLA

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao visto da chamante, Sra. SUTHIDA PHAKDITHAI, com validade até 19/12/2017.

Processo Nº 08270.008273/2016-08 - ISABELLE COPITET

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar para a Sra MARCIA ELIZABETH MARTINEZ RICANO, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao visto do chamante, Sr. CHRISTIAN DI ROCCO, com validade até 25/03/2017.

Processo Nº 08102.010650/2015-11 - MARCIA ELIZABETH MARTINEZ RICANO

DEFIRO o pedido de Reunião Familiar, nos termos do art. 2º inciso IV, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, com estada legal no País vinculada ao mesmo prazo do chamante, até 13/01/2017

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.081393/2015-60 - JASMIN LAYLA RICHIE

Anulo o Ato publicado no Diário Oficial da União de 23/08/2016, Seção 1, pág. 18, e Defiro o pedido de permanência definitiva nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.044250/2016-58 - EVA MARIE AMELIE BONDUELLE

Anulo o Ato publicado no Diário Oficial da União de 10/05/2016, Seção 1, pág. 47, e DEFIRO o pedido de residência temporária a título de reunião familiar para o menor GYEOL HAN, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao visto do chamante, Sr. HONG KUK HAN, com validade até 20/06/2017.

Processo Nº 08505.137152/2015-82 - GYEOL HAN

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.031709/2015-53 - XAVIER TORNE PEDROL

Processo Nº 08000.034947/2015-11 - ISRAEL GARCIA HERNANDEZ, ANA BELEN LAMAGRANDE LURUENA, ELSA GARCIA LAMAGRANDE

Processo Nº 08505.081608/2015-42 - JONATHAN AUGUSTE MICHEL DELATIRE

Processo Nº 08505.081577/2015-20 - NAOKI MURAOKA, AI MURAOKA e MIYO MURAOKA

Processo Nº 08270.023700/2015-99 - JUNGSUK LEE

Processo Nº 08000.028999/2015-58 - EDWIN THOMAS HODGES

Processo Nº 08000.028790/2015-94 - RICARDO HAZAEL DEL RAZO CANALES

Processo Nº 08505.080701/2015-30 - ALBERTO DELGADO QUINONES

Processo Nº 08505.075903/2015-60 - YUNEKYUNG NA

Processo Nº 08505.080785/2015-10 - DAE GEUN KIM

Processo Nº 08505.080858/2015-65 - MINGXING LI, FANGFANG WAN e YIMO LI

Processo Nº 08505.080846/2015-31 - DANIEL BRITO DUARTE ESTEVES MAINHO

Processo Nº 08461.005534/2015-00 - MONICA IVONNE HERRERA CRUZ

Processo Nº 08505.051510/2015-61 - IVO ALEXANDRE DA CUNHA VIEIRA PINTO

Processo Nº 08505.051502/2015-14 - MICHAEL BELK

Processo Nº 08000.028382/2015-32 - CARLOS DANIEL MIRANDA BRITES

Processo Nº 08505.075558/2015-64 - BRUNO MIGUEL DA SILVA GONÇALVES DE SOUSA RIBEIRO

Processo Nº 08460.015401/2015-43 - GASPAR DE COIMBRA TORRES DE QUEIROZ VASCONCELOS E LENCASTRE

Processo Nº 08461.002756/2015-62 - CRISTHOPER LUIS ESCUDERO AMPUERO, LOURDES JUDITH CASTILLO TORRES

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Permanência Definitiva, com base no art. 5º da Resolução Normativa nº 01 de 29 de abril de 1997.

Processo Nº 08505.080717/2015-42 - GUILLERMO DE LA PAZ ARIAS BEATON

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.022657/2014-26 - ALEJANDRA MABEL GALVANI

Processo Nº 08460.027971/2013-14 - MARINA GALINDO CHENARD

Processo Nº 08460.040266/2015-74 - CEDRIC STEVEN CORDOVA DE LA TORRE

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.106743/2015-16 - XIANG SUN

Processo Nº 08505.064643/2015-05 - NIYANTRI RAMAKRISHNAN

Processo Nº 08280.011172/2015-14 - EZDIHAR HAYAS

Processo Nº 08260.001624/2013-18 - MAHDI CHEAITO

Tendo em vista o vencimento do prazo do contrato de trabalho firmado entre o estrangeiro e a instituição de ensino, conforme documento juntado no processo n° 08240023630201526, DETERMINO o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08240.024841/2015-86 -TERESA MARGARITA CARDENAS FERRER

Considerando que já decorreu prazo superior ao da estada solicitada, determino o ARQUIVAMENTO do presente processo. Com efeito, REVOGO o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/02/2016, Seção 1, pag. 23.

Processo Nº 08240.022999/2015-11 - LUIS DELFIN ROJAS PURON

Considerando que já decorreu prazo superior ao da estada solicitada, determino o ARQUIVAMENTO do presente processo.

Processo Nº 08240.023619/2015-66 - ISRAEL FRANCISCO BENITEZ PINA

Determino o arquivamento dos processos, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.054359/2015-12 - ANDRE AREIA DA CUNHA PEREIRA

Processo Nº 08000.029244/2015-71 - MARLON ANGELO MOHAMMED, TREVINE MARIA JACKSON MOHAMMED, MALEAH SADE SARIAN MOHAMMED, TAMIA THALYA MARIE MOHAMMED, MARQUIS DAVID TREVOR MOHAMMED

Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08390.002259/2015-45 - MARCIN ROBERT RAIMAN

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o falecimento do requerente.

Processo Nº 08495.005090/2013-45 - ANTONIO EDUARDO CALADO GODINHO

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08506.019939/2014-72.

Processo Nº 08506.009997/2014-98 - MARRIAM YAMIN

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista os estrangeiros encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08495.001090/2014-57 - JUAN CAMILO BELTRAN PEREZ

Processo Nº 08270.007434/2015-57 - ENRICO SORIA

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista o requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.005488/2016-68 - FATIMH SAFADI

INDEFIRO os pedidos de Reunião Familiar com base na Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que não restou comprovada a estada legal dos respectivos processos quando da autuação do pedido.

Processo Nº 08505.054947/2016-37 - GUIXIU LIANG

Processo Nº 08505.034925/2016-51 - CHUNHONG CHEN

Processo Nº 08505.065281/2016-42 - DONGHUA HUANG

Processo Nº 08505.065226/2016-52 - XIAOYAN NAN

Processo Nº 08505.054576/2016-93 - RICCARDO BERTELLI

Processo Nº 08505.065244/2016-34 - XIANWEI ZHU

Processo Nº 08505.065398/2016-26 - XINHAO YAN

Processo Nº 08505.055105/2016-01 - MOHAMED GABER MOHAMED MOSTAFA ELSHAZLY

Processo Nº 08505.035021/2016-42 - HUI CHEN

Processo Nº 08505.054926/2016-11 - GUANGTONG CHEN

Processo Nº 08505.054552/2016-34 - HYUNSHUK PARK

Processo Nº 08505.054924/2016-22 - CHUNYAN JIN

Processo Nº 08505.054515/2016-26 - JIANG YONGWEI

Processo Nº 08505.044463/2016-80 - MARYANN QUEENDALINE ANYA

Processo Nº 08505.044388/2016-57 - PINZHU LIN

Processo Nº 08505044084201690 - PINGRONG ZHUANG

Processo Nº 08505.044200/2016-71 - WEIWEI HUANG

Processo Nº 08505.044173/2016-36 - ZE ZHOU

Processo Nº 08505.034892/2016-49 - JUANLING CHEN

Processo Nº 08505.034853/2016-41 - LIXIANG XU

Processo Nº 08505.034833/2016-71 - AIMEI HE

Processo Nº 08505.034900/2016-57 - HAOTIAN WANG

Processo Nº 08505.064278/2015-21 - XINMIAO JIN

INDEFIRO os processos de permanência definitiva com base em reunião familiar abaixo relacionados, tendo em vista que não restou comprovado o parentesco entre o chamante e a(o) requerente conforme previsto na Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.043979/2016-15 - MIRANDA LEONI

Processo Nº 08505.043980/2016-31 - SABRINA TAMBURINI

Processo Nº 08505.043981/2016-86 - MASSIMILIANO LEONI

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos nos artigos 2º, § 1º , c/c 3º, ambos da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08514.000855/2016-28 - ANDRIA ELOINA SUAREZ HECHAVARRIA

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 3, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08390.004750/2015-19 - OLUWAMAYOWA JAMES ALUKO

INDEFIRO o pedido, tendo em vista que a interessado não cumpriu a exigência de documentos/informações enviada por esta Divisão.

Processo Nº 08506.016231/2015-41 - CECILIA ORELLANA CASTRO

INDEFIRO o presente pedido de permanência com base em Reunião Familiar, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que no momento da solicitação o estrangeiro encontrava-se em situação irregular no País.Processo Nº 08461.005081/2015-11 - RUI MANUEL CASTRO DOS SANTOS DE SOUSA

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.037431/2015-28 - RICCARDO DIEGO GIOVANNI D'AMBROSIO, até 07/03/2017.

Processo Nº 08000.037114/2015-10 - VICTOR MARIN AINA, até 03/12/2016.

Processo Nº 08000.036928/2015-29 - JAKUB KOZICKI, até 21/07/2018.

Processo Nº 08000.034092/2015-28 - OLEG POPOVTSEV, até 17/ 02/ 2018.

Processo Nº 08000.022988/2015-64 - CHEOL JIN JANG, até 16/09/2016.

Processo Nº 08000.017793/2015-01 - JERAMY DAVID POWELL, até 30/12/2017.

Processo Nº 08000.017718/2015-31 - STEPHEN CHARLES PALMER, até 11/01/2017.

Processo Nº 08000.017680/2015-05 - SAMUEL BRYAN PREWITT, até 21/09/2017.

Processo Nº 08000.016708/2015-89 - REYNALDO AYQUE TINGSON, até 18/07/2017.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO o pedido de reconsideração, e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País

Processo Nº 08000.033807/2015-25 - HANS AKE STRANDBERG, até 05/12/2016.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/11/2015 , Seção 1, pág. 67, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08000.021631/2015-69 - RALF MATTHIAS KRUG

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.012860/2016-73 - PREDRAG SOVRAN

Processo Nº 08000.015319/2016-17 - ROBERT CHARLES ATWATER JR

Processo Nº 08000.016227/2015-73 - IVAN FLETT

Processo Nº 08240.023002/2015-41 - ENRIQUE ARTURO PADRON PADRON.

Processo Nº 08000.023821/2015-11 - XUE MI

Processo Nº 08000.022002/2015-56 - SILVIO ATTILIO BERLETTANO

Processo Nº 08000.018117/2015-46 - OLIVER URABAYEN GONI

Processo Nº 08000.017694/2015-11 - DAN VASILESCU NAIDEN

Processo Nº 08000.002291/2015-77 - JOSEPH DAVIN PANDORO

Processo Nº 08000.002301/2015-74 - WOUTER JELGER DE PLAA

Processo Nº 08000.002315/2015-98 - MARIO CATOTAL LABINGHISA

Processo Nº 08000.002431/2015-15 - NAING WIN

Processo Nº 08000.009854/2015-58 - JIAN SONG

Processo Nº 08068.002981/2014-61 - VICTOR MANUEL PORRAS VEGA

Processo Nº 08125.004644/2014-86 - MARIA DEL PILAR MALAGON MARTINEZ

Processo Nº 08461.009220/2014-97 - YASSINE TARCHOUN

Considerando a alteração promovida pelo Decreto 8.757, de 10 de maio de 2016, publicado no DOU de 11.05.2016, na redação do art. 64, par. único, do Decreto 86.715/1981, que transfere o início do pedido de prorrogação de estada temporária - item V - para o Ministério do Trabalho, DETERMINO o arquivamento dos processos abaixo relacionados; facultando-se à parte interessada a apresentação de novo pedido perante aquele Ministério, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no pedido original.

Processo Nº 08000.018794/2016-45 - SEENI AJMALKHAN ABDUL RAHMAN

Processo Nº 08000.019198/2016-82 - JOSE ANTONIO DE SOUSA METELO

Processo Nº 08000.019820/2016-52 - NELUTU VOICA

Processo Nº 08000.021765/2016-61 - LIVIU BOCIOAGA

Considerando o pedido de retificação do prazo requerido pela empresa chamante, conforme documento SEI n° 2560571, determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08000.017589/2015-81 - JASON DANIEL PUNKO

Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Com efeito, REVOGO o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/06/2016, Seção 1, pag. 32.

Processo Nº 08709.005240/2015-20 - JAMES RAYMETZ BLOMQUIST

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/10/2015, Seção 1, pág. 28, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.021719/2015-81 - KARI SOERENSEN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 09/08/2016, Seção 1, pág. 22, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.019079/2015-49 - VINKO RASTE

Considerando os documentos juntados que pedem a retificação do prazo de estada do estrangeiro 2560986 até 07/08/2016, determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08000.017697/2015-54 - ROMAN MOLOCHNYI

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.023411/2015-70 - VINAY HIRIYUR VISHWANATH, ASHA VINAY, DHRUTI VINAY

Processo Nº 08000.017835/2015-03 - DIMITRIOS KOTTIS

Processo Nº 08000.017725/2015-33 - JOJO OTANES VILLANDA

Processo Nº 08000.017724/2015-99 - IVAN ZHYRIKOV

Processo Nº 08000.017723/2015-44 - PETKO NIKOLOV KOYCHEV

Processo Nº 08000.017722/2015-08 - JIM CALILONG SACLAO

Processo Nº 08000.017717/2015-97 - REYNARD DALO DALAPO

Processo Nº 08000.017716/2015-42 - STEFAN SLAVEEV SLAVEEV

Processo Nº 08000.017715/2015-06 - KENNETH CURAMENG DAVID,

Processo Nº 08000.017712/2015-64 - VOLODYMYR SMIRNOV

Processo Nº 08000.016707/2015-34 - ARJIE ANUB ONG

Processo Nº 08000.016706/2015-90 - KIM LATUMBO QUBING

Processo Nº 08000.016705/2015-45 - JOSEPH VILLASPIN DEOQUINO

Processo Nº 08000.016704/2015-09 - CHESTERSON ORBE MIRAN

Processo Nº 08000.016701/2015-67 - CHRISTOPHER HARESCO GARLAND

Processo Nº 08000.016695/2015-48 - FEDIR DENISOV

Processo Nº 08000.016558/2015-11 - IRVIN EJOC INTE

Processo Nº 08000.016557/2015-69 - MARVI FERRER VILLACARLOS

Processo Nº 08000.016556/2015-14 - GUINIGUIN BOTIWEY ALODOS

MULLER LUIZ BORGES

Defiro o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País;

Processo Nº 08270.014083/2016-11 - ANGELO GOMES QUINDECAM até: 16/05/2017.

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s), abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000445/2015-96 - ALYSSA LAUREN JAMIESON

Processo Nº 08000.000460/2015-34 - JASON ELI RODRIGUEZ

Processo Nº 08353.003041/2014-73 - JUAN PABLO DATZER IBIETA

Processo Nº 08505.138231/2014-20 - JULIAN ZAPATA BETANCUR

Processo Nº 08505.138257/2014-78 - JOHN ROBERT TEMPLE

Processo Nº 08505.138433/2014-71 - VICTOR EMANUEL BAREIRO BOGARIN

Processo Nº 08505.138502/2014-47 - CHARLOTTE EMILY BERNADINE DIAS

Processo Nº 08508.015140/2014-97 - RICARDO ANTONIO DA SILVA FARIA

Processo Nº 08000.012355/2014-67 - NATHAN PATRICK SORENSEN

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 09/08/2016, Seção 1, pág. 23.

Onde se lê - Processo Nº 08000.018836/2016-48 - OLE VESTERGAARD;

Leia-se - Processo Nº 08000.018836/2016-48 - OLE VESTERGAARD, até 14/07/2018.

No Diário Oficial da União de 17/05/2016, Seção 1, pág. 27.

Onde se lê:Processo Nº 08505.124446/2015-44 - FRANCISCO JOSE GONZALVEZ, até 05/01/2018.

Leia-se:Processo Nº 08505.124446/2015-44 - FRANCISCO JOSE GONZALVEZ VIGUERAS, até 05/01/2017.

No Diário Oficial da União de 19/08/2016, Seção 1, pág. 53.

Onde se lê: Processo n° 08000.017163/2015-28 - MARK DEMIAN BLANCHARD;

Leia-se: Processo n° 08000.017163/2015-28 - MARK DEMIAN BLANCHARD, até 30/12/2017.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 112, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Série: O MENTALISTA - 6ª TEMPORADA (THE MENTALIST - SEASON 6, Estados Unidos da América - 2013/2014)
Episódio(s): 5601 A 5622
Produtor(es): Bruno Heller/Chris Long/Peter Lauritson
Diretor(es): Chris Long/Eric Laneuville/John F. Showalter
Distribuidor(es): WARNER BROS. INTERNATIONAL TV DISTRIBUTION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08000.021293/2016-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: SULLIVAN & FILHO - 3ª TEMPORADA (SULLIVAN & SON - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 5601 A 5622
Produtor(es): Peter Billingsley/Steve Byrne/Rob Long
Diretor(es): Peter Billingsley/Robk Schiller/James Widdoes
Distribuidor(es): WARNER HORIZON TELEVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.023474/2016-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: DOIDAS E SANTAS (Brasil - 2016)
Produtor(es): Paulo Thiago/Ricardo Wullicher
Diretor(es): Paulo Thiago
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.032390/2016-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A COMUNIDADE (THE COMMUNE, Dinamarca - 2016)
Produtor(es): Sisse Graum Jergensen
Diretor(es): Thomas Vinterberg
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.035032/2016-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O CINEMA ANIMADO (Brasil - 2014)
Produtor(es): Um Filmes Ltda.
Diretor(es): Arnaldo Galvão
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000755/2016-11
Requerente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.

Filme: MENINO JOEL (Brasil - 2012)
Produtor(es): Movioca Produções Artísticas Ltda.
Diretor(es): Massimo Gaggino
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000756/2016-57
Requerente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.

Filme: TOMIE (Brasil - 2013)
Produtor(es): Scena Filmes
Diretor(es): Tizuka Yamasaki
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000758/2016-46
Requerente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.

Filme: YATRA - UMA VIAGEM EXTERNA, INTERNA E SECRETA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Shamata Filmes Ltda.
Diretor(es): Melissa Fabris Flores
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000759/2016-91
Requerente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.

ALESSANDRA XAVIER NUNES MACEDO

PORTARIA Nº 113, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Série: THE VAMPIRE DIARIES - 7ª TEMPORADA (THE VAMPIRE DIARIES - SEASON 7, Estados Unidos da América - 2016)
Episódio(s): 01 A 22
Diretor(es): Julie Plec/Kevin Williamson
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDUSTRIA, COM. E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.030984/2016-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: OS SIMPSONS - 5ª TEMPORADA - VERSÃO EDITADA (THE SIMPSONS - SEASON 5, Estados Unidos da América - 1994)
Episódio(s): 01 A 07
Diretor(es): Matt Groening
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.033524/2016-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: PEPPA PIG - A FESTA À FANTASIA (PEPPA PIG - FANCY DRESS PARTY, Estados Unidos da América - 2016)
Distribuidor(es): Universal Pictures do Brasil
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.034260/2016-66
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: A GRANDE FAMÍLIA: TERCEIRA TEMPORADA - VERSÃO EDITADA (Brasil - 2003)
Produtor(es): Estúdios Globo
Diretor(es): Maurício Farias
Distribuidor(es): ESTÚDIOS GLOBO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034901/2016-82
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: A LUTA DO SÉCULO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Lata Filmes/Mar Filmes/Mar Grande Produções/Muiraquitã Filmes/Ondina Filmes
Diretor(es): Sérgio Machado
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000784/2016-74
Requerente: MUIRAQUITÃ FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

Filme: AMOR ETERNO (LA CORRISPONDENZA, Itália - 2016)
Diretor(es): Giuseppe Tornatore
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Nudez
Processo: 08017.000829/2016-19
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

ALESSANDRA XAVIER NUNES MACEDO

DESPACHOS DA DIRETORA ADJUNTA
Em 23 de agosto de 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

Nº 286/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.031570/2016-29
Novela: "VIDAS EM JOGO - VERSÃO EDITADA"
Emissora: Rádio e Televisão Record S/A.

CONSIDERANDO que a novela foi classificada em 2011 como "não recomendada para menores de catorze anos" e a emissora pretende a revisão de classificação para "não recomendada para menores de dez anos", e que se compromete nos termos do art. 17 da Portaria 368, de 2014;

Resolve classificar a obra "VIDAS EM JOGO - VERSÃO EDITADA" como "não recomendada para menores de dez anos", por conter violência.

Nº 287/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.023468/2016-50
Série: "CHICAGO MED - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s): 01 a 18
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: Rádio e Televisão Record S/A.

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendada para menores de catorze anos" e que, durante a exibição, se verificou que as cenas apresentadas não justificam tal classificação;

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de doze anos" por apresentar violência.

Em 25 de agosto de 2016

Nº 288/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.010999/2015-00
Programa: "JUNGLE FIGHT"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendada para menores de dezesseis anos" e que, durante a exibição, se verificou que as cenas apresentadas não justificam tal classificação;

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de doze anos" por apresentar violência.

ALESSANDRA XAVIER NUNES MACEDO

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 718, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), das instituições abaixo relacionadas:

I.Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - Escola Superior de Ciências da ISCMV, CNPJ 28.141.190/0004-29, processo SIPAR 25000.201992/2015-14.

II.Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - Hospital e Maternidade Konder Bornhausen, CNPJ 60.194.990/0022-00, processo SIPAR 25000.014123/2016-24.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 719, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), no seguinte termo:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto

CNPJ: 56.015.894/0001-48

Nome do Projeto: Transporte de qualidade proporcionando o acesso a serviços médico-assistenciais e culturais aos assistidos da APAE de Ribeirão Preto.

SIPAR: 25000.074666/2015-10

Valor readequado: R$ 403.484,62 (quatrocentos e três mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

Resumo do projeto: "Garantir o acesso aos pacientes cadastrados na APAE, que não conseguem frequentar com assiduidade em virtude da ausência de transporte especializado como também contratar profissionais específicos para o projeto".

Art. 2º Torna sem efeito as informações relativas ao projeto publicado no inciso, LXI, do Art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.035, de 09 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 30 de setembro de 2015, processo n.º 25780.008424/2012-55, publicada no DOU nº 242, em 18 de dezembro de 2015, seção 1, página 77: onde se lê: "Valor da multa R$ 80.315,00 (oitenta mil trezentos e quinze reais) …". leia-se: Valor da multa R$ 100.000,00 (cem mil reais) " e na Decisão de 06 de abril de 2016, processo n.º 25779.011601/2015-62, publicada no DOU nº 86, em 06 de maio de 2016, seção 1, página 94: onde se lê: "Valor da multa R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) …". leia-se: Valor da multa R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) "

SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO CHEFE

O Chefe do Núcleo da ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5.903, de 17/10/2013, publicada no DOU de 23/10/2013, seção 1, fl. 38 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art.15, V e § 6º e 7º c/c art. 16, IV da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 301, de 07/08/2012, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 33902.681808/2011-31

Ao representante legal da CLINICA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ODONTOLÓGICA DIAMANTES LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 42.256.818/0001-10, com os últimos endereços conhecidos na ANS à: RUA ALVARO ALVIM, 24/1205, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP. 20031-010 e RUA NILO PEÇANHA, 11, 3° ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP. 20020-100, da Intimação de Decisão de Multa Pecuniária, no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais).

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

No caso de outorga para apresentação de recurso, este deverá vir acompanhado do respectivo instrumento de mandato.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003 com atualização de juros de mora equivalente à Taxa SELIC acumulada mensalmente, desde a data de seu vencimento original, em face da decisão deste Chefe de Núcleo, nos autos do processo administrativo em epígrafe, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências: Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta; inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS; ajuizamento da respectiva Execução fiscal;

Caso opte pelo pagamento poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por petição ou carta destinada ao endereço especificado que se encontra no cabeçalho deste Ofício, a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 41 da RN nº 388/2016, para que seja remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

O Chefe do Núcleo da ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5.903, de 17/10/2013, publicada no DOU de 23/10/2013, seção 1, fl. 38 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art.15, V e § 6º e 7º c/c art. 16, IV da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 301, de 07/08/2012, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 33902.673900/2011-27

Ao representante legal da POLICLÍNICA GRAMACHO LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.458.066/0001-20, com os últimos endereços conhecidos na ANS à: Av. Presidente Kennedy, 2231, Gramacho, Duque de Caxias-RJ, cep. 25030-000 e Av. Brasil, 32115, Bangu, Rio de Janeiro-RJ, cep. 21860-570 , da Intimação de Decisão de Multa Pecuniária, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais).

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

No caso de outorga para apresentação de recurso, este deverá vir acompanhado do respectivo instrumento de mandato.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003 com atualização de juros de mora equivalente à Taxa SELIC acumulada mensalmente, desde a data de seu vencimento original, em face da decisão deste Chefe de Núcleo, nos autos do processo administrativo em epígrafe, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências: Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta; inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS; ajuizamento da respectiva Execução fiscal;

Caso opte pelo pagamento poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por petição ou carta destinada ao endereço especificado que se encontra no cabeçalho deste Ofício, a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 41 da RN nº 388/2016, para que seja remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

LEONARDO FICH

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 630, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD nº 553, realizado em 9 de agosto de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Renal - Tec Indústria Comércio e Serviços Ltda

CNPJ: 29.341.468/0001-21
Processo nº.: 25351.042101/2012-36
Expediente n.º: 0628704/13-2

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 052/2016- GGGAF/ DIGES/ANVISA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ARESTO Nº 631, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 019/2016, realizada em 26 de julho de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre o recurso a seguir especificado, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: FAGUNDES & VILLELA HOMEOPATIA E MANIPULAÇÃO LTDA.-ME
CNPJ: 01.221.968/0001-00
Processo: 25351.222474/2014-65
Expediente do Recurso: 0418567/14-6
Parecer: 191/2016-COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

ARESTO Nº 632, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD nº 557, realizado em 10 de agosto de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA
CNPJ: 04.937.243/0001-01
Processo nº.: 25351.739.592/2008-70
Expediente n.º: 396175/09-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 007/2016- GGGAF/ DIGES/ANVISA.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução de Diretoria Colegiada- RDC n° 102, de 24 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 164, de 25 de agosto de 2016, Seção 1, página 51,
Onde se lê:
"

Responsável Técnico da empresa sucedida
Assinatura_____
CPF:_____,
_____de_____de _____

Responsável Técnico da empresa sucessora
Assinatura_____
CPF:_____,
_____de_____de _____

Responsável Técnico da empresa sucedida
Assinatura_____
CPF:_____,
_____de_____de _____

Responsável Técnico da empresa sucessora
Assinatura_____
CPF:_____,"
_____de_____de _____

Leia-se:
"

Responsável Legal da empresa sucedida
Assinatura_____
CPF:_____,
_____de___de _____

Responsável Legal da empresa sucessora
Assinatura_____
CPF:_____,
_____de_____de _____

Responsável Técnico da empresa sucedida
Assinatura_____
CPF:_____,
_____de_____de _____

Responsável Técnico da empresa sucessora
Assinatura_____
CPF:_____,"
_____de_____de _____

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.290, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 2 de agosto de 2016;

considerando o art. 12, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976

considerando o art. 7º, XXVI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando divulgação irregular em redes sociais de suposta cura contra a AIDS/HIV não registrada nesta Anvisa, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição de toda a publicidade do projeto MUTAMBA CONTRA A AIDS (https://www.facebook.com/Mutamba-Contra-a-Aids-170489426441479/ e https://progresismohumano.wordpress.com/2014/09/08/uma-cura-e-encontrada-contra-o-virus-hiv-aids-com-uma-planta-tropical-no-brasil-chamada-mutamba/).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.291, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o art. 62, caput e II, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando comunicado emitido pela autoridade sanitária norte americana Food and Drug Administration - FDA, informando sobre a comercialização do produto sem registro LEDSO, SOFOSBUVIR + LEDIPASVIR, 400 mg + 90 mg, lote 0022, cuja embalagem indica como fabricante a empresa Pharco Corporation, localizada em Alexandria, Egito;

considerando que, de acordo com o comunicado citado, a empresa informou que não comercializa o suposto medicamento e nem produtos compostos pela associação de sofosbuvir + ledipasvir, tratando-se, portanto, de falsificação RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, das unidades do lote 0022, (Val 04/2017) do medicamento LEDSO, SOFOSBUVIR + LEDIPASVIR, 400 mg + 90 mg, em cujo rótulo consta o fabricante Pharco Corporation, localizada em Alexandria, Egito.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DO COORDENADOR
Em 25 de agosto de 2016

Nº 64 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: AGENCIA MARITIMA CARGONAVE LTDA CNPJ/CPF: 80.010.663/0001-26
25743.018738/2013-01 - AIS:0026886/13-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: AGENCIA MARITIMA CARGONAVE LTDA CNPJ/CPF: 80.010.663/0001-26
25743.355069/2012-66 - AIS:0507663/12-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: CONTROLTECH - CONTROLE DE PRAGAS URBANAS - ME CNPJ/CPF: 04.948.408/0001-40 - 25749.595873/2013-16 - AIS:0852618/13-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0013-54 - 25751.063277/2013-71 - AIS:0089925/13-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 74.036.112/0001-39
25752.401869/2012-59 - AIS:0573234/12-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: GDC ALIMENTOS S/A CNPJ/CPF: 02.279.324/0001-36
25741.595271/2013-27 - AIS:0851754/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.247.743/0001-10
25752.133353/2011-98 - AIS:184834/11-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.247.743/0001-10
25752.133618/2011-80 - AIS:185161/11-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.247.743/0001-10
25752.133223/2011-28 - AIS:184636/11-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A. CNPJ/CPF: 04.020.028/0009-07
25351.492726/2013-86 - AIS:0702511/13-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A. CNPJ/CPF: 04.020.028/0009-07
25351.698947/2012-69 - AIS:1000110/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: INFRAMÉRICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. CNPJ/CPF: 15.559.082/0001-86
25351.650394/2013-13 - AIS:0931343/13-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA CNPJ/CPF: 59.748.988/0005-48
25741.024095/2012-49 - AIS:0034400/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: LACA COSMÉTICA LTDA CNPJ/CPF: 10.402.601/0001-84
25751.088789/2013-71 - AIS:0126083/13-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: LBH BRASIL AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA CNPJ/CPF: 32.396.632/0004-55
25745.571470/2013-20 - AIS:0818180/13-2 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39
25745.175686/2013-00 - AIS:0249728/13-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39
25745.087860/2013-26 - AIS:0124774/13-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: OCEANUS AGENCIA MARITIMA S/A CNPJ/CPF: 32.082.489/0012-37

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25748.721793/2012-38 - AIS:1031895/12-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: ORBITAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA CNPJ/CPF: 05.007.113/0004-85 - 25751.047811/2013-72 - AIS:0067543/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA. CNPJ/CPF: 58.295.213/0011-40
25757.485815/2010-49 - AIS:638423/10-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA. CNPJ/CPF: 58.295.213/0011-40
25757.683637/2010-57 - AIS:904186/10-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: SAMPAYO NICKHORN S/A CNPJ/CPF: 88.981.139/0001-04
25751.074957/2013-97 - AIS:0106687/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: SEAPORT SERVICOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 10.606.661/0001-19
25763.327465/2014-75 - AIS:0450157/14-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: SYMRISE AROMAS E FRAGRÂNCIAS LTDA CNPJ/CPF: 43.940.758/0001-12
25767.098291/2010-59 - AIS:129784/10-8 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: TERRA DE MORIAH IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 07.172.312/0001-21 - 25743.189245/2012-49 - AIS:0272805/12-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: UNIMAR AGENCIAMENTOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.728.995/0003-73
25743.361584/2012-04 - AIS:0517232/12-2 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: BL INDÚSTRIA OTICA LTDA CNPJ/CPF: 27.011.022/0001-03
25751.273655/2012-11 - AIS:0392752/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: BL INDÚSTRIA OTICA LTDA CNPJ/CPF: 27.011.022/0001-03
25751.728841/2012-56 - AIS:1041534/12-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: FIRST S/A CNPJ/CPF: 00.802.235/0007-92
25741.032439/2013-36 - AIS:0046250/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39
25745.166757/2013-99 - AIS:0237089/13-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: OCEANUS AGENCIA MARITIMA S/A CNPJ/CPF: 32.082.489/0020-47
25760.710515/2011-10 - AIS:998197/11-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMNETO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: ORBITAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA CNPJ/CPF: 05.007.113/0004-85 - 25751.047118/2013-01 - AIS:0066735/13-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: PENNANT SERVIÇOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 36.140.812/0001-80
25752.207366/2013-25 - AIS:0294360/13-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA. CNPJ/CPF: 33.306.929/0004-45
25752.036059/2013-74 - AIS:0051262/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: RIONAVE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 03.913.923/0001-22
25752.418001/2012-40 - AIS:0597743/12-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: SADIA S/A CNPJ/CPF: 20.730.099/0040-09
25743.599938/2012-97 - AIS:0862686/12-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: SERRA MORENA CORRETORA LTDA CNPJ/CPF: 94.854.908/0005-30
25751.075651/2013-02 - AIS:0107569/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: TERMINAL MARÍTIMO LUIZ FOGLIATTO S/A CNPJ/CPF: 74.109.828/0001-19
25751.100576/2013-13 - AIS:0142884/13-5 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: TERRA ENERGY AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 08.965.788/0001-82
25752.194021/2012-66 - AIS:0279853/12-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0017-04
25743.625207/2012-94 - AIS:0897887/12-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMNETO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0013-72
25752.544442/2012-38 - AIS:0780232/12-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 74.036.112/0001-39
25752.400703/2012-71 - AIS:0571477/12-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.247.743/0001-10
25752.333511/2012-11 - AIS:0477490/12-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MEDCHAP DISTRIDUIDORA DE MEDICAMENTOS CHAPECÓ LTDA ME CNPJ/CPF: 00.577.604/0001-03 - 25741.570022/2011-35 - AIS:799880/11-5 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55
25743.580107/2012-41 - AIS:0830289/12-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55
25743.579904/2012-45 - AIS:0830002/12-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: AGÊNCIA MARÍTIMA ORION LTDA CNPJ/CPF: 75.185.389/0003-58
25743.524842/2012-00 - AIS:0750276/12-1 - GGPAF/ANVISA
ARQIUVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: AGÊNCIA MARÍTIMA ORION LTDA CNPJ/CPF: 75.185.389/0003-58
25743.547128/2012-44 - AIS:0784213/12-9 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 74.036.112/0001-39
25752.400662/2012-49 - AIS:0571403/12-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: GIRO MARINE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA. CNPJ/CPF: 10.670.715/0001-05
25763.536291/2012-27 - AIS:0768356/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.247.743/0001-10
25752.331564/2012-87 - AIS:0474720/12-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.247.743/0001-10
25752.593701/2012-18 - AIS:0854012/12-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: MAROIL APOIO MARITIMO LTDA CNPJ/CPF: 31.607.013/0009-04
25741.522543/2012-53 - AIS:0746976/12-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39
25745.434246/2012-17 - AIS:0622335/12-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55
25743.580051/2012-61 - AIS:0830216/12-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55
25743.579831/2012-15 - AIS:0829916/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55
25743.579944/2012-12 - AIS:0830047/12-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55
25743.568405/2012-34 - AIS:0814120/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: STOCKFARMA LTDA CNPJ/CPF: 04.731.855/0001-43
25750.766117/2014-10 - AIS:1126992/14-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)
AUTUADO: TECHSERVICE HIDROELETROMECANICA E SERVICOS TECNICOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 03.449.544/0001-23 - 25351.522601/2012-90 - AIS:0747049/12-5 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)
AUTUADO: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 05.254.971/0001-81
25752.521585/2012-15 - AIS:0745692/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.017, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Habilita leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional- UCINCo e desabilita leitos da Unidade de Cuidado Intermediário.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando a Portaria nº 1.886/GM/MS, de 04 de setembro de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Mato Grosso e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional- UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 10.222	Hospital	Nº leitos
CNES: 2659107	Hospital Geral Universitário - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Cuiabá/MT	
Leito: 28.02 UCINCo		06

Art. 2º Fica desabilitado, o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 10.222	Hospital	Nº leitos
CNES: 2659107	Hospital Geral Universitário - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Cuiabá/MT	
Leito: 28.01 UCINCo		06

Art. 3º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.018, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja recurso do limite financeiro mensal destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de São Paulo - Bloco Atenção de Média e Alta Complexidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.336/GM/MS, de 08 de setembro de 2015, que estabelece recurso anual a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado à troca dos dialisadores e linhas arteriais e venosas para todos os procedimentos hemodialíticos em pacientes com sorologia positiva para hepatite B ou hepatite C;

Considerando a Portaria nº 1.744/GM/MS, de 22 de outubro de 2015, que redefine o limite financeiro anual dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia;

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 10 de maio de 2016, que estabelece recurso anual a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia, e

Considerando a Deliberação nº 040, de 15 de julho de 2016, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Fica remanejado recurso mensal no montante de R$ 2.327,39 (dois mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos), da Gestão do Município de São Paulo para a Gestão Estadual de São Paulo, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º O remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na competência agosto de 2016.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.019, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Desabilita Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.168/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, a ser implantada em todas as unidades federadas;

Considerando a Portaria nº. 214/SAS/MS, de 15 de junho de 2004, que trata dos procedimentos dialíticos;

Considerando a Portaria nº 309/SAS/MS, de 04 de maio de 2006, que habilita no município de Estrela, estado do Rio Grande do Sul, o serviço de nefrologia da Clínica do Rim Ltda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Portaria nº. 389/GM/MS, de 13 de março de 2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) e institui o incentivo financeiro de custeio destinado ao cuidado ambulatorial pré-dialítico;

Considerando a Portaria nº 987/SAS/MS, de 15 de agosto de 2016, que remaneja recurso do limite financeiro mensal, da Gestão Estadual do Rio Grande do Sul para o Município de Lajeado/RS, destinado ao custeio da Nefrologia - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade;

Considerando a Resolução - RDC nº. 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite por meio da CIB n° 043/16 de 22 de fevereiro de 2016; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática, Coordenação - Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia - código 1501 - Clínica do Rim Ltda, inscrito no CNES sob o número 2251817, no município de Estrela/RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.020, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Desabilita leitos da Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha em São Paulo/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/ GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando o Ofício CRS/Credenciamento nº 106, de 19 de julho de 2016, solicitando desabilitação de leitos de UTI; e

Considerando a Deliberação CIB - nº 40, de 15 de julho de 2016, solicitando a respectiva desabilitação, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Tipo I, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2688573	Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - São Paulo/SP	
26.98 Pediátrico		06

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.021, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Beneficência Social Bom Samaritano, com sede em Governador Valadares (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 241/20146-CGAGPS/ DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 145/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constantes do Processo nº 25000.157674/2015-09/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Beneficência Social Bom Samaritano, CNPJ nº 22.709.109/0001-35, com sede em Governador Valadares (MG).

Parágrafo Único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de abril de 2016 a 28 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.022, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, com sede no Município de Rio do Sul (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 417/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.233495/2014-96/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual superior a 60% (sessenta por cento), da Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, CNPJ nº 73.433.427/0001-57, com sede em Rio do Sul (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.023, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro Barbacenense de Assistência Médica e Social, com sede em Barbacena (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 387/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.131616/2012-02/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Centro Barbacenense de Assistência Médica e Social, CNPJ nº 19.557.487/0001-36, com sede em Barbacena (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 30 de dezembro de 2012 a 29 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.024, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Amparo aos Doentes Mentais São João Batista, com sede em Caratinga (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 418/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.054405/2014-01/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, da Associação de Amparo aos Doentes Mentais São João Batista, CNPJ nº 21.075.593/0001-25, com sede em Caratinga (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 09 de setembro de 2014 a 08 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.025, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Maternidade Dr. Ruy Mariz, com sede no Jardim do Seridó (RN).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 421/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.065974/2014-73/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Maternidade Dr. Ruy Mariz, CNPJ nº 08.086.498/0001-69, com sede no Jardim do Seridó (RN).

Parágrafo único. O período de vigência do certificado será de 3 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.026, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente São Pedro Canísio, com sede em Bom Princípio (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 420/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.146083/2014-17/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente São Pedro Canísio, CNPJ nº 97.194.765/0001-41, com sede em Bom Princípio (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 05 de maio de 2015 a 04 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.027, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon, com sede em Rondon (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 419/2016- CGCER/DCE-BAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.095898/2014-21/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon, CNPJ nº 78.191.574/0001-81, com sede em Rondon (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.028, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Santa Terezinha, com sede em Brotas (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 229/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.152316/2015-00/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Santa Terezinha, CNPJ nº 45.775.608/0001-26, com sede em Brotas (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.029, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar Marques de Souza, com sede em Marques de Souza (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 180/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.149977/2015-40/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Marques de Souza, CNPJ nº 91.160.358/0001-37, com sede em Marques de Souza (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.030, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Hospitalar São Rafael Arcanjo, com sede em Boqueirão do Leão (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 407/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.002097/2014-20/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Hospitalar São Rafael Arcanjo, CNPJ nº 04.062.415/0001-40, com sede em Boqueirão do Leão (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.031, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Organização de Saúde com Excelência e Cidadania - OSEC, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 0384/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.055154/2010-40/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual superior a 60% (sessenta por cento) e aplicação em ações de saúde superior ao percentual de 20% da receita efetivamente recebida em saúde, da Organização de Saúde com Excelência e Cidadania-OSEC, CNPJ nº 62.277.207/0001-65, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de abril de 2010 a 26 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.032, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Dracena, com sede em Dracena (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 208/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.170037/2015-10/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Dracena, CNPJ nº 47.617.584/0001-02, com sede em Dracena (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.033, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, com sede em Joinville (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 397/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.051867/2016-20-/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27, de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, CNPJ nº 84.712.991/0001-25, com sede em Joinville (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.034, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui, com sede em Birigui (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 409/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.109352/2014-64/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui, CNPJ nº 45.383.106/0001-50, com sede em Birigui (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.035, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Arcos, com sede em Arcos (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 411/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.145965/2015-46/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Arcos, CNPJ nº 16.968.547/0001-15, com sede em Arcos (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.036, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Integrada de Assistência Social de Fátima do Sul, com sede em Fátima do Sul (MS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 413/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.111313/2014-27/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Integrada de Assistência Social de Fátima do Sul, CNPJ nº 01.951.177/0001-36, com sede em Fátima do Sul (MS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27de dezembro de 2014 a 26 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.037, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Beneficente São Luiz de Mostardas, com sede em Mostardas (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 207/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 142/2016- CGCER/DCEBAS/SAS/MS constantes do Processo nº 25000.169457/2015-53/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Beneficente São Luiz de Mostardas, CNPJ nº 90.604.414/0001-12, com sede em Mostardas (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.038, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Civil de Beneficência Caeteense, com sede em Caeté (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 197/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 139/2016- CGCER/DCEBAS/SAS/MS constantes do Processo nº 25000.163773/2015-11/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Civil de Beneficência Caeteense, CNPJ nº 18.979.328/0001-67, com sede em Caeté (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.039, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga, com sede em Pirassununga (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando a Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016 que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 104/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.025089/2010-28/MS, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga (SP), CNPJ nº 54.848.361/0001-11, com sede em Pirassununga (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 692/SAS/MS, de 04 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 148, de 05 de agosto de 2015, seção 1, página 198.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.040, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Santa Catarina.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, por meio do Ofício nº 483/2016, de 05 de julho de 2016 e Deliberação CIB/SC nº 139, de 23 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Santa Catarina, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 1.326.602.180,78, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	403.012.956,42	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	894.164.585,71	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	29.424.638,65	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 9.114.600,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 43.079.940,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 8ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	14.376.073,57
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	418.061.521,50
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem retidos pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	29.424.638,65
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	403.012.956,42

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos Permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
420005	ABDON BATISTA	7.487,76	481,08	0,00	17.377,22	0,00	7.966,08	0,00	0,00	17.379,98
420010	ABELARDO LUZ	769.787,47	142.304,45	0,00	815.526,87	0,00	879.661,53	0,00	0,00	847.957,25
420020	AGROLANDIA	261.095,61	21.653,01	0,00	198.342,18	0,00	269.241,42	0,00	0,00	211.849,38
420030	AGRONOMICA	56.120,28	0,00	0,00	7.745,14	0,00	5.303,40	0,00	0,00	58.562,02
420040	AGUA DOCE	171.428,92	9.070,74	0,00	506.268,32	0,00	213.585,94	0,00	0,00	473.182,04
420050	AGUAS DE CHAPECO	95.357,64	0,00	0,00	136.311,38	0,00	13.114,68	0,00	0,00	218.554,34
420055	AGUAS FRIAS	21.157,68	0,00	0,00	96.473,38	0,00	6.892,80	0,00	0,00	110.738,26
420060	AGUAS MORNAS	10.060,80	0,00	263.028,00	5.594,06	0,00	1.966,44	0,00	0,00	276.716,42
420070	ALFREDO WAGNER	337.260,11	86.343,98	157.500,00	88.252,69	0,00	326.474,41	0,00	0,00	342.882,37
420075	ALTO BELA VISTA	24.549,00	0,00	0,00	95.202,96	0,00	3.178,32	0,00	0,00	116.573,64
420080	ANCHIETA	287.387,12	9.293,98	0,00	10.164,25	0,00	59.854,32	0,00	0,00	246.991,03
420090	ANGELINA	194.211,19	503.402,14	454.042,69	168.030,11	0,00	1.312.984,59	0,00	0,00	6.701,54
420100	ANITA GARIBALDI	413.480,58	120.610,21	0,00	250.786,99	0,00	621.629,13	0,00	0,00	163.248,65
420110	ANITAPOLIS	117.757,31	25.993,55	0,00	-4.883,37	0,00	137.835,35	0,00	0,00	1.032,15
420120	ANTONIO CARLOS	53.714,28	0,00	0,00	8.273,33	0,00	7.762,20	0,00	0,00	54.225,41
420125	APIUNA	77.279,28	0,00	0,00	142.792,03	0,00	20.115,12	0,00	0,00	199.956,19
420127	ARABUTA	109.972,85	799,17	0,00	24.050,92	0,00	85.017,14	0,00	0,00	49.805,79
420130	ARAQUARI	283.719,84	13.395,24	0,00	180.022,45	0,00	29.173,56	0,00	0,00	447.963,97
420140	ARARANGUA	3.774.559,56	2.589.914,01	3.284.200,96	3.607.357,74	0,00	9.139.499,30	0,00	0,00	4.116.532,96
420150	ARMAZEM	227.897,61	132.437,86	0,00	204.659,61	0,00	337.664,39	0,00	0,00	227.330,70
420160	ARROIO TRINTA	95.029,52	8.139,41	0,00	29.559,56	0,00	118.484,89	0,00	0,00	14.243,61
420165	ARVOREDO	20.620,32	0,00	0,00	95.730,49	0,00	3.284,76	0,00	0,00	113.066,05
420170	ASCURRA	26.153,52	0,00	157.500,00	9.885,50	0,00	33.391,95	0,00	0,00	160.147,07
420180	ATALANTA	6.813,96	0,00	0,00	5.541,51	0,00	6.813,96	0,00	0,00	5.541,51
420190	AURORA	107.785,19	0,00	0,00	19.447,76	0,00	61.993,55	0,00	0,00	65.239,41
420195	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	82.701,60	0,00	0,00	14.648,98	0,00	22.300,20	0,00	0,00	75.050,38
420200	BALNEARIO CAMBORIU	5.694.563,86	3.490.177,03	1.085.028,00	9.763.106,92	0,00	558.000,00	0,00	0,00	19.474.875,81
420205	BALNEARIO BARRA DO SUL	68.323,68	0,00	0,00	11.224,97	0,00	11.102,04	0,00	0,00	68.446,61
420207	BALNEARIO GAIVOTA	68.186,40	0,00	0,00	13.985,49	0,00	78.981,83	0,00	0,00	3.190,06
420208	BANDEIRANTE	25.055,04	0,00	0,00	98.928,00	0,00	18.704,28	0,00	0,00	105.278,76
420209	BARRA BONITA	14.112,72	0,00	0,00	66.159,04	0,00	14.016,36	0,00	0,00	66.255,40
420210	BARRA VELHA	282.512,88	2.255,76	0,00	258.489,51	0,00	93.761,88	0,00	0,00	449.496,27
420213	BELA VISTA DO TOLDO	16.379,04	0,00	0,00	13.453,10	0,00	9.049,32	0,00	0,00	20.782,82
420215	BELMONTE	869,40	0,00	0,00	97.929,77	0,00	859,80	0,00	0,00	97.939,37
420220	BENEDITO NOVO	239.383,40	709,25	0,00	104.861,48	0,00	153.780,61	0,00	0,00	191.173,51
420230	BIGUACU	926.761,63	136.017,02	2.421.828,00	16.639.457,85	0,00	0,00	0,00	0,00	20.124.064,49
420240	BLUMENAU	33.769.420,72	14.298.646,06	25.077.864,33	38.774.723,03	0,00	1.218.000,00	0,00	0,00	110.702.654,15
420243	BOCAINA DO SUL	115.946,76	761.315,17	263.028,00	74.493,28	0,00	950.586,20	0,00	0,00	264.197,01
420245	BOMBINHAS	179.464,20	0,00	263.028,00	108.185,73	0,00	12.128,16	0,00	0,00	538.549,77
420250	BOM JARDIM DA SERRA	64.003,26	0,00	0,00	25.289,31	0,00	87.719,43	0,00	0,00	1.573,15
420253	BOM JESUS	1.221,36	0,00	0,00	5.745,48	0,00	1.158,84	0,00	0,00	5.808,00
420257	BOM JESUS DO OESTE	6.159,12	0,00	0,00	95.628,46	0,00	4.263,12	0,00	0,00	97.524,46
420260	BOM RETIRO	248.414,18	40.427,24	263.028,00	269.474,68	0,00	335.334,50	0,00	0,00	486.009,60
420270	BOTUVERA	4.217,88	0,00	0,00	5.959,74	0,00	4.217,88	0,00	0,00	5.959,74
420280	BRACO DO NORTE	1.190.122,18	452.912,56	1.235.551,78	852.367,23	0,00	2.411.430,95	0,00	0,00	1.319.522,81
420285	BRACO DO TROMBUDO	55.561,20	0,00	0,00	5.883,20	0,00	0,00	0,00	0,00	61.444,40
420287	BRUNOPOLIS	16.118,04	0,00	0,00	6.494,54	0,00	12.036,96	0,00	0,00	10.575,62
420290	BRUSQUE	6.084.111,75	1.079.289,49	4.341.195,64	5.832.395,76	0,00	0,00	0,00	0,00	17.336.992,64
420300	CACADOR	3.975.575,37	608.791,33	2.146.129,92	6.800.057,04	0,00	10.549.081,33	0,00	0,00	2.981.472,33
420310	CAIBI	241.893,43	5.459,04	0,00	251.732,69	0,00	209.555,58	0,00	0,00	289.529,57
420315	CALMON	54.835,56	0,00	0,00	10.184,44	0,00	9.584,28	0,00	0,00	55.435,72
420320	CAMBORIU	1.870.457,88	142.002,70	263.028,00	-82.573,50	0,00	321.587,70	0,00	0,00	1.871.327,38
420325	CAPAO ALTO	2.546,16	0,00	0,00	5.620,08	0,00	7.232,21	0,00	0,00	934,03
420330	CAMPO ALEGRE	427.710,09	15.350,40	0,00	108.863,21	0,00	506.424,82	0,00	0,00	45.498,88
420340	CAMPO BELO DO SUL	251.148,19	55.785,46	263.028,00	172.697,28	0,00	378.194,82	0,00	0,00	364.464,11
420350	CAMPO ERE	368.689,17	483.617,67	0,00	787.428,33	0,00	945.182,66	0,00	0,00	694.552,50
420360	CAMPOS NOVOS	1.403.248,34	372.592,18	263.028,00	984.433,72	0,00	1.909.595,71	0,00	0,00	1.113.706,52
420370	CANELINHA	321.362,75	8.462,70	0,00	258.238,58	0,00	5.019,00	0,00	0,00	583.045,02
420380	CANOINHAS	2.753.575,40	995.524,31	1.971.459,58	3.679.513,03	0,00	0,00	0,00	0,00	9.400.072,33
420390	CAPINZAL	642.654,86	246.842,72	0,00	615.227,44	0,00	999.001,48	0,00	0,00	505.723,53
420395	CAPIVARI DE BAIXO	364.702,08	0,00	0,00	1.057.481,76	0,00	37.750,80	0,00	0,00	1.384.433,04
420400	CATANDUVAS	181.792,89	2.270,17	0,00	176.917,39	0,00	206.311,18	0,00	0,00	154.669,27
420410	CAXAMBU DO SUL	164.043,30	104.946,36	0,00	155.657,50	0,00	274.650,06	0,00	0,00	149.997,10
420415	CELSO RAMOS	5.204,64	0,00	0,00	18.248,67	0,00	5.204,64	0,00	0,00	18.248,67
420417	CERRO NEGRO	7.398,60	0,00	0,00	7.974,16	0,00	14.176,53	0,00	0,00	1.196,23
420419	CHAPADAO DO LAGEADO	6.525,36	0,00	0,00	4.700,96	0,00	10.237,15	0,00	0,00	989,17
420420	CHAPECO	15.701.237,67	12.067.073,88	15.598.483,92	34.416.548,32	0,00	1.218.000,00	0,00	0,00	76.565.343,79
420425	COCAL DO SUL	268.242,88	57.364,85	0,00	597.364,27	0,00	51.083,76	0,00	0,00	871.888,24
420430	CONCORDIA	6.257.164,94	2.952.224,60	5.453.325,50	11.214.258,61	0,00	0,00	0,00	0,00	25.876.973,66
420435	CORDILHEIRA ALTA	37.450,44	0,00	0,00	8.282,20	0,00	2.652,96	0,00	0,00	43.079,68
420440	CORONEL FREITAS	392.578,33	28.509,48	0,00	195.020,57	0,00	382.987,57	0,00	0,00	233.120,81
420445	CORONEL MARTINS	6.164,76	0,00	0,00	96.603,11	0,00	1.203,48	0,00	0,00	101.564,39
420450	CORUPA	175.142,52	0,00	0,00	49.417,95	0,00	6.278,52	0,00	0,00	218.281,95
420455	CORREIA PINTO	347.471,35	1.592,66	7.500,00	230.397,08	0,00	416.318,21	0,00	0,00	170.642,88
420460	CRICIUMA	18.461.732,48	18.016.553,87	9.414.971,90	32.992.770,42	0,00	888.000,00	0,00	0,00	77.998.028,66
420470	CUNHA PORA	414.104,94	31.808,25	0,00	389.317,04	0,00	355.523,48	0,00	0,00	479.706,76
420475	CUNHATAI	5.508,36	0,00	0,00	125.111,53	0,00	4.165,56	0,00	0,00	126.454,33
420480	CURITIBANOS	3.519.190,24	2.525.210,10	401.628,00	6.217.961,79	0,00	10.502.554,27	0,00	0,00	2.161.435,86
420490	DESCANSO	250.140,51	67.147,29	0,00	302.154,76	0,00	370.487,99	0,00	0,00	248.954,57
420500	DIONISIO CERQUEIRA	642.366,62	51.099,99	375.300,00	1.010.120,93	0,00	25.740,48	0,00	0,00	2.053.147,06
420510	DONA EMMA	12.786,00	0,00	0,00	6.427,30	0,00	7.753,68	0,00	0,00	11.459,62
420515	DOUTOR PEDRINHO	26.010,24	0,00	0,00	5.232,33	0,00	6.771,96	0,00	0,00	24.470,61
420517	ENTRE RIOS	23.756,28	0,00	0,00	68.076,26	0,00	3.232,44	0,00	0,00	88.600,10
420519	ERMO	1.381,44	0,00	0,00	3.201,25	0,00	3.865,71	0,00	0,00	716,98
420520	ERVAL VELHO	94.522,08	213.550,20	0,00	53.237,68	0,00	339.523,91	0,00	0,00	21.786,04
420530	FAXINAL DOS GUEDES	424.489,59	31.117,37	7.500,00	353.507,37	0,00	411.121,51	0,00	0,00	405.492,82
420535	FLOR DO SERTAO	4.203,12	0,00	0,00	42.978,05	0,00	553,92	0,00	0,00	46.627,25
420540	FLORIANOPOLIS	37.923.936,56	39.644.834,24	57.084.804,15	16.307.078,04	0,00	107.755.628,05	0,00	0,00	43.205.024,93
420543	FORMOSA DO SUL	19.533,60	249,48	0,00	100.675,95	0,00	8.151,60	0,00	0,00	112.307,43
420545	FORQUILHINHA	364.866,24	0,00	157.500,00	463.020,01	0,00	13.702,08	0,00	0,00	971.684,17
420550	FRAIBURGO	1.782.976,35	32.385,36	263.028,00	1.288.501,99	0,00	1.436.303,99	0,00	0,00	1.930.587,71
420555	FREI ROGERIO	17.227,80	0,00	0,00	5.805,62	0,00	22.222,38	0,00	0,00	811,04
420560	GALVAO	7.473,00	0,00	0,00	224.470,80	0,00	4.712,28	0,00	0,00	227.231,52
420570	GAROPABA	288.195,60	0,00	157.500,00	780.536,08	0,00	11.062,56	0,00	0,00	1.215.169,13
420580	GARUVA	181.584,24	0,00	0,00	93.284,98	0,00	42.391,56	0,00	0,00	232.477,66
420590	GASPAR	2.202.712,81	86.372,77	355.500,00	2.085.052,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.729.637,80
420600	GOVERNADOR CELSO RAMOS	190.485,00	0,00	0,00	15.278,73	0,00	21.498,00	0,00	0,00	184.265,73
420610	GRAO PARA	75.094,20	0,00	0,00	115.722,62	0,00	37.856,59	0,00	0,00	152.960,23
420620	GRAVATAL	132.583,20	0,00	0,00	158.770,20	0,00	119.626,80	0,00	0,00	171.726,60

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

420630	GUABIRUBA	230.012,04	489,60	0,00	46.067,64	0,00	29.559,00	0,00	0,00	247.010,28
420640	GUARACIABA	413.518,12	33.603,01	0,00	449.752,82	0,00	650.209,43	0,00	0,00	246.664,52
420650	GUARAMIRIM	802.288,36	43.142,10	157.500,00	1.287.014,54	0,00	25.301,76	0,00	0,00	2.264.643,24
420660	GUARUJA DO SUL	157.482,54	98.898,46	0,00	237.881,68	0,00	271.355,22	0,00	0,00	222.907,47
420665	GUATAMBU	69.347,76	0,00	0,00	30.009,83	0,00	15.125,04	0,00	0,00	84.232,55
420670	HERVAL D'OESTE	83.640,60	9.307,44	2.040.000,00	492.394,81	0,00	38.542,80	0,00	0,00	2.586.800,05
420675	IBIAM	5.804,76	0,00	0,00	4.921,96	0,00	10.046,95	0,00	0,00	679,77
420680	IBICARE	24.257,34	303.068,90	0,00	63.684,84	0,00	367.513,52	0,00	0,00	23.497,56
420690	IBIRAMA	624.077,84	1.230.328,64	335.700,00	841.099,04	0,00	1.557.320,56	0,00	0,00	1.473.884,97
420700	ICARA	1.756.481,83	604.123,53	1.551.033,52	1.232.367,44	0,00	3.076.991,67	0,00	0,00	2.067.014,66
420710	ILHOTA	52.991,76	0,00	0,00	138.298,69	0,00	28.290,60	0,00	0,00	162.999,85
420720	IMARUI	357.536,17	0,00	0,00	217.578,23	0,00	225.049,81	0,00	0,00	350.064,59
420730	IMBITUBA	1.570.060,65	199.777,93	1.100.455,95	964.944,65	0,00	1.985.598,49	0,00	0,00	1.849.640,70
420740	IMBUIA	84.247,06	1.622,48	0,00	24.946,75	0,00	10.363,68	0,00	0,00	100.452,60
420750	INDAIAL	2.674.878,23	473.368,98	157.500,00	2.504.195,97	0,00	-39,96	0,00	0,00	5.809.983,13
420757	IOMERE	7.956,72	0,00	263.028,00	6.204,27	0,00	4.793,76	0,00	0,00	272.395,23
420760	IPIRA	119.773,32	58.741,76	0,00	53.361,76	0,00	184.981,52	0,00	0,00	46.895,31
420765	IPORA DO OESTE	325.179,24	77.008,66	0,00	279.608,00	0,00	459.152,94	0,00	0,00	222.642,97
420768	IPUACU	21.195,72	0,00	0,00	161.835,23	0,00	21.195,72	0,00	0,00	161.835,23
420770	IPUMIRIM	128.576,10	0,00	0,00	35.672,32	0,00	72.982,14	0,00	0,00	91.266,28
420775	IRACEMINHA	11.917,56	0,00	0,00	162.769,52	0,00	7.503,24	0,00	0,00	167.183,84
420780	IRANI	355.384,78	126.364,37	0,00	348.398,75	0,00	326.034,27	0,00	0,00	504.113,63
420785	IRATI	3.903,48	0,00	0,00	195.324,71	0,00	3.903,48	0,00	0,00	195.324,71
420790	IRINEOPOLIS	358.987,68	0,00	263.028,00	102.135,09	0,00	87.563,52	0,00	0,00	636.587,25
420800	ITA	212.635,21	3.257,91	0,00	160.851,19	0,00	156.280,70	0,00	0,00	220.463,62
420810	ITAIOPOLIS	496.812,28	1.092,07	157.500,00	543.828,99	0,00	23.907,36	0,00	0,00	1.175.325,98
420820	ITAJAI	17.703.025,28	14.492.511,67	21.294.262,77	28.762.537,37	0,00	0,00	0,00	0,00	82.252.337,10
420830	ITAPEMA	741.925,31	7.947,96	461.028,00	776.050,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.986.951,71
420840	ITAPIRANGA	603.808,73	38.539,86	157.500,00	363.472,32	0,00	574.972,70	0,00	0,00	588.348,20
420845	ITAPOA	105.864,48	0,00	263.028,00	19.798,22	0,00	22.193,52	0,00	0,00	366.497,18
420850	ITUPORANGA	1.101.141,47	615.165,48	1.131.057,87	2.566.880,97	0,00	4.483.351,68	0,00	0,00	930.894,11
420860	JABORA	44.927,66	2.003,73	263.028,00	188.013,76	0,00	53.870,15	0,00	0,00	444.103,00
420870	JACINTO MACHADO	290.545,37	69.216,01	0,00	88.218,69	0,00	351.181,74	0,00	0,00	96.798,33
420880	JAGUARUNA	463.775,02	101.256,72	0,00	146.409,43	0,00	506.808,40	0,00	0,00	204.632,78
420890	JARAGUA DO SUL	10.691.994,09	4.951.946,70	7.364.024,44	21.663.669,81	0,00	0,00	0,00	0,00	44.671.635,04
420895	JARDINOPOLIS	3.293,52	0,00	0,00	4.938,76	0,00	2.867,88	0,00	0,00	5.364,40
420900	JOACABA	2.105.116,88	8.463.439,36	5.243.431,14	3.593.461,27	0,00	15.911.621,56	0,00	0,00	3.493.827,09
420910	JOINVILLE	51.146.772,99	13.439.190,23	12.515.265,82	34.964.215,31	0,00	23.822.802,84	0,00	0,00	88.242.641,50
420915	JOSE BOITEUX	87.878,48	0,00	60.000,00	30.913,16	0,00	81.065,36	0,00	0,00	97.726,28
420917	JUPIA	4.909,56	0,00	0,00	10.777,63	0,00	5.282,23	0,00	0,00	10.404,96
420920	LACERDOPOLIS	7.255,20	0,00	0,00	14.162,79	0,00	7.255,20	0,00	0,00	14.162,79
420930	LAGES	17.316.604,37	9.137.436,36	8.435.260,95	17.894.127,40	0,00	5.585.613,00	0,00	0,00	47.197.816,07
420940	LAGUNA	2.119.479,66	322.229,56	2.496.309,81	2.855.933,72	0,00	0,00	0,00	0,00	7.793.952,76
420945	LAJEADO GRANDE	2.834,28	0,00	0,00	93.615,65	0,00	0,00	0,00	0,00	96.449,93
420950	LAURENTINO	10.815,00	0,00	0,00	9.276,88	0,00	17.886,16	0,00	0,00	2.205,72
420960	LAURO MULLER	775.643,99	298.890,04	157.500,00	607.928,92	0,00	1.168.014,79	0,00	0,00	671.948,16
420970	LEBON REGIS	354.987,15	1.589,73	0,00	265.489,41	0,00	393.338,04	0,00	0,00	228.728,25
420980	LEOBERTO LEAL	13.571,88	0,00	0,00	5.755,62	0,00	9.117,24	0,00	0,00	10.210,26
420985	LINDOIA DO SUL	149.040,46	0,00	0,00	1.369.952,57	0,00	1.461.631,24	0,00	0,00	57.361,78
420990	LONTRAS	152.376,96	0,00	0,00	15.544,96	0,00	0,00	0,00	0,00	167.921,92
421000	LUIZ ALVES	217.730,89	310.124,69	0,00	133.811,95	0,00	4.949,88	0,00	0,00	656.717,66
421003	LUZERNA	167.634,48	825.601,06	319.854,49	157.613,24	0,00	1.436.433,95	0,00	0,00	34.269,32
421005	MACIEIRA	6.048,96	0,00	0,00	4.494,38	0,00	6.048,96	0,00	0,00	4.494,38
421010	MAFRA	4.328.678,59	1.112.855,24	2.269.645,36	4.315.445,87	0,00	9.747.371,69	0,00	0,00	2.279.253,38
421020	MAJOR GERCINO	8.532,12	0,00	0,00	4.297,93	0,00	5.057,40	0,00	0,00	7.772,65
421030	MAJOR VIEIRA	247.179,22	137.909,79	0,00	119.263,46	0,00	444.853,01	0,00	0,00	59.499,46
421040	MARACAJA	52.360,68	0,00	0,00	24.640,55	0,00	50.693,52	0,00	0,00	26.307,71
421050	MARAVILHA	1.158.030,65	731.988,89	1.127.136,72	3.474.456,06	0,00	4.446.188,56	0,00	0,00	2.045.423,76
421055	MAREMA	11.582,04	0,00	0,00	65.656,74	0,00	8.993,76	0,00	0,00	68.245,02
421060	MASSARANDUBA	193.624,20	1.199,88	0,00	182.658,95	0,00	0,00	0,00	0,00	377.483,03
421070	MATOS COSTA	52.937,45	0,00	157.500,00	-33.376,17	0,00	0,00	0,00	0,00	177.061,28
421080	MELEIRO	202.792,40	266.065,06	157.500,00	111.681,90	0,00	522.725,33	0,00	0,00	215.314,02
421085	MIRIM DOCE	3.144,72	0,00	0,00	4.724,21	0,00	3.144,72	0,00	0,00	4.724,21
421090	MODELO	130.603,14	113.827,22	0,00	416.521,03	0,00	216.664,52	0,00	0,00	444.286,87
421100	MONDAI	365.065,89	60.816,39	134.376,18	323.019,98	0,00	541.248,67	0,00	0,00	342.029,77
421105	MONTE CARLO	269.706,97	0,00	0,00	44.553,90	0,00	63.571,56	0,00	0,00	250.689,31
421110	MONTE CASTELO	250.725,70	25.443,76	0,00	695.545,92	0,00	195.504,74	0,00	0,00	776.210,64
421120	MORRO DA FUMACA	638.483,29	446.775,51	833.955,60	715.094,32	0,00	1.709.524,90	0,00	0,00	924.783,82
421125	MORRO GRANDE	25.582,08	0,00	0,00	12.326,74	0,00	24.562,44	0,00	0,00	13.346,38
421130	NAVEGANTES	1.915.676,34	224.930,54	421.428,00	963.467,61	0,00	26.310,80	0,00	0,00	3.499.191,69
421140	NOVA ERECHIM	139.389,16	55.682,08	0,00	49.698,30	0,00	185.491,80	0,00	0,00	59.277,74
421145	NOVA ITABERABA	44.894,40	0,00	0,00	70.439,97	0,00	13.575,96	0,00	0,00	101.758,41
421150	NOVA TRENTO	442.964,22	117.162,41	263.028,00	258.369,63	0,00	466.921,19	0,00	0,00	614.603,07
421160	NOVA VENEZA	425.616,27	413.279,73	0,00	281.904,01	0,00	976.689,84	0,00	0,00	144.110,17
421165	NOVO HORIZONTE	7.347,24	0,00	0,00	8.101,55	0,00	0,00	0,00	0,00	15.448,79
421170	ORLEANS	652.223,67	17.487,53	559.840,98	635.707,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.865.259,49
421175	OTACILIO COSTA	285.430,30	13.973,43	263.028,00	272.583,90	0,00	379.227,88	0,00	0,00	455.787,75
421180	OURO	26.050,20	0,00	0,00	47.536,12	0,00	26.050,20	0,00	0,00	47.536,12
421185	OURO VERDE	5.931,96	0,00	0,00	76.090,90	0,00	5.931,96	0,00	0,00	76.090,89
421187	PAIAL	5.692,32	0,00	0,00	97.216,95	0,00	3.840,12	0,00	0,00	99.069,15
421189	PAINEL	386,16	0,00	0,00	4.161,24	0,00	3.725,68	0,00	0,00	821,72
421190	PALHOCA	2.352.788,53	107.132,40	453.600,00	1.826.649,49	0,00	157.814,19	0,00	0,00	4.582.356,23
421200	PALMA SOLA	312.206,66	217.237,18	0,00	289.845,97	0,00	569.801,04	0,00	0,00	249.488,77
421205	PALMEIRA	166,20	0,00	0,00	4.178,56	0,00	3.487,56	0,00	0,00	857,20
421210	PALMITOS	1.047.672,10	448.460,99	315.900,00	823.941,77	0,00	1.418.589,45	0,00	0,00	1.217.385,41
421220	PAPANDUVA	647.585,40	100.121,88	0,00	316.410,29	0,00	301.824,21	0,00	0,00	762.293,36
421223	PARAISO	4.558,92	0,00	0,00	12.403,62	0,00	35,17	0,00	0,00	16.927,37
421225	PASSO DE TORRES	15.075,36	0,00	0,00	111.286,64	0,00	15.075,36	0,00	0,00	111.286,64
421227	PASSOS MAIA	52.964,76	0,00	0,00	71.721,55	0,00	805,80	0,00	0,00	123.880,51
421230	PAULO LOPES	80.425,92	0,00	0,00	188.927,91	0,00	6.107,52	0,00	0,00	263.246,31
421240	PEDRAS GRANDES	26.265,84	0,00	0,00	6.735,94	0,00	-1.049,28	0,00	0,00	34.051,06
421250	PENHA	445.626,40	356.380,15	0,00	545.162,35	0,00	713.424,35	0,00	0,00	633.744,55
421260	PERITIBA	104.840,78	37.265,97	0,00	120.871,96	0,00	134.418,59	0,00	0,00	128.560,12
421265	PESCARIA BRAVA	116.011,08	0,00	0,00	12.928,08	0,00	1.498,68	0,00	0,00	127.440,48
421270	PETROLANDIA	166.734,19	0,00	0,00	33.693,90	0,00	147.793,39	0,00	0,00	52.634,70
421280	BALNEARIO PICARRAS	199.517,64	960,24	0,00	580.229,94	0,00	0,00	0,00	0,00	780.707,82
421290	PINHALZINHO	566.949,78	79.526,76	158.400,00	446.009,03	0,00	554.257,02	0,00	0,00	696.628,55
421300	PINHEIRO PRETO	20.622,00	0,00	0,00	19.167,88	0,00	16.389,96	0,00	0,00	23.399,92
421310	PIRATUBA	7.203,00	0,00	0,00	101.171,85	0,00	7.203,00	0,00	0,00	101.171,85
421315	PLANALTO ALEGRE	32.056,08	0,00	0,00	6.797,33	0,00	16.539,60	0,00	0,00	22.313,81
421320	POMERODE	1.278.450,46	129.482,21	157.500,00	759.006,53	0,00	1.218.748,39	0,00	0,00	1.105.690,80
421330	PONTE ALTA	162.259,13	6.670,09	0,00	32.835,09	0,00	200.081,26	0,00	0,00	1.683,06
421335	PONTE ALTA DO NORTE	5.578,08	0,00	0,00	110.580,09	0,00	5.576,52	0,00	0,00	110.581,65
421340	PONTE SERRADA	513.987,34	610.259,49	157.500,00	390.214,09	0,00	1.020.156,66	0,00	0,00	651.804,25
421350	PORTO BELO	178.468,20	0,00	0,00	228.886,44	0,00	13.457,40	0,00	0,00	393.897,24
421360	PORTO UNIAO	2.594.146,99	1.704.675,35	157.500,00	5.216.964,33	0,00	5.226.295,89	0,00	0,00	4.446.990,77
421370	POUSO REDONDO	368.527,91	724,43	0,00	66.783,29	0,00	203.555,74	0,00	0,00	232.479,88
421380	PRAIA GRANDE	296.540,31	354.232,77	342.735,83	122.343,51	0,00	1.011.988,31	0,00	0,00	103.864,10

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

421390	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	6.704,76	0,00	0,00	4.281,21	0,00	6.344,52	0,00	0,00	4.641,45
421400	PRESIDENTE GETULIO	382.543,15	221.829,12	0,00	1.077.359,93	0,00	1.516.501,23	0,00	0,00	165.230,98
421410	PRESIDENTE NEREU	28.129,92	0,00	0,00	3.963,77	0,00	7.451,16	0,00	0,00	24.642,53
421415	PRINCESA	11.969,40	0,00	0,00	68.380,85	0,00	11.969,40	0,00	0,00	68.380,85
421420	QUILOMBO	493.711,23	494.236,26	868.516,17	972.577,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.829.040,96
421430	RANCHO QUEIMADO	5.070,00	0,00	263.028,00	3.655,68	0,00	4.850,04	0,00	0,00	266.903,64
421440	RIO DAS ANTAS	77.751,84	0,00	0,00	153.617,62	0,00	28.519,32	0,00	0,00	202.850,14
421450	RIO DO CAMPO	130.069,63	84.781,71	0,00	65.949,66	0,00	278.670,05	0,00	0,00	2.130,96
421460	RIO DO OESTE	144.874,27	101.706,32	0,00	45.788,29	0,00	271.258,83	0,00	0,00	21.110,05
421470	RIO DOS CEDROS	84.379,32	0,00	0,00	159.891,09	0,00	106.514,40	0,00	0,00	137.756,01
421480	RIO DO SUL	6.897.016,06	15.011.120,00	8.787.065,07	13.086.122,05	0,00	0,00	0,00	0,00	43.781.323,17
421490	RIO FORTUNA	165.341,51	105.815,94	0,00	132.537,75	0,00	248.162,21	0,00	0,00	155.532,99
421500	RIO NEGRINHO	1.876.513,77	37.640,65	724.956,14	3.924.006,07	0,00	0,00	0,00	0,00	6.563.116,63
421505	RIO RUFINO	3.168,72	0,00	0,00	4.169,35	0,00	6.482,93	0,00	0,00	855,14
421507	RIQUEZA	57.554,28	435,84	0,00	14.377,26	0,00	12.288,84	0,00	0,00	60.078,54
421510	RODEIO	163.985,64	0,00	0,00	15.473,26	0,00	42.699,36	0,00	0,00	136.759,54
421520	ROMELANDIA	15.408,48	0,00	0,00	137.021,69	0,00	15.408,48	0,00	0,00	137.021,69
421530	SALETE	192.881,86	42.057,68	0,00	60.488,69	0,00	292.825,96	0,00	0,00	2.602,28
421535	SALTINHO	49.385,76	0,00	0,00	74.750,65	0,00	720,24	0,00	0,00	123.416,17
421540	SALTO VELOSO	99.427,71	1.765,01	0,00	28.714,29	0,00	113.146,76	0,00	0,00	16.760,25
421545	SANGAO	116.211,72	0,00	0,00	16.548,10	0,00	19.671,72	0,00	0,00	113.088,10
421550	SANTA CECILIA	815.070,78	324.111,06	263.028,00	823.590,17	0,00	1.136.341,46	0,00	0,00	1.089.458,55
421555	SANTA HELENA	17.396,88	0,00	157.500,00	97.342,78	0,00	0,00	0,00	0,00	272.239,66
421560	SANTA ROSA DE LIMA	7.860,48	0,00	0,00	3.593,61	0,00	4.875,24	0,00	0,00	6.578,85
421565	SANTA ROSA DO SUL	75.354,48	0,00	157.500,00	14.154,35	0,00	26.367,48	0,00	0,00	220.641,35
421567	SANTA TEREZINHA	27.625,92	0,00	0,00	19.798,04	0,00	16.444,80	0,00	0,00	30.979,16
421568	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	4.033,32	0,00	0,00	98.809,37	0,00	217,08	0,00	0,00	102.625,61
421569	SANTIAGO DO SUL	3.322,08	0,00	0,00	3.827,67	0,00	2.206,08	0,00	0,00	4.943,67
421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	577.488,06	1.164.131,26	1.670.142,18	831.048,08	0,00	2.811.835,37	0,00	0,00	1.430.974,21
421575	SAO BERNARDINO	7.015,44	0,00	0,00	97.905,54	0,00	5.718,12	0,00	0,00	99.202,86
421580	SAO BENTO DO SUL	5.272.555,91	327.251,86	1.866.081,99	1.923.481,46	0,00	0,00	0,00	0,00	9.389.371,23
421590	SAO BONIFACIO	80.628,24	280.179,62	263.028,00	72.568,29	0,00	420.782,39	0,00	0,00	275.621,76
421600	SAO CARLOS	472.812,88	325.630,93	600.814,98	898.921,37	0,00	1.321.174,87	0,00	0,00	977.005,29
421605	SAO CRISTOVAO DO SUL	13.495,80	0,00	0,00	27.469,96	0,00	7.454,28	0,00	0,00	33.511,48
421610	SAO DOMINGOS	152.835,96	96.018,24	0,00	296.558,43	0,00	7.312,20	0,00	0,00	538.100,43
421620	SAO FRANCISCO DO SUL	1.471.957,13	91.472,91	1.716.292,64	2.333.250,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.612.973,34
421625	SAO JOAO DO OESTE	189.062,70	0,00	0,00	216.477,45	0,00	182.025,30	0,00	0,00	223.514,85
421630	SAO JOAO BATISTA	884.154,23	21.015,56	0,00	261.056,04	0,00	650.327,11	0,00	0,00	515.898,72
421635	SAO JOAO DO ITAPERIU	5.207,76	0,00	0,00	11.507,61	0,00	4.562,16	0,00	0,00	12.153,21
421640	SAO JOAO DO SUL	65.511,60	54.205,08	0,00	145.001,17	0,00	14.788,92	0,00	0,00	249.928,93
421650	SAO JOAQUIM	1.275.919,58	80.766,83	401.628,00	864.494,74	0,00	1.534.746,37	0,00	0,00	1.088.062,78
421660	SAO JOSE	18.286.894,30	21.752.330,33	1.000.284,00	12.871.478,24	0,00	48.119.129,14	0,00	0,00	5.791.857,72
421670	SAO JOSE DO CEDRO	376.524,68	41.002,91	0,00	390.795,43	0,00	406.919,19	0,00	0,00	401.403,83
421680	SAO JOSE DO CERRITO	172.497,74	0,00	263.028,00	221.011,30	0,00	232.171,52	0,00	0,00	424.365,52
421690	SAO LOURENCO DO OESTE	859.710,48	367.988,93	289.500,00	2.691.473,25	0,00	2.566.189,04	0,00	0,00	1.642.483,62
421700	SAO LUDGERO	135.709,68	0,00	0,00	114.196,45	0,00	35.407,32	0,00	0,00	214.498,81
421710	SAO MARTINHO	55.071,97	0,00	0,00	115.294,81	0,00	61.413,01	0,00	0,00	108.953,77
421715	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	6.512,40	0,00	0,00	105.840,76	0,00	6.056,16	0,00	0,00	106.297,00
421720	SAO MIGUEL D'OESTE	1.786.374,14	2.124.604,69	2.461.428,00	4.915.895,43	0,00	6.447.680,99	0,00	0,00	4.840.621,26
421725	SAO PEDRO DE ALCANTARA	213.312,76	432.778,76	0,00	102.497,68	0,00	732.655,81	0,00	0,00	15.933,40
421730	SAUDADES	282.473,21	11.949,28	0,00	165.916,26	0,00	304.325,57	0,00	0,00	156.013,18
421740	SCHROEDER	185.523,72	0,00	0,00	20.308,05	0,00	28.083,66	0,00	0,00	177.748,11
421750	SEARA	732.514,74	87.092,78	687.337,71	589.646,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.096.591,24
421755	SERRA ALTA	45.213,72	0,00	0,00	113.741,07	0,00	8.820,84	0,00	0,00	150.133,95
421760	SIDEROPOLIS	190.367,88	34.848,48	157.500,00	509.211,84	0,00	174.878,40	0,00	0,00	717.049,80
421770	SOMBRIO	762.510,90	246.994,08	157.500,00	200.587,22	0,00	906.037,10	0,00	0,00	461.555,10
421775	SUL BRASIL	7.285,44	0,00	0,00	59.460,12	0,00	1.196,52	0,00	0,00	65.549,04
421780	TAIO	563.859,16	342.380,09	157.500,00	511.912,65	0,00	949.742,58	0,00	0,00	625.909,32
421790	TANGARA	338.913,42	56.369,73	263.028,00	226.878,22	0,00	449.784,98	0,00	0,00	435.404,39
421795	TIGRINHOS	3.075,12	0,00	0,00	69.817,61	0,00	1.366,08	0,00	0,00	71.526,65
421800	TIJUCAS	1.210.432,84	443.983,35	831.934,41	1.764.852,98	0,00	3.016.582,21	0,00	0,00	1.234.621,37
421810	TIMBE DO SUL	108.783,55	8.357,74	0,00	173.327,96	0,00	105.859,37	0,00	0,00	184.609,87
421820	TIMBO	1.350.450,89	650.431,00	157.500,00	2.624.284,50	0,00	2.866.245,78	0,00	0,00	1.916.420,60
421825	TIMBO GRANDE	74.772,72	0,00	0,00	41.008,15	0,00	95.577,96	0,00	0,00	20.202,91
421830	TRES BARRAS	862.347,96	30.114,60	183.149,17	2.785.243,06	0,00	0,00	0,00	0,00	3.860.854,79
421835	TREVISO	17.329,92	0,00	0,00	5.655,67	0,00	7.947,00	0,00	0,00	15.038,59
421840	TREZE DE MAIO	294.610,10	140.966,04	0,00	91.738,82	0,00	492.804,26	0,00	0,00	34.510,70
421850	TREZE TILIAS	117.531,78	753,85	0,00	74.603,67	0,00	144.398,59	0,00	0,00	48.490,71
421860	TROMBUDO CENTRAL	299.487,36	913.493,31	627.927,48	75.829,89	0,00	1.904.881,23	0,00	0,00	11.856,81
421870	TUBARAO	10.985.978,45	12.027.036,64	12.279.870,92	15.031.834,53	0,00	45.536.784,80	0,00	0,00	4.787.935,74
421875	TUNAPOLIS	230.896,44	215.065,22	0,00	255.513,19	0,00	464.443,82	0,00	0,00	237.031,03
421880	TURVO	290.250,01	147.510,22	157.500,00	194.342,99	0,00	408.073,52	0,00	0,00	381.529,71
421885	UNIAO DO OESTE	20.778,24	0,00	0,00	98.004,55	0,00	8.727,36	0,00	0,00	110.055,43
421890	URUBICI	342.659,72	16.106,86	138.848,94	237.622,16	0,00	573.227,98	0,00	0,00	162.009,70
421895	URUPEMA	4.102,20	0,00	0,00	4.309,64	0,00	7.548,09	0,00	0,00	863,75
421900	URUSSANGA	1.011.874,67	566.011,25	1.077.625,66	809.339,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.464.850,87
421910	VARGEAO	161.214,84	135.572,70	0,00	51.526,87	0,00	334.746,30	0,00	0,00	13.568,11
421915	VARGEM	41.763,24	0,00	0,00	7.204,79	0,00	48.031,58	0,00	0,00	936,45
421917	VARGEM BONITA	17.778,60	0,00	0,00	75.640,59	0,00	15.070,68	0,00	0,00	78.348,51
421920	VIDAL RAMOS	176.741,90	0,00	0,00	31.441,53	0,00	190.314,86	0,00	0,00	17.868,58
421930	VIDEIRA	3.304.351,49	1.177.660,09	2.465.837,22	3.411.760,70	0,00	6.075.033,69	0,00	0,00	4.284.575,81
421935	VITOR MEIRELES	167.067,70	12.277,74	60.000,00	40.996,66	0,00	43.098,72	0,00	0,00	237.243,37
421940	WITMARSUM	66.414,00	66.075,96	157.500,00	6.603,94	0,00	514,56	0,00	0,00	296.079,34
421950	XANXERE	3.476.730,03	8.152.017,81	4.302.919,56	8.916.995,11	0,00	22.847.497,94	0,00	0,00	2.001.164,58
421960	XAVANTINA	138.086,53	0,00	0,00	30.230,34	0,00	151.348,09	0,00	0,00	16.968,78
421970	XAXIM	1.109.559,36	33.471,29	0,00	945.871,72	0,00	992.968,98	0,00	0,00	1.095.933,38
421985	ZORTEA	15.630,60	303,48	0,00	7.452,05	0,00	22.299,81	0,00	0,00	1.086,32
422000	BALNEARIO RINCAO	120.510,72	0,00	0,00	15.395,22	0,00	7.305,12	0,00	0,00	128.600,82
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										894.164.585,71

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	420540 - FLORIANOPOLIS	DEPARTAMENTO DE ESTOMATOLOGIA	4059727	002	01-01-2006	105.600,00
Estadual	420540 - FLORIANOPOLIS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	3157245	001	24-11-2005	29.319.038,65
TOTAL						29.424.638,65

PORTARIA Nº 1.041, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, por meio do Ofício Sec. nº. 670/2016, de 26 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Minas Gerais, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 4.065.585.963,80, assim distribuídos:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	867.351.350,73	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	3.034.650.645,75	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	163.583.967,32	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 16.605.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 68.862.801,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 9ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	79.086.223,03
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	773.250.030,43
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	15.015.097,27
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	867.351.350,73

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
310010	ABADIA DOS DOURADOS	213.836,07	0,00	235.521,80	3.663,27	0,00	363.021,14	0,00	0,00	90.000,00
310020	ABAETE	726.116,84	110.794,88	336.606,60	614,06	0,00	1.174.132,38	0,00	0,00	0,00
310030	ABRE CAMPO	392.382,41	389.008,12	2.102.595,09	2.691.998,87	0,00	5.146.324,49	0,00	0,00	429.660,00
310040	ACAIACA	6.931,34	0,00	0,00	119,66	0,00	7.051,00	0,00	0,00	0,00
310050	ACUCENA	96.072,04	0,00	0,00	767,75	0,00	96.839,79	0,00	0,00	0,00
310060	AGUA BOA	637.195,09	16.446,94	60.000,00	17.556,88	0,00	671.198,91	0,00	0,00	60.000,00
310070	AGUA COMPRIDA	7.650,78	180,00	0,00	0,63	0,00	7.831,41	0,00	0,00	0,00
310080	AGUANIL	11.610,27	0,00	0,00	1,26	0,00	11.611,53	0,00	0,00	0,00
310090	AGUAS FORMOSAS	843.095,72	785.540,40	1.809.956,21	80.811,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.519.403,93
310100	AGUAS VERMELHAS	581.783,78	88.508,85	0,00	824,05	0,00	0,00	0,00	0,00	671.116,68
310110	AIMORES	906.181,29	27.552,14	841.152,76	135.199,63	0,00	1.570.425,82	0,00	0,00	339.660,00
310120	AIURUOCA	303.888,62	564.502,68	90.000,00	413,09	0,00	868.804,39	0,00	0,00	90.000,00
310130	ALAGOA	65.270,25	0,00	0,00	2.399,33	0,00	67.669,58	0,00	0,00	0,00
310140	ALBERTINA	5.718,09	0,00	0,00	86,39	0,00	5.804,48	0,00	0,00	0,00
310150	ALEM PARAIBA	1.556.860,47	1.318.306,89	4.154.227,83	117.837,22	0,00	6.560.022,37	0,00	0,00	587.210,04
310160	ALFENAS	4.554.422,93	26.149.259,60	13.376.363,25	2.166.174,37	0,00	0,00	0,00	0,00	46.246.220,15
310163	ALFREDO VASCONCELOS	16.031,09	0,00	0,00	255,57	0,00	16.286,66	0,00	0,00	0,00
310170	ALMENARA	1.952.296,30	1.290.823,84	1.714.856,54	51.543,74	0,00	134.642,64	0,00	0,00	4.874.877,78
310180	ALPERCATA	7.858,08	0,00	0,00	0,00	0,00	7.858,08	0,00	0,00	0,00
310190	ALPINOPOLIS	686.466,16	71.242,91	339.660,00	1.438,82	0,00	759.147,89	0,00	0,00	339.660,00
310200	ALTEROSA	363.985,95	4.629,73	60.000,00	508,60	0,00	369.124,28	0,00	0,00	60.000,00
310205	ALTO CAPARAO	40.530,53	0,00	90.000,00	376,75	0,00	40.907,28	0,00	0,00	90.000,00
310210	ALTO RIO DOCE	303.748,12	3.754,08	0,00	928,49	0,00	308.430,69	0,00	0,00	0,00
310220	ALVARENGA	16.552,08	252,00	0,00	90,66	0,00	16.894,74	0,00	0,00	0,00
310230	ALVINOPOLIS	496.355,83	38.852,29	333.231,79	9.149,48	0,00	877.589,39	0,00	0,00	0,00
310240	ALVORADA DE MINAS	15.113,71	0,00	0,00	716,37	0,00	15.830,08	0,00	0,00	0,00
310250	AMPARO DO SERRA	7.803,78	0,00	90.000,00	38,36	0,00	7.842,14	0,00	0,00	90.000,00
310260	ANDRADAS	1.450.272,22	431.771,41	1.209.714,31	484.237,22	0,00	2.876.335,16	0,00	0,00	699.660,00
310270	CACHOEIRA DE PAJEU	261.135,70	17.716,74	489.460,73	22,90	0,00	338.676,07	0,00	0,00	429.660,00
310280	ANDRELANDIA	421.460,73	121.191,82	157.500,00	244,76	0,00	700.397,31	0,00	0,00	0,00
310285	ANGELANDIA	71.283,33	491,40	90.000,00	2,52	0,00	71.777,25	0,00	0,00	90.000,00
310290	ANTONIO CARLOS	236.324,68	5.593,00	90.000,00	751,89	0,00	0,00	0,00	0,00	332.669,57
310300	ANTONIO DIAS	28.618,06	79,73	0,00	1.386,78	0,00	30.084,57	0,00	0,00	0,00
310310	ANTONIO PRADO DE MINAS	3.908,79	0,00	0,00	173,42	0,00	4.082,21	0,00	0,00	0,00
310320	ARACAI	2.753,15	0,00	0,00	192,90	0,00	2.946,05	0,00	0,00	0,00
310330	ARACITABA	9.259,75	3.455,30	0,00	60,93	0,00	12.775,98	0,00	0,00	0,00
310340	ARACUAI	1.827.777,85	967.122,95	3.315.036,96	345.811,40	0,00	98.550,00	0,00	0,00	6.357.199,16
310350	ARAGUARI	5.375.305,83	4.152.307,42	1.725.514,08	175.399,25	0,00	0,00	0,00	0,00	11.428.526,58
310360	ARANTINA	5.159,39	0,00	0,00	181,47	0,00	5.340,86	0,00	0,00	0,00
310370	ARAPONGA	34.008,98	0,00	0,00	0,00	0,00	34.008,98	0,00	0,00	0,00
310375	ARAPORA	226.640,69	100,80	0,00	3,48	0,00	226.744,97	0,00	0,00	0,00
310380	ARAPUA	30.451,24	0,00	0,00	23,86	0,00	30.475,10	0,00	0,00	0,00
310390	ARAUJOS	101.847,04	401.711,16	0,00	903,60	0,00	504.461,80	0,00	0,00	0,00
310400	ARAXA	5.267.497,00	4.941.173,03	4.969.158,57	535.332,66	0,00	1.680.000,00	0,00	0,00	14.033.161,26
310410	ARCEBURGO	124.321,27	26,51	0,00	305,10	0,00	124.652,88	0,00	0,00	0,00
310420	ARCOS	1.235.068,01	47.624,33	857.220,36	87,11	0,00	1.710.339,81	0,00	0,00	429.660,00
310430	AREADO	340.761,94	0,00	0,00	15,83	0,00	340.777,77	0,00	0,00	0,00
310440	ARGIRITA	7.212,28	0,00	60.000,00	2,22	0,00	7.214,50	0,00	0,00	60.000,00
310445	ARICANDUVA	46.079,40	0,00	90.000,00	374,02	0,00	46.453,42	0,00	0,00	90.000,00
310450	ARINOS	620.058,87	35.089,19	187.562,49	44.839,26	0,00	0,00	0,00	0,00	887.549,81
310460	ASTOLFO DUTRA	92.789,12	6.984,13	157.500,00	825,56	0,00	258.098,81	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

310470	ATALEIA	442.335,77	119.495,43	90.000,00	4.987,18	0,00	566.818,38	0,00	0,00	90.000,00
310480	AUGUSTO DE LIMA	41.923,87	0,00	0,00	328,16	0,00	42.252,03	0,00	0,00	0,00
310490	BAEPENDI	769.564,06	1.616.181,65	1.479.331,94	12.925,36	0,00	3.878.003,01	0,00	0,00	0,00
310500	BALDIM	60.963,77	113,40	60.000,00	844,92	0,00	61.922,09	0,00	0,00	60.000,00
310510	BAMBUI	1.073.840,59	2.760.639,40	776.779,98	93.455,00	0,00	4.365.054,97	0,00	0,00	339.660,00
310520	BANDEIRA	56.107,41	0,00	0,00	90,62	0,00	56.198,03	0,00	0,00	0,00
310530	BANDEIRA DO SUL	67.154,55	0,00	0,00	1,26	0,00	67.155,81	0,00	0,00	0,00
310540	BARAO DE COCAIS	1.145.548,76	53.827,85	429.360,00	1.792,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.630.529,13
310550	BARAO DE MONTE ALTO	59.938,04	0,00	90.000,00	0,00	0,00	59.938,04	0,00	0,00	90.000,00
310560	BARBACENA	7.950.335,69	27.338.601,40	18.894.288,82	4.693.718,56	5.518.826,28	19.285,00	0,00	0,00	53.338.833,19
310570	BARRA LONGA	17.483,92	0,00	61.899,96	487,85	0,00	17.971,77	0,00	0,00	61.899,96
310590	BARROSO	819.004,25	286.504,07	890.566,59	4.144,74	0,00	2.000.219,65	0,00	0,00	0,00
310600	BELA VISTA DE MINAS	72.081,43	0,00	0,00	1.411,34	0,00	73.492,77	0,00	0,00	0,00
310610	BELMIRO BRAGA	6.044,06	0,00	0,00	0,63	0,00	6.044,69	0,00	0,00	0,00
310620	BELO HORIZONTE	160.467.911,80	422.733.101,83	397.740.341,30	164.155.747,50	0,00	1.526.673,98	61.993.964,04	0,00	1.081.576.464,41
310630	BELO ORIENTE	546.813,01	26.972,20	339.660,00	1.429,28	0,00	0,00	0,00	0,00	914.874,49
310640	BELO VALE	214.183,55	80.952,37	134.642,64	159,36	0,00	429.937,92	0,00	0,00	0,00
310650	BERILO	537.210,32	107.262,71	0,00	931,62	0,00	0,00	0,00	0,00	645.404,65
310660	BERTOPOLIS	5.171,35	0,00	0,00	100,00	0,00	5.271,35	0,00	0,00	0,00
310665	BERIZAL	37.714,27	0,00	150.000,00	533,88	0,00	188.248,15	0,00	0,00	0,00
310670	BETIM	23.554.653,51	19.111.554,72	34.297.502,05	1.225.534,55	0,00	2.963.532,00	0,00	0,00	75.225.712,83
310680	BIAS FORTES	23.911,65	0,00	0,00	1,26	0,00	23.912,91	0,00	0,00	0,00
310690	BICAS	432.721,35	325.797,02	497.160,00	73,98	0,00	916.092,35	0,00	0,00	339.660,00
310700	BIQUINHAS	28.193,87	0,00	0,00	40,83	0,00	28.234,70	0,00	0,00	0,00
310710	BOA ESPERANCA	1.659.063,35	79.954,67	1.275.046,91	2.097,09	0,00	0,00	0,00	0,00	3.016.162,02
310720	BOCAINA DE MINAS	39.310,49	0,00	0,00	447,03	0,00	39.757,52	0,00	0,00	0,00
310730	BOCAIUVA	1.713.913,64	628.719,97	1.236.305,30	5.425,78	0,00	2.767.344,69	0,00	0,00	817.020,00
310740	BOM DESPACHO	2.091.992,87	287.531,64	2.369.684,89	45.667,31	0,00	0,00	0,00	0,00	4.794.876,71
310750	BOM JARDIM DE MINAS	196.255,45	135.740,57	157.500,00	1.430,34	0,00	490.926,36	0,00	0,00	0,00
310760	BOM JESUS DA PENHA	64.000,56	793,80	0,00	4.778,64	0,00	69.573,00	0,00	0,00	0,00
310770	BOM JESUS DO AMPARO	26.422,07	0,00	0,00	363,57	0,00	26.785,64	0,00	0,00	0,00
310780	BOM JESUS DO GALHO	536.655,58	529.416,97	90.000,00	13.382,90	0,00	1.079.455,45	0,00	0,00	90.000,00
310790	BOM REPOUSO	111.854,14	0,00	0,00	818,26	0,00	112.672,40	0,00	0,00	0,00
310800	BOM SUCESSO	586.354,41	109.030,79	893.801,27	144.037,55	0,00	1.303.564,02	0,00	0,00	429.660,00
310810	BONFIM	57.063,57	2.881,74	0,00	1.499,49	0,00	61.444,80	0,00	0,00	0,00
310820	BONFINOPOLIS DE MINAS	79.867,91	3.635,86	0,00	391,08	0,00	83.894,85	0,00	0,00	0,00
310825	BONITO DE MINAS	34.048,01	3,51	240.000,00	1.705,74	0,00	185.757,26	0,00	0,00	90.000,00
310830	BORDA DA MATA	196.460,78	18.101,35	304.103,76	1.092,99	0,00	519.758,88	0,00	0,00	0,00
310840	BOTELHOS	358.207,52	384,76	186.000,00	8.090,66	0,00	462.682,94	0,00	0,00	90.000,00
310850	BOTUMIRIM	39.561,96	0,00	0,00	398,29	0,00	39.960,25	0,00	0,00	0,00
310855	BRASILANDIA DE MINAS	159.321,90	0,00	0,00	3,78	0,00	159.325,68	0,00	0,00	0,00
310860	BRASILIA DE MINAS	1.585.118,13	4.805.802,28	8.095.383,84	183.523,60	0,00	6.247.323,84	0,00	0,00	8.422.504,01
310870	BRAS PIRES	25.890,47	0,00	0,00	0,00	0,00	25.890,47	0,00	0,00	0,00
310880	BRAUNAS	41.827,21	12,60	90.000,00	1.294,10	0,00	43.133,91	0,00	0,00	90.000,00
310890	BRASOPOLIS	420.292,05	108,68	0,00	238,77	0,00	420.639,50	0,00	0,00	0,00
310900	BRUMADINHO	1.191.230,47	242.448,42	1.996.922,45	5.692,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.436.294,02
310910	BUENO BRANDAO	324.688,71	25.082,36	0,00	11.645,37	0,00	361.416,44	0,00	0,00	0,00
310920	BUENOPOLIS	82.050,15	0,00	0,00	985,01	0,00	83.035,16	0,00	0,00	0,00
310925	BUGRE	14.178,84	0,00	90.000,00	300,00	0,00	14.478,84	0,00	0,00	90.000,00
310930	BURITIS	925.312,35	143.670,11	546.020,49	6.998,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.622.001,69
310940	BURITIZEIRO	513.143,71	9.948,74	546.300,00	3.143,61	0,00	526.236,06	0,00	0,00	546.300,00
310945	CABECEIRA GRANDE	55.083,73	3,51	0,00	536,31	0,00	55.623,55	0,00	0,00	0,00
310950	CABO VERDE	430.211,27	77.941,21	0,00	145,62	0,00	508.298,10	0,00	0,00	0,00
310960	CACHOEIRA DA PRATA	33.279,90	0,00	0,00	1.344,60	0,00	34.624,50	0,00	0,00	0,00
310970	CACHOEIRA DE MINAS	22.328,19	0,00	234.518,12	1.315,71	0,00	258.162,02	0,00	0,00	0,00
310980	CACHOEIRA DOURADA	37.271,51	0,00	0,00	766,36	0,00	38.037,87	0,00	0,00	0,00
310990	CAETANOPOLIS	284.299,83	421.626,70	201.963,96	13.950,68	0,00	921.841,17	0,00	0,00	0,00
311000	CAETE	1.389.106,43	178.592,84	4.402.983,38	10.094,79	0,00	5.641.117,44	0,00	0,00	339.660,00
311010	CAIANA	48.777,12	0,00	0,00	33,14	0,00	48.810,26	0,00	0,00	0,00
311020	CAJURI	9.460,64	0,00	90.000,00	1,59	0,00	9.462,23	0,00	0,00	90.000,00
311030	CALDAS	533.342,86	19.394,12	0,00	1.282,97	0,00	554.019,95	0,00	0,00	0,00
311040	CAMACHO	27.296,58	0,00	0,00	140,59	0,00	27.437,17	0,00	0,00	0,00
311050	CAMANDUCAIA	801.749,57	99.346,34	339.660,00	3.452,75	0,00	904.548,66	0,00	0,00	339.660,00
311060	CAMBUI	1.110.859,01	607.395,55	1.167.700,83	392.922,81	0,00	2.939.218,20	0,00	0,00	339.660,00
311070	CAMBUQUIRA	410.641,59	16.531,19	172.975,15	16.555,50	0,00	616.703,43	0,00	0,00	0,00
311080	CAMPANARIO	8.423,61	201,60	60.000,00	342,05	0,00	8.967,26	0,00	0,00	60.000,00
311090	CAMPANHA	512.694,58	11.191,50	480.222,91	37.812,11	0,00	702.261,10	0,00	0,00	339.660,00
311100	CAMPESTRE	781.152,94	54.207,91	98.895,79	24.408,86	0,00	958.665,50	0,00	0,00	0,00
311110	CAMPINA VERDE	809.264,27	166,84	303.052,75	1.959,89	0,00	1.114.443,75	0,00	0,00	0,00
311115	CAMPO AZUL	7.975,76	0,00	0,00	521,36	0,00	8.497,12	0,00	0,00	0,00
311120	CAMPO BELO	2.599.779,65	2.205.097,32	6.149.519,72	172.427,52	0,00	0,00	0,00	0,00	11.126.824,21
311130	CAMPO DO MEIO	241.995,21	0,00	0,00	0,00	0,00	241.995,21	0,00	0,00	0,00
311140	CAMPO FLORIDO	27.625,19	210,00	0,00	0,00	0,00	27.835,19	0,00	0,00	0,00
311150	CAMPOS ALTOS	411.008,89	9.300,48	813,60	204,21	0,00	0,00	0,00	0,00	421.327,18
311160	CAMPOS GERAIS	1.017.549,09	71.100,72	1.088.368,79	79.919,00	0,00	1.917.277,60	0,00	0,00	339.660,00
311170	CANAA	15.459,44	0,00	0,00	24,54	0,00	15.483,98	0,00	0,00	0,00
311180	CANAPOLIS	399.844,26	34.315,93	90.000,00	1.059,86	0,00	435.220,05	0,00	0,00	90.000,00
311190	CANA VERDE	23.828,09	0,00	90.000,00	1,89	0,00	23.829,98	0,00	0,00	90.000,00
311200	CANDEIAS	407.274,81	8.700,21	632.040,56	113,87	0,00	618.469,45	0,00	0,00	429.660,00
311205	CANTAGALO	4.442,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.442,23	0,00	0,00	0,00
311210	CAPARAO	38.127,44	0,00	0,00	415,07	0,00	38.542,51	0,00	0,00	0,00
311220	CAPELA NOVA	34.278,70	0,00	90.000,00	720,40	0,00	34.999,10	0,00	0,00	90.000,00
311230	CAPELINHA	1.620.446,24	350.175,43	677.221,32	3.886,13	0,00	2.252.069,12	0,00	0,00	399.660,00
311240	CAPETINGA	126.116,59	75,60	0,00	921,61	0,00	127.113,80	0,00	0,00	0,00
311250	CAPIM BRANCO	83.430,26	113,40	0,00	4.735,03	0,00	88.278,69	0,00	0,00	0,00
311260	CAPINOPOLIS	479.256,83	16.100,77	0,00	1.180,74	0,00	496.538,34	0,00	0,00	0,00
311265	CAPITAO ANDRADE	5.785,98	436,00	0,00	39,28	0,00	6.261,26	0,00	0,00	0,00
311270	CAPITAO ENEAS	237.814,67	1.294,92	489.660,00	1.176,53	0,00	390.286,12	0,00	0,00	339.660,00
311280	CAPITOLIO	222.242,75	0,00	90.000,00	994,96	0,00	223.237,71	0,00	0,00	90.000,00
311290	CAPUTIRA	88.856,18	2.660,00	90.000,00	904,14	0,00	92.420,32	0,00	0,00	90.000,00
311300	CARAI	815.794,76	12.814,53	90.000,00	17,38	0,00	0,00	0,00	0,00	918.626,67
311310	CARANAIBA	26.119,57	0,00	0,00	0,00	0,00	26.119,57	0,00	0,00	0,00
311320	CARANDAI	797.368,31	199.472,77	0,00	348,77	0,00	997.189,85	0,00	0,00	0,00
311330	CARANGOLA	1.884.012,94	6.377.204,55	12.025.604,15	3.836.452,60	0,00	23.066.254,24	0,00	0,00	1.057.020,00
311340	CARATINGA	4.012.534,67	5.325.356,56	4.318.172,90	886.395,43	0,00	0,00	0,00	0,00	14.542.459,56
311350	CARBONITA	239.834,98	0,00	0,00	60,12	0,00	239.895,10	0,00	0,00	0,00
311360	CAREACU	149.348,16	36.761,91	0,00	7.477,62	0,00	193.587,69	0,00	0,00	0,00
311370	CARLOS CHAGAS	789.576,30	42.113,83	0,00	4.463,84	0,00	0,00	0,00	0,00	836.153,97
311380	CARMESIA	9.045,04	0,00	0,00	77,37	0,00	9.122,41	0,00	0,00	0,00
311390	CARMO DA CACHOEIRA	337.234,25	8.765,79	0,00	63,13	0,00	346.063,17	0,00	0,00	0,00
311400	CARMO DA MATA	115.395,76	0,00	90.000,00	205,99	0,00	115.601,75	0,00	0,00	90.000,00
311410	CARMO DE MINAS	307.017,82	6.955,45	266.120,97	18.194,73	0,00	598.288,97	0,00	0,00	0,00
311420	CARMO DO CAJURU	189.191,59	12.000,00	0,00	850,65	0,00	202.042,24	0,00	0,00	0,00
311430	CARMO DO PARANAIBA	1.368.555,43	168.575,74	1.234.198,32	1.917,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.773.246,56
311440	CARMO DO RIO CLARO	749.308,55	19.580,63	196.315,63	36.634,92	0,00	1.001.839,73	0,00	0,00	0,00
311450	CARMOPOLIS DE MINAS	358.649,84	34.380,22	60.000,00	1.114,06	0,00	394.144,12	0,00	0,00	60.000,00
311455	CARNEIRINHO	134.517,53	0,00	0,00	8.661,89	0,00	143.179,42	0,00	0,00	0,00
311460	CARRANCAS	104.395,28	9.700,81	0,00	17,43	0,00	114.113,52	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

311470	CARVALHOPOLIS	3.940,97	0,00	0,00	0,00	0,00	3.940,97	0,00	0,00	0,00
311480	CARVALHOS	57.562,24	3.278,64	0,00	304,44	0,00	61.145,32	0,00	0,00	0,00
311490	CASA GRANDE	3.909,63	0,00	0,00	150,00	0,00	4.059,63	0,00	0,00	0,00
311500	CASCALHO RICO	6.797,36	0,00	90.000,00	85,36	0,00	6.882,72	0,00	0,00	90.000,00
311510	CASSIA	789.874,77	505.642,86	1.167.774,06	151.903,19	0,00	2.185.534,88	0,00	0,00	429.660,00
311520	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31.497,29	0,00	0,00	770,25	0,00	32.267,54	0,00	0,00	0,00
311530	CATAGUASES	3.846.584,65	4.061.933,73	5.695.207,42	285.276,99	0,00	157.500,00	0,00	0,00	13.731.502,79
311535	CATAS ALTAS	58.184,54	264,52	0,00	1.151,12	0,00	59.600,18	0,00	0,00	0,00
311540	CATAS ALTAS DA NORUEGA	20.843,22	4.820,00	0,00	0,00	0,00	25.663,22	0,00	0,00	0,00
311545	CATUJI	28.333,12	415,80	90.000,00	0,00	0,00	28.748,92	0,00	0,00	90.000,00
311547	CATUTI	10.522,51	550,00	90.000,00	488,83	0,00	11.561,34	0,00	0,00	90.000,00
311550	CAXAMBU	893.033,10	36.441,25	555.923,22	1.980,44	0,00	1.487.378,01	0,00	0,00	0,00
311560	CEDRO DO ABAETE	7.010,69	0,00	60.000,00	69,13	0,00	7.079,82	0,00	0,00	60.000,00
311570	CENTRAL DE MINAS	211.294,17	106.649,28	0,00	5.562,41	0,00	323.505,86	0,00	0,00	0,00
311580	CENTRALINA	174.658,07	165,32	186.000,00	1.225,31	0,00	272.048,70	0,00	0,00	90.000,00
311590	CHACARA	26.511,36	0,00	0,00	13,61	0,00	26.524,97	0,00	0,00	0,00
311600	CHALE	45.021,43	0,00	0,00	26,94	0,00	45.048,37	0,00	0,00	0,00
311610	CHAPADA DO NORTE	186.276,82	113,40	0,00	1.080,65	0,00	187.470,87	0,00	0,00	0,00
311615	CHAPADA GAUCHA	228.637,56	18.230,10	90.000,00	736,11	0,00	0,00	0,00	0,00	337.603,77
311620	CHIADOR	17.184,25	0,00	90.000,00	0,63	0,00	17.184,88	0,00	0,00	90.000,00
311630	CIPOTANEA	159.266,32	368,82	0,00	559,92	0,00	160.195,06	0,00	0,00	0,00
311640	CLARAVAL	81.742,03	37,80	0,00	1.427,66	0,00	83.207,49	0,00	0,00	0,00
311650	CLARO DOS POCOES	23.619,82	31,28	0,00	604,32	0,00	24.255,42	0,00	0,00	0,00
311660	CLAUDIO	960.329,60	12.579,31	881.190,96	53.292,53	0,00	1.567.732,40	0,00	0,00	339.660,00
311670	COIMBRA	24.812,05	92,00	0,00	606,63	0,00	25.510,68	0,00	0,00	0,00
311680	COLUNA	382.059,67	79.219,06	0,00	948,19	0,00	462.226,92	0,00	0,00	0,00
311690	COMENDADOR GOMES	6.511,64	0,00	0,00	170,91	0,00	6.682,55	0,00	0,00	0,00
311700	COMERCINHO	61.509,50	3.513,01	0,00	829,55	0,00	65.852,06	0,00	0,00	0,00
311710	CONCEICAO DA APARECIDA	320.354,47	40,00	0,00	19,18	0,00	320.413,65	0,00	0,00	0,00
311720	CONCEICAO DAS PEDRAS	21.508,32	0,00	0,00	2,22	0,00	21.510,54	0,00	0,00	0,00
311730	CONCEICAO DAS ALAGOAS	876.318,48	153.282,93	49.144,40	9.345,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.088.091,40
311740	CONCEICAO DE IPANEMA	87.604,34	14.384,93	0,00	1.263,85	0,00	103.253,12	0,00	0,00	0,00
311750	CONCEICAO DO MATO DENTRO	322.329,38	10.571,47	0,00	21.165,33	0,00	354.066,18	0,00	0,00	0,00
311760	CONCEICAO DO PARA	26.270,44	0,00	0,00	407,04	0,00	26.677,48	0,00	0,00	0,00
311770	CONCEICAO DO RIO VERDE	424.225,62	0,00	0,00	68,09	0,00	424.293,71	0,00	0,00	0,00
311780	CONCEICAO DOS OUROS	78.269,74	5.085,80	0,00	752,57	0,00	84.108,11	0,00	0,00	0,00
311783	CONEGO MARINHO	49.697,02	0,00	0,00	4,19	0,00	49.701,21	0,00	0,00	0,00
311787	CONFINS	32.263,32	315,00	0,00	223,19	0,00	32.801,51	0,00	0,00	0,00
311790	CONGONHAL	83.981,28	0,00	0,00	59,49	0,00	84.040,77	0,00	0,00	0,00
311800	CONGONHAS	2.158.189,18	260.388,32	1.712.331,18	46.946,68	0,00	0,00	0,00	0,00	4.177.855,36
311810	CONGONHAS DO NORTE	28.973,64	0,00	0,00	325,21	0,00	29.298,85	0,00	0,00	0,00
311820	CONQUISTA	121.763,75	0,00	0,00	652,52	0,00	122.416,27	0,00	0,00	0,00
311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	5.875.064,68	3.781.308,53	7.371.539,88	897.258,81	0,00	0,00	0,00	0,00	17.925.171,90
311840	CONSELHEIRO PENA	866.691,43	74.202,51	339.660,00	11.911,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.464,95
311850	CONSOLACAO	1.783,42	0,00	0,00	2,22	0,00	1.785,64	0,00	0,00	0,00
311860	CONTAGEM	26.414.209,02	9.106.543,55	31.900.736,73	1.438.354,85	0,00	0,00	0,00	0,00	68.859.844,15
311870	COQUEIRAL	147.520,32	403,20	260.125,62	14.416,57	0,00	422.465,71	0,00	0,00	0,00
311880	CORACAO DE JESUS	1.185.933,62	651.831,02	701.673,60	62.268,85	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.451.707,09
311890	CORDISBURGO	29.149,95	0,00	0,00	3.780,56	0,00	32.930,51	0,00	0,00	0,00
311900	CORDISLANDIA	8.457,29	46,78	0,00	109,44	0,00	8.613,51	0,00	0,00	0,00
311910	CORINTO	319.023,56	8.088,51	0,00	1.625,24	0,00	328.737,31	0,00	0,00	0,00
311920	COROACI	66.457,44	0,00	0,00	14.844,53	0,00	81.301,97	0,00	0,00	0,00
311930	COROMANDEL	1.158.191,46	5.781,19	640.440,42	24.863,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829.276,80
311940	CORONEL FABRICIANO	3.149.606,09	2.000.568,06	1.171.329,59	3.016.286,09	0,00	8.656.854,87	0,00	0,00	680.934,96
311950	CORONEL MURTA	85.923,46	0,00	0,00	2.372,31	0,00	88.295,77	0,00	0,00	0,00
311960	CORONEL PACHECO	3.350,01	0,00	0,00	226,30	0,00	3.576,31	0,00	0,00	0,00
311970	CORONEL XAVIER CHAVES	27.439,49	0,00	0,00	43,22	0,00	27.482,71	0,00	0,00	0,00
311980	CORREGO DANTA	38.216,73	0,00	0,00	0,00	0,00	38.216,73	0,00	0,00	0,00
311990	CORREGO DO BOM JESUS	7.063,65	0,00	0,00	376,80	0,00	7.440,45	0,00	0,00	0,00
311995	CORREGO FUNDO	72.276,63	0,00	0,00	0,00	0,00	72.276,63	0,00	0,00	0,00
312000	CORREGO NOVO	5.967,36	0,00	0,00	3,81	0,00	5.971,17	0,00	0,00	0,00
312010	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	33.023,65	0,00	0,00	4,44	0,00	33.028,09	0,00	0,00	0,00
312015	CRISOLITA	10.769,27	0,00	90.000,00	101,38	0,00	10.870,65	0,00	0,00	90.000,00
312020	CRISTAIS	366.350,84	11.873,05	550.396,64	8.230,12	0,00	846.850,65	0,00	0,00	90.000,00
312030	CRISTALIA	38.888,20	0,00	150.000,00	910,17	0,00	189.798,37	0,00	0,00	0,00
312040	CRISTIANO OTONI	18.270,36	0,00	0,00	408,32	0,00	18.678,68	0,00	0,00	0,00
312050	CRISTINA	469.178,26	3.785,38	96.000,00	25.209,30	0,00	594.172,94	0,00	0,00	0,00
312060	CRUCILANDIA	37.437,18	0,00	0,00	2.978,82	0,00	40.416,00	0,00	0,00	0,00
312070	CRUZEIRO DA FORTALEZA	23.159,82	0,00	0,00	29,80	0,00	23.189,62	0,00	0,00	0,00
312080	CRUZILIA	696.104,69	83.407,12	882.175,99	53.189,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.714.877,37
312083	CUPARAQUE	30.090,86	0,00	90.000,00	0,00	0,00	30.090,86	0,00	0,00	90.000,00
312087	CURRAL DE DENTRO	68.505,73	0,00	90.000,00	1.341,27	0,00	69.847,00	0,00	0,00	90.000,00
312090	CURVELO	3.648.433,98	5.252.760,52	4.925.474,88	167.490,71	0,00	0,00	0,00	0,00	13.994.160,09
312100	DATAS	27.786,38	213,23	0,00	39,62	0,00	28.039,23	0,00	0,00	0,00
312110	DELFIM MOREIRA	14.735,35	0,00	0,00	40,41	0,00	14.775,76	0,00	0,00	0,00
312120	DELFINOPOLIS	235.405,12	0,00	90.000,00	4.997,27	0,00	240.402,39	0,00	0,00	90.000,00
312125	DELTA	83.513,09	577,57	0,00	3.022,06	0,00	87.112,72	0,00	0,00	0,00
312130	DESCOBERTO	10.650,20	0,00	0,00	3.805,96	0,00	14.456,16	0,00	0,00	0,00
312140	DESTERRO DE ENTRE RIOS	62.297,83	0,00	0,00	32,64	0,00	62.330,47	0,00	0,00	0,00
312150	DESTERRO DO MELO	27.123,31	0,00	0,00	214,19	0,00	27.337,50	0,00	0,00	0,00
312160	DIAMANTINA	2.121.981,39	11.700.970,03	14.758.786,97	3.998.406,43	0,00	31.547.349,82	0,00	0,00	1.032.795,00
312170	DIOGO DE VASCONCELOS	14.499,48	0,00	0,00	4,44	0,00	14.503,92	0,00	0,00	0,00
312180	DIONISIO	133.406,73	0,00	0,00	602,52	0,00	134.009,25	0,00	0,00	0,00
312190	DIVINESIA	14.948,96	0,00	0,00	0,00	0,00	14.948,96	0,00	0,00	0,00
312200	DIVINO	793.933,22	300.097,35	429.660,00	2.177,87	0,00	1.096.208,44	0,00	0,00	429.660,00
312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS	133.346,54	40,84	0,00	40,94	0,00	133.428,32	0,00	0,00	0,00
312220	DIVINOLANDIA DE MINAS	55.348,10	201,60	0,00	52,86	0,00	0,00	0,00	0,00	55.602,56
312230	DIVINOPOLIS	11.527.169,15	29.426.057,29	14.839.321,54	3.419.903,97	0,00	512,05	0,00	0,00	59.211.939,90
312235	DIVISA ALEGRE	53.294,34	18,38	0,00	393,55	0,00	53.706,27	0,00	0,00	0,00
312240	DIVISA NOVA	29.937,45	50,40	0,00	0,00	0,00	29.987,85	0,00	0,00	0,00
312245	DIVISOPOLIS	255.150,54	0,00	429.660,00	639,31	0,00	255.789,85	0,00	0,00	429.660,00
312247	DOM BOSCO	35.208,44	107,01	0,00	2,85	0,00	35.318,30	0,00	0,00	0,00
312250	DOM CAVATI	10.632,00	0,00	90.000,00	381,46	0,00	11.013,46	0,00	0,00	90.000,00
312260	DOM JOAQUIM	130.741,09	3,78	90.000,00	2.807,07	0,00	133.551,94	0,00	0,00	90.000,00
312270	DOM SILVERIO	138.029,72	69.178,26	0,00	968,26	0,00	208.176,24	0,00	0,00	0,00
312280	DOM VICOSO	29.429,33	0,00	0,00	606,04	0,00	30.035,37	0,00	0,00	0,00
312290	DONA EUZEBIA	15.374,38	0,00	0,00	1.259,38	0,00	16.633,76	0,00	0,00	0,00
312300	DORES DE CAMPOS	101.853,38	0,00	0,00	631,48	0,00	102.484,86	0,00	0,00	0,00
312310	DORES DE GUANHAES	31.265,21	3,51	90.000,00	409,22	0,00	31.677,94	0,00	0,00	90.000,00
312320	DORES DO INDAIA	437.276,31	65.672,09	0,00	16,75	0,00	502.965,15	0,00	0,00	0,00
312330	DORES DO TURVO	32.509,77	0,00	0,00	20,10	0,00	32.529,87	0,00	0,00	0,00
312340	DORESOPOLIS	8.015,16	0,00	0,00	2,22	0,00	8.017,38	0,00	0,00	0,00
312350	DOURADOQUARA	18.709,88	0,00	0,00	52,71	0,00	18.762,59	0,00	0,00	0,00
312352	DURANDE	13.844,31	0,00	90.000,00	1,89	0,00	13.846,20	0,00	0,00	90.000,00
312360	ELOI MENDES	963.173,81	260.614,15	453.926,88	1.104,23	0,00	1.339.159,07	0,00	0,00	339.660,00
312370	ENGENHEIRO CALDAS	97.478,37	63.759,89	0,00	574,86	0,00	161.813,12	0,00	0,00	0,00
312380	ENGENHEIRO NAVARRO	66.242,72	44,11	0,00	541,08	0,00	66.827,91	0,00	0,00	0,00
312385	ENTRE FOLHAS	14.631,21	0,00	0,00	855,15	0,00	15.486,36	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

312390	ENTRE RIOS DE MINAS	512.046,45	211.481,71	431.722,68	38.879,05	0,00	1.194.129,89	0,00	0,00	0,00
312400	ERVALIA	564.869,44	16.235,88	721.802,64	13.393,53	0,00	886.641,49	0,00	0,00	429.660,00
312410	ESMERALDAS	1.649.908,47	37.756,33	458.460,00	1.019,80	0,00	1.688.684,60	0,00	0,00	458.460,00
312420	ESPERA FELIZ	687.017,43	68.561,07	1.201.799,93	30.921,54	0,00	1.558.639,97	0,00	0,00	429.660,00
312430	ESPINOSA	1.398.657,36	59.553,43	157.500,00	2.459,56	0,00	157.500,00	0,00	0,00	1.460.670,35
312440	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	20.981,95	0,00	0,00	341,30	0,00	21.323,25	0,00	0,00	0,00
312450	ESTIVA	188.005,82	0,00	0,00	16,13	0,00	188.021,95	0,00	0,00	0,00
312460	ESTRELA DALVA	31.348,52	3,51	0,00	1.305,53	0,00	32.657,56	0,00	0,00	0,00
312470	ESTRELA DO INDAIA	127.270,98	28.458,74	90.000,00	17,42	0,00	155.747,14	0,00	0,00	90.000,00
312480	ESTRELA DO SUL	84.706,71	25,20	0,00	381,57	0,00	85.113,48	0,00	0,00	0,00
312490	EUGENOPOLIS	394.336,67	25.888,42	339.660,00	660,12	0,00	420.885,21	0,00	0,00	339.660,00
312500	EWBANK DA CAMARA	4.928,64	0,00	0,00	0,00	0,00	4.928,64	0,00	0,00	0,00
312510	EXTREMA	1.177.267,15	1.519.915,75	399.660,00	100.212,85	0,00	2.797.395,75	0,00	0,00	399.660,00
312520	FAMA	2.644,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.644,08	0,00	0,00	0,00
312530	FARIA LEMOS	17.250,34	0,00	0,00	548,46	0,00	17.798,80	0,00	0,00	0,00
312540	FELICIO DOS SANTOS	33.709,30	0,00	0,00	409,63	0,00	34.118,93	0,00	0,00	0,00
312550	SAO GONCALO DO RIO PRETO	32.892,35	0,00	90.000,00	152,33	0,00	33.044,68	0,00	0,00	90.000,00
312560	FELISBURGO	257.594,23	263.998,62	90.000,00	134,38	0,00	521.727,23	0,00	0,00	90.000,00
312570	FELIXLANDIA	144.114,38	84,88	491.792,43	6.016,98	0,00	302.348,67	0,00	0,00	339.660,00
312580	FERNANDES TOURINHO	4.236,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.236,90	0,00	0,00	0,00
312590	FERROS	271.440,48	23.446,64	0,00	3.331,70	0,00	298.218,82	0,00	0,00	0,00
312595	FERVEDOURO	220.939,15	8.476,71	157.500,00	603,15	0,00	387.519,01	0,00	0,00	0,00
312600	FLORESTAL	64.839,79	295,55	0,00	839,99	0,00	65.975,33	0,00	0,00	0,00
312610	FORMIGA	2.727.020,20	6.988.858,10	1.921.568,55	578.698,17	0,00	11.744.485,02	0,00	0,00	471.660,00
312620	FORMOSO	76.460,33	0,00	0,00	6,66	0,00	76.466,99	0,00	0,00	0,00
312630	FORTALEZA DE MINAS	60.409,37	0,00	0,00	1.689,08	0,00	62.098,45	0,00	0,00	0,00
312640	FORTUNA DE MINAS	4.430,21	0,00	60.000,00	1,59	0,00	4.431,80	0,00	0,00	60.000,00
312650	FRANCISCO BADARO	99.872,99	512,30	0,00	971,90	0,00	101.357,19	0,00	0,00	0,00
312660	FRANCISCO DUMONT	11.183,74	0,00	150.000,00	654,32	0,00	161.838,06	0,00	0,00	0,00
312670	FRANCISCO SA	1.215.289,37	542.776,94	1.059.660,00	46.696,23	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.714.422,54
312675	FRANCISCOPOLIS	41.876,59	0,00	90.000,00	304,77	0,00	42.181,36	0,00	0,00	90.000,00
312680	FREI GASPAR	24.847,61	604,80	90.000,00	70,01	0,00	25.522,42	0,00	0,00	90.000,00
312690	FREI INOCENCIO	288.742,66	30.016,74	60.000,00	2,52	0,00	0,00	0,00	0,00	378.761,92
312695	FREI LAGONEGRO	5.570,57	0,00	0,00	0,00	0,00	5.570,57	0,00	0,00	0,00
312700	FRONTEIRA	219.657,51	0,00	0,00	1.183,68	0,00	220.841,19	0,00	0,00	0,00
312705	FRONTEIRA DOS VALES	5.382,20	0,00	90.000,00	26,91	0,00	5.409,11	0,00	0,00	90.000,00
312707	FRUTA DE LEITE	39.886,98	0,00	0,00	396,45	0,00	40.283,43	0,00	0,00	0,00
312710	FRUTAL	2.357.730,62	1.229.805,09	888.458,08	27.753,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4.503.746,92
312720	FUNILANDIA	15.993,09	88,20	0,00	507,48	0,00	16.588,77	0,00	0,00	0,00
312730	GALILEIA	96.421,72	15.207,82	0,00	11,34	0,00	111.640,88	0,00	0,00	0,00
312733	GAMELEIRAS	19.499,06	0,00	150.000,00	721,59	0,00	170.220,65	0,00	0,00	0,00
312735	GLAUCILANDIA	5.055,37	0,00	0,00	2,22	0,00	5.057,59	0,00	0,00	0,00
312737	GOIABEIRA	15.364,20	0,00	60.000,00	0,00	0,00	15.364,20	0,00	0,00	60.000,00
312738	GOIANA	7.531,86	0,00	157.500,00	1,26	0,00	165.033,12	0,00	0,00	0,00
312740	GONCALVES	7.980,00	0,00	0,00	16,79	0,00	7.996,79	0,00	0,00	0,00
312750	GONZAGA	40.650,83	0,00	60.650,04	115,90	0,00	40.766,73	0,00	0,00	60.650,04
312760	GOUVEA	383.983,72	79.285,96	0,00	2.957,69	0,00	466.227,37	0,00	0,00	0,00
312770	GOVERNADOR VALADARES	15.485.987,45	35.005.525,96	10.697.586,27	33.131.633,31	0,00	242.550,00	0,00	0,00	94.078.182,99
312780	GRAO MOGOL	453.049,82	139.202,00	1.146.571,39	82.364,09	0,00	1.323.127,30	0,00	0,00	498.060,00
312790	GRUPIARA	11.400,47	0,00	0,00	2,22	0,00	11.402,69	0,00	0,00	0,00
312800	GUANHAES	1.419.289,23	1.456.864,21	1.161.899,34	348.383,38	0,00	0,00	0,00	0,00	4.386.436,16
312810	GUAPE	453.571,53	0,00	0,00	946,84	0,00	454.518,37	0,00	0,00	0,00
312820	GUARACIABA	284.850,32	29.283,23	60.000,00	27.935,86	0,00	342.069,41	0,00	0,00	60.000,00
312825	GUARACIAMA	9.168,95	0,00	0,00	337,52	0,00	9.506,47	0,00	0,00	0,00
312830	GUARANESIA	587.111,29	23.110,23	395.971,96	3.238,69	0,00	1.009.432,17	0,00	0,00	0,00
312840	GUARANI	315.158,15	64.501,41	60.000,00	0,63	0,00	379.660,19	0,00	0,00	60.000,00
312850	GUARARA	7.573,31	0,00	0,00	1,26	0,00	7.574,57	0,00	0,00	0,00
312860	GUARDA-MOR	189.976,69	26.852,55	0,00	456,66	0,00	217.285,90	0,00	0,00	0,00
312870	GUAXUPE	2.150.462,28	1.384.827,20	2.458.312,22	690.417,32	0,00	6.344.359,02	0,00	0,00	339.660,00
312880	GUIDOVAL	59.438,99	0,00	0,00	2.069,25	0,00	61.508,24	0,00	0,00	0,00
312890	GUIMARANIA	80.511,62	0,00	0,00	0,00	0,00	80.511,62	0,00	0,00	0,00
312900	GUIRICEMA	94.361,72	534,43	60.000,00	5.441,24	0,00	100.337,39	0,00	0,00	60.000,00
312910	GURINHATA	167.052,45	63,00	90.000,00	391,08	0,00	167.506,53	0,00	0,00	90.000,00
312920	HELIODORA	53.499,32	0,00	0,00	196,67	0,00	53.695,99	0,00	0,00	0,00
312930	IAPU	110.351,91	22.348,32	90.000,00	1.954,10	0,00	134.654,33	0,00	0,00	90.000,00
312940	IBERTIOGA	208.531,47	121.697,80	424.203,52	56.211,43	0,00	0,00	0,00	0,00	810.644,22
312950	IBIA	905.176,09	28.478,56	485.090,22	9.483,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.428.228,41
312960	IBIAI	4.588,07	0,00	240.000,00	1.009,58	0,00	155.597,65	0,00	0,00	90.000,00
312965	IBIRACATU	18.304,83	0,00	0,00	391,08	0,00	18.695,91	0,00	0,00	0,00
312970	IBIRACI	308.846,02	0,00	90.000,00	973,02	0,00	309.819,04	0,00	0,00	90.000,00
312980	IBIRITE	4.225.422,51	301.183,13	8.715.092,64	140.249,23	0,00	0,00	0,00	0,00	13.381.947,51
312990	IBITIURA DE MINAS	2.244,78	3,04	0,00	0,00	0,00	2.247,82	0,00	0,00	0,00
313000	IBITURUNA	3.622,18	0,00	0,00	0,63	0,00	3.622,81	0,00	0,00	0,00
313005	ICARAI DE MINAS	34.386,61	3.934,71	0,00	2.066,04	0,00	40.387,36	0,00	0,00	0,00
313010	IGARAPE	443.556,03	6.254,88	2.379.660,00	3.923,32	0,00	453.734,23	0,00	0,00	2.379.660,00
313020	IGARATINGA	37.515,69	23,51	0,00	592,32	0,00	38.131,52	0,00	0,00	0,00
313030	IGUATAMA	255.577,90	49.220,22	0,00	655,15	0,00	305.453,27	0,00	0,00	0,00
313040	IJACI	6.812,63	0,00	0,00	431,35	0,00	7.243,98	0,00	0,00	0,00
313050	ILICINEA	325.503,99	0,00	0,00	0,00	0,00	325.503,99	0,00	0,00	0,00
313055	IMBE DE MINAS	19.099,60	0,00	90.000,00	12,36	0,00	19.111,96	0,00	0,00	90.000,00
313060	INCONFIDENTES	20.798,08	0,00	0,00	456,36	0,00	21.254,44	0,00	0,00	0,00
313065	INDAIABIRA	67.927,27	0,00	60.000,00	542,67	0,00	68.469,94	0,00	0,00	60.000,00
313070	INDIANOPOLIS	47.713,07	25,20	0,00	454,77	0,00	48.193,04	0,00	0,00	0,00
313080	INGAI	12.315,09	0,00	0,00	0,63	0,00	12.315,72	0,00	0,00	0,00
313090	INHAPIM	650.777,79	365.731,71	498.633,80	528,10	0,00	1.176.011,40	0,00	0,00	339.660,00
313100	INHAUMA	39.465,35	8.520,60	90.000,00	823,36	0,00	48.809,31	0,00	0,00	90.000,00
313110	INIMUTABA	73.060,36	0,00	0,00	6,66	0,00	73.067,02	0,00	0,00	0,00
313115	IPABA	131.128,93	10,65	339.660,00	1.631,64	0,00	0,00	0,00	0,00	472.431,22
313120	IPANEMA	645.813,87	99.702,22	931.993,87	5.861,30	0,00	1.283.711,26	0,00	0,00	399.660,00
313130	IPATINGA	14.579.920,90	34.087.111,08	22.511.097,26	19.548.083,15	0,00	0,00	0,00	0,00	90.726.212,39
313140	IPIACU	56.716,13	415,80	0,00	2.316,66	0,00	59.448,59	0,00	0,00	0,00
313150	IPUIUNA	115.506,66	0,00	96.000,00	210,54	0,00	211.717,20	0,00	0,00	0,00
313160	IRAI DE MINAS	66.577,42	0,00	172.257,32	848,46	0,00	239.683,20	0,00	0,00	0,00
313170	ITABIRA	5.365.649,58	3.491.222,82	6.442.068,53	336.559,67	0,00	0,00	0,00	0,00	15.635.500,60
313180	ITABIRINHA DE MANTENA	409.268,53	65.251,09	0,00	759,69	0,00	475.279,31	0,00	0,00	0,00
313190	ITABIRITO	1.658.341,43	208.511,90	6.650.817,37	14.600,06	0,00	5.862.210,76	0,00	0,00	2.670.060,00
313200	ITACAMBIRA	18.112,35	3.996,86	150.000,00	77,47	0,00	172.186,68	0,00	0,00	0,00
313210	ITACARAMBI	679.610,73	116.524,21	786.340,80	342.447,03	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.774.922,77
313220	ITAGUARA	347.418,60	160.473,61	339.660,00	67,32	0,00	507.959,53	0,00	0,00	339.660,00
313230	ITAIPE	324.495,66	1.369,32	0,00	791,90	0,00	326.656,88	0,00	0,00	0,00
313240	ITAJUBA	5.293.667,17	10.531.106,12	8.684.188,43	2.890.669,33	0,00	0,00	0,00	0,00	27.399.631,05
313250	ITAMARANDIBA	1.466.742,40	124.180,08	564.302,64	23.425,26	0,00	1.748.990,38	0,00	0,00	429.660,00
313260	ITAMARATI DE MINAS	12.029,53	0,00	0,00	0,00	0,00	12.029,53	0,00	0,00	0,00
313270	ITAMBACURI	1.052.136,87	791.091,95	1.655.073,47	402.045,20	0,00	0,00	0,00	0,00	3.900.347,49
313280	ITAMBE DO MATO DENTRO	14.180,73	0,00	0,00	187,32	0,00	14.368,05	0,00	0,00	0,00
313290	ITAMOGI	383.488,84	305,73	90.000,00	14.516,33	0,00	398.310,90	0,00	0,00	90.000,00
313300	ITAMONTE	603.364,15	46.484,56	554.460,00	33.079,83	0,00	778.928,54	0,00	0,00	458.460,00
313310	ITANHANDU	756.509,86	233.763,24	1.026.072,38	6.969,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.023.315,31

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

313320	ITANHOMI	412.178,52	156.414,20	0,00	408,06	0,00	569.000,78	0,00	0,00	0,00
313330	ITAOBIM	915.172,70	779.682,02	2.644.407,51	110.960,75	0,00	2.767.642,98	0,00	0,00	1.682.580,00
313340	ITAPAGIPE	138.390,25	1.324,79	90.000,00	984,68	0,00	140.699,72	0,00	0,00	90.000,00
313350	ITAPECERICA	579.919,40	14.599,99	249.770,05	590,34	0,00	844.879,78	0,00	0,00	0,00
313360	ITAPEVA	54.903,58	0,00	0,00	730,45	0,00	55.634,03	0,00	0,00	0,00
313370	ITATIAIUCU	94.116,48	100,80	0,00	459,30	0,00	94.676,58	0,00	0,00	0,00
313375	ITAU DE MINAS	408.543,03	43,86	90.000,00	3.265,45	0,00	411.852,34	0,00	0,00	90.000,00
313380	ITAUNA	3.717.284,68	2.017.412,86	5.257.612,21	367.345,96	0,00	0,00	0,00	0,00	11.359.655,71
313390	ITAVERAVA	19.632,67	0,00	0,00	510,72	0,00	20.143,39	0,00	0,00	0,00
313400	ITINGA	111.712,42	99,15	0,00	1.981,29	0,00	113.792,86	0,00	0,00	0,00
313410	ITUETA	38.589,83	0,00	0,00	345,02	0,00	38.934,85	0,00	0,00	0,00
313420	ITUIUTABA	5.101.862,89	2.947.822,85	2.935.820,49	167.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	11.152.904,45
313430	ITUMIRIM	31.814,36	0,00	0,00	451,89	0,00	32.266,25	0,00	0,00	0,00
313440	ITURAMA	1.510.841,25	605.278,35	577.132,84	5.524,55	0,00	0,00	0,00	0,00	2.698.776,99
313450	ITUTINGA	7.433,87	0,00	90.000,00	317,42	0,00	7.751,29	0,00	0,00	90.000,00
313460	JABOTICATUBAS	354.374,16	12.300,00	51.102,91	111,23	0,00	0,00	0,00	0,00	417.888,30
313470	JACINTO	529.280,73	441.518,09	429.660,00	43.257,51	0,00	1.014.056,33	0,00	0,00	429.660,00
313480	JACUI	148.861,33	255,31	0,00	663,40	0,00	149.780,04	0,00	0,00	0,00
313490	JACUTINGA	791.092,25	21.446,31	459.653,72	7.031,27	0,00	1.160.423,55	0,00	0,00	118.800,00
313500	JAGUARACU	19.916,90	0,00	429.660,00	67,58	0,00	19.984,48	0,00	0,00	429.660,00
313505	JAIBA	831.200,10	90.472,82	1.059.660,00	2.344,70	0,00	1.074.017,62	0,00	0,00	909.660,00
313507	JAMPRUCA	5.812,41	0,00	0,00	19,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5.831,59
313510	JANAUBA	3.481.020,05	5.983.445,46	12.979.128,62	783.391,70	0,00	480.000,00	0,00	0,00	22.746.985,83
313520	JANUARIA	3.010.905,44	517.166,77	2.310.230,78	44.404,97	0,00	480.000,00	0,00	0,00	5.402.707,96
313530	JAPARAIBA	17.316,04	0,00	0,00	255,87	0,00	17.571,91	0,00	0,00	0,00
313535	JAPONVAR	61.123,61	0,00	60.000,00	1.793,72	0,00	62.917,33	0,00	0,00	60.000,00
313540	JECEABA	166.607,07	0,00	0,00	392,63	0,00	166.999,70	0,00	0,00	0,00
313545	JENIPAPO DE MINAS	67.124,25	0,00	0,00	281,76	0,00	67.406,01	0,00	0,00	0,00
313550	JEQUERI	102.978,21	0,00	90.000,00	11.442,91	0,00	114.421,12	0,00	0,00	90.000,00
313560	JEQUITAI	75.558,30	5,63	60.000,00	1.252,09	0,00	76.816,02	0,00	0,00	60.000,00
313570	JEQUITIBA	30.489,58	37,80	0,00	58,29	0,00	30.585,67	0,00	0,00	0,00
313580	JEQUITINHONHA	1.206.171,04	228.337,59	2.002.025,13	7.694,77	0,00	269.285,28	0,00	0,00	3.174.943,25
313590	JESUANIA	51.435,62	37.133,14	0,00	174,54	0,00	88.743,30	0,00	0,00	0,00
313600	JOAIMA	579.052,46	19.945,28	406.981,32	23.019,91	0,00	689.338,97	0,00	0,00	339.660,00
313610	JOANESIA	42.168,83	0,00	90.000,00	347,14	0,00	42.515,97	0,00	0,00	90.000,00
313620	JOAO MONLEVADE	3.889.585,86	2.433.533,55	3.454.668,51	458.835,32	0,00	0,00	0,00	0,00	10.236.623,24
313630	JOAO PINHEIRO	1.987.654,22	531.992,03	339.660,00	6.369,64	0,00	0,00	0,00	0,00	2.865.675,89
313640	JOAQUIM FELICIO	39.511,45	0,00	0,00	14,24	0,00	39.525,69	0,00	0,00	0,00
313650	JORDANIA	285.304,95	381,22	86.342,81	777,31	0,00	312.806,29	0,00	0,00	60.000,00
313652	JOSE GONCALVES DE MINAS	45.417,54	0,00	90.000,00	153,26	0,00	45.570,80	0,00	0,00	90.000,00
313655	JOSE RAYDAN	5.977,54	0,00	0,00	1.036,82	0,00	7.014,36	0,00	0,00	0,00
313657	JOSENOPOLIS	27.509,94	0,00	90.000,00	4,44	0,00	27.514,38	0,00	0,00	90.000,00
313660	NOVA UNIAO	49.765,13	0,00	0,00	2.144,72	0,00	51.909,85	0,00	0,00	0,00
313665	JUATUBA	290.524,35	906,72	0,00	2.466,12	0,00	293.897,19	0,00	0,00	0,00
313670	JUIZ DE FORA	35.532.272,97	89.458.907,82	74.854.127,09	11.530.182,23	7.823.582,75	3.549.871,95	8.292.047,76	0,00	191.709.987,65
313680	JURAMENTO	43.390,42	201,60	0,00	2.333,41	0,00	45.925,43	0,00	0,00	0,00
313690	JURUAIA	319.678,78	2.565,30	0,00	2,52	0,00	322.246,60	0,00	0,00	0,00
313695	JUVENILIA	27.605,39	214,20	90.000,00	79,15	0,00	27.898,74	0,00	0,00	90.000,00
313700	LADAINHA	430.417,96	277,20	90.000,00	1.134,06	0,00	431.829,22	0,00	0,00	90.000,00
313710	LAGAMAR	124.209,07	25,20	0,00	1.696,47	0,00	125.930,74	0,00	0,00	0,00
313720	LAGOA DA PRATA	1.780.503,95	2.021.093,95	1.393.365,79	84.484,29	0,00	4.781.081,62	0,00	0,00	498.366,36
313730	LAGOA DOS PATOS	6.653,16	0,00	0,00	247,98	0,00	6.901,14	0,00	0,00	0,00
313740	LAGOA DOURADA	124.294,60	0,00	0,00	962,49	0,00	125.257,09	0,00	0,00	0,00
313750	LAGOA FORMOSA	520.907,41	211.121,46	300.320,64	28,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.032.378,04
313753	LAGOA GRANDE	109.394,55	0,00	0,00	466,37	0,00	109.860,92	0,00	0,00	0,00
313760	LAGOA SANTA	1.384.907,54	167.419,98	2.075.444,00	3.012,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.630.783,92
313770	LAJINHA	561.515,36	45.288,45	339.660,00	1.277,00	0,00	608.080,81	0,00	0,00	339.660,00
313780	LAMBARI	693.303,89	113.158,00	318.493,29	184,93	0,00	1.125.140,11	0,00	0,00	0,00
313790	LAMIM	32.004,31	0,00	0,00	0,00	0,00	32.004,31	0,00	0,00	0,00
313800	LARANJAL	208.134,21	12,73	157.500,00	562,73	0,00	366.209,67	0,00	0,00	0,00
313810	LASSANCE	58.948,26	12,60	0,00	1.150,26	0,00	0,00	0,00	0,00	60.111,12
313820	LAVRAS	4.869.405,46	7.710.204,45	5.850.246,49	4.181.821,72	0,00	0,00	0,00	0,00	22.611.678,12
313830	LEANDRO FERREIRA	6.100,82	0,00	0,00	77,54	0,00	6.178,36	0,00	0,00	0,00
313835	LEME DO PRADO	49.417,11	0,00	90.000,00	1.293,38	0,00	50.710,49	0,00	0,00	90.000,00
313840	LEOPOLDINA	2.262.109,34	3.273.696,56	3.886.663,57	956.427,00	0,00	10.260.096,47	0,00	0,00	118.800,00
313850	LIBERDADE	18.607,65	24.588,71	155.809,48	8.869,83	0,00	207.875,67	0,00	0,00	0,00
313860	LIMA DUARTE	536.245,27	173.629,78	959.160,00	3.327,08	0,00	619.500,00	0,00	0,00	1.052.862,13
313862	LIMEIRA DO OESTE	67.171,71	0,00	0,00	91,08	0,00	67.262,79	0,00	0,00	0,00
313865	LONTRA	45.802,44	0,00	90.000,00	866,65	0,00	46.669,09	0,00	0,00	90.000,00
313867	LUISBURGO	31.891,78	0,00	0,00	394,23	0,00	32.286,01	0,00	0,00	0,00
313868	LUISLANDIA	31.117,29	0,00	0,00	25.318,28	0,00	56.435,57	0,00	0,00	0,00
313870	LUMINARIAS	28.019,10	0,00	0,00	396,65	0,00	28.415,75	0,00	0,00	0,00
313880	LUZ	674.029,42	86.893,13	342.218,89	2.105,75	0,00	1.105.247,19	0,00	0,00	0,00
313890	MACHACALIS	231.543,61	330.692,07	522.086,37	20.424,93	0,00	675.086,98	0,00	0,00	429.660,00
313900	MACHADO	1.670.258,96	124.430,50	623.671,55	115.909,38	0,00	0,00	0,00	0,00	2.534.270,39
313910	MADRE DE DEUS DE MINAS	5.748,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.748,33	0,00	0,00	0,00
313920	MALACACHETA	728.351,86	450.542,78	62.049,96	3.553,53	0,00	1.182.448,17	0,00	0,00	62.049,96
313925	MAMONAS	76.910,49	0,00	61.700,04	1.647,07	0,00	0,00	0,00	0,00	140.257,60
313930	MANGA	802.330,65	501.885,20	489.660,00	2.291,25	0,00	1.456.507,10	0,00	0,00	339.660,00
313940	MANHUACU	4.102.421,88	6.015.903,90	7.079.478,19	4.918.765,40	0,00	5,63	0,00	0,00	22.116.563,74
313950	MANHUMIRIM	555.033,72	2.029.314,12	2.264.633,06	267.970,21	0,00	4.687.291,11	0,00	0,00	429.660,00
313960	MANTENA	1.201.057,00	248.147,48	2.666.370,02	676.832,89	0,00	4.702.407,39	0,00	0,00	90.000,00
313970	MARAVILHAS	61.907,86	8.336,11	0,00	2.897,93	0,00	73.141,90	0,00	0,00	0,00
313980	MAR DE ESPANHA	298.719,41	114.472,41	326.301,21	544,02	0,00	650.037,05	0,00	0,00	90.000,00
313990	MARIA DA FE	321.901,65	32,14	0,00	1.096,14	0,00	323.029,93	0,00	0,00	0,00
314000	MARIANA	1.999.150,56	160.837,67	2.521.059,44	657.107,93	0,00	4.065.370,60	0,00	0,00	1.272.785,00
314010	MARILAC	5.069,99	0,00	0,00	0,00	0,00	5.069,99	0,00	0,00	0,00
314015	MARIO CAMPOS	31.390,71	0,00	0,00	35,98	0,00	31.426,69	0,00	0,00	0,00
314020	MARIPA DE MINAS	13.314,86	0,00	0,00	0,63	0,00	13.315,49	0,00	0,00	0,00
314030	MARLIERIA	30.352,58	238,54	0,00	52,32	0,00	30.643,44	0,00	0,00	0,00
314040	MARMELOPOLIS	2.690,65	0,00	0,00	16,79	0,00	2.707,44	0,00	0,00	0,00
314050	MARTINHO CAMPOS	362.767,55	10.335,62	0,00	42,53	0,00	373.145,70	0,00	0,00	0,00
314053	MARTINS SOARES	10.452,87	0,00	0,00	162,32	0,00	10.615,19	0,00	0,00	0,00
314055	MATA VERDE	129.004,37	217,62	0,00	2.067,24	0,00	131.289,23	0,00	0,00	0,00
314060	MATERLANDIA	32.298,96	0,00	60.000,00	843,80	0,00	33.142,76	0,00	0,00	60.000,00
314070	MATEUS LEME	844.168,83	367.942,04	3.759.918,35	2.225,21	0,00	2.934.254,43	0,00	0,00	2.040.000,00
314080	MATIAS BARBOSA	146.416,77	61.824,84	497.160,00	1.313,19	0,00	367.054,80	0,00	0,00	339.660,00
314085	MATIAS CARDOSO	135.647,17	0,00	60.000,00	879,59	0,00	136.526,76	0,00	0,00	60.000,00
314090	MATIPO	557.500,74	25.024,83	535.700,12	3.533,45	0,00	736.199,14	0,00	0,00	385.560,00
314100	MATO VERDE	214.045,95	4.831,54	240.000,00	911,57	0,00	369.789,06	0,00	0,00	90.000,00
314110	MATOZINHOS	1.203.456,80	159.024,33	747.773,04	8.630,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.118.884,97
314120	MATUTINA	63.887,83	0,00	0,00	0,00	0,00	63.887,83	0,00	0,00	0,00
314130	MEDEIROS	24.181,57	0,00	0,00	29,84	0,00	24.211,41	0,00	0,00	0,00
314140	MEDINA	842.330,68	271.602,90	834.539,67	3.226,25	0,00	1.612.039,50	0,00	0,00	339.660,00
314150	MENDES PIMENTEL	248.750,69	75.090,64	0,00	217,02	0,00	324.058,35	0,00	0,00	0,00
314160	MERCES	353.445,83	1.323,39	90.000,00	14,25	0,00	354.783,47	0,00	0,00	90.000,00
314170	MESQUITA	50.179,10	403,20	0,00	115,42	0,00	50.697,72	0,00	0,00	0,00
314180	MINAS NOVAS	1.332.811,14	357.350,60	1.582.333,82	67.285,70	0,00	2.841.721,26	0,00	0,00	498.060,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

314190	MINDURI	59.798,83	417,78	96.000,00	1,62	0,00	156.218,23	0,00	0,00	0,00
314200	MIRABELA	535.776,41	514.083,72	339.660,00	5.232,32	0,00	1.055.092,45	0,00	0,00	339.660,00
314210	MIRADOURO	159.967,45	17.173,70	304.026,99	56,31	0,00	391.224,45	0,00	0,00	90.000,00
314220	MIRAI	513.567,93	127.468,77	532.795,63	16.852,20	0,00	1.190.684,53	0,00	0,00	0,00
314225	MIRAVANIA	22.161,69	0,00	150.000,00	303,81	0,00	172.465,50	0,00	0,00	0,00
314230	MOEDA	52.720,68	2.272,88	0,00	707,55	0,00	55.701,11	0,00	0,00	0,00
314240	MOEMA	196.837,38	93.803,79	90.000,00	3.806,82	0,00	294.447,99	0,00	0,00	90.000,00
314250	MONJOLOS	14.799,03	0,00	0,00	41,24	0,00	14.840,27	0,00	0,00	0,00
314260	MONSENHOR PAULO	148.311,56	8.225,57	153.637,68	318,09	0,00	310.492,90	0,00	0,00	0,00
314270	MONTALVANIA	556.691,98	247.310,23	150.000,00	10.458,59	0,00	964.460,80	0,00	0,00	0,00
314280	MONTE ALEGRE DE MINAS	487.321,19	53.408,57	249.387,65	122,01	0,00	700.239,42	0,00	0,00	90.000,00
314290	MONTE AZUL	822.180,02	747.657,17	1.168.374,55	139.810,71	0,00	2.669.222,45	0,00	0,00	208.800,00
314300	MONTE BELO	313.424,96	79,53	96.000,00	0,00	0,00	409.504,49	0,00	0,00	0,00
314310	MONTE CARMELO	2.182.763,63	652.774,47	1.423.895,72	29.295,19	0,00	0,00	0,00	0,00	4.288.729,01
314315	MONTE FORMOSO	74.769,08	147,41	0,00	199,59	0,00	75.116,08	0,00	0,00	0,00
314320	MONTE SANTO DE MINAS	850.050,21	40.762,07	640.061,12	1.625,13	0,00	1.192.838,53	0,00	0,00	339.660,00
314330	MONTES CLAROS	23.477.934,45	73.324.372,38	48.208.390,04	6.613.190,35	0,00	134.647.898,88	0,00	0,00	16.975.988,34
314340	MONTE SIAO	207.959,00	17.708,25	0,00	17.113,26	0,00	242.780,51	0,00	0,00	0,00
314345	MONTEZUMA	90.864,74	13,56	150.000,00	547,58	0,00	241.425,88	0,00	0,00	0,00
314350	MORADA NOVA DE MINAS	208.741,72	4.042,98	340.118,16	542,67	0,00	463.445,53	0,00	0,00	90.000,00
314360	MORRO DA GARCA	20.773,47	2.400,00	0,00	0,00	0,00	23.173,47	0,00	0,00	0,00
314370	MORRO DO PILAR	31.150,19	1.215,78	0,00	3.295,62	0,00	35.661,59	0,00	0,00	0,00
314380	MUNHOZ	15.217,15	4,56	0,00	392,89	0,00	15.614,60	0,00	0,00	0,00
314390	MURIAE	5.837.879,91	38.357.867,52	14.377.221,61	4.891.620,51	0,00	63.047.754,55	0,00	0,00	416.835,00
314400	MUTUM	1.084.278,89	126.116,16	745.287,17	4.416,69	0,00	1.560.438,91	0,00	0,00	399.660,00
314410	MUZAMBINHO	751.683,71	28.868,81	586.870,90	192.474,66	0,00	1.559.898,08	0,00	0,00	0,00
314420	NACIP RAYDAN	14.400,50	0,00	0,00	633,41	0,00	15.033,91	0,00	0,00	0,00
314430	NANUQUE	1.883.091,62	333.237,52	1.626,00	65.972,32	0,00	0,00	0,00	0,00	2.283.927,46
314435	NAQUE	15.914,39	7,40	0,00	391,08	0,00	16.312,87	0,00	0,00	0,00
314437	NATALANDIA	23.892,21	0,00	0,00	0,63	0,00	23.892,84	0,00	0,00	0,00
314440	NATERCIA	56.256,15	0,00	0,00	447,82	0,00	56.703,97	0,00	0,00	0,00
314450	NAZARENO	160.328,94	6.725,04	0,00	587,83	0,00	167.641,81	0,00	0,00	0,00
314460	NEPOMUCENO	732.442,89	9.744,16	292.977,35	330,26	0,00	1.035.494,66	0,00	0,00	0,00
314465	NINHEIRA	169.911,95	45,50	0,00	1.856,83	0,00	171.814,28	0,00	0,00	0,00
314467	NOVA BELEM	30.335,32	0,00	0,00	53,07	0,00	30.388,39	0,00	0,00	0,00
314470	NOVA ERA	527.441,30	53.491,20	286.016,85	1.088,45	0,00	868.037,80	0,00	0,00	0,00
314480	NOVA LIMA	2.538.480,11	1.354.809,36	7.290.677,77	109.155,89	0,00	9.456.328,13	0,00	0,00	1.836.795,00
314490	NOVA MODICA	7.603,84	0,00	90.000,00	1,26	0,00	7.605,10	0,00	0,00	90.000,00
314500	NOVA PONTE	281.037,88	0,00	0,00	24,88	0,00	281.062,76	0,00	0,00	0,00
314505	NOVA PORTEIRINHA	48.355,63	2.217,60	0,00	542,67	0,00	51.115,90	0,00	0,00	0,00
314510	NOVA RESENDE	397.159,85	472,79	0,00	276,02	0,00	397.908,66	0,00	0,00	0,00
314520	NOVA SERRANA	2.510.211,66	33.155,00	1.951.035,00	443,94	0,00	2.543.810,60	0,00	0,00	1.951.035,00
314530	NOVO CRUZEIRO	1.002.567,97	13.984,49	941.990,03	82.729,11	0,00	1.611.611,60	0,00	0,00	429.660,00
314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	77.875,09	151,20	60.000,00	3,15	0,00	78.029,44	0,00	0,00	60.000,00
314537	NOVORIZONTE	8.722,52	0,00	0,00	342,42	0,00	9.064,94	0,00	0,00	0,00
314540	OLARIA	5.275,44	0,00	0,00	150,63	0,00	5.426,07	0,00	0,00	0,00
314545	OLHOS-D'AGUA	10.136,09	3,51	0,00	527,64	0,00	10.667,24	0,00	0,00	0,00
314550	OLIMPIO NORONHA	14.767,58	0,00	0,00	393,83	0,00	15.161,41	0,00	0,00	0,00
314560	OLIVEIRA	1.303.897,50	2.005.548,99	3.275.136,34	19.894,52	0,00	4.331.257,35	0,00	0,00	2.273.220,00
314570	OLIVEIRA FORTES	16.451,58	0,00	0,00	150,63	0,00	16.602,21	0,00	0,00	0,00
314580	ONCA DE PITANGUI	8.536,48	0,00	0,00	15,20	0,00	8.551,68	0,00	0,00	0,00
314585	ORATORIOS	11.110,23	0,00	0,04	285,88	0,00	11.396,11	0,00	0,00	0,04
314587	ORIZANIA	15.008,87	0,00	0,00	0,00	0,00	15.008,87	0,00	0,00	0,00
314590	OURO BRANCO	1.296.356,59	21.147,46	582.474,40	2.765,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.902.744,22
314600	OURO FINO	1.049.889,24	621.411,68	967.958,67	125.667,14	0,00	2.764.926,73	0,00	0,00	0,00
314610	OURO PRETO	2.981.726,80	1.570.002,98	6.843.558,08	86.854,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.482.141,90
314620	OURO VERDE DE MINAS	52.821,06	12,60	90.000,00	3.020,18	0,00	55.853,84	0,00	0,00	90.000,00
314625	PADRE CARVALHO	46.834,62	302,40	0,00	327,68	0,00	47.464,70	0,00	0,00	0,00
314630	PADRE PARAISO	843.277,98	229.234,47	1.017.711,54	167.169,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.257.393,68
314640	PAINEIRAS	53.103,94	0,00	0,00	355,63	0,00	53.459,57	0,00	0,00	0,00
314650	PAINS	159.827,10	591,64	0,00	53,37	0,00	160.472,11	0,00	0,00	0,00
314655	PAI PEDRO	6.849,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	6.849,00	0,00	0,00	90.000,00
314660	PAIVA	8.821,16	0,00	0,00	160,32	0,00	8.981,48	0,00	0,00	0,00
314670	PALMA	246.883,03	985,28	339.660,00	3.867,56	0,00	251.735,87	0,00	0,00	339.660,00
314675	PALMOPOLIS	75.212,91	2.071,88	90.000,00	6.421,99	0,00	83.706,78	0,00	0,00	90.000,00
314690	PAPAGAIOS	172.124,93	4.060,06	0,00	1.974,35	0,00	178.159,34	0,00	0,00	0,00
314700	PARACATU	3.897.561,40	1.185.522,98	704.736,45	128.960,21	0,00	0,00	0,00	0,00	5.916.781,04
314710	PARA DE MINAS	4.460.649,59	2.725.101,24	5.653.777,56	985.877,85	0,00	0,00	0,00	0,00	13.825.406,24
314720	PARAGUACU	615.572,33	3.333,67	96.000,00	122,99	0,00	0,00	0,00	0,00	715.028,99
314730	PARAISOPOLIS	695.390,09	306.241,03	211.397,40	460,98	0,00	1.213.489,50	0,00	0,00	0,00
314740	PARAOPEBA	193.685,59	28.922,90	0,00	60,65	0,00	222.669,14	0,00	0,00	0,00
314750	PASSABEM	30.562,17	20.784,93	0,00	67,32	0,00	51.414,42	0,00	0,00	0,00
314760	PASSA QUATRO	655.171,25	9.643,93	445.917,21	561,77	0,00	771.634,16	0,00	0,00	339.660,00
314770	PASSA TEMPO	244.427,43	2.302,59	0,00	603,45	0,00	247.333,47	0,00	0,00	0,00
314780	PASSA VINTE	15.387,16	0,00	0,00	1.322,40	0,00	16.709,56	0,00	0,00	0,00
314790	PASSOS	6.440.276,92	26.865.137,13	13.941.434,50	10.939.030,41	0,00	52.828.283,96	0,00	0,00	5.357.595,00
314795	PATIS	8.526,43	0,00	0,00	345,35	0,00	8.871,78	0,00	0,00	0,00
314800	PATOS DE MINAS	7.424.934,02	24.468.073,66	9.915.852,68	2.637.519,54	0,00	111,74	0,00	0,00	44.446.268,16
314810	PATROCINIO	4.472.571,94	3.208.154,84	5.249.396,15	253.347,67	0,00	0,00	0,00	0,00	13.183.470,60
314820	PATROCINIO DO MURIAE	49.249,45	49,00	276.300,00	52,26	0,00	206.850,71	0,00	0,00	118.800,00
314830	PAULA CANDIDO	82.613,38	0,00	83.750,04	1.220,45	0,00	83.833,83	0,00	0,00	83.750,04
314840	PAULISTAS	5.665,38	0,00	0,00	20,10	0,00	5.685,48	0,00	0,00	0,00
314850	PAVAO	126.699,22	1.601,98	61.250,04	131,64	0,00	128.432,84	0,00	0,00	61.250,04
314860	PECANHA	667.327,41	433.634,56	741.327,40	68.494,79	0,00	1.571.124,16	0,00	0,00	339.660,00
314870	PEDRA AZUL	1.226.005,80	348.461,60	1.234.606,93	3.907,81	0,00	2.293.322,14	0,00	0,00	519.660,00
314875	PEDRA BONITA	54.854,35	0,00	0,00	1,89	0,00	54.856,24	0,00	0,00	0,00
314880	PEDRA DO ANTA	10.859,10	0,00	339.660,00	1,66	0,00	10.860,76	0,00	0,00	339.660,00
314890	PEDRA DO INDAIA	28.190,97	0,00	0,00	1,26	0,00	28.192,23	0,00	0,00	0,00
314900	PEDRA DOURADA	9.264,25	0,00	67.599,96	164,57	0,00	9.428,82	0,00	0,00	67.599,96
314910	PEDRALVA	169.940,27	3,51	0,00	805,66	0,00	170.749,44	0,00	0,00	0,00
314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	51.335,16	61,38	0,00	909,11	0,00	52.305,65	0,00	0,00	0,00
314920	PEDRINOPOLIS	23.132,15	0,00	0,00	1,26	0,00	23.133,41	0,00	0,00	0,00
314930	PEDRO LEOPOLDO	2.548.410,98	676.999,69	1.614.897,41	23.374,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.863.682,93
314940	PEDRO TEIXEIRA	3.322,95	0,00	0,00	0,63	0,00	3.323,58	0,00	0,00	0,00
314950	PEQUERI	10.957,63	0,00	0,00	150,63	0,00	11.108,26	0,00	0,00	0,00
314960	PEQUI	33.553,01	3.968,25	0,00	722,85	0,00	38.244,11	0,00	0,00	0,00
314970	PERDIGAO	87.111,37	0,00	0,00	1.263,16	0,00	88.374,53	0,00	0,00	0,00
314980	PERDIZES	487.668,41	17.999,00	99.000,00	37.247,23	0,00	542.914,64	0,00	0,00	99.000,00
314990	PERDOES	900.406,58	76.209,63	911.888,65	3.729,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.892.234,62
314995	PERIQUITO	7.719,84	176,40	90.000,00	433,07	0,00	8.329,31	0,00	0,00	90.000,00
315000	PESCADOR	18.669,90	0,00	90.000,00	0,00	0,00	18.669,90	0,00	0,00	90.000,00
315010	PIAU	6.309,14	0,00	0,00	0,63	0,00	6.309,77	0,00	0,00	0,00
315015	PIEDADE DE CARATINGA	59.871,71	0,00	180.000,00	28,31	0,00	59.900,02	0,00	0,00	180.000,00
315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	6.544,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.544,84	0,00	0,00	0,00
315030	PIEDADE DO RIO GRANDE	105.678,09	0,00	0,00	24,54	0,00	105.702,63	0,00	0,00	0,00
315040	PIEDADE DOS GERAIS	27.627,93	0,00	0,00	302,39	0,00	27.930,32	0,00	0,00	0,00
315050	PIMENTA	167.415,09	0,00	0,00	124,05	0,00	167.539,14	0,00	0,00	0,00
315053	PINGO D'AGUA	30.980,64	2,40	0,00	442,65	0,00	31.425,69	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

315057	PINTOPOLIS	20.000,18	3,51	0,00	611,63	0,00	20.615,32	0,00	0,00	0,00
315060	PIRACEMA	48.911,73	0,00	82.850,04	0,00	0,00	48.911,73	0,00	0,00	82.850,04
315070	PIRAJUBA	21.880,95	152,25	0,00	129,76	0,00	22.162,96	0,00	0,00	0,00
315080	PIRANGA	631.659,72	19.296,69	339.660,00	35.302,13	0,00	686.258,54	0,00	0,00	339.660,00
315090	PIRANGUCU	9.966,12	0,00	0,00	71,13	0,00	10.037,25	0,00	0,00	0,00
315100	PIRANGUINHO	11.563,49	4,05	0,00	90,78	0,00	11.658,32	0,00	0,00	0,00
315110	PIRAPETINGA	470.942,03	8.543,80	0,00	9.734,51	0,00	489.220,34	0,00	0,00	0,00
315120	PIRAPORA	2.404.750,83	3.328.630,11	7.136.417,79	818.729,82	0,00	480.000,00	0,00	0,00	13.208.528,55
315130	PIRAUBA	96.312,87	0,00	268.490,54	2.473,11	0,00	367.276,52	0,00	0,00	0,00
315140	PITANGUI	921.960,39	119.698,99	859.312,01	97.402,14	0,00	1.658.713,53	0,00	0,00	339.660,00
315150	PIUMHI	1.500.308,51	1.897.304,25	2.853.206,14	720.606,33	0,00	6.301.790,19	0,00	0,00	669.635,04
315160	PLANURA	118.042,59	0,00	0,00	9.440,09	0,00	127.482,68	0,00	0,00	0,00
315170	POCO FUNDO	620.356,39	87.700,61	99.000,00	6.849,73	0,00	0,00	0,00	0,00	813.906,73
315180	POCOS DE CALDAS	8.892.872,06	27.069.292,78	15.662.807,88	3.488.996,08	0,00	0,00	0,00	0,00	55.113.968,80
315190	POCRANE	223.146,35	2.819,37	0,00	205,68	0,00	226.171,40	0,00	0,00	0,00
315200	POMPEU	919.675,87	126.418,56	608.945,28	1.444,84	0,00	1.316.824,55	0,00	0,00	339.660,00
315210	PONTE NOVA	3.355.071,72	16.998.188,43	6.124.922,49	3.432.849,28	0,00	0,00	0,00	0,00	29.911.031,92
315213	PONTO CHIQUE	11.593,74	0,00	150.000,00	440,27	0,00	162.034,01	0,00	0,00	0,00
315217	PONTO DOS VOLANTES	81.426,37	88,42	60.000,00	3.025,48	0,00	84.540,27	0,00	0,00	60.000,00
315220	PORTEIRINHA	1.351.292,92	472.386,44	1.266.993,33	15.783,29	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.956.455,98
315230	PORTO FIRME	33.255,38	0,00	0,00	0,00	0,00	33.255,38	0,00	0,00	0,00
315240	POTE	484.718,18	2.956,02	429.660,00	34,50	0,00	487.708,70	0,00	0,00	429.660,00
315250	POUSO ALEGRE	7.855.211,77	27.412.772,70	12.990.156,88	4.362.433,16	0,00	461.732,85	0,00	0,00	52.158.841,66
315260	POUSO ALTO	243.875,15	39.422,73	269.285,28	24,17	0,00	269.285,28	0,00	0,00	283.322,05
315270	PRADOS	218.583,93	62.169,74	0,00	528,91	0,00	281.282,58	0,00	0,00	0,00
315280	PRATA	949.153,55	0,00	278.320,61	128,80	0,00	1.137.602,96	0,00	0,00	90.000,00
315290	PRATAPOLIS	196.002,27	43,81	0,00	9.541,61	0,00	205.587,69	0,00	0,00	0,00
315300	PRATINHA	18.232,27	0,00	0,00	1.391,80	0,00	19.624,07	0,00	0,00	0,00
315310	PRESIDENTE BERNARDES	104.414,46	1.489,31	0,00	4.018,78	0,00	109.922,55	0,00	0,00	0,00
315320	PRESIDENTE JUSCELINO	33.321,41	50,40	0,00	4,44	0,00	33.376,25	0,00	0,00	0,00
315330	PRESIDENTE KUBITSCHEK	13.099,55	0,00	0,00	102,31	0,00	13.201,86	0,00	0,00	0,00
315340	PRESIDENTE OLEGARIO	450.010,81	28.487,30	132.860,88	116,22	0,00	611.475,21	0,00	0,00	0,00
315350	ALTO JEQUITIBA	92.507,65	0,00	60.000,00	275,05	0,00	92.782,70	0,00	0,00	60.000,00
315360	PRUDENTE DE MORAIS	66.385,58	50,40	0,00	0,00	0,00	66.435,98	0,00	0,00	0,00
315370	QUARTEL GERAL	7.966,52	0,00	0,00	893,20	0,00	8.859,72	0,00	0,00	0,00
315380	QUELUZITA	3.491,82	0,00	0,00	316,28	0,00	3.808,10	0,00	0,00	0,00
315390	RAPOSOS	236.279,35	2.301,54	0,00	14.079,37	0,00	252.660,26	0,00	0,00	0,00
315400	RAUL SOARES	974.619,51	127.581,62	621.785,30	423,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.724.409,98
315410	RECREIO	345.466,39	29.875,53	0,00	1.397,95	0,00	376.739,87	0,00	0,00	0,00
315415	REDUTO	15.786,58	0,00	0,00	454,77	0,00	16.241,35	0,00	0,00	0,00
315420	RESENDE COSTA	471.396,85	270.206,59	375.115,32	4.583,09	0,00	1.121.301,85	0,00	0,00	0,00
315430	RESPLENDOR	683.410,29	831.158,97	1.628.753,67	778.214,04	0,00	3.581.876,97	0,00	0,00	339.660,00
315440	RESSAQUINHA	9.778,76	0,00	0,00	177,47	0,00	9.956,23	0,00	0,00	0,00
315445	RIACHINHO	88.891,09	0,00	0,00	163,33	0,00	89.054,42	0,00	0,00	0,00
315450	RIACHO DOS MACHADOS	76.328,89	0,00	0,00	640,31	0,00	76.969,20	0,00	0,00	0,00
315460	RIBEIRAO DAS NEVES	10.519.801,54	222.002,46	8.668.201,40	12.050.648,13	0,00	0,00	0,00	0,00	31.460.653,53
315470	RIBEIRAO VERMELHO	63.945,19	26.608,01	0,00	1,26	0,00	90.554,46	0,00	0,00	0,00
315480	RIO ACIMA	114.993,06	1.291,62	0,00	948,95	0,00	117.233,63	0,00	0,00	0,00
315490	RIO CASCA	389.118,43	164.190,83	96.000,00	439,95	0,00	649.749,21	0,00	0,00	0,00
315500	RIO DOCE	5.867,51	0,00	0,00	105,46	0,00	5.972,97	0,00	0,00	0,00
315510	RIO DO PRADO	55.240,70	482,10	0,00	757,32	0,00	56.480,12	0,00	0,00	0,00
315520	RIO ESPERA	152.524,06	0,00	0,00	7.207,39	0,00	159.731,45	0,00	0,00	0,00
315530	RIO MANSO	56.433,30	0,00	0,00	7.189,87	0,00	63.623,17	0,00	0,00	0,00
315540	RIO NOVO	125.102,18	5.939,01	221.469,16	27.413,32	0,00	306.023,59	0,00	0,00	73.900,08
315550	RIO PARANAIBA	252.471,63	3.785,73	0,00	67,32	0,00	256.324,68	0,00	0,00	0,00
315560	RIO PARDO DE MINAS	1.128.537,44	185.198,33	544.200,00	2.302,92	0,00	1.466.038,69	0,00	0,00	394.200,00
315570	RIO PIRACICABA	354.845,30	16.326,36	90.000,00	7.788,79	0,00	378.960,45	0,00	0,00	90.000,00
315580	RIO POMBA	624.764,11	195.426,69	1.712.017,84	247.447,40	0,00	2.439.996,04	0,00	0,00	339.660,00
315590	RIO PRETO	210.685,01	11.015,32	157.500,00	13.328,77	0,00	392.529,10	0,00	0,00	0,00
315600	RIO VERMELHO	512.182,18	23.642,71	429.660,00	138,61	0,00	535.963,50	0,00	0,00	429.660,00
315610	RITAPOLIS	44.008,42	189,00	434.408,40	1.205,86	0,00	389.811,68	0,00	0,00	90.000,00
315620	ROCHEDO DE MINAS	4.568,48	0,00	90.000,00	881,45	0,00	5.449,93	0,00	0,00	90.000,00
315630	RODEIRO	27.032,66	0,00	61.989,96	0,00	0,00	27.032,66	0,00	0,00	61.989,96
315640	ROMARIA	20.603,55	0,00	90.000,00	6.743,01	0,00	27.346,56	0,00	0,00	90.000,00
315645	ROSARIO DA LIMEIRA	36.935,96	0,00	90.000,00	0,00	0,00	36.935,96	0,00	0,00	90.000,00
315650	RUBELITA	74.708,13	0,00	90.000,00	34,86	0,00	0,00	0,00	0,00	164.742,99
315660	RUBIM	343.099,45	87.304,95	90.000,00	772,35	0,00	431.176,75	0,00	0,00	90.000,00
315670	SABARA	3.359.197,46	1.056.504,00	11.122.480,83	133.993,16	1.672.688,24	0,00	0,00	0,00	13.999.487,21
315680	SABINOPOLIS	541.608,33	291.913,41	0,00	1.135,85	0,00	834.657,59	0,00	0,00	0,00
315690	SACRAMENTO	950.500,34	42.930,19	777.914,22	21.537,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.792.882,21
315700	SALINAS	1.772.620,24	1.540.079,68	1.242.087,76	185.244,64	0,00	150.000,00	0,00	0,00	4.590.032,32
315710	SALTO DA DIVISA	198.175,63	1.394,74	0,00	3.265,32	0,00	202.835,69	0,00	0,00	0,00
315720	SANTA BARBARA	1.243.257,71	114.337,21	756.803,02	9.229,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2.123.627,29
315725	SANTA BARBARA DO LESTE	1.317,04	0,00	0,00	162,37	0,00	1.479,41	0,00	0,00	0,00
315727	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	1.952,99	0,00	0,00	0,63	0,00	1.953,62	0,00	0,00	0,00
315730	SANTA BARBARA DO TUGURIO	22.473,60	0,00	0,00	736,59	0,00	23.210,19	0,00	0,00	0,00
315733	SANTA CRUZ DE MINAS	89.118,90	6.625,20	0,00	536,55	0,00	96.280,65	0,00	0,00	0,00
315737	SANTA CRUZ DE SALINAS	39.625,34	0,00	90.000,00	162,75	0,00	39.788,09	0,00	0,00	90.000,00
315740	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	12.054,51	0,00	90.000,00	78,90	0,00	102.133,41	0,00	0,00	0,00
315750	SANTA EFIGENIA DE MINAS	4.935,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.935,37	0,00	0,00	0,00
315760	SANTA FE DE MINAS	28.420,71	252,00	150.000,00	739,16	0,00	179.411,87	0,00	0,00	0,00
315765	SANTA HELENA DE MINAS	432,79	0,00	0,00	0,00	0,00	432,79	0,00	0,00	0,00
315770	SANTA JULIANA	327.030,68	11.096,02	0,00	198,18	0,00	338.324,88	0,00	0,00	0,00
315780	SANTA LUZIA	8.009.345,52	1.412.161,48	13.732.266,50	48.359,92	0,00	0,00	0,00	0,00	23.202.133,42
315790	SANTA MARGARIDA	526.757,74	240.750,72	429.660,00	2.002,76	0,00	769.511,22	0,00	0,00	429.660,00
315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	188.978,13	22.009,38	0,00	1.324,11	0,00	212.311,62	0,00	0,00	0,00
315810	SANTA MARIA DO SALTO	36.723,37	24,68	90.000,00	174,61	0,00	36.922,66	0,00	0,00	90.000,00
315820	SANTA MARIA DO SUACUI	623.717,80	560.185,81	689.357,06	111.240,05	0,00	1.984.500,72	0,00	0,00	0,00
315830	SANTANA DA VARGEM	15.506,11	0,00	221.853,54	2.160,22	0,00	239.519,87	0,00	0,00	0,00
315840	SANTANA DE CATAGUASES	10.899,42	0,00	90.000,00	3,18	0,00	10.902,60	0,00	0,00	90.000,00
315850	SANTANA DE PIRAPAMA	13.043,33	0,00	0,00	36,20	0,00	13.079,53	0,00	0,00	0,00
315860	SANTANA DO DESERTO	21.945,79	0,00	0,00	2.312,26	0,00	24.258,05	0,00	0,00	0,00
315870	SANTANA DO GARAMBEU	17.064,00	0,00	0,00	173,86	0,00	17.237,86	0,00	0,00	0,00
315880	SANTANA DO JACARE	2.473,25	0,00	90.000,00	1,26	0,00	2.474,51	0,00	0,00	90.000,00
315890	SANTANA DO MANHUACU	25.201,40	0,00	0,00	173,25	0,00	25.374,65	0,00	0,00	0,00
315895	SANTANA DO PARAISO	234.501,07	0,00	158.400,00	3.716,10	0,00	0,00	0,00	0,00	396.617,17
315900	SANTANA DO RIACHO	5.116,90	0,00	0,00	118,15	0,00	5.235,05	0,00	0,00	0,00
315910	SANTANA DOS MONTES	9.098,43	0,00	0,00	103,10	0,00	9.201,53	0,00	0,00	0,00
315920	SANTA RITA DE CALDAS	35.012,33	3,00	0,00	145,80	0,00	35.161,13	0,00	0,00	0,00
315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	176.976,93	13.466,48	0,00	8.631,27	0,00	199.074,68	0,00	0,00	0,00
315935	SANTA RITA DE MINAS	18.767,97	0,00	90.000,00	60,58	0,00	18.828,55	0,00	0,00	90.000,00
315940	SANTA RITA DO IBITIPOCA	8.952,61	0,00	0,00	56,01	0,00	9.008,62	0,00	0,00	0,00
315950	SANTA RITA DO ITUETO	21.848,85	0,00	0,00	752,39	0,00	22.601,24	0,00	0,00	0,00
315960	SANTA RITA DO SAPUCAI	1.040.062,87	446.896,44	1.881.979,04	311.343,89	0,00	3.280.622,24	0,00	0,00	399.660,00
315970	SANTA ROSA DA SERRA	32.071,60	0,00	0,00	0,00	0,00	32.071,60	0,00	0,00	0,00
315980	SANTA VITORIA	651.393,83	3.844,24	336.131,59	1.267,27	0,00	902.636,93	0,00	0,00	90.000,00
315990	SANTO ANTONIO DO AMPARO	787.046,57	2.287.743,65	1.519.511,08	264.615,83	0,00	0,00	0,00	0,00	4.858.917,13
316000	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	4.304,06	34,89	0,00	2.986,31	0,00	7.325,26	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

316010	SANTO ANTONIO DO GRAMA	7.375,56	0,00	0,00	204,55	0,00	7.580,11	0,00	0,00	0,00
316020	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	27.777,78	0,00	0,00	84,43	0,00	27.862,21	0,00	0,00	0,00
316030	SANTO ANTONIO DO JACINTO	171.809,13	1.652,08	0,00	3.457,68	0,00	176.918,89	0,00	0,00	0,00
316040	SANTO ANTONIO DO MONTE	967.009,60	422.065,20	785.837,08	92.955,10	0,00	1.838.206,98	0,00	0,00	429.660,00
316045	SANTO ANTONIO DO RETIRO	59.560,18	75,00	90.000,00	562,73	0,00	60.197,91	0,00	0,00	90.000,00
316050	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO	9.641,18	0,00	0,00	105,60	0,00	9.746,78	0,00	0,00	0,00
316060	SANTO HIPOLITO	15.664,46	0,00	0,00	356,07	0,00	16.020,53	0,00	0,00	0,00
316070	SANTOS DUMONT	2.126.023,22	1.060.822,70	2.601.300,29	388.533,39	0,00	1.041.661,92	0,00	0,00	5.135.017,68
316080	SAO BENTO ABADE	18.546,04	7,20	0,00	4,44	0,00	18.557,68	0,00	0,00	0,00
316090	SAO BRAS DO SUACUI	23.106,46	0,00	0,00	374,28	0,00	23.480,74	0,00	0,00	0,00
316095	SAO DOMINGOS DAS DORES	12.193,67	12,60	90.000,00	1.833,98	0,00	14.040,25	0,00	0,00	90.000,00
316100	SAO DOMINGOS DO PRATA	535.567,50	98.191,34	832.178,79	33.093,05	0,00	1.069.370,68	0,00	0,00	429.660,00
316105	SAO FELIX DE MINAS	4.068,84	817,50	888.660,00	40,57	0,00	0,00	0,00	0,00	893.586,91
316110	SAO FRANCISCO	2.201.590,61	335.104,41	489.660,00	5.196,88	0,00	2.691.891,90	0,00	0,00	339.660,00
316120	SAO FRANCISCO DE PAULA	15.175,50	6,60	90.000,00	63,51	0,00	15.245,61	0,00	0,00	90.000,00
316130	SAO FRANCISCO DE SALES	43.594,54	152,64	0,00	494,99	0,00	44.242,17	0,00	0,00	0,00
316140	SAO FRANCISCO DO GLORIA	27.738,89	0,00	339.660,00	174,61	0,00	27.913,50	0,00	0,00	339.660,00
316150	SAO GERALDO	66.745,79	0,00	60.000,00	658,80	0,00	67.404,59	0,00	0,00	60.000,00
316160	SAO GERALDO DA PIEDADE	5.352,22	0,00	90.000,00	0,00	0,00	5.352,22	0,00	0,00	90.000,00
316165	SAO GERALDO DO BAIXIO	3.772,22	0,00	90.000,00	0,00	0,00	93.772,22	0,00	0,00	0,00
316170	SAO GONCALO DO ABAETE	9.524,55	0,00	0,00	38,36	0,00	9.562,91	0,00	0,00	0,00
316180	SAO GONCALO DO PARA	79.083,01	0,00	0,00	134,30	0,00	79.217,31	0,00	0,00	0,00
316190	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	108.016,61	4,95	339.600,00	1.282,31	0,00	109.303,87	0,00	0,00	339.600,00
316200	SAO GONCALO DO SAPUCAI	850.553,94	85.531,88	744.740,38	54.002,63	0,00	1.674.828,83	0,00	0,00	60.000,00
316210	SAO GOTARDO	1.149.515,45	331.360,54	1.860,00	2.792,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.485.528,56
316220	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	220.679,75	4.365,29	0,00	977,94	0,00	226.022,98	0,00	0,00	0,00
316225	SAO JOAO DA LAGOA	19.127,84	0,00	0,00	324,42	0,00	19.452,26	0,00	0,00	0,00
316230	SAO JOAO DA MATA	25,43	0,00	0,00	109,83	0,00	135,26	0,00	0,00	0,00
316240	SAO JOAO DA PONTE	974.123,09	361.845,90	549.660,00	2.307,60	0,00	1.488.276,59	0,00	0,00	399.660,00
316245	SAO JOAO DAS MISSOES	120.326,48	0,00	0,00	834,24	0,00	121.160,72	0,00	0,00	0,00
316250	SAO JOAO DEL REI	4.736.283,20	8.057.035,44	10.743.119,53	704.705,63	0,00	171,66	0,00	0,00	24.240.972,14
316255	SAO JOAO DO MANHUACU	77.656,62	0,00	0,00	780,38	0,00	78.437,00	0,00	0,00	0,00
316257	SAO JOAO DO MANTENINHA	60.886,34	8,03	0,00	5.649,16	0,00	66.543,53	0,00	0,00	0,00
316260	SAO JOAO DO ORIENTE	71.828,24	71,25	0,00	299,86	0,00	72.199,35	0,00	0,00	0,00
316265	SAO JOAO DO PACUI	7.431,83	0,00	0,00	377,61	0,00	7.809,44	0,00	0,00	0,00
316270	SAO JOAO DO PARAISO	763.136,72	157.689,62	746.205,21	79.062,23	0,00	1.726.293,78	0,00	0,00	19.800,00
316280	SAO JOAO EVANGELISTA	616.416,64	564.814,17	339.660,00	1.069,04	0,00	1.182.299,85	0,00	0,00	339.660,00
316290	SAO JOAO NEPOMUCENO	1.117.193,55	414.523,20	1.270.151,68	48.101,61	0,00	157.500,00	0,00	0,00	2.692.470,04
316292	SAO JOAQUIM DE BICAS	671.690,69	1.362,72	429.660,00	6.526,09	0,00	679.579,50	0,00	0,00	429.660,00
316294	SAO JOSE DA BARRA	125.201,73	50,40	0,00	3.212,62	0,00	128.464,75	0,00	0,00	0,00
316295	SAO JOSE DA LAPA	280.753,20	456,37	0,00	8.290,05	0,00	289.499,62	0,00	0,00	0,00
316300	SAO JOSE DA SAFIRA	5.269,64	0,00	0,00	0,00	0,00	5.269,64	0,00	0,00	0,00
316310	SAO JOSE DA VARGINHA	29.358,94	0,00	0,00	423,57	0,00	29.782,51	0,00	0,00	0,00
316320	SAO JOSE DO ALEGRE	7.541,73	0,00	0,00	70,34	0,00	7.612,07	0,00	0,00	0,00
316330	SAO JOSE DO DIVINO	31.665,84	0,00	60.000,00	142,40	0,00	31.808,24	0,00	0,00	60.000,00
316340	SAO JOSE DO GOIABAL	40.304,52	25,54	0,00	534,45	0,00	40.864,51	0,00	0,00	0,00
316350	SAO JOSE DO JACURI	12.048,48	0,00	0,00	4.607,66	0,00	16.656,14	0,00	0,00	0,00
316360	SAO JOSE DO MANTIMENTO	18.254,04	0,00	0,00	138,07	0,00	18.392,11	0,00	0,00	0,00
316370	SAO LOURENCO	2.297.373,65	5.325.915,82	10.439.197,60	2.779.136,49	0,00	0,00	0,00	0,00	20.841.623,56
316380	SAO MIGUEL DO ANTA	43.370,63	0,00	429.660,00	5,40	0,00	43.376,03	0,00	0,00	429.660,00
316390	SAO PEDRO DA UNIAO	88.421,32	0,00	0,00	1,26	0,00	88.422,58	0,00	0,00	0,00
316400	SAO PEDRO DOS FERROS	87.213,03	37,80	60.000,00	10.706,31	0,00	97.957,14	0,00	0,00	60.000,00
316410	SAO PEDRO DO SUACUI	59.987,61	2.075,60	0,00	2.320,56	0,00	64.383,77	0,00	0,00	0,00
316420	SAO ROMAO	187.834,20	25.389,99	150.000,00	776,05	0,00	364.000,24	0,00	0,00	0,00
316430	SAO ROQUE DE MINAS	123.224,88	13.124,30	0,00	412,73	0,00	136.761,91	0,00	0,00	0,00
316440	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	4.863,55	0,00	0,00	56,07	0,00	4.919,62	0,00	0,00	0,00
316443	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	25.015,23	26,51	0,00	0,63	0,00	25.042,37	0,00	0,00	0,00
316447	SAO SEBASTIAO DO ANTA	13.162,74	0,00	0,00	52,20	0,00	13.214,94	0,00	0,00	0,00
316450	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	77.282,43	0,00	0,00	1.607,77	0,00	78.890,20	0,00	0,00	0,00
316460	SAO SEBASTIAO DO OESTE	62.505,33	12,60	0,00	96,65	0,00	62.614,58	0,00	0,00	0,00
316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3.759.491,97	12.380.823,69	5.203.681,48	1.926.729,34	0,00	0,00	0,00	0,00	23.270.726,48
316480	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	10.743,71	0,00	0,00	606,01	0,00	11.349,72	0,00	0,00	0,00
316490	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	20.947,75	20,67	0,00	440,63	0,00	21.409,05	0,00	0,00	0,00
316500	SAO TIAGO	323.935,59	35,97	0,00	137,79	0,00	324.109,35	0,00	0,00	0,00
316510	SAO TOMAS DE AQUINO	128.641,49	50,40	0,00	2.298,39	0,00	130.990,28	0,00	0,00	0,00
316520	SAO TOME DAS LETRAS	25.921,48	0,00	0,00	6,66	0,00	25.928,14	0,00	0,00	0,00
316530	SAO VICENTE DE MINAS	220.057,66	3.141,13	763.658,76	95,63	0,00	647.293,18	0,00	0,00	339.660,00
316540	SAPUCAI-MIRIM	11.541,59	0,00	108.300,84	2.787,33	0,00	122.629,76	0,00	0,00	0,00
316550	SARDOA	41.912,77	92.878,81	0,00	19,18	0,00	134.810,76	0,00	0,00	0,00
316553	SARZEDO	256.181,72	10.591,90	918.660,00	3.488,59	0,00	270.262,21	0,00	0,00	918.660,00
316555	SETUBINHA	55.630,87	100,80	0,00	436,19	0,00	56.167,86	0,00	0,00	0,00
316556	SEM-PEIXE	19.156,53	0,00	90.000,00	49,40	0,00	19.205,93	0,00	0,00	90.000,00
316557	SENADOR AMARAL	12.681,14	0,00	0,00	414,67	0,00	13.095,81	0,00	0,00	0,00
316560	SENADOR CORTES	3.958,37	0,00	90.000,00	0,63	0,00	3.959,00	0,00	0,00	90.000,00
316570	SENADOR FIRMINO	149.731,19	39.386,95	324.725,18	361,28	0,00	514.204,60	0,00	0,00	0,00
316580	SENADOR JOSE BENTO	10.290,93	0,00	0,00	0,00	0,00	10.290,93	0,00	0,00	0,00
316590	SENADOR MODESTINO GONCALVES	34.652,00	4.876,61	0,00	301,26	0,00	39.829,87	0,00	0,00	0,00
316600	SENHORA DE OLIVEIRA	13.907,70	0,00	0,00	282,71	0,00	14.190,41	0,00	0,00	0,00
316610	SENHORA DO PORTO	4.197,53	0,00	90.000,00	67,84	0,00	4.265,37	0,00	0,00	90.000,00
316620	SENHORA DOS REMEDIOS	37.906,30	0,00	0,00	979,88	0,00	38.886,18	0,00	0,00	0,00
316630	SERICITA	60.052,11	0,00	0,00	541,75	0,00	60.593,86	0,00	0,00	0,00
316640	SERITINGA	19.882,11	0,00	90.000,00	152,22	0,00	20.034,33	0,00	0,00	90.000,00
316650	SERRA AZUL DE MINAS	38.414,00	0,00	0,00	78,40	0,00	38.492,40	0,00	0,00	0,00
316660	SERRA DA SAUDADE	5.342,11	0,00	90.000,00	245,07	0,00	5.587,18	0,00	0,00	90.000,00
316670	SERRA DOS AIMORES	18.208,34	696,70	0,00	102,98	0,00	19.008,02	0,00	0,00	0,00
316680	SERRA DO SALITRE	58.910,47	4.813,28	0,00	3.853,46	0,00	67.577,21	0,00	0,00	0,00
316690	SERRANIA	164.167,64	0,00	0,00	19,21	0,00	0,00	0,00	0,00	164.186,85
316695	SERRANOPOLIS DE MINAS	5.520,82	0,00	0,00	539,40	0,00	6.060,22	0,00	0,00	0,00
316700	SERRANOS	19.063,46	0,00	90.000,00	15,20	0,00	19.078,66	0,00	0,00	90.000,00
316710	SERRO	783.615,48	343.930,87	684.621,48	202.820,97	0,00	2.014.988,80	0,00	0,00	0,00
316720	SETE LAGOAS	11.542.540,46	14.776.983,44	20.397.996,64	1.799.270,75	0,00	0,00	0,00	0,00	48.516.791,29
316730	SILVEIRANIA	18.736,22	0,00	0,00	153,86	0,00	18.890,08	0,00	0,00	0,00
316740	SILVIANOPOLIS	41.361,45	993,76	0,00	371,90	0,00	42.727,11	0,00	0,00	0,00
316750	SIMAO PEREIRA	5.395,60	0,00	90.000,00	0,63	0,00	5.396,23	0,00	0,00	90.000,00
316760	SIMONESIA	130.070,82	29.878,80	339.660,00	1.924,34	0,00	161.873,96	0,00	0,00	339.660,00
316770	SOBRALIA	6.986,59	0,00	90.000,00	0,00	0,00	6.986,59	0,00	0,00	90.000,00
316780	SOLEDADE DE MINAS	13.287,43	190,66	0,00	45,33	0,00	13.523,42	0,00	0,00	0,00
316790	TABULEIRO	2.115,83	0,00	0,00	16,79	0,00	2.132,62	0,00	0,00	0,00
316800	TAIOBEIRAS	1.308.493,18	2.833.128,27	5.801.087,89	1.063.596,67	0,00	9.880.871,01	0,00	0,00	1.125.435,00
316805	TAPARUBA	16.937,27	0,00	0,00	0,63	0,00	16.937,90	0,00	0,00	0,00
316810	TAPIRA	33.046,17	0,00	0,00	15,83	0,00	33.062,00	0,00	0,00	0,00
316820	TAPIRAI	3.762,98	0,00	0,00	37,47	0,00	3.800,45	0,00	0,00	0,00
316830	TAQUARACU DE MINAS	13.262,66	0,00	0,00	519,83	0,00	13.782,49	0,00	0,00	0,00
316840	TARUMIRIM	343.739,77	379.196,23	403.303,83	340,28	0,00	1.126.580,11	0,00	0,00	0,00
316850	TEIXEIRAS	144.126,63	0,00	90.000,00	2.659,40	0,00	146.786,03	0,00	0,00	90.000,00
316860	TEOFILO OTONI	9.531.009,25	21.284.210,54	19.990.570,98	4.384.526,29	0,00	226.780,00	0,00	0,00	54.963.537,06
316870	TIMOTEO	3.498.544,61	2.353.579,62	2.804.693,26	970.666,21	0,00	9.326.283,70	0,00	0,00	301.200,00
316880	TIRADENTES	50.546,55	10,00	0,00	1.190,56	0,00	51.747,11	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DESSIMANTE DA IMPRENSA NACIONAL

316890	TIROS	140.882,86	113,40	0,00	456,36	0,00	141.452,62	0,00	0,00	0,00
316900	TOCANTINS	120.047,52	0,00	293.482,94	1.516,39	0,00	325.046,85	0,00	0,00	90.000,00
316905	TOCOS DO MOJI	9.713,43	0,00	0,00	304,44	0,00	10.017,87	0,00	0,00	0,00
316910	TOLEDO	39.656,26	47,25	0,00	387,90	0,00	40.091,41	0,00	0,00	0,00
316920	TOMBOS	380.775,00	25.370,07	339.660,00	251,18	0,00	0,00	0,00	0,00	746.056,25
316930	TRES CORACOES	3.777.087,59	4.795.227,61	4.400.127,06	233.083,13	0,00	12.067.130,39	0,00	0,00	1.138.395,00
316935	TRES MARIAS	1.137.460,73	34.390,21	1.001.769,89	75.750,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.249.371,55
316940	TRES PONTAS	2.636.096,28	2.890.998,91	3.366.967,46	1.516.169,34	0,00	0,00	0,00	0,00	10.410.231,99
316950	TUMIRITINGA	7.151,28	0,00	0,00	139,42	0,00	7.290,70	0,00	0,00	0,00
316960	TUPACIGUARA	239.724,09	938,20	782.198,45	1.374,12	0,00	486.574,86	0,00	0,00	537.660,00
316970	TURMALINA	707.395,91	557.050,49	1.208.686,42	147.934,95	0,00	2.281.407,77	0,00	0,00	339.660,00
316980	TURVOLANDIA	13.956,15	0,00	0,00	343,72	0,00	14.299,87	0,00	0,00	0,00
316990	UBA	6.161.864,16	14.654.319,79	12.276.515,85	2.038.752,85	0,00	34.072.017,65	0,00	0,00	1.059.435,00
317000	UBAI	45.527,33	4.723,56	0,00	7.065,53	0,00	57.316,42	0,00	0,00	0,00
317005	UBAPORANGA	31.512,25	0,00	0,00	2.812,73	0,00	34.324,98	0,00	0,00	0,00
317010	UBERABA	19.454.101,96	43.681.667,25	37.995.819,64	6.085.411,33	0,00	552.484,42	33.321.191,47	0,00	73.343.324,29
317020	UBERLANDIA	42.312.372,49	63.667.678,92	40.550.671,23	71.214.485,21	0,00	240.000,00	59.976.764,05	0,00	157.528.443,80
317030	UMBURATIBA	2.809,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.809,79	0,00	0,00	0,00
317040	UNAI	3.328.203,63	1.331.511,27	2.203.863,76	144.768,56	0,00	6.524.687,22	0,00	0,00	483.660,00
317043	UNIAO DE MINAS	148.174,42	81.922,25	0,00	1.611,97	0,00	231.708,64	0,00	0,00	0,00
317047	URUANA DE MINAS	40.371,29	24,00	0,00	2.790,73	0,00	43.186,02	0,00	0,00	0,00
317050	URUCANIA	81.029,99	19,08	90.000,00	1.039,29	0,00	172.088,36	0,00	0,00	0,00
317052	URUCUIA	430.766,79	224.096,82	0,00	988,27	0,00	655.851,88	0,00	0,00	0,00
317057	VARGEM ALEGRE	16.471,83	10,64	0,00	3.161,22	0,00	19.643,69	0,00	0,00	0,00
317060	VARGEM BONITA	14.112,21	0,00	0,00	363,72	0,00	14.475,93	0,00	0,00	0,00
317065	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	34.799,10	27,59	90.000,00	1.318,04	0,00	36.144,73	0,00	0,00	90.000,00
317070	VARGINHA	5.899.563,94	33.502.311,31	11.650.018,23	1.154.343,93	0,00	44.100.042,41	0,00	0,00	8.106.195,00
317075	VARJAO DE MINAS	49.270,67	0,00	0,00	1,89	0,00	49.272,56	0,00	0,00	0,00
317080	VARZEA DA PALMA	1.518.194,65	118.390,57	1.085.820,00	83.069,22	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.655.474,44
317090	VARZELANDIA	427.365,61	19.705,19	150.000,00	3.803,86	0,00	600.874,66	0,00	0,00	0,00
317100	VAZANTE	614.510,29	44.863,42	339.660,00	1.609,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.643,03
317103	VERDELANDIA	81.961,91	44,75	0,00	1.187,46	0,00	83.194,12	0,00	0,00	0,00
317107	VEREDINHA	78.285,83	0,00	0,00	494,50	0,00	78.780,33	0,00	0,00	0,00
317110	VERISSIMO	29.114,83	0,00	0,00	108,79	0,00	29.223,62	0,00	0,00	0,00
317115	VERMELHO NOVO	11.643,17	0,00	0,00	4,44	0,00	11.647,61	0,00	0,00	0,00
317120	VESPASIANO	3.842.868,63	860.939,51	8.943.104,96	19.735,20	0,00	0,00	0,00	0,00	13.666.648,30
317130	VICOSA	4.613.535,57	7.388.174,56	7.972.906,06	296.709,23	0,00	0,00	0,00	0,00	20.271.325,42
317140	VIEIRAS	30.921,41	2,40	0,00	304,44	0,00	31.228,25	0,00	0,00	0,00
317150	MATHIAS LOBATO	6.456,63	1.308,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.764,63
317160	VIRGEM DA LAPA	584.149,40	50.164,85	67.321,32	613,49	0,00	67.321,32	0,00	0,00	634.927,74
317170	VIRGINIA	273.405,22	1.154,36	0,00	209,47	0,00	274.769,05	0,00	0,00	0,00
317180	VIRGINOPOLIS	244.291,20	178.046,06	267.781,77	32.951,44	0,00	723.070,47	0,00	0,00	0,00
317190	VIRGOLANDIA	22.777,23	126,00	0,00	1,26	0,00	22.904,49	0,00	0,00	0,00
317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	1.895.615,97	2.338.313,33	2.882.895,23	180.600,42	0,00	7.207.424,95	0,00	0,00	90.000,00
317210	VOLTA GRANDE	91.185,81	48,04	0,00	4.557,93	0,00	95.791,78	0,00	0,00	0,00
317220	WENCESLAU BRAZ	2.050,09	0,00	0,00	15,20	0,00	2.065,29	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										3.034.650.645,75

ANEXO III

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
MUNICIPAL	310620 - BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFMG	27049	066	04-02-2010	61.993.964,04
MUNICIPAL	313670 - JUIZ DE FORA	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF	2218798	394	15-07-2009	8.292.047,76
MUNICIPAL	317010 - UBERABA	HOSP. ESC. FAC. MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO	2206595	100	15-07-2011	33.321.191,47
MUNICIPAL	317020 - UBERLANDIA	HOSPITAL DAS CLINICAS DE UBERLANDIA	2146355	059	31-03-2011	59.976.764,05
TOTAL						163.583.967,32

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
310560 - BARBACENA	Hospital Regional de Barbacena	3698548	00503856	20-10-2015	FES	2.688.026,64
310560 - BARBACENA	Centro Hospitalar Psiquiatrico de Barbacena	2098946	00603857	20-10-2015	FES	2.830.799,64
313670 - JUIZ DE FORA	Hospital Regional João Penido	2111624	01003932	05-02-2016	FES	7.823.582,75
315670 - SABARA	Hospital Cristiano Machado	2115662	000000	09-07-2015	FES	1.672.688,24
TOTAL						15.015.097,27

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "DESENVOLVIMENTO DE CULTIVOS ALTERNATIVOS PARA PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS"

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República do Peru
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975;

Tomando em conta que a cooperação técnica na área de desenvolvimento rural reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Reafirmando a importância da introdução de novos cultivos e técnicas para a produção de biodiesel;

Ressaltando a importância da participação da iniciativa privada, bem como de organismos públicos de nível federal, regional e local no desenvolvimento e aperfeiçoamento das condições de vida das populações rurais,

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto "Desenvolvimento de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é o fomento de atividades econômicas lícitas e sustentáveis que contribuam para a geração de renda, para a melhoria das condições do meio ambiente local e para qualidade de vida das populações ameaçadas por cultivos ilícitos.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

ARTIGO II

1. O Governo da República do Peru designa:

a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas (DEVIDA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO III

1. Ao Governo da República do Peru cabe:

a) designar técnicos peruanos para receber treinamento;

b) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, disponibilizando as instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) zelar para que seja dada continuidade e sustentabilidade às ações desenvolvidas pelos técnicos peruanos enviados ao Brasil, e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) prestar apoio aos técnicos enviados pelo Governo peruano, disponibilizando as instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto, e

b) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

ARTIGO IV

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados por ambas as Partes Contratantes, com base nos detalhes contidos no documento do Projeto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ARTIGO V

Na execução das atividades previstas no projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão dispor, i. a., de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

ARTIGO VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios anuais sobre os resultados obtidos no projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, cientificadas e mencionadas no corpo do documento objeto da publicação.

ARTIGO VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou implementação do presente Ajuste Complementar que surja de sua execução será dirimida pelas Partes Contratantes por via diplomática.

ARTIGO IX

Qualquer Emenda deverá ser expressa mediante troca de Notas diplomáticas, com consentimento de ambas as Partes Contratantes, e a mesma entrará em vigor conforme o mesmo procedimento estabelecido para a entrada em vigor do Ajuste Complementar.

ARTIGO X

Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar, por via diplomática, a qualquer momento, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia somente surtirá efeito três meses após o recebimento da respectiva notificação pela outra Parte Contratante. Cabe, então, às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

ARTIGO XI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data do recebimento da última notificação, pela qual uma das Partes Contratantes comunique à outra, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos exigidos por seus ordenamentos jurídicos internos necessários para sua entrada em vigor.

ARTIGO XII

O presente Ajuste Complementar terá duração de dois anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento dos seus objetivos, salvo denúncia das Partes Contratantes.

ARTIGO XIII

Para os assuntos não previstos no presente Ajuste Complementar, serão aplicadas as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru.

Feito na cidade de Lima, em 31 de maio de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

LUIZ AUGUSTO DE ARAUJO CASTRO
Embaixador

Pelo Governo da República do Peru

OSCAR MAÚRTUA
Ministro das Relações Exteriores

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA NICARÁGUA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO TÉCNICO PARA IMPLANTAÇÃO DE BANCOS DE LEITE HUMANO NA NICARÁGUA"

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Nicarágua
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República da Nicarágua, assinado em Manágua, em 2 de fevereiro de 2006;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica nas áreas de saúde e desenvolvimento social se reveste de especial interesse para ambas as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo 1

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio Técnico para Implantação de Bancos de Leite Humano na Nicarágua", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é desenvolver ações de implantação de um banco de leite humano de referência nacional na Nicarágua, por meio da transferência de conhecimentos técnicos e capacitação de profissionais, estabelecendo bases para uma rede capaz de fortalecer as ações dos programas de atendimento à saúde materna e infantil.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será elaborado e firmado pelas instituições executoras e coordenadoras.

Artigo 2

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Nicarágua designa:

a) o Ministério das Relações Exteriores (MINREX) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Saúde (MINSA) como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo 3

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional necessário à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar as atividades do Projeto.

2. Ao Governo da República da Nicarágua, cabe:

a) designar técnicos para acompanhar e participar das atividades previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional necessário à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar as atividades do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional.

Artigo 4

As instituições executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos no contexto do Projeto, os quais serão encaminhados às instituições coordenadoras e/ou serão examinados em encontros anuais a serem previamente acordados.

Artigo 5

Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo 6

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Nicarágua.

Artigo 7

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo 8

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado ou emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo 9

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito trinta (30) dias após a data da notificação e não afetará as atividades que se encontrem em execução, salvo se as Partes acordarem em contrário.

Artigo 10

Quaisquer controvérsias relativas à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar serão resolvidas mediante negociações diretas entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 11

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua, de 2 de fevereiro de 2006.

Feito em Brasília, em 30 de agosto de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

MARCO FARANI
Diretor da ABC

Pelo Governo da República da Nicarágua

VALDRACK JAENTSCHKE
Secretário do Ministério de Relações Exteriores

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DA MANDIOCA NO HAITI

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República do Haiti
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, de 15 de outubro de 1982;

Que a cooperação técnica na área de agricultura reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do projeto "Desenvolvimento da Cultura da Mandioca no Haiti", que pretende desenvolver ações de transferência de tecnologia, com vistas a viabilizar o desenvolvimento sustentável da cultura da mandioca no Haiti, como meio de melhorar a renda e o estado nutricional dos pequenos produtores, com ênfase na produção, processamento e usos alternativos da mandioca.

2. O mencionado projeto tem como objetivos a capacitação de técnicos haitianos em produção e processamento da mandioca; aumentar a disponibilidade de cultivares de mandioca; e desenvolver novos produtos contribuindo para a agregação de valor, permitindo, assim, incrementos na renda e qualidade de vida do produtor rural.

ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - Embrapa Mandioca e Fruticultura, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Haiti designa:

a) o Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural da República do Haiti (MARNDR) como responsável pela coordenação, acompanhamento, avaliação e execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ARTIGO III

1. Cabe ao Governo brasileiro:

a) designar e enviar especialistas para prestar assessoria ao Haiti no desenvolvimento da cultura da mandioca;

b) designar especialistas para realizar capacitação de técnicos haitianos no Brasil em produção e processamento da mandioca;

c) designar e enviar especialistas para prestar assessoria ao Haiti no aumento da disponibilidade de cultivares de mandioca;

d) designar e enviar especialistas para prestar assessoria ao Haiti no desenvolvimento de técnicas de processamento da mandioca de modo a contribuir para a agregação de valor, permitindo, assim, incrementos na renda e qualidade de vida do produtor rural;

e) disponibilizar o apoio necessário para a realização das atividades previstas no projeto; e

f) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto.

2. Cabe ao Governo haitiano:

a) designar técnicos haitianos para participar das atividades realizadas pelos especialistas brasileiros que prestarão assessoria;

b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades propostas no projeto;

c) designar e enviar os técnicos haitianos que participarão da capacitação no Brasil; e

d) disponibilizar o apoio necessário para a realização das atividades previstas no projeto.

ARTIGO IV

Os custos resultantes da implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados entre as Partes Contratantes, com base nos detalhes constantes no documento de projeto correspondente.

ARTIGO V

Na implementação das atividades previstas no projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão recorrer a instituições públicas e do setor privado, organizações não-governamentais, organismos internacionais, agências de cooperação técnica, fundos e programas internacionais e regionais.

ARTIGO VI

1. As instituições executoras elaborarão informes sobre os resultados obtidos no projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente comunicadas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO VII

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e regulamentos em vigência na República Federativa do Brasil e na República do Haiti.

ARTIGO VIII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 15 (quinze) meses. Será renovado automaticamente por igual período.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes poderão, de comum acordo e por troca de Notas Diplomáticas, emendar o presente Ajuste Complementar. As emendas entrarão em vigor nos termos do Artigo VIII.

ARTIGO X

Qualquer uma das Partes poderá manifestar à outra Parte, por via diplomática, sua intenção de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito sessenta dias após o recebimento da notificação. A denúncia não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes Contratantes estabelecerem o contrário

ARTIGO XI

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado em 15 de outubro de 1982.

Feito em Porto Príncipe, em 20 de dezembro de 2004, em dois exemplares originais, em português e francês, sendo ambos os textos idênticos e igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

CELSO AMORIM
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pelo Governo da República do Haiti

YVON SIMEON
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.977, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002997/2016-01. Interessado: Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. Objeto: (i) Anuir à transferência do controle societário indireto da empresa Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A., exercido atualmente pelo Sr. Fumitaka Nishimura, brasileiro, portador do RG nº 4.707.167 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 510.018.378-00, e que passará para a empresa Fujikura Ltd., constituída sob o CNPJ nº 05720.055/0001-90; (ii) o prazo para implementação desta operação fica estabelecido em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta Resolução; e (iii) a Interessada deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização desta operação, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.987, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos: 48500.003350/2015-16. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Linha de Transmissão 230 kV Piripiri /Sobral; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.992, DE 2DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002432/2016-16. Interessado: Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa, para o período de 2017 a 2019, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.995, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Revoga a autorização outorgada à Usina Geradora Eólica Taíba Ltda. para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica Planalto da Taíba.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, e o que consta do Processo nº 48500.005281/2011-43, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução Autorizativa nº 3.107, de 6 de setembro de 2011, por meio da qual a Usina Geradora Eólica Taíba Ltda. foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica Planalto da Taíba, no município de São Gonçalo do Amarante, estado do Ceará.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.004, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002433/2016-61. Interessado: Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - IENERGIA. Objeto: Estabelecer os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da IENERGIA, para o período de 2017 a 2021, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.125, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001080/2016-81. Interessados: Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2016 da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., a vigorar a partir de 27 de agosto de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.126, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001089/2016-92. Interessados: Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia - EPB, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2016 da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia - EPB, a vigorar a partir de 28 de agosto de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.132, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500. 000022/2016-31. Interessados: Empresa Força e Luz Urussanga Ltda - Eflul, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da Empresa Força e Luz Urussanga Ltda - Eflul, a vigorar a partir de 29 de agosto de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 16 de agosto de 2016

Nº 2.172 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001547/2016-93, decide (i) conhecer do recurso administrativo interposto por Furnas Centrais Elétricas S.A. em face do Auto de Infração nº 18/2016, para no mérito negar-lhe provimento; e (ii) manter a penalidade de multa aplicada no valor de R$ 994.663,21 (novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos).

Nº 2.173 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000675/2016-10, decide (i) conhecer do recurso administrativo interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A. em face do Auto de Infração nº 0030/2016-SFE, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, para, no mérito negar-lhe provimento; e (ii) manter a penalidade de multa aplicada no valor de R$ 38.072,13 (trinta e oito mil, setenta e dois reais e treze centavos).

Nº 2.177 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000544/2012-17, resolve: (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela ATE V - Londrina Transmissora de Energia S.A. em face do Auto de Infração nº 32/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou penalidade de multa em decorrência de a concessionária compartilhar infraestrutura sem ter firmado o respectivo contrato; e (ii) manter a decisão do Despacho nº 1.200/2016, que aplicou a penalidade de multa no valor de R$ 160.758,05 (cento e sessenta mil, setecentos e cinquenta e oito reais e cinco centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 2.178 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002959/2016-41, decide (i) conhecer do recurso administrativo interposto pela Eólica Beberibe S.A em face do Auto de Infração - AI nº 0001/2016, lavrado pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Ceará - ARCE, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) manter a penalidade de multa aplicada pela ARSEP de R$ 23.850,43 (vinte e três mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos.

Nº 2.198 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.006871/2010-67 e 48500.000398/2011-31, decide conhecer e, no mérito, indeferir o recurso administrativo interposto pela Construtora Central do Brasil S.A. - CCB, contra o Despacho SCG nº 935/2015, que hierarquizou os interessados na implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica Entre Pontes, localizada no rio Meia Ponte, no Estado de Goiás, com base na Resolução nº 343, de 09/12/2008.

Em 23 de agosto de 2016

Nº 2.236 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo 48500.000946/2015-56, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. em face dos Despachos 1.605 e 1.606, de 16/6/2016, emitidos pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - SRG, para, no mérito, ratificar a decisão da SRG em sede de juízo de reconsideração constante do Despacho 1.853, de 12/7/2016.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO
Em 25 de agosto de 2016

Nº 2.283 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelas Portarias ANEEL nº 3.677, de 25 de agosto de 2015 e nº 3.700, de 15 de setembro de 2015, considerando o que consta do Processo nº 48500.006768/2014-96 e o disposto no item 4.2.7.2 do Edital do Leilão nº 04/2015 (A-3/2015), decide pela inabilitação da proponente vendedora Clealco Açúcar e Álcool S.A, por não atender aos requisitos de habilitação estabelecidos na Seção 11 do Edital do Leilão n. 04/2015-ANEEL (A - 3/2015), sem prejuízo da eventual aplicação de sanção recomendada no Relatório de Análise da Documentação de Habilitação que fundamenta este Despacho.

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 23 de agosto de 2016

Nº 2.245 - Processo nº 48500.006452/2013-13. Interessado: Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A. Decisão: alterar: i) a Potência Instalada para 28.000 kW ii) a Potência Líquida para 28.000 kW; iii) o número e tipo de inversores e módulos fotovoltaicos conforme indicado em anexo; e iv) as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, que passará a ser constituído por uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, compartilhada entre as usinas UFV Ituverava 1 a 7, que será interligada à Subestação de Seccionamento Bom Jesus da Lapa - Barreiras II por meio de uma Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com cerca de duzentos metros de extensão, da UFV Ituverava 1, localizada no município de Tabocas do Brejo Velho, estado da Bahia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.BA.032316-0.01, em favor da empresa Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A..

Nº 2.246 - Processo nº 48500.006340/2013-62. Interessado: Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A. Decisão: alterar i) a Potência Instalada para 28.000 kW ii) a Potência Líquida para 28.000 kW; iii) o número e tipo de inversores e módulos fotovoltaicos conforme indicado em anexo; e iv) as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, que passará a ser constituído por uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, compartilhada entre as usinas UFV Ituverava 1 a 7, que será interligada à Subestação de Seccionamento Bom Jesus da Lapa - Barreiras II por meio de uma Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com cerca de duzentos metros de extensão, da UFV Ituverava 2, localizada no município de Tabocas do Brejo Velho, estado da Bahia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.BA.032317-9.01, em favor da empresa Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.

Nº 2.247 - Processo nº 48500.006451/2013-79. Interessado: Enel Green Power Ituverava Solar S.A. Decisão: alterar: i) a Potência Instalada para 28.000 kW ii) a Potência Líquida para 28.000 kW; iii) o número e tipo de inversores e módulos fotovoltaicos conforme indicado em anexo; e iv) as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, que passará a ser constituído por uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, compartilhada entre as usinas UFV Ituverava 1 a 7, que será interligada à Subestação de Seccionamento Bom Jesus da Lapa - Barreiras II por meio de uma Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com cerca de duzentos metros de extensão, da UFV Ituverava 3, localizada no município de Tabocas do Brejo Velho, estado da Bahia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.BA.032318-7.01, em favor da empresa Enel Green Power Ituverava Solar S.A.

Nº 2.248 - Processo nº 48500.006450/2013-24. Interessado: Enel Green Power Ituverava Solar S.A. Decisão: alterar: i) a Potência Instalada para 28.000 kW ii) a Potência Líquida para 28.000 kW; iii) o número e tipo de inversores e módulos fotovoltaicos conforme indicado em anexo; e iv) as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, que passará a ser constituído por uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, compartilhada entre as usinas UFV Ituverava 1 a 7, que será interligada à Subestação de Seccionamento Bom Jesus da Lapa - Barreiras II por meio de uma Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com cerca de duzentos metros de extensão, da UFV Ituverava 4, localizada no município de Tabocas do Brejo Velho, estado da Bahia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.BA.032319-5.01, em favor da empresa Enel Green Power Ituverava Solar S.A.

Nº 2.249 - Processo nº 48500.006454/2013-11. Interessado: Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. Decisão: alterar: i) a Potência Instalada para 28.000 kW ii) a Potência Líquida para 28.000 kW; iii) o número e tipo de inversores e módulos fotovoltaicos conforme indicado em anexo; e iv) as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, que passará a ser constituído por uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, compartilhada entre as usinas UFV Ituverava 1 a 7, que será interligada à Subestação de Seccionamento Bom Jesus da Lapa - Barreiras II por meio de uma Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com cerca de duzentos metros de extensão, da UFV Ituverava 5, localizada no município de Tabocas do Brejo Velho, estado da Bahia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.BA.032320-9.01, em favor da empresa Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

Nº 2.250 - Processo nº 48500.006453/2013-68. Interessado: Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. Decisão: alterar: a Potência Instalada para 28.000 kW ii) a Potência Líquida para 28.000 kW; iii) o número e tipo de inversores e módulos fotovoltaicos conforme indicado em anexo; e iv) as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, que passará a ser constituído por uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, compartilhada entre as usinas UFV Ituverava 1 a 7, que será interligada à Subestação de Seccionamento Bom Jesus da Lapa - Barreiras II por meio de uma Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com cerca de duzentos metros de extensão, da UFV Ituverava 6, localizada no município de Tabocas do Brejo Velho, estado da Bahia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.BA.032321-7.01, em favor da empresa Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

Nº 2.251 - Processo nº 48500.006457/2013-46. Interessado: Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. Decisão: alterar: i) a Potência Instalada para 28.000 kW ii) a Potência Líquida para 28.000 kW; iii) o número e tipo de inversores e módulos fotovoltaicos conforme indicado em anexo; e iv) as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, que passará a ser constituído por uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, compartilhada entre as usinas UFV Ituverava 1 a 7, que será interligada à Subestação de Seccionamento Bom Jesus da Lapa - Barreiras II por meio de uma Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com cerca de duzentos metros de extensão, da UFV Ituverava 7, localizada no município de Tabocas do Brejo Velho, estado da Bahia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.BA.032322-5.01, em favor da empresa Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 2.254 - Processos nºs 48500.002275/2015-68. Interessado: Kroma Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a alteração da potência instalada e a localização da UFV São Pedro e Paulo V, constante do Despacho nº 2.447, de 29 de julho de 2015, passando de 30.000 kW para 20.950,20 kW e alterando suas coordenadas geográficas para 7º 53' 35,40" S e 37º 56' 47,84" O.

Nº 2.255 - Processos nºs 48500.002276/2015-11. Interessado: Kroma Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a alteração da potência instalada e a localização da UFV São Pedro e Paulo VI, constante do Despacho nº 2.448, de 29 de julho de 2015, passando de 30.000 kW para 20.950,20 kW e alterando suas coordenadas geográficas para 7º 53' 16,73" S e 37º 56' 7,05" O.

Nº 2.256 - Processos nºs 48500.002269/2015-19. Interessado: Kroma Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a alteração da potência instalada e a localização da UFV São Pedro e Paulo VII, constante do Despacho nº 2.449, de 29 de julho de 2015, passando de 8.000 kW para 6.983,40 kW e alterando suas coordenadas geográficas para 7º 53' 25,56" S e 37º 56' 31,93" O.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 24 de agosto de 2016

Nº 2.266 - Processos nºs 48500.002440/2012-39. Interessados: Eletrossol - Centrais Elétricas Cassol Ltda. Decisão: (i) Prorrogar em 180 dias o prazo para que a empresa Eletrossol - Centrais Elétricas Cassol Ltda. realize ajustes e reapresente os estudos de inventário hidrelétrico dos rios Canumã e Acari, tendo em vista a criação do Parque Nacional do Acari -PARNA, constituído por meio do Decreto de 11 de maio de 2016. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de agosto de 2016

Nº 2.264 - Processo nº: 48500.001297/2016-91. Interessada: Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. Decisão: (i) proceder à execução da Garantia de Fiel Cumprimento do Contrato de Concessão nº 012/2012-ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de agosto de 2016

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 26 de agosto de 2016.

Nº 2.281 - Processo nº 48500.001873/2014-39. Interessados: Enel Green Power Salto Apiacás S.A. Usina: UHE Salto Apiacás. Unidade Geradora: UG2 de 15.000 kW. Localização: Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Nº 2.282 - Processo nº 48500.005619/2008-61. Interessados: Enel Green Power Fazenda S.A. Usina: PCH Da Fazenda. Unidade Geradora: UG1 de 13.500 kW. Localização: Municípios de Alta Floresta e Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de agosto de 2016

Nº 2.270 - Processos nº 48500.005609/2002-04; 48500.005611/2002-48. Interessado: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; Energisa Borborema; Energisa Sergipe. Decisão: Não acatar o pleito da Petrobras revisão do preço de venda de energia da Ute Juiz de Fora. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

DESPACHO DOS SUPERINTENDENTES
Em 25 de agosto de 2016

Nº 2.271 - Processo nº 48500.005111/2015-92. Interessados: Agentes de Distribuição, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Decisão: Publicar os valores de exposições contratuais involuntárias dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2015.

A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente de Gestão Tarifária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 25 de agosto de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 990	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 33.337.122/0141-87					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001769/2016 - 88	F 1 MASTER SINTÉTICO	SAE 10W40	API SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	280
	48600.001769/2016 - 88	F 1 MASTER SINTÉTICO	SAE 10W40	API SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	280
Nº 991	MENZOIL INDUSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 06.160.091/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001631/2016 - 89	SETE ESTRELAS MOTO 4T	SAE 20W-50	API SJ, JASO T903:2011 MA2.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17616
Nº 992	MOTUL BRASIL LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 24.055.649/0001-78					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001687/2016 - 33	LUBRIFICANTE INDIAN BY MOTUL FS	SAE 10W60	API SN, JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	17618
	48600.001686/2016 - 99	LUBRIFICANTE INDIAN BY MOTUL SS	SAE 15W50	API SM, JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	17617
Nº 993	PETROLEU MINERALE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 73.300.949/0001-80					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001803/2016 - 14	NEUTRON GRAFISA 2	NLGI 2	. N/A.	GRAXA LUBRIFICANTE	5340
	48600.001799/2016 - 94	NEUTON INTENSE CA 460	NLGI 2	. N/A.	GRAXA LUBRIFICANTE	5339
Nº 994	TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 71.770.689/0001-81					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001722/2016 - 14	QUARTZ SN 7000	SAE 15W40	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	17613
	48600.001725/2016 - 58	QUARTZ 7000 FUTURE XT	SAE 5W30	API SN, ILSAC GF-5, GM 6094M, FORD WSS-M2C946-A	ÓLEO LUBRIFICANTE	17614
	48600.001724/2016 - 11	QUARTZ 7000 FUTURE XT	SAE 10W30	API SN, ILSAC GF-5, GM6094M	ÓLEO LUBRIFICANTE	17614
	48600.001723/2016 - 69	MOTO 4 ROAD	SAE 10W40	API SL, JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	17615

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 402, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP nº 15, de 18 de maio de 2005, e nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo nº 48610.006410/2016-88, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a USEGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA. - EPP, CNPJ nº 21.802.567/0001-51, autorizada a operar a base de armazenamento e distribuição de GLP a granel, localizada à Rua Adão Dibas 240, Campina das Pedras, Araucária/PR, 83701-990 (Lat/Lon aprox.: -25.552937, -49.447617 SIRGAS 2000).

A base construída compreende o vaso de pressão horizontal listado na tabela abaixo, perfazendo a capacidade total de 117,20 m³:

VASO DE PRESSÃO	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO
1	2,75	20,64	117,20	GLP

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A USEGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA. - EPP, CNPJ nº 21.802.567/0001-51, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 403, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 15, de 20 de maio de 2005, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa Usegás Distribuidora de Gás Ltda. - EPP, com endereço Rua Adão Dibas, nº 240 - Bairro Campina das Pedras, Município Araucária/PR, CEP 83.701-990, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.802.567/0001-51, autorizada a exercer a atividade de armazenamento e distribuição de GLP a granel, conforme processo n.º 48610.012121/2015-37.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de armazenamento e distribuição de GLP a granel.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 404, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo nº 48610.006412/2016-77, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETROM COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ nº 11.092.359/0001-52, habilitada na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista (TRR), autorizada a operar a base de armazenamento localizada na Rodovia BR 110, km 397.5, Fazenda Paciência, São Sebastião do Passé/BA, 43850-000 (Lat/Lon aprox.: -12.558526, -38.525107 SIRGAS 2000).

O parque de tancagem de produto é constituído dos seguintes tanques aéreos horizontais listados a seguir, perfazendo o total de 91,37m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	COMPR. (m)	VOLUME (m³)	CLASSES
01 (107559)	2,55	6,00	30,61	II e III
02 (107560)	2,55	6,00	30,61	II e III
03 (133717)	2,55	5,91	30,15	II e III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A PETROM COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ nº 11.092.359/0001-52, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISO NELSON CASTRO NEVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTORIZAÇÃO Nº 405, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. ° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n. º 8, de 08 de março de 2007, e o que consta do processo ANP n.º 48610.006412/2016-77, torna público o seguinte ato:

Art.1º - Fica a Petrom Combustíveis Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 11.092.359/0001-52, habilitada como transportador-revendedor-retalhista (TRR), localizada na Rodovia BR 110, s/n.°, Km 397,5 - Térreo, Bairro Fazenda Paciência, no município de São Sebastião do Passé/BA - Cep: 43.850-000, autorizada a exercer a atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Art.2º - Os efeitos da presente Autorização ficam condicionados à manutenção das condições comprovadas pela empresa para o exercício da atividade de TRR.

Art.3º - Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 406, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 17, de 19 de junho de 2009, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004488/2016-68, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Global Polymers Importação e Exportação Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 11.608.867/0001-40, situada na Rua Vinte Quatro de Outubro, nº 1681 - Conj. 902, Bairro Auxiliadora, Município de Porto Alegre - RS, CEP 90.510-001, autorizada a exercer a atividade de Importação de Óleo Lubrificante Acabado Industrial.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de Importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 407, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do processo ANP n.º 48610.008604/2000-51, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a ESTRADA DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DO PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 01.804.345/0001-60, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, autorizada a operar os tanques adicionais nº 07 e nº 09 na base autorizada a operar conforme Autorização de Operação ANP nº 499, D.O.U. 20/11/2008, localizada à Rodovia BR 277, km 579 - Bairro Centralito - Município de Cascavel - PR - CEP: 85802-970.

A capacidade total de armazenamento destas instalações, incluindo a ampliação (tanques aéreos verticais nº 07 e nº 09) é de 4.242,97 m3.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	ALTURA (m)	CAPACIDADE (m³)	PRODUTO
07	11,45	11,96	1.240,00	Classe I, II e III
09	11,45	11,96	1.242,97	Classe I, II e III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 408, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.005953/2003-63, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a saída da empresa ASTER PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 02.377.759/0026-71 e, por consequência, a dissolução de condomínio "Pool Jóia", localizado na Avenida Rodrigues Alves, nº 28/51 - Bairro Vila Cardia - Município de Bauru - SP - CEP: 17030-000. A base de armazenamento passa a ter sua operação autorizada exclusivamente para a empresa STOCK DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ: 14.546.191/0001-04.

As instalações de armazenamento são constituídas pelos tanques apresentados na tabela a seguir. A capacidade total atualmente autorizada a operar é de 6.589, 47 m³, conforme tabela abaixo.

Tanque nº	Diâmetro (m)	Altura/ Comprimento (m)	Volume (m³)	Produto	Tipo	Situação
01	16,00	10,99	2.137,79	Classes I, II ou II	VERTICAL	Operando
02	9,00	9,97	556,27	Classes I, II ou II	VERTICAL	Operando
03	6,00	8,54	208,44	Classes I, II ou II	VERTICAL	Operando
04	2,10	2,99	17,09	Classe III	HORIZONTAL	Operando (a desativar)
04	2,91	15,00	100,00	Classe III	HORIZONTAL	Autorizada Construção
10	7,63	15,70	657,86	Classes I, II ou II	VERTICAL	Operando
11	11,45	15,91	1.484,08	Classes II ou III	VERTICAL	Operando
12	11,45	15,93	1.482,94	Classes I, II ou II	VERTICAL	Operando
14	1,55	4,506	10,00	Classes I, II ou II	SUBTERRÂNEO	Operando
15	1,55	4,506	10,00	Classes I, II ou II	SUBTERRÂNEO	Operando
16	1,55	4,506	10,00	Classes I, II ou II	SUBTERRÂNEO	Operando
17	1,91	5,40	15,00	Classes II ou III	SUBTERRÂNEO	Operando

Art. 2º A STOCK DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ: 14.546.191/0001-04, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 3º Fica sem efeito a Autorização de Operação nº 474, publicada no D.O.U. de 16/05/2013.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 409, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no §6°, art. 40 da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2015, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.013209/2015-76, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Ecomat - Ecológica Mato Grosso Indústria e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ n.° 03.851.841/0001-09, situada na Rua L, s/n.°, Quadra 14 a 30, Lote 44 a 60, Bairro Distrito Industrial, no município de Cuiabá - MT, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de filial acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 410, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.013209/2015-76, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a ECOMAT - ECOLÓGICA MATO GROSSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 03.851.841/0001-09, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B, autorizada a operar a base de armazenamento e distribuição de combustíveis localizada à Rua L, s/n, Quadra 14 a 30, Lote 44 a 60 - Distrito Industrial - Cuiabá - MT - CEP: 78015-285, coordenadas geográficas aproximadas: latitude: 15°39'38,8" S; longitude: 55°59'26,9" O (SIRGAS 2000).

O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques aéreos, perfazendo o total de 2.337,45 m³:

TANQUE Nº	DIÂMETRO (m)	ALTURA (m)	VOLUME (m³)	CLASSE DE PRODUTO	TIPO
TQ 01	9,53	4,44	319,66	Classe I, II e III	Vertical Aéreo
TQ 02	11,44	5,12	528,82	Classe II e III	Vertical Aéreo
TQ 03	9,52	4,46	321,18	Classe II e III	Vertical Aéreo
TQ 04	9,53	4,46	321,63	Classe I, II e III	Vertical Aéreo
TQ 05	9,53	4,42	318,78	Classe I, II e III	Vertical Aéreo
TQ 06	5,72	4,44	114,98	Classe II e III	Vertical Aéreo
TQ 07	5,68	4,44	114,20	Classe II e III	Vertical Aéreo
TQ 08	7,62	4,46	205,70	Classe IIIB	Vertical Aéreo
TQ 09	4,29	2,84	41,95	Classe IIIB	Vertical Aéreo
TQ 10	4,75	2,81	50,55	Classe IIIB	Vertical Aéreo

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A ECOMAT - ECOLÓGICA MATO GROSSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 03.851.841/0001-09, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 411, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 17, de 19 de junho de 2009, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.005822/2016-09, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Ocean Port Comercial Importadora e Exportadora LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.484.274/0001-21, situada na Av. João Sacavem, nº 571, sala 809/A, bairro Centro, Município Navegantes/SC - CEP: 88.370-438, autorizada a exercer a atividade de Importação de Óleo Lubrificante Acabado automotivo.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de Importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 412, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do processo ANP nº 48610.007469/2014-21 , torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa KR PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 18.153.393/0001-39, habilitada pela ANP para exercer a atividade de transportador - revendedor - retalhista, autorizada a construir instalações de tancagem na Rodovia Iguatemi/Eldorado, km 05 - Zona Industrial - Município de Iguatemi - MS - CEP: 79960-000.

O parque de tancagem de produtos será constituído dos seguintes tanques horizontais aéreos listados a seguir, perfazendo o total de 120,00 m3.

Tanque Nº	Diâmetro (m)	Comprimento (m)	Volume (m3)	PRODUTO
01	2,54	8,00	40,00	Classe II, III
02	2,54	8,00	40,00	Classe II, III
03	2,54	8,00	40,00	Classe II, III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTORIZAÇÃO Nº 413, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no §6°, art. 40 da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2015, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.011519/2015-56, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica republicada a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa juridica (AEA) para a Alcoolbras - Álcool do Brasil Distribuidora de Combustíveis Ltda., inscrita no CNPJ n.º 09.201.095/0001-86, situada na Rua JC-19, s/n.º, Quadra 28, Lote APMS 14/15, Bairro Jardim Senador Canedo II, no município de Senador Canedo - GO.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 25 de agosto de 2016

Nº 978 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de carregamento rodoviário listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³) por mês	PROCESSO
1	Camaçari	BA	BRASKEM S.A. 42.150.391/0001-70 (Central Petroquímica)	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0049-55	01/06/2018	Gasolina A: 2000	48610.006932/2016-80
2	Camaçari	BA	BRASKEM S.A. 42.150.391/0001-70 (Central Petroquímica)	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0024-05	01/06/2018	Gasolina A: 2000	48610.006933/2016-24
3	São José dos Campos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0822-48	ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.595.949/0001-44	30/09/2017	Gasolina A: 150 Diesel AS10: 150 Diesel AS500: 150	48610.009255/2014-90
4	Guarulhos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.595.949/0001-44	30/09/2017	Gasolina A: 150 Diesel AS10: 150 Diesel AS500: 150	448610.010749/2015-06
5	Itajaí	SC	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 11.325.330/0003-35	30/09/2017	Gasolina A: 1050 Diesel AS10: 150 Diesel AS500: 150	48610.010753/2015-66

Nº 979 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³)	PROCESSO
1	Cabedelo	PB	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0191-42	SP INDÚTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA 01.387.400/0007-50	31/12/2020	Gasolina A: 400 EHC: 30 EAC: 100 Diesel AS500: 300 B100:16	48610.005858/2016-84
2	Ipojuca	PE	PANDENOR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. 00.499.730/0001-89	SETTA COMBUSTÍVEIS LTDA. 55.483.564/0001-14	21/09/2019	Gasolina A: 700 EHC: 200 EAC: 100 Diesel AS500: 400 Diesel AS10: 400 B100:50	48610.002442/2011-08
3	Arujá	SP	ARAIS LOGÍSTICA E SERVIÇOS EIRELI 20.051.217/0001-38	PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 05.594.763/0002-02	29/07/2019	EHC: 50	48610.011237/2014-78
4	Arujá	SP	ARAIS LOGÍSTICA E SERVIÇOS EIRELI 20.051.217/0001-38	PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 05.594.763/0003-93	29/07/2019	EHC: 50	48610.013432/2014-32
5	Guarulhos	SP	COPAPE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. 01.428.174/0002-01	ASTER PETRÓLEO LTDA. 02.377.759/0016-08	20/10/2016	Gasolina A: 500 Gasolina C: 600 EHC: 1000 EAC: 1000 Diesel BS500: 100 Diesel AS10: 300 Diesel BS10: 300 B100:200	48610.012415/2012-16
6	Paranaguá	PR	CPA ARMAZÉNS GERAIS LTDA. 03.836.990/0002-71	RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A. 07.520.438/0002-20	30/06/2017	Gasolina A: 15000 Diesel AS10: 15000 Diesel AS500: 15000	48610.008932/2016-14
7	Santos	SP	AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0101-67	14/07/2017	Diesel AS10: 5000	48610.008931/2016-70
8	Santos	SP	AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0101-67	14/07/2017	Diesel AS10: 5000	48610.008931/2016-70

Nº 980 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PE0235674	ALEXSANDRO COSTA MENDES 027745897000140	24.745.897/0001-40	OURICURI	PE	48610.008783/2016-93
GLP/PA0235675	C J DA COSTA SOUSA EIRELI ME	23.915.990/0002-74	SAO FRANCISCO DO PARA	PA	48610.008596/2016-18
GLP/PA0235676	C J DA COSTA SOUSA EIRELI ME	23.915.990/0004-36	TERRA ALTA	PA	48610.008663/2016-96
GLP/MG0235677	CAMILA LORRAINY ARAUJO 11835229670	24.969.546/0001-13	FERROS	MG	48610.008764/2016-67
GLP/BA0235678	CHEROLE E BISCUIT DISTRIBUIDORA DE GÁS EIRELI- ME	25.248.938/0001-56	SALVADOR	BA	48610.008761/2016-23
GLP/RJ0235679	DOMINHA & CIA REVENDA DE GAS GLP LTDA - ME	23.466.336/0001-40	NOVA IGUACU	RJ	48610.008769/2016-90
GLP/PR0235680	DONHA COMERCIO DE GÁS E AGUA LTDA	24.389.593/0001-98	MARINGA	PR	48610.008740/2016-16
GLP/PR0235681	EUCLIDES GABRIEL GODOI DE OLIVEIRA - ME	22.609.703/0001-54	PONTA GROSSA	PR	48610.008782/2016-49
GLP/MG0235682	EVANDRO NERES DA SILVA	17.119.597/0001-90	LAGOA DOS PATOS	MG	48610.008790/2016-95
GLP/BA0235683	GERO GÁS COMERCIO DE GÁS E AGUA MINERAL LTDA	23.005.082/0001-62	ITABELA	BA	48610.008795/2016-18
GLP/PB0235684	GUTEMBERG SERAFIM DE SOUZA 03173815475	25.011.051/0001-40	CAMPINA GRANDE	PB	48610.008742/2016-05
GLP/PE0235685	IVSON LIVIO DO NASCIMENTO 07177395466	23.488.563/0001-76	QUIPAPA	PE	48610.008738/2016-39
GLP/AP0235686	J. C. DA S. BARBOSA - ME	13.485.916/0003-92	SANTANA	AP	48610.008758/2016-18
GLP/CE0235687	JOSE DACIO DOS SANTOS - ME	23.696.837/0001-12	PACATUBA	CE	48610.008760/2016-89

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/ES0235688	JOSIANE APARECIDA VICENTE 11745325727	14.287.565/0001-06	MIMOSO DO SUL	ES	48610.008787/2016-71
GLP/RJ0235689	JR BARCELOS COMERCIO DE GÁS LTDA - ME	14.734.043/0001-05	GUAPIMIRIM	RJ	48610.008788/2016-16
GLP/SP0235690	KATIA MITIE MAEMURA & CIA LTDA - ME	20.631.507/0001-50	BARRINHA	SP	48610.008778/2016-81
GLP/RS0235691	LIDER SUL LTDA - ME	17.325.442/0001-00	SAO PEDRO DAS MISSOES	RS	48610.008780/2016-50
GLP/PR0235692	LINDIANE ALEXANDRE & CIA LTDA -ME	22.884.963/0001-38	TRES BARRAS DO PARANA	PR	48610.008765/2016-10
GLP/SC0235693	LUIZ GUSTAVO CABRAL	24.600.427/0001-99	BALNEARIO CAMBORIU	SC	48610.008789/2016-61
GLP/PR0235694	LUIZ ROSA 35415207953	25.119.166/0001-52	CURITIBA	PR	48610.008791/2016-30
GLP/PR0235695	LUIZ VINICIUS MARTINS - ME	25.011.884/0001-00	MOREIRA SALES	PR	48610.008756/2016-11
GLP/PR0235696	M. C DE OLIVEIRA - COMERCIO DE GÁS E BEBIDAS - ME	25.255.655/0001-31	CURITIBA	PR	48610.008759/2016-54
GLP/TO0235697	M. DE J. F. DA SILVA SOARES - ME	25.111.987/0001-42	LAGOA DA CONFUSAO	TO	48610.008767/2016-09
GLP/GO0235698	MARLI LIMA DOS SANTOS MENEZES - ME	15.596.671/0001-34	GAMELEIRA DE GOIAS	GO	48610.008768/2016-45
GLP/MG0235699	MISLENE OLIVEIRA SANTOS	23.900.902/0001-80	MONTES CLAROS	MG	48610.008785/2016-82
GLP/MG0235700	RENATO SALVADOR PEREIRA DE MATOS 68611005600	25.073.629/0001-92	CURVELO	MG	48610.008786/2016-27
GLP/PE0235701	TACYO THYAGO CABRAL DE LIMA	23.884.868/0001-05	GARANHUNS	PE	48610.008766/2016-56
GLP/PR0235702	VALDEMIR DE LIMA 08547970924	24.645.711/0001-81	SULINA	PR	48610.008737/2016-94
GLP/PA0235703	W. F DA SILVA MOREIRA COMERCIO - ME	25.033.751/0001-35	MARABA	PA	48610.008777/2016-36

Nº 981 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 92 de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 8, de 06 de março de 2007, e o que consta do processo ANP n.º 48610.007469/2014-21, torna pública a habilitação da KR Petróleo LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.153.393/0001-39, situada na Rod. Iguatemi a Eldorado, Km 0,5, bairro Zona Industrial, município de Iguatemi/MS - CEP: 79.960-000, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Nº 982 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base artigo 27, II, "b", "c", "d" e "e" da Resolução ANP n° 24/06 e no que consta do Processo nº 48610.001108/2016-33, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 117/2007 para o exercício da atividade de distribuição de solventes e ANP n° 118/2007 para operação das instalações da sociedade BEST QUÍMICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 66.641.770/0001-21, situada na Estrada Particular Fukutaro Yida nº 1405, Sítio Mato a Dentro, Cooperativa, São Bernardo do Campo - SP - CEP 09.852-060. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 983 - Com base nas disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de Outubro de 2014, considerando as atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, fica a Ecomat - Ecológica Mato Grosso Indústria e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ n.º 03.851.841/0001-09, situada na Rua L, s/n.°, Quadra 14 a 30, Lote 44 a 60, Bairro Distrito Industrial, no município de Cuiabá - MT, habilitada como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B, conforme o Processo n.º 48610.013209/2015-76.

Nº 984 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 25, inciso II, alíneas "b" e "c" da Resolução ANP n° 8/2007 e no que consta do processo administrativo ANP nº 48610.007227/2014-38, torna pública a revogação da Autorização ANP n° 387/2008, para o exercício da atividade de transportador revendedor retalhista e da Autorização ANP nº 388/2008, para operação de instalações de tancagem, ambas concedidas à sociedade HUGO DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.459.635/0001-63, situada à Rodovia SC 449 - Edevar Pelegrini, nº 1195, Bairro Zanette, no município de Meleiro - SC. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 985 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/BA0019298	ADERNO COMÉRCIO DE GÁS LTDA. ME	05.236.648/0001-85	SALVADOR	BA	48610.001071/2008-33
001/GLP/PR0019663	AILTON APARECIDO RIBEIRO COMÉRCIO DE GÁS	07.211.489/0001-90	TOLEDO	PR	48610.001753/2008-46
001/GLP/PE0016326	ANTÔNIO CARLOS PEDROSA DE ANDRADE - ME.	08.640.198/0001-80	CALCADO	PE	48610.009538/2007-11
GLP/RS0208578	CARINA STEIN FERREIRA & CIA LTDA.	10.568.099/0001-86	SAO PEDRO DAS MISSOES	RS	48610.008342/2011-87
GLP/GO0201285	COMPANHIA ULTRAGAZ S A	61.602.199/0277-46	SENADOR CANEDO	GO	48610.012193/2010-70
GLP/PA0219758	D. G. TAVARES	15.281.223/0001-41	CAMETA	PA	48610.008343/2012-11
GLP/PR0183379	DONHA & DONHA LTDA - ME	11.070.812/0001-20	MARINGA	PR	48610.001259/2010-04
001/GLP/PA0015437	DORIVAL GOMES TAVARES	14.113.898/0001-19	CAMETA	PA	48610.007785/2007-74
001/GLP/RS0006250	ELISÂNGELA LESSA DE ARAÚJO ME	06.325.941/0001-81	SAPUCAIA DO SUL	RS	48610.001144/2006-25
GLP/RS0204642	FABIANO RAMOS RALDI	12.572.506/0001-54	PORTO ALEGRE	RS	48610.000215/2011-30
GLP/MG0220954	GÁSVALE LTDA	09.592.618/0002-43	IPATINGA	MG	48610.004926/2013-45
001/GLP/SE0016141	GRUPO CHEFIA E FILHOS COMBUSTÍVEIS LTDA.	03.572.584/0004-00	SAO CRISTOVAO	SE	48610.008561/2007-81
GLP/BA0204201	JB COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA ME	12.407.173/0001-08	IPIAU	BA	48610.018498/2010-95
001/GLP/RS0007982	JOSÉ FRANCISCO HENZ - ME	01.141.238/0002-80	MONTENEGRO	RS	48610.000984/2006-71
GLP/PR0212449	JOSUÉ AUGUSTINHO DOS SANTOS	04.909.977/0002-68	NOVA FATIMA	PR	48610.015988/2011-11
001/GLP/RS0008184	KUHN DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL E GÁS LTDA.	94.570.363/0001-06	MONTENEGRO	RS	48610.002866/2006-13
GLP/MG0228416	MEYRI DUARTE SANTOS - ME	18.997.689/0001-36	ACUCENA	MG	48610.013115/2014-16
GLP/ES0234617	NEUSA DENONE DIAS	24.623.892/0001-45	LINHARES	ES	48610.005933/2016-15
001/GLP/RS0002114	R. O. GAS LTDA	04.691.052/0001-02	SAPUCAIA DO SUL	RS	48610.009316/2004-47
GLP/BA0214022	SANTANA COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA LTDA - EPP.	14.902.283/0001-71	ITABELA	BA	48610.002772/2012-76
GLP/MG0210600	SILVIO ALBERTO FERRARI	08.621.555/0001-62	CARNEIRINHO	MG	48610.011887/2011-71
GLP/ES0178260	SUZANO GÁS REVENDEDORA LTDA.	32.420.143/0001-49	ARACRUZ	ES	48610.006506/2009-17

Nº 986 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PE0175650	A. S. DE OLIVEIRA COMBUSTIVEIS - ME	23.558.156/0001-98	BODOCO	PE	48610.005183/2016-73
PR/MA0172787	BRASILAR AUTO POSTO LTDA - ME	12.443.190/0002-81	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	MA	48610.011248/2015-39
PRGO0176865	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO CLASSE A LTDA	24.572.015/0001-92	ANAPOLIS	GO	48610.008527/2016-04
PR/BA0176745	E G O COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	21.368.422/0001-94	MARACAS	BA	48610.008257/2016-23
PR/RO0176832	GONCALVES E OLIVEIRA COM. DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP.	22.468.293/0001-79	PORTO VELHO	RO	48610.008601/2016-84
PR/PB0176845	MARILIA AZEVEDO MOURA DE ANDRADE - ME.	04.319.313/0001-68	CAMPINA GRANDE	PB	48610.008674/2016-76
PR/PA0176509	PETROGAS COMÉRCIO LTDA - ME	05.637.725/0002-90	ALMEIRIM	PA	48610.007368/2016-12
PR/ES0176007	POSTO CARIACICA LTDA - EPP	22.445.036/0001-11	CARIACICA	ES	48610.006198/2016-59
PR/RS0176833	POSTO ROTA 9 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	24.875.949/0001-01	PORTO ALEGRE	RS	48610.008600/2016-30
PR/MG0175925	REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA.	20.415.295/0020-37	PARAOPEBA	MG	48610.005882/2016-13
PR/PR0176834	SIAO AUTO POSTO - EIRELI	24.350.771/0001-77	MARINGA	PR	48610.008599/2016-43

Nº 987 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência nas infrações previstas nos incisos II e VIII do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº GLP/RJ0185847 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a ROCHA MONTEIRO GAS EIRELI - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 02.179.559/0001-56, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.007743/2014-62.

Nº 988 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48610.003872/2014-81, torna público a revogação da Autorização ANP n.º 53/2015, para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, publicada no D.O.U. em 11/02/2015, da Ferrante Automotivo Ltda - EPP., inscrita no CNPJ sob o n.º 05.950.021/0001-91, situada na Rua Bom Jesus de Iguape, nº 822, HAUER , Curitiba/PR - CEP 81610-040, a pedido da empresa.

Nº 989 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004 e com base no disposto na alínea C, do inciso I, do art. 41, da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, e no que consta do processo n.º 48610.011851/2010-14, torna público o cancelamento da autorização n.° 547, publicada no D.O.U. em 06/09/2010, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos, a pedido da interessada, DPX PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 11.818.164/0001-47.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 13/2016 - PB

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8608/2016-846.051/2016-PEC ENERGIA S. A.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8609/2016-846.139/2015-MINERIOS SÃO MIGUEL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS EIRELI ME-

8610/2016-848.310/2015-EMPERMEL COMERCIO E TRANSPORTE DE MELACO LTDA-

8611/2016-846.039/2016-BENTON INDUSTRIA E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-

8612/2016-846.061/2016-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DO BRASIL LTDA-

RELAÇÃO Nº 20/2016 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8411/2016-870.239/2016-PEDREIRA AMORIM LTDA.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8412/2016-870.642/2014-RICARDO MIQUEIAS DE OLIVEIRA CARNEIRO-

8413/2016-871.901/2015-F2 EXTRAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-

8414/2016-871.922/2015-LM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA EPP-

8415/2016-871.923/2015-LM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA EPP-

8416/2016-871.957/2015-MDN MINERIOS DO NORDESTE LTDA ME-

8417/2016-871.973/2015-CONSÓRCIO HAP PLANEX CONVAP L5 BR 116 BA-

8418/2016-872.018/2015-GRAVIMAR GRANITOS E MÁRMORES LTDA ME-

8419/2016-872.020/2015-LEANDRO FORNAZIER EIRELI ME-

8420/2016-872.021/2015-LEANDRO FORNAZIER EIRELI ME-

8421/2016-872.022/2015-LEANDRO FORNAZIER EIRELI ME-

8422/2016-872.123/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-

8423/2016-872.391/2015-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA.-

8424/2016-872.460/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-

8425/2016-872.751/2015-EDIMAR JOSÉ DOS SANTOS ME-

8426/2016-872.752/2015-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-

8427/2016-872.770/2015-MINERAÇÃO MONTE SANTO-

8428/2016-872.771/2015-MINERAÇÃO MONTE SANTO-

8429/2016-872.774/2015-ALICE MINERAÇÃO LTDA ME-

8430/2016-872.775/2015-ALICE MINERAÇÃO LTDA ME-

8431/2016-872.777/2015-RM ROCHAS ORNAMENTAIS ME-

8432/2016-872.788/2015-JONILTON GOMES PEREIRA ME-

8433/2016-872.792/2015-AGATHA MINERACAO LTDA EPP-

8434/2016-872.793/2015-AGATHA MINERACAO LTDA EPP-

8435/2016-872.794/2015-ROZINHA DE OLIVEIRA MATTOS ME-

8436/2016-872.797/2015-RAFAEL GEAQUINTO MACHADO-

8437/2016-872.807/2015-INDUSTRIA DE GELADOS SABOR LTDA ME-

8438/2016-872.817/2015-GRANVALE GRANITOS VALE DO RIO DOCE LTDA EPP-

8439/2016-873.035/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

8440/2016-873.038/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

8441/2016-870.075/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-

8442/2016-870.248/2016-A7 ASSESSORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA ME-

8443/2016-870.249/2016-A7 ASSESSORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA ME-

8444/2016-870.250/2016-A7 ASSESSORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA ME-

8445/2016-870.251/2016-A7 ASSESSORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA ME-

8446/2016-870.252/2016-LOCAR MAQUINAS E SERVICOS LTDA ME-

8447/2016-870.255/2016-ALLMINING MINERAÇÃO LTDA ME-

8448/2016-870.266/2016-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-

8449/2016-871.743/2016-ROZINHA DE OLIVEIRA MATTOS ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8450/2016-870.320/2015-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.-

8451/2016-870.477/2015-GEOLAB SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA-

8452/2016-871.949/2015-CHARLES GUTEMBERG JUNQUEIRA PINTO-

8453/2016-872.461/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-

8454/2016-872.463/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-

8455/2016-872.508/2015-GRANCOSTA GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA ME-

8456/2016-872.661/2015-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-

8457/2016-872.662/2015-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-

8458/2016-872.703/2015-TUCANO MINERAÇÃO LTDA-

8459/2016-872.709/2015-MINERAÇÃO PRIMAVERA LTDA ME-

8460/2016-872.758/2015-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-

8461/2016-872.773/2015-ALICE MINERAÇÃO LTDA ME-

8462/2016-870.230/2016-CONTINENTAL STONES DO BRASIL LTDA ME-

8463/2016-870.231/2016-PEC ENERGIA S. A.-

8464/2016-870.232/2016-PEC ENERGIA S. A.-

8465/2016-870.234/2016-PEC ENERGIA S. A.-

8466/2016-870.235/2016-PEC ENERGIA S. A.-

8467/2016-870.254/2016-GREENFIELDS MINERAÇÃO LTDA-

8468/2016-870.270/2016-G 4 ESMERALDA-

8469/2016-870.271/2016-G 4 ESMERALDA-

8470/2016-870.277/2016-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-

RELAÇÃO Nº 25/2016 - AL

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8713/2016-844.168/2013-GERMANO FIREMAN ROCHA-

RELAÇÃO Nº 34/2016 - RO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8617/2016-886.464/2013-LAERTE LUIZ DUARTE-

8618/2016-886.151/2015-RICAL RACK INDUSTRIA E COMERCIO DE ARROZ LTDA-

8619/2016-886.328/2015-ELIAS ELISEU PERSCH EIRELI EPP-

8620/2016-886.025/2016-CONQUISTA REPRESENTAÇÃO E ADMNISTRAÇÃO LTDA-

8621/2016-886.100/2016-KRUGER E JESUS LTDA ME-

8622/2016-886.102/2016-NILTON DA SILVA FERREIRA-

8623/2016-886.124/2016-FLÁVIO DE SOUZA MOLES-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8624/2016-886.467/2011-MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO IMP. E EXP. LTDA.-

8625/2016-886.472/2011-MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO IMP. E EXP. LTDA.-

8626/2016-886.473/2011-MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO IMP. E EXP. LTDA.-

8627/2016-886.072/2012-WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA-

8628/2016-886.076/2012-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-

8629/2016-886.152/2012-JOSE SINVAL XAVIER DE OLIVEIRA-

8630/2016-886.007/2013-ALEXANDER MACHADO ORSI-

8631/2016-886.008/2013-ALEXANDER MACHADO ORSI-

8632/2016-886.010/2013-ALEXANDER MACHADO ORSI-

8633/2016-886.048/2013-SO TERRA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA-

8634/2016-886.082/2013-RAUL DE PAULA CARDOSO NETO-

8635/2016-886.090/2013-BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-

8636/2016-886.098/2013-ZULMIRA SUARES GRECO ME-

8637/2016-886.348/2015-OLICIO BARBOSA DA SILVA-

8638/2016-886.004/2016-TEREZINHA APARECIDA SICONI-

8639/2016-886.010/2016-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-

8640/2016-886.011/2016-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-

8641/2016-886.017/2016-MARINALDO PEREIRA DE ANDRADE-

8642/2016-886.027/2016-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-

8643/2016-886.028/2016-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-

8644/2016-886.029/2016-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-

8645/2016-886.059/2016-RONI EGÍDIO DUTRA-

8646/2016-886.091/2016-BRASIL MANGANÊS CORPORATION MINERAÇÃO S.A-

8647/2016-886.121/2016-BRASIL MANGANÊS CORPORATION MINERAÇÃO S.A-

RELAÇÃO Nº 47/2016 - PI

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8692/2016-803.231/2015-AGREGADOS MINERAIS ESPECIAIS-

8693/2016-803.132/2016-ODAIR JOSÉ CONRADO DE LIMA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8694/2016-803.159/2015-AQUONSULT CONSULTORIA E PLANEJAMENTO HIDROGEOLÓGICO LTDA.-

8695/2016-803.107/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-

8696/2016-803.108/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-

8697/2016-803.113/2016-COMERCIAL JAMARI LTDA-

8698/2016-803.114/2016-COMERCIAL JAMARI LTDA-

8699/2016-803.115/2016-COMERCIAL JAMARI LTDA-

8700/2016-803.116/2016-HENRIQUE ALCÂNTARA AVELINO-

8701/2016-803.127/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME-

8702/2016-803.135/2016-CONSTRUTORA SUCESSO S A-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8703/2016-803.177/2015-SALVIANO DE SOUSA ANTUNES-

8704/2016-803.059/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-

8705/2016-803.122/2016-FRANCISCO HOLANDA ANSELMO-

8706/2016-803.123/2016-FRANCISCO HOLANDA ANSELMO-

RELAÇÃO Nº 50/2016 - AM

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8471/2016-880.271/2013-FRANKLIN HERSZON CAVALCANTI-

8472/2016-880.013/2014-SANTA FÉ COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE PEDRAS EM BLOCO LTDA ME-

8473/2016-880.014/2014-SANTA FÉ COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE PEDRAS EM BLOCO LTDA ME-

8474/2016-880.015/2014-SANTA FÉ COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE PEDRAS EM BLOCO LTDA ME-

8475/2016-880.016/2014-SANTA FÉ COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE PEDRAS EM BLOCO LTDA ME-

8476/2016-880.017/2014-SANTA FÉ COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE PEDRAS EM BLOCO LTDA ME-

8477/2016-880.191/2014-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-

8478/2016-880.192/2014-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-

8479/2016-880.048/2015-A M P AMADOR METALÚRGICA LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8480/2016-880.157/2012-MAUES MINERACAO LTDA-

8481/2016-880.159/2012-MAUES MINERACAO LTDA-

8482/2016-880.160/2012-CRC DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-

8483/2016-880.103/2016-ELAINE COLETTO DOS SANTOS ARCANGELI-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8484/2016-880.062/2016-GEMAS DO NORTE COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS E SEMIPRE-

RELAÇÃO Nº 55/2016 - SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8613/2016-878.069/2016-PEDREIRA DINÂMICA-

8614/2016-878.070/2016-CH EMPREENDIMENTOS LTDA-

RELAÇÃO Nº 58/2016 - SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8615/2016-878.019/2016-A3 MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8616/2016-878.024/2016-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-

RELAÇÃO Nº 74/2016 - PR

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8517/2016-826.463/2015-PEDRO LUIZ VENIER ME-

8518/2016-826.722/2015-MINERAÇAO OUROMAR LTDA ME-

8519/2016-826.020/2016-RODRIGO NODARI ME-

8520/2016-826.137/2016-ARENA MINERAÇÃO E ASFALTOS LTDA.-

8521/2016-826.217/2016-CLAUDOMIRO SIROTI-

8522/2016-826.223/2016-I.M. FERREIRA & CIA.LTDA.-

8523/2016-826.238/2016-BOLESLAU WESGUEBER ME-

8524/2016-826.264/2016-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-

8525/2016-826.265/2016-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-

8526/2016-826.266/2016-FABRÍCIO APARECIDO DA SILVA-

8527/2016-826.268/2016-PORTO DE AREIA HORIZONTE LTDA. ME-

8528/2016-826.272/2016-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA EPP-

8529/2016-826.273/2016-HORST ADELBERTO WALDRAFF-

8530/2016-826.274/2016-MARTIM BOJARSKI-

8531/2016-826.275/2016-RAFAEL HEMILIO MARQUES-

8532/2016-826.276/2016-EDILENE SARGE FIGUEIREDO-

8533/2016-826.280/2016-IVAN KIST-

8534/2016-826.287/2016-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-

8535/2016-826.290/2016-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.-

8536/2016-826.318/2016-EDGARD GILBERTO BARATO-

8537/2016-826.321/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP-

8538/2016-826.371/2016-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8539/2016-826.349/2015-DAVI REIS MESSAGGI-

8540/2016-826.399/2015-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL CAPIVARI LTDA.-

8541/2016-826.518/2015-LUIZ CARLOS MOREIRA-

8542/2016-826.578/2015-BENTONITA DO BRASIL MINERAÇÃO S A-

8543/2016-826.066/2016-JOSE GERALDO CASSIOLATO-

8544/2016-826.071/2016-LESIO DE NARDI & CIA. LTDA.-

8545/2016-826.113/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

8546/2016-826.120/2016-INDUSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS IBAR LTDA.-

8547/2016-826.189/2016-A.L.S. COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-

8548/2016-826.195/2016-A F ADMINISTRADORA DE BENS LTDA-

8549/2016-826.201/2016-JOSE POCHAPSKI SOBRINHO-

8550/2016-826.248/2016-RIO DA VARZEA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-

8551/2016-826.251/2016-MERY BANDIERA-

8552/2016-826.254/2016-CERAMICA NALEPA LTDA-

8553/2016-826.255/2016-ZOTARELLI & MORO EXTRAÇAO DE AREIA LTDA.-

8554/2016-826.269/2016-RICARDO ALEXANDRE DAL NEGRO-

8555/2016-826.284/2016-J. D. BARRIM JUNIOR CASCALHO EIRELI-

8556/2016-826.288/2016-CELIO CLARET DA SILVA-

8557/2016-826.291/2016-ROGÉRIO APARECIDO GRANJA-

8558/2016-826.293/2016-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-

8559/2016-826.296/2016-ZAMIR JOSÉ TEIXEIRA-

8560/2016-826.297/2016-ZAMIR JOSÉ TEIXEIRA-

8561/2016-826.300/2016-MARC MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-

8562/2016-826.303/2016-MADÉRITO ANDRIGUETTO-

8563/2016-826.304/2016-LUCIO IRAJÁ FURTADO-

8564/2016-826.305/2016-AREAL ITABAUNA LTDA.-

8565/2016-826.306/2016-MRX MINERAÇÃO E REFLORESTAMENTO LTDA.-

8566/2016-826.307/2016-MRX MINERAÇÃO E REFLORESTAMENTO LTDA.-

8567/2016-826.308/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

8568/2016-826.309/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

8569/2016-826.310/2016-L. A. GIMENES & CIA. LTDA. ME-

8570/2016-826.311/2016-ZAMIR JOSÉ TEIXEIRA-

8571/2016-826.313/2016-JARDIM BEIJA FLOR COMERCIO E PAISAGISMO LTDA-

8572/2016-826.314/2016-AROLDO TUCUMANTEL-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8573/2016-826.662/2011-RUI CARLOS FERRI-

8574/2016-826.665/2011-RUI CARLOS FERRI-

8575/2016-826.025/2016-CELSO PERUCCHI NUNES-

8576/2016-826.289/2016-BRAMIL BRASIL MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-

RELAÇÃO Nº 78/2016 - SP

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8064/2016-820.961/2015-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-

8065/2016-821.097/2015-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-

8066/2016-821.098/2015-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-

8067/2016-821.106/2015-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-

8068/2016-821.214/2015-RIO VERDE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA. ME-

8069/2016-821.222/2015-MURILO DE ARAÚJO E ALMEIDA FILHO-

8070/2016-821.223/2015-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-

8071/2016-821.225/2015-VANDERLEI ESTEVES MANSANARES-

8072/2016-821.236/2015-JOSÉ CARLOS GONÇALVES DE SOUZA-

8073/2016-821.244/2015-ANDREZA DANIELLI DOS SANTOS-

8074/2016-821.252/2015-PORTO DE AREIA HORIZONTE LTDA. ME-

8075/2016-821.253/2015-MINERAÇÃO TURVO LTDA.-

8076/2016-821.254/2015-MINERAÇÃO TURVO LTDA.-

8077/2016-820.084/2016-EMPRESA DE MINERAÇÃO CASTILHO LTDA-

8078/2016-820.085/2016-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.-

8079/2016-820.086/2016-IVAN RODRIGUES DOS SANTOS-

8080/2016-820.087/2016-CATÃO & CIA LTDA-

8081/2016-820.090/2016-COMÉRCIO DE AREIA CAMPO NOVO LTDA.-

8082/2016-820.092/2016-ALLIED SERVIÇOS LTDA ME-

8083/2016-820.093/2016-ALLIED SERVIÇOS LTDA ME-

8084/2016-820.094/2016-ALLIED SERVIÇOS LTDA ME-

8085/2016-820.095/2016-ALLIED SERVIÇOS LTDA ME-

8086/2016-820.096/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

8087/2016-820.097/2016-DIBÁSICO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-

8088/2016-820.099/2016-JOSÉ EDUARDO DE PAULA ALONSO-

8089/2016-820.100/2016-OSVALDO SOARES LOPES-

8090/2016-820.102/2016-NELSON AUGUSTO TESTA MOURA DE CARVALHO-

8091/2016-820.105/2016-MODULO COMERCIAL INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA-

8092/2016-820.106/2016-MODULO COMERCIAL INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA-

8093/2016-820.107/2016-COINBAL COMERCIO E INDUSTRIA DE BAUXITA LTDA.-

8094/2016-820.108/2016-ROSANGELA MAIA BECCARI ME-

8095/2016-820.109/2016-MINERAÇÃO CONCHAL LTDA-

8096/2016-820.110/2016-COMINO COMPANHIA MINERAÇÃO OESTE LTDA-

8097/2016-820.111/2016-COMINO COMPANHIA MINERAÇÃO OESTE LTDA-

8098/2016-820.112/2016-COMINO COMPANHIA MINERAÇÃO OESTE LTDA-

8099/2016-820.117/2016-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-

8100/2016-820.119/2016-CERÂMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-

8101/2016-820.122/2016-MINERAÇÃO LESTE PAULISTA LTDA ME-

8102/2016-820.123/2016-MINERAÇÃO LESTE PAULISTA LTDA ME-

8103/2016-820.124/2016-COMÉRCIO DE AREIA CAMPO NOVO LTDA.-

8104/2016-820.126/2016-MARIA CRISTINA AMARAL PINHO DE ALMEIDA-

8105/2016-820.127/2016-MARIA CRISTINA AMARAL PINHO DE ALMEIDA-

8106/2016-820.128/2016-JOSÉ CARLOS COSTA VIDOTTI-

8107/2016-820.129/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

8108/2016-820.130/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

8109/2016-820.131/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

8110/2016-820.132/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

8111/2016-820.136/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

8112/2016-820.162/2016-ERNESTO CAVALINI FILHO-

8113/2016-820.164/2016-COMÉRCIO DE AREIA CAMPO NOVO LTDA.-

8114/2016-820.165/2016-LUIZ FERNANDO MARTINS SCHNITZER-

8115/2016-820.166/2016-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.-

8116/2016-820.167/2016-VKV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-

8117/2016-820.173/2016-BRUNNARENATA JUNQUEIRA VIDAL-

8118/2016-820.175/2016-ISABELA REZENDE NOGUEIRA DE BARROS-

8119/2016-820.179/2016-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA DEZOTTI LTDA - EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8120/2016-820.964/2002-PORTO DE AREIA DOURADA LTDA. ME-

8121/2016-820.308/2011-EDSON KENJI TSUZUKI-

8122/2016-820.546/2011-ROSANA APARECIDA PEREIRA LIMA-

8123/2016-821.215/2015-IMOBILIÁRIA DALLA ROSA LTDA ME-

RELAÇÃO Nº 85/2016 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8648/2016-896.723/2011-FABIO RONI BORLINI-

8649/2016-896.315/2012-MINERGRAN MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-

8650/2016-896.329/2012-GLOBRAX TRADING LTDA.-

8651/2016-896.452/2013-TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA.-

8652/2016-896.235/2015-MARCELO FRANCISCO DE SOUZA-

8653/2016-896.242/2015-MINERAÇÃO AZUL TROPICAL LTDA. ME.-

8654/2016-896.254/2015-MARCOS PARAIZO-

8655/2016-896.263/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-

8656/2016-896.279/2015-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP-

8657/2016-896.325/2015-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-

8658/2016-896.332/2015-GRAMEG MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME.-

8659/2016-896.374/2015-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP-

8660/2016-896.010/2016-JULIO CESAR BRAVIN-

8661/2016-896.013/2016-NORTEGRAN GRANITOS LTDA-

8662/2016-896.030/2016-3G MINERAÇÃO LTDA ME-

8663/2016-896.042/2016-IMPERIALE DO BRASIL PEDRAS NATURAIS LTDA-

8664/2016-896.043/2016-ANDRE MENDES DA SILVA ME-

8665/2016-896.049/2016-SELECTA MÁRMORES E GRANITOS LTDA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8666/2016-896.050/2016-CHRISTIANO WILLIAN DE MOURA TEIXEIRA-
8667/2016-896.061/2016-ROMARIO MARIANO-
8668/2016-896.065/2016-PANCIERI GRANITOS LTDA-
8669/2016-896.078/2016-GELIO FURTADO MANSKE-
8670/2016-896.082/2016-JOAQUIM VIEIRA DE REZENDE-
8671/2016-896.084/2016-JL OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME-
8672/2016-896.085/2016-ANDERSON MATAVELLI-
8673/2016-896.089/2016-PEDREIRA LAJINHA LTDA-
8674/2016-896.092/2016-COMIL COTAXÉ MINERAÇÃO LTDA ME-
8675/2016-896.095/2016-IDELSON CARNEIRO PINTO-
8676/2016-896.097/2016-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8677/2016-896.115/2015-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-
8678/2016-896.116/2015-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-
8679/2016-896.117/2015-3E MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME-
8680/2016-896.118/2015-NV CONCRETOS LTDA ME-
8681/2016-896.119/2015-GRACIANO SALVADOR ME-
8682/2016-896.120/2015-VALLEY STONES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES LTDA ME-
8683/2016-896.121/2015-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME-
8684/2016-896.131/2015-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-
8685/2016-896.133/2015-ARETERRA EXTRACAO DE AREIA E TERRAPLANAGEM LTDA. ME-
8686/2016-896.135/2015-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME-
8687/2016-896.394/2015-SAYONARA COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA ME.-
8688/2016-896.395/2015-SAYONARA COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA ME.-
8689/2016-896.396/2015-SAYONARA COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA ME.-
8690/2016-896.397/2015-SAYONARA COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA ME.-
8691/2016-896.069/2016-JOHANAM ROCHA CAMPOS-

RELAÇÃO Nº 96/2016 - MS

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8707/2016-868.161/2016-JOSE CARLOS DA ROCHA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8708/2016-868.226/2016-AUREA CASTRO SCHNEIDER-
8709/2016-868.253/2016-AUREA CASTRO SCHNEIDER-
8710/2016-868.255/2016-FABIANA SCHNEIDER CACERE-
8711/2016-868.268/2016-PEDRO LUIZ VENIER ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8712/2016-868.005/2009-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA-

RELAÇÃO Nº 125/2016 - RN

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8577/2016-848.309/2014-ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOARES-
8578/2016-848.043/2016-FRANCISCO IZENILDO TEIXEIRA-
8579/2016-848.099/2016-JOSÉ BRAZ NETO-
8580/2016-848.142/2016-MARCONDES MISSIAS DA SILVA MEDEIROS ME-
8581/2016-848.143/2016-V B CAVALCANTE EPP-
8582/2016-848.145/2016-JORGE MAURÍCO FREIRE MORORO-
8583/2016-848.146/2016-MINERAÇÃO JOÃO CÂMARA LTDA EPP-
8584/2016-848.147/2016-MINERAÇÃO JOÃO CÂMARA LTDA EPP-
8585/2016-848.148/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
8586/2016-848.149/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
8587/2016-848.151/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
8588/2016-848.152/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
8589/2016-848.153/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
8590/2016-848.156/2016-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8591/2016-848.007/2016-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
8592/2016-848.100/2016-MANOEL VICTOR DE ARAUJO MARTINS-
8593/2016-848.135/2016-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME-
8594/2016-848.139/2016-PLG ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME-
8595/2016-848.141/2016-BODÓ MINERAÇÃO LTDA-
8596/2016-848.155/2016-WALTER FERNANDES DE MIRANDA NETO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8597/2016-848.290/2015-ELISIO GALVÃO DE ARAUJO-
8598/2016-848.097/2016-JOSE AUGUSTO GALVÃO PEREIRA-
8599/2016-848.098/2016-JOSE AUGUSTO GALVÃO PEREIRA-
8600/2016-848.157/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-

RELAÇÃO Nº 129/2016 - RN

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8601/2016-848.094/2016-CARAMURU MINERAÇÃO EIRELI ME-
8602/2016-848.165/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8603/2016-848.158/2016-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-
8604/2016-848.159/2016-GEORGE FABIO DE LARA ANDRADE-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8605/2016-848.166/2016-CLEANTO CRLOS REGO-
8606/2016-848.167/2016-CLEANTO CRLOS REGO-
8607/2016-848.169/2016-ISABELLE ARRUDA MOREIRA-

RELAÇÃO Nº 161/2016 - SC

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8485/2016-815.301/2016-NOVA PRÓSPERA MINERAÇÃO S A-
8486/2016-815.302/2016-NOVA PRÓSPERA MINERAÇÃO S A-
8487/2016-815.457/2016-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8488/2016-815.144/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
8489/2016-815.464/2016-CERÂMICA MARCHI LTDA-
8490/2016-815.465/2016-M.R. DE OLIVEIRA E CIA LTDA ME-
8491/2016-815.481/2016-COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO JC JARAGUÁ LTDA-
8492/2016-815.483/2016-CERÂMICA PRINCESA IND. E COM. LTDA.-
8493/2016-815.490/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-
8494/2016-815.495/2016-ZANOTTO DIESEL TRUCK COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP-
8495/2016-815.496/2016-WAGNER PATRICIO-
8496/2016-815.498/2016-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-
8497/2016-815.500/2016-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8498/2016-815.489/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-
8499/2016-815.491/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-
8500/2016-815.492/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-
8501/2016-815.493/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-
8502/2016-815.502/2016-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-
8503/2016-815.503/2016-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-

RELAÇÃO Nº 163/2016 - SC

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8504/2016-815.467/2016-DIVISÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8505/2016-815.458/2016-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-
8506/2016-815.460/2016-MARCIA SARUBBI LIPPMANN-
8507/2016-815.466/2016-MAICO ZAMBONI-
8508/2016-815.470/2016-BRITADOR HÜBENER LTDA-
8509/2016-815.472/2016-GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA-
8510/2016-815.474/2016-UNIMIN DO BRASIL LTDA.-
8511/2016-815.482/2016-TRAINOTTI DADAM EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8512/2016-815.459/2016-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-
8513/2016-815.476/2016-EDUARDO PEREIRA KREBS-
8514/2016-815.477/2016-EDUARDO PEREIRA KREBS-
8515/2016-815.488/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-
8516/2016-815.494/2016-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-

RELAÇÃO Nº 173/2016 - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

833.131/2014-ANDRÉ ROMÃO NASSER-ALVARÁ N°8044/2016-Destacado do DNPM 831.374/2013-ALVARÁ N°1137/2014-Vencimento em 06/02/2017

833.274/2015-NORTEGRAN GRANITOS LTDA-ALVARÁ N°8045/2016-Destacado do DNPM 833.839/2013-ALVARÁ N°4186/2014-Vencimento em 22/05/2017

860.513/2015-DONIZETTI MARIA RIBEIRO-ALVARÁ N°8046/2016-Destacado do DNPM 862.554/2011-ALVARÁ N°156/2015-Vencimento em 26/1/2018

896.203/2015-INDUSTRIA DE LAJOTAS SANTA RITA LTDA ME-ALVARÁ N°8047/2016-Destacado do DNPM 896.269/2011-ALVARÁ N°9210/2014-Vencimento em 03/10/2017

815.073/2016-CERÂMICA NARA LTDA.-ALVARÁ N°8048/2016-Destacado do DNPM 815.501/2015-ALVARÁ N°9438/2015-Vencimento em 15/09/2017

815.141/2016-CERÂMICA WANDE LTDA ME-ALVARÁ N°8049/2016-Destacado do DNPM 815.501/2015-ALVARÁ N°9438/2015-Vencimento em 15/09/2017

815.142/2016-CERÂMICA WANDE LTDA ME-ALVARÁ N°8050/2016-Destacado do DNPM 815.501/2015-ALVARÁ N°9438/2015-Vencimento em 15/09/2017

815.176/2016-INDÚSTRIA DE TELHAS POLLA LTDA ME-ALVARÁ N°8051/2016-Destacado do DNPM 815.501/2015-ALVARÁ N°9438/2015-Vencimento em 15/09/2017

826.353/2016-MINERAÇÃO FIORESE LTDA-ALVARÁ N°8052/2016-Destacado do DNPM 826.952/2014-ALVARÁ N°5041/2015-Vencimento em 17/07/2017

860.299/2016-GERALDO BENTO DE OLIVEIRA JUNIOR-ALVARÁ N°8053/2016-Destacado do DNPM 860.004/2011-ALVARÁ N°152/2015-Vencimento em 26/01/2018

860.499/2016-AREIAL SANTA ROSA EIRELI ME-ALVARÁ N°8054/2016-Destacado do DNPM 860.019/2012-ALVARÁ N°7257/2015-Vencimento em 3/9/2018

860.511/2016-FABIO RODRIGUES DA COSTA-ALVARÁ N°8055/2016-Destacado do DNPM 862.558/2011-ALVARÁ N°9972/2015-Vencimento em 24/9/2018

860.553/2016-GABRIELA PESSÔA MONTEIRO-ALVARÁ N°8057/2016-Destacado do DNPM 861.010/2015-ALVARÁ N°4405/2015-Vencimento em 3/7/2017

864.060/2016-ELSON NICOLAU DA SILVA-ALVARÁ N°8058/2016-Destacado do DNPM 864.359/2012-ALVARÁ N°1694/2016-Vencimento em 24/02/2019

864.061/2016-ELSON NICOLAU DA SILVA-ALVARÁ N°8059/2016-Destacado do DNPM 864.359/2012-ALVARÁ N°1694/2016-Vencimento em 24/02/2019

866.336/2016-SIDNEI RAFAEL DE SOUZA-ALVARÁ N°8060/2016-Destacado do DNPM 866.527/2008-ALVARÁ N°13439/2010-Vencimento em 17/3/2017

866.446/2016-LEANDRO DE JESUS DA SILVA-ALVARÁ N°8061/2016-Destacado do DNPM 866.221/2015-ALVARÁ N°17190/2015-Vencimento em 24/12/2017

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

890.167/2016-JOÃO MARCOS MARTINS MANHÃES-ALVARÁ N°8062/2016-Destacado do DNPM 890.412/2015-ALVARÁ N°14663/2015-Vencimento em 19/11/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

860.552/2016-GABRIELA PESSÔA MONTEIRO-ALVARÁ N°8056/2016-Destacado do DNPM 861.011/2015-ALVARÁ N°13140/2015-Vencimento em 26/10/2017

RELAÇÃO Nº 178/2016 - DF

Fase de Autorização de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Retificação que entram em vigor na data de sua publicação:(276)

831.580/2003-EMPRESA DE MINERAÇÃO ESPERANÇA SA-ALVARÁ N°8063/2016-3 anos - Retifica o ALVARÁ N°18.467, DOU de 21/11/2011.

RELAÇÃO Nº 235/2016 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8364/2016-861.014/2015-GOYAZ BRITAS LTDA-

8365/2016-861.160/2015-CLEBER ARAUJO DO NASCIMENTO-

8366/2016-861.161/2015-CLEBER ARAUJO DO NASCIMENTO-

8367/2016-860.083/2016-MINERAÇÂO E TRANSPORTES CORUMBÁ LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8368/2016-860.573/2014-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A-

8369/2016-860.574/2014-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A-

8370/2016-861.127/2015-MARYLDA VALE DE ALMEIDA-

8371/2016-861.208/2015-XIXTO MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-

8372/2016-860.059/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-

8373/2016-860.060/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-

8374/2016-860.100/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

8375/2016-860.101/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

8376/2016-860.141/2016-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-

8377/2016-860.165/2016-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-

8378/2016-860.716/2016-MOACYR DE OLIVEIRA FRANCO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8379/2016-860.396/2010-ALEXANDRE LUIZ RIBEIRO DE FREITAS NERY ALVE-

8380/2016-861.044/2011-PAULO CESAR CAMPOS LOUREIRO-

8381/2016-862.030/2011-GEOEX GEOLOGIA E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA-

8382/2016-862.244/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8383/2016-862.249/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8384/2016-862.250/2011-CERÂMICA CATALÃO LTDA-

8385/2016-862.307/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-

8386/2016-862.454/2011-MICAEL REIS DUARTE-

8387/2016-860.498/2016-ÁGUA SANTA EMPREENDIMENTOS LTDA-

RELAÇÃO Nº 238/2016 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

8388/2016-861.701/2013-CESAR AUGUSTO SERONNI-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8389/2016-860.177/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-

8390/2016-860.178/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-

8391/2016-860.179/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-

8392/2016-860.180/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-

8393/2016-860.431/2016-ÁGUA MINERAL NATURAL LU EIRELI ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8394/2016-862.459/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.-

8395/2016-862.462/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.-

8396/2016-862.463/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.-

8397/2016-862.467/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.-

8398/2016-862.473/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.-

8399/2016-862.475/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.-

8400/2016-862.476/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.-

8401/2016-862.766/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8402/2016-862.767/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8403/2016-862.768/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8404/2016-862.769/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8405/2016-862.770/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8406/2016-862.787/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8407/2016-862.830/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-

8408/2016-860.202/2012-LEONARDO MARQUES DA SILVA-

8409/2016-860.902/2012-MINERAÇÃO BRASIL CENTRAL LTDA-

8410/2016-860.951/2012-RIO VERMELHO MINERAÇÃO LTDA.-

RELAÇÃO Nº 439/2016 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8124/2016-831.824/2014-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-

8125/2016-831.853/2014-LUIZ GONZAGA LACERDA-

8126/2016-833.324/2014-GRAN VALE LTDA ME-

8127/2016-830.306/2015-JACYMAR DELFINNO DALCAMINI-

8128/2016-830.308/2015-JACYMAR DELFINNO DALCAMINI-

8129/2016-830.381/2015-DIEYSON ONOFRE DA SILVA-

8130/2016-830.480/2015-JACYMAR DELFINNO DALCAMINI-

8131/2016-830.505/2015-MINERAÇÃO PANCIERI MINAS LTDA ME-

8132/2016-830.565/2015-DALLAS BRASIL LTDA ME-

8133/2016-830.660/2015-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA-

8134/2016-830.663/2015-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA-

8135/2016-830.895/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-

8136/2016-831.008/2015-PETRAMINAS MÁMORE LTDA-

8137/2016-831.019/2015-SV.X PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA-

8138/2016-831.106/2015-MINERAÇÃO PANCIERI LTDA-

8139/2016-831.154/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-

8140/2016-831.301/2015-GUILHERME MATEUS DA FONSECA LEAL-

8141/2016-832.205/2015-DIEYSON ONOFRE DA SILVA-

8142/2016-832.566/2015-GRANZUL GRANITOS LTDA - ME-

8143/2016-832.567/2015-TACIANO RAMSES BARBOSA GRAMPINHA-

8144/2016-832.771/2015-MINERAÇÃO PANCIERI MINAS LTDA ME-

8145/2016-832.772/2015-MINERAÇÃO PANCIERI MINAS LTDA ME-

8146/2016-832.780/2015-SAVANA PARALELOS DE PEDRAS LTDA-

8147/2016-832.800/2015-FLAUZINA APARECIDA FERREIRA NEVES ME-

8148/2016-833.238/2015-AFONSO CLAUDIO PELLEGRINI DE CARVALHO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8149/2016-833.140/2012-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-

8150/2016-833.512/2012-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-

8151/2016-833.514/2012-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-

8152/2016-830.609/2013-ELAYNE CRISTINA ALVES MARTINS-

8153/2016-830.257/2014-CAC EMPREENDIMENTOS LTDA-

8154/2016-830.333/2015-ENEIDA MAURA CAMPOS OLIVEIRA-

8155/2016-830.512/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-

8156/2016-830.513/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-

8157/2016-830.515/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-

8158/2016-830.555/2015-RAMIRO DIAS TOLEDO-

8159/2016-830.691/2015-ELKE MARA RESENDE NETTO ARMANDO-

8160/2016-830.692/2015-ELKE MARA RESENDE NETTO ARMANDO-

8161/2016-830.693/2015-ELKE MARA RESENDE NETTO ARMANDO-

8162/2016-830.741/2015-INTERFÁCIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA-

8163/2016-830.810/2015-CERAMICA OLHOS D'AGUA LTDA ME-

8164/2016-830.812/2015-CERAMICA OLHOS D'AGUA LTDA ME-

8165/2016-830.861/2015-GETÚLIO DO ROSÁRIO SANTANA-

8166/2016-830.867/2015-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME-

8167/2016-830.902/2015-CARLOS ROBERTO DA CUNHA MARTINS-

8168/2016-830.971/2015-CERAMICA OLHOS D'AGUA LTDA ME-

8169/2016-831.027/2015-CLIMENGE INTEGRADA LTDA-

8170/2016-831.136/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-

8171/2016-831.166/2015-MINERAÇÃO ITATINGA LTDA-

8172/2016-831.175/2015-UNO GEOLOGIA-

8173/2016-831.251/2015-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-

8174/2016-831.300/2015-AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A-

8175/2016-831.445/2015-AGROCITY MINERAÇÃO LTDA-

8176/2016-831.803/2015-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-

8177/2016-831.897/2015-CENTAURUS PESQUISA MINERAL LTDA-

8178/2016-832.218/2015-JOSÉ LARINO DE SOUZA-

8179/2016-832.220/2015-JOSÉ CARLOS PEREIRA NETO-

8180/2016-832.591/2015-LUIZ CARLOS TERTO-

8181/2016-832.689/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP-

8182/2016-833.239/2015-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-

8183/2016-830.619/2016-KARLA DE ANDRADE COSTA-

RELAÇÃO Nº 442/2016 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8184/2016-832.526/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-

8185/2016-832.545/2014-CELSO RODRIGUES DE SOUZA FILHO & CIA LTDA ME-

8186/2016-830.156/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-

8187/2016-830.524/2015-LEONARDO MOURÃO CERQUEIRA-

8188/2016-830.546/2015-OYAMA NAVARRO MAYUMI-

8189/2016-831.006/2015-ED KARLO PORTES ROCHA-

8190/2016-831.097/2015-MINERAÇÃO GRAN PREMIUM LTDA-

8191/2016-831.153/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-

8192/2016-831.186/2015-GETÚLIO DO ROSÁRIO SANTANA-

8193/2016-831.187/2015-GETÚLIO DO ROSÁRIO SANTANA-

8194/2016-831.351/2015-ERNANE FELIX DE SOUSA-

8195/2016-831.366/2015-LACTICINIO YOGUEGES IND & COM LTDA-

8196/2016-831.384/2015-CONSTRUTORA BELCON LTDA ME-

8197/2016-831.832/2015-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-

8198/2016-831.834/2015-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-

8199/2016-831.974/2015-EXTRAÇÃO DE QUARTZO PAULA E NEVES LTDA-

8200/2016-832.014/2015-GRAN VALE LTDA ME-

8201/2016-832.015/2015-GRAN VALE LTDA ME-

8202/2016-832.016/2015-GRAN VALE LTDA ME-

8203/2016-832.017/2015-GRAN VALE LTDA ME-

8204/2016-832.087/2015-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA-

8205/2016-832.088/2015-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA-

8206/2016-832.089/2015-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA-

8207/2016-832.194/2015-MINERFAL MINAS MINERADORA LTDA-

8208/2016-832.197/2015-EDUARDO PINHEIRO SALGADO-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8209/2016-832.551/2015-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
8210/2016-832.555/2015-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-
8211/2016-832.558/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-
8212/2016-832.559/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-
8213/2016-832.560/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-
8214/2016-832.561/2015-DALLAS MINERAÇÃO EIRELI EPP-
8215/2016-832.562/2015-DALLAS MINERAÇÃO EIRELI EPP-
8216/2016-832.568/2015-ARY BARBOSA SANTOS-
8217/2016-832.572/2015-TIBIRIÇÁ MINERAÇÃO LTDA-
8218/2016-832.603/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTA-LONGA-
8219/2016-832.778/2015-AQUILES ALVES MARÇAL-
8220/2016-832.792/2015-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-
8221/2016-833.061/2015-JOÃO GENUINO DOS REIS-
8222/2016-833.063/2015-FELIPE DE SOUZA MOTA-
8223/2016-833.069/2015-DRAGAGEM TRÊS IRMÃOS CAMARGOS LTDA-
8224/2016-833.072/2015-PROTERMO LTDA-
8225/2016-833.236/2015-I & L EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA EPP-
8226/2016-833.250/2015-MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8227/2016-833.975/2013-MARTA FONSECA SOARES ALMEIDA-
8228/2016-831.025/2015-CLIMENGE INTEGRADA LTDA-
8229/2016-831.026/2015-CLIMENGE INTEGRADA LTDA-
8230/2016-831.205/2015-FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES PEREIRA-
8231/2016-831.248/2015-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-
8232/2016-831.827/2015-BRENORTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-
8233/2016-831.907/2015-ADENILHO GONÇALVES MARQUES-
8234/2016-832.192/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
8235/2016-832.552/2015-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-
8236/2016-832.573/2015-CRISTAIS SERANDY LTDA-
8237/2016-832.574/2015-CRISTAIS SERANDY LTDA-
8238/2016-832.846/2015-THIAGO DE CASTRO SOUSA-
8239/2016-833.062/2015-EDILSON JOSÉ REIS GUEDES FI-
8240/2016-833.169/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-
8241/2016-833.179/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
8242/2016-833.233/2015-ANDRÉ AZEVEDO KLUMB OLIVEIRA-
8243/2016-833.237/2015-MINERAR LTDA EPP-

RELAÇÃO Nº 454/2016 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8244/2016-833.029/2014-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
8245/2016-833.240/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
8246/2016-833.397/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
8247/2016-830.086/2015-RIVA COSTA DUTRA-
8248/2016-830.098/2015-LUCAS FIUZA DA CUNHA PEREIRA-
8249/2016-830.137/2015-CLAUDIO OLIVEIRA COSTA-
8250/2016-830.162/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
8251/2016-830.215/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-
8252/2016-830.233/2015-RUBENS PINTO ROSA-
8253/2016-830.593/2015-DANILO F MARTINS ME-
8254/2016-830.603/2015-MINERAÇÃO GRAN PREMIUM LTDA-
8255/2016-830.664/2015-LD TRANSPORTADORA & LOCADORA LTDA-
8256/2016-830.903/2015-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
8257/2016-831.078/2015-JOÃO FERNANDES COSTA JUNIOR-
8258/2016-832.195/2015-MINERFAL MINAS MINERADORA LTDA-
8259/2016-832.812/2015-SAMUEL HERCULANO NICOMEDES-
8260/2016-832.828/2015-NEVESTONES LTDA-
8261/2016-833.064/2015-FELIPE DE SOUZA MOTA-
8262/2016-833.065/2015-BRANINI MÁRMORES E GRANITOS LTDA EPP-
8263/2016-833.248/2015-CEFAS MINERAÇÃO LTDA ME-
8264/2016-833.251/2015-MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8265/2016-832.103/2011-ALEX SANDER RESENDE MOREIRA-
8266/2016-832.437/2014-MINERAÇÃO ARCO IRIS LTDA. ME-
8267/2016-832.840/2014-CIDEF DO BRASIL SA-
8268/2016-832.980/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
8269/2016-832.981/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
8270/2016-832.982/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
8271/2016-833.020/2014-ADÃO LIMA DE LANA-
8272/2016-833.135/2014-ARETRANS LTDA-
8273/2016-833.137/2014-GEOAMBIENTE LTDA. ME-
8274/2016-833.261/2014-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-
8275/2016-833.262/2014-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-
8276/2016-833.357/2014-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-
8277/2016-833.474/2014-MINERAÇÃO ALPHA CENTAURI LTDA-
8278/2016-830.012/2015-GIUSA LOPES D'ELEUTERIO-
8279/2016-830.076/2015-JOSÉ MANUEL CARRETEIRO-
8280/2016-830.094/2015-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
8281/2016-830.226/2015-VERA LUCIA DE OLIVEIRA-
8282/2016-830.514/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-
8283/2016-830.596/2015-REGINALDO DAS MERCÊS SANTOS-
8284/2016-830.600/2015-A&A COMERCIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA-
8285/2016-830.846/2015-ROMERO ALI ADRI-
8286/2016-831.024/2015-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-
8287/2016-831.345/2015-MINERAÇÃO VALE DE MINAS LTDA-
8288/2016-832.041/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-
8289/2016-832.094/2015-CESAR RODRIGUES DE ARAUJO ME-
8290/2016-832.100/2015-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-
8291/2016-832.213/2015-KERLEY AMARAL TERRA-
8292/2016-832.256/2015-JOÃO DE BARROS DUARTE-
8293/2016-832.700/2015-AGROPECUÁRIA R G IND IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-
8294/2016-832.740/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-
8295/2016-832.773/2015-MARCELO VITOR CAMPOS-
8296/2016-832.811/2015-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-
8297/2016-832.827/2015-GERALDO FELICIANO MOTA-
8298/2016-833.170/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-
8299/2016-833.178/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
8300/2016-833.241/2015-FELIPE DE SOUZA MOTA ME-
8301/2016-833.244/2015-BASILIO ANTÔNIO DA SILVEIRA JUNIOR-
8302/2016-833.254/2015-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
8303/2016-830.546/2016-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-

RELAÇÃO Nº 470/2016 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

8304/2016-832.527/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
8305/2016-833.256/2014-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-
8306/2016-833.476/2014-HELIO CORREIA DE OLIVEIRA JÚNIOR-
8307/2016-833.477/2014-HELIO CORREIA DE OLIVEIRA JÚNIOR-
8308/2016-833.598/2014-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
8309/2016-833.625/2014-MANOEL ROBERTO SOARES-
8310/2016-830.231/2015-RUBENS PINTO ROSA-
8311/2016-830.620/2015-MINERAÇÃO GRAMIC LTDA.-
8312/2016-831.833/2015-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
8313/2016-831.835/2015-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
8314/2016-831.836/2015-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
8315/2016-832.319/2015-VALIGRAN MINERAÇÃO LTDA.-
8316/2016-832.322/2015-AREAL SÃO PEDRO LTDA-
8317/2016-832.354/2015-JOSÉ CELITO BOTELHO-
8318/2016-832.360/2015-MINERAÇÃO CALIMAN LTDA EPP-
8319/2016-832.382/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
8320/2016-832.395/2015-SV.X PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA-
8321/2016-832.400/2015-SHIRLEY APARECIDA DE SOUZA TERRA ME-
8322/2016-832.426/2015-GRAVIMAR GRANITOS E MÁRMORES LTDA ME-
8323/2016-832.427/2015-GRAVIMAR GRANITOS E MÁRMORES LTDA ME-
8324/2016-832.429/2015-JR TRANSPORTE DE CARGAS LTDA ME-
8325/2016-832.431/2015-MONTE SANTO STONE S A-
8326/2016-832.434/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO LTDA-
8327/2016-832.440/2015-JOÃO ALVES DA SILVA-
8328/2016-832.478/2015-NELSON GOMES VEIGA-
8329/2016-832.479/2015-MARCELO FRANCISCO DE SOUZA-
8330/2016-832.487/2015-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA-
8331/2016-832.491/2015-SV.X PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA-
8332/2016-832.492/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-
8333/2016-832.532/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTA-LONGA-
8334/2016-832.794/2015-REINALDO MIGUEL TIMÓTEO-
8335/2016-832.996/2015-JOSÉ LUÍS DEL COLLE-
8336/2016-832.997/2015-PEDREIRA E BRITADORA CANTIERI LTDA.-
8337/2016-832.999/2015-BRAZ SONDAS POÇOS ARTESIANOS E SERVIÇOS LTDA ME-
8338/2016-830.939/2016-STONEBLOCKS COMERCIO E EXPORTACAO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

8339/2016-832.861/2014-WELLINGTON OLIVEIRA RODRIGUES-
8340/2016-832.984/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
8341/2016-833.152/2014-COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS MINASLIGAS-
8342/2016-833.153/2014-COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS MINASLIGAS-
8343/2016-833.626/2014-JORGE GABRIEL DE ALMEIDA ME-
8344/2016-830.091/2015-RICARDO BRANGIONI VIEIRA-
8345/2016-831.000/2015-LIBERDADE MINERADORA LTDA.-
8346/2016-832.315/2015-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-
8347/2016-832.332/2015-MINERAÇÃO DO PORTO LTDA-
8348/2016-832.414/2015-VINÍCIUS GONÇALVES COSTA JÚNIOR-
8349/2016-832.420/2015-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-
8350/2016-832.423/2015-LUCIANO COELHO LANZA-
8351/2016-832.424/2015-LUCIANO COELHO LANZA-
8352/2016-832.425/2015-LUCIANO COELHO LANZA-
8353/2016-832.441/2015-EBER LAUDARES DE OLIVEIRA-
8354/2016-832.504/2015-MINERAÇÃO BATALHA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
8355/2016-832.505/2015-MINERAÇÃO BATALHA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
8356/2016-832.508/2015-MINERAÇÃO BATALHA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
8357/2016-832.526/2015-BONTEMPI IMÓVEIS LTDA-
8358/2016-832.540/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
8359/2016-832.543/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
8360/2016-832.548/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
8361/2016-832.796/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-
8362/2016-833.000/2015-ANDRÉ HENRIQUE GONTIJO MATOS-
8363/2016-833.230/2015-3D GRANITOS LTDA ME-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2016

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
858.086/2013-LICINA GONÇALVES SALES-OF. N°229\2013
Indefere por Interferencia Total(1339)
858.040/2016-SILVIO VERIANO PORTO
858.041/2016-MILENE SILVA CATRO
858.043/2016-SILVIO VERIANO PORTO
858.044/2016-SILVIO VERIANO PORTO
858.049/2016-MILENE SILVA CATRO
858.050/2016-SILVIO VERIANO PORTO
858.053/2016-COOPERATIVA MINERAL SÃO DOMINGOS
858.055/2016-EDINIR DA SILVA FERREIRA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
858.033/2016-BRUMI ENGENHARIA E TERRAPLANAGEM LTDA ME-Registro de Licença N°003/2016 de 03/08/2016-Vencimento em 21/01/2019
858.038/2016-AZEVEDO CONTRUÇOES LIMITADA-Registro de Licença N°004/2016 de 03/08/2016-Vencimento em 30/03/2019

RELAÇÃO Nº 34/2016

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
950.240/1985-CADAM S.A.- AI N° 40/2016; 41/2016; 42/2016; 43/2016; 44/2016; 45/2016; 46/2016 E 47/2016.

GEORGE MORAIS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.158/2012-MAUES MINERACAO LTDA-OF. N°0638/2016
880.257/2012-DIVA DA SILVA SOUZA-OF. N°0637/2016
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
880.038/2013-VALE S A
880.039/2013-VALE S A
880.128/2014-ALEXANDRE GUSTAVO
880.132/2015-CMGM MINERAÇÃO LTDA.
Indefere pedido de reconsideração(181)
880.157/2013-SO TERRA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
880.158/2013-SO TERRA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
880.440/2011-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS -Alvará N°11069/2015
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
880.079/2012-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
880.077/2008-RAQUEL CORREIA DA SILVA - AI N°088/2016
880.446/2011-LUIZ HENRIQUE BRAZ - AI N°123/2016
880.164/2012-LUIZ HENRIQUE BRAZ - AI N°091/2016
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
880.076/2002-PEDREIRA FIGUEIREDO IND. E COM. DE PEDRAS BRITADAS E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.-Substância Aprovada:CASSITERITA
880.124/2002-PEDREIRA FIGUEIREDO IND. E COM. DE PEDRAS BRITADAS E ARTEFATOS CIMENTO LTDA-Substância Aprovada:CASSITERITA
880.096/2008-MINERAÇÃO BBX do BRASIL LTDA-Substância Aprovada:OURO
880.268/2008-MINERAÇÃO BURITIRAMA S.A.- Substância Aprovada:OURO
880.490/2008-ROSA DE MAIO CONSTRUTORA LTDA.-Substância Aprovada:OURO
880.577/2008-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA- Substância Aprovada:OURO
880.598/2008-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA- Substância Aprovada:OURO
880.202/2010-RONIVON LOPES DOS SANTOS- Substância Aprovada:MINERIO DE OURO
880.207/2010-ROSA DE MAIO CONSTRUTORA LTDA.-Substância Aprovada:OURO
880.250/2011-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA.- Substância Aprovada:MINERIO DE ALUMINIO
880.251/2011-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA- Substância Aprovada:MINERIO DE ALUMINIO
880.427/2011-JOSÉ ALTINO MACHADO- Substância Aprovada:MINERIO DE OURO
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.147/2010-L.C.PINTO- Registro de Licença N°:042/2010 - Vencimento em 28/06/2019
880.016/2015-JORGE LUIS GARCEZ TEIXEIRA- Registro de Licença N°:02/2015 - Vencimento em 15/07/2017
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
880.271/2012-PEDRO FRAZÃO DA SILVA

FERNANDO BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 105/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Ocs Mineração e Empreendimentos Ltda Cpf/cnpj :07.323.439/0001-02 - Processo minerário: 800024/85 - Processo de cobrança: 900600/16 Valor: R$.221.966,34, Processo minerário: 800024/85 - Processo de cobrança: 900601/16 Valor: R$.5.037.899,59

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
a7 Assessoria Empresarial e Tributaria Ltda me - 896245/15 - A.I. 348/16
Ana Lucia Daum Marvila - 896532/13 - A.I. 345/16
Andre Mendes da Silva me - 896348/15 - A.I. 340/16, 896350/15 - A.I. 339/16
Antônio c. da Silva Mármores e Granitos me - 896392/15 - A.I. 351/16
Brasilmar Minerais do Brasil Ltda Epp - 896483/14 - A.I. 347/16
Carlos César Guterres có - 896332/13 - A.I. 349/16
Cerâmica Gatti Ltda-epp - 896573/14 - A.I. 344/16
Esmeralda Santos Bitti - 896447/14 - A.I. 338/16
Fabio Gering - 896285/15 - A.I. 346/16
Fidelis Marques Valani - 896583/14 - A.I. 343/16
Gracol Granitos Corumbá LTDA. - EPP. - 896312/15 - A.I. 352/16
Granrochas Mineração e Exportação Ltda - 896771/11 - A.I. 350/16
Guilherme Brahim Bungenstab - 896508/13 - A.I. 337/16
Marconi Silva Alves - 896509/14 - A.I. 336/16
Mineradora Fortalece Ltda me - 896590/14 - A.I. 342/16
Morro do Pilar Minerais S.A. - 896588/13 - A.I. 330/16, 896591/13 - A.I. 333/16, 896592/13 - A.I. 334/16, 896595/13 - A.I. 326/16, 896596/13 - A.I. 335/16, 896597/13 - A.I. 332/16, 896599/13 - A.I. 331/16, 896600/13 - A.I. 329/16, 896601/13 - A.I. 328/16, 896602/13 - A.I. 327/16, 896610/13 - A.I. 325/16
Transportes Andorinha Ltda - 896011/15 - A.I. 341/16

RELAÇÃO Nº 88/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
896.330/1998-AROGRAN GRANITOS LTDA.- Publicado DOU de 08/12/2015
Torna sem efeito despacho publicado(192)
896.571/2012-AREIAL SÃO JOSÉ LTDA- DOU de 20/06/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de arquivamento do processo(1173)
896.089/2015-AREIAL SÃO JOSÉ LTDA- Publicado DOU de 20/06/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
890.348/1993-MINERACAO ECOLOGICA LTDA. ME - Publicado DOU de 17/07/2008, Relação n° 137/2008, Seção 1, pág. 62- Onde se lê: "[...] Castelo e Conceição do Castelo - ES [...]" Leia-se: "[...] Castelo e Venda Nova do Imigrante - ES [...]"

RELAÇÃO Nº 89/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
896.489/2014-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.040/2016-G & S MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.647/2016-DNPM/ES.
896.055/2016-AGROBARRA AGROPECUARIA BARRA NOVA LTDA-OF. N°1.648/2016-DNPM/ES.
896.058/2016-GRANRIVA GRANITOS LTDA-OF. N°1.649/2016-DNPM/ES.
896.059/2016-HELP AMBIENTAL LTDA-OF. N°1.665/2016-DNPM/ES.
896.063/2016-GUILHERME ABREU LIMA E PEREIRA-OF. N°1.654/2016-DNPM/ES.
896.070/2016-HELP AMBIENTAL LTDA-OF. N°1.659/2016-DNPM/ES.
896.083/2016-GRANMEX GRANITOS E MÁRMORES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1.666/2016-DNPM/ES.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
896.424/2014-JOSÉ GOMES LÚCIO ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
896.245/2012-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA
Aceita defesa apresentada(241)
896.330/1998-AROGRAN GRANITOS LTDA.
896.571/2012-AREIAL SÃO JOSÉ LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.415/1995-NORTE ROCHAS CONSTRUÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°1.708/2016-DNPM/ES.
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
896.447/2003-CONTINENTAL STONES PEDRAS ORNAMENTAIS S.A. -Alvará N°9.922/2005
896.110/2007-AMARILDO DE PAULO SANTOS -Alvará N°4.894/2007
896.304/2007-MINERBRAZ MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°5.402/2007
896.506/2008-VALE S A -Alvará N°949/2009
896.312/2010-TRANSPORTERRA EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE PRODUTOS MINERAIS LTDA -Alvará N°2.632/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
896.293/2007-LUIZ CÂNDIDO DURÃO- Alvará n°4.367/2007 - Cessionário: ECOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-ME- CNPJ 17.238.588/0001-19
Não conhece o recurso interposto(1837)
896.276/2001-Interposto porVALMIR SOUZA ME
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
896.381/2011-RENATO CESAR REVELES PEREIRA-Substância Aprovada:AREIA E ARGILA
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
896.381/2011-DUNAS MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELE
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.504/1987-G P GRANITOS DO BRASIL LTDA-OF. N°1.717/2016-DNPM/ES.
890.475/1990-CST MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.688/2016-DNPM/ES.
890.649/1994-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°1.709/2016-DNPM/ES.
896.861/2008-MINERAÇÃO SANGALI LTDA.-OF. N°1.680/2016-DNPM/ES.
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
890.696/1989-MINERAÇÃO GRANOV LTDA ME
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
890.527/1985-GRANITOS ITAGUAÇU LTDA- AI N°353/2016
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)
890.527/1985-GRANITOS ITAGUACU LTDA. -AI N°245/2015
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
896.212/2003-THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
896.486/1998-CB GRANITOS LTDA- ALVARÁ n° 3.653/2000 - Cessionário: MINERAÇÃO GRANOV LTDA ME-CNPJ 05.211.050/0001-31
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.027/1992-MARMOLAQ MINERAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA ME-OF. N°1.713/2016-DNPM/ES.
896.250/2000-GRANMEX GRANITOS E MÁRMORES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1.645/2016-DNPM/ES.
896.144/2003-KILL CERAMICA NOVA LTDA EPP-OF. N°1.650/2016-DNPM/ES.
Fase de Concessão de Lavra

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.229/1981-ÁGUABRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS LTDA.- Fonte: Ingá Affinis, Marca: Avita, Embalagem: 20 L; Fonte: Ingá Affinis, Marca: GOLD, Embalagens: 200mL, 330mL, 510mL, 1.5L e 5L (s/gás), 330mL, 510mL, 1.5L (c/gás), 10L e 20L- DOMINGOS MARTINS/ES
Advertencia aplicada / Prazo para recurso30 dias.(457)
890.405/1993-FOX MINERAÇÃO LTDA ME- OF. N°1.643/2016-DNPM/ES - A.A. Nº 07/2016 - DNPM/ES.
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
803.168/1968-PROVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.- AI Nº 567/2015
890.112/1989-GRANITOS FLOR DO NORTE LTDA- AI Nº 265/11, 266/11, 267/11
890.113/1989-GRANITOS FLOR DO NORTE LTDA- AI Nº 271/11 e 272/11
890.115/1989-GRANITOS FLOR DO NORTE LTDA- AI Nº 268/11, 269/11, 270/11
896.559/2003-GRANGOLD GRANITOS LTDA. EPP- AI Nº 680/2012
896.896/2006-GRANITOS MAQUIGI LTDA EPP- AI Nº 244/13, 245/13, 246/13, 247/13, 248/13, 313/15 E 314/15
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
812.354/1973-IVIL INDUSTRIA VALE DO ITAPEMIRIM LTDA-OF. N°1.492/2016-SUP.DNPM/ES.- EDK MINERAÇÃO S/A
890.127/1978-IVIL INDUSTRIA VALE DO ITAPEMIRIM LTDA-OF. N°1.492/2016-SUP.DNPM/ES.- EDK MINERAÇÃO S/A.
890.405/1993-FOX MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1.643/2016-DNPM/ES.
896.308/2002-TERRAZO GRANITI DO BRASIL LTDA.-OF. N°1.672/2016-DNPM/ES.
896.197/2011-MINERAÇÃO GRAMIC LTDA.-OF. N°1.674/2016-DNPM/ES.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.162/2007-ÁGUA GRACIOSA LTDA-OF. N°1.660/2016-DNPM/ES.
896.163/2007-ÁGUA GRACIOSA LTDA-OF. N°1.661/2016-DNPM/ES.
896.164/2007-ÁGUA GRACIOSA LTDA-OF. N°1.663 e 1.664/2016-DNPM/ES.
896.707/2007-ALONSO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°1.597/2016-DNPM/ES.
896.672/2011-ADNEY ESPOSTI ME-OF. N°1.606/2016-DNPM/ES.
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
896.901/2006-SEBASTIÃO LINO SALARDANI
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
896.014/2011-DOIS IRMÃOS BENEFICIAMENTO DE AREIA LTDA. ME- Cessionário:J.K. EXTRAÇÃO BENEFICIAMENTO E COM. DE AREIA LTDA ME- CNPJ 08.109.709/0001-31- Registro de Licença n°004/2012- Vencimento da Licença: INDETERMINADO
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
896.857/2006-WAIANDT E EFFGEN LTDA ME -AI N°297/14
896.962/2007-VERA MARIA VERVLOET ME -AI N°327/2012
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
896.343/2006-LOURDES DE ALMEIDA HELMER
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
896.024/2015-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
896.066/2016-PRANSAL INDUSTRIA CERAMICA LTDA ME-OF. N°1.575/2016-DNPM/ES
896.090/2016-EXTRACAO DE AREIAS ACHILLES LTDA ME-OF. N°1.642/2016-DNPM/ES.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 249/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Junior da Silva Ribeiro - 862083/11, 860498/14, 860499/14
Mineração Serra do Pasmar Eireli me - 860214/15, 860244/15

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 99/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
868.036/2011-CALCÁRIO BELA VISTA LTDA- Área de 899,00 ha para 712,20 ha-CALCÁRIO CALCÍTICO, CALCÁRIO DOLOMÍTICO E ARGILA
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
868.096/2004-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA- AI N° 190/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.096/2004-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-OF. N°1205/2016
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.547/1979-CONSTRUTORA INDUSTRIAL SÃO LUIZ S A-OF. N°1244/2016
868.124/2014-CONSTRUTORA INDUSTRIAL SÃO LUIZ S A-OF. N°1244/2016
Determina a interdição da lavra(1199)
860.547/1979-CONSTRUTORA INDUSTRIAL SÃO LUIZ S A- N° do Termo de Interdição:Auto nº 03/2016, de 28/07/2016-Lacre N° s/nº
868.124/2014-CONSTRUTORA INDUSTRIAL SÃO LUIZ S A- N° do Termo de Interdição:Auto nº 04/2016, de 28/07/2016-Lacre N° s/nº
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
868.305/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 473/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Antônio Claret Pereira - 831360/06 - Not.1280/2016 - R$ 699,88
Bitencourt Peres de Moura - 805621/77 - Not.1110/2016 - R$ 690,76
Carlos André de Souza Rezende me - 830574/94 - Not.1108/2016 - R$ 685,85
Clayde de Freitas Guimarães Almeida me - 831951/90 - Not.1279/2016 - R$ 706,35
Cooperativa Dos Garimpeiros de São Gonçalo do Abaeté-coopgasa - 834044/94 - Not.1300/2016 - R$ 719,29
Diamantes do Triângulo Mineiro Ltda - 831826/01 - Not.1109/2016 - R$ 722,01
Dragagem e Terraplanagem Irineu LTDA. - 831023/01 - Not.1287/2016 - R$ 706,35
Enagran - Empresa Nacional de Granitos LTDA. - 830274/03 - Not.1299/2016 - R$ 711,82
Fernando Granha Nogueira me - 831161/07 - Not.1286/2016 - R$ 706,35
Granitos e Marmores Machado LTDA. Epp - 831712/99 - Not.1107/2016 - R$ 677,02
Green Projetos e Serviços Ltda - 831738/06 - Not.1294/2016 - R$ 703,09
Hindalco do Brasil Indústria e Comércio de Alumina LTDA. - 835764/93 - Not.1297/2016 - R$ 722,01
Intercement Brasil s a - 832170/01 - Not.1113/2016 - R$ 683,50
Jesu Luiz Afonso Firma Mercantil Individual - 833061/02 - Not.1119/2016 - R$ 722,01
José Carlos Vieira da Silva - 831800/05 - Not.1106/2016 - R$ 680,27
José Facchini - 830573/02 - Not.1117/2016 - R$ 722,01
José Newton de Oliveira - 831546/03 - Not.1276/2016 - R$ 657,98
José Vicente Murad - 832218/00 - Not.1098/2016 - R$ 688,46
Jose Wenceslau Fernandes me - 830412/01 - Not.1114/2016 - R$ 722,01
Jsnn COM. IND. e EXPORT. de Minerais Ltda - 831199/07 - Not.1281/2016 - R$ 719,29
Liberdade Mineradora LTDA. - 832617/09 - Not.1104/2016 - R$ 683,50
M.V.V. Mineração Coemercio Ltda - 831191/06 - Not.1282/2016 - R$ 706,35, 831190/06 - Not.1283/2016 - R$ 706,35
Manoel de Matos Junior - 831508/08 - Not.1277/2016 - R$ 709,11
Minas Minig Mineração e Comercio Ltda - 831579/08 - Not.1278/2016 - R$ 686,16
Mineração Marcilio e Santos Ltda - 830103/05 - Not.1296/2016 - R$ 711,82
Mineração Monte Verde LTDA. - 830082/03 - Not.1295/2016 - R$ 699,88
Mineração São Marcos LTDA. - 831643/03 - Not.1293/2016 - R$ 667,60
Néllo Gianasi - 832361/02 - Not.1103/2016 - R$ 696,61
Novabrita - Britadora Nova Serrana Ltda - 832496/92 - Not.1301/2016 - R$ 727,36
Parreiral Industria e Comercio de Tijolos Ltda - 830635/10 - Not.1298/2016 - R$ 709,11
Pedro Hipólito Afonso de Campos - 831601/07 - Not.1292/2016 - R$ 709,11
Petraminas Mámore Ltda - 830622/03 - Not.1132/2016 - R$ 693,71
Porto de Areia Santa Rita LTDA. me - 831813/99 - Not.1116/2016 - R$ 468,34
Quality Export Indústria e Comércio de Pedras Ornamentais Ltda - 830353/06 - Not.1288/2016 - R$ 699,88
Reynaldo Guazzelli Filho - 833535/96 - Not.1252/2016 - R$ 482,03
Rialino Alves da Silva - 830222/01 - Not.1290/2016 - R$ 709,11
Sbc Serviços Brasileiros e Construções LTDA. - 830807/01 - Not.1289/2016 - R$ 723,02
Somibrás Sociedade de Mineração Brasileia LTDA. - 832136/88 - Not.1100/2016 - R$ 690,76
Topminas Engenharia Ltda - 832636/09 - Not.1275/2016 - R$ 472,76
Transporte e Comércio São Tomé Ltda - 833616/04 - Not.1101/2016 - R$ 688,46
Usibrita Ltda - 830657/91 - Not.1115/2016 - R$ 722,01
Viver Minas Mineração LTDA. - 830206/05 - Not.1291/2016 - R$ 703,09

PAULO SÉRGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 128/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Francisco Ferreira de Souza - 846533/12

RELAÇÃO Nº 129/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adolfo Osmundo Miranda Filho - 846290/12 - Not.156/2016 - R$ 3.138,37, 846291/12 - Not.158/2016 - R$ 3.138,37, 846267/12 - Not.269/2016 - R$ 3.155,74, 846289/12 - Not.271/2016 - R$ 3.155,74
All Ore Mineração S.A. - 846141/12 - Not.96/2016 - R$ 3.129,69, 846140/12 - Not.98/2016 - R$ 3.129,69, 846139/12 - Not.100/2016 - R$ 3.129,69, 846172/12 - Not.102/2016 - R$ 3.129,69, 846171/12 - Not.104/2016 - R$ 3.129,69, 846170/12 - Not.106/2016 - R$ 3.129,69, 846157/12 - Not.108/2016 - R$ 3.129,69, 846156/12 - Not.110/2016 - R$ 3.129,69, 846155/12 - Not.112/2016 - R$ 3.129,69, 846144/12 - Not.114/2016 - R$ 3.129,69, 846143/12 - Not.116/2016 - R$ 3.129,69, 846142/12 - Not.118/2016 - R$ 3.129,69, 846148/12 - Not.120/2016 - R$ 3.129,69, 846147/12 - Not.122/2016 - R$ 3.129,69, 846146/12 - Not.124/2016 - R$ 3.129,69, 846168/12 - Not.174/2016 - R$ 3.147,05, 846167/12 - Not.176/2016 - R$ 3.147,05, 846175/12 - Not.178/2016 - R$ 3.147,05, 846174/12 - Not.180/2016 - R$ 3.147,05, 846173/12 - Not.182/2016 - R$ 3.147,05, 846160/12 - Not.184/2016 - R$ 3.147,05, 846159/12 - Not.186/2016 - R$ 3.147,05, 846158/12 - Not.188/2016 - R$ 3.147,05, 846163/12 - Not.190/2016 - R$ 3.147,05, 846162/12 - Not.192/2016 - R$ 3.147,05, 846161/12 - Not.194/2016 - R$ 3.147,05, 846166/12 - Not.196/2016 - R$ 3.147,05, 846165/12 - Not.198/2016 - R$ 3.147,05, 846164/12 - Not.200/2016 - R$ 3.147,05, 846169/12 - Not.202/2016 - R$ 3.147,05, 846151/12 - Not.204/2016 - R$ 3.147,05, 846150/12 - Not.206/2016 - R$ 3.147,05, 846149/12 - Not.208/2016 - R$ 3.147,05, 846239/12 - Not.210/2016 - R$ 3.147,05, 846177/12 - Not.212/2016 - R$ 3.147,05, 846176/12 - Not.214/2016 - R$ 3.147,05, 846154/12 - Not.216/2016 - R$ 3.147,05, 846153/12 - Not.218/2016 - R$ 3.147,05, 846152/12 - Not.220/2016 - R$ 3.147,05
Analaura Santana de Almeidas - 846124/15 - Not.227/2016 - R$ 3.147,05
Billion Mineracao Ltda - 846311/13 - Not.292/2016 - R$ 2.952,86
Blue Hill Empreendimentos Minerais Ltda - 846243/12 - Not.160/2016 - R$ 3.138,37
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 846314/13 - Not.152/2016 - R$ 3.138,37, 846315/13 - Not.154/2016 - R$ 3.138,37
Brasil Nordeste Negocios e Participações ss Ltda - 846059/12 - Not.222/2016 - R$ 3.147,05, 846058/12 - Not.224/2016 - R$ 3.147,05, 846057/12 - Not.226/2016 - R$ 3.147,05
Cassimiro Pedrosa Alves da Silva - 846121/15 - Not.140/2016 - R$ 3.138,37
Catarina França Coutinho Mauá - 846430/12 - Not.277/2016 - R$ 3.155,74
Continental Mineração LTDA. - 846498/12 - Not.69/2016 - R$ 3.060,22, 846429/12 - Not.71/2016 - R$ 3.121,00
Copasa Engenharia e Construções Ltda - 846272/13 - Not.83/2016 - R$ 3.121,00
Daniel Bono r Vilas Boas - 846154/14 - Not.61/2016 - R$ 3.060,22, 846153/14 - Not.63/2016 - R$ 3.060,22, 846148/14 - Not.65/2016 - R$ 3.060,22, 846151/14 - Not.285/2016 - R$ 3.155,74, 846150/14 - Not.287/2016 - R$ 3.155,74, 846149/14 - Not.289/2016 - R$ 3.155,74

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Equipav Mineração e Participações s. a. - 846193/14 - Not.51/2016 - R$ 3.060,22, 846192/14 - Not.53/2016 - R$ 3.060,22, 846191/14 - Not.55/2016 - R$ 3.060,22, 846190/14 - Not.57/2016 - R$ 3.060,22, 846189/14 - Not.59/2016 - R$ 3.060,22

Evilásio de Araújo Souto - 846176/13 - Not.293/2016 - R$ 2.735,51

Flávia Giulianna da Cruz Paulino - 846218/08 - Not.294/2016 - R$ 87,72

Francisco Ferreira de Souza - 846052/15 - Not.233/2016 - R$ 3.155,74, 846048/15 - Not.235/2016 - R$ 3.155,74, 846009/15 - Not.237/2016 - R$ 3.155,74

g c do Amaral Sertania - 846079/14 - Not.82/2016 - R$ 3.121,00

Goldenex Minerios Ltda - 846528/11 - Not.253/2016 - R$ 3.155,74, 846529/11 - Not.255/2016 - R$ 3.155,74

Grupo Brasileiro de Investimentos em Mineração Ltda - 846608/12 - Not.89/2016 - R$ 3.121,00

Joseani do Nascimento Silva - 846018/15 - Not.279/2016 - R$ 3.155,74

Management Administração, Serviços e Comércio IMP. e EXP. LTDA. - 846084/12 - Not.273/2016 - R$ 3.155,74

Manoel Lázaro de Medeiros - 846279/12 - Not.168/2016 - R$ 3.138,37, 846123/14 - Not.170/2016 - R$ 3.138,37

Marcus Antonio Dantas Carreiro - 846016/12 - Not.94/2016 - R$ 3.121,00, 846030/12 - Not.146/2016 - R$ 3.138,37, 846031/12 - Not.128/2016 - R$ 3.138,37, 846032/12 - Not.130/2016 - R$ 3.138,37, 846018/13 - Not.132/2016 - R$ 3.138,37, 846029/12 - Not.134/2016 - R$ 3.138,37, 846617/11 - Not.136/2016 - R$ 3.138,37, 846706/11 - Not.138/2016 - R$ 3.138,37

mb Minerais e Participações Ltda - 846424/12 - Not.84/2016 - R$ 3.121,00, 846230/12 - Not.85/2016 - R$ 3.121,00, 846425/12 - Not.86/2016 - R$ 3.121,00, 846036/12 - Not.72/2016 - R$ 3.121,00, 846035/12 - Not.73/2016 - R$ 3.121,00, 846231/12 - Not.74/2016 - R$ 3.121,00, 846232/12 - Not.75/2016 - R$ 3.121,00, 846110/14 - Not.76/2016 - R$ 3.121,00, 846111/14 - Not.77/2016 - R$ 3.121,00, 846112/14 - Not.78/2016 - R$ 3.121,00, 846113/14 - Not.79/2016 - R$ 3.121,00, 846423/12 - Not.80/2016 - R$ 3.121,00

Mcm Gold Ltda - 846589/12 - Not.142/2016 - R$ 3.138,37, 846590/12 - Not.144/2016 - R$ 3.138,37, 846587/12 - Not.229/2016 - R$ 3.147,05, 846588/12 - Not.231/2016 - R$ 3.147,05

Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 846614/11 - Not.91/2016 - R$ 3.121,00

Mineração Santa Luzia do Brasil Ltda - 846214/08 - Not.126/2016 - R$ 6.276,73

Mineralli Mineração e Construtora Ltda - 846173/14 - Not.150/2016 - R$ 3.138,37

Nmb Comercial Ltda - 846577/11 - Not.88/2016 - R$ 3.121,00

Olimpio Queiroga de Oliveira - 846355/12 - Not.148/2016 - R$ 3.138,37

Paulo Sepúlveda Almendra - 846288/12 - Not.172/2016 - R$ 3.138,37

Pedro Rubens Guedes Marciel Neto - 846073/10 - Not.290/2016 - R$ 545,04

Posto Cavalcanti Comércio de Combustiveis Ltda - 846552/11 - Not.275/2016 - R$ 3.155,74

Ronaldo Diniz de Almeida - 846112/12 - Not.263/2016 - R$ 3.155,74

Sidney Diniz de Almeida - 846014/12 - Not.265/2016 - R$ 3.155,74

Silitec Silicio Tecnológico Ltda - 846626/11 - Not.267/2016 - R$ 3.155,74

South American Mineração LTDA. - 846122/13 - Not.162/2016 - R$ 3.138,37, 846121/13 - Not.164/2016 - R$ 3.138,37, 846120/13 - Not.166/2016 - R$ 3.138,37

Translipe Mineraçao, Transporte e Locaçao de Maquinas Ltda - 846121/14 - Not.67/2016 - R$ 3.060,22

Well Bossolo Importação e Exportação Comercial Ltda Epp - 846262/13 - Not.92/2016 - R$ 3.121,00

Xiangse Brasil Mineração Ltda - 846461/12 - Not.239/2016 - R$ 3.155,74, 846465/12 - Not.241/2016 - R$ 3.155,74, 846469/12 - Not.243/2016 - R$ 3.155,74, 846470/12 - Not.245/2016 - R$ 3.155,74, 846462/12 - Not.247/2016 - R$ 3.155,74, 846463/12 - Not.249/2016 - R$ 3.155,74, 846464/12 - Not.251/2016 - R$ 3.155,74, 846196/12 - Not.257/2016 - R$ 3.155,74, 846195/12 - Not.259/2016 - R$ 3.155,74, 846467/12 - Not.261/2016 - R$ 3.155,74, 846468/12 - Not.281/2016 - R$ 3.155,74, 846466/12 - Not.283/2016 - R$ 3.155,74

RELAÇÃO Nº 130/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Adolfo Osmundo Miranda Filho - 846290/12 - Not.155/2016 - R$ 6.599,89, 846291/12 - Not.157/2016 - R$ 6.635,78, 846267/12 - Not.268/2016 - R$ 6.659,86, 846289/12 - Not.270/2016 - R$ 6.659,32

All Ore Mineração S.A. - 846141/12 - Not.95/2016 - R$ 5.625,02, 846140/12 - Not.97/2016 - R$ 6.650,40, 846139/12 - Not.99/2016 - R$ 2.905,74, 846172/12 - Not.101/2016 - R$ 5.735,96, 846171/12 - Not.103/2016 - R$ 6.235,80, 846170/12 - Not.105/2016 - R$ 6.650,94, 846157/12 - Not.107/2016 - R$ 6.650,30, 846156/12 - Not.109/2016 - R$ 6.056,26, 846155/12 - Not.111/2016 - R$ 5.631,48, 846144/12 - Not.113/2016 - R$ 6.600,18, 846143/12 - Not.115/2016 - R$ 6.659,26, 846142/12 - Not.117/2016 - R$ 6.650,17, 846148/12 - Not.119/2016 - R$ 6.648,00, 846147/12 - Not.121/2016 - R$ 4.981,79, 846146/12 - Not.123/2016 - R$ 6.649,00, 846168/12 - Not.173/2016 - R$ 6.645,11, 846167/12 - Not.175/2016 - R$ 6.633,44, 846175/12 - Not.177/2016 - R$ 2.873,67, 846174/12 - Not.179/2016 - R$ 5.713,24, 846173/12 - Not.181/2016 - R$ 6.645,00, 846160/12 - Not.183/2016 - R$ 5.114,80, 846159/12 - Not.185/2016 - R$ 6.649,37, 846158/12 - Not.187/2016 - R$ 4.686,09, 846163/12 - Not.189/2016 - R$ 5.211,13, 846162/12 - Not.191/2016 - R$ 6.645,21, 846161/12 - Not.193/2016 - R$ 6.332,95, 846166/12 - Not.195/2016 - R$ 4.697,84, 846165/12 - Not.197/2016 - R$ 4.500,99, 846164/12 - Not.199/2016 - R$ 6.515,18, 846169/12 - Not.201/2016 - R$ 6.628,82, 846151/12 - Not.203/2016 - R$ 5.141,19, 846150/12 - Not.205/2016 - R$ 6.647,01, 846149/12 - Not.207/2016 - R$ 1.539,07, 846239/12 - Not.209/2016 - R$ 5.291,84, 846177/12 - Not.211/2016 - R$ 6.380,50, 846176/12 - Not.213/2016 - R$ 6.632,45, 846154/12 - Not.215/2016 - R$ 6.632,61, 846153/12 - Not.217/2016 - R$ 6.649,93, 846152/12 - Not.219/2016 - R$ 6.646,00

Billion Mineracao Ltda - 846311/13 - Not.291/2016 - R$ 3.768,73

Blue Hill Empreendimentos Minerais Ltda - 846243/12 - Not.159/2016 - R$ 918,52

bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 846314/13 - Not.151/2016 - R$ 6.455,71, 846315/13 - Not.153/2016 - R$ 6.465,99

Brasil Nordeste Negocios e Participações ss Ltda - 846059/12 - Not.221/2016 - R$ 5.660,48, 846058/12 - Not.223/2016 - R$ 6.010,87, 846057/12 - Not.225/2016 - R$ 6.659,07

Cassimiro Pedrosa Alves da Silva - 846121/15 - Not.139/2016 - R$ 3.264,03

Catarina França Coutinho Mauá - 846430/12 - Not.276/2016 - R$ 2.327,82

Continental Mineração LTDA. - 846498/12 - Not.68/2016 - R$ 4.664,08, 846429/12 - Not.70/2016 - R$ 4.380,40

Daniel Bono r Vilas Boas - 846154/14 - Not.60/2016 - R$ 6.656,03, 846153/14 - Not.62/2016 - R$ 6.052,57, 846148/14 - Not.64/2016 - R$ 6.657,56, 846151/14 - Not.284/2016 - R$ 3.295,20, 846150/14 - Not.286/2016 - R$ 4.957,34, 846149/14 - Not.288/2016 - R$ 10,97

Equipav Mineração e Participações s. a. - 846193/14 - Not.50/2016 - R$ 2.172,13, 846192/14 - Not.52/2016 - R$ 1.882,46, 846191/14 - Not.54/2016 - R$ 914,62, 846190/14 - Not.56/2016 - R$ 653,99, 846189/14 - Not.58/2016 - R$ 1.183,61

Francisco Ferreira de Souza - 846052/15 - Not.232/2016 - R$ 2.078,52, 846048/15 - Not.234/2016 - R$ 6.581,17, 846009/15 - Not.236/2016 - R$ 5.668,28

g c do Amaral Sertania - 846079/14 - Not.81/2016 - R$ 3.146,86

Goldenex Minerios Ltda - 846528/11 - Not.252/2016 - R$ 2.392,50, 846529/11 - Not.254/2016 - R$ 3.162,15

Joseani do Nascimento Silva - 846018/15 - Not.278/2016 - R$ 6.426,13

Management Administração, Serviços e Comércio IMP. e EXP. LTDA. - 846084/12 - Not.272/2016 - R$ 6.304,15

Manoel Lázaro de Medeiros - 846279/12 - Not.167/2016 - R$ 6.502,40, 846123/14 - Not.169/2016 - R$ 6.040,61

Marcus Antonio Dantas Carreiro - 846031/12 - Not.127/2016 - R$ 6.560,75, 846032/12 - Not.129/2016 - R$ 6.610,60, 846018/13 - Not.131/2016 - R$ 4.338,97, 846029/12 - Not.133/2016 - R$ 1.528,54, 846617/11 - Not.135/2016 - R$ 1.310,70, 846706/11 - Not.137/2016 - R$ 6.629,72, 846016/12 - Not.93/2016 - R$ 6.288,45, 846030/12 - Not.145/2016 - R$ 6.367,88

Mcm Gold Ltda - 846589/12 - Not.141/2016 - R$ 6.604,54, 846590/12 - Not.143/2016 - R$ 6.586,39, 846587/12 - Not.228/2016 - R$ 6.568,84, 846588/12 - Not.230/2016 - R$ 6.626,95

Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 846614/11 - Not.90/2016 - R$ 5.438,69

Mineração Santa Luzia do Brasil Ltda - 846214/08 - Not.125/2016 - R$ 2.776,40

Mineralli Mineração e Construtora Ltda - 846173/14 - Not.149/2016 - R$ 3.263,86

Nmb Comercial Ltda - 846577/11 - Not.87/2016 - R$ 3.243,11

Olimpio Queiroga de Oliveira - 846355/12 - Not.147/2016 - R$ 6.660,72

Paulo Sepúlveda Almendra - 846288/12 - Not.171/2016 - R$ 6.641,67

Posto Cavalcanti Comércio de Combustiveis Ltda - 846552/11 - Not.274/2016 - R$ 6.615,10

Ronaldo Diniz de Almeida - 846112/12 - Not.262/2016 - R$ 5.886,32

Sidney Diniz de Almeida - 846014/12 - Not.264/2016 - R$ 6.500,50

Silitec Silicio Tecnológico Ltda - 846626/11 - Not.266/2016 - R$ 957,75

South American Mineração LTDA. - 846122/13 - Not.161/2016 - R$ 5.615,69, 846121/13 - Not.163/2016 - R$ 4.366,17, 846120/13 - Not.165/2016 - R$ 4.731,68

Translipe Mineraçao, Transporte e Locaçao de Maquinas Ltda - 846121/14 - Not.66/2016 - R$ 3.230,08

Xiangse Brasil Mineração Ltda - 846461/12 - Not.238/2016 - R$ 6.431,40, 846465/12 - Not.240/2016 - R$ 6.415,58, 846469/12 - Not.242/2016 - R$ 6.029,86, 846470/12 - Not.244/2016 - R$ 6.592,59, 846462/12 - Not.246/2016 - R$ 3.470,28, 846463/12 - Not.248/2016 - R$ 5.091,83, 846464/12 - Not.250/2016 - R$ 5.305,27, 846196/12 - Not.256/2016 - R$ 6.335,88, 846195/12 - Not.258/2016 - R$ 6.301,17, 846467/12 - Not.260/2016 - R$ 6.658,72, 846468/12 - Not.280/2016 - R$ 5.042,44, 846466/12 - Not.282/2016 - R$ 5.067,84

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 73/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)

826.200/2010-JORGE AUGUSTO KRUGER -AI N°408/2016

826.880/2011-RENATA CINTIA GIACOMETTI -AI N°406/2016

826.453/2012-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. -AI N°404/2016

826.510/2012-BASALTO MINERAÇÃO LTDA -AI N°403/2016

826.512/2012-ELIAS JOSE BATISTA -AI N°402/2016

826.513/2012-ELIAS JOSE BATISTA -AI N°401/2016

826.516/2012-AREAL PRATA LTDA ME -AI N°400/2016

826.517/2012-WADIR BRANDÃO -AI N°399/2016

826.529/2012-AREAL ITABAUNA LTDA. -AI N°397/2016

826.544/2012-E.B. PERES & CIA LTDA -AI N°394/2016

826.554/2012-EXCOLETTO COMÉRCIO DE AREIA LTDA. -AI N°393/2016

826.563/2012-REINALDO RENATO COSTA -AI N°392/2016

826.574/2012-BENEDITO JOSE PINHEIRO -AI N°391/2016

826.583/2012-MARCIO DOS SANTOS -AI N°390/2016

826.584/2012-MARCIO DOS SANTOS -AI N°389/2016

826.585/2012-MARCIO DOS SANTOS -AI N°388/2016

826.589/2012-CARLOS JOSÉ BOSA -AI N°385/2016

826.611/2012-AIRTON ALBA -AI N°383/2016

826.661/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A -AI N°382/2016

826.677/2012-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. -AI N°378/2016

826.685/2012-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. -AI N°377/2016

826.692/2012-MARCO AURELIO PERES -AI N°376/2016

826.753/2012-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM -AI N°417/2016

826.776/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A -AI N°414/2016

826.777/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A -AI N°413/2016

826.778/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A -AI N°412/2016

826.779/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A -AI N°411/2016

826.787/2012-EPP EMPRESA PARANAENSE DE PARTICIPAÇÕES S.A. -AI N°409/2016

826.222/2013-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. -AI N°353/2016

826.275/2013-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. -AI N°352/2016

826.438/2013-JUARES JOSÉ BASSANI -AI N°367/2016

827.077/2013-ZOTARELLI & MORO EXTRAÇAO DE AREIA LTDA. -AI N°363/2016

827.101/2013-EXCOLETTO COMÉRCIO DE AREIA LTDA. -AI N°361/2016

827.102/2013-EXCOLETTO COMÉRCIO DE AREIA LTDA. -AI N°360/2016

827.108/2013-AREAL TRÊS IRMÃOS LTDA ME -AI N°358/2016

827.110/2013-AREAL BOZZA LTDA ME -AI N°356/2016

826.218/2014-CERAMICA NALEPA LTDA -AI N°354/2016

826.895/2014-REOMAR CONSTRUÇÃO CIVIL E EMPREENDIMENTOS LTDA. -AI N°350/2016

826.908/2014-MINERADORA SAN LORENZO LTDA ME -AI N°346/2016

826.922/2014-BASALTO MINERAÇÃO LTDA -AI N°345/2016

826.965/2014-MARLI KOLENECZ TERRAPLANAGEM LTDA ME -AI N°342/2016

826.985/2014-MARIA APARECIDA LUCINDA DE OLIVEIRA -AI N°340/2016

827.037/2014-CARLOS GRANDI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA -AI N°339/2016

826.055/2015-SANDRA MARA DOVAROSKI ME -AI N°327/2016

826.058/2015-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP -AI N°326/2016

826.060/2015-CERÂMICA MARGARIDA LTDA -AI N°325/2016

826.074/2015-CERAMICA SETENTA LTDA -AI N°324/2016

826.083/2015-BASALTO MINERAÇÃO LTDA -AI N°323/2016

826.097/2015-CERAMICA PEROLA LTDA -AI N°321/2016

826.100/2015-CCT INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA -AI N°320/2016

826.101/2015-RICARDO ALEXANDRE DAL NEGRO -AI N°319/2016

826.126/2015-AREAL BOZZA LTDA ME -AI N°314/2016

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

826.289/1989-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS-OF. N°1175/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
826.204/1997-MINERAÇÃO BRASBOL LTDA.- Alvará n°1675/2001 - Cessionario:826.495/2015-Mineração Bassani Ltda-CNPJ 77.532.893/0001-40
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.465/2010-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-OF. N°510/2016/DGTM/DNPM/PR
826.466/2010-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-OF. N°511/2016/DGTM/DNPM/PR
826.467/2010-AREAL COSTA LTDA-OF. N°517/2016/DGTM/DNPM/PR
826.469/2010-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-OF. N°513/2016/DGTM/DNPM/PR
826.470/2010-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-OF. N°512/2016/DGTM/DNPM/PR
826.612/2010-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-OF. N°509/2016/DGTM/DNPM/PR

RELAÇÃO Nº 75/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.527/2005-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°518/2016/DGTM/DNPM/PR
826.272/2008-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°519/2016/DGTM/DNPM/PR
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
826.082/2012-MAURI BOZZA EIRELI EPP - AI N°487/2016
826.247/2012-TRES RIOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E ARGILA LTDA - AI N°430/2016
826.336/2012-AREAL BOZZA LTDA ME - AI N°486/2016
826.383/2012-WADIR BRANDÃO - AI N°485/2016
826.525/2012-AREAL BOZZA LTDA ME - AI N°484/2016
826.709/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°429/2016
826.712/2012-ANTONIO GILMAR DISSENHA - AI N°428/2016
826.715/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°427/2016
826.718/2012-ALDINO MAZZUCO - AI N°426/2016
826.727/2012-JAMES CESAR SPEROTTO - AI N°425/2016
826.730/2012-EXTRA MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°424/2016
826.743/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°423/2016
826.744/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°422/2016
826.745/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°421/2016
826.747/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°420/2016
826.748/2012-SÃO SEBASTIÃO MINERAÇÃO LTDA. - AI N°419/2016
826.752/2012-JOSÉ ZEMAN - AI N°483/2016
826.791/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°480/2016
826.795/2012-EXCOLETTO COMÉRCIO DE AREIA LTDA. - AI N°479/2016
826.819/2012-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - AI N°477/2016
826.862/2012-INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA. - AI N°476/2016
826.001/2013-GABRIEL ROVEDA GRANDO - AI N°475/2016
826.019/2013-KARINE APARECIDA SENRA - AI N°474/2016
826.032/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°473/2016
826.034/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°472/2016
826.035/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°471/2016
826.036/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°470/2016
826.037/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°469/2016
826.069/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA ZUCCHI LTDA. - AI N°468/2016
826.082/2013-AREAL BOZZA LTDA ME - AI N°466/2016
826.088/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°465/2016
826.114/2013-MARCIO DOS SANTOS - AI N°464/2016
826.141/2013-GIORGIA CAVALCANTI FRANÇA MUINOS - AI N°463/20016
827.057/2013-ELIAS JOSE BATISTA - AI N°462/2016
827.072/2013-COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA - AI N°461/2016
827.073/2013-ADROALDO BUENO FI - AI N°460/2016
826.004/2014-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA. - AI N°459/2016
826.008/2014-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - AI N°458/2016
826.009/2014-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - AI N°457/2016
826.010/2014-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - AI N°456/2016
826.011/2014-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°455/2016
826.012/2014-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°454/2016
826.013/2014-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°453/2016
826.014/2014-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°452/2016
826.021/2014-LUIZ EDUARADO DA SILVA - AI N°451/2016
826.023/2014-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS BACAETAVA LTDA EPP - AI N°450/2016
826.047/2014-DANIEL BERNARDO ROVEDA - AI N°449/2016
826.048/2014-DITZEL & SANCHES LTDA - AI N°448/2016
826.064/2014-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - AI N°445/2016
826.065/2014-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - AI N°444/2016
826.077/2014-ALEXANDRE PAVIN - AI N°443/2016
826.093/2014-FELIPE WEIBER - AI N°442/2016
826.117/2014-GABRIEL ROVEDA GRANDO - AI N°441/2016
827.007/2014-JURANDIR MACHADO CIA. LTDA. ME - AI N°436/2016
827.024/2014-JOSÉ CAETANO FERREIRA - AI N°435/2016

RAFAEL QUEVEDO DO AMARAL

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 49/2016

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
803.449/2012-LUIS GONZAGA DE SOUSA LIMA- Registro de Licença N°08/2015-Onde se lê numa área de 46,14 ha... leia-se numa áreas de 35,14 ha delimitada por um polígno que tem um vértice coincidente com o ponto de coordenadas geográficas: Lat. -05º02'26"145 e Long. -42º50'19"859 em SIRGA 2000 e os lados a partir deste vértice.
803.116/2014-ANTONIO JOSÉ FERREIRA LIMA- Registro de Licença N°026/2014-Onde se lê:... 24,17 ha. leia-se: 23,97 ha, delimitada por uma poligonal que tem um vértice coincidentes com o ponto de coordenadas geográficas Lat.: -05º02'42"227, long: -42º47'49"996 em SIRGA 2000 e os lados a partir deste vértice.
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
803.083/2000-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - Publicado DOU de 08/06/2007, Relação n° 187/2007, Seção 1, pág. 52- Onde se lê: Pio IX - PI, leia-se: Fronteiras - PI

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 132/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.196/2016-MULTI COMÉCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA. EPP-OF. N°750/2016
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
848.183/2015-MINERAÇÃO NORDESTE BRASIL LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
848.419/2008-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- Cessionário:848.183/2015-Mineração Norte Brasil Ltda.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.230/2011-PAULO JOSE ALVES DOS SANROS-OF. N°740/2016
848.087/2013-APOENA MINERACAO E COMERCIO LTDA-OF. N°734/2016
848.098/2013-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°743/2016
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.076/2014-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-Área de 499,99 ha para 60,00 ha-Quartzo e Feldspato
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
848.095/2014-DENISE SILVEIRA BRAGA-Água Mineral
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.099/2006-BODÓ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°759/2016-SGTM/DNPM/RN
848.652/2010-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OF. N°745/2016-SGTM/DNPM/RN
848.190/2013-MINERAÇÃO BOA ESPERANÇA LTDA-OF. N°752/2016-SGTM/DNPM/RN
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.227/2009-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°738/2016-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.228/2009-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°739/2016-SGTM/DNPM/RN-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.099/2006-BODÓ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°760/2016-SGTM/DNPM/RN
848.652/2010-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OF. N°746/2016-SGTM/DNPM/RN
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
840.214/1991-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.- AI Nº 201/2015
840.217/1991-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.- AI Nº 277/2015
840.035/1992-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.- AI Nº 200/2015
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
805.363/1972-Mina Mineração e Serviços LTDA.- AI N° 113/2016
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
840.217/1991-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.- AI N°250/2015
840.035/1992-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.- AI N°248/2015

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 115/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
A.R.G. Ltda - 890582/11 - Not.289/2016 - R$ 132,77, 890583/11 - Not.290/2016 - R$ 141,66, 890584/11 - Not.291/2016 - R$ 158,09, 890585/11 - Not.292/2016 - R$ 91,98, 890590/11 - Not.293/2016 - R$ 149,26, 890591/11 - Not.294/2016 - R$ 129,09, 890592/11 - Not.295/2016 - R$ 156,11, 890580/11 - Not.303/2016 - R$ 157,99, 890587/11 - Not.304/2016 - R$ 132,51, 890588/11 - Not.305/2016 - R$ 148,03, 890589/11 - Not.306/2016 - R$ 140,57
Amg Artefatos de Cimento LTDA. - 890655/11 - Not.310/2016 - R$ 3.189,75, 890658/11 - Not.311/2016 - R$ 2.638,02, 890657/11 - Not.312/2016 - R$ 3.111,72
Benedito do Carmo Mangia - 890347/11 - Not.299/2016 - R$ 126,33
Ceramica Kitan Ltda me - 890502/11 - Not.288/2016 - R$ 1.368,88
Cesar Romero Stanisce Dutra Terraplenagem me - 890269/11 - Not.282/2016 - R$ 159,44
Cosme de Medeiros da Silva - 890612/11 - Not.307/2016 - R$ 100,34
D.b de Sousa Pedras Decorativas me - 890854/13 - Not.317/2016 - R$ 388,67
Dalva Rosa Mansur - 890597/11 - Not.296/2016 - R$ 16,04
e. b. de Souza Materiais de Construção - 890616/11 - Not.308/2016 - R$ 109,27
Fazendas Reunidas Júlio Avelino s a - 890338/11 - Not.283/2016 - R$ 146,02
Globo Logística Construções e Locações Ltda - 890481/11 - Not.286/2016 - R$ 153,35
Infebras Industria de Feldspato Brasileira LTDA. - 890811/11 - Not.315/2016 - R$ 2.378,62
João Panayotis Damatis - 890263/11 - Not.297/2016 - R$ 182,10
José Maria de Castro Pinto - 890383/11 - Not.284/2016 - R$ 3.116,83
Leo Gillot Mineração Ltda - 803024/78 - Not.279/2016 - R$ 6.453,87, 803024/78 - Not.280/2016 - R$ 6.428,82, 803024/78 - Not.281/2016 - R$ 6.428,82
Leovaz da Rocha Coutinho - 890513/11 - Not.301/2016 - R$ 470,99
Mello m c l Mineradora LTDA. - 890487/11 - Not.300/2016 - R$ 828,62, 890488/11 - Not.287/2016 - R$ 1.465,72
Monte Belo - Extração de Areia Limitada - 890293/11 - Not.298/2016 - R$ 33,43
Pedreira Serra da Onça Industria e Comércio LTDA. - 890451/13 - Not.285/2016 - R$ 112,75
Pyl Empreendimentos Imobiliários Ltda - 890565/11 - Not.302/2016 - R$ 73,86
Ricardo Goulart da Rocha - 890822/11 - Not.316/2016 - R$ 132,04

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Robson Furtado Dos Santos - 890716/11 - Not.313/2016 - R$ 4,69

Trigoli Planejamento Construções e Mineração Ltda me - 890620/11 - Not.309/2016 - R$ 17,67

RELAÇÃO Nº 116/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Giancarlo Batista Silva - 890875/12 - Not.321/2016 - R$ 2.944,18

Herdade da Selada Agroindustria Ltda - 890815/11 - Not.318/2016 - R$ 7,36, 890813/11 - Not.319/2016 - R$ 7,34

Joelson Pereira - 890664/14 - Not.323/2016 - R$ 3.451,17

Rogerio de Araujo Sacchi - 890028/13 - Not.325/2016 - R$ 2.944,18

RELAÇÃO Nº 117/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Giancarlo Batista Silva - 890875/12 - Not.320/2016 - R$ 1.650,77

Joelson Pereira - 890664/14 - Not.322/2016 - R$ 6.056,13

Rogerio de Araujo Sacchi - 890028/13 - Not.324/2016 - R$ 5.482,50

ANTONIO CESAR DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 91/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

820.412/2014-LUIZ RAIMUNDO NEVES

820.422/2014-EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA MÔNICA LTDA.

820.627/2014-GGM GEOMÉTRICA DE GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA

820.144/2016-UNIPORTO UNIDADE INDUSTRIAL DE BRITAGEM PORTO FELIZ LTDA.

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

821.004/2011-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA

820.572/2013-SMB COMÉRCIO VAREJISTA DE AREIA E INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIM. IMOBILIARIOS LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

820.021/2001-EXTRAÇÃO DE AREIA TRIÂNGULO LTDA EPP-OF. N°286/2016-Superintendencia-SP/DNPM

820.113/2016-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°292/2016-Superintendencia-SP/DNPM

820.133/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°293/2016-Superintendencia-SP/DNPM

820.197/2016-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-OF. N°370/2016-Superintendencia-SP/DNPM

820.260/2016-BIGMINA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°368/2016-Superintendencia-SP/DNPM

820.263/2016-FLAVIO ANTONIO JACOBELLI EPP-OF. N°369/2016-Superintendencia-SP/DNPM

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

820.339/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

821.218/2015-EMPRESA DE MINERAÇÃO CASTILHO LTDA-OF. N°287/2016-Superintendencia-SP/DNPM

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

820.756/2009-MINERAÇÃO CAJ LTDA.- Cessionário:JMIX PREPARAÇÃO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 17.717.876/0001-56- Alvará n°7.717/2015

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

820.126/2006-CERAMICA MANIEZZO LTDA - EPP-OF. N°366/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.126/2006-CERAMICA MANIEZZO LTDA - EPP-OF. N°365/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.032/2016-MINERAÇÃO ÁGUA VERMELHA LTDA.-OF. N°367/16-SAP/DTM/DNPM/SP

Determina arquivamento definitivo do processo(1039)

820.950/2001-MINERAÇÃO ROMELI LTDA

821.247/2015-CERÂMICA FRANCISCHINELLI LTDA EPP

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

820.342/2011-PANORAMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES PRÉ FABRICADAS LTDA-OF. N°369/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.246/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°409/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.247/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°408/2012-SAP/DTM/DNPM/SP

820.248/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°407/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.249/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°406/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.250/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°405/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.251/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°404/16-SAP/DTM/DNPN/SP

820.252/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°403/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.253/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°402/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.254/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°401/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.255/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°400/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.256/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°399/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.257/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°398/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.258/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°397/16-SAP/DTM/DNP/SP

820.259/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°396/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.260/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°395/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.261/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°394/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.262/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°393/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.263/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°392/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.264/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°391/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.979/2012-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°390/16-SAP/DTM/DNPM/SP

820.032/2016-MINERAÇÃO ÁGUA VERMELHA LTDA.-OF. N°368/16-SAP/DTM/DNPM/SP

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

806.967/1974-SOCIEDADE AGRICOLA MAMBU LTDA-OF. N°308/2016-DTM/DNPM/SP

820.055/1993-CERÂMICA FAULIN LTDA-OF. N°307/2016-DTM/DNPM/SP

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

820.500/2006-NELSON PEREIRA DA SILVA AREIA-ME-Registro de Licença N°3.474/2016 de 02/08/2016-Vencimento em 20/11/2016

820.466/2009-ROBERTO MISSIATTO ME-Registro de Licença N°3.476/2016 de 17/08/2016-Vencimento em 07/03/2018

820.693/2013-CERAMICA SOLOARTE LTDA.-Registro de Licença N°3.477/2016 de 17/08/2016-Vencimento em 01/06/2017

820.173/2014-CERÂMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-Registro de Licença N°3.475/2016 de 02/08/2016-Vencimento em 17/09/2018

820.050/2015-MINERAÇÃO AFF LTDA.-Registro de Licença N°3.478/2016 de 17/08/2016-Vencimento em 06/06/2026

820.051/2015-MINERAÇÃO AFF LTDA.-Registro de Licença N°3.479/2016 de 17/08/2016-Vencimento em 06/06/2026

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

821.339/2013-MINERAÇÃO BOM JESUS LTDA.-OF. N°355/2016-DTM/DNPM/SP

820.622/2014-MAGNIFICAT EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA.-OF. N°356/2016-DTM/DNPM/SP

820.354/2015-MARCELO MIROTTI ROSA-OF. N°327/2016-DTM/DNPM0SP

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

820.251/2016-ANA MARIA SANTELO VISINTIM M.E.

Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)

820.997/2000-JOSÉ MARCONDES

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

820.291/2006-EDER JOSE RAVANELLI ME- Registro de Licença N°:2.063/2008 - Vencimento em 23/06/2021

820.077/2012-MUNHOZ & VAL LTDA ME- Registro de Licença N°:3.426/2015 - Vencimento em 30/12/2020

821.372/2013-ROSEIRA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA- Registro de Licença N°:3.310/2013 - Vencimento em 09/03/2020

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

820.164/1993-CERÂMICOS IDEAL PADRÃO S.A.

Anula o despacho de julgamento das habilitações a área em disponibilidade(1804)

800.117/1976 - Publicado DOU de 28/12/2015

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 153, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto no 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003738/2016-90, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Aurora, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034742-6.01, de titularidade da empresa Central Eólica Babilônia IV S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.346.039/0001-07, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 365, de 14 de julho de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de junho de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Central Eólica Babilônia IV S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Central Eólica Babilônia IV S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Central Eólica Babilônia IV S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14 do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Central Eólica Babilônia IV S.A.			02	CNPJ 13.346.039/0001-07
03	Logradouro Avenida Barão de Studart			04	Número 2360
05	Complemento Sala 1.004 A	06	Bairro/Distrito	07	CEP 60120.002
08	Município Fortaleza	09	UF CE	10	Telefone (11) 3538-6600
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Ventos de Santa Aurora (Autorizada pela Portaria MME nº 365, de 14 de julho de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Aurora, compreendendo: I - Quatorze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 28.000 kW de capacidade instalada; e				

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de oitenta e sete quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Morro do Chapéu II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.
Período de Execução	De 1º/03/2017 a 1º/10/2018.
Localidade do Projeto	Município Várzea Nova, Estado da Bahia.

12	REPRESENTANTES LEGAIS, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior		CPF: 223.125.088-85
Nome: Felipe Alves Domingues		CPF: 068.779.441-27
Nome: Gustavo Mallet Gaspar		CPF: 360.029.548/99
Nome: Elaine Dutra da Costa		CPF: 282.470.928-67

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	148.953.255,47
Serviços	20.974.255,46
Outros	0,00
Total (1)	169.927.510,93

14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	135.175.079,34
Serviços	19.034.136,83
Outros	0,00
Total (2)	154.209.216,17

PORTARIA Nº 154, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto no 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003732/2016-12, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos do São Gabriel, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034739-6.01, de titularidade da empresa Central Eólica Babilônia III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.346.102/0001-05, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 368, de 19 de julho de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de junho de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Central Eólica Babilônia III S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Central Eólica Babilônia III S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Central Eólica Babilônia III S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14 do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Central Eólica Babilônia III S.A.			02	CNPJ 13.346.102/0001-05
03	Logradouro Avenida Barão de Studart			04	Número 2.360
05	Complemento Sala 1.004 C	06	Bairro/Distrito	07	CEP 60120.002
08	Município Fortaleza	09	UF CE	10	Telefone (11) 3538-6600
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Ventos do São Gabriel (Autorizada pela Portaria MME nº 368, de 19 de julho de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos do São Gabriel, compreendendo: I - Quatorze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 28.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de oitenta e sete quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Morro do Chapéu II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 01/03/2017 a 01/10/2018.				
Localidade do Projeto	Município Várzea Nova, Estado da Bahia.				

12	REPRESENTANTES LEGAIS, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior		CPF: 223.125.088-85
Nome: Felipe Alves Domingues		CPF: 068.779.441-27
Nome: Gustavo Mallet Gaspar		CPF: 360.029.548/99
Nome: Elaine Dutra da Costa		CPF: 282.470.928-67

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	148.953.255,47
Serviços	20.974.255,46
Outros	0,00
Total (1)	169.927.510,93

14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	135.175.079,34
Serviços	19.034.136,83
Outros	0,00
Total (2)	154.209.216,17

PORTARIA Nº 155, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto no 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003945/2016-44, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos da Santa Beatriz, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034738-8.01, de titularidade da empresa Central Eólica Babilônia II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.346.161/0001-83, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 385, de 25 de julho de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de junho de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Central Eólica Babilônia II S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Central Eólica Babilônia II S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Central Eólica Babilônia II S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14 do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Central Eólica Babilônia II S.A.			02	CNPJ 13.346.161/0001-83
03	Logradouro Avenida Barão de Studart			04	Número 2360
05	Complemento Sala 1.004 B	06	Bairro/Distrito	07	CEP 60120.002
08	Município Fortaleza	09	UF CE	10	Telefone (11) 3538-6600
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Ventos da Santa Beatriz (Autorizada pela Portaria MME nº 385, de 25 de julho de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos da Santa Beatriz, compreendendo: I - Quatorze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 28.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de oitenta e sete quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Morro do Chapéu II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 1º/03/2017 a 1º/10/2018.				
Localidade do Projeto	Município de Ourolândia, Estado da Bahia.				

12	REPRESENTANTES LEGAIS, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior		CPF: 223.125.088-85
Nome: Felipe Alves Domingues		CPF: 068.779.441-27
Nome: Gustavo Mallet Gaspar		CPF: 360.029.548/99
Nome: Elaine Dutra da Costa		CPF: 282.470.928-67

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	148.953.255,47
Serviços	20.974.255,46
Outros	0,00
Total (1)	169.927.510,93

14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	135.175.079,34
Serviços	19.034.136,83
Outros	0,00
Total (2)	154.209.216,17

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 156, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto no 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003733/2016-67, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Emília, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034717-5.01, de titularidade da empresa Central Eólica Babilônia V S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.346.108/0001-82, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 369, de 19 de julho de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de junho de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Central Eólica Babilônia V S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Central Eólica Babilônia V S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Central Eólica Babilônia V S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14 do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Central Eólica Babilônia V S.A.			02	CNPJ 13.346.108/0001-82
03	Logradouro Avenida Barão de Studart			04	Número 2.360
05	Complemento Sala 1.004 E	06	Bairro/Distrito	07	CEP 60120.002
08	Município Fortaleza	09	UF CE	10	Telefone (11) 3538-6600
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Ventos de Santa Emília (Autorizada pela Portaria MME nº 369, de 19 de julho de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Emília, compreendendo: I - Quatorze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 28.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de oitenta e sete quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Morro do Chapéu II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 1º/03/2017 a 1º/10/2018.				
Localidade do Projeto	Município Várzea Nova, Estado da Bahia.				
12	REPRESENTANTES LEGAIS, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior			CPF: 223.125.088-85		
Nome: Felipe Alves Domingues			CPF: 068.779.441-27		
Nome: Gustavo Mallet Gaspar			CPF: 360.029.548/99		
Nome: Elaine Dutra da Costa			CPF: 282.470.928-67		
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	148.953.255,47				
Serviços	20.974.255,46				
Outros	0,00				
Total (1)	169.927.510,93				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	135.175.079,34				
Serviços	19.034.136,83				
Outros	0,00				
Total (2)	154.209.216,17				

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito "pré-pago", o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 152, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Determina que o Instituto Nacional do Seguro Social estabeleça prazo para a recuperação da capacidade para o trabalho de segurado do Regime Geral de Previdência Social, dispensada a realização de nova perícia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso das competências estabelecidas pela Medida Provisória nº 726/, de 12 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 78 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, resolve:

Art. 1º Determinar que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS estabeleça, mediante avaliação médico-pericial quando do requerimento de auxílio-doença, o prazo que entender suficiente para a recuperação da capacidade para o trabalho do segurado do Regime Geral de Previdência Social, dispensando a realização de nova perícia.

§ 1º O segurado que não se considerar recuperado para o trabalho no prazo estabelecido poderá solicitar nova avaliação de sua capacidade laborativa, para fins de prorrogação do benefício, desde que requerida do décimo quinto dia que anteceder o termo final concedido até esse dia.

§ 2º O INSS disciplinará a aplicação do disposto neste artigo, num prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste ato.

Art. 2º O segurado poderá interpor recurso à Junta de Recurso do Conselho de Recursos do Seguro Social - JR/CRSS, no prazo de trinta dias, conforme estabelece o art. 305 do Regulamento da Previdência Social, contados da data:

I - em que tomar ciência do indeferimento do pedido de benefício;

II - da cessação do benefício, quando não houver pedido de prorrogação;

III - em que tomar ciência do indeferimento do pedido de prorrogação.

Parágrafo único. O INSS poderá, quando da análise do recurso interposto pelo segurado, reformar sua decisão e deixar, no caso de reforma favorável, de encaminhar o recurso à JR/CRSS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria MPS nº 359, de 31 de agosto de 2006.

OSMAR GASPARINI TERRA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 418, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art.32 e parágrafo único da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico nº 062/2016 - COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no valor de US$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos) do produto MONITOR DE VÍDEO COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO (EXCETO DE USO EXCLUSIVO EM INFORMÁTICA) - Cod. Suframa 1722, aprovado pela Resolução nº 133, de 28/06/2012, para o produto CONVERSOR DE CORRENTE CA/CC PARA BENS DE INFORMÁTICA - Cód. Suframa 2093, aprovado pela Portaria nº 0138, de 12/05/2014, em nome da empresa FLEX IMP. EXP. IND E COM. DE MAQ. E MOTORES LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.0690.01-9 e CNPJ nº 22.798.094/0001-29.

Art. 2º ESTABELECER que a FLEX IMP. EXP. IND E COM. DE MAQ. E MOTORES LTDA. apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da concessão do remanejamento, projeto técnico-econômico de ampliação e/ou atualização, em cumprimento ao que preceitua o parágrafo único do Art. 32, da Resolução n º 203/2012 para o produto CONVERSOR DE CORRENTE CA/CC PARA BENS DE INFORMÁTICA - Cód. Suframa 2093.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 928, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 02/08/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 02/08/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo I.

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.003700/2015-23
Proponente: Associação Futsal de Umuarama - AFSU
Título: AFSU Transformando Vidas Através do Esporte - Ano IV
Valor aprovado para captação: R$ 599.095,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0645 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57158-X
Período de Captação até: 31/12/2017
2 - Processo: 58701.002674/2014-35
Proponente: Associação dos Deficientes Físicos do Paraná
Título: Esgrima em Cadeira de Rodas Rumo a Excelência - Ano II
Valor aprovado para captação: R$ 380.228,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2926 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30478-6
Período de Captação até: 27/07/2017
3 - Processo: 58701.002535/2015-92
Proponente: Fundação Gol de Letra
Título: Ano 4 - Projeto Caju Esporte e Educação
Valor aprovado para captação: R$ 1.397.548,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1255 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33359-X
Período de Captação até: 06/10/2017

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.003123/2015-70

No Diário Oficial da União nº 163, de 24 de agosto de 2016, na Seção 1, página 42 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 927/2016, ANEXO I, onde se lê: CNPJ: 55.295.604/0001-85, leia-se: CNPJ: 55.295.604/0002-85.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 478, DE 16 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2020, de 15/12/2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 611ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de maio de 2016, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu outorgar à:

Secretaria de Infraestrutura do Estado de Pernambuco, rio Inhumas, Município de Garanhuns/Pernambuco, Reservatório (Barragem Inhumas).

O inteiro teor desta Resolução de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar à:

Nº 988 - Ana Cláudia Mei Alves de Oliveira, Reservatório da UHE Igarapava (rio Grande), Município de Igarapava/São Paulo, irrigação.

Nº 989 - Arivaldo Ferreira da Silva, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Nº 990 - Horácio Francisco Neto, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Nº 991 - Edvaldo Louzano de Souza, rio Mutum, Município de Pocrane/Minas Gerais, irrigação.

Nº 992 - Marcos de Rezende Costa, rio São Francisco, Município de Luz/ Minas Gerais, irrigação.

Nº 993 - Antônio Doacino de Sá, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Nº 994 - Ronaldo Alves de Sá, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 995 - Serrano Agropecuária Ltda. ME, rio São Francisco, Município de Xique-Xique/Bahia, irrigação.

Nº 996 - Paulo Roberto Gonçalves, rio Doce, Município de Colatina/Espírito Santo, irrigação.

Nº 997 - Leonardo dos Santos Campos, Reservatório da UHE Itaprica (rio São Francisco), Município de Belém de São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Nº 998 - Denevaldo Soares de Oliveira, Reservatório Estreito (rio Verde Pequeno), Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação.

Nº 999 - Roberto Moreira de Carvalho ME, rio Sapucaí, Município de Elói Mendes/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.000 - Roberto Moreira de Carvalho ME, rio Sapucaí, Município de Paraguaçu/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.001 - Roberto Moreira de Carvalho ME, rio Sapucaí, Paraguaçu/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.002 - Marizete Rodrigues dos Santos, Reservatório Estreito (rio verde Pequeno), Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.003 - Mineração São Francisco Ltda - ME, Rio Moji-Guaçu, Município de Jacutinga/Minas Gerais, mineração.

Nº 1004 - Jairo Eliel de Souza Salgado, rio Paraíba do Sul, Município de Chiador/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.005 - Apal Agropecuaria Aliança S.A, rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, irrigação.

Nº 1.006 - A. Granuso Ltda, rio Sapucaí, Município de Santa Rita do Sapucaí/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.007 - A. Granuso Ltda., rio Sapucaí, Município de Santa Rita do Sapucaí/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.008 - Vitório Pereira dos Santos Sobrinho, açude público Anagé, Município de Caraíbas/Bahia, irrigação.

Nº 1.009 - Flávio Rodrigues, rio Pardo, Município de Jardinópolis/São Paulo, aquicultura.

Nº 1.010 - Ronaldo Biasutti de Souza e Eugênio Carlos Pittol, rio Mucuri, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Nº 1.011 - Paulo de Castro Barreto, Reservatório da UHE Serra da Mesa, Município de Campinaçu/Goiás, aquicultura.

Nº 1.012 - G&M Peixes e Madeiras Ltda, Reservatório da UHE Serra da Mesa, Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura.

Nº 1.013 - Orimar Moreira Monteiro, Ribeirão Samambaia, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 249, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$ 300.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, § 6º, da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.641, de 18 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							300.000
		Atividades							
18 541	2078 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							300.000
18 541	2078 20WM 0022	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - No Estado do Piauí							300.000
			F	3	6	50	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							300.000
		Atividades							
18 541	2078 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							300.000
18 541	2078 20WM 0022	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - No Estado do Piauí							300.000
			F	4	6	50	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

PORTARIA Nº 250, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 50.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso XXXII, da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.641, de 18 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							50.000.000
		Atividades							
06 181	2081 2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros							50.000.000
06 181	2081 2586 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional							50.000.000
			F	3	2	90	0	100	27.500.000
			F	3	2	90	0	174	22.500.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							22.500.000
		Projetos							
06 181	2081 154Y	Reestruturação do Complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul do Distrito Federal							8.000.000
06 181	2081 154Y 5664	Reestruturação do Complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul do Distrito Federal - Em Brasília - DF							8.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			F	4	2	90	0	174	8.000.000
06 181	2081 154Z	Construção da Superintendência Regional no Estado do Pará							6.000.000
06 181	2081 154Z 0269	Construção da Superintendência Regional no Estado do Pará - No Município de Belém - PA							6.000.000
			F	4	2	90	0	174	6.000.000
06 181	2081 155D	Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento de Polícia Federal							7.000.000
06 181	2081 155D 5664	Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento de Polícia Federal - Em Brasília - DF							7.000.000
			F	4	2	90	0	174	7.000.000
06 181	2081 15F3	Construção do Anexo da Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
06 181	2081 15F3 3341	Construção do Anexo da Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro - No Município do Rio de Janeiro - RJ							1.000.000
			F	4	2	90	0	174	1.000.000
06 181	2081 15F4	Construção do Centro de Comando e Controle no Distrito Federal							500.000
06 181	2081 15F4 5664	Construção do Centro de Comando e Controle no Distrito Federal - Em Brasília - DF							500.000
			F	4	2	90	0	174	500.000
TOTAL - FISCAL									22.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.500.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							27.500.000
		Projetos							
06 181	2081 15F8	Implantação de Centros Integrados de Comando e Controle - CICCs							27.500.000
06 181	2081 15F8 0001	Implantação de Centros Integrados de Comando e Controle - CICCs - Nacional							27.500.000
			F	4	2	30	0	100	27.500.000
TOTAL - FISCAL									27.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.500.000

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 25 de agosto de 2016

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0258/2016 de 22/08/2016, 0259/2016 de 23/08/2016 e 0261/2016 de 24/08/2016, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039007138201631 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHENG WANG Data Nascimento: 09/12/1983 Passaporte: E09813954 País: CHINA Mãe: ZHILAN YAO Pai: KEYING WANG ; Processo: 47039007145201633 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YAN LIANG Data Nascimento: 18/03/1991 Passaporte: E06675710 País: CHINA Mãe: YAO TAN Pai: YI LIANG; Processo: 47039006183201679 Empresa: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XU SHI Data Nascimento: 02/05/1985 Passaporte: E38765385 País: CHINA Mãe: FENGZHI SHI Pai: GENQUAN HU; Processo: 47039006232201673 Empresa: QUINTO ANDAR SERVICOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZACHARY PHILLIP FOX Data Nascimento: 19/03/1982 Passaporte: 444189599 País: EUA Mãe: JUDITH ANNE MYRICK Pai: JOSEPH FOX; Processo: 47039006536201631 Empresa: GOLDEN LEAF TOBACCO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARIANTO TRISNO UTOMO Data Nascimento: 22/04/1978 Passaporte: A9396749 País: INDONÉSIA Mãe: SOESILOWATI SOEKIRMAN Pai: AGUS SUTRISNO; Processo: 47039006664201684 Empresa: USINA PENSAMENTO PRODUCAO E DIFUSAO DE CONTEUDO CULTURAL E CIENTIFICO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO NUNO PEREIRA TAVARES Data Nascimento: 09/05/1990 Passaporte: P179620 País: PORTUGAL Mãe: JORGE ANTONIO DE PINHO TAVARES Pai: ANA MARGARIDA TAVARES FERREIRA DE SOUSA PEREIRA; Processo: 47039007015201609 Empresa: HOTEL KEMBALI EIRELI - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA DO CÉU PAIVA E PONA VIEGAS Data Nascimento: 23/07/1955 Passaporte: M663953 País: PORTUGAL Mãe: MARIA VITORIA DE OLIVEIRA PAIVA E PONA VIEGAS Pai: ANTONIO DA COSTA VIEGAS; Processo: 47039007074201679 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUNAID KHURSHID ANSARI Data Nascimento: 06/05/1986 Passaporte: H6702180 País: ÍNDIA Mãe: Khurshida Khatoon Pai: Khurshid Alam; Processo: 47039007083201660 Empresa: GREE ELECTRIC APPLIANCES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Qiu Qiyong Data Nascimento: 02/11/1983 Passaporte: E24818084 País: CHINA Mãe: Pan Xiumei Pai: Qiu Ping; Processo: 47039007093201603 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOSHIAKI HAMASAKI Data Nascimento: 05/12/1966 Passaporte: TR3409154 País: JAPÃO Mãe: EMIKO HAMASAKI Pai: SHINSIKE HAMASAKI; Processo: 47039007102201658 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELIZABETH ANN KUBICKI Data Nascimento: 23/05/1965 Passaporte: 545573438 País: EUA Mãe: CAROLINE EDITH KUBICKI Pai: HENRY KUBICKI; Processo: 47039007104201647 Empresa: GALLO BRASIL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREIA SOFIA RIBEIRO CARRILHO Data Nascimento: 20/11/1983 Passaporte: P299921 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DO CÉU COSTA RIBEIRO CARRILHO Pai: JOSÉ AUGUSTO FERREIRA CARRILHO; Processo: 47039007109201670 Empresa: FURUKAWA INDUSTRIAL SA PRODUTOS ELETRICOS Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JUMPEI WATANABE Data Nascimento: 02/12/1981 Passaporte: TR2292990 País: JAPÃO Mãe: AKIKO WATANABE Pai: HIROSHI WATANABE; Processo: 47039007141201655 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUYING ZHANG Data Nascimento: 25/11/1975 Passaporte: G44187271 País: CHINA Mãe: JIXIANG ZHANG Pai: YUESHAN ZHANG; Processo: 47039007174201603 Empresa: HIKVISION DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHAOYU HAN Data Nascimento: 05/01/1991 Passaporte: E11554238 País: CHINA Mãe: ANQING CHEN Pai: GUICHEN HAN; Processo: 47039007175201640 Empresa: GLOBAL APPROACH CONSULTING BRASIL CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLARA ARIANE LE BAIL Data Nascimento: 31/10/1990 Passaporte: 13AZ84400 País: FRANÇA Mãe: ELISABETH MICHELLE KERVADEC Pai: DANIEL LE BAIL.

Temporário - Com Contrato - RN 121 - Resolução Normativa, de 08/03/2016:

Processo: 47039006886201605 Empresa: ASSOCIACAO VOLEI BAURU - AVB Prazo: 4 Ano(s) Estrangeiro: ANET BARBARA ALFONSO BENITEZ Data Nascimento: 26/06/1996 Passaporte: J138914 País: CUBA Mãe: MILAGROS DE LA CARIDAD BENITEZ HERNANDEZ Pai: YOVANNIS ALFONSO VILAN.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039006128201689 Empresa: SELETRON COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ILONA PERRIER Passaporte: 14CA48006; Processo: 47039005541201626 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WENSUO ZHANG Passaporte: E64120982; Processo: 47039006417201688 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QIANJUN ZHUN Passaporte: E70133535; Processo: 47039006420201600 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LONGSHAN YAN Passaporte: E54232284; Processo: 47039006422201691 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHENG GAO Passaporte: E43693104; Processo: 47039006423201635 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIANPING SONG Passaporte: E05717478; Processo: 47039006712201634 Empresa: BREMARC SUL INDUSTRIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROCCO MONTONE Passaporte: AA0047748; Processo: 47039006906201630 Empresa: ENERRAY USINAS FOTOVOLTAICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA LOI Passaporte: YA8959296; Processo: 47039006907201684 Empresa: ENERRAY USINAS FOTOVOLTAICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIO MASSIMO FERLITO Passaporte: YA1464216; Processo: 47039006908201629 Empresa: ENERRAY USINAS FOTOVOLTAICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORENZO PIATTELLI Passaporte: YA7073031; Processo: 47039006944201692 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL THAYER MC KEARAN Passaporte: 499183457; Processo: 47039006951201694 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YEONOK JUNG Passaporte: M63176518; Processo: 47039006980201656 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAGNE SUNDGOT Passaporte: 31920134; Processo: 47039007095201694 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIDEYUKI OKAI Passaporte: TK5495106; Processo: 47039007107201681 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN FRITZE Passaporte: C1MJCPK62; Processo: 47039007117201616 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Burin Singhala Passaporte: AA4661967; Processo: 47039007121201684 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIUFENG ZHANG Passaporte: E36879884; Processo: 47039007122201629 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AIRONG XUE Passaporte: E71449803; Processo: 47039007124201618 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YICHUN CHEN Passaporte: E45640852; Processo: 47039007125201662 Empresa: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONGHWAN KIM Passaporte: M55865143; Processo: 47039007134201653 Empresa: BRAZILIAN WELDING SERVICOS DE AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIO ANTONELLI Passaporte: YA4038146; Processo: 47039007136201642 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVIDE ACQUAVIVA Passaporte: YA3696379; Processo: 47039007137201697 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARIO MATTIOLA Passaporte: AA1450767; Processo: 47039007142201608 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTEO DALLA TORRE Passaporte: YA489655; Processo: 47039007144201699 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO VILLA Passaporte: AA4467148; Processo: 47039007160201681 Empresa: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MYEONGCHEOL SHIN Passaporte: M61345432; Processo: 47039007163201615 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROLF MEURER Passaporte: C791G94HY; Processo: 47039007167201601 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMASZ JANUSZ ZIMOCH Passaporte: AV3321996; Processo: 47039007169201692 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATEUSZ PAWEL PACHOLSKI Passaporte: EK6440998; Processo: 47039007170201617 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCIN KAMINSKI Passaporte: AV7184441; Processo: 47039007172201614 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAWID KAROL LUKOSEK Passaporte: EB2619100; Processo: 47039007178201683 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIANG LI Passaporte: E12318582; Processo: 47039007181201605 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DENIS ALAIN DEGROS Passaporte: 13DC52480; Processo: 47039007191201632 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Joseph Anthony Mongeluzzi III Passaporte: 531273774; Processo: 47039007195201611 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TROY SEAN MORGAN Passaporte: 505836942; Processo: 47039007196201665 Empresa: ROLLS-ROY-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIAN NEFTALI ORTIZ Passaporte: 54591019; Processo: 47039007210201621 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO CARRILLO VALDEZ Passaporte: G08891985; Processo: 47039007211201675 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HEIKI DIETER FEODOROV Passaporte: C31MF5RHR.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041004313201690 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: até 19/06/2018 Estrangeiro: RAY BOLAÑO CATAGUE Passaporte: EC2857789; Processo: 47041004722201696 Empresa: GREAT LAKES DREDGE & DOCK DO BRASIL LTDA. Prazo: até 11/01/2017 Estrangeiro: ALVIN LABANAN REYES Passaporte: EC1036619; Processo: 47041004762201638 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2018 Estrangeiro: ALEXANDER PAULUS VAN DER HAM Passaporte: NS81BBFR0 Estrangeiro: LUCAS KOFFEMAN Passaporte: NMD137DB7 Estrangeiro: ROBERTAS RAZMUS Passaporte: 22044273 Estrangeiro: WOUTER WITTEVEEN Passaporte: NW98RR631; Processo: 47041004779201695 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Athanasios Merousis Passaporte: AK4868254 Estrangeiro: Nikolaos Kalymnios Passaporte: AK0905068; Processo: 47041004784201606 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Fernando Jr Balubar Cavero Passaporte: EC7614507 Estrangeiro: Ioannis Madonis Passaporte: AN1932551 Estrangeiro: Jimmy Policarpio Pusong Passaporte: EB9109974 Estrangeiro: John Rhey Ceballos Diaz Passaporte: EC1015246; Processo: 47041004786201697 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Benedetto Licata Passaporte: AA5925511; Processo: 47041004787201631 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 01/03/2017 Estrangeiro: MIGUELITO LADO VILAS Passaporte: EB6106202; Processo: 47041004788201686 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Benjymin Mark Culas Passaporte: A37763607; Processo: 47041004794201633 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 20/11/2017 Estrangeiro: Rajesh Kumar Gupta Passaporte: L3712579; Processo: 47041004790201655 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolai Shalimov Passaporte: 724072155; Processo: 47041004793201699 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dian Inguillo Suner Passaporte: EB8866178 Estrangeiro: Wenceslao Gales Baja Passaporte: EC3520647; Processo: 47041004795201688 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Konstantinos Geomelos Passaporte: AN0731645; Processo: 47041004796201622 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 20/11/2017 Estrangeiro: SERGII SIRAK Passaporte: EP744132; Processo: 47041004797201677 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 20/11/2017 Estrangeiro: Petro Kulchytskyi Passaporte: EH401784; Processo: 47041004803201696 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2017 Estrangeiro: Benjamin Lozada Llamelo Passaporte: EC8361650; Processo: 47041004805201685 Empresa: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Prazo: até 11/12/2016 Estrangeiro: EMANUEL MARQUES VIEIRA Passaporte: N312522; Processo: 47041004825201656 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ouseph Kandathil Abraham Passaporte: Z3697778; Processo: 47041004826201609 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Henrik Rind Passaporte: 206770518 Estrangeiro: Mohammad Azam Passaporte: Z2128532 Estrangeiro: Motilal Khan Passaporte: G7753665; Processo: 47041004827201645 Empresa: GREAT LAKES DREDGE & DOCK DO BRASIL LTDA. Prazo: até 11/01/2017 Estrangeiro: WADE ALAN ELDRIDGE Passaporte: 444734406; Processo: 47041004830201669 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ihor Holtsev Passaporte: EK310182 Estrangeiro: Mykola Rusnak Passaporte: EA516969 Estrangeiro: Oleg Korovayko Passaporte: EA034521 Estrangeiro: Oleksandr Makedonsky Passaporte: EX248690; Processo: 47041004831201611 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER AUSTRIA CRUZ Passaporte: EB5713998; Processo: 47041004832201658 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 14/07/2018 Estrangeiro: OLE FRYDENSBERG FROM Passaporte: 206025918; Processo: 47041004833201601 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 14/07/2018 Estrangeiro: GUNNAR OLSEN Passaporte: 205346596; Processo: 47041004834201647 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 28/02/2017 Estrangeiro: PREDRAG SOVRAN Passaporte: B69NP8241; Processo: 47041004836201636 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 08/05/2017 Estrangeiro: GORAN SEGOTA Passaporte: 060096783; Processo: 47041004837201681 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2018 Estrangeiro: LAURI LEHTMAEE Passaporte: KD0088777 Estrangeiro: RIHARDS SPELMANIS Passaporte: LV4794169 Estrangeiro: ROKAS BAGOCIUNAS Passaporte: 22572507.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039006926201619 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMANTA GROSS Passaporte: AAA351671 ; Processo: 47039007187201674 Empresa: UNIVERSIA BRASIL S.A Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: CESAR RUBIO ZAZO Passaporte: AAE015864; Processo: 47039005850201604 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESUS SANTIAGO HUETE GUZMAN Passaporte: G14270441; Processo: 47039006598201642 Empresa: EDP RENOVAVEIS BRASIL S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MARIANA ORTIZ GALA Passaporte: N182853; Processo: 47039006648201691 Empresa: AGCO DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: KARIN MARIA FAHN Passaporte: CGV2L287M; Processo: 47039006836201610 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROSHI OKAWA Passaporte: MU1654473; Processo: 47039006948201671 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENRY ANGUS MACQUEEN Passaporte: 478911876; Processo: 47039006949201615 Empresa: ARGOFRUTA COMERCIAL EXPORTADORA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANN DRURY Passaporte: PT2102919; Processo: 47039007116201671 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Muath Mohammed S ALSuhaibani Passaporte: M372143.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039007119201613 Empresa: GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANA ISABEL PADILLA VASQUEZ Passaporte: 6974272 Valor Total do Evento (R$): 16000.00 Estrangeiro: DUSAN KEN FUNG ORE Passaporte: 7161913 Estrangeiro: EMANUEL RICARDO SORIANO TALAVERANO Passaporte: 116140518 Estrangeiro: JEZABEL JORDANA COVA CABANILLAS Passaporte: 4469080 Estrangeiro: LUCCIA VITTORIA MENDEZ CONTRERAS Passaporte: 5632455 Estrangeiro: NATALIA URRUTIA VALENCIA Passaporte: 5452836 Estrangeiro: Rodolfo César Acosta Moreno Passaporte: 5777534; Processo: 47039007120201630 Empresa: VIRTUOSI SOCIEDADE ARTISTICA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CAMILLA HOITENGA Passaporte: 710547931 Valor Total do Evento (R$): 1000.00; Processo: 47039007118201661 Empresa: POPLOAD SERVICOS JORNALISTICOS S/S LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EVAN PETER MAST Passaporte: 476132414 Valor Total do Evento (R$): 75360.00 Estrangeiro: HUGH PETER STUART WEBB Passaporte: M8833236 Estrangeiro: MICHAEL PAUL STROUD Passaporte: 530416516 Estrangeiro: PAUL BARRY CURTIS Passaporte: 511060104; Processo: 47039007123201673 Empresa: CARLOS BRANCO & CIA LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALLAN MARK DALTON Passaporte: 523902766 Valor Total do Evento (R$): 50000.00 Estrangeiro: ANATOLIY VYACHESLAVOV Passaporte: 523292738 Estrangeiro: BEN PORTSMOUTH Passaporte: 525795713 Estrangeiro: DAVID ROBIN BEESON Passaporte: 535500488 Estrangeiro: DOUGLAS SMITH Passaporte: 519666417 Estrangeiro: GRAEME TAYLOR Passaporte: 308643881 Estrangeiro: JOSEPH MICHAEL MORRIS Passaporte: 515718250 Estrangeiro: LAURAINE MCINTOSH Passaporte: 099108775 Estrangeiro: SAMANTHA ANTOINETTE SMITH Passaporte: 532235146 Estrangeiro: STEPHEN WILLIAM PETER WYNDHAM Passaporte: 523893444; Processo: 47039007112201693 Empresa: CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENOIT JEAN YVES FROMANGE Passaporte: 11CY45400 Valor Total do Evento (R$): 60000.00; Processo: 47039007115201627 Empresa: VITOR PIMENTA DA COSTA LIMA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL BOIVIN Passaporte: GA355511 Valor Total do Evento (R$): 27200.00 Estrangeiro: DENNIS YURI HERNANDEZ Passaporte: XDA947196 Estrangeiro: LUDWIG AFONSO Passaporte: 460565520 Estrangeiro: LUIS ERNESTO QUINTERO VEGAS Passaporte: 133138168 Estrangeiro: OSMANY GONZALEZ PAREDES Passaporte: E10207656 Estrangeiro: REY DAVID ALEJANDRE CORDOBA Passaporte: E12867333 Estrangeiro: RICHARD BONA Passaporte: 483787903 Estrangeiro: ROBERTO QUINTERO Passaporte: 525337543; Processo: 47039007149201611 Empresa: MIZRACH COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CECIL ELISAH SPENCE Passaporte: 113556410 Valor Total do Evento (R$): 16250.00 Estrangeiro: CHRISTOPHER ANTHONY DALEY Passaporte: A3257707 Estrangeiro: DWIGHT ALEXANDER PINKNEY Passaporte: A3249255 Estrangeiro: ERROL ALEXANDER CARTER Passaporte: A3175039 Estrangeiro: HORACE GEORGE JAMES Passaporte: 488146262 Estrangeiro: JUDITH ANNMARIE DEMERCADO BELL Passaporte: A2702262 Estrangeiro: LA VENIA IRENE BRISSETT Passaporte: 424154403 Estrangeiro: LACELLE GLASFORD BULGIN Passaporte: A3049029 Estrangeiro: PATRICK ANTHONY ANDERSON Passaporte: A3621081 Estrangeiro: RICHARD ANTHONY JOHNSON Passaporte: A3048576 Estrangeiro: STEVE ROLAND LOPEZ GOLDING Passaporte: A3070570 Estrangeiro: SYDNEY MILFORD RITCHIE Passaporte: A3389469; Processo: 47039007150201646 Empresa: MIZRACH COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AFRIQUE KENYATTA HILL Passaporte: A3629251 Valor Total do Evento (R$): 6500.00 Estrangeiro: MARIA NEUZA BISPO DOS SANTOS Passaporte: 0340267542; Processo: 47039007151201691 Empresa: MIZRACH COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CYRENIUS GREEN Passaporte: A3948957 Valor Total do Evento (R$): 6500.00 Estrangeiro: MARIA NEUZA BISPO DOS SANTOS Passaporte: 0340267542; Processo: 47039007165201612 Empresa: ASSOCIACAO CONSELHO BRITANICO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ELIZABETH JANE SMITH Passaporte: 507027738 Valor Total do Evento (R$): 31425.00 Estrangeiro: KAREN OWENA DAVIES Passaporte: 540676302 Estrangeiro: LUCIANA TONI RAELE Passaporte: FP843394 Estrangeiro: WILLIAM BERNARD GRIFFITHS Passaporte: 519831633; Processo: 47039007171201661 Empresa: IPPC PUBLICIDADE LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CRT BIRSA Passaporte: PB0783853 Valor Total do Evento (R$): 47700.00 Estrangeiro: DUSAN KRANJC Passaporte: 075377952 Estrangeiro: JAZMIN RILEY SHERMAN Passaporte: 486965316 Estrangeiro: Luka Sulic Passaporte: 178845582 Estrangeiro: Miroslav Vidovic Passaporte: 134696235 Estrangeiro: Stjepan Hauser Passaporte: 176201217; Processo: 47039007180201652 Empresa: MERCURY LIVE BRASIL SHOWS E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BERNARD STANLEY BOYLE Passaporte: 505571080 Valor Total do Evento (R$): 150.00 Estrangeiro: JOHN LEO SHIPP Passaporte: 449690580; Processo: 47039007199201607 Empresa: MARCOS ALFREDO GUZMAN 26330821810 Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE THOMAS CHASSOL Passaporte: 08CR50955 Valor Total do Evento (R$): 1700.00 Estrangeiro: MATHIEU PAUL EDOUARD Passaporte: 14AC52154 Estrangeiro: RENAUD PHILIPPE MARIE THILL Passaporte: 15CV49785; Processo: 47039007200201695 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATTHIAS WEBER Passaporte: C1T5YW95G Valor Total do Evento (R$): 3220.00; Processo: 47039007201201630 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MAC KENZIE ALEXANDER JOHNSON Passaporte: 506256790 Valor Total do Evento (R$): 3220.00; Processo: 47039007204201673 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TYRONE CRISTIANO GALGANO Passaporte: 530924727 Valor Total do Evento (R$): 3220.00; Processo: 47039007221201619 Empresa: AUDIO PROMOCOES E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: COREY MARC FOGEL Passaporte: 530980618 Valor Total do Evento (R$): 9600.00 Estrangeiro: DEVIN RAY HOFF Passaporte: 488303571 Estrangeiro: DINA CAROL MACCABEE Passaporte: 446784616 Estrangeiro: ERNST JAN HOLSCHER Passaporte: NU8BBF4J9 Estrangeiro: JULIA SHAMMAS HOLTER Passaporte: 545593799 Estrangeiro: TASHI BOGERD WADA Passaporte: 481215525.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039007152201635 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALEXEY KUZMIN Data Nascimento: 17/03/1980 Passaporte: 728898044 País: RÚSSIA Mãe: KUZMINA VERA GEORGIEVNA Pai: SOSNIN MIHAIL LVOVICH.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039006559201645 Empresa: ITOCHU BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: RUI TSUTSUMI Passaporte: TK6988781; Processo: 47039006855201646 Empresa: ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FLÁVIO MANUEL CARDOSO PINTO Passaporte: N636390; Processo: 47039007040201684 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SOENG LYUL KIM Passaporte: M17369891; Processo: 47039007050201610 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: YEONGBEOM CHO Passaporte: M33689687; Processo: 47039007063201699 Empresa: URIA & MENENDEZ LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCISCO XAVIER MORAIS DAVID DA CUNHA FERREIRA Passaporte: P281308; Processo: 47039007071201635 Empresa: WATCHDATA DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LIFENG LIN Passaporte: E30082399; Processo: 47039007073201624 Empresa: WATCHDATA DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: QIANG HUANG Passaporte: G36978174; Processo: 47039007076201668 Empresa: KAWASAKI MOTORES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AKIHIRO ONO Passaporte: TR4428219; Processo: 47039007177201639 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: HIROSHI ASHIKARI Passaporte: TK0703212; Processo: 47039007183201696 Empresa: HITACHI HIGH-TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YASUHIRO MIURA Passaporte: TZ0553866; Processo: 47039007185201685 Empresa: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SANG HOON YOU Passaporte: M42830137.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 47039006375201685 Empresa: AXPE CONSULTING CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO MARTINEZ CASTRO Passaporte: AAE992368 Estrangeiro: RICARDO MARTINEZ CASTRO Passaporte: AAE992368.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039004566201611 Empresa: UNIVERSO TEXTIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANICETO DE FARIA GOMES Passaporte: M378630; Processo: 47039006764201619 Empresa: LANCHONETE FRUTTI'S LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MIRJAM LUIJTEN Passaporte: NPJJ55DP4; Processo: 47039006777201680 Empresa: POLARIS PARTICIPACOES EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIS NUNO MACHADO CARDOSO Passaporte: N852690; Processo: 47039006820201615 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Helen Elizabeth Lopez Passaporte: 488879238; Processo: 47039006871201639 Empresa: PREA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JIMMY HANS FURLAND Passaporte: 90222727; Processo: 47039007017201690 Empresa: SWEET SAO PAULO CONSULTORIA E DIVULGACAO DE MARCAS LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS FRANÇOIS JACQUES CHOQUART Passaporte: 13FV02739; Processo: 47039007029201614 Empresa: RETAIL SERVICES BRASIL ALIMENTACAO E BEBIDAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Miguel Marcel Rodriguez Weber Passaporte: 5973141; Processo: 47039007079201600 Empresa: TRIMINING - MINERACAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ILESH SHANTILAL Passaporte: N999642.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47041004005201664 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/08/2018 Estrangeiro: Nikolaos Kofinas Passaporte: AM1400607 ; Processo: 47041004009201642 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 01/08/2018 Estrangeiro: Robert Wladyslaw Los Passaporte: EG3094004 ; Processo: 47041004302201618 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: ROBERTO JR BAUIT CATINDOY Passaporte: EB5469428 ; Processo: 47041004352201697 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 02/06/2018 Estrangeiro: Vladimirs Vinogradskis Passaporte: LV4720661 ; Processo: 47041004623201612 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2018 Estrangeiro: CHARLIE DOCTOR DOLOT Passaporte: EB4769621 ; Processo: 47041004625201601 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2018 Estrangeiro: RUSSELL DANIEL PIMENTEL Passaporte: EC8085703 ; Processo: 47041004634201694 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2018 Estrangeiro: JOSE III MONFERO ARNISTO Passaporte: EC1480654 ; Processo: 47041004654201665 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 10/10/2018 Estrangeiro: Mark Michiel Verhaar Passaporte: BW5414C07 ; Processo: 47041004655201618 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 06/10/2018 Estrangeiro: Dariusz Wojciech Wróblewski Passaporte: EA0369147 ; Processo: 47041004657201607 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 05/10/2018 Estrangeiro: Jacek Czarnecki Passaporte: AV7454089 ; Processo: 47041004658201643 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 26/08/2018 Estrangeiro: Ivica Samardzic Passaporte: 232244899 ; Processo: 47041004659201698 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: Laurence Maslanka Passaporte: 511263676 ; Processo: 47041004671201601 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2018 Estrangeiro: PARVEZ SHARFUDDIN BHOMBAL Passaporte: Z3093616 ; Processo: 47041004676201625 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 29/03/2018 Estrangeiro: ALEKSANDRS NARBUTS Passaporte: LV4107241 ; Processo: 47041004681201638 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: até 15/09/2016 Estrangeiro: PEDRO CARRO ALLEGUE Passaporte: AAG600615 ; Processo: 47041004684201671 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: Bjorn Inge Nordbotn Passaporte: 27382881 ; Processo: 47041004685201616 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: até 15/09/2016 Estrangeiro: JOSE TOMAS GONZALEZ PARADA Passaporte: AAG138841 ; Processo: 47041004686201661 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: Krzysztof Piotr Nowak Passaporte: ED8296604 ; Processo: 47041004687201613 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: Viktor Kobyshev Passaporte: 645313520 ; Processo: 47041004688201650 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: Alexey Vinogradov Passaporte: 719482532 ; Processo: 47041004690201629 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: GORAN SLETTEN Passaporte: 27523831 ; Processo: 47041004691201673 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: Tore Sundet Stenstvedt Passaporte: 31924551 ; Processo: 47041004692201618 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: Brian William Wood Passaporte: 403051114 ; Processo: 47041004699201630 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2018 Estrangeiro: MURUGESH THILAIAPPAN Passaporte: Z3322569 ; Processo: 47041004698201695 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: até 15/09/2016 Estrangeiro: JOSE MANUEL CASTIÑEIRAS SAMPEDRO Passaporte: BC502139 ; Processo: 47041004700201626 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: até 15/09/2016 Estrangeiro: MANUEL FERREIROS VICENTE Passaporte: AAG681692.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47041004372201668 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: MARC PIERRE GERARD DEOLA Passaporte: 14AL61283 ; Processo: 47041004558201617 Empresa: MCKAY SONDAGENS BRASIL LTDA Prazo: até 05/08/2017 Estrangeiro: DONALD WILLIAM ALI TE WHARE Passaporte: LH233336 ; Processo: 47041004612201624 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRASHANT PRABHAKAR PATIL Passaporte: G5505437 ; Processo: 47041004711201614 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: até 26/10/2017 Estrangeiro: JOSE CRISTIAN SANCHEZ ALVAREZ Passaporte: AAD777731 ; Processo: 47041004717201683 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHULSOO YU Passaporte: M19022634 ; Processo: 47041004719201672 Empresa: PORTO CENTRAL COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUARIO SA Prazo: até 27/09/2017 Estrangeiro: FRANS JAN THEODOOR HELLENTHAL Passaporte: NMBF5JC56.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): TAIRA NOZAKI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na empresa: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MODERZINIZAÇÃO DE PLANTAS INDUSTRIAIS processo: 47039.006398/2016-90, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013313/2015-49.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): HARUYUKI TOYAMA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa: KOMATSU BRASIL HOLDING FINANCEIRA LTDA processo: 47039.006760/2016-22, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.004072/2016-28.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): FERNANDO DE LAPUERTA MONTOYA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Executivo na empresa: MOINHO S/A processo: 47039.006986/2016-23, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.005077/2016-78.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): FERNANDO DE LAPUERTA MONTOYA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Executivo na empresa: SANTA ROSA S/A processo: 47039.006992/2016-81, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.005077/2016-78.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): TAKASHI KOGA a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na empresa: MAILA COSMETICOS LTDA processo: 47039.007013/2016-10, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007008/2016-07.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): YUJUN LIU a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na empresa: RIO PARANA ECLUSAS S.A. processo: 47039.007014/2016-56, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.000522/2014-14

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): CHENGLIANG WU a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Administrativo Financeiro na empresa: GALP EXPLORACAO SERVICOS DO BRASIL LIMITADA processo: 47039.007057/2016-31, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009739/2015-06.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): FERNANDO DE LAPUERTA MONTOYA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Executivo na empresa: ESMERALDA S/A processo: 47039.006991/2016-36, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.005077/2016-78.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039004422201656 Empresa: TODOS OS SANTOS BAR E LANCHONETE LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE SALVADOR RIVERA ESPARZA Passaporte: E14478225; Processo: 47039004649201600 Empresa: CY ASSESSORIA EM IDIOMAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Harpreet Kaur Gill Passaporte: PD0937553; Processo: 47039004933201678 Empresa: RANCHO DO KITE ENSINO DE ESPORTES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAN CEDRIC BOULAIS Passaporte: 12AV36656; Processo: 47039005060201611 Empresa: CELINET INFORMATICA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAIKEL LÓPEZ LABANINO Passaporte: I355188; Processo: 47039005065201643 Empresa: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIU JINBAI Passaporte: PE0562274; Processo: 47039005066201698 Empresa: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FA MAO XU Passaporte: E29971216; Processo: 47039005367201611 Empresa: TESLA ENERGIA EIRELI - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL NEBOT ESPI Passaporte: BE870555; Processo: 47039005623201671 Empresa: J L S DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKAJI FUJITA Passaporte: TH2588293; Processo: 47039005630201672 Empresa: J L S DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIROSHI FUKUDA Passaporte: TH9725276; Processo: 47039005657201665 Empresa: RAIZEN ENERGIA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andreas Lips Passaporte: C4WJN2J1J; Processo: 47039006141201638 Empresa: ENGELKE - BOUTIQUE DE PAES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fiona Sophie von Schwanenflügel Passaporte: C1V57JT5X; Processo: 47039006642201614 Empresa: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS IDELER Passaporte: 647438025; Processo: 47039004623201653 Empresa: CAIXA SEGURADORA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Todd Arnold Zollars Passaporte: 446504436; Processo: 47039004715201633 Empresa: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID NAVARRO LOPEZ Passaporte: PAA411385; Processo: 47039005719201639 Empresa: DIESEL LINE CAMBUI LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO RAMON LOPEZ ROJAS Passaporte: E12885827; Processo: 47039006071201618 Empresa: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIYOUNG KIM Passaporte: M30145970; Processo: 47039006282201651 Empresa: BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN JAMES MARTINKA Passaporte: 478348712; Processo: 47041003907201683 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/09/2016 Estrangeiro: Vladimir Lesnoy Passaporte: 714098781; Processo: 47039007082201615 Empresa: INDUSTRIAS SAO MIGUEL LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIRGILIO WHITE CARDENAS Passaporte: I703375; Processo: 47039004597201663 Empresa: INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSÉ JAIME RAMÓN MARÍ Passaporte: XD378480; Processo: 47039007086201601 Empresa: ISRAEL BRASIL POUSADA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CORMORAN LEE Passaporte: 30399988; Processo: 47039007087201648 Empresa: ISRAEL BRASIL POUSADA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YANIV CHARLAP Passaporte: 22069541.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47041003537201684 Empresa: GESTAMP WIND STEEL PERNAMBUCO S/A Prazo: até 30/07/2018 Estrangeiro: DAVID EMANUEL ALMEIDA PISSARRA Passaporte: M697130; Processo: 47041003853201656 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/10/2016 Estrangeiro: Emmanuel Lugasan Ferreras Passaporte: EC1336264; Processo: 47041003855201645 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Artneil Lopez Campos Passaporte: EC0706036; Processo: 47041003856201690 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Laurence Albert Lumingkit Lorca Passaporte: EC4231497; Processo: 47041003859201623 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Marcelino Esguerra Isla Passaporte: EB7774977; Processo: 47041003862201647 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Nelson Villegas Cabalida Passaporte: EC255510; Processo: 47041003863201691 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Ray Monceda Sanchez Passaporte: EB5539158; Processo: 47041003866201625 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Vicente Jr Rafael Jovellano Passaporte: EC6765977.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 83 de 03/05/2016, Seção 1, p. 66, Processo: 47039.013471/2015-07, onde se lê: Prazo: 12 Dia(s), leia-se: Prazo: 12 Mês(es).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 134 de 14/07/2016, Seção 1, p. 55, Processo: 47039.005797/2016-33, onde se lê: Passaporte: AAH329023, leia-se: Passaporte: E73179765.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 159 de 18/08/2016, Seção 1, p. 60, Processo: 47039.006856/2016-91, onde se lê: empresa: STATKRAFT INVESTIMENTOS LTDA, leia-se: empresa: STATKRAFT ENERGIA DO BRASIL LTDA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 162 de 23/08/2016, Seção 1, p. 32, Processo: 47039.006988/2016/12, onde se lê: empresa: MONEL NOVO HORIZONTE ENERGETICA S/A, leia-se: empresa: NOVO HORIZONTE ENERGÉTICA S/A.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

PORTARIA Nº 42, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O Secretário de Políticas Públicas de Emprego, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, da Resolução CODEFAT nº 560, de 28 de novembro de 2007 e no art. 10 da Resolução CODEFAT nº 721, de 30 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Incluir o § 6º e transformar o § 6º em § 7º, do art. 10 da Portaria SPPE/MTE Nº 03 de 26 de janeiro de 2016, dando-lhe a seguinte redação:

Art. 10 (...)

§ 6º Em casos excepcionais, definidos pelo concedente, em que a prorrogação pelo prazo de 6 (seis) meses não seja suficiente para que o convenente sane as pendências relativas ao planejamento e prestação de contas, o concedente poderá analisar a viabilidade de outras prorrogações, condicionando à reprogramação de metas proporcional ao prazo solicitado.

§ 7º Quando a concedente der causa ao atraso na liberação dos recursos, a vigência do instrumento poderá ser prorrogada "de ofício" limitada ao exato período do atraso verificado, prescindindo de prévia análise da área jurídica do concedente.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSE ARANTES

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 25 de agosto de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186/2008 e na Nota Técnica 1447/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Processo de Pedido de Alteração Estatutária 46206.019577/2015-74 da Federação Nacional de Hotéis Restaurantes Bares e Similares, CNPJ 33.792.235/0001-12, com respaldo no artigo no art. 5º, II, da Portaria 186/2008.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99, na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 191/2016/GAB/SRT/MTb, resolve deferir o pedido de reconsideração protocolado sob o n.º 46000.005049/2016-25; arquivar a impugnação 46000.003015/2013-53 do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília/DF, CNPJ 00.720.771/0001-53; revogar o ato de indeferimento/arquivamento do Processo 46206.006080/2011-62 do SINTRACOOP/DF - Sindicato dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Distrito Federal, CNPJ 13.531.961/0001-74, publicado no DOU n.º 216, Seção I, pág. 78, de 12/11/2015; e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46206.006080/2011-62
Entidade	SINTRACOOP-DF - Sindicato dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Distrito Federal
CNPJ	13.531.961/0001-74
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Distrito Federal
Categoria	Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do DF

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, na Nota Técnica 200/2016/GAB/SRT/MTb e nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99, resolve deferir o recurso administrativo 46000.001226/2016-02 e revogar o ato de indeferimento do processo 46208.007029/2011-58, publicado no DOU de 18/02/2016, n.º 32, Seção I, pág. 33 e publicar o deferimento do Registro Sindical do SINDOJUS - GO - SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES DO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ 13.903.346/0001-41, Processo 46208.007029/2011-58, para representar a categoria dos Oficiais de Justiça Avaliadores, no Estado do Goiás, nos termos do art. 25, I, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de agosto de 2016

Processo nº 46208.008034/2016-91

Nos termos do pronunciamento da Seção de Relações do Trabalho, conforme análise e parecer técnico às fls. 19, e usando da competência que me foi delegada pela Portaria SRT nº 2, de 25 de maio de 2006, publicada no D.O.U. de 26 de maio de 2006, REVOGO, a pedido, o Plano de Cargos e Salários da BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A (CNPJ nº 05.161.069/0005-44), anteriormente homologado sob o Processo nº 46290.002075/2013-31 (Publicado no DOU de 30/12/2013, Seção 1, Página 252).

DEGMAR JACINTO PEREIRA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 323, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Aprova, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pela empresa Citrosuco Serviços Portuários S.A., para o arrendamento portuário do Contrato PRES 18/98, no Porto de Santos/SP.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e em consonância com o art. 24-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 e com o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pela empresa Citrosuco Serviços Portuários S.A., para o pleito de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento Portuário PRES 18/98, celebrado com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Art. 2º Encaminhar os autos do Processo Administrativo nº 00045.004346/2014-74 à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq para análise e deliberação acerca do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA apresentado pela empresa, após as quais deverá ser restituído ao Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil, com vistas à deliberação final e eventual assinatura do termo aditivo, caso sejam cumpridos todos os requisitos legais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 388, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.042372/2016-13, deliberado e aprovado na 19ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 23 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a Condição Especial CE/SC 25-035, intitulada "Condição Especial Aplicável ao Uso do Sistema ATTCS para Arremetida", para fins de certificação de tipo do avião Embraer ERJ 190-300 e de outras aeronaves a critério da ANAC.

Parágrafo único. A Condição Especial de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 2.273, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41 do Anexo I do Decreto no 5.731, de 20 de março de 2006, conforme disposto no art. 53, inciso IV, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.058169/2016-69, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 43.9-002, Revisão B (IS nº 43.9-002B), intitulada "Uso e preenchimento do Certificado de Liberação Autorizada (Etiqueta de Aprovação de Aeronavegabilidade)".

Parágrafo único. A Instrução Suplementar de que trata esta Portaria encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço desta Agência (endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps.) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.931, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que constam dos processos nº 50306.000904/2011-30 e 50300.007062/2016-10, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas Substituto, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 743-ANTAQ, de 20 de abril de 2011, de titularidade do empresário individual A. Amaral de Paiva Navegação - ME, CNPJ nº 04.451.565/0001-46, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 5º Termo Aditivo, em virtude da alteração no esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 4.933, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta dos processos nºs 50300.000542/2005-99 e 50300.007994/2016-54, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas Substituto, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 269/ANTAQ, de 1º de agosto de 2006, de titularidade da empresa Oziel Mustafa dos Santos & Cia Ltda., CNPJ nº 23.031.289/0001-01, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude da inclusão de novas rotas e do transporte de carga geral no objeto da respectiva outorga.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 4.934, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno e considerando o que consta do processo nº 50301.001395/2012-93, resolve:

Art. 1º Retificar o art. 1º da Resolução nº 2.863-ANTAQ, de 17 de abril de 2013, em virtude de erro material:

Onde se lê: Termo de Autorização nº 833-ANTAQ (...), leia-se: Termo de Autorização nº 883-ANTAQ (...).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

ACÓRDÃO Nº 56, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Processo: 50303.001658/2014-14
Parte: APM TERMINALS ITAJAÍ S.A. (04.700.714/0001-63)

Ementa: Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa APM Terminals Itajaí S/A, CNPJ nº 04.700.714/0001-63, em face de decisão proferida pela Diretoria Colegiada desta Agência, por ocasião de sua 392ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2015, levada a efeito por meio da Resolução nº 4.486-ANTAQ, de 25 de novembro de 2015, que lhe aplicou a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 78.750,00 (setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), pela prática da infração tipificada no inciso XXXVIII do art. 32 da Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 408ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 4 de agosto de 2016, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, votou como segue:

"a) Pelo conhecimento do Pedido de Reconsideração formulado pela APM Terminals Itajaí S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.700.714/0001-63, dada a sua tempestividade, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reformando, por conseguinte, a decisão consubstanciada na Resolução n° 4.486-ANTAQ, de 25/11/2015, especificamente mudando a redação do artigo 2º do referido ato, para aplicar a penalidade de multa pecuniária no montante de R$ 8.888,00 (oito mil e oitocentos e oitenta e oito reais), em face da empresa APM Terminals Itajaí S/A., pelo cometimento da infração tipificada no artigo 32, inciso XXXVIII da Resolução 3.274-ANTAQ/2014; e

b) Determinar que a empresa APM Terminals Itajaí S/A promova o ressarcimento do valor de R$ 888,00 cobrado indevidamente na forma de sobre estadia de armazenagem à empresa Rampinelli, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da publicação da presente decisão."

O Diretor Fernando Fonseca divergiu verbalmente do voto proferido pelo Diretor Relator, manifestando-se pelo não provimento do pedido de reconsideração interposto, com a manutenção da decisão consubstanciada na Resolução nº 4.486-ANTAQ, de 25/11/2016, no que foi acompanhado pelo Diretor Mário Povia.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto verbal proferido pelo Diretor Fernando Fonseca, acompanhado pelo Diretor Mário Povia.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Adalberto Tokarski, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Mário Povia, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Geral Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

MÁRIO POVIA
Diretor

ACÓRDÃO Nº 57, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Processo: 50309.002018/2013-82
Parte: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE (34.040.345/0001-90)

Ementa: Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, CNPJ nº 34.040.345/0001-90, em face de decisão proferida pela Diretoria Colegiada desta Agência, por ocasião de sua 382ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de abril de 2015, levada a efeito por meio da Resolução nº 4.078-ANTAQ, de 7 de maio de 2015, que lhe aplicou a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos reais), pela prática das infrações tipificadas nos incisos XXXVI e LIV do art. 13 da Resolução nº 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 408ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 4 de agosto de 2016, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, votou como segue:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"a) por conhecer do pedido de reconsideração interposto pela empresa Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, (...), eis que observados os requisitos da sua admissibilidade, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para aplicar a sanção de advertência pela infração tipificada no art. 13, inciso LIV da Resolução n° 858-ANTAQ, por deixar de cumprir e de fazer cumprir as determinações da ANTAQ, ou seja, não ter celebrado contrato de cessão de uso, oneroso ou não oneroso, de área operacional. "

O Diretor Fernando Fonseca divergiu verbalmente do voto proferido pelo Diretor Relator, manifestando-se pelo não provimento do pedido de reconsideração interposto, com a manutenção da decisão consubstanciada na Resolução nº 4.078-ANTAQ, de 07/05/2016 uma vez que a regularização da situação que ensejou a penalização da recorrente deu-se após a efetiva aplicação da multa pecuniária, no que foi acompanhado pelo Diretor Mário Povia.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto verbal proferido pelo Diretor Fernando Fonseca, acompanhado pelo Diretor Mário Povia.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Adalberto Tokarski, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Mário Povia, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Geral Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

MÁRIO POVIA
Diretor

ACÓRDÃO Nº 60, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Processo: 50301.001097/2014-65
Parte: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ (42.266.890/0001-28)

Ementa: Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa Companhia Portuária Baía de Sepetiba S.A. - CPBS, CNPJ nº 72.372.998/0001-66, em face de decisão proferida pela Diretoria Colegiada desta Agência, por ocasião de sua 379ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2015, levada a efeito por meio da Resolução nº 3.967-ANTAQ, de 5 de março de 2015, que: 1) determinou o arquivamento do processo administrativo sancionador nº 50301.001097/2014-65, por julgar insubsistente o Auto de Infração nº 568-1, lavrado em face da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; 2) declarou a nulidade das cláusulas do Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 155/1996, firmado com a CPBS, que preveem prorrogação automática; e 3) determinou à Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, que adotasse providências visando a adequação das referidas cláusulas do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 155/1996 ao novo marco regulatório.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 408ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 4 de agosto de 2016, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por: a) conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa Companhia Portuária Baía de Sepetiba S.A., dada a sua tempestividade, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reformulando a decisão consubstanciada na Resolução nº 3.967-ANTAQ, de 5 de março de 2015, especificamente para tornar sem efeito o disposto em seu art. 2º, ficando os demais artigos referendados e b) determinar a abertura de processo administrativo específico para apuração de nulidade das cláusulas 19 e 20 da Seção V do Capítulo II, do Contrato de Arrendamento DEPJUR nº 155/1996, no qual sejam notificadas para figurarem como parte interessada a CDRJ e a CPBS. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Adalberto Tokarski, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Mário Povia, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Geral Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

MÁRIO POVIA
Diretor

ACÓRDÃO Nº 61, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Processo: 50312.001465/2014-46
Parte: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO (27.316.538/0001-66)

Ementa: Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, CNPJ nº 27.316.538/0001-66, em face de decisão proferida pela Diretoria Colegiada desta Agência, por ocasião de sua 386ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de junho de 2015, levada a efeito por meio da Resolução nº 4.245-ANTAQ, de 6 de julho de 2015, que lhe aplicou a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela prática da infração tipificada no inciso LIV do artigo 13 da Resolução nº 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor, ao deixar de cumprir o estabelecido no § 3º do artigo 51 da norma aprovada pela Resolução nº 2.240-ANTAQ, de 4 de outubro de 2011.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 408ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 4 de agosto de 2016, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, dada a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, por conseguinte, a decisão consubstanciada na Resolução nº 4.245-ANTAQ, de 6 de julho de 2015, uma vez que não há fatos novos nem, tampouco, circunstâncias relevantes suscetíveis a justificar a inadequação da referida decisão. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Adalberto Tokarski, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Mário Povia, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Geral Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

MÁRIO POVIA
Diretor

ACÓRDÃO Nº 63, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Processo: 50312.001464/2014-18
Parte: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO (27.316.538/0001-66)

Ementa: Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, CNPJ nº 27.316.538/0001-66, em face de decisão proferida pela Diretoria Colegiada desta Agência, por ocasião de sua 383ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de maio de 2015, levada a efeito por meio da Resolução nº 4.086-ANTAQ, de 7 de maio de 2015, que lhe aplicou a penalidade de advertência, pela prática da infração tipificada no inciso LIV do art. 13 da Resolução nº 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor, ao deixar de cumprir o estabelecido no § 3º do art. 51 da norma aprovada pela Resolução nº 2.240-ANTAQ, de 4 de outubro de 2011.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 408ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 4 de agosto de 2016, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, dada a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, por conseguinte, a decisão consubstanciada na Resolução nº 4.086-ANTAQ, de 7 de maio de 2015, uma vez que não há fatos novos nem, tampouco, circunstâncias relevantes suscetíveis a justificar a inadequação da referida decisão. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Adalberto Tokarski, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Mário Povia, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Geral Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

MÁRIO POVIA
Diretor

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 5.168, de 17.8.16, publicada no DOU nº 163, de 24.8.16, Seção 1, pág. 45, onde se lê: "...e no que consta dos Processos nºs 50500.194779/2016-10 e 50505.042929/2016-79;..."; leia-se: ""...e no que consta dos Processos nºs 50500.184779/2016-10 e 50505.042929/2016-79;...".

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)
Sessão prevista para 30/08/2016, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
001.372/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tombos - MG
Responsável: Mateus Pereira Junior
Representação legal: não há
014.324/2016-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Chapada do Norte - MG
Responsável: Manoel Rodrigues dos Santos
Representação legal: não há.
016.562/2016-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Evani Gonçalves Pedro; Tereza Abrão
Interessado: Wilson Pedro
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
016.588/2016-9
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Maria de Lourdes dos Santos Monguilhott
Interessado: Gentil Monguilhott
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
016.603/2016-8
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Josefa Ferreira Cavalcanti
Interessado: José Ribamar Teixeira Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
016.658/2016-7
Natureza: Representação
Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: Isaac Ferreira Gomes de Medeiros (OAB/PE 31.139) e Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB/PE 33.668) (peça 1, p. 13)
019.509/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Roberto da Silva; Alan Silveira Silva; Alexandre Matias Santiago Pires; Allysson Vinícius Ferreira da Silva; Antônio Carlos Corrêa Junior; Caroline Alves Baptista; Edigar Sant'Anna de Oliveira Rosa; Edson Adriano de Macena Junior; Felipe Mello de Mattos; Álex Durso Paixão
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há
019.545/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Carvalho Pereira; Camile Silva do Lago; Carina Guerini da Silva; Carlos Alberto Andrade Nina Neto; Carlos Henrique de Assis; Carolina Borges; Celina Youko Yuzuki; Celso Aparecido de Oliveira; Christie Sales da Silva Nascimento; Claudia Barroso Roquette Pinto Bojunga
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A
Representação legal: não há
019.548/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joilson Santos de Jesus; Jone Geraldo Ferreira; José Izidio Roberto da Silva Junior; Júlia da Matta e Silva; Leandro da Silva Maia; Leonardo Pereira Costa; Letícia Magalhães Aragão; Letícia Rodrigues Lindoso; Lincoln Chaves de Oliveira; Lívia Dias Moreira Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A
Representação legal: não há
019.552/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Paulo Cobe Fonseca; Ruan de Souza Araujo; Soraia Aparecida dos Reis Rodriguez; Thiago Sousa Leite; Vanessa de Carvalho Thomazini; Vinícius Rocha Monteiro; Vinícius Sá de Freitas; Wesley de Oliveira Dias; Zilma Cruz Cacique da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A
Representação legal: não há
019.736/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tayana Lenzi de Oliveira; Thainan Brum Vaz; Thaís Borges Melo; Thales Bastos de Oliveira; Thales Fernando Oliveira de Sousa; Thales Gama Gonçalves; Thales da Silva Anadia; Thalles Filipe Honorato Sampaio; Thaynan dos Santos Vicente; Theoharis Efcarpidis Sfakianakis
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há
022.900/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais
Responsáveis: Associação dos Municipios do Circuito Turistico Parque Nacional da Serra do Cipó; Henrique Ferreira Machado Michel
Representação legal: Mariana Araújo Rocha, representando Associação dos Municipios do Circuito Turistico Parque Nacional da Serra do Cipó; Jason Soares de Albergaria Filho (7874/OAB-MG) e outros, representando Henrique Ferreira Machado Michel
023.084/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pablo Resende de Oliveira; Pedro Silveira Passos; Pedro da Cunha Guedes de Freitas; Priscila Gonçalves Ramos de Oliveira; Rafael Augusto Barbosa Dias dos Santos; Rafael de Oliveira Bittencourt; Raisa Maarit Pauliina Ojala; Raphael Gustavo Gomes Araujo; Raphael de Almeida Nunes; Renata Oliveira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há
024.640/2016-6
Natureza: Representação
Recorrente: Vebrassil Concessionária EIRELLI-EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tupaciguara - MG
Representação legal: Wiliam Guagneli Dias (OAB/SP 299.762)
028.169/2006-2
Natureza: Aposentadoria

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Interessados: Ednolia Costa Dias; Heleno Felipe Santiago; Irma de Albuquerque Republicano; Irma de Albuquerque Republicano; Jose Maria Maciel Pires; Maria do Carmo Aires Gadelha; Ruth de Oliveira Borner
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Cristiano Julio Silva Xavier (21.301/OAB-DF) e outros, representando Maria do Carmo Aires Gadelha
035.271/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Elizabeto Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Distrito de Irrigação da Baixada Ocidental Maranhense
Representação legal: não há
Ministro BENJAMIN ZYMLER
001.683/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba - Nikkei Curitiba e Jorge Yamawaki
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba - Nikkei Curitiba
Representação legal: não há
004.286/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cristiane de Oliveira Novaes; Rosalina Jorge Koifman
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há
012.340/2013-8
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Enilson Simões de Moura e Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimentos do Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: Guilherme Antonio Brito Gonçalves Barbosa (OAB/DF 45.197), Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762), Ricardo Aguilar Perez (OAB/SP 195.449) e outros
014.098/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Silvana de Brito Ferreira Duck
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná
Representação legal: não há
014.501/2016-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira; Roberto Paulo Cezar de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação legal: não há
015.190/2014-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Ana Luiza Heineck Kruse; Cleusa Regina Halfen; Maria Helena Mallmann e Rosane Serafini Casa Nova
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há
016.480/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Martins Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região
Representação legal: não há
019.472/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Grazziela Nilo de Santana Menezes; Issana Fagundes Scheffler Coelho; Joselia Correia Camara; Nádia Iris Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região
Representação legal: não há
019.579/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ivanise Nunes Pereira; Luana Dobginski Silva; Paula Loureiro da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região
Representação legal: não há
020.042/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alessandra Patrícia Gomes Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Representação legal: não há
020.176/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Gilmar Rodrigues de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há
020.545/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Thaysa Gomes Marques Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região
Representação legal: não há
022.941/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Romulo Teixeira Lage; Romulo Teixeira Lage
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há
022.953/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Garcia Aquino; Cibele Brandao de Arruda Souza; Ciela Grison; Danielle Araujo de Oliveira; Debora Brum Carvalho; Denise Pires Pierin; Edson Tadao Hirayama; Eduardo Correia da Silva; Evandro Monteiro Gomes da Silva; Felipe Figlioli
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há
022.954/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Filipe de Mello Sampaio Cunha; Geysa Milhomem Rodrigues; Gregorio Roggia; Gustavo Nonato Castro; Ilissa Araujo Miceli; Jacqueline Alves Costa; Janaina de Oliveira Motta; Jose Ricardo Sales; Katia Regina Brito Monteiro; Leonardo Costa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há
022.957/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Morbeck Coelho Oliveira; Renato Godinho; Renner de Carvalho Machado; Ricardo Lopes Salles; Ricardo Vaz Gomes Bastos; Ricardo da Silva Gomes; Roberto Andrade Fernandes; Robilsa Reisen Scardua Fiorotti; Romeu Ribeiro Marques da Fonseca; Roseane Maria Lopes Ferreira da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há
022.958/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosyani Gava Faroni; Silvio Dias dos Reis; Sylmara Zuleika Bertelli; Thainá França; Thaise Martins Fernandes Bessa; Thiago Campos Santini; Tobias Radaelli Bassotto; Vander Fagundes de Almeida Junior; Vanessa Cristina Merlin Dal Gobbo; Vanessa Thuller Aielo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há
022.959/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Werner Serafim dos Passos; Wesiley dos Santos Monteiro; Yves Luan Guimaraes Sa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há
023.107/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Auri Resende Leite; Bemvenuto dos Reis Cabral Júnior; Cássia Lage de Macedo; Don Carlos de Araújo Dantas; Eliana Barreto Torres; Gustavo Calistrato Resende; Hugo Moreira Coelho; Jefferson Rodrigues Lima; João Paulo Morretti de Souza; Juliana Arruda Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região
Representação legal: não há
023.115/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Pati Soares; Ana Rita Portelinha Falconi; Barbara Araujo Machado Bomfim; Carla Fabiana Dessimoni Kechichian de Carvalho; Eduardo Marques Andre; Jose Antonio Olim Perestrelo Gomes; Karen da Cruz; Marcelo Eizo Kato; Paulo Cesar da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há
023.117/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Alberto Maia do Nascimento; Carlos Eduardo de Almeida Santos; Carolina Candeia Galvao; Clelton Caixeta Ferreira; Daniela Aparecida de Souza; Daniela Yamada de Aguiar; Danilo Thomazini Rodrigues; Danilo da Cunha Sousa; Deborah Silveira Monteiro da Silva; Diogo Maciel Lazarini
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região
Representação legal: não há
023.118/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo Peral Gomes; Eduardo Moraes Borges; Eduardo dos Santos Fontes; Elaine Cristina Pansera; Erika Scabora Alleva; Fabiano Pedro Lourenço; Fernando Garcia Souza; Filipe Pires Jacinto; Flavio Alves Rosa; Gabriela Cristina Quinalia
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região
Representação legal: não há
026.300/2015-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2014
Responsáveis: Alexandra Vieira do Prado; Bruno Moreira de Carvalho; Charlene da Silva Duarte; Elio Ebert de Oliveira; Elizabeth Tominaga Boero; Helena da Silva Rocha Sete; Jair Sezário Luz; Laura Cecília Gonçalves dos Santos; Maria de Lourdes da Silva; Odete Soares de Oliveira Souza; Osvaldo Veiga; Ruyvaldo Correia Sales
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Rondônia
Representação legal: não há
030.121/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Tereza Mitiko Toyohara Iseki
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
005.009/2016-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: João de Paula Gomes Neto, Prefeito Municipal
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capela/AL
Representação legal: não há
007.305/2016-8
Natureza: Representação
Representante: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
Órgão/Entidade/Unidade : Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
Representação legal: Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB/AM 6.142)
014.401/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Irani Amaral Bortone
Órgão/Entidade/Unidade : Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
Representação legal: não há
017.165/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Deleane Camargo de Santana Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há
017.167/2016-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Corrêa Riera
Órgão/Entidade/Unidade : Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há
020.348/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jarbas da Silva Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
Representação legal: não há
021.229/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Oliveira de Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
Representação legal: não há
021.769/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hugo de Souza Nogueira e Thiago Cosmo Lucena
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Justiça e Cidadania
Representação legal: não há
022.147/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Carolina Cambeses Pareschi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Justiça e Cidadania
Representação legal: não há
022.975/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiano Edson Carlos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
022.985/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Talita Toledo Leite e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
022.999/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago José Jardim Silva e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.002/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Otto Correa Alves e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.004/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Silveira Batista e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.007/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Britto Liberato e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.009/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Machado dos Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.035/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valmario Silva Torres e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.037/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanderson da Silva Cruz e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.041/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Victor Emmanuel de Oliveira Martins e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.045/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinícius Carbone Bernardes de Oliveira e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.047/2016-0
Natureza: Atos de Admissão

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Interessados: Vinicius Freire de Castro e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.051/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vitor Leal de Mello e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.056/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wagner Pacheco Constantino e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.061/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Webert Nunes dos Reis e outros
Órgão/Entidade/Unidade : Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.068/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Willians Christo do Nascimento e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.071/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Yuri Siqueira dos Santos e outros
Órgão/Entidade/Unidade : Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há
023.089/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lívia Bezerra Marques e outros
Órgão/Entidade/Unidade : Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há
023.093/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Marcio da Cunha Machado e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Representação legal: não há
023.094/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leonardo Coelho dos Santos Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Representação legal: não há
023.095/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Cristina Ramos Paiva e outros
Órgão/Entidade/Unidade : Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há
023.102/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Siqueira Lima e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há
023.244/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ronaud Souza Gomes e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há
025.960/2015-6
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Órgão/Entidade/Unidade : Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há
026.292/2015-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Nilson Januário de Souza e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Rondônia (atual Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia/RO)
Representação legal: não há
027.243/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Débora Gabriele Belo Gonçalves e outros
Órgão/Entidade/Unidade : Ministério da Fazenda
Representação legal: não há
033.771/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mauricio Pedro de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há
034.926/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade : Prefeitura Municipal de Prata/PB
Responsável: Marcel Nunes de Farias
Representação legal: Joanilson Guedes Barbosa (OAB/PB 13.295)
Ministro BRUNO DANTAS
000.977/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Recorrente: Ciro Marcial Roza
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Brusque - SC
Representação legal: Mário Wilson da Cruz Mesquita (9489/OAB-SC) e outros, representando Ciro Marcial Roza
001.218/2016-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Eloi Alfredo Pieta; Sebastião Alves de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Guarulhos - SP
Representação legal: não há
001.223/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Manoel Rogerio Zabeu Miotello
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Getulina - SP
Representação legal: não há
010.472/2016-9
Natureza: Relatório de Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Representação legal: não há
012.732/2016-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jose Aquino de Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há
016.732/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adao Jose Ribeiro e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Tocantins - DR/TO
Representação legal: não há
017.997/2015-1
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo - SP
Representação legal: não há
018.495/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vagner Macedo Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há
019.514/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hudson dos Santos Poeck e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há
019.789/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mauricio Rodrigues do Carmo e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há
023.077/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tatiana Flores Piecha
Órgão/Entidade/Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A
Representação legal: não há
023.237/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Hanauer e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso
Representação legal: não há
029.896/2015-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2014
Responsáveis: Abib Alexandre de Araujo; Breno Carrillo Silveira; Claudia Ferreira de Almeida; Danielly de Sousa Nóbrega; Juliana de Souza Dantas; Luiz Pedro de Melo Plese; Marcelo Coelho Garcia; Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio; Rosana Cavalcante dos Santos; Ubiracy da Silva Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
003.737/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ednaldo dos Santos Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sento Sé/BA
Representação legal: não há
003.749/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Edvaldo Cardoso Calasans
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal - BA
Representação legal: não há
005.078/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ramon Gonzalez Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mairi/BA.
Representação legal: não há.
015.121/2016-0
Natureza: Representação
Representantes: Joaquim Oliveira Brotas e Maria Aparecida Dantas da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cafarnaum/BA
Representação legal: não há
029.878/2015-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Adelmir Araujo Santana; Alberto Salvatore Giovanni Vilardo; Alexandre Augusto Bitencourt; Ana Alice de Souza; Antônio José Matias de Sousa; Antônio Tadeu Perón; Bartolomeu Gonçalves Martins; Caetana Juracy Rezende Silva; Carlos Cavalcante de Lacerda; Carlos Hiran Bentes David; Clayton Faria Machado; Célia Romeiro de Sousa; Edmar Almeida de Moraes; Edy Elly Bender Kohnert Seidler; Elaine Furtado; Epaminondas Lino de Jesus; Francisco Maia Farias; Francisco Valdenir Machado Elias; Fábio de Carvalho; Hamilton Cézar Junqueira Guimarães; Henrique Pizzolante Cartaxo; Ieda Bezerra de Alcântara; Isaú Joaquim Chacon; Jose Geraldo Dias Pimentel; José Fernando Ferreira da Silva; Jó Rufino Alves; Kátia Christina Soares de Moraes Corrêa; Ledir Júnior de Almeida; Luciana Vilela Alves de Castro; Luciana de Barros Novita; Luiz Carlos Pires de Araújo; Luiz Otávio da Justa Neves; Luís Fernando Vizin; Maria Isabel Caetano dos Reis; Maria das Dores Magalhães de Almeida; Maria das Graças Borges do Amaral; Maria das Graças Gonçalves Almeida; Maria do Espírito Santo Oliveira; Miguel Nabut; Miguel Setembrino Emery de Carvalho; Oscar Perné do Carmo; Paolo Orlando Piacesi; Paulo Henrique de Carvalho Lemos; Raul Carlos da Cunha Neto; Roberto Castelo Branco Matutino Gomes; Roger Benac; Rogério Tokarski; Silvania Rodrigues Monteiro; Tânia Maria Salvador Ferraz Paiva; Vera Lêda Ferreira de Morais; Viviane Rassi; Washington Domingues Neves; Álvaro José da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Distrito Federal
Representação legal: não há
Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
014.167/2016-6
Natureza: Representação
Representante: PWS Publicidade & Propaganda Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: município de Rio Branco/AC
Representação legal: não há
019.524/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Ferreira Cardoso; Fernanda Rosa Macêdo; Florentino Gonçalves Chaves Neto; Flávia Gomes Lacerda; Francisca de Fátima de Araújo Lucena; Gabriel Hugheney Romero; Gisela Resende Garcia; Grazielle Teles de Araujo; Guilherme Carvalho da Silva; Jamile Maria Boueres Calado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
Representação legal: não há
019.529/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Talita Pessoa Dias Bragança Borges; Thaís Kawashima; Thiago dos Santos Estrela Guedes; Valdália Veloso Nehring; Vanessa Souza da Vitoria; Vanídia Kreibich; Vera Lucia Dolabella Barbi; Viviane Paula Rocha; Waldivino João Pereira Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
Representação legal: não há
021.087/2016-4
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público de Sergipe/SE
Órgão/Entidade/Unidade: município de Canhoba/SE
Representação legal: não há
023.962/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Trivale Administração Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (Creci/SP)
Representação legal: não há
028.110/2015-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: José Cândido Costa Rezende, Eduardo Dezan Garcia, Patrícia Cabral Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há
030.075/2015-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Alagoas
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
004.927/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará
Responsáveis: Força Sindical do Estado do Pará; Roberto dos Santos; Suleima Fraiha Pegado
Representação legal:
Thiago Groszewicz Brito (31.762/OAB-DF)
Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (28.949/OAB-DF)
006.700/2014-4
Natureza: Auditoria
Interessado: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Representação legal: Wilton Luis da Silva Gomes (220788/OAB-SP); Paula Keiko Iwamoto Poloni (177.336/OAB-SP)
008.944/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Milton Bernardo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
Representação legal : não há
012.206/2014-8
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Ricardo Barbosa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás
Representação legal: Dorival Salomé de Aquino (17.635/OAB-GO), Idelmar de Paiva Neto, representando Instituto Brasil Central Ibrace
017.915/2010-4

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Natureza: Pensão Civil
Interessados: Kleber Ribeiro Regis; Kleber Ribeiro Regis
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal : não há
020.200/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Anastasia Ventorim Gaudio Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal : não há
020.205/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Maurício Barros de Abreu Rego
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal : não há
022.865/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itabirinha de Mantena - MG
Responsável: Aurélio Cezar Donadia Ferreira
Representação legal: não há
031.576/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jequitinhonha, Minas Gerais
Responsável: Espólio de Henrique Frederico Haitman de Abreu
Representação legal: não há
Ministro BENJAMIN ZYMLER
006.072/2013-5
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul e Altemir Antônio Tortelli
Responsáveis: Altemir Antônio Tortelli e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Representação legal: Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF) e outros, representando Altemir Antônio Tortelli e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
008.625/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abel Carlos Avancini; Abel Carlos Avancini; Catarina Santos dos Santos; Marco Aurélio de Aguiar Costa; Maria Heloisa Cardoso Pinto; Maria Rejane de Freitas Flores; Maria Salete da Rosa da Silva; Marilene Correa; Mario Hideki Osanai; Marisa Alves Paz Costa; Marisa Mattarredona Barbosa; Marta Mendes Schneider; Martha Helena Leal da Costa; Mary Alba Escouto; Neila Ribeiro Daiello; Neila Ribeiro Daiello; Neuza Lagranha Teichmann; Osmar de Vargas Drower; Otto Pinheiro da Silva; Paulo Abreu Barcellos; Paulo Abreu Barcellos; Samuel Burd; Sergio da Costa Franco Filho; Sonia Maria Gonçalves Avancini; Sonia Maria Gonçalves Avancini; Valmir Vieira Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há
013.585/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Arujá; José Luiz Ricca; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Regina Roth Pavanelli; Walter Barelli
Representação legal: Alvaro Bernardino (275.095/OAB-SP), representando Regina Roth Pavanelli; Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Arujá; Luiz Antonio Alves de Souza (36.186/OAB-SP) e outros, representando José Luiz Ricca; Alessandra Gonçalves Pinheiro Pimenta (14.017-E/OAB-DF), representando Gabriela Dellacasa Stuckert; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (21359/OAB-DF) e outros, representando Nassim Gabriel Mehedff
018.344/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Dalton de Alencar Fischer Chamone; George Ernesto Crivoi; Hemo - Comércio e Importação de Produtos para Hemoterapia Ltda. - EPP; Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo/SP; Jose Barbuto Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: Aristides Junqueira Alvarenga, OAB-DF 12.500; Pedro Henrique Cardin (13.980/E /OAB-SP) e outros, representando Dalton de Alencar Fischer Chamone; Jose Barbuto Neto (207975/OAB-SP) e outros, representando Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo/SP.
019.319/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Edson Conceição Santos; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Sindicato dos Condutores em Transporte de Cargas Próprias do Estado de São Paulo e Walter Barelli
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE) e a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP)
Representação legal: Rudi Alberto Lehmann Júnior (133.321/OAB-SP) e outros, representando Edson Conceição Santos e Sindicato dos Condutores em Transporte de Cargas Próprias do Estado de São Paulo; Ronaldo de Almeida (236.199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino
020.183/2010-0
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Recorrentes: Ministério Público junto ao TCU; Celso Ferreira; Dimas Fabiano Toledo e Márcio Augusto Vasconcelos Nunes
Responsáveis: Celso Ferreira; Dimas Fabiano Toledo; Fernando Sá de Sá Rego; Heitor Herberto Sales, Luiz Fernando Bergamni de Sá; Luiz José Bacha Rizzo; Márcio Augusto Vasconcelos Nunes e Paulo Roberto Campos Cardoso de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A
Representação legal: Joelson Dias (OAB/DF 10.441) e outros, representando Celso Ferreira, Márcio Augusto Vasconcelos Nunes e Dimas Fabiano Toledo; Paulo Roberto Gomes, representando Furnas Centrais Elétricas S.A
027.365/2009-4
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Construtora Gautama Ltda.; Pedro Serafim de Souza Filho e ACCAT Consultoria e Assessoria Técnica Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ipojuca - PE, Ministério da Integração Nacional e Fundação Nacional da Saúde
Responsáveis: ACCAT Consultoria e Assessoria Técnica Ltda. - EPP; Ademur José Batista Monteiro; Alcindo Salustiano Dantas Filho; Carlos José de Santana; Construtora Gautama Ltda.; George Agnelo de Lima; Pedro Serafim de Souza Filho; Ricardo Corte Real Braga; Rui Xavier Carneiro Pessoa e Município de Ipojuca - PE
Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (18596/OAB-DF) e outros, representando ACCAT Consultoria e Assessoria Técnica Ltda.; Aldo José Alves de Queiroz (8697-D/OAB-PE), representando Ricardo Corte Real Braga; Luiz Cláudio Araújo Ribeiro (45286/OAB-DF) e outros, representando Construtora Gautama Ltda.; Márcio José Alves de Souza (5786/OAB-PE) e outros, representando Pedro Serafim de Souza Filho
027.876/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Federação de Dança do Estado de São Paulo; Regina Menezes Alexandrino
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação legal: não há
029.436/2011-7
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Lúcia de Fátima Aires Miranda
Responsáveis: Lúcia de Fátima Aires Miranda e Orlando Dantas de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Municipal de Saúde e Município de Puxinanã - PB
Representação legal: Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14233) e outros, representando Lúcia de Fátima Aires Miranda
030.199/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Almir Munhoz; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Antônio Rosella (33732/OAB-SP) e outros, representando Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo e Almir Munhoz
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
001.282/2016-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademir Alves; Ageu Jatai Moraes e Tude Tupy da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há
013.984/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alexandre Braga Pegado, ex-prefeito e Instituto Ludus Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade : Prefeitura Municipal de Conceição/PB
Representação legal : Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663), Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 10.827) e Sebastião da S. Luna (OAB/PI 4184)
018.765/2014-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Moji Mirim, e Ozébio Donizete Réquia, ex-presidente da entidade
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo
Representação legal: Oswaldo Waquim Ansarah (OAB 143.497/SP) e Ana Paula Combe (OAB 351.790/SP)
019.327/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maria Fernanda Coutinho Gomide (ex-empregada)
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há
031.336/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Renato Martins de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há
032.951/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Afonso Maliacan Pereira; Afrânio Neres de Oliveira; Alexandre Henrique Chaves; André Alves Cunha; Antônio Bento dos Santos; Antônio Carlos Januário Nogueira; Ari Neres de Oliveira; Augusto César Alves de Pinho; Beatriz Barbosa Bastos; Benedito Jorge Ribeiro; Benjamim da Silva Teixeira; Carlos Ernesto da Silva Pereira; Carlos Miguel Pires; Deise Lucia Ferreira da Rocha Ribeiro; Dirce Oliveira do Nascimento Viana; Eliane Berbert Fortes; Elisabeth Fernandes Barbosa; Ezequias Nogueira Pereira; Florentino Dalvi; Francisco de Souza Amorim; Fátima Andrade Pinto; Haroldo Rezende Diniz; Hilma Vianna Pinto; Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida; José Alberto do Nascimento; José Augusto de Souza Araujo; José Carlos Ferreira Silva; José Eduardo da Rocha Bezerra; José Maria Joventino da Silva; José Valdo Furtado; José da Silva; Jurema Simão da Silva; Jussara Meirelles Maués; Ledino Pestana; Lucia Helena do Nascimento Manso; Luiz Antônio Sampaio Barreto; Luiz Carlos Santos de Oliveira; Luiz Fernando Freire de Aguiar Netto dos Reys; Marcelo Cabral de Mello; Marcia Fernanda Sampaio de Oliveira; Marcia da Silva Barros; Maria Estela Filardi Borges; Maria Ferreira da Silva; Maria Isabel Silveira Alencar; Maria Luiza da Trindade Silva; Maria Melo Rasma Moreira; Maria Moreira de Araujo Lima; Mariane Gomes Amorim; Mariland Saraiva Correia; Marilene Azevedo dos Santos; Mario Sebastião Lopes Macieira; Marta Siqueira; Maura Fioravanti Paixão; Miiriam de Mello Moreira; Neli Lima de Oliveira; Nélio Costa; Paulo Sérgio Chaves Clóvis; Reginaldo dos Santos; Renato Luiz de Oliveira Lustosa; Ricardo Pazos Quitans; Rodrigo de Paula Einstoss; Rosane Marmello Muniz; Rosangela Soares Mendes Pereira; Rosilene Miranda Machado dos Santos; Samira Yassine Abdalad; Sandra Maria Peixoto Liparoti; Shirlei Rodrigues Fabiano; Simone Aparecida Mattos; Sonia Regina Caimão da Silva; Sonia Regina Serpa; Vera Lúcia Machado; Vera Maria Pessanha da Silva; Wagner Antunes Ayres; Wagner Correa de Oliveira; Washington Gonçalves de Araujo Filho; Welington Bonifácio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Representação legal: não há
036.241/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Manoel Messias dos Santos, Luana Moura Pinho Grassi, Antônio Fernando Lima Santos, Município de Capela/SE, ST Locação de Veículos Ltda., Elis Simone Mamlak, Cosme Rocha Santos, Robério dos Anjos Andrade, Clédiston de Andrade e Maria Telma Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capela/SE
Representação legal: Fabiano Freire Feitosa (OAB/SE 3.173), Tarcísio André Targino Matos (OAB/SE 4.349) José Benito Leal Soares Neto (OAB/SE 6.215), Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646) e Katiane Cintia Correa Rocha (OAB/SE 7.297)
044.801/2012-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Luiz Nelson Fonteles Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tucuruí/PA
Representação legal: Ivana Fonteles Cruz (4.898/OAB-PA) e outros
Ministro BRUNO DANTAS
004.446/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Instituto Técnico de Planejamento; e Luiz Carlos Paiva
Representação legal: não há
011.293/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Interessados: Afonso Leite; Glaucio Gurgel Fernandes; Marta Batista da Silva; Zilma Pereira da Silva
Representação legal: não há
013.293/2016-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Interessados: Alexsandra Arruda Canto; Ana Maria Silva Moreira; Carla Fernanda Costa Pinto de Moura; Carlos Alberto da Silva; Carlos José Cavalcanti de Melo; Carlos de Menezes; Cecy Grille de Souza Lima; Chirlene Gomes do Nascimento; Dermeval Gomes de Oliveira; Dulcinéa Silva da Hora
Representação legal: não há
016.589/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsável: Antônio Rodrigues da Silva
Representação legal: não há
018.026/2016-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Interessados: Ione Pereira Lima de Almeida, Rafaela Oliveira de Almeida e Raissa Moura de Almeida, pensionistas de Augusto Sérgio Santos de Almeida; Evanilda Laurinda da Silva, pensionista de Dênzio Corrêa da Silva; Maria Nogueira Motta, pensionista de Melquiades Rodrigues Motta; Francisca Cassiana Fernandes de Freitas, pensionista de Raimundo Torres de Leão de Freitas; Jonatha de Almeida Costa, Julia Almeida Costa, Juliana Natalia de Almeida Costa e Victor Brigido de Almeida Costa, pensionistas de Walvedo Brigido Costa
Representação legal: não há
024.418/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsável: Joelcio Menezes Pereira
Interessado: ECT Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
003.597/2014-8
Natureza: Tomada de contas especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Guajará-Mirim /RO
Responsáveis: José Mário de Melo; Maria de Jesus Perez Badra; Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim /RO
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (4-b/OAB/RO) e outros, representando José Mário de Melo e Maria de Jesus Perez Badra

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

010.146/2015-6
Natureza: Tomada de contas especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nazaré/BA
Responsável: Isaac Lemos Peixoto Filho
Representação Legal: Gerson Flávio Fraga de Araújo Pereira (OAB/PA 21.571); e outros
015.380/2016-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Teixeira de Freitas/BA
Responsáveis: João Bosco Bittencourt, Welington Rossini Felix e Carim Aramuni Gonçalves
Representante Legal: Carlos Alberto Correa Siquara (OAB/BA 24.561)
017.259/2015-0
Natureza: Tomada de contas especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Igaporã/BA
Responsável: José Calmito Fagundes Ledo
Representação Legal: não há
020.182/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra/MA
Interessado: Manoelito Silva Costa
Representação Legal: não há
032.185/2013-8
Natureza: Tomada de contas especial
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Paraná, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional no Paraná e Instituto Euvaldo Lodi do Paraná
Responsáveis: Rodrigo Costa da Rocha Loures, Ubiratan de Lara, Helena Gid Abage e Gina Gulineli Paladino
Representação legal: Cesar Augusto Guimaraes Pereira (OAB/PR 18.662), Willian Romero (OAB/PR 51.663), Vivian Cristina Lima López Valle (OAB/PR 27.089), Marco Antônio Guimarães (OAB/PR 22.427), Adriana da Costa Ricardo Schier (OAB/PR 27.589), e outros
Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
010.318/2013-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre
Interessados: Eliana Kouri de Souza; Maria das Graças Martins Ferreira; Olindina Alves da Silva; Welton da Silva Ferreira
Representação legal: Francisco Silvano Rodrigues Santiago (OAB/AC 777)
013.514/2015-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: município de Aquidabã/SE
Representação legal: não há
016.238/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: município de São Cristóvão/SE
Responsável: Armando Batalha de Gois
Representação legal: não há
016.725/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: municipal de Tremendal/BA
Responsáveis: Catulino Ferraz de Oliveira; José Carlos Vieira Bahia
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Representação legal: Lucas Chaves Pinheiro Gavazza (OAB/BA 27.236), representando Catulino Ferraz de Oliveira; Magno Israel Miranda Silva (OAB/DF 32.898 e OAB/BA 26.125) e outros, representando José Carlos Vieira Bahia
029.691/2015-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Psicologia 1ª Região (DF)
Representação legal: não há

Em 25 de agosto de 2016.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)
Sessão prevista para 30/08/2016, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro AUGUSTO NARDES
005.922/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rozimeide Florindo de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - S.J. da Boa Vista/SP
Representação legal: não há
013.812/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Welton Antonio Ferreira Amorim; Zilene de Oliveira Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
Representação legal: não há
013.825/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Nivaldo de Oliveira; Jose Osmar Aragão; Marco Antonio Martinell; Maria Alice Zaidman e Maria Cecilia Santana Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
Representação legal: não há
013.832/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aguinaldo Mignot Grave e Antonio Carlos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
Representação legal: não há
025.272/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Tereza Mileo Camara Sirotheau; Jefferson da Silva Barros; Luis Rosal Elices Filho; Rosa Maria Conceição Alves; Simone Rocha Tupinambá; Terezinha Emy Ichihara Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há
026.484/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Nice Marta Carvalho Timoteo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO
Representação legal: não há
026.782/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aline Silva da Nuciação; Allan Silvada Nuciação; Dulce Maria Azevedo de Oliveira; Massumi Kakiya; Moaci Jose de Melo; Vinicius Blesa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo/norte
Representação legal: não há
033.949/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Responsáveis: Jorge Rodrigues dos Santos; Wilson Alecrim Nunes
Representação legal: Rodrigo Otávio Galvão Nonato Alves (24734/OAB-BA) e outros, representando Jorge Rodrigues dos Santos; Márcio José Queiroz Nunes (22620/OAB-BA), representando Wilson Alecrim Nunes
Ministro RAIMUNDO CARREIRO
006.844/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Requerente: Centro de Referencia de Estudos Afro-brasileiros do Sul Fluminense
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação legal: não há
013.437/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Walter Marinho Marsicano Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São José de Caiana/PB
Representação legal: não há
014.221/2015-2
Natureza: Solicitação
Interessado: Jonilton Fernandes Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Juazeirinho - PB
Representação legal: Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204)
020.108/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Requerente: Antônio Carlos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Divina Pastora - SE
Representação legal: Benito Matos Soares, (OAB/SE 4.054) e José Henrique de Santana Filho, (OAB/SE 4.132)
020.742/2016-9
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há
026.267/2015-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2014
Responsáveis: Adilson de Jesus Linhares; Antonio Carlos Ferreira da Costa; Carlos Augusto Rodrigues Santos; Eduardo Fonseca de Moraes; Fátima Vieira Saraiva; Gabriela da Rocha Dias; Gilmar Inácia Brito de Mello; Jorge Feijo Filho; Jose Augusto Drummond de Oliveira; João Aparecido de Morais; Juracema de Jesus Nascimento Luconi; Maria Cristina Lima Façanha; Maria de Fátima de Freitas de Almeida; Nilson Gomes dos Reis; Rafaella Rodrigues Ramalho; Raul Luiz Rezende Pacheco; Tito Antonio dos Remedios Matos Filho; Zilá Lima da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há
031.595/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Requerente: Antonio Carlos Oliveira Ribas de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cajamar - SP
Representação legal: Alessandro Baumgartner (155791/OAB-SP) e outros, representando Antonio Carlos Oliveira Ribas de Andrade
032.065/2015-9
Natureza: Solicitação
Interessado: Derivaldo Romão dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pedras de Fogo - PB
Representação legal: Hildemar Guedes Maciel (OAB/PB 3.135); Mailson Lima Maciel (OAB/PB 10.732); Bruna Regina de Andrade Cabral Gomes (OAB/PB 21.404)
035.256/2015-0
Natureza: Solicitação
Interessado: Edson Gomes de Luna
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Duas Estradas - PB
Representação legal: Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204)
Ministro VITAL DO RÊGO
004.352/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Amambaí - MS
Responsável: Ednor Bampi
Representação legal: não há
008.705/2013-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alexandre Tadeu Vieira Garcia; Andreia Medeiros Bezerra Ledo; Antonio Carlos de Melo Correa-; Celso Renato Inhan; Claudio Bastos Heine; Francisca Helia Leite Carvalho Cassemiro; Herodoto Dorta do Amaral; Joseane Sousa Caldas; Joseane Sousa Caldas; João Evangelista de Miranda e Silva; Magvaldo de Sa Cardoso; Magvaldo de Sa Cardoso; Marco Antonio Nobre de Viveiros; Nemer Antonio de Vasconcelos Said; Nemer Antonio de Vasconcelos Said; Paulo Sergio Vieira Cavalcanti Mendes Baltazar; Sergio Loyola Martins; Vera Maria Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há
016.124/2008-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2007
Responsável: Gleida Mariza Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde e Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso
Representação legal: Rosinazy Soares da Rocha (OAB/MT 10.184) Ademir Joel Cardoso (OAB/MT 3.473-A); Rosangela Piva Mourato (OAB/MT 12.504) e outros
017.099/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco de Jesus e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há
017.137/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Vitorio Avila
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há
017.139/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alberico Bezerra Sobreira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há
017.151/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Waldemar Americo Quintella
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há
017.157/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Neves de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há
017.161/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Spipe Calarge
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há
017.187/2016-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alberto Cordero Donha
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há
017.191/2016-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lúcio Salgado de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há
017.208/2016-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jonas Soares Valente Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há
017.217/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lígia Maria Valois Albuquerque de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Representação legal: não há
017.223/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sônia Maria Fraga da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há
017.227/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Baptista Filho; Antônio Baptista Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há
017.230/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Cristina Solange Rocha Xavier
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Representação legal: não há
017.234/2016-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sonia Maria da Silva Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há
017.236/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcio Luiz Zucco
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há
017.239/2016-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Americo Carnevalle
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há
017.240/2016-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edivaldo de Jesus Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há
017.243/2016-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Olivia Pedro Rodriguez
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há
017.249/2016-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rivan Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há
019.460/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Urbino Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
020.055/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lilian Hitomi Mikami Araki
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Representação legal: não há
020.119/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Isabela Coutinho Vilar Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há
022.499/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosemarie Coelho Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS
Representação legal: não há
022.758/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ailton Antonio da Silva; Ailton Lima da Silva; Airton Guerrero; Alan Cesar da Costa; Alan Garcia Lima; Alan Sodré Pereira Limoeiro; Alana Hardy Alves; Alano Filgueira Maciel; Albanita Camurca Queiroz; Alberto Williams Correa Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.763/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Aline Arcela Costa Freire Aguiar; Aline Brasil Felix Paiva; Aline Ferreira de Freitas; Aline Goncalves Tosin; Aline Hercos Lopes Cançado; Aline Lima Campelo; Aline Macedo Brito; Aline Maksem Menucelli; Aline Sanches Pereira da Silva; Aline de Souza Consoli
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.768/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Lucia Pereira; Ana Luiza de Melo Lucena Costa; Ana Miriam Raquel Rocha Lunardi; Ana Nely Lopes Callou; Ana Patricia de Souza; Ana Paula Albuquerque Sette; Ana Paula Alvarez Peres; Ana Paula Alves Uema; Ana Paula Costa Aires; Ana Paula da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.770/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ancelmo Barreto de Souza Bastos; Anderson Carlos da Costa Cardoso; Anderson Cavalheiro da Luz; Anderson Correa; Anderson Farina Styrnik; Anderson Francisco de Lima; Anderson Giliard Lopes Macedo; Anderson Marcos Freitas do Nascimento; Anderson Ricardo Jorge da Silva; Anderson de Carvalho Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.776/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anilson Soares; Anita Tomie Takeda; Annamaria Pereira Jacintho de Siqueira; Anne Caroline dos Santos; Anselmo Lima de Oliveira; Anselmo Tito Becker; Anthony Henrique Ferreira Viana; Antonia Arlene de Sousa; Antonia Lucia da Silva; Antonia Thalita Muniz Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.781/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aroldo Arley Severo Goncalves; Arthur Luiz Veloso Silva; Artur Ipiranga e Silva; Athos Alexandre Camara Attie; Atila Castro da Silveira; Augusto Marcelo Peixoto da Cunha; Augusto Yoshio Gabriel Adachi; Aurea Harue Umeda Uematsu; Barbara Caroline Groff; Barbara Jacqueline Alves Eduardo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.788/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Camila Werneck Salarolli; Camylla Matias Figueiredo; Carin Seidel; Carine Konzen; Carine Oliveira de Sousa Monteiro; Carla Aparecida Cefaly Leite; Carla Celina Moskviak; Carla Rosane Goncalves Martins; Carla Yamada; Carlene Gomes Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.790/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Keiji Ito; Carlos Luiz de Souza; Carlos Magno Palheta de Almeida; Carlos Regis Rocha dos Santos; Carlos Roberto Peixoto; Carlos Rodrigues Lima; Carmen Gisele Batista Nunes; Carmen Lucia Rocha Leite da Silva; Carolina Braga Ribeiro; Carolina Catunda Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.798/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clesio Silveira Ramos; Cleudimar Jussara Mendes; Cleverson dos Santos Lima; Cleverton Lopes Ventura; Cleverton Morais do Rego; Cleves William Roque; Clodson de Siqueira; Clodualdo de Oliveira Alves Filho; Clovis Madureira Ramos; Consuelo Pinto Barra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.799/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cosmo Caetano da Silva; Crisnna Ester de Souza Araujo Silva; Cristiane Bauer; Cristiane Carla Ribeiro; Cristiane Coelho Olendzki; Cristiane Dahmer Kraiss; Cristiane Dematte; Cristiane Gonçalves de Oliveira; Cristiane Maria Gutierrez Garcia Serfert; Cristiane Oliveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.808/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denise Mendes Falcao; Denise Oshiyama; Denise Pereira da Silveira; Denise Silva Freitas Ramos; Denise Tie Kawaoku; Denise de Bessa Sales; Denise de Castro Crisostomo; Denise de Oliveira; Denisson de Oliveira; Deyane Moura Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.810/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Milhomem Barros; Diego Rafael Schmitt; Diego Reis Cardoso; Diego Roberto Soares de Araujo; Diego Vieira de Figueiredo; Diego Vinicius Menezes Santos; Dieicke Rodrigo da Silva; Dilson Max da Silva; Dilson Oelson de Souza Matutino Junior; Dimitri César de Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.814/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eveline Cunha Moura Esposito; Fabio Tavares de Moura; Fatima Fransoloso; Fausto Antonio de Oliveira Amorim; Fauzi Taha da Cruz; Feliciano Batista Alves; Fábio Bastos de Gusmão; Fábio Lima Medeiros; Fátima Sueli Cabral Figueiredo; Érico Leonam de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.821/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisca Gondiane Andrade Matos; Francisca Janice Cisne da Silva; Francisca Kelly Fernandes Braga; Francisca Paiva Brandao; Francisca Yara Batista Xavier Ribeiro Araújo; Francisco Adriano Sobreira Lins; Francisco Deoclecio de Araujo; Francisco Edson Terto Costa; Francisco de Assis Souza; Francisco dos Santos da Silva Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.826/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Giglienio Fagner Dantas Araujo; Gil Souza de Souza; Gilbevanio Araujo da Silva; Gilceli Leite Lima; Gilka de Nazaré Almeida; Gilmar Amaral Pita Filho; Gilmar Anselmo da Silva; Gilson Cleiton Martins Borges; Gilton Feitosa Ferraz; Gilvan Jose de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.830/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Greicy Mandelli Moreira; Greyce Luana da Rocha Gomes Evangelista; Guilherme Araujo Sales Vieira; Guilherme Augusto Silva de Melo; Guilherme Oliveira de Bitencourt; Guilherme Perez Zeni; Guilherme Rodrigues; Guilherme Teixeira Gomes; Gustavo Farias Gomes; Gustavo de Miranda Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.835/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Idalecia de Oliveira Santos; Idinara Grings; Igor Cesar Ferreira Reis; Igor Oliveira Vieira; Igor de Sousa Matos; Ilse do Espirito Santo Silva; Inajara Bianchi de Mattos; Indianara Gabe Kovalski; Ineida Cristina Nunes Nishida; Ingrid Carla Avelar Antônio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.842/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeane Nunes da Silva; Jeane da Silva Santos; Jeane dos Santos Silva; Jeanine Freire de Almeida; Jeanne Augusta de Sousa Barbosa; Jefferson Blanco da Silva; Jefferson Danilo Pereira; Jefferson Rozeira; Jessica Gonçalves Benjamim de Souza; Jessica Joice Fernandes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.847/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonas Davila de Avila; Jonas Ribeiro Gonçalves Júnior; Jonas Vieira Barbosa; Jones Bartel; Jones Leandro Costa; Jordan Bermond Arrevabeni; Jorge Alex de Almeida Santos; Jorge Chiavenato Machado; Jorge José do Nascimento Lima; Jorge Luiz Ferreira Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.850/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Ricardo Pastorini de Souza; Jose Rodrigues de Oliveira; Jose Romario Pires dos Santos; Jose Sergio Gustavo Pimentel Pires; Jose Tarcio Torres Martins; Jose Welter Mendes e Chagas; Jose Wilker Moreira Lima; Jose William Neres Cordeiro; José Ribamar Silva Junior; José Rivaldo Cristovão dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.858/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Katianne Alves Barbosa; Kayna de Aguiar Veloso Castelo Branco; Keila Pereira Maia de Abreu; Kelly Brizola de Oliveira Rodrigues; Kelly Eliane Benzak; Kelly de Almeida Kenes; Kelma Suely Miranda da Silva; Kelson Cunha Chaves; Kelvinha de Araujo Lima Jeronimo; Kleber Franjotti de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.859/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kleyber Oliveira Silva; Kyara de Castro Silva; Lais Silva Correia; Lalusha de Andrade Sabino; Lana Cristina Barbosa dos Santos; Lara Cybele Lima Bastos Andrade; Lara Onofre Feitosa Silva; Larison Moreira Almeida Brito; Larissa da Silva Nunes; Laís Queiroz de Magalhães Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.893/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marina Braga Lopes; Marinete de Castro Rocha; Mario Sergio Jorge dos Santos; Maysa Brito de Andrade; Meirilande Alves Rocha; Michel Teixeira Damaceno; Michelli Maria Mendes; Milena Schila; Millene Valéria Matos Cardoso e Monica Melo Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.895/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Odaiza Florença de Souza; Olivia de Moura Fe Carvalho; Omar de Sousa Lopes; Orlando Machado de Santana; Orleans Rodrigues Pinto; Osmar Domingos de Barros Filho; Osvaldo Ramos Junior; Osvaldo Tridico Junior; Otavio Belchior Junior; Otavio Mendes de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.898/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Vitoria de Souza Assimos; Patrick Barbosa da Silva; Paulo Cesar Sotocorno de França; Paulo Evilasio de Bastiani Conte; Paulo Fernando de Mendonça Coelho; Paulo Gustavo de Matos Nascimento; Paulo Henrique Costa Silva; Paulo Henrique Martins de Lima; Paulo Henrique Pinheiro Castro; Paulo Henrique Salatti Hein
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.901/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Priscila Reboucas do Nascimento; Priscila Ribeiro; Quesia de Santana França da Silva; Rafael Becher; Rafael Bruxel; Rafael Dias Nascimento; Rafael Fernandes Cavalaro de Toledo; Rafael Goulart; Rafael Guilherme Leite Schonfelder; Rafael de Oliveira Francisco
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
022.911/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo França da Silva; Rodrigo Freire de Souza; Rodrigo Guidelli do Nascimento; Rodrigo Luis Chitolina; Rodrigo Luiz Lobato; Rodrigo Mariano Borba; Rodrigo Pires Kuchani; Rodrigo Portes Ribeiro; Rodrigo Santos; Rodrigo Silva Borges de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

022.923/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Silvania Rodrigues Monteiro; Silvano Pereira de Oliveira; Silvia Bassoli; Silvia Mara Pontes de Oliveira; Silvia Melina Fernandes Goncalves; Silvio Marioni Sepulveda; Silvio Roberto Vizeu Lima; Silvio Santos Brazil; Silvânia Santos e Simeire Regina Picolo Ignacio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
023.129/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Pontes da Silva; Daniele Pantoja Pereira; Francisco de Assis Vasconcelos de Oliveira; Gabriel Stone Mattos; Genilson Jorge Martins Junior; Kaleb Santos Costa; Samuel Vasconcelos Beck; Vitor Cruz e Silva Vasquez
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há
023.136/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Patrícia Cardoso Martins; Andréya Alves Souza; Anna Maria Tavares Baia; Felipe Augusto Gonzaga Tavares; Frederico Peixoto da Silva; Gabriel Godoy Guimarães Rotsen de Melo; Hamilton Natsuo Hayashida Júnior; Isabela Rabelo de Carvalho; Joaquim Barros Martins da Costa; João Gabriel Alves Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Representação legal: não há
023.139/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Moniz Silva de Oliveira; Tônia Cristina Pinheiro Elias Palmerston; Vanessa Lacerda de Moraes e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Representação legal: não há
023.143/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francine Marcelino; Humberto Koch Borges; João Guilherme Carraro Hortmann; Levi Bispo Botelho; Paulo Cezar Camargo de Oliveira; Rodrigo Casagrande de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Representação legal: não há
023.146/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adarlan Dedonatto Pedroso; Alexandra Zucolotto; Allison Escouto Silva; Braulio Bonadiu Junior; Carolina Simon; Caroline Fontana Ferronato; Diego Ferreira dos Santos; Everton Leandro Michel; Fabio Jose Baptista Juliani e Fernanda Taborda Maier Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há
023.149/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dario Javier Sobreira Bujan; Elias Nazareno Storani Junior; Erika Marquet; Ethel Santos Roig Herszon; Fabio Ruiz Gomes; Fernanda Batista Gomes; Fernanda Cabral Bittencourt; Fernanda de Castro Teixeira dos Santos; Flavia Ramos Pinto; Jorge Luiz Contreiras Guenna Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há
023.155/2016-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex de Macêdo Sousa; Ana Beatriz Martins de Araujo Magno; André Luiz Moreira Santos; Antônio Warley Rufino Gomes; Camila Pavan Barros; Camila de Andrade Mancini; Chaly Natália Kudo; Cláudia Patrícia da Rocha Cararreto; David Mudesto da Silva; Diogo de Carvalho Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há
023.160/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clarissa Matos Brommonschenkel; Daniela Costa Soares; Leonardo Felipe Di Donato; Lucas Matarangas Moreira da Fraga; Priscilla Louzada de Sena; Rafaela Capobiango Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Representação legal: não há
023.233/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Fernando Sanchez Bispo de Oliveira; Antonio Carlos Hubel Penha; Sidivarnei Teixeira Frota
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
Representação legal: não há
025.207/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Responsáveis: Fabio Guimarães de Miranda; Leslie de Albuquerque Aloan
Representação legal: não há
025.934/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Jose Barbaresco; Elenemar Flausino Borges; Elondino Jose de Assis; Elza Maria de Souza; Gisele Marilia Pianetti Sternick; Jose Barbosa de Barba; Mara Solange Leal Rodrigues Silva; Maria Gilca de Oliveira; Maria Prado de Morais; Marlene Silva Moraes; Oracilda Maria da Silva; Sueli Aparecida de Azevedo e Wanda Afonso de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há
026.111/2015-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Responsáveis: Antonio do Rego Monteiro Rocha; Clycie Damo Bertoli; Eduardo Cardoso; Eládio Torret Rocha; José Volpato de Souza; Luciane Soldateli Hoffmann; Rafael Alexandre Machado; Renato de Ávila Pacheco; Salésio Bauer; Sérgio Manoel Martins; Sérgio Roberto Baasch Luz; Valéria Luz Losso Fischer; Vanderlei Romer
Representação legal: não há
027.937/2015-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Antonio Henrique Santos Resende; Antônio Borges Filho; Augusto Eduardo de Souza Rossini; Cezar Augusto Maranhão dos Santos; Clarice Costa Calixto; Diana Calazans Mann; Dominique de Castro Oliveira; Giovanna Bonfante; Julio Cesar Barreto; Luiz Fabricio Vieira Neto; Rafael de Lima Chaves; Renato Campos Pinto de Vitto e Valdirene Daufemback
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
Representação legal: não há
031.206/2015-8
Natureza: Representação
Recorrente: Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: Carlos Alberto Pulici Junior e outros
041.770/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ivonete Maria Garcez de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
Representação legal: não há
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
008.858/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tonantins/AM
Responsável: Simeão Garcia do Nascimento
Representação legal: não há
016.290/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caapiranga/AM
Representação legal: não há
016.291/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Urucará/AM
Representação legal: não há
018.376/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Estadual de Educação de Roraima
Responsável: Ana Maria Lima de Freitas
Representação legal: Krishlene Braz Ávila (OAB/RR 305-B)
021.282/2013-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas
Responsáveis: Heth Cesar Bismarck Athayde Barbosa de Olivei; Israel Wanderley Maux Lessa
Representação legal: não há
028.420/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Domingos /GO
Responsáveis: Gervásio Gonçalves da Silva; João Ferreira da Paz; Rosana Zago Valente
Representação legal: Eurilena de Oliveira Franco
029.131/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Cruz do Piauí/PI
Responsável: Landolfo Duarte da Fonseca
Representação legal: não há
029.140/2015-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cristino Castro/PI
Representação legal: não há
030.064/2015-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Florestal Brasileiro
Responsáveis: Humberto Navarro de Mesquita Junior; Joberto Veloso de Freitas; Jose Humberto Chaves; João Paulo Sotero de Vasconcelos; Marcus Vinicius da Silva Alves; Raimundo Deusdara Filho; Silane Rocha Martins; Thiago Longo Menezes
Representação legal: não há
030.402/2010-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aquilino Soares Bouzan Parreira; Bernadete Maria de Castro Frota; Ceres Muniz Caon; Gleisa Teresinha Monteiro Silva; Jorge de Oliveira Vasques; José Erodício Azevedo Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
015.100/2009-6
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2008
Responsáveis: Antonio Fernando Silva Rodrigues; Joe Carlo Viana Valle e Natália Gedanken
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Ciência e Tecnologia Para Inclusão Social
Representação legal: não há
016.615/2016-6
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Benjamina Cardoso Vaz e Cícero da Costa Vaz
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
016.970/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Fernando Vaz Cabeda
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Representação legal: não há
017.054/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará; Exibidoor Propaganda Ltda. - Maria Antônia Cavalcanti Sá - EPP; Gráfica e Editora Pouchain Ramos Ltda. e José Colombo de Almeida Cialdini Neto
Representação legal: Wellington Rocha Leitão Filho (OAB/CE 6.622) e outros, representando Associação Brasileira de Agências de Viagens Ceará e José Colombo de Almeida Cialdini Neto; Paulo Maria Teixeira Lima (OAB/CE 6.989) e outros, representando Exibidoor Propaganda Ltda.; e Maria Antonia Cavalcanti Sá - EPP
017.395/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Superior de Guerra; Comando do Comando Militar do Leste; Grupamento de Navios Hidroceanográficos e Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro
Representação legal: não há
017.398/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: III Comando Aéreo Regional e Universidade da Força Aérea
Representação legal: não há
018.796/2016-8
Natureza: Representação
Representante: Câmara Municipal de Couto de Magalhães/TO
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Couto de Magalhães/TO
Representação legal: não há
019.226/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Responsável: Vera Lucia Confran Mas
Representação legal: Airton Rocha Nobrega (OAB/DF 5.369) e outros, representando Vera Lucia Confran Mas
019.933/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angela Amaral Fontes; Daniel Costa Carneiro; Jacqueline Gonçalves Saunders; Mario Bastos Pereira Rego e Thiago da Costa Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há
021.083/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Boca do Acre/AM
Responsáveis: Antônio Iran de Souza Lima e Monnerat Transporte & Locação Ltda.
Representação legal: Pablo Alves Prado (OAB/DF 4.3164), representando Hideraldo Luiz Caron; Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB/AM 10.316) e outros, representando Antônio Iran de Souza Lima; João Gabriel Perotto Pagot (OAB/MT 12.055), representando Luiz Antonio Pagot; Robson de Aguiar de Souza (OAB/AC 3.063), representando Monnerat Transporte & Locação Ltda.
021.494/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Delegacia da Polícia Federal em Santa Maria/RS
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Militar de Santa Maria
Representação legal: não há
021.863/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio Henrique da Silva Trindade; Claudio Roberto Ramos; Claudio Roberto dos Santos; Claudio Rodrigues dos Santos; Claudisbel dos Santos Junior; Clayton Amorim dos Santos; Cleber Avelino de Souza; Cleber Conceição Lira; Cleber Ferreira de Farias; Cleberson Donizete Cardoso dos Santos; Clebson Arruda de Andrade Santos; Clebson Mendes Tavares; Clecildo Pereira dos Santos; Clecio Lopes da Silva; Cledenil Jose de Campos; Cleide Silva Santos; Cleidiane Alves Garcia; Cleidivan Rocha da Silva; Cleildo Dias da Silva e Cleilton Cordeiro da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.869/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denezio Fonseca Ramos; Denilson Ferreira Nascimento; Denilson Souza dos Reis; Denilton Alves dos Santos; Denis Alan Brito Nascimento; Denis de Carvalho Barbosa; Denison Calixto da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Silva; Denisson Gama de Sousa; Deoclessio Emidio dos Santos; Deodato Lima Bueno; Deomario Verne Pereira Dias; Dercio Antonio de Souza; Derica Fonseca Ramos; Derisson Santos Silva; Derivaldo Paixão da Silva; Derivaldo Ribeiro de Sousa; Dernivaldo de Sousa Alves; Derval Ribeiro da Trindade; Dervaldo de Souza e Deulicon Solis Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.872/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo Santos Oliveira; Diolindo Aparecida Ferreira; Diomar Martins da Silva; Dionatas de Oliveira; Dione Teixeira Barbosa; Dioneste Ribeiro de Abreu; Dionisio Borges Santana; Diovani Pillon; Dirceu Pereira dos Santos; Dirceu Rosa Ramos; Diumar da Costa; Divaldo Raimundo Alves; Divane de Azevedo Matias; Divino Fernandes da Silva; Domalson Manoel de Lima; Domiciano Neto Bomfim Santos; Domingos Aparecido Useda; Domingos Ferreira Barbosa; Domingos da Conceição e Domingos de Paula da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.880/2016-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Jesus Ferreira; Eduardo Matheus da Silva de Oliveira; Eduardo Santana da Silva; Eduardo Santos de Aguiar; Eduardo de Miranda Joanes; Eduardo de Sousa Silva; Eduardo dos Santos Alves; Edvaldo Cruz Pereira; Edvaldo Freire dos Santos; Edvaldo Miranda Alves; Edvaldo Pinto dos Santos; Edvan da Rocha Barros; Edvaninho Rodrigues de Aquino; Eginaldo da Silva Macedo; Eguimael Cardoso da Conceição; Elane Cristina Rodrigues do Nascimento; Elane Xavier Sampaio; Elanio Oliveira Alves; Elcio Scheffer Cristóvão e Elder Raimundo Firmino de Aquino
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.883/2016-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisandro Pereira Silvano; Elisangela Maria de Carvalho; Elisangela de Souza Furtado Vieira; Eliseu Vieira da Silva Junior; Elisio Roberto Batista; Elismar Nascimento de Rezende; Elissandro Frederico Merces; Elisvaldo Ribeiro Alves; Eliton Pantaleão da Silva; Elivaldo Amaral Resende; Elivaldo Borges da Silva; Elivan Martins de Oliveira; Elivan Mendes da Silva; Elivelton da Costa Roberto; Elizamar Neres de Farias; Elizeu Antonio da Silva; Elizeu da Silva Correa; Eloidio da Silva Gomes; Eloiso de Sousa e Eloy Alves de Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.887/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eucilene Lima Alquimim; Eula Paula Alves Virtuozo Franscoviaky; Eurico Ribeiro Barbosa; Euripedes Rodrigues; Eusivam Lopes da Silva; Eva Maria Martins da Silva; Evaldo Gomes de Oliveira; Evaldo Mauricio Pinto; Evaldo Pereira Maranhão; Evanderson Divino dos Santos; Evando Soares da Silva; Evandro Bernal Castilho; Evani Arruda Melo; Evanildo Santos de Oliveira; Evanilson Alves dos Santos; Everaldo Ferreira da Silva; Everaldo Jose da Silva Junior; Everli da Silva Soares; Everson Claudio da Silva e Everson Meneses Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.891/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Santos Rodrigues; Felipe Thomas de Ross; Ferdinando de Jesus Ferreira; Fernandes Sousa Pereira; Fernando Alcantara de Oliveira; Fernando Alves de Sousa; Fernando Ferreira Santos; Fernando Francisco dos Santos; Fernando Francisco dos Santos Silva; Fernando Herique Brito de Sousa; Fernando Jose Gabriel; Fernando Jose Matoso Sobreira; Fernando Lima Pereira; Fernando Moreira Fonseca; Fernando Pereira Borges; Fernando Pereira de Jesus; Fernando Rodrigues de Araujo; Fernando Santos Santana Araujo; Fernando Seno Mafaile e Fernando de Souza Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.899/2016-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gercilio de Araujo Silva; Gerdean Pereira de Jesus; Geremias Barbosa da Fonseca; Gerlan Lopes do Nascimento; Germana Maria da Silva; Geronilda Rossw de Souza; Geronimo Leite das Neves; Gerson Brakatxi Karaja; Gerson Luiz Gonçalves da Silva; Gerson Martins de Souza; Gerson Valverde de Castro; Gerson do Carmo Moreira; Gervasio Maria Vieira; Gesiel Alkimim Carvalho; Geverson Mario Barbosa; Geverson de Paula Freire; Gianderson Silva de Souza; Gidelson Soares da Silva; Gilberto Alves de Araujo e Gilberto Braz dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.904/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hatayenia Rodrigues de Carvalho; Heigon Andrade dos Santos; Helder Alessandro Marques Junior; Helder Brito Silva; Helio Augusto Correa Rocha; Helio Barbosa de Sousa; Heliton Perez de Andrade; Henrique Carlos Cavalcante; Henrique Lopes dos Santos; Henrique Pinheiro da Silva Neto; Henrique de Souza Andrade; Hericlei Severo dos Anjos; Herivelto Loura de Almeida; Hermson Santiago Flores; Hernandes Pereira de Magalhães; Hernane Castro Alencar; Higor Wenzke de Quadros; Higson da Silva de Araujo Filho; Hildemar Ferreira Paz e Hilton Cesar da Silva Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.909/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Izabel Camille Nominato; Izack Pereira dos Santos; Izael Fernandes dos Santos; Izael Santana da Silva; Izaias Lage do Espirito Santo; Izaque Lage do Espirito Santo; Izaque Pereira Jardim; Izaque de Carvalho Ipi; Izaquiel Rodrigues da Silva; Izidoro Barbosa de Oliveira; Jabson Pereira de Lima; Jacinto Alves de Araujo; Jacinto Jose Rodrigues; Jacinto Pereira de Sousa; Jacir Vanderlei Sonemberg; Jacivan Costa Ribeiro; Jackson Coelho dos Santos; Jackson Pereira de Lima; Jackson Weretuma Javae e Jaco Albuquerque Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.915/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Batista Costa; João Batista Evaristo Protazio; João Batista Lage do Espirito Santo; João Batista Pereira Alves; João Batista Rodrigues da Silva; João Batista Rodrigues de Oliveira; João Batista Santos de Sousa; João Batista Silva de Jesus; João Batista da Silva; João Batista de Carvalho; João Batista de Moura; João Batista dos Santos; João Bernardino da Silva Tossue; João Bosco Pinheiro dos Santos; João Bosco de Carvalho; João Carlos Bezerra Nunes; João Carlos Zeferino; João Carneiro da Silva Neto; João da Hora de Souza e João da Silveira Selau
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.918/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joel Alves de Macedo; Joel Jesus Silva; Joel Marcos de Abreu; Joel Rodrigues Teixeira; Joel da Silva Pinto; Joeldo Guimarães Marques; Joeli Maria Correia da Silva; Joelia Neres Figueiredo; Joelson de Paula Fernandes; John Lenon de Assunção Alves; John Riller Cardoso Pinto de Abreu; Johnata Matos Queiroz; Joilson Damasceno dos Santos; Joilson Neres da Silva Farias; Joldemar Carlos Francisco; Jomar Ferreira de Jesus; Jonair Couto da Silva; Jonas Alves da Cunha; Jonas Barbosa dos Santos e Jonas Elias Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.924/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Diogenes Vitorino de Lima; Jose Domingos da Silva Felix; Jose Edilson dos Santos; Jose Edinaldo da Cunha; Jose Edivan Costa; Jose Edivanio dos Santos Nogueira; Jose Edson Queiroz Teixeira; Jose Edson da Silva; Jose Edson da Silva Santos; Jose Eduardo Santos de Lima; Jose Erinaldo Pereira da Rocha; Jose Eugenio Dias; Jose Fernandes Monteiro; Jose Fernando Gomes Coelho; Jose Ferreira de Andrade Neto; Jose Ferreira de Souza; Jose Ferreira dos Santos; Jose do Carmo Barbosa dos Santos; Jose do Patrocinio Fernandes Lima e Jose dos Santos Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.930/2016-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josinaldo Ferreira de Franca; Josinei Rodrigues dos Santos; Josivaldo de Souza da Silva; Josuel Lacerda da Silva; Josuel Miranda dos Santos; Josuelton de Macedo Lima; Jovenil Fortes Sousa; Jovilino Nunes de Carvalho; Juadilson de Santana; Juberlan Souza Trindade; Juceildo Sipriano do Nascimento; Jucelio Lima Teixeira dos Santos; Jucimara Feliciano da Silva; Jucirlei Maria Panta; Jucivaldo Pinto Assunção; Jucrelma Barbosa da Silva; Juldemar de Sousa; Julia Silveira Alves; Juliano Braz Ferreira e Juliano Ferreira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.936/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Freitas da Silva; Leonardo Gomes Ferreira; Leonardo Silva da Costa; Leonel Cazuza da Costa; Leonidas Mendes Paz; Leonidas da Silva Carneiro; Lesly Castilho Alves; Leumar Cruz da Silva; Leuzemir Campos da Silva; Lidiane Aparecida da Silva; Lidineia Felix Batista; Lidio Pereira Soares; Lilson Romualdo do Nascimento Junior; Lincoln Justiniano Cangussu; Lindinalva Oliveira dos Santos; Lindolfo Dias da Silva; Lindomar Araujo da Silva; Lindomar Bispo dos Santos; Lindomar Dias Lopes e Lindomar da Silva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.938/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Dailly do Nascimento; Lucas Duarte; Lucas Lorran Siqueira; Lucas Miguel de Souza Neres; Lucas Patrick da Costa Soares; Lucas Pereira de Souza; Lucas Vieira de Souza; Lucas de Oliveira; Lucemir Rodrigues de Lima; Luci Dias Novais Vitoria; Luci Ribas dos Santos; Luciana Maria Silva dos Santos; Luciana de Assis Angelo; Luciano Bonde Saraiva; Luciano Cruz da Silva; Luciano Fidelis; Luciano Francisco de Aquino; Luciano Inacio Joaquim; Luciano Jose dos Santos; Luciano Jose dos Santos e Luciano dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.943/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mairon de Souza Andrade; Makahe Tukumahu Karaja; Manoel Adilson Ferreira de Souza; Manoel Agnaldo dos Reis; Manoel Agostinho Lopes dos Santos; Manoel Antonio Andrelino; Manoel Barbosa dos Santos; Manoel Belchior Rodrigues; Manoel Carlos Martins Alves; Manoel Domingos Lopes da Cruz; Manoel Expedito dos Santos; Manoel Izaque Ferreira da Cruz; Manoel Julio de Assis; Manoel Messias Nunes da Conceição; Manoel Messias da Silva; Manoel da Costa Rodrigues Neto; Manoel da Silva Bezerra; Manoel das Chagas Morais; Manoel de Souza Chaves e Manoel do Livramento Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.948/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Antonio Alves da Cruz Bom Despacho; Marcos Antonio Miranda; Marcos Antonio Monteiro; Marcos Antonio Rolim Teixeira; Marcos Aurelio Ribeiro Leite; Marcos Chaves dos Santos; Marcos Elias da Silva; Marcos Enrique Azevedo Camargo; Marcos Farias de Oliveira; Marcos Filipe Oliveira Souza; Marcos Junior Lima; Marcos Lemk de Oliveira; Marcos Mezzavilla; Marcos Moreira Tertuliano; Marcos Nascimento Tigres; Marcos da Silva Cruz; Marcos da Silva Dias; Marcos de Lima Silva; Marcos de Souza Cigiotto e Marcos dos Santos Domingues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.956/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nelinho Morais Santos; Nelson Alves de Abreu Lima; Nelson Cantuaria da Silva; Nelson Fernando Pereira Feitosa; Nelson da Rocha Almeida; Nemezio Gomes do Nascimento; Nemias Moreth Gomes; Neris Bomfim de Lima; Neudson Rocha dos Santos; Neulmir Moreira Franca; Neury Francisco de Araujo; Neuton de Oliveira Barbosa; Nicolas de Sena Mendes; Nilo Batista da Silva; Nilson Ferreira de Jesus; Nilson Jose Pereira Pessoa; Nilson Jose da Silva; Nilson Silva de Oliveira; Nilton Cesar Espindola Teixeira e Nilton Cesar de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.962/2016-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Laurindo de Sousa; Paulo Moacir Rodrigues da Silva; Paulo Moises da Silva; Paulo Pereira da Silva Filho; Paulo Renato de Avila; Paulo Ribeiro Batista; Paulo Ricardo Duarte Costa; Paulo Roberto Diniz; Paulo Roberto Falavigna; Paulo Roberto Fonseca dos Santos; Paulo Roberto Santos da Conceição; Paulo Roberto Silva de Oliveira Junior; Paulo Roberto da Cruz; Paulo Roberto de Almeida Cruz; Paulo Rodrigo de Souza; Paulo Rodrigues Chagas; Paulo Rodrigues dos Santos; Paulo Sergio Barros Rodrigues Junior; Paulo Sergio da Costa Pereira e Paulo Sergio da Silva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
021.966/2016-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raimundo Nonato Gomes da Costa; Raimundo Nonato Lima da Silva; Raimundo Nonato Ribeiro Privado; Raimundo Nonato Silva Oliveira; Raimundo Paulino da Silva; Raimundo Pereira Saraiva; Raimundo Pereira do Nascimento Neto; Raimundo Rodrigues Dias; Raimundo Rodrigues dos Santos; Raimundo Souza da Conceição; Raimundo Vitor Coelho; Ramon Alves Ribeiro da Silva; Ramon Augusto de Mendonça Araujo; Ramon Correa Gonçalves; Ramon Silveira de Almeida; Ramon de Macedo Helinski; Randerson Barreto da Silva; Rane Oliveira de Souza; Rangel de Castro Faria e Ranieris da Silva Baltar
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
022.401/2016-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Gustavo Silveira Correia; Heloisa Alves da Silva; Joaquim Francisco de Lira Neto; Kátia Regina de Souza e Leonardo Augusto Zão
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
023.703/2016-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Ina Therezinha Ornelles de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há
024.052/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Slimp Distribuidora de Materiais de Construção Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Parque Regional de Manutenção/5
Representação legal: William Douglas Knak Júnior
029.242/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pacaraima/RR
Responsável: Hipérion de Oliveira Silva
Representação legal: não há
031.840/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Saúde do Estado de Tocantins e Fundo Estadual de Saúde

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Responsáveis: João Aparecido da Cruz; José Gastão Almada Neder; Luiz Antônio da Silva Ferreira; Luiz Renato Pedra Sá; Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP e Vanda Maria Gonçalves Paiva
Representação legal: Sayro Mark Martins Caetano (OAB/PR 32.721), representando Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP; Maria Lenice Freire de Abreu Costa (OAB/TO 2.307), representando José Gastão Almada Neder e Luiz Renato Pedra Sá; Pamella Cristina Barbosa Dutra Barros (OAB/TO 6.840), representando Vanda Maria Gonçalves Paiva; Adwardys Barros Vinhal (OAB/TO 2.541), representando Luiz Antônio da Silva Ferreira
032.962/2012-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental
Responsáveis: Aurílio dos Santos Souza e Marcos Antonio Silva Nery
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro VITAL DO RÊGO
005.539/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Sergipe
Responsáveis: Deisi Noeli Weber Kusztra; Ivonne Tagliari Opitz; José Lima Santana; Silvani Alves Pereira; União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, Infância e Família e Entidades Sociais
Representação legal: José Gomes de Britto Neto (OAB/SE 2.664); Cesar Vladimir de Bomfim Rocha (OAB/SE 2.682); Mário César Vasconcelos Freire de Carvalho (OAB/SE 2.725) e outros
Interessado em sustentação oral:
- Cesar Vladimir de Bomfim Rocha (OAB/SE 2.682), em nome de SILVANI ALVES PEREIRA

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AUGUSTO NARDES
019.552/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Pará
Responsáveis: Ademir Galvão Andrade; Jorge Luiz Mesquita; Nelson Pontes Simas; e Telecomunicações Comércio e Informática Ltda. - EPP
Representação legal: Cristina Pinho Martins (OAB/PA 9.328); Elísio Augusto Velloso Bastos (OAB/PA 6.803) e Felipe Cezar Amadeu Esteves (OAB/PA 13.423)
Revisor: Ministro Raimundo Carreiro (29/2016)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
009.883/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Parintins/AM
Responsáveis: Carlos Alexandre Ferreira Silva; Frank Luiz da Cunha Garcia
Representação legal: Ana Lúcia Salazar de Souza, OAB/AM 7.173; Antônio das Chagas Ferreira Batista, OAB/AM 4.177; Ana Paula de Freitas Lopes, OAB/AM 7.495; Marcia Gilvana Pacheco Peres, OAB/AM 8.646; Adrimar Freitas de Siqueira, OAB/AM 8.243; Diogo de Mendonça Melim, OAB/DF 35.188 e OAB/AM 7.306; Maiara Cristina Moral da Silva, OAB/AM 7.738
Pedido de vista formulado pela Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (9/2016)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES
001.009/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Guaraíta/GO
Responsável: Célia de Morais Marques e Aja Representações Ltda.
Representação legal: Divino Inácio da Silva Júnior - OAB/GO 30.583
007.810/2004-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Interessado: Leda da Silveira Braga
Representação legal: Cláudia Maria da Fontoura Messias Sabino (3191/OAB-AC) e outros, representando Jonas Pereira de Souza Filho
008.626/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itapaci - GO
Responsáveis: Clássica Comércio de Eletrônicos e Produções Ltda.; Francisco Olizete Agra; e Prime Produções Culturais Ltda
Representação legal: não há
009.211/2015-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Estrela do Norte/GO
Responsáveis: Antelino Francisco Rocha Júnior; Ediene Fernandes Neto Caetano; Flaviane Gonçalves Carvalho; Fm Construtora Ltda; Josedete de Souza Neves Almeida; Luga Engenharia Ltda; Projeção Construtora Ltda; Wellington José de Almeida
Interessados: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Ministério dos Esportes e Ministério do Turismo
Representação legal: Marcos Denver Vieira Calaça Nunes (35.854/OAB-GO), representando Ediene Fernandes Neto Caetano, Flaviane Gonçalves Carvalho e Josedete de Souza Neves Almeida
021.786/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rio do Fogo/RN
Responsável: Túlio Antônio Paiva Fagundes, Francisco das Chagas Cruz e Município de Rio do Fogo/RN
Representação legal: não há
027.735/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Distrito Federal - GDF; Ministério do Turismo
Responsáveis: Fundação Cultural Santa Edwiges e Tarik Faraj Vieira
Representação legal: Valério Alvarenga Monteiro de Castro (13.398/OAB-DF) e outros, representando Tarik Faraj Vieira
Ministro RAIMUNDO CARREIRO
006.863/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Joana Falcão Salles
Representação legal: não há
007.477/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão/Entidade: Município de Alta Floresta - MT.
Responsáveis: Manoel João Marques Rodrigues; Município de Alta Floresta - MT; Romoaldo Aloísio Borazynski Júnior.
Interessado: Município de Alta Floresta - MT
Representação legal: Cyntia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298)
015.714/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Associação de Promotores Culturais Independentes - Rede Brasil, Ruy Cezar Costa Silva, Maria Helena de Souza Alvarez, Walter Roberto Malta e Victor Alberto Cohen Aronis
Representação legal: Não há
016.379/2016-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Interessados: Deluzia de Oliveira Silva; Lea Alves; Welisson Oliveira da Silva
Representação legal: não há
018.008/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Interessado: Edson Braz da Silva
Representação legal: não há
020.587/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Alberto Octavio Espejo Ortega
Representação legal: Nuno Álvares Pereira (OAB/RJ nº 16.186)
028.688/2010-4
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
Recorrentes: Edson Albuquerque dos Santos e Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade
Responsáveis: André de Castro Pereira Nunes; Cléia Maria Trevisan Vedoin; Darci José Vedoin; Edson Albuquerque dos Santos; Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade; Luiz Antônio Trevisan Vedoin; Marco Augusto Salles Teles; Maria Luiza de Magalhaes Uchoa; Patricia Florio Retz; Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda
Representação legal: José Fernando Albuquerque dos Santos (OAB/RJ 92.685); Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT), representando Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda; Carlos Alberto Spindola do Prado (124111/OAB-RJ) e outros, representando Edson Albuquerque dos Santos e Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade
035.144/2012-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Delmiro Capela (AL)
Responsáveis: João de Paula Gomes Neto, ex-Prefeito de Capela (AL) e Maria Cândida Bastos da Silva, ex-Secretária de Educação do Município de Capela (AL)
Representante: Procuradoria da República em Alagoas
Representação legal: Marcelo Henrique Brabo Magalhães (OAB/AL n.º 4.577); Ábdon Almeida Moreira (OAB/AL n.º 5903)
Ministra ANA ARRAES
001.772/2015-5
Natureza: Embargos de Declaração (Ato de Admissão)
Recorrentes: Joao Pádua Manzano
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há
Ministro VITAL DO RÊGO
010.112/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Prainha/PA
Responsáveis: Gandor Calil Hage Neto e Município de Prainha/PA
Representação legal: Inocêncio Mártires Coelho Júnior (OAB/PA 5.670)
010.439/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Jundiaí/SP
Interessada: Helena Mutton Silveira Gonçalves
Representação legal: não há
012.141/2011-9
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão)
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessada: Roseli de Hunca Cabrera
Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros
014.469/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ceará-Mirim/RN
Responsável: Maria Edinólia Câmara de Melo
Representação legal: não há
015.739/2011-2
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão)
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessada: Iracema Busana
Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros
017.106/2016-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Interessado: Geraldo José de Lima
Representação legal: não há
017.107/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Interessado: Jorge Silva
Representação legal: não há
017.111/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Interessado: Sylvio José de Andrade
Representação legal: não há
017.112/2016-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Interessado: Sylvio Netto Junior
Representação legal: não há
017.113/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Interessado: Walter Pimenta de Morais
Representação legal: não há
018.257/2016-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Santa Maria/RS
Interessado: Elsa Alves Maciel
Representação legal: não há
018.292/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Aníbal Lopes de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Francisco do Oeste/RN
Representação legal: não há
020.675/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alenquer/PA
Responsáveis: João Damaceno Filgueiras e Resecom Construtora Ltda.
Representação legal: Antônio Eder John de Sousa Coelho (OAB/PA 4.572) e Sônia Cristina Miranda
020.693/2014-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Brejo Santo/CE
Recorrente: Arônio Lucena Salviano
Representação legal: Edson Saraiva Tavares (OAB/CE 13.998)
024.439/2012-6
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no Município de Juiz de Fora - MG
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: Rodrigo Esteves Santos Pires (OAB/MG 76.575)
031.065/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Governador Dix -Sept Rosado/RN
Responsável: Antonio Gilberto Martins da Costa
Representação legal: não há
031.485/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Interessado: Fernando Jose de Araujo
Representação legal: não há
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
009.794/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mombaça/CE
Responsável: José Wilame Barreto Alencar
Representação legal: não há
010.637/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Médio São Francisco - SR29 e Ministério do Desenvolvimento Agrário
Responsáveis: Emerson Jocaster Negri Scherer; Fundação para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro; José Biondi Nery da Silva
Representação legal: João Luiz Nogueira Barreto, OAB/PE 24.403; Elber Alencar Nery Biondy, OAB/PE 21.906
020.909/2014-4
Natureza: Tomada de Contas de Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Projeto de Assentamento Bela Vista e Alto Alegre
Responsáveis: Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

do Projeto de Assentamento Bela Vista e Alto Alegre, e Lucides Fernandes Pereira
Representação legal: não há
038.288/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Responsáveis: Alberto Causs Filho; Diretório Regional do PDT/SC; Manoel Dias
Representação legal: Ricardo de Souza Waick, OAB/SC 19.527; Gustavo Souza Santos, OAB/SC 21.595; Alex Sandro de Jesus, OAB/SC 23.637; Maurício Martinhago Oliveira, OAB/SC 39324
Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
000.839/2015-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São José do Egito/PE
Responsável: Evandro Perazzo Valadares
Representação legal: não há
000.968/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cortês/PE
Responsável: Ernane Soares Borba
Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e outros, representando Ernane Soares Borba
005.028/2011-6
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargantes: Enilson Simões de Moura e Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Representação legal: Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e Guilherme Antônio Brito Gonçalves Barbosa (OAB/DF 45.197)
005.044/2015-4
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Marcone de Lima Borba
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bezerros/PE
Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702)
005.230/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Vera Maria Ferreira da Silva
Representação legal: Maiara Carvalho da Motta (OAB/AM 3.994) e outros, representando Vera Maria Ferreira da Silva
005.424/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Aparecida Argolo de Souza; Maria Cecilia Cândida da Silva; Maria José Moreira Maciel; Maria José da Silva Ramalho; Maria Máxima Rodrigues; Milton Leite Pereira; Nara Maria de Souza Prietsch; Nelci Maria de Oliveira; Norberto da Silva Vieira e Orquidéa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica
Representação legal: não há
010.558/2016-0
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Embargante: Gebramed Comércio e Representações Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento-Geral do Pessoal do Exército Brasileiro
Representação legal: Laiana Lacerda da Cunha Alves (OAB/DF 41.709), representando Gebramed Comércio e Representações Ltda.
014.114/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Luiza Telles Marcilio Golin
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há
014.215/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maraã/AM
Responsável: Dilmar Santos Ávila
Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177) e outros, representando Dilmar Santos Ávila
016.249/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Triunfo/PE
Responsável: José Hermano Alves de Lima
Representação legal: Napoleão Manoel Filho (OAB/PE 20.238), representando José Hermano Alves de Lima
017.072/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rio da Conceição/TO
Responsável: Adimar da Silva Ramos
Representação legal: não há
020.032/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Brejão/PE
Responsável: Joseraldo Rodrigues Bezerra
Representação legal: não há
020.846/2016-9
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria de Lourdes Bispo Santos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há.
026.671/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vera Mendes/PI
Responsável: Francisco da Mata Santana
Representação legal: não há
027.982/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lavandeira/TO
Responsáveis: Antônio Maria de Castro e H. W. Construtora Ltda. - ME
Representação legal: não há
028.600/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Nunes, Arvanil José Medeiros Sobrinho, Gonçalo Dias do Nascimento, Iolanda Vieira Tavares, José Paulo da Silva, Leonora Vasconcelos Miranda, Maria Amélia Pinto dos Santos, Maria do Rosário Feitosa Noronha Xavier e Álvaro Augusto de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
030.666/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Maria do Tocantins/TO
Responsáveis: Agnaldo Soares Botelho e C.O.S Construtora Ltda. - ME
Representação legal: não há
033.929/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pacajus/CE
Responsáveis: Pedro Jose Philomeno Gomes Figueiredo; Ana Maria Maia de Meneses; Leonardo Silveira Lima e A.R. Construções e Instalações Hidro-Sanitárias Ltda.
Representação legal: não há

Em 25 de agosto de 2016.
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 176, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Aplica a penalidade de impedimento de licitar à empresa Licitatech Informática Ltda.

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução n° 20, de 1971, da Câmara dos Deputados, e considerando que a Licitatech Informática Ltda., atualmente em local incerto e não sabido, inscrita no CNPJ sob o nº 12.623.086/0001-98, descumpriu obrigação assumida no âmbito do Contrato 2012/184, conforme descrito no Processo n° 143.965/2015, resolve:

Aplicar à empresa a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme previsto no art. 7º da Lei n° 10.520/2002 (item 4 do Anexo n° 3 do Edital do Pregão Eletrônico n° 73/2012).

LUCIO HENRIQUE XAVIER LOPES

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 173, DE 8 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 27.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 49/2016, considerando o disposto no inciso VI, art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.007274/2016-49, aplica à empresa M. F. A. AGUIAR - EPP., inscrita no CNPJ sob o nº 23.453.855/0001-73, com endereço na Rua Senador Alencar, nº 622, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60.030-050, penalidade de MULTA, no valor de R$ 8.320,00 (oito mil trezentos e vinte reais), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 05 (cinco) dias no âmbito da UNIÃO, por não atender à convocação do Pregoeiro e por adotar comportamento inidôneo no curso da sessão do Pregão Eletrônico nº 049/2016, em descumprimento aos itens 4.3 e 10.2 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS

PROCESSO:0000643-35.2011.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANGELICA STAFUZA SCARAVATTI
PROC./ADV.:JOSÉ APARECIDO BUIN
OAB:SP-74541
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. REPRESENTAIVO DA CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ATIVIDADE. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO IMPLEMENTO ETÁRIO. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO.
1.Cuida-se de incidente de uniformização nacional objetivando a reforma de acórdão da 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, pelo qual reformou a sentença de parcial procedência do pedido de aposentadoria por idade rural, ao entendimento de que a atividade rurícola em questão não foi exercida em período imediatamente anterior ao implemento do requisito etário. Segue trecho do acórdão recorrido:
"(...) Merece guarida o recurso interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Está assentado na jurisprudência que o período de atividade rural deve ser imediatamente anterior ao implemento do requisito idade. Neste sentido as seguintes decisões proferidas no Superior Tribunal de Justiça (STJ): AgRg no REsp n. 1.298.063/MG (Relatoria do Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe: 25/4/2012) e AgRg no REsp n. 1.242.430/SC (Relatoria do Ministro JORGE MUSSI, DJe: 5/3/2012).
No mesmo sentido, a Súmula 54 da Turma Nacional de Uniformização (TNU): "Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima.".
Constato que, no presente caso, não houve o exercício de atividade rural em período imediatamente anterior ao implemento do requisito idade.
Isso posto, dou provimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e julgo improcedente o pedido."
2.Por sua vez a recorrente se contrapõe ao argumento de que trabalhou no meio rural nos períodos de 16/06/1962 a 31/12/1968 e de 01/01/1983 a 31/12/1988, atendeu ao requisito da idade, bem como da carência prevista em lei (12 anos, 06 meses e 16 dias) equivalentes a 151 meses antes do ajuizamento da ação, quando também demonstrou a presença de direito adquirido ao benefício em questão. Que nessas condições atende ao que prevê a legislação de regência e ademais, põe-se em conformidade com entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.
3.Prossegue sustentando que o julgado combatido contraria o que se encontra nos art. 201, § 7º, inciso II, e art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República e nos art. 48, § 1º, art. 142 e art. 143, todos da Lei nº 8.213/1991.
4.Não foram apresentadas contrarrazões.
5. O recurso teve o transito negado na origem. Em virtude de agravo foi encaminhado à TNU. Assim, a Presidência do Colegiado Nacional o admitiu e, em conformidade com o art. 17, incisos I e II, do Regimento Interno determinou o processamento como representativo da controvérsia, bem como o sobrestamento dos demais processos sobre o tema.
6.Foi publicado edital, em consonância com o inciso III do art. 17 do RI-TNU. O Ministério Público Federal (inciso V do RI-TNU) se manifestou no sentido, em síntese, do não conhecimento do recurso, por entender que não se demonstrou a necessária divergência jurisprudencial.
7.Sem outras manifestações, consoante certificação de decurso de prazo pela Secretaria.
Passo ao voto.
8.Para demonstrar o dissenso jurisprudencial apresentou julgado do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp nº 1.302.112-SP, relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgamento em 05 de junho de 2012). Considero atendido o requisito das posições contrapostas a partir do acórdão de origem e do julgado paradigmático, porquanto deles é possível inferir identidade fática e jurídica e extrair entendimento discrepante, em tese, frente a lei federal.
9.Nesse passo, o cerne da controvérsia deriva do entendimento assentado pela Turma Recursal de origem, no sentido de que para a percepção de aposentadoria por idade rural: o período de atividade rural deve ser imediatamente anterior ao implemento do requisito idade.
10. A recorrente completou a idade de 55 anos em 20/06/1994. E os períodos reconhecidos como trabalhados na atividade no campo na sentença são de 16/06/1962 a 31/12/1968 e de 01/01/1983 a 31/12/1988; portanto 6 (seis) anos entre os dois marcos temporais, pelo que despiciendo referir a data do requerimento administrativo (DER) porquanto somente possível em data posterior.
11. Questão que emerge da apreciação jurídica da prova produzida: cuida-se de mera situação de descontinuidade da atividade campesina, ou de ruptura e afastamento do meio rural?
12. A resposta considerando o decurso do tempo entre 31/12/1988 (data limite do reconhecimento do trabalho no campo na sentença) a 20/06/1994 (data em que atingiu a idade de 55 anos), remete à verificação objetiva dos três depoimentos das testemunhas colhidos, mas eles nada dizem acerca da atividade e permanência no meio campesino após o período em destaque, nem no que antecedeu o implemento da idade de 55 anos ou o requerimento administrativo DER.
13. Oportuno realçar a jurisprudência da TNU sobre o cerne da controvérsia (necessidade da comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior ao implemento da idade mínima ou ao requerimento administrativo). Assim temos: quando a discussão é a aposentadoria híbrida por idade admite-se a flexibilização do requisito

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

atinente ao período imediatamente anterior ora enfocado, conforme por exemplo: PEDILEFs 50006423220124047108, 50013736420134047117 e 50004662520144047127, relator Juiz Federal MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO, DJe 26/02/2016, pp. 173-301. Já no tocante à aposentadoria por idade rural comum, vem se orientando no sentido da relativização, isto é, admite a intercalação com atividade urbana, mas desde que o trabalhador retorne à atividade campesina e atenda à anterioridade em questão, por exemplo: PEDILEF 50136966820124047107, relator Juiz Federal GERSON LUIZ ROCHA, DJe 18/12/2015, pp. 142-187, PEDILEF 50072419320124047105, relatora Juíza Federal ANGELA CRISTINA MONTEIRO, DJe 09/10/2015, pp. 117-255, PEDILEFs 05013673820124058105 e 05097185120134058400, relator Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA, DJe 03/07/2015, pp. 116-223.

14. Enquanto que o entendimento expressado, por exemplo: nos: PEDILEF 05065125720074058200, relator Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DJe 18/03/2016, PEDILEF 05001548720094058303, relator GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, DJe 16/05/2014, pp. 125-165, PEDILF 05222549820114058300, relator Juiz Federal PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, DJe 16/05/2014, pp. 125-165, PEDILEF 201051620010979, relator Juiz Federal DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, DJe 23/01/2015 alinham-se ou não destoam do que se encontra consolidado na súmula nº 54 da TNU:

Súmula nº 54. Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima.

15. Ressalte-se, no tocante às situações de exercício de atividade urbana intercalada a TNU tem jurisprudência igualmente consolidada, consoante comentários sobre a Súmula nº 54 pelo Juiz Federal DANIEL MACHADO DA ROCHA no sentido da adequação desta, numa perspectiva interpretativa sistemática. Segue o teor da súmula nº 46: O exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador, condição que deve ser analisada no caso concreto.

16. Em relação ao entendimento constante do acórdão paradigma oriundo do STJ, releva considerar a condicionante no sentido de o trabalhador já ter completado a idade mínima, além do tempo necessário ao atendimento da carência no período que antecede imediatamente o requerimento administrativo (REsp 1.115.892/SP, relator Ministro FELIX FISCHER, DJe 14.09.2009), diferentemente da situação específica atinente à anterioridade imediata à idade mínima. No entanto, in casu, numa perspectiva sistemática e dada a relevância do momento recursal em sede de incidente de uniformização representativo da controvérsia, não se apresenta adequado o enquadramento do tema à Questão de Ordem nº 22 da TNU, na medida em que levaria ao não conhecimento do recurso, enquanto que a questão de fundo relevante ficaria sem solução de mérito.

17. Quanto à legislação de regência, desnecessário reproduzi-la vez que repetida à exaustão nos precedentes destacados e no aludido comentário à súmula nº 54 da TNU.

18. Tudo considerado, a pretensão específica da recorrente não encontra abrigo na orientação jurisprudencial realçada no âmbito da TNU, porquanto não demonstrado o exercício da atividade rural no período imediatamente anterior ao implemento da idade mínima prevista em lei, na medida em que não demonstrou o retorno ou permanência no meio rural imediatamente antes de completar a idade mínima para a aposentadoria em tela. Assim sendo, o argumento atinente à presença de direito adquirido afigura-se superado, ante sua imbricação lógico-jurídica com a tese desacolhida.

19. Demais disso, releva registrar o entendimento firmado em sede de recurso representativo da controvérsia (REsp 1354908/SP) relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, a seguir reproduzido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO.

REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 143 DA LEI 8.213/1991.

QUE DEVEM SER PREENCHIDOS DE FORMA CONCOMITANTE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Tese delimitada em sede de representativo da controvérsia, sob a exegese do artigo 55, § 3º combinado com o artigo 143 da Lei 8.213/1991, no sentido de que o segurado especial tem que estar laborando no campo, quando completar a idade mínima para se aposentar por idade rural, momento em poderá requerer seu benefício. Se, ao alcançar a faixa etária exigida no artigo 48, § 1º, da Lei 8.213/1991, o segurado especial deixar de exercer atividade rural, sem ter atendido a regra transitória da carência, não fará jus à aposentadoria por idade rural pelo descumprimento de um dos dois únicos critérios legalmente previstos para a aquisição do direito. Ressalvada a hipótese do direito adquirido em que o segurado especial preencheu ambos os requisitos de forma concomitante, mas não requereu o benefício.

2. Recurso especial do INSS conhecido e provido, invertendo-se o ônus da sucumbência. Observância do art. 543-C do Código de Processo Civil.

(REsp 1354908/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 10/02/2016)

20. Nessas condições, voto em sede de incidente de uniformização nacional representativo da controvérsia, para conhecer e negar provimento ao incidente de uniformização, de modo reafirmar a tese: para a obtenção de aposentadoria por idade rural é indispensável o exercício e a demonstração da atividade campesina correspondente à carência no período imediatamente anterior ao atingimento da idade mínima ou ao requerimento administrativo.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais para conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação e do voto do relator.

Brasília, 17 de agosto de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0503212-23.2012.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):HERMANO QUEIROZ JUNIOR
PROC./ADV.:JOSÉ GONZALEZ GARCIA
OAB:CE-18910
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO A PEDIDO DE MAGISTRADO. DIREITO À PERCEPÇÃO DE AJUDA DE CUSTO. ART. 65, I, DA LOMAN. ENTENDIMENTO DESTA TNU E DO STJ. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 17, I E II, DO RI DA TNU). INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, que negou provimento ao seu recurso inominado, por considerar ser devida a ajuda de custo decorrente da remoção de Juiz do Trabalho, mesmo a pedido.Sustenta, em síntese, que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça diverge da decisão adotada pela Turma Recursal de origem. Refere que, em caso de remoção a pedido, não há direito ao pagamento da ajuda de custo. Aponta como paradigmas julgados do STJ (Pet n.º 8.345, REsp n.º 720.813 e REsp n.º 387.189).

2. O Min. Presidente deste colegiado determinou a distribuição do presente feito como representativo de controvérsia.

3. O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do incidente.

4. Apesar de os paradigmas apontados serem referentes ao pagamento de ajuda de custo de servidor público, entendo que o presente incidente deve ser conhecido, a fim de firmar a orientação desta Turma de Uniformização no que tange aos direitos relativos aos magistrados. Com efeito, a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização já está consolidada no sentido de que, nas carreiras que possuem garantia constitucional da inamovibilidade, a remoção dos servidores pressupõe "manifestação de vontade, materializada na formulação de 'pedido'. O edital publicado pela Administração, por sua vez, revela a existência de vagas e o interesse público em provê-las. A remoção nessa hipótese atende primariamente o interesse do serviço e apenas secundariamente ao interesse do agente" (PEDILEF 200837007015970, Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, DOU em 20/07/2012).

5. Tal entendimento restou definitivamente confirmado em outros precedentes nos quais a TNU examinou o direito à percepção de ajuda de custo para Membros do Ministério Púbico e para os Defensores Públicos da União, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. AJUDA DE CUSTO. CONCURSO DE REMOÇÃO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. EXISTÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO. PRINCÍPIO DA INAMOVIBILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO, FIXANDO-SE A TESE DE QUE É DEVIDA A AJUDA DE CUSTO NO CASO DE REMOÇÃO A PEDIDO DE PROCURADOR DA REPÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DA GARANTIA DA PRERROGATIVA DA INAMOVIBILIDADE E DA SIMETRIA CONSTITUCIONAL ENTRE AS CARREIRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA MAGISTRATURA. Aos Defensores Públicos da União, a exemplo dos membros do Ministério Público e do Judiciário, é garantida a prerrogativa de inamovibilidade, conforme expressamente estabelecido no art. 134, §1º, da Constituição Federal e reproduzido no art. 34, da Lei Complementar nº 80/94), in verbis: Art. 34. Os membros da Defensoria Pública da União são inamovíveis, salvo se apenados com remoção compulsória, na forma desta Lei Complementar. Observo que o fato do art. 84, da LC 80/94, ter sido alterado pela LC 98/99, remetendo a normatização de diversas vantagens, dentre as quais a ajuda de custo, para o regime da Lei nº 8.112/90, em nada altera o entendimento acima delineado, que funda-se em garantia constitucional que, por óbvio, não pode ser interpretada a partir da lei, pois isso significaria evidente inversão da ordem jurídica, com vilipêndio ao princípio da supremacia da Constituição. Portanto, deve ser aplicado aos membros da Defensoria Pública da União igual entendimento, na medida em que a remoção, nesses casos, ainda que consentida, porque precedida de um pedido formal, denota o interesse público primário no preenchimento da vaga existente. Note-se, ainda, que tal posicionamento encontra-se alinhado ao entendimento do STJ segundo o qual é devida a ajuda de custo para os Magistrados que são removidos a pedido, sendo tal premissa, conforme dito acima, válida também para os membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União. Nesse sentido: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. DECRETO. ATO NORMATIVO QUE NÃO SE INSERE NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535, II, DO CPC. 1. Com relação à violação ao citado dispositivo - Decreto 4.004/01, o STJ possui entendimento de que o Decreto regulamentar não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza sua discussão na via excepcional. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. O STJ pacificou o entendimento de que é devida a ajuda de custo para os Magistrados que são removidos a pedido. 4. Os membros da Defensoria Pública Federal também fazem jus ao recebimento da ajuda de custo em casos de remoção, pois somente podem obter o deslocamento se for a pedido, por promoção ou em decorrência de pena disciplinar, haja vista possuírem a garantia constitucional da inamovibilidade. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1424704/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 20/06/2014, sem destaque no original) Desse modo, muito embora o acórdão da Turma Recursal tenha sido proferido com base em jurisprudência do STJ, é preciso ponderar que o referido julgamento trata da ajuda de custo devida aos servidores públicos em geral, não espelhando o entendimento da Corte Superior especificamente quanto à questão dos Defensores Públicos da União, assim como das outras carreiras protegidas pela garantia da inamovibilidade. Visto isso e estando o acórdão impugnado em desconformidade com o entendimento uniformizado, o incidente merece ser acolhido, para reafirmar a tese de que é devido, para os Defensores Públicos da União, o pagamento de ajuda de custo nos casos de remoção a pedido, devendo os autos retornarem à Turma Recursal de origem para verificação da necessidade de adequação do julgado. Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.(TNU, PEDILEF 5013078-13.2013.4.04.7003, Juiz Federal Wilson José Witzel, j. 12/05/2016,),

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO. REMOÇÃO A PEDIDO. GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INAMOVIBILIDADE. DIREITO À AJUDA DE CUSTO. QUESTÃO DECIDIDA PELA TNU EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ EM RELAÇÃO À MAGISTRATURA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte que, em sede de adequação, reformou a sentença para julgar improcedente o pedido inicial, nos termos do julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (Pet 8.345/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 08/10/2014, DJe 12/11/2014), aplicando o entendimento de que "é indevida a ajuda de custo, nos casos de remoção a pedido, hipótese delineada no art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea c, da Lei n° 8.112, de 1990, sendo possível somente na hipótese da remoção de ofício, no interesse da Administração (art. 36, inciso I do parágrafo único, da Lei n° 8.112/90), reconhecendose o interesse particular do servidor público na remoção a pedido". Defende a recorrente que o acórdão combatido diverge da jurisprudência "dominante e específica" do STJ. Afirma que o precedente que embasou o acórdão da Turma Recursal refere-se a carreira diversa da carreira do autor, sem levar em conta o aspecto da inamovibilidade inerente ao cargo de Defensor Público da União. Sem contrarrazões e inicialmente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, após a interposição de agravo, vieram os autos distribuídos a este Relator. É o breve relatório. Dou por prejudicado o agravo, tendo em vista que o juízo definitivo quanto à admissibilidade do incidente cabe a este colegiado. No que tange à demonstração da divergência, consigno que a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização firmou-se no sentido de que, nas carreiras que possuem garantia constitucional da inamovibilidade, a remoção dos servidores pressupõe "manifestação de vontade, materializada na formulação de 'pedido'. O edital publicado pela Administração, por sua vez, revela a existência de vagas e o interesse público em provê-las. A remoção nessa hipótese atende primariamente o interesse do serviço e apenas secundariamente o interesse do agente" (...) (PEDILEF 0500875-97.2013.4.05.8400, Juiz Federal Gérson Rocha, j. 20.0.7.2016)

6. Com efeito, no caso de magistrados, de há muito é reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça a necessidade de excepcionar a regra geral da Lei 8.112/90 . É que o ato de remoção do magistrado sempre se dará no interesse público, seja a pedido, por promoção, ou ainda, em decorrência de pena disciplinar. É que o fato de o magistrado, voluntariamente, inscrever-se para exercer a judicatura em outra localidade condicionar-se-á ao juízo de conveniência da Administração, que decidirá em observância dos limites da legislação de regência. Neste sentido os seguintes precedentes do STJ.

ADMINISTRATIVO. JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO. REMOÇÃO A PEDIDO. AJUDA DE CUSTO. INTERESSE PÚBLICO. EXISTÊNCIA. ART. 65 DA LOMAN. PRECEDENTES DO STJ. 1. A orientação do STJ se consolidou no sentido de que o magistrado faz jus à ajuda de custo prevista no art. 65, I, da Loman, seja na remoção ex officio, seja na levada a efeito a pedido do interessado, uma vez que em ambas está presente o interesse público. 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1507507 / SC, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 12/08/2015) (grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. JUIZ DO TRABALHO. REMOÇÃO A PEDIDO. DIREITO À AJUDA DE CUSTO. POSSIBILIDADE. CARACTERIZAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO. PRECEDENTES. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1153890 / SC, Sexta Turma, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 23/08/2013) (grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - REMOÇÃO DE MAGISTRADO A PEDIDO - ART. 65 DA LOMAN - DIREITO À AJUDA DE CUSTO RECONHECIDO - INCOMPETÊNCIA DO STJ - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - MULTA DO ART. 557, § 2º, DO CPC - AFASTAMENTO NA HIPÓTESE. 1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que na remoção do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

magistrado, seja ela ex officio, seja a pedido, o juiz faz jus à ajuda de custo prevista no art. 65, I, da LOMAN. 2. (...). 5. Agravo regimental parcialmente provido, apenas para afastamento da multa processual. (AgRg no AREsp 163298 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 07/05/2013) (grifei)
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. JUIZ DO TRABALHO. REMOÇÃO A PEDIDO. PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO. POSSIBILIDADE. CARACTERIZAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO. 1. O magistrado faz jus à ajuda de custo, a que se refere o art. 65, I, da LOMAN (LC nº 35/79), seja na remoção de ofício ou a pedido, pois em ambos os casos fica caracterizado o interesse público. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1143301 / SC, Quinta Turma, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 04/12/2012) (grifei)
ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MAGISTRADO. REMOÇÃO A PEDIDO. AJUDA DE CUSTO. ART. 65 DA LOMAN. DIREITO À AJUDA DE CUSTO ANTE A EXISTÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A recente jurisprudência desta Corte está firmada em que, na remoção do Magistrado, seja ela ex officio ou a pedido, encontra-se presente o interesse público, de modo que o Juiz faz jus à ajuda de custo prevista no art. 65, I, da LOMAN. Precedentes: AgRg no Ag 1.368.615/SC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 9.6.2011, AgRg no Ag 1.354.482/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 18.2.2011, AgRg no REsp. 943.682/PA, Rel. Min. HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), DJe 9.5.2011 e AgRg no REsp. 945.420/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 27.9.2010. 2. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 1340614 / SC, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 21/05/2012) (grifei)
7. Em face do entendimento pacificado no STJ e neste colegiado, proponho a fixação de tese, neste representativo de controvérsia, no sentido de que, na remoção de Magistrado, seja ela ex officio ou a pedido, encontra-se presente o interesse público, de modo que o Juiz faz jus à ajuda de custo prevista no art. 65, I, da LOMAN.
8. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela União deve ser conhecido e rejeitado, fixando-se a seguinte tese no representativo de controvérsia: na remoção de Magistrado, seja ela ex officio ou a pedido, há direito à ajuda de custo (prevista no art. 65, I, da LOMAN).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5027941-37.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):JULIANA LEAL MARKUSONS
PROC./ADV.:MAURO ALEXANDRE PIZZOLATTO
OAB:RS-45264
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO AO RECEBIMENTO DE AJUDA DE CUSTO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. INCIDENTE FORMULADO PELA UNIÃO CONHECIDO E PROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (art. 17, incisos I e II, do RITNU). QUESTÃO DE ORDEM 38 DA TNU.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Quinta Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao seu recurso inominado, por considerar ser devida a ajuda de custo decorrente da remoção de servidor público, mesmo a pedido, uma vez que presente o interesse da Administração no preenchimento do cargo vago. Sustenta a União, em síntese, que os servidores removidos a pedido dentro do concurso de remoção não fazem jus ao benefício da ajuda de custo, porquanto não enquadrados nas hipóteses de remoção de ofício.Ou seja, no seu entender, na hipótese prevista no art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea c, da Lei n.º 8.112/90, a ajuda de custo mostra-se indevida. Aponta como paradigmas julgados do STJ (Pet n.º 8.345, REsp n.º 720.813, REsp n.º 387.189 e REsp 364.373).
2. O Min. Presidente deste colegiado determinou a distribuição do presente feito como representativo de controvérsia.
3. O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do incidente.
4. Primeiramente, é necessário frisar que considero válido(s) o(s) paradigma(s) apontado(s) para fins de conhecimento do pleito de uniformização.
5. A questão debatida no presente incidente versa sobre o direito ao pagamento de ajuda de custo para servidor público federal, nos casos de remoção efetivada a pedido do servidor. Anteriormente, esta Turma de Uniformização adotava posicionamento favorável à tese defendida pela parte autora, no sentido de que o interesse do serviço na remoção estaria presente no oferecimento do cargo vago e não no procedimento administrativo tomado para preenchê-lo, criando-se, a partir daí, o direito do agente público de exigir a ajuda de custo.(TNU, PEDILEF 200772510005124, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ .05.04.2010)
6. Contudo, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, acabou fixando entendimento diametralmente oposto. Com efeito, interpretando o art. 53 da Lei n.º 8.112/90, entendeu que, na hipótese prevista no art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea c, do mesmo diploma legal (remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração), a ajuda de custo é indevida:
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REMOÇÃO E PROCESSO SELETIVO. ART. 36, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III, ALÍNEA "C", DA LEI 8.112/90. AJUDA DE CUSTO. ART. 53 DA LEI 8.112/90. INCABÍVEL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. LEI 10.259/2001. DIVERGÊNCIA DA TNU EM RELAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PROCEDÊNCIA. TEMA PACIFICADO. 1. Pedido de uniformização de jurisprudência no qual se alega a dissonância entre o entendimento da Turma Nacional de Uniformização e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; a demanda versa sobre pleito de ajuda de custo (art. 53 da Lei n. 8.112/90) em razão de remoção derivada de concurso de remoção (art. 36, parágrafo único, III, "c", da Lei n. 8.112/90). 2. A União alega que deveria ser aplicado o entendimento esposado no REsp 387.189/SC (Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 1º.8.2006) e, assim, não seria devido pagamento da ajuda de custo, na hipótese de remoção por força da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei n. 8.112/90; ao passo que foi firmado o entendimento da Turma Nacional de Uniformização em prol de aplicação do AgRg no RESP 779.276/SC (Sexta turma, Rel. Min. Desembargador convocado Celso Limongi, DJ 18.5.2009) e do AgRg no REsp 714.297/SC (Sexta Turma, Rel. Min. Desembargadora convocada Jane Silva, DJ 1º.12.2008). 3. "No caso da remoção de servidor, com fulcro na hipótese da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de ajuda de custo na forma do art. 53, todos da Lei n. 8.112/90, uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses particulares dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha de lotação; não há portanto, falar, nesse caso, em 'interesse de serviço'" (Pet 8.345/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 12.11.2014), sendo aplicável o paradigma firmado no REsp 387.189/SC (Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 1º.8.2006). Pedido de uniformização julgado procedente. (Pet 9867 / PE, Primeira Seção, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 09/11/2015) (grifei)
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCURADOR FEDERAL. REMOÇÃO A PEDIDO, APÓS PROCESSO SELETIVO. AJUDA DE CUSTO INDEVIDA. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A Primeira Seção desta Corte firmou a compreensão de que, na hipótese prevista no art. 36, parágrafo único, III, alínea "c", da Lei n. 8.112/90 (remoção a pedido, para outra localidade, após a realização de processo seletivo), a ajuda de custo é indevida. 2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AgRg no REsp 1136768 / PR, Sexta Turma, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 26/06/2015) (grifei)
ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. RECONHECIMENTO, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DE REMOÇÃO A PEDIDO, PELOS SERVIDORES (ART. 36, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI 8.112/90). RECEBIMENTO DE AJUDA DE CUSTO. DIREITO. AUSÊNCIA. ARTS. 36, PARÁGRAFO ÚNICO, I, II E III, E 53 DA LEI 8.112/90. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A RECENTE JURISPRUDÊNCIA, MAJORITÁRIA, DA 1ª SEÇÃO DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Na forma da recente jurisprudência da 1ª Seção do STJ - ainda que majoritária -, é indevido o pagamento de ajuda de custo nas hipóteses do art. 36, parágrafo único, II e III, da Lei 8.112/90, ou seja, a ajuda de custo somente é devida aos servidores que, no interesse da Administração, forem removidos ex officio (art. 36, parágrafo único, I, da Lei 8.112/90) (STJ, Pet 8.345/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 12/11/2014). Entendeu a 1ª Seção do STJ, no julgamento da Pet 8.345/SC, em 08/10/2014, por maioria, que "a leitura do dispositivo legal aplicável é clara: somente há falar em ajuda de custo, nos termos do art. 53 da Lei n. 8.112/90, quando se está diante da hipótese de remoção firmada no inciso I do parágrafo único do art. 36. No caso da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de indenização, uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses pessoais dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha de lotação. Não há falar, nesse caso em 'interesse de serviço'" (DJe de 12/11/2014). II. Na hipótese dos presentes autos, as instâncias ordinárias, soberanas na análise fática da causa, concluíram que "todas as remoções foram precedidas de requerimento dos interessados, e nenhuma delas foi fundamentada no inciso III do artigo 36 da Lei nº 8.112/90 (...). Assim, todas as referidas remoções enquadram-se no inciso II do referido diploma legal", e que "os deslocamentos em questão não se deram, consoante os autos, no interesse da Administração/do serviço/de ofício, hipótese regrada pelo inciso I daquele retratado art. 36 e pelo analisado art. 53". Destarte, restando incontroverso que a remoção dos agravantes deu-se voluntariamente (art. 36, parágrafo único, II, da Lei 8.112/90), não fazem eles jus à ajuda de custo, nos termos da jurisprudência prevalecente nesta Corte. III. O Agravo Regimental, fundado em precedentes jurisprudenciais ultrapassados pelo atual entendimento do STJ, é incapaz de infirmar os fundamentos da decisão agravada. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.120.463/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/03/2010. IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1448356 / SP, Segunda Turma, Rela. Mina. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 16/04/2015) (grifei)
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REMOÇÃO E PROCESSO SELETIVO. ART. 36, § ÚNICO, III, 'C' DA LEI 8.112/90. AJUDA DE CUSTO. ART. 53 DA LEI 8.112/90. INCABÍVEL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. LEI 10.259/2001. DIVERGÊNCIA DA TNU EM RELAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PROCEDÊNCIA. 1. A Turma Nacional de Uniformização consignou que há o direito à percepção da ajuda de custo, para servidores removidos a pedido, em razão do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (AgRg no RESP 779.276/SC, Sexta turma, Rel. Min. Desembargador convocado Celso Limongi, DJ 18.5.2009; AgRg no RESP 714.297/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Desembargadora convocada Jane Silva, DJ 1.12.2008). 2. A parte requerente alega que deveria ser aplicado o entendimento esposado no RESP 387.189/SC (Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 1º.8.2006) e, assim, não seria devido pagamento da ajuda de custo, na hipótese de remoção por força da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei n. 8.112/90. 3. No caso da remoção de servidor, com fulcro na hipótese da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de ajuda de custo na forma do art. 53, todos da Lei n. 8.112/90, uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses particulares dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha de lotação; não há portanto, falar, nesse caso, em "interesse de serviço". Pedido de uniformização julgado procedente. Pedido de liminar prejudicado. (Pet 8345 / SC, Primeira Seção, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 12/11/2014) (grifei)
7. Em face do entendimento pacificado no STJ, proponho a fixação de tese, neste representativo de controvérsia, no sentido de que, por meio da interpretação do art. 53 da Lei n.º 8.112/90, na hipótese prevista no art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea c, do mesmo diploma legal (remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração), a ajuda de custo mostra-se indevida.
8. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela União deve ser conhecido e provido, para fixar a seguinte tese no representativo de controvérsia: de que, por meio da interpretação do art. 53 da Lei n.º 8.112/90, na hipótese prevista no art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea c, do mesmo diploma legal (remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração), a ajuda de custo é indevida.
9. Tratando-se de questão de direito, no presente caso, é possível a aplicação da primeira parte da Questão de Ordem nº 38 desta Turma Nacional de Uniformização, segundo a qual "Em decorrência de julgamento em pedido de uniformização, poderá a Turma Nacional aplicar o direito ao caso concreto decidindo o litígio de modo definitivo, desde que a matéria seja de direito apenas, ou, sendo de fato e de direito, não necessite reexaminar o quadro probatório definido pelas instâncias anteriores, podendo para tanto, restabelecer a sentença desconstituída por Turma Recursal ou Regional". Por conseguinte, voto por Conhecer e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização da União, julgando improcedente a ação. Desta forma, os autos poderão retornar diretamente ao Juizado Especial de origem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0018991-36.2008.4.01.3700
ORIGEM:MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):FABRÍCIO SANTOS DIAS
PROC./ADV.:LARISSA JOYCE ARAGÃO BRITO
OAB:MA-8515
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: AJUDA DE CUSTO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL REMOVIDO A PEDIDO. MEMBRO DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO.
ADMINISTRATIVO. RECURSO AFETADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. SERVIDOR PÚBLICO. REMOÇÃO A PEDIDO. AJUDA DE CUSTO. MEMBRO DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. CARGO PÚBLICO DESPROVIDO DA GARANTIA DA INAMOVILIDADE. PAGAMENTO INDEVIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO REFORMADO. SENTENÇA RESTABELECIDA (QO N. 38/TNU).
Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra acórdão oriundo de 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Maranhão, em que foi reformada sentença de Primeiro Grau na qual restou julgado improcedente o pedido autoral objetivando o pagamento de ajuda de custo em decorrência da remoção a pedido da parte Autora.
Argumenta que o art. 53 da Lei n. 8.112/1990 garante o pagamento de ajuda de custo somente em caso de remoção de ofício, em que há interesse exclusivo ou preponderante da Administração.
Como paradigma, apresenta o REsp n. 387189/SC, Quinta Turma, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 12.06.2006, DJe 01.08.2006, no mesmo sentido da tese defendida no Incidente de Uniformização ora sob exame.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O Ministério Público Federal lançou parecer no sentido de ser provido o recurso interposto, considerando que a jurisprudência dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, no caso em análise, é indevido o pagamento de ajuda de custo (Pet. 8.345/SC, rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 12.11.2014; REsp n. 387.189/SC, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 01.08.2006).
Recurso afetado como Representativo da Controvérsia, na forma do art. 17, inciso I, do RITNU.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Nos termos do art. 17, inciso III, primeira parte, da Resolução CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), o Incidente de Uniformização não será admitido, entre as razões elencadas no dispositivo em relevo, quando o pedido "estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização".
O dissídio jurisprudencial se encontra caracterizado nos presentes autos, especialmente por conta de abordar tema tratado, recentemente, por este Colegiado também em sede de Recursos Representativos da Controvérsia, motivo pelo qual o recurso interposto se demonstra viável.
Preliminarmente, cabe o registro de que a parte Autora, ora recorrida, é agente público cujo cargo em que se encontra investido, integrante da Advocacia Geral da União, não detém a garantia constitucional da inamovibilidade, em que a remoção só é possível a pedido ou como punição, em decorrência do que este Colegiado vem decidindo pelo cabimento dessa verba indenizatória (PEDILEF RepCont n. 5013078-13.2013.4.04.7003, rel. Juiz Wilson José Witzel, j. 12.05.2016, DJe 20.05.2006; PEDILEF n. 0500875-97.2013,4,05.8400, rel. Juiz Gerson Luiz Rocha, j. 20.07.2016). Um dos paradigmas apresentados, cabe realçar, tem como tema litigioso justamente o pagamento de ajuda de custo a membro do Ministério Público da União, sendo essa a razão para o presente registro em sede de preliminar.
Este Colegiado, no curso da sessão realizada no dia 12.05.2016, ao examinar o PEDILEF n. 5003295-82.2013.4.04.7104, rel. Juiz José Henrique Guaracy Rebêlo, DJe, unânime, firmou a tese no sentido de que "no caso de participação de servidor em processo de remoção (art. 36-III-c da Lei n. 8.112/90) não é devida ajuda de custo"; e REsp n. 200500140400, Quinta Turma, rel. Min. Felix Fischer, DJe 04.121.2006, proclamando não ser devido o pagamento de ajuda de custo por remoção a pedido formulado por membro do Ministério Público da União.
Em seu voto, o Juiz Relator fez constar trecho do voto proferido pelo Min. Humberto Martins, no julgamento da Pet 8.345/5 pelo Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção, DJe 12.11.2014), do qual foi Relator, sustentando que "no caso da remoção de servidor, com fulcro na hipótese da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de ajuda de custo na forma do art. 53, todos da Lei n. 8.112/1990, uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses particulares dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha da lotação; não há, portanto, falar, nesse caso, em 'interesse de serviço'", motivo pelo qual não é devido o desembolso, pela Administração, de ajuda de custo.
O acórdão recorrido se encontra em rota de colisão com a jurisprudência pacificada no âmbito desta Turma Nacional de Uniformização.
Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e provido, na linha apontada pelo Ministério Público Federal em sua manifestação, para o fim de ser reformado o acórdão impugnado, restabelecendo-se integralmente a sentença de Primeiro Grau, em que o pedido autoral foi julgado improcedente (Questão de Ordem n. 38/TNU).
Tese firmada: não é devido o pagamento de ajuda de custo em caso de remoção a pedido de servidor público cujo cargo não é dotado da garantia constitucional da inamovibilidade.
Recurso afetado como representativo da controvérsia (art. 17, inciso I, RITNU).
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
É como voto.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu do incidente de uniformização e lhe deu provimento nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a) que ajustará o voto.
Brasília/DF, 17 de agosto de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0519045-92.2014.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARILENE OMENA DE ALMEIDA
PROC./ADV.:WILTON SANTOS
OAB:PE-16199
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL (RMI). APLICAÇÃO DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 29, INCISO II, DA LEI N.º 8.213/91. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N.º 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF DO INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
1. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal - PEDILEF apresentado contra acórdão de Turma Recursal que negou provimento a recurso inominado do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra sentença que o condenou ao pagamento das diferenças atrasadas decorrentes da revisão da RMI do benefício previdenciário fruído pela parte autora (auxílio-doença) pela aplicação da redação original do art. 29, inciso II, da Lei n.º 8.213/91.
2. A decisão recorrida está em consonância com os precedentes desta TNU sobre a matéria.
3. Por todos, confiram-se os excertos do seguinte precedente: "PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. ART. 29, II, DA LEI N.º 8.213/91. AÇÃO INDIVIDUAL INTENTADA COM A MESMA PRETENSÃO VEICULADA EM AÇÃO COLETIVA. POSSIBILIDADE. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE ATRASADOS ESTABELECIDO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. ENTENDIMENTO DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. 1. (...) Esse é, inclusive, o entendimento esposado por esta TNU: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL - REVISÃO DE BENEFÍCIO - ART. 29, II, DA LEI 8.213/91 - RECONHECIMENTO DO DIREITO PELA ADMINISTRAÇÃO - A EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA NÃO FULMINA O INTERESSE DE AGIR EM AÇÃO INDIVIDUAL - INCIDENTE NÃO CONHECIDO. (...) Ab initio, convém destacar que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que a questão de direito sub judice é de índole infraconstitucional, rejeitando o regime de Repercussão Geral. Confira-se: Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUALCIVIL. SUSPENSÃO DE AÇÃO INDIVIDUAL EM RAZÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM A MESMA FINALIDADE. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA PELO PLENÁRIO DO STF NO ARE 738.109-RG. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. 1. A ação individual, quando sub judice a controvérsia sobre a sua suspensão em razão da existência de ação coletiva sobre o mesmo objeto, não revela repercussão geral apta a dar seguimento ao apelo extremo, consoante decidido pelo Plenário virtual do STF, na análise do ARE 738.109-RG, Rel. Min. Teori Zavascki. 2. In casu, o acórdão recorrido assentou: "PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ARTIGO 29, INCISO II, DA LEI Nº 8.213, DE 1991. PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS DECORRENTES DA REVISÃO JÁ EFETIVADA. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO". 3. Agravo regimental DESPROVIDO (Relator Exmo. Min. Luiz Fux, DJ 21.10.2014). Pois bem, sobre a divergência apregoada neste Incidente, esta e. Turma Nacional de Uniformização, no PEDILEF 200361840056621, já se inclinou ao entendimento de que OS INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS PODEM SER PLEITEADOS EM DEMANDA COLETIVA - CUJO TRÂMITE É VEDADO, PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (LEI 10259/01), O QUE NÃO SIGNIFICA QUE HAJA ÓBICE À TUTELA INDIVIDUAL, CUJA ADMISSIBILIDADE É RESSALVADA EXPRESSAMENTE, INCLUSIVE, MESMO DEPOIS DE AJUIZADA AÇÃO COLETIVA (Relator, MM Juiz Federal Higino Cinacchi Junior. DJ 29.06.2004). (...) A pretensão de receber de imediato as diferenças devidas decorrentes da revisão do seu benefício, com fulcro no art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, constitui um direito subjetivo do recorrido que pode ser exercido de forma independente e a qualquer tempo, sob pena de se promover uma manifesta violação ao princípio do livre acesso ao Judiciário. Além do mais, penso não ser razoável que o segurado da Previdência Social fique aguardando cronograma instituído nos autos da Ação Civil Pública nº 00023205920124036183, para recebimento dos atrasados, máxime quando estamos diante de verbas de natureza alimentar, além do que, condicionar a satisfação do crédito à existência de dotação orçamentária, implica a postergação da pretensão para momento futuro, caracterizando atraso injustificado a permitir a apreciação da questão pelo Poder Judiciário. Pelo exposto, e com fulcro na Questão de Ordem nº 13, NÃO CONHEÇO deste Incidente de Uniformização Nacional. (PEDILEF 05003069320134058304, Rel. Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DOU 03/07/2015, PÁGINAS 116/223) 4. Em face de todo o exposto, e nos termos da fundamentação, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pelo INSS não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU. (PEDILEF 05015488120134058306, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 23/10/2015 PÁGINAS 121/169) .
4. Por isso e nos termos da Questão de Ordem n.º 13 desta TNU, não se conhece do PEDILEF.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5044944-05.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:AVELINA DE FATIMA VIANA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. GENITORES. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NÃO EXCLUSIVA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE QUE A AJUDA DO FILHO ERA INDISPENSÁVEL À SUBSISTÊNCIA DA FAMÍLIA, NÃO SENDO SUFICIENTE À COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA O MERO AUXÍLIO FINANCEIRO. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
I - RELATÓRIO
Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, a qual confirmou a sentença para julgar improcedente o pedido formulado pela autora na condição de genitora do segurado falecido. Segundo o colegiado, não restou comprovada a dependência econômica da requerente em relação ao de cujus.
Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelos autores, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegam que a Turma Recursal de origem divergiu do entendimento da TNU, segundo a qual a dependência dos pais em relação ao filho falecido não necessita ser exclusiva.
Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após agravo, e distribuídos a este Relator.
O Excelentíssimo Ministro Presidente da TNU determinou a distribuição do feito, bem como a afetação do tema como representativo da controvérsia, e, no mesmo, sentido, o sobrestamento dos demais processos que tenham como fundamento a mesma questão de direito, conforme preceitua o art. 17, incisos I e II, do RITNU.
Foram os autos distribuídos a este Relator.
Publicado o edital previsto no art. 17, III, do RITNU.
Foram apresentados memoriais, nos quais a parte autora, através da Defensoria Pública da União, reitera todos os termos do recurso interposto.
O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Excelentíssimo Sub-Procurador da República Antônio Carlos Pessoa Lins, manifestou-se pelo não conhecimento do incidente, ao argumento de falta de cotejo analítico e por se tratar de reexame de matéria fático-probatório.
É o relatório.
II - VOTO
Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
No caso dos autos, vislumbro presentes os requisitos de admissibilidade do incidente, razão pela qual o conheço e passo ao exame do mérito.
A parte autora é genitora do de cujus, falecido em 09/02/2013.
Acerca do benefício de pensão por morte, dispõe o art. 16 da Lei nº 8.213/91:
"Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
(...)
II - os pais;
(...)
§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.
A dependência econômica dos pais, constante no §4º do artigo acima mencionado, pode ser definida como uma relação de subordinação que não necessita ser exclusiva, porém como substitutiva dos fatos da vida, essa deverá ser devidamente comprovada. Essa assertiva já se consagrara na jurisprudência há tempos consolidada no extinto TFR, através da Súmula nº 229: "A mãe do segurado tem direito a pensão previdenciária, em caso de morte do filho, se provada a dependência econômica, mesmo não exclusiva".
Com efeito, é fato comum em famílias carentes colaboração financeira entre ascendentes e descentes, principalmente quando os filhos são solteiros e pertencem ao mesmo núcleo familiar dos pais, como no caso dos autos - sobretudo quando há coabitação, o que em tese configura meação de contas de cada qual. Por isso, em sintonia com farta jurisprudência neste sentido, entende que a contribuição dos filhos deve ser relevante, significativa o suficiente para o sustento do grupo familiar, de modo que o mero auxílio financeiro não caracteriza a referida dependência.
Na situação em tela, o contexto probatório foi bem analisado - tanto assim que o juízo a quo ponderara pela colaboração dos demais filhos, de modo que a ajuda financeira prestada pelo de cujus não fora interpretada como indispensável à subsistência da família.
Ante o exposto, fiel às considerações supra, conheço e nego provimento ao incidente de uniformização interposto, pelo que firmo a tese no sentido de que a dependência econômica dos genitores em relação ao filho não necessita ser exclusiva, porém a contribuição financeira deste deve ser substancial o bastante para a subsistência do núcleo familiar, e devidamente comprovada, não sendo mero auxílio financeiro o suficiente para caracterizar tal dependência.
Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50, conforme requerido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É como voto.
Incidente de uniformização julgado como representativo da controvérsia, nos termos do art. 17, VII, do RITNU, aprovado pela Resolução nº CJF - RES - 205/00345, de 02/06/2015.

III - **ACÓRDÃO**

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao incidente interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 17 de agosto de 2016.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0510363-22.2012.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:SOLANGE MARIA COUTINHO VANDERLEI
PROC./ADV.:MICHELLE JANAÍNA MARIA DOS SANTOS
OAB:PE-24792
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - TRIBUTÁRIO - INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA - JUROS DE MORA SOBRE VERBA TRABALHISTA - NATUREZA REMUNERATÓRIA - PLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 24/TNU - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
VOTO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco. No caso, a Turma de origem entendeu que deve incidir imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes das verbas recebidas em sentença trabalhista.
A parte autora, então, ingressa com Pedido de Uniformização, que fora inadmitido pela Turma Recursal de Pernambuco sob o fundamento que o próprio STJ tem posicionamento contrário às alegações da parte autora. Inconformada a parte autora agrava dessa decisão.
Analisando a matéria constante nos autos, constato que a dúvida é saber se incide imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de sentença trabalhista. Para solucionar o problema, devemos saber que, por se tratar de obrigação de caráter acessório, os juros de mora terão a mesma natureza daquela de onde se originou.
No caso em tela, constata-se que a verba recebida em sentença trabalhista é oriunda de salário recebido durante todo o período ora questionado. Portanto, em
sendo de natureza remuneratório a quantia recebida por meio de sentença trabalhista, salário, correta a incidência do imposto de renda sobre a referida quantia lograda por meio de sentença trabalhista.
Nesse tocante, inclusive seguindo jurisprudência do STJ, correto o acórdão da Turma Recursal de Pernambuco.
STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1328608 RS
2012/0104286-1 (STJ)
Data de publicação: 17/09/2013
Ementa: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA. VERBAS PREVIDENCIÁRIA PAGAS EM ATRASO. APURAÇÃO DO VALOR DEVIDO. REGIME DE COMPETÊNCIA. 1. A Primeira Seção desta Corte, apreciando o REsp 1.089.720/RS, de relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 28/11/12, consolidou entendimento no sentido de que: (I) a regra geral é a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora (art. 16 , caput e parágrafo único, da Lei 4.506 /1964), inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhis tas; (II) há isenção de IR: a) quando o pagamento for realizado no contexto de rescisão do contrato de trabalho e b) quando a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, aplicando-se o princípio do accessorium sequitur suum principale.
2. "O Imposto de Renda incidente sobre os benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado. Não é legítima a cobrançade IR com parâmetro no montante global pago extemporaneamente. Precedentes do STJ." (REsp 1.118.429/SP, processado sob o rito do art. 543-C do CPC , Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 14/05/2010) 3. Agravo regimental a que se nega provimento.
Portanto, a regra geral é a incidência do imposto de renda, inclusive quando fixados em reclamação trabalhista. Tal afirmação se funda no princípio do accessorium sequitur suum principale. No caso em tela, a autora percebeu, através de sentença trabalhista, juros de mora decorrente de verba de natureza remuneratória, qual seja, salário.
Enfim, tenho que a solução do presente Incidente se adéqua à Questão de Ordem nº 24/TNU:
Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia. (Aprovada na 5ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 13 e 14.09.2010).
Assim, voto pelo NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE, por incidir a Questão de Ordem nº 24, desta Corte.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 14 de Abril de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0509272-57.2013.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):DENISE GOMES XAVIER
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB:PE-20418
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL - VERBAS RECEBIDAS POR ERRO DA ADMINISTRAÇÃO - BOA FÉ CARACTERIZADA - IRREPETIBILIDADE - APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 24/TNU - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
VOTO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte Ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco. No caso, a Turma de origem entendeu que não cabe a devolução da quantia recebida pela parte autora por conta desta ter agido de boa fé. Considerou aquele Colegiado que o recebimento a maior pela parte autora decorreu, única e exclusivamente, de equívoco da Autarquia Previdenciária, inexistindo nos autos qualquer alegação ou indício de que tenha a parte autora agido mediante fraude ou com má fé.
Sustenta o requerente que a quantia recebida, mesmo tendo a autora agido de boa fé, deve ser devolvida ao Erário. Junta paradigmas do STJ no sentido da devolução de tal quantia recebida de boa fé.
A toda evidência os julgados paradigmas trazidos pela parte recorrente são datados de 2009. Ocorre que aquele Corte, atualmente, se posiciona em sentido contrário ao entendimento adotado em 2009.
Do ano de 2010 em diante o próprio STJ se mostra contrário à devolução de quantia recebida de boa fé. É pacífico o entendimento de que a boa fé por parte da autora desobriga a devolução de benefício pago a maior.
STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1147272 RS 2009/0126847-9 (STJ)
Data de publicação: 26/03/2012
Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORPÚBLICO.DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOAFÉ. IMPOSSIBILIDADE.PRECEDENTES. 1. Esta Corte firmou entendimento de que os valores recebidos indevidamente pelo servidor, de boa-fé, a título de vencimento ou de remuneração, não servem de fonte de enriquecimento, mas de subsídio dele e de sua família, razão pela qual não cabe a sua devolução.Precedentes. 2. Agravo regimental improvido.
STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO AgRg no Ag 1422169 RN 2011/0140595-8 (STJ)
Data de publicação: 29/02/2012
Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO.VALORESRECEBIDOS DE BOAFÉ. DEVOLUÇÃO. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO.IMPOSSIBILIDADE. - A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de ser incabível adevolução de valores percebidos por servidor público de boa-fé, porforça de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro daadministração.Agravo regimental improvido.
Enfim, tenho que a solução do presente Incidente se adéqua à Questão de Ordem nº 24/TNU:
Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia. (Aprovada na 5ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 13 e 14.09.2010).
Assim, voto pelo NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE, por incidir a Questão de Ordem nº 24, desta Corte.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 14 de Abril de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0507244-39.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MARCIA REGINA DANTAS DE ARAÚJO
PROC./ADV.:ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA
OAB:RN-491
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO - TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS GOZADAS - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO VERGASTADO E OS PARADIGMAS INVOCADOS (QUE TRATAM DAQUELA EXAÇÃO SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS INDENIZADAS, AVISO PRÉVIO INDENIZADO E FGTS) - APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 22/TNU - QUESTÃO TAMBÉM RESOLVIDA EM RECENTE DECISÃO DO STJ, NO JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA RESP. Nº 1.459.779, FICANDO PACIFICADO QUE O IMPOSTO DE RENDA INCIDE SOBRE O ADICIONAL DE 1/3 INCIDENTE SOBRE AS FÉRIAS GOZADAS. APLICAÇÃO DO ART. 9º, INCISO IX, DO RI/TNU E DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 24/TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO.
VOTO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte. No caso, a Turma de origem entendeu pela exigibilidade do Imposto de Renda sobre o terço constitucional incidente sobre a remuneração das férias gozadas, dada a natureza remuneratória dessa verba.
Sustenta a parte ora requerente que a exação em comento não incide sobre os valores recebidos a título de terço constitucional de férias em face do caráter indenizatório desse adicional. Junta como paradigmas arestos do STJ no sentido da não incidência de imposto de renda sobre o adicional de férias indenizadas, aviso prévio indenizado e FGTS.
A toda evidência os julgados paradigmas trazidos pela parte autora fazem referência à situação diversa daquela discutida nos autos, abordando a não incidência de imposto de renda sobre o adicional de férias indenizadas, aviso prévio indenizado e FGTS, quando o aresto da Turma Recursal de origem tratou daquela exação sobre o terço constitucional de férias gozadas e, portanto, não indenizadas.
Destarte, tenho que a solução do presente Incidente se adéqua à Questão de Ordem nº 22/TNU:
"É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
De mais a mais, cumpre salientar que a jurisprudência do STJ já assentou, em recente julgamento do recurso representativo da controvérsia REsp. nº 1.459.779 (julgado em 22.04.2015), que o Imposto de Renda incide sobre o adicional de 1/3 incidente sobre as férias gozadas, tal como entendeu o Colegiado prolator da decisão combatida. Confira-se:
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS. 1. No recente julgamento do recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.459.779 - MA (Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Rel. p/acórdão Min. Benedito Gonçalves, julgado em 22.04.2015) esta Corte reafirmou, na forma do art. 543-C do CPC, a sua jurisprudência no sentido de que o Imposto de Renda incide sobre o adicional de 1/3 incidente sobre as férias gozadas. Registro que fui vencido no julgado e faço a ressalva de minha posição pessoal. 2. Recurso ordinário não provido (ROMS 201401194112, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2015).
Sendo assim, também nos termos do art. 9º, inciso IX, do RI/TNU e da Questão de Ordem nº 24 , o presente Incidente não deve ser conhecido, uma vez que em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Destarte, voto pelo NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 14 de abril de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5007750-02.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JANE MARICA RODRIGUES
PROC./ADV.:ELSA FERNANDA REIMBRECHT GARCIA
OAB:PR-57392
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO POR FORÇA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA POSTERIORMENTE CASSADA NO MESMO PROCESSO. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. PRECEDENTE DO STF QUE AFASTA A APLICAÇÃO DE PRECEDENTE DO STJ EM SENTIDO CONTRÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS PELO INSS. SÚMULA N.º 51 DA TNU. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF DO INSS.
1.Pedido de uniformização de interpretação de lei federal - PEDILEF apresentado contra acórdão de Turma Recursal que deu provimento a recurso inominado do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, julgou improcedente demanda de concessão de benefício da Seguridade Social, cassou a tutela antecipada deferida pelo juízo recorrido, mas declarou irrepetíveis os valores recebidos pela parte autora em razão da decisão judicial provisória, este último o cerne do recurso.
2.A decisão recorrida está em consonância com os precedentes desta TNU sobre a matéria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Por todos, confiram-se os excertos do seguinte precedente: "DIREITO
PREVIDENCIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTIUTIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. BOA-FÉ. VERBA DE
NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. SÚMULA 51/TNU.
PRECEDENTES DO STF NO SENTIDO DE IRREPETIBILIDADE DOS VALORES RECEBIDOS EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL. JULGADO DA TURMA RECURSAL DE ORIGEM EM SINTONIA COM ESTA JURISPRUDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1.
(…). 2. Esta Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou o entendimento de que "os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento." 2.1 O Superior Tribunal de Justiça, contudo, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, firmou o entendimento no sentido de que é devida a devolução de valores recebidos em razão de antecipação de tutela posteriormente revogada, a saber:
PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO. 1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça. 2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação). Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014). 2.2 Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal possui precedentes contrários ao
entendimento esposado pelo STJ, in verbis: EMENTA DIREITO
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO RECEBIDO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. DEVOLUÇÃO. ART. 115 DA LEI 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. BOA-FÉ E CARÁTER ALIMENTAR. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF. RESERVA DE PLENÁRIO: INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 22.9.2008. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o benefício previdenciário recebido de boa-fé pelo segurado em virtude de decisão judicial não está sujeito à repetição de indébito, dado o seu caráter alimentar. Na hipótese, não importa declaração de inconstitucionalidade do art. 115 da Lei 8.213/91, o reconhecimento, pelo Tribunal de origem, da impossibilidade de desconto dos valores indevidamente percebidos. Agravo regimental conhecido e não provido. (ARE 734199 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 09/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014) 3. Dessa sorte, a despeito da posição do STJ, esta TNU, considerando o entendimento do STF, bem como os precedentes deste Colegiado, entende por manter a aplicação do enunciado da Súmula 51/TNU no sentido que "os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento". 4. Verifica-se, assim, que a jurisprudência da TNU se firmou no mesmo sentido do acórdão vergastado, fazendo incidir, na espécie, a aplicação da Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido." (Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)". (TNU, Questão de Ordem n.º 13, DJ 5. Incidente de Uniformização não conhecido." (PEDILEF n.º 50496894220114047000, Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, TNU, DOU de 13/04/2015, pp. 126/260, sem grifos no original).
4. Por isso e nos termos da Questão de Ordem n.º 13 desta TNU:
4.1.não se conhece do PEDILEF;
4.2.condena-se o INSS ao pagamento de honorários advocatícios de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), por ser a autarquia recorrente vencida, nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95 e art. 20, § 4º, do CPC. Sem custas, pois o INSS é isento (art. 4º da Lei n.º 9.289/96).

ACÓRDÃO

A Turma não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do Juiz Relator.
Brasília, 18 de fevereiro de 2016.

MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5010855-75.2013.4.04.7201
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CRISTIANE BARBOSA DE CAMPOS
PROC./ADV.:JOÃO BAIÃO NETTO
OAB:SC 5.386
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO POR FORÇA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA POSTERIORMENTE CASSADA NO MESMO PROCESSO. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. PRECEDENTE DO STF QUE AFASTA A APLICAÇÃO DE PRECEDENTE DO STJ EM SENTIDO CONTRÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS PELO INSS. SÚMULA N.º 51 DA TNU. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 13. NÃO CONHECIMENTO DO PEDILEF DO INSS.
1.Pedido de uniformização de interpretação de lei federal - PEDILEF apresentado contra acórdão de Turma Recursal que deu provimento a recurso inominado do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, julgou improcedente demanda de concessão de benefício da Seguridade Social, cassou a tutela antecipada deferida pelo juízo recorrido, mas declarou irrepetíveis os valores recebidos pela parte autora em razão da decisão judicial provisória, este último o cerne do recurso.
2.A decisão recorrida está em consonância com os precedentes desta TNU sobre a matéria.
3. Por todos, confiram-se os excertos do seguinte precedente: "DIREITO
PREVIDENCIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTIUTIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. BOA-FÉ. VERBA DE
NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. SÚMULA 51/TNU.
PRECEDENTES DO STF NO SENTIDO DE IRREPETIBILIDADE DOS VALORES RECEBIDOS EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL. JULGADO DA TURMA RECURSAL DE ORIGEM EM SINTONIA COM ESTA JURISPRUDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1.
(…). 2. Esta Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou o entendimento de que "os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento." 2.1 O Superior Tribunal de Justiça, contudo, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, firmou o entendimento no sentido de que é devida a devolução de valores recebidos em razão de antecipação de tutela posteriormente revogada, a saber:
PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO. 1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça. 2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação). Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014). 2.2 Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal possui precedentes contrários ao
entendimento esposado pelo STJ, in verbis: EMENTA DIREITO
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO RECEBIDO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. DEVOLUÇÃO. ART. 115 DA LEI 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. BOA-FÉ E CARÁTER ALIMENTAR. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF. RESERVA DE PLENÁRIO: INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 22.9.2008. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o benefício previdenciário recebido de boa-fé pelo segurado em virtude de decisão judicial não está sujeito à repetição de indébito, dado o seu caráter alimentar. Na hipótese, não importa declaração de inconstitucionalidade do art. 115 da Lei 8.213/91, o reconhecimento, pelo Tribunal de origem, da impossibilidade de desconto dos valores indevidamente percebidos. Agravo regimental conhecido e não provido. (ARE 734199 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 09/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014) 3. Dessa sorte, a despeito da posição do STJ, esta TNU, considerando o entendimento do STF, bem como os precedentes deste Colegiado, entende por manter a aplicação do enunciado da Súmula 51/TNU no sentido que "os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento". 4. Verifica-se, assim, que a jurisprudência da TNU se firmou no mesmo sentido do acórdão vergastado, fazendo incidir, na espécie, a aplicação da Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido." (Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)". (TNU, Questão de Ordem n.º 13, DJ 5. Incidente de Uniformização não conhecido." (PEDILEF n.º 50496894220114047000, Juiz Federal Bruno
SCES - Lote 9 - Trecho 3 - Polo 8 - 2º andar - Salas 210 e 211 Setor de Clubes - Brasília - DF CEP: 70.200-003
Leonardo Câmara Carrá, TNU, DOU de 13/04/2015, pp. 126/260, sem grifos no original).
4. Por isso e nos termos da Questão de Ordem n.º 13 desta TNU:
4.1.não se conhece do PEDILEF;
4.2.condena-se o INSS ao pagamento de honorários advocatícios de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), por ser a autarquia recorrente vencida, nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95 e art. 20, § 4º, do CPC. Sem custas, pois o INSS é isento (art. 4º da Lei n.º 9.289/96).

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do(a) Juiz(a) Relator(a).

MARCOS ANTÔNIO GARAPA DE CARVALHO
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502683-49.2013.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:IRAJA CARVALHO DE SOUZA
PROC./ADV.:LUCIMAR VILA NOVA CABRAL
OAB:PE 9.187
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. CONVERSÃO ANTES E APÓS A EDIÇÃO DO DECRETO 2.197/97. POSSIBILIDADE DESDE QUE COMPROVADO USO DE ARMA DE FOGO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU.
1. Incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão que negou provimento ao seu recurso, afastando a possibilidade de reconhecimento da atividade de vigilante após 05/03/97, por força do Decreto 2.197/97, que não mais considerou como especial o agente periculosidade.
2. Aduz dissonância do acórdão recorrido com o entendimento do STJ, acerca da possibilidade de reconhecimento da atividade como especial, mesmo após 05/03/1997, se comprovada a utilização de arma de fogo, conforme documentação legal.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
4. Configurado o dissídio jurisprudencial, conheço do incidente e dou-lhe parcial provimento.
5. O tema em análise foi objeto de muitos debates jurisprudenciais, prevalecendo finalmente o seguinte entendimento: o reconhecimento da atividade de vigilante é possível antes e após o Decreto 2.172/97, desde que comprovado o porte de arma de fogo, como segue:
'No mais, conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.306.113/SC, de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC, a supressão de agente do rol de atividades e agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) não impossibilita a configuração do tempo de serviço como especial, pois as normas regulamentadoras, que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador, são exemplificativas'. (STJ, AREsp 550891, Rel. Ministra Assussete Magalhães, DJ 24/09/2015)
"PREVIDENCIÁRIO. VIGILANTE. PORTE DE ARMA DE FOGO. ATIVIDADE PERIGOSA. ENQUADRAMENTO. DECRETO N.º 53.831/64. ROL EXEMPLIFICATIVO. I - Restando comprovado que o Autor esteve exposto ao fator de enquadramento da atividade como perigosa, qual seja, o uso de arma de fogo, na condição de vigilante, deve ser reconhecido o tempo de serviço especial, mesmo porque o rol de atividades consideradas insalubres, perigosas ou penosas, descritas naquele decreto, é exemplificativo e não exaustivo. II - Recurso desprovido. (RESP 200200192730, STJ, Rel. GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ DATA:02/09/2002 PG:00230)".
"VOTO-EMENTA PREVIDENCIARIO - ATIVIDADE ESPECIAL - VIGILANTE SEM COMPROVAÇÃO DE USO DE ARMA - ACÓRDÃO CONFORME A SÚMULA 26 E JURISPRUDÊNCIA DESTA TNU QUE SOMENTE RECONHECE COMO ATIVIDADE ESPECIAL A DO VIGILANTE ARMADO - QUESTÃO DE ORDEM 13 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo autor adotando como paradigma a Súmula 26 desta TNU que dispõe que "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". Cita acórdãos de TRF. 2. Quanto aos acórdãos do TRF estes não se prestam como paradigmas para efeito de incidente de uniformização perante esta TNU. Outrossim, vão na mesma direção do acordam recorrido no sentido de que somente se reconhece como especial a atividade de vigilante armado. 3. Com efeito, o acórdão dispôs que "A despeito da possibilidade de se entender que a atividade de guarda e vigilante foi incluída no quadro anexo ao Decreto 53.831/64 sob o código 2.5.7, por ser uma atividade perigosa, equiparada à atividade de guarda, não vislumbro nos autos nenhum documento que comprove que o recorrente trabalhava a mão armada, informação necessária a configuração da exposição do recorrente ao fator de risco", estando, portanto, de acordo com a jurisprudência desta TNU (PEDILEF 200461842242023. Rel. Juíza Federal Vanessa de Mello) no sentido da essencialidade do porte de arma de fogo para configurar o caráter especial da atividade de vigia. (PEDILEF 05049261920064058103, TNU, DOU 25/05/2012)".
"Entre a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

prova do uso de arma de fogo) - PEDILEF 200783005072123, TNU, JUÍZA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ 24/06/2010".
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. PERÍODO POSTERIOR AO DECRETO 2.172/97. RECONHECIMENTO CABÍVEL. ROL DE AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. RECURSO REPETITIVO DO STJ. INCIDENTE NÃO PROVIDO. (...) 11. Filio-me ao entendimento no sentido da possibilidade de reconhecimento como especial da atividade de vigilante, mesmo após 05.03.1997 (advento do Decreto nº 2.172/97), uma vez comprovada a exposição o agente nocivo da periculosidade que é o porte de arma de fogo no exercício da profissão. 12. E o faço assentado no entendimento de que o rol de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador descritos no Decreto nº 2.172/97 possui caráter exemplificativo, portanto, passível de ser complementado/estendido à atividade e a agentes cujo caráter de nocividade à saúde do trabalhador seja demonstrada/apontada por meios técnicos idôneos ou na legislação trabalhista. 13. Forte neste entendimento, em relação ao agente eletricidade, o Colendo STJ, em sede de Recurso Especial Repetitivo, deixou assentado que, "no caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ" (REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013). 14. Naquele julgado, apontou-se ainda que "sob interpretação sistemática do tema, não há como atribuir aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 a intenção do legislador de exaurir o rol de agentes nocivos ensejadores da aposentadoria especial, não podendo ser ignoradas as situações consideradas pela técnica médica e pela legislação correlata como prejudiciais à saúde do trabalhador, sem olvidar a necessária comprovação do trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais". 15. Veja-se, embora tratando de caso concreto envolvendo a eletricidade, as razões expostas pela Corte Especial trataram como exemplificativa de todo o rol de agentes nocivos, donde há de se reconhecer que o entendimento também alcança hipóteses de periculosidade, pelas razões que a seguir exponho. 16. Para aquela hipótese, enfrentada pelo STJ, em que o agente nocivo foi a eletricidade, dispõe a CLT, em seu art. 193, inciso I, que "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica". 17. No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no inciso II do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial", em franca referência, portanto, à atividade do vigilante. 18. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto à vigilância armada, tem-se que configuram hipótese reconhecidas como perigosas pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa. 19. Conforme dito antes, este Colegiado, na Sessão de Julgamento de 06.08.2014, examinando o que decidido pelo STJ no RESP. 1.306.113/SC, modificou seu entendimento anterior no sentido de que o reconhecimento pelo STJ do caráter perigoso da eletricidade deveu-se à existência de legislação específica apontando a periculosidade, no caso a Lei nº 7.369/85. 20. De fato, no PEDILEF nº 50012383420124047102 (rel. Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, j. 06.08.2014), assentou-se que: "3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial. 3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de 'agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física'" (art. 57, § 4o)" (grifei). 21. No mesmo sentido, PEDILEF 5007749-73.2011.4.04.7105, julgado em 11.09.2015, firmando-se a tese de que é possível o reconhecimento de tempo especial prestado com exposição a agente nocivo periculosidade, na atividade de vigilante, em data posterior a 05/03/1997, desde que laudo técnico (ou elemento material equivalente) comprove a permanente exposição à atividade nociva. (...) - PEDILEF 50495075620114047000, TNU, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329".
6. Ante o exposto, conheço do incidente para lhe dar parcial provimento, determinando o retorno dos autos à Turma de Origem para adequação do julgado, conforme premissas acima consolidadas. Questão de Ordem n. 20 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização - CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:0501625-73.2011.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:KLEVY SOUSA ARAÚJO
PROC./ADV.:MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
OAB:CE-6656
PROC./ADV.:ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
OAB:CE-7128
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de uniformização de jurisprudência interposto pela autora argumentando, em síntese, que tem direito à pensão previdenciária pela morte de seu companheiro porque, segundo entende, há provas de que ele era trabalhador rural segurado especial, tendo o acórdão da Turma Recursal divergido de outros julgados, assim como dos Enunciados 6 e 14 da TNU.
2. O incidente não pode ser conhecido.
3. O acordão recorrido e adiante parcialmente transcrito contém fundamentação fática e destaque de circunstâncias peculiares do caso que resultaram na conclusão da Turma Recursal, fundamentação alcançada pelo órgão julgador conforme o livre convencimento racional motivado.
4. A conjugação, no acórdão recorrido, dos elementos materiais e orais conforme a peculiaridade do caso inviabiliza o incidente de uniformização na forma como interposto, uma vez que implicam em revolvimento da prova. Além disso, não há um contexto fático similar entre os acórdãos. Vejamos a fundamentação do acórdão, no que interessa:
Na situação dos autos, observo que a parte autora não comprovou a condição de segurado especial do de cujus.
Em resumo, o intento do demandante (ora recorrente) é provar que seu falecido pai era segurado da Previdência Social, na qualidade de trabalhador rural - segurado especial, e, a partir de sua condição de dependente, receber o benefício de pensão por morte. Recorde-se que o benefício pleiteado independe de carência.
Os documentos apresentados pelo recorrente, a meu sentir, não são suficientes para servir como início de prova material do exercício de atividade rural pela falecido, não comprovando, por conseguinte, sua condição de segurado especial.
Observe-se que a demandante colacionou aos autos carteira sindical em nome da autora, ITR em nome do proprietário da terra, certidão de óbito com profissão do de cujus agricultor, dentre outros documentos de menor importância.
Vale ressaltar, por oportuno, que os documentos expedidos em nome de terceiros (ITR), em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral.
Por sua vez, não obstante a carteira sindical em nome da companheira do falecido possa servir como início de prova material, constata-se que é um documento precário, não comprovando o trabalho agrícola do autor.
A certidão de óbito se mostra inservível, pois foi expedida após o óbito, mediante declarações unilaterais da autora.
Ademais, importante notar que os documentos trazidos aos autos não constituem supedâneo da tese da parte requerente, pois, como já dito acima, o exercício de atividade rurícola somente restou evidenciado por provas eminentemente sindicais.
Outrossim, não há nos autos qualquer documento em nome do falecido.
Constata-se, portanto, que a prova documental juntada é demasiadamente frágil, não apresenta idoneidade suficiente à comprovação de efetivo exercício de atividade rurícola pelo falecido, nos termos do art.106 da Lei n.º 8.213/91.
Ademais, a prova oral não foi convincente, fato que, aliado a precária prova material, me convence que não está caracterizada a condição de trabalhador rural do extinto.
Ressalte-se que em audiência a representante do menor/autor afirmou que recebeu salário-maternidade em 2010, na condição de segurada especial, relativo ao seu filho mais novo, que não é filho do falecido (o óbito ocorreu em 3/1/2010 e o filho mais novo nasceu em 10/9/2010 [anexo 10]). Desta feita, diante de tal constatação, entendo que tal prova não é apta a estender a qualidade de rurícola ao de cujus, sobretudo em razão de ter a Sra. Sirlândia Maria apresentado depoimento contraditório com relação a quem era de fato seu companheiro na época do óbito do falecido e do nascimento do filho.
Assim, examinando atentamente a sentença recorrida, constato que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95.
5. Correta, portanto, a decisão que não admitiu o incidente na origem com os seguintes fundamentos:
O(a) Recorrente interpôs o pedido sob o fundamento de que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência dominante de outras Turmas Recursais e/ou da Turma Nacional de Uniformização - TNU e/ou do Superior Tribunal de Justiça, tendo para tanto transcrito algumas decisões.
Na verdade, a argumentação trazida aos autos diz respeito a questões de fato, uma vez que ataca os fundamentos do Acórdão impugnado, para adentrar na valoração da documentação que instruiu o processo. Portanto, não restou caracterizado o incidente, tendo o recurso muito mais o cunho de reexame de provas, o que não é permitido, conforme já decidido pela TNU que assentou o entendimento na Súmula nº. 42 - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ademais, no presente caso a recorrente não se desincumbiu de demonstrar a existência de divergência porquanto não há similitude fática entre os acórdãos apresentados como paradigmas e a decisão vergastada no recurso.
Para o deslinde do caso foram consideradas circunstâncias específicas não contidas no(s) julgado(s) paradigmas. Assim, não se verificou a divergência e, conforme dispõe a Questão de Ordem nº. 22, de 26.10.2006, da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
6. Devem ser observadas a Súmula n. 42 e a Questão de Ordem n. 22, respectivamente:
- Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
- É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
7. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502375-75.2011.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIO VAGNER DO NASCIMENTO MELO
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERENTE:MARIA ALINE NASCIMENTO MELO
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERENTE:MARIA ROSA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de uniformização de jurisprudência interposto pela parte autora (companheira e filhos) argumentando, em síntese, que têm direito à pensão previdenciária pela morte do pai/companheiro porque, segundo entendem, há provas de que ele era trabalhador rural segurado especial, tendo o acórdão da Turma Recursal divergido de outros julgados, assim como dos Enunciados 6 e 14 da TNU.
2. O incidente não pode ser conhecido.
3. O acordão recorrido e adiante parcialmente transcrito contém fundamentação fática e destaque de circunstâncias peculiares do caso que resultaram na conclusão da Turma Recursal, fundamentação alcançada pelo órgão julgador conforme o livre convencimento racional motivado.
4. A conjugação, no acórdão recorrido, da sentença e dos elementos materiais e orais conforme a peculiaridade do caso inviabiliza o incidente de uniformização na forma como interposto, uma vez que implicam em revolvimento da prova. Além disso, não há um contexto fático similar entre os acórdãos. Vejamos a fundamentação do acórdão, no que interessa:
(...) Não se pode descurar que o início de prova material tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova robusta e incontrastável. Esse início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório.
Registre-se que a Declaração do Sindicato e a carteira de filiação a sindicato rural comprova apenas a filiação do(a) demandante à entidade, mas não o efetivo exercício da atividade rural, assim, fazendo-se necessário o cotejo com outras provas.
No caso concreto, verifica-se que o óbito ocorreu em 30.3.2007.
Observa-se que o conjunto probatório carreado nos autos não tem robustez suficiente para comprovação da qualidade de segurado do de cujus, apto a concessão do beneficio de pensão por morte requerida pela parte demandante.
Deve-se acrescentar que a prova testemunhal e o depoimento pessoal da parte autora não forneceram maiores detalhes acerca da atividade rural a que supostamente o extinto se dedicava.
Com efeito, como destacou a sentença recorrida, além da fragilidade das provas apresentadas (recibo de compra de uma enxada), a testemunha afirmou já haver presenciado o falecido trabalhando como pedreiro. Ademais, em 1991, o de cujus possuía título de eleitor emitido em Fortaleza, sem indicação de mudança de domicílio.
Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei nº. 9099/95, verbis (...)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. Por sua vez, na sentença, encampada pelo acórdão, consta nos fundamentos singularidade fática da prova oral que levou ao indeferimento. Então, sequer houve prova testemunhal apta a corroborar o fragilíssimo início de prova material:
Note-se ainda que, em audiência, a parte autora afirmou que contraiu matrimônio com o extinto em 1980. Ocorre que, em 1991, o falecido apresentava título de eleitor emitido em Fortaleza, sem indicação de transferência de domicílio eleitoral para outro Município. A autora limitou-se a afirmar desconhecer tal circunstância.
A testemunha, de seu turno, conquanto tenha afirmado ser o extinto agricultor, afirmou já tê-lo visto exercendo a atividade de pedreiro.
6. Correta, portanto, a decisão que não admitiu o incidente na origem com os seguintes fundamentos:
Na verdade, a jurisprudência trazida aos autos pela parte autora diz respeito à própria questão de fato, uma vez que retoma os fundamentos do Acórdão impugnado, para adentrar na valoração da documentação que instruiu o processo. Portanto, não restou caracterizado o incidente, tendo o recurso muito mais o cunho de reexame de fato, o que não é permitido, conforme já decidido pela TNU, consoante o entendimento esposado, nos termos da Súmula 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato".
Além do que, as decisões apresentadas como paradigmas não têm similitude fática com a decisão recorrida, não se verificando divergência, conforme dispõe a Questão de Ordem nº. 22, de 26.10.2006, da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
7. Devem ser observadas a Súmula n. 42 e a Questão de Ordem n. 22, respectivamente:
- Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
- É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
8. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502403-43.2011.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MANOEL ORISNETO DOS SANTOS
PROC./ADV.:ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
OAB:CE-7128
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de uniformização de jurisprudência interposto pelo autor argumentando, em síntese, que tem direito à pensão previdenciária pela morte de sua mulher porque, segundo entende, há provas de que ela era trabalhadora rural segurada especial, tendo o acórdão da Turma Recursal divergido de outros julgados, assim como dos Enunciados 6 e 14 da TNU.
2. O incidente não pode ser conhecido.
3. O acordão recorrido e adiante parcialmente transcrito contém fundamentação fática e destaque de circunstâncias bem peculiares do caso que resultaram na conclusão da Turma Recursal, fundamentação alcançada pelo órgão julgador conforme o livre convencimento racional motivado. Vejamos a fundamentação fática, no que interessa:
(...) o intento da demandante (ora recorrente) é provar que sua falecida esposa era segurada da Previdência Social, na qualidade de trabalhadora rural - segurada especial, e, a partir de sua condição de dependente, receber o benefício de pensão por morte. Recorde-se que o benefício pleiteado independe de carência.
Os documentos apresentados pela recorrente, a meu sentir, não são suficientes para servir como início de prova material do exercício de atividade rural pelo falecido esposo, não comprovando, por conseguinte, sua condição de segurado especial.
Observe-se que a demandante colacionou apenas certidão de casamento em que consta a profissão de seu cônjuge como agricultor (anexo 4), dentre outros documentos de menor importância que foram expedidos após o óbito.
Apesar de a certidão de casamento servir como início de prova material, no presente caso a aludida prova se mostra inservível. Conforme relatos prestados em audiência, o autor informou que sua esposa morou em São Paulo por dois anos após o casamento. Ademais, relatou que naquele Estado ela retirou o seu CPF e postulou a concessão de um amparo assistencial. Por fim, relatou que posteriormente a falecida retornou a São Paulo para fazer tratamento contra um câncer.
Assim, diante da análise de tais fatos e dos documentos constantes nos autos constata-se que após o casamento, a falecida foi morar, efetivamente, no Estado de São Paulo e não detinha a qualidade de segurada especial quando de seu óbito.
Outrossim, corroborando o nosso entendimento, verifica-se que a profissão da autora constante na sua certidão de óbito é de prendas do lar.
Ademais, o depoimento do autor não foi convincente, pois apresentou diversas contradições no tocante ao tempo que em que a esposa ficou em São Paulo, apresentando pelo menos três versões diferentes para os fatos.
Constata-se, portanto, que a prova documental juntada foi afastada pela prova oral, não apresentando idoneidade suficiente à comprovação de efetivo exercício de atividade rurícola pelo falecido, nos termos do art.106 da Lei n.º 8.213/91. Não se pode descurar que o início de prova material tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova robusta e incontrastável. Esse início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório.
Assim, examinando atentamente a sentença recorrida, constato que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95.
4. A conjugação, no acórdão recorrido, dos elementos materiais e orais conforme a peculiaridade do caso inviabiliza o incidente de uniformização na forma como interposto, uma vez que implicam em revolvimento da prova. Além disso, não há um contexto fático similar entre os acórdãos.
5. Correta a decisão que não admitiu o incidente na origem com os seguintes fundamentos:
Na verdade, a argumentação trazida aos autos diz respeito a questões de fato, uma vez que ataca os fundamentos do Acórdão impugnado, para adentrar na valoração da documentação que instruiu o processo. Portanto, não restou caracterizado o incidente, tendo o recurso muito mais o cunho de reexame de provas, o que não é permitido, conforme já decidido pela TNU que assentou o entendimento na Súmula nº. 42 - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ademais, no presente caso a recorrente não se desincumbiu de demonstrar a existência de divergência porquanto não há similitude fática entre os acórdãos apresentados como paradigmas e a decisão vergastada no recurso.
Para o deslinde do caso foram consideradas circunstâncias específicas não contidas no(s) julgado(s) paradigmas, notadamente no ponto assinalado no acórdão impugnado dando conta "que restou evidenciado que a falecida não mantinha a qualidade de segurada à época de seu óbito."
Assim, não se verificou a divergência e, conforme dispõe a Questão de Ordem nº. 22, de 26.10.2006, da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
6. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0506081-81.2011.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:IANA MAGALHÃES MACEDO RAMOS E OUTRAS
PROC./ADV.:VALÉRIA MAGALHÃES
OAB:CE-10965
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto pela parte autora alegando divergência entre o julgado da Turma Recursal do Ceará e o precedente da 5ª Turma Recursal de São Paulo (Processo00106082920094036303).
2. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque não há similitude fática.
3. A parte autora agravou da decisão.
4. Autos conclusos. Decido.
5. O incidente de uniformização não deve ser conhecido. Além de não haver a comparação analítica entre o acórdão recorrido e o precedente jurisprudencial invocado no incidente - falta que prejudica a comparação das bases de fato e dos entendimentos de direito alegados como divergentes - a simples leitura dos dois acórdãos permite a constatação de que são contextos fáticos distintos, inclusive não havendo no acórdão recorrido as questões invocadas pela recorrente no incidente de uniformização.
6. Portanto deve ser observada a Questão de Ordem n. 29 da TNU: É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
7. O acórdão recorrido contém a seguinte fundamentação:
(...) tendo em vista o indeferimento administrativo ter se baseado na falta de qualidade de segurado do falecido na data do óbito, esse passa a ser o ponto controvertido da lide.
No caso ora em análise, os documentos apresentados, a meu sentir, não são suficientes para comprovar a qualidade de segurado do falecido, quando do óbito.
Com esteio no art. 15, II, e §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.213/91, observa-se que a qualidade de segurado pode ser mantida por 12 (doze), 24 (vinte e quatro) e 36 (trinta e seis) meses. Para ter direito a 24 (vinte e quatro) meses, o segurado terá que provar o pagamento de mais de 120 (cento e vinte) contribuições (§ 1.º do art. 15) ou a situação de desemprego pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (§ 2.º do art. 15). Poderá ainda ter prorrogado seu período graça até 36 (trinta e seis) meses, casos em que os requisitos acima serão cumulativos, ou seja, além de constar a baixa na CTPS, o segurado ainda terá que provar o pagamento de mais de 120 (cento e vinte) contribuições. No que se refere ao registro no órgão do Ministério do Trabalho, anote-se o teor da súmula n.º 27 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais: "A ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito."....
Nesse diapasão, o falecido manteve a qualidade de segurado por 12 (doze) meses posteriores à última contribuição como contribuinte individual, que, conforme comprova o CNIS (anexo 10 e 11), ocorreu em 4/1995, visto que não restou comprovada nenhuma das situações que prorrogaria o benefício para 24 (vinte e quatro) ou 36 (trinta e seis) meses. Portanto, manteve a qualidade de segurado até 30/4/1996.
Como o óbito ocorreu em 9/11/2009, o extinto não mantinha a qualidade de segurado.
Ressalte-se que não há que se falar em presunção da contribuição para o contribuinte individual, exceto em relação àquele que preste serviço à empresa, que possui a obrigação de retenção e recolhimento, nos termos do art. 26, § 4º, do Decreto nº 3.048/99, o que não é o caso dos autos.
Desta feita, outra senda não resta a esse Juízo que não a do julgamento pela improcedência do pleito.
8. Quanto ao acórdão invocado como paradigma, contém contexto fático bastante singular e a questão das contribuições post mortem que não foram objeto de enfrentamento no acórdão recorrido, portanto não é possível o conhecimento do incidente.
9. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 01/04/2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0507832-06.2011.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:RAIMUNDO JÚLIO DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO BOSCO FERNANDES
OAB:CE-9761
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que o autor pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão previdenciária pela morte de sua esposa Maria Caetano da Silva.
2. A sentença foi de procedência, mas a d. Turma Recursal deu provimento ao recurso do INSS para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos com base nos seguintes fundamentos:
Trata-se de recurso interposto pelo INSS em face de sentença que julgou procedente pedido de concessão de pensão por morte.
Para a concessão e manutenção da pensão por morte, faz-se necessária a prova da condição de segurado do(a) falecido(a) na data do óbito, do implemento da carência e da relação de dependência, se for o caso, na forma do art. 16 da Lei nº. 8.213/1991.
Destaque-se que todos os requisitos acima mencionados devem ser preenchidos concomitantemente, de forma que a exclusão de apenas um deles inviabiliza a concessão do benefício previdenciário.
No caso concreto, verifica-se que o "de cujus", falecido em 15/01/2009, verteu contribuição ao RGPS de 01/1987 a 12/1997, e, posteriormente, uma em 15/01/2009, nove dias antes do falecimento.
Com efeito, saliente-se que o "de cujus" veio a falecer em razão de doença grave e naturalmente progressiva (Melonoma), com previsibilidade de óbito, diferentemente do que ocorre com doenças que levam à morte de forma súbita, a exemplo dos óbitos por acidente, infarto, dentre outros.
Assim, observa-se que a doença dita como fato gerador do evento protegido pela previdência social (morte) é preexistente ao seu reingresso ao RGPS, ocorrido em 15/01/2009.
Dessa forma, não comprovada a condição de segurada da falecida, conclui-se que seus dependentes não fazem jus ao benefício de pensão por morte.
Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso do INSS para, reformando a sentença, julgar improcedente o pedido formulado na inicial.
3. O autor interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que o acórdão recorrido violou precedente da TNU e do STJ que reconhecem como suficientes para a caracterização da qualidade de segurado especial determinados documentos. Argumenta, ainda, que a falecida não teve vínculos urbanos.
4. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque não há similitude fática e jurídica entre os acórdãos e porque a pretensão importa em reexame de provas.
5. A parte autora agravou da decisão:
6. Autos conclusos. Decido.
7. O incidente de uniformização não deve ser conhecido porque as questões fáticas e de direito versadas no acórdão recorrido e nos invocados pelo autor são absolutamente distintas, não havendo qualquer similitude entre eles.
8. Aliás, não houve comparação analítica entre os acórdãos, sendo certo que se tal tivesse ocorrido sequer o incidente teria sido interposto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 04/04/2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5004702-15.2011.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARLI BUENO PELISSER
PROC./ADV.:WOLNEY CESAR RUBIN
OAB:PR 24.811
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de Reinaldo Júnior Pelisser, ocorrido em 21/04/2009.
2. A sentença foi de improcedência ao fundamento de que não ficou demonstrada a qualidade de segurado do falecido (evento 58). Extraem-se da sentença os seguintes fundamentos: "Conforme o CNIS (evento 20, CNIS3, fls. 2), o último vínculo empregatício do de cujus foi de 12/01/1984 a 16/10/1985. No entanto, a parte autora verteu contribuições individuais de 06/2007 a 10/2007. Dessa forma, constata-se que o segurado instituidor perdeu a sua qualidade de segurado, se analisada a forma mais vantajosa, em 15/12/2008, não mantendo a qualidade de segurado até a data do óbito (21/04/2009). Esclareço que, apesar de a parte autora ter afirmado em audiência que as contribuições vertidas de 06/2007 a 10/2007 se trataram de vínculo empregatício que o de cujus possuía junto a ONG Trabalho Para Todos, não trouxe aos autos nenhum documento comprobatório nem testemunhas que atestaram o suposto labor do falecido. Assim, entendo que somente a declaração da interessada não possui valor probatório algum, em razão de que desprovida de outros elementos que a amparem. Haja vista que o falecido instituidor não estava desempregado à época do falecimento em face de não existir vínculo empregatício anterior, mas apenas recolhimentos individuais, carecia da qualidade de segurado, não fazendo jus a qualquer benefício previdenciário, de modo que o pedido deve ser julgado improcedente".
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 78 e 79), tendo o i. relator destacado não haver motivo para alterar a sentença, uma vez que "o Juízo de origem decidiu com acerto todos os pontos suscitados pela parte recorrente em seu arrazoado, porquanto não houve prova testemunhal que comprovasse situação de desemprego involuntário".
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 90) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 2009.71.58.010103-0, Rel. Juiz Rogério Moreira Alves, DJ de 15/05/2012; PEDILEF 2007.71.95.000394-2, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU de 28/10/2011);
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (AgRg no AREsp 347.091/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe de 26/08/2013; AgRg no REsp 878072/SP, Sexta Turma, Rel. Ministro Og Fernandes, DJe de 16/11/2010);
- e que "independentemente da inscrição como contribuinte individual, se não mais houve recolhimentos ao INSS e nem houve novo registro em CTPS, subentende-se que a existência de um desemprego involuntário é prova suficiente da condição de desemprego para elastecer o período de graça por mais 12 meses. Não devendo, portanto, recair sobre o segurado, ou dependentes, o ônus da prova do desemprego, por se tratar de fato ordinário, cuja comprovação seria dispensável".
5. O incidente foi inadmitido na origem (evento 98) sob os fundamentos de que a pretensão da requerente é apenas rediscutir a prova e de que "a Turma Recursal em momento algum se posiciona contrariamente ao entendimento da TNU sobre a matéria. O que ocorre é que, na análise do caso concreto, não restou comprovada a qualidade de segurado do de cujus".
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo.
7. Autos conclusos. Decido.
8. O incidente de uniformização não deve ser conhecido porque o contexto fático apurado no acórdão não permite a aplicação pura e simples da jurisprudência invocada, sendo certo que o aprofundamento da questão resultaria em revolvimento da prova, o que é incabível no incidente de uniformização de jurisprudência, devendo ser observada a Questão de Ordem n. 29 da TNU: "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem". (Súmula 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato". Súmula 43: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
9. Conforme se verifica nos fundamentos acima transcritos, há elementos circunstanciais considerados no julgamento da Turma para não constatar a situação de desemprego involuntário e, consequentemente, a qualidade de segurado do falecido. Assim, seria necessário revolver a prova, o que é incabível.
10. Também não há uma similaridade fática que autorize a comparação jurisprudencial pretendida e deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. Por fim, observo que o acórdão recorrido está de acordo com o entendimento já consolidado por esta TNU, no sentido de que é insuficiente para a prorrogação do período de graça em razão do desemprego involuntário a mera ausência de registro de vínculos na CTPS, havendo necessidade de produção de outras provas de que o pretenso segurado não exerceu nenhuma atividade após a cessação das contribuições (PEDILEF 5008865-71.2012.4.04.7205, Rel. Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebêlo, DOU de 19/02/2016).
12. Pelo exposto, NEGO SEGUIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
13. Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem. P.I.
Brasília/DF, 18 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0012350-29.2008.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANA CARLA GOULART LOPES
PROC./ADV.:ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
OAB:SP-150596
REQUERENTE:JEAN JUNIO LOPES
PROC./ADV.:ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
OAB:SP-150596
REQUERENTE:JOILSON JUNIO GOULART LOPES
PROC./ADV.:ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
OAB:SP-150596
REQUERENTE:PAULO JUNIO GOULART LOPES
PROC./ADV.:ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
OAB:SP-150596
REQUERENTE:RUTI GOULART DE SOUZA
PROC./ADV.:ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
OAB:SP-150596
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que os autores pretendem a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de Paulo Antônio Lopes, ocorrido em 28/08/2006.
2. A sentença (evento 72) foi de improcedência ao fundamento de que não ficou comprovada a qualidade de segurado do falecido. Extrai-se da sentença o seguinte: "Realizada perícia médica indireta através de farta documentação médica acostada aos autos, a perita de confiança deste juízo foi categórica em afirmar que o início da incapacidade do de cujus se deu em 20.08.2006, tendo em vista que todas suas internações e tratamentos anteriores, evoluíram favoravelmente e não concorreram para um quadro de incapacidade. Desta maneira, há que se concluir que quando o "de cujus" se tornou incapaz para o trabalho, já tinha ele perdido sua qualidade de segurado. Ressalto que mesmo se se estendesse seu período de graça por 24 (vinte e quatro) meses, ainda assim, o segurado falecido ostentaria referida condição até 15.11.2003. Verifica-se, assim, que a perda da qualidade de segurado deu-se antes do óbito. Razão pela qual a improcedência se impõe."
3. A Turma Recursal de São Paulo manteve a sentença por seus próprios fundamentos (evento 87).
4. A parte autora interpôs incidente de uniformização nacional (evento 91) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 2007.70.95.012466-4, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Weibel Kaufmann, DJ de 19/08/2009);
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pelo eg. STJ (REsp 84.152/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, julgado em 21/03/2002);
- e que o julgamento foi "contra o conjunto probatório dos autos, desconsiderando o fato do segurado estar incapacitado desde 2001, permanecendo na data do óbito, não havendo falar-se em perda da qualidade de segurado".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 100).
6. Parecer do MPF pelo não conhecimento do incidente.
7. Autos conclusos. Decido.
8. O incidente de uniformização não deve ser conhecido porque o contexto fático apurado no julgamento não permite a aplicação pura e simples das jurisprudências invocadas, sendo certo que o aprofundamento da questão resultaria em revolvimento da prova, o que é incabível no incidente de uniformização de jurisprudência, devendo ser observada a Questão de Ordem n. 29 da TNU: "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem". (Súmula 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato". Súmula 43: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
9. Conforme se verifica nos fundamentos da sentença acima transcritos, adotados pelo acórdão como razão de decidir, há um elemento circunstancial considerado no julgamento para não constatar a qualidade de segurado do falecido, qual seja a conclusão da perícia médica judicial, que definiu o início da incapacidade (DII) em 20/08/2006. Assim, para alterar essa conclusão e fixar a DII em outra data, como pretende a parte autora, seria necessário revolver a prova, o que é incabível.
10. Também não há uma similaridade fática que autorize a comparação jurisprudencial pretendida e deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. Pelo exposto, NEGO SEGUIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
12. Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 18 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0502233-37.2012.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ELUCIA GOMES MENDES PEREIRA
PROC./ADV.:MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
OAB:CE-6656
PROC./ADV.:ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
OAB:CE-7128
PROC./ADV.:ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA
OAB:CE-16516
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de uniformização de jurisprudência interposto pela autora argumentando, em síntese, que tem direito à pensão previdenciária pela morte de seu filho porque, segundo entende, há provas de que ele era trabalhador rural segurado especial, tendo o acórdão da Turma Recursal divergido de outros julgados, assim como dos Enunciados 6 e 14 da TNU.
2. O incidente não pode ser conhecido porque as razões recursais genéricas não enfrentaram os específicos fundamentos do acórdão recorrido.
3. O acórdão recorrido e adiante parcialmente transcrito contém fundamentação fática e destaque de circunstâncias peculiares do caso que resultaram na conclusão da Turma Recursal acerca da inexistência de dependência da autora em relação ao filho, questão não enfrentada no recurso. Vejamos a fundamentação do acórdão, no que interessa:
(...)
Da qualidade de dependente.
Conforme o art. 16, II, da Lei n.º 8.213/91, são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, os pais, hipótese nas quais a dependência econômica deve ser devidamente comprovada, nos termos do § 4º do mesmo dispositivo.
Note-se que, in casu, a postulante afirma que era economicamente dependente de seu filho, que faleceu aos 22 (vinte e dois) anos de idade.
Ocorre que, quando do óbito de seu filho, a parte autora percebia amparo social ao idoso, no valor de um salário mínimo, desde 1997.
No caso em análise, tudo indica que o sustento da casa advinha do aludido benefício, sendo a atividade na roça meramente complementar.
Dessa feita, tenho que, ainda que o falecido auxiliasse financeiramente a sua genitora, não é possível considerar a postulante dependente financeiramente de seu filho.
Do exposto, tenho que a postulante não era dependente do falecido quando do óbito.
Impende observar, por fim, que o pleito da parte autora, acaso atendido, ocasionaria necessariamente o cancelamento do benefício atualmente percebido (amparo social ao idoso), por impossibilidade de cumulação, à luz do art. 20, §4º, da Lei nº 8.742/93.
Destarte, não comprovada a qualidade de dependente, requisito imprescindível para a concessão do benefício de pensão por morte, entendo não haver necessidade de analisar os demais requisitos, por serem as exigências legais cumulativas e não alternativas.
Desta feita, outra senda não resta a esse Juízo que não a do julgamento pela improcedência do pleito."
A sentença singular é firme, contundente, bem fundamentada, apreciou todas as preliminares, prejudiciais e o próprio mérito da demanda de modo incensurável e incontestável, não trazendo o recorrente nada que tire o brilhantismo da decisão monocrática.
Por tal razão, valho-me da ementa e dos fundamentos do julgado monocrático como causa de decidir, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1º da Lei n° 10.259/2001, com a súmula de julgamento servindo de Acórdão.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso, mantendo a sentença pelos seus próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1º da Lei n° 10.259/2001.
4. Deve ser observada a inteligência da Questão de Ordem n. 18: É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
5. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0506398-45.2012.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VANDA MARIA DE SA ARAUJO
PROC./ADV.:MARCILIO LELIS PRATA
OAB:CE-24 530
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que a autora buscou a condenação do INSS no pagamento de pensão previdenciária pela morte de seu marido, Francisco José de Araújo Souza, falecido em 29/04/11.
2. A sentença foi de procedência e a d. Turma Recursal negou provimento ao recurso do INSS com base nos seguintes fundamentos:
A concessão do benefício pensão por morte tem como requisitos legais a comprovação da condição de segurado do falecido e a de dependente de quem pleiteia (art. 201, V, da CF/88 c/c art. 74 da Lei nº 8.213/91).
No caso dos autos, penso que esta soma de requisitos se perfez na espécie, razão pela qual a sentença merece ser reformada.
Quanto à dependência econômica, verifico que a parte autora anexou certidão de casamento no anexo 04 da autora com o instituidor da pensão e a sendo ao meu sentir suficiente para comprovar a dependência econômica da autora com o de cujus.
No que tange a condição de segurado verifico tratar-se de contribuinte individual. Uma questão peculiar deve ser considerada, qual seja, o fato de o contribuinte ter cessado as contribuições em razão da doença. Ou seja, caso fique comprovado que o autor cessou as contribuições porque estava incapacitado, o autor não teria perdido a qualidade de segurado. Há um documento médico particular que indica que o autor já vinha recebendo tratamento médico durante cerca de 15 anos do seu quadro de transtorno bipolar e obsessivo compulsivo.
Neste caso, tratando-se de caso peculiar, pela própria natureza da doença e seus desdobramentos, entendo que não houve a perda da qualidade de segurado.
Ademais, há extensa contribuição do de cujus por quase 20 anos, o que nos leva a crer que a cessação teria ocorrido em função da doença, notadamente diante dos documentos médicos anteriores ao óbito.
3. O INSS interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando, em síntese, que o acórdão recorrido divergiu de precedente da Turma Recursal do Mato Grosso, que não constatou a qualidade de segurado especial por falta de prova. Sustentou o INSS que: a Turma Recursal manteve-se silente acerca do tema, qual seja a ausência da qualidade de segurado especial do de cujus o que impossibilita a concessão do benefício de pensão por morte. (...) o dissídio na interpretação de similares situações fáticas refere-se à concessão de benefício previdenciário, em regime de economia familiar, sem a exigência da qualidade de segurado.
4. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem porque importa em reexame de provas.
5. O INSS agravou da decisão:
6. Autos conclusos. Decido.
7. O incidente de uniformização não deve ser conhecido porque as questões fáticas e de direito versadas no acórdão recorrido e naquele invocado pelo INSS são absolutamente distintas, não havendo similitude entre eles.
8. Aliás, não houve comparação analítica entre os acórdãos, sendo certo que se tal tivesse ocorrido sequer o incidente teria sido interposto.
9. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem. P.I.
Brasília/DF, 04/04/2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0508115-92.2012.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:DULCE RODRIGUES MAGALHÃES
PROC./ADV.:VICTOR IZIDORIO CORREIA
OAB:CE-22714
REQUERENTE:ETEVAGNER DOUGLAS MAGALHÃES
PROC./ADV.:VICTOR IZIDORIO CORREIA
OAB:CE-22714
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora.
2. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem e a parte recorreu.
3. Autos conclusos. Decido.
4. O recurso da parte autora não pode ser conhecido por vários motivos.
5. Primeiro, porque mais de um fundamento substancial arrimou o julgamento de improcedência da Turma Recursal, não estando demonstrada divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ acerca da questão dependência econômica, a tanto não bastando as alegações genéricas do incidente. Vejamos os fundamentos do acórdão recorrido:
(...) Recorde-se que o benefício de pensão por morte independe de carência (art. 26, I, da Lei n.º 8.213, de 1991).
No que se refere à relação de dependência, resta à parte autora o ônus de comprovar que vivia em situação de união estável com o falecido.
No feito em comento, observa-se que o conjunto probatório carreado aos autos não tem robustez suficiente para comprovação da dependência econômica da autora em relação ao de cujus, apto a concessão do beneficio de pensão por morte requerida pela demandante.
Com efeito, a circunstância de a declarante do óbito não ter sido a autora e de constar nos autos exame de investigação de paternidade de filho em comum com o falecido são indícios que permitem inferir a não convivência em comum, de modo que se entende que a parte autora não vivia em união estável com o pretenso instituidor da pensão por morte.
Ademais, no presente caso, a parte autora não logrou nem mesmo comprovar a qualidade de segurado especial do de cujus, uma vez que os documentos colacionados aos autos não servem como início do prova material. De fato, verifica-se que a certidão eleitoral acostada aos autos é posterior à data do óbito, constando, ainda, a ressalva de que os dados ali declarados são meramente declaratórios, sem qualquer valor probatório.
Outrossim, não são aceitos pela pacificada jurisprudência a certidão da Justiça Eleitoral que não indica a data do cadastro e se houve alteração da profissão, para o período anterior à sua emissão, ou a certidão que contenha ressalva expressa da Justiça Eleitoral quanto ao valor probante das informações nela consignadas, máxime porque a profissão é informada pelo interessado sem nenhuma diligência para confirmação do alegado.
As demais provas juntadas aos autos, em nome de terceiros, igualmente não são hábeis a comprovar a qualidade de segurado do falecido.
Por fim, destaque-se ainda que o depoimento pessoal e a prova testemunhal não se mostraram idôneos a infirmar a convicção deste juízo no sentido de que não havia relação de dependência entre a parte autora e o falecido, nem a qualidade de segurado especial do de cujus.
Destarte, no caso de que ora se cuida, os requisitos para concessão do benefício pleiteado não foram atendidos, porquanto as provas testemunhais e documentais produzidas nos autos não foram suficientes para demonstrar o preenchimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício.
Assim, analisadas as razões recursais e as provas produzidas não encontro motivos para reformar o juízo do julgador monocrático. Ao contrário, ratifico suas mesmas razões de julgar.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença que julgou improcedente o pedido formulado na inicial. Sem condenação em honorários, uma vez que a parte litiga sob o pálio da gratuidade da justiça.
6. Por outro lado, não foi constatada a qualidade de segurado especial trabalhador rural do falecido em função da não constatação de existência de documentos aptos e da insuficiência da prova oral, portanto o julgamento ocorreu a partir da conjugação de elementos, não sendo aplicáveis os vários precedentes invocados no incidente sem a comparação analítica fática. É evidente a pretensão de reexame da prova, o que é vedado nesta espécie de recurso.
7. Deve ser observada a inteligência das seguintes Questões de Ordem da TNU: N. 18: É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles; N. 22 É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
8. E deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
9. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 04 de abril de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0523563-17.2012.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:TANIA MARIA DE SOUSA LIMA
PROC./ADV.:CLÍVIA PINHEIRO DE LAVOR
OAB:CE-25 371
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de uniformização de jurisprudência interposto por TANIA MARIA DE SOUSA LIMA argumentando, em síntese, que tem direito à pensão previdenciária pela morte de seu filho José Venâncio de Sousa, falecido em 02/02/11, porque, segundo entende, era dependente dele, tendo a decisão da Turma Recursal divergido de outros julgados.
2. O incidente não pode ser conhecido.
3. O acordão recorrido e adiante parcialmente transcrito contém profunda fundamentação fática e destaque de circunstâncias bem peculiares do caso que resultaram na conclusão da Turma Recursal acerca da inexistência de dependência da autora em relação ao filho, fundamentação alcançada pelo órgão julgador conforme o livre convencimento racional motivado. Vejamos a fundamentação fática, no que interessa:
A autora, em seu depoimento pessoal, revelou que é casada com o pai do falecido, Sr. Francisco Iran Lima, e que moravam, à época do óbito, além dos dois, o filho segurado e mais outro filho, chamado Marcelo. Ambos os filhos eram solteiros. Relata que trabalha como zeladora no IJF, recebendo um salário mínimo mensal, bem como seu esposo, que é porteiro e ganha um pouco mais de um salário. Atesta que o filho era entregador e ganhava um salário mínimo, com o qual ajudava nas despesas da casa, tais como conta de água, metade do aluguel e uma parte da alimentação. Disse que dava, ao todo, R$ 350,00 por mês, como os quais, metade, ela pagava o aluguel (R$ 150,00) e a outra metade fazia compras de gêneros alimentícios. Que a parcela para alimentação era destinada aos alimentos para o falecido, mas depois disse que era para a família como um todo. Ademais, que sua medicação, era ela mesma que comprava, que o outro filho é desempregado e só estudava, mas que já trabalhou e, quando trabalhava, ajudava nas despesas da casa. Também aduz que, antes de trabalhar de carteira assinada, o falecido fazia bicos e ajudava em casa e que vivem há mais de 26 anos em casa alugada.
A primeira testemunha, por sua vez, atestou que era vizinha da família e locadora da casa em que moravam, cujo aluguel era no valor de R$ 300,00. Que era o Sr. Iran que ia sempre pagar o aluguel, mas que sabia que o filho pagava uma parcela de tal despesa. Relata que, após o óbito, mudaram-se para uma casa própria, com o dinheiro advindo de um DPVAT.
A segunda testemunha expôs que conhece há muito tempo a autora. Também corrobora a tese que o falecido trabalhava fazendo bicos antes de ser contratado pela empresa na qual mantinha o vínculo quando da morte, que ajudava com a conta de água, de luz e com o aluguel. Alega que, quando houve o óbito, o orçamento da família ficou apertado.
Diante de tais afirmações, concluo que o falecido, é verdade, ajudava com algumas despesas da casa. Todavia, entendo que tal ajuda não era essencial para a subsistência da autora. Ela trabalha, bem como seu esposo, de modo que auferem renda suficiente para se manter com dignidade. Em que pese, com o auxílio do filho, a família pudesse ter um orçamento menos apertado e viver com um pouco mais de conforto, a pensão só se faz necessária quando era do ganho do instituidor que o beneficiário mantinha sua subsistência. No caso em apreço, não entendo que assim fosse, pois que o filho não mantinha o sustento de sua mãe, apenas auxiliava em despesas que ele mesmo fazia, vez que, pagando o aluguel, também estava provendo sua moradia; pagando a água que também usava, assim como o dinheiro que fornecia para a alimentação, ainda que fosse para compras que toda a família se beneficiasse, também servia para sua própria alimentação.
Ademais, a autora retratou que a família morava de aluguel há mais de 26 anos, de modo que sempre tiravam a parcela para o pagamento da moradia de seus próprios orçamentos e desse modo viveram por muitos anos. O filho falecido, por sua vez, só começou a trabalhar e auferir renda mais significativa, que lhe permitisse contribuir para a manutenção da família, havia pouco tempo. Mesmo não havendo a necessidade de a dependência ser exclusiva, não há como entender ser a ajuda dada pelo filho imprescindível, pois os pais trabalham e mantêm seus próprios sustentos, não tendo sido comprovado que o dinheiro que ele fornecia era do qual a autora garantia sua subsistência e que, sem ele, ela estaria desamparada ou mesmo vivendo de forma indigna.
Outrossim, verifico que os pais tiveram uma certa melhoria de vida, tendo em vista que passaram a residir em casa própria, ainda que tenha parcelas a pagar. Certamente, se não tivessem mais como prover seus sustentos, não teriam mesmo dado uma parcela de entrada na compra de uma casa.".
Verifica-se, portanto, que a parte autora não logrou comprovar sua dependência econômica em relação ao de cujus, razão pela qual não faz jus ao benefício perseguido.
4. O incidente não pode ser conhecido porque estão muito claras as singularidades que levaram à constatação da inexistência de dependência, não havendo, por outro lado, um contexto fático similar nos outros julgados invocados pela recorrente a autorizar o incidente de uniformização de jurisprudência.
5. Correta a decisão que não admitiu o incidente na origem com os seguintes fundamentos:
"EMENTA PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SEGURADO ESPECIAL. PROVAS SUFICIENTEMENTE ANALISADAS PELO JUÍZO DE 1ª INSTÂNCIA. VEDADO O REEXAME DE PROVAS NO ÂMBITO DA TNU. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Tendo o corpo probatório sido analisado de forma percuciente e exaustiva pelo Juízo de 1ª instância, a hipótese é de não conhecimento do recurso. 2. Incidente não conhecido." (PEDILEF 200783035001246 - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL - TNU).
Com efeito, segundo a Súmula n. 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:5003570-41.2012.4.04.7015
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:IVONE APARECIDA DO CARMO
PROC./ADV.:ANTONIO GARCIA
OAB:PR-43965
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seu filho, ocorrido em 09/12/2004.
2. A sentença foi de improcedência e a parte autora recorreu.
3. A Turma Recursal do Paraná negou provimento ao recurso (eventos 140 e 141) sob os seguintes fundamentos: "No caso, a autora era mãe do segurado, havendo previsão expressa na lei de seu direito. No entanto, nessa hipótese, a dependência econômica não se presume e precisa ser efetivamente comprovada para efeito de concessão do benefício pretendido, a teor do art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/91. De início, verifica-se que a autora sempre possuiu vínculos empregatícios, tendo afirmado, inclusive, que estava trabalhando quando do óbito de seu filho, restando evidente que o filho prestava auxílio nas despesas do lar, não sendo o mantenedor do lar, capaz de gerar dependência econômica de sua mãe. Ainda que a ausência de renda, por conta da morte de seu filho, tenha alterado o equilíbrio financeiro da família, é certo que a sobrevivência da autora não era dele dependente. Portanto, ela não estava desamparada financeiramente, vez que não se deve presumir a dependência econômica da autora em relação à filha falecida. Se é certo que dificuldades de toda ordem surgem com a precoce e inesperada perda de um filho, não é menos verdade que essas circunstâncias não pesam na análise do benefício previdenciário pretendido, o qual visa preservar apenas aquelas situações em que os pais dependessem, do ponto de vista econômico, substancialmente do filho segurado, o que não se verifica na presente hipótese. A dependência econômica a ensejar a proteção previdenciária deve ser aquela que representa um auxílio substancial, permanente e necessário, cuja falta acarretaria desequilíbrio dos meios de subsistência, como bem elucida, de forma adequada às finalidades do benefício em espécie, o Enunciado nº 13 do Conselho de Recursos da Previdência Social. Ou seja, não basta que o segurado possua renda e colabore com as despesas da casa. Exige-se, ao contrário, que parte substancial dessa renda seja revertida para o dependente, por absoluta necessidade. No presente caso, entendo que a situação fática desautoriza a concessão do benefício de pensão por morte, vez que não comprovada a dependência econômica da autora em relação ao seu filho."
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 161) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal do Paraná e o entendimento adotado pela Segunda Turma Recursal de Minas Gerais (Processo 2003.38.00.716100-4, Relator Juiz Federal João Carlos Mayer Soares, DJ-MG de 27/11/2003);
- que a dependência econômica da mãe em relação ao filho não precisa ser exclusiva e pode ser demonstrada por prova testemunhal;
- que "as testemunhas ouvidas na audiência realizada no Juizado Especial Federal de Apucarana-PR, foram uníssonas em confirmar que o filho da requerente colaborava com o sustento do lar, que até a presente data a suplicante necessita de ajuda financeira, que esta desempregada conforme consta em CNIS, o referido vinculo junto ao INSS é pequeno".
5. O incidente de uniformização foi admitido na origem (evento 174).
6. Autos conclusos. Decido.
7. O incidente de uniformização não deve ser conhecido porque o contexto fático apurado no acórdão não permite a aplicação pura e simples da jurisprudência invocada, sendo certo que o aprofundamento da questão resultaria em revolvimento da prova, o que é incabível no incidente de uniformização de jurisprudência, devendo ser observada a Questão de Ordem n. 29 da TNU: "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem". (Súmula 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato". Súmula 43: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
8. Conforme se verifica nos fundamentos do acórdão acima transcritos, há vários elementos circunstanciais considerados no julgamento da Turma para não constatar a existência de dependência econômica da parte autora em relação ao falecido filho. Assim, seria necessário revolver a prova, o que é incabível.
9. Também não há uma similaridade fática que autorize a comparação jurisprudencial pretendida e deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
10. Pelo exposto, NEGO SEGUIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
11. Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 18 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5014202-74.2012.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:FÁTIMA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.:JOSÉ EDUARDO QUINTAS DE MELLO
OAB:PR-24695
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de seu filho, ocorrido em 26/03/2011.
2. A sentença foi de improcedência ao fundamento de que não ficou demonstrada a dependência econômica da autora em relação ao falecido (evento 78). Extraem-se da sentença os seguintes fundamentos: "Examinando o conjunto probatório, entendo que não cabe a concessão de pensão por morte à autora, pois anexou apenas documentos que demonstram, quando muito, residência em comum. Porém, não comprovou realmente depender dos rendimentos de seu filho, vez que somente certidão de óbito e comprovante de endereço comum não permitem presumir dependência econômica. Da análise os vínculos de emprego do falecido, percebo que o falecido há pouco havia ingressado no emprego, e durou apenas 4 meses. Vejo que o primeiro emprego do instituidor ocorreu às vésperas de atingir a maioridade. Os dois outros vínculos não duraram mais que três meses (evento 2, CNIS1). (...). Não se pode confundir o simples auxílio prestado pelo filho com a situação de dependência econômica. Inclusive, é razoável acreditar que o breve tempo de serviço do falecido e sua tenra idade (18 anos) não sejam suficientes para estabelecer uma relação de dependência econômica para com a possível ajuda prestada à mãe. (...). Ressalto, que a autora e seu cônjuge, conforme declarações da autora (evento 20) e na constatação realizada por oficial de justiça (evento 29), trabalham para prover o sustento da casa e dois outros filhos de 15 e 18 anos. Assim, fica claro que a autora e seu marido e filhos têm plenas condições de prover o sustento próprio, pois são sadios e aptos para o trabalho. Ainda, vejo que a autora não tem gastos extraordinários, vez que não paga aluguel da casa onde mora".
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 99 e 100), tendo o i. relator destacado não haver motivo para alterar a sentença, "uma vez que o juízo de origem analisou todo o conjunto probatório constante nos autos, inclusive os depoimentos da autora e das testemunhas e, mesmo assim, concluiu pela inexistência de dependência econômica da autora em relação ao filho falecido".
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 107) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal do Paraná e o entendimento adotado pelas Turmas Recursais da 1ª e da 5ª Região;
- que "o fato dos pais trabalharem ou receberem algum benefício, não descaracteriza a dependência, já que o filho contribuía para o sustento da casa e houve redução no padrão de vida em razão de seu falecimento".
5. O incidente foi inadmitido na origem sob o fundamento de que a pretensão da requerente é apenas rediscutir a prova (evento 125).
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo.
7. Autos conclusos. Decido.
8. O incidente de uniformização não deve ser conhecido porque o contexto fático apurado no acórdão não permite a aplicação pura e simples da jurisprudência invocada, sendo certo que o aprofundamento da questão resultaria em revolvimento da prova, o que é incabível no incidente de uniformização de jurisprudência, devendo ser observada a Questão de Ordem n. 29 da TNU: "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem". (Súmula 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato". Súmula 43: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
9. Conforme se verifica nos fundamentos da sentença acima transcritos, adotados pelo acórdão como razão de decidir, há vários elementos circunstanciais considerados no julgamento para não constatar a existência de dependência econômica da parte autora em relação ao falecido filho. Assim, seria necessário revolver a prova, o que é incabível.
10. Também não há uma similaridade fática que autorize a comparação jurisprudencial pretendida e deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
11. Pelo exposto, NEGO SEGUIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
12. Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 18 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500542-51.2013.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ELZA MARIA DA ROCHA PESSOA
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de uniformização de jurisprudência interposto pela autora argumentando, em síntese, que tem direito à pensão previdenciária pela morte de seu marido porque, segundo entende, há provas de que ele era trabalhador rural segurado especial, tendo o acórdão da Turma Recursal divergido de outros julgados, assim como dos Enunciados 6 e 14 da TNU.
2. O incidente não pode ser conhecido.
3. O acordão recorrido e adiante parcialmente transcrito contém fundamentação fática e destaque de circunstâncias peculiares do caso que resultaram na conclusão da Turma Recursal, fundamentação alcançada pelo órgão julgador conforme o livre convencimento racional motivado.
4. A conjugação, no acórdão recorrido, dos elementos materiais e orais conforme a peculiaridade do caso inviabiliza o incidente de uniformização na forma como interposto, uma vez que implicam em revolvimento da prova. Além disso, não há um contexto fático similar entre os acórdãos. Vejamos a fundamentação do acórdão, no que interessa:
Os seguintes documentos descritos normalmente não são aceitos pela pacificada jurisprudência: 1) certidão da Justiça Eleitoral que não indica a data do cadastro e se houve alteração da profissão, para o período anterior à sua emissão, ou a certidão que contenha ressalva expressa da Justiça Eleitoral quanto ao valor probante das informações nela consignadas, máxime porque a profissão é informada pelo interessado sem nenhuma diligência para confirmação do alegado; 2) declaração do sindicato de trabalhadores rurais não homologada pelo INSS (TNUJEF, PEDILEF nº 2006.83.03.501599-0/PE, DJ 26.11.2008; PEDILEF nº 2007.72.55.009096-5/SC, DJ 28/07/2009); 3) carteira de filiação a sindicato rural ou recibos de pagamento de mensalidades, máxime se recentes, já que, se por força legal, não se admite declaração do sindicato desprovida de homologação, que é o "mais", não se pode admitir mera prova de filiação, que é o "menos" no âmbito dessa relação sindicato-filiado; 4) contrato de comodato rural, para o período anterior à data de reconhecimento das firmas pelo Cartório; 5) cadastro do imóvel no INCRA e comprovante de pagamento do ITR em nome de terceiro, proprietário do imóvel, não integrante do grupo familiar, pois apenas comprovam a existência e a propriedade do imóvel, mas não o labor pela parte autora; 6) certidão de casamento sem a indicação da profissão de agricultor para a parte autora ou seu cônjuge ou, ainda que existente essa indicação, quando existir prova nos autos de que passaram a exercer profissão diversa da agricultura após o matrimônio (STJ, AGA AgRg no Ag 1.340.365/PR, DJE 29/11/2010; STJ, AgRg no REsp 1.088.756/SC, DJe 03/11/2009); 7) declarações em geral de terceiros, como vizinho e parceiro rural, por consubstanciarem mera declaração testemunhal reduzida a escrito (TNUJEF, PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE, DJ 25.03.2009, PEDILEF nº 2006.83.02.503892-0/PE, DJ 29.05.2009); 8) declarações de servidores públicos, sem indicar os documentos públicos que estão arquivados na repartição e que embasam as informações; 9) requerimentos de matrícula em escola pública, sem comprovação da entrega ao órgão público, ou sem assinatura de servidor público.
O óbito do Sr. Lazaro Arcelino Monteiro, ocorrido em 5.11.2012, está certificado no anexo 4.
No intuito de comprovar a condição de segurado especial do falecido, a parte autora anexou os seguintes documentos: certidão de casamento, celebrado em 16/9/1988, em que consta a profissão do falecido como capataz (anexo 2), declaração do proprietário da terra, datada de 21/11/2012(anexo 3, doc. 4), ITR em nome de terceiro, certidão eleitoral, datada de 12/9/2012.
Observa-se, assim, que os documentos juntados aos autos correspondem a declarações unilaterais e posteriores ao óbito, não constituindo, assim, início de prova material.
Ademais, o falecido possui diversos vínculos no CNIS (anexo 8), em períodos superiores a 120 (cento e vinte) dias, corridos, o que descaracteriza sua condição de segurado especial (art. 11, §9º da Lei 8213/91).
Note-se que a Lei nº 8.213/91 não admite a prova exclusivamente testemunhal para a comprovação do exercício de atividade rural, o que foi ratificado pela Súmula 149 do STJ.
Assim, diante do conjunto probatório acostado aos autos, verifica-se que a promovente não comprovou o atendimento dos requisitos mínimos necessários para o deferimento do pedido. Assim, a sentença recorrida não merece reforma e deve ser mantida em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos.
5. Correta, portanto, a decisão que não admitiu o incidente na origem com os seguintes fundamentos:
(...) verifica-se que a divergência não restou demonstrada ante a ausência de similitude fática e jurídica, não cumprindo o papel previsto art. 14, caput, § 2º, da Lei nº. 10.259/2001.
Na verdade, a jurisprudência trazida aos autos pela parte autora diz respeito à própria questão de mérito, uma vez que retoma os fundamentos do acórdão impugnado para adentrar no conjunto fático probatório, na valoração da documentação que instruiu o processo.
Contudo, o exame de provas se esgota no âmbito da Turma Recursal de origem, cabendo à Turma Nacional tão somente o reexame de tese jurídica nas hipóteses previstas na legislação pertinente. Portanto, não restou caracterizado o incidente, tendo o recurso muito mais o cunho de reexame de mérito, o que não é permitido, conforme já decidido pela TNU, julgados a seguir:
"EMENTA PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SEGURADO ESPECIAL. PROVAS SUFICIENTEMENTE ANALISADAS PELO JUÍZO DE 1ª INSTÂNCIA. VEDADO O REEXAME DE PROVAS NO ÂMBITO DA TNU. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Tendo o corpo probatório sido analisado de forma percuciente e exaustiva pelo Juízo de 1ª instância, a hipótese é de não conhecimento do recurso. 2. Incidente não conhecido."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(PEDILEF 200783035001246 - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL - TNU).
Com efeito, segundo a Súmula n. 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
(...)
6. Devem ser observadas a Súmula n. 42 e a Questão de Ordem n. 22, respectivamente:
- Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
- É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
7. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0504830-60.2013.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCO TEMOTEO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:RAMON FERNANDES RODRIGUES
OAB:CE-14553
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que o autor pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte.
2. A sentença foi de improcedência e o autor recorreu.
3. A d. Turma Recursal negou provimento ao recurso porque o casal estava separado, não havendo a dependência do autor em relação à falecida. Os fundamentos do voto são os seguintes: Apesar das alegações feitas em audiência de que ainda vivia maritalmente com sua esposa na data de seu falecimento, o autor, em declarações prestadas perante a autarquia previdenciária, informou que estava separado há dezenove anos da extinta, já possuindo uma nova companheira, Sra. Maria Alzenir de Jesus. Ademais, após questionado por diversas vezes pelo Magistrado, acabou confirmando que possui uma nova companheira desde 2010 (três anos antes da audiência). Tal fato foi confirmado pela testemunha. Deste modo, constituindo um novo relacionamento, estável, desde 2010, verifica-se que na data do óbito, ocorrido em 04.03.2013, o casal não mais convivia maritalmente, não havendo, portanto, qualquer relação de dependência. Por fim, registro o posicionamento pessoal desta magistrada no sentido de privilegiar o entendimento dos juízes de 1ª instância, sobretudo quando a prova for valorada de maneira adequada e mediante acurada análise, uma vez que estão mais próximos das partes e, consequentemente, tem melhores condições de avaliar a verdade real dos fatos e provas trazidos a juízo. Assim, examinando atentamente a sentença recorrida, constato que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95.
4. O autor interpôs pedido de uniformização de jurisprudência argumentando que houve violação da lei federal.
5. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem e a parte recorreu.
6. Autos conclusos. Decido.
7. O recurso da parte autora não pode ser conhecido porque não está demonstrada divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ, a tanto não bastando a alegação de violação da lei.
8. O pedido, na forma como formulado, não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
9. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais só tem competência para uniformizar a interpretação da lei federal a partir das divergências entre julgados previstas na lei, conforme o dispositivo acima transcrito, não tendo competência para julgar recurso com a simples e direta alegação de violação da lei federal, que é da competência constitucionalmente estabelecida para o Superior Tribunal de Justiça.
10. Por fim, depreende-se do recurso que o recorrente não concorda com a conclusão que resultou no afastamento da presunção da dependência do marido em relação à mulher no caso, uma vez que estavam separados. E não há um paradigma jurisprudencial divergente invocado no recurso, sendo certo que também seria necessário o revolvimento da prova, o que não é cabível, conforme a Questão de Ordem n. 29 da TNU: Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem. (Súmula 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato". Súmula 43: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
11. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 02/03/2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0508646-47.2013.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANNA KELLY PEREIRA MATIAS
PROC./ADV.:RODRIGO MESQUITA ARAÚJO
OAB:CE-20 301
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto perante a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais, argumentando a parte recorrente que o acórdão da Turma Recursal do Ceará está divergindo do julgado do TRF da 2ª Região.
2. O PEDILEF não pode ser conhecido porque não está demonstrada divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ, a tanto não bastando invocar decisão de outros Tribunais, como os Regionais Federais.
3. O pedido, na forma como formulado, não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
4. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais só tem competência para uniformizar a interpretação da lei federal a partir das divergências entre julgados específicos previstos na lei, conforme o dispositivo acima transcrito, não tendo competência para julgar recurso com a simples e direta alegação de violação da lei federal, que é da competência constitucionalmente estabelecida para o Superior Tribunal de Justiça.
5. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 04/04/2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0512697-04.2013.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA BORGES VIEIRA
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
OAB:CE-7068
PROC./ADV.:MARIA ANDIARA GMOEZ IZIDÓRIO
OAB:CE-6656
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda versando sobre pensão previdenciária pretendida pela mãe em função do óbito de filho.
2. O acórdão recorrido, de improcedência, contém os seguintes fundamentos:
De início, registro que não há nos autos controvérsia sobre a qualidade de segurado do falecido.
No concernente à qualidade de dependente da autora, o artigo 16 da Lei 8.213/91, por sua vez, estabelece quais pessoas podem ser beneficiárias da pensão por morte, na condição de dependentes do segurado, entre elas os pais, cuja dependência econômica deve ser comprovada, por se tratar de dependente de segunda classe.
Entrementes, entendo, neste particular, que a dependência econômica não restou demonstrada.
A uma porque a autora e seu marido são aposentados, conforme afirmado pela parte autora em seu depoimento.
Ademais, a autora asseverou em seu depoimento que o extinto a ajudava esporadicamente com as despesas da casa, porém não recebia salário todo mês.
Neste aspecto, entendo que a dependência econômica exigida pela lei de regência não se dá pela simples ajuda financeira mútua entre os membros do grupo familiar, ela decorre de necessária dependência econômica de um membro da família que depende dos rendimentos auferidos pelo segurado para prover a sua subsistência. O que não é o caso dos autos, porquanto a autora tinha condições financeiras de subsistência própria.
Desta feita, os depoimentos colhidos em audiência, a meu ver, atestam que não havia dependência econômica da autora em relação ao seu filho, apenas uma ajuda esporádica, notadamente em razão da renda principal da família advir, sobretudo, das duas aposentadorias recebidas pela requerente e por seu cônjuge.
Assim, examinando atentamente a sentença recorrida, constato que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95.
Por fim, registro o posicionamento pessoal desta magistrada no sentido de privilegiar o entendimento dos magistrados de primeira instância, sobretudo quando a prova for valorada de maneira adequada e mediante acurada análise, uma vez que estão mais próximos das partes e, consequentemente, tem melhores condições de avaliar a verdade real dos fatos e provas trazidos a juízo.
3. A parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência alegando que "vivia sob a dependência econômica do falecido, e inclusive tendo este designado-o como dependente junto ao INSS."
4. Foi negado seguimento ao PEDILEF na origem e a parte recorreu.
5. Autos conclusos. Decido.
6. O recurso da parte autora não pode ser conhecido porque não está efetivamente demonstrada divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ acerca da questão, a tanto não bastando a alegação genérica de que "vivia sob a dependência econômica do falecido, e inclusive tendo este designado-o como dependente junto ao INSS". Também não bastam alegações de violação da lei ou acórdão de outros Tribunais.
7. O pedido de uniformização, na forma como formulado, não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
8. Deve ser observada a inteligência da Questão Ordem n. 22 da TNU: É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
9. Não há uma similaridade fática que autorize a comparação jurisprudencial pretendida e deve ser observada a Súmula nº 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
10. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 01 de abril de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0516344-16.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FRANCISCO YGOR ALMEIDA MARTINS E OUTROS
PROC./ADV.:FRANCISCO CORDEIRO ÂNGELO
OAB:CE-22693
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de José Viana Martins argumentando que faz parte da demanda como autor e que, assim, o acórdão deve ser reformado, pois era dependente da mãe de seus filhos, que ajuizaram a demanda e obtiveram êxito.
2. O incidente não pode ser conhecido porque a questão central da insurgência é de natureza processual, não de direito material.
3. A acordão adiante transcrito está muito claro, no sentido de que o recorrente não fez parte dos limites objetivos da demanda, cabendo a ele fazer seu requerimento administrativo e, se não obtiver êxito, ajuizar, caso queira, sua própria demanda.
Trata-se de recurso inominado apresentado pela parte autora no qual se alega que a sentença de anexo 25 incorreu em equívoco ao conceder o benefício de pensão por morte tão somente aos filhos da falecida, não o fazendo em relação ao marido desta.
A questão não demanda maiores digressões. Explico.
Da análise da petição inicial, é de se verificar que o Sr. José Viana Martins atuou no processo não como autor, mas na qualidade de assistente de seus filhos. Tal fato foi, inclusive, confirmado durante o seu depoimento pessoal (anexo 13), quando, após indagado pelo magistrado, aquele informou que os autores do processo eram tão somente seus filhos.
Assim, restou acertada a sentença impugnada ao conceder o benefício tão somente aos reais autores do processo, quais sejam os filhos da falecida.
Ressalte-se que nada obsta que o marido da de cujus formule, a qualquer momento, sua habilitação como beneficiário da pensão por morte da extinta, quando os requisitos para tanto deverão ser ana-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

lisados pelas instâncias administrativas e judiciais, se for o caso.
4. Não há nenhuma divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ, a tanto não bastando argumentos genéricos de preenchimento de requisitos para obter o benefício.
5. O pedido não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
6. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0519815-40.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MÁRIA EUNICE RIBEIRO LINHARES
PROC./ADV.:MARCO ANTÔNIO VIEIRA COSTA FERNANDES
OAB:CE-11842
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. O recurso da parte autora não pode ser conhecido porque não está demonstrada divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ, a tanto não bastando argumentos genéricos de preenchimento de requisitos para obter o benefício.
2. O pedido, na forma como formulado, não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
3. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais só tem competência para uniformizar a interpretação da lei federal a partir das divergências entre julgados previstas na lei, conforme o dispositivo acima transcrito, não tendo competência para julgar recurso com a simples e direta alegação de violação da lei federal, que é da competência constitucionalmente estabelecida para o Superior Tribunal de Justiça.
4. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5000976-29.2013.4.04.7109
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:CÁTIA PEREIRA RIBEIRO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de João Manuel Luna Gonçalves na condição de companheira.
2. A sentença foi de procedência ao fundamento de que ficou comprovada a união estável e, portanto, a qualidade de dependente da autora (evento 53).
3. A Turma Recursal do Rio Grande do Sul deu provimento ao recurso do INSS e reformou a sentença para julgar improcedente o pedido sob os seguintes fundamentos: "(...) o conjunto probatório dos autos não leva à convicção deste Juízo a respeito da existência da relação alegada entre a recorrida e o de cujos ao tempo de seu óbito, ocorrido aproximadamente 14 anos antes do requerimento administrativo. De início, impõe-se destacar a não apresentação de qualquer prova material atinente à suposta entidade familiar, a não ser a certidão do registro civil dando conta da filha em comum, que já contava com seis anos ao tempo do falecimento. Vale observar que não desconhece este Juízo a Súmula n. 63 da TNU, segundo a qual 'a comprovação de união estável para efeito de concessão de pensão por morte prescinde de início de prova material'. Todavia, no caso em tela, a ausência de documentos, a toda evidência, não restou devidamente suprida por outros meios de prova. Com efeito, foi colhido apenas um depoimento testemunhal, sendo que a testemunha, se de fato fosse constatada a relação narrada no feito, sequer poderia ser ouvida nessa qualidade, devido à condição de parente por afinidade da demandante (art. 405, § 2º, I, do Código de Processo Civil), pois genitora do falecido. Assim, em verdade, poderia apenas ser considerada informante. Além disso, a ocorrência de união 'configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família' (art. 1.723 do Código Civil) sequer se denota de forma segura do depoimento prestado pela recorrida, tendo em vista seu relato de brigas entre o casal (TERMOTRANSCDEP1, evento n. 21). Destarte, tem-se que a parte autora não se desincumbiu do ônus da prova do fato constitutivo do direito alegado, que lhe é atribuído por força do art. 333, I, do Código de Processo Civil" (eventos 86 e 87).
4. A requerente interpôs incidente de uniformização nacional (evento 94) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal e o entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 0009770-06.2010.4.01.3200, Presidente da TNU Ministro João Otávio de Noronha, j. de 19/12/2011; PEDILEF 2002.70.01.015099-6, Relatora Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, j. em 16/12/2004; PEDILEF 2004.70.95.007478-7, Relator Juiz Federal Renato Toniasso, j. em 14/08/2006; PEDILEF 2007.72.95.002652-0, Relator Juiz Federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, j. em 24/04/2009; PEDILEF 2005.38.00.760739-3, Relator Juiz Federal José Antônio Savaris, j. em 19/10/2009);
- e que "a prova da união estável, para fins de concessão de pensão por morte, prescinde da apresentação de provas materiais, podendo ser realizada exclusivamente pelo âmbito testemunhal".
5. O incidente foi inadmitido na origem sob o fundamento de que não há similitude fática e jurídica entre os paradigmas colacionados pela parte autora e o acórdão recorrido (evento 107).
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo.
7. Autos conclusos. Decido.
8. O incidente de uniformização não deve ser conhecido porque o contexto fático apurado no acórdão não permite a aplicação pura e simples da jurisprudência invocada, sendo certo que o aprofundamento da questão resultaria em revolvimento da prova, o que é incabível no incidente de uniformização de jurisprudência, devendo ser observada a Questão de Ordem n. 29 da TNU: "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem". (Súmula 42: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato". Súmula 43: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
9. Conforme se verifica nos fundamentos do acórdão acima transcritos, há elementos circunstanciais considerados no julgamento da Turma para não constatar a existência de união estável no presente caso, dentre eles o próprio depoimento prestado pela autora. Assim, seria necessário revolver a prova, o que é incabível, nos termos da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
10. Também não há uma similaridade fática que autorize a comparação jurisprudencial pretendida, tendo em vista que, como bem destacado na decisão que inadmitiu o incidente, o acórdão recorrido "não exigiu prova material para comprovação dos fatos, nem excluiu a possibilidade da prova exclusivamente testemunhal ser suficiente para comprovação da união estável. Apenas considerou que a testemunha ouvida detém a qualidade de informante, em face da condição de parente por afinidade com a demandante".
11. Pelo exposto, NEGO SEGUIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
12. Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 18 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501333-80.2014.4.05.8303
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:ANDRÉ DE LIMA ALVES
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de recurso de uniformização de jurisprudência interposto pela parte autora argumentando, em síntese, que tem direito à pensão previdenciária pela morte de Adão Alves de Epifanio, falecido em 12/06/2012, porque, segundo entende, há provas de que ele era trabalhador rural segurado especial, tendo o acórdão da Turma Recursal divergido de outros julgados do STJ e da TNU, inclusive da Súmula 46 da TNU, segundo a qual: O exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto.
2. O incidente não pode ser conhecido.
3. O acordão recorrido e adiante parcialmente transcrito contém fundamentação fática e observância de circunstâncias peculiares do caso que resultaram na conclusão da Turma Recursal, fundamentação alcançada pelo órgão julgador conforme o livre convencimento racional motivado.
4. A conjugação, no acórdão recorrido, dos elementos materiais e orais conforme a peculiaridade do caso inviabiliza o incidente de uniformização na forma como interposto, uma vez que implicam em revolvimento da prova. Além disso, não há um contexto fático similar entre os acórdãos. Vejamos a fundamentação do acórdão, no que interessa:
Insurge-se alegando que juntou provas suficientes da condição de segurado especial do falecido, requerendo a concessão de pensão por morte.
Conforme as informações constantes nos presente autos, concluiu o órgão julgador monocrático que: "[...] a prova produzida não demonstrou, de modo convergente e com certeza necessária, que o falecido exercia labor rural sob regime de economia familiar à época do óbito. Não há qualquer documento que possa ser entendido como início de prova material da atividade rural. Há registro no ano de 2009 de exercício de emprego urbano em São Paulo. O endereço que consta da certidão de óbito é na zona urbana."
Os arts. 130 e 131 do CPC aludem respectivamente, ao poder instrutório do juiz sentenciante, avaliando a necessidade da prova dentro do conjunto probatório existente, bem assim à análise das provas constantes nos autos, dispondo acerca do livre convencimento motivado.
5. Como visto, o acordão recorrido está assentado em dois fundamentos básicos que prejudicaram a alegação de trabalho em regime de economia familiar à época do óbito, quais sejam: a existência de atividade urbana antes do óbito; e o endereço urbano na época do óbito. E o último óbice não foi enfrentado nos acórdãos invocados no incidente.
6. Por outro lado, para o benefício de pensão não é necessária carência, o que torna fundamental a observância do ENUNCIADO 24 DA TNU: Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar. Assim, não foi violada a Súmula 46 da TNU, pois remete o exame ao caso concreto (... trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto).
7. Nesse contexto, correta a decisão que não admitiu o incidente na origem com os seguintes fundamentos:
(...) a concessão/denegação judicial do benefício se fundamentou na análise das provas constantes nos autos, especificamente de prova material, não vislumbro a possibilidade de admissão do recurso, uma vez que a matéria tratada nos autos demandaria um necessário reexame de fatos/provas, o que é vedado no âmbito da Turma Nacional, conforme dispõe a Súmula nº 42 da TNU:
"SÚMULA 42
Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Em face do exposto, e considerando que o acórdão proferido está em consonância com o atual entendimento da TNU, INADMITO o Pedido de Uniformização.
8. Devem ser observadas a Súmula n. 42 e a Questão de Ordem n. 22, respectivamente:
- Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
- É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
9. Pelo exposto, nego seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência.
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 04 de abril de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0501448-16.2014.4.05.8105
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO CONCEIÇÃO DOS SANTOS e OUTROS
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
OAB:CE-7068
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão previdenciária.
2. Ao julgar o recurso, a d. Turma Recursal enfrentou apenas a questão da ausência da qualidade de segurado do pretenso instituidor da pensão postulada pelas autoras, não havendo o acórdão enfrentado a questão suscitada no incidente de uniformização, relativa à dependência para fins previdenciários. Vejamos os fundamentos do acórdão recorrido:
Analisando atentamente a Sentença recorrida, consta-se que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência.
Por tal razão, valho-me dos fundamentos do julgado monocrático como causa de decidir, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1º da Lei n° 10.259/2001, com a súmula de julgamento servindo de acórdão, in verbis:
No caso vertente, constato que o de cujus teve a cessação do último benefício por incapacidade em 07/2008, tendo sido mantido a qualidade de segurado até setembro de 2009, ou seja, 12 meses após a cessação do último benefício por incapacidade, portanto o óbito ocorreu após a perda da qualidade de segurado. (anexo 3, fl. 04 e 05).
Ocorre que o seu falecimento ocorreu em 01.07.2012, não estando o mesmo dentro do período de graça estabelecido no art. 15, inciso II c/c os §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.213/91, tampouco em gozo de qualquer

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

benefício previdenciário, não se lhe aplicando, pois, a prerrogativa da manutenção da qualidade de segurado sem limite de prazo (inciso I do art. 15 da Lei nº 8.213/91). Resta, portanto, configurada a perda da qualidade de segurado do instituidor do benefício.
Cumpre-nos, então, aferir se o de cujus já havia preenchido, antes da data do óbito, os requisitos necessários para obtenção de aposentadoria, situação que permitiria a aplicabilidade da ressalva inserida no art. 102 da Lei nº 8.213/91, cuja redação assim dispõe, in verbis:
(...)
Compulsando os documentos que acompanham a petição inicial, verifico que o de cujus não preencheu os requisitos necessários para obtenção de qualquer aposentadoria. Isto porque, na data do óbito, ainda não havia completado a idade de sessenta e cinco anos, nem havia computado vínculos junto ao RGPS, como trabalhador urbano, pelo período mínimo de trinta e cinco anos. Registre-se, ainda, que o ex-segurado também não trabalhou durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos em atividades perigosas, penosas ou insalubres. Nem mesmo em aposentadoria por invalidez há que se falar, visto que não foi alegada nos autos.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença que julgou IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial.
3. O incidente de uniformização não deve ser conhecido porque versa sobre questão estranha ao cerne da fundamentação do acórdão.
4. O incidente de uniformização também não deve ser conhecido porque não houve a comparação analítica entre os fundamentos da decisão da Turma Recursal e os precedentes jurisprudenciais invocados no incidente, falta que prejudica a comparação das bases de fato e dos entendimentos de direito alegados como divergentes. Aliás, se a comparação analítica tivesse sido realizada, o recurso não teria sido interposto com as razões nele articuladas.
5. Por fim, deve ser observada a inteligência das seguintes Questões de Ordem da TNU: N. 18: É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles; N. 22 É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma; N. 35 O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado.
6. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 02/05/2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0503227-06.2014.4.05.8105
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIA MARINA DA SILVA ANDRADE
PROC./ADV.:MARCELA DE SOUSA MARCOLINO
OAB:CE-21963
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto perante a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais, argumentando a parte recorrente que o acórdão da Turma Recursal está divergindo de outros julgados.
2. O PEDILEF não pode ser conhecido porque não está demonstrada divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ, a tanto não bastando invocar decisão de outros Tribunais, como os Regionais Federais.
3. O pedido, na forma como formulado, não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
4. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 18/03/2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0506816-21.2014.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:VICTOR BERNARDO NEPOMUCENO FÉLIX
PROC./ADV.:RUBENS FERREIRA STUDART FILHO
OAB:CE-16081
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pelo autor perante a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais, argumentando que o acórdão da Turma Recursal está divergindo de outros julgados.
2. O PEDILEF não pode ser conhecido porque não está demonstrada divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões nem contrariedade à jurisprudência da TNU ou do STJ, a tanto não bastando invocar decisões outras, como sentença e o acórdão do TRF da 4ª Região.
3. O pedido, na forma como formulado, não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
4. Ademais, o pedido interposto está contrariando a Súmula 37 da TNU: A pensão por morte, devida ao filho até os 21 anos de idade, não se prorroga pela pendência do curso universitário.
5. É o caso de observância da Questão de Ordem n. 13: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
6. Pelo exposto, nego seguimento ao incidente de uniformização, nos termos do art. 9º, IX, do Regimento Interno da TNU (Resolução CJF 2015/00345, de 02/06/15).
Após o trânsito em julgado, providencie a Secretaria o retorno dos autos à origem.
P.I.
Brasília/DF, 28/03/2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0004573-81.2012.4.01.3303
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:NELSON DOS SANTOS PEDROSO
PROC./ADV.:EMÍLIA MELO SANTOS
OAB:BA-18180
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL/PROMOÇÃO. DISSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DESTA TNU (PEDILEF nº 50583858720134047100). INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO PARA FIM DE DETERMINAR O JUÍZO DE ADEQUAÇÃO DO JULGADO (ART. 9º, X, DO RI/TNU).
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte autora, ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia.
Na vertente, a Turma Recursal de origem entendeu que o prazo do interstício para a progressão funcional do servidor do INSS é o do art. 7º da Lei nº 11.501/07, que fixa o intervalo de 18 meses.
A parte autora, ora recorrente, sustenta no seu Pedido de Uniformização que o acórdão guerreado merece ser modificado, aduzindo que a Lei nº 11.501/07 tem eficácia limitada, necessitando de regulamentação para ser aplicada, inclusive com relação ao interstício do servidor. Junta paradigma de Turma Recursal de que a Seção Judiciária de Pernambuco, no sentido de que a Lei nº 5.645/70 é que deve regrar as progressões funcionais dos servidores, inclusive com relação ao intervalo de 12 meses.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
Em relação à matéria em comento, utilizo como razão de decidir acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização, Relatoria do MM Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, nos autos do PEDILEF nº 50583858720134047100 (DOU 09/10/2015, PÁGINAS 117/255), cujos excertos essenciais passo abaixo reproduzir:
"[...] 4. A controvérsia gira em torno da aplicabilidade, diante da ausência de regulamentação infralegal da matéria, da nova redação da Lei n.º 10.855/2004, conferida pelo art. 2º da Lei n.º 11.501/2007, que trata do desenvolvimento na Carreira do Seguro Social, prevendo interstício de dezoito meses de efetivo exercício.
Entendo que, se não regulamentados os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º da Lei n.º10.855/2004, com a redação da Lei n.º 11.501/2007, tem direito a autora a ver respeitado o interstício de 12 (doze) meses antes previsto, o qual, ante a situação delineada, deve ser considerado ainda vigente (TRF4, AC 5066425-58.2013.404.7100, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 18/06/2015).
Ou seja, a majoração do interstício para a progressão funcional instituída pela Lei n.° 11.501/2007 carece de auto-aplicabilidade, na medida em que há expressa determinação de que a matéria seja regulamentada. Dessa forma, até o advento de tal regulamentação, deve ser aplicado o requisito temporal ainda vigente, qual seja, de 12 (doze) meses.
Mutatis mutandis, é o que recentemente decidiu o Superior Tribunal de Justiça quanto à progressão funcional na carreira do magistério:
'ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CARREIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA. PROGRESSÃO FUNCIONAL. INTERSTÍCIO. PRESCINDIBILIDADE. LEI 11.784/2008. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que a progressão dos docentes da carreira do magistério básico, técnico e tecnológico federal será regida pelas disposições da Lei 11.344/2006, com duas possibilidades: por avaliação de desempenho acadêmico e por titulação, sem observância do interstício, até a publicação do regulamento (Decreto 7.806/2012). 2. Orientação reafirmada pela Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.343.128/SC. 3. Recurso Especial não provido. (REsp 1483938 / AL, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27/11/2014) (grifei)
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CARREIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA. REGRAS DE PROGRESSÃO. APLICABILIDADE DO ART. 120, § 5º, DA LEI N. 11.784/2008 E DAS REGRAS DE PROGRESSÃO DA LEI N. 11.344/2006 ATÉ O ADVENTO DA REGULAMENTAÇÃO (DECRETO N. 7.806/2012, DOU EM 18.9.2012). MATÉRIA JULGADA PELO REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS. RESP Nº 1.343.128/SC, REL. MIN. MAURO CAMPBELL. 1. A questão relativa à declaração do direito à progressão funcional por titulação, independentemente do preenchimento do interstício, foi definitivamente julgada pela 1ª Seção no REsp 1.343.128/SC, de relatoria do Min. Mauro Campbell, sob o regime dos recursos repetitivos -art. 543-C do CPC, na sessão de 12.6.2013 (acórdão não publicado), que confirmou o entendimento jurisprudencial do STJ. 2. Na hipótese dos autos, não se vislumbra nenhuma omissão, contradição ou obscuridade a ensejar a integração do julgado. Embargos rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1323912 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 01/08/2013) (grifei)
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CARREIRA DO MAGISTÉRIO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO. LEI 11.784/08. PROGRESSÃO FUNCIONAL. 1. Cinge-se a controvérsia dos autos sobre progressão funcional de servidor público federal integrante da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, atualmente regida pela Lei 11.784/08. 2. A progressão funcional tem previsão no art. 120 da Lei 11.784/08, cujo § 5º dispõe que, "Até que seja publicado o regulamento previsto no caput deste artigo, para fins de progressão funcional e desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, aplicam-se as regras estabelecidas nos arts. 13 e 14 da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006". 3. Trata-se de nítida condição suspensiva de eficácia no que toca às novas regras para o desenvolvimento na carreira em questão. Assim, enquanto pendente de regulamentação, não podem ser aplicados os demais parágrafos do dispositivo citado, de modo que a lei anterior, por remissão legal expressa, continua a reger a relação entre os docentes e as Instituições Federais de Ensino no que tange à progressão funcional e desenvolvimento na carreira. 4. Nesses termos, prevalecem as regras dos arts. 13 e 14 da Lei 11.344/06 relativamente ao período anterior ao advento do Decreto 7.806/12 (publicado no DOU de 18/09/2012), que atualmente regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. 5. É o caso dos autos, em que o servidor, detentor do título de especialista, ingressou na carreira na Classe D-I e pretende a progressão para a Classe D-II, situação prevista no inciso II do art. 13 da Lei 11.344/06 ("Art. 13. A progressão na Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus ocorrerá, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos de portaria expedida pelo Ministro de Estado da Educação: (...) II - de uma para outra Classe"), o que se fará independentemente de interstício, tal como preceitua o § 2º do mesmo art. 13 ("§ 2º - A progressão prevista no inciso II far-se-á, independentemente do interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtiver a titulação necessária, mas que esteja, no mínimo, há dois anos no nível 4 da respectiva Classe ou com interstício de quatro anos de atividade em órgão público, exceto para a Classe Especial"). Precedentes: AgRg no REsp 1.336.761/ES, 2ª T., Min. Herman Benjamin, DJe 10/10/2012; REsp 1.325.378/RS, 2ª T., Min. Humberto Martins, DJe 19/10/2012 REsp 1.325.067/SC, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJe 29/10/2012; AgRg no REsp 1.323.912/RS, 2ª T., Min. Humberto Martins, DJe 02/04/2013. 6. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/08. (REsp 1343128 / SC, Primeira Seção, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21/06/2013) (grifei)'.
A questão também foi uniformizada pela TNU nos termos do voto condutor do julgamento do Pedilef 5051162-83.2013.4.04.7100 (Relator Bruno Carrá, j 15/04/2015). Dessa forma, tenho que a jurisprudência desta TNU deve ser reafirmada no sentido de que a majoração do interstício para a progressão funcional instituída pela Lei n.° 11.501/2007 carece de auto-aplicabilidade, e, até o advento de tal regulamentação, tem de ser aplicado o requisito temporal ainda vigente, qual seja, de 12 (doze) meses".
6. Assim, conheço e dou provimento ao incidente de uniformização apresentado pela parte autora, reafirmando o entendimento desta TNU de que a majoração do interstício de 18 meses para a progressão funcional fixada na Lei 11.501/07 necessita de regulamentação, devendo ser aplicado o prazo de 12 meses ainda vigente, até que sobrevenha a respectiva norma regulamentadora. [...]".
Isso posto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente manejado pela parte autora para de-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

terminar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem a fim de adequar o julgado de acordo com as premissas jurídicas acima fixadas, especialmente no que se refere ao interstício para a progressão funcional (ART. 9º, X, do RI/TNU).
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 20 de julho de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PARCIAL PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator
PROCESSO:0004699-34.2012.4.01.3303
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:THAIANE ARAUJO LEITE
PROC./ADV.:EMÍLIA MELO SANTOS
OAB:BA-18180
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL/PROMOÇÃO. DISSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DESTA TNU (PEDILEF nº 50583858720134047100). INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO PARA FIM DE DETERMINAR O JUÍZO DE ADEQUAÇÃO DO JULGADO (ART. 9º, X, DO RI/TNU).
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte autora, ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia.
Na vertente, a Turma Recursal de origem entendeu que o prazo do interstício para a progressão funcional do servidor do INSS é o do art. 7º da Lei nº 11.501/07, que fixa o intervalo de 18 meses.
A parte autora, ora recorrente, sustenta no seu Pedido de Uniformização que o acórdão guerreado merece ser modificado, aduzindo que a Lei nº 11.501/07 tem eficácia limitada, necessitando de regulamentação para ser aplicada, inclusive com relação ao interstício do servidor. Junta paradigma de Turma Recursal de que a Seção Judiciária de Pernambuco, no sentido de que a Lei nº 5.645/70 é que deve regrar as progressões funcionais dos servidores, inclusive com relação ao intervalo de 12 meses.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
Em relação à matéria em comento, utilizo como razão de decidir acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização, Relatoria do MM Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, nos autos do PEDILEF nº 50583858720134047100 (DOU 09/10/2015, PÁGINAS 117/255), cujos excertos essenciais passo abaixo reproduzir:
"[...] 4. A controvérsia gira em torno da aplicabilidade, diante da ausência de regulamentação infralegal da matéria, da nova redação da Lei n.º 10.855/2004, conferida pelo art. 2º da Lei n.º 11.501/2007, que trata do desenvolvimento na Carreira do Seguro Social, prevendo interstício de dezoito meses de efetivo exercício.
Entendo que, se não regulamentados os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º da Lei n.º10.855/2004, com a redação da Lei n.º 11.501/2007, tem direito a autora a ver respeitado o interstício de 12 (doze) meses antes previsto, o qual, ante a situação delineada, deve ser considerado ainda vigente (TRF4, AC 5066425-58.2013.404.7100, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 18/06/2015).
Ou seja, a majoração do interstício para a progressão funcional instituída pela Lei n.° 11.501/2007 carece de auto-aplicabilidade, na medida em que há expressa determinação de que a matéria seja regulamentada. Dessa forma, até o advento de tal regulamentação, deve ser aplicado o requisito temporal ainda vigente, qual seja, de 12 (doze) meses.
Mutatis mutandis, é o que recentemente decidiu o Superior Tribunal de Justiça quanto à progressão funcional na carreira do magistério:
'ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CARREIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA. PROGRESSÃO FUNCIONAL. INTERSTÍCIO. PRESCINDIBILIDADE. LEI 11.784/2008. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que a progressão dos docentes da carreira do magistério básico, técnico e tecnológico federal será regida pelas disposições da Lei 11.344/2006, com duas possibilidades: por avaliação de desempenho acadêmico e por titulação, sem observância do interstício, até a publicação do regulamento (Decreto 7.806/2012). 2. Orientação reafirmada pela Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.343.128/SC. 3. Recurso Especial não provido. (REsp 1483938 / AL, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27/11/2014) (grifei)
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CARREIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA. REGRAS DE PROGRESSÃO. APLICABILIDADE DO ART. 120, § 5º, DA LEI N. 11.784/2008 E DAS REGRAS DE PROGRESSÃO DA LEI N. 11.344/2006 ATÉ O ADVENTO DA REGULAMENTAÇÃO (DECRETO N. 7.806/2012, DOU EM 18.9.2012). MATÉRIA JULGADA PELO REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS. RESP Nº 1.343.128/SC, REL. MIN. MAURO CAMPBELL. 1. A questão relativa à declaração do direito à progressão funcional por titulação, independentemente do preenchimento do interstício, foi definitivamente julgada pela 1ª Seção no REsp 1.343.128/SC, de relatoria do Min. Mauro Campbell, sob o regime dos recursos repetitivos -art. 543-C do CPC, na sessão de 12.6.2013 (acórdão não publicado), que confirmou o entendimento jurisprudencial do STJ. 2. Na hipótese dos autos, não se vislumbra nenhuma omissão, contradição ou obscuridade a ensejar a integração do julgado. Embargos rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1323912 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 01/08/2013) (grifei)
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CARREIRA DO MAGISTÉRIO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO. LEI 11.784/08. PROGRESSÃO FUNCIONAL. 1. Cinge-se a controvérsia dos autos sobre progressão funcional de servidor público federal integrante da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, atualmente regida pela Lei 11.784/08. 2. A progressão funcional tem previsão no art. 120 da Lei 11.784/08, cujo § 5º dispõe que, "Até que seja publicado o regulamento previsto no caput deste artigo, para fins de progressão funcional e desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, aplicam-se as regras estabelecidas nos arts. 13 e 14 da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006". 3. Trata-se de nítida condição suspensiva de eficácia no que toca às novas regras para o desenvolvimento na carreira em questão. Assim, enquanto pendente de regulamentação, não podem ser aplicados os demais parágrafos do dispositivo citado, de modo que a lei anterior, por remissão legal expressa, continua a reger a relação entre os docentes e as Instituições Federais de Ensino no que tange à progressão funcional e desenvolvimento na carreira. 4. Nesses termos, prevalecem as regras dos arts. 13 e 14 da Lei 11.344/06 relativamente ao período anterior ao advento do Decreto 7.806/12 (publicado no DOU de 18/09/2012), que atualmente regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. 5. É o caso dos autos, em que o servidor, detentor do título de especialista, ingressou na carreira na Classe D-I e pretende a progressão para a Classe D-II, situação prevista no inciso II do art. 13 da Lei 11.344/06 ("Art. 13. A progressão na Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus ocorrerá, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos de portaria expedida pelo Ministro de Estado da Educação: (...) II - de uma para outra Classe"), o que se fará independentemente de interstício, tal como preceitua o § 2º do mesmo art. 13 ("§ 2º - A progressão prevista no inciso II far-se-á, independentemente do interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtiver a titulação necessária, mas que esteja, no mínimo, há dois anos no nível 4 da respectiva Classe ou com interstício de quatro anos de atividade em órgão público, exceto para a Classe Especial"). Precedentes: AgRg no REsp 1.336.761/ES, 2ª T., Min. Herman Benjamin, DJe 10/10/2012; REsp 1.325.378/RS, 2ª T., Min. Humberto Martins, DJe 19/10/2012 REsp 1.325.067/SC, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJe 29/10/2012; AgRg no REsp 1.323.912/RS, 2ª T., Min. Humberto Martins, DJe 02/04/2013. 6. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/08. (REsp 1343128 / SC, Primeira Seção, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21/06/2013) (grifei)'.
A questão também foi uniformizada pela TNU nos termos do voto condutor do julgamento do Pedilef 5051162-83.2013.4.04.7100 (Relator Bruno Carrá, j 15/04/2015). Dessa forma, tenho que a jurisprudência desta TNU deve ser reafirmada no sentido de que a majoração do interstício para a progressão funcional instituída pela Lei n.° 11.501/2007 carece de auto-aplicabilidade, e, até o advento de tal regulamentação, tem de ser aplicado o requisito temporal ainda vigente, qual seja, de 12 (doze) meses".
6. Assim, conheço e dou provimento ao incidente de uniformização apresentado pela parte autora, reafirmando o entendimento desta TNU de que a majoração do interstício de 18 meses para a progressão funcional fixada na Lei 11.501/07 necessita de regulamentação, devendo ser aplicado o prazo de 12 meses ainda vigente, até que sobrevenha a respectiva norma regulamentadora. [...]".
Isso posto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente manejado pela parte autora para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem a fim de adequar o julgado de acordo com as premissas jurídicas acima fixadas, especialmente no que se refere ao interstício para a progressão funcional (ART. 9º, X, do RI/TNU).
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 20 de julho de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PARCIAL PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator
PROCESSO:5002139-23.2013.4.04.7213
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ANTONO FELICIO DE CASTRO
PROC./ADV.:LURDES RUCHINSKI LIMAS
OAB:SC-30724
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO IMPROVIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do E. STJ, sob a alegação de que a comprovação do tempo de serviço rural deve ser feita através da apresentação de início de prova material corroborada pela prova testemunhal.
2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
3. No caso dos autos, o acórdão recorrido procedeu à valoração dos aspectos abordados no recurso, conforme excerto a seguir transcrito: "Com base nas provas produzidas, penso não ser possível o reconhecimento já que, em relação ao período equivalente à carência, a prova documental se mostra escassa e prova testemunhal vaga, e esses fatos culminam por retirar a convicção de que a atividade rural foi efetivamente desempenhada ao tempo em questão.."
4. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.
ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
PROCESSO:5002624-77.2013.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ALEXANDRE QUIRINO DA SILVA
PROC./ADV.:GUSTAVO ROSENDO S. DE FREITAS
OAB:PR-55 408
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA
EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. LESÃO, AINDA QUE EM GRAU MÍNIMO, CONFERE DIREITO À OBTENÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE, NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTE COLEGIADO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 020 DESTA TNU. ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Paraná, que negou provimento a recurso inominado por ela interposto, não deferindo o benefício de auxílio-acidente, mesmo na hipótese de a redução da capacidade laboral ter sido mínima.
Sustenta, em síntese, que, segundo a lei previdenciária, o direito ao benefício de auxílio-acidente não está condicionado ao grau de incapacidade para o trabalho habitual.
Aponta como paradigma o REsp n.º 1.109.591 / SC.
2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
3. Segundo o STJ, a limitação da capacidade laborativa, mesmo que em mínimo grau, assegura o direito à percepção do auxílio-acidente:
PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. 1. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. 2. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. 3. Recurso especial provido. (REsp 1109591 / SC, Terceira Seção, Rel. Min. CELSO LIMONGI, DJe 08/09/2010) (grifei)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DISACUSIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Conforme decidido pela 3ª Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), "estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa -, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao obreiro, ao argumento de que o grau de disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler" (STJ, REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2009). II. No julgamento do Recurso Especial 1.109.591/SC, igualmente admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, para a concessão de auxílio-acidente, exige-se a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique a redução da capacidade laborativa, bem como que "O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão" (STJ, REsp 1.109.591/SC, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP),

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 08/09/2010). III. (...). IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 446477 / RJ, Segunda Turma, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 23/10/2014) (grifei)
Saliento que assim já decidimos nos autos do PEDILEF n.º 50044044120124047113 e em outros julgados:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO NEGADO PELA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL PARCIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente. 2. O aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria "necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida", além de apontar que há plena capacidade para a atividade atual, de modo que "o autor foi reabilitado para função diversa". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que. 4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 5. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e paradigma. 6. Isto porque se partiu do mesmo fato para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido entendeu-se que a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida não enseja a concessão do auxílio-acidente; já nos paradigmas (EDRESP. 104979/SP/STJ; Processo nº 00031447720074036317/1ª TR-SP; Processo nº 00352134520094036301, 2ª TR-SP), entendeu-se que a incapacidade plena para a atividade habitual dá ensejo ao recebimento do benefício previdenciário. 7. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 8. De início, consigno que no acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente, sob os seguintes fundamentos: "Necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida. No caso dos autos, do acidente resultou incapacidade para a atividade habitualmente exercida, de modo que não se justifica a concessão do benefício de caráter indenizatório. Ademais, o perito é bastante claro quanto à capacidade laboral para a função atual (motorista de caminhão), de modo que é possível concluir que, após o recebimento do auxílio-doença, o autor foi reabilitado para função diversa" "No caso, o autor, antes do acidente, exercia a função de auxiliar mecânico, para a qual ficou totalmente incapacitado, de acordo com as conclusões do perito (19 - LAUDPERI1). Ocorre que o auxílio-acidente é devido nos casos de REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL para a atividade habitualmente exercida quando da ocorrência do acidente. Trata-se de benefício de caráter indenizatório devido nos casos em que o segurado ainda tem condições de laborar na função anterior, porém, em razão do acidente, sofreu redução em sua capacidade para aquela atividade. In casu não houve mera redução e sim INCAPACIDADE LABORAL, o que não justifica o pagamento do auxílio-acidente" (em Embargos de Declaração não providos, sem grifos no original). 9. Vê-se, portanto, que o aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria necessária a incapacidade parcial, além de apontar que a parte-autora atualmente possui plena capacidade para a atividade diversa da exercida quando do acidente de trabalho. 10. No entanto, sobre o tema, observo que o STJ, no âmbito do RESP. 1.109.591/SC, sob o rito Representativo da Controvérsia, consolidou o entendimento de que, tratando-se de auxílio-acidente, é "de todo descabida a investigação quanto ao grau do prejuízo laboral". 11. Na oportunidade, apontou-se no voto do eminente Ministro Relator que: "O fato da redução ser mínima, ou máxima, reafirmo, é irrelevante, pois a lei não faz referência ao grau da lesão, não figurando essa circunstância entre os pressupostos do direito, de modo que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário verificar, apenas, se existe lesão decorrente da atividade laboral e que acarrete, no fim das contas, incapacidade para o trabalho regularmente exercido". 12. Entendeu a colenda Corte Especial que, "paralela à questão material", é preciso considerar, "a existência de sequela psíquica decorrente desses acidentes", donde se conclui facilmente que a concessão do auxílio-acidente, nos termos em que decidido pelo STJ, vincula-se não à ocorrência de incapacidade (circunstância cuja ocorrência que se torna dispensável), mas sim à ocorrência de dano, ainda que em grau mínimo. 13. Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pelo STJ, acima reproduzido, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 8º, X, do RI/TNU ("dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação") 14. Na hipótese, o dano está configurado, sendo incontroverso, tendo o benefício sido negado pela discussão quanto à extensão da incapacidade, circunstância que, como dito, não é elemento balizador da concessão/denegação do auxílio-acidente. 15. Neste sentido, decidiu este Colegiado: PEDILEF nº 50017838620124047108, rel. Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 07/05/2014. 16. Incidente de Uniformização conhecido e provido, para restabelecer o que contido na sentença proferida pelo JEF. (PEDILEF 50228995120124047108, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 10/07/2015, PÁGINAS 193/290) (grifei)
4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de Origem para adequação do julgado ao seguinte entendimento: de que a redução mínima da capacidade laborativa não impede a concessão do benefício de auxílio-acidente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002665-32.2013.4.04.7005
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:YOLANDA TEREZINHA JABLONSKI
PROC./ADV.:LEONARDO DOLFINI AUGUSTO
OAB:PR-28799
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pela MMa. Juíza Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Paraná, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o requerimento, nele veiculado, visava à nova apreciação de questão fática, o que não se ajusta às hipóteses de cabimento do Pedido de Uniformização (enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge de entendimento da Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF n. 2009.38.00704478-9). Aduz que a Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná teria mantido julgamento de improcedência de pedido para concessão de benefício de auxílio-doença, com a conversão em aposentadoria por invalidez, considerando a parte autora capaz para o trabalho, com base em laudo pericial, ao passo que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização é no sentido de que para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, as condições sociais e pessoais do segurado também devem ser consideradas.
3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
4. Em análise do recurso, verifico que a decisão agravada observou corretamente a orientação do enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU, uma vez que o acórdão prolatado, em julgamento de recurso inominado, aplicou o princípio do livre convencimento do magistrado diante das provas apresentadas e concluiu pela ausência de incapacidade laborativa da parte autora. A propósito, transcrevo o voto-ementa do julgado:
VOTO
Trata-se de ação visando à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.
A sentença julgou improcedente o pedido entendendo que a autora - 61 anos, vendedora ambulante e doméstica, portadora atrose cervical e lombar - não se encontra incapaz para o trabalho.
A parte autora interpõe recurso sustentando que a autora se encontra incapaz, fato comprovado pelos exames apresentados pela autora.
É o breve relatório.
Mantenho a sentença por seus próprios fundamentos (Lei 9.099/95, art. 46 c/c Lei 10.259/01, art. 1º), cumprindo destacar suas razões:
Os requisitos necessários para a concessão do benefício postulado estão previstos nos artigos 42 e 59 da Lei n.º 8.213/91:
Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Analisando detidamente o laudo pericial (evento 26), observo que a perícia concluiu que não há incapacidade laboral para a atividade referida e também não atestou incapacidade retroativa passível de concessão de benefício pelo INSS.
Em função desta conclusão técnica, a parte autora não faz jus ao benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.
Conforme se observa dos autos, o Juízo de origem embasou sua decisão em laudo pericial elaborado por profissional equidistante das partes e de sua confiança quanto à capacidade técnica e idoneidade para realização da perícia, que atestou não terem sido verificadas alterações clínicas incapacitantes para as atividades habituais da autora. Assim, a mera divergência entre as conclusões do perito judicial e dos documentos apresentados não enseja o afastamento das conclusões do expert, pois o profissional é justamente indicado para dirimir controvérsia entre as partes.
Anoto que a mera existência da doença não implica, necessariamente, no reconhecimento da incapacidade laborativa. Assim, se o nível de gravidade das patologias não acarretam impedimentos para o trabalho, a autora não faz jus ao benefício.
Condeno o recorrente vencido ao pagamento das custas e de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. A execução das custas e dos honorários deverá observar as prescrições da Lei nº 1.060/50, caso o recorrente vencido seja beneficiário de Assistência Judiciária.
Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
5. Posto isso, voto pelo não conhecimento do PEDILEF, de acordo com o enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5002695-43.2013.4.04.7013
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:VALDEMIR DOS REIS
PROC./ADV.:CLAUDIO ITO
OAB:PR-47606
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pela MMa. Juíza Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Paraná, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o requerimento, nele veiculado, visava à nova apreciação de questão fática, o que não se ajusta às hipóteses de cabimento do Pedido de Uniformização (enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge de entendimento do Superior Tribunal de Justiça (AgREsp 200801033003), da Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF n. 200770530040605, PEDILEF n. 20028014001490) e da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo (Processo n. 00025706020074036315). Aduz que a Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná teria mantido julgamento de improcedência de pedido para conversão de benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, considerando que existe a possibilidade de reabilitação da parte autora, ao passo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, da Turma Nacional de Uniformização e da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo é no sentido de que, para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, as condições sociais e pessoais do segurado devem ser consideradas.
3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
4. Em análise do recurso, verifico que a decisão agravada observou corretamente a orientação do enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU, uma vez que o acórdão prolatado, em julgamento de recurso inominado, aplicou o princípio do livre convencimento do magistrado diante das provas apresentadas e concluiu pela ausência de incapacidade laborativa total e permanente da parte autora, sopesando sua idade, seu nível escolar e grau de restrição imposta por sua doença. A propósito, transcrevo o voto-ementa do julgado:
VOTO
Trata-se de recurso da parte autora contra sentença que julgou improcedente o pedido de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.
A decisão recorrida, com base em laudo médico-pericial realizado em juízo, considerou que o autor, atualmente com 49 anos, diagnosticado como portador de Lesão de Ligamento Cruzado Anterior em ambos os joelhos (CID M23), está permanentemente incapaz para sua atividade habitual de caldeireiro desde 2009, mas com possibilidade de reabilitação e cirurgia curativa, não fazendo jus à conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.
O recorrente sustenta que deve ser feita a análise do contexto sócio-econômico para a verificação do caso concreto, não devendo o juiz ficar adstrito ao laudo pericial. Sustenta que suas condições pessoais devem ser levadas em conta na aferição da incapacidade, tais como idade, atividade desenvolvida e grau de instrução. Sustenta, ainda, que já passou por procedimento cirúrgico e que até o presente mo-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mento não houve melhora, tendo inclusive ocorrido o agravamento do seu quadro médico. Tendo em vista que a suposta recuperação depende de nova cirurgia, alega que seu quadro atual deve ser considerado definitivo ou permanente, não sendo razoável a concessão de aposentadoria só nas hipóteses extremas de invalidez. Requer a reforma da sentença a fim de ser concedido o benefício de aposentadoria por invalidez.
Razões do voto.
Não procede a alegação do autor de que estaria incapaz de forma total e permanente, pois a conclusão pericial é no sentido de que o autor está incapacitado para a sua atividade habitual, 'com reabilitação conforme realização de cirurgias' e que atualmente 'Pode realizar apenas atividade manual, sentado, com mínima deambulação no turno do trabalho.' (respostas aos quesitos 4 e 5 - LAU2 - evento 28).
Tais conclusões afastam a pretensão relativa à aposentadoria por invalidez, autorizando, apenas, a manutenção de auxílio-doença, devendo-se submeter o segurado à reabilitação profissional, especialmente recomendada no caso de pessoa ainda relativamente jovem, como no caso do autor (49 anos).
A prova pericial é realizada justamente para dar condições ao juiz de se pronunciar sobre a matéria fática colocada em debate nas hipóteses em que, para a apreensão de tal matéria, existe a necessidade de conhecimentos técnicos alheios ao Direito. Desta forma, tendo em conta o total desinteresse do perito em relação ao litígio, e respeitando-se, em todo caso, o livre convencimento motivado do juiz, é evidente que a sentença pode ser fundamentada na prova pericial, analisada em conjunto com as demais provas carreadas aos autos.
Conforme o entendimento do E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região 'enquanto houver esperança de reabilitação, por menor que seja, nenhuma tentativa deve ser desprezada, considerada a inesgotável capacidade de superação do ser humano, reservando-se a concessão precoce de aposentadoria por invalidez apenas para casos extremos, quando não houver a mínima possibilidade do exercício de atividade que garanta a subsistência do segurado.' (trecho do voto extraído dos autos AC 2004.72.10.000032-0, Quinta Turma, Relator Rômulo Pizzolatti, D.E. 23/06/2008)
O autor não possui idade avançada e, a despeito de possuir baixo grau de escolaridade (quarta série do ensino fundamental), a reabilitação para atividade laborativa compatível com suas limitações ainda é possível. E em que pese o autor não ser obrigado a se submeter a procedimento cirúrgico, tal forma de tratamento, segundo o perito, poderia ajudar o autor na recuperação de sua capacidade.
Assim, não se justifica, ao menos por ora, a implantação de aposentadoria por invalidez, para a qual se exige incapacidade total e permanente para o trabalho, sem perspectiva de reabilitação.
Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
5. Posto isso, voto pelo não conhecimento do PEDILEF, de acordo com o enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003026-52.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROC./ADV.:PROCURADORIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
OAB:-
REQUERIDO(A):GILMA SANTOS TRINDADE
PROC./ADV.:RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
OAB:RS-84273
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. PROGRESSÃO FUNCIONAL. RETROAÇÃO DOS EFEITOS FINANCEIROS. REQUERIMENTO "EM TEMPO HÁBIL". AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. ENTENDIMENTO DO STJ EM SENTIDO CONTRÁRIO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELA TNU. APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM N. 22 E 24 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela FURG (parte ré) em face de acórdão proferido pela 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, a qual negou provimento a recurso que visava reformar sentença que julgou procedente o pedido de pagamento dos valores da progressão funcional, retroativamente ao momento em que implementados os requisitos pela parte autora (professora integrante da carreira de Magistério Superior).
A decisão recorrida levou em conta o previsto na Resolução n. 022/2006 e 07/2012 do Conselho Universitário da FURG, considerando que não é razoável a administração impor aos servidores o ônus dos efeitos patrimoniais da progressão apenas a partir do requerimento.
A parte recorrente argumenta que as referidas resoluções estabelecem expressamente a necessidade de que o pagamento retroativo depende do requerimento "em tempo hábil". Como paradigma, traz dois julgados do STJ (AGRESP 599.756, DJe 09/11/2009; RESP 1041615, DJe 09/03/2009), que tratam do pagamento de valores atrasados a servidores aposentados, bem como acórdão da 5ª Turma Recursal de São Paulo (0037902-62.2009.403.6301), versando sobre progressão funcional de Policiais Federais.
Com contrarrazões, o recurso foi admitido pela Turma Recursal de origem.
É o breve relatório.
Essa Turma Nacional já teve a oportunidade de apreciar recurso exatamente com o mesmo teor, decidindo por não conhecer do incidente ao argumento de que: 1) os precedentes trazidos não possuem similitude fático-jurídica com o caso em apreço; 2) o STJ possui entendimento consolidado em sentido contrário ao pretendido pelo recorrente. Por brevidade, transcrevo o teor da decisão:
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS A CONTAR DO MOMENTO EM QUE IMPLEMENTADOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A PROGRESSÃO. ENTENDIMENTO DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
(...)
5. A FURG reconheceu administrativamente o direito do autor à progressão funcional a partir de 01/05/2008. Todavia, fundamentando sua postura em normas internas, a Universidade considera que os efeitos financeiros somente deram-se a contar de 08/01/2009. Ora, sendo a progressão um direito subjetivo surgido anteriormente ao ato administrativo que o declarou, é devido o recebimento das diferenças desde o momento em que implementados os requisitos necessários para a progressão (TRF4, AC 5005949-34.2011.404.7000, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 30/04/2015):
(...)
Neste sentido já votei em sessão da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região:
INCIDENTE REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. ENTENDIMENTO DA C. TRU DA 4ª REGIÃO E DA C. TNU. 1. Conquanto o E. TRF da 4ª Região já tenha decidido pela competência do juízo comum (5013362-78.2013.404.0000, Segunda Seção, Relator p/ Acórdão Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, D.E. 13/08/2013), a C. TRU da 4ª Região e a C. TNU tem jurisprudência firmada no sentido de que os efeitos financeiros da progressão funcional na carreira policial federal devem retroagir ao momento em que tiverem sido completados os cincos anos ininterruptos de efetivo exercício, reconhecendo, portanto, a competência dos juizados especiais federais para o processo e julgamento de ações que enfrentem tal temática (5063028-25.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão André de Souza Fischer, D.E. 07/08/2013; e PEDILEF 200971520054862, Rela. Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, DOU 15/03/2013). 2. Quando o acórdão indicado como paradigma já foi vencido na Turma de origem, não serve para demonstração da divergência (Questão de Ordem n.º 012 da C. TNU). 3. Não é de ser conhecido o incidente de uniformização quando o acórdão recorrido está em consonância com o apontado como paradigma, formado em juízo de retratação (5000466-22.2013.404.7107, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Osório Ávila Neto, D.E. 29/01/2014; 5005281-42.2011.404.7201, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Marcelo Malucelli, D.E. 29/05/2013; e 5002862-85.2012.404.7016, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Marina Vasques Duarte de Barros Falcão, D.E. 28/02/2013). 4. Incidente de Uniformização não conhecido. (5011512-96.2013.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Daniel Machado da Rocha, juntado aos autos em 14/04/2014) (grifei)
Da mesma forma vem entendendo esta Turma Nacional de Uniformização, conferindo aos agentes da Polícia Federal o direito à retroação dos efeitos financeiros da progressão funcional ao momento em que implementados os requisitos para tanto:
(...)
Por sua vez, o STF vem decidindo que a questão relativa aos efeitos financeiros da progressão funcional tem status infraconstitucional:
(...)
E, por fim, ao contrário do que afirma a FURG, o Superior Tribunal de Justiça não possui posição pacífica acerca do pagamento dos atrasados decorrentes de progressão funcional. Entretanto, a Terceira Seção tem reconhecido o direito do servidor às diferenças relativas à situação configuradora de desvio funcional, com base nos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria:
RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROFESSOR DESVIO DE FUNÇÃO. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. PRECEDENTES. ARTS 6º E 472 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 STF. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 458, II, E 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. DIFERENÇAS VENCIMENTAIS DE ACORDO COM O PADRÃO QUE SE ENQUADRARIA O SERVIDOR SE FOSSE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR CLASSE B. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. 1. Nos termos do artigo 219, caput e § 1º, do CPC e de acordo com a jurisprudência consolidada desta Corte, exceto nas hipóteses dos incisos II e III do artigo 267 do CPC, a citação válida em processo extinto sem julgamento do mérito importa na interrupção do prazo prescricional, que volta a correr com o trânsito em julgado da sentença de extinção do processo. Precedentes. 2. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal na hipótese de ausência de prequestionamento da questão federal suscitada nas razões do recurso especial. 3. Os artigos 458, II, e 535 do Código de Processo Civil não restam malferidos quando o acórdão recorrido utiliza fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, contradição ou obscuridade. 4. Nos casos de desvio de função, conquanto não tenha o servidor direito à promoção para outra classe da carreira, mas apenas às diferenças vencimentais decorrentes do exercício desviado, tem ele direito aos valores correspondentes aos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria caso efetivamente fosse servidor daquela classe, e não ao padrão inicial, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia e de enriquecimento sem causa do Estado. 5. Recurso especial de Leonilda Silva de Sousa provido e recurso especial do Estado do Amapá conhecido em parte e improvido." (REsp 1.091.539 AP, 3.ª Seção, Rel.ª Min.ª MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 30.03.2009; sem grifos no original) (grifei)
Então, se o STJ entende que devam ser pagos os atrasados desde o momento em que se configurou uma progressão funcional fática numa situação de desvio de função, com mais razão parece adequado reconhecer o direito a diferenças resultantes de uma progressão funcional verdadeira, desde o momento em que efetivamente se perfectibilizasse. Portanto, entendo que o pleito de uniformização veiculado pela Universidade ré não deve ser conhecido, uma vez que vai de encontro à orientação jurisprudencial desta TNU (Questão de Ordem n.º 013). Ademais, os paradigmas invocados pela FURG não se prestam para o conhecimento do incidente (Questão de Ordem n.º 022 desta TNU), porquanto não tratam especificamente acerca do termo inicial do pagamento de diferenças em razão de progressão funcional: versam, isso sim, sobre a revisão de proventos de servidor, o que não é exatamente o objeto deste processo.
5. Em face do exposto, o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) não deve ser conhecido.Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), nos termos do voto-ementa do Relator.
(PEDILEF 50036778420134047101, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 03/07/2015 PÁGINAS 116/223, deixou-se de transcrever o relatório e o teor de ementas citadas)
Assim, de acordo com o entendimento acima exposto, o pedido de uniformização não deve ser conhecido, com fulcro nas Questões de Ordem n. 22 e 24 da TNU.
Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de março de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003163-04.2013.4.04.7014
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CECILIO MAYER CRUZ
PROC./ADV.:SONIA DROZDA
OAB:PR-35506
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. REVISÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. INCLUSÃO DE ATIVIDADE RURAL NÃO POSTULADA ANTERIORMENTE NA VIA ADMINISTRATIVA. DECADÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela parte ré contra acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que deu parcial provimento ao recurso do INSS para declarar a decadência do direito de revisar a aposentadoria com a inclusão de atividade especial (01/11/91 a 19/03/93) e confirmou a sentença no ponto que versou sobre o direito de revisar com a inclusão de atividade rural (13/01/57 a 12/02/59), tendo em vista que esse pedido não havia sido apreciado na via administrativa.
2.Alega o INSS no incidente de uniformização que o direito à revisão está fulminado pelo curso do prazo decadencial. Argumenta que o art. 103 da Lei 8213/91 tratou sobre prazo decadencial, e não prescricional. E acrescenta que o prazo decadencial é aplicável ao ato de indeferimento.
3.Apresentou como paradigma a decisão da Turma Nacional de Uniformização (TNU) no PEDILEF 0507059-60.2008.4.05.8201. Outrossim, invocou a aplicação da Súmula 64, também da TNU.
4.Foi negado seguimento ao incidente de uniformização na Turma de origem.
5.Verifico que o acórdão declarou que não há decadência do direito à revisão quando é postulada a inclusão de períodos não analisados na via administrativa:
"(...) nas hipóteses em que o segurado busca a revisão da renda mensal inicial de seu benefício previdenciário com fundamento em fatos não submetidos à analise do INSS, ou em relação aos quais não há negativa expressa da Administração Previdenciária, ou seja, nos casos em que não se tem negativa inequívoca do INSS, a prescrição não alcança o fundo de direito, mas somente as parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da ação".
6.O precedente apresentado como paradigma pelo INSS trata sobre a incidência do prazo decadencial do art. 103 da Lei 8.213/91 - e não prescrição do fundo de direito - nos casos de revisão do ato de concessão. Assim, verifico que não há qualquer conflito entre os fundamentos do acórdão em cotejo com a decisão-paradigma.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7.De igual modo, a Súmula 64 da TNU foi cancelada em 18/06/15.
8.Sendo assim, não demonstrada a divergência jurisprudencial entre o acórdão e os paradigmas, não deve ser conhecido o pedido de uniformização.
9.Por todo o exposto, o voto é por não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização.
Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5003229-14.2013.4.04.7004
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:FÁTIMA DE JESUS MORAES GOMES
PROC./ADV.:LUIZ ADRIANO ZAGUINI
OAB:PR-53216
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. ENUNCIADO N. 78, DA SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS DO SEGURADO, PORTADOR DO VÍRUS HIV. QUESTÃO DE ORDEM N. 20, DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pela MMa. Juíza Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Paraná, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o requerimento, nele veiculado, visava à nova apreciação de questão fática, o que não se ajusta às hipóteses de cabimento do Pedido de Uniformização (enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização se que implique reexame de matéria de fato").
2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge de entendimento da Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF n. 0521906-61.2008.4.05.8300, PEDILEF n. 0047492-97.2008.4.03.6301, PEDILEF n. 0047492-97.2008.4.03.6301, PEDILEF n. 200783005052586, PEDILEF n. 005872-82.2010.4.01.3200 e PEDILEF n. 0507106-82.2009.4.05.8400), da Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás (Processo n. 2008.35.00.701789-8) e da Turma Recursal do Rio Grande do Norte (processo n. 0507106-68.2009.4.05.8400) Aduz que a 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná teria mantido julgamento de improcedência de pedido para concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença, com a conversão em aposentadoria por invalidez, considerando a parte autora capaz para o trabalho, com base em laudo pericial, ao passo que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, da Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás e da Turma Recursal do Rio Grande do Norte é no sentido de que o julgador deve analisar as condições pessoais do segurado, portador de HIV, para fins de concessão de benefício previdenciário por incapacidade.
3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
4. Em análise do recurso, verifico que a recorrente delimitou adequadamente a existência de dissídio jurisprudencial entre o acórdão impugnado, no qual se afirmou que a ausência de constatação de incapacidade pelo perito judicial dispensava a aferição das condições sociais e pessoais do segurado, portador do vírus HIV, na análise do requerimento para concessão de benefício por incapacidade, ao passo que os acórdãos paradigmas teriam se alinhado ao entendimento de que o julgador deveria proceder à análise conjunta do quadro clínico, das condições pessoais e sociais do segurado, a fim de verificar a existência de real incapacidade para o trabalho. Portanto, presentes os demais pressupostos processuais, conheço o Pedido de Uniformização e passo à análise do seu mérito.
5. A parte autora, nascida em 28/12/1956, residente e domiciliada no interior do estado do Paraná, diarista, não alfabetizada, formulou pedido para concessão de benefício por incapacidade, em decorrência das doenças e complicações derivadas do vírus HIV. O perito judicial consignou, em seu laudo, que a demandante era portadora do vírus HIV, nódulo na tireóide, hipertensão arterial e sofria frequente mal estar; o que, contudo, não acarretava incapacidade para seu trabalho habitual. A magistrada sentenciante julgou o pedido improcedente, embasada nas conclusões do especialista nomeado. A Turma Recursal de origem negou provimento ao recurso inominado interposto pela parte autora, tendo aduzido que: "3) Sem a constatação, por exame médico, de que a parte autora sofre de ao menos alguma limitação ou incapacidade parcial para o labor habitual, mostra-se descabida a concessão de qualquer benefício por incapacidade, daí porque chamar a atenção para suas condições pessoais (tais como classe social, grau de instrução, idade), no presente caso, não serve para mudar a sorte da demanda."
6. Contudo, ao proceder ao cotejo entre o acórdão impugnado e os paradigmas indicados, sublinho que esta Turma Nacional de Uniformização consolidou posicionamento favorável à necessidade da análise do quadro clínico do segurado, portador de vírus HIV, em conjunto com as suas condições pessoais, econômicas, culturais e sociais para aferir sua efetiva capacidade para o trabalho. Embora o avanço científico tenha permitido o desenvolvimento de terapias que propiciem melhor qualidade de vida ao doente, não devem ser ignoradas as complicações relacionadas ao tratamento e o preconceito frequentemente enfrentado pelos portadores do vírus HIV, especialmente quando suas condições pessoais tornem mais difícil a obtenção de emprego ou a prestação de serviços que assegurem sua subsistência. A importância de tal análise, à luz dos elementos fáticas próprios a cada demanda, é expressa no enunciado n. 78, da súmula da jurisprudência da TNU: "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença".
7. Da leitura do acórdão atacado, verifico que o exame das condições pessoais, sociais, econômicas e culturais da parte autora não foi efetuado, motivo por que o acórdão deve ser anulado para que seja proferido novo julgamento adequado à orientação veiculada pelo enunciado n. 78, da súmula da jurisprudência da TNU. Porém, ante a exigência de nova avaliação de provas, os autos devem retornar ao Juizado de origem para que seja novamente aberta a instrução processual, com a subsequente prolação de nova sentença, de acordo com a Questão de Ordem n. 20, deste Colegiado.
8. Posto isso, voto pelo conhecimento e parcial provimento do PEDILEF, nos termos do art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01, para declarar a nulidade do acórdão e da sentença proferida, e determinar a remessa dos autos ao Juizado de origem, para que seja novamente aberta a instrução processual, com a subseqüente prolação de nova sentença, de acordo com a Questão de Ordem n. 20, da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003570-28.2013.4.04.7105
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ARCELI MASSALAI
PROC./ADV.:RAQUEL KELLY DE AGUIAR SARTORI
OAB:RS-55 481
PROC./ADV.:JEFERSON PETTENON
OAB:RS-77752
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO. INCIDÊNCIA DE MULTA E JUROS. PERÍODO ANTERIOR À EDIÇÃO DA MP 1.523, DE 11/10/96. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pelo INSS contra acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que confirmou a sentença na qual foi declarada indevida a incidência de multa e juros sobre as contribuições recolhidas a destempo, relativamente ao período de atividade como segurado especial (01/10/74 a 31/01/77).
2.No incidente de uniformização, argumenta o INSS que a decisão teria sido proferida em contrariedade ao entendimento predominante do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ).
3.Traz como paradigmas decisões do Superior Tribunal de Justiça.
4.O incidente de uniformização foi admitido na origem.
5.O paradigma indicado não se mostra válido para o conhecimento do incidente.
6.A sentença - confirmada pelo acórdão - considerou que, segundo o entendimento do STJ, somente a partir da Medida Provisória n.º 1.523/96, que inseriu § 4º no art. 45 da Lei de Custeio, é que se passou a admitir a incidência dos consectários financeiros sobre o recolhimento de contribuições em atraso. Leia-se o conteúdo da decisão:
"Sobre a matéria em debate, a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da Quarta Região e também a do Superior Tribunal de Justiça têm consagrado o entendimento de que, apenas a partir da data da inserção do §4.º no artigo 45 da Lei de Custeio (posteriormente revogado pela Lei Complementar n.º 128/2008), pela Medida Provisória n.º 1.523, de 11/10/1996, convertida na Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, admite-se a incidência dos consectários sobre os valores a que ele se refere.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes arestos (sem destaques nos originais)
PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO. ART. 45, § 4º, DA LEI N.8.212/1991. BASE DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. PERÍODO ANTERIOR À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.523/1996. JUROS E MULTA INCABÍVEIS. 1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que somente a partir da edição da MP 1.523, de 11/10/96, que acrescentou o § 4º ao art. 45 da Lei 8.212/91, é que se tornou exigível a incidência de juros moratórios e multa nas contribuições pagas em atraso. 2. Agravo regimental desprovido. (STJ, Agravo Regimental no Agravo 1049950/SP, Relator Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), Sexta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe 01/07/2011)
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM ATRASO. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS E MULTA SOMENTE A PARTIR DA EDIÇÃO DA MP N.º 1.523/96. 1. O art. 45 da Lei n.º 8.212/91 assim dispõe, in verbis: 'Art. 45. O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados: § 1° Para comprovar o exercício de atividade remunerada, com vistas à concessão de benefícios, será exigido do contribuinte individual, a qualquer tempo, o recolhimento das correspondentes contribuições. § 2° Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o parágrafo anterior, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos 36 (trinta e seis) últimos salários-de-contribuição do segurado. [...] § 4° Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2° e 3° incidirão juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.' 2. A obrigatoriedade imposta pelo § 4º do art. 45 da Lei n.º 8.212/91 quanto à incidência de juros moratórios e multa no cálculo das contribuições previdenciárias, referentes ao cômputo de tempo de serviço para fins de aposentadoria, somente é exigível a partir da edição da Medida Provisória n.º 1.523/96, que, conferindo nova redação à Lei da Organização da Seguridade Social e Plano de Custeio, acrescentou-lhe o referido parágrafo. (Precedentes: REsp 541.917/PR, Primeira Turma, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 27/09/2004; AgRg no Ag 911.548/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/12/2007, DJe 10/03/2008; REsp 479.072/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2006, DJ 09/10/2006; REsp 774.126/RS, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 05/12/2005) 3. Isto porque, inexistindo previsão legal de incidência de juros e multa em período pretérito à edição da Medida Provisória 1.523/96, incabível a retroatividade da lei previdenciária prejudicial ao segurado. 4. In casu, o período pleiteado estende-se de 10/1971 a 07/1986, sendo anterior à edição da citada Medida Provisória, por isso que devem ser afastados os juros e a multa do cálculo das contribuições previdenciárias pagas em atraso. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ, Agravo Regimental no Recurso Especial 1143979/SP, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 21/09/2010, DJe 05/10/2010.)
PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM RECÍPROCA. ART. 45, §§ 3º e 4º, DA LEI N. 8.212/1991. BASE DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. PERÍODO ANTERIOR À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.523/1996. JUROS E MULTA INCABÍVEIS. 1. A respeito da cobrança das contribuições não pagas em época própria, para fins de contagem recíproca, dispõe a Lei de Custeio (8.212/1991), em seu artigo 45, § 3º, que a base de incidência será a remuneração sobre a qual incidem as contribuições para o regime específico de previdência social a que estiver filiado o interessado, ou seja, a atual remuneração do autor. 2. O § 4º, introduzido pela Medida Provisória n. 1.523/1996, convertida na Lei n. 9.528/1997, determina que sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º incidirão juros moratórios de um por cento ao mês e multa de dez por cento. 3. Atualmente, a legislação alterada pela Lei Complementar n. 123, de 2006, prevê limitação até o percentual máximo de cinqüenta por cento. 4. A
jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a exigência de juros e multa somente tem lugar quando o período a ser indenizado é posterior à edição da Medida Provisória n. 1.523/1996. 5. Recurso especial parcialmente provido. (STJ, Recurso Especial n. 889095/SP, Relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 13/10/2009.)
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. RECOLHIMENTO EXTEMPORÂNEO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS E MULTA SOMENTE A PARTIR DA EDIÇÃO DA MP 1.523/96. 1. É firme a orientação desta Corte no sentido de que inexistindo previsão de juros e multa em período anterior à edição da MP 1.523/96, ou seja, a 11/10/1996, não pode haver retroatividade da lei previdenciária para prejudicar os segurados, razão pela qual devem ser afastados os juros e a multa do cálculo da indenização no referido período. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, Agravo Regimental no Agravo n. 1078841/RS, Relator Ministro Celso Limongi [Desembargador convocado do TJ/SP], Sexta Turma, DJe de 08/06/2009, destaquei.)
PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS INFRINGENTES. AUTÔNOMO. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES. PERÍODO PRETÉRITO. FORMA DE CÁLCULO. JUROS MORATÓRIOS E MULTA . 1. São devidos juros de mora e multa sobre contribuições recolhidas com atraso, por autônomos, para fins de reconhecimento de tempo de serviço, apenas a partir da edição da MP nº 1.523, de 11/10/1996, posteriormente convertida na Lei nº 9528/97, que acrescentou o § 4º, ao artigo 45, da Lei nº 8212/91. 2. Precedentes do STJ. (TRF4, Embargos Infringentes em Apelação Cível n. 2001.71.05.005476-1/RS, Relator Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, Terceira Seção, D.E. de 17/09/2009, destaquei.)
Assim, diante do acima exposto, entendo que assiste razão à Parte Autora, motivo pelo qual não deve o INSS incluir, nas parcelas devidas a título de contribuição em atraso referente ao período postulado, a cobrança de juros moratórios e multa."
7.Os paradigmas apresentados pelo recorrente tratam de situação diversa. Versam sobre a indenização de contribuições não pagas para fins de contagem recíproca, com a respectiva emissão de certidão de tempo de contribuição, e sobre a necessidade de pagamento de multa e juros, conforme o art. 45 da Lei 8.212/91, porém sem especificar a partir de que momento a legislação passou a exigir tais recolhimentos. Com efeito, é certo que, a partir da alteração inserida com a Medida Provisória n.º 1.523/96, os recolhimentos previdenciários em atraso tiveram que ser acrescidos de multa e juros.
8.Sendo assim, entendo que não há dissídio jurisprudencial e o pedido de uniformização não merece ser conhecido.
9.O voto é por não conhecer do incidente de uniformização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização.
Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5004060-65.2013.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:APARECIDA BERNARDINA DA SILVA NASCIMENTO e OUTROS
PROC./ADV.:RUBENS PEREIRA DE CARVALHO
OAB:PR-16794
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE TRABALHO DO PRETENSO INSTITUIDOR RECONHECIDO EM SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. NECESSIDADE DE EXAME DAS DEMAIS PROVAS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de demanda em que se pretende a condenação do INSS na concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em razão do óbito de João Tenório do Nascimento Neto, esposo e pai dos autores, ocorrido em 26/07/2007.
2. A sentença (evento 170) foi de improcedência ao fundamento de que não ficou comprovada a qualidade de segurado do falecido. Consta na sentença que "o acordo homologado na Justiça Trabalhista não constitui prova plena da relação de emprego alegada na inicial, demandando ser corroborado por documentos e prova oral. Para fazer prova da qualidade de segurado, a parte autora juntou nestes autos os seguintes documentos: A) 26/07/07 - Certidão de óbito de João Tenório do Nascimento Neto, onde consta sua profissão de pedreiro B) 01/03/07 a 30/04/07 - CTPS emitida em 10/07/07, onde consta vínculo como pedreiro com o empregador Durval da Silva Reis C) 2008 - Termo de audiência realizada perante a Justiça do Trabalho, em que foi feita conciliação entre o Espólio de João Tenório do Nascimento Neto e Durval da Silva Reis. Por meio de Carta Precatória expedida por este Juízo, foram ouvidas duas testemunhas. (...). Analisando as provas produzidas neste processo, tenho que não restou comprovada a condição de empregado do "de cujus" na época de seu falecimento. O seu suposto empregador, apesar de ter realizado acordo com a autora na esfera trabalhista, atestou categoricamente perante o Juízo Deprecante que o Sr. João Tenório não era seu empregado, apenas tendo feito para ele alguns "bicos" como assentador de lajotas. Por sua vez, a testemunha Nadir Aparecida Belini pouco soube informar acerca do trabalho do falecido, nada acrescentando à demanda. Não vejo, pois, como amparar a pretensão da parte autora. Repito, por oportuno, os argumentos utilizados pelo Ministério Público Federal, em sua manifestação pela improcedência do feito: "Assinale-se, ainda, que as testemunhas ouvidas por carta precatória (evento 82) não produziram elemento de prova suficiente a respaldar o vínculo empregatício reconhecido perante a Justiça do Trabalho por meio de sentença homologatória de acordo. O próprio empregador, Durval da Silva Reis, declarou que o falecido apenas lhe prestou serviços por 10 (dez) dias, fazendo bicos de pedreiro na construção de um barracão, não tendo sido seu empregado ou contratado por empreitada. Que este somente assentava lajotas e recebia por hora, resultando, no máximo, em R$ 25,00 por dia (evento 82 - AUDIOMP31 e AUDIOMP32). Afirmou, ainda, que apenas reconheceu o aludido vínculo perante a Justiça do Trabalho por se sentir, à época, pressionado pelos advogados contratados pela esposa do de cujus, tendo então assinado a CTPS e reconhecido 2 (dois) meses de relação empregatícia. A outra testemunha, Sra. Nadir Aparecida Belini, era vizinha da esposa do falecido e apenas sabia o que esta lhe falou, pouco contribuindo para comprovação da qualidade de segurado (evento 82 - AUDIOMP33). Com efeito, a prova produzida perante este Juízo Federal não corroborou o acordo homologado por sentença na Justiça do Trabalho, não reconhecendo o vínculo empregatício e a qualidade de segurado do de cujus". Conseqüentemente, a parte autora não faz jus à pensão por morte, nos termos do art. 74 da Lei 8.213/91".
3. A Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos (eventos 217 e 218).
4. Os requerentes apresentaram incidente de uniformização nacional (evento 250) alegando:
- divergência jurisprudencial entre o julgado da Turma Recursal do Paraná e o entendimento adotado por Tribunais Regionais Federais de diferentes regiões;
- divergência do entendimento adotado pela TNU (PEDILEF nº 2004.35.00.715567-0, Rel. Juiz Federal Urbano Leal Berquó Neto, julgamento em 01/06/2004; PEDILEF nº 2006.72.95.015678-1, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, julgamento em 24/04/2009).
- e que "ao contrário do que entendeu o Tribunal a quo, a Reclamação Trabalhista movida pelo espólio em face do seu então empregador Durval da Silva Reis, que foi devidamente apresentada nos autos comprovou inequivocamente o vínculo laboral, sendo prova plena e robusta a comprovar o vínculo do "De cujus" junto a seu empregador".
5. O incidente foi inadmitido na origem (evento 273) ao fundamento de que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento firmado pelo STJ e pela TNU, aplicando-se ao caso a Questão de Ordem nº 13 da TNU.
6. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo (evento 287), encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
7. Voto pelo não provimento do agravo interposto.
8. O acórdão da Turma Recursal do Paraná está de acordo com a jurisprudência uniformizada por esta Turma Nacional, no sentido de que a sentença homologatória de acordo trabalhista pode ser considerada como início de prova material desde que ratificada por outros elementos de prova. Confira-se: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. NEGATIVA POR AUSÊNCIA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE TRABALHO DO PRETENSO INSTITUIDOR RECONHECIDO EM SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXAME DAS DEMAIS PROVAS. NECESSIDADE. SÚMULA 31 DA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. (...) 11. A Súmula 31 desta TNU prescreve que "a anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários". 12. Definindo-se a anotação na CTPS por força de sentença trabalhista como início de prova material, a conclusão a que se chega é no sentido da possibilidade de prova em instrução ou outros meios probatórios que a ratifique. 13. Na hipótese, verifica-se que a Turma Recursal de origem negou o pedido de pensão por morte entendendo que, em conformidade com a sentença, na data do óbito do instituidor (em 09.04.2007), este não detinha mais a condição de segurado, desconsiderando o vínculo trabalhista homologado em acordo na Justiça do Trabalho (entre 06.06.2001 e 30.06.2005), sem oportunizar à parte a produção de prova complementar. 14. Assim, a tese que se ratifica é que a anotação da CTPS por força de sentença trabalhista homologatória constitui-se em início de prova material para fins previdenciários, demandando, porém, o exame de elementos de provas seja na seara trabalhista que se prolatou o julgado ou na ação previdenciária, de forma ratificadora do vínculo trabalhista. (...)." (PEDILEF nº 5004045-38.2014.4.04.7108, Relator Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 09/10/2015 - grifos nossos).
9. No presente caso, a sentença homologatória do acordo trabalhista foi considerada pelo acórdão recorrido, mas outros elementos colhidos durante a fase de instrução, notadamente a prova testemunhal, não corroboraram o vínculo empregatício nela reconhecido. Conforme se depreende da leitura da sentença, cujos fundamentos foram incorporados ao acórdão recorrido, o suposto empregador do falecido, "apesar de ter realizado acordo com a autora na esfera trabalhista, atestou categoricamente perante o Juízo Deprecante que o Sr. João Tenório não era seu empregado, apenas tendo feito para ele alguns "bicos" como assentador de lajotas.". Consta, também, que o suposto empregador "apenas reconheceu o aludido vínculo perante a Justiça do Trabalho por se sentir, à época, pressionado pelos advogados contratados pela esposa do de cujus, tendo então assinado a CTPS e reconhecido 2 (dois) meses de relação empregatícia."
10. Assim, considerando que o entendimento adotado no acórdão recorrido está de acordo com o posicionamento consolidado desta TNU, incide, na espécie, a Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
11. VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5004164-40.2012.4.04.7117
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:LENEOMAR ANTONIO MADER
PROC./ADV.:JOÃO FRANCISCO ZANOTELLI
OAB:RS-64 647
PROC./ADV.:GUSTAVO FOLTZ LACCHINI
OAB:RS-64 613
PROC./ADV.:MARCELO GOELLNER
OAB:RS-76641
PROC./ADV.:KARINE FALKENBACH FERREIRA
OAB:RS-81030
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

RECURSO INOMINADO FORMULADO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIDA A MANIFESTAÇÃO COMO PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. LESÃO, AINDA QUE EM GRAU MÍNIMO, CONFERE DIREITO À OBTENÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE, NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTE COLEGIADO. ENTRETANTO, NO CASO EM TELA, NÃO HÁ INCAPACIDADE EM NENHUM GRAU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de recurso formulado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, com o seguinte teor:
VOTO
Trata-se de recurso interposto pela parte autora contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados na petição inicial.
Irresignada, postula a parte autora a concessão do benefício de auxílio-acidente desde a data do cancelamento do benefício de auxílio-doença.
Apresentadas as contrarrazões, vieram os autos conclusos.
Passo à análise do feito.
I - Auxílio-acidente
O benefício de auxílio-acidente é devido nas seguintes situações: (a) quando ficar comprovado que o segurado padece de seqüela redutora da capacidade de exercer a sua ocupação habitual (IUJEF 0001929-79.2009.404.7057, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator Joane Unfer Calderaro, D.E. 01/10/2012); e (b) se o segurado apresenta redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia devido à sequela decorrente de acidente, sendo imprescindível a demonstração do nexo de causalidade entre a redução de natureza permanente da capacidade laborativa e a atividade profissional desenvolvida à época do infortúnio, irrelevante a possibilidade de reversibilidade da doença (IUJEF 0001929-79.2009.404.7057, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator Joane Unfer Calderaro, D. E. 01/10/2012).
Em outras palavras, quatro são os requisitos para a concessão de auxílioacidente: (a) qualidade de segurado; (b) a superveniência de acidente de qualquer natureza; (c) a redução parcial e definitiva da capacidade para o trabalho habitual; e (d) o nexo causal entre o acidente a redução da capacidade. Dessa forma, ausente prova de redução parcial da capacidade de trabalho, ainda que mínima, inviável a concessão do benefício (5000573-88.2012.404.7111, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator André Luís Medeiros Jung, D.E. 19/02/2013).
No caso dos autos, o médico perito (evento 41 - LAU1) concluiu pela inexistência de redução da capacidade laboral decorrente de acidente de qualquer natureza, motivo pelo qual a parte autora não faz jus ao recebimento do benefício de auxílio-acidente.
Saliento que, conforme jurisprudência dominante do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nas ações que tratam de auxílio-acidente, o julgador firma seu convencimento, em regra, com base na prova pericial:
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. 1. Tratando-se de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença ou auxílio-acidente, o Julgador firma sua convicção, via de regra, por meio da prova pericial. 2. Estando comprovada a existência de sequelas resultantes de acidente que resultaram na redução da capacidade laboral do autor, conclui-se que faz jus ao benefício de auxílio-acidente. (TRF4, REOAC 0013475-93.2013.404.9999, Sexta Turma, Relator Celso Kipper, D.E. 03/12/2013).
Assim, voto por negar provimento ao recurso da parte autora.
II - Decisão
Diante disso, a sentença deve ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/1995, combinado com art. 1º da Lei 10.259/2001. Os fundamentos do acórdão, pois, são os mesmos fundamentos da sentença, onde todas as alegações já foram analisadas.
A decisão da Turma Recursal assim proferida, no âmbito dos Juizados Especiais, é suficiente para interposição de quaisquer recursos posteriores.
O prequestionamento é desnecessário no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Isso porque o art. 46 da Lei 9.099/1995 dispensa a fundamentação do acórdão. Com isso, nos pedidos de uniformização de jurisprudência não há qualquer exigência de que a matéria tenha sido prequestionada. Para o recebimento de Recurso Extraordinário, igualmente, não se há de exigir, tendo em vista a expressa dispensa pela lei de regência dos Juizados Especiais, o que diferencia do processo comum ordinário.
Todavia, para evitar embargos futuros, dou por expressamente prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes nos presentes autos, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal, respeitadas as disposições do art. 14, caput e parágrafos, e art. 15, caput, da Lei 10.259/2001. A repetição dos dispositivos é desnecessária, a fim de não causar tautologia.
Importa destacar que 'o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema' (STJ, Resp 717265, DJ de 12/03/2007, p. 239).
Em assim sendo, rejeito todas as alegações que não tenham sido expressamente refutadas nos autos, porquanto desnecessária sua análise para chegar à conclusão alcançada.
O voto é por negar provimento ao recurso da parte autora, condenando-a ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, sendo que a exigibilidade de ambas as obrigações resta suspensa caso beneficiária de Assistência Judiciária.
Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso interposto pela parte autora.
Sustenta a parte autora, em síntese, que: (a) no presente caso, é evidente que existe redução da capacidade laborativa, ainda que em menor grau; e (b) nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o grau de redução da capacidade laborativa não interfere na concessão do auxílio-acidente.
Aponta como paradigmas julgados do STJ (AgRg no Ag 1.385.831 / SC, AgRg no Ag 1.192.967 / SP e AgRg no Ag 1.310.304 / SP).
2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
3. Considerando o caráter acentuadamente objetivo dos incidentes de uniformização, não há impedimento para a análise deste incidente. E,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

mutatis mutandis, é o que decidiu o STJ por meio de sua Corte Especial, quando afirmou que o Ministro que participou do julgamento do recurso especial não estaria impedido de analisar os embargos de divergência:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. NULIDADE. IMPEDIMENTO DE MINISTRO QUE PARTICIPOU DO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL PARA JULGAR EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 557, § 2º, DO CPC. ACÓRDÃOS PARADIGMAS. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. I - Os embargos de divergência são julgados pela integralidade dos membros que compõem a c. Corte Especial, não se reconhecendo qualquer impedimento de Ministro que tenha atuado no julgamento do recurso especial. Precedente: EDcl no AgRg nos EREsp 198.761/DF, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 19/3/2001. II - A comparação entre acórdãos para o fim de demonstrar o dissídio jurisprudencial (no caso específico: sobre a aplicação da multa do art. 557, § 2º, do CPC) pressupõe a existência de similitude fática entre os casos confrontados, assim como a demonstração da adoção de teses jurídicas distintas em cada qual, circunstância que não se verifica, porém, na espécie. Embargos de declaração parcialmente acolhidos para sanar omissão, sem atribuição de efeitos modificativos. (EDcl no AgRg nos EREsp 1137553 / SP, Corte Especial, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJe 06/06/2011) (grifei)
4. Embora a parte autora tenha denominado sua petição de "recurso inominado", em virtude do princípio da fungibilidade, recebo a manifestação como incidente nacional de uniformização de jurisprudência.
5. Segundo o STJ, a limitação da capacidade laborativa, mesmo que em mínimo grau, assegura o direito à percepção do auxílio-acidente:
PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. 1. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. 2. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. 3. Recurso especial provido. (REsp 1109591 / SC, Terceira Seção, Rel. Min. CELSO LIMONGI, DJe 08/09/2010) (grifei)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DISACUSIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Conforme decidido pela 3ª Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), "estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa -, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao obreiro, ao argumento de que o grau de disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler" (STJ, REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2009). II. No julgamento do Recurso Especial 1.109.591/SC, igualmente admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, para a concessão de auxílio-acidente, exige-se a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique a redução da capacidade laborativa, bem como que "O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão" (STJ, REsp 1.109.591/SC, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 08/09/2010). III. (...). IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 446477 / RJ, Segunda Turma, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 23/10/2014) (grifei)
Saliento que assim já decidimos nos autos do PEDILEF n.º 50044044120124047113 e em outros julgados:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO NEGADO PELA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL PARCIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente. 2. O aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria "necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida", além de apontar que há plena capacidade para a atividade atual, de modo que "o autor foi reabilitado para função diversa". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que. 4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 5. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e paradigma. 6. Isto porque se partiu do mesmo fato para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido entendeu-se que a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida não enseja a concessão do auxílio-acidente; já nos paradigmas (EDRESP. 104979/SP/STJ; Processo nº 00031447720074036317/1ª TR-SP; Processo nº 00352134520094036301, 2ª TR-SP), entendeu-se que a incapacidade plena para a atividade habitual dá ensejo ao recebimento do benefício previdenciário. 7. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 8. De início, consigno que no acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente, sob os seguintes fundamentos: "Necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida. No caso dos autos, do acidente resultou incapacidade para a atividade habitualmente exercida, de modo que não se justifica a concessão do benefício de caráter indenizatório. Ademais, o perito é bastante claro quanto à capacidade laboral para a função atual (motorista de caminhão), de modo que é possível concluir que, após o recebimento do auxílio-doença, o autor foi reabilitado para função diversa" "No caso, o autor, antes do acidente, exercia a função de auxiliar mecânico, para a qual ficou totalmente incapacitado, de acordo com as conclusões do perito (19 - LAUDPERÍ1). Ocorre que o auxílio-acidente é devido nos casos de REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL para a atividade habitualmente exercida quando da ocorrência do acidente. Trata-se de benefício de caráter indenizatório devido nos casos em que o segurado ainda tem condições de laborar na função anterior, porém, em razão do acidente, sofreu redução em sua capacidade para aquela atividade. In casu não houve mera redução e sim INCAPACIDADE LABORAL, o que não justifica o pagamento do auxílio-acidente" (em Embargos de Declaração não providos, sem grifos no original). 9. Vê-se, portanto, que o aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria necessária a incapacidade parcial, além de apontar que a parte-autora atualmente possui plena capacidade para a atividade diversa da exercida quando do acidente de trabalho. 10. No entanto, sobre o tema, observo que o STJ, no âmbito do RESP. 1.109.591/SC, sob o rito Representativo da Controvérsia, consolidou o entendimento de que, tratando-se de auxílio-acidente, é "de todo descabida a investigação quanto ao grau do prejuízo laboral". 11. Na oportunidade, apontou-se no voto do eminente Ministro Relator que: "O fato da redução ser mínima, ou máxima, reafirmo, é irrelevante, pois a lei não faz referência ao grau da lesão, não figurando essa circunstância entre os pressupostos do direito, de modo que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário verificar, apenas, se existe lesão decorrente da atividade laboral e que acarrete, no fim das contas, incapacidade para o trabalho regularmente exercido". 12. Entendeu a colenda Corte Especial que, "paralela à questão material", é preciso considerar, "a existência de sequela psíquica decorrente desses acidentes", donde se conclui facilmente que a concessão do auxílio-acidente, nos termos em que decidido pelo STJ, vincula-se não à ocorrência de incapacidade (circunstância cuja ocorrência que se torna dispensável), mas sim à ocorrência de dano, ainda que em grau mínimo. 13. Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pelo STJ, acima reproduzido, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 8º, X, do RI/TNU ("dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação") 14. Na hipótese, o dano está configurado, sendo incontroverso, tendo o benefício sido negado pela discussão quanto à extensão da incapacidade, circunstância que, como dito, não é elemento balizador da concessão/denegação do auxílio-acidente. 15. Neste sentido, decidiu este Colegiado: PEDILEF nº 50017838620124047108, rel. Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 07/05/2014. 16. Incidente de Uniformização conhecido e provido, para restabelecer o que contido na sentença proferida pelo JEF. (PEDILEF 50228995120124047108, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 10/07/2015, PÁGINAS 193/290) (grifei)
Contudo, no presente caso, não é de ser aplicado o entendimento jurisprudencial exposto supra, porquanto, na hipótese em análise, não há incapacidade em nenhum grau.
6. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5004251-93.2012.4.04.7117
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:IDALINA SALETE STRAPAZZON BOLLER
PROC./ADV.:LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS
OAB:RS-49153
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que confirmou a sentença por seus próprios fundamentos, negando provimento ao seu recurso inominado.
Sustenta, em síntese, que: (a) o labor urbano de outros membros da família não tem o condão de suprimir o caráter de segurado especial da parte autora; e (b) não se impõe a exclusividade do trabalho dos membros da família na atividade rural para que possa ficar caracterizado o regime de economia familiar, mas sim a sua indispensabilidade.
Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul (processo n.º 2004.71.95.007348-7) e da Segunda Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Paraná (feito n.º 2008.70.62.00296-8).
2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
3. Considerando o caráter acentuadamente objetivo dos incidentes de uniformização, não há impedimento para a análise deste incidente. E, mutatis mutandis, é o que decidiu o C. STJ por meio de sua Corte Especial, quando afirmou que o Ministro que participou do julgamento do recurso especial não estaria impedido de analisar os embargos de divergência:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. NULIDADE. IMPEDIMENTO DE MINISTRO QUE PARTICIPOU DO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL PARA JULGAR EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 557, § 2º, DO CPC. ACÓRDÃOS PARADIGMAS. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. I - Os embargos de divergência são julgados pela integralidade dos membros que compõem a c. Corte Especial, não se reconhecendo qualquer impedimento de Ministro que tenha atuado no julgamento do recurso especial. Precedente: EDcl no AgRg nos EREsp 198.761/DF, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 19/3/2001. II - A comparação entre acórdãos para o fim de demonstrar o dissídio jurisprudencial (no caso específico: sobre a aplicação da multa do art. 557, § 2º, do CPC) pressupõe a existência de similitude fática entre os casos confrontados, assim como a demonstração da adoção de teses jurídicas distintas em cada qual, circunstância que não se verifica, porém, na espécie. Embargos de declaração parcialmente acolhidos para sanar omissão, sem atribuição de efeitos modificativos. (EDcl no AgRg nos EREsp 1137553 / SP, Corte Especial, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJe 06/06/2011) (grifei)
4. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.
O acórdão recorrido improveu o recurso inominado interposto pela parte autora porquanto, analisando as provas constantes dos autos, no seu conjunto, entendeu que não restou comprovado o exercício de atividade rural em regime de economia familiar.
Foi com base em interpretação particular de elementos específicos constantes dos autos que se chegou a tal conclusão (transcrevo, em parte, a sentença, confirmada pelo acórdão atacado):
(...)
Quanto ao mérito, verifico que a prova dos autos é contrária à pretensão da autora, como passo a expor.
A um: todas as notas fiscais de produtor anexadas ao processo, com base nas quais a autora pretende comprovar o efetivo labor campesino, constam como sendo produtores rurais DANIEL BOLLER e IDALINA SALETE BOLLER tem como endereço Vila São Roque, interior de Gaurama-RS, que se situa na saída deste município ao município de Viadutos;
A dois: a autora, seu esposo e filhos, vieram no ano de 1997 residir na Rua Dilgai Parente, n.º 948, no Bairro Atlântico, proximidades do Distrito industrial de Erechim, quando seus filhos: (a) ADEMIR LUIS BOLLER começou a trabalhar para Reunidas S.A Transportes Coletivos; (b) ADEMAR CARLOS BOLLER começou a trabalhas junto à Comil ônibus S.A.
Também seu marido DANIEL BOLLER, no ano de 1997 começou a perceber o benefício de auxílio-doença NB 31/104.799.479-5, onde constava que o mesmo era creditado junto ao UNIBANCO agência de Erechim. Benefício esse que posteriormente, em 06/12/2006, foi convertido em aposentadoria por invalidez
A três: os fatos antes mencionados demonstram que desde o ano de 1997 a autora estava residindo em Erechim, embora a família tivesse terras ainda localizadas no interior de Gaurama, e, quem sabe, arrendadas ou concedidas em posse a terceiras pessoas que lhe forneciam parte da produção para que pudesse serem extraídas as notas ficais anexadas ao processo com o intuito de provar a condição de segurado especial, que se confronta à declaração prestada por LUIS BREDA que afirma que a autora no período de 2002 a 2008 trabalhou em terras de sua propriedade localizadas na Linha 1 A - Seção Paiol Grande, interior de Erechim-RS, sem o compromisso de repassar parte alguma de colheita.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, há que negar procedência ao pleito formulado na inicial.
(...)
Ora, para desconstituir esses fundamentos de decidir da Turma Recursal de Origem, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de processo objetivo de pedido de uniformização, nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU.
4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005227-67.2011.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA DA REPÚBLICA
OAB:-
REQUERIDO(A):SANTOS DELLA JUSTINA BUSSOLO
PROC./ADV.:RODRIGO FIGUEIREDO
OAB:SC-24692
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL AMPLIADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JULGADOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão de Turma Recursal de Santa Catarina, que deu provimento ao recurso da parte autora e reconheceu tempo de serviço rural, entendendo suficiente o início de prova material, ampliado pela prova testemunhal. Aduz que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e TNU, notadamente em suas Súmulas 149 e 34, respectivamente.
2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, para a TNU, quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões na interpretação da lei ou em contrariedade à jurisprudência dominante do STJ ou TNU. Assim, de plano, paradigmas de Tribunais Regionais Federais e Turmas Recursais da mesma região não atendem ao requisito de admissibilidade do incidente.
3. Por sua vez, o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido: PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012); PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012) e PEDILEF 05173123320104058300 (JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 18/10/2013).
4. Por seu turno, dispõe a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. O presente incidente não comporta conhecimento, por implicar nítido reexame fático-probatório, vedado nesta seara.
6. O acórdão impugnado deu provimento ao recurso da parte autora, nos seguintes termos:
'Verifica-se que a Juíza sentenciante deixou de reconhecer a atividade rural no período em questão tendo em vista que a prova documental juntada não seria contemporânea ao período cuja averbação requer o demandante. Considerando a relação de documentos anteriormente referida, nota-se que há início de prova material suficiente do labor rurícola também para parte do período em análise, porquanto a prova oral, colhida em sede de justificação administrativa, comprova que o autor exerceu atividade agrícola desde antes do casamento, bem como que, após contrair matrimônio, continuou morando e trabalhando na casa que era dos pais. Outrossim, no que concerne ao intervalo de supracitado, importa mencionar que não é necessária prova documental para cada ano de atividade, sendo possível o reconhecimento de períodos cuja prova documental está intermitente nos autos, desde que o conjunto probatório assim o permita, 'seja porque se deve presumir a continuidade nos períodos imediatamente próximos, seja porque é inerente à informalidade do trabalho campesino a escassez documental' (TRF-4ª R., 5ª T., AC à informalidade do trabalho campesino a escassez documental' (TRF-4ª R., 5ª T., AC nº 1999.71.08.007310-4/RS, DJ2 nº 5, 08/01/2003, p. 281). Importante destacar, ainda, o entendimento, do qual compactuo, no sentido de que merece reconhecimento a atividade rural, quando em período imediatamente posterior houver comprovação, considerando a presunção de continuidade da atividade rurícola, ante o movimento tendente de saída do meio rural para a cidade e não o inverso. Desta forma, em que pese não existir nos autos prova documental de todo o período requerido, considerando que há prova testemunhal harmônica do exercício da atividade rural, bem como tendo em vista a presunção de continuidade do labor agrícola, inclusive de forma retroativa, entendo que merece ser reformada a sentença, a fim de que seja reconhecido o labor agrícola no intervalo de 31/10/1957 a 30/12/1961'.
7. Como se observa, entendeu suficiente o início de prova material apresentado, que não precisa abranger todo o período rural a ser comprovado, podendo ser ampliado pela prova testemunhal convincente e harmônica.
8. Neste sentido, a jurisprudência pacífica do STJ e da TNU:
'É prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, se a prova testemunhal for capaz de ampliar sua eficácia probatória, como ocorre na hipótese'. (AGRESP 200900730199, STJ, Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 21/06/2010)
'Para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, é prescindível que o início de prova material se refira a todo período de carência legalmente exigido, desde que robusta prova testemunhal amplie sua eficácia probatória, vinculando-o àquele período, como ocorre na espécie'. (AR - AÇÃO RESCISÓRIA - 2972, STJ, Rel. LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 01/02/2008).
'É, em tese, possível que a eficácia do início de prova material seja estendida prospectivamente (para o futuro) ou retroativamente (para o passado) se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica'. Precedentes da TNU: PU 2008.39.00.702022-6, Rel. Juiz Federal Rogerio Moreira Alves, DOU 09.12.2011; PU 2005.81.10.001065-3, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 4.10.2011; PU 2007.72.95.0032452, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 31.01.2011; PU 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009; PU 2006.72.59.000860-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 29/09/2009; PU 2007.72.95.00.3211-7, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 16.03.2009.
9. Assim, afastar a conclusão do juízo de origem implica, necessariamente, reexame do contexto probatório, o que é vedado nesta seara. Trago à colação julgados do STJ:
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. VÍNCULO URBANO. DISPENSABILIDADE DO TRABALHO RURAL PARA A SUBSISTÊNCIA DO GRUPO FAMILIAR. REEXAME DE PROVA. 1. O labor campesino, para fins de percepção de aposentadoria rural por idade, deve ser demonstrado por início de prova material e ampliado por prova testemunhal, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência. 3. Para esse fim, são aceitos, como início de prova material, os documentos em nome do cônjuge que o qualificam como lavrador, aliados à robusta prova testemunhal. De outro lado, o posterior exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracteriza a autora como segurada especial, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar (REsp 1.304.479/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC) . 4. No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao examinar o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou amplamente demonstrado o labor rural da autora e o cumprimento da carência, ainda que de maneira descontínua, pois "a atividade preponderante era a de lavradeira". Assim, a verificação de que não está caracterizado o regime de economia familiar, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, em virtude da incerteza quanto à existência de início de prova material em nome próprio e à dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP 201201852668, STJ, Rel. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2013)
'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. LABOR URBANO PARA DESCARACTERIZAR A ATIVIDADE CAMPESINA. PROVA MATERIAL: INÍCIO AMPLIADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS 7/STJ E 282/STJ. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência do STJ, o "trabalho urbano por um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias" (REsp 1.304.479/SP, Rel. Min. Herman Benjamim, Primeira Seção, DJe 19/12/2012). 2. Acolher a pretensão do agravante - de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria - bem como apurar a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, constituiria tarefa a pressupor o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante o enunciado da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGARESP 201300158004, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. OG FERNANES, DJE 20/11/2013).
10. Por seu turno, como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:
"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".
11. Incidente não conhecido. Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5005271-93.2014.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOSÉ DOMINGOS
PROC./ADV.:MÁRCIA ELENA SOARES
OAB:SC-11696
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. VERBAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. DESVINCULAÇÃO DO CONCEITO DE REMUNERAÇÃO. INCIDÊNCIA. TESE JÁ FIRMADA POR ESTA CORTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDILEF Nº. 50059551820144047200. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela UNIÃO FEDERAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
Na vertente, os autos foram remetidos pela Presidência da Turma de Santa Catarina ao Colegiado de origem para juízo de adequação, em razão da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.089.720/RS, relativo à incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista (in casu, movida contra a TELESC TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A).
O referido julgado da Corte Cidadã prestigia as seguintes teses:
Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).
Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).
Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.
O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.
Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".
Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item "3", subsistindo a isenção decorrente do item "4" exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.
Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal) (REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 28/11/2012).
No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento de verbas exclusivamente fundadas em participação nos lucros. A Turma de origem entendeu que, como na época do pagamento da verba decorrente de condenação judicial na esfera da Justiça do Trabalho, o autor não possuía mais vínculo com a demandada, não incide imposto de renda, pois o pagamento ocorreu no contexto da rescisão do contrato de trabalho. Em outras palavras: o Colegiado prolator da decisão ora combatida concluiu que a situação da parte autora recai na primeira exceção de incidência de IRPF aludida pelo precedente do STJ: "são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A UNIÃO FEDERAL sustenta no seu Pedido de Uniformização que a decisão atacada diverge da jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS e 1.089.720/RS), uma vez que, para ficar caracterizado o contexto de rescisão de contrato de trabalho e a correspondente isenção do IRPF sobre os juros de mora, não basta haver a ação trabalhista ou a inexistência do vínculo no momento do pagamento das verbas devidas, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias. Sustenta ainda ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
Apreciando caso análogo ao destes autos, esta Turma Nacional de Uniformização já firmou os seguintes entendimentos:
1º- que o constituinte (art. 7º, XI, CRFB) excluiu o conceito de participação nos resultados das verbas decorrentes de remuneração, não havendo vinculação direta às verbas rescisórias; além do que a própria Lei nº. 10.101/00, a qual dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, em seu artigo 3º, endossou esse entendimento, desvinculando a participação da base de incidência de qualquer encargo trabalhista;
2º- que a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial, eis que a verba em tela está excluída de ambas as exceções admitidas pelo STJ (verbas rescisórias; e verbas isentas do imposto de renda), sendo o valor decorrente de participação em resultados tributado, a teor da Lei nº. 10.101/00 (PEDILEF 50059551820144047200, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329).
Isso posto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Incidente manejado pela União Federal/Fazenda Nacional para julgar improcedente o pedido formulado na petição inicial, tendo em vista a tese já fixada por esta Corte de que são suscetíveis de incidência de IRPF os juros moratórios de verbas decorrentes de participação nos lucros e resultados.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de Março de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005273-63.2014.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):PEDRO SOUZA MARQUES
PROC./ADV.:MARCIA ELENA SOARES
OAB:SC-11 696
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. VERBAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. DESVINCULAÇÃO DO CONCEITO DE REMUNERAÇÃO. INCIDÊNCIA. TESE JÁ FIRMADA POR ESTA CORTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDILEF Nº. 50059551820144047200. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela UNIÃO FEDERAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
Na vertente, os autos foram remetidos pela Presidência da Turma de Santa Catarina ao Colegiado de origem para juízo de adequação, em razão da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.089.720/RS, relativo à incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista (in casu, movida contra a TELESC TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A).
O referido julgado da Corte Cidadã prestigia as seguintes teses:
Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).
Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).
Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.
O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.
Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".
Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item "3", subsistindo a isenção decorrente do item "4" exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.
Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal) (REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 28/11/2012).
No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento de verbas exclusivamente fundadas em participação nos lucros. A Turma de origem entendeu que, como na época do pagamento da verba decorrente de condenação judicial na esfera da Justiça do Trabalho, o autor não possuía mais vínculo com a demandada, não incide imposto de renda, pois o pagamento ocorreu no contexto da rescisão do contrato de trabalho. Em outras palavras: o Colegiado prolator da decisão ora combatida concluiu que a situação da parte autora recai na primeira exceção de incidência de IRPF aludida pelo precedente do STJ: "são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não".
A UNIÃO FEDERAL sustenta no seu Pedido de Uniformização que a decisão atacada diverge da jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS e 1.089.720/RS), uma vez que, para ficar caracterizado o contexto de rescisão de contrato de trabalho e a correspondente isenção do IRPF sobre os juros de mora, não basta haver a ação trabalhista ou a inexistência do vínculo no momento do pagamento das verbas devidas, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias. Sustenta ainda ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
Apreciando caso análogo ao destes autos, esta Turma Nacional de Uniformização já firmou os seguintes entendimentos:
1º- que o constituinte (art. 7º, XI, CRFB) excluiu o conceito de participação nos resultados das verbas decorrentes de remuneração, não havendo vinculação direta às verbas rescisórias; além do que a própria Lei nº. 10.101/00, a qual dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, em seu artigo 3º, endossou esse entendimento, desvinculando a participação da base de incidência de qualquer encargo trabalhista;
2º- que a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial, eis que a verba em tela está excluída de ambas as exceções admitidas pelo STJ (verbas rescisórias; e verbas isentas do imposto de renda), sendo o valor decorrente de participação em resultados tributado, a teor da Lei nº. 10.101/00 (PEDILEF 50059551820144047200, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329).
Isso posto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Incidente manejado pela União Federal/Fazenda Nacional para julgar improcedente o pedido formulado na petição inicial, tendo em vista a tese já fixada por esta Corte de que são suscetíveis de incidência de IRPF os juros moratórios de verbas decorrentes de participação nos lucros e resultados.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de Março de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005284-51.2012.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:CLAUDIO ALEX CORREA
PROC./ADV.:JOÃO FRANCISCO ZANOTELLI
OAB:RS-64 647
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. LESÃO, AINDA QUE EM GRAU MÍNIMO, CONFERE DIREITO À OBTENÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE, NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTE COLEGIADO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 020 DESTA TNU. ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento a recurso inominado por ela interposto, não deferindo o benefício de auxílio-acidente.
Sustenta, em síntese, que, segundo a lei previdenciária, o direito ao benefício de auxílio-acidente não está condicionado ao grau de incapacidade para o trabalho habitual.
Aponta como paradigmas julgados do STJ (REsp n.º 199.147 / SP, AgRg no AI n.º 1.427.123 / SC e AgRg no AI n.º 1.387.647 / SC).
2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
3. Segundo o STJ, a limitação da capacidade laborativa, mesmo que em mínimo grau, assegura o direito à percepção do auxílio-acidente:
PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. 1. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. 2. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. 3. Recurso especial provido. (REsp 1109591 / SC, Terceira Seção, Rel. Min. CELSO LIMONGI, DJe 08/09/2010) (grifei)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DISACUSIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Conforme decidido pela 3ª Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), "estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa -, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao obreiro, ao argumento de que o grau de disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler" (STJ, REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2009). II. No julgamento do Recurso Especial 1.109.591/SC, igualmente admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, para a concessão de auxílio-acidente, exige-se a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique a redução da capacidade laborativa, bem como que "O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão" (STJ, REsp 1.109.591/SC, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 08/09/2010). III. (...). IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 446477 / RJ, Segunda Turma, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 23/10/2014) (grifei)
Saliento que assim já decidimos nos autos do PEDILEF n.º 50044044120124047113 e em outros julgados:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO NEGADO PELA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL PARCIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente. 2. O aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria "necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida", além de apontar que há plena capacidade para a atividade atual, de modo que "o autor foi reabilitado para função diversa". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que. 4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 5. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e paradigma. 6. Isto porque se partiu do mesmo fato para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido entendeu-se que a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida não enseja a concessão do auxílio-acidente; já nos paradigmas (EDRESP. 104979/SP/STJ; Processo nº 00031447720074036317/1ª TR-SP; Processo nº 00352134520094036301, 2ª TR-SP), entendeu-se que a incapacidade plena para a atividade habitual dá ensejo ao recebimento do benefício previdenciário. 7. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 8. De início, consigno que no acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente, sob os seguintes fundamentos: "Necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida. No caso dos autos, do acidente resultou incapacidade para a atividade habitualmente exercida, de modo que não se justifica a concessão do benefício de caráter indenizatório. Ademais, o perito é bastante claro quanto à capacidade laboral para a função atual (motorista de caminhão), de modo que é possível concluir que, após o recebimento do auxílio-doença, o autor foi reabilitado para função diversa" "No caso, o autor, antes do acidente, exercia a função de auxiliar mecânico, para a qual ficou totalmente incapacitado, de acordo com as conclusões do perito (19 - LAUDPERÍ1). Ocorre que o auxílio-acidente é devido nos casos de REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL para a atividade habitualmente exercida quando da ocorrência do acidente. Trata-se de benefício de caráter indenizatório devido nos casos em que o segurado ainda tem condições de laborar na função anterior, porém, em razão do acidente, sofreu redução em sua capacidade para aquela atividade. In casu não houve mera redução e sim INCAPACIDADE LABORAL, o que não justifica o pagamento do auxílio-acidente" (em Embargos de Declaração não providos, sem grifos no original). 9. Vê-se, portanto, que o aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria necessária a incapacidade parcial, além de apontar que a parte-autora atualmente possui plena capacidade para a atividade diversa da exercida quando do acidente de trabalho. 10. No entanto, sobre o tema, observo que o STJ, no âmbito do RESP. 1.109.591/SC, sob o rito Representativo da Controvérsia, consolidou o entendimento de que, tratando-se de auxílio-acidente, é "de todo descabida a investigação quanto ao grau do prejuízo laboral". 11. Na oportunidade, apontou-se no voto do eminente Ministro Relator que: "O fato da redução ser mínima, ou máxima, reafirmo, é irrelevante, pois a lei não faz referência ao grau da lesão, não figurando essa circunstância entre os pressupostos do direito, de modo que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário verificar, apenas, se existe lesão decorrente da atividade laboral e que acarrete, no fim das contas, incapacidade para o trabalho regularmente exercido". 12. Entendeu a colenda Corte Especial que, "paralela à questão material", é preciso considerar, "a existência de sequela psíquica decorrente desses acidentes", donde se conclui facilmente que a concessão do auxílio-acidente, nos termos em que decidido pelo STJ, vincula-se não à ocorrência de incapacidade (circunstância cuja ocorrência que se torna dispensável), mas sim à ocorrência de dano, ainda que em grau mínimo. 13. Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pelo STJ, acima reproduzido, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 8º, X, do RI/TNU ("dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação") 14. Na hipótese, o dano está configurado, sendo incontroverso, tendo o benefício sido negado pela discussão quanto à extensão da incapacidade, circunstância que, como dito, não é elemento balizador da concessão/denegação do auxílio-acidente. 15. Neste sentido, decidiu este Colegiado: PEDILEF nº 50017838620124047108, rel. Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 07/05/2014. 16. Incidente de Uniformização conhecido e provido, para restabelecer o que contido na sentença proferida pelo JEF. (PEDILEF 50228995120124047108, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 10/07/2015, PÁGINAS 193/290) (grifei)

No presente caso, no próprio acórdão, a Turma Recursal de Origem reconhece que a redução da incapacidade deu-se em grau mínimo:

O laudo médico pericial juntado no evento 15 indica que o autor, não restou incapacitado para o exercício de suas funções, concluindo que há redução mínima de suas capacidades laborativas e que está trabalhando na mesma função que anteriormente exercia.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de Origem para adequação do julgado ao seguinte entendimento: de que a redução mínima da capacidade laborativa não impede a concessão do benefício de auxílio-acidente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005579-42.2013.4.04.7208
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:VALSIR DE MATOS
PROC./ADV.:JERRY ANGELO HAMES
OAB:SC-19774
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. LESÃO, AINDA QUE EM GRAU MÍNIMO, CONFERE DIREITO À OBTENÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE, NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTE COLEGIADO. ENTRETANTO, NO CASO EM TELA, NÃO HÁ REDUÇÃO DA INCAPACIDADE EM NENHUM GRAU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento a recurso inominado por ela interposto, não deferindo o benefício de auxílio-acidente.

Sustenta, em síntese, que, segundo a lei previdenciária, o direito ao benefício de auxílio-acidente não está condicionado ao grau de incapacidade para o trabalho habitual.

Aponta como paradigma o REsp n.º 1.109.591 / SC.

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.

3. Segundo o STJ, a limitação da capacidade laborativa, mesmo que em mínimo grau, assegura o direito à percepção do auxílio-acidente:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. 1. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. 2. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. 3. Recurso especial provido. (REsp 1109591 / SC, Terceira Seção, Rel. Min. CELSO LIMONGI, DJe 08/09/2010) (grifei)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DISACUSIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Conforme decidido pela 3ª Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), "estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa -, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao obreiro, ao argumento de que o grau de disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler" (STJ, REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2009). II. No julgamento do Recurso Especial 1.109.591/SC, igualmente admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, para a concessão de auxílio-acidente, exige-se a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique a redução da capacidade laborativa, bem como que "O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão" (STJ, REsp 1.109.591/SC, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 08/09/2010). III. (...). IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 446477 / RJ, Segunda Turma, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 23/10/2014) (grifei)

Saliento que assim já decidimos nos autos do PEDILEF n.º 50044044120124047113 e em outros julgados:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO NEGADO PELA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL PARCIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente. 2. O aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria "necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida", além de apontar que há plena capacidade para a atividade atual, de modo que "o autor foi reabilitado para função diversa". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado que, em alegada hipótese semelhante, entendeu que. 4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 5. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática e jurídica entre os julgados recorridos e paradigma. 6. Isto porque se partiu do mesmo fato para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido entendeu-se que a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida não enseja a concessão do auxílio-acidente; já nos paradigmas (EDRESP. 104979/SP/STJ; Processo nº 00031447720074036317/1ª TR-SP; Processo nº 00352134520094036301, 2ª TR-SP), entendeu-se que a incapacidade plena para a atividade habitual dá ensejo ao recebimento do benefício previdenciário. 7. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 8. De início, consigno que no acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, reformando a sentença, indeferiu pedido de concessão de auxílio-acidente, sob os seguintes fundamentos: "Necessário que tenha havido redução da capacidade laborativa para a atividade habitualmente exercida. No caso dos autos, do acidente resultou incapacidade para a atividade habitualmente exercida, de modo que não se justifica a concessão do benefício de caráter indenizatório. Ademais, o perito é bastante claro quanto à capacidade laboral para a função atual (motorista de caminhão), de modo que é possível concluir que, após o recebimento do auxílio-doença, o autor foi reabilitado para função diversa" "No caso, o autor, antes do acidente, exercia a função de auxiliar mecânico, para a qual ficou totalmente incapacitado, de acordo com as conclusões do perito (19 - LAUDPERÍ1). Ocorre que o auxílio-acidente é devido nos casos de REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL para a atividade habitualmente exercida quando da ocorrência do acidente. Trata-se de benefício de caráter indenizatório devido nos casos em que o segurado ainda tem condições de laborar na função anterior, porém, em razão do acidente, sofreu redução em sua capacidade para aquela atividade. In casu não houve mera redução e sim INCAPACIDADE LABORAL, o que não justifica o pagamento do auxílio-acidente" (em Embargos de Declaração não providos, sem grifos no original). 9. Vê-se, portanto, que o aresto combatido considerou não estarem presentes os requisitos à concessão do benefício, sob o entendimento de que do acidente sofrido resultou a incapacidade total para a atividade habitualmente exercida, quando seria necessária a incapacidade parcial, além de apontar que a parte-autora atualmente possui plena capacidade para a atividade diversa da exercida quando do acidente de trabalho. 10. No entanto, sobre o tema, observo que o STJ, no âmbito do RESP. 1.109.591/SC, sob o rito Representativo da Controvérsia, consolidou o entendimento de que, tratando-se de auxílio-acidente, é "de todo descabida a investigação quanto ao grau do prejuízo laboral". 11. Na oportunidade, apontou-se no voto do eminente Ministro Relator que: "O fato da redução ser mínima, ou máxima, reafirmo, é irrelevante, pois a lei não faz referência ao grau da lesão, não figurando essa circunstância entre os pressupostos do direito, de modo que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário verificar, apenas, se existe lesão decorrente da atividade laboral e que acarrete, no fim das contas, incapacidade para o trabalho regularmente exercido". 12. Entendeu a colenda Corte Especial que, "paralela à questão material", é preciso considerar, "a existência de sequela psíquica decorrente desses acidentes", donde se conclui facilmente que a concessão do auxílio-acidente, nos termos em que decidido pelo STJ, vincula-se não à ocorrência de incapacidade (circunstância cuja ocorrência que se torna dispensável), mas sim à ocorrência de dano, ainda que em grau mínimo. 13. Pacificada a matéria, em razão do julgado proferido pelo STJ, acima reproduzido, não cabe sobre o tema maiores digressões, sendo o caso de aplicar-se o disposto no art. 8º, X, do RI/TNU ("dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação") 14. Na hipótese, o dano está configurado, sendo incontroverso, tendo o benefício sido negado pela discussão quanto à extensão da incapacidade, circunstância que, como dito, não é elemento balizador da concessão/denegação do auxílio-acidente. 15. Neste sentido, decidiu este Colegiado: PEDILEF nº 50017838620124047108, rel. Juiz Federal João Batista Lazzari, j. 07/05/2014. 16. Incidente de Uniformização conhecido e provido, para restabelecer o que contido na sentença proferida pelo JEF. (PEDILEF 50228995120124047108, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 10/07/2015, PÁGINAS 193/290) (grifei)

Contudo, no presente caso, não é de ser aplicado o entendimento jurisprudencial exposto supra, porquanto, na hipótese em análise, não há redução da incapacidade em nenhum grau.

4. Em face do exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5005636-84.2013.4.04.7006
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOÃO MARIA DO AMARAL
PROC./ADV.:ROSMÊRY TEREZINHA CÓRDOVA
OAB:PR-11331
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. CONVERSÃO EM TEMPO COMUM. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. SÚMULA Nº 49 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu, como sendo de natureza especial, tempo de serviço prestado antes de 29/04/1995, sem a exigência da habitualidade e permanência. Alega que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado na jurisprudência do eg. STJ.
2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
3. A matéria objeto de questionamento no recurso interposto pela autarquia previdenciária encontra-se pacificada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do enunciado de Súmula 49 da TNU: "Para reconhecimento de condição especial de trabalho antes de 29/4/1995, a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física não precisa ocorrer de forma permanente".
4. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5005834-21.2013.4.04.7007
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARTHA LUIZ GOEDERT CAVALHEIRO
PROC./ADV.:MATEUS FERREIRA LEITE
OAB:PR 15.022
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. NÃO CONFIGURAÇÃO.

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO IMPROVIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento do C. STJ, no tocante ao entendimento de que o recebimento de proventos pelo cônjuge não retira da recorrente sua qualidade de segurada especial.
2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
3. No caso dos autos, acerca da comprovação do exercício de atividade especial, o acórdão recorrido, mantendo o teor da sentença pelos seus próprios fundamentos, procedeu à valoração dos aspectos abordados no recurso , conforme excerto a seguir transcrito:
"(...)Entretanto, de acordo com os dados do CNIS em anexo aos autos (evento n. 01, doc. n. 06, fl. 09, e doc. n. 07, fls. 01 e 02) e com a prova oral, constatasse que o ex-marido da requerente, durante o período em que ficaram juntos, e o seu atual esposo sempre exerceram ofício diverso da lida campesina como empregados na área urbana.
Dessa forma, em que pese as testemunhas terem afirmado a indispensabilidade da atividade rurícola à demandante e a sua família, considerando os períodos de trabalho e as remunerações percebidas pelo seu exmarido e pelo seu atual esposo, resta descaracterizado o trabalho rural existente como aquele exigido à qualificação da produtora como segurada especial.
Assim, mantenho a sentença por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46, parte final, da Lei n. 9099/1995 ("Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão").
Ficam adotados como fundamentos do acórdão desta Turma, portanto, exatamente aqueles mesmos contidos na sentença recorrida, no bojo da
qual foram analisadas todas as alegações que se mostravam pertinentes à solução da presente causa.".
4. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5006359-37.2012.4.04.7201
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:NICODEMO EUGÊNIO FAGUNDES
PROC./ADV.:CLAUDIO JOSÉ DE CAMPOS
OAB:SC 11.057
LITISCONSORTE :INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização interposto pela parte autora, insurgindo-se contra a extinção do processo, sem resolução do mérito, no tocante ao pedido de reconhecimento de tempo de atividade especial (29/04/95 a 23/10/2003).
2. A extinção do feito restou assim fundamentada pela sentença, confirmada pelo acórdão:
'Em relação ao pedido de reconhecimento de tempo especial nos períodos de 27/08/1974 a 09/11/1974 e de 29/04/1995 a 23/10/2003, não vejo como apreciar a especialidade ante a ausência de documentos essenciais para a instrução do feito. A parte autora não apresentou os respectivos laudos ambientais e/ou formulários indicando a que agentes insalubres esteve exposta ou sua quantificação. Assim, entendo ser o caso de indeferir a inicial neste ponto, pois o art. 283 do CPC preceitua que 'A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação', estabelecendo o parágrafo único do art. 284 do CPC que 'Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial'. Portanto, neste particular, indefiro a inicial e julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, I, do CPC'.
3. Alega divergência com entendimento do STJ segundo o qual possível o reconhecimento da especialidade como motorista, com base na categoria profissional, mesmo após 28/04/1995, bem como por formulário próprio até 10/12/1997. Juntou paradigmas.
4. O incidente não comporta conhecimento, por cuidar de questão processual. A extinção do feito sem resolução do mérito, por ausência ou insuficiência da documentação anexada, não afeta o direito material da parte autora. Incidência da Súmula 43 da TNU.
5. Por fim, apenas a título de argumentação, os paradigmas apontados pelo autor foram superados pelo próprio Superior Tribunal de Justiça, no tocante à forma de comprovação de atividade especial, conforme PET 9194, Rel. ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 03/06/2014:
'(...) O acórdão da TNU está em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que reconhece o direito ao cômputo do tempo de serviço especial exercido antes da Lei 9.032/95, com base na presunção legal de exposição aos agentes nocivos à saúde pelo mero enquadramento das categorias profissionais previstas nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, como no caso do médico. 5. A partir da Lei 9.032/95, o reconhecimento do direito à conversão do tempo de serviço especial se dá mediante a demonstração da exposição aos agentes prejudiciais à saúde por meio de formulários estabelecidos pela autarquia até o advento do Decreto 2.172/97, que passou a exigir laudo técnico das condições ambientais do trabalho'.
6. Incidente não conhecido. Súmula 43 desta TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5006398-03.2013.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):RICARDO TRAMONTE
PROC./ADV.:NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB:SC 17.387
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO TRABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS, NÃO INSERIDAS NO CONTEXTO "DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO", O QUAL PRESSUPÕE A PERDA DE EMPREGO. ISENÇÃO QUE É CIRCUNSTANCIAL PARA PROTEGER O TRABALHADOR EM UMA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DESFAVORÁVEL, O QUE NÃO OCORRE QUANDO O CONTRATO DE TRABALHO DO AUTOR FOI EXTINTO POR PASSAR AO REGIME ESTATUTÁRIO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.112/90. PRECEDENTES DO STJ (REsp n. 1.089.720/RS) E DESTA TNU. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela UNIÃO FEDERAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
Na vertente, os autos foram remetidos pela Presidência da Turma de Santa Catarina ao Colegiado de origem para juízo de adequação, em razão da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.089.720/RS, relativo à incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista.
O referido julgado da Corte Cidadã prestigia as seguintes teses:
Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).
Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).
Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.
O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.
Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".
Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item "3", subsistindo a isenção decorrente do item "4" exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.
Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda;Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal) .
No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES / Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
A Turma de origem entendeu que, como o então contrato de trabalho do autor foi extinto por passar ao regime estatutário instituído pela Lei nº 8.112/90, tal situação deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho", de modo a recair na primeira exceção de incidência de IRPF aludida pelo precedente do STJ: "são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não".
A UNIÃO FEDERAL sustenta no seu Pedido de Uniformização que a decisão atacada diverge da jurisprudência do STJ (REsp 1.227.133/RS e 1.089.720/RS), uma vez que, para ficar caracterizado o contexto de rescisão de contrato de trabalho e a correspondente isenção do IRPF sobre os juros de mora, não basta haver a ação trabalhista ou a inexistência do vínculo no momento do pagamento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

das verbas devidas, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias. Argumenta que, no caso, muito embora tenha havido a extinção do contrato de trabalho, ele na verdade se transformou em vínculo estatutário, sem que tenha havido propriamente a perda do emprego.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
Assiste razão à União Federal, ora requerente, uma vez que a transição de regime celetista para estatutário, por não propiciar perda de emprego, não deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho" para ensejar a isenção do IRPF sobre os juros de mora aludida no julgamento do REsp 1089720/RS. Com efeito, conforme destacou aquela Egrégia Corte, a isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), o que não ocorre na espécie, porquanto a parte autora não ficou economicamente desamparada, mas tão somente alterou a natureza do vínculo e passou a estar tutelada pelo regime da Lei 8.112/90.
Esta Corte de Uniformização Nacional, julgando demandas análogas a presente, também já se manifestou pela incidência da exação sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. Confira-se:
"[...] Da análise do acórdão vergastado, depreende-se que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico. Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação. No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06 % (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - no mês de junho de 1987, e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na ação trabalhista n.º 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC - contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Em suma, na hipótese em tela, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e de diferenças salariais. Destarte, a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. 5. Por essas razões, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) deve ser CONHECIDO e PROVIDO, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e de restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame" (PEDILEF 50040163720134047200, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 15/04/2015 PÁGINAS 172/329).
"[...] No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. 4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação. 5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência" (PEDILEF 50061243920134047200, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 24/04/2015 PÁGINAS 140/162).
Forte nas razões acima e nos precedentes retrocolacionados, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Pedido Nacional de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de Março de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5007474-59.2013.4.04.7201
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JORGE ALVES DA MAIA
PROC./ADV.:JUCÉLIO DA SILVA
OAB:SC 9.105
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. EMPREGADO EM ESTABELECIMENTO AGROINDUSTRIAL. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL ANTERIOR A 28.04.1995. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 38 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Pedido de uniformização interposto pelo autor em face de acórdão que deu provimento ao recurso do INSS, afastando o reconhecimento, como especial, dos períodos laborados pelo autor como empregado em estabelecimento agroindustrial, anteriores à edição da Lei 9.032/95.
2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
3. Por sua vez, estabelece a Questão de Ordem 38 deste colegiado: 'Em decorrência de julgamento em pedido de uniformização, poderá a Turma Nacional aplicar o direito ao caso concreto, decidindo o litígio de modo definitivo, desde que a matéria seja de direito apenas, ou, sendo de fato e de direito, não necessite reexaminar o quadro probatório definido pelas instâncias anteriores, podendo, para tanto, restabelecer a sentença desconstituída por Turma Recursal ou Regional'.
4. Com razão o recorrente.
5. A sentença assim reconheceu os períodos especiais:
'O labor especial controverso está assim detalhado: 1/7/1976 a 24/2/1978 e de 11/12/1978 a 27/2/1980 - Comfloresta - Companhia Catarinense de Empreendimentos Florestais - PPP (evento 1, PPP11) - Trabalhador Rural - Florestal. Nos períodos acima o autor exerceu a atividade de trabalhador rural, enquadrada como especial no código 2.2.1 do Decreto 53.831/64, razão pela qual reconheço a especialidade do referido período'.
6. O acórdão, por seu turno, deu provimento ao recurso do INSS, com a seguinte fundamentação:
'No entanto, a Turma de Uniformização Regional tem considerado o enquadramento da especialidade por categoria profissional do trabalhador de agropecuária até 28-04-1995 para os casos em que restar comprovado o trabalho em agropecuária, ou seja, tanto na agricultura como na pecuária, senão vejamos: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TEMPO ESPECIAL. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ATIVIDADE DE AGROPECUÁRIA. CÓDIGO 2.2.1 DO DECRETO N. 53.831/64. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE. 1. Para o reconhecimento de tempo especial por enquadramento na categoria profissional 'agropecuária', prevista no código 2.2.1 do Decreto nº. 53.831/64, é necessário o exercício de atividades tanto na lavoura como na pecuária, devendo haver conjugação de tarefas mediante o cultivo de plantas aliado à criação de animais. 2. Precedentes da TRU e da TNU. 3. Recurso desprovido (TRU - IUJEF 2005.71.95.015666-0/RS, Rel. Juíza Federal Luísa Hickel Gamba, julgado em 19.10.2010). No presente caso, as provas carreadas aos autos não demonstram que o autor exercia atividades relacionadas à pecuária, razão pela qual os períodos requeridos não merecem enquadramento pelo item 2.2.1'.
7. Contudo, a TNU reviu seu entendimento, uniformizando a tese de que a expressão "trabalhadores agropecuários" também abrange os trabalhadores rurais que exerçam atividades agrícolas como empregados - voto proferido pela Juíza Federal Kyu Soon Lee, no PEDILEF 05003939620114058311, DOU 24/10/2014, como transcrevo:
"6.(...) A TNU, inclusive esta Relatora, tinha o entendimento de que somente o trabalho agrário e pecuário configura o labor especial. Entretanto, houve mudança de entendimento, tanto que na sessão passada foi julgado o processo nº 0500180-14.2011.4.05.8013, Representativo de Controvérsia, onde consta que: "(...) esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.(...)" (Rel. João Batista Lazzari, DJ 11/09/2014). 7. Copio excerto esclarecedor do Voto Vencedor do citado PEDILEF nº 0509377-10.2008.4.05.8300: "(...) Revisão da interpretação adotada por esta Tuma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial.(...)" (Rel. Designado Juiz Federal André Carvalho Monteiro, D.J. 04/06/2014). 8. Como o tempo de labor como "lavrador" abrange período antes e depois da Lei nº 9.032/95, necessário o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a análise das provas produzidas, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU. 9. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que "a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial"; (ii) anular o acórdão recorrido, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional".
8. Desse modo, verifico que a sentença está em consonância com o entendimento da TNU, sendo o caso de seu restabelecimento.
9. Incidente conhecido e provido, para restabelecimento da sentença. Questão de Ordem 13 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5007775-31.2012.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARIA HELENA CESÁRIO MACEDO
PROC./ADV.:JÚLIO CÉSAR PEREIRA FURTADO
OAB:SC-4893
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. AGRAVO IMPROVIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ, na medida em que teria entendido que a atividade com vínculo urbano exercido pelo cônjuge falecido, descaracterizaria o regime de economia familiar.
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
4. No caso dos autos, o acórdão recorrido adotou como razões de decidir os fundamentos da sentença, que, por sua vez, procedeu a valoração do conjunto probatório nos seguintes termos: "Ocorre que no caso em tela a autora percebe pensão por morte no valor de R$1.750,62 (evento 2). Tal valor, evidentemente, descaracteriza sua alegada qualidade de segurada especial. Afinal, nos termos do § 1º do artigo 11 da lei nº. 8.213/91, 'Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados'. Como se pode observar, não basta o exercício de atividade rurícola para ser enquadrado como segurado especial. É preciso ficar demonstrado que o labor rural é indispensável para a manutenção do grupo familiar ou da pessoa, se for exercido de forma individual. No caso, resta claro que os rendimentos advindos da aposentadoria do cônjuge da autora e, posteriormente, da pensão por morte, dispensava o trabalho rural desempenhado pela demandante. Vale observar que no ano de 2011 a autora vendeu milho por R$200,00 (evento 1, procadm5, p. 18), valor bem inferior ao da pensão, que em um único mês representa quase oito vezes mais o valor auferido em um ano pela venda do produto agrícola. Ressalte-se, ainda, que mesmo a atividade rural desempenhada antes do óbito do marido da demandante (2010) não pode ser considerada, porque neste caso, a renda da aposentadoria que ele percebia desde 1992 era suficiente para manter o grupo familiar, sendo que a atividade rurícola servia apenas como complemento da atividade urbana".
4. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor acerca da indispensabilidade do labor rural para manutenção do núcleo familiar, cuja rediscussão é vedada a este Colegiado, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do incidente interposto pela parte autora, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5007911-91.2013.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:LEANDRO HENRIQUE SAUSEN
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. CÁLCULO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO. LIMITAÇÃO AO TETO. APLICAÇÃO DA REGRA CONTIDA NO §3° DO ART. 21 DA LEI N° 8.880/94. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM N° 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que manteve a sentença proferida pelo juízo monocrático, entendendo que, na apuração da RMI do benefício de aposentadoria percebido pelo autor, não houve limitação da média dos salários de contribuição ao teto, de modo que não se justifica a aplicação do dispositivo legal invocado pela requerente (§3º do art. 21 da Lei nº 8.880/94).

Alega a recorrente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da 1ª Turma Recursal da Bahia (Processos nº 467152720034013, 865230520044013 e 968310320044013), do TRF da 4ª Região (AC: 23092 RS 2006.71.00.023092-9) e também deste Colegiado (PEDILEF nº 200772540042378), no sentido de que o índice de reajuste do teto deve ser aplicado sempre que a média dos salários de contribuição for superior ao teto de benefícios do INSS, não estando sua aplicação restrita aos casos em que houver limitação do salário de benefício ao referido teto.

Sem contrarrazões e após ser admitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, vieram os autos distribuídos a este relator.

É o relatório.

DA ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE

Inicialmente, observo que o incidente de uniformização é tempestivo. Conforme consta dos autos, a parte autora teve ciência do acórdão em 15/04/2014 e interpôs o presente recurso na mesma data.

Prosseguindo na análise da admissibilidade do recurso, cumpre ressaltar que, para fins de cabimento de incidente nacional de uniformização, é necessário demonstrar a divergência de entendimento entre Turma Recursais de diferentes regiões, ou então a desconformidade da decisão em relação a "súmula ou jurisprudência dominante do STJ", nos termos do art. 14, §2º, da Lei 10259/01.

Desse modo, o paradigma do TRF da 4ª Região apresentado pelo recorrente não se presta para comprovação da alegada divergência.

A questão controversa nos autos foi decidida pela Turma Recursal nos seguintes termos:

Conforme a carta de concessão juntada pelo próprio segurado (EVENTO 1 - CCON9), a média dos salários de contribuição atingiu o valor de R$ 1.670,94 (não houve qualquer limitação, embora naquele mês o teto fosse igual a R$ 1.561,56). O seu valor integral foi incluído na equação, que resultou no salário de benefício de R$ 1.318,69.

A meu ver, portanto, não seria o caso do § 3º do artigo 21 da Lei n. 8.880/1994 (grifei):

Na hipótese da média apurada nos termos deste artigo resultar superior ao limite máximo do salário-de-contribuição vigente no mês de início do benefício, a diferença percentual entre esta média e o referido limite será incorporada ao valor do benefício juntamente com o primeiro reajuste do mesmo após a concessão, observado que nenhum benefício assim reajustado poderá superar o limite máximo do salário-de-contribuição vigente na competência em que ocorrer o reajuste.

A sua incidência obviamente pressupõe que a média limitada ao teto tenha sido utilizada na composição do salário de benefício

Por sua vez o paradigma desta TNU invocado pela recorrente considerou que a norma em questão estabelece que "a diferença salarial entre a média dos salários-de-contribuição considerados no cálculo do salário-de-benefício e o limite do salário-de-benefício será incorporada ao valor do benefício, isto é, à sua renda mensal, por ocasião do primeiro reajuste desta". Confira-se a ementa da referida decisão:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PRIMEIRO REAJUSTE. BASE DE CÁLCULO. RENDA MENSAL.

O primeiro reajuste do benefício previdenciário deve ser calculado sobre o valor de sua renda mensal inicial, e não sobre o valor do respectivo salário-de-benefício, sem prejuízo da aplicação, em sendo o caso, da regra contida no artigo 21, §§ 1º e 3º, da Lei nº 8.880/94, nos estritos termos em que formulada.

Conclui-se, portanto, que não restou demonstrada a divergência alegada pela recorrente, haja vista que o precedente apresentado não trata da aplicação da disposição contida no § 3º do artigo 21 da Lei n. 8.880/1994 nos casos em que não houve limitação da média dos salários de contribuição ao teto. Ao contrário, consta do paradigma que a regra contida no referido dispositivo legal deve ser aplicada em seus estritos termos, entendimento este que foi expressamente aplicado pelo acórdão combatido.

Da mesma forma, não houve demonstração de divergência no que se refere à jurisprudência da Turma Recursal da Bahia. Trata-se de situação fática distinta daquela discutida nos presentes autos, haja vista que, em todos os paradigmas apresentados, houve, por ocasião do cálculo dos benefícios, limitação dos salários de benefício ao teto, conforme infere-se das ementas citadas:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. CORREÇÃO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO PELO IRSM INTEGRAL DE FEVEREIRO DE 1994. LIMITAÇÃO AO TETO.

1. A prescrição qüinqüenal incide sobre as parcelas eventualmente vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação, e não da citação.

2. A incidência da Súmula nº 1 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência é restrita às demandas relativas ao reajuste dos benefícios previdenciários, não alcançando as alusivas à correção dos salários-de-contribuição.

3. É devida a atualização do salário de contribuição, para fins de apuração da renda mensal inicial do benefício previdenciário, pelo IRSM integral do mês de fevereiro de 1994, em 39,67%, nos termos do art. 21, § 1º, da Lei nº 8.880/94.

4. Mesmo com o salário-de-benefício limitado ao teto na concessão do benefício, impende reconhecer o direito do autor à incidência do expurgo de fevereiro de 1994, tendo em vista a sistemática de aplicação do primeiro reajuste proporcional, onde a diferença percentual entre a média dos salários-de-contribuição e o teto é incorporada aos proventos.

5. No que atine ao pagamento das diferenças devidas, a partir da data do primeiro reajuste, impõe-se a utilização da taxa de 1% ao mês, aplicando-se, quanto à correção monetária, a tabela da Justiça Federal. 6. Recurso do INSS desprovido.

7. Recurso do Autor parcialmente provido.

(Processo 467152720034013, WILSON ALVES DE SOUZA, TR1 - 1ª Turma Recursal - BA, DJBA 15/12/2004.)

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. CORREÇÃO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO PELO IRSM INTEGRAL DE FEVEREIRO DE 1994. LIMITAÇÃO AO TETO.

1. É devida a atualização do salário de contribuição, para fins de apuração da
renda mensal inicial do benefício previdenciário, pelo IRSM integral do mês de fevereiro de 1994, em 39,67%, nos termos do art. 21, § 1º, da Lei nº 8.880/94.

2. Mesmo com o salário-de-benefício limitado ao teto na concessão do benefício, impende reconhecer o direito do autor à incidência do expurgo de fevereiro de 1994, tendo em vista a sistemática de aplicação do primeiro reajuste proporcional, onde a diferença percentual entre a média dos salários-de-contribuição e o teto é incorporada aos proventos.

3. No que atine ao pagamento das diferenças devidas, a partir da data do primeiro reajuste, impõe-se a utilização da taxa Selic em substituição aos juros de mora e correção monetária.

4. Inexistindo recorrente vencido, não há falar-se de condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 55, da Lei nº 9.099/95, aplicável ao JEF por força do art. 1º, da Lei nº 10.259/01. 5. Recurso parcialmente provido.

(Processo 865230520044013, CYNTHIA DE ARAÚJO LIMA LOPES, TR1 - 1ª Turma Recursal - BA, DJBA 01/10/2004.)

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. CORREÇÃO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO PELO IRSM INTEGRAL DE FEVEREIRO DE 1994. LIMITAÇÃO AO TETO. POSSIBILIDADE DE PROJEÇÃO DA DIFERENÇA PERCENTUAL PARA O PRIMEIRO REAJUSTE SUBSEQÜENTE DO BENEFÍCIO (LEI 8.880/94, ART. 21, §§2º E 3º)

1. É devida a atualização do salário-de-contribuição, para fins de apuração da renda mensal inicial do benefício previdenciário, pelo IRSM integral do mês de fevereiro de 1994, em 39,67%, nos termos do art. 21, § 1º, da Lei nº 8.880/94.

2. Mesmo com o valor do salário-de-benefício limitado ao teto na data da respectiva concessão, subsiste o direito do autor à incidência do IRSM de fevereiro de 1994, haja vista a sistemática de aplicação do primeiro reajuste proporcional, onde a diferença percentual entre a média dos salários-de-contribuição e o teto é incorporada aos proventos (Lei nº 8.880/94, §§2º e 3º).

3. As diferenças apuradas e devidas a partir da data do primeiro reajuste devem ser corrigidas monetariamente de acordo com os critérios do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, observados os limites estabelecidos na legislação previdenciária e a prescrição qüinqüenal, acrescidas dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, nos termos do art. 406 do Código Civil.

4. Recurso parcialmente provido. Sem honorários advocatícios, em face de inexistência de derrota da parte recorrente (Lei nº 9.099/95, art.55).

(Processo 968310320044013, CARLOS D'AVILA TEIXEIRA, TR1 - 1ª Turma Recursal - BA, DJBA 04/03/2005.)

Assim sendo, tendo em vista a ausência de similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas apresentados, o presente incidente não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n° 22 desta TNU.

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER do incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de março de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5008659-63.2012.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:CECILIA DE LARA
PROC./ADV.:SILMAR FERREIRA DITRICH
OAB:PR-25134
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDRÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora em face de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, confirmando sentença de improcedência, negou provimento ao recurso inominado interposto pelo(a) segurado(a), para julgar improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade (rural).

2. No Incidente de Uniformização, a parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado do TRF - 4ª Região.

3. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça" (art. 6º, III, do RI/TNU).

4. A alegação de divergência com acórdão de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

5. Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5008694-41.2012.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:JOÃO BATISTA
PROC./ADV.:RUBENS PEREIRA DE CARVALHO
OAB:PR-16794
PROC./ADV.:EDNA MARIA ARDENGHI DE CARVALHO
OAB:PR-39716
PROC./ADV.:LARIANE ARDENGHI DE CARVALHO
OAB:PR-54 103
PROC./ADV.:LEONARDO ARDENGHI DE CARVALHO
OAB:PR-49369
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que não reconheceu o exercício de atividade rural. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ.

2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

3. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir transcrito: "De outro lado, o início de prova material deve ser corroborado pela prova oral, de onde é possível extrair as condições em que a atividade rural era exercida, verificando-se a efetiva existência do regime de economia familiar ou do labor rural volante. No caso dos autos, a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. (...).Registro, em atenção às razões recursais, que embora o exercício da atividade rural seja regido pelo princípio da continuidade, no caso dos autos foi apresentado apenas um documento, relativo ao ano de 1968, não sendo capaz de constituir início de prova material para todos os períodos pretendidos. Ademais, conforme exposto pelo juízo a quo, as declarações do próprio autor levam à conclusão de que a atividade desempenhada pela família não se deu em regime de economia familiar, motivo pelo qual não é possível o enquadramento do autor como segurado especial."

4. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:5009131-27.2013.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:PAULO ANTONIO HEYMANN
PROC./ADV.:MAURICIO LUCENA PRÉVIDE
OAB:RS-50934
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO OU POR IDADE. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que não reconheceu o exercício de atividade rural, segundo o fundamento de início de prova material. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ (AgRg no REsp 1310097/SP; AgRg no REsp 1291482/MG e AgRg no REsp nº 1.150.564/SP).
2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
3. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir transcrito: "5. No caso dos autos, verifico que a r. sentença recorrida foi clara e bem fundamentada com uma linha de raciocínio razoável e coerente, baseando-se nas provas constantes nos autos. Ademais, a matéria suscitada em sede recursal já foi exaustivamente analisada pelo juízo de origem. Assim, utilizando-me do disposto no artigo 46 da Lei n. 9.099/95, combinado com o artigo 1º da Lei n. 10.259/01, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida por seus próprios fundamentos, os quais adoto como razões de decidir, dando-os por transcritos." Já da sentença constam os seguintes fundamentos: "Nos autos, a prova documental hábil a comprovar a atividade rurícola desenvolvida pela parte autora resume-se ao certificado de reservista, onde consta que, quando do alistamento militar (1961) exercia ele a atividade de lavrador. Os depoimentos das testemunhas ouvidas em juízo, no período que se quer ver reconhecido (últimos quinze anos), restaram isolados diante da falta de outras provas documentais, uma vez que esta se resumiu no certificado de reservista, expedido há quase meio século. Assim, a pretensão encontra óbice no art. 55, § 3º, da Lei 8213/91."
4. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5009192-73.2013.4.04.7110
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MARISA PEREIRA AVILA
PROC./ADV.:ANA PAULA MEDINA KONZEN
OAB:RS-55671
PROC./ADV.:GUILHERME VALENTINI
OAB:RS-54207
PROC./ADV.:MARCO ANTONIO BORBA
OAB:RS-23680
PROC./ADV.:MARIA ADRIANA SEVERIANO
OAB:RS-89308
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSIONISTA. LIMITE MÁXIMO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. ART. 14, § 3º, MP Nº 2.215-10/2001. APLICAÇÃO AOS PENSIONISTAS MILITARES. LIMITE DE 70% DOS PROVENTOS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela União contra acórdão da 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que reconheceu o direito da parte autora de majorar a sua margem consignável junto ao Ministério do Exército, de 30% para 70%, em igualdade de condições com os militares ativos e inativos, nos termos previstos na legislação de regência.
Alega a recorrente, em suma, que não existe ilegalidade no impedimento da União à elevação da margem consignável e que a Portaria nº 014-SEF/2011 não excedeu o seu limite de regulamentar a MP nº 2215-10/2001, porquanto tratou apenas de adequar a regulamentação da matéria, no âmbito do Exército, à legislação efetivamente aplicável aos pensionistas. Cita precedentes das Turmas Recursais do Rio de Janeiro e de Sergipe.
Com contrarrazões e após ter sido admitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, vieram os autos distribuídos a este Relator.
É o breve relatório.
Tenho por demonstrada a divergência.
A questão controversa já foi debatida por esta Colegiado, no julgamento do PEDILEF nº 50059466920134047110 (Relator Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 23/01/2015, p. 68/160), cuja ementa restou lavrada nos seguintes termos:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSIONISTA. LIMITE MÁXIMO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. ART. 14, § 3º, MP Nº 2.215-10/2001. APLICAÇÃO AOS PENSIONISTAS MILITARES. LIMITE DE 70% DOS PROVENTOS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela União, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido para reconhecer o direito de pensionista militar à utilização de margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos.
2. O aresto combatido reconheceu o direito à utilização de margem consignável no limite de 70% da remuneração do militar/pensionista, sob o entendimento de que assim há expressa previsão legal, contida no art. 14, § 3º, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001, motivo pelo qual a Portaria nº 014/2011 da Secretaria de Economia e Finanças do Exército brasileiro afrontou o dispositivo legal, ao limitar a margem consignável a 30% da remuneração de pensionista militar.
3. A União sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas, que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que a margem consignável para nas pensões militares é de até 30% da remuneração, nos termos do que disposto na Lei nº 1.046/50.
4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido."
5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).
6. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.
7. Explico:
8. No acórdão recorrido, a Turma Recursal do Rio Grande do Sul, mantendo a sentença, entendeu ser o caso do deferimento do pedido, para reconhecer o direito de pensionista militar à utilização de margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos, sob o seguinte fundamento:
"Pois bem, se o art. 14, § 3º, da MP 2.215-10/2001 estabelece que, aplicados os descontos, o militar não pode receber quantia inferior a 30% da sua remuneração ou proventos, infere-se, a contrario sensu, que ele pode comprometer até 70% de seus vencimentos com descontos obrigatórios ou autorizados.
Logo, não poderia um ato infralegal, nomeadamente a Portaria nº 14-SEF, de 06 de outubro de 2011, restringir os descontos autorizados dos pensionistas ao máximo de 30% da pensão (art. 8º, IV). Trata-se de disposição ilegal, por contrariar os ditames da medida provisória que trata do tema.
Trata-se de disposição não apenas ilegal, mas também anti-isonômica, porque se destina apenas aos pensionistas, não abrangendo os militares ativos e inativos, cujos descontos podem atingir até 70% (setenta por cento) da sua remuneração ou proventos (art. 8º, I).
Reputo, portanto, merecer guarida o pleito de majoração da margem consignável para o limite de 70% da pensão militar da parte autora, incluídos nesse percentual os descontos obrigatórios".
9. Nos casos paradigmas (4ª TR/RJ, Processo nº 0129555-43.4.02.5167/01; TR/SE, Processo nº 0503558-98.2013.4.05.8500), se decidiu que o limite para utilização de comprometimento de pensão militar com empréstimos consignados é de até 30% da remuneração, sob os entendimentos, em síntese, de que a legislação aplicável aos pensionistas militares é a Lei nº 1.046/50 (que estabelece o limite de 30%), considerando os precedentes, quanto à MP 2.215-10/2011, que esta não é aplicável aos pensionistas por destinar-se exclusivamente aos militares (julgado da TR/SE) ou por, coexistindo com a Lei nº 1.046/50, caber a aplicação da legislação anterior, em interpretação "sistemática" das leis.
10. Portanto, há a similitude fática e jurídica a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/margem consignável prevista na MP 2.215-10/2001) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se aplicável aos pensionistas militares a norma legal questionada; nos paradigmas, entendeu-se aplicável apenas aos militares.
11. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
12. Como visto, a questão controversa centra-se na definição da aplicabilidade, ou não, aos pensionistas militares, do limite da margem consignável previsto na Medida Provisória nº 2.215-10/2001, que estabelece, ao tratar dos descontos na remuneração/proventos do militar, que "na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos" (art. 14, § 3º).
13. Sendo mais específico, a questão centra-se na definição de qual o regramento legal sobre a disponibilidade dos pensionistas militares acerca dos seus proventos, para fins de celebração de empréstimo com consignação em folha de pagamento.
14. De início, é de se afastar a aplicação da Lei nº 10.820/2003, considerando-se que destinada exclusivamente a "empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT", o que não é o caso dos autos.
15. Também entendo inaplicável ao caso os dispositivos da Lei nº 8.112/90, posto que destinada aos servidores públicos civis federais.
16. Por outro lado, dispondo sobre a consignação em folha de pagamento, há dispositivo legal específico disciplinando a matéria no âmbito da Administração Pública, qual seja, a Lei nº 1.046/50, que definiu aqueles que podem consignar:
"Art. 4º Poderão consignar em fôlha: (Vide Lei nº 5.725, de 1971)
I - Funcionários públicos ou extranumerários, mensalistas, diaristas, contratados e tarefeiros;
II - Militares do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
III - Juízes, membros do Ministério Público e serventuários da Justiça;
IV - Senadores e Deputados;
V - Servidos e segurados ou associados de autarquias, sociedades de economia mista, ernprêsas concessionárias de serviços de utilidade pública, ou inucorporada ao patrimônio público;
VI - Associados e servidores de cooperativas de consumo, com fins beneficentes, legalmente constituídas;
VII - Servidores civis aposentados, e militares reformados, ou da reserva remunerada;
VIII - Pensionistas civis e militares" (grifei).
17. Por sua vez, a Medida Provisória nº 2.215-10/2001, dispondo sobre a reestruturação dos militares das Forças Armadas, estatuiu:
"Art. 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.
§ 1o Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.
§ 2o Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.
§ 3o Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos."
18. A resolução da controvérsia passa, a meu sentir, em um primeiro momento, pela solução de questão de natureza intertemporal e de prevalência entre leis, relativamente à aplicabilidade da Lei nº 1.046/50 e da MP 2.215-10/2001 em relação aos militares e seus pensionistas, para, em seguida, abordar-se questão referente a uma exegese quanto àquilo que não restou declarado expressamente na MP 2.215-10/2001.
19. Em outras palavras, impõe-se inicialmente definir-se se, no caso concreto, incide a Lei nº 1.046/50 ou a MP 2.215-10/2001.
20. Sobre o tema, entendo que, versando a Lei 1.046/50 sobre consignação em pagamento no âmbito da Administração Pública (que não só a Federal), portanto, disciplinando um leque abrangente de servidores públicos, não prevalece sobre a MP 2.215-10/2001, em razão de este novel diploma legal possuir natureza específica em relação aos militares.
21. Portanto, no que se refere à consignação em folha de pagamento envolvendo os militares das Forças Armadas brasileiras, entendo que a Lei nº 1.046/50 foi derrogada pela MP 2.215-10/2001, cujos dispositivos devem prevalecer ao se tratar da matéria, como é o caso dos autos, em que a parte-autora é pensionista de militar do Exército nacional.
22. Tal conclusão nos conduz ao segundo ponto controverso: se a MP 2.215-10/2001, ao tratar da consignação em pagamento relativamente aos militares, alcançou os seus pensionistas.
23. Adianto a conclusão no sentido afirmativo.
24. Neste contexto, observe-se que as Pensões Militares têm regramento específico (Lei nº 3.765/60), que nada dispôs acerca dos descontos incidentes sobre o benefício, silêncio, pois, natural, no sentido de que às pensões militares (ante a sua natureza acessória em relação à remuneração do instituidor) aplica-se, na omissão do estatuto específico, aquilo que foi estabelecido relativamente ao militar, agente instituidor do benefício da pensão.
25. A pensão militar está tão umbilicalmente associada à remuneração do militar que a instituiu que, além de guardar total equivalência de valores com a remuneração ou proventos do militar (art. 15 da Lei nº 3.765/60), uma mesma norma legal (a multicitada MP 2.215-01/2001) tratou simultaneamente da reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas e promoveu diversas alterações na própria Lei nº 3.765/60, de modo que resta indubitável que o legislador quis dar tratamento semelhante aos dois institutos (a remuneração do instituidor e a pensão por morte dela decorrente).
26. O fato de a Lei nº 3.765/60 não tratar dos descontos nos benefícios de pensão por morte decorre da circunstância de que a norma se preocupou em regular apenas aquilo que era próprio do benefício, deixando os elementos que são comuns à remuneração/proventos do militar e à pensão militar para serem tratados no regramento geral (MP 2.215-10/2001 e Lei 6.880/80/Estatuto dos Militares).
27. Acresça-se que, ainda que se entendesse que o disposto na MP 2.215-10/2001 destina-se exclusivamente aos militares (e não às pensões militares), ainda assim, estaria a questão quanto aos descontos sobre a pensão carente de regramento, de modo que a referida medida provisória seria aplicada por analogia, em face da já citada sintonia entre a remuneração do militar e pensão dela decorrente.
28. Note-se que, sendo a pensão militar equivalente à remuneração do militar (cf. o art. 15 da Lei nº 3.765/60), não há razão a justificar o tratamento diferenciado entre o militar e o seu pensionista, cujos benefícios, ontologicamente analisados, são semelhantes.
29. Isto porque sendo os benefícios equivalentes (a exceção de parcelas próprias da atividade militar, como diárias, transporte, auxílio-alimentação), tem-se que as parcelas majoritárias e permanentes do militar (soldo e adicionais) compõem os proventos do pensionista (art. 15 da Lei nº 3.765/60 c/c art. 10 da MP 2.215-10/2001), de modo que não há que se falar em maior proteção ao pensionista (por receber valor inferior), posto que, como já citado acima, a pensão e os proventos do militar são equivalentes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

30. Consigne-se que mesmo a circunstância de o militar não receber na inatividade remuneração igual à da atividade não afasta o raciocínio defendido neste voto, uma vez que o militar na inatividade tem o limite consignável de 70% dos seus proventos, e sendo estes iguais à pensão militar, não há que se falar em tratamento diferenciado, posto que prevalece na hipótese o princípio da isonomia (art. 5º da CF/88).
31. Neste contexto, analisando-se o tratamento dado aos servidores públicos federais civis pela legislação de regência, afigura-se como insustentável o tratamento diferenciado entre o militar e seu pensionista, no que se refere ao tema ora em questão.
32. Isto porque, no que se refere ao servidor público civil federal, a consignação em folha de pagamento limita-se a 30% da respectiva remuneração, não fazendo distinção entre servidor público ativo, inativo e pensionista (art. 8º c/c art. 2º, III, do Decreto nº 6.386/2008, que regulamentou o art. 45 da Lei nº 8.112/90).
33. Ora, se o pensionista de servidor público civil federal, que não recebe a integralidade da remuneração do instituidor (art. 40, § 7º, I e II, da CF/88, com a redação dada pela EC nº 41/2003), não tem maior proteção que o instituidor, não há como entender-se que, para o pensionista militar, que possui rendimentos equivalentes ao militar, não se iguala a margem consignável, pela aplicação do disposto no art. 14, § 3º, da MP 2.215-10/2001.
34. Acresça-se que, tratando-se de matéria afeita à livre disposição de vontade do cidadão e ao intervencionismo estatal em sua esfera privada, entendo que a interpretação da norma deve ser feita de forma a equilibrar a finalidade protetiva aos rendimentos de natureza alimentar e a livre disposição da vontade, o que, no caso, pelas razões acima apontadas, conduz à prevalência da liberdade do pensionista em utilizar até 70% da remuneração em descontos obrigatórios e facultativos.
35. Pelo que acima foi exposto, é de concluir pela ilegalidade da restrição contida na Portaria 014/2011/SEF, do Exército brasileiro, por extrapolar o poder regulamentador da Administração Pública, ao estabelecer restrição aos pensionistas militares em afronta ao direito que lhes assiste na Medida Provisória nº 2.215-10/2001 de utilização do limite máximo de 70% de seus proventos para fins de descontos obrigatórios e facultativos, prevalecendo aqueles sobre estes.
36. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, negando-se, porém, provimento ao recurso da União, para firmar a tese de que aos pensionistas militares é garantido o direito previsto no art. 14, § 3º, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001 de utilização do limite máximo de 70% de seus proventos para fins de descontos obrigatórios e facultativos.
Nesse mesmo sentido encaminhou-se a decisão no julgamento dos incidentes de uniformização de nºs 5005663-46.2013.4.04.7110, de relatoria do Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebelo, e 5007134-97.2013.4.04.7110, de relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, ambos julgados em 11/12/2014.
Dessa forma, o incidente de uniformização não merece provimento, haja vista que o acórdão impugnado encontra-se em conformidade com o entendimento uniformizado por esta Turma Nacional.
Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 18 de fevereiro de 2016

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5010343-23.2012.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:VALDOMIRO PACHECO
PROC./ADV.:OLINDO DE OLIVEIRA
OAB:PR-18664
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que não reconheceu o exercício de atividade rural no período de 01/01/1975 a 31/12/1984, sob o fundamento de falta de início de prova material. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU (PEDILEF 200570510029310).
2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
3. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir transcrito: "Tenho, assim, ao contrário do constante da sentença, que não é possível o reconhecimento do trabalho rural por um período de dez anos (de 1974 a 1984) sem nenhum documento que o comprove. Certo que não se deve exigir um documento para cada ano alegadamente trabalhado, isso não significa, por outro lado, que se deva admitir um lapso tão grande de tempo lastreado exclusivamente em prova testemunhal."
4. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5010756-97.2011.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:DANIELE APARECIDA DE RAMOS FRANÇA
PROC./ADV.:CLAUDIA SALLES VILELA VIANNA
OAB:PR/26.744
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DE AUXÍLIO-DOENÇA PRECEDIDO DE OUTRO AUXÍLIO-DOENÇA SEM PERÍODO CONTRIBUTIVO INTERCALADO. SALÁRIOS-DE-BENEFÍCIO DO AUXÍLIO-DOENÇA ANTERIOR COMPUTADOS COMO SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO NO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO DO AUXÍLIO-DOENÇA ATUAL. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STF NO RE Nº 583.834 A QUALQUER BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Paraná, que não acolheu o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício de aposentadoria por invalidez de que a parte autora é titular, mediante aplicação do artigo 29, §5º, da Lei nº 8.213/91.
2.Alega a parte autora que o acórdão recorrido diverge do entendimento da TNU (PEDILEF nºs 200651510253490 e 200651680044516), segundo o qual seria inaplicável o artigo 36, §7º do Decreto 3.048/1999 no cálculo do benefício.
3.Sem razão a parte recorrente. Os paradigmas indicados referem-se a julgados anteriores ao decidido pelo STF no RE 583.834, que resolveu a questão.
4. O acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a mais recente jurisprudência desta TNU sobre o tema, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, a teor da Questão de Ordem nº 13/TNU, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias.
5.Com efeito, a jurisprudência desta TNU inclina-se no sentido do acórdão recorrido, estabelecendo que "para qualquer benefício por incapacidade, somente se considerará no período básico de cálculo da renda mensal inicial a renda mensal de benefício por incapacidade que o preceda, se houver a intercalação de período contributivo". (PEDILEF 5005589-23.2012.4.04.7208, Rel. Juíza Federal Kyu Soon Lee, de 08/10/2014).
6.Assim, verificada a consolidação da jurisprudência desta Turma em sentido contrário à tese defendida pela parte recorrente, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13 da Turma Nacional de Uniformização, que estabelece o não cabimento do incidente de uniformização nestas circunstâncias, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
7.Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de uniformização, nos termos da Questão de Ordem 13.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5011715-76.2013.4.04.7201
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:IVANIR GASPARIN
PROC./ADV.:EVERTON LUIS DE AGUIAR
OAB:SC-14319
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO - TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS GOZADAS - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO VERGASTADO E OS PARADIGMAS INVOCADOS (QUE TRATAM DAQUELA EXAÇÃO SOBRE FÉRIAS INDENIZADAS E RESPECTIVO ADICIONAL, AVISO PRÉVIO INDENIZADO E DA VERBA DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO DO FGTS) - APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 22/TNU - QUESTÃO TAMBÉM RESOLVIDA EM RECENTE DECISÃO DO STJ, NO JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA RESP. Nº 1.459.779, FICANDO CONSOLIDADO QUE O IMPOSTO DE RENDA INCIDE SOBRE O ADICIONAL DE 1/3 INCIDENTE SOBRE AS FÉRIAS GOZADAS. APLICAÇÃO DO ART. 9º, INCISO IX, DO RI/TNU E QUESTÃO DE ORDEM Nº 24/TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO.
VOTO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina. No caso, a Turma de origem entendeu pela incidência de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias gozadas.
Sustenta a parte ora requerente que a exação em comento não incide sobre os valores recebidos a título de terço constitucional de férias em face do caráter indenizatório desse adicional. Junta como paradigmas arestos do STJ, todos no sentido da não incidência de imposto de renda sobre férias indenizadas e respectivo adicional, aviso prévio indenizado e da verba decorrente da indenização do FGTS.
A toda evidência os julgados paradigmas trazidos pela parte autora fazem referência à situação diversa daquela discutida nos autos, abordando a não incidência de imposto de renda sobre o adicional de férias indenizadas, quando o aresto da Turma Recursal de origem tratou daquela exação sobre o terço constitucional de férias gozadas e, portanto, não indenizadas.
Destarte, tenho que a solução do presente Incidente se adéqua à Questão de Ordem nº 22/TNU:
"É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
De mais a mais, cumpre salientar que a jurisprudência do STJ já assentou, em recente julgamento do recurso representativo da controvérsia REsp. nº 1.459.779 (julgado em 22.04.2015), que o Imposto de Renda incide sobre o adicional de 1/3 incidente sobre as férias gozadas, tal como entendeu o Colegiado prolator da decisão combatida. Confira-se:
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS. 1. No recente julgamento do recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.459.779 - MA (Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Rel. p/acórdão Min. Benedito Gonçalves, julgado em 22.04.2015) esta Corte reafirmou, na forma do art. 543-C do CPC, a sua jurisprudência no sentido de que o Imposto de Renda incide sobre o adicional de 1/3 incidente sobre as férias gozadas. Registro que fui vencido no julgado e faço a ressalva de minha posição pessoal. 2. Recurso ordinário não provido (ROMS 201401194112, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2015).
Sendo assim, também nos termos do art. 9º, inciso IX, do RI/TNU e da Questão de Ordem nº 24 , o presente Incidente não deve ser conhecido, uma vez que em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Assim, voto pelo NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE, nos termos da fundamentação supra.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de Março de 2016.
Juiz Federal Wilson Witzel
Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5012671-54.2011.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NELSI JOSE MACHADO
PROC./ADV.:DANIELA MENEGAT BIONDO
OAB:RS-32542
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO COMUM. ANOTAÇÕES NA CTPS. PRECEDENTES DE TURMA RECURSAL E DA TNU. SEM SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal apresentado pela parte ré contra acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que confirmou a sentença de parcial procedência na qual foram reconhecidos períodos de atividade urbana e rural, resultando na concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.
2.No incidente de uniformização argumenta o INSS que a CTPS não pode servir como único meio de prova da atividade laboral, pois "tem presunção relativa, e pode ser refutada mediante prova em contrário, não constituindo prova plena do exercício de atividade em relação à Previdência Social".
3.Apresenta como paradigmas decisões de Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás e desta Turma Nacional de Uniformização (TNU).
4.O incidente de uniformização não foi admitido na origem.
5.Os paradigmas indicados não se mostram válidos para o conhecimento do incidente.
6.Verifico que, após análise do conjunto probatório, foram reconhe-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cidos os vínculos anotados na CTPS, vez que, a despeito do precário estado de conservação do documento, por ser muito antigo, os dados estão lançados em ordem cronológica e sem rasuras. Leia-se o trecho da sentença confirmada pelos próprios fundamentos:
"No caso concreto, a parte autora juntou aos autos a sua CTPS, na qual constam Contratos de Trabalho com Lauro J. Schiefferdecker, no período de 24/09/1968 a 31/01/1969, com as Empresas EMEC S/A, no período de 14/04/1969 a 17/06/1971, e Hércules S/A, no período de 14/06/1972 a 06/10/1972, e com Francisco Adoryan, no período de 01/11/1972 a 21/06/1974. Tratando-se de documento emitido na década de 60 (sessenta), não é razoável afastar o cômputo dos períodos pretendidos em virtude do mau estado da CTPS apresentada pelo autor. Com efeito, não há elementos para descaracterizar a presunção juris tantum de veracidade do registro na CTPS do autor. Malgrado o documento não esteja em bom estado de conservação, verifica-se que as páginas acostadas pertencem à CTPS anexada, bem como que as anotações estão em ordem cronológica e que não há rasuras e nem emendas. Portanto, com relação aos períodos postulados, existe prova material robusta do vínculo empregatício da parte autora, uma vez que a anotação do vínculo empregatício na CTPS goza de presunção juris tantum de veracidade, que só pode ser afastada por suspeitas objetivas e razoavelmente fundadas acerca das anotações. Cumpre salientar que não pode o empregado ser penalizado pela falta ou atraso do empregador, já que não incumbe àquele o ônus do recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, que devem ser recolhidas pelos empregadores (cf. art. 30, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212/91). Dessa forma, a falta ou o eventual atraso no recolhimento das contribuições devidas não prejudica o cômputo dessas contribuições no período de carência. "
7.Os paradigmas apresentados pelo INSS, por outro lado, tratam de situação diversa, em que o vínculo foi registrado na CTPS do trabalhador como resultado de reconhecimento do período em reclamatória trabalhista. Trata-se, portanto, de caso distinto que não permite o processamento de incidente de uniformização.
8.Em face do exposto, entendo que o pedido de uniformização não merece ser acolhido, pois não foi demonstrado o conflito de decisões de Turma Recursais de diferentes regiões ou contrariedade a jurisprudência dominante do STJ/TNU e tampouco similitude fático-jurídica com o precedente invocado.
9.O voto é por não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização.
Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5012853-09.2012.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARCELIANO GRSZESCZAK
PROC./ADV.:MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
OAB:PR-16716
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que não reconheceu o exercício de atividade rural. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ.
2. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
3. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir transcrito: "De outro lado, o início de prova material deve ser corroborado pela prova oral, de onde é possível extrair as condições em que a atividade rural era exercida, verificando-se a efetiva existência do regime de economia familiar ou do labor rural volante. No caso dos autos, a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. (...).Registro, em atenção às razões recursais, que embora o exercício da atividade rural seja regido pelo princípio da continuidade, no caso dos autos foi apresentado apenas um documento, relativo ao ano de 1968, não sendo capaz de constituir início de prova material para todos os períodos pretendidos. Ademais, conforme exposto pelo juízo a quo, as declarações do próprio autor levam à conclusão de que a atividade desempenhada pela família não se deu em regime de economia familiar, motivo pelo qual não é possível o enquadramento do autor como segurado especial."
4. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5014135-28.2011.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOÃO ÉLCIO TRIERVEILER
PROC./ADV.:ALINE DA SILVA NORONHA
OAB:SC-28 268
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. VERBAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. DESVINCULAÇÃO DO CONCEITO DE REMUNERAÇÃO. INCIDÊNCIA. TESE JÁ FIRMADA POR ESTA CORTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDILEF Nº. 50059551820144047200. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela UNIÃO FEDERAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
Na vertente, os autos foram remetidos pela Presidência da Turma de Santa Catarina ao Colegiado de origem para juízo de adequação, em razão da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.089.720/RS, relativo à incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista (in casu, movida contra a TELESC TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A).
O referido julgado da Corte Cidadã prestigia as seguintes teses:
Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).
Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).
Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.
O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.
Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".
Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item "3", subsistindo a isenção decorrente do item "4" exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.
Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal) (REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 28/11/2012).
No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento de verbas exclusivamente fundadas em participação nos lucros. A Turma de origem entendeu que, como na época do pagamento da verba decorrente de condenação judicial na esfera da Justiça do Trabalho, o autor não possuía mais vínculo com a demandada, não incide imposto de renda, pois o pagamento ocorreu no contexto da rescisão do contrato de trabalho. Em outras palavras: o Colegiado prolator da decisão ora combatida concluiu que a situação da parte autora recai na primeira exceção de incidência de IRPF aludida pelo precedente do STJ: "são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não".
A UNIÃO FEDERAL sustenta no seu Pedido de Uniformização que a decisão atacada diverge da jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS e 1.089.720/RS), uma vez que, para ficar caracterizado o contexto de rescisão de contrato de trabalho e a correspondente isenção do IRPF sobre os juros de mora, não basta haver a ação trabalhista ou a inexistência do vínculo no momento do pagamento das verbas devidas, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias. Sustenta ainda ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
Apreciando caso análogo ao destes autos, esta Turma Nacional de Uniformização já firmou os seguintes entendimentos:
1º- que o constituinte (art. 7º, XI, CRFB) excluiu o conceito de participação nos resultados das verbas decorrentes de remuneração, não havendo vinculação direta às verbas rescisórias; além do que a própria Lei nº. 10.101/00, a qual dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, em seu artigo 3º, endossou esse entendimento, desvinculando a participação da base de incidência de qualquer encargo trabalhista;
2º- que a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial, eis que a verba em tela está excluída de ambas as exceções admitidas pelo STJ (verbas rescisórias; e verbas isentas do imposto de renda), sendo o valor decorrente de participação em resultados tributado, a teor da Lei nº. 10.101/00 (PEDILEF 50059551820144047200, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329).
Isso posto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Incidente manejado pela União Federal/Fazenda Nacional para julgar improcedente o pedido formulado na petição inicial, tendo em vista a tese já fixada por esta Corte de que são suscetíveis de incidência de IRPF os juros moratórios de verbas decorrentes de participação nos lucros e resultados.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de Março de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5018000-25.2012.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):DEURIVALDO CARDOSO SILVA
PROC./ADV.:JOSÉ GERALDO DANIELSKI
OAB:SC-12835
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO TRABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS, NÃO INSERIDAS NO CONTEXTO "DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO", O QUAL PRESSUPÕE A PERDA DE EMPREGO. ISENÇÃO QUE É CIRCUNSTANCIAL PARA PROTEGER O TRABALHADOR EM UMA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DESFAVORÁVEL, O QUE NÃO OCORRE QUANDO O CONTRATO DE TRABALHO DO AUTOR FOI EXTINTO POR PASSAR AO REGIME ESTATUTÁRIO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.112/90. PRECEDENTES DO STJ (REsp n. 1.089.720/RS) E DESTA TNU. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela UNIÃO FEDERAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
Na vertente, os autos foram remetidos pela Presidência da Turma de Santa Catarina ao Colegiado de origem para juízo de adequação, em razão da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.089.720/RS, relativo à incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista.
O referido julgado da Corte Cidadã prestigia as seguintes teses:
Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).

Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.

O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.

Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".

Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item "3", subsistindo a isenção decorrente do item "4" exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.

Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda;Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal) .

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES / Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

A Turma de origem entendeu que, como o então contrato de trabalho do autor foi extinto por passar ao regime estatutário instituído pela Lei nº 8.112/90, tal situação deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho", de modo a recair na primeira exceção de incidência de IRPF aludida pelo precedente do STJ: "são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não".

A UNIÃO FEDERAL sustenta no seu Pedido de Uniformização que a decisão atacada diverge da jurisprudência do STJ (REsp 1.227.133/RS e 1.089.720/RS), uma vez que, para ficar caracterizado o contexto de rescisão de contrato de trabalho e a correspondente isenção do IRPF sobre os juros de mora, não basta haver a ação trabalhista ou a inexistência do vínculo no momento do pagamento das verbas devidas, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias. Argumenta que, no caso, muito embora tenha havido a extinção do contrato de trabalho, ele na verdade se transformou em vínculo estatutário, sem que tenha havido propriamente a perda do emprego.

Relatei. Passo a proferir o VOTO.

Assiste razão à União Federal, ora requerente, uma vez que a transição de regime celetista para estatutário, por não propiciar perda de emprego, não deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho" para ensejar a isenção do IRPF sobre os juros de mora aludida no julgamento do REsp 1089720/RS. Com efeito, conforme destacou aquela Egrégia Corte, a isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), o que não ocorre na espécie, porquanto a parte autora não ficou economicamente desamparada, mas tão somente alterou a natureza do vínculo e passou a estar tutelada pelo regime da Lei 8.112/90.

Esta Corte de Uniformização Nacional, julgando demandas análogas a presente, também já se manifestou pela incidência da exação sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. Confira-se:

"[...] Da análise do acórdão vergastado, depreende-se que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico. Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação. No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06 % (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - no mês de junho de 1987, e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na ação trabalhista n.º 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC - contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Em suma, na hipótese em tela, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e de diferenças salariais. Destarte, a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. 5. Por essas razões, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) deve ser CONHECIDO e PROVIDO, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e de restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame" (PEDILEF 50040163720134047200, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 15/04/2015 PÁGINAS 172/329).

"[...] No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. 4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação. 5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência" (PEDILEF 50061243920134047200, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 24/04/2015 PÁGINAS 140/162).

Forte nas razões acima e nos precedentes retrocolacionados, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Pedido Nacional de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 16 de Março de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5019195-60.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MÁRIA PORFÍRIO DE ALMEIDA OLIVEIRA
PROC./ADV.:ALEXANDRE FERRON BATISTA BOUZO
OAB:MS-12902
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pela MMa. Juíza Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Paraná, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o requerimento, nele veiculado, visava à nova apreciação de questão fática, o que não se ajusta às hipóteses de cabimento do Pedido de Uniformização (enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização se que implique reexame de matéria de fato").

2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge de entendimento da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás (Processo n. 2007.35.00.714022-1). Aduz que a Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná teria julgado improcedente pedido para concessão de benefício de auxílio-doença, com a conversão em aposentadoria por invalidez, considerando que a incapacidade laborativa da demandante é pré-existente ao seu ingresso do Regime Geral da Previdência Social, ao passo que o entendimento da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás é no sentido de que a doença pré-existente, por si só, não é causa de recusa à concessão de benefício por incapacidade.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Em análise do recurso, verifico que a decisão agravada observou corretamente a orientação do enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU, uma vez que o acórdão prolatado, em julgamento de recurso inominado, aplicou o princípio do livre convencimento do magistrado diante das provas apresentadas e concluiu que a incapacidade da parte autora é pré-existente à sua filiação Regime Geral da Previdência Social. A propósito, transcrevo o voto-ementa do julgado, integrado pela decisão proferida nos embargos de declaração:

VOTO

Trata-se de recurso do INSS conta a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido contido na petição inicial para o fim de condenar o INSS a conceder o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez a partir da data do requerimento administrativo, fixando a DIB em 09/07/2012 e a DIP em 01/12/2013. Outrossim, condenou o requerido ao pagamento das parcelas vencidas, atualizadas desde a data em que eram devidas de acordo com os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (nova redação do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/1997), uma única vez, até a data da elaboração da conta final.

Em síntese, alega a autarquia previdenciária que a incapacidade da autora seria preexistente ao seu ingresso junto ao RGPS e que sua incapacidade deve ser avaliada levando-se em conta suas atividades habituais. Aduz, ainda, que a data da DIB da aposentadoria seja fixada a contar da perícia judicial. Por fim, volta-se contra a fixação de juros nos moldes determinados pela sentença.

Com as contrarrazões, vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Fundamentação

Assiste razão ao INSS.

De início, cumpre consignar que é incontroversa a presença da incapacidade da autora.

Do exame dos autos, verifica-se que a parte autora está efetivamente incapaz para o exercício de qualquer trabalho, inclusive para a atividade de empregada doméstica, por ser portadora de sequela de poliomielite e senectude acentuada desde a sua infância (quesito 7, Evento 7).

Realmente, segundo o laudo pericial, a autora é portadora de hipotrofia muscular e óssea em todo o membro inferior esquerdo e a lesão é decorrente de paralisia infantil.

Entretanto, assiste razão ao INSS no que tange à preexistência da incapacidade, não preenchendo a autora o requisito da qualidade de segurada.

Com efeito, verifica-se que, ao contrário do atestado no laudo pericial, a parte autora já estava em situação de incapacidade quando passou a contribuir para o RGPS, em 04/2011, quando contava com quase 60 (sessenta) anos de idade.

Imperioso destacar que a autora começou a contribuir como contribuinte invididual (em 04/2011) já em idade avançada, quando a maioria das pessoas já está na iminência da aposentação. Ademais, o contrato iniciado em outubro do mesmo ano refere-se a vínculo com sua própria filha, Renata Porfírio de Oliveire Figueiredo. Num mercado de trabalho concorrido, quais são, pergunta-se, as chances de que alguém, com seqüelas de paralisia infantil, seja contratado aos sessenta anos de idade?

Fica claro que o vínculo que se formalizou, bem como as contribuições que lhe antecederam, tinham o objetivo apenas de constituir em favor da autora a qualidade de segurada, de forma fictícia, para fins de concessão de benefício por uma incapacidade que se revelava evidente.

Ora, o Perito foi enfático em afirmar que a doença de que a autora é portadora possui caráter degenerativo, agravando-se com o passar dos anos. Confira-se:

'O exame pericial foi realizado em janeiro de 2013, considerei a DII como sendo no momento do exame pericial ou data muito próxima. Os documentos médicos apresentados corroboram o que afirmei, há um documento médico datado de 14 de agosto de 2012 que reconhece que a Autora estaria trabalhando e recomenda 10 dias de repouso, o documento leva a conclusão que a Autora estaria apta para o trabalho a partir de 24/08/12.

Outro documento médico datado de 28/ de agosto de 2012 emitido por médico ortopedista afirma existir incapacidade para o trabalho e de modo definitivo, o documento pode ser considerado coerente com as conclusões da pericia judicial, em casos de doença que vão degenerando a fixação do exato momento da DII carrega, necessariamente, algum grau de subjetividade. De tudo o visto é razoável supor que a data do inicio da incapacidade surgiu em algum momento entre o meio de 2012 e o inicio de 2013.' (evento 34).'

Como alguém, doente desde a infância, com uma doença degenerativa grave, torna-se repentinamente capaz aos 60 anos de idade? E para trabalhar para a filha?

Segundo o Perito, a autora não estava incapaz em 29/11/2011 (quando do requerimento administrativo), mas teria se tornado incapaz algum tempo próximo à perícia (realizada em 24/01/2013 - evento 03 ATO1).

Pois bem. Justamente pelo caráter degenerativo da doença, anotado pelo Expert, e pelo fato de a autora ser portadora de sequela de polimielite e senectude acentuada (paralisia infantil) desde a infância (quesito 7, Evento 7), conclui-se pela preexistência da incapacidade. Deveras, como bem ponderado pelo Recorrente, não é razoável crer que as sequelas de poliomielite sustentadas pela autora não a in-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

capacitaram por quase 60 anos, mas, em menos de um ano, a senectude de seu membro inferior evoluiu para a incapacidade.
De mais a mais, o próprio Expert consignou que, em casos de doença degenerativa, a fixação do exato momento da DII carrega, necessariamente, algum grau de subjetividade. E, nesse tópico, permito-me respeitosamene discordar da conclusão subjetiva adotada pelo i. Perito, pelos motivos supra mencionados.
É de se ressaltar que, em matéria técnica, como é a incapacidade, prevalecem, em princípio, as conclusões do perito judicial.
Todavia, o artigo 436 do CPC autoriza o juiz a formar seu convencimento com base em outros elementos de prova constante dos autos, não estando adstrito ao laudo pericial.
Destarte, a sentença merece ser reformada, com o julgamento de improcedência do pedido inicial, ante o reconhecimento da preexistência da incapacidade.
Dispositivo
Revogo a antecipação dos efeitos da tutela deferida por ocasião da sentença e, nos termos da jurisprudência do STJ (REsp 1.384.418/SC), o INSS não está impedido de repetir os valores já pagos por força da tutela deferida. No entanto, o presente julgado não constitui título executivo em favor do INSS, uma vez que a questão ora tratada não faz parte da ação em julgamento e nos Juizados Especiais não se admite pedido contraposto.
Sem honorários sucumbenciais.
Considero prequestionados especificamente todos os dispositivos legais e constitucionais invocados na inicial, contestação e razões de recurso, porquanto a fundamentação ora exarada não viola qualquer dos dispositivos da legislação federal ou a Constituição da República levantados em tais peças processuais. Desde já fica sinalizado que o manejo de embargos para prequestionamento ficarão sujeitos à multa, nos termos da legislação de regência da matéria.
Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO AO RECURSO.
VOTO
Dispensado o relatório, nos termos dos artigos 38 e 46, da Lei nº 9.099/95, combinado com o artigo 1º, da Lei nº 10.259/2001.
Trata-se de recurso de embargos de declaração interposto pela parte autora para suprir contradição/omissão que alega existir no voto.
Destaca o embargante que o acórdão foi omisso, uma vez que desconsiderou as conclusões do perito judicial e as anotações em CTPS sem apontar qual o elemento de prova que utilizou para tal.
Não assiste razão ao embargante.
Quanto ao afastamento da conclusão do perito judicial, o acórdão foi claro no sentido de que o juiz não precisa se ater, necessariamente, a tais conclusões, apontando que seria contraditório supor que alguém que possui uma doença degenerativa grave desde a infância possa se tornar, repentinamente, capaz aos 60 anos de idade.
Quanto às anotações na CTPS, a autora afirma que 'as suposições de fraude na anotação da CTPS também necessitam de prova'. Ora, em nenhum momento a palavra fraude foi expressa no voto. Ela surge exclusivamente nos embargos. Portanto, se alguém falou em fraude, esse alguém foi a embargante.
Claro, como diz a embargante, que 'na iniciativa privada não há na legislação qualquer proibição de que parentes próximos firmem contrato de trabalho entre si, como quer crer o acórdão'. Não há nenhuma dúvida acerca da total liberdade que existe, e que não foi em nenhum momento infirmada na decisão embargada, para que parentes empreguem parentes.
Portanto, a Sra. Renata Porfírio de Oliveira Figueiredo poderia empregar quem bem entendesse, inclusive sua mãe incapaz. Essa liberdade, todavia, não diz nada sobre o fato de que ela já estava incapaz quando foi empregada pela filha. Se a filha quer empregar a mãe incapaz, ótimo. Eis uma liberdade que lhe assiste e que não foi negada em nenhum momento pelo acórdão recorrido. Essa louvável atitude, todavia, não afasta a impossibilidade de que alguém se vincule a um regime previdenciário, que é contributivo, já incapaz. Seria como pretender acionar um seguro já ocorrido o sinistro.
No caso dos autos, houve claramente o reingresso no RGPS quando já constatada a incapacidade. E aqui é de se registrar um outro equívoco da embargante, quando afirma que o acórdão 'deixou de apontar em qual elemento de prova se baseou para desconsiderar as provas da qualidade de segurada da Autora, bem como da efetiva prestação de serviço, conforme anotado na CTPS'.
Para ter-se como indevido o benefício, não é preciso desconsiderar o vínculo, nem afirmar-se que o serviço deixou de ser prestado. Se o contrato era verdadeiro ou não, se o serviço foi ou não foi prestado, essa é uma questão entre empregado e empregador, para ser resolvida na Justiça do Trabalho. Ao regime previdenciário, e é isso que importa no caso dos autos, interessa apenas a circunstância, clara a mais não poder, de que os vínculos, sejam eles falsos ou não, foram firmados quando já havia obviamente um quadro incapacitante. Alguém que passa a vida inteira sem contribuir não pode pretender obrigar o sistema previdenciário a arcar com as prestações de um benefício, só porque, já clara a incapacidade, em idade avançada, sobrevêm alguns poucos recolhimentos.
Assim, o recurso em espécie, na realidade, demonstra apenas inconformismo, o que não é viável em sede de embargos de declaração, que tem como finalidade apenas integrar a decisão e não a substituição do julgado.
Registre-se, em primeiro lugar, que os embargos de declaração não constituem meio idôneo ao reexame da decisão indigitada, que é, exatamente, o que pretende a parte embargante na hipótese dos autos.
Esta Turma Recursal, em várias decisões, tem orientado no sentido de que o cabimento dos embargos restringe-se à análise de possível e real contradição ou omissão e, ainda assim, desde que digam respeito aos termos do próprio voto, de modo que ele, em si, seja contraditório ou omisso. Omissões e contradições entre o voto e a lei, ou entre o voto e os fatos, devem ser resolvidas por meio do recurso próprio. Acrescente-se, ainda, que no âmbito do Juizado Especial Federal a via recursal é acentuadamente estreita, de forma a atender o propósito maior deste modelo de jurisdição, que é a celeridade.
Neste sentido a orientação jurisprudencial:
'Embargos de declaração - caráter infringente - Inadmissibilidade - Inocorrência dos pressupostos de embargabilidade - Embargos rejeitados. Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal. Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Precedentes. O recurso de embargos de declaração não tem cabimento, quando, a pretexto de esclarecer uma inocorrente situação de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão, vem a ser utilizado com o objetivo de infringir o julgado'. (AgRg-Edcl - PR, nº 1.812, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 22.02.2000, RTJ 173/29).
Registre-se, ainda, que não há qualquer contradição na decisão embargada, uma vez que esta Turma Recursal apreciou de forma clara e precisa a questão debatida nos autos, assentando suas conclusões em fundamentos suficientes ao seu embasamento.
Além disso, nem mesmo para prequestionamento seriam cabíveis os presentes embargos, notadamente porque o acórdão recorrido já considerou prequestionadas as questões levantadas nos recursos e nas contrarrazões.
Em sede doutrinária, aliás, já me pronunciei no sentido de que:
'a exigência de expressa menção, no acórdão recorrido, do dispositivo cuja invocação depois viria a autorizar o manejo do recurso excepcional não encontra qualquer apoio em regras legais ou constitucionais. Quem estabelece as condições de admissibilidade dessa espécie de recurso é a Constituição Federal (as hipóteses de cabimento do recurso especial e do extraordinário estão previstas nos arts. 105, III e 102, III, da Constituição Federal de 1988, respectivamente). O permissivo constitucional, a seu turno, satisfaz-se com a circunstância de estar a decisão a violar norma federal no decidir determinada causa. Ora, para decidir uma causa, e assim violar norma federal, não é imprescindível que se mencione essa norma federal. Certo, por um lado, que o juízo pode violar determinada norma federal, mencionando-a expressamente no teor de sua decisão, sobremodo através de sua equivocada interpretação, não é menos verdadeiro, por outro lado, que as mais graves violações ao ordenamento jurídico da federação também podem ser perpetradas sem que o julgador dê a menor pista de que está a aplicar dispositivo de lei federal'
Além disso, também tenho como certo que:
'o enunciado 98 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, já antes mencionado, deve ser entendido em termos: nem todos os embargos de declaração apresentados sob o pretexto de prequestionar estão a salvo da aplicação da multa. O juízo que o Superior Tribunal de Justiça exerce na aplicação do verbete sumular consiste em verificar se a instância recorrida, ao rejeitar os embargos, não deixara realmente de sanar uma omissão.'
Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
5. Posto isso, voto pelo não conhecimento do PEDILEF, de acordo com o enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5019489-15.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:FERNANDO DURVALINO DA SILVA MANOEL
PROC./ADV.:GUSTAVO ROSENDO S. DE FREITAS
OAB:PR-55 408
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão da 2ª Turma Recursal do Paraná, que manteve a improcedência do pedido de concessão de auxílio-acidente.
2. Aduz que o acórdão recorrido contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.109.591/SC), no sentido de que 'o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, ainda que mínima a lesão'.
3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material, proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, de plano, fica destacado que paradigmas de turmas recursais da mesma região e de Tribunais Regionais Federais não atendem ao requisito de admissibilidade para conhecimento do incidente no âmbito da TNU.
4. O incidente não comporta conhecimento, por implicar reexame fático-probatório.
5. A improcedência do pedido restou assim confirmada pelo acórdão:
'Do detido exame aos artigos 18, caput e § 1º, e 86 da Lei de Benefícios extraem-se os requisitos para a concessão do auxílio-acidente, a ser concedido aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e segurados especiais, que preencham cumulativamente as seguintes condições: a) redução da capacidade laboral, em virtude de acidente de qualquer natureza, para a atividade exercida à época do acidente ou impossibilidade do exercício dessa atividade, pelos mesmos motivos; b) que as lesões estejam consolidadas; c) que das lesões resultem sequelas. Quanto à incapacidade, foi realizada perícia médica (LAUPERÍ1- evento 23), na qual o perito atestou que o autor - 27 anos, auxiliar de carpinteiro - teve reduzida sua capacidade laboral genérica para o trabalho em 5% em virtude da consolidação de lesões decorrentes de um acidente de moto. Afirma o perito, todavia, que não há redução da capacidade laboral específica para as profissões exercidas pelo autor e para a profissão exercida à época do acidente. Não se ignora que a legislação não especifica o grau de redução da capacidade capaz de ensejar o recebimento de auxílio-acidente, de modo que se conclui que qualquer grau deve ser reconhecido para fins de concessão deste benefício em específico. Contudo no caso dos autos o perito foi claro ao afirmar no laudo pericial que houve redução da capacidade laborativa genérica em 5%, sem, entretanto, significar diminuição da capacidade do autor para a atividade que exercia quando ocorreu o acidente. Sendo assim, tenho que não restou preenchido o requisito do art. 86 da Lei n° 8.213/1991, ou seja, quando ao segurado, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia'.
6. Não vejo divergência com o paradigma apontado. O indeferimento do benefício está fundamentado na análise do conjunto probatório pelo juízo de origem, que concluiu pela ausência de redução da capacidade para o trabalho habitual, não cabendo o reexame desta conclusão em sede de pedido de uniformização. Trago à colação:
'PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal a quo, após análise das provas, asseverou que não ficou comprovado o nexo de causalidade, tampouco a redução ou perda da capacidade laborativa do agravante para a atividade habitualmente exercida. Nesse contexto, a reversão do julgado para reconhecer o direito ao auxílio-acidente, requer reexame de provas, devendo ser mantida a Súmula 7/STJ à espécie. 2. Agravo regimental não provido'. AGARESP 201500446295, STJ, Rel. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 07/05/2015.
'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida. 4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Além disso, o ordenamento jurídico pátrio adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, no qual o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção, sendo certo que o magistrado não se encontra adstrito ao laudo pericial quando da apreciação e valoração das alegações e das provas existentes nos autos, podendo, inclusive, decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda. 6. Se o magistrado entendeu não haver necessidade de nova perícia, uma vez que o laudo pericial não continha qualquer irregularidade técnica, não há que se falar em cerceamento de defesa na impugnação do pedido de nova perícia. 7. Agravo Regimental desprovido'. (AGRESP 201301061796, Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/12/2014)
'DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO ACIDENTE - INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE - LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O magistrado não está adstrito às conclusões da perícia técnica para a formação do seu convencimento acerca da existência ou não da moléstia incapacitante, podendo, por outros meios de prova, fundamentar o seu entendimento. Princípio do livre convencimento. Precedentes. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou a conclusão pela existência de incapacidade parcial e permanente do autor. 3. Agravo regimental não provido'. (AGARESP 201300478259, Rel. ELIANA CALMON, STJ, SEGUNDA TURMA, DJE 24/09/2013)
'PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. Ausente a violação do art. 535, II, do CPC, porquanto a Corte de origem foi clara ao manifestar-se sobre a preliminar de nulidade da sentença e asseverar que a conclusão deduzida em juízo, oposta àquela no pleito inicial, não macula a sentença singular. Também ficou consignada a desnecessidade de nova produção pericial, porquanto o conjunto probatório conduz à mesma conclusão obtida

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pelo expert. 2. Cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. 3. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu pela ausência de redução da capacidade laboral do autor. Assim, modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. O Tribunal de origem justificou as razões pelas quais não seria importante a nova produção da prova pericial. Desse modo, aferir se as provas são ou não suficientes para o julgamento da controvérsia também demandaria o reexame de todo o contexto fático- probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido'. AGARESP 201500290138, STJ, Rel. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 20/04/2015.
7. Incidente não conhecido. Súmula 42/ TNU.
Brasília (DF), 16 de março de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5020809-85.2012.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):ESPÓLIO DE NEIDE MARIA DOS SANTOS BORGES
PROC./ADV.:JOSÉ GERALDO DANIELSKI
OAB:SC-12835
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO TRABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS, NÃO INSERIDAS NO CONTEXTO "DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO", O QUAL PRESSUPÕE A PERDA DE EMPREGO. ISENÇÃO QUE É CIRCUNSTANCIAL PARA PROTEGER O TRABALHADOR EM UMA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DESFAVORÁVEL, O QUE NÃO OCORRE QUANDO O CONTRATO DE TRABALHO DO AUTOR FOI EXTINTO POR PASSAR AO REGIME ESTATUTÁRIO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.112/90. PRECEDENTES DO STJ (REsp n. 1.089.720/RS) E DESTA TNU. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela UNIÃO FEDERAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina.
Na vertente, os autos foram remetidos pela Presidência da Turma de Santa Catarina ao Colegiado de origem para juízo de adequação, em razão da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.089.720/RS, relativo à incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista.
O referido julgado da Corte Cidadã prestigia as seguintes teses:
Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).
Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).
Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.
O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.
Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".
Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item "3", subsistindo a isenção decorrente do item "4" exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.
Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda;Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal) .
No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES / Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
A Turma de origem entendeu que, como o então contrato de trabalho do autor foi extinto por passar ao regime estatutário instituído pela Lei nº 8.112/90, tal situação deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho", de modo a recair na primeira exceção de incidência de IRPF aludida pelo precedente do STJ: "são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não".
A UNIÃO FEDERAL sustenta no seu Pedido de Uniformização que a decisão atacada diverge da jurisprudência do STJ (REsp 1.227.133/RS e 1.089.720/RS), uma vez que, para ficar caracterizado o contexto de rescisão de contrato de trabalho e a correspondente isenção do IRPF sobre os juros de mora, não basta haver a ação trabalhista ou a inexistência do vínculo no momento do pagamento das verbas devidas, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias. Argumenta que, no caso, muito embora tenha havido a extinção do contrato de trabalho, ele na verdade se transformou em vínculo estatutário, sem que tenha havido propriamente a perda do emprego.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
Assiste razão à União Federal, ora requerente, uma vez que a transição de regime celetista para estatutário, por não propiciar perda de emprego, não deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho" para ensejar a isenção do IRPF sobre os juros de mora aludida no julgamento do REsp 1089720/RS. Com efeito, conforme destacou aquela Egrégia Corte, a isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), o que não ocorre na espécie, porquanto a parte autora não ficou economicamente desamparada, mas tão somente alterou a natureza do vínculo e passou a estar tutelada pelo regime da Lei 8.112/90.
Esta Corte de Uniformização Nacional, julgando demandas análogas a presente, também já se manifestou pela incidência da exação sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. Confira-se:
"[...] Da análise do acórdão vergastado, depreende-se que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico. Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação. No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06 % (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - no mês de junho de 1987, e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na ação trabalhista n.º 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC - contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Em suma, na hipótese em tela, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e de diferenças salariais. Destarte, a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. 5. Por essas razões, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) deve ser CONHECIDO e PROVIDO, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e de restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame" (PEDILEF 50040163720134047200, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 15/04/2015 PÁGINAS 172/329).
"[...] No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. 4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação. 5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência" (PEDILEF 50061243920134047200, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 24/04/2015 PÁGINAS 140/162).
Forte nas razões acima e nos precedentes retrocolacionados, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Pedido Nacional de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de Março de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5064229-52.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ARILEU COSA MARTINS
PROC./ADV.:TICIANA MARTINS DE SOUZA
OAB:RS-59063
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO COMO ALUNO APRENDIZ. VINCULAÇÃO AO REGIME ESTATUÁRIO. CONTAGEM RECÍPROCA. TESE INOVADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela parte ré contra acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que confirmou a sentença na qual foram reconhecidos períodos de atividade na condição de aluno-aprendiz para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.
2.No incidente de uniformização, argumenta o INSS que a decisão está dissociada da jurisprudência predominante do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo a qual o tempo trabalhado como aluno-aprendiz vinculado a Escola Técnica Estadual ou Federal deve ser considerado serviço público, somente podendo ser aproveitado para aposentadoria do Regime Geral pela via da contagem recíproca. Argui, ainda, que, por se tratar de serviço público, não teria legitimidade para figurar no polo passivo da ação previdenciária.
3.Apresentou como paradigma a decisões do STJ no REsp. 636.591 e no REsp. 517.147.
4.O incidente de uniformização foi admitido na origem.
5.Ainda que os paradigmas indicados se mostrem válidos para o conhecimento do incidente, verifico que a matéria não foi devidamente prequestionada.
6.Com efeito, verifico que após a sentença de procedência para o pedido de averbação do tempo como aluno-aprendiz, recorreu o INSS argumentando que o reconhecimento "somente pode ser admitido quando houver comprovação de relação de prestação de serviço entre o aprendiz e a instituição de ensino, bem como a remuneração daí advinda, ainda que de forma indireta"; e acrescenta que, no caso, "merece ser destacado que os elementos apresentados pelo autor não demonstram que tenha recebido remuneração às expensas do orçamento público em decorrência de serviços prestados no período em que cursou a escola agrícola"; por fim, insurge-se ainda quanto aos consectários legais.
7.Observo que, somente em sede de embargos de declaração, a autarquia passou a tecer a tese de que não teria legitimidade passiva para figurar no polo passivo da ação em que é postulada a contagem de tempo como aluno-aprendiz em Escola Técnica Agrícola Estadual ou Federal, por entender que se trata de serviço público.
8.Apesar de este Colegiado acolher a possibilidade de prequestionamento por meio de embargos de declaração, não podem estes promover verdadeira inovação das razões recursais. Repiso que, proferida a sentença de procedência para a contagem do tempo como aluno aprendiz, nascia para a parte sucumbente o interesse recursal para submeter a matéria ao grau de revisão, o que somente foi procedido posteriormente pela via dos embargos de declaração. Sendo assim, entende-se que não foi satisfeito requisito essencial à análise do pedido em sede de uniformização de jurisprudência. Isso porque nos termos da Questão de Ordem nº 35, "o conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado".
9.Semelhante hipótese foi anteriormente analisada pelo Colegiado, transcrevo excerto do precedente: "(...) Os advogados, púbicos e privados, são extremamente preparados, sabendo perfeitamente que em-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

bargos de declaração para fins de prequestionamento não serve para trazer novas questões até então não debatidas nos autos. Pelo contrário, serve justamente para sanar vícios que não foram devidamente apreciados no acórdão a ser embargado, mas que já vinham sendo discutidos pelas partes."(PEDILEF 50027960420134047103).
10.Ante o exposto, considerando que o INSS não apresentou no recurso inominado a tese ora levantada, trata-se de matéria preclusa e carente de prequestionamento.
11.O voto é por não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização.
Brasília, 16 de março de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5071776-12.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:SERGIO JOSÉ DA COSTA
PROC./ADV.:EDUARDO VIELMO CÔRTES
OAB:RS-66 464
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DIB. MATÉRIA DE FATO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, pelo qual reformou a sentença de procedência do pedido e assegurou a percepção de benefício de auxílio-doença no período compreendido entre 19/12/2013 a 19/06/2014.
"(...) Assim, verifica-se a refiliação ao RGPS se deu no intento de postular o benefício por incapacidade, que considero indevido.
Destarte, deve ser acolhido o recurso do INSS e reformada a sentença em face da pré-existência da incapacidade laboral, nos termos da fundamentação."
2. O incidente foi admitido na origem.
3. Não foram apresentadas contrarrazões.
4. Para demonstrar a divergência jurisprudencial trouxe como paradigmas julgados da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (PEDILEF 200634007006652, Relator MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, 16/11/2009), 200772570036836, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, 11/06/2010; de modo a subsidiar a tese segundo a qual quando a perícia judicial não conseguiu especificar a data de início da incapacidade (DII), e em se tratando de restabelecimento de auxílio-doença, em sendo a incapacidade atual decorrente da mesma doença ou lesão que justificou a concessão do benefício que se pretende restabelecer, presume-se a continuidade do estado incapacitante desde a data do cancelamento, que, sendo reputado indevido, corresponde ao termo inicial da condenação ou data de (re)início do benefício. Outrossim, defende que o benefício deve ser mantido enquanto perdurar a incapacidade, mediante nova perícia médica que constate a recuperação da capacidade laborativa. Assim, acha-se demonstrada a divergência jurisprudencial.
Passo ao voto.
5. Este PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
6. Registre-se, o acórdão recorrido ao analisar os elementos fático-probatórios explicitados na fundamentação do julgado, e constatou que o reingresso ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS ocorreu depois da presença de incapacidade laborativa.
7. Assim colocado, a despeito da linha argumentativa e dos precedentes destacados, o cotejo das razões do recurso com o teor do acórdão recorrido, denota o caráter eminentemente fático-probatório da controvérsia.
8. Portanto, o conhecimento da matéria encontra óbice no teor da Súmula nº 42 da TNU .
9. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 16 de março de 2016

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0076313-82.2006.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:SERGIO FARGIANI
PROC./ADV.:FABIULA CHERICONI
OAB:SP-189561
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELO(A) SEGURADO(A). PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A INFLAMÁVEIS. COMBUSTÍVEIS. PERICULOSIDADE. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo(a) segurado(a) em face de acórdão que não reconheceu como sendo de natureza especial o exercício de atividade no período de 16/02/1971 a 22/11/1977, desempenhado com exposição a líquidos inflamáveis (combustíveis).
2. Alega, em síntese, que o acórdão recorrido divergiu do entendimento adotado pela TNU no PEDILEF 200435007213709.
3. Incidente admitido na origem.
4. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do eg. Superior Tribunal de Justiça.
5. Entrementes, in casu, cumpre observar que não foi promovido o necessário cotejo analítico em relação ao suposto dissídio, contentando-se o(a) recorrente apenas em lançar, na peça recursal, excerto(s) de julgado(s) que envolve(m) o tema em discussão.
6. Ressalte-se que a mera transcrição dos julgados não supre a exigência do obrigatório cotejo analítico.
7. Desse modo, a ausência de cotejo analítico entre os acórdãos impede o conhecimento do presente incidente.
8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000123-52.2009.4.03.6308
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA CASIMIRA ANDRADE
PROC./ADV.:JOSÉ BRUN JÚNIOR
OAB:SP-128366
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, reformando sentença de procedência, não reconheceu o exercício de atividade rural, sob o fundamento da fragilidade dos meios de provas material e oral.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TRU da 4ª Região (Incidentes de Uniformização Regional nº 0004120-88.2009.4.04.7254/SC, nº 2007.72.51.007047-5/SC).
3. Incidente admitido na origem.
4. Inexistente a alegada nulidade do acórdão, por não se vislumbrar, em razão da elaboração do voto do acórdão mediante a utilização da técnica do voto-ementa, qualquer nódoa apta a configurar error in procedendo.
5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
6. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:
"BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR. TEMPO DE SERVIÇO RURAL ANTERIOR AO IMPLEMENTO DA IDADE. SÚMULA 54 DA TNU. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. RECURSO DO INSS A QUE SE DÁ PROVIMENTO.
1. Ação proposta para obtenção do benefício de aposentadoria por idade cujo pedido fora julgado procedente.
2. Recurso do INSS em que a parte autora não faz jus ao benefício, porquanto não comprovou atividade rural no período anterior ao requerimento administrativo ou implemento da idade.
3. O art. 143 da Lei 8213/91, que confere aos trabalhadores rurais anteriores à 24/06/1991 o direito ao benefício de aposentadoria por idade rural, deve ser interpretado de forma sistemática o que permite considerar a data de implemento do requisito etário como limite para o exercício da atividade rural, consoante doutrina balizada do Professor Paulo Baltazar Jr. na obra "Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social" (Daniel Machado da Rocha e Outros, 10 ª ed., Editora Livraria do Advogado, 2011), onde ensina que se trata de norma assistencial inserida em lei previdenciária destinada à proteção dos trabalhadores rurais antes não contemplados pela LOPS e dentro de uma interpretação sistemática; isto é, onde a norma diz "requerimento administrativo" deveria também dizer "implemento da idade".
5. Incidência da Súmula 54 da TNU, redigida nos seguintes termos: "Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima."
6. A prova dos autos é frágil e as afirmações da autora em seu depoimento pessoal não é confirmada pela testemunha que apresenta versão diferente para o fato narrado.
7. Reforma da sentença para julgar improcedente o pedido e cassar a antecipação dos efeitos da tutela. Prejudicado o exame do recurso da parte autora.
8. Por se tratar de benefício com natureza alimentar que a parte autora recebeu de boa-fé, lastreada por decisão judicial, não há obrigação de devolução dos valores recebidos.
9. Expedição de ofício ao INSS para cancelamento do benefício.
10. Sem condenação em honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9099/95."
7. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000735-35.2010.4.03.6314
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):BENEDITA ANTONIA PERLE LOPES
PROC./ADV.:PEDRO DEMARQUE FILHO
OAB:SP-282215
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. CÔNJUGE COM VÍNCULO URBANO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. RESP Nº 1.304.479/SP. QUESTÃO DE ORDEM Nº 24. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU no PEDILEF 200584130008321, uma vez que a subsistência da família da autora não derivava unicamente da atividade rurícola, mas também dos vínculos urbanos do seu esposo.
2. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU.
4. No acórdão recorrido, a 2ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Terceira Região - Seção Judiciária de São Paulo, negou provimento ao recurso inominado interposto pela autarquia previdenciária, utilizando-se, dentre outros fundamentos, do adiante reproduzido:
"(...). A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial. Se um dos membros da família se dedicar à produção rural ou à pesca artesanal sem a contratação de empregados, ele será considerado segurado especial que exerce suas atividades em regime individual. Os demais membros do grupo familiar, em exercendo atividade remunerada de outra natureza, terão sua categorização reconhecida também individualmente de acordo com os incisos I, II, V ou VI do artigo 11 da Lei Nº 8.213/91. (TNU PEDILEF 200481100021099, Relator JUIZ FEDERAL JOSE ANTONIO SAVARIS, DOU 05/03/2010); (...)."
5. Como bem evidenciou o acórdão hostilizado, o fato de o esposo da autora/recorrida ser detentor de vínculos laborais urbanos, por si só, não se mostra suficiente para desnaturar a sua qualidade de segurada especial.
6. O artigo 11, § 9º, da Lei nº 8.213/1991, estatui que não é considerado segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento (ressalvadas as hipóteses prevista na lei).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entrementes, há que se sobrelevar que somente essa pessoa que aufere renda não se qualifica como segurado especial, sem que tal fato repercuta diretamente na esfera jurídica dos demais membros do grupo familiar.
7. O STJ, no Recurso Representativo de Controvérsia REsp 1.304.479/SP, de Relatoria do Ministro Herman Benjamin, sedimentou o entendimento segundo o qual o trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, consoante se verifica no excerto adiante transcrito:
EMENTA: RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TRABALHO RURAL. ARTS. 11, VI, E 143 DA LEI 8.213/1991. SEGURADO ESPECIAL. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA. TRABALHO URBANO DE INTEGRANTE DO GRUPO FAMILIAR. REPERCUSSÃO. NECESSIDADE DE PROVA MATERIAL EM NOME DO MESMO MEMBRO. EXTENSIBILIDADE PREJUDICADA.
1. Trata-se de Recurso Especial do INSS com o escopo de desfazer a caracterização da qualidade de segurada especial da recorrida, em razão do trabalho urbano de seu cônjuge, e, com isso, indeferir a aposentadoria prevista no art. 143 da Lei 8.213/1991.
2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não evidencia ofensa ao art. 535 do CPC.
3. O trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias (Súmula 7/STJ).
4. Em exceção à regra geral fixada no item anterior, a extensão de prova material em nome de um integrante do núcleo familiar a outro não é possível quando aquele passa a exercer trabalho incompatível com o labor rurícola, como o de natureza urbana.
5. No caso concreto, o Tribunal de origem considerou algumas provas em nome do marido da recorrida, que passou a exercer atividade urbana, mas estabeleceu que fora juntada prova material em nome desta em período imediatamente anterior ao implemento do requisito etário e em lapso suficiente ao cumprimento da carência, o que está em conformidade com os parâmetros estabelecidos na presente decisão.
6. Recurso Especial do INSS não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (STJ, REsp nº 1.304.479, Processo nº 201200114831, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Primeira Seção, unânime, julgado em 10/10/2012, DJe de 19/12/2012) (grifos nossos)
8. No mesmo sentido, posta-se a Súmula nº 41 da TNU: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto".
9. Incidência do disposto na Questão de Ordem 24/TNU- "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
10. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0000749-53.2009.4.03.6314
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):DIRCE ALVES BRUMATI
PROC./ADV.:MATHEUS RICARDO BALDAN
OAB:SP-155747
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. SEGURADO ESPECIAL. AFASTAMENTO DA ATIVIDADE ANTES DO IMPLEMENTO DA IDADE. PERÍODO DE GRAÇA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo pela TNU no DEDILEF 200670510009431.
3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU.
4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.
5. No acórdão recorrido, a Quinta Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região - Seção Judiciária de São Paulo, reformando sentença de improcedência, assegurou à autora o direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de se encontrarem presente os requisitos legais (idade, carência e qualidade de segurado), pois, ainda que se viesse a considerar o abandono da atividade rurícola após o óbito do seu cônjuge, ocorrido em 26/11/1998, o implemento do critério etário (55 anos), em 19/11/2001, teria ocorrido durante o período de graça (36 meses).
6. Sucede que no paradigma invocado houve o enfrentamento de questão diversa, uma vez que relativa à alegada necessidade de exercício da atividade rural, em lapso temporal equivalente ao da carência necessária, em período imediatamente anterior ao requerimento administrativo.
7. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.
8. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0001600-23.2008.4.03.6316
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:TEREZINHA ROSA COSTALONGO
PROC./ADV.:FRANKIEL SILVA MOREIRA
OAB:SP-247005
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. SEGURADO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ (AgRg no REsp nº1.042.401/DF) e pela TNU (Súmula nº 30).
2. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU.
3. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.
4. No acórdão recorrido, a Quinta Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Terceira Região - Seção Judiciária de São Paulo, reformando sentença de procedência, deixou de assegurar à autora o direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural, sob o seguinte entendimento:
"(...). No mérito do recurso, observo que os documentos de fls. 27 e seguintes que instruem a inicial demonstram que o marido da autora era produtor rural, comercializando gado e milho. Nesse contexto, fica descaracterizado o regime de economia familiar, sendo necessária, para se assegurar aposentadoria pretendida, a demonstração do recolhimento de contribuições, que não ocorre no caso dos autos. Portanto, o caso é de improcedência do pedido inicial.
Ante o exposto, dou provimento ao recurso, para declarar a improcedência do pedido inicial e cassar (eficácia ex nunc) a antecipação dos efeitos da tutela.
É o voto." (grifos nossos)
5. Assim, conclui-se que a TR/SP entendeu que a autora não detinha a qualidade de segura da especial, por não vislumbrar o exercício da atividade (agrícola/pecuária) em regime de economia familiar, tendo em vista a condição de produtor rural do seu esposo.
6. Sucede que nos paradigmas invocados houve o enfrentamento de questão diversa, uma vez que relativa a não descaracterização da qualidade de segurado especial, em razão da extensão do imóvel rural, conforme se pode observar do teor do enunciado de Súmula nº 30/TNU:
"Tratando-se de demanda previdenciária, o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não afasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, desde que comprovada, nos autos, a sua exploração em regime de economia familiar")
7. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, na medida em que no caso vertente, a improcedência do pedido autoral deu-se em razão da não evidenciação do exercício da atividade agropecuária em regime de economia familiar, enquanto o paradigma invocado diz respeito a não descaracterização da qualidade de segurado especial, em decorrência da extensão territorial do imóvel rural.
8. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0001639-14.2008.4.03.6318
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:GEIZA MOREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.:ANDERSON LUIZ SCOFONI
OAB:SP-162434
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência suscitado pela autora em face de acórdão proferido pela 10ª TR/SP que, reformando sentença de procedência, concluiu por negar o direito ao gozo do benefício de aposentadoria por idade rural, diante do não reconhecimento do exercício da atividade agrícola em regime de economia familiar, em razão de o seu esposo ostentar a qualidade de segurado empregado rural.
2. Alega, então, que o acórdão recorrido diverge de entendimento firmado pelo STJ (AR nº 4.181) e pela TNU (Súmula nº 6).
3. Incidente admitido na origem.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
5. O acórdão recorrido revela o fundamento parcialmente transcrito a seguir:
"Caso concreto. A autora, nascida em 02/07/1941, implementou o requisito etário em 1996.
Para a comprovação da atividade rural, apresentou, como início de prova material da atividade rural, conforme mencionado na sentença, certidão de casamento (pág. 15 da inicial); CTPSs do cônjuge da autora (págs. 16-20); peças do processo em que o seu marido obteve aposentadoria por idade rural (documentos juntados em 20/10/2008); peças de processos trabalhistas movidos contra um dos empregadores de seu marido (documentos juntados em 03/08/2009).
Na certidão de casamento, consta na qualificação da autora a profissão "doméstica" (cf. pág. 15 da inicial).
Por conseguinte, todos os documentos apresentados apontam o exercício de atividade rural apenas pelo marido da autora, sempre na qualidade de empregado.
Ocorre que o vínculo de emprego é relação personalíssima, que não irradia efeitos para além das partes do contrato de trabalho. Assim, os documentos referentes aos vínculos de emprego do cônjuge da autora não podem ser por ela aproveitados como início de prova material.
Forçoso concluir, por isso, que a prova da atividade da autora baseia-se exclusivamente em prova testemunhal, o que não obsta o seu reconhecimento para fins previdenciários, nos termos da legislação já citada.
Voto. Diante do exposto, dou provimento ao recurso do INSS para julgar improcedente a ação e determinar a cessação da aposentadoria por tempo de contribuição concedida judicialmente." (grifos nossos)
6. Do cotejo entre o acórdão combatido e o(s) paradigma(s) observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.
7. No acórdão recorrido, a Décima Turma Recursal de São Paulo deixou de considerar os documentos alusivos ao esposo da autora como início de prova material, tendo em vista o fato de ele não ostentar a qualidade de segurado especial, mas sim de segurado empregado rural.
8. Já no caso paradigma, Súmula nº 6 da TNU, os precedentes que renderam ensejo à edição do referido enunciado tinham como pano de fundo a discussão em torno da validade prova documental alusiva à comprovação da qualidade de segurado especial. Idem no tocante à AR nº 4181/STJ.
9. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.
10. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
11. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
PROCESSO:0001651-92.2007.4.03.6308
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:PAULINA LOPES FIGUEIREDO
PROC./ADV.:ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA
OAB:SP-172851
PROC./ADV.:FELIPE FRANCISCO PARRA ALONSO
OAB:SP-216808
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. ACÓRDÃO QUE NÃO RECONHECE A QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL COM BASE EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. RECURSO QUE NÃO ATACA TODOS OS FUNDAMENTOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, reformando sentença de procedência, não reconheceu o direito ao gozo do benefício previdenciário de aposentadoria por idade (rural), em razão do marido da recorrente ter exercido atividade urbana no período de 1971 a 1990.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU (Súmula nº 41).
3. Incidente admitido na origem, com remessa dos autos a esta TNU.
4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:
"(...). No caso dos autos para fins de comprovação do tempo de serviço rural foram apresentados por ocasião do ajuizamento da ação: certidão de casamento da autora ocorrido em 30/07/1966, na qual consta que o marido da autora exercia a atividade de motorista, enquanto que a autora está qualificada como doméstica (fls. 19); Declaração de testemunhas (fls. 23/32); Escritura Pública de Divisão de propriedade rural denominada Fazenda Barra Grande, datada de 29/12/1983, na qual autora e seu marido permaneceram como proprietários do Sítio Coimbra, de tamanho de 22,8298 ha (fls. 33/41); ITRs da propriedade rural denominado Sítio Coimbra referente aos anos de 1985, 1990 a 1996 (fls. 45/53); Certificado de Cadastro de Imóvel Rural referentes aos anos de 1996/1997, 1998/1999 (fls. 54/55); Notas Fiscais de Produtor Rural de vendas de produtos em nome do marido da autora referente ao Sítio Coimbra atinentes aos anos de 1990, 1991 e 1992 (fls. 56/58); Declaração da Cooperativa de Laticínios de Avaré acerca da quantidade de leite comercializada em nome do marido da autora nos anos de 1993 a até fevereiro de 2001 (fls. 59); Taxa de Cadastro de Imóvel Rural de 1994 (fls. 60); Certificado de Cadastro de Imóvel Rural de 1992 (fls. 60); Comprovante de Declaração de ITR de 1994 (FLS.. 61); recibos de Declaração de ITR's referente ao período de 1996 e 1997 (Fls. 63/66); Declarações Cadastrais de Produtor Rural de 1993 e 1986 (fls. 69/74); Recibos de Declaração de ITR's referentes aos anos de 1998., 1999 e 2000 (fls.76/93), Declaração de ITR referente ao exercício de 1992 (fls. 94/96), Declaração do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura em Regime de Economia Familiar emitida em 30/03/2001, sem homologação do INSS, ou do Ministério Público Federal (fls. 97/99); Documento de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Individual da parte autora em 05/04/2001 (fls. 100/101). Além disso, foi produzida prova testemunhal em audiência de instrução e julgamento.
De fato, analisando os documentos acostados aos autos, tenho que assiste razão à insurgência do INSS quanto à descaracterização da autora como segurada especial em regime de economia familiar, pois, além do marido da autora ter laborado como agente penitenciário, como estatutário, em regime público de previdência, no período de 23/11/1971 a 19/06/1990, conforme se verifica da consulta ao CNIS, anexada aos autos em 05/05/2008, o tamanho da propriedade rural denominado Sítio Coimbra, de 22,6 ha, dos quais são aproveitáveis 21,4 ha, e utilizada 21,4 ha, ou seja, 987,4% da propriedade rural, segundo informações constantes das Declarações de ITR de 1998, 1999, 2000, em nome do marido da autora, prestadas pelo próprio proprietário do imóvel rural, há o fato de constar como residência do marido da autora nas Declarações de ITRs de 1998, 1999, 2000, nas Declarações Cadastrais de Produtor Rural de 1993 e 1986, como endereço do proprietário do imóvel rural a Rua Rio Grande do Sul, nº 2.139, Centro, Avaré/SP, enquanto que o imóvel rural Sítio Coimbra está localizada na Estrada da Instituição Vera Cruz, Bairro dos Fernandes, Avaré/SP, e a Declaração de ITR de 1992, na qual o marido da autora informam possuir duas propriedades rurais, cuja soma das áreas resulta em 42,9 ha, sendo que no Sítio Coimbra de 22,5 ha, há produção das culturas de café (3,0 ha), milho (1,5 ha), eucalipto (1,0 ha), além de pecuária (30 cabeças -17 ha), além de 1 assalariado permanente.
Além disso, as Declarações de testemunhas (fls. 23/32 da petição inicial), e a Declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura em Regime de Economia Familiar de Avaré e Região sem homologação do INSS, ou do Ministério Público, constituem documentos unilaterais, equivalentes a prova testemunhal sem o regime do contraditório, razão pela qual não são aptos a representarem início de atividade rural em regime de economia familiar. Ademais, a prova testemunhal produzida em Juízo foi genérica e imprecisa quanto ao exercício da aludida atividade rural da autora em regime de economia familiar.
Desta forma, em não tendo sido comprovado o exercício de atividade rural em regime de economia familiar, ou como empregado rural, o autor não faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade prevista no art. 39, inciso I, e art. 143, ambos da Lei nº 8.213/91. (...)". (grifos nossos)
6. Contendo a decisão impugnada mais de um fundamento, sendo que nem todos foram todos atacados no PU, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 18/TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
PROCESSO:0004049-69.2008.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NAIR ANTONIA DE QUEIROZ
PROC./ADV.:FERNANDO VALDRIGHI
OAB:SP-158011
PROC./ADV.:RENATO VALDRIGHI
OAB:SP-228754
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. EMPREGADA RURAL. CARÊNCIA E IDADE. REQUISITOS NÃO SIMULTÂNEOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região (Processo nº 2007.72.95.006996-7/SC), no sentido de que "A descontinuidade do serviço rural, no período em que atividade rural deve ser comprovada, tem por limite a exigência de simultaneidade dos requisitos, de modo que não pode implicar perda da qualidade de segurado especial ao tempo da implementação da idade ou do requerimento do benefício".
3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU.
4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.
5. No acórdão recorrido, a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região (SJSP), confirmando sentença de procedência, assegurou à autora o direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural, na qualidade de segurada empregada, com fundamento no § 1º do art. 3º da Lei nº 10.666, de 08/05/2003, considerando a não simultaneidade dos requisitos legais (idade e carência).
6. Sucede que no paradigma invocado houve o enfrentamento de questão diversa, uma vez que relativa ao segurado especial.
7. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização.
8. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
PROCESSO:0008758-21.2006.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):INES APARECIDA VASCONCELOS DE MORAES
PROC./ADV.:CRISTIANE M.B. ANDRADE CORTEZ
OAB:SP-156478
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. TRABALHADORA RURAL. EMPREGADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. QO Nº 22 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ, no AgRg no REsp nº 1.159.827/SP, uma vez que calcado em prova exclusivamente testemunhal.
3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU.
4. Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observa-se que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e o paradigma.
5. No acórdão recorrido, a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região - Seção Judiciária de São Paulo, confirmando sentença de procedência, reconheceu em favor da autora, para fins previdenciários, a existência do vínculo laboral rural no período de 01/01/1964 a 28//02/1969, à luz dos meios de provas documental e testemunhal, consoante se infere da parcial transcrição feita em seguida:
"(...). Da análise das provas apresentadas, constata-se que a autora apresentou indício material de seu trabalho rural, consistente em cópia de ficha no Livro de Registro de Empregados, com data de 02/05/1966, em que restou consignado que a autora demitiu-se em 28/08/1969 (fls. 18 do arquivo "petprovas.pdf"), cópia de folhas de pagamento, referentes à prestação de serviço rural entre fevereiro/1965 e janeiro/1969 (fls. 21 e sgs. do arquivo "petprovas.pdf") e cópia de folhas de freqüência da Fazenda, em que a autora está listada entre os "Operários e Camaradas" entre os anos de 1964 e 1967 (fls. 48 e sgts. da inicial).
Os depoimentos prestados em audiência corroboraram o início de prova material apresentado (arquivos "+8758-5francisco.mp3" e "+8758-5 isidoro.mp3").
A r. sentença atacada enfrentou bem as questões postas, motivando e fundamentando as suas razões de decidir, razão pela qual merece ser mantida, a teor do disposto no artigo 46, da Lei nº 9.099/95.
Deste modo, conheço e nego provimento ao recurso da Autarquia Federal."
6. Sucede que no paradigma invocado houve o enfrentamento de questão diversa, uma vez que relativa à impossibilidade de reconhecimento do trabalho rural com base na prova exclusivamente testemunhal.
7. Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, na medida em que no caso vertente, a procedência do pedido autoral restou respaldada na prova documental, corroborada por prova testemunhal, e não em prova exclusivamente testemunhal, conforme consta do paradigma.
8. Aplicação da Questão de Ordem nº 22/TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
9. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0010943-32.2006.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA ZULMIRA GALVÃO FASANARO
PROC./ADV.:BEATRIZ AP. FAZANARO PELOSI
OAB:SP-237210
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. ACÓRDÃO QUE NÃO RECONHECE A QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL COM BASE EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. RECURSO QUE NÃO ATACA TODOS OS FUNDAMENTOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, reformando sentença de procedência, não reconheceu o direito ao gozo do benefício previdenciário de aposentadoria por idade (rural).
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela TNU (Súmula nº 30: Tratando-se de demanda previdenciária, o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não afasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, desde que comprovada, nos autos, a sua exploração em regime de economia familiar).
3. Incidente admitido na origem, com remessa dos autos a esta TNU.
4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado aos autos, o acórdão recorrido procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:
"(...). De fato, analisando os documentos acostados aos autos, tenho que assiste razão à insurgência do INSS quanto à descaracterização da autora como segurada especial em regime de economia familiar, pois, além do tamanho da propriedade rural de 14,7 ha, dos quais 14,0 ha são aproveitáveis, segundo informações constantes das Declarações de ITRs de 1997, 1998, 1999, 2000 (fls.72/75 da petição inicial) , em nome do marido da autora, prestadas pelo próprio proprietário do imóvel rural, há o fato de serem produzidas nestas propriedades mais de 600 toneladas de cana-de-açúcar por safra, conforme se verifica Recibo referente à Complementação da Assistência Médica hospitalar da classe canavieira (fls. 123/126 da petição inicial) e notas fiscais de entrada (fls. 109/113 da petição inicial), o que não se compatibiliza com uma propriedade em que é exercida agricultura em regime de economia familiar em vista do tamanho da propriedade e da produção agrícola, que demanda necessariamente a mão-de-obra de empregados.
Além disso, a qualidade de produtora rural é evidenciada pelo fato de constar como residência do marido da autora nas Declarações de ITRs de 1997, 1998, 1999, 2000, como endereço do proprietário do imóvel rural a Rua Dr. João Sampaio, nº 823, São Dimas, Piracicaba/SP Rio, enquanto que o imóvel rural Sítio São Joaquim está localizado na Estrada Piracicaba-Rio Claro, KM 09, Guamium, Piracicaba/SP, além de a propriedade rural estar enquadrada sindicalmente como empregador rural II-B, conforme ITRs de 1995 e 1996 (fls. 63/64 da petição inicial).
Desta forma, em não tendo sido comprovado o exercício de atividade rural em regime de economia familiar, ou como empregado rural, o autor não faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por idade prevista no art. 39, inciso I, e art. 143, ambos da Lei nº 8.213/91. (...)". (grifos nossos)
6. Com efeito, contendo a decisão impugnada mais de um fundamento, sendo que nem todos foram todos atacados no PU, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 18/TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500098-63.2009.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:SEBASTIÃO JOSÉ SALVIANO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, mantendo a sentença pelos seus próprios fundamentos, negou provimento ao recurso, sob o fundamento de que o demandante não logrou êxito em comprovar o exercício de atividade rural no período de carência exigido pela lei.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a existência de pequenos vínculos urbanos mantidos dentro do período de carência não descaracteriza a condição de segurado especial.
3. Incidente inadmitido na origem.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido, exarado pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Quinta Região (SJPE) procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:
[..] Os meios de comprovar o exercício do trabalho rural vêm estabelecidos no art. 106, da Lei 8.213/91, que elenca quais documentos fazem prova do seu exercício no período anterior ao mês de abril/91, entretanto, ele não obsta o reconhecimento de outros meios probatórios em face do princípio da liberdade objetiva dos meios de demonstração em juízo, desde que idôneos e moralmente legítimos e sempre sujeitos à persuasão racional do juiz na sua apreciação.
Tais documentos devem ser aptos para que possam funcionar como início de prova material e precisam ser corroborados pelo depoimento da parte e das testemunhas. Na realidade, para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, a lei não exige que o início de prova material se refira precisamente ao período de carência do art. 143, da Lei 8.213/91, desde que robusta prova testemunhal estenda sua eficácia probatória, vinculando-o àquele período. Precedentes do STJ.
No entanto, isso não ocorreu na hipótese em exame, pois não restou demonstrado o exercício de atividade em regime de economia familiar/individual pelo período legalmente necessário.
6. Destarte, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500795-53.2015.4.05.8404
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:ANTÔNIO CESÁRIO NETO
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB:RN-560-A
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, mantendo a sentença a sentença pelos seus próprios fundamentos, negou provimento ao recurso autoral sob o fundamento de que não restou devidamente comprovado o efetivo desempenho do labor rurícola.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal de Tocantins, segundo o qual a existência de pequenas contradições na prova oral é irrelevante, não comprometendo a credibilidade dos depoimentos, precipuamente quando há início de prova material.
3. Incidente inadmitido na origem.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido, exarado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Quinta Região (SJRN) procedeu a sua valoração, fundamentando as razões que conduziram ao improvimento do recurso inominado, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:
Contudo, a despeito de admitir-se os documentos apresentados como início de prova material, o conjunto probatório constante dos autos revela-se insatisfatório para fazer prova da qualidade de segurado especial do autor; não bastasse a fragilidade da prova documental (que, repita-se, consiste apenas em início de prova, mas não comprova por si só a qualidade de segurado), a prova oral colhida em audiência não foi capaz de evidenciar com segurança o exercício de atividade rural em período equivalente à carência legal do benefício.
Percebe-se que o autor não foi capaz de elucidar em audiência de instrução as contradições constatadas ao tempo da "entrevista rural"; nesta oportunidade, o autor, em um primeiro momento afirmou nunca ter trabalhado com carteira assinada, e que desde 1983 trabalharia como agricultor em terras pertencentes ao seu irmão; todavia, na própria entrevista rural, e também em juízo, reconhece o autor ter faltado com a verdade, na medida em que consta do CNIS diversos vínculos empregatícios registrados entre os anos 70 e 90, importando registrar que trabalhou no Rio de Janeiro entre os anos de 1976 a 1984, e também para a Prefeitura de Rafael Fernandes entre os anos de 97/98. Sabe-se que a existência de vínculos urbanos pretéritos não impede o reconhecimento da qualidade de segurado especial; todavia, no caso em exame, as contradições não esclarecidas evidenciam patente falta de credibilidade no depoimento do autor, não suprida pelo frágil depoimento testemunhal.
7. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500867-42.2007.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:LUZIA FREIRE DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que, mantendo a sentença pelos seus próprios fundamentos, negou provimento ao recurso, sob o fundamento de que o demandante não logrou êxito em comprovar o exercício de atividade rural no período de carência exigido pela lei.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e por esta Turma Nacional no sentido de que a descontinuidade do trabalho rurícola não descaracteriza a condição de segurado especial.
3. Incidente admitido na origem.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido, exarado pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Quinta Região (SJPE) procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir parcialmente transcrito:
A TNU se pronunciou sobre o tema no sentido de que descontinuidades no labor rurícola são admissíveis se por curso período, sem caracterizar mudança de ramo de atividade. No caso dos autos, o contrato de trabalho teve duração de quase oito anos, o que não pode ser considerado um curto período. [...]Assim, o tempo de trabalho rural válido para fins de carência iniciou em 1º de fevereiro de 2001, não se verificando, portanto, cumprimento deste requisito.
6. Destarte, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
PROCESSO:5017821-45.2013.4.04.7107
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:EMILY JOAN NICHIO PAXTON
PROC./ADV.:FABIANO DE ABREU FAES
OAB:RS-79337
REQUERIDO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB:BB-0000000
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SAQUE DE SEGURO DESEMPREGO. DANO MORAL IN RE IPSA. INCIDENTE PARCILAMENTE PROVIDO.
1.Cuida-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal, interposto pela parte autora contra acórdão da 5ª. Turma Recursal do Rio Grande do Sul, insurgindo-se contra decisão que entendeu ser indevido o pagamento de danos morais no presente caso, pois não evidenciado dano moral in re ipsa. Indica na condição de paradigmas precedentes desta Turma Nacional de Uniformização e da Turma Recursal do Sergipe.
1.Evidencia-se similitude fática e jurídica entre os precedentes da Turma Recursal do Sergipe e desta TNU, indicados pela parte requerente, e os termos da decisão discutida. O voto condutor do acórdão impugnado externa o seguinte fundamento: "Com efeito, esta 5ª Turma Recursal tem entendimento no sentido de que o simples fato do não recebimento pelo trabalhador de parcela devida a título de seguro-desemprego não gera dano moral in re ipsa, havendo necessidade de demonstração concreta de prejuízo/transtorno excedente os meros dissabores da vida cotidiana, ausente no caso concreto." Por outro lado, no paradigma indicado, este colegiado uniformizou entendimento no sentido de que "no caso de saques indevidos de seguro-desemprego, o dano moral é 'in re ipsa', ou seja, prescinde-se de sua comprovação específica, bastando a prova do fato danoso." (5043381-78.2011.404.7100). O precedente da Turma Recursal do Sergipe segue na mesma linha, conforme ementa transcrita: "CIVIL, PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. CONCESSÃO DE SEGUROS-DESEMPREGO OBSTADA NO CNIS DO AUTOR JUNTO AO INSS. PAGAMENTO INDEVIDO DO SEGURODESEMPREGO A PESSOA DIVERSA DO DEMANDATE. INTERCÂMBIO DE DADOS ENTRE ENTES DA ADMINISTRAÇÃO CUJA FALHA NO PROCESSAMENTO NÃO PODE PREJUDICAR O ADMINISTRADO. RECONHIMENTO DA FALHA PELA AUTARQUIA-RÉ. DEMONSTRAÇÃO DO ERRO DA ADMINISTRAÇÃO, DO NEXO CAUSAL E DO DANO SOFRIDO. NEGATIVA DE PAGAMENTO DE VERBA ALIMENTAR POR LONGO TEMPO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM BEM AQUILATADO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, EM QUE O DEMANDANTE FICOU PRIVADO DE VERBA ALIMENTAR POR MAIS DE DEZOITO MESES. SENTENÇA. MANUTENÇÃO PELOS SEUS FUNDAMENTOS JÁ COLACIONADOS. QUESTÕES DECIDIDAS. ART. 46 DA LEI 9.099/95. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA, POR FORÇA DO ART. 1º DA LEI Nº 10.259/2001. IMPROVIMENTO DO(S) RECURSO(S)." Logo, a partir do cotejo analítico, tem-se por demonstrado o dissídio jurisprudencial, conforme exige o art. 14,§2º., da Lei 10.259/01.
2.No mérito, destaca-se inicialmente haver sinalização deste colegiado no que concerne à responsabilidade objetiva do prestador de serviços bancários, segundo se extrai da fundamentação do PEDILEF 00502854520084013300, da lavra do eminente Relator JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE, nos termos do excerto transcrito: "1. A responsabilidade civil no direito privado contemporâneo vem paulatinamente abandonando a chamada teoria da culpa na mesma e inversa proporção em que vem crescendo a teoria do risco, cuja consolidação tem levado a responsabilidade civil subjetiva a ceder cada vez mais espaço em favor da expansão da responsabilidade civil objetiva. 2. Nesta perspectiva, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Artigo 14 da Lei Federal n.º 8.078 de 1990), em consonância com a cláusula geral da teoria do risco prevista expressamente no novo Código Civil brasileiro (artigo 927, parágrafo único da Lei Federal nº 10.406 de 2002), consagrou a responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços, fundada na teoria do risco criado." Desta forma, infere-se alinhamento com precedente vinculante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), 2ª. Seção, no Resp. REsp 1199782 / PR (tema 466), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 12/09/2011, representativo de controvérsia no âmbito dos recursos repetitivos, com as seguintes razões de decidir: "As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". A Corte Superior chancela a mesma posição no que concerne à responsabilidade objetiva por falha no serviço, constando os precedentes das duas Turmas que integram a 2ª.Seção: "Em relação ao dever de indenizar e à possibilidade da condenação do dano moral, o presente feito conduz à adoção da teoria do risco do negócio/empreendimento, ancorada no artigo 14 do CDC, segundo o qual todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios ou defeitos dos bens e serviços fornecidos, independentemente de culpa."(STJ, 4ª.T, AgRg no AREsp 543437 / RJ, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 13/02/2015); e "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. OBJETIVA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. GRAVAME INDEVIDO. DANO MATERIAL. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DA PARTE RÉ E OS DANOS SOFRIDOS PELA AUTORA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTOS DO NOVO RECURSO INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO."(STJ, 3ª.T, AgRg no AREsp 574109 / SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 27/08/2015).
3.A responsabilidade objetiva das instituições financeiras assenta-se no risco que o fornecedor de serviços bancários assume frente ao consumidor, no âmbito contratual e extracontratual, pelos vícios do produto e serviço, assim também pelos acidentes de inerentes à relação de consumo, nos moldes dos art. 12, 14, 18 e 19 do Código de Defesa do Consumidor. Neste contexto, identificando-se o evento lesivo, que configure dano injusto, concebido como aquele em relação ao qual o ordenamento jurídico confere direito de reparação, a responsabilidade da instituição financeira somente será afastada acaso demonstrada ausência de nexo causal entre o evento lesivo e a respectiva conduta, o que abrange igualmente as hipóteses excludentes de responsabilidade civil, tais como responsabilidade exclusiva da vítima ou de terceiro, e especificamente caso fortuito externo, uma vez que o caso fortuito interno é inerente ao risco assumido no desempenho da atividade.
4.Exime de dúvida a responsabilidade objetiva da instituição financeira nas hipóteses de falha do serviço bancário prestado, que gera dano injusto e assim o direito à reparação. Impende, pois, a delimitação dos contornos em que configurada a responsabilidade civil, notadamente na peculiar hipótese de dano moral.
5.Neste intento, precedentes do E.STJ sinalizam rumo à superação das teses atreladas à concepção da tutela jurídica de caráter predominantemente patrimonial, que identificavam no dano moral uma consequência decorrente do dano de caráter material. Tem-se por relevante ao entendimento da matéria o precedente da 4ª. Turma do E.STJ, REsp 1245550/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 16/04/2015, em que se conclui, a partir de minudente análise da doutrina e jurisprudência, que o dano moral consiste no evento que antecede ao abalo psíquico. Logo, o sofrimento, dissabor e outros aspectos psíquicos negativos seriam consequências subjetivas do evento lesivo. O dano moral, por sua vez, extrai do evento lesivo seu caráter extrapatrimonial, que, a despeito de não ser material, nem por isso se confunde com os aspectos psíquicos subjetivos dele decorrentes. Isso porque se infere objetivamente a natureza extrapatrimonial do dano moral a partir da lesão injusta - que demanda reparação - segundo a proteção que o ordenamento jurídico confere aos direitos da personalidade e à dignidade da pessoa humana, reconhecendo a cada indivíduo uma qualidade intrínseca e distintiva, que o torna merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e da sociedade. Não fosse assim, estariam excluídos do direito à reparação por danos morais indivíduos cuja ausência de discernimento não permitisse constatar a existência de abalo psíquico.
6.Isto, no que tange à atividade desenvolvida pelas instituições financeiras, uma vez que detêm, em diferentes proporções, a administração dos bens necessários à manutenção dos indivíduos, corresponde à prestação de um serviço de qualidade, que atenda à respectiva finalidade, não gerando obstáculos à consecução das condições existenciais para uma vida saudável, e à participação em sociedade. Por isso, a específica hipótese comportaria a constatação de dano na modalidade in re ipsa.
7.A matéria encontra-se uniformizada por esta Turma Nacional, in litteris: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. SAQUE INDEVIDO DE SEGURO-DESEMPREGO. DANOS MORAIS. DANOS "IN RE IPSA". RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRESCINDIBILIDADE DE CULPA OU DEMONSTRAÇÃO DA ILICITUDE DO ATO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Quarta Turma Recursal de Rio Grande do Sul, a qual manteve a sentença, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95, que julgou extinto sem julgamento do mérito no tocante às parcelas de seguro-desemprego, eis que posteriormente colocadas à disposição da Autora, e improcedente o pedido de condenação por danos morais. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela Autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que há divergência entre o acórdão recorrido com o entendimento do STJ (AgRg no REsp nº 1.137.577/RS, REsp nº 835.531/MG, REsp nº 797.689/MT e REsp nº 640.196/PR), da 5ª Turma Recursal de São Paulo (processos nº 00075555320084036310 e nº 00019823420084036310) e da TNU (PEDILEF nº 200683005181473). 3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional, e distribuídos a esta Relatora. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Entendo configurado o dissídio jurisprudencial que autoriza o conhecimento do Incidente. 6. O acórdão recorrido manteve a sentença que reza, "... os fatos narrados por si só não geram o dever de indenizar... Portanto, não verifico, no caso dos autos, a ocorrência de conduta ilícita por parte das demandadas a ensejar a indenização por dano moral..." (sic). 7. Vislumbro que a decisão hostilizada abraçou duas teses que merecem análise em separado: da necessidade de comprovação do dano e da responsabilidade subjetiva. 8. Seguindo Jurisprudência do STJ, à esteira dos julgados trazidos, este Colegiado firmou entendimento de que "o dano moral, nos casos de saques indevidos, é presumido, desde que provada a ocorrência do fato danoso, somente podendo ser afastado de forma fundamentada, com base em provas em contrário, consideradas as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto posto em julgamento." (PEDILEF 200971590012972, JUIZ FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF, DOU 22/03/2013.) Como me manifestei no voto-vista do processo citado, "Com fundamento no artigo 201, inciso III, da Constituição da República, diz-se que a natureza jurídica do seguro-desemprego é de um benefício previdenciário. Possui essa verba a finalidade de oferecer assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta. Desse modo, a meu ver, os saques fraudulentos das parcelas de seguro-desemprego acarretaram situação evidente de constrangimento, angústia e sofrimento para o recorrente desempregado, caracterizando, por isso, ato ilícito, passível de indenização a título de danos morais." 9. E sendo o dano "in re ipsa", "não depende da prova específica da demonstração da ocorrência do dano" (PEDILEF 50574438920124047100, JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, DOU 28/10/2013). Em outras palavras, basta a comprovação do fato ensejador do dano, no caso, saque indevido de seguro-desemprego. 10. Por outro lado, entendo que a responsabilidade no caso retratado, é objetiva, prescindindo da comprovação da culpa. 11. No Brasil, a doutrina da responsabilidade objetiva do Estado, ou do risco administrativo, foi consagrada pela Constituição Federal de 1946, que pela redação do artigo 194 buscava romper os laços com um passado próximo de abusos decorrentes de um Estado que se colocara à margem de um Estado Democrático de Direito. Desde então, o constitucionalismo brasileiro consagra a desnecessidade de identificação da culpa para a atribuição de responsabilidade civil ao Estado, dispondo o art. 37,§6º da Constituição Federal de 1988 que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.". 12. A Caixa Econômica Federal, além de sua natureza de instituição financeira, atua como gestora dos fundos do seguro-desemprego, incidindo nessa atuação a responsabilidade de natureza objetiva, não podendo se exigir culpa ou a demonstração da ilicitude do ato. É que para a configuração da responsabilidade objetiva, o ato não precisa necessariamente ser ilícito, sendo considerado antijurídico ou passível de responsabilização ato desprovido de ilicitude, desde que cause dano e seja dotado de relação de causalidade. 13. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que no caso de saques indevidos de seguro-desemprego, o dano moral é "in re ipsa", ou seja, prescinde-se de sua comprovação específica, bastando a prova do fato danoso; (ii) firmar a tese de que nesses casos a responsabilidade da CEF é objetiva, independente de culpa ou demonstração da ilicitude do ato, que só pode ser afastada nos casos de excludentes legais; (iii) anular o acórdão recorrido, nos termos da Questão de Ordem nº 20, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. 15. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia." (PEDILEF 50433817820114047100, Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, DOU 17/10/2014 PÁG. 165/294) - grifou-se.
8.Por conseguinte, considerando que o acórdão impugnado entendeu pela necessidade de comprovação das consequências psíquicas do dano em tela, deve ser parcialmente provido o incidente de uniformização, para reafirmar a tese de que, na presente hipótese, cuida-se de dano moral in re ipsa, bastando a comprovação do evento danoso e dos demais elementos ensejadores da responsabilidade objetiva (conduta lesiva e nexo de causalidade), cumprindo o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação da decisão impugnada.
9.Ante o exposto, voto por conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência, devendo o feito retornar à origem para adequação à matéria uniformizada.
ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao pedido de uniformização.
Brasília, 12 de maio de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0503837-76.2011.4.05.8105
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA ELIZETE DE ALMEIDA
PROC./ADV.:ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
OAB:CE-10101
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL REGINALDO MÁRCIO PEREIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREENCHIMENTO PELO SEGURADO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ANTES DO ÓBITO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de demanda em que a parte autora pretende a condenação do INSS no pagamento de pensão por morte de ROGÉRIO ALVES SABINO, falecido em 04/12/2001.
2. A sentença de improcedência foi confirmada pela Turma Recursal, com base nos seguintes fundamentos:
(...)
A pensão por morte é o benefício pago aos dependentes do segurado, homem ou mulher, que falecer aposentado ou não, conforme previsão do Art. 201, V, da Constituição Federal, sendo presumida a dependência econômica da viúva(o)/companheira(o)/filhos (Art. 16, § 4º, da Lei 8.213/91).
No caso, analisando-se os autos (vide anexos 09 e 02), verifica-se que a última contribuição previdenciária do falecido se deu em agosto de 1990, tendo o óbito ocorrido em 04.12.2001.
Assim, verifica-se a perda da qualidade de segurado quando do óbito, a teor do art. 15 da Lei 8.213/91. Ressalte-se que a norma previdenciária é expressa ao afirmar que a perda da condição de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade, salvo se houver preenchido todos os requisitos exigíveis para aposentadoria (art. 102, §§ 1º e 2º da mencionada lei). Ocorre que tal regra não lhe beneficia.
Neste contexto, não vejo razão para a reforma do julgado vergastado, que deve ser mantido, inclusive pelos fundamentos também ali aduzidos.
Com efeito, dispõe o art. 46 da Lei n° 9.099/95, in verbis: Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.
Conforme determina o aludido preceito, se o órgão colegiado entender que o teor da sentença recorrida não merece qualquer reforma, por haver aplicado corretamente o direito aplicável à espécie, poderá ela ser confirmada pelos próprios fundamentos, servindo de acórdão a súmula de julgamento. É esta a hipótese constatada in casu.
Por tal razão, mantenho in totum a sentença recorrida, valendo-me dos fundamentos do julgado monocrático como causa de decidir, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1º da Lei n° 10.259/2001, com a súmula de julgamento servindo de Acórdão.
3. A parte autora interpôs incidente de uniformização nacional argumentando que (...) deve ser distinguida a situação do trabalhador que, voluntariamente, se omite ao cumprimento de sua obrigação de contribuir para o custeio da Seguridade Social, não mais pagando as exações devidas, daquela vivenciada pelo trabalhador que, por motivos alheios a sua vontade, se vê impedido de exercer atividade laborativa formal e, por conseguinte, permanecer como segurado. No presente caso, após o fim do último vínculo empregatício formal do segurado, em virtude da realidade sócioeconômica em que este estava inserido e da sua qualificação profissional, fora inviabilizado seu retorno ao trabalho. Invoca a recorrente jurisprudência de Tribunais Regionais e do STJ no sentido de que, para a pensão, dispensa-se a qualidade de segurado à época do óbito.
4. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem.
5. Contra a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização foi interposto agravo, encaminhado a esta Turma Nacional por força da sistemática recursal.
6. Voto pelo não conhecimento do incidente.
7. De plano, observo que não há similitude fática entre os julgados que permita o enfrentamento dos argumentos do incidente de uniformização no sentido de que (...) deve ser distinguida a situação do trabalhador que, voluntariamente, se omite ao cumprimento de sua obrigação de contribuir para o custeio da Seguridade Social, não mais pagando as exações devidas, daquela vivenciada pelo trabalhador que, por motivos alheios a sua vontade, se vê impedido de exercer atividade laborativa formal e, por conseguinte, permanecer como segurado. No presente caso, após o fim do último vínculo empregatício formal do segurado, em virtude da realidade sócioeconômica em que este estava inserido e da sua qualificação profissional, fora inviabilizado seu retorno ao trabalho.
8. Por outro lado, destaco que julgados de Tribunais Regionais não autorizam a oposição de incidente de uniformização dos Juizados Especiais Federais, pois não observa o artigo 14 da Lei n. 10.259/01, que prevê o seguinte: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador. § 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
9. Por fim, relevante ressaltar que o acórdão recorrido está de acordo com a jurisprudência do STJ, conforme se verifica nos seguintes julgados:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. NÃO PREENCHIMENTO, EM VIDA, PELO INSTITUIDOR DA PENSÃO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I. Consoante pacífica jurisprudência do STJ, "a condição de segurado do de cujus é requisito necessário ao deferimento do benefício de pensão por morte ao(s) seu(s) dependente(s). Excepciona-se essa regra, porém, na hipótese de o falecido ter preenchido, ainda em vida, os requisitos necessários à concessão de uma das espécies de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. In casu, não detendo a de cujus, quando do evento morte, a condição de segurada, nem tendo preenchido em vida os requisitos necessários à sua aposentação, incabível o deferimento do benefício de pensão por morte aos seus dependentes" (STJ, REsp 1.110.565/SE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 03/08/2009, feito submetido ao procedimento previsto no art. 543-C do CPC).
II. No caso, tendo o de cujus falecido em 29/06/2003, sem recolher contribuições desde 1998, e sem ter preenchido, em vida, os requisitos necessários à aposentação, impossível deferir pensão por morte aos seus dependentes.
III. Agravo Regimental improvido. (AgRg nos EDcl no REsp 1474558/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe 12/10/15).
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. PREENCHIMENTO PELO SEGURADO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. OCORRÊNCIA. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO DO DE CUJUS. IRRELEVÂNCIA NO CASO. PRECEDENTES DO STJ. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICO-PROBATÓRIAS AFIRMADAS PELO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Conforme bem delimitado pelo Tribunal a quo, a questão se resume ao preenchimento dos requisitos para a concessão da pensão por morte, a isso se opondo a Autarquia previdenciária, ora agravante, sob a consideração de que o instituidor da pensão não chegou a completar a idade exigida para obter a aposentadoria. 2. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC, pois o Tribunal a quo se manifestou acerca do preenchimento dos requisitos para concessão da pensão por morte. 3. É devida a pensão por morte aos dependentes do falecido que tenha perdido aqualidade de segurado, desde que preenchidos os requisitos legais para concessão de aposentadoria antes da data do óbito. 4. O entendimento do STJ ficou plenamente consolidado no sentido de que a perda da qualidade de segurado, por si só, não impede a concessão do benefício de pensão por morte, se o de cujus, antes de seu falecimento, tiver preenchido os requisitos para a obtenção de qualquer aposentadoria, como enfatizado no caso pelo Tribunal a quo. 5. A reversão do julgado implica o reexame de provas, o que é vedado pelo comando contido na Súmula n. 7/STJ. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 1312627, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJE 08/02/13).
10. Observo, inclusive, que nos fundamentos do precedente do STJ juntado pela recorrente (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 707.844 - PE (2004/0171834-0), RELATOR MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO) consta a necessidade de que à época do óbito do segurado ele já tivesse implementado as condições para receber algum benefício previdenciário, o que não ocorre no caso em exame, literis:
(...) a disciplina jurídica da pensão por morte está prevista no artigo 74 da Lei nº 8.213/91, cuja letra é a seguinte: "Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data: I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste; II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior; III - da decisão judicial, no caso de morte presumida." Ao que se tem do dispositivo legal supratranscrito, são dois os requisitos da pensão por morte, a saber: 1) a existência de beneficiários na condição de dependentes do segurado; 2) a condição de segurado do de cujus.
No que diz respeito ao primeiro requisito da pensão por morte - a existência de beneficiários na condição de dependentes do segurado - , a Lei Previdenciária estabelece o seguinte: "Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; IV - revogado."
No que diz respeito ao segundo requisito, vale dizer, o da condição de segurado do de cujus, o artigo 10 da Lei 8.213/91 estabelece que "Os beneficiários do Regime da Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes , nos termos das Seções I e II deste capítulo." (nossos os grifos). Os artigos 11 e seguintes da Lei nº 8.213/91 enumeram as várias espécies de segurados, identificando-lhes um elemento comum, qual seja, a necessidade de contribuição para a Previdência Social. Desse modo, em observância ao caráter contributivo da Previdência Social previsto no artigo 201, caput, da Constituição Federal, pode-se dizer que, em regra, serão segurados da Previdência os seus contribuintes. É certo, contudo, que o próprio Plano de Benefícios da Previdência Social autoriza a manutenção da qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo para quem está em gozo de benefício e, por prazos determinados nos demais casos, tal como resulta da letra do seu artigo 15, verbis: "Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições: I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefícios; II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração; III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória; IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso; V - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar; VI - até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo. § 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado. § 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. § 4º A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos." (nossos os grifos).
É, ainda, da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça que o segurado que deixa de contribuir para a Previdência Social por estar incapacitado para o labor não perde esta qualidade (cf. REsp nº 84.152/SP, da minha Relatoria, in DJ 19/12/2002; REsp 409.400/SC, Relator Ministro Edson Vidigal, in DJ 29/4/2002; EDclREsp nº 315.749/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, in DJ 1º/4/2002; REsp nº 233.639/PR, Relator Ministro Gilson Dipp, in DJ 2/4/2001).
Não menos é certo, todavia, na compreensão da jurisprudência que veio a se firmar na 3ª Seção, contra nosso entendimento, que não é necessário que os requisitos à concessão do benefício previdenciário sejam preenchidos simultaneamente, por isso que dispôs o artigo 102 do Plano de Benefícios, em sua redação original, que "A perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão não importa em extinção do direito a esses benefícios." Igualmente, o mesmo dispositivo legal, com redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997: "Art. 102. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade. § 1º A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos. § 2º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, nos termos do art. 15 desta Lei, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria na forma do parágrafo anterior." (nossos os grifos). Tal entendimento, inclusive, foi corroborado pela edição da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que assim estabeleceu em seu artigo 3º, verbis: "Art. 3 o A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial. § 1 o Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício." E pelo Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003, que acrescentou os parágrafos 5º e 6º ao artigo 13 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, que "Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências" : "Art. 13. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições: (...) 5º A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial. § 6º Aplica-se o disposto no § 5º à aposentadoria por idade, desde que o segurado conte com, no mínimo, o número de contribuições mensais exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício." Resta, pois, dispensada a manutenção da qualidade de segurado para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição, especial e por idade, neste último caso, desde que, na data do requerimento do benefício, o segurado já tenha cumprido a carência. E, para a concessão de pensão por morte, apesar de não se exigir o cumprimento de carência, se o de cujus perdeu a qualidade de segurado mas, antes de sua morte já possuía os requisitos para a concessão de qualquer aposentadoria concedida pela Previdência Social, quais sejam, aposentadoria por tempo de serviço, especial ou por idade, a perda da qualidade de segurado não obstará também a concessão da pensão por morte. De todo o exposto resulta que, se o óbito ocorrer após a perda da qualidade de segurado, os dependentes terão direito à pensão por morte desde que o trabalhador tenha cumprido, até o dia da morte, os requisitos para obtenção de qualquer aposentadoria, concedida pela Previdência Social. Não é outro o teor da jurisprudência consolidada no âmbito da 3ª Seção deste Superior Tribunal de Justiça, valendo anotar, por todos, o seguinte precedente: "PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. DE CUJUS. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA PENSÃO, NOS TERMOS DO ART. 102 DA LEI N.º 8.213/91, SE RESTAR COMPROVADO O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, ANTES DA DATA DO FALECIMENTO. 1. É assegurada a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do de cujos que, ainda que tenha perdido a qualidade de segurado, tenha preenchido os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria, antes da data do falecimento. 2. Embargos de divergência conhecidos, porém, rejeitados." (EREsp nº 524.006/MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, in DJ 30/3/2005). In casu, a perda da qualidade de segurado constitui óbice à concessão da pensão por morte, uma vez que, como é da própria letra da sentença de primeiro grau, preservada pelo acórdão recorrido, o segurado não havia preenchido os requisitos à concessão de outros benefícios previdenciários. No mesmo sentido: "RECURSO ESPE-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CIAL. PREVIDENCIÁRIO. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PENSÃO POR MORTE. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO. Para ocorrer a possibilidade de percepção da pensão por morte, deve haver o preenchimento dos requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ao segurado, a teor do que dispõe o art. 102 da Lei 8.213/91. Não se enquadrando o de cujus como segurado à época da morte, nem sido preenchidos os requisitos legais, descabe cogitar o recebimento de pensão por morte, por não possuir aquele o direito de transmitir o benefício a seus dependentes. Recurso provido." (REsp nº 719.743/CE, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, in DJ 7/11/2005) "PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. DE CUJUS. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA PENSÃO, NOS TERMOS DO ART. 102 DA LEI N.º 8.213/91, SE RESTAR COMPROVADO O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, ANTES DA DATA DO FALECIMENTO. 1. É assegurada a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do de cujos que, ainda que tenha perdido a qualidade de segurado, tenha preenchido os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria, antes da data do falecimento. In casu, não satisfeita tal exigência, o dependente da falecida não tem direito ao benefício pleiteado. 2. Recurso especial desprovido." (REsp nº 785.164/CE, Relatora Ministra Laurita Vaz, in DJ 19/12/2005) Vale gizar, ainda, que a questão relativa à incidência da lei vigente à data do óbito do segurado, não foi matéria apreciada pelo acórdão recorrido, nem embargos de declaração para suprir-lhe a deficiência foram opostos. À vista disso, inarredável a ausência do indispensável prequestionamento, o que inviabiliza o conhecimento da insurgência especial, a Documento: 604038 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJ: 06/03/2006 Página 15de 18 Superior Tribunal de Justiça teor do que dispõem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada." "O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento." Pelo exposto, nego provimento ao agravo regimental. É O VOTO.

11. A decisão da Turma Recursal está conforme a jurisprudência dominante (art. 15, III, do RITNU - Resolução nº 345/2015 do CJF), portanto o incidente não deve ser conhecido.

12. VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

REGINALDO MÁRCIO PEREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5013261-24.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:APARECIDO CAETANO RIBEIRO
PROC./ADV.:SILVIA REGINA GAZDA
OAB:PR-36642
PROC./ADV.:ANDRÉ RICARDO SIQUEIRA
OAB:PR-39786
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve julgamento de improcedência de pedido para condenar o INSS a conceder aposentadoria por idade, sob o fundamento de que a parte autora não cumpriu o requisito da carência. Nas suas razões recursais, o demandante afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça (RESP 499.399/RS), no sentido de que é devido o cômputo do período já reconhecido e averbado administrativamente pelo INSS em processo administrativo anterior, em respeito à coisa julgada administrativa. Aduz que autarquia reconheceu e computou como carência a integralidade do vínculo do autor com a empresa Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina, de 15/02/1973 a 09/12/1979, por ocasião do processamento do pedido de aposentadoria por tempo de contribuição, o qual corresponde a 83 contribuições. No entanto, ao realizar o processamento do pedido de aposentadoria por idade, menos de um mês depois, o INSS somente considerou o vínculo no período de 01/01/1977 a 09/12/1979.

2. A MMa. Juíza Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Paraná proferiu decisão para admitir o Pedido de Uniformização.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Em análise do recurso, observo que a hipótese é de aplicação da orientação da questão de ordem n. 22, da TNU, uma vez que o acórdão recorrido não considerou o período de 15/02/1973 a 31/12/1976, para fins de carência, não computado pelo INSS no processo administrativo de aposentadoria por idade, uma vez que o pedido formulado na presente ação é o de averbação do vínculo empregatício do período de 26/10/1971 a 12/02/1973, anotado da CTPS do demandante, e concessão de aposentadoria por idade, ao passo que o acórdão apontado como paradigma trata de hipótese de cômputo de período já reconhecido e averbado administrativamente pelo INSS em processo administrativo anterior, em respeito à coisa julgada administrativa. A propósito, transcrevo o voto-ementa do julgado:

Trata-se de recurso interposto pelo autor contra sentença que julgou parcialmente procedente seu pedido inicial reconhecendo o tempo e serviço urbano de 26/10/1971 a 12/02/1973, inclusive para fins de carência, e determinando ao INSS sua averbação, entretanto não reconheceu o direito do autor à concessão do benefício pleiteado por ausência de carência.

Recorre o autor alegando que possui direito à concessão do benefício de aposentadoria por idade pois conforme contagem do processo administrativo de aposentadoria por tempo de contribuição foram computadas 177 contribuições, número suficiente para concessão do benefício pleiteado pelo autor, que por ter completado o requisito etário em 2006 deve comprovar 150 contribuições para carência.

Com as contrarrazões vieram os autos a esta Turma Recursal.

Fundamentação

A sentença deve ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Transcrevo a seguir trecho da sentença que adoto como razão de decidir.

O autor completou 65 anos em 04/07/2006 (RG3 - evento nº 1), sendo que se filiou à previdência social anteriormente à Lei nº 8.213/91 (CTPS2 - evento nº 9). Para a concessão de aposentadoria por idade urbana devem ser preenchidos dois requisitos: a) idade mínima (65 anos para o homem e 60 anos para a mulher); b) carência - recolhimento mínimo de contribuições (sessenta na vigência da CLPS/84 ou, no regime da Lei Brasileira de Previdência Social, de acordo com a tabela do art. 142 da Lei n.º 8.213/91). Dessa forma, tendo a parte autora preenchido o requisito etário (65 anos de idade) em 2006, a carência exigida é de 150 (cento e cinquenta) meses, de acordo com a tabela progressiva aplicável aos segurados que eram filiados da Previdência Social Urbana até 24.07.1991 (art. 142 da Lei nº 8.213/91). Ocorre que a planilha de contagem elaborada pelo INSS (pág.11, procadm2 - evento nº 5), resultou em apenas 130 contribuições. Verifica-se que a controvérsia consiste no período de 26/10/1971 a 12/02/1973, no qual o autor alega ter laborado para o Serviço Autárquico de Saneamento de Londrina. Analisando a carteira de trabalho da parte autora observo que o vínculo de emprego ora em questão está anotado em ordem cronológica em relação aos demais e não apresenta rasuras ou qualquer indício de fraude (pág.4 da CTPS2 - evento nº 9), tendo o autor exercido a função de operário comum. Na pág.8 da CTPS2 - evento nº 9 constam duas alterações salariais, nas datas de 01/11/1971 e 01/01/1973 efetivadas pelo empregador Serviço Autárquico de Saneamento, o que corrobora que o vínculo empregatício do autor. Já na pág. 2 da CTPS3 - evento nº 9 há anotação da opção pelo FGTS na data de 26/10/1971, mesma data da admissão contratual junto à empresa Serviço Autárquico de Saneamento. Por fim, na pág. 4 da CTPS3 - evento nº 9 há informação de que o autor foi contratado por obra certa na data de 26/10/1971 pelo Serviço Autárquico de Saneamento, sendo que na data de 30/05/1972 foi cadastrado como beneficiário do PASEP. O fato da página de identificação estar danificada não impede o reconhecimento do vínculo acima, uma vez que os demais vínculos anotados na CTPS estão devidamente inseridos no CNIS (pág. 7, procadm2 - evento nº 5), comprovando que o documento realmente pertence ao autor. A anotação em CTPS presume a existência de relação jurídica válida e perfeita entre empregado e empregador e goza de presunção juris tantum de veracidade (Enunciado nº 12 do TST), não havendo razão para o INSS não computar o referido interstício, salvo eventual fraude, o que não é o caso dos autos. O fato do lapso do vínculo em questão não estar anotado no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, ou com anotação extemporânea, não é óbice ao reconhecimento do mesmo. Destaca-se, ainda, que a comprovação da efetiva contribuição do período ora reconhecido, tanto para efeito do tempo de contribuição, quanto de carência, é irrelevante para a concessão do benefício, na medida em que, tratando-se de segurado empregado, a obrigação de recolhimento da contribuição é do empregador, nos termos do que hoje dispõem os artigos 30 da Lei n.º 8.212/91 e 34, I, da Lei n.º 8.213/91. Menciono, ainda, que cabia à autarquia ré fiscalizar e cobrar administrativamente, do empregador, as contribuições previdenciárias referentes ao período ora reconhecido. Destaca-se que de acordo com a recente Súmula nº 44 do TNU: 'para efeito de aposentadoria por idade urbana, a tabela progressiva de carência prevista no artigo 142 da Lei 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para a concessão do benefício, ainda que o período da carência só seja preenchido posteriormente'. Assim, tendo o requerente preenchido o requisito etário (65 anos de idade) em 2006, a carência exigida será de 150 (cento e cinquenta) meses, de acordo com o art. 142 da Lei nº 8.213/91. Contudo, a parte autora não faz jus ao benefício de aposentadoria por idade urbana, pois conta com apenas 147 contribuições, conforme planilha de contagem do INSS (pág. 11, procadm2 - evento nº 5) somada ao período ora reconhecido (17 contribuições). Ainda, o autor não possui contribuições realizadas após a DER, as quais poderiam ser somadas, já que não exerce atividade remunerada, pois recebe benefício assistencial NB nº 140.747.879- 3 desde 14/07/2006. A análise da planilha de contagem do PA (pg. 11 do PROCADM2 do ev. 05) indica que o INSS não computou para carência o lapso de 15/02/1973 a 31/12/1976, durante o qual o autor teria laborado para Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina. No entanto, não há pedido nos autos para análise desse vínculo.

Registro, em atenção às razões recursais, que embora o autor tenha mencionado na petição inicial essa contradição entre as contagens dos processos administrativos, não realizou pedido para que fosse analisado o período de 15/02/1973 a 31/12/1976, não computado pelo INSS como carência no processo administrativo de aposentadoria por idade.

Assim, agiu com acerto o juízo monocrático.

Condeno o autor ao pagamento de honorários de 10% do valor atualizado (IPCA-E) atribuído à causa, condenação suspensa, na forma do art. 12 da Lei 1.060/50, enquanto persistir a assistência judiciária gratuita deferida.

Considero prequestionados especificamente todos os dispositivos legais e constitucionais invocados na inicial, contestação, razões e contrarrazões de recurso, porquanto a fundamentação ora exarada não viola qualquer dos dispositivos da legislação federal ou a Constituição da República levantados em tais peças processuais.

Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

5. Posto isso, voto pelo não conhecimento do PEDILEF, de acordo com a questão de ordem n. 22, da Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 12 de maio de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0008748-68.2014.4.01.3200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):CRISTIANE ALBUQUERQUE AMORE
PROC./ADV.:JOSÉ RICARDO XAVIER DE ARAÚJO
OAB:AM-3730
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DO SEGURO SOCIAL - GDASS. SERVIDOR DO INSS REDISTRIBUÍDO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. PAGAMENTO DA GDASS NOS TERMOS DO ART. 12, §5º., DA LEI 11.457/2007 E ART. 258-A DA LEI 11.907/2009 - INSERIDO PELA LEI 12.269/2010. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Cuida-se de incidente de uniformização de lei federal interposto pela União contra o acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas que confirmou a sentença na qual foi julgado procedente o pedido de pagamento de diferenças da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, referentes ao período de junho de 2009 a maio de 2010, anterior ao advento da Portaria MF nº 468 de 01/09/2010 (publicada no DOU em 06/09/2010) e da Portaria MF 219 de 14/09/2010 (publicada no DOU em 15/09/2010), ambas do Ministério da Fazenda, as quais previram o primeiro ciclo de avaliação da GDAFAZ entre 15/09/2010 e 31/10/2010, com observância das diretrizes do art. 258-A da Lei 11.907/2009, incluído pela Lei 12.269/2010. A autora, na condição de servidora redistribuída à Secretaria da Receita Federal (enquadramento no art. 12,§ 5º da Lei 11.457/07), postulou o pagamento da GDASS no mesmo patamar garantido aos servidores lotados no INSS.

2.Argumenta a União que a decisão merece ser modificada, porquanto "somente a partir do momento em que houve avaliação efetiva segundo critérios e pontuação da GDAFAZ é que os servidores redistribuídos do INSS à Receita Federal passaram a fazer jus à percepção da GDASS".

3.Apresenta como paradigma a decisão proferida por Turma Recursal da Seção do Paraná no processo n.º 5005604-97.2013.404.7000.

4.O incidente de uniformização foi conhecido na origem.

5.Com efeito, verifico que a sentença, confirmada pelo acórdão impugnado, foi proferida no seguinte sentido:

"(...)

O art. 12 da lei 11.457/2007 promoveu a redistribuição dos cargos dos servidores que se encontravam em efetivo exercício na Secretaria da Receita Previdenciária para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, resguardando o direito dos servidores de retorno ao órgão de origem ou de permanência naquele de destino, situação que alcançou a autora.

Por sua vez o art. 12, § 5º da mencionada norma assegurou a equivalência remuneratória dos servidores redistribuídos aos do órgão de origem até que lei posterior dispusesse sobre suas carreiras, cargos, remuneração, lotação e exercício. Houve, pois, uma equiparação remuneratória entre os servidores cedidos à Receita Federal e aqueles ocupantes do corpo técnico do seguro social.

A Lei nº 11.907/2009 estabeleceu o limite de pontuação da GDASS em 100%, composto de 80% (gratificação de desempenho da instituição) e de 20% (avaliação individual do servidor), a depender da avaliação específica de cada servidor. O pagamento individualizado de acordo com o desempenho foi regulamentado pela Instrução Nor-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

mativa INSS/PRES nº 38 e da Portaria INSS/PRES nº 397, ambas de 22/04/2009, publicadas no DOU em 23/04/2009, com o primeiro ciclo de avaliação entre 01/05/2009 a 31/10/2009. Forçoso convir que a partir desse marco regulatório, a demandante teria direito à percepção da GDASS no importe de 100% nos termos da Lei nº 11.457/2007, até o advento da Portaria MF nº 468 de 01/09/2010 (publicada no DOU em 06/09/2010) e da Portaria MF 219 de 14/09/2010 (publicada no DOU em 15/09/2010), ambas do Ministério da Fazenda, as quais previram o primeiro ciclo de avaliação da GDAFAZ entre 15/09/2010 e 31/10/2010, cujos critérios se aplicariam aos servidores redistribuídos para a Receita Federal, valendo ressaltar que a autora atingiu o desempenho máximo permitido, conforme informações constantes das fichas financeiras, atendendo às diretrizes do art. 258-A da Lei 11.907/2009 (...)".

6.Por outro lado, a decisão paradigmática da Turma Recursal do Paraná, consta no seguinte sentido:

"VOTO. Trata-se de ação por intermédio da qual a parte autora - servidora pública redistribuída da extinta Secretaria da Receita Previdenciária (INSS) para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) - pretende o pagamento da GDASS, no período de 05/2009 a 09/2010, de acordo com as avaliações empreendidas no âmbito do INSS. A sentença julgou improcedente o pedido entendendo que: "a) a avaliação de desempenho individual tem caráter personalíssimo; b) deve ocorrer no órgão em que o servidor estiver efetivamente lotado; c) a relação existente entre o Estado e seus servidores é de cunho estatutário, portanto não há direito adquirido a determinado regime; d) a lei garantiu o direito de opção de retorno aos servidores do órgão extinto e de transição em matéria remuneratória aos não optantes, apresentando critério pautado na razoabilidade aos servidores redistribuídos; e) não há falar em ofensa a irredutibilidade de vencimentos tratando-se de gratificação de desempenho, e por conseguinte, f) não houve o reconhecimento da inconstitucionalidade dos normativos em questão, pois não feriram o princípio da isonomia e da irredutibilidade salarial ao adequar circunstância concreta". Também argumentou-se que a Lei n.º 11.907, de 03 de fevereiro de 2009 (com a redação dada pela MP nº 479/2009, de 30 de dezembro de 2009, convertida na Lei 12.269/2010), estabelece expressamente que, mesmo fazendo jus aos mesmos vencimentos e vantagens da carreira anteriormente ocupadas pelo prazo de 05 anos, os servidores receberiam a gratificação de desempenho correspondente com base nas avaliações da GDAFAZ. A parte autora interpõe recurso sustentando que tanto a Lei 11457/2007 (que promoveu a redistribuição dos cargos com a criação da RFB), como a Lei n. 11.907/2009 (que estruturou as carreiras), estabelecem que os servidores que anteriormente ocupavam a carreira do INSS teriam direito aos mesmos benefícios por 05 anos, sendo devido o pagamento da GDASS de acordo com os critérios estabelecidos pela autarquia, sob pena de violação ao princípio da isonomia entre os servidores da mesma carreira. Argumenta, nesse compasso, que são inconstitucionais os arts. 256-A e 258-A, da Lei 11.907/2009, os quais determinam que o pagamento de gratificações de desempenho para os servidores lotados na RFB deve ser feito com base nas avaliações da GDAFAZ. Sustenta também que a demora para implementar as avaliações no âmbito do Ministério da Fazenda não pode ser imputada aos servidores, sendo devido, durante a omissão da administração, o pagamento de acordo com os critérios utilizados pelo INSS. É o breve relatório. Mantenho a sentença por seus próprios fundamentos (Lei 9.099/95, art. 46 c/c Lei 10.259/01, art. 1º). Com efeito, não há falar em tratamento antiisonômico, posto que os servidores que foram redistribuídos tiveram a possibilidade de optar pelo retorno à entidade de origem (nos termos do art. 258, §2º, da Lei 11907), ou por permanecer no Ministério da Fazenda, aderindo então ao PECFAZ (ainda que com direito à percepção transitória dos direitos e vantagens anteriores, se mais vantajosos, por 05 anos). Ademais, as gratificações de desempenho, por essência, devem ser pagas de acordo com a avaliação pessoal do servidor e do órgão em que está lotado, sob pena de completo desvirtuamento do instituto. Ou seja, no que concerne à avaliação pessoal e institucional, os servidores que continuaram no INSS e aqueles redistribuídos à Fazenda Nacional (ainda que transitoriamente ocupando o mesmo cargo público) estavam em contextos fáticos nitidamente distintos, de modo que não é razoável o pretendido tratamento idêntico ao caso. Esta foi a postura adotada pela administração e, posteriormente, consagrada nas legislações que vieram a disciplinar as relações jurídicas decorrentes da criação da RFB, em especial, o 258-A da Lei n. 11.907/2009: Art. 258-A. Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A e 258 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei no 11.457, de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, se mais vantajosos em relação ao PECFAZ, pelo prazo de cinco anos a contar da vigência da Lei no 11.457, de 2007, aplicando-se, à respectiva gratificação de desempenho de atividade, os critérios e pontuação atribuídos aos servidores que fazem jus à GDAFAZ em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009) Portanto, o direito à percepção da GDASS foi assegurado às duas categorias (servidores que permaneceram no INSS e egressos para a RFB), com as peculiaridades inerentes ao exercício funcional em cada órgão. Com efeito, conforme se extrai do art. 258-A, da Lei nº 11.907/2009, para os servidores do INSS que não optaram pelo retorno ao órgão de origem não houve dispensa de avaliação de desempenho, ao contrário, a tais servidores ficou assegurado o pagamento da GDASS conforme os critérios e pontuação atribuídos aos servidores que fazem jus à GDAFAZ, ou seja, somente a partir do momento em que houve avaliação efetiva segundo os critérios e pontuação da GDAFAZ é que os servidores redistribuídos do INSS à Receita Federal passaram a fazer jus à percepção da GDASS. Condeno o recorrente vencido ao pagamento das custas e de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. A execução das custas e dos honorários deverá observar as prescrições da Lei nº 1.060/50, caso o recorrente vencido seja beneficiário de Assistência Judiciária. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Gerson Luiz Rocha. Relator. ACORDAM os Juízes da 1ª Turma Recursal do Paraná, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do(a) Relator(a). Curitiba, 03 de dezembro de 2014. Gerson Luiz Rocha. Relator"

7.De um lado, tem-se o acórdão recorrido, que garantiu ao servidor redistribuído o pagamento da GDASS no mesmo patamar pago aos servidores em atividade no INSS, até a regulamentação do primeiro ciclo de avaliação da GDAFAZ; de outro, tem-se a decisão-paradigma, segundo a qual não é possível conferir ao servidor cedido gratificação 'pro labore faciendo', concedida aos servidores em atividade no órgão originário. Isso porque o valor da gratificação é determinado pelo desempenho pessoal.

8.Configurada a divergência, o incidente deve ser conhecido.

9.A gratificação de desempenho cujas diferenças são ora postuladas foi regulamentada pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 38, publicada no DOU em 23/04/2009, com o primeiro ciclo de avaliação entre 01/05/2009 a 31/10/2009. A partir desse momento, a GDASS passa ter caráter pro labore faciendo, de sorte que a exata pontuação depende da aferição do desempenho individual de cada servidor.

10.Ocorre que, por abstração legal, assegurou-se aos servidores da Secretaria da Receita Previdenciária, distribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, vencimentos e vantagens como se em exercício estivessem no órgão de origem, até a vigência da Lei que dispusesse sobre suas carreiras, cargos, remuneração, lotação e exercício (art. 12, §5º., da Lei 11.457/2007). Na sequência, a Lei 12.269/2010 introduziu a art. 258-A no texto da Lei 11.907/2009, dispondo à época da seguinte forma:

"Art. 258-A. Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A e 258 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei no 11.457, de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, se mais vantajosos em relação ao PECFAZ, pelo prazo de cinco anos a contar da vigência da Lei no 11.457, de 2007, aplicando-se, à respectiva gratificação de desempenho de atividade, os critérios e pontuação atribuídos aos servidores que fazem jus à GDAFAZ em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009)

Parágrafo único. Os servidores de que trata o caput não poderão perceber cumulativamente os valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam com os valores referentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos cargos integrantes do PECFAZ. (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009) - grifei.

11.A despeito da perda do caráter genérico da gratificação de desempenho em face da efetivação do primeiro ciclo de avaliações individuais/institucionais no órgão de origem, o regime jurídico conferido aos servidores redistribuídos à Secretaria da Receita Federal contemplava a manutenção das vantagens atribuídas aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, se mais vantajosos em relação ao PECFAZ. Tal obsta a total supressão da parcela remuneratória discutida pelo só fato da ausência de avaliação específica no órgão de destino. Logo, ainda que se atribua natureza pro labore faciendo à GDASS, e se tenha por implementada a avaliação de desempenho no órgão de origem, em não havendo avaliação compatível no órgão de destino, a aludida gratificação poderá ser percebida no seu patamar mínimo de pontuação, nos termos da legislação de regência da matéria (Lei 10.855/2004 e atos normativos regulamentares), até a realização de avaliação compatível com o órgão de atuação. Isso porque, encontrando-se a parte autora em atividade em órgão diverso, o pagamento das diferenças da GDASS resta comprometido pelo simples fato de não terem sido efetuadas as avaliações pessoais de desempenho específicas ao órgão de origem.

12.Destarte, acolhe-se parcialmente o entendimento esposado no paradigma indicado, dissentindo-se apenas quanto ao fato de que, apesar do caráter pro labore faciendo atribuído à GDASS e da implementação do ciclo de avaliações no órgão de origem, no caso específico dos servidores da Secretaria da Receita Previdenciária, distribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil com vencimentos e vantagens como se em exercício estivessem no órgão de origem, nos termos das Leis 11.457/2007, 11.907/2009 e 12.269/2010, a GDASS é devida no seu patamar mínimo de pontuação até a efetiva avaliação segundo os critérios e pontuação da GDAFAZ.

13.Considerando que a decisão impugnada concedeu à demandante as diferenças relativas à GDASS (de 80 pontos para 100 pontos), de junho/2009 a maio/2010, quando implementada a avaliação segundo os critérios da GDAFAZ, não procede o pedido inicial, aplicando-se à espécie a Questão de Ordem 38, da TNU.

14.Por conseguinte, voto por conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização, acolhendo o entendimento de que, no caso específico dos servidores da Secretaria da Receita Previdenciária, distribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com vencimentos e vantagens como se em exercício estivessem no órgão de origem, nos termos das Leis 11.457/2007, 11.907/2009 e 12.269/2010, a GDASS é devida no patamar mínimo de pontuação, então percebido, até a efetiva avaliação segundo os critérios e pontuação da GDAFAZ, julgando-se improcedente a postulação inicial.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização.

Brasília, 12 de maio de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:2011.51.51.033297-0
ORIGEM:RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE:NELI GOMES LEITE LOURO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RECEBIMENTO INDEVIDO. REPETIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1.Pretende-se a reforma do acórdão da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o qual negou provimento ao recurso interposto pela parte autora, e manteve a sentença de improcedência de pedido de suspensão de descontos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS de valores considerados pagos indevidamente durante 6 (seis) anos, a título de pensão por morte, na condição de tutora das filhas do falecido, após a maioridade das beneficiárias. Destaca-se do acórdão recorrido o trecho a seguir:

"De fato, o limite estabelecido em lei para o desconto dos valores pagos indevidamente é de 30% do valor do benefício, de acordo com o § 1º do artigo 115 da Lei nº 8.213/91, combinado com o § 2º do artigo 154 do Decreto nº 3.048/99, quando o segurado não tiver agido de má-fé.

Embora a recorrente não tenha agido de má-fé, já que o benefício continuou a ser depositado pelo INSS, é sabido que a pensão por morte somente é devida até a maioridade dos filhos do segurado. Porém, a recorrente continuou a sacar o benefício indevidamente por 6 anos, e deve, portanto, ressarcir o INSS.

Ressalte-se que a devolução, em parcelas, é autorizada em lei, e, portanto, forçoso negar provimento ao recurso da autora."

2. Incidente não admitido pela Turma Recursal de origem. Agravado, teve a distribuição determinada pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização.

3. O INSS apresentou contrarrazões, pugnou, em síntese, pela manutenção do acórdão.

4.Para demonstrar a divergência jurisprudencial apresentou os seguintes paradigmas: AgRg no REsp 1084292/PB, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA , SEXTA TURMA, julgado em 25.10.2011; AgRg no REsp 705.249/SC, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 09.12.2005; AgRg no Ag 1386012/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20.09.2011; AgRg no AREsp 151.349/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 22,05.2012,; AgRg no Ag 1428309/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 17.04.2012, de modo a defender a tese de que havendo boa fé da parte autora, o caráter social do benefício concedido e equívoco da autarquia, não há que se falar em devolução das quantias recebidas indevidamente.

5. Considero os julgados contrapostos em condições de ensejar juízo discrepante de interpretação frente a lei federal, a partir da divergência entre as teses apresentadas e o acórdão recorrido.

6.Dentre outros julgados, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça pode-se realçar o posicionamento acerca da discussão sobre irrepetibilidade ou não, como no AREsp. nº 703.192/RS, Rel. MIN. HERMAN BENJAMIN, DJe 29.05.2015 a seguir reproduzido:

"DECISÃO Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição da República contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cuja ementa é a seguinte (fl. 65, e-STJ): PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ERRO ADMINISTRATIVO. BOA-FÉ DO SEGURADO. CARÁTER ALIMENTAR DA VERBA. REPETIÇÃO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. 1. Pago indevidamente benefício pelo INSS, sem que o segurado tenha concorrido de qualquer forma, incabível a restituição de valores. Jurisprudência consolidada nesta Corte e no STJ. 2. Não se trata, aqui, de declarar a inconstitucionalidade da legislação previdenciária, que prevê a possibilidade de desconto decorrente de pagamento de benefício além do devido, mas da sua interpretação sistemática e em conformidade com a própria Constituição. A regra prevista no art. 115, II, da Lei 8.213 91, pela sua generalidade, não comporta declaração de inconstitucionalidade. Os Embargos de Declaração foram providos somente para fins de prequestionamento. A parte agravante, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu violação dos artigos 115 da Lei 8.213 91; 475-O do Código de Processo Civil; e 876 e 884 do Código Civil de 2002, sob o argumento de que, mesmo recebidos de boa-fé, devem ser restituídos os valores pagos a maior pelos cofres públicos, sob pena de enriquecimento ilícito. Não foram apresentadas as contrarrazões, sobreveio o juízo de admissibilidade negativo da instância de origem (fls. 93-95, e-STJ), o que deu ensejo à interposição do presente Agravo (fls. 97-104, e-STJ). Sem contraminuta. É o relatório.Decido . Os autos foram recebidos neste Gabinete em 14.5.2015. A irresignação não merece prosperar. Aplica-se ao caso o entendimento desta Corte acerca da regra da irrepetibilidade dos benefícios previdenciários no sentido de que é incabível a restituição de valores pagos indevidamente pela administração ante o caráter alimentar e a boa-fé de quem os recebeu. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes: PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. LEI N. 9.032/97. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À SUA VIGÊNCIA. ENTENDIMENTO MANIFESTADO NO RE N. 613.033/SP. IMPOSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR. 1. A Lei n. 9.032/95, que conferiu nova redação ao art. 86, § 1º, da Lei n. 8.213 91 e majorou o auxílio-acidente para 50% do salário-de-benefício do segurado, não pode ser aplicada aos benefícios concedidos em data anterior à sua vigência, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Fe-

PROIBIDA A REPRODUÇÃO

deral, no julgamento do RE n. 613.033/SP, admitido sob o regime de repercussão geral. 2. Considerando a regra da irrepetibilidade dos benefícios previdenciários, dada a sua natureza de verba alimentar, desde que recebidos de boa-fé, não se pode obrigar o segurado a devolver os valores percebidos a maior. 3. Pedido da ação rescisória parcialmente procedente. (AR 4.067/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 19.12.2014). PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO DE CÁLCULOS. AUXÍLIO-DOENÇA CONCEDIDO NA VIA ADMINISTRATIVA E APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO CONCEDIDA NA VIA JUDICIAL. INACUMULABILIDADE DOS BENEFÍCIOS. OBSERVÂNCIA DO ART. 124, I, DA LEI 8.213/1991. DESCONTO DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM PERÍODO COINCIDENTE COM ACRÉSCIMO DE JUROS DE MORA. DESCABIMENTO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A questão do recurso especial gira em torno do cabimento dos descontos propostos pelo INSS em cálculo de liquidação de sentença, considerando o disposto no art. 124, I, da Lei 8.213/1991, que impede o recebimento conjunto de aposentadoria com auxílio-doença, bem como o disposto no art. 115, II, da Lei 8.213/1991, acerca de desconto em folha de valores pagos ao segurado a maior. 2. A jurisprudência do STJ é no sentido de ser desnecessária a devolução, pelo segurado, de parcelas recebidas a maior, de boa-fé, em atenção à natureza alimentar do benefício previdenciário e à condição de hipossuficiência da parte segurada. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.431.725/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/5/2014, DJe 21/5/2014). PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA NÃO REMUNERADA. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO NO PAGAMENTO DE VENCIMENTO NO PERÍODO. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. CARÁTER ALIMENTAR. DEVOLUÇÃO. NÃO CABIMENTO. 1. A jurisprudência do STJ firmou entendimento no sentido de não ser devida a devolução de verba paga indevidamente a servidor em decorrência de erro da própria Administração Pública, quando se constata que o recebimento pelo beneficiado se deu de boa-fé, como no caso em análise. Precedentes: EDcl no REsp 1342111/ES, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 06/03/2014; AgRg no AREsp 174.359/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 02/09/2013. 2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 182.327/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/9/2014, DJe 30/9/2014). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISPOSITIVOS TIDOS POR OFENDIDOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. BENEFÍCIO CONCEDIDO POR DECISÃO JUDICIAL REFORMADA. BOA-FÉ. DEVOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. (...) 3. Ainda que assim não fosse, esta Corte Superior tem entendido que,"em face da boa-fé de quem recebeu o benefício por força de decisão judicial, bem como em virtude do caráter alimentar dessa verba, mostra-se inviável impor ao beneficiário a restituição das diferenças recebidas, por haver a decisão sido reformada ou por outra razão perdido a sua eficácia"(AgRg no AREsp 152.130/RN, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 1ªT, DJe 19/08/2013). 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.267.416/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/8/2014, DJe 8/9/2014). Ademais, a Tribunal a quo consignou (fl. 60, e-STJ): Muito embora o art. 115, inciso II, da Lei n. 8.213/91 preveja, de fato, a possibilidade de desconto de pagamento de benefício além do devido, há que se interpretar tal autorização restritivamente, dada a manifesta natureza alimentar do benefício previdenciário, a evidenciar que qualquer supressão de parcela deste comprometeria a subsistência do segurado e seus dependentes, em afronta ao princípio do respeito à dignidade humana (art. 1º, III, da CF/88). Assim, não se pode negar, in casu, ao segurado, as condições mínimas para a sua sobrevivência, diminuídas por um erro que a ele não pode ser atribuído, cometido unicamente pela Administração. Nesse passo, a aplicação da disposição em comento restringe-se às hipóteses em que, para o pagamento a maior ou por erro feito pela Administração, tenha concorrido o beneficiário, com má-fé, o que não se patenteia no presente caso. Portanto, no caso concreto, o INSS não pode cobrar os valores recebidos de boa fé pela parte autora em virtude de erro administrativo para o qual ela não contribuiu ou concorreu, conforme iterativa jurisprudência que consagrou o princípio da irrepetibilidade dos valores de benefícios previdenciários recebidos em situações similares, sempre que verificada a boa fé do beneficiário. O suporte jurídico que lastreou o acórdão ora hostilizado emergiu da análise de fatos e provas pelas instâncias ordinárias. Rever os fundamentos de que inexistiu fraude contra a Previdência Social, bem como de que houve evidente boa-fé da segurada exigiria reapreciação da situação fática, o que é vedado em Recurso Especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu , o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." Cumpre ressaltar que a referida orientação é aplicável também aos recursos interpostos pela alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010. Por tudo isso, com fulcro no art. 544, § 4º, II, "b", do Código de Processo Civil, conheço do Agravo para negar seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Intimem-se."(grifo não original).

8. Já a Turma Nacional de Uniformização tem a compreensão consolidada na Súmula nº 51/TNU , isto é, no sentido da irrepetibilidade de valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. No entanto, não é aplicável ao caso sob exame.

10. No caso em tela, embora o acórdão vergastado não tenha expressado a existência de má fé em termos claros, embasou seu posicionamento conforme a transcrição a seguir:

" Embora a recorrente não tenha agido de má-fé, já que o benefício continuou a ser depositado pelo INSS, é sabido que a pensão por morte somente é devida até a maioridade dos filhos do segurado. Porém, a recorrente continuou a sacar o benefício indevidamente por 6 anos, e deve, portanto, ressarcir o INSS." (grifo não original).

11. Portanto, se o Juízo de origem se convenceu quanto à ciência da parte autora acerca da desconformidade jurídica de permanecer por tanto tempo recebendo a pensão por morte, o fez analisando o conjunto fático probatório - sem contrariedade à orientação jurisprudencial a respeito. Assim sendo, eventual superação desse entendimento importaria revolver as provas analisadas e sopesadas pela Instância anterior, o que encontra óbice no entendimento objeto da Súmula nº 42 da TNU , corolário do modelo legal do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

16. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 19 de novembro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:0500882-43.2014.4.05.8307
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:MARIA DO CARMO OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. BENEFÍCIO ASSITENCIAL. LOAS. ESTADO DE MISERABILIDADE SOCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Pretende-se a reforma de acórdão da 1ª Turma Recursal do Estado do Estado de Pernambuco, pelo qual manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão do benefício de benefício assistencial (LOAS), por não reconhecer o estado de miserabilidade social. Segue trecho do acórdão recorrido:

"(...) Tendo em vista esse entendimento, e analisando detidamente a prova dos autos, em especial o mandado de verificação/perícia social, com as informações trazidas pelo Oficial de Justiça/assistente social, sobretudo as fotos da residência do (a) requerente, observo que o mesmo não se encontra em situação de miserabilidade, não sendo necessária a proteção do Estado, que deve se dar apenas de modo subsidiário.

Nas fotos contidas no anexo nº 22, verifica-se que a demandante mora em casa arrumada, com piso, máquina de lavar, micro system, e objetos de decoração.

Vê-se claramente que não se trata de grupo familiar miserável, mas apenas pobre. Deve se salientar que muitos brasileiros garantem seu sustento na informalidade. Assim, ainda que seja alegado que a renda per capita seja inferior a ¼ do salário-mínimo, as condições de vida do grupo familiar verificadas dão conta que existem outras rendas não declaradas.

A ausência do requisito miserabilidade conforme verificação in loco dispensa maiores digressões sobre os outros argumentos levantados pelo autor.

Por todas as razões acima expostas, bem como em razão de ser esta fundamentação suficiente para a apreciação de todos os pedidos formulados pelas partes, considero como não violados os demais dispositivos suscitados, inclusive considerando-os como devidamente prequestionados, possibilitando, de logo, a interposição dos recursos excepcionais cabíveis (RE e PU).

Recurso inominado improvido. Sentença mantida."

2. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo foi remetido à Turma Nacional de Uniformização.

3. Contrarrazões pugnam, em síntese, pelo não conhecimento. No mérito, pelo improvimento.

Passo ao voto.

4. Este PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

5. O tema é recorrente e já foi apreciado, por exemplo, mutatis mutandis, nos PEDILEFs: 0500021-69.2014.4.05.8400, 0500289-89.2015.4.05.8400, 0506493-86.2014.4.05.8400, 0517139-58.2014.4.05.8400 e 5005357-41.2013.4.04.7122 todos sem condições técnico-jurídicas de conhecimento; mas em razão da obrigatoriedade da remessa à Turma Nacional de Uniformização (TNU) - por força de agravo - continuam a ampliar o acervo recursal, mesmo sem chance - em regra - de juízo uniformizador, porquanto invariavelmente veiculam pretensão recursal de reexame da questão de fato.

6. Assim colocado, o cotejo das razões do recurso com o teor do acórdão recorrido e com a decisão de inadmissibilidade, de par com os aspectos gizados, não deixa dúvida de que se cuida da reprise de submissão de questão de fato à instância estritamente uniformizadora.

7. Portanto, a matéria em apreço manifestamente encontra óbice na Súmula nº 42 da TNU , corolário do modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

8. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 16 de junho de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5001827-32.2013.4.04.7121
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:JOSÉ VALIM DA SILVA
PROC./ADV.:JANE LÚCIA WILHELM BERWANGER
OAB:RS-46917
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL - TURMA RECURSAL DE ORIGEM QUE NÃO CONSIDEROU SUFICIENTE O CADERNO PROBATÓRIO PARA A DEMONSTRAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL, PESCADOR ARTESANAL - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO - ADEMAIS, O PRESENTE PEDIDO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, NO REEXAME DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - INCIDENTE NÃO CONHECIDO (ART. 15, I, DO RI/TNU, E SÚMULA 42, TAMBÉM DESTA CORTE).

VOTO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que rejeitou o pedido de concessão do benefício de aposentadoria por idade por reconhecer a fragilidade do início de prova material apresentado.

Resumidamente, a recorrente sustenta que o aresto combatido negou o direito postulado, pois somente seria possível contabilizar o tempo laborado como pescador artesanal se houvesse prova documental de todo o período como segurado especial. Aduz que esse entendimento está em confronto com a jurisprudência pátria, inclusive com a Súmula nº 14/TNU a qual prestigia a tese de que, para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício.

Pede-se:

a) seja uniformizada a jurisprudência, com o entendimento de que o Pescador Artesanal é espécie de Segurado Especial, e a ele dispensa-se que haja prova material de todo o período laboral, em face da informalidade com que exercida a atividade;

b) seja determinado o retorno dos autos à Turma de Origem para a adequação do acórdão recorrido de forma que seja analisado o pedido de Aposentadoria por Idade Rural sob o prisma das orientações jurisprudenciais desta Turma e do STJ no que se refere ao trabalhador pescador artesanal.

Relatei. Passo a proferir o VOTO.

O acórdão hostilizado informa que, para integralizar a carência necessária (de 156 meses ou 13 anos), o autor teria de ver reconhecido o período laboral de 1994 a 2007 como prestado na qualidade de pescador artesanal. Ao mencionar que aquele período não pode ser reconhecido por falta de início de prova material contemporânea a todo o período, o Colegiado do Rio Grande do Sul expressou-se, em primeiro momento, de forma colidente à jurisprudência consolidada nesta Corte.

Todavia, analisando a motivação subseqüente, observo que a Turma de origem rejeitou a pretensão autoral porque o autor limitou-se a apresentar documentos a partir do ano de 2004 (i.e., nos últimos três anos ao requisito etário). A Turma do Rio Grande do Sul também afirmou que "o próprio autor declarou perante o Sindicato dos Pescadores Artesanais de Areia e Capão da Canoa que teria exercido a atividade de pescador artesanal apenas a partir de 14.04.2004 (e até 31.03.2011)", o que seria "compatível com o seu histórico como trabalhador urbano, pois da sua CTPS consta a anotação de vínculo empregatício como pedreiro de 01.09.2003 a 31.01.2004".

Concluiu então aquele Colegiado que não se afigura viável a extensão retrospectiva no tempo da eficácia probatória dos documentos datados a partir de 2004 a ponto de abrangerem os dez longos anos anteriores, porque o autor exercia atividade urbana e se limitou a declarar perante seu sindicato o exercício da pesca a partir de 2004, não cabendo a aplicação do princípio da continuidade do labor rural.

À luz dessas novas informações, vê-se que - ao contrário do sustentado pelo recorrente - a fundamentação para a improcedência do pleito autoral nem de longe foi uma exigência de início de prova material por todo o período carencial (em contrariedade à Súmula 14/TNU), mas sim outras razões fático-probatórias que levaram aquele Colegiado a concluir pela insuficiência do início de prova material para comprovar a condição de pescador artesanal de 1994 a 2007.

Forte nessas razões, tenho por não configurado o dissídio jurisprudencial (Art. 15, I, do RI/TNU).

Além do mais, verificar eventual desacerto da Turma de origem sobre as premissas por ela utilizadas para negar o direito postulado exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório, notadamente em face da reanálise dos indícios da qualidade do autor como segurado urbano até 2004 e sua admissão no Sindicato dos Pescadores Artesanais de Areia e Capão da Canoa que

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

teria exercido a atividade de pescador artesanal apenas a partir de 14.04.2004.
Enfim, reexaminar o acerto ou desacerto do órgão julgador a esse respeito exige, necessariamente, reapreciação de matéria de fato, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma de Uniformização, que nos diz:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF, com fulcro nos arts. 14, da Lei 10.259/09, 15, I, do RI/TNU, e na Súmula 42, também desta Corte.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5003131-95.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:OLINDA RADUNZ GONÇALVES
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB:DF-5939
PROC./ADV.:INGRID RENZ BIRNFELD
OAB:RS-51 641
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. ÍNDICE DE 3,17%. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.Cuida-se de incidente de uniformização de lei federal interposto pela parte autora contra acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou prejudicada a retratação ante a ausência de similitude fático-jurídica com relação aos paradigmas apresentados.
2.Argumenta a parte autora que a decisão contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois, com o reconhecimento da dívida, deve-se entender interrompida a prescrição. E, acrescenta que, tratando-se de pagamento escalonado, com a interrupção, a prescrição somente volta a correr após o último pagamento.
3.Verifica-se que a parte autora reitera o mesmo incidente de uniformização já apresentado no evento 76, trazendo os mesmo argumentos e mesmos paradigmas.
4.Assim como expresso na decisão recorrida, não há similitude fático-jurídica, já que os paradigmas apresentados tratam da interrupção ou renúncia ao prazo prescricional para a cobrança do principal (atrasados do índice de 3,17%). Ademais, o REsp nº 962.493 trata de situação em que foi negado o direito a correção monetária pelos expurgos ditados pela política monetária.
5.Por conseguinte, voto por não conhecer do pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização.
Brasília, 16 de junho de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5001310-92.2010.4.04.7004
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
OAB:-
REQUERIDO(A):VALDENE SATURNINO LEITE
PROC./ADV.:MAURICIO DEFASSI
OAB:PR-36059
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CRIMINAL. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. RECEBIMENTO E RATIFICAÇÃO DOS ATOS. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência ajuizado pelo Ministério Público Federal em face de Acórdão que reconhecera a nulidade da decisão judicial que deixara de efetivar o expresso recebimento da denúncia e dos atos decisórios então remetidos para os Juizados Especiais Criminais em caso de desclassificação do delito para a competência dos JEF. Recorre o Parquet para reconhecer a validade do despacho judicial que oportunizara às partes a manifestação sobre a suspensão condicional do processo e o consequente recebimento da denúncia, através da ratificação implícita dos demais atos processuais. Postula, pois, a tese da necessária interrupção da prescrição realizada pelo Juízo competente, ainda que indiretamente.
2. Narra o Parquet que o feito criminal fora originalmente processado na Vara Comum, porquanto o réu fora denunciado como incurso nos delitos tipificados no art. 183 da Lei n. 9.472/97. Posteriormente, em face da ausência de habitualidade na conduta da comunicação de rádio clandestina, houve a desclassificação do delito em pauta para o art. 70 da Lei 4.117/62, cuja pena é da alçada dos JEF. Assim, os autos foram encaminhados aos Juizados Criminais. Instadas as partes, houve despacho judicial para manifestar-se sobre a suspensão condicional do processo. Não firmada a suspensão, os autos foram conclusos para sentença. Posteriormente, foi prolatada sentença condenatória. Aduz, pois, que a ratificação da denúncia decorreu da marcha processual. E, assim, operou-se a interrupção da prescrição, consoante arestos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.
3. Diante dos Acórdãos paradigmas trazidos pelas partes, franco é o dissídio jurisprudencial. Conheço, pois, do incidente de uniformização.
4. Postula o Ministério Público que a partir da intimação das partes para manifestação sobre a aplicação do art. 89 da Lei 9.099/95 ao caso, já se ultimou o recebimento da denúncia, ainda que implicitamente, consoante princípios da informalidade e da economicidade, próprios dos JEF. Eis o teor do despacho judicial, firmado pelo juízo monocrático:
Vistos.
Nos termos da r. decisão lançada no evento 134, foi operada a desclassificação da conduta inicialmente tipificada pelo art. 183 da Lei n.º 9.472/1997 para aquela capitulada no art. 70 da Lei n.º 4.117/62, passando a competência a este Juizado Especial Federal, nos termos da Lei 9099/95 c.c. a Lei 10.259/2001.
Nesse passo, com a alteração da classificação típica e a modificação da competência, necessária a verificação quanto à possibilidade de aplicação dos institutos despenalizadores da Lei 9.099/95. Tal entendimento se coaduna com a jurisprudência predominante no âmbito do Colendo Superior Tribunal de Justiça, e.g.:
HC 163228 / SP 2010/0031626-3 - Relator(a) Ministro JORGE MUSSI - T5 - QUINTA TU RM A - Data do Julgamento 19/05/2011 - HABEAS CORPUS. ARTIGO 12 DA LEI 6.368/76. DESCLASSIFICAÇÃO PARA ART. 28 DA LEI 11.343/06. TRANSAÇÃO PENAL E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. CABIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA.
1. Pacificou-se na jurisprudência desta Corte Superior o entendimento de que é cabível a aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei n. 9.099/95 quando o magistrado singular, ao proferir a sentença de mérito, desclassifica a conduta atribuída ao acusado na exordial acusatória para outro crime cuja pena abstratamente prevista permite a oferta de tais opções.
2. (omissis)
Diante do exposto, promova-se vista ao i. representante do Ministério Público Federal para análise dos requisitos legais para eventual proposta de transação penal ou de suspensão condicional do processo.
5. Ora, decorre explicitamente da interpretação do despacho a invocação do art. 89 da Lei n. 9.099/95 para sua imediata aplicação, o que implica no necessário recebimento da denúncia e da justa causa para o trâmite processual, até porque o aludido despacho tem carga decisória a imputar a sua autoridade os efeitos de uma sujeição passiva do Habeas Corpus, caso presente ilegalidade.
6. Mutatis mutandis, tem-se como implícita a necessária dilação sobre o recebimento da denúncia, como se infere dos requisitos do art. 89 da Lei n. 9.099/95. Tal orientação assenta-se na própria feição dos JEF, baseado na simplicidade e na economicidade dos atos processuais, cujo trâmite não implicou qualquer empecilho à ampla defesa, diante da vista e manifestação da Defesa nessa seara processual, de forma que teve esta ciente do trâmite processual até a prolação da r. sentença. Logo, a Defesa não invocou vício dessa gênese, de forma que restou superado qualquer vício dessa estirpe com a prolação da sentença.
7. Nesse sentido, o próprio Supremo Tribunal Federal já decidiu que o Código de Processo Penal não reclama explicitude ao ato de recebimento da peça acusatória. O ordenamento processual penal brasileiro não repele, em consequência, a formulação, pela autoridade judiciária, de um juízo implícito de admissibilidade da denúncia. O mero ato processual do Juiz - que designa, desde logo, data para o interrogatório do denunciado e ordena-lhe a citação - supõe o recebimento tácito da denúncia (HC n. 00689264/130, Rel. Celso de Mello, D. J. 28.08.92)
8. Vale, ainda, frisar a orientação do STJ a respeito:
AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 887.077 - BA (2006/0194618-0)
RELATOR : MINISTRO CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP)
AGRAVANTE : JERSON MIRANDA PACHECO (PRESO)
AGRAVANTE : MATEUS MIRANDA PACHECO (PRESO)
ADVOGADO : MAURÍCIO VASCONCELOS E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
EMENTA
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ATO DO JUIZ QUE DETERMINA A CITAÇÃO E DESIGNA O INTERROGATÓRIO DO RÉU. RECEBIMENTO IMPLÍCITO DA DENÚNCIA. PRECEDENTES DESTE STJ E DO STF. AGRAVO AO QUAL SE
NEGA PROVIMENTO.
1. Nos termos da jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, o ato do juiz que determina a citação e designa a data do interrogatório supõe o recebimento implícito da denúncia, não havendo nulidade alguma a ser reconhecida, portanto, se eventualmente não foi utilizada a
expressão "recebo a denúncia". Precedentes.
2. Agravo regimental ao qual se nega provimento.
9. Fiel a essas considerações e à orientação jurisprudencial supra, tenho que o primeiro despacho judicial realizado pelo Juizado Competente, ao dar prosseguimento ao processo penal e acolher a competência do feito, importou no recebimento tácito da denúncia, procedimento compatível com os JEF.
10. Incidente conhecido e provido para afastar a decisão que reconhecera a nulidade, diante do recebimento implícito da denúncia e dos demais atos processuais operados pelo competente juízo a quo aos 26.09.2013. Determino, assim, o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para prosseguir no julgamento de mérito, fiel a essa orientação, nos termos da Questão de Ordem n. 20 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização para CONHECER E DAR PROVIMENTO ao incidente interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 16 de março de 2016.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO:5000717-71.2012.4.04.7205
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:OSMARINA GONCALVES GIRARDI
PROC./ADV.:ROBSON RAFAEL PASQUALI
OAB:SC-31222
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO
Compulsando os autos, verifico que o pedido de uniformização nacional - anexo 52_32_35 - não diz respeito a esses autos.
Logo, tratando-se unicamente de pedido de uniformização regional de jurisprudência - anexo 53_32_35_ devolva-se o incidente à turma recursal de origem, para apreciação do incidente pela TRU, nos termos do § 1º do artigo 14 da Lei 10.259/01.
Brasília/DF, 05 de julho de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO:5008897-45.2013.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:MARILESIA ESTEVAM
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK
OAB:SC-13520
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE

DECISÃO MONOCRÁTICA

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora, em face acórdão da Turma Recursal que não acolheu pedido de revisão do benefício, nos termos do artigo 29, II.
2.Preliminarmente, verifico que a Turma Recursal aplicou ao recorrente a multa do artigo 557, §2º do CPC-1973, ao fundamento de ser manifestamente infundado o agravo interposto pelo ora recorrente em face de decisão monocrática do relator, que negou seguimento ao recurso inominado interposto em face da sentença, que declarou a ocorrência da decadência do direito de revisão do benefício previdenciário.
3.No pedido de uniformização a parte autora pede sejam afastadas a multa fixada no agravo e declaração da decadência do direito à revisão do ato de concessão.
4.Com parcial razão a parte autora.
5.Verifico que a matéria em discussão no presente pedido de uniformização - a interrupção dos prazos decadencial e prescricional pelo Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS e a revisão da renda mensal inicial com aplicação do artigo 29 II da Lei 8.213/1991 - foi analisada no âmbito desta TNU, no PEDILEF 5004459-91.2013.4.04.7101, em regime de recursos representativos da controvérsia.
6.Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processos na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 1.039 e 1.040 do Código de Processo Civil e 9º, VIII, 16, II e 17, VII, da Resolução 345/2015 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito desta TNU.
7.Por consequência, o agravo interposto em face da decisão monocrática não era manifestamente inadmissível ou infundado.
8.Assim, revogo a multa fixada pela Turma Recursal de origem.
9.Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
10.Intimem-se.
Brasília, 04/07/2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÕES

PROCESSO:0500233-38.2014.4.05.9840
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:ALDEMAR TEIXEIRA E OUTROS
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB:RN-5291
REQUERIDO(A):RENATO COELHO BORELLI JUIZ FEDERAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto pela parte impetrante, pretendendo a reforma de acórdão que indeferiu a inicial do mandado de segurança.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não merece seguimento.
A Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses para a interposição do recurso ordinário, in verbis:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
.....
II - julgar, em recurso ordinário:
a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
b) o crime político;
(...)
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
.....
II - julgar, em recurso ordinário:
a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
Por outro lado, a Lei 10.259/01 estabelece:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
.....
§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
A Resolução n. 345/15, por seu turno, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, fixa as seguintes competências:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça iy da Turma Nacional de Uniformização.
Parágrafo único. Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional de Uniformização, primeiramente será julgado aquele.
Desse modo, o presente recurso não merece prosseguir, por ausência de previsão legal.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511500-25.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MERCIA ALESSANDRA MATIAS DE BARROS
PROC./ADV.:JOAO PAULO DOS SANTOS MELO OAB:RN 5291
REQUERIDO(A):UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REPRESENTANTE LEGAL:MARCIA MARIA MATIAS COSTA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB:RN-5291

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de pagamento de 7/30 de 16,19% sobre a remuneração percebida pela autora - servidora pública -, a título de reajuste, bem como indeferiu o pleito de assistência judiciária gratuita.
A Turma Recursal, por sua vez, não conheceu do recurso inominado interposto, em razão do não pagamento das despesas processuais correspondentes.
Sustenta a parte requerente que a declaração de deserção diverge da orientação firmada no âmbito do STJ, segundo a qual tal óbice não pode ser imposto diante de decisão que indefere pedido de assistência judiciária gratuita, pois o requerente teria direito líquido e certo de que seu recurso seja examinado pelo julgador.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
A propósito:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA. INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400.
2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas.
3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade.
6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem. 7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". 10. Pedido de uniformização não conhecido."
(PEDILEF n. 05000971220124059840, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia, Gonçalves Cucio; TNU; Julgado em 13/11/2013; D.O.U 6/12/2013)
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja: o indeferimento do recurso da parte autora pela ausência de preparo, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, por aplicação da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0507387-49.2015.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA SOCORRO PIMENTA DA SILVA
PROC./ADV.:AILA MAÍRA RODRIGUES XAVIER OAB: CE-21995
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão do benefício de aposentadoria por idade rural à autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0510569-77.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:GENECILDO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de acréscimo de 25% ao valor recebido de benefício assistencial, com arrimo no art. 45 da Lei nº 8.213/91.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o único paradigma servível trazido à colação, já que os demais são oriundos de TRFs, porquanto as bases fáticas são distintas. No caso vertente, trata-se de benefício assistencial. No entanto, o paradigma colacionado diz respeito a tal concessão nos benefício de aposentadoria (idade e tempo de contribuição).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504035-82.2012.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: VITANIA SUELES FERINO DOS SANTOS
REQUERENTE: MARIA DAS VITÓRIAS LUNARDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do incidente.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do autor, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006208-20.2010.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MONIQUE RODRIGUES DE SOUZA
PROC./ADV.: EMANUEL ZANDONA GONÇALVES OAB: SP 314994

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de dependente do segurado especial recluso, sendo indevido o benefício previdenciário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0029515-24.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MIRIAN DE ALMEIDA COSTA
PROC./ADV.: MARCELO SILVIO DI MARCO OAB: SP 211815
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de dependente do segurado especial recluso, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004181-70.2010.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DIRCEU CLARO FIGUEREDO
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDEOAB: SP 123545
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que não conheceu de recurso inominado por considerá-lo inepto, na medida em que os poderes outorgados ao advogado subscritor cessaram-se com o óbito do outorgante.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material, o que não ocorreu no caso concreto, tendo em vista que o aresto proferido na origem não emitiu juízo de mérito.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000739-14.2012.4.04.7211
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FRANCISCO ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO OAB: RS 71787
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou seguimento ao incidente e rejeitou os embargos de declaração.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela Corte contra decisão monocrática desta Presidência:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5046430-68.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GERSON LUIS DA SILVA
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de valores recebidos administrativamente no acordo relativo ao reajuste salarial de 28,86%, formalizado por meio da MP n. 1.708/98.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514198.86.201.04.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MILTON MOREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA OAB: PE 3996
PROC./ADV.: ANDREA CARLA LIMA DA SILVA OAB: PE 29104
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão de relator da Turma Nacional de Uniformização que negou seguimento ao incidente.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela Corte contra decisão monocrática desta Presidência:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509266-62.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VITOR SAMUEL DA SILVA LIRA
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE 16650
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou seguimento ao incidente.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela Corte contra decisão monocrática desta Presidência:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500601-83.2015.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JANDAIR ANTONIA MACARIO SILVESTRE
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio reclusão à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da dependência econômica da autora em relação ao recluso.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006729-57.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIS ERNESTO MINATTO
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade restituição de valores referentes aos denominados planos Verão e Collor I e II.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520290-41.2014.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: CICERA ROSELI MATHIAS FERNANDES
PROC./ADV.: ANDRÉA KARLA VASCONCELLOS OAB: PE-12 957
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício recebido pela requerente.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000307-67.2013.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EROTILDES PEREIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: NELSON CLECIO STOHROAB: RS 25716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de remessa ao STJ, apresentado contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização dirigido àquela casa.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao requerimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502701-14.2015.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RISOMAR VITORIANO DE OLIVIERA PAULO
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE 16650
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de remessa ao STJ, apresentado contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505360-93.2015.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS SABINO
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE 16650
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de remessa ao STJ, apresentado contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509202-18.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REGILÂNIA SANTOS LISBOA
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE 16650
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou seguimento ao incidente.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela Corte contra decisão monocrática desta Presidência:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504475-80.2014.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCIEL ANTONIO DE SALES OAB: RN-9883
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio reclusão à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da dependência econômica da autora em relação ao recluso.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500902-82.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: DANIEL JOSÉ ISIDIO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, que reformou a sentença a quo em relação ao termo inicial das diferenças decorrentes da revisão e quanto aos critérios de correção dos juros e da correção monetária.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, entenderam que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.
Assim, a pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504286-57.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA TATIANA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE-17762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de auxílio reclusão à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou a união estável com recluso, e consequentemente a dependência econômica.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509071-31.2014.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SILVANA DE ARAUJO
PROC./ADV.: RIVADAVIA NUNES DE ALENCAR BARROS NETO
OAB: PE-25410
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade a revisão de benefício.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000389-22.2007.4.03.6304
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:VIVALDO DOMINGOS DA SILVA
PROC./ADV.:TIAGO DE GÓIS BORGES OAB:SP-198325
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição com reconhecimento de exercício de atividade rural à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o exercício de atividade rural.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007588-61.2014.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OLINDA HEINZEN
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK
OAB: SC-9399
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003776-79.2006.4.03.6304
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:BENEDITO MOREIRA PRATE
PROC./ADV.:TANIA CRISTINA NASTARO OAB:SP 162.958
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição com reconhecimento de exercício de atividade rural à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o exercício de atividade rural.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004593-84.2014.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALTUIR DOS SANTOS LOURENÇO
PROC./ADV.: ELZA MARA MACHADO OLIVEIRA OAB: RS-17853
PROC./ADV.: ANA CRISTINA BORGES DA CUNHA OAB: RS-72646

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de auxílio-doença por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (Incapacidade laboral).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5050609-07.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA LUIZA SILVA DA ROSA
PROC./ADV.: ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA OAB: RS-14877
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário pertencente à autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007645-07.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DARCI LAZZAROTTO
PROC./ADV.: ELYTO ANTONIO CESCON OAB: RS-5884
PROC./ADV.: MAURÍCIO CESCON NIEDERAUER OAB: RS-075563
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de recálculo da Renda Mensal Inicial - RMI, a fim de ser revisada a aposentadoria por tempo de contribuição.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5049442-47.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JUARES DE LIMA LOPES
PROC./ADV.: TIANA GONÇALVES SOARES OAB: RS-59799
PROC./ADV.: AIRTON TADEU FORBRIG OAB: RS-25671
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário pertencente à autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003683-41.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LOTÁRIO SILVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MAURO SÉRGIO MURUSSI OAB: RS-29578
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de averbação de tempo de serviço, indeferindo o computo do período que teria laborado na condição de aprendiz.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005446-85.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADERLI BARBOSA DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCELA DE PAULA E SILVA SIMÃO
OAB: SP- 258 777
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute pedido de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, não pode servir como paradigma aquele oriundo de TRF.
Ainda que assim não fosse, entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5032288-89.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUCIA REICHERT DIENSTMANN
PROC./ADV.: GABRIEL DORNELLES MARCOLIN OAB: SC-29 966
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício recebido pela requerente.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipótesePROCESSO: 5001665-38.2011.4.04.7111

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ILANY LIANE WITT
PROC./ADV.: GABRIEL DORNELLES MARCOLIN OAB: SC-29 966
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário pertencente à autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0080710-58.2004.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ALTAIR DE OLIVEIRA LIMA
PROC./ADV.:WILSON MIGUEL OAB:SP 99858
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que não conheceu de recurso contra decisão interlocutória proferida em ação já transitada em julgado, já em fase de execução, por ausência de previsão legal.
Sustenta a parte requerente que a decisão que homologa cálculos tem natureza de sentença.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material. No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, a saber homologação de cálculos, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Destarte, incide a Súmula 43/TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5036630-70.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOAO CARLOS MACHADO PEDREIRA
PROC./ADV.: TATIANA DE SOUZA OLIVEIRA OAB: RS-56438
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011041-73.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PAULO BOAVENTURA PEREIRA
PROC./ADV.: EDVAR SOARES CIRIACO
OAB: SP-150469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização regional suscitado pela parte ora requerente, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01, pretendendo a reforma de acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, no qual se discute pedido de revisão de benefício previdenciário.
Ocorre que, ao invés de os autos terem sido encaminhados à Turma Regional - competente para julgar o incidente interposto contra pedido de uniformização regional, como é o caso dos autos, o foram para esta Turma Nacional de Uniformização.
Desse modo, não sendo a TNU competente para o julgamento do feito, pelos motivos acima expostos, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para o prosseguimento do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000264-54.2014.4.04.7125
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO RENATO LACERDA DE ÁVILLA
PROC./ADV.: MELISSA ROLAN DE MELLO OAB: RS-49945
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou parcialmente procedente o pedido de averbação de tempo de serviço, indeferindo o computo do período que teria laborado na condição de aprendiz.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Quanto aos paradigmas do STJ, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. É inafastável a incidência do óbice da QO 5/TNU, que assim dispõe: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte. (Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 30 e 31.08.2004)." - grifei.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2006.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001544-40.2015.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOÃO SUDATTI
PROC./ADV.: NATHALIA ROSSY DE M. PAIVA
OAB: SP-299700
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização regional suscitado pela parte ora requerente, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01, pretendendo a reforma de acórdão da 11ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, no qual se discute pedido de revisão de benefício previdenciário.
Ocorre que, ao invés de os autos terem sido encaminhados à Turma Regional - competente para julgar o incidente interposto contra pedido de uniformização regional, como é o caso dos autos, o foram para esta Turma Nacional de Uniformização.
Desse modo, não sendo a TNU competente para o julgamento do feito, pelos motivos acima expostos, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para o prosseguimento do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006859-69.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADEBE JOSÉ LEIRIA DUARTE
PROC./ADV.: JELSON CARLOS ACCADROLLI OAB: RS-19127
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO OAB: RS-71 787
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de aposentadoria pó tempo de contribuição.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013087-17.2014.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO DIAS DE SOUZA
PROC./ADV.: DANIELA MENEGAT BIONDO OAB: RS-32542

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem acerca da declaração de inexistência de débitos cobrados pelo INSS.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Quanto ao paradigma do STJ, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. É inafastável a incidência do óbice da QO 5/TNU, que assim dispõe: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte. (Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 30 e 31.08.2004)." - grifei.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005322-10.2013.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GETULIO RIBEIRO DE FARIA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal e origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0047227-68.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:AVELINO JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0116548-64.2005.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:JAYME ANTONIO DOS SANTOS
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB:BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512362-30.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: RODNEI MARTINS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que rejeitou os embargos anteriores, por sua vez opostos contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/contradição na decisão embargada, porquanto não foram analisadas as condições pessoais da parte autora, portador do vírus HIV, para a aferição de sua incapacidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Razão assiste à parte agravante.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
No caso concreto, a parte é portadora de enfermidade estigmatizante.
A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".
Assim, por aplicação analógica da referida súmula e levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dar provimento ao agravo. Determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0063220-88.2006.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:VALDEMAR CAETANO DE VASCONCELOS
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0047074-35.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:ARLINDO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0045205-37.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:OSVALDO NERES SANTANA
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0044797-46.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:EVERALDO JOSÉ RIBEIRO
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0042763-98.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:ADILSON MELQUIADES DA CRUZ
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0116505-30.2005.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:VALDEMAR ALVES OLIVEIRA
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0053763-95.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:ROQUE DA CONCEIÇÃO DOS ANJOS
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0062930-73.2006.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:RUTE MONTEIRO DA SILVA
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501970-22.2014.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: JOÃO GONÇALVES PEREIRA NETO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a demonstração de que a parte autora depende de terceiros, fazendo jus ao acréscimo de 25% em seu benefício.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da dependência de terceiros e, em consequência, pelo indeferimento do acréscimo pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0055736-85.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:LUIZ BARBOSA DE SANTANA
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0047265-80.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:JORGE DO SACRAMENTO
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503329-79.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: TEREZINHA NASCIMENTO SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN 560-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não foi apreciado, pela instância a quo, o agravo interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização regional.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Razão assiste à parte embargante.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois não foi encaminhado o agravo para a Turma regional.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, por meio da Questão de Ordem 28, decidiu que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.
Ante o exposto, acolho os embargos para, anulando a decisão anterior, determinar o retorno dos autos à instância ordinária para apreciação do pedido de uniformização regional.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0052789-58.2007.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:ELIAS MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502288-94.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: JOSÉ WILSON RODRIGUES ALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a demonstração de que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da qualidade de segurado e, em consequência, pelo indeferimento do acréscimo pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009171-18.2013.4.04.7201
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): VALDECIR PRIMO DA COSTA LEITE
PROC./ADV.: J. N. COELHO NETO OAB: SC 5596

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas demonstrar que a perícia por médico especialista deve ser feita apenas em casos excepcionais, não sendo a presente hipótese.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto cuida-se de doença complexa, necessitando que a perícia seja feita por médico especialista, conforme precedente citado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504055-87.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: MARIA DE FÁTIMA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a demonstração de que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da qualidade de segurado e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502155-72.2014.4.05.8205
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: LEONARDO BATISTA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4007
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a demonstração de que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da incapacidade e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515823-10.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: GILVAN FERREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN 560-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a demonstração de que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da incapacidade e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500499-16.2015.4.05.8312
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: MARLENE MARIA VENTURA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4007
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a demonstração de que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da incapacidade posterior ao reingresso e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016263-50.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: ITAMAR CLAUDIO HORBACH
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a demonstração de que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da incapacidade e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2013.51.51.015391-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
EMBARGANTE: OSIEL GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a demonstração de que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da qualidade de segurado e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509983-91.2015.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: EDSON ROCHA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANTONIO ALMIR DO VALE REIS JR. OAB: PE-27685
PROC./ADV.: THIAGO CANTARELLI DE A. L. ALBUQUERQUE OAB: PE-28498

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão da renda mensal inicial de aposentadoria por tempo de contribuição
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510504-61.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: ZACARIAS INACIO DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que rejeitou os embargos anteriores, por sua vez opostos contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não foram analisadas as condições pessoais da parte autora para a aferição de sua incapacidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada que, com base no contexto fático probatório da lide, decidiu pela ausência de incapacidade da parte autora e, em consequência, pelo não provimento do incidente.
Ademais, acerca da alegada necessidade das condições em comento, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0040611-65.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA INÁCIA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FRANCISCO MARCELO ORTIZ FILHO OAB: SP-13767
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute acerca da possibilidade de pagamento de diferenças referentes à GDPGTAS e GDPGPE.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009670-71.2008.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
EMBARGANTE: ERCILIA ROSA DOS SANTOS ANDRADE
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP 90916
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto, tendo o juízo a quo deixado de exercer o juízo de retratação, o pedido de uniformização deveria ter sido analisado no todo.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada que apreciou o mérito da lide, pois as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da incapacidade e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006675-06.2013.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DARCI ANDRETA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência.
É o relatório.
A requerente, embora tenha colacionado paradigma que trata de índices de reajuste a serem aplicados, defendeu o argumento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98, em total desconformidade com a matéria constante dos autos.
Portanto, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada, porquanto a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501274-32.2013.4.05.8302
ORIGEM: 1ª TURMA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: SILVINA MARIA DA SILVA
REPRESENTANTE: TEREZINHA BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PE 573
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto pretende que esta TNU se manifeste acerca da possibilidade de concessão de benefício assistencial, mesmo tendo sido requerido auxílio-doença.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da incapacidade posterior ao reingresso da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado. Além do mais, a matéria referente à possibilidade concessão de outro benefício sequer foi analisada pela instância ordinária, carecendo do necessário prequestionamento.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501201-26.2014.4.05.8205
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: MARGARIDA ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4007
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Questão de Ordem 10 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto "o momento propício para se discutir a continuidade do estado incapacitante da autora desde a DCB até os dias atuais, é por meio do incidente de uniformização".
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Embora esta TNU tenha aplicado ao caso a QO 10/TNU, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da incapacidade e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0017888-91.2008.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
EMBARGANTE: HILÁRIO LOPES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: EDELI DOS SANTOS SILVA OAB: SP 36063
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que rejeitou os embargos anteriores, por sua vez opostos contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência das Súmulas 42 e 77, ambas TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não foram analisadas as condições pessoais da parte autora para a aferição de sua incapacidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada que, com base no contexto fático probatório da lide, decidiu pela ausência de incapacidade da parte autora e, em consequência, pelo não provimento do incidente.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0040608-13.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PEDRO JOSÉ DA SILVA BRAGA
PROC./ADV.: FRANCISCO MARCELO ORTIZ FILHO OAB: SP-13767
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute acerca da possibilidade de pagamento de diferenças referentes à GDPGTAS e GDPGPE.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou com-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

provada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000254-58.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO EDEMIR GOMES
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência.
É o relatório.
A requerente, embora tenha colacionado paradigma que trata de índices de reajuste a serem aplicados, defendeu o argumento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98, em total desconformidade com a matéria constante dos autos.
Portanto, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada, porquanto a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002613-24.2012.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLEBER VALEIRO GERALDI
PROC./ADV.: MARCO TÚLIO BASTOS MARTANI OAB: SP-216609
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que deu provimento ao recurso do INSS para reconhecer a litispendência e julgar extinto o processo, nos termos do artigo 267, inciso V, do CPC.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
De outro giro, inafastável a incidência da Súmula 43/TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000289-26.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALDEMAR BASILIO DA SILVA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, o qual rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
Na oportunidade, a parte, em suas razões, junta paradigma oriundo da Turma Recursal de São Paulo.
É o relatório.
É cediço que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turma Recursal da mesma região, do Supremo Tribunal Federal, de Tribunal Regional Federal, Tribunal Eleitoral ou do Trabalho, não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo // com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0004111-57.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALERIA IRMA OUTEIRO PINTO
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal e origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2012.51.51.009470-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ODILIA CORDEIRO DE SOUSA
PROC./ADV.: CAROLINE PACHECO RAMOS FERNANDEZ OAB: RJ-133 524
REQUERIDO(A): CNEN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou parcialmente procedente o pedido do requerente, condenando o requerido ao pagamento da GDACT.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Aplica-se ao presente caso a Questão de Ordem 3/TNU, a qual dispõe que: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0017196-58.2009.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOÃO PEREIRA GOMES
PROC./ADV.:MARCELO SILVEIRA OAB:SP-211944
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0005200-18.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ DOMINGOS DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal e origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000324-41.2014.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSELI DE ANDRADE
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que julgou extinto o processo com resolução do mérito, sob o fundamento de que ocorreu o fenômeno da decadência - prazo decenal previsto na Medida Provisória 1.523/97 - a qual pode ser aplicada mesmo para benefícios concedidos antes da sua vigência.
Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ, segundo o qual a referida Medida Provisória somente poderia atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE, firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
No presente caso, o benefício foi concedido em 2007 e a presente ação foi ajuizada em 2013, não tendo transcorrido o prazo decadencial decenal.
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos, a fim de corrigir a omissão apontada, porém mantenho a parte dispositiva da decisão embargada.
Com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0004528-38.2013.4.03.6326
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LEOVÁ DIAS DA SILVA
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que julgou extinto o processo com resolução do mérito, sob o fundamento de que ocorreu o fenômeno da decadência - prazo decenal previsto na Medida Provisória 1.523/97 - a qual pode ser aplicada mesmo para benefícios concedidos antes da sua vigência.
Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ, segundo o qual a referida Medida Provisória somente poderia atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE, firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
No presente caso, o benefício foi concedido em 2007 e a presente ação foi ajuizada em 2013, não tendo transcorrido o prazo decadencial decenal.
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos, a fim de corrigir a omissão apontada, porém mantenho a parte dispositiva da decisão embargada.
Com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001995-09.2013.4.03.6326
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FRANCISCO DOMINGOS LÚ
PROC./ADV.:MICHELE CHRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que julgou extinto o processo com resolução do mérito, sob o fundamento de que ocorreu o fenômeno da decadência - prazo decenal previsto na Medida Provisória 1.523/97 - a qual pode ser aplicada mesmo para benefícios concedidos antes da sua vigência.
Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ, segundo o qual a referida Medida Provisória somente poderia atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE, firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
No presente caso, o benefício foi concedido em 2007 e a presente ação foi ajuizada em 2013, não tendo transcorrido o prazo decadencial decenal.
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos, a fim de corrigir a omissão apontada, porém mantenho a parte dispositiva da decisão embargada.
Com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000284-59.2014.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SEBASTIAO RODRIGUES VALENTE
PROC./ADV.:MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que julgou extinto o processo com resolução do mérito, sob o fundamento de que ocorreu o fenômeno da decadência - prazo decenal previsto na Medida Provisória 1.523/97 - a qual pode ser aplicada mesmo para benefícios concedidos antes da sua vigência.
Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ, segundo o qual a referida Medida Provisória somente poderia atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE, firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
No presente caso, o benefício foi concedido em 2007 e a presente ação foi ajuizada em 2013, não tendo transcorrido o prazo decadencial decenal.
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos, a fim de corrigir a omissão apontada, porém mantenho a parte dispositiva da decisão embargada.
Com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003371-57.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO TOME
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006899-44.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOÃO DA CONCEIÇÃO APRIGIO FILHO
PROC./ADV.: MICHELE CHRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0005837-30.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VERA LUCIA MARTINS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK. OAB: SP-263146
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005086-71.2012.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: FÁBIO F. F. TERTULIANO OAB: SP-195284
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida pela Turma Recursal de origem que julgou parcialmente procedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
Requer o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece provimento.
Verifico que a parte não trouxe aos autos o inteiro teor do acórdão paradigma, desta forma, aplica-se ao presente caso a Questão de Ordem 3/TNU, a qual dispõe que: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003371-57.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO TOME
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005325-62.2013.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: APARECIDO AGOSTINHO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005130-56.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: BENEDITO DE JESUS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005509-42.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO CHEMELLO FILHO
PROC./ADV.: LEILA DOS REIS QUARTIM DE MORAES OAB: SP-171476
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007693-65.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ELENA RODRIGUES DA COSTA SILVA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009789-53.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDSON LUIZ MACHADO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000882-97.2010.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:IDA DALLA COSTA DALAGLIO
PROC./ADV.:RAFAEL M. GABARRA OAB:SP-256762
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o exercício do labor rural.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010954-38.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NIVALDA PREVIDE CECCATO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005788-25.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AUGUSTO GOMES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006315-74.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDGAR ANTONIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência.
É o relatório.
A requerente, embora tenha colacionado paradigma que trata de índices de reajuste a serem aplicados, defendeu o argumento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98, em total desconformidade com a matéria constante dos autos.
Portanto, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada, porquanto a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003892-02.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AUGUSTO SASSANI
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005344-47.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUZIA VANDERLEY CAVALCANTE PIMENTEL
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003581-19.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DURVALINA LEARDINI DE MELO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010944-91.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DA GLÓRIA DOS SANTOS MAZZARELLA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006064-56.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EUGENIO FACINI
PROC./ADV.: MICHELE CHRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência.
É o relatório.
A requerente, embora tenha colacionado paradigma que trata de índices de reajuste a serem aplicados, defendeu o argumento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98, em total desconformidade com a matéria constante dos autos.
Portanto, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada, porquanto a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005345-32.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE ARNALDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005178-15.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004299-08.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MIGUEL ALVES FEITOZA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002862-81.2012.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ JÚLIO LOPES
PROC./ADV.: MARIA CRISTINA OLIVA COBRA OAB: SP-31538
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, os paradigmas apresentados são oriundos dos TRF's da 2ª e 4ª Regiões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008795-59.2012.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PAULO BORDIN
PROC./ADV.: LUCAS RAMOS TUBINO OAB: SP-202 142
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000429-60.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE OTAVIO GALERIANI
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0007103-50.2011.4.03.6306
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:EDUARDO MYGA
PROC./ADV.:LAURO VIEIRA GOMES JÚNIOR OAB:SP-117069
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma de origem, no qual se discute revisão de benefício pela adequação do valor recebido aos tetos estipulados elas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e/ou nº 41/2003.
O incidente foi inadmitido na origem por ser intempestivo.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, do exame dos autos, verifica-se que o Pedido de Uniformização interposto pela parte requerente é intempestivo. Isso porque, consoante o art. 13 do RITNU o prazo para interposição do referido incidente é de quinze dias contados da intimação do acórdão que se pretende impugnar.
A parte requerente teve ciência do acórdão recorrido em 14.12.2012 e o incidente de uniformização somente foi interposto em 30.1.2013, quando já ultrapassado o prazo legal.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010220-87.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARLENE SANCHES DA SILVA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0006304-45.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ FAUSTINO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005105-43.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOAO DOMINGOS RAMOS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005123-64.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SOSHI KUSUMOTO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0042006-92.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ORLANDO MILUZZI
PROC./ADV.: RONALD FAZIA DOMINGUES OAB: SP-215373
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001191-76.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA JOSE SEABRA DOS REIS MARTINS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004319-07.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SONIA MARIA SCALABRIN
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002087-22.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE MAURICIO NASCIMENTO PACHECO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002904-86.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE FRANCISCO MARQUES
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007484-96.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOÃO GARCIA SANCHES
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previden-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002685-10.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROBERTO CANOSSA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004749-48.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO DANTE BERTI
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007089-07.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PEDRO INÁCIO RODRIGUES
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000815-82.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MASAKATSU UTAGAWA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000168-87.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDUARDO WERNER SCHULTZ
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000439-07.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA INES MARTINS VIANA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008639-37.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ARMANDO DE JESUS BAPTISTA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007770-74.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PAULO SERGIO PORTUGAL GRACIANO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002287-55.2012.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CARLOS HENRIQUE ALVES
PROC./ADV.: EDUARDO MACEDO FARIA OAB: SP-293029
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou provimento à pretensão de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001173-89.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: KATSUTOMO SHIRATO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigma que firmou entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98. O acórdão recorrido, por sua vez, discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ademais, verifica-se que não é possível aferir a autenticidade do inteiro teor anexado, posto que não há informação acerca da fonte de onde foi retirado. Assim sendo, aplicável a Questão de Ordem n. 3 desta TNU, segundo a qual "a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade" - grifei.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005752-80.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANA ELENA SCABELO BERGAMO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigma que firmou entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98. O acórdão recorrido, por sua vez, discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ademais, verifica-se que não é possível aferir a autenticidade do inteiro teor anexado, posto que não há informação acerca da fonte de onde foi retirado. Assim sendo, aplicável a Questão de Ordem n. 3 desta TNU, segundo a qual "a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade" - grifei.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009875-24.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DOMINGOS RAMOS BANHI
PROC./ADV.: MICHELE CHRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigma que firmou entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98. O acórdão recorrido, por sua vez, discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ademais, verifica-se que não é possível aferir a autenticidade do inteiro teor anexado, posto que não há informação acerca da fonte de onde foi retirado. Assim sendo, aplicável a Questão de Ordem n. 3 desta TNU, segundo a qual "a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade" - grifei.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007643-39.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: BENEDICTO ROCHA NOGUEIRA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigma que firmou entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98. O acórdão recorrido, por sua vez, discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ademais, verifica-se que não é possível aferir a autenticidade do inteiro teor anexado, posto que não há informação acerca da fonte de onde foi retirado. Assim sendo, aplicável a Questão de Ordem n. 3 desta TNU, segundo a qual "a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade" - grifei.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007767-22.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ CARLOS MARTINS PERINA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigma que firmou entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98. O acórdão recorrido, por sua vez, discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ademais, verifica-se que não é possível aferir a autenticidade do inteiro teor anexado, posto que não há informação acerca da fonte de onde foi retirado. Assim sendo, aplicável a Questão de Ordem n. 3 desta TNU, segundo a qual "a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade" - grifei.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007641-69.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PRESCILIANA THEREZA ACCIOLI
PROC./ADV.: MICHELE CHRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigma que firmou entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98. O acórdão recorrido, por sua vez, discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ademais, verifica-se que não é possível aferir a autenticidade do inteiro teor anexado, posto que não há informação acerca da fonte de onde foi retirado. Assim sendo, aplicável a Questão de Ordem n. 3 desta TNU, segundo a qual "a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade" - grifei.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005986-62.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOÃO JOSÉ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigma que firmou entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98. O acórdão recorrido, por sua vez, discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ademais, verifica-se que não é possível aferir a autenticidade do inteiro teor anexado, posto que não há informação acerca da fonte de onde foi retirado. Assim sendo, aplicável a Questão de Ordem n. 3 desta TNU, segundo a qual "a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade" - grifei.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007090-89.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOÃO ALFREDO GARROS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigma que firmou entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 20/98. O acórdão recorrido, por sua vez, discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ademais, verifica-se que não é possível aferir a autenticidade do inteiro teor anexado, posto que não há informação acerca da fonte de onde foi retirado. Assim sendo, aplicável a Questão de Ordem n. 3 desta TNU, segundo a qual "a cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade" - grifei.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001955-05.2012.4.03.6183
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SYLVIA FIGUEIREDO GOUVEA
PROC./ADV.: CAROLINA SAUTCHUK PATRÍCIO OAB: SP-305665
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001807-54.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: REGINA APARECIDA CRISPIM SILVA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010948-31.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MANUEL ANTONIO CESARIO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal e origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0017372-66.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FRANCISCO CUSTODIO DE MELLO
PROC./ADV.: JOAO LELLO FILHO OAB: SP-145289
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009782-61.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA BALSANTE
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal e origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005196-78.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DURVALINO RAMIRES PEGO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009379-32.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ GUIDO FIDELIS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: BERNARDO RUCKER OAB: SP-308435
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0009197-09.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSANGELA DE PAIVA FARIA
PROC./ADV.: MICHELE CHRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001161-41.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JUSTINO JOSE DIAS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003789-29.2012.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AURELINO TAVARES DE JESUS
PROC./ADV.: BERNARDO RUCKER OAB: SP-308435
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002085-52.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PIERINA NEVES
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003531-27.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IRINEU FORMAGIO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007267-53.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: OCTACILIO DE SILOS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0032495-36.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NAIR NUNES COSTA
PROC./ADV.: LUCI CONCEIÇÃO DOS SANTOS OAB: SP-192769
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001429-60.2013.4.03.6326
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALCIDES BRAIDO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0019877-59.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GABY RIOS DE LEGNER
PROC./ADV.: CLEBER NOGUEIRA BARBOSA OAB: SP-237476
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002043-65.2013.4.03.6326
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IVAN NOGUEIRA DE ARAUJO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005812-94.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIANE CHAVES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: CAMILE DOS SANTOS VIEIRA OAB: RS-64149

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004122-86.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LAURINDO JOSÉ TAKITA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004974-68.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FRED JACOMINO BRESSAN
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003684-52.2012.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CELSO RUBENS FERNANDES FERNANDES
PROC./ADV.: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS OAB: SP-303448
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário concedido à autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, os paradigmas apresentados são oriundos de Tribunais Regionais Federais, sendo que o paradigma oriundo do Superior Tribunal de Justiça não cumpriu o requisito do cotejo analítico entre as decisões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5044640-49.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LAERTES PEREIRA DE ABREU
PROC./ADV.: ALCIDES BIER DOS SANTOS OAB: PR-17319
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão monocrática proferida pelo Juiz Relator da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário, ante o reconhecimento da decadência.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Cumpre salientar, primeiramente, que o Regimento Interno desta TNU, ao tratar do cabimento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, consigna que:
Compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização.
Observa-se, portanto, que o pedido de uniformização só pode ser interposto contra decisão de Turma Recursal ou Turma Regional de Uniformização, decisão esta que, consequentemente, deve ser colegiada.
No caso concreto, no entanto, o incidente foi interposto de decisão monocrática proferida pelo juiz relator da causa.
Logo, entendo que o recurso não pode ser admitido, tendo em vista o não exaurimento de instâncias, ante a ausência de interposição, na origem, de recurso previsto no art. 557, do CPC.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505026-65.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDILBERTO LIMA SILVA
PROC./ADV.: JOSE NARCELIO PIRES DE SOUSA OAB: CE-6593
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute o pedido de revisão da renda mensal inicial de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006273-90.2011.4.03.6304
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SONIA HERMELINDA BARBOZA
PROC./ADV.: JOAQUIM ROQUE NOGUEIRA PAIM OAB: SP 111937
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, no qual se discute a concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial no período de carência imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004373-83.2008.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ALEXANDRE PALIN JUNIOR
PROC./ADV.: FERNANDO RODRIGUES OAB: SP 303726
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, no qual se discute a concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial no período de carência imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005151-24.2011.4.03.6310
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: CELINA VITTI
PROC./ADV.: REGINALDO JOSÉ DA COSTA OAB: SP 264367
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, no qual se discute a concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial no período de carência imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002060-72.2010.4.03.6305
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EURIDES DE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: MARCELO DINIZ ARAUJO OAB: SP 180152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria por idade rural à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, sob o fundamento de nulidade do acórdão, por ser genérico.
É o relatório.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a TNU, por meio do PEDILEF n. 05069407720094058100, firmou orientação no sentido de que:
"EMENTA/VOTO PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO QUE MANTÉM SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO INCIDENTE, APTO, POR SI SÓ, A ANCORAR O DECRETO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Este Colegiado tem anulado acórdãos genéricos que violam o constitucional direito de obtenção de uma manifestação jurisdicional que veicule adequada fundamentação, exigida pelo inciso IX do art. 93 da Carta Constitucional. Esta pecha não alcança, no entanto, acórdãos que confirmam sentenças por seus próprios e suficientes fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95, eis que tal confirmação equivale a uma encampação das razões de decidir. Hipótese dos autos, na qual o acórdão mantém incólume a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria rural por idade. 2. Ocorre que a sentença de improcedência, longe de desprezar a documentação colacionada aos autos, afastou a pretensão da autora por verificar contradição entre o seu depoimento pessoal e o de sua testemunha, relativamente à data na qual teria havido o encerramento do labor rural. A testemunha informou que a autora trabalhou no meio rural até 2001, sendo que a partir daí parou de se dedicar ao labor e passou a viver do benefício de pensão deixado por seu marido. Não houve pois demonstração de trabalho no campo até a data do implemento da idade mínima necessária à concessão do benefício vindicado. 3. Como se vê, o decisum recorrido ancora-se em dois fundamentos e o incidente proposto ataca apenas um deles. Conquanto o primeiro fundamento do julgado - ausência de início de prova material - seja questionado no presente incidente, o segundo fundamento, relativo à contradição da prova testemunhal restou sem irresignação, situação que por si só justifica a manutenção do decreto de improcedência do pedido. 4. As razões do incidente não abrangem todos os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, à espécie, a aplicação da questão de ordem n. 18 desta Turma Nacional, que estabelece ser inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles. 5. Incidente não conhecido."
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Além do mais, as instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício requerido, tendo em vista não ter sido comprovada sua condição de segurado especial.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0509159-23.2015.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:MARIA MADALENA DA SILVA
PROC./ADV.:HENRIQUE LOPES DE LIMA MACHADO OAB: AL-7792
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0514915-13.2015.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:CREUZA MARIA GOMES
PROC./ADV.:CARLA COTRIM UCHÔA CAJUEIRO ALMEIDA OAB: AL-5819
PROC./ADV.:FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0062966-18.2006.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:SILVERIO AMORIM DA SILVA
PROC./ADV.:LARISSA EVANGELH SANTOS OAB: BA-20900
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de reajuste/revisão do benefício previdenciário de auxílio-doença.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502236-72.2015.4.05.8015
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA APARECIDA DA SILVA GAMA
PROC./ADV.:AMALIA MARIA LOPES S. CARVALHO OAB: AL-11507
PROC./ADV.:DAYSE MARIA BARROS DA FONSECA CABRAL OAB: AL-10306

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte comprovou o labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0004968-23.2014.4.01.3200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:MARIA DE LOURDES NOGUEIRA FILHA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário, nem a qualidade de segurada especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5009068-80.2014.4.04.7102
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):DAVI RODOLFO NASS
PROC./ADV.:GIULLIANO MORETTO OAB: RS-79317

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de desconstituição do débito previdenciário, ao fundamento de se tratar de verba alimentar recebida de boa-fé.
Sustenta a requerente que o acórdão impugnado, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiria do entendimento firmado pelo STJ, segundo o qual o pagamento a maior ao segurado pode ser descontado pela autarquia previdenciária, independentemente, da boa-fé ou não do mesmo.
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância.
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5045756-47.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LUCAS SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REPRESENTANTE LEGAL:MADALENA MACHADO DOS SANTOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de desconstituição do débito previdenciário, ao fundamento de se tratar de verba alimentar recebida de boa-fé.
Sustenta a requerente que o acórdão impugnado, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiria do entendimento firmado pelo STJ, segundo o qual o pagamento a maior ao segurado pode ser descontado pela autarquia previdenciária, independentemente, da boa-fé ou não do mesmo.
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância.
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5001182-67.2013.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTONIO LOURENÇO
PROC./ADV.:ELZA MARA MACHADO OLIVEIRA OAB: RS-17853
PROC./ADV.:ANA CRISTINA BORGES DA CUNHA OAB:RS-72646

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de desconstituição do débito previdenciário, ao fundamento de se tratar de verba alimentar recebida de boa-fé.
Sustenta a requerente que o acórdão impugnado, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiria do entendimento firmado pelo STJ, segundo o qual o pagamento a maior ao segurado pode ser descontado pela autarquia previdenciária, independentemente, da boa-fé ou não do mesmo.
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância.
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0015718-84.2014.4.01.3200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:MARIA DE FATIMA MATOS MOREIRA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0006497-77.2014.4.01.3200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:MARIA NEUMICE PEREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0048097-79.2008.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:EDERALDO SILVA
PROC./ADV.:GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0034673-96.2010.4.01.3300
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:MARIA RIBEIRO DOS SANTOS
PROC./ADV.:ANDREZA DE O. CERQUEIRA OAB:BA-18482
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2013.51.62.001351-9
ORIGEM:RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE:DALVA BERNARDO FELIX
PROC./ADV.:ZULMAR DE OLIVEIRA PIMENTEL OAB:RJ-122895
AGRAVADO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0500639-56.2015.4.05.8504
ORIGEM:SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE:MARIA DE LOURDES SANTOS
PROC./ADV.:JOSÉ RAIMUNDO SOUZA COSTA OAB:SE-165-
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou a qualidade de segurada especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500788-04.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501089-60.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MATHEUS LOPES ABREU
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pedido de concessão de auxílio-doença à parte autora, ante a inexistência de prova da incapacidade.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido, tendo em vista não ter sido comprovada sua incapacidade laboral.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0510628-35.2014.4.05.8015
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MYLENA BEATRIZ APRIJO SENA
PROC./ADV.: AFRÂNIO SOARES JR OAB: AL-6 266
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora, ante o não preenchimento do requisito de miserabilidade.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido, tendo em vista não ter sido comprovada sua miserabilidade.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005127-04.2008.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANILTON RODRIGUES CAMPOS
PROC./ADV.: JOAO VINICIUS MAFUZ OAB: SP-249201
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, por entender que a doença de que é acometida é preexistente ao seu ingresso no regime de previdência.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido, tendo em vista a preexistência da patologia.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0084090-40.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANA CALMANOVICI
PROC./ADV.: JULIANA DE PAIVA ALMEIDA OAB: SP-334591
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, os paradigmas apresentados são oriundos de Tribunais Regionais Federais.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002222-37.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSELI PINTO DA SILVA
PROC./ADV.: GUSTAVO CESINI DE SALLES OAB: SP-295863
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que negou provimento ao recurso da parte autora, acerca do pleito de revisão de renda mensal inicial de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.
Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001683-59.2015.4.03.6327
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AGENOR DE SOUZA ROCHA
PROC./ADV.: ROSANGELA S. VASCONCELLOS OAB: SP-264621
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário e a concessão de aposentaria mais favorável.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002668-71.2013.4.03.6303
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ROMILDO PINHEIRO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
Inicialmente, observo que a parte requerente traz à colação aresto paradigma oriundo da Décima Primeira Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo.
Cabe frisar que arestos proferidos por turmas recursais da mesma região do acórdão impugnado não ensejam a admissão do incidente nacional de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0057308-96.2009.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MARCELO TOMAZ BARBOZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que em que se discute a aferição da hipossuficiência econômica contida no art. 20, § 3º da Lei nº 8742/93..
É, no essencial, o relatório.
O Supremo Tribunal Federal, por meio do RE 580.963/PR, julgado em sede de repercussão geral, decidiu que:
Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.
(RE 580963, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18/04/2013, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-225 DIVULG 13-11-2013 PUBLIC 14-11-2013)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização e, prosseguindo no julgamento, a ele dar provimento. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado ao entendimento exarado pelo Pretório Excelso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005166-85.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LEONARDO BADAN
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501642-34.2014.4.05.8002
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: CARLOS SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: KÁTIA FELINA DE OLIVEIRA FERREIRA OAB: AL-5797
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte não cumpriu o requisito da incapacidade laboral.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002444-43.2007.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JULIANO CHIOCA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas do caso concreto, concluíram que a parte não cumpriu o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509077-47.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ELIAS RANGEL FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ANA IZABEL RANGEL DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB:CE-20417-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas do caso concreto, concluíram que a parte não cumpriu o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501410-61.2015.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA DA LUZ SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: ANNA KARINA MARTINS S. REIS OAB: PB-8266
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0014276-69.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ GUSTAVO CARTOLANO
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-201911
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício de prestação continuada, ante a inexistência de prova da incapacidade.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal de orgiem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, concluiu que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido, tendo em vista não ter sido comprovada a incapacidade de longo prazo para a concessão do benefício.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501086-41.2015.4.05.8311
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SAULO VICENTE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000388-77.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ SOARES MARQUES
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que deu parcial provimento ao recurso do autor acerca da averbação de tempo de serviço especial para aposentadoria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500609-58.2014.4.05.8309
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FABÍOLA MORAIS SENA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: MARINETE NECO DE MORAIS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas do caso concreto, concluíram que a parte não cumpriu o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006635-74.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JURACI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute o termo inicial da revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0047671-55.2013.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ALEXANDRE HENRIQUE SABINO GUIMARÃES
PROC./ADV.: RICARDO A. M. SALGADO JR OAB: SP-138058
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
Inicialmente, observo que a parte requerente traz à colação aresto paradigma oriundo da Segunda Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo.
Cabe frisar que arestos proferidos por turmas recursais da mesma região do acórdão impugnado não ensejam a admissão do incidente nacional de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502675-04.2015.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
OAB: CE-8342
PROC./ADV.: NARA PINHEIRO RÊGO
OAB: CE-28695
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504319-97.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA RODRIGUES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO
OAB: CE-22693

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Regional a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0018204-31.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA EMILIA JANJÃO
PROC./ADV.: ERALDO LACERDA JÚNIOR OAB: SP-191385
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute o pagamento da Gratificação de Desempenho - GDPST.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503200-81.2014.4.05.8312
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ESTELITA FRANCISCA DE LIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que concedeu benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluiu pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0039568-93.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA APARECIDA ABREU ERMINIO
PROC./ADV.: ERALDO LACERDA JÚNIOR OAB: SP-191385
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute o pagamento da Gratificação de Desempenho - GDASST e GDPST.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0051777-60.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: WANIA HELENA ORTIZ
PROC./ADV.: ERALDO LACERDA JÚNIOR OAB: SC-15 701
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute o pagamento da Gratificação de Desempenho - GDPST.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500224-94.2015.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSE LINDOMAR RODRIGUES DOMINGOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503170-10.2013.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ILMA MARIA AMARAL
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504048-10.2014.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ANTONIO DE LIMA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503903-51.2014.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO GIOVANE DE MATOS
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518610-60.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: LUCI GOMES DE BARROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501050-23.2015.4.05.8109
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ALICE ALMEIDA DA SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503248-51.2015.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO LOURENÇO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514470-93.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NEUSA ALVES DE LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0042622-04.2011.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ABDIAS MERENCIO LOPES
PROC./ADV.:DANILO AUGUSTO GARCIA BORGES OAB:SP-267636
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal e origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009835-27.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FRANCESLISIO GONÇALVES MEIRELLES NETO
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a aplicação do art. 1º-F da Lei n. 11.960/2009 (juros moratórios incidentes sobre condenações judiciais da Fazenda Pública).
É o relatório.
Verifico que a matéria se encontra sob análise no Pretório Excelso, por meio do RE 870947/SE (tema 810), o qual teve repercussão geral reconhecida pela Corte Suprema:
DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. TEMA 810. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento na Questão de Ordem 23/TNU e art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000574-85.2012.4.04.7010
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:MARIA DAS DORES RODRIGUES FERREIRA
PROC./ADV.:WILSON LUIZ DE PAULA OAB: PR-18139
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou a condição de segurada especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0047252-81.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOÃO APOSTOLO ROSADO LEAL
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de averbação de tempo de serviço, indeferindo o computo do período que teria laborado na condição de aprendiz.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516371-96.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA CARDOSO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCO ANTONIO VIEIRA COSTA FERNANDES OAB:CE-11842
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que a requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendendo, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000411-29.2012.4.04.7003
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ALICE IGNACIO
PROC./ADV.:IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503217-25.2015.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES NOBRE
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513092-39.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ SARAIVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: KÉSSIA PINHEIRO CAMPOS CIDRACK OAB: CE-25484

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, concedeu benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A instância ordinária, com base no contexto fático-probatório da lide e já condições socioeconômicas, concluiu pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5001918-80.2012.4.04.7017
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.:ROSEMAR CRISTINA L. M. VALONE OAB: PR-30511
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504758-21.2014.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ELIZONEIDE MORENO DE SOUSA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002620-50.2012.4.04.7009
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:CECÍLIA IARENCZUK
PROC./ADV.:WILLYAN ROWER SOARES OAB: PR-19887
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural em regime de economia familiar.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0503643-71.2014.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCINETE OLIVEIRA BARBOSA
PROC./ADV.: MARCELA DE SOUSA MARCOLINO OAB: CE-21963
PROC./ADV.: GABRIELA ALMEIDA SILVA OAB: CE-23293
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte não cumpriu o requisito da incapacidade laboral.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003216-38.2014.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:AILTON MONTEIRO BEZERRA
PROC./ADV.: AMILTON ALVES DE OLIVEIRA OAB: SP-308478
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão do benefício previdenciário por força da aplicação do art. 29, II da Lei nº 8.213/91.
É o relatório.
Não prospera a irresignação.
Verifica-se que os paradigmas juntados pela requerente abordam a questão da interrupção do prazo decadencial pela entrada em vigor do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, matéria esta que não foi enfrentada no aresto impugnado. Razão pela qual aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506288-50.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADERSON BRAGA DA SILVA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão em que se discute em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide concluíram que a parte não cumpriu o requisito da incapacidade laboral.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, acerca da alegada necessidade de análise das condições pessoais da parte, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maios de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0044180-52.2008.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: TEREZA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: VANESSA MARIA SIMÓN DOS SANTOS OAB: BA-24921
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de pagamento de diferenças devidas em decorrência da não aplicação do IRSM.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503105-84.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS GONÇALVES DE PINHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA .... OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503532-96.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRANI DE SOUSA FREIRE
PROC./ADV.: FRANCISCA IARA PEREIRA LIMA OAB:CE-11099

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, modificando a sentença, concedeu o benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A instância ordinária, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluiu pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504157-18.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA MADALENA SECUNDO ALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA .... OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508131-84.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): JOANA LUCIA FEREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que concedeu o benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluiram pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0522071-53.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA SILVA DE SOUSA
PROC./ADV.: CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE SOUSA OAB: CE-22918

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que concedeu o benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0511781-33.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ALMEIDA LOPES
PROC./ADV.: NAIRLA BRAGA SOARES XIMENES OAB: CE-23283

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que concedeu o benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000483-77.2013.4.04.7133
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JUCARA MEGGIOLARO NAZAROFF
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON
OAB: RS-36152
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ
OAB: RS-61 344
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003773-03.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VANI DE SOUZA COUTO
PROC./ADV.: EVERTON DA SILVA RODRIGUES
OAB: RS-63342
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5015358-94.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ROSALINA RIBEIRO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA OAB: PR 23.320
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural em regime de economia familiar.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500943-41.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JONAS DE LIMA ALVES
PROC./ADV.: VITÓRIA RÉGIA DE MEDEIROS DANTAS OAB: RN-9876
REQUERENTE: JOSE ANTONIO DE LIMA ALVES
PROC./ADV.: VITÓRIA RÉGIA DE MEDEIROS DANTAS OAB: RN-9876
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurado especial do falecido.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, entenderam que os requerentes não fazem jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a condição de segurado especial do seu genitor na data do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003237-76.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LONI ELZIRA SASSO
PROC./ADV.: FLADEMIR JOSÉ MOURA
OAB: RS-48137
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007530-42.2014.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: KETI GABRIEL RESINA FERNANDES
PROC./ADV.: ANA JÚLIA B. PIRES KACHAN OAB: SP-180541
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão de ato de concessão do benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005478-45.2011.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SEBASTIAO SANTANA CABRAL
PROC./ADV.: FABIULA CHERICONI OAB: SP-189561
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, o paradigma apresentado é oriundo do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009576-88.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSALINA GANSER DE JESUS
PROC./ADV.: JELSON CARLOS ACCADROLLI
OAB: RS-19127
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502355-76.2014.4.05.8303
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELENO SILVESTRE DA SILVA
PROC./ADV.: CLÓVIS AMARAL DE LIMA
OAB: PE-9178

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

que julgou procedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Regional a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502442-32.2014.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE PAULINO NETO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB: PE-20418

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Regional a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5054917-86.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HÉLIO CARLOS PIPPI DE AZAMBUJA
PROC./ADV.: RAQUEL WIEBBELLING OAB: RS-63882
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE WIEBBELLING OAB: RS-41890
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Diante do despacho proferido pelo Juiz Relator, entendo que a distribuição do feito deve ser desconsiderada.
Ademais, verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido declarado na inicial ao fundamento de não terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma.
Sustenta a parte ora requerente que a decisão de origem merece reforma, visto que o entendimento firmado nas Turmas Recursais das demais regiões permitem a contagem recíproca do tempo de serviço prestado em regime celetista anterior ao serviço público, requerendo ao final a RMI de sua aposentadoria com a incidência do coeficiente de cálculo de 100% do salário-de-benefício.
É, no essencial, o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foram verificados nos autos elementos suficientes ao reconhecimento do pedido apresentado na inicial:
"No caso, verifico que o período em questão já foi utilizado para aposentadoria perante o Regime Estadual e Federal, não sendo admitida a contagem do mesmo vínculo em dois regimes distintos, conforme art. 96 da Lei de Benefícios.
[...]
Assim, julgo improcedente o pedido."
Ocorre porém, que a divergência trazida nos acórdãos paradigmas são oriundas de Tribunal Regional Federal, de modo que não se prestam a demonstrar a divergência suscitada para admissão de incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003749-65.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SANDRA APARECIDA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão que determinou a distribuição do feito, tendo em vista o trânsito em julgado da decisão que havia negado provimento ao agravo com base na Súmula 42/TNU.
Ante o exposto, anulo a decisão que anteriormente prolatada e torno sem efeito a distribuição.
Devolva-se os autos à origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de maio de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515207-53.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA JOSÉ SANTOS DE MACÊDO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ANTÔNIO MATIAS DE MACÊDO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 43 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto o pedido de uniformização não versaria sobre matéria processual, mas apenas de direito.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
É cediço que "a contradição que enseja o acolhimento dos embargos declaratórios é aquela existente entre as premissas do julgado combatido [...]" (RMS 28.283/MT, Rel. Ministra Laurita Vaz), o que não ocorreu na hipótese.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501832-55.2014.4.05.8306
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURA SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO JOÃO BATISTA
PROC./ADV.: CLÓVIS ANAGÊ NOVAIS DE A. FILHO OAB: PB-13 851

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, concedeu aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001462-88.2011.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ BARBOSA DE MIRANDA
PROC./ADV.: JUAREZ PAULO DA SILVA OAB: PR-36052

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu o cumprimento dos requisitos para aposentadoria por idade rural.
Decido.
É o relatório.
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não há comprovação do desempenho da atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.
Ocorre que o STJ, por meio do Resp 1354908, determinou o sobrestamento das demandas repetitivas que debatem a questão em comento, verbis:
RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.908 - SP (2012/0247219-3) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL RECORRIDO : AZELI DE SOUZA JORGE ADVOGADOS : HERMES ARRAIS ALENCAR ADALBERTO TIVERSON MARTINS
SÉRGIO COELHO REBOUÇAS
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL EM PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. LEI 8.213/1991. AFETAÇÃO DO TEMA AO RITO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, nos autos de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, em sede de apelação, entendeu comprovado o trabalho rural em número de meses correspondentes à carência, em período imediatamente anterior ao requerimento. O recurso especial foi interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, apontando-se como violados o art. 55, §3º e art. 143, ambos da Lei 8.213/1991, figurando como questão central a tese no sentido de que a atividade rural deve ser comprovada no período imediatamente anterior ao requerimento. O Tribunal de origem admitiu o presente recurso especial e determinou seu processamento na forma do art. 543-C do CPC, razão pela qual deve ser submetido ao julgamento da Primeira Seção/STJ. Assim, com base nos arts. 1º e 3º da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ, determino:
1) comunique-se a decisão, enviando-se cópia desta, aos demais Ministros que integram a Primeira e a Terceira Seção/STJ e aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, para a providência prevista no art. 2º, § 2º, da Resolução 8/2008 - Presidência/STJ;
2) suspenda-se o julgamento dos demais recursos especiais que versem acerca da mesma controvérsia;
3) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias.
Publique-se e intimem-se. Brasília (DF), 22 de abril de 2013. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES Relator (Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 02/05/2013)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0006944-68.2011.4.01.4300
ORIGEM:TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE:ILDA ROSA DE JESUS
PROC./ADV.:KARINE KURYLO CÂMARA OAB: TO-3058
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501080-67.2015.4.05.8106
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIA SUERLEIDE DE SOUSA
PROC./ADV.:JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERENTE:MARIA SUELENA RODRIGUES CAMPOS
PROC./ADV.:JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte às autoras.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503595-52.2013.4.05.8104
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCA LUCIA MATEUS DE SOUSA
PROC./ADV.:MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte à autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, os paradigmas apresentados são oriundos de Tribunais Regionais Federais - TRF.
Entendo, ainda, que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500358-33.2015.4.05.8106
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:TEREZA NOGUEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.:JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte à autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500765-50.2012.4.05.8104
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIA DE SOUSA DE LIMA
PROC./ADV.:VALÉRIA MAGALHÃES OAB: CE-10965
REQUERENTE:FRANCISCO RUAN PABLO DE SOUSA
PROC./ADV.:VALÉRIA MAGALHÃES OAB: CE-10965
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte aos autores.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0505354-39.2013.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA ALVES RODRIGUES
PROC./ADV.:MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV.:MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que benefício assistencial, recebido pelo de cujus, não se estende aos herdeiros, pelo fato de tal benefício ser de caráter assistencial e personalíssimo, extinguindo-se com a morte do beneficiário.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500209-37.2015.4.05.8106
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCO JONAS ALVINO DA SILVA
PROC./ADV.:MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte ao autor.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0505003-66.2013.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOSÉ CLEMENTINO DE ALMEIDA
PROC./ADV.:RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB:CE-11410
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002034-64.2013.4.04.7013
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):EDNA SILVESTRINI LIMA DA SILVA
PROC./ADV.:EDNELSON DE SOUZA OAB: PR-44428

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de declarar inexigível a devolução dos valores pagos na vigência do benefício, ao fundamento de que foram recebidos de boa fé e de possuírem natureza alimentar ao tempo de seu pagamento.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu dos julgamentos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp 988.171, no AgRg no REsp 1.177.349 e no AgRg no REsp 639.544 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé, a quem é garantido o parcelamento do débito.
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0524400-38.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA ANGELINA QUEIROZ DOS SANTOS
PROC./ADV.:GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES OAB:CE-18590
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte à autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503042-11.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZON FERREIRA DA ROCHA
PROC./ADV.: GILVANA MARIA MOREIRA DE SOUSA DANTAS
OAB: CE-11 446

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que concedeu benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002619-40.2013.4.04.7006
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:VERÔNICA ESTEGUE
PROC./ADV.:EDUARDO WAGNER MONTEIRO OAB: PR-35581
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504128-02.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): MANUEL FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO GREGÓRIO NETO OAB: CE-11442
PROC./ADV.: JOACI ALVES COSTA OAB: CE-13 316

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, concedeu benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A instância ordinária, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluiu pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002619-40.2013.4.04.7006
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:VERÔNICA ESTEGUE
PROC./ADV.:EDUARDO WAGNER MONTEIRO OAB: PR-35581
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007978-41.2015.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: JOÃO CARLOS DE CARVALHO MELO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de incorporação das diferenças relativas ao reajuste 7/30 avos da URP fixada para abril e maio de 1988 em 16,19%.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5003838-76.2013.4.04.7010
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:APOLONIA SANCHES PARRA ROSA
PROC./ADV.:JOÃO LUIZ SPANCERSKI OAB: PR-33257
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500162-48.2015.4.05.8305
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CYNTIA JAQUELINE OLIVEIRA FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERENTE: JACKSON BRUNO OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERENTE: JACKSON VITOR OLIVEIRA FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERENTE: SIMONE DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurado especial do falecido.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que os requerentes não fazem jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a condição de segurado especial do falecido ao tempo do óbito. Do acórdão recorrido, destaca-se:
(...)
No caso, a prova material e os depoimentos colhidos em audiência demonstraram que a parte autora não comprovou a exploração da atividade rural pelo falecido, em regime de economia familiar. Atente-se para o seguinte trecho da sentença: "No caso em tela, a parte autora não se desincumbiu do seu ônus de demonstrar que o falecido preenchia o citado requisito legal. Com base em todos os fatos alegados e provados nos autos, entendo que não restou definitivamente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

comprovada a qualidade de segurado especial do de cujus. Da oitiva das testemunhas em audiência, ficou patente que o falecido trabalhava com "bicos" e não fazia da agricultura seu meio de subsistência. Restou comprovado, ainda, que ele possuía vínculo empregatício, o que garantia seu sustento e de sua família, já que pouco se plantava nas terras mencionadas. Há inconsistência, ainda, entre as despesas e receitas alegadas pela autora em audiência. Nessa senda, constata-se que a demandante não se desincumbiu de seu ônus de comprovar o pretenso exercício de atividade agrícola, que conferisse ao extinto a condição de segurado especial, através de prova documental. Desta feita, não tendo sido demonstrada a qualidade de segurado especial do falecido, a improcedência da pretensão autoral é medida que se impõe".
(...)
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500942-46.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO LOURENÇO DA MOTA
PROC./ADV.: JORGE UMBELINO DA SILVA OAB: CE-23626

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que concedeu benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000858-88.2014.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLAUDIO CASEIRO LENCIONE
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK. OAB: SP-263146
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de averbação de tempo de serviço, indeferindo o computo do período que teria laborado na condição de aprendiz.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011780-92.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRACEMA DE LARA DREVIANE
PROC./ADV.:DALTON BERNERT MACHADO JUNIOR OAB: PR-39 645

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute o cumprimento do requisito da miserabilidade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A TNU, por meio da Súmula 79, pacificou o entendimento no sentido de que:
Nas ações em que se postula benefício assistencial, é necessária a comprovação das condições socioeconômicas do autor por laudo de assistente social, por auto de constatação lavrado por oficial de justiça ou, sendo inviabilizados os referidos meios, por prova testemunhal.
No caso concreto, verifica-se que as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas do caso concreto, decidiram que não restou comprovado o requisito da miserabilidade.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502626-75.2015.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL BENTO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCIEL ANTONIO DE SALES OAB: RN-9883
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurada especial da falecida.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a condição de segurada especial da falecida ao tempo do óbito. Do acórdão recorrido, destaca-se:
(...)
Como bem destacou o magistrado que presidiu a audiência de instrução e sentenciou oralmente o feito: o início prova material é bastante frágil, inclusive cumpre ressaltar que no documento do Pronaf juntado aos autos há a declaração que a extinta já estava separada do autor. Além disso, o falecimento da Maria de Fátima de Sousa se deu em São José dos Campos-SP, o que infirma a declaração de que por ocasião do óbito trabalha na Fazenda Cantinho-CE. Dessa forma, não restou comprovado a qualidade de segurada especial da Sra. Maria de Fátima.
(...)
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5003838-76.2013.4.04.7010
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:APOLONIA SANCHES PARRA ROSA
PROC./ADV.:JOÃO LUIZ SPANCERSKI OAB: PR-33257
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008185-07.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDO CORREA DA SILVA
PROC./ADV.: ROSILENY VANZELLA DE ASSIS PONTES OAB: PR-26703
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurada especial da falecida.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a condição de segurada especial da falecida ao tempo do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0027937-31.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HERACLITO NUNES DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: NILTON MORENO OAB: SP 175057
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão da renda mensal de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, o paradigma apresentado é oriundo da mesma região da qual pertence o aresto combatido.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505230-14.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA GORETTI OLIVEIRA GUIMARÃES
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte à autora, ao fundamento de que não restou comprovada a sua condição de dependente do falecido.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, pois não restou demonstrado que "a sua relação com o de cujus reunia os elementos indispensáveis a uma entidade familiar" e, via de consequência, não demonstrou a sua condição de dependente.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5003941-20.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EUNICE CAIRES NOVAIS
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
OAB: PR-18139
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501966-15.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LUCIRENE DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: FRANCISCA JOSELIA ESMERALDO DE OLIVEIRA OAB: CE-16690
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurado especial do falecido.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a condição de segurado especial do falecido ao tempo do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003347-06.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALICE FERRERIA RODRIGUES
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
OAB: PR-18139
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500376-79.2014.4.05.8109
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA VLÁDIA ANÁSTACIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS BRITO OAB: CE-20617
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurada especial da falecida.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a condição de segurada especial da falecida ao tempo do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0027913-61.2011.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA APARECIDA EVANGELISTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: RICARDO A. M. SALGADO JR OAB: SP-138058
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que, na data do óbito, o falecido havia perdido a qualidade de segurado.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, ante a verificação de doença preexistente ao reingresso do segurado ao regime geral da previdência social, resultando na perda da qualidade de segurado.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003125-86.2013.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ CARLOS DA SILVEIRA
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo manejado contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros de mora.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 855091/RS, com relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral. Confira-se:
"EMENTA TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA. ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 7.713/1988 E ART. 43, INCISO II, § 1º, DO CTN. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003792-21.2011.4.01.420
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA DAS GRAÇAS LOPES FEITOSA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501891-95.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA XAVIER DANTAS
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0047192-89.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: RAIMUNDO DA SILVA FURTADO
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão segundo o qual incide imposto de renda sobre terço constitucional referente a férias gozadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, determino o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500131-28.2015.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSEFA LIMA DE FRANÇA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute o cumprimento do requisito da miserabilidade.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A TNU, por meio da Súmula 79, pacificou o entendimento no sentido de que:
Nas ações em que se postula benefício assistencial, é necessária a comprovação das condições socioeconômicas do autor por laudo de assistente social, por auto de constatação lavrado por oficial de justiça ou, sendo inviabilizados os referidos meios, por prova testemunhal.
No caso concreto, verifica-se que as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas do caso concreto, decidiram que não restou comprovado o requisito da miserabilidade.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5004696-95.2013.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OLIVIA TERESA JENSEN DE FREITAS
PROC./ADV.: MARCO ANTONIO BORBA OAB: RS-23680

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS insiste na tese de que ocorrera a decadência nos termos do artigo 103 da Lei n. 8.213/91.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50045967120124047113, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DERIVADA DE AUXÍLIO-DOENÇA. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA.AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁCTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deu provimento ao recurso da parte autora, determinando a revisão do salário-de-benefício do auxílio-doença precedente, com repercussão na pensão por morte. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue: "[...] Trata Vistos etc. Defiro a gratuidade da justiça. Recorre a parte autora de sentença que reconheceu a decadência do direito de revisar o auxílio-doença nº 110.756.373-6 (concedido em 29/07/2001), e julgou improcedente o pedido de revisão da pensão por morte dele decorrente (pensão por morte n.º 124.053.726-0, concedida em 18/04/2003. Requer a reforma da sentença e o acolhimento dos pedidos elaborados na peça inicial. Ausência de interesse de agir Embora viesse entendendo pela falta de interesse de agir como regra para pedidos de revisão pelo artigo 29, II, da Lei 8.213/91, desde o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, entendo que deva ser alterado o posicionamento anterior. É que referida revisão administrativa, feita mediante prévio requerimento do segurado, não abarca os entendimentos judiciais acerca da incidência dos prazos decadenciais e prescricionais, costumeiramente mais vantajosos aos beneficiários. Por outro lado, recentemente, conforme notícia publicada no sítio da Previdência Social, em janeiro de 2013, em virtude da decisão proferida no âmbito da Ação Civil Pública nº 0002320- 59.2012.4.03.6183/SP, pelo Juiz Federal da 6ª Vara Previdenciária da 1ª Subseção Judiciária de São P a u l o / S P, o próprio INSS passou a revisar, agora de ofício, boa parte dos benefícios concedidos ilegalmente no período, não sendo mais necessário sequer o prévio requerimento de dita revisão. Ocorre que o procedimento adotado pela autarquia é por demais prejudicial ao beneficiário. Segundo consta na Resolução INSS/PRES nº 268, de 24/01/2013, a revisão contempla apenas os benefícios que possuem Data do Despacho - DDB, entre 17 de abril de 2002 e 29 de outubro de 2009 (data em que foram implementadas as alterações sistêmicas com base na nova regra de cálculo), pois considera a decadência decenal a contar da data da citação do INSS na ACP ocorrida em 17/04/2012. Orienta ainda que não serão objeto da revisão os benefícios enquadrados em um dos seguintes critérios: I - já revistos pelo mesmo objeto, ou seja, administrativa e judicialmente; II - concedidos no período de vigência da Medida Provisória nº 242, entre 28 de março de 2005 e 3 de julho de 2005; III - concedidos até o dia 17 de abril de 2002, quando foi operada a decadência, conforme art. 4º desta Resolução; IV - concedidos dentro do período de seleção descrito no caput, porém precedidos de benefícios alcançados pela decadência; e V - embora concedidos no período definido no Acordo Judicial firmado no âmbito da Ação Civil Pública nº 0002320-59.2012.4.03.6183/SP, sejam precedidos de benefícios com Data de Início de Benefício - DIB, anterior a 29 de novembro de 1999. Por fim, fixa um cronograma de pagamento das diferenças por demais extensivo, com previsão de quitação, em alguns casos, apenas no ano de 2022 (Anexo I). Dessa forma, tenho como suficientemente demonstrada no presente momento, a pretensão resistida do INSS no pagamento das diferenças devidas e o interesse de agir na propositura desta ação. Registre-se que, na hipótese de revisão administrativa, resta prejudicada a condenação à implantação da nova renda mensal, persistindo o interesse processual quanto às parcelas vencidas, devendo ser compensados os valores eventualmente pagos pela autarquia, desde que devidamente comprovados por ocasião do cumprimento do julgado. Direito à revisão pelo artigo 29, II, da Lei 8.213/91 Decadência O artigo 103, caput, da Lei 8213/91, prevê prazo decadencial de dez anos para revisar o ato de concessão do benefício previdenciário. No entender desta Turma, na hipótese de benefício originário e derivado, devem ser considerados dois prazos decadenciais diversos e, ainda que se tenha que recalcular o auxílio-doença anterior, tal resultado somente repercutirá efeitos no(s) benefício(s) cujo(s) prazo(s) decadencial(is) ainda não transcorreu (transcorreram). Isso porque, tratando-se de benefícios diversos, um originário e outro derivado ou com repercussão no cálculo deste, os prazos são apurados de forma autônoma, consoante entendimento da Turma Nacional de Uniformização. Extrai-se do voto do Relator: 'Seguindo a linha de raciocínio perfilhado pela Magistrada Simone Lemos Fernandes, nos autos do PEDILEF n. 2009.72.54.003963-7, julgado em 29 de março de 2012, considero 'que a pensão por morte e o benefício previdenciário do qual deriva são, de fato, benefícios atrelados por força do critério de cálculo de ambos, tão-somente. Mas são benefícios autônomos, titularizados por pessoas diversas que, de forma independente, possuem o direito de requerer a revisão de cada um deles, ainda que através de sucessores (pois a pensão por morte pressupõe, logicamente, o falecimento de seu instituidor), sendo que o prazo decadencial de revisão da pensão começa a fluir a partir da data da concessão'. Certo que os sucessores de segurado já falecido podem requerer, judicialmente, o reconhecimento de parcelas que seriam devidas àquele por força de incorreto cálculo de seu benefício. Mas não é este o tema discutido nestes autos, já que a autora não postulou diferenças sobre a aposentadoria de seu falecido marido, mas tão-somente diferenças sobre a pensão por morte que percebe. Dessa forma, considero que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte percebida pela autora, computado a partir da data de sua concessão. (...) Ante o exposto, voto por reafirmar o entendimento de que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte, computado a partir da data de sua concessão' (PEDILEF 2008.50.51.001325-4, Rel. Juiz ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA, D.D. 27/06/2012). Ademais, o caso em apreço apresenta peculiaridade a ser considerada. O próprio INSS reconheceu a ilegalidade do Decreto que afastava a aplicação do artigo 29, II, da Lei 8.213/91, determinando, inclusive, a revisão administrativa dos benefícios assim concedidos. O Decreto nº 6.939, de 18/08/2009, já alterara as disposições anteriores que contrariavam frontalmente as normas legais. Em 15 de abril de 2010, o Instituto editou o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, pelo qual passou a conceder administrativamente os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez já com a correta observância do artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91, reconhecendo o direito do segurado à revisão administrativa dos benefícios em manutenção. Constava no referido Memorando expressamente o reconhecimento da ilegalidade do Decreto revogado. Assim, independentemente de o segurado ter requerido esta revisão em juízo apenas em período posterior, a verdade é que já havia adquirido o direito a ela, pouco importando quando passou a exercer sua prerrogativa. Interpretação diversa fere frontalmente o direito individual previsto no artigo 5º, XXXVI, da CF, não sendo de se admitir que dispositivo legal impeça o exercício de direito previsto constitucionalmente. Essa revisão deveria ter sido feita pela administração inclusive de ofício, pois todo ato de concessão de benefício é vinculado à lei e não está sujeito a critérios discricionários da administração. Uma vez reconhecido o erro administrativo, a ilegalidade no seu procedimento, tem a administração a obrigação legal e constitucional de revisar de ofício seus próprios atos. A manutenção eterna da reconhecida ilegalidade administrativa, em benefício prestacional com nítido caráter alimentar, destinado à preservação das condições mínimas existenciais do indivíduo e diretamente vinculado à idéia de dignidade da pessoa humana, não se coaduna com o sistema constitucional pátrio. Portanto, resta afastada a alegada decadência. Prescrição Nos termos do artigo 103, parágrafo único, da Lei 8.213/91, estão prescritas as parcelas vencidas nos cinco anos antes do ajuizamento da ação. Contudo, segundo entendimento da TRU da 4ª Região, a interrupção do prazo prescricional deu-se com a edição do Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, garantindo ao segurado o recebimento das parcelas anteriores a cinco anos da publicação do normativo para pedidos que ingressarem administrativa ou judicialmente em até cinco anos: REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ATO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. 1. O Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, constitui marco interruptivo do prazo prescricional para a revisão dos benefícios com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91. 2. Essa interrupção garante o recebimento das parcelas anteriores a cinco anos da publicação do normativo para pedidos que ingressarem administrativa ou judicialmente em até cinco anos após a mesma data, uma vez que houve reconhecimento administrativo do direito. 3. Pedido de uniformização provido. (5018503-64.2012.404.7000, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012) Aplicação do artigo 29, II, da Lei 8213/91, e do artigo 3º, da Lei 9.876/99 O artigo 32, § 2º, do Decreto 3.048/99, em sua redação original, determinava que, nos casos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, contando o segurado com menos de cento e quarenta e quatro contribuições mensais no período contributivo, o salário-de-benefício corresponderia à soma dos salários-de-contribuição dividido pelo número de contribuições apurado. Revogado pelo Decreto nº 5.399, de 24/03/2005, idêntica determinação foi reintroduzida pelo Decreto nº 5.545, de 22/09/2005, ao acrescentar o § 20 no artigo 32 do RPS. Para os segurados que já estavam filiados ao RGPS antes da entrada em vigor da Lei 9.876/99, o artigo 188-A, § 3º, do RPS, também reintroduzido pelo Decreto 5.545/2005 no § 4º deste dispositivo, dispunha que, nos casos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, contando o segurado com salários-de-contribuição em número inferior a sessenta por cento do número de meses decorridos desde a competência julho de 1994 até a data de início do benefício, o salário-de-benefício corresponderá à soma dos salários-decontribuição dividido pelo número de contribuições mensais apurado. Assim, excluía-se nas duas hipóteses referidas, a possibilidade de o segurado retirar do cálculo de seu benefício aqueles salários-de-contribuição correspondentes a 20% do seu período contributivo que tivessem os menores valores. Essa forma de cálculo afrontava diretamente a regra prevista no inciso II do artigo 29 da LB, com a redação dada pela Lei 9.876/99 e a regra transitória prevista no artigo 3º, caput, desta mesma lei. Afinal, para concessão de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença nunca vigorou aquela exigência, prevista no § 2º deste artigo 3º, de o segurado contar com no mínimo sessenta por cento de contribuições correspondentes ao período decorrido entre julho de 1994 e a Data de Início do Benefício. A ilegalidade apontada também se refletia na concessão de pensão por morte originária ou decorrente de tais benefícios, bem como de auxílio-reclusão, em virtude do disposto nos artigos 75 e 80 da Lei 8.213/91. O Decreto nº 6.939, de 18/08/2009, finalmente alterou tais disposições, mantendo a forma de cálculo estabelecida na legislação ordinária, tendo o Instituto admitido expressamente a ilegalidade do Decreto revogado na Nota Técnica nº 70/2009/PFEINSS/CGMBEN/DIVCONT e no Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010. A Turma Regional de Uniformização pacificou a matéria nesse sentido: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CRITÉRIO DE CÁLCULO. ARTIGO 29, II, LEI 8.213/91. MATÉRIA UNIFORMIZADA. 1. A matéria restou uniformizada no Incidente de Uniformização JEF Nº 2007.71.50.032776-1/RS, nos seguintes termos: 'O cálculo do salário-de-benefício do auxílio-doença concedido após a vigência da Lei nº 9.876/99, consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondente a 80% de todo o período contributivo, independente do número de contribuições que o integrem, nos termos do artigo 29, inciso II, da Lei nº 8.213/91.' 2. Necessidade de adequação da decisão impugnada à jurisprudência uniformizada deste colegiado. 3. Incidente de uniformização de jurisprudência provido. (IUJEF 0000372-64.2008.404.7163, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora Susana Sbroglio Galia, D.E. 24/08/2010) Dessa maneira, deve ser revisado o salário-de-benefício do auxílio-doença precedente, com repercussão na pensão por morte. As parcelas são devidas desde o requerimento administrativo, respeitada a prescrição quinquenal conforme acima decidido, incidindo atualização monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês da citação. A partir de 01/07/2009, em virtude da lei 11.960/09, deverá ser substituído o índice de atualização monetária e juros de mora pelos mesmos critérios estabelecidos para remuneração da poupança integral, desde

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

quando devida cada parcela independentemente da data da citação, com capitalização mensal, na forma como restou preconizado nos julgamentos do RI nº 5003739-44.2011.404.7118 e do Incidente de Uniformização n. 0002477-47.2008.404.7055 (TRU 4ª Região, Relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo, decisão de 30/09/2011). A decisão da Turma Recursal assim proferida, no âmbito dos Juizados Especiais, é suficiente para interposição de quaisquer recursos posteriores. O prequestionamento é desnecessário no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Isso porque o Artigo 46 da Lei 9.099/95 dispensa a fundamentação do acórdão. Com isso, nos pedidos de uniformização de jurisprudência não há qualquer exigência de que a matéria tenha sido prequestionada. Para o recebimento de Recurso Extraordinário, igualmente, não se há de exigir, tendo em vista a expressa dispensa pela lei de regência dos Juizados Especiais, o que diferencia do processo comum ordinário. Todavia, se assim quer o recorrente, dou expressamente por prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes nos presentes autos, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal, respeitadas as disposições do art. 14, caput e parágrafos e art. 15, caput, da Lei nº 10.259, de 12.07.2001. A repetição dos dispositivos é desnecessária, para evitar tautologia. Importa destacar que 'o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema' (STJ, Resp 717265, DJ 12.03.2007, p. 239). Não há condenação do INSS no pagamento de honorários advocatícios, observado o disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ante o exposto, voto por dar provimento ao recurso da parte autora. [...]" 2. Em seu pedido de uniformização, requer a parte ré "que seja fixado o entendimento de que: a) o prazo decadencial estabelecido no art. 103 da Lei 8213/91 é plenamente aplicável ao caso em tela, uma vez que não pode ser interrompido ou suspenso; b) não houve a interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade/pensão por morte mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010; c) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez; d) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida". 3. O incidente de uniformização foi admitido na origem somente no que diz respeito à alegação de decadência, não tendo o requerente apresentado agravo da decisão. 4. No caso, entendo que as situações fático-jurídicas tratadas nos paradigmas indicados (EDcl no REsp 1309534 / RS e EDcl no REsp 1304433 / SC) não guardam similitude com a debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos pelo STJ versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de pensão por morte derivada de auxílio-doença. 5. Ademais, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado nos sentidos a seguir expostos: "[...] a pensão por morte e o benefício previdenciário do qual deriva são, de fato, benefícios atrelados por força do critério de cálculo de ambos, tão-somente. Mas são benefícios autônomos, titularizados por pessoas diversas que, de forma independente, possuem o direito de requerer a revisão de cada um deles, ainda que através de sucessores (pois a pensão por morte pressupõe, logicamente, o falecimento de seu instituidor), sendo que o prazo decadencial de revisão da pensão começa fluir a partir da data da concessão. [...]" (PEDILEF 200972540039637, Rel. JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 11/05/2012; PEDILEF 2008.50.51.001325-4, REL. JUIZ FEDERAL ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA, D.J. 27/06/2012) PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL.DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte-autora pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença. 2. O aresto combatido considerou que estava consumado o prazo decadencial para o exercício do direito à revisão de aposentadoria por invalidez, contado da data da concessão do auxílio-doença, por entender ser este o "benefício que efetivamente se busca revisar". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entenderam que o prazo decenal para a revisão de aposentadoria por invalidez conta-se data de concessão deste benefício, considerado autonomamente em relação ao auxílio-doença, do qual se originou. 4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante. 5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 6. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados. 7. Explico: 8. No acórdão recorrido, a 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença, sob o seguinte fundamento: "A controvérsia trazida pela parte autora encontra-se uniformizada no âmbito da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, nos seguinte termos: REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO QUANDO DECORRIDOS MAIS DE DEZ ANOS. 1. O prazo decadencial do direito de revisar é contado da data da concessão do benefício que efetivamente se busca revisar, seja ele originário ou derivado. 2. Tendo decaído o direito de revisar o benefício originário, não há possibilidade de revisão do benefício derivado, no caso de esta ser apenas reflexa da revisão do primeiro. 3. Recurso improvido. (5000341- 64.2012.404.7115, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012 - grifei). Dessarte, ressalvo meu posicionamento pessoal no sentido de que, em se tratando de dois benefícios previdenciários, um originário e outro derivado, os prazos deveriam ser contados de forma autônoma, para, nos termos da jurisprudência uniformizada, negar provimento ao recurso. (...) Dessa forma, mantenho a sentença recorrida e condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, e de custas, na forma da Lei, ficando a execução suspensa na hipótese de a parte autora ser beneficiária da AJG. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso da parte autora." 9. Nos casos paradigmas (2ª TR/BA, Processo nº 0017050-19.2010.4.01.3300, j. 08/07/2011; 3ª TR/SP, Processo nº 0596563120074036301, rel. Juiz Federal Danilo Almasi Vieira Santos, j. 14/05/2012), se decidiu que o prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença inicia-se da concessão do benefício atual (aposentadoria) e não do originário (auxílio-doença). 10. Entendeu-se nos precedentes que há, em tais casos, "a existência de duas lesões à esfera do segurado...a primeira decorrente da equivocada concessão do auxílio-doença e a segunda da igualmente errônea implantação da aposentadoria por invalidez" (2ª TR/BA) e "os reflexos da revisão são para o benefício atual e não o benefício originário" (3ª TR/SP). 11. Portanto, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/pedido de revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido contou-se a decadência da aposentadoria por invalidez; nos paradigmas entendeu-se do início do auxílio-doença. 12. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 13. Como visto, a controvérsia repousa sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, prazo este previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91: Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. 14. Os entendimentos divergentes podem ser assim resumidos: a) o prazo decadencial iniciar-se-ia quando da concessão do auxílio-doença, uma vez que a revisão da aposentadoria que se pretende constitui, na verdade, em revisão da Renda Mensal Inicial do auxílio-doença precedente; b) o prazo decadencial iniciar-se-ia da data da concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que as relações jurídicas referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez são autônomas, devendo ser consideradas separadamente. 15. Inicialmente, consigno que os entendimentos acima reportados terão aplicação conforme o caso concreto, não se excluindo, absolutamente, nenhuma das duas formas de contagem do prazo decadencial. 16. Conforme a matéria controversa, os fatos litigiosos e o objetivo perseguido pela parte-autora, haverá o cabimento de cada um dos termos iniciais do prazo de decadência. 17. Tal entendimento prevalece mesmo diante do reconhecimento da circunstância de que os benefícios em questão possuem naturezas distintas, constituindo relações jurídicas próprias, sujeitas a regramentos específicos. 18. É que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente. 19. Isto porque é a partir da constituição de uma dada e específica situação jurídica - que se pretende alterar com a ação revisional -, que tem início o prazo decadencial para revisá-la. 20. Assim, exemplificativamente, caso o segurado queira revisar o seu benefício de aposentadoria por invalidez em razão de o valor da RMI não corresponder a 100% do salário-de-benefício, a lesão ao direito ocorreu na concessão do benefício de aposentadoria, ainda que decorrente de auxílio-doença, motivo pelo qual, em tal hipótese, entendo que a contagem do prazo decenal iniciaria da data de concessão da aposentadoria. 21. Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo". 22. Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial. 23. Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença). 24. Tal entendimento é perfeitamente perceptível quando se examina os termos em que formulados a causa de pedir e o pedido pela parte-autora (ora requerente), conforme trechos que ora reproduzo (sem grifos no original): "A presente consiste na pretensão do recálculo do valor Auxilio doença da parte autora, buscando remediar ilegalidade cometida pela autarquia quando da concessão de seu beneficio. (...) Como se verá adiante, o benefício de auxilio doença foi equivocadamente calculado pelo INSS gerando uma redução nos valores pagos à parte Autora, tendo ainda gerado por conseqüência redução nos valores pagos em sua aposentadoria por invalidez e/ou pensão por morte. (...) Outra ilegalidade que se observa é que ao efetuar o cálculo do Salário-de-Benefício do(s) auxílio(s) doença, e, por conseqüência, da RMI da parte autora no respectivo beneficio, o INSS limitou-se a calcular a média aritmética simples dos salários de contribuição. (...) DO PEDIDO 4. Procedência da ação, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a: a) revisar o benefício previdenciário do autor revisando o PBC do auxílio-doença nº 114.845.928-3 do mesmo, devendo este ser recalculado conforme preceitua o artigo 29, inciso II, da Lei 8.213/91, bem como para recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do beneficio e da RMA; b)revisar a aposentadoria por invalidez nº 536.321.335-0 do autor, com base no novo cálculo do beneficio de auxilio doença, bem como recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do mesmo e da RMA." 25. Portanto, o alegado equívoco na constituição da relação jurídica previdenciária, que constitui o objeto da presente ação, ocorreu na concessão do auxílio-doença (ainda que seus efeitos prolonguem-se para o benefício derivado), de modo que a decadência (conforme nominada no art. 103 da Lei 8.213/91), em princípio, ter-se-ia consumado, ante o decurso de mais de dez anos entre a concessão do benefício e a data do ajuizamento da ação. 26. Todavia, há, quanto à matéria em questão, fato relevante a se considerar, qual seja, o reconhecimento administrativo do direito à revisão, pelo INSS, através do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que, em seu item 4.2, fixou serem "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-contribuição". 27. Resta claro, pois, o reconhecimento, pela Administração Previdenciária, do direito à revisão dos benefícios que levaram em conta para o cálculo de seus valores 100% do salário-de-contribuição no respectivo PBC (ao invés dos 80% maiores), ato administrativo este que beneficia indiscutivelmente o recorrente, mesmo tendo ingressado com a presente ação mais de dez anos após a concessão do auxílio-doença. Isso porque, conforme veremos, quando do reconhecimento do direito à revisão na esfera administrativa ainda não havia transcorrido o prazo decadencial. 28. Observe-se que o item 4.1 preceitua que "deve-se observar, inicialmente, se o benefício já não está atingido pela decadência, hipótese em que, com esse fundamento, não deve ser revisado", sendo evidente, portanto, que o ato administrativo de reconhecimento do direito não foi absoluto, excluindo os casos em que já se tinha operado a decadência. E não poderia ser diferente, na medida em que o art. 209 do Código Civil preceitua ser "nula a renúncia à decadência fixada em lei", estando a Administração Pública vinculada a tal preceito, ante o princípio da legalidade (art. 37 da CF/88). 29. A questão é que não se tratou, conforme evidenciado acima, de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência. 30. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 6 de maio de 2000, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15 de abril de 2010. 31. Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença, declarando-se, no caso concreto, o afastamento da decadência pelo reconhecimento administrativo do direito, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para novo julgamento, observada a premissa supra.Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. (PEDILEF 50155594420124047112, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 20/03/2015 PÁGINAS 106/170.) 6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido"). 7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização interposto.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006392-21.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALMIR DA SILVA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que deu parcial provimento ao recurso da requerente acerca de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009264-81.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VERA LUCIA DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO MORAES AZZI JUNIOR OAB: SC-18587
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a parte ora recorrente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal mostram-se inservíveis.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001892-24.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DORLY RAMOS LEMHCKULK
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO
OAB: PR-16794
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0057504-73.2008.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: CÍCERA PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: PAULO CÉSAR DA COSTA OAB: SP-195289
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que, na data do óbito, o falecido havia perdido a qualidade de segurado.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que o de cujus, na data do óbito, já não mais ostentava a qualidade de segurado do RGPS.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000664-11.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDIR DOS PASSOS
PROC./ADV.: JOEL VIDAL DE OLIVEIRA
OAB: PR-32353
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502543-46.2012.4.05.8107
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCA BENTO DA SILVA
PROC./ADV.:JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou a condição de segurada especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500808-42.2007.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ALOÍSIO AGINEU DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou parcialmente procedente o pedido e condenou a autarquia ao restabelecimento do benefício assistencial à parte autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Súmula 111, segundo a qual: "Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas."
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a Súmula 7/TNU dispõe que ""Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual".
Destarte, aplica-se, também, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503169-30.2010.4.05.8303
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:LUZIA FREIRE DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou a condição de segurada especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003839-06.2012.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA CONCEIÇAO SANTOS DE BARROS
PROC./ADV.: IVONE FERREIRA OAB: SP-228083
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a concessão de pensão por morte à parte autora.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando-se a ausência de refutação específica às razões da decisão ora impugnada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROIBIDA A IMPRENSA NACIONAL DE VENDER OU COMERCIALIZAR EXEMPLARES DESTE DIÁRIO SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0535783-34.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ LUCAS GOMES
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento do requisito da miserabilidade para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003923-96.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: ÉLIO JOÃO ANTUNES
OAB: PR-43890

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de desconstituição do débito previdenciário.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do Resp nº 1.350.804/PR, que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé, a quem é garantido o parcelamento do débito.
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501092-73.2013.4.05.8002
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: CRISTIANE FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à pessoa com deficiência.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
A TNU, por meio das Súmulas 47 e 80, pacificou o entendimento no sentido de que:
Súmula 47) Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez.
Súmula 80) Nos pedidos de benefício de prestação continuada (LOAS), tendo em vista o advento da Lei 12.470/11, para adequada valoração dos fatores ambientais, sociais, econômicos e pessoais que impactam na participação da pessoa com deficiência na sociedade, é necessária a realização de avaliação social por assistente social ou outras providências aptas a revelar a efetiva condição vivida no meio social pelo requerente.
Assim, o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência desta Turma Nacional, no sentido de que a incapacidade parcial ou leve não constitui óbice à concessão do benefício, porém, nestes casos, a incapacidade deve ser conjugada com a análise das condições pessoais da parte demandante.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização e, prosseguindo no julgamento, a ele dar provimento. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado e consequente análise das condições em comento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004033-82.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA LUCIA FERREIRA
PROC./ADV.: IZAÍAS LINO DE ALMEIDA. OAB: PR-23771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que, na data do óbito, a autora não ostentava a condição de filha maior inválida.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não ostentava a condição de filha maior inválida no momento do falecimento do de cujus apta a autorizar a prevalência da pensão por morte para além dos 21 anos de idade.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000142-08.2013.4.04.7018
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ISRAEL BRITO DE LIMA
PROC./ADV.: ALCIRLEY CANEDO DA SILVA OAB: PR 34.904
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurada especial da falecida.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a condição de segurada especial da falecida ao tempo do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0007865-70.2010.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:MARIA LIZETE DA ROCHA RIBEIRO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006695-73.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALDINA NUNES CORREA
PROC./ADV.: Gustavo Antonio Pereira Goulart OAB: SC-19171

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a aplicação do art. 1º-F da Lei n. 11.960/2009 (juros moratórios incidentes sobre condenações judiciais da Fazenda Pública).
É o relatório.
Verifico que a matéria se encontra sob análise no Pretório Excelso, por meio do RE 870947/SE (tema 810), o qual teve repercussão geral reconhecida pela Corte Suprema:
DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. TEMA 810. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento na Questão de Ordem 23/TNU e art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002786-88.2012.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA EVA SCHMOLLER
PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE OAB: PR-15022
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a condição de segurado do falecido ao tempo do óbito.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que, na data do óbito, o de cujus não ostentava a qualidade de segurado.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501310-31.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA AVANI LIMEIRA
PROC./ADV.: JOÃO COSME DE MELO OAB: RN-810
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção do Rio Grande do Norte.
A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988, sob o fundamento de que, de fato, não ocorreu a prescrição do fundo de direito, conforme dispõe a Pet 7.154/RO, porém, com o advento do Decreto-Lei 2.453/88 e da Lei 7.686/88, e em virtude da modificação na estrutura remuneratória dos servidores, houve incorporação do referido reajuste, de forma que inexiste direito ao pagamento de quaisquer diferenças.
Sustenta a parte requerente, primeiramente, que não há que se falar em prescrição, por se tratar de prestações sucessivas, o que enseja a constante renovação do prazo prescricional.
Aduz, ainda, que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide a Súmula 85/STJ na cobrança das diferenças referentes a 7/30 da URP dos meses de abril e maio de 1988, correspondentes ao índice de 3,77%. Assevera, por fim, não ter havido reposição da perda estipendiária nem absorção dessa perda pelos planos de carreira supervenientes.
É o relatório.
O presente incidente não merece prosperar.
De início, cumpre salientar que arestos oriundos de Tribunal Regional Federal e do Supremo Tribunal Federal não ensejam a admissão do incidente de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ademais, no que tange aos paradigmas do STJ, verifica-se que não há similitude fática. Isto porque os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido, eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores.
Destarte, incide, na espécie, a Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
No mesmo sentido, a TNU, no julgamento do PEDILEF 05058291720124058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu nos seguintes termos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. PARADIGMAS DO STF E DE TRF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo autor em face de acórdão que manteve sentença de improcedência do pedido, ao fundamento de que, em que pese a pretensão não esteja fulminada pela prescrição de fundo de direito, não há diferenças a serem recebidas no qüinqüênio que antecede o ajuizamento da ação porque os reajustes pleiteados foram incorporados pelos atos normativos posteriores que modificaram a estrutura remuneratória da carreira. 2. O requerente sustenta que o acórdão afronta a Súmula n° 85 do Superior Tribunal de Justiça, de modo que não haveria que se falar em prescrição de fundo de direito, mas apenas das parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecede à propositura da ação. Alega, ainda, que a tese da absorção ou reestruturação das carreiras se aplica apenas às perdas salariais, e não às perdas estipendiárias. 3. Os precedentes do Superior Tribunal de Justiça indicados como acórdãos paradigmas não guardam correspondência com o caso específico dos autos, registrando que em todos foi aplicado o entendimento da Súmula 85 do STJ. Os paradigmas apontados reconhecem, em suma, que não ocorre a prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Já o acórdão impugnado, conquanto reconheça a prescrição parcial, entendeu que, em razão da absorção e da modificação na estrutura remuneratória dos servidores e dado o considerável lapso temporal transcorrido (demanda ajuizada vinte e três anos após a cessação da URP), eventuais diferenças já teriam sido pagas, não havendo reflexos nos salários posteriores. 4. Quanto à influência da reestruturação de carreiras sobre as diferenças pleiteadas, o requerente apontou apenas acórdãos paradigmas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Não obstante, a admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal ou do STF. 5. Pedido não conhecido."
Assim, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005085-38.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARILENE ANTUNES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JELSON CARLOS ACCADROLLI OAB: RS-19127
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte à parte autora, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU, no sentido de que não é necessário início de prova material para a comprovação da união estável com segurado falecido, bastando a prova testemunhal.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte autora.
A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0010108-12.2009.4.01.4300, firmou o entendimento nos seguintes termos:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DE TRF E TJ. IMPRESTABILIDADE PARA COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA. PROVA DA UNIÃO ESTÁVEL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DESNECESSIDADE. ENTENDIMENTO DOMINANTE NO STJ E NA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº. 20, TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1 - Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que, dando provimento ao recurso inominado do INSS, julgou improcedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de não comprovação de união estável pela ausência de prova material.
2 - Julgados de TRF e de TJ não se prestam à condição de paradigma para comprovação de divergência de interpretação de direito material, uma vez que o pedido de uniformização nacional deverá ser fundado no dissídio jurisprudencial entre turmas de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça - STJ (art. 14, caput, § 2º da Lei nº. 10.259/2001).
3 - Apontados como paradigmas da divergência acórdãos da TNU e do STJ, a saber: PEDILEF 200470950074787, PEDILEF 200772950026520, REsp 783.697 e REsp 778.384, nos quais se afirmou a tese da inexigibilidade de início de prova material para a comprovação de união estável e consequente obtenção de pensão por morte.
4 - A jurisprudência dominante do STJ e desta TNU fixou a tese de que não é imprescindível prova material, mesmo que indiciária, para a comprovação tanto da convivência em união estável como da dependência econômica para fins previdenciários. Precedentes: REsp 783.697, Rel. Min. Nilson Naves, Sexta Turma, DJ: 09/10/2006, PEDILEF n.º 200538007607393, Rel. Juiz Federal José Antônio Savaris, DJ 01/03/2010.
5 - Possibilidade de comprovação da condição de companheiro por qualquer meio de prova em direito admitido, inclusive a exclusivamente testemunhal. Subsistência, no sistema processual brasileiro, dos princípios do livre convencimento motivado e da liberdade objetiva na demonstração dos fatos a serem comprovados (arts. 131 e 332 do CPC).
6 - Aplicação à espécie da Questão de Ordem nº. 20, desta TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito". - 2 -
7 - Incidente conhecido e parcialmente provido para, reafirmando a tese da desnecessidade de prova material para a comprovação da união estável, ANULAR o acórdão recorrido e devolver os autos à Turma Recursal de origem, para que examine os demais elementos de fato (depoimento pessoal e testemunhal), proferindo decisão adequada ao entendimento uniformizado.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001002-55.2012.4.04.7014
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LOURDES SALETE GEMPKA
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICH OAB: PR-25134
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se, inicialmente, que a parte ora recorrente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal mostram-se inservíveis.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ademais, constata-se que o paradigma apresentado não se presta à demonstração da divergência jurisprudencial, eis que meramente juntado sem a indicação da sua fonte, em desconformidade com a inteligência da Questão de Ordem 3 desta TNU, a saber: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0502748-49.2015.4.05.8502
ORIGEM:SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE:MARINALVA GONÇALO DOS SANTOS
PROC./ADV.:AGNALDO DOS SANTOS OAB: SE-4889
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou a qualidade de segurada especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5050675-59.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA JULIA RODRIGUES
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a parte ora recorrente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal mostram-se inservíveis.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0004608-95.2014.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:FRANCISCO JOSE DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.:VALDENOR ALVES GOMES OAB: RR-618
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010043-51.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PALMIRA FIRMINO MELLO
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO
OAB: PR-47606
PROC./ADV.: ADRIANA YAMAMOTO VASILEV
OAB: PR-60 589
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008591-45.2014.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DEJANIRA DE QUADROS
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICH OAB: PR-25134
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a parte ora recorrente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal mostram-se inservíveis.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ademais, constata-se que o paradigma apresentado não se presta à demonstração da divergência jurisprudencial, eis que meramente juntado sem a indicação da sua fonte, em desconformidade com a inteligência da Questão de Ordem 3 desta TNU, a saber: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0529096-07.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SEVERINA ALVES DE BARROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a renda familiar permite inferir a ausência do estado de miserabilidade.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:
"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).
4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.
5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.
6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.
7. Recurso Especial provido."
(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5042409-74.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RENATO LUIZ MICHELON
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
PROC./ADV.: ANNA LUIZA MARIMON OAB: RS-89930
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo manejado contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros de mora.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 855091/RS, com relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral. Confira-se:
"EMENTA TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA. ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 7.713/1988 E ART. 43, INCISO II, § 1º, DO CTN. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0006508-80.2013.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DEBORA SOARES DE MORAES OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN... OAB: SP-284549
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a revisão de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que o presente recurso não deve sequer ser conhecido. Isto porque suas razões estão dissociadas da lide trazida nos autos. Vejamos: Enquanto as instâncias ordinárias pela incompetência para julgar o feito, a parte requerente trouxe a discussão acerca litispendência com a Ação Civil Pública anteriormente ajuizada.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006813-64.2013.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA ENES OLIVEIRA DA FRANCA PEREIRA SANTOS
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN... OAB: SP-284549
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a revisão de benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que o presente recurso não deve sequer ser conhecido. Isto porque suas razões estão dissociadas da lide trazida nos autos. Vejamos: Enquanto as instâncias ordinárias pela incompetência para julgar o feito, a parte requerente trouxe a discussão acerca litispendência com a Ação Civil Pública anteriormente ajuizada.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001204-52.2014.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO NICOLAU VOLK
PROC./ADV.: KELLI ANNE KREMER OAB: RS-58699

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo manejado contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros de mora.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 855091/RS, com relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral. Confira-se:
"EMENTA TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA. ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 7.713/1988 E ART. 43, INCISO II, § 1º, DO CTN. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de Maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007902-87.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JACIRA LOCASTRE LOPES
PROC./ADV.: CAMILA M. TREVISAN DE OLIVEIRA OAB: PR-36511
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a condição de segurado do falecido ao tempo do óbito.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que, na data do óbito, o de cujus não mais ostentava a qualidade de segurado.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010995-64.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA HELENA PETRI SAMBATI
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO
OAB: PR-30452
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013474-53.2014.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VILMA INACIO DA SILVA
PROC./ADV.: HEIZER RICARDO IZZO
OAB: PR 31.839
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5029721-21.2014.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CAROLINA UCZENISKI
PROC./ADV.: VIRGINIA CLÁUDIA DA CRUZ FERNANDES SCHULTZ SZWESM
OAB: PR-22516
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5028759-66.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OZANE DE LARA GODOY E OUTROS
PROC./ADV.: ANTONIO MIOZZO OAB: PR-13246
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a condição de segurado do falecido ao tempo do óbito.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que, na data do óbito, o de cujus não mais ostentava a qualidade de segurado.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015579-09.2014.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MERCEDES DE ANGELIS SANTILLI
PROC./ADV.:CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA OAB:PR-65 997
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0032315-27.2011.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSÉ TOMÁS DE OLIVEIRA NETO
PROC./ADV.: LUCAS DI TULLIO GOMES BEZERRA OAB: BA-33112
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005137-54.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GIOVANI ALESSANDRA DE CAMPOS
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN... OAB: SP-284549
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão em benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0047766-78.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FILOMENA KUSDRA CANTELE
PROC./ADV.: VIRGINIA CLÁUDIA DA CRUZ FERNANDES SCHULTZ SZWESM
OAB: PR-22516
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002341-92.2011.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUIZA FABRIS BRICHI
PROC./ADV.: CIBELE NOGUEIRA DA ROCHA OAB: PR-30068
PROC./ADV.: SUELI SANDRA AGOSTINHO RODRIGUES BOTTA OAB: PR-30650

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute o pedido de revisão de renda mensal inicial.
É o relatório.
Inicialmente, observo que a parte requerente traz à colação aresto paradigma oriundo da Quarta Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Paraná.
Cabe frisar que arestos proferidos por turmas recursais da mesma região do acórdão impugnado não ensejam a admissão do incidente nacional de uniformização.
Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010231-78.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SONIA MARIA DO AMARAL
PROC./ADV.: DIEGO DE LAZARI OAB: PR-53577
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a condição de companheira dependente do falecido.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a união estável com o segurado instituidor ao momento do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003761-51.2013.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GISLENE APARECIDA LOPES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN... OAB: SP-284549
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão em benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519610-56.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSEFA DIAS DA SILVA
PROC./ADV.: GENER DE SOUZA SERRALVA RODRIGUES OAB: PE-26798
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002101-67.2014.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS SALOMÃO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN... OAB: SP-284549
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade revisão em benefício previdenciário concedido à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501175-88.2015.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOÃO LUIZ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000720-86.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSÉ VAMBERTO BORBA JACOBSEN
PROC./ADV.: NELSON CLECIO STOHR OAB: RS-25716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de que não restou comprovada a qualidade de segurada especial da falecida.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Recursal a quo, com base no acervo fático-probatório da lide, concluiu que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a condição de segurada especial da falecida ao tempo do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500205-61.2015.4.05.8312
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VIRGINIA JOSEFA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DANIELLE VIEIRA SANCHES
OAB: PE-29141

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Regional a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502776-75.2014.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: Lucilene Martins Alves
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
OAB: CE-12049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de benefício de pensão por morte à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013190-17.2010.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CÂMARA
OAB: TO-3058
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003706-41.2011.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: MARIA DOLORES ARAÚJO
PROC./ADV.: ANNETTE DIANE RIVEROS LIMA OAB: TO-3066
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a parte ora recorrente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos oriundos de Tribunal Regional Federal mostram-se inservíveis.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0523616-61.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA LUCIREIDE MACIEL MAIA
PROC./ADV.:FRANCISCO CORDEIRO ÂNGELO OAB: CE-22693
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511919-77.2012.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
REQUERENTE:MARIA ELIONETE DE FREITAS E OUTROS
PROC./ADV.:MARCO ANTONIO VIEIRA COSTA FERNANDES OAB: CE-11842

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ainda que assim não fosse, as instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0505073-20.2012.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A):FRANCISCO KAUÃ CHAVES DE LIMA
PROC./ADV.:JOSÉ ANTENOR SARAIVA OAB: CE-18 335
PROC./ADV.:VANDO SANTIAGO DE SOUSA OAB: RN-7 084

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido e condição de dependente da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503460-02.2011.4.05.8107
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOÃO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.:FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO DIÓGENES OAB: PB-12197
PROC./ADV.:KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE-17762
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511861-97.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTÔNIA MARTINS DE FARIAS LIMA
PROC./ADV.:CÍCERA EGUINALDA GOMES LINS OAB: CE-16831
PROC./ADV.:FRANCISCO EDGAR DA SILVA OAB:CE-16991
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ainda que assim não fosse, as instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0009620-71.2006.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:ANTONIO OLIVEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.:JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA OAB: RR 368
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503989-16.2014.4.05.8107
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTÔNIA DA CONCEIÇÃO LIMA BEZERRA
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido e condição de dependente da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0509506-82.2012.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTÔNIO JOSÉ PAIVA SILVA
PROC./ADV.:VALÉRIA MAGALHÃES OAB:CE-10965
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, tendo sido analisado todo o caderno fático-probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da qualidade de dependente do autor com a falecida, sendo indevido o benefício previdenciário.
Na ausência de prova material, buscam-se outros meios de comprovação de tal qualidade, no caso dos autos foi colhida a prova oral, onde a testemunha não foi suficiente para o convencimento do magistrado, já que se quer soube indicar de pronto o nome da falecida.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503850-51.2015.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MIRIAM LOURENÇO DA SILVA FREIRE
PROC./ADV.:MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB:CE-7576
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a legitimidade para autora para renunciar à aposentadoria do de cujus, afim de aumentar o benefício que recebe.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, os paradigmas apresentados são oriundos de Tribunais Regionais Federais - TRF.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502112-78.2013.4.05.8106
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:PEDRO ARAUJO LIMA
PROC./ADV.:ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB:CE-4072
PROC./ADV.:TALITA DIÓGENES FREIRE OAB: CE-23270
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503125-27.2013.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA AUXILIADORA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:HIACY GWIMEL QUEIROZ DE FIGUEIREDO OAB:CE-21 762

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido e condição de dependente da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0520174-53.2014.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANA MARIA LIMA DA SILVA
PROC./ADV.:MARCO ANTÔNIO VIEIRA COSTA FERNANDES OAB: CE-11842
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0512594-63.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA DE JESUS DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.:AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB:CE-9436
PROC./ADV.:CATARINE DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-28581
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, sob o fundamento de nulidade do acórdão, por ser genérico.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a TNU, por meio do PEDILEF n. 05069407720094058100, firmou orientação no sentido de que:
"EMENTA/VOTO PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO QUE MANTÉM SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO INCIDENTE, APTO, POR SI SÓ, A ANCORAR O DECRETO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Este Colegiado tem anulado acórdãos genéricos que violam o constitucional direito de obtenção de uma manifestação jurisdicional que veicule adequada fundamentação, exigida pelo inciso IX do art. 93 da Carta Constitucional. Esta pecha não alcança, no entanto, acórdãos que confirmam sentenças por seus próprios e suficientes fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95, eis que tal confirmação equivale a uma encampação das razões de decidir. Hipótese dos autos, na qual o acórdão mantém incólume a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria rural por idade. 2. Ocorre que a sentença de improcedência, longe de desprezar a documentação colacionada aos autos, afastou a pretensão da autora por verificar contradição entre o seu depoimento pessoal e o de sua testemunha, relativamente à data na qual teria havido o encerramento do labor rural. A testemunha informou que a autora trabalhou no meio rural até 2001, sendo que a partir daí parou de se dedicar ao labor e passou a viver do benefício de pensão deixado por seu marido. Não houve pois demonstração de trabalho no campo até a data do implemento da idade mínima necessária à concessão do benefício vindicado. 3. Como se vê, o decisum recorrido ancora-se em dois fundamentos e o incidente proposto ataca apenas um deles. Conquanto o primeiro fundamento do julgado - ausência de início de prova material - seja questionado no presente incidente, o segundo fundamento, relativo à contradição da prova testemunhal restou sem irresignação, situação que por si só justifica a manutenção do decreto de improcedência do pedido. 4. As razões do incidente não abrangem todos os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, à espécie, a aplicação da questão de ordem n. 18 desta Turma Nacional, que estabelece ser inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles. 5. Incidente não conhecido."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0524892-30.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA LUCIA DA SILVA FREITAS
PROC./ADV.:MARCILIO LELIS PRATA OAB:CE-24 530
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ainda que assim não fosse, as instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009048-35.2012.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: JOSE DE NAZARE BRAGA ALVES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de concessão de pensão por morte, que foi julgado improcedente, o que foi mantido pela Turma Recursal a quo.
Inconformada, a parte ora requerente formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.
Inadmitido o incidente, a parte autora interpôs, equivocadamente, agravo para a Turma Nacional.
Desse modo, tendo em vista esta TNU não ser competente para o julgamento do feito, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.
Ministro OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0026192-16.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA MIUZA OLIVEIRA ALVES ROCHA
PROC./ADV.: WEVERTON MATHIAS CARDOSO OAB: SP-251209
PROC./ADV.: FERNANDA PASQUALINI OAB: SP-257886
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a dependência econômica em relação ao falecido.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a sua dependência econômica em relação ao de cujus.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502580-81.2014.4.05.8308
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: GEOVANY GALDINO SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO SILVA SANT ANA OAB: PE-32628
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos contra decisão que inadmitiu os incidentes de uniformização nacional suscitados por ambas as partes, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
Os presentes recursos não comportam provimento.
No que tange ao incidente interposto pelo INSS, sustenta o requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do Resp nº 1.350.804/PR, que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé, a quem é garantido o parcelamento do débito.
No entanto, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Em relação ao incidente interposto pela parte autora, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (miserabilidade).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011600-07.2012.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO BATISTA DE ANDRADE OAB: PR-67135
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito do cumprimento do período de carência pela parte autora.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003133-45.2013.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSE ADAO MIGUEL DOS SANTOS
PROC./ADV.: ADEMAR JORGE METZ OAB: RS-24916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0005309-03.2007.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:LINDOMAR MORAES DE ANDRADE
PROC./ADV.:JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA OAB: RR 368
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou a condição de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0007147-73.2010.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):DARLETE PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.:JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA OAB: RR 368

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5052468-58.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALISSON DIONATAN DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LAURA NORMELIA FEIJÓ OAB: RS-28 126
REQUERENTE: JANETE FRANTZ
PROC./ADV.: LAURA NORMELIA FEIJÓ OAB: RS-28 126
REQUERENTE: QUILMAIR MILMAN DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LAURA NORMELIA FEIJÓ OAB: RS-28 126
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que, no momento do óbito, o falecido não mais ostentava a qualidade de segurado.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que o falecido não apresentava qualidade de segurado quando do seu falecimento.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505800-28.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO EDIVAN DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito qualidade de segurado rural pela parte autora.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0006009-76.2007.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:ANA ALVES DE ANDRADE
PROC./ADV.:JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA OAB: RR 368
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou exercício de labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007902-88.2010.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: LUIZA PEREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: DINALVA MARIA BEZERRA COSTA
OAB: TO 1182
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5042799-19.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO DE SOUZA
PROC./ADV.: AFONSO BUENO DE SANTANA OAB: PR-31780
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, o paradigma apresentado é oriundo de Turma Recursal pertencente à mesma região da decisão combatida.
Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502808-40.2015.4.05.8302
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUAREZ PAULINO DE CARVALHO
PROC./ADV.: BERTONIO FEITOSA DA SILVA
OAB: PB-13501

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0005575-24.2006.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:RAIMUNDO PEREIRA LIMA
PROC./ADV.:JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA OAB: RR 368
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou exercício de labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502180-75.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ASSUNÇÃO MOURA DE FREITAS
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ademais, acerca da alegada necessidade de análise das condições pessoais da parte, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0015452-34.2013.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEIDE DA SILVA GOMES
PROC./ADV.: ADILCE PEREIRA DO AMARAL
OAB: AM-6513

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Regional a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0013805-21.2007.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:LUZIA PASCUINELI PAIÃO
PROC./ADV.:JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA OAB: RR 368
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou exercício de labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502738-57.2014.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA FRANCISCA DE ASSIS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA...
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito do cumprimento do período de carência pela parte autora.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501701-82.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CELIA MARIA BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: JOANA DARC MEDINA OAB: CE-9628
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5049370-40.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CHAYANE MEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DANIELA BITTENCOURT LOPES DA SILVA OAB: PR-29426
REQUERIDO(A): MARCOS FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: DANIELA BITTENCOURT LOPES DA SILVA OAB: PR-29426

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que os autores fazem jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que restaram comprovados os requisitos exigidos pela legislação de regência.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5014417-50.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: VALDIR CORREA
PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES
OAB: PR-19887
REQUERIDO (A): OS MESMOS
PROC./ADV.: OS MESMOS

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que, de fato, não fora apreciado o agravo destinado à Turma Regional de Uniformização.
Desse modo, torno sem efeito a decisão anterior e determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500089-60.2015.4.05.9830
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DA GUIA DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que denegou a segurança, sob o fundamento de que o mandado de segurança não constitui instrumento processual adequado para impugnação de decisão que reconhece a deserção do recurso inominado.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, ao argumento de ser cabível o mandado de segurança em face de decisão judicial teratológica e pleiteia o deferimento da gratuidade da justiça.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a TNU, no julgamento do PEDILEF 0500097-12.2012.4.05.9840, assim dirimiu a controvérsia, in verbis:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA. INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400.
2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas.
3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade.
6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem.
7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
10. Pedido de uniformização não conhecido.
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a questão de ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5018777-91.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOANA HALUCH
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO BALILA OAB: PR-53010

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de desconstituição do débito previdenciário, referente ao período 15/04/1998 a 28/06/2012, ao fundamento de que foram recebidos de forma simultânea pela parte autora os benefícios de amparo previdenciário por invalidez e pensão por morte.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu de diversos arestos proferidos no julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, que, ao contrário, decidiram pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé, a quem é garantido o parcelamento do débito.
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500594-58.2015.4.05.8308
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO SANTOS
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a condição de companheira dependente do falecido.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a união estável com o segurado instituidor ao momento do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001815-75.2013.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): MARIA EUGENIA TATSCH DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LEONARDO DOLFINI AUGUSTO OAB: PR-28799
PROC./ADV.: ANTONIO AUGUSTO SOBRINHO OAB: PR-37327

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Recursal a quo, com base no acervo fático-probatório da lide, concluiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que restaram comprovados os requisitos exigidos pela legislação de regência.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015330-52.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL BRASIL LIMA
PROC./ADV.: FERNANDO B. MACHADO OAB: RS-44578
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito do cumprimento do período de carência pela parte autora.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0004715-76.2013.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA SOCORRO DE SOUSA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009128-46.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JEFFERSON LUIZ GONÇALVES
PROC./ADV.: DÉBORA CRISTINA SCHAFRANSKI BROGLIO OAB: PR-37898
AGRAVADO(A): JOÃO HENRIQUE GONÇALVES DE LIMA
PROC./ADV.: DÉBORA CRISTINA SCHAFRANSKI BROGLIO OAB: PR-37898
REPRESENTANTE LEGAL: TERESINHA DE JESUS RODRIGUES
PROC./ADV.: DÉBORA CRISTINA SCHAFRANSKI BROGLIO OAB: PR-37898

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a presunção, se absoluta ou relativa, do requisito da miserabilidade, quando a renda mensal per capita verificada é inferior ao patamar legal (1/4 do salário mínimo vigente).
Sustenta a parte requerente que tal presunção não tem caráter absoluto, mas relativo, tendo em vista que, ainda que se comprove o enquadramento objetivo da renda mensal familiar no parâmetro legal, à luz das provas contidas nos autos, é possível se concluir pela inexistência da situação de risco social ou miserabilidade que justifique a concessão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5000493-92.2014.4.04.7002, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. O CRITÉRIO OBJETIVO DE RENDA INFERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO NÃO EXCLUI A UTILIZAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA PARA AFERIÇÃO DA CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO REQUERENTE E DE SUA FAMÍLIA. INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE MISERABILIDADE, NOS TERMOS DA MAIS RECENTE JURISPRUDÊNCIA DESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 020 DESTE COLEGIADO. CONSECTÁRIOS LEGAIS. INCIDÊNCIA DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. INCIDENTE FORMULADO PELO INSS E CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (art. 17, incisos I e II, do RITNU)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 1.036 do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização e, prosseguindo no julgamento, a ele dar provimento. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e análise das condições sociais da parte, no caso concreto.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5038819-55.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIS FERNANDO LOW
PROC./ADV.: FERNANDO B. MACHADO OAB: RS-44578
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria por idade rural à parte autora.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002830-64.2013.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): DANIEL BOAVA DA SILVA
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE DIAS ÁVILA OAB: PR-27386
PROC./ADV.: ILSON GOMES FERREIRA OAB: PR-39107
AGRAVADO(A): DANIELLE BOAVA DA SILVA
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE DIAS ÁVILA OAB: PR-27386
PROC./ADV.: ILSON GOMES FERREIRA OAB: PR-39107
AGRAVADO(A): ORLEI BOAVA DA SILVA
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE DIAS ÁVILA OAB: PR-27386
PROC./ADV.: ILSON GOMES FERREIRA OAB: PR-39107
AGRAVADO(A): ROSELI MONTEIRO BOAVA
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE DIAS ÁVILA OAB: PR-27386
PROC./ADV.: ILSON GOMES FERREIRA OAB: PR-39107
AGRAVADO(A): VANDERLEI BOAVA DA SILVA
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE DIAS ÁVILA OAB: PR-27386
PROC./ADV.: ILSON GOMES FERREIRA OAB: PR-39107

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que os autores fazem jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que restaram comprovados os requisitos exigidos pela legislação de regência.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501778-77.2014.4.05.8310
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSEFA MARIA ALVES
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência, interposto contra acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que não conheceu do recurso da parte, em razão de sua deserção.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No tocante à alegação de que a parte faz jus à justiça gratuita, entendo que tal análise não pode ser feita no âmbito desta TNU, uma vez que se trata de matéria de cunho eminentemente processual, o que enseja a aplicação da Súmula 43/TNU, a qual dispõe que: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
Ademais, no que tange ao mérito, verifico que o acórdão recorrido não o examinou da demanda, em razão da ausência de preparo. Sendo assim, observo que o acórdão recorrido não se manifestou acerca da tese trazida pela requerente, motivo pelo qual incide na hipótese a Questão de Ordem n. 35/TNU: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 8º, VIII c/c 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010591-76.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): ZENAIDE DOS SANTOS OLIVEIRA
PROC./ADV.: SERGIO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS OAB: PR-64256

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que restaram comprovados os requisitos exigidos pela legislação de regência.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500177-20.2015.4.05.8304
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE DA SILVA SOUZA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam haver comprovação da qualidade de segurado especial da falecida e condição de dependente da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500100-05.2015.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MÁRIA NELY DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, ao fundamento de que não restou comprovada a condição de companheira dependente do falecido.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não restou comprovada a união estável com o segurado instituidor ao momento do óbito.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003684-43.2013.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FLORDEMIRA DE JESUS ALVES
PROC./ADV.: NEUSA FORNACIARI MARTINS OAB: PR 20.251

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Recursal a quo, com base no acervo fático-probatório da lide, concluiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que restaram comprovados os requisitos exigidos pela legislação de regência.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003718-98.2005.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLEIDE RODRIGUES CESARIO
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR
OAB: SP-128366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou a pensão por morte.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido, tendo em vista não ter sido comprovada a dependência econômica.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001099-64.2011.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:RAIMUNDO NUNES FERREIRA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou exercício de labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002824-91.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CLEUSA PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
OAB: PR-18139
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que a parte autora não comprovou a sua condição de segurada especial.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual o início de prova material não precisa ser contemporâneo a todo o período de carência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É o relatório.
Assiste razão à parte requerente.
A TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005924-06.2011.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA NERCY BIAZIN
PROC./ADV.: ELISÂNGELA ALONÇO DOS REIS OAB: PR-30958
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade rural à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito do cumprimento do período de carência pela parte autora.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004251-98.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADÃO ADAIR DE ANDRADE
PROC./ADV.: JELSON CARLOS ACCADROLLI OAB: RS-19127
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição com averbação de período laborado em atividade rural à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito do cumprimento do período de carência pela parte autora.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500606-87.2015.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: IVANILDO ALÍPIO DE SOUSA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006834-56.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSALIA SCHNEIDER
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO ASSAD RUPP OAB: SC-9986

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de desconstituição do débito previdenciário, ao fundamento de se tratar de verba alimentar recebida de boa-fé.
Sustenta a requerente que o acórdão impugnado, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiria do entendimento firmado pelo STJ, segundo o qual o pagamento a maior ao segurado pode ser descontado pela autarquia previdenciária, independentemente, da boa-fé ou não do mesmo.
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância.
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0005303-20.2012.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:IRACI PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou exercício de labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017661-07.2014.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDO RODRIGUES DE CARVALHO
PROC./ADV.: HEIZER RICARDO IZZO . OAB: PR-31839
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte à parte autora.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004580-38.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEIDE FERREIRA DE SOUZA E OUTROS
PROC./ADV.:ANTONIO DE JESUS FILHO OAB: PR-13362

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecida e condição de dependente da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001283-10.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEUZA FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.:CAMILA M. TREVISAN DE OLIVEIRA OAB: PR-36511

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido e condição de dependente da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009609-59.2013.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DUZILDA VASCONSELOS
PROC./ADV.: ODAIR JOSÉ STAUB OAB: PR-61773

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Recursal a quo, com base no acervo fático-probatório da lide, concluiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que restaram comprovados os requisitos exigidos pela legislação de regência.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003330-30.2012.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOÃO DE SOUSA RAMOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte comprovou o labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500222-46.2014.4.05.8308
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO POCIDÔNIO DA SILVA
PROC./ADV.: RAFAEL ANTONIO CAVALCANTI OAB: PE-29684

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido e condição de dependente da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003818-29.2005.4.01.4200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE:RAUL SODRE DE VASCONCELOS
PROC./ADV.:WINSTON RÉGIS VALOIS OAB: RR-482
PROC./ADV.:JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA. OAB: RR-0368
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou exercício de labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0006944-90.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZABET DE OLIVEIRA BATISTA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS NASSER OAB: SP-23445

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pleito de aposentadoria rural por idade.
Decido.
O aresto exarado na origem negou o pleito ante a ausência de provas da condição de rurícola.
Confira-se: Analisando a documentação acostada, entendo que a parte autora não apresentou qualquer documento que pudesse servir como início de prova material do exercício da atividade rural.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000637-64.2012.4.01.4300
ORIGEM:TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE:JOSE CARNEIRO DE MORAIS
PROC./ADV.:ANNETE DIANE RIVEROS LIMA OAB: TO-3066
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou exercício de labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513931-84.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUDITE APOLIANO GOMES
PROC./ADV.: JOÃO RAFAEL BEZERRA FELIZOLA TORRES OAB: CE-26098

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Recursal a quo, com base no acervo fático-probatório da lide, concluiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que restaram comprovados os requisitos exigidos pela legislação de regência.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006953-60.2012.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIANA DE FREITAS PEREIRA
PROC./ADV.: CONCEIÇÃO CONDE GUIMARÃES OAB: RS-67 696

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, determinou a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição em favor do servidor público requerido, convertendo em comum o período especial prestado sob a égide do Regime Geral de Previdência Social.
Sustenta a autarquia requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual não é cabível a averbação do tempo de serviço acrescido junto ao serviço público.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A TNU, através do PEDILEF 2009.71.50.014760-3, entendeu ser possível a "utilização em regime próprio de previdência de tempo de serviço reconhecido como especial e convertido em tempo comum enquanto o segurado exercia atividade vinculada ao Regime Geral da Previdência Social".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0004602-88.2014.4.01.4200
ORIGEM:RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE:MARIA HELENA DE SOUSA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.:VALDENOR ALVES GOMES OAB: RR-618
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou exercício de labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005780-45.2014.4.03.6325
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PEDRO CAMENFORTE RIBAS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK. OAB: SP-263146
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de aplicação das Emendas Constitucionais 20 e 41 àqueles casos em que o benefício fora concedido no período conhecido como "buraco negro".
É o relatório.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500559-04.2015.4.05.8307
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ ETEVALDO BERNARDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLOVIS ANAGÊ NOVAIS DE ARAÚJO FILHO OAB: PB-13851
PROC./ADV.: RICARDO MADRUGA COELHO NOVAIS OAB: PB-16 730
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito do cumprimento do período de carência pela parte autora.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007285-79.2006.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: PLÍNIO ALBERTO PEREIRA
PROC./ADV.: JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA OAB: RR 368
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, o qual julgou improcedente o pedido de restabelecimento da aposentadoria por tempo de contribuição.
Na oportunidade, a parte, em suas razões, junta paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais e do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
É cediço que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turma Recursal da mesma região, do Supremo Tribunal Federal, de Tribunal Regional Federal, Tribunal Eleitoral ou do Trabalho, não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ainda que assim não fosse, discussão acerca de cerceamento de defesa não pode ser feita no âmbito desta TNU, diante do óbice imposto pela Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011485-56.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA ZATELLI STOLF
PROC./ADV.: EVAIR FRANCISCO BONA OAB: SC 9.562

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a existência ou não do fenômeno da decadência no caso concreto, em que o suposto "direito ao melhor benefício" não foi objeto de apreciação pela Administração.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016691-47.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ MARIA CALIXTO
PROC./ADV.: HAMILTON ANTONIO DE MELO OAB: PR 11323
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pelo STF acerca dos juros de mora.
A parte embargante alega a ocorrência de omissão na decisão embargada quanto ao incidente de uniformização da parte autora, no qual se pleiteia que o benefício seja concedido desde o requerimento administrativo.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
De fato, constato a existência de erro material na decisão que não apreciou o recurso da parte autora quanto à DIB do benefício concedido, razão pela qual passo à sua análise.
O presente recurso não comporta provimento.
Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:
a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);
b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);
c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).
d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 501723172009405850O).
In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, sendo irretocável o acórdão impugnado.
Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, acolho os embargos para, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, negar provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500995-82.2014.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: RENATO EMANUEL FERREIRA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que cumpriu os requisitos para a concessão do benefício.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0053765-87.2011.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
EMBARGANTE: ALEX GOMES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que cumpriu o requisito da miserabilidade visando a concessão do benefício.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500868-55.2015.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: MARIA DO CARMO AELXANDRINO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4007
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que deu provimento ao agravo da autarquia para determinar a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado e análise das condições pessoais da parte, além do critério de ¼ do salário mínimo para aferição da renda per capita no caso concreto.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que cumpriu o requisito da miserabilidade visando a concessão do benefício.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Não merece reparos a decisão embargada, pois discute-se qual o critério legal adotado para a aferição da miserabilidade, se a renda per capita de ¼ ou ½ do salário mínimo, bem como a ausência de análise das condições pessoais para tal análise.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519127-26.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: IZABEL XAVIER DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVAOAB: PE 573
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que há presunção absoluta de miserabilidade quando a renda per capita for inferior a ¼ do salário mínimo.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500044-25.2013.4.05.8311
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: AMANDA MARIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVAOAB: PE 573
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a análise do critério aplicado para a aferição de sua renda per capita.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508625-08.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: KEILA LIMONGI DE SOUSA MORAIS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4007
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a análise do requisito da miserabilidade visando a concessão do benefício pleitado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições sócio-econômicas, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500137-35.2015.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: FRANCISCA SANTANA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN 560-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a análise do requisito da miserabilidade visando a concessão do benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições sócio-econômicas, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513075-05.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: ANTÔNIO DAMÁSIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN 560-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a análise do requisito da miserabilidade visando a concessão do benefício pleiteado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições sócio-econômicas, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501707-49.2012.4.05.8309
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIA LIMA PEREIRA
PROC./ADV.: GLEIFSON LOPES PIRES OAB: PE-23573

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a aplicação do art. 1º-F da Lei n. 11.960/2009.
É o relatório.
Verifico que a matéria se encontra sob análise no Pretório Excelso, por meio do RE 870947/SE (tema 810), o qual teve repercussão geral reconhecida pela Corte Suprema:
DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. TEMA 810. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento na Questão de Ordem 23/TNU e art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509176-14.2014.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: RAIMUNDA BARBOSA CARNEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que há presunção absoluta de miserabilidade quando a renda per capita for inferior a ¼ do salário mínimo.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501632-18.2009.4.05.8308
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ ITAMAR DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a aplicação do art. 1º-F da Lei n. 11.960/2009.
É o relatório.
Verifico que a matéria se encontra sob análise no Pretório Excelso, por meio do RE 870947/SE (tema 810), o qual teve repercussão geral reconhecida pela Corte Suprema:
DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. TEMA 810. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento na Questão de Ordem 23/TNU e art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0027103-91.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA FARIA
PROC./ADV.: ANTÔNIO PAULINO DA SILVA JÚNIOR OAB: SP-264684
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem acerca da aplicação do art. 1º-F da Lei n. 11.960/2009 (juros moratórios incidentes sobre condenações judiciais da Fazenda Pública).
É o relatório.
Verifico que a matéria se encontra sob análise no Pretório Excelso, por meio do RE 870947/SE (tema 810), o qual teve repercussão geral reconhecida pela Corte Suprema:
DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. TEMA 810. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento na Questão de Ordem 23/TNU e art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002899-78.2013.4.04.7210
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:ROQUE SEMILDO VOGT
PROC./ADV.:CARLOS BERKENBROCK OAB:SC-13520
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute revisão de aposentadoria por tempo de contribuição.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501800-49.2015.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LÍVIA PINHEIRO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REPRESENTANTE LEGAL: TASSIANA PINHEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513710-29.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DOMINGOS SÁVIO AGAPITO DE SÁ
PROC./ADV.: LEONARDO DA COSTA OAB: AC-3584

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum correto, nos seguintes termos:
Trata-se, na origem, de pedido de repetição de indébito de imposto de renda pessoa física - IRPF incidente sobre valores atrasados recebidos administrativamente pela parte autora, que foi julgado parcialmente procedente, o que foi mantido pela Turma Recursal a quo.
Inconformada, a parte ora requerente formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.
Inadmitido o incidente, a Fazenda Nacional interpôs, equivocadamente, agravo para a Turma Nacional.
Desse modo, tendo em vista esta TNU não ser competente para o julgamento do feito, em razão da ausência de incidente nacional de uniformização, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.
Ministro OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501028-61.2012.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERALDA MARIA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluiu que a ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário pleiteado, tendo em vista a ausência de comprovação do requisito da miserabilidade exigida para a concessão do benefício assistencial.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501262-69.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
EMBARGANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO (A): SOLON GUIMARÃES CARVALHO JÚNIOR
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOSOAB: BA 19557

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência das Questões de Ordem 10 e 22, ambas da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto as matérias de ordem pública devem ser revistas a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, que negou seguimento ao incidente, tendo em vista que a tese relativa à interrupção da prescrição não foi debatida no acórdão recorrido, razão pela qual incide, à espécie, a Questão de Ordem 10/TNU, e também por não haver similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido, porquanto as bases fáticas são distintas, o que atrai o óbice da QO 22/TNU.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.50.50.006317-6
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
EMBARGANTE: DAIANA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação da miserabilidade por outros meios.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e contexto socioeconômico, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006362-56.2010.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
EMBARGANTE: ANTÔNIO DE OLIVEIRA PINTO
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP 90916
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que não conheceu do agravo regimental interposto, por sua vez, contra decisão negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto o juízo a quo deixou de exercer o juízo de retratação.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível a decisão embargada, porquanto o juiz da Turma Recursal de origem deixou de exercer o juízo de retratação para manter o acórdão proferido anteriormente, determinando a remessa dos autos a esta TNU.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503030-05.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: MARCELO NIGUEIRA PACHECO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: RN 560-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que cumpriu o requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e contexto socioeconômico, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500223-28.2014.4.05.8309
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: JOSICLÉCIO BARROS DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que cumpriu o requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e contexto socioeconômico, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500382-07.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: ARTHUR HENRIQUE FEITOSA BRAGA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que cumpriu o requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e contexto socioeconômico, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505407-06.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LIDIANE PAULINO DA SILVA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Terceira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, com base no caderno fático-probatório dos autos, entendeu não haver comprovação da qualidade de segurada especial da autora, sendo indevido

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

o benefício previdenciário, porquanto a "prova oral produzida não apresentou credibilidade para corroborar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507375-48.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: JOSÉ CARLOS DE MOURA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro/contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que cumpriu o requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e contexto socioeconômico, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501712-94.2009.4.05.8303
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: TIAGO DO NASCIMENTO ALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluiu que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário pleiteado, tendo em vista a ausência de comprovação do requisito da miserabilidade exigida para a concessão do benefício assistencial.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5000493-92.2014.4.04.7002, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. O CRITÉRIO OBJETIVO DE RENDA INFERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO NÃO EXCLUI A UTILIZAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA PARA AFERIÇÃO DA CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO REQUERENTE E DE SUA FAMÍLIA. INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE MISERABILIDADE, NOS TERMOS DA MAIS RECENTE JURISPRUDÊNCIA DESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 020 DESTE COLEGIADO. CONSECTÁRIOS LEGAIS. INCIDÊNCIA DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. INCIDENTE FORMULADO PELO INSS E CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (art. 17, incisos I e II, do RITNU)
Conclui-se, assim, que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta TNU, no sentido de que inexiste presunção absoluta do requisito da miserabilidade, sendo necessária a análise da condição socioeconômica da parte por meio de outros meios de prova.
Desse modo, incide a Questão de Ordem 13/TNU "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502150-75.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CAETANO ALVES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de pensão por morte à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, com base no contexto fático-probatório da lide, concluiu que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário pleiteado, tendo em vista não restou comprovada a dependência econômica em relação ao de cujus.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509108-72.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: DANIELLY RODRIGUES CORDEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que cumpriu o requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e contexto socioeconômico, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0526865-07.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: JANDERSON MUNIZ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a apreciação de matéria de direito, no sentido de que comprovou o cumprimento do requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503056-95.2009.4.05.8308
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: DOUGLAS DA SILVA BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a apreciação de matéria de direito, no sentido de que comprovou o cumprimento do requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0507187-44.2012.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MARIA JOSÉ FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.:DAVID SARMENTO CÂMARA OAB: PB-11227
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500858-67.2013.4.05.8204
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MARIA JOSÉ ADELAIDE
PROC./ADV.:JOSÉ ALBERTO E. DA SILVA OAB: PB-10248
PROC./ADV.:ANNA KARINA MARTINS S. REIS OAB: PB-8266
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0505754-68.2013.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MARIA DE FÁTIMA TARGINO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500025-04.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA TEODORICO DOS ANJOS
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE-22693
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que negou provimento ao pedido de concessão de aposentadoria rural, por não comprovação de labor rural pelo tempo de carência necessário.
É o relatório.
A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada, porquanto a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503927-22.2013.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MARIA DA GUIA SILVA
PROC./ADV.:MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB:PB-11662-B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada, porquanto a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ademais, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade laboral).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500975-40.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSELUCIA LOPES VALDIVINO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado, mantendo o benefício de auxílio-acidente concedido administrativamente.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503673-25.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: NORMANDO CÂNDIDO DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Paraíba, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluiu que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário pleiteado, tendo em vista a ausência de comprovação do requisito da miserabilidade exigida para a concessão do benefício assistencial.
Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007051-27.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NADIR DA ROSA MACHADO
PROC./ADV.: VOLNEI GIASSI OAB: SC-24810

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a aplicação do art. 1º-F da Lei n. 11.960/2009 (juros moratórios incidentes sobre condenações judiciais da Fazenda Pública).
É o relatório.
Verifico que a matéria se encontra sob análise no Pretório Excelso, por meio do RE 870947/SE (tema 810), o qual teve repercussão geral reconhecida pela Corte Suprema:
DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. TEMA 810. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, com fundamento na Questão de Ordem 23/TNU e art. 16, III, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para sobrestamento e posterior adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502429-42.2014.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA BRUNA FERREIRA BATISTA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de salário maternidade à parte autora, sob o fundamento de que não ficou comprovada sua qualidade de segurada rural.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que não ficou comprovado o exercício de atividade rural pelo período de carência exigido.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521906-61.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALUISIO VENANCIO DE MOURA
PROC./ADV.: SEVERINA ALVES MARTINS OAB: PE-16532

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505470-20.2014.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: RAFAEL PEREIRA LEAL
PROC./ADV.: CÍNTIA DA SILVA MOREIRA GALHARDO OAB: SP 172714
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a apreciação de matéria de direito, no sentido de que comprovou o cumprimento do requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523036-02.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: LIVIA MARIA DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS DE BRITO OAB: CE 20617
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a apreciação de matéria de direito, no sentido de que comprovou o cumprimento do requisito da incapacidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da incapacidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Ademais, acerca da alegada necessidade de análise das condições pessoais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501278-89.2015.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: ROSA ELEOTÉRIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN 560-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a apreciação de matéria de direito, no sentido de que comprovou o cumprimento do requisito da miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500555-83.2014.4.05.8312
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: RAFAEL JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVAOAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto pretende o reexame de provas, mas que esta TNU se manifeste se é devido o benefício assistencial desde o requerimento administrativo quando preenchidos ambos os requisitos desde então.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que a parte autora não comprovou os requisitos legais para a concessão do benefício na data do requerimento administrativo e, em consequência, pelo indeferimento da DIB pleiteada.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0004536-61.2007.4.03.6314
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA TEREZINHA BASTOS SOARES
PROC./ADV.:SUELY SOLDAN DA SILVEIRA OAB: SP-253724
PROC./ADV.:GUSTAVO REVERIEGO CORREIA OAB: SP-256111
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, em que se discute concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A TNU, através da Súmula n. 54, firmou entendimento no seguinte sentido:
"Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima."
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta TNU quanto à necessidade de comprovar o exercício de atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido"..
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2011.51.51.030334-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: EUNICE GONZAGA CARNEIRO ROSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte.
Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que deve ser anulado o referido julgado por ausência de motivação.
É o relatório.
Cuida o presente incidente de pedido de uniformização pautado em razões de cunho processual. A TNU já pacificou seu entendimento no sentido de não se admitir incidente quando o objeto se destinar ao exame de questão processual, conforme exposto por meio do PEDILEF 00080456820094036301:
"EMENTA/VOTO - PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Pretende o autor a anulação da sentença, mantida pelo acórdão, ao fundamento de que não teve oportunidade de se manifestar sobre o laudo pericial, o que caracteriza cerceamento de defesa. 2. Considero que este incidente não merece conhecimento, eis que a matéria nele versada é eminentemente processual, encontrando obstáculo no art. 14 da Lei n.º 9.099/95 para seu julgamento. Sob outra ótica, já que cerceamento de defesa é tema que possui envergadura constitucional, lembro que o tema desafia a interposição de recurso extraordinário, cujo prazo já se esgotou há muito. 3. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte. 4. Incidente não conhecido."
De igual modo, importa consignar a incidência da Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501128-20.2015.4.05.8302
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MANOEL DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de pensão por morte à parte autora, com a fixação da respectiva data de início do benefício.
Sustenta o requerente a existência de divergência de entendimento com julgado da 5ª Turma Recursal - SP, visto que, em virtude da ausência de apresentação de documentação na esfera administrativa, a DIB do benefício não deve corresponder a DER, mas sim à data da citação.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a TNU, por meio do PEDILEF 200840007128794, firmou orientação no sentido de que:
"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADA DA INSTITUIDORA COMPROVADA EM AUDIÊNCIA. DIB. EFEITOS FINANCEIROS. ART. 74 DA LEI N° 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que manteve sentença de parcial procedência concessiva de benefício de pensão por morte. Por considerar que a qualidade de segurada da instituidora foi comprovada somente na audiência de instrução e julgamento, o magistrado sentenciante fixou a data da realização daquele ato como termo inicial para fruição dos efeitos financeiros da concessão. 2. Argumenta a parte autora-recorrente que a decisão recorrida contraria entendimento sumulado da própria Turma Recursal do Piauí, bem como jurisprudência do STJ, espelhada no RESP 543.737 (Sexta Turma, DJ 17/05/2004). Pretende que o termo inicial para fruição do benefício seja a data do requerimento administrativo. 3. Precedente de Turma Recursal da mesma região não configura a divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01. 4. Com relação à alegada divergência com a jurisprudência do STJ, apresentado o feito em mesa na sessão de agosto/2013, esta Turma decidiu por superar o óbice apontado por esta relatora, relacionado à Questão de Ordem n° 5 desta Corte. 5. Ultrapassada essa questão, reputo caracterizada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001. 6. O acórdão, de fato, discrepa da jurisprudência firmada no âmbito do STJ, espelhada no paradigma, que assentou: "Na vigência do art. 74 da Lei n° 8.213/91, com redação conferida pela Lei n° 9.528/97, o termo inicial do benefício da pensão por morte deve ser fixada na data do óbito, quando requerida até 30 dias depois deste, ou na data em que ocorreu o requerimento, quando requerida após aquele prazo." Não se apresenta como critério distintivo para a fixação da DIB a data em que o requerente logrou fazer prova do direito invocado. 7. Esta Turma Nacional de Uniformização aplica raciocínio jurídico semelhante em casos de aposentadorias, conforme se infere do teor da Súmula n° 33, aplicável analogicamente ao caso: "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício." 8. Incidente conhecido e provido para o fim de reformar em parte o acórdão recorrido, fixando a DIB do benefício de pensão por morte requerido pelo recorrente na DER, eis que o benefício foi requerido mais de 30 dias após o óbito (DER 18/10/2006; óbito em 02/07/2004), respeitada a prescrição quinquenal em relação aos efeitos financeiros.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501643-68.2014.4.05.8309
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CECILIA DAS GRAÇAS SILVA VIEIRA
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte comprovou o labor rural pelo tempo de carência exigido.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504989-88.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSIETE COUTINHO LINO
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524301-55.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS ROBERTO FERREIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: LUCIMAR VILA NOVA CABRAL OAB: PE 9.187

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Compulsando os autos, verifico que é o INSS a parte agravante em decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute o reconhecimento como especial de tempo de serviço laborado por vigilante.
A peça recursal, por sua vez, apresenta como fundamento a existência de jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria debatida.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la, tendo em vista que a decisão monocrática negou seguimento ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência Nacional fundamentada na impossibilidade de reexame de matéria de fato e pelo fato da Turma Nacional de Uniformização já possuir posição sedimentada sobre a matéria discutida nos autos.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0007582-20.2009.4.03.6304
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA CELIA DE OLIVEIRA SCARPINELLI
PROC./ADV.:SHIRLEY RACHEL POMPERMAYER OAB:SP-230568
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou atividade rural em regime de economia familiar.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010710-73.2014.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVETE BASSO
PROC./ADV.: ELYTHO A. CESCON
OAB: RS-5884
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007880-39.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDMAR JOSE PACHECO
PROC./ADV.: GABRIEL DORNELLES MARCOLIN
OAB: SC-29 966
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5059216-04.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARNALDO DA ROSA DUARTE
PROC./ADV.: GABRIEL DORNELLES MARCOLIN
OAB: SC-29 966
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5032871-74.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDIO ARNO FROHLICH
PROC./ADV.: ALEXANDRE DORNELLES MARCOLIN
OAB: RS-73 758
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5032149-40.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA LUIZ NUNES DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES POETA DORNELLES
OAB: RS-15442
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5056087-25.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LINDOMAR DE LIMA BUENO
PROC./ADV.: ALEXANDRE MARCOLIN
OAB: RS-73758
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5058479-98.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDIO BIRACI OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES POETA DORNELLES
OAB: RS-15442
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000838-49.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: WILSON JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0008434-60.2008.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA HELENA DE MORAES CASARIN
PROC./ADV.:RENATA MINETTO FERREIRA OAB: SP-201 485
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, em que se discute concessão de aposentadoria rural por idade.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A TNU, através da Súmula n. 54, firmou entendimento no seguinte sentido:
"Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima."
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta TNU quanto à necessidade de comprovar o exercício de atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido"..
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0004231-21.2009.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANA HELENA BRESSAN
PROC./ADV.:RENATA MINETTO FERREIRA OAB:SP-201 485
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0007010-41.2007.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:LOURDES MARABUTO TUDI
PROC./ADV.:GISELA TERCINI PACHECO OAB:SP-212257
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000350-46.2008.4.03.6318
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA HELENA RIBEIRO
PROC./ADV.:ANTÔNIO MÁRIO DE TOLEDO OAB: SP-47319
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0010010-49.2007.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:DALVINA DO NASCIMENTO SERAFIM
PROC./ADV.:CARLOS EDUARDO ZACCARO GABARRA OAB:SP-333911
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0005857-92.2006.4.03.6306
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ALBERTINA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:PAULO CÉSAR DA COSTA OAB: SP-195289
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou labor rural pelo tempo de carência necessário.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000580-28.2011.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LIDIA BERNARDINO DA SILVA
PROC./ADV.: MILTON ALVES MACHADO JÚNIOR
OAB: SP-159986
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
No caso concreto, a parte recorrente não logra atacar os fundamentos da decisão agravada e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando a ausência de refutação específica às razões da decisão ora embargada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001136-90.2012.4.03.6305
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JULIA VENTURA SANTANA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO CARLOS FERREIRA DUARTE
OAB: SP-77176
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da carência.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013469-25.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: APARECIDA ISABEL FRANCO HABENSCHUS
PROC./ADV.: FABIANO T. ZINADER
OAB: SP-116 261
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0002410-87.2011.4.03.6317
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:BENEDITA SANTOS DE MEDEIROS
PROC./ADV.:WILSON MIGUEL OAB:SP 99858
PROC./ADV.:MARILIN CUTRI DOS SANTOS OAB: SP-296181
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte, ora requerente, contra decisão que não conheceu do agravo regimental interposto contra decisão que também não conheceu de agravo regimental contra decisão que negou provimento a agravo de decisão de inadmissão de Pedido de Uniformização Nacional.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, já que não poderia se aplicar a Resolução CJF 163/11 ao processo já iniciado.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Depreende-se que não ocorreu o vício alegado, posto que os agravos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

regimentais foram interpostos após a entrada em vigor de tal Resolução, em 09 de novembro de 2011, sendo o referido recurso datado de 30 de outubro de 2015, tendo sido interposto, inclusive, com fundamento na referida norma.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015292-50.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: VALDIR MANOEL INACIO
PROC./ADV.: PAULO OSCAR ZIMMERMANN NEGROMONTE OAB: SC 19707
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Questão de Ordem e 24 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não apreciou o argumento da adequação na fixação do termo inicial da contagem do prazo decadencial, com observância do princípio da ACTIO NATA, não tendo transcorrido o prazo decadencial.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Correta a decisão impugnada, que entendeu pelo transcurso do prazo decadencial, pois o benefício foi concedido em 1996 e a presente ação foi ajuizada em 2013.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500179-96.2015.4.05.8204
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA DO SOCORRO GOMES LOPES
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PB-4007

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação da miserabilidade por outros meios.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0514248-82.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:GENI DA SILVA COELHO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PB-4007
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação da miserabilidade por outros meios.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010762-04.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO (A): VICTOR TEODORO DOS SANTOS
PROC./ADV.: THIAGO BUENO RECHE OAB: PR 45800
PROC./ADV.: ROGÉRIO ZARPELAM XAVIER OAB: PR 49320
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR 47606
PROC./ADV.: DANIEL RODRIGUES BRIANEZ OAB: PR 42454

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não analisou a questão atinente à decadência do direito de a parte autora revisar o seu benefício previdenciário.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
A matéria referente à decadência não foi ventilada no acórdão recorrido e tampouco na peça recursal, não podendo ser apreciada por esta TNU.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502886-38.2014.4.05.8312
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:JOSIETE DELZA DE LIRA ALVES REP. LEGAL CÉLIA DELZA DE LIRA ALVES
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão que não conheceu do agravo interposto de decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada acerca da questão da presunção absoluta de miserabilidade.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Depreende-se, todavia, que não ocorreu o vício alegado, mas que busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Com efeito, conforme estabelece a legislação de regência, o pedido de uniformização tem a natureza jurídica de recurso cujo pressuposto de admissibilidade é a existência de divergência entre decisões de Turma Recursais de regiões diferentes, de interpretação de lei federal em questões de direito material.
Desse modo, não havendo discussão pelas instâncias ordinárias da questão invocada, não cabe a esta turma uniformizadora fazê-lo. Evidentemente, cuida de nítida inovação recursal, o que é incabível na via eleita, cujo objetivo é sanar omissão, contradição ou obscuridade no julgado impugnado. Nesse sentido: (EDcl no AgRg no REsp 750.666/PA, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 4/6/07).
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0002817-58.2009.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DIAS TEIXEIRA
PROC./ADV.: TANIESCA CESTARI FAGUNDES
OAB: SP-202003
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.
Compulsando os autos, verifica-se que foram suscitados incidentes de uniformização nacional e regional pela parte autora.
Entretanto, apenas o incidente nacional foi submetido ao juízo de admissibilidade pelo Juiz Presidente da Segunda Turma Recursal/SP, não havendo, nos autos, decisão acerca do incidente regional da parte autora.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523084-24.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA GORETE ALVES
PROC./ADV.:MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o pronunciamento do STF no RE 661256/DF, objeto de repercussão geral, no qual se discute a possibilidade de renúncia a benefício de aposentadoria, para obtenção de benefício mais vantajoso (desaposentação).
A parte embargante requer a modificação da decisão, alegando, em síntese, a aplicação do posicionamento firmado pela jurisprudência do STJ e da TNU sobre a matéria em comento.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja suspenso o sobrestamento do feito.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Não há qualquer vício na decisão embargada que determinou o sobrestamento do feito na origem para aguardar o deslinde da controvérsia referente à chamada "desaposentação".
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu nenhum vício, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513483-28.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE MARIA FELISMINO RIBEIRO
PROC./ADV.:MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o pronunciamento do STF no RE 661256/DF, objeto de repercussão geral, no qual se discute a possibilidade de renúncia a benefício de aposentadoria, para obtenção de benefício mais vantajoso (desaposentação).
A parte embargante requer a modificação da decisão, alegando, em síntese, a aplicação do posicionamento firmado pela jurisprudência do STJ e da TNU sobre a matéria em comento.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja suspenso o sobrestamento do feito.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Não há qualquer vício na decisão embargada que determinou o sobrestamento do feito na origem para aguardar o deslinde da controvérsia referente à chamada "desaposentação".
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu nenhum vício, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511347-87.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSE FLAVIO BARRETO DE MELO
PROC./ADV.:MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB:CE-7576

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o pronunciamento do STF no RE 661256/DF, objeto de repercussão geral, no qual se discute a possibilidade de renúncia a benefício de aposentadoria, para obtenção de benefício mais vantajoso (desaposentação).
A parte embargante requer a modificação da decisão, alegando, em síntese, a aplicação do posicionamento firmado pela jurisprudência do STJ e da TNU sobre a matéria em comento.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja suspenso o sobrestamento do feito.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Não há qualquer vício na decisão embargada que determinou o sobrestamento do feito na origem para aguardar o deslinde da controvérsia referente à chamada "desaposentação".
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu nenhum vício, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0522358-50.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LEUDA MONTEZUMA FERNANDES VIEIRA
PROC./ADV.:MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o pronunciamento do STF no RE 661256/DF, objeto de repercussão geral, no qual se discute a possibilidade de renúncia a benefício de aposentadoria, para obtenção de benefício mais vantajoso (desaposentação).
A parte embargante requer a modificação da decisão, alegando, em síntese, a aplicação do posicionamento firmado pela jurisprudência do STJ e da TNU sobre a matéria em comento.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja suspenso o sobrestamento do feito.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Não há qualquer vício na decisão embargada que determinou o sobrestamento do feito na origem para aguardar o deslinde da controvérsia referente à chamada "desaposentação".
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu nenhum vício, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500258-45.2015.4.05.8311
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
EMBARGANTE: GABRIEL MENDES DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL: CIBELE PATRÍCIA MENDES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PE-573-A
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: CIBELE PATRÍCIA MENDES DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação da miserabilidade por outros meios.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000072-63.2014.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL
REQUERIDO(A): JOAO MAGOGA
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA LUVISETI OAB: PR-33772

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista que restaram comprovados os requisitos exigidos pela legislação de regência.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além disso, a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0509401-40.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA IRENE GOMES DA SILVA
PROC./ADV.:HIACY GWIMEL QUEIROZ OAB: CE-21762
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado especial do falecido, sendo indevido o benefício previdenciário.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0062837-13.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: PAULO PEREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27.287
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.
Compulsando os autos, verifica-se que o incidente de uniformização nacional reiterado pela parte autora não foi submetido ao juízo de admissibilidade pelo Juiz Coordenador das Turmas Recursais da SJ/BA, não havendo, nos autos, decisão acerca do referido incidente.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2014.
Ministro HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501977-59.2015.4.05.8312
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARINALVO DOS REIS SILVA
PROC./ADV.: GALDINO BATISTA BEZERRA NETO OAB: PE-29290

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016558-33.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELBA FERRARI BANDEIRA
PROC./ADV.: AMARILDO MACIEL MARTINS OAB: RS-34508
PROC./ADV.: FELIPE NÉRI DRESCH DA SILVEIRA OAB: RS-33779
PROC./ADV.: RUI FERNANDO HUBNER OAB: RS-20117
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -PFN

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte autora, contra acórdão da TNU, no qual não conheceu do pedido de uniformização pela incidência da Questão de Ordem 13/TNU.
É, no essencial, o relatório.
O recurso merece seguimento.
Em um primeiro juízo de admissibilidade, observo que foram preenchidos os pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.
Ante o exposto, admito o recurso extraordinário. Remetam-se os autos ao STJ.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000285-87.2013.4.03.6314
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO PEREIRA DE NOVAIS
PROC./ADV.: LEOPOLDO HENRIQUE OLIVI ROGERIO OAB: SP-272136

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de revisão do cálculo da renda mensal inicial de benefício previdenciário, que foi julgado procedente, o que foi mantido pela Turma Recursal a quo.
Inconformada, a parte ora requerente formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01, que restou admitido pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.
Entretanto, os autos foram remetidos para a Turma Nacional de Uniformização.
Desse modo, considerando-se a inexistência de incidente nacional de uniformização, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para o prosseguimento do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de maio de 2016.
Ministro OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500755-08.2014.4.05.8307
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: MARTA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a comprovação de que há presunção absoluta de miserabilidade quando a renda per capita for inferior a ¼ do salário mínimo.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência do requisito da miserabilidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521636-52.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: SEVERINA BRITO RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência das Súmulas 10 e 22, ambas da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a análise de matéria de ordem pública.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pelo acolhimento do pedido autoral acerca do recebimento das diferenças remuneratórias a título de progressão na carreira.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5039289-23.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO ROBERTO DE SOUSA
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE POPHAL
OAB: RS-65 702
PROC./ADV.: JEFERSON LUÍS CARVALHO
OAB: RS-80 375
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência das Súmulas 13 e 24 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto "decretou a prescrição do direito da parte autora de restituir os valores indevidamente retidos, sob alegação de já ter transcorrido o prazo legal para a interposição da ação".
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, salientaram "que o alvará foi recebido em 20/02/2006, sendo esta a data em que ocorreu a retenção do tributo na fonte. Desimporta, no caso, o fato de o tributo ter sido efetivamente recolhido aos cofres públicos apenas em 31/03/2006, porque, com a retenção na fonte, o montante deixou de integrar o patrimônio do autor, devendo ser computado daí o prazo prescricional".
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0506700-51.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GILVAN JANUÁRIO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas o reconhecimento de atividade especial, visto que o uso de EPI não é suficiente para afastar a exposição aos agentes nocivos, ante a exposição permanente à atividade perigosa.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que, a despeito da utilização de EPI eficaz, não restou comprovada a "habitualidade e permanência da exposição do autor aos agentes nocivos", em consequência, julgaram pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5014145-72.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RONI ANTONIO DA ROCHA
PROC./ADV.: NEUSA DE OLIVEIRA
OAB: SC-12 148

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 24 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de obscuridade na decisão embargada, porquanto "partiu do princípio de que o acórdão recorrido havia definido as verbas recebidas na reclamatória trabalhista como rescisórias, ao passo que a Turma recursal, devido a sua equivocada interpretação da jurisprudência do STJ, proferida em sede de representativo de controvérsia, apenas decidiu que, de acordo com seu entendimento da jurisprudência pacificada pelo STJ sobre a temática do IRPF sobre juros de mora decorrentes de demanda trabalhista, a não incidência era a regra e não a exceção".
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521636-52.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO: SEVERINA BRITO RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 13 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não analisada a data de ajuizamento da ação para fins de reconhecimento ou não da prescrição.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela condenação da embargante ao pagamento de parcelas relativas ao passivo gerado pelo reajuste de 3,17%, segundo parcelamento estabelecido pela MP n. 2.225/01.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0525281-02.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ERNANDES BEZERRA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo anteriormente interposto, sob o fundamento de que não foram juntados paradigmas aptos a comprovar a divergência.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro material e omissão na decisão embargada, porquanto, ao contrário do que restou decido, apresentou paradigmas que se referem à questão da possibilidade ou não de comprovação de exercício de atividades insalubres apenas pela juntada do formulário PPP.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
In casu, contudo, não se verifica a presença de vícios.
A Turma Recursal a quo, de posse do caderno fático-probatório dos autos, concluiu que a parte não comprovou, satisfatoriamente, o exercício da atividade especial, haja vista que o PPP colacionado não foi adequadamente preenchido - deveria ter sido assinado por engenheiro de segurança ou médico do trabalho -, razão pela qual se fazia necessária apresentação de laudo técnico. Por esta razão, o acórdão recorrido não considerou o documento como hábil a demonstrar a atividade especial.
Com efeito, conforme apontado pela decisão embargada, não foram juntados ao incidente de uniformização arestos que retratassem a específica razão de decidir, pois os paradigmas apresentados limitam-se a discutir, genericamente, a possibilidade ou não de comprovação de exercício de atividades insalubres apenas pela juntada do formulário PPP.
No caso dos autos, ocorreu, em verdade, que a matéria tão somente foi decidida de forma diversa da pretendida pela ora recorrente, inexistindo no aresto impugnado erro material, omissão, contradição ou obscuridade indicadoras de ofensa ao artigo 535, II, do CPC.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003306-55.2011.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDIO LUIZ BREDA
PROC./ADV.: HERMES BUFFON OAB: RS 29.996
PROC./ADV.: IVANI PETERLE OAB: RS-50366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CLAUDIO LUIZ BREDA contra decisão que negou provimento ao agravo anteriormente interposto pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, inicialmente, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto apresentou paradigma apto a comprovar a divergência jurisprudencial.
Sustenta, ainda, que o seu incidente de uniformização não demanda a revisão de provas, mas tão-somente a "repercussão de uma premissa jurídica exegética distinta".
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que não restou configurado o caráter especial das atividades exercidas, no período postulado, uma vez que não demonstrada a exposição habitual e permanente e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501472-32.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ VITAL PERES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou conhecimento a agravo regimental.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na apreciação de inconstitucionalidade na Resolução 163/2011.
Requer, assim, o provimento do recurso para suprir a omissão apontada.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
A Turma originária, com base no contexto processual da lide, entendeu pela aplicação da pena de deserção do recurso inominado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501670-69.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA HERMOGENIA DE MACEDO CAMPELO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou conhecimento a agravo regimental.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na apreciação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2011.
Requer, assim, o provimento do recurso para suprir a omissão apontada.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
A Turma originária, com base no contexto processual da lide, entendeu pela aplicação da pena de deserção do recurso inominado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511170-62.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA INES FILGUEIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou conhecimento a agravo regimental.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na apreciação de inconstitucionalidade na Resolução 163/2011.
Requer, assim, o provimento do recurso para suprir a omissão apontada.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
A Turma originária, com base no contexto processual da lide, entendeu pela aplicação da pena de deserção do recurso inominado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500019-47.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO LOURENÇO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou conhecimento a agravo regimental.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na apreciação de inconstitucionalidade na Resolução 163/2011.
Requer, assim, o provimento do recurso para suprir a omissão apontada.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
A Turma originária, com base no contexto processual da lide, entendeu pela aplicação da pena de deserção do recurso inominado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510733-84.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: VALERIA CRISTINA BULHÕES DE SOUZA
PROC./ADV.: ANDRÉ CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA
OAB: PE-18788
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra decisão que deu provimento ao agravo para determinar a restituição os autos à origem, para adequação do julgado.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, uma vez que o fator previdenciário é aplicável ao cálculo da aposentadoria do professor.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Cumpra-se o dispositivo da decisão embargada.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506323-78.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DALGIMAR BESERRA DE MENEZES
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra decisão que deu provimento ao agravo para determinar a restituição os autos à origem, para adequação do julgado.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, uma vez que não foram aplicadas as Questões de Ordem n. 13 e 24, ambas da TNU.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Cumpra-se o dispositivo da decisão embargada.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006645-21.2006.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ FERREIRA ROSA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ FERREIRA ROSA contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário por ele interposto, sob o fundamento de que o referido recurso somente é cabível em face de decisão colegiada.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de equívoco na decisão embargada, porquanto o recurso extraordinário teria sido interposto contra decisão proferida pela Primeira Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Terceira Região, órgão colegiado.
Requer, desse modo, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É, no essencial, o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Em que pesem as alegações, o presente recurso não merece prosperar.
Compulsando-se os autos, verifica-se que, após proferida decisão singular de inadmissão do incidente de uniformização pelo Excelentíssimo Sr. Ministro João Otávio de Noronha - então Presidente desta TNU -, a parte ora embargante interpôs recurso extraordinário.
Destarte, deve ser mantida a decisão embargada, haja vista não ser cabível recurso extraordinário contra decisão monocrática.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502581-04.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARCONE ANTONIO DE SOUSA
PROC./ADV.: VERONICA LEITE A. DE BRITO OAB: PB-2212
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que ratificou posicionamento anteriormente adotado no sentido de remeter os autos ao Superior Tribunal de Justiça a fim de que seja adotada a orientação daquele tribunal acerca da matéria discutida assim que haja um pronunciamento dominante.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão e obscuridade na decisão
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
O presente pleito, na verdade, visa à reconsideração da decisão anteriormente prolatada, a qual não merece acolhimento.
Ante ao exposto, não conheço do pedido e, ratificando os termos das decisões anteriores, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501596-63.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MACIRA RÉGIA SOTERO
PROC./ADV.: TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA
OAB: PE-3996
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão em embargos de declaração contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização pela incidência da Questão de Ordem 35 da TNU.
A embargante alega, em síntese, a existência de contradição do julgado combatido com posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
O presente pleito, na verdade, visa a discussão da matéria do Pedido de Uniformização já indeferido.
Ante ao exposto, não conheço do pedido e ratifico os termos da decisão anterior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507096-46.2015.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ AUGUSTO FILHO
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO
OAB: PB-1995
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO

Por meio da petição nº 000.943/16, a parte autora requer a implantação do reajuste de 13,23% ao seu contracheque, reconhecido administrativamente por alguns tribunais.
Nada a prover. Isso porque o tema foi afetado como representativo de controvérsia com a determinação de devolução dos autos à turma de origem para sobrestamento e demais providências, conforme preceituam o art. 16, II, e § 2º c/c art. 17, II, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Após, encaminhem-se os autos à origem.
Brasília, 16 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500333-96.2015.4.05.8307
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:GERSON LUIZ DOS SANTOS
PROC./ADV.:JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO OAB: PE-30 341
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501420-75.2015.4.05.8311
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:REGINALDO ADOLFO DOS SANTOS
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500718-44.2015.4.05.8307
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JOSÉ PEDRO DA SILVA NETO
PROC./ADV.:VANESSA TAVARES DE ALMEIDA CARVALHO OAB: AL-12240
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0033542-63.2013.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA CRISTINA XAVIER MARANHÃO JAPIASSU FILIZZOLA
PROC./ADV.: ANIZON CORREIA PERES OAB: GO-2641

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0035707-83.2013.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RUY BARBOSA DE MOURA JUNIOR
PROC./ADV.: ANIZON CORREIA PERES OAB: GO-2641

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521355-96.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA CARLENISE PAIVA DE ALENCAR MOURA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500987-26.2014.4.05.8305
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO CARLOS MONTEIRO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500404-90.2013.4.05.8300
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ODIR MARTINAZZI TELES JÚNIOR
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5036774-78.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARLENE FRENZEL DA ROSA
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT OAB: RS-41818

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5036292-33.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CELSO FERNANDO SPADONI
PROC./ADV.: LARISSA F. M. LONGO OAB: RS-57 388

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008060-70.2010.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: REINALDO DA SILVA AGUIAR
PROC./ADV.: CARLOS RENATO G. DOMINGOS OAB: SP-156166
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504106-19.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: AURECI DE SOUZA SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5004592-57.2014.4.04.7115
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:PAULO RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.:PAULO RODRIGO PETRY DA SILVA OAB:RS-76564
REQUERIDO(A):FUNASA
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009068-27.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CONSELHO FEDERAL DA OAB
PROC./ADV.: RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO OAB: DF-19 979
PROC./ADV.: BRUNO MATIAS LOPES OAB: DF-31490
PROC./ADV.: OSWALDO P. RIBEIRO JÚNIOROAB: DF-16275
REQUERIDO(A): THIAGO RIBEIRO RAFAGNIN
PROC./ADV.: FERNANDA DE OLIVEIRA DUARTE OAB: RS-79510

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela ausência de similitude fática entre o acórdão da Turma Recursal de origem e os paradigmas juntados ao Pedido de Uniformização de Jurisprudência.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão atacada, porquanto não apreciou a questão da incompetência absoluta do Juizado Especial Federal para apreciar a nulidade de ato administrativo.
Alega, também, existir similitude fática com os paradigmas informados, tendo em vista que a questão de fundo é a mesma, qual seja, o limite da incursão do Poder Judiciário no mérito das questões de prova e seleção pública.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É o relatório.
Razão assiste à parte embargante.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício de omissão quanto a incompetência absoluta dos Juizados Especiais Federais pois, apesar de não suscitada nas instâncias de origem, é questão de ordem pública e não foi debatida na decisão ora combatida.
Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, acolho os embargos para, anulando a decisão anterior, dar provimento ao agravo e admitir o incidente. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5057620-53.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SIRIA DAPPER
PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO
OAB: RS-52887

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504089-62.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: OTACILIA NAIR DE LIMA
PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOSOAB: SP-161110
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003827-09.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SIARA MARRONI NIETIEDT
PROC./ADV.: LEONOR LIMA DE FARIA OAB: RS-46671

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003471-13.2007.4.03.6320
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):MARCO ANTONIO DOS SANTOS
PROC./ADV.:RAIMUNDO FLORES. OAB: SP-258994

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501386-47.2012.4.05.8201
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.:LUIZ MONTEIRO VARAS OAB:SE 174-B
REQUERIDO(A):LUIZ ABREU NETO
PROC./ADV.:VICENTE FERREIRA GADELHA NETO OAB:PB-12 470

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521174-95.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ISOLDA CRISTHYNE FREIRE DAMASCENO CAPISTRANO
PROC./ADV.: MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA OAB: RN-1420

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pelo fato de encontrar-se em consonância com a jurisprudência dominante.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição e erro material na decisão embargada, porquanto a presente demanda trata de verbas recebidas a título de reintegração de trabalhador à medida que os acórdãos citados na decisão referem-se a verbas recebidas a título de rescisão contratual.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois não foi debatida a matéria suscitada pela parte nos presentes autos.
Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, acolho os embargos para, anulando a decisão anterior, dar provimento ao agravo e admitir o incidente. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505053-98.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS COSTA PINTO
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que, em sede de embargos de declaração, alegando não terem ocorridos os vícios alegados na primeira impugnação.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de obscuridade na decisão atacada, porquanto o acórdão que a fundamenta não deliberou sobre a forma de apuração dos valores a serem ressarcidos a título de imposto de renda já recolhido sob a égide da Lei n° 7713/88.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois não foi suficientemente debatida a matéria suscitada pela parte nos presentes autos.
Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, acolho os embargos para, anulando a decisão anterior, dar provimento ao agravo e admitir o incidente. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5017044-24.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DEOLINDA INES EVANGELISTA VICENTE
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511009-18.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MARIA PIA GOMES BEZERRA
PROC./ADV.:ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A):UNIÃO-FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0510045-59.2014.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:EDUARDO LUIZ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0513535-52.2015.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:Roseane de Oliveira Silva
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):Empresa Brasileira De Correios e Telégrafos - ECT
PROC./ADV.:ADVOGADO DA ECT

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0522937-95.2012.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):EUDÁLIO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.:PATRÍCIO WILIAM VIEIRA OAB: CE-7 737

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0513533-85.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOSIMAR NORONHA DANTAS
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB: RN 3.682

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501616-60.2015.4.05.8403
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:Maria Aparecida Machado
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB: RN 3.682
REQUERIDO(A):UNIÃO-FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0509182-69.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:ANTONIA MACENA DOS SANTOS
PROC./ADV.:TATIELY CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0046848-11.2013.4.01.3400
ORIGEM:DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE:JESUS ENIR ESTIGARRAGA SILVEIRA
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0022329-87.2014.4.01.3900
ORIGEM:SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE:EUNITA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:FABRÍCIO SARDINHA E SILVA OAB:PA-19723
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0040565-94.2012.4.01.3500
ORIGEM:GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE:FRANCISCO LUIZ DOS SANTOS
PROC./ADV.:EVERTON BERNARDO CLEMENTE OAB: GO-26506
REQUERIDO(A):FUNASA
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0017883-28.2010.4.01.3400
ORIGEM:DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE:MARIA SARAFIM SOARES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0533220-67.2009.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JOCEMA PEDRO JOSÉ DE LIMA
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB:PE-20418
REQUERIDO(A):FUNASA
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0062242-14.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: COSME DO AMOR DIVINO
PROC./ADV.: LARISSA EVANGELH SANTOS OAB: BA-20900
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0063248-56.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: WALTER DIAS DE ANDRADE
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0037572-24.2011.4.01.3400
ORIGEM:DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE:ANA LUIZA AZAMBUJA SAUERBRONN
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511710-44.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GEORGES CLAUDIUS LEITE GIRARD
PROC./ADV.: KARINA ALL RIBEIRO OAB: AL-5927
PROC./ADV.: ANITA GAMELEIRA OAB: AL-2500

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0506617-90.2014.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:MARIA DE FÁTIMA CABRAL DE LIMA
PROC./ADV.:AMANDA MARIA BEZERRA GALVÃO OAB:CE-24574
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão do benefício de pensão por morte.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0510443-69.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):FRANCISCO FERNANDES FERREIRA
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB:RN 3.682

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511293-26.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOSÉ ROBERTO DA SILVA
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB:RN 3.682

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0512205-23.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:CLÓVIS MARTINS DE CASTRO FILHO
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB:RN 3.682
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0047693-62.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSÉ GENÉSIO ROSALVO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0513801-42.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):ODENAR CLÁUDIO DA SILVA
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB:RN 3.682

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0062826-81.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: DURVAL BENEDITO DAS NEVES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502653-07.2015.4.05.8312
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO BARBOSA
PROC./ADV.: CAIO GEYSON A. BARROS OAB: PE-26715

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511391-11.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOANA VARELA DANTAS
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB:RN 3.682

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0504873-02.2015.4.05.8401
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MARIA DE FÁTIMA FERNANDES DE MELO ROCHA
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB:RN 3.682
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0506213-78.2015.4.05.8013
ORIGEM:AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LETÍCIA REBECA SILVA SIBALDO
PROC./ADV.:CAIO HUMBERTO FERREIRA DORIA DE SOUZA OAB:SE-7857

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004691-28.2012.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VANDERLEI MARTINS DOS SANTOS
PROC./ADV.: WALDEREZ MARIA XAVIER OAB: RS-34788
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046964-17.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOÃO DA SILVA NETO
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506511-73.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PAULO LOPES GALVÃO FILHO
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB:RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0039316-88.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MARIA DA PIEDADE FREIRE DE SOUSA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511664-84.2015.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: LUCIANO NOGUEIRA
PROC./ADV.: JOÃO JUNIOR ONUKI ALVES OAB: AL-8778
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500831-82.2016.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: PAULO JÚNIOR DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA., OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: LUZIA REGINA DE SOUZA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA. OAB: PE-573-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501849-39.2015.4.05.8312
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ CÍCERO PEREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO OAB: PE-30 341
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518370-84.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO EMIDIO FILHO
PROC./ADV.: ROBERTO F. MAIA OAB: CE-9871

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502004-94.2014.4.05.8306
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: LUIZ JOAQUIM SOARES FILHO
PROC./ADV.: MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA LIMA OAB: PE-17620
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501575-90.2015.4.05.8307
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ QUINTINO ROMÃO
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO OAB: PE-30 341
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517178-55.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502532-97.2015.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LEODON GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.: Mayara Fernandes de Moura Gomes OAB: RN-11390
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0512969-09.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO CARDOSO DE LIMA
PROC./ADV.: RODRIGO PESSOA DE BRITO OAB: RN-9534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512660-85.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PEDRO ALEXANDRE PONTES
PROC./ADV.: RANIERE MACIEL QUEIROZ EMIDIO OAB: RN-9089
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502188-95.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ DOS MONTES DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507595-12.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIO FERREIRA GOMES
PROC./ADV.: RANIERE MACIEL QUEIROZ EMIDIO OAB: RN-9089
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510311-12.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RITA DE CASSIA BATISTA MACHADO
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB: RN-883
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514774-28.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDIVALDO GOMES BARBOSA
PROC./ADV.: MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTE OAB: AL-2897

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500231-21.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO DE SALES VASCONCELOS
PROC./ADV.: WILTON IZAIAS DE JESUS OAB: CE-13544

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501907-91.2014.4.05.8307
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ADEILDO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: SILVAN ANTONIO DO NASCIMENTO OAB: AL-5328
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518646-17.2015.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: PAULO CARMO DOS SANTOS
PROC./ADV.: HUMBERTO DE MELO SOUZA OAB: AL-9388
PROC./ADV.: EDUARDO TAVARES DE SOUZA OAB: AL-13523
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500193-96.2014.4.05.8307
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: GENALDO JOSÉ LEITE
PROC./ADV.: PATRÍCIA ARAÚJO DO NASCIMENTO OAB: PE-15128
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510540-69.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AILTON ALVES CARDOSO
PROC./ADV.: DANIELLE AUGUSTO TENORIO NONATO OAB: RN-8793
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514560-06.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDILEUZA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALE-RAOAB: RN-883
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505639-67.2015.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ JOÃO DA SILVA
PROC./ADV.: MAGNA BARBOSA DA SILVA OAB: PE-26600
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501689-14.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: IVANILDO DO NASCIMENTO BRAGA
PROC./ADV.: GALDINO BATISTA BEZERRA NETO OAB: PE-29290
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0501657-27.2015.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOANA NETA DE SENA
PROC./ADV.: RODRIGO CAVALCANTI CONTRERAS OAB: RN-5990
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0044535-24.2006.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ALESSANDRA LELIS DE LIMA OAB: DF-15839

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503516-70.2013.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IVANA SIMÕES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: FERNANDO XAVIER DA SILVA JÚNIOR
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504310-11.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO Ó FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0036445-92.2009.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MAURI AMARAL
PROC./ADV.:MILTON DE ANDRADE RODRIGUES OAB: SP-96231
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000262-34.2015.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:JOÃO RODRIGO DA SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511089-79.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:JOSE NAZARIO DE SOUZA
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB: RN 3.682
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509220-81.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): THAUAN NUNES DA SILVA E OUTRO
PROC./ADV.: AURICEIA PATRICIA MORAIS DE SOUZA OAB: RN-5407

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500760-30.2014.4.05.8307
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JOSÉ ERLANIO DA SILVA
PROC./ADV.:JOSÉ RINALDO F. DE BARROS OAB:PE-23837
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000805-21.2012.4.04.7008
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):RUI LOPES MARTINS
PROC./ADV.:RAUDIMAR ANDRETE OAB:PR-32187

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500521-41.2014.4.05.8205
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO DOS
PROC./ADV.:SEBASTIÃO FIGUEIREDO DA SILVA OAB:PB-11454
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5041982-86.2012.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:TADEU CARLOS DA SILVA PINTO
PROC./ADV.:WILLYAN ROWER SOARES OAB:PR-19887
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000343-48.2014.4.04.7217
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):AMARILDO PEREIRA ZEFERINO
PROC./ADV.:PAULA CRISTHINA BOEIRA MENDES OAB:SC-25932

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0520053-07.2014.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JOSUÉ FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.:ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB:PE-20304
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511294-11.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUCIANO DE OLIVEIRA FREIRE
PROC./ADV.: VENÍCIO BARBALHO NETO OAB: RN 3.682

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502092-35.2014.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS NOGUEIRA
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB:RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003928-22.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MANOEL BONFIM BENTO JERÔNIMO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0042199-76.2008.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FRANCISCA GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.:VANESSA DOS SANTOS GONÇALVES OAB:DF-21483
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503351-40.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO MÁRCIO DOS SANTOS NASCIMENTO JÚNIOR
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511352-14.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS GOMES PEREIRA e OUTROS
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN 5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516782-41.2015.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MOISES JOSÉ DE LIMA
PROC./ADV.: PAULA SUZANA MAIA BOMFIM BRASILEIRO OAB: AL-11283

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509339-42.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVANILDO SILVA
PROC./ADV.: Eugênio Pachelly Cortês de Medeiros OAB: RN-5807

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003632-96.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MAICON PEREIRA
PROC./ADV.:JOÃO FRANCISCO ZANOTELLI OAB:RS-64 647
PROC./ADV.:GUSTAVO FOLTZ LACCHINI OAB:RS-64 613
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521914-80.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO HELIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA PEREIRA OAB: CE-4643

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0055005-12.2009.4.01.3400
ORIGEM:DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE:THAÍS DO NASCIMENTO SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5070008-17.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: YASMIM MACHADO DE CAMPOS E OUTRO
PROC./ADV.: EDUARDO PEREIRA GOMES
OAB: RS-91631
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: FABIANE ANDRÉ MACHADO
PROC./ADV.: EDUARDO PEREIRA GOMES
OAB: RS-91631

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503901-57.2014.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ADRIANA ALVES JOSÉ
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003459-78.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARLINDO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARÍLIA DE MENEZES OAB: SC-42297

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520739-96.2014.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO URBANO RIBEIRO
PROC./ADV.: FRANCISCO AUGUSTO MELO DE FREITAS OAB: PE-29426

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514671-87.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARCIA TEIXEIRA BARROSO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501888-54.2015.4.05.8306
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SEVERINO JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0521980-31.2011.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):RAIMUNDO PRUDÊNCIO FERREIRA SANTOS
PROC./ADV.:RAIMUNDO CRUZ PAIVA OAB:CE-21943

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502459-07.2015.4.05.8312
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):WELLINGTON PEREIRA FRAGOSO
PROC./ADV.:ANA GLÓRIA FEITOSA DE LIMA ALMEIDA OAB:PE-8529

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0520447-32.2014.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA GERTRUDE PAULA MAIA
PROC./ADV.:RENATO DE MOURA SOARES OAB: CE-15968

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0509490-08.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:JOAO TIAGO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:RANIERE MACIEL QUEIROZ EMIDIO OAB:RN-9089
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute concessão de aposentadoria urbana por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0521124-78.2013.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):LUIZA PEREIRA CABRAL
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute concessão de aposentadoria urbana por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500101-07.2012.4.05.8302
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JURACI HERCULANO DA SILVA
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0505006-65.2015.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:JOSÉ JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PB-4007
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008748-17.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELENA FRIEDRICH DA SILVA
PROC./ADV.: AMILTON PAULO BONALDO OAB: RS 29.580
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046111-27.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: UBALDO BISPÇO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB:BA 27287
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute o reajuste do benefício previdenciário pela Súmula 260 do TFR.
É o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500808-37.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MANOEL DA SILVA
PROC./ADV.: ANNY BRITO ALVES DA SILVA OAB: PE-27684

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5032616-43.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SERGIO OCTAVIO SAUER E OUTROS
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007264-08.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ITACIR FERRAZ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RODRIGO D. CAMARGO OAB: RS-56462
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5002294-53.2013.4.04.7204
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA CARDOSO CARLINDO
PROC./ADV.:JORGE ALLEXANDDRE RODRIGUES OAB:SC-015444
REPRESENTANTE LEGAL:JUCEMAR CARLINDO
PROC./ADV.:JORGE ALLEXANDDRE RODRIGUES OAB:SC-015444

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500688-49.2014.4.05.8402
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:IDALINA BARBOSA LOPES REP. LEGAL MARIA DAGUIA LOPES
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0512658-18.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:SAMUEL LEANDRO DE MORAIS
PROC./ADV.:RANIERE MACIEL QUEIROZ EMIDIO OAB:RN-9089
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0511118-84.2014.4.05.8200
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):EDLEIDE MARIA DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.:BERTONIO FEITOSA DA SILVA OAB:PB-15926
PROC./ADV.:NATÁLIA DE FÁTIMA DANTAS DA SILVA OAB: PB-15 232
PROC./ADV.:RICARDO MADRUGA COELHO NOVAIS OAB: PB-16 730
PROC./ADV.:FELIPE DE MEDEIROS FARIAS OAB:PB-16967

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0504267-74.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:ANA MARIA FERNANDES ANSELMO
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB:RN-560-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0031871-32.2014.4.01.3900
ORIGEM:SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE:RAIMUNDO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509501-37.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MANOEL MARINHO FIGUEIREDO
PROC./ADV.: RANIERE MACIEL QUEIROZ EMIDIO OAB: RN-9089
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000386-77.2012.4.04.7209
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SARAH EVELLYN FORMIGARI REP. LEGAL VIVIANE ANHAIA DA SILVA
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0506794-30.2014.4.05.8401
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MARIA LINDORILMA DA SILVA PENHA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL:ANTÔNIO FRANCISCO DA PENHA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:RN-560-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500387-86.2015.4.05.8105
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANNA VITORIA ALVES ROSEIRA
PROC./ADV.:ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5036896-37.2012.4.04.7000
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:DEVAIR XAVIER DA SILVA
PROC./ADV.:VIRGINIA CLÁUDIA DA CRUZ FERNANDES SCHULTZ SZWESM
OAB:PR-22516
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516360-06.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUCAS GABRIEL DE LIMA FREITAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: GERUZA MARIA MOISES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA... OAB: RN-560-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional na origem contra acórdão da Turma recursal de origem, no qual se discute a concessão de benefício assistencial.
O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500741-84.2015.4.05.8308
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCUS ZANON VENTURA QUEIROGA OAB: PB-19384
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos contra decisão que inadmitiu os incidentes de uniformização suscitados pela parte autora e pela UNIÃO, pretendendo a reforma do acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de condenação da parte ré ao pagamento da GDAPEC, com base na integralidade de pontos pagos ao pessoal da ativa.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada nos arestos acostados como paradigma pelas partes recorrentes.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518613-73.2014.4.05.8300
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSE CANDIDO DE ARAUJO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511908-25.2015.4.05.8300
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DIOCLIDES DOMINGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500578-48.2012.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOSÉ CALIXTO DE ARAÚJO
PROC./ADV.:REGINALDO GONÇALVES DE MACEDO
OAB:CE-11784
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501599-06.2015.4.05.8312
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:SEVERINO LUIZ PAIXÃO
PROC./ADV.:MARIA ELIZABETH DE ANDRADE ALBUQUERQUE REGIS
OAB:PE-26359
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0504328-17.2010.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:ADILSON GOMES DE SOUZA
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500625-75.2015.4.05.8309
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:AMÉLIA DA CONCEÇÃO ALVES
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501786-41.2015.4.05.8303
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CÍCERO MANOEL RUFINO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500458-76.2015.4.05.8109
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ALMIR SOUSA LOBO
PROC./ADV.: ANTONIO EGEDEMO MARTINS OAB: CE-21740

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521429-28.2014.4.05.8300
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: GESSI TENÓRIO DE SOUZA
PROC./ADV.: ANTÔNIO ALMIR DO VALE REIS JÚNIOR OAB: PE-27 685
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502567-36.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCELO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: ANNY BRITO ALVES DA SILVA OAB: PE-27684

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501908-42.2015.4.05.8307
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALUIZIO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTE
OAB: AL-2897

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501392-07.2015.4.05.8312
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ DOMINGOS DE HOLANDA
PROC./ADV.:CLAYTON ANTONIO DA SILVA OAB:PE-35981

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501612-05.2015.4.05.8312
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ELISEU ALVES DE SANTANA
PROC./ADV.:BRUNO BAPTISTA OAB:PE19.805

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500922-73.2015.4.05.8312
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LUCIANO ZACARIAS DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO OAB:PE-30 341

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502058-38.2015.4.05.8302
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: ANA MARAÍZA DE SOUSA SILVA
OAB: PE-25667

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504842-91.2015.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RINALDO CARNEIRO E SILVA
PROC./ADV.: DENNIS NUNES
OAB: PE-28 760

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500102-57.2015.4.05.8311
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDVALDO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500639-50.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MARCIO DE BARROS
PROC./ADV.: HIGO ALBUQUERQUE DE PAULA
OAB: PE-33738

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512677-85.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAMILA BARBOSA LUCAS DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCO ANTONIO VIEIRA COSTA FERNANDES
OAB: CE-11842

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500868-10.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ EDUARDO DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
OAB: PE-30 341

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a conversão de tempo de serviço especial em comum para fins de aposentadoria.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501886-66.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIS MARIO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
OAB: PE-30 341

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006297-42.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GABRIEL SOUSA CORRÊA
PROC./ADV.: RAFAELA BORTOLATTO PINTER FONSECA
OAB: SC-22043
REPRESENTANTE LEGAL: RUDMAR BARDILIN CORRÊA
PROC./ADV.: RAFAELA BORTOLATTO PINTER FONSECA
OAB: SC-22043

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502960-16.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA ILMA AMARO VIEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA...
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: CÍCERA ANGELINA AMARO VIEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA...
OAB: RN-560-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002363-23.2011.4.04.7215
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALFREDO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO CARLOS GOEDERT
OAB: SC-12076
REPRESENTANTE LEGAL: PEDRO PAULO DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO CARLOS GOEDERT
OAB: SC-12076

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0050183-55.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ENEDINA ROCHA SPOLADORE SILVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500539-13.2015.4.05.8307
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ADEILTON JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.:SILVAN ANTONIO DO NASCIMENTO OAB:AL-5328

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507870-58.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIONÍSIO RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514351-80.2014.4.05.8300
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ISAAC JOSÉ DE SANTANA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO OAB: PE-30 341

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507985-88.2015.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: PAULO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: MARCUS ELY SOARES DOS REIS.
OAB: PE-1956
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503905-79.2014.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: PAULO MAURÍCIO DA COSTA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO OAB: PE-30 341
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500323-58.2015.4.05.8305
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JONATHAN FERREIRA PEREIRA
REP. LEGAL: SIVONETE FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5061543-87.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: BEATRIZ SANTOS FERREIRA
PROC./ADV.: CARLA FERNANDA CABERLON
OAB: RS-66189
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ROSILENE MACHADO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLA FERNANDA CABERLON
OAB: RS-66189

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501613-76.2013.4.05.8306
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HADASSA VITÓRIA BEZERRA CORDEIRO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504111-60.2013.4.05.8302
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALBERTINA GUIMARÃES DA COSTA
PROC./ADV.: RODRIGO EWERTON DE ARAÚJO OAB:PB-13964

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de maio de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5038510-34.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIZA URBANO
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB: DF-5939

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5049644-58.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MARLI TERESINHA DA SILVA
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB:DF-5939

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5059611-64.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:NADIR PAZ DA SILVA
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB:DF-5939
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0523563-80.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTÔNIA MARTINS DOS SANTOS OLIVEIRA
PROC./ADV.:PAULO ROBERTO DE LIMA OAB:CE-24252
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5058621-39.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:MARILANE DE OLIVEIRA DANIELI
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB:DF-5939
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502770-95.2015.4.05.8312
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:MARIA MARTA DE JESUS ARAUJO
PROC./ADV.:RIVADAVIA NUNES DE ALENCAR BARROS NETO OAB:PE-25410
REQUERIDO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OAB:BB-0000000

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0512589-92.2015.4.05.8300
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):HELENA PARANHOS GAZINEU
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REPRESENTANTE LEGAL:MARIA HELENA PARANHOS GANIZEU
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510871-78.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CIRO BENIGNO PORTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502250-41.2015.4.05.8311
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SEVERINO AMARO PEREIRA BARBOSA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5032625-05.2014.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MARLI ALBORNOZ DE PESSOA
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB:DF-5939

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0505216-53.2014.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):Antônio Ribeiro do Nascimento
PROC./ADV.:DAVI PINHEIRO CAVALCANTE OAB:CE-27902

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0526780-68.2012.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOÃO GOMES DE MELO NETO
PROC./ADV.:FRANCISCA MARIA RIBEIRO FROTA OAB:CE-15601
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0512481-52.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCO LUCIOLO DA SILVA
PROC./ADV.:WILTON IZAIAS DE JESUS OAB: CE-13544
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0507268-59.2013.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SERGIO LINHARES DE CAVALCANTE
PROC./ADV.:ANTONIO GERALDO LEITE OAB: CE-11873

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0504458-48.2012.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FRANCISCA DIVANE TAVARES LUNA
PROC./ADV.:YANNA PAULA LUNA ESMERALDO OAB: CE-16696

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0527639-21.2011.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):RAIMUNDO NONATO FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.:RENATO DE MOURA SOARES OAB:CE-15968

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5057976-48.2012.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):NORMA HELENA RODRIGUES CUNHA
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB:DF-5939

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5058261-07.2013.4.04.7100
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:ELIANE SCHERER DA COSTA
PROC./ADV.:ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB:DF-5939
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502332-09.2014.4.05.8311
ORIGEM:2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ANTONIO DE MOURA ARAUJO
PROC./ADV.:FRANCISCO PIRES BRAGA FILHO OAB: PE-12505
INTERESSADO (A):MARIA LUCIA BISPO LEITE
PROC./ADV.:ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500914-26.2015.4.05.8109
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GUILHERME BERNANRDO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:WILTON IZAIAS DE JESUS OAB: CE-13544

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502822-61.2014.4.05.8107
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA CONCEIÇÃO DUARTE CARLOS
PROC./ADV.:CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB:CE12564

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0508433-41.2013.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FRANCISCO DE ASSIS BARROS DE CASTRO
PROC./ADV.:EVELINE CARNEIRO OAB: CE-17775

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500134-98.2015.4.05.8105
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GERALDO MARCOLINO DA SILVA
PROC./ADV.:WILTON IZAIAS DE JESUS OAB: CE-13544

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500730-55.2015.4.05.8308
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:ANTÔNIO JOAQUIM DOS ANJOS
PROC./ADV.:ANDRÉ CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA OAB: PE-1838-A
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500258-67.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:LUIZ RODRIGUES SILVA
PROC./ADV.:FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA OAB: CE 11.720
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0504284-76.2011.4.05.8101
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VALDÍSIO MOREIRA MAIA
PROC./ADV.:DEISE DE OLIVEIRA LASHERAS OAB: CE-5105

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0506740-60.2015.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANA LUCIA CAMELO MARTINS
PROC./ADV.:LUZIA NEIDA DE LIMA OAB: CE-22663
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0507138-91.2012.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SEVERINO JOSÉ BERNARDO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0516800-11.2014.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:IVO GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502116-29.2015.4.05.8403
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:FRANCISCA ZORAIDE DA CRUZ
PROC./ADV.:FRANCISCO DE PAULO SILVA OAB:RN-13644
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0524724-73.2014.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:ELIZABETE RODRIGUES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0513976-36.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:FRANCISCA MARGARETE DA SILVA BARBOSA
PROC./ADV.:ANDREIA DE ARAÚJO MUNEMASSA OAB:RN-419
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0523547-74.2014.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):NATALÍCIO PEDRO DE LIMA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502314-93.2015.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: OLAVO TORRES DA CUNHA
PROC./ADV.: KARLOS RONEELY ROCHA FEITOSA OAB: CE-23 104
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501257-53.2014.4.05.8304
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS DOS ANJOS
PROC./ADV.: ANDRÉ CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA
OAB: PE-1838-A
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501324-69.2015.4.05.8308
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARTA EUGENIA DOS SANTOS LIMA
PROC./ADV.: RAFAEL PIRES CAMPOS OAB: PE-29685

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500378-15.2015.4.05.8303
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZILVANETE LEITE SANTANA
PROC./ADV.: JOAQUIM DE SOUSA MELO NETO OAB: PE 22.239

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503958-51.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ EUDES RIBEIRO DE SOUSA
PROC./ADV.: WILTON IZAIAS DE JESUS
OAB: CE-13544
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507728-80.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: REJANIA GOMES DE SOUSA
OAB: CE-13290

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524943-12.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL ESTEVAM DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA PEREIRA OAB: CE-4643
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501977-62.2015.4.05.8311
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSE FRANCISCO DE AZEVEDO
PROC./ADV.:MILENA ARAÚJO DE FREITAS OAB:PE-31842

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502031-25.2015.4.05.8312
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MANOEL SEVERINO DA SILVA
PROC./ADV.:MÁRCIA CRISTINA BORBA OAB: PE-30411

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501306-54.2015.4.05.8306
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ MARIA DE ARAÚJO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0512664-86.2014.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCO PAULO DA CUNHA
PROC./ADV.:CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0504539-92.2015.4.05.8101
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIO GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.:MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0513573-67.2015.4.05.8400
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:MÚCIO GONÇALVES DE BULHÕES
PROC./ADV.:VENÍCIO BARBALHO NETO OAB: RN 3.682
REQUERIDO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0505136-55.2015.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:VALDIR MELO DE SOUSA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:CE-20417-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501760-31.2015.4.05.8404
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE:ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO OAB: RN-9340
REQUERENTE:LUCILA SAMARA DANTAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO OAB: RN-9340
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500531-30.2015.4.05.8309
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:PE-573-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502282-95.2014.4.05.8306
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: LUZINETE NASCIMENTO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502281-28.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCIANA BATISTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA OAB: CE-22078

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515882-25.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA EDVANDA RODRIGUES FERNANDES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515273-42.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES RIBEIRO DO NASCIMENTO
OAB: CE-9116
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001568-05.2014.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALCIRA RUIZ OTTATI
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP312716
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0054897-48.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PEDRO SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503391-62.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA RAQUEL LIMA TORRES
PROC./ADV.: JÉMISSON RÉGIS ALCÂNTARA SILVA OAB: CE-24 774
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506371-94.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDA ROSA DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: REJANIA GOMES DE SOUSA OAB: CE-13290

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0504208-10.2015.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ BATISTA ARRAIS
PROC./ADV.: JOAQUIM MIGUEL GONÇALVES OAB: CE-6059
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: JOSEFA ARRAIS DE SOUZA
PROC./ADV.: JOAQUIM MIGUEL GONÇALVES OAB: CE-6059

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502484-71.2015.4.05.8101
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:IVÂNEIDE DANIEL MAIA
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:CE-20417-A
REQUERIDO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OAB: BB-0000000

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0513072-14.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JÉSSICA DA SILVA COSTA
PROC./ADV.:CAMILA SÁ DE CARVALHO MOTTA OAB: CE-20775

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0517054-36.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:ANTONIO GILVAN ALENCAR
PROC./ADV.:PATRÍCIO WILIAM VIEIRA OAB: CE-7 737
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0507493-17.2015.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTÔNIO GLAUBER FURTADO DA SILVEIRA
PROC./ADV.:FRANCISCO EMIRTON DE ARAÚJO OAB: CE-30829

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0009070-82.2010.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOAO LUIZ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO PROC./ADV.: SEM ADVOGADO
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.:SEM ADVOGADO
REQUERIDO(A):MARIA DE FATIMA RODRIGUES BEZERRA
PROC./ADV.:DEBORA NASCIMENTO DA COSTA DURAES

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0519428-25.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCO ADEMAR DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0510829-28.2012.4.05.8102
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOÃO NASCIMENTO DE SOUZA
PROC./ADV.:ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES OAB:CE-18947
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003025-61.2012.4.03.6311
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:FABIO CAMACHO DELL AMORE TORRES
PROC./ADV.:PATRICIA DELL AMORE TORRES OAB: SP252458
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 07 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501639-24.2015.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:RENATO FERREIRA DE LIMA
PROC./ADV.:BRUNO BAPTISTA OAB:PE19.805
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501678-82.2015.4.05.8312
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ HERMINIO DA SILVA
PROC./ADV.:BRUNO BAPTISTA OAB:PE19.805

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502511-03.2015.4.05.8312
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):BARTOLOMEU COSTA DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO SOARES FERREIRA OAB:PE-1947

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0514445-91.2015.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LUCIANO FERNANDO HOLANDA CYSNEIROS DE ALMEIDA
PROC./ADV.:CARLOS HENRIQUE F COSTA OAB:PE-1042

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0520004-63.2014.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOÃO DAMÁSIO BRAGA
PROC./ADV.:BRUNO BAPTISTA OAB:PE19.805

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0501749-84.2015.4.05.8312
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ ANASTÁCIO DA SILVA FILHO
PROC./ADV.:JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO OAB: PE-30 341

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502217-97.2014.4.05.8307
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ GRIMAURO DE LIMA
PROC./ADV.:DJALMA CORREIA CARNEIRO OAB:PE-11055

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0508080-89.2013.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:REJANE DE ANDRADE DOS SANTOS
PROC./ADV.:LORENITA APARECIDA GOMES ANTUNES OAB: PE-000538B
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0503580-37.2014.4.05.8302
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:UMBERTO GOMES BELO
PROC./ADV.:PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REQUERIDO(A):FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501476-57.2014.4.05.8307
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):IZALTO FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.:JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO OAB: PE-30 341

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501466-76.2015.4.05.8307
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GENILDO CARDEAL DA SILVA
PROC./ADV.:VANESSA TAVARES DE ALMEIDA CARVALHO OAB: AL-12240

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502444-75.2014.4.05.8311
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARCOS ANTONIO FERREIRA
PROC./ADV.:SEVERINO MINERVINO DA FONSECA OAB:PE-27175

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0513811-66.2013.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):BRAZ MANOEL DE BARROS
PROC./ADV.:SARA CRISTINA ALBUQUERQUE RIBEIRO OAB:PE-18117

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500222-06.2015.4.05.8310
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:JOSÉ MARIANO DA SILVA
PROC./ADV.:ANDRÉ CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA OAB: PE-1838-A
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0500794-53.2015.4.05.8312
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSE LUCIO XAVIER
PROC./ADV.:GALDINO BATISTA BEZERRA NETO OAB:PE-29290

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0514120-87.2013.4.05.8300
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:VAMBERTO PEDRO FELICIANO
PROC./ADV.:MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB:CE-20417-A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501608-68.2015.4.05.8311
ORIGEM:3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:SIMONE RAMIRO DE ASSIS
PROC./ADV.:THIAGO RAMOS SÁ GONDIM OAB: DF-45386
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL:CRISTIANE TENÓRIO DA CRUZ
PROC./ADV.:THIAGO RAMOS SÁ GONDIM OAB: DF-45386

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504270-66.2014.4.05.8302
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DO ROSÁRIO FERREIRA SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVAOAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5018332-55.2013.4.04.7200
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:JULIA DA SILVA HAMES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5003789-19.2014.4.04.7101
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MATEUS DE CASTRO VEIGA
PROC./ADV.:MARCIA ROSANE LOURENÇO FERREIRA OAB: RS-41355

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0512084-90.2013.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANA LETÍCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):ANA LÍVIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, acolhendo o parecer ministerial, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:5000398-24.2012.4.04.7005
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):KAUANA VITORIA DE ARAUJO DE BRUM
PROC./ADV.:PATRÍCIA MARA GUIMARÃES OAB:PR 29.908

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, acolhendo o parecer ministerial, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0502350-97.2013.4.05.8106
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:FRANCISCA FABIOLA CARDOSO ANDRE
PROC./ADV.:JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL:FRANCISCA CARDOSO ANDRE
PROC./ADV.:JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, acolhido o parecer ministerial, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0501758-47.2013.4.05.8108
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CARLOS GEFFESON SANTOS DE SOUSA
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB:CE-7068
REQUERIDO(A):LIVIA KEANNE DOS SANTOS DE SOUSA
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB:CE-7068
REPRESENTANTE LEGAL:EULA MARCIA DOS SANTOS TELES
PROC./ADV.:FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB:CE-7068

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, acolhido o parecer ministerial, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2008.50.50.004377-8
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JONATAS DE OLIVEIRA FERNANDES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):JOSUE DE OLIVEIRA FERNANDES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):JOUBERT DE OLIVEIRA FERNANDES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERESSADO (A):CICERA GEANE LIMEIRA MARTINS ALMEIDA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REPRESENTANTE LEGAL:NILTON SERGIO FERNANDES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, acolhido o parecer ministerial, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002474-09.2012.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SABRINA ALVES DA SILVA e SUELI ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ANGELA MARIA FILIPINI OAB: SC 10.630
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ROSANE LOPES DUARTE
PROC./ADV.: ANGELA MARIA FILIPINI OAB: SC 10.630

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007928-04.2014.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA LEONICE DOS SANTOS SENA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA FEDERAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000960-14.2013.4.03.6326
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO BERNARDINELLI
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000061-94.2009.4.03.6313
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DERCI NEVES DA COSTA
PROC./ADV.: HILARIO BOCCHI JUNIOR OAB: SP090916
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000960-14.2013.4.03.6326
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALMIR ANTONIO AFARELLI
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001711-70.2014.4.03.6324
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ESMERALDO FEDOCE
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB-SP:284.549
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0041373-52.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AMERICO PINHEIRO
PROC./ADV.: MILTON DE ANDRADE RODRIGUES OAB: SP096231
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011342-65.2014.4.03.6315
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA RODRIGUES DE OLIEIRA
PROC./ADV.: GUSTAVO DE CARVALHO MOREIRAOAB-SP:251.591
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000061-48.2010.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CARLOS ALVES RIBEIRO
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL OAB: SP099858
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009437-11.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERIDO(A): ORLANDO JOSE MENDONCA
PROC./ADV.: CAETANO MIGUEL BARILLARI PROFETA ¬-OAB: SP144173
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001106-76.2013.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): ABELARDO DEOGADO MARCONI
PROC./ADV.: HELIO GUSTAVO BORMIO MIRANDA OAB/SP: 153418

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003500-54.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO ROMUALDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GRACIA FERNANDES DOS SANTOS DE ALMEIDA - OAB: SP178874
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002411-05.2007.4.03.6320
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): TEREZINHA FERREIRA DE ABREU
PROC./ADV.: ALICE PALANDI OAB/SP: 110402

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001189-09.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE PEDRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB/SP 312.716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0016404-28.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUCIANA APARECIDA BATISTA E OUTROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0016404-28.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUCIANA APARECIDA BATISTA E OUTROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0016404-28.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUCIANA APARECIDA BATISTA E OUTROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000579-07.2006.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CARLOS ADRIANO DE CAMARGO MARTINS
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR - OAB/SP 128.366
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0039460-30.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MIROSLAV FLORIDO TUMA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JUNIOR OAB: SP183642
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0016404-28.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUCIANA APARECIDA BATISTA E OUTROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0016404-28.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUCIANA APARECIDA BATISTA E OUTROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0038137-87.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LOURIVAL FERNANDES SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JUNIOR OAB: SP183642
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004915-22.2014.4.03.6325
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANGELICA MARIA DO ROSARIO BARBUGIANI
PROC./ADV.: RODRIGO DA COSTA GOMESOAB/SP nº 313.432

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016053-18.2012.4.04.7108
ORIGEM: TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA 4ª REGIÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVONE CONCEIÇÃO SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de novembro de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0014137-64.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOAO MARTINS XAVIER
PROC./ADV.: HILARIO BOCCHI JUNIOR
OAB: SP090916
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003473-08.2010.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERIDO(A): SEBASTIAO EDUARDO COSTA MARTINS
PROC./ADV.: RODRIGO AUGUSTO MENEZES OAB: SP180155
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013673-93.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: APARECIDA PEREIRA CARDOSO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS OAB: SP161110
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000469-91.2009.4.03.6311
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ALCIDES RODRIGUES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.:PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0005805-82.2009.4.03.6309
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.:PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERENTE:JUVINA VIEIRA ARAUJO
PROC./ADV.:JOÃO FRANCISCO DA SILVA OAB: SP245468

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0040382-71.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA APARECIDA MORETTO BULLA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JUNIOR OAB: SP183642
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000083-42.2010.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PALMIRA PELISARI CAMACHO
PROC./ADV.: MICHELE VIEIRA CAMACHO OAB: SP254564
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000329-56.2011.4.03.6321
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIS ANTONIO ALVES DE CARVALHO
PROC./ADV.: ANTONIO ADOLFO BORGES BATISTA OAB/SP 267.605

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001048-61.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): TEREZINHA RODRIGUES DE SÁ BIANCHINI
PROC./ADV.: LUIZ DE MARCHIOAB: SP 190.709

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0022761-32.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CREUSA CRESCENIO TARGA
PROC./ADV.: ODENEY KLEFENS OAB: SP021350
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de auxílio-reclusão à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
Verifica-se que o acórdão recorrido destoa da jurisprudência do STJ (AgRg no REsp 1232467/SC, Rel. Min, Jorge Mussi), nos seguintes termos:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO OU SEM RENDA. CRITÉRIO ECONÔMICO. MOMENTO DA RECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os requisitos para a concessão do auxílio-reclusão devem ser verificados no momento do recolhimento à prisão, em observância ao princípio tempus regit actum. Precedentes. 2. Na hipótese em exame, segundo a premissa fática estabelecida pela Corte Federal, o segurado, no momento de sua prisão, encontrava-se desempregado e sem renda, fazendo, portanto, jus ao benefício (REsp n. 1.480.461/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10/10/2014). 3. Agravo regimental improvido.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização e, prosseguindo no julgamento, a ele dar provimento. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002602-60.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MONICA APARECIDA MORENO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001653-96.2011.4.03.6316
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL I.N.S.S
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAFAELA BALARO BOZOLAN
PROC./ADV.: THIAGO SANTOS SALVIANO SOUZA OAB/SP 300568

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000245-09.2011.4.03.6304
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: AUGUSTO APARECIDO TOLEDO
PROC./ADV.: VILMA POZZANI OAB: SP187081
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008000-97.2010.4.03.6311
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOAO CARLOS BERNARDO
PROC./ADV.: ENZO SCIANNELLI OAB: SP098327

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000154-53.2006.4.03.6316
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSE ROQUE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001119-28.2010.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
PROC./ADV.: ADVOGADO DA ECT
REQUERIDO(A): AILSON FIRMINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: RODOLFO ANTONIO MARTINEZ DE OLIVEIRA OAB: SP275049

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003957-76.2012.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):PAULA MOREIRA GUEDES
PROC./ADV.:CAETANO MIGUEL BARILLARI PROFETA OAB:SP-144173

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0005975-31.2012.4.03.6315
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):GEIDRA RENATA PENTEADO e outros
PROC./ADV.:SEM ADVOGADO
REQUERIDO(A):GILMAR ARTUR DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:SEM ADVOGADO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0052944-49.2012.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):LYCIA NAIZA RODRIGUES GUIMARAES
PROC./ADV.:DIVA YAEKO HANADA ODO OAB:SP-252804

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000839-86.2012.4.03.6304
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTONIO DA SILVA
PROC./ADV.:SAMUEL HONORATO DA TRINDADE. OAB:SP-228197

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000747-69.2012.4.03.6317
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AIRTON TIVA
PROC./ADV.:WILSON MIGUEL OAB:SP099858
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000491-98.2012.4.03.9301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARINES DA SILVA CONSTANTINO
PROC./ADV.:JOSE BRUN JUNIOR OAB:SP128366
REQUERIDO(A):JUIZ FEDERAL DO JEF ADJUNTO DE AVARE
PROC./ADV.:SEM ADVOGADO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0000443-91.2012.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA APARECIDA DO LAGO JUDICE
PROC./ADV.:JOSÉ APARECIDO BUIN OAB:SP-74541
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0089904-14.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDIMUNDO ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: FABIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO OAB: SP195284
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000969-73.2013.4.03.6326
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALDEMAR FERRARINI JUNIOR
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP312716
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006931-52.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE CARLOS RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: HILARIO BOCCHI JUNIOR OAB: SP090916
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0053759-17.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GILVIO DE CARVALHO DIAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002473-68.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCELO ANDRE DE MORAES
PROC./ADV.: RAIMUNDO FLORESOAB/SP: 258.994
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de abril de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001091-07.2008.4.03.6312
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA CHALEGRE
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK OAB: SP303899
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0065493-23.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LINALDO ERNESTO DA SILVA
PROC./ADV.: ANA MARIA HERNANDES FELIX OAB: SP138915
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0028039-43.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UBALDINA ALMEIDA LAURENTINO
PROC./ADV.: ANTONIO DA MATTA JUNQUEIRA OAB: SP065699
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0028039-43.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UBALDINA ALMEIDA LAURENTINO
PROC./ADV.: ANTONIO DA MATTA JUNQUEIRA OAB: SP065699
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002107-31.2010.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MAURO BARBOSA
PROC./ADV.: JOSÉ ALEXANDRE FERREIRA OAB: SP 192.911
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0026378-29.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO DA MATTA JUNQUEIRA OAB: SP065699
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001834-40.2010.4.03.6314
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: VALDENOR PIRES
PROC./ADV.: BENEDITO APARECIDO GUIMARAES ALVES OAB: SP104442
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001863-11.2010.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: BENEDITO RODRIGUES
PROC./ADV.: ANDRE RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP172851
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002107-31.2010.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MAURO BARBOSA
PROC./ADV.: JOSÉ ALEXANDRE FERREIRA OAB: SP 192.911
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0039000-48.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: NATALINA PAGANELI TRICAI
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB: SP-140741
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004444-56.2011.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZEFERINA ROSA FERREIRA
PROC./ADV.: CATIA LUCHETA CARRARA OAB: SP184608

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0070916-61.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: OSVALDO NICOLICHE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO OAB: DF00123456
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0007175-12.2012.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LIDIA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA CRISTINA LEME GONÇALVES OAB: SP-259.455

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002593-40.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE MARIO CAUM
PROC./ADV.: SIMONE APARECIDA GOUVEIA SCARELLI OAB: SP-122469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001585-54.2013.4.03.6324
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
REQUERIDO(A): CELIA REGINA NUNES
PROC./ADV.: ELIZELTON REIS ALMEIDA OAB: SP254276

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010988-21.2010.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA ANTONIETA DA SILVA SOUZA
PROC./ADV.: MARIZA MARQUES FERREIRA HENTZ OAB: SP277697
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: SONIA COIMBRA OAB: SP-85931

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000650-17.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SILVIA NUNES CARDOSO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000830-35.2014.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CONCEICAO APARECIDA ALVES
PROC./ADV.: DANIELE MIRANDA OAB:SP228009
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009568-90.2010.4.03.6104
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ODAIR MANHANI
PROC./ADV.: CLEITON LEAL DIAS JUNIOR OAB: SP124077
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000249-75.2009.4.03.6317
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:LUZINETE ALVES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:WILSON MIGUEL OAB:SP099858
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001604-20.2009.4.03.6318
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VALTER DONIZETE BORGES
PROC./ADV.:ALINE DE OLIVEIRA PINTO E AGUILAR OAB: SP-238574

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0036180-90.2009.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:FÁTIMA CRISTINA LOPES
PROC./ADV.:BRAHIM POLO AL SULEIMAN OAB:SP224119
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0006102-32.2008.4.03.6307
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTONIO ZANINI
PROC./ADV.:MÁRCIO WANDERLEY DE OLIVEIRA OAB: SP-133 888

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000722-69.2010.4.03.6303
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NIVALDO HONORIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ARLETE OLIVEIRA FAGUNDES OTTONI

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001508-05.2009.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA OZANA GARCIA
PROC./ADV.: DAIENE KELLY GARCIA. OAB: SP-300255

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013417-63.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JORGE ANTONIO DE SOUZA
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS OAB: SP 161110
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0044096-05.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: OCEANO FELIX DAO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0021506-68.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA TEREZA MAZALI
PROC./ADV.: ERALDO LACERDA JUNIOR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0038525-87.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PEDRO HENRIQUE DA COSTA OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS DA SILVA OAB: SP-70067
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ANGELA MARIA DA COSTA
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS DA SILVA OAB: SP-70067

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000913-21.2009.4.03.6313
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSE ANTONIO DE CARVALHO
PROC./ADV.: MARCUS ANTONIO COELHO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0077215-35.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOILSON GOMES LIMA SANTOS
PROC./ADV.: ELIANE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA OAB: SP207814
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000850-24.2012.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MANOEL SERGIO DA SILVA
PROC./ADV.:ANA CAROLINA DE SOUZA MIZIARA OAB:SP-21242

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000845-48.2012.4.03.6319
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:LURIKO KASAI
PROC./ADV.:ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB:SP140741
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000795-28.2012.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA RAIMUNDO SOARES
PROC./ADV.:WILSON MIGUEL OAB:SP099858
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000605-67.2013.4.03.6305
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JANE MARIA SILVA MASUKO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SP284549
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001397-13.2012.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SUZANA MATSUMOTO
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO OAB: SP159986

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0042260-02.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DANILO SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO OAB: DF00123456
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501323-60.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLA VITORIA MOREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.
OAB: CE-20417-A
REPRESENTANTE LEGAL: ANDREIA MOREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006022-80.2008.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALEXANDRINA CAGALE POZO
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504210-77.2015.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE BORGES DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: AQUILES LIMA DE SOUSA
OAB: CE-22 030
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000736-76.2008.4.03.6318
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANTONIO DE PÁDUA ALMEIDA
PROC./ADV.:MARIA BERNADETE SALDANHA LOPES OAB: SP-86 369

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000773-27.2008.4.03.6311
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOSÉ LUIZ MATIAS
PROC./ADV.:REGIANE LOPES DE BARROS OAB: SP-140004

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de incidência de IRPF sob plano de previdência privada.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000438-08.2008.4.03.6311
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):RENNER BEZERRA DA ROCHA
PROC./ADV.:ENZO SCIANNELLI OAB: SP098327

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000857-55.2008.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:PEDRO FORMENTON
PROC./ADV.:DIEGO GONCALVES DE ABREU OAB:SP228568
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001800-36.2008.4.03.6314
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOSÉ APARECIDO DA SILVA
PROC./ADV.:BENEDITO APARECIDO GUIMARAES ALVES OAB: SP104442
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001323-30.2010.4.03.6318
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LAMARTIM PROFIRIO DA SILVA
PROC./ADV.: JOAO NASSER NETO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006355-77.2009.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADEILDES CAMPOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: SILVANA DIAS BATISTA OAB: SP233077
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006800-77.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA SOUZA
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS OAB: SP161110
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000261-97.2010.4.03.6303
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MANOEL AFFONSO DE VASCONCELLOS
PROC./ADV.: LUCAS RAMOS TUBINO OAB: SP-202 142
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002159-77.2012.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALDIR ROSA DE JESUS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO OAB: DF00123456
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005223-04.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLAYTON VALVERDE ROCHA
PROC./ADV.: LUIZ FRANCISCO CORREA DE CASTRO OAB: SP241857
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006397-48.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RAFAEL PONTES DE MOURA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001622-36.2012.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CARMEN SILVIA FERREIRA FERRO
PROC./ADV.:JOSÉ CARLOS THÉO MAIA CORDEIRO OAB:SP-74491
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0053574-37.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FLAVIANA DE JESUS MELO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001368-59.2013.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: TEREZA EVARISTO COSTA
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB:SP284549
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0019616-94.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIA ALVES DAMASCENO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ERALDO LACERDA JUNIOR OAB: SP191385A
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006439-02.2009.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EXPEDITA ROSA JOSE PINTO
PROC./ADV.: ANA PAULA THOMAZO OAB: SP245602
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006286-54.2009.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EFIGENIA DAS DORES DA SILVA
PROC./ADV.: MILTON DE ANDRADE RODRIGUES OAB: SP096231

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000583-66.2014.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSIAS SOUZA DAVID
PROC./ADV.: ODENEY KLEFENS
OAB: SP021350
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0014235-42.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): HELIO FRAGOSO DE MENDONCA
PROC./ADV.: DIVA YAEKO HANADA ODO OAB: SP252804

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004959-44.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DE JESUS FERREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000187-53.2009.4.03.6311
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS LOURENCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA SOARES OAB: SP-139401

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0014133-83.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SEVERINO TRAJANO DA SILVA
PROC./ADV.: VALDEMIR ANGELO SUZIN OAB:SP180632
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000719-52.2008.4.03.6314
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANTONINO DEXTRO GARDIANO
PROC./ADV.:BENEDITO A GUIMARÃES ALVES OAB: SP-104 442
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001642-17.2008.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANTÔNIO CARLOS CORREIA LEITE
PROC./ADV.:DANIELA VILELA P. VASCONCELOS OAB:SP-161110
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000048-40.2014.4.03.6307
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):PAULO BORGES PEREIRA
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003099-05.2013.4.03.6304
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:EDISON MARIANO DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.:CRISTIANE PINHEIRO CAVALCANTE OAB:SP221947
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0019885-07.2011.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NEUSA MOTA DA SILVA
PROC./ADV.:MARTA MARIA RUFFINI PENTEADO GUELLER OAB: SP097980

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0016310-20.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:LOURDES MARTOS ROCHA
PROC./ADV.:ERALDO LACERDA JUNIOR OAB: SP191385A
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0030859-35.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ELZA RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.:ANTONIO CARLOS NUNES JUNIOR OAB: SP183642
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001047-66.2009.4.03.6307
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ANGELINA APARECIDA IVALE
PROC./ADV.:JULIANA CRISTINA MARCKIS OAB:SP-255169
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000559-91.2012.4.03.6312
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:YCARO FIRMIANO MOREIRA GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.:TÚLIO CANEPPELE OAB: SP-335208
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001944-02.2011.4.03.6315
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA CLARA FELIX CAMPOS
PROC./ADV.:CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA OAB:SP075739
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001198-70.2007.4.03.6317
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOSEFA MACARIO
PROC./ADV.:AIRTON GUIDOLIN OAB:SP068622
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0006943-35.2014.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:VALTER PAES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0004558-76.2012.4.03.6304
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MANOEL SEBASTIÃO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.:JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA OAB:SP 79.365
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000876-25.2013.4.03.6322
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): WILLIAM JUNQUEIRA RAMOS
PROC./ADV.: ANA PAULA JUNQUEIRA ARANHA
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000809-23.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE MILTON XAVIER DE MACEDO
PROC./ADV.: HILARIO BOCCHI JUNIOR OAB: SP090916
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000529-83.2013.4.03.6324
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSE FABIO DA SILVA
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000618-31.2011.4.03.6307
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SUELI MARIA DE MOURA
PROC./ADV.: JOSÉ OTÁVIO DE ALMEIDA BARROS JÚNIOR OAB: SP-257676
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001672-49.2013.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DURVAL AUGUSTO LOMBA RODRIGUES
PROC./ADV.: CAMILA PERES RODRIGUES
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002467-43.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VANESSA DA SILVA VIEIRA
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001072-06.2014.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALDETE APARECIDA DA SILVA DEL BEM
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB:SP284549
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001718-85.2011.4.03.6318
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE DIAS MARIANO
PROC./ADV.: DANIELA CRISTINA FARIA OAB: SP-224122
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001285-14.2011.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE LURDES BITENCOURT MENDONCA
PROC./ADV.: ANDRE RICARDO DE OLIVEIRA OAB:SP172851
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004034-66.2014.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOANA DASSE JUSTINO
PROC./ADV.: FABRÍCIO BARCELOS VIEIRA
OAB: SP190205
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000553-86.2014.4.03.6321
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FLAVIO NASCIMENTO DA SILVA
PROC./ADV.: ENZO SCIANNELLI
OAB: SP-98327
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000640-72.2014.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CEZAR AUGUSTO DA SILVA GASPAR
PROC./ADV.: ENZO SCIANNELLI
OAB: SP-98327
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006926-69.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FRANCISCO INACIO AGUIAR
PROC./ADV.: LILIAN CRISTINA BONATO OAB: SP171720
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0001703-57.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARGARETE APARECIDA ROSA LOPES
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001489-62.2005.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FLORISVALDO SELEBER
PROC./ADV.: LUIZ APARECIDO SARTORI. OAB: SP-158983
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute o reconhecimento da especialidade de períodos trabalhados pela parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001110-77.2007.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:LUIS DOMINGOS PAULIN
PROC./ADV.:MARIA ISABEL OLYMPIO BENEDITTINI OAB: SP225003
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0002295-40.2013.4.03.6303
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):DENISE SCHINCARIOL PINESE SARTORELLI
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0033185-36.2011.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:SILVANA DA SILVA BORGES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0052620-25.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOSÉ PEDRO
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001551-54.2014.4.03.6321
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ELISABETE ALVES DA SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000743-14.2012.4.03.6323
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ALZIRA MATACHANA GONZALEZ DE MOURA
PROC./ADV.:PEDRO VINHA OAB: SP-117976
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001433-43.2011.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:LUIS CARLOS EVANGELISTA
PROC./ADV.:MARIA ISABEL OLYMPIO BENEDITTINI OAB: SP225003
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0011337-02.2007.4.03.6311
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA ORTENCIA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.:MARCUS ANTONIO COELHO OAB: SP191005
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010879-07.2006.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCO GOMES DE ALMEIDA FILHO
PROC./ADV.: MARIA JOSE VALARELLI BUFFALOOAB: SP SS.523

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0028181-23.2008.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CÉLIA IMPIGLIA
PROC./ADV.:FRANCISCO ISIDORO ALOISE OAB: SP033188

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0033509-55.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IRACEMA DE ALMEIDA ENCKE
PROC./ADV.: ANTONIO DA MATTA JUNQUEIRA OAB: SP065699
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006574-82.2012.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DEBORA LAUTON DA SILVA
PROC./ADV.: ELISANGELA VIEIRA SILVA HORSCHUTZ OAB: SP290231
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006292-58.2014.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA PAULA JAQUETTA RONDELLO
PROC./ADV.: MARIA ISABEL CARVALHO DOS SANTOS OAB: SP-272952

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001115-97.2015.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IVANIR ROSA DE OLIVEIRA CHAGAS
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB:SP284549
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0054642-61.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ELOI PROCOPIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001882-54.2014.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JORGE BRANCO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN
OAB: SP284549
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000754-94.2013.4.03.6327
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTES: MATHEUS LEONARDO DA SILVA
MIKELE APARECIDA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003127-13.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RICARDO CLEMENTE DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007259-06.2014.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDERSON BUENO DOS SANTOS
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO
OAB: 000000

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0012802-29.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ ALBERTO LOPES
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN
OAB: SP284549
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000183-07.2014.4.03.6322
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: APARECIDA DO CARMO CREMONEZI PREDOLIM
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN
OAB: SP284549
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001287-25.2014.4.03.6325
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA ILZA GUARIDO TRIGO
PROC./ADV.: RODRIGO DA COSTA GOMES
OAB: SP-313432
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000674-31.2011.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAIR ALVES DA CUNHA NOGUEIRA
PROC./ADV.:MARCOS DA ROCHA OLIVEIRA OAB:SP-201448

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001194-38.2013.4.03.6312
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOÃO BATISTA PIOVANI FILHO
PROC./ADV.:ANDERSON MACOHIN OAB: SP284549
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001141-41.2014.4.03.6306
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ASIEL MARTINS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:ANDERSON MACOHIN OAB: SP284549
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0033675-24.2012.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:TEREZINHA ROMANA PARDIN
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001502-88.2010.4.03.6309
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:QUINTINO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.:PATRÍCIA GONTIJO DE CARVALHO OAB: SP-247825
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0050264-28.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
PROC./ADV.:ADVOGADO DA ECT
REQUERIDO(A): CAROLINE WOOD PALLOTTA
PROC./ADV.: ALINE VIVIANE ALVARENGA SILVA OAB:SP228970

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0054012-34.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JUSCELINO DOS REIS
PROC./ADV.:ANA MARIA HERNANDES FELIX OAB:SP138915
REQUERENTE:ODECIA RODRIGUES DOS REIS
PROC./ADV.:ANA MARIA HERNANDES FELIX OAB:SP138915
REQUERENTE: RICARDO MARIANO DOS REIS - FALECIDO
PROC./ADV.:ANA MARIA HERNANDES FELIX OAB:SP138915
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002552-42.2007.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GIAN AUGUSTO SIATICOSQUI
PROC./ADV.: ZACARIAS ALVES COSTA OAB: SP103489
REQUERIDO(A): OLIVIA TEREZINHA DE SOUZA
PROC./ADV.: ZACARIAS ALVES COSTA OAB: SP103489

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de benefício assistencial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003017-16.2014.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EURIPA APARECIDA PEREIRA MASSAMBANI
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SP284549
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute revisão de benefício previdenciário concedido a parte autora, sendo indeferido por carência da ação.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0062213-54.2008.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):MARCIA MARIA CORSETTI GUIMARÃES
PROC./ADV.:HUMBERTO CÂMARA GOUVEIA OAB:SP-268417

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000783-95.2008.4.03.6303
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):EDMUNDO DURAN
PROC./ADV.:ERICA PAULA BARCHA OAB:SP-95596

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002050-20.2013.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE MILTON DE SOUZA
PROC./ADV.: PAULO CESAR DA COSTA
OAB: SP195289
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003125-31.2008.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): APARECIDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ROSALINA BASSO SPINEL OAB: SP260428

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003350-39.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO VALE FERREIRA
PROC./ADV.: SEM ADVOGADO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de benefício assistencial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003051-17.2007.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ELENYR LOURENÇO
PROC./ADV.: EMANUEL CELSO DECHECHI OAB: SP-162741
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão revisão de renda mensal de benefício previdenciário.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002704-21.2006.4.03.6316
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OTACILIO RODRIGUES DA COSTA
PROC./ADV.: DARLEY BARROS JUNIOR OAB: SP139029

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute averbação de tempo rural e averbação e conversão de tempo especial em comum.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003557-91.2005.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
REQUERIDO(A): OLAVO CORREIA JUNIOR
PROC./ADV.: O MESMO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute o reconhecimento do cumprimento do estágio probatório após 2 anos de efetivo exercício no cargo de Procurador Federal e a progressão vertical para a primeira categoria da carreira, com respectivo pagamento das diferenças resultantes.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000951-34.2012.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA CHRISTINA MARCONDES PRIETO DOS SANTOS
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO CARDOSO CARVALHO OAB: SP177204
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute isenção e repetição de indébito referente ao imposto de renda retido.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001733-22.2013.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSIANE ANSELMO EZIAK
PROC./ADV.: CRISTINA VALENTIM PAVANELI DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0039937-24.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: REGINALDO TAINO
PROC./ADV.: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL OAB: MT00000DPU
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011509-21.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CELEI RODOLFO
PROC./ADV.: LUCAS RAMOS TUBINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001658-32.2008.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: APARECIDA LUCIA FERREIRA BATISTA
PROC./ADV.: VICENTE PIMENTEL OAB: SP124882
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001244-44.2011.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLAUDIO EVARISTO FERREIRA
PROC./ADV.: ISAC ALBONETI DOS SANTOS OAB: SP228624
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional admitido na origem.
Tendo verificado que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000972-61.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO GONCALVES
PROC./ADV.: GUSTAVO DE CARVALHO MOREIRA OAB: SP251591
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a revisão da RMI do benefício previdenciário da parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001128-22.2013.4.03.6324
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JAMIL DOMINGOS FERNANDES
PROC./ADV.: DAVI DE MARTINI JÚNIOR OAB: SP316430
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de junho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001775-22.2014.4.03.6311
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:DÉBORA MARIA DA CUNHA SILVA
PROC./ADV.:MANOEL RODRIGUES GUINO OAB: SP033693
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL:MAURO DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.:MANOEL RODRIGUES GUINO OAB: SP033693

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0058051-40.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSE FERREIRA DE SOUSA LIMA
PROC./ADV.:SIMONY ADRIANA PRADO SILVA OAB:SP313148

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de revisão da renda mensal inicial de seu benefício previdenciário.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006797-48.2011.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALCIDES CARLOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSE CARLOS RIGHETTI OAB:SP050282
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a restituição de imposto de renda pessoa física sobre verbas decorrentes de adesão a alteração promovida em Plano da Previdência Complementar.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003300-85.2013.4.03.6307
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):SANDRA MELQUIADES DE QUEIROZ
PROC./ADV.:SIDNEY MELQUIADES DE QUEIROZ OAB:SP184500

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute o pagamento de atrasados de pensão por morte retroativamente ao óbito do segurado instituidor do benefício.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003615-83.2013.4.03.6317
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JESUINA SOUZA COUTINHO
PROC./ADV.:FABIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO OAB:SP195284
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de pensão por morte à autora.
Em suas razões recursais, a recorrente alega a necessidade de ajuizamento de ação própria para discutir questão relacionada à devolução de valores recebidos a título de benefício assistencial, fundamentando tal argumento em acórdão da Primeira Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Paraná
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001574-46.2013.4.03.6317
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:EDILCE NEIVA DA COSTA
PROC./ADV.:ERALDO LACERDA JUNIOR OAB: SP191385A
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):OS MESMOS
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de extensão da GDPST ao servidores inativos, no mesmo patamar daqueles em atividade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0002984-90.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:PETERSON YAMAZATO HIGA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE:RAIANE MONIQUE DA SILVA
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, confirmando a sentença de primeiro grau pelos seus próprios termos, com fulcro no art. 46 da Lei nº 9.099/95, reconheceu a possibilidade de o INSS em buscar a consignação dos valores indevidamente levantados pela autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0015589-68.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:SILVIA DE JESUS LEVINO GERALDO
PROC./ADV.:KARLA NEMES OAB: PR-20830
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem que extinguiu o processo sem resolução de mérito, por incompetência dos Juizados Especiais para o julgamento de tal demanda.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003269-80.2013.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:MARIA HELENA ROCHA MARTINS
PROC./ADV.:PAULO MARZOLA NETOOAB:SP082554
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002363-10.2011.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JULIA MATERA MACEDO
PROC./ADV.: DANIEL BELZ
OAB: SP062246
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0058909-47.2008.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:CATARINA SILVEIRA CARVALHO SILVA
PROC./ADV.:MANOEL FONSECA LAGO OAB: SP-119584
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a Data de Início do Benefício - DIB.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0087066-64.2007.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A):JOAQUIM ROBERTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:RAIMUNDO FLORES OAB: SP-258994

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de incidência de IRPF sob férias não gozadas.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501213-43.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO JORGE DA SILVA
PROC./ADV.: JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS
OAB: CE-18543-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: FRANCISCA JORGE DA SILVA
PROC./ADV.: JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS
OAB: CE-18543-B

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade restabelecimento de benefício previdenciário.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0030051-30.2013.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:RAIMUNDO NERI DE SOUZA
PROC./ADV.:ERALDO LACERDA JUNIOR OAB: SP191385A
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de recebimento da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST no mesmo percentual que os servidores em atividade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0007720-17.2014.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:DORALICE ROSA NOVAES
PROC./ADV.:HILARIO BOCCHI JUNIOR OAB:SP090916
REQUERIDO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de aposentadoria por invalidez/auxílio-doença à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500242-02.2012.4.05.8310
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANNE CAROLINA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JANILSON JOSÉ MACIEL CASTRO DE BARROS OAB: PE 19.238
PROC./ADV.: JAMILE MACIEL CASTRO DE BARROS GONÇALVES
OAB: PE-20996

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da primeira decisão de distribuição do feito. Isto por que já havia sido negado provimento ao recurso interposto pela parte em decisão anterior, o que foi reformado em sede de embargos de declaração, ocasião em que restaram acolhidos e fora determinada novamente a distribuição.
Desta feita, torno a referida decisão sem efeito e determino a distribuição do feito, com a pronta remessa dos autos ao colegiado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de julho de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0065100-18.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ORLANDO DE SANTANA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27287
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.
Compulsando os autos, verifica-se que o incidente de uniformização nacional reiterado pela parte autora não foi submetido ao juízo de admissibilidade pelo Juiz Coordenador das Turmas Recursais da SJ/BA, não havendo, nos autos, decisão acerca do referido incidente.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para as providências cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de julho de 2016.
Ministro HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0003860-71.2011.4.03.6315
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ADMIR DA SILVA
PROC./ADV.:JOSÉ CARLOS GALLO OAB: SP-88761
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a Data de Início do Benefício - DIB para concessão de benefício assistencial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001476-51.2009.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:JOSE ROBERTO MACHADO
PROC./ADV.:PATRÍCIA DA COSTA CAÇÃO OAB: SP-154380
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute Data de Início do Benefício - DIB.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0018564-97.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de benefício assistencial ao idoso.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007223-71.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DIRCE DA SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIO LOTUFO
OAB: SP-153931
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão da aposentadoria por idade.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007357-66.2010.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALDECI INACIO DE SOUZA
PROC./ADV.:BIANCA CRISTINA NASCIMENTO CORCINO PINTO
OAB: SP176511
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a suspensão do prazo decadencial em ações em que haja interposição de reclamação trabalhista durante o curso do prazo provocando a suspensão do mesmo.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0001254-80.2014.4.03.6310
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ GOMES DA SILVA
PROC./ADV.:MARA CRISTINA DA SILVA OAB: SP-284221

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possiblidade de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003952-95.2010.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PETER GUSTAVO ANDRADE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade, ou não, de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0000177-52.2013.4.03.6316
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:WALTER HONÓRATO
PROC./ADV.:MIRIAM CARDOSO E SILVA OAB: SP293604
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a Data de Início do Benefício - DIB do benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004238-98.2012.4.03.6183
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADELIA ROCHA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: RUBENS GONCALVES MOREIRA JUNIOR OAB: SP 229593
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de averbação de períodos laborados em condições especiais.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0012891-86.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ISABEL FERREIRA TREVIZAN
PROC./ADV.: DÉCIO HENRY ALVES
OAB: SP-205 860
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez ou restabelecimento de auxílio-doença.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002285-33.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SEBASTIAO DE CASTRO BOMFIM
PROC./ADV.: JOSEMARA PATETE DA SILVA. OAB: SP-274097
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que em que se discute a aplicação do art. 34, § único, da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do idoso) para beneficiário com incapacidade, muito embora não seja idoso.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0022644-70.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA HELENA DE BARROS MARIANO
PROC./ADV.: ERALDO LACERDA JUNIOR
OAB: SP191385A
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela União, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão da Gratificação por Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0025391-90.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HELIA NANZIAN RUSTON GUISARD RESTIVO
PROC./ADV.: RODRIGO DA COSTA GOMES
OAB: SP313432
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela União, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão da Gratificação por Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008911-97.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIAO CARVALHO DA SILVA
PROC./ADV.:LUCIANE JACOB OAB:SP229113

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a data de início de pagamento do benefício concedido.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0006599-85.2013.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:ELISABETE SILVA ANDRADE
PROC./ADV.:MARCUS VINICIUS SIMÃO DOS SANTOS DA SILVA
OAB:SP-245486
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de pensão por morte à autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004463-20.2010.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MAYRA MIGUEIS CARVALHO
PROC./ADV.: ANTONIO JAMIL CURY JUNIOR OAB: SP212706
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute diferenças referentes à pensão por morte concedida.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0019133-35.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ISABEL MACEDO SANTOS
PROC./ADV.: RUBENS GONCALVES MOREIRA JUNIOR
OAB: SP229593
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de reconhecimento de períodos laborados em atividade especial e, consequente, concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e/ou especial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001168-86.2012.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLAUDIO FERREIRA DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: CARLOS RENATO RODRIGUES SANCHES OAB:SP168655
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute o reconhecimento como especial da atividade desempenhada para fins de concessão do benefício de aposentadoria especial à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0023838-47.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: REGINA CELIS MINOZZI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão do benefício previdenciário da pensão por morte.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000025-82.2014.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.:IRIS CLAUDIA GOMES CANUTO. OAB:SP-323036

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de aposentadoria por idade à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001538-71.2008.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RODRIGO UYHEARA
PROC./ADV.: ALEXSANDER GOMES OAB:SP-181346
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute o pagamento integral da GDAJ - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0057846-74.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCOS ANTONIO CARDOSO
PROC./ADV.:RODRIGO DA COSTA GOMES. OAB: SP-313432

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a revisão do cálculo de proventos de aposentadoria, mediante reconhecimento de equiparação salarial entre servidores ativos e inativos/pensionistas, para fins de percepção da gratificação denominada GDAPMP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004573-66.2008.4.03.6310
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WALTER DI DARIO
PROC./ADV.: FERNANDA DE GODOY UGO SARRA DE CAMPOS OAB: SP271729

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001773-47.2008.4.03.6316
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NEUZA MARIA NUNES CIRINO
PROC./ADV.: JOSÉ DOMINGOS CARLI
OAB: SP-57755
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão/revisão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante a consideração de períodos laborados em condições especiais.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0045299-80.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NAIR BOSCO DE LIMA
PROC./ADV.: REYNALDO AMARAL FILHO OAB: SP122374

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001234-39.2012.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ELSIO RIBEIRO NIERO
PROC./ADV.: EDUARDO MACEDO FARIA OAB:SP293029
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006414-81.2012.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DIURNEI MARIA FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ROGÉRIO FERRAZ BARCELOS OAB: SP-248350
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora, sob o fundamento de que não restou demonstrada a existência de incapacidade laborativa.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003913-57.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA MARGARIDA BRUNELI DONATO
PROC./ADV.: MARLEI MAZOTI RUFINE OAB: SP200476
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria por idade urbana à parte autora.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2016.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PORTARIA Nº 155, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000, resolve:

Art. 1º. Emitir o Relatório de Gestão Fiscal, para a republicação do demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, referente ao período de maio de 2015 a abril de 2016.

Art. 2º. O Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, será publicado na forma do disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

GRACIO RICARDO BARBOZA PETRONE

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**555.076.346,72**	**1.995.732,23**	**557.072.078,95**
Pessoal Ativo	405.939.462,16	703.431,23	406.642.893,39
Pessoal Inativo e Pensionistas	149.136.884,56	1.292.301,00	150.429.185,56
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**142.865.708,44**	**1.995.732,23**	**144.861.440,67**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	91.914,95	0,00	91.914,95
Despesas de Exercícios Anteriores	4.767.526,18	1.995.732,23	6.763.258,41
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	138.006.267,31	0,00	138.006.267,31
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**412.210.638,28**	**0,00**	**412.210.638,28**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				700.438.648.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100		0,058850%	0,000000%	0,058850%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,114128%			799.396.620,19
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,108422%			759.426.789,18
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,102715%			719.456.958,17

FONTE: SIAFI/2015-2016, SIGEO/2015-2016, Tesouro Gerencial 2016 e Serviço de Orçamento e Finanças - 20/05/2016 - 18h.
Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 1.025.633,75;
3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 41.864.590,42.

Des. GRACIO RICARDO BARBOZA PETRONE
Presidente do Tribunal

ANA PAULA VOLPATO WRONSKI
Diretora-Geral da Secretaria

ALÉCIO JOSÉ RIFFEL
Coordenador de Orçamento e Finanças

SIDÔNIO JACINTHO DE OLIVEIRA NETO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.510, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre a previsão de recursos orçamentários nas contratações que ultrapassam o exercício financeiro.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Federal de Contabilidade em aprovar o seu plano de trabalho, o orçamento e suas respectivas modificações, as operações de crédito e a baixa de bens móveis, previstas no inciso XX do Art. 17 da Resolução CFC n.º 1.370/2011 e no inciso VI do Art. 12 da Resolução CFC n.º 1.458/2013;

CONSIDERANDO a exigência do Art. 7º, § 2º, inciso III da Lei n.º 8.666/1993, de que, para a execução das obras e serviços, deve haver previsão de recursos orçamentários suficientes que assegurem o pagamento das obrigações;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Contabilidade não integram o orçamento da União e que, portanto, não estão contemplados na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA);

CONSIDERANDO o Art. 167, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que veda a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

CONSIDERANDO o Art. 2º da Lei n.º 4.320/1964, o qual estatui que o orçamento anual deve obedecer ao princípio da Anualidade;

CONSIDERANDO que alguns contratos podem ultrapassar a vigência anual dos respectivos créditos orçamentários e a sua execução integrará mais de um exercício financeiro, resolve:

Art. 1º Os valores dos contratos serão previstos no orçamento anual de acordo com o cronograma de execução.

Art. 2º Os recursos para a cobertura dos contratos que ultrapassem o exercício financeiro serão assegurados na proposta orçamentária do exercício correspondente a sua execução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACORDÃOS

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 6466/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 12.683-034/16).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, reformando a decisão do Conselho de origem, de Interdição Cautelar do Exercício Profissional, prevista na Resolução CFM nº 1.987/2012, para REVOGAR A INTERDIÇÃO CAUTELAR DO RECORRENTE, nos termos do voto divergente do conselheiro Hermann Alexandre Vivacqua Von Tiesenhausen. Brasília, 18 de agosto de 2016 (data do julgamento). CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; HERMANN ALEXANDRE VIVACQUA VON TIESENHAUSEN, Voto Divergente/Vencedor.

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 6639/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (Processo nº 02/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo recorrente, reformando a decisão do Conselho de origem, de interdição cautelar total do exercício profissional, prevista na Resolução CFM nº 1.987/2012, abrandando para INTERDIÇÃO PARCIAL DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, com proibição no atendimento a pacientes do sexo feminino, permitindo sua atuação como médico nas demais áreas do exercício da Medicina, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de agosto de 2016. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente; CELSO MURAD, Relator.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5562/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8244-310/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto divergente da conselheira Rosylane Nascimento das Mercês Rocha. Brasília, 15 de junho de 2016. (data do julgamento) WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Presidente da Sessão; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Voto Divergente/ Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9830/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.542-534/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 80 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 51 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração aos artigos 104 e 132 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de junho de 2016. (data do julgamento) CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Presidente da Sessão; WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0366/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 23/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, em negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem que ABSOLVEU o apelado, por inexistência de infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 15 de junho de 2016. (data do julgamento) WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Presidente da Sessão; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7866/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 61/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que manteve a penalidade imposta pelo Conselho de origem de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 29 (maioria) e 36 (unanimidade) do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 8º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro José Hiran da Silva Gallo. Brasília, 22 de julho de 2016. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9190/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 54/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela 1ª apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 102 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos no artigo 73 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e negar provimento ao recurso interposto pelo 2º apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 33 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º e 59 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Presidente da Sessão; JORGE CARLOS MACHADO CURI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10.955/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8841-377/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) HIDERALDO LUÍS SOUZA CABEÇA, Presidente da Sessão; ANÁSTACIO KOTZIAS NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0474/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 49/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1082/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 27/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 45 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) SIDNEI FERREIRA, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2642/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8716-253/09). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 62, 80, 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3020/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8654-191/09). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) ANASTACIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4089/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(Processo nº 11/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; CELSO MURAD, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4339/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 19/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4604/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8200-266/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) LEONARDO SÉRVIO LUZ, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4706/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10857-067/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 2º e 30 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro revisor. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Revisor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5364/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Processo nº 32/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelado a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, agravando para "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 110 e 119 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 80 e 92 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5650/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 56/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 45 e 110 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; CELSO MURAD, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5697/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8883-420/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5785/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.391-291/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 2º, 10, 30, 58 e 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5790/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 2012/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial aos recursos interpostos pelos apelantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) LEONARDO SÉRVIO LUZ, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6270/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Processo nº 628/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 63 e 65 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORREA LIMA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8263/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Processo nº 020/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO do apelado, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) JORGE CARLOS MACHADO CURI, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9062/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 91/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9467/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9673-117/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 80, 131, 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 51, 111, 112 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração aos artigos 42 e 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9935/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9812-256/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10008/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9075-068/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 84 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10743/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9687-131/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 87 e 116 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 59 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11.278/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 114/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO da apelada, nos termos do voto do conselheiro revisor. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Presidente da Sessão; CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Revisor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11866/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 2214/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração aos artigos 40 e 58 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORREA LIMA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12187/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 007/09). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR a Sentença Terminativa sem Análise do Mérito, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE do apelante em relação ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e a pena imposta pelo Conselho de origem, qual seja, "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57, nos termos da Resolução CFM nº 1969/2011 (D.O.U. de 19 de maio de 2011). Brasília, 20 de julho de 2016. (data da homologação) LEONARDO SÉRVIO LUZ, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Corregedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1284/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10517-417/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º, 6º, 32 e 37 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1776/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.064-508/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 39, 42, 44 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos, respectivamente, nos artigos 11, 14, 21 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; ABDON JOSÉ MURAD NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4327/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9592-036/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes/denunciantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO do apelado/denunciado; e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe impôs a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b", do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. (data do julgamento) CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Presidente da Sessão; WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1904/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 0007/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou à 1ª apelante a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 135 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 115 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e ao 2º apelante a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 135 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 115 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de agosto de 2016. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9411/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.146-139/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 80, 104, 131, 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da conselheira revisora. Brasília, 17 de agosto de 2016. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Revisora.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9189/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 24924/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do 3º apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º, 2º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e mantendo a decisão do Conselho de origem, de ARQUIVAMENTO dos autos, em relação aos 1º, 2º, 4º, 5º e 6º apelados, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 30 de março de 2016. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; MARCIA ROSA DE ARAUJO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6478/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Tocantins (Sindicância nº 31/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de março de 2016. PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6838/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 9568/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de março de 2016. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7143/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 137249/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO TICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 29 de março de 2016. PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Presidente da Sessão; ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator ad hoc.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7622/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (Sindicância nº 281/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de março de 2016. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9673/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Sindicância nº 41/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de março de 2016. PAULO ANTONIO DE MATTOS GOUVEA, Presidente da Sessão, ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10879/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 428/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de julho de 2016. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11014/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 68/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do 1º apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º, 32, 58, 59 e 61 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e mantendo a decisão do Conselho de origem, de ARQUIVAMENTO dos autos, em relação aos 2º,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3º e 4º apelados, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de julho de 2016. MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11269/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 84/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de julho de 2016. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIS EDUARDO BARBALHO DE MELLO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12006/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 47539/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de julho de 2016. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12550/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 10399/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de julho de 2016. ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1373/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 247/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 80 e 92 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de julho de 2016. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1568/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 14725/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de julho de 2016. ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

Brasília-DF, 23 de agosto de 2016.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO 2015 / 2014 VALORES EXPRESSOS EM REAIS

ATIVO	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			**OBRIG. TRABALHISTAS E PREVID. A PAGAR**		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.692.010,59	1.518.269,95	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	76.606,98	81.334,43
SUB – TOTAL	1.692.010,59	1.518.269,95	SUB – TOTAL	76.606,98	81.334,43
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO			**OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**		
CRÉDITOS A RECEBER	1.408.770,06	648.197,47	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	180.383,35	385.097,67
SUB – TOTAL	1.408.770,06	648.197,47	SUB – TOTAL	180.383,35	385.097,67
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE C. PRAZO			**DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**		
ADIANT. CONCEDIDOS A PESSOAL E TERCEIROS	33.058,39	78.054,48	CONTAS A PAGAR	8.305,79	19.738,51
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	103.923,21	130.769,71	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	13.084,84
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	73,81	5.868,64	OUTRAS OBRIGAÇÕES	86.387,70	48.201,21
OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER	21.274,60	25.891,22	SUB – TOTAL	94.693,49	81.024,56
SUB – TOTAL	158.330,01	240.584,05	**PROVISÕES DE CURTO PRAZO**		
ESTOQUES			PROVISÕES TRABALHISTAS	466.703.05	508.141,97
ALMOXARIFADO	52.159,84	39.750,41	PROVISÕES RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS	3.000,00	1.000,00
SUB – TOTAL	52.159,84	39.750,41	PROVISÃO DE COTA PARTE	529.921,53	433.235,44
VAR. PATRIM. DIMINUT. PAGAS ANTECIP.			SUB – TOTAL	999.624,58	942.377,41
VAR. PATRIM. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIP.	6.606,30	6.445,37	SOMA DO PASSIVO CIRCULANTE	**1.351.308,40**	**1.489.834,07**
SUB – TOTAL	6.606,30	6.445,37	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
SOMA DO ATIVO CIRCULANTE	**3.317.876,80**	**2.453.247,25**	PATRIMÔNIO SOCIAL	6.304.830,81	5.630.459,51
NÃO CIRCULANTE	**4.338.262,41**	**4.667.046,33**	SUB – TOTAL	6.304.830,81	5.630.459,51
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			**SOMA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**6.304.830,81**	**5.630.459,51**
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1.240.837,63	1.517.979,74			
SUB – TOTAL	1.240.837,63	1.517.979,74			
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL					
INVESTIMENTOS	43,84	1.117,63			
IMOBILIZADO	3.097.380,94	3.147.948,96			
SUB – TOTAL	3.097.424,78	3.149.066,59			
SOMA DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**4.338.262,41**	**4.667.046,33**	**TOTAL DO PASSIVO+PL**	**7.656.139,21**	**7.120.293,58**
TOTAL DO ATIVO	**7.656.139,21**	**7.120.293,58**			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**0,00**	**0,00**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**0,00**	**0,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600289

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO FINANCEIRO COMPARADO 2015 / 2014 VALORES EXPRESSOS EM REAIS

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**2015**	**2014**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**	**2015**	**2014**
RECEITAS CORRENTES	9.957.883,94	9.381.336,70	DESPESAS CORRENTES	9.540.642,98	9.010.154,50
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	66.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	57.003,26	302.293,59
SUB – TOTAL	**9.957.883,94**	**9.447.836,70**	SUB – TOTAL	**9.597.646,24**	**9.312.448,09**
RECEBIMENTOS EXTRA – ORÇAMENTÁRIOS			**PAGAMENTOS EXTRA – ORÇAMENTÁRIOS**		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	615.663,66	403.985,82	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	572.164,09	420.023,19
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	1.810,92	10.579,38	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	314,40	12.078,74
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	86.623,44	47.935,46	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	59.776,94	64.235,26
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	6.228,36	0,00	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	433,53	5.868,64
CRÉDITOS E VALORES A RECEBER	74.261,54	48.833,69	CRÉDITOS E VALORES A RECEBER	69.644,92	15.245,76
PESSOAL A PAGAR	1.702.063,64	1.725.597,91	PESSOAL A PAGAR	1.702.063,64	1.725.597,91
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	854.515,45	886.139,31	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	859.242,90	846.882,36
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.577.441,92	3.106.547,06	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.782.156,24	2.872.773,60
CONTAS A PAGAR	878.268,91	652.253,32	CONTAS A PAGAR	889.701,63	686.911,23
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	1.760.620,38	1.667.254,03	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	1.773.705,22	1.657.490,82
PROVISÕES TRABALHISTAS	646.508,68	573.770,20	PROVISÕES TRABALHISTAS	687.947,60	559.368,45
OBRIGAÇÕES FISCAIS DE LONGO PRAZO	0,00	1.097,81	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE LONGO PRAZO	0,00	87.771,10
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	6.647,15	0,00	**SUB – TOTAL**	**10.397.151,11**	**8.954.247,06**
SUB – TOTAL	**10.210.654,05**	**9.123.993,99**			
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			**SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE**		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.518.269,95	1.213.134,41	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.692.010,59	1.518.269,95
SUB-TOTAL	1.518.269,95	1.213.134,41	SUB – TOTAL	1.692.010,59	1.518.269,95
TOTAL	**21.686.807,94**	**19.784.965,10**	TOTAL	**21.686.807,94**	**19.784.965,10**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS COMPARADA 2015 / 2014 VALORES EXPRESSOS EM REAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**2015**	**2014**	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**2015**	**2014**
CONTRIBUIÇÕES	10.696.409,79	10.031.698,04	PESSOAL E ENCARGOS	3.998.607,73	3.965.723,17
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	476.305,49	443.175,17	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	562,14
FINANCEIRAS	7.799.743,46	3.381.258,52	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.308.094,21	2.889.251,26
TRANSFERÊNCIAS	149.080,94	89.300,86	FINANCEIRAS	497.039,91	436.833,44
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	34.600,00	TRANSFERÊNCIAS	141.069,19	164.803,09
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.156.889,51	2.818.517,79	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.003.268,06	2.013.819,95
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**27.278.429,19**	**16.798.550,38**	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	15.136.502,72	2.981.168,91
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.533.862,69	358.921,55
			TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	26.618.444,51	12.811.083,51
			RESULTADO PATRIMONIAL DO EXECÍCIO - **SUPERÁVIT**	**659.984,68**	**3.987.466,87**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	**2014**
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
INVESTIMENTOS	57.003,26	302.293,59
TOTAL DE INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	57.003,26	302.293,59
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	66.500,00
TOTAL DE DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	66.500,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600290

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO DE 2015 VALORES EXPRESSOS EM REAIS

RECEITAS	PREVISÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	**11.115.000,00**	**11.115.000,00**	**9.957.883,94**	**1.157.116,06**
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.254.426,48	9.254.426,48	8.160.721,76	1.093.704,72
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	639.706,61	639.706,61	355.351,39	284.355,22
FINANCEIRAS	779.253,28	779.253,28	1.011.953,54	-232.700,26
TRANSFERÊNCIAS	75.428,00	75.428,00	149.935,94	-74.507,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	366.185,63	366.185,63	279.921,31	86.264,32
TOTAL	**11.115.000,00**	**11.115.000,00**	**9.957.883,94**	**1.157.116,06**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**10.669.000,00**	**114.250,00**	**10.783.250,00**	**9.540.642,98**	**9.540.642,98**	**1.242.607,02**
PESSOAL E ENCARGOS	4.356.536,00	-54.406,00	4.302.130,00	3.994.823,73	3.994.823,73	307.306,27
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	29.000,00	-29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	3.687.204,00	184.661,00	3.871.865,00	3.213.672,68	3.213.672,68	658.192,32
FINANCEIRAS	264.400,00	-15.000,00	249.400,00	216.734,71	216.734,31	32.665,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	165.000,00	0,00	165.000,00	141.069,19	141.069,19	23.930,81
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.106.360,00	8.570,00	2.114.930,00	1.897.660,54	1.897.660,54	217.269,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.500,00	19.425,00	79.925,00	76.682,13	76.683,13	3.242,87
DESPESAS DE CAPITAL	**446.000,00**	**-114.250,00**	**331.750,00**	**57.003,26**	**57.003,26**	**274.746,74**
INVESTIMENTOS	446.000,00	-114.250,00	331.750,00	57.003,26	57.003,26	274.746,74
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO				**360.237,70**		
TOTAL DA DESPESA	**11.115.000,00**		**11.115.000,00**	**9.597.646,24**	**9.597.646,24**	**1.517.353,76**

SALVADOR, 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALNEI NASCIMENTO DA FONSECA
CONTADOR CRCBA 20.705/O

WELLINGTON DO CARMO CRUZ
PRESIDENTE
CONTADOR CRCBA 14.469/O

NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, localizado à Rua do Salete, nº 320, Barris, Salvador-BA, criado pelo Decreto Lei 9.295/46 alterado pela Lei 12.249/2010, vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade, dotado de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, constitui uma Autarquia Federal da administração Indireta, que tem como finalidade o registro e a fiscalização dos profissionais da contabilidade, legalmente habilitados com formação escolar, e escritórios contábeis e promover a adequação profissional continuada. As demonstrações Contábeis apresentadas foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, com a observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor Público; aos princípios contábeis geralmente aceitos, a Resolução CFC 1.161/09 que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs. A metodologia de cálculo do percentual de inadimplência utilizada para constituir a provisão para devedores duvidosos foi a média dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 conforme orientação VPCI nº08/2013. A depreciação dos bens patrimoniais exigida conforme NBCTSP nº 16.09 foi efetuada sendo utilizada a taxas de depreciação conforme a INT/VPCI 4/2012, considerando o fator vida útil. O valor residual aplicado foi de 10% para todos os bens móveis e imóveis. A provisão de férias é constituída mensalmente ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais, acrescidos dos respectivos encargos sociais. Segundo informação fornecida pela assessoria Jurídica dos processos judiciais existente contra o CRCBA foram registrados apenas aqueles com perda provável por parte deste Conselho. É constituída a provisão de cota parte que figura como provisão de cota parte no Passivo, representando 20% do valor dos créditos a receber, excluindo as perdas prováveis.

PARECER DA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO - CFC nº 47/2016 (Gestão Exercício 2015)

O CRCBA elaborou o respectivo processo em cumprimento às determinações constantes na Resolução CFC nº 1.370/11, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, e, consideração a Resolução CFC nº 1.161/09, que aprova o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs. A Prestação de Contas referente ao exercício de 2015 foi elaborada de acordo com o item 7 do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, com as orientações adicionais constantes da INT/VPCI/CFC nº 11/2015 e INT/VPCI/CFC nº12/2016, conforme orientações da Instrução Normativa TCU nº 63/10 e alterações do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 146/2015. Foi observado também ao que está relacionado no Anexo Único da Portaria TCU nº 321/2015, cujos normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do relatório de Gestão e do processo de prestação de Contas. Consta ainda no processo o Relatório de Auditoria nº 26/2016, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015 do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia. Após a análise dos elementos acima expostos, não foram identificadas impropriedades, que isolada ou conjuntamente, pudessem comprometer a regularidade das contas apresentadas. Desta forma, considerando ainda que não ocorreram circunstâncias relevantes quanto à aplicação e observância das normas e da legislação aplicável, pelo CRCBA, conclui-se pela REGULARIDADE DA GESTÃO. Brasília, 16 de junho de 2016.Conselheiros: Contadores João Altair Caetano Florêncio (Relator), Lucilene Florêncio Viana, Maria do Rosário de Oliveira, Marcos de Araújo Carneiro.

DELIBERAÇÃO CFC 48/2016

Processo CFC/CCI nº 2016/000115
Interessado: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015.
Delibera: Aprovar a Prestação de Contas do exercício de 2015 do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, concluindo pela Regularidade da Gestão, conforme decisão da Câmara de Controle Interno.
Relator: CT João Altair Caetano dos Santos
Ata CCI nº.: 283

Brasília DF, 16 de junho de 2016
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Vice-Presidente de Controle Interno

Homologação: Decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC
ATA nº 1019

Brasília-DF, 17 de junho de 2016
Contador José Martonio Alves Coelho
Presidente

##DAT
##ASS Antonio Carlos Nogueira Cerqueira
##CAR Presidente do CRCBA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600291

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 85, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre as notificações emitidas pelos fiscais para as Pessoas Físicas e Jurídicas, informa sobre a tabela de infrações e indica as penalidades aplicadas pelo Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região - CREF7/DF e dá outras providências..

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO - CREF7/DF, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40, do Estatuto do CREF7/DF e: CONSIDERANDO a necessidade de contínuo aperfeiçoamento e adequação das normas que disciplinam o exercício profissional, a oferta de serviços e a exploração de atividades econômicas em Educação Física na Região do Distrito Federal; CONSIDERANDO o inciso VI, do artigo 4º do Estatuto do CREF7/DF, que estabelece como sendo uma das finalidades do Conselho, fiscalizar o exercício profissional em sua área de abrangência, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais; CONSIDERANDO, finalmente, o que decidiu o Plenário do CREF7/DF em Reunião Ordinária, realizada em 25 de julho de 2016. resolve:

Art. 1º - As infrações ao Código de Ética dos profissionais de Educação Física, às demais normas do Sistema CONFEF/CREF's e à legislação relativa ao exercício profissional e à oferta de serviços em atividades físicas e desportivas na região do Distrito Federal serão objeto das penalidades previstas nas Tabelas I e II, anexas a esta Resolução e disponíveis no endereço eletrônico www.cref7.org.br. Art. 2º - A Pessoa Jurídica (PJ) de direito público ou privado, cuja finalidade básica seja prestação de serviço na área da atividade física, desportiva e similar, está obrigada a registrar-se no respectivo Conselho Regional de Educação Física. § 1º - O registro de PJ de que trata este artigo será realizado mediante a entrega dos documentos relacionados no endereço eletrônico www.cref7.org.br. § 2º - Após a aprovação da documentação, será deferido o registro da PJ e imediatamente expedido o Certificado de Registro de PJ. § 3º - O Certificado de PJ terá validade de 01 (um) ano e deverá ser mantido em local visível a todo o público no estabelecimento. Art. 3º - Os Agentes de Fiscalização indicarão as irregularidades nos autos emitidos conforme as infrações expostas nas tabelas anexas a esta resolução. Parágrafo único - O auto emitido pelos Agentes de Fiscalização conterá indicação expressa do direito a defesa prévia e comprovação da regularização exigida, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis. Art. 4º - As penalidades serão aplicadas, pela Comissão de Orientação e Fiscalização - COF do CREF7/DF, de acordo com a Tabela de Infrações e Penalidades e poderão variar conforme a gravidade, observando-se: I - LEVE: - Advertência por escrito; II - MÉDIA: - Multa no valor de 01 (uma) anuidade de Pessoa Física ou Jurídica, conforme o caso; III - GRAVE: - Multa no valor de até 02 (duas) anuidades de Pessoa Física ou Jurídica, conforme o caso; IV - GRAVÍSSIMA: - Multa no valor de até 03 (três) anuidades de Pessoa Física ou Jurídica, conforme o caso. § 1º - As penalidades poderão ser agravadas ou atenuadas de acordo com o histórico disciplinar e peculiaridades de cada caso, conforme entendimento da COF; § 2º - Todas as decisões da COF referentes a aplicação de penalidades serão comunicadas via carta registrada (A.R.) aos interessados; Art. 5º - As Pessoas Jurídicas e Físicas poderão recorrer da penalidade aplicada dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do aviso de recebimento (A.R.) ou da ciência da penalidade pelo interessado. Parágrafo único - O recurso de multa de que trata este artigo será encaminhado ao presidente da COF que designará novo relator. Art. 6º - No caso de indeferimento do recurso previsto no Art. 5º será facultada a interposição de pedido de reconsideração encaminhado ao Presidente do CREF7/DF que levará à votação em Plenário, em última instância. Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor nesta data. Art. 8º - Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente a Resolução CREF7 nº 073/2014.

PATRICK NOVAES AGUIAR

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO Nº 87, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com a Tesoureira, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973;CONSIDERANDO que "O Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem", nos termos do art. 2º da Lei n. 5.509/73.CONSIDERANDO que "os Conselhos Regionais de Enfermagem possuem personalidade jurídica própria e gozam de autonomia administrativa e financeira, observada a subordinação ao Conselho Federal de Enfermagem.", estabelecida no art. 3º da Lei n. 5.905/73 (art. 76, primeira parte do Regimento Interno do Cofen).CONSIDERANDO que, em se tratando de autarquia pública, é função precípua do controle e acompanhamento dos gastos, como fruto da reformulação de métodos e técnicos de administração que assegure a excelência da gestão de recursos disponíveis e o primado da sua integridade.CONSIDERANDO a deliberação na 413ª Reunião Ordinária de Plenário, que está sendo realizada nos dias 16 e 18 de agosto de 2016, decidem:

Art. 1º Aprovar a Reformulação Orçamentária n. 03/2016, do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul, apresentada pelo Contador Sr. Ézio João Stranieri Júnior, CRC/MS n. 011307/0-9.Art. 2ºEsta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.Art. 3º

VANESSA PINTO OLEQUES PRADEBON

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 178, DE 8 DE AGOSTO DE 2016

Declarar a prescrição das pretensões administrativas de revisão dos atos de demissão formulados pela ex-servidoras Dilma Santos da Silva, Jurema Leão Teixeira, Fátima Maria Paz Lima e Marilene de Almeida Pinto.

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - COREN/RJ, no uso de suas atribuições legais e regimentais; e CONSIDERANDO: a) Art. 22. 23 e 54 na forma do parágrafo único do Regimento Interno do COREN-RJ. Compete ao Plenário do COREN-RJ deste Regimento; b) Que o sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, nos termos do preceituado no art. 37, inciso XIX da Constituição da República possui natureza de pessoa jurídica de direito público interno, visto ter sido criado pelo art. 1.º da Lei 5.905/73 sob a forma de autarquia federal, vinculada ao Ministério do Trabalho, tendo como atribuição e competência a fiscalização e regulamentação da profissão de enfermeiro, técnicos e auxiliares de enfermagem, não exercendo nenhuma atividade econômica; c) Que o Eg. STF na decisão proferida por ocasião do julgamento da ADI nº 1.717-6 DF assentou o entendimento de que os conselhos de fiscalização são, para todos os efeitos, pessoas jurídicas de direito público, mais precisamente, entidades autárquicas, justamente por desempenharem atividades de caráter público; d) Que a Constituição Federal também coloca como condição para o acesso aos cargos e empregos públicos a prévia aprovação em concursos de provas ou de provas e de títulos, designada pela doutrina de institucionalização do sistema de mérito - ou meritocracia - com a sacralização da impessoalidade na admissão de servidores públicos, ex vi art. 37, inciso II da CF/88; e) Que no caso em apreço as demissões às quais as requerentes pugnam revisão foram realizadas em relação à ex-servidora Dilma Santos da Silva, na data de 02/03/2009, em relação a ex-servidora Jurema Leão Teixeira, demitida em 02/07/2008, em relação a servidora Fátima Maria Paz Lima, demitida em 30/06/2008, e por fim no caso da ex-servidora Marilene de Almeida Pinto e demissão ocorreu em 30/06/2008; f) Que em todas estas hipóteses, a lei fixou prazo extintivo para que a Administração de ofício ou por provocação do particular adote determinada providência administrativa, sob pena de, não o fazendo no prazo, ficar impedida de adotá-la, ex vi art. 59 da Lei Federal n.º 9.784, de 29-1-99, Código Civil (Arts. 189 a 211), art. 110 da Lei nº 8.112/90 e art. 1º do Decreto N.º 20.910/32; g) Deliberado na 489ª, ocorrida em 09/08/2016, resolve:

Art. 1º - Declarar a prescrição das pretensões administrativas de revisão dos atos de demissão formulados pelas ex-servidoras Dilma Santos da Silva, Jurema Leão Teixeira, Fátima Maria Paz Lima e Marilene de Almeida Pinto.

Art. 2º - E por conta do fundamento acima alinhado indeferir os respectivos pedidos de reintegração.

Art. 3º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL
Presidente do Conselho

ANA TERESA FERREIRA DE SOUZA
1ª Secretária

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 25 de agosto de 2016

Nº 19 - Processo Administrativo nº 350/2016.

Nos termos do art. 27, do Decreto nº 5.450/05 e art. 43, inciso VI da Lei nº 8.666/93, HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico SRP nº 20/2016, em favor das seguintes empresas: 1) KALI PROPAGANDA E PUBLICIDADE EIRELI EPP - CNPJ nº 18.393.309/0001-54 (Itens nº 01 e 03), no valor total global registrado de R$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais); 2) GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LT EPP - CNPJ nº 08.329.433/0001-05 (Item nº 02), no total global registrado de R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

Nº 20 - Processo Administrativo nº 354/2016.

Nos termos do art. 27, do Decreto nº 5.450/05 e art. 43, inciso VI da Lei nº 8.666/93, HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 21/2016 em favor da empresa SK COPIADOR E IMPRESSÃO DIGITAL LT ME - CNPJ nº 08.750.285/0001-90, no total global de R$ 3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais).

MÁRIO EDUARDO PULGA

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

A Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Estado da Bahia - 8.ª Região, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei 7.394, de 29 de outubro de 1985; no Decreto 92.790, de 17 de junho de 1986.

CONSIDERANDO a Resolução CONTER nº. 09, de 11 de julho de 2015;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 003/2013 do CRTR da 8ª Região, publicado na página 163, Seção 1, do Diário Oficial da União do dia 03/06/2013;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização monetária dos valores das diárias no âmbito do CRTR da 8ª Região;

CONSIDERANDO que compete aos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia a fixação do valor de suas diárias por ato administrativo, conforme preceitua o Art.13, da Resolução;

CONSIDERANDO a decisão da diretoria executiva do CRTR da 8ª Região do dia 11 de fevereiro de 2016; resolve:

Art. 1º. O art. 4º da Portaria nº. 003/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º. Observando o disposto no Art. 12 e o limite imposto no art.13, ambos da Resolução do CONTER nº. 09/2015, e considerando ainda a capacidade econômica financeira do CRTR da 8ª Região, estabelece que as diárias pagas Conselheiros do CRTR da 8ª Região, serão no R$ 600,00 (seiscentos reais), e para os empregados, assessores e demais colaboradores serão no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) sempre que necessário realizar atividades do interesse do CRTR da 8ª Região com deslocamento fora da sede do serviço ou da cidade de origem dos beneficiários;

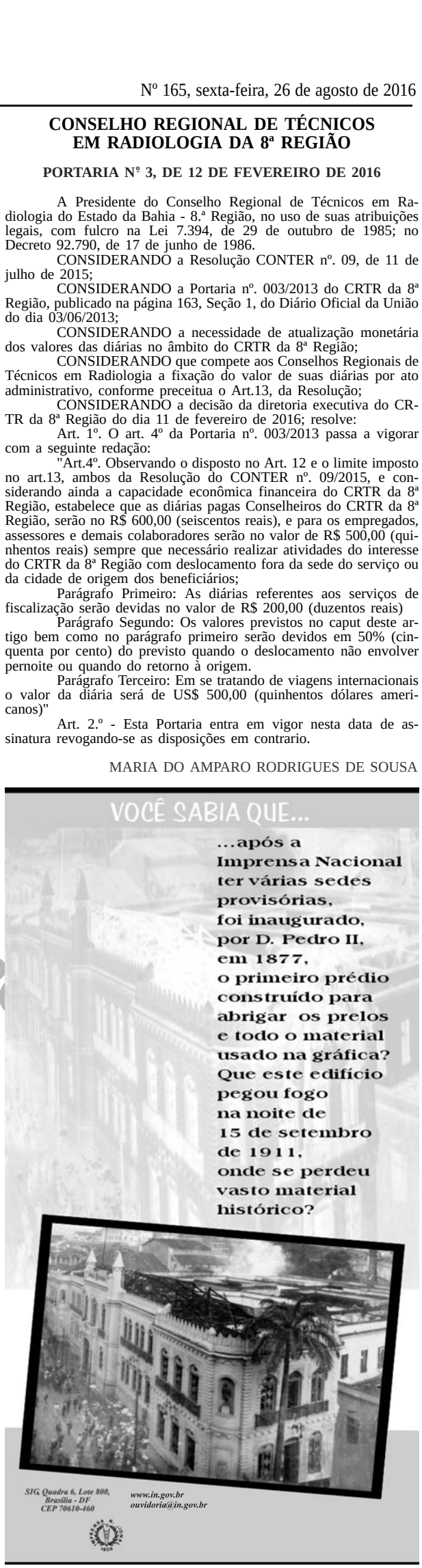
Parágrafo Primeiro: As diárias referentes aos serviços de fiscalização serão devidas no valor de R$ 200,00 (duzentos reais)

Parágrafo Segundo: Os valores previstos no caput deste artigo bem como no parágrafo primeiro serão devidos em 50% (cinquenta por cento) do previsto quando o deslocamento não envolver pernoite ou quando do retorno à origem.

Parágrafo Terceiro: Em se tratando de viagens internacionais o valor da diária será de US$ 500,00 (quinhentos dólares americanos)"

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor nesta data de assinatura revogando-se as disposições em contrario.

MARIA DO AMPARO RODRIGUES DE SOUSA





Disponível no portal

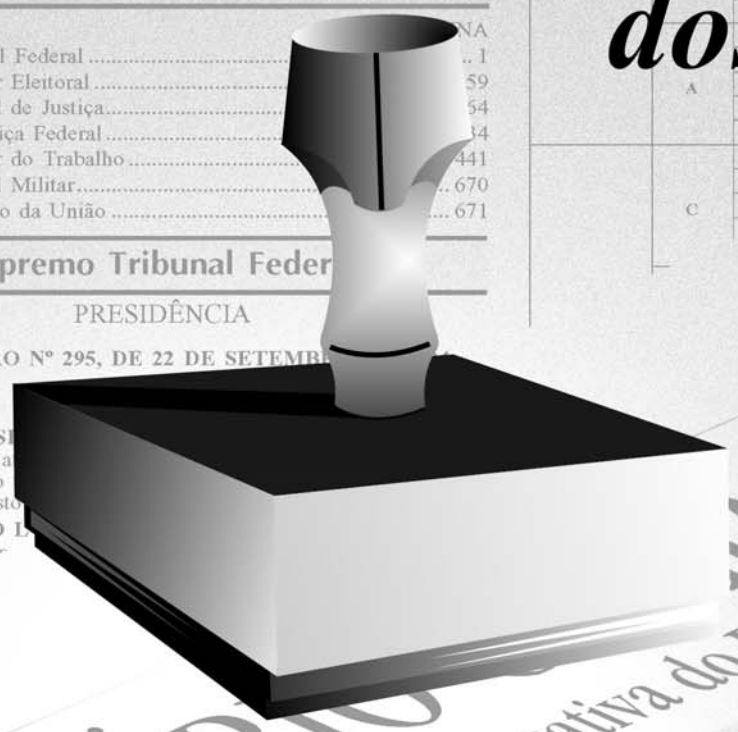
www.in.gov.br

e na versão impressa

IMPRENSA NACIONAL 1808

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



CUIDADOS SIMPLES PODEM EVITAR DEVOLUÇÕES DE MATÉRIAS

A Imprensa Nacional alerta aos responsáveis pelo encaminhamento de matérias que os arquivos para publicação no Diário Oficial da União, além de devidamente identificados segundo a natureza do ato (tipo do ato), devem conter codificação própria dos formatos, com caracteres de controle, conforme determina o art. 46 da Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009, sob pena de devolução da matéria.

Veja como inserir a codificação dos formatos no texto:

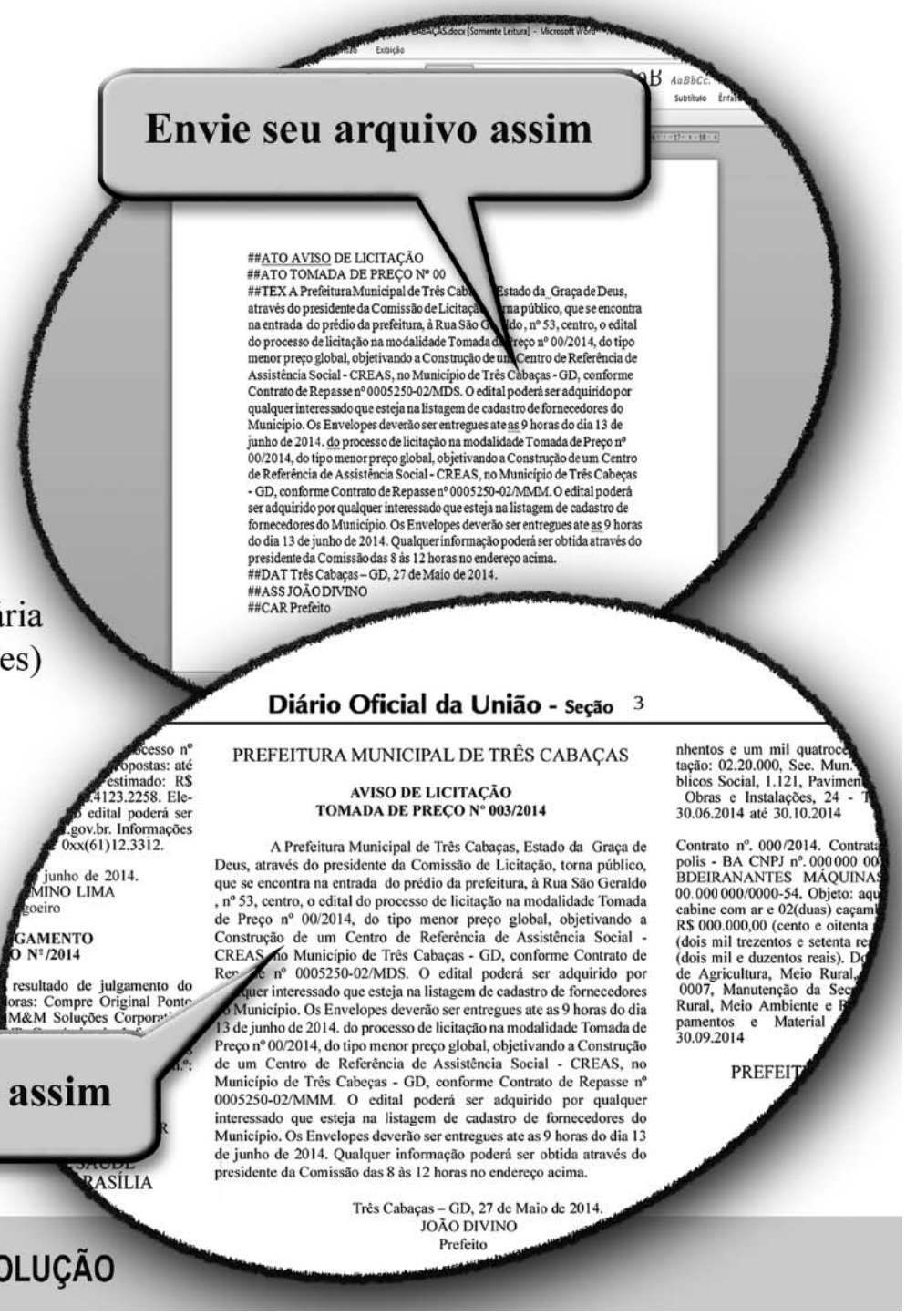
##ATO Tipo de ato

##TEX Texto da matéria

##DAT Data (exceto extratos e retificações)

##ASS Nome da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)

##CAR Função da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)



FORMATAÇÃO COMPLETA REDUZ O RISCO DE DEVOLUÇÃO



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016082600296

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.